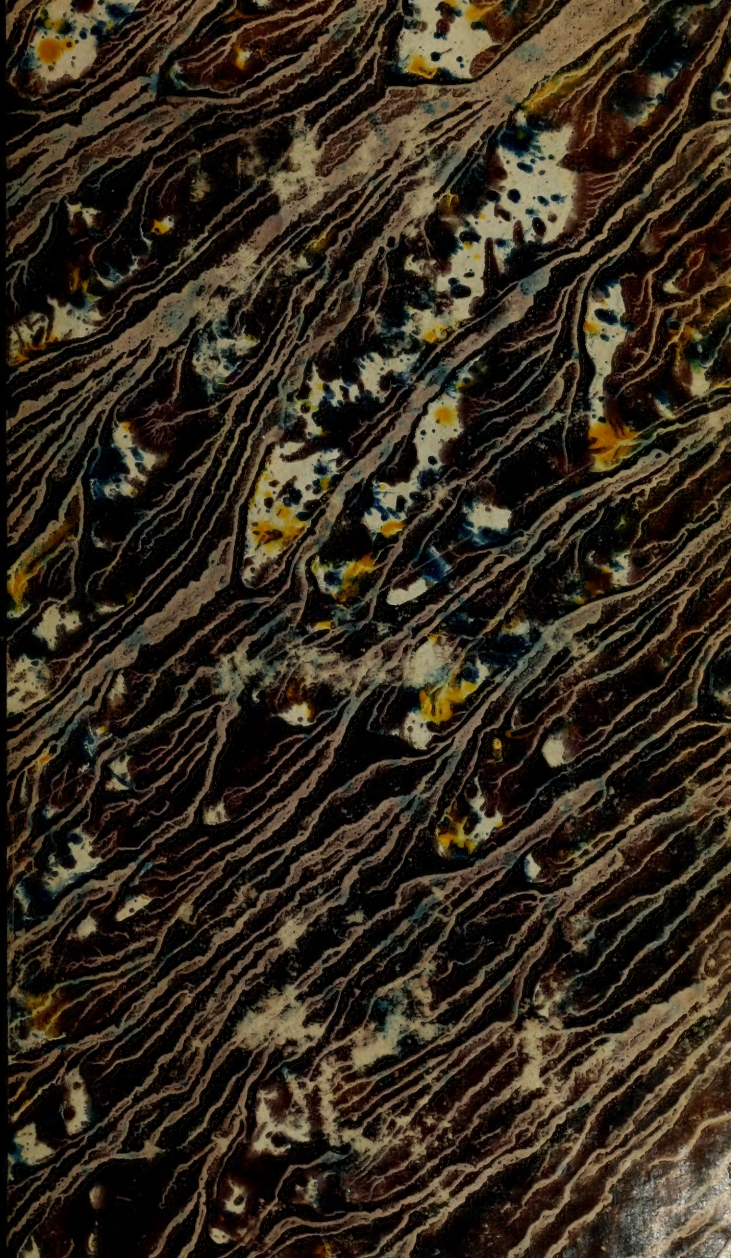
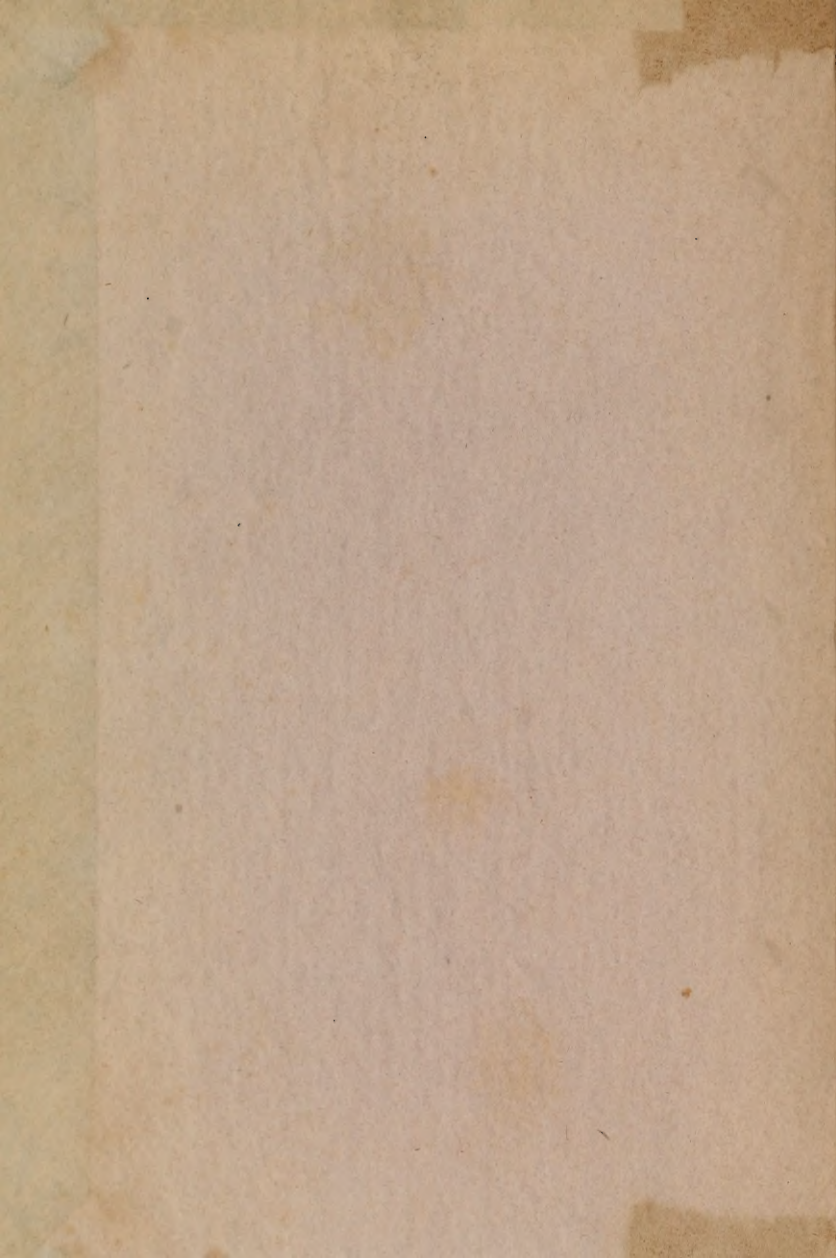






\$1056.

ANNAS

MARITIMOS E COLONIAES.

PUBLICAÇÃO MENSAL

REDIGIDA SOB A DIRECÇÃO

DA

ASSOCIAÇÃO MARITIMA E COLONIAL.

Terceira Serie.



PARTE OFFICIAL.

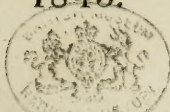
Então por longo tempo o Têjo ufano
Fez de seus lenhos acurvar com o peso
Os ombros do Oceano:
Então Neptuno vio em raiva accêso
Por todos os seus reinos
Nos ares fuzilar as sacras quintas.
(Diniz.)



LISBOA

NA IMPRENSA NACIONAL.

1843.



AMERICA

MANIFIESTO E COLONIAL

PUBLICACION MENSUAL

REDACCION Y ADMINISTRACION

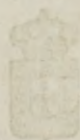
ASOCIACION MANIFIESTA E COLONIAL

En la ciudad de

San Francisco de Asis, a los

partes de

En la ciudad de San Francisco de Asis, a los



LIBRO

DE

1843

MARITIMOS E COLONIAES.N.º 1. — 3.^a SERIE.**PARTE OFFICIAL.****REPARTIÇÃO DA MARINHA E DO ULTRAMAR.****DISPOSIÇÕES GOVERNATIVAS.**

DEZEMBRO DE 1842.

1. **D**ECRETO. — Sendo indispensavel, como base dos trabalhos a que mandei proceder, para a organização, e melhoramento do Corpo da Armada, separar desde já da escala do serviço activo, aquelles Officiaes, que por sua avançada idade, molestias e outras circumstancias, se acham impossibilitados de nelle continuar; e tendo por este fim feito subir á minha presença os pareceres das diversas Commissões que têm sido encarregadas de examinar, e classificar as circumstancias de cada um dos Officiaes da mesma Armada: hei por bem, conformando-me com os ditos pareceres, e com os d'outros Officiaes, que fui servida consultar, reformar na forma da Lei os Officiaes da Armada, constantes da relação, que deste Decreto faz parte, e com elle baixa assignada pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar. O mesmo Ministro e Secretario de Estado o tenha assim entendido, e faça executar. Paço das Necessidades no 1.º de Dezembro de 1842. — RAINHA. — *Joaquim José Falcão.*

Relação dos Officiaes da Armada, que por Decreto desta data são reformados na fôrma da Lei.

Capitães de Fragata. — Joaquim Gomes da Silva Villar; Manoel Ramires Esquivel; Antonio de Faria Pimentel dos Braçaes; Henrique Evaristo Lobo; Bernardo Ramires Esquivel.

Capitães Tenentes. — Luiz Servolo da Fonseca; Francisco Corrêa Garcia; Ernesto Maria d'Espie.

Primeiro Tenente. — José Joaquim Botelho.

Segundos Tenentes. — Antonio José Alvares; Francisco José Soares.

Idem. DECRETO. — Conformando-me com a proposta do Commandante director da Companhia dos Guardas Marinhas, e com a informação do Major General da Armada com data de 29 de Novembro proximo passado: hei por bem despachar Segundos Tenentes da mesma Armada, por se acharem para isso habilitados na conformidade da Lei, os Guardas Marinhas constantes da relação, que deste Decreto faz parte, e com elle baixa assignada pelo Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Marinha e do Ultramar. O mesmo Ministro e Secretario de Estado o tenha assim entendido, e faça executar. Paço das Necessidades em o 1.º de Dezembro de 1842. = RAINHA. = *Joaquim José Falcão.*

Relação dos Guardas Marinhas, a que se refere o Decreto desta data, e que em virtude do mesmo Decreto são despachados Segundos Tenentes da Armada.

José Severo Tavares; Carlos Henrique Portugal Prayce; João Baptista Garção; Vicente Ferrer Barruncho; Francisco Cyprianno dos Santos Rapozo.

Idem. PORTARIA, nomeando Guardas Marinhas graduados, com os vencimentos mensaes abaixo designados, os Aspirantes a Guardas Marinhas seguintes: — João Peregrino Leitão, cinco mil réis; Francisco Xavier dos Santos, cinco mil réis; Norberto Maria de Novaes, seis mil réis; Thomaz José de Azevedo Soares de Andrêa, cinco mil réis; Antonio Maria dos Reis, cinco mil réis; João Pedro da Costa, seis mil réis.

2. OFFICIO. — Ministerio da Marinha e Ultramar. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. = De ordem de sua Ex.^a o Ministro e Secretario de Estado desta repartição, tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex.^a para seu devido conhecimento e mais effectos necessários, a inclusa cópia da Portaria dirigida em 2 do corrente ao Inspector do Arsenal da Marinha, suscitando a execução do Alvará de 7 de Janeiro de 1797, no que diz respeito ao desembarque, e entrega nos Armazens do Arsenal da Marinha, dos mantimentos e mais generos dos navios, que desarmam, e que se acha consignado no §. 7.^o do titulo 2.^o do mesmo Alvará. — Deos Guarde a V. Ex.^a. — Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, em 2 de Dezembro de 1842. = Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Major General da Armada. — *Antonio Jorge de Oliveira Lima.*

Cópia da Portaria a que se refere o Officio acima.

Constando a Sua Magestade a Rainha, que o systema actualmente observado no desembarque, e entrega nos Armazens do Arsenal da Marinha, dos mantimentos, e mais generos dos navios que desarmam, é inteiramente opposto ás disposições do §. 7.^o do titulo 2.^o do Alvará de 7 de Janeiro de 1797, que providencia a tal respeito, por quanto determinando este Alvará, que aquelle desembarque se effectue só depois do navio desarmar, ultimamente tem elle sido feito pela mesma occasião do desarmamento, methodo este de que a experiencia tem mostrado seguirem-se graves prejuizos, e que póde ser susceptivel de descaminhos para a Fazenda Publica, por não ser possivel exercer-se toda a vigilancia quando estes actos são simultaneos não obstante as diligencias para isso empregadas; e convindo adoptar todas as providencias que poderem contribuir para o interesse, e economia da mesma Fazenda Publica: manda a mesma Augusta Senhora, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, que o Inspector do Arsenal da Marinha faça dar inteira, e restricta observancia ao citado Alvará, afim de que só depois de qualquer navio desarmar se effectue com a necessaria vigilancia o desembarque e arrecadação dos respectivos mantimentos, e mais generos. Paço das Necessidades em 2 de Dezembro de 1842. =

Joaquim José Falcão. — Está conforme. — *Antonio Jorge de Oliveira Lima.*

3. DECRETO. — Havendo o Segundo Tenente da Armada reformado a meio soldo João Rodrigues de Sá, sido declarado justificado em sua conducta politica, civil, e militar, por Sentença do respectivo Conselho de Guerra, confirmada por Accórdão do Supremo Conselho de Justiça Militar de 14 de Outubro do corrente anno; e conformando-me em parte com o parecer do referido Supremo Conselho, emittido em sua consulta de 11 de Novembro ultimo, sobre o requerimento do mesmo Segundo Tenente: hei por bem restituil-o á effectividade do dito posto de que havia sido reformado por Decreto de 21 de Agosto de 1833, que nesta parte hei por derogado, sem que por esta fôrma possa contar em sua antiguidade o tempo da Usurpação, bem como aquelle que esteve reformado. O Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Marinha e do Ultramar, o tenha assim entendido, e faça executar. Paço das Necessidades em 3 de Dezembro de 1842. — RAINHA. — *Joaquim José Falcão.*

Idem. PORTARIA, mandando addir á Administração dos Pinhaes Nacionaes, o Capitão Tenente da Armada reformado Cazemiro José dos Santos, para alli ser empregado como convier ao serviço, ficando sem direito a outros vencimentos mais do que áquelles que actualmente tem, os quaes lhe serão pagos com a Classe activa do Estado.

5. PORTARIA. — Ministerio da Marinha e do Ultramar. — Tendo sido presente a Sua Magestade a Rainha, por officio do Major General da Armada, e por outras vias extra-officiaes, a maneira por que o Inspector do Arsenal da Marinha, o Commandante da Fragata do Registo do Porto, e dos mais navios de guerra surtos no Têjo se têm prestado a soccorrer por todos os meios ao seu alcance as embarcações, que na barra se têm achado em perigo, em consequencia do rigoroso temporal da semana passada; manda a mesma Augusta Senhora, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que o referido Major General louve em seu Real Nome os ditos officiaes, pelo zêlo, que naquellas circumstancias têm desenvolvido, do qual espera, continuarão a dar

iguaes provas. Por esta occasião manda Sua Magestade, que o Major General da Armada, de accordo com o Inspector do Arsenal da Marinha, faça collocar, durante a actual estação naquelle ponto da barra, que para esse fim parecer mais apropriado, uma ou mais Catraias convenientemente aparelhadas dos soccorros, que em taes casos são mais indispensaveis, para ficarem debaixo das ordens ou do Commandante da Fragata do Registo, ou daquelle Official, que nesse mesmo ponto poder melhor dirigir este serviço. Paço das Necessidades em 5 de Dezembro de 1842. = *Joaquim José Falcão*.

6. ORDEM GERAL. — Em execução da ordem vocal, que recebi de S. Ex.^a o Ministro da Repartição, V. S.^a ficará na intelligencia, e fará constar a todos os Senhores Commandantes dos navios do Estado, que aquelles dos mesmos navios a cuja lotação pertencer dois Officiaes de Fazenda, devem ter dois Fieis de generos, e um de artilheria. Quartel General da Marinha 6 de Dezembro de 1842. = *Manoel de Vasconcellos Pereira*, Major General. = Sr. José Bernardo da Silva, Capitão Tenente Commandante.

7. DECRETO, nomeando Cavalleiro da Ordem de S. Bento de Aviz, ao Primeiro Tenente da Armada Pedro Valente da Costa Loureiro e Pinho.

9. PORTARIA. — Ministerio da Marinha e Ultramar. — Tendo sido presentes a Sua Magestade a Rainha as representações de diversos individuos, e muito especialmente da Associação Commercial da Cidade do Porto, sobre os inconvenientes que resultam ao Commercio, e navegação Portugueza, de algumas das disposições mandadas observar pela Portaria de 19 de Agosto do corrente anno, tendo a evitar a escandalosa alliciação de emigrados deste Reino, e Ilhas Adjacentes para os Portos do Brasil; e tomando a mesma Augusta Senhora na devida consideração, tanto aquellas representações, como a informação do Major General da Armada, e o parecer do Conselheiro Procurador Geral da Corôa, a quem mandou ouvir a este respeito; ha por bem, em quanto este importante negocio se não resolve definitivamente por um acto legislativo, mandar declarar a referida Portaria pela fórma seguinte. Que no artigo 1.^o onde se diz = mais de 24 passa-

geiros = se deve entender = mais de 30 passageiros = em harmonia e conformidade com o artigo 6.º Que no artigo 9.º se deve accrescentar a clausula = salvo quando a demora provier de força maior. = E finalmente que as disposições do artigo 11.º ficam suspensas, até que a sua materia seja resolvida legislativamente. O que pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar se participa ao Major General da Armada para sua intelligencia e devida execução. Paço das Necessidades em 9 de Dezembro de 1842. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA, mandando admittir na Companhia dos Guardas Marinhas na qualidade de Aspirantes Annibal Augusto Neves, Marcellino Henrique Pereira Junior, Guilherme Augusto Gomes, José Carlos Telles da Silva, Florencio Gregorio de Mello, Frederico Oom, João Carvalho Ribeiro Vianna Junior, e Miguel José de Carvalho.

Idem. ORDEM GERAL. — Em consequencia do que me é ordenado em Portaria do Ministerio da Marinha e Ultramar de 5 do corrente, remetto a V. S.^a os inclusos exemplares do Regulamento da Fazenda da Marinha mandado observar por Decreto de 21 de Abril do corrente anno, os quaes V. S.^a distribuirá pelos Senhores Commandantes dos navios armados, afim de lhes darem plena execução na parte que lhes tocar desde o dia 1.º de Janeiro de 1843 em diante. Quartel General da Marinha 9 de Dezembro de 1842. — *Manoel de Vasconcellos Pereira*, Major General. — Sr. José Bernardo da Silva, Capitão Tenente Commandante (*).

12. PORTARIA, mandando ficar addido ao Hospital da Marinha, para alli ser empregado como convier ao serviço, ficando sem direito a outros vencimentos mais do que áquelles, que actualmente tem, os quaes receberá quando se pagar á Classe activa do Estado, o Cirurgião Mór da Armada reformado, Jacinto da Costa.

13. Embarcados por armamento no Brigue Téjo: = Commandante, o Capitão Tenente, Domingos Fortunato do Valle; Segundo Tenente, Augusto Pio dos Santos; Guarda Marinha graduado, Raymundo d'Assumpção dos Santos; As-

(*) No seguinte Numero se publicará o Regulamento.

pirante a Guarda Marinha, Francisco de Campos Sampayo Smith; Commissario, José Zeferino Xavier Alves; e Escrivão, João Antonio de Mesquita Cardozo.

14. DECRETO. — Attendendo ás circumstancias e mais partes, que concorrem na pessoa do Capitão de Mar e Guerra da Armada, José Gregorio Pegado, hei por bem nomeal-o Governador da Cidade do Santo Nome de Deos de Macão, com o ordenado de dois contos de réis annuaes. O Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Marinha e Ultramar, assim o tenha entendido, e faça executar. Paço das Necessidades, em 14 de Dezembro de 1842. = RAINHA. = *Joaquim José Falcão.*

16. PORTARIA. — Ministerio da Marinha e Ultramar. — Tendo a Escuna *Cabo Verde* arribado a este porto depois de sete dias de haver d'elle sahido, sem que se conheça ter havido uma estricta necessidade para tal arribada: manda Sua Magestade a Rainha pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, que o Major General da Armada, fazendo desembarcar o Commandante da dita Escuna, o Segundo Tenente Francisco de Assís Tavares, e os mais Officiaes da mesma Armada alli embarcados, nomeie para o dito Commando o Primeiro Tenente João Maximo da Silva Rodvalho, bem como os mais Officiaes que devem formar aquella guarnição. Paço das Necessidades em 16 de Dezembro de 1842. — *Joaquim José Falcão.*

17. PORTARIA. — Ministerio da Marinha e Ultramar. — Manda a Rainha pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, participar ao Major General da Armada, em resposta ao seu officio de 15 do corrente, que pôde o Primeiro Tenente da Armada, Manoel Luiz Esteves, provido no lugar de Substituto da 6.^a Cadeira da Escola do Exercito, ir exercer o lugar em que foi provido, visto que não resulta inconveniente algum ao serviço da Armada, o que não poderia ter lugar, se aquelle Official fosse proprietario; porque então deveria passar á 2.^a Secção do Exercito, como se praticou com o Primeiro Tenente Joaquim Cordeiro Feio. Paço das Necessidades em 17 de Dezembro de 1842. — *Joaquim José Falcão.*

20. DECRETO. — Attendendo ao que em seu requeri-

mento me representaram os Pharmaceuticos do Hospital da Marinha, e conformando-me com a informação que a seu respeito me foi presente do Presidente do Conselho de Saude Naval de 22 de Abril do corrente anno, hei por bem conceder ao primeiro Pharmaceutico Bernardo José dos Reis, a graduação de Primeiro Tenente da Armada, e ao primeiro Ajudante Calisto Gaudencio Feio, a graduação de Segundo Tenente da mesma Armada. O Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Marinha e do Ultramar, o tenha assim entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 20 de Dezembro de 1842. = RAINHA. = *Joaquim José Falcão.*

22. DECRETO. — Sendo de urgente necessidade regular definitivamente na respectiva Escála a collocação relativa de varios officiaes da Armada, os quaes, em consequencia da Promoção de 24 de Junho de 1821, e da clausula com que foi concedida, e bem assim de outras Promoções posteriores, sem clausula alguma, se acham em posição tal, que com mais, ou menos fundamento na Lei se julgam reciprocamente mais antigos uns, do que outros; não podendo ser nomeados conjunctamente para o serviço sem risco de conflicto de authoridade, e dea narquia no mesmo serviço: hei por bem, conformando-me com as informações a este respeito havidas do Major General da Armada, determinar que d'ora em diante se regule definitivamente a collocação dos ditos Officiaes, pela ordem designada na relação que com o presente Decreto baixa assignada pelo Ministro, e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, e que é a que se acha já marcada na Escála actual. O mesmo Ministro, e Secretario de Estado o tenha assim entendido, e faça executar. Paço das Necessidades em 22 de Dezembro de 1842. = RAINHA. = *Joaquim José Falcão.*

Relação dos Officiaes do Corpo da Armada pela ordem em que já se achavam collocados na respectiva Escála, a qual é definitivamente mandada observar por Decreto desta mesma data.

Vice-Almirante.

Antonio Manoel de Noronha.

Chefe de Esquadra.

José Xaxier Bressane Leite. — *Salva a clausula com que foi promovido a este posto, por ser empregado no Ultramar.*

Chefes de Divisão.

João de Sousa.

Manoel de Vasconcellos Pereira de Mello.

Izidoro Francisco Guimarães.

Chefes de Divisão Graduados.

João Anacleto Guttierres.

José Maria Vieira.

Capitães de Mar e Guerra.

Verissimo Maximo de Almeida.

José Joaquim Alves.

Joaquim José Corrêa.

Gaudino José da Guerra.

José Gregorio Pegado.

João Pedro Nolasco da Cunha.

Conde de Cêa.

José Maria Pereira da Silva.

Capitães de Mar e Guerra Graduados.

Lourenço Germack Possollo.

Francisco Pedro Limpo.

Capitães de Fragata.

Joaquim Maria Bruno de Moraes.

Miguel Gil de Noronha.

D. Gastão Fausto da Camara.

João da Costa Carvalho.

Joaquim Antonio de Castro.

Joaquim da Cunha Roda.

Augusto José de Carvalho.

Francisco de Borja Pereira de Sá.

João de Fontes Pereira de Mello.

Manoel José da Costa Valle.

Antonio Lopes da Costa e Almeida.

Rafael Florencio da Silva Vidigal. — *Salva a clausula com que foi promovido a este posto, por ser empregado no Ultramar.*

José Joaquim Lopes de Lima. — *Idem.*

Bernardo José de Sousa Soares de Andrèa. — *Idem.*

Capitães Tenentes.

Luiz Antonio de Almeida Macedo.

Raymundo José da Silveira.

João José Fernandes de Andrade.

Thomás Henrique Valadim.

Antonio Maximiano Leal.

Antonio Ricardo Graça.

Antonio Gregorio de Freitas.

João Ferreira da Silva.

Fernando José de Santa Rita.

Antonio Vicente Scarnichia.

Pedro Corrêa de Sá.

Pedro Alexandrino da Cunha.

José Dias de Sousa.

José Bernardo da Silva.

Torcato José Marques.

Luiz José Dias.

Joaquim Pedro Celestino Soares.

João Caetano de Bulhões Leotte.

Antonio Herculano Rodrigues.

João Maria Ferreira do Amaral.

Manoel Thomás da Silva Cordeiro.

Francisco Soares Franco.

José Maria de Sousa Soares de Andrèa.

Joaquim Simões Ramos.

Estevão Gonçalves Torres.

Porfírio Antonio Felner.

Domingos Fortunato do Valle.

Porfírio Antonio Caminha.

Fortunato José Ferreira.

Antonio José de Torres. — *Salva a clausula com que foi promovido a este posto, por ser empregado no Ultramar.*

João Bressane Leine. — *Idem.*

José Maria Marques. — *Idem.*

Fernando Carlos da Costa. — *Idem.*

Primeiros Tenentes.

José Alemão de Mendonça Cisneiros e Faria.

João Maria Petra de Bittencourt.

Jeronymo Emiliano Arnaut.

Severiano José de Mesquita.

Antonio Joaquim de Gouvêa.

Eduardo João Salter.

Francisco da Costa Martins Mesquita. — *Com a clausula = sem accesso aos postos superiores.*

João Paulino Vieira.

Vicente José dos Santos Moreira Lima.

Francisco Antonio Gonçalves Cardozo.

Antonio Teixeira Doria.

Conde do Sabugal.

José Joaquim Brandão.

Paulo Centurine.

Joaquim Pedro Castello Branco.

Francisco de Assís e Silva.

Joaquim José de Andrade Pinto.

Carlos Graveiro Lopes.

João Maximo da Silva Rodovalho.

Victorino José da Silva Rodovalho.

Antonio Sergio de Sousa.

João Manoel Esteves.

Izidoro Francisco Guimarães Junior.

José Francisco de Mello Breyner.

Vitto Gonzaga Pretorius Ferreira.

Sancho Barboza de Figueiredo.

Luiz Ignacio de Figueiredo.

Lourenço do Ó.

Joaquim da Silva Belem.

Francisco de Paula da Cunha Maldonado Athaide Barahona.

Antonio Olavo Monteiro Torres.

João Jacinto de Sousa.

José Manoel Nogueira.

Antonio Diniz do Couto Valente.

Luiz Corrêa de Almeida.

Joaquim da Costa Carvalho.

Joaquim José Gonçalves de Mattos Corrêa.

Pedro Valente da Costa Loureiro e Pinho.

Tertuliano Turibio Pinto Lobato.

Anselmo José Carlos de Oliveira.

Antonio José Freire.

Manoel Luiz Esteves.

Agostinho José Duarte.

Domingos Roberto de Aguiar.

Manoel de Jesus Tavares.

Francisco Amaro do Rego.

Fortunato Antonio da Silva Guimarães. — *Salva a clausula com que foi promovido a este posto, por ser empregado no Ultramar.*

Camillo Antonio Jozino Cordeiro. — *Idem.*

Segundos Tenentes.

D. Luiz Maria da Camara.

Antonio Miguel Aurora. — *Salva a clausula de completar os estudos.*

Jorge Thompson. — *Idem.*

Fermino Antonio Querino Chaves. — *Idem.*

José Joaquim de Azevedo Corte Real. — *Idem.*

João Verissimo Maximo da Cruz.

Antonio de Oliveira.

- Francisco de Assis Tavares.
José Cardozo dos Santos Elvas.
Damião Antonio Contreiras.
Francisco Maria Pereira da Silva.
José Caetano René Vimont Pessoa.
Roberto Theodorico da Costa e Silva.
Marquez do Fayal — *Salva a clausula de completar os estudos.*
José Maria de Oliveira.
José Maria Gomes Algeroz.
João José de Sousa. — *Salva a clausula de completar os estudos.*
Victorino do Nascimento Teive.
Joaquim Romão Lobato Pires. — *Com a clausula = sem direito a accesso.*
Sebastião Marques Ferreira Fortes.
Feliciano Antonio Marques Pereira.
Rodrigo de Sá Nogueira. — *Salva a clausula de completar os estudos.*
Ignacio Lazaro de Sá Vianna.
Caetano Maria Batalha.
Bruno Nugent White.
Augusto Cezar da Camara.
Filippe Antonio Escrivanis.
Carlos Augusto de Moraes Almeida.
José Antonio da Silva Eloy.
Joaquim José Cecilia Kol.
Fermino Jacomo Tasso.
João Manoel do Nascimento Ferreira.
Frederico Carlos Rosa.
Daniel Thompson.
Joaquim Epifanio da Cunha.
João Francisco Regio de Lima.
José Marianno de Almeida.
João Rodrigues Galhardo.
Placido José de Sousa.
Manoel Theodoro Pessoa. — *Salva a clausula de completar os estudos.*
José Maria Soares. — *Idem.*

- José Silvestre de Carvalho Chapuzet. — *Salva a clausula de completar os estudos.*
Pedro de Sousa Mello Alte.
João Gilmore.
José Thompson.
Rafael da Silva Campos.
Henrique Thompson.
João Maria da Fouceca.
Vicente Rodrigues Ganhado.
Francisco de Paula e Sousa. — *Salva a clausula de completar os estudos.*
Francisco Pedro da Costa. — *Idem.*
Pedro Olegario Alves. — *Idem.*
Caetano Alberto da Silva. — *Idem.*
Joaquim José Pereira. — *Idem.*
José Francisco de Sousa. — *Idem.*
Manoel Nunes.
João Rodrigues de Sá.
Carlos Miguel de Carvalho.
Raymundo Caetano de Oliveira Lobo.
João Maria Celestino.
José Francisco Schultz.
João Antonio de Sousa.
João Euzebio de Oliveira.
Carlos Frederico Botelho de Vasconcellos.
Pedro Henrique Romão Ferreira.
Daniel Augusto da Silva.
Alexandre Gonçalves Torres.
Joaquim Luiz da Fraga Pery de Linde.
Thomaz Martiniano Nunes de Sousa.
Thomaz de Villa Nova Ferrari.
Joaquim José da Cunha.
Manoel José da Nobrega.
Antonio Corrêa da Silva Leotte.
Luiz Bento Ribeiro Vianna.
Francisco Xavier Telles de Mello.
Luiz Maria Bordallo.
Joaquim Elias Rodrigues Sette.

Antonio de Sá Pereira Sampayo Ozorio e Brito.
José Joaquim Leoni.
José Gregorio Taloni.
Augusto Sebastião de Castro Guedes.
Francisco Maria Bordallo.
Domingos Hilario da Fonseca Ferreira.
Christiano Augusto da Costa Simas.
Antonio Augusto de Oliveira.
José Gomes Hemiterio Penna.
Augusto Piauhilino Craveiro Lopes.
José Maria Cardozo.
Augusto Pio dos Santos.
Antonio Francisco Gonçalves.
Domingos Avelino da Silva Neves.
Matheus Jacques Goodfroy.
José Joaquim de Sousa Neves.
José Severo Tavares.
Carlos Henrique de Portugal Prayce.
João Baptista Garção.
Vicente Ferrer Barruncho.
Francisco Cypriano dos Santos Raposo.

Segundos Tenentes Graduados.

Miguel Antonio Raposo. — *Salva a clausula de completar os estudos.*
José Pereira da Silva. — *Idem.*
Joaquim José Magalhães. — *Idem.*
Simplicio José de Almeida. — *Idem.*
Valeriano João da Cruz. — *Idem.*
Daniel Baptista de Barros. — *Idem.*
Francisco Antonio Corrêa. — *Idem.*
Manoel Leocadio de Almeida. — *Idem.*
Joaquim José de Azevedo. — *Idem.*
Fernando Pinto Ferreira. — *Idem.*
Antonio Francisco Ribeiro Guimarães. — *Idem.*
Francisco Silverio Ferrer. — *Idem.*
Francisco Christovão de Senna. — *Idem.*
Francisco José de Jesus e Lima. — *Idem.*

João Manoel Mendes. — *Salva a clausula de completar os estudos.*

João Antonio da Silva Costa. — *Idem.*

Domingos Leonardo Vieira. — *Idem.*

Manoel da Silva Caldas. — *Idem.*

José Silvestre Machado. — *Idem.*

Manoel Antonio de Barros. — *Idem.*

Guilherme José dos Reis. — *Idem.*

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, em 22 de Dezembro de 1842. — *Joaquim José Falcão.*

Idem. SENTENÇA. — Tendo respondido a Conselho de Guerra o Segundo Tenente da Armada Carlos Frederico Botelho de Vasconcellos e Mello, pelo crime de dar bofetadas, e ter lançado por uma escada abaixo o Aspirante a Guarda Marinha Pedro Celestino Soares, por Sentença do mesmo Conselho de Guerra de 3 de Novembro ultimo, foi por uniformidade de votos decidido que absolviam o réo por não haver prova bastante que verificasse o referido crime, cuja Sentença foi alterada por Accordão do Supremo Conselho de Justiça Militar, da maneira seguinte: = Accordão os do Supremo Conselho de Justiça Militar etc. = Attendendo a que o accusado Carlos Frederico de Vasconcellos e Mello, Segundo Tenente da Armada, ainda mesmo que não ferisse, nem fizesse as contusões de que é arguido, para cometter culpa antidisciplinar, bastaria, que fosse como se lhe argue, prova, e elle mesmo confessa, que foi áquelle sitio, na intenção de reprehender o Aspirante queixoso, Pedro Celestino Soares; por quanto quando para isso, ou para mais houvesse motivo, o devia representar, em fórma, e pela Autoridade para isso competente, sem evadir as attribuições do Commandante Director da Companhia dos Guardas Marinhas: condemnam o sobredito accusado na pena de um mez de prisão, abordo da Fragata *Duqueza de Bragança*; e desta fórma alteram, e revogam a Sentença da 1.^a Instancia. Lisboa em Sessão de 22 de Dezembro de 1842. = *Guimarães* = *Gutierrez* = *Vieira* = *Alves*. = *Corréa*. = *Vasconcellos*. = Fui presente *Almeida*, Promotor.

Idem. SENTENÇA. — Tendo respondido em Conselho de Guerra o Primeiro Grumete da Fragata *Duqueza de Bragança* Antonio Moreira, pelos crimes de 1.^a Deserção simples em tempo de paz, e furto de 33\$600 réis praticado a bordo de um barco pertencente a João Fernandes; por Sentença do mesmo Conselho de Guerra de 11 de Novembro ultimo, foi condemnado o réo em 4 mezes de trabalhos publicos, cuja Sentença foi alterada por Accordão do Supremo Conselho de Justiça Militar, da maneira seguinte: = Accordão os do Supremo Conselho de Justiça Militar etc. = Que attendendo ao tempo de prisão que já tem soffrido o réo Antonio Moreira, Primeiro Grumete da Fragata *Duqueza de Bragança*, o condemnam em seis mezes de prisão abordo de um navio de guerra, vencendo unicamente ração, e o fato que se costuma dar aos da Galé: e desta sorte alteram a Sentença da 1.^a Instancia. Lisboa 22 de Dezembro de 1842. = *Guimarães*. = *Gutierrez*. = *Pereira Guimarães*. = *Alves*. = *Corréa*. = Fui presente *Almeida*, Promotor.

Idem. SENTENÇA. — Tendo respondido em Conselho de Guerra na Villa da Praia da Ilha de S. Thiago de Cabo Verde o Marinheiro da Escuna de Guerra *Cabo Verde*, Manoel Fortunato Rodrigues, pelo crime de homicidio pepretrado na noute de 22 de Maio de 1841, na sobredita Ilha de S. Thiago, foi por Sentença do mesmo Conselho de Guerra de 16 de Junho do corrente anno, condemnado nas penas do artigo 61 dos de Guerra, ao arbitrio do Tribunal competente = e por Accordão do Supremo Conselho de Justiça Militar foi condemnado da maneira seguinte: = Accordão os do Supremo Conselho de Justiça Militar etc. Que attendendo ás provas que apresenta o processo, condemnam ao réo Manoel Fortunato Rodrigues, Marinheiro da Escuna *Cabo Verde*, em dez annos de degredo para um dos logares da Africa, e mandam que assim se cumpra. Lisboa 22 de Dezembro de 1842. = *Guimarães*. = *Gutierrez*. = *Alves*. = *Pereira Guimarães*. = *Corréa*. = Fui presente *Almeida*, Promotor.

23 ORDEM GERAL. — Os Senhores Commandantes dos navios do Estado que estiverem fabricando com pranchas de querena, remetterão no fim de cada um dos dias ao Sr. Ins-

pector do Arsenal da Marinha uma relação dos operarios que forem empregados nas pranchas, cuja relação deverá ser feita com toda a exactidão, afim de que com conhecimento de causa se lhes possa abonar a maioria correspondente. Quartel General da Marinha em 23 de Dezembro de 1842. = *Manoel de Vasconcellos Pereira de Mello*, Major General. = Sr. José Bernardo da Silva, Capitão Tenente Commandante.

29 DECRETO. — Attendendo ao que me representou o Tenente Coronel da extincta Brigada da Marinha, em disponibilidade, Luiz Antonio de Carvalho, e conformando-me com a informação do Major General da Armada em data de 22 do corrente mez; hei por bem, em additamento ao Decreto de 28 de Outubro ultimo, Promovel-o á gradação de Coronel, contando a antiguidade desta Promoção desde o 1.º de Fevereiro de 1837, data da 1.ª Promoção no Batalhão Naval, devendo por agora continuar na situação em que se acha. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, o tenha assim entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 29 de Dezembro de 1842. = RAINHA. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA. — Ministerio da Marinha e Ultramar. — Sendo presente a Sua Magestade a Rainha o Officio do Major General da Armada de 22 do corrente, relativamente ao Officio que recebeu do Commandante da Corveta *D. João* 1.º, datado de 21 de Julho deste anno, em que participa que por occasião da sua sahida do porto do Rio de Janeiro, ficara em terra o Segundo Tenente da mesma Armada, Mathias Antonio de Azevedo Martins, sem haver feito communicação alguma dos motivos que o obrigavam a uma tal deliberação, e não se tendo este Official até hoje apresentado, nem mesmo dado conhecimento ao Quartel General de circumstancia alguma, que lhe podesse relevar uma semelhante falta: manda a mesma Augusta Senhora pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, participar ao sobredito Major General, para sua intelligencia e mais devidos effeitos, que ha por bem determinar que o referido Segundo Tenente passe a ficar considerado como desertor, lavrando-se nesta conformi-

dade as competentes notas em seus assentamentos. Paço das Necessidades em 29 de Dezembro de 1842. = *Joaquim José Falcão*.

30. Desembarcados por desarmamento da Barca *Real Príncipe D. Pedro*: — Commandante, o Segundo Tenente de Commissão Jeronymo Romero; Guarda Marinha, Antonio Maria Guedes; Aspirante, João Vicente Rodrigues Cardines; Commissario, Joaquim Antunes da Silva Castro; e Escrivão, Antonio Alves Costa Junior.

31 PORTARIA, mandando addir á Administração das Matas e Pinhaes Nacionacs, ao Tenente Coronel Reformado da extincta Brigada da Marinha, João Rodrigues Pereira de Avelar Brotero; e ao Capitão de Fragata Reformado, Domingos Freire Roboxo. Á Cordoaria, o Primeiro Tenente Reformado da Armada, Ignacio Maria da Silva, sendo todos os referidos Officiaes empregados como convier ao serviço, ficando sem direito a outros vencimentos mais do que aquelles que actualmente têm, os quaes lhe serão pagos com a Classe activa do Estado.

DISPOSIÇÕES ANTERIORES A DEZEMBRO DE 1842.

SETEMBRO DE 1842.

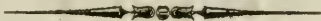
17 PORTARIA. — Não se tendo ainda recebido de algumas Provincias Ultramarinas as Tabellas dos Direitos, que se pagam nas Alfandegas, regulados pelas Pautas, que se remetteram em Circulares de 18 de Abril de 1838, e 6 de Julho de 1841, com as modificações nellas indicadas: manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, e Ultramar, que o Governador Geral da Provincia de Cabo Verde, envie logo pela mesma Secretaria de Estado, as Tabellas dos Direitos, que se cobram actualmente em todas as Alfandegas da Provincia a seu cargo, não obstante que não estejam ainda concluidos os trabalhos a que se mandou proceder pelas

referidas Portarias Circulares, e isto sem perda de tempo, e debaixo de grande responsabilidade; sem que por isso fique dispensado da conclusão dos mencionados trabalhos, que deverá accelerar com toda a actividade, que a transcendencia do objecto exige. Paço das Necessidades, em 17 de Setembro de 1842. = *Joaquim José Falcão.*

20 PORTARIA. — Sendo necessario regular o despacho dos Officiaes subalternos, e Officiaes inferiores, que deste Reino são mandados para as Provincias Ultramarinas, por modo que o seu numero não exceda ao das vagas que hajam nas respectivas Guarnições; manda Sua Magestade a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, e Ultramar, que o Governador Geral do Estado da India informe, se nos Corpos da Guarnição do mesmo Estado existem algumas vagas de Officiaes daquellas Classes, e se em vista do estado de disciplina dos mesmos Corpos, e em attenção ao espirito do Decreto de 16 de Setembro de 1799, se torna conveniente, que taes vagas sejam preenchidas por Officiaes enviados deste Reino, declarando neste caso o numero que delles fôr preciso, e o serviço para que são destinados; e continuando de futuro a enviar iguaes informações conjunctamente com as Propostas para o preenchimento das outras vagas de Postos Militares, que tem de ser remettidas a este Ministerio nos mezes de Janeiro, e Julho de cada anno, segundo determina o Decreto de 28 de Setembro de 1838. Paço das Necessidades, em 20 de Outubro de 1842. = *Joaquim José Falcão.*

26 PORTARIA. — Manda a Rainha, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, e Ultramar, que o Governador Geral da Provincia de Moçambique, faça remover de todas as Praças e Fortalezas da mesma Provincia, todas as Peças de Artilheria de bronze, que estejam incapazes de serviço, e as faça transportar para este Reino na primeira Embarcação do Estado que para elle parta, afim de serem substituidas por outras novas, que o mesmo Governador deverá requisitar as que forem necessarias; na intelligencia que desta medida deverão ser exceptuadas aquellas Peças, se as houverem, que pelos feitos assignalados, ou épocas memoraveis, que

recordam, se podem considerar como monumentos historicos. Paço das Necessidades, em 26 de Outubro de 1842. = *Joaquim José Falcão.*



DOCUMENTOS ULTRAMARINOS

Extrahidos do archivo da Secretaria d'Estado.

GOVERNO DE MACÁO.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Cobre este Officio os Mappas da População desta Cidade, dos Portuguezes Européos fallecidos nos annos de 1840 e 1841, o dos Navios que deram entrada em a Alfandega da mesma em o anno proximo passado, e bem assim o dos diversos alumnos que frequentam as Aulas Publicas.

Deos Guarde a V. Ex.^a Macáo 12 de Fevereiro de 1842.
= Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar. = O Governador, *Adrião Accacio da Silveira Pinto.*

*Relação nominal dos Portuguezes Européos que falleceram
nesta Cidade de Macáo no anno de 1840.*

Na Freguezia da Sé. — Francisco, ignora-se a naturalidade, casado, 72 annos d'idade.

Francisco, ignora-se a naturalidade, casado, 76 annos de idade.

Na Freguezia de S. Lourenço. — Matheus Francisco Cordeiro, natural de Lisboa, casado.

Macáo, 31 de Dezembro de 1840. = O Governador, *Adrião Accacio da Silveira Pinto.*

*Relação nominal dos Portuguezes Européos que falleceram
nesta Cidade de Macáo no anno de 1841.*

Na Freguezia da Sé. — Manoel Dias, natural do Algarve, solteiro, 28 annos de idade.

José da Silva, soldado, natural do Telhado, no Bispado de Lamego, solteiro, 43 annos de idade.

Marcos Agapito da Penna, primeiro marinheiro da Charrua *Magnanimo*, natural de Lisboa, casado, 30 annos de idade.

Luiz Gonzaga Fernandes, soldado da guarnição da mesma Charrua, natural de Lisboa.

José Joaquim de Abreu, natural de Lisboa, solteiro, 36 annos de idade.

Henrique Rommos, natural de Cabo-Verde, 35 annos de idade.

Francisco de Mello d'Eça, governador das Ilhas de Solor e Timor, natural de Villa Franca, casado, 51 annos de idade.

Na Freguezia de S. Lourenço. — Antonio José Fernandes, taberneiro, natural de Lisboa, casado.

Bernardo da Silva, natural de Lisboa, solteiro.

Fortunato Cardozo, natural da Villa de Guimarães, casado.

Manoel Antonio Serqueira, natural da Villa dos Arcos de Valdevez, casado.

Miguel Rodrigues, natural de Lisboa, casado.

Vicente Martins de Paiva, Capitão e sobrecarga do Brigue *Novo Viajante*; natural de Lisboa, solteiro.

José Caetano Affonso, marinheiro do mesmo Brigue, casado.

Manoel Alves Belem, marinheiro da Barca *Resolução*, natural de Lisboa, solteiro.

José Pereira natural da Ilha vizinha de S. Pedro do Sul, solteiro.

Macão, 31 de Dezembro de 1841. — O Governador,
Adrião Accacio da Silveira Pinto.

Relação dos Estudantes da Escola de Navegação da Cidade de Macão no anno de 1841.

Braz Lourenço d'Almeida, matriculado sem principios em Agosto de 1832, 2.º piloto; esteve alguns annos ausente, e ultimamente tomou outro emprego.

José Maria do Rosario, idem em Outubro de 1834, praticante; é bom estudante, tem pratica, foi habilitado 2.º piloto

Antonio Vicente da Silva, idem em Agosto de 1835, 3.º piloto; é bom estudante, tem alguma pratica, e tem frequentado pouco.

Antonio Manoel da Luz Vieira, idem em Outubro de 1837, praticante; soffrivel estudante, tem alguma pratica, tem frequentado pouco.

Domingos Antonio Galvão, idem em Julho de 1838; frequentou pouco, e ultimamente desistio.

Valerio Antonio dos Remedios, matriculado tendo já principios em Setembro de 1838, 3.º piloto; soffrivel estudante, tem pratica do mar.

José Luiz da Silva, idem em Fevereiro de 1840, praticante; intelligente, tem alguma pratica, tem frequentado pouco.

Pedro Candido Lopes, matriculado sem principios, em Março de 1840, era rude, e ficou em Singapor.

Germano José da Silva, matriculado tendo já principios em Julho de 1840, 3.º piloto; official marinheiro, anda de 3.º piloto a contramestre.

Antonio Francisco Xavier das Chagas, matriculado sem principios em Agosto de 1840; frequentou pouco por molestia.

Lourenço de Almeida, idem em Setembro de 1840; ficou em Singapor.

Jozino Maria do Rosario, idem em Dezembro de 1840; ultimamente desistio, e seguiu outra vida.

Athanasio Agostinho da Fonceca, idem em Janeiro de 1841; soffrivel estudante.

Jeronymo Antonio de Barros, matriculado tendo já principios em Maio de 1841, 3.º piloto; official marinheiro, anda de 3.º piloto e contramestre.

Albino Francisco da Encarnação, matriculado sem principios em Agosto de 1841; soffrivel estudante.

Antonio Martins de Oliveira, idem em Setembro de 1841; é alguém tanto rude.

Gabriel José Diniz, idem em Setembro de 1841; é alguém tanto rude, frequenta pouco, é marítimo.

Macão, 20 de Dezembro de 1841. = *Francisco Xavier Lança*, Examinador e mestre de pilotos.

Indicação.

Os seguintes sujeitos propozeram-se a novas habilitações, e foram admittidos por terem numero sufficiente de viagens:

O 2.º piloto, Bernardo de Sena, em fins do anno proximo passado respondeu a exame publico, e foi habilitado 1.º piloto para os portos d'Asia.

O 3.º piloto e contramestre, Manoel Pinto, foi habilitado 2.º piloto para os portos d'Asia.

O praticante, José Maria do Rosario, no presente anno respondeu a exame publico, e foi habilitado 2.º piloto para os Portos d'Azia.

O 2.º piloto, Eleuterio Peres da Silva, no presente anno respondeu a exame publico para 1.º Piloto, e foi reprovado.

Os seguintes sujeitos tem feito viagens em classe de 3.º piloto, sabem Arithmetica, e a parte da Geometria indispensavel á marinha mercante, e resolvem com facilidade todos os calculos nauticos, e podem manejar os Instrumentos:

Braz Lourenço de Almeida, Valerio Antonio dos Reme-

dios, Germano José da Silva, Jeronymo Antonio de Barros, Antonio Vicente da Silva.

Os seguintes sujeitos têm feito alguma viagem, sabem Arithmetica e a parte da Geometria, e principiam a resolução dos calculos nauticos:

Antonio Manoel da Luz Vieira, José Luiz da Silva, Athanasio Agostinho da Fonseca.

Os seguintes sugeitos são principiantes:

Antonio Francisco Xavier das Chagas, Albino Francisco da Encarnação, Antonio Martins d'Oliveira, Gabriel José Diniz.

Estudam por Bezouth, toda a Arthmetica, a 1.^a Secção da Geometria; a 2.^a até as medidas das superficies; e na 3.^a Trigonometria plana e esferica; e a resolução dos calculos nauticos por differentes Autores. = *Francisco Xavier Lança.*

Lista dos 13 Estudantes, que actualmente frequentam a Real Aula de primeiras letras, remetida á Secretaria do Governo desta Cidade de Macão, por Joaquim Gil da Costa Pereira, Mestre da mesma Aula.

1.^a Classe. José Lourenço da Costa Pereira, de 13 annos de idade, filho de Joaquim Gil da Costa Pereira; estuda com esforço, e sem faltas.

Antonio de Sousa Cordeiro, 17 annos, filho de José Antonio de Sousa Cordeiro; idem, idem.

Agostinho Alexandrino da Costa Pereira, 12 annos, filho de Joaquim Gil da Costa Pereira; idem, idem.

Luiz Felis Vicente Vieira, 13 annos, filho de Felis Vicente Vieira; idem, idem.

2.^a Classe. Francisco Xavier, de 12 annos de idade, e João Luiz Xavier, de 11, filhos de Francisco Xavier; estudam pouco, e com muitas faltas.

João Francisco de Paula, de 9 annos; estuda algum tanto, e sem faltas.

Thomás de Aquino e Rocha, de 10 annos, filho de Thomás de Aquino e Rocha; idem, com muitas faltas.

3.^a Classe. João Lourenço da Silva, de 14 annos de idade, filho de Felis Peregrino da Silva; estuda pouco, e com muitas faltas.

Jozino José Maher, de 12 annos, filho de Jeronymo Maher; idem, idem.

Antonio de Paula Costa Pereira, de 9 annos, filho de Joaquim Gil da Costa Pereira; idem, sem faltas.

Joaquim Antonio Rodrigues, de 13 annos, filho de Antonio Joaquim Rodrigues; idem, com muitas faltas.

Ignacio da Rocha, de 9 annos, filho de Thomás de Aquino e Rocha, idem, idem.

Indicação.

Os Estudantes da 1.^a Classe aprendem Grammatica Portugueza por Lobato, Arithmetica por Bezout, e os principios de Latim por Antonio Pereira.

Os da 2.^a lêem desembaraçadamente, sabem a Doutrina Christã por Cathecismo, escrevem, e resolvem as 4 especies de conta; e alguns delles as regras de proporção.

Os da 3.^a lêem com difficuldade, aprendem por Cathecismo a Doutrina Christã, e as 4 especies de conta; e escrevem.

N. B. Além dos acima alistados, despediram-se mais 12, — João Gualberto de Jesus, e Joaquim Antonio de Jesus; estes, completos nos seus estudos da 1.^a Classe. Pedro Paulo da Rocha, Vicente Rodrigues, Adriano de Carvalho, e José Joaquim da Rocha, quasi completos. Vicente de Paula Barros, Francisco de Paula Barros, Caeatno José Pereira, e Francisco de Paula e Noronha, quasi nada aprenderam, bem como João Baptista; e Francisco de Paula que falleceu. Macão 28 de Dezembro de 1841. = Joaquim Gil da Costa Pereira.

Mappa geral dos artigos importados na Alfandega da Cidade de Macão, direitos que deram á mesma Alfandega, o donativo que percebem o Mosteiro de Santa Clara, e a Santa Casa da Misericordia debaixo do titulo de Consignatarios, liquido pertencente a Fazenda Publica, e total rendimento, entrado na Caixa desta Alfandega no presente anno de 1840.

Brigue *Novo Viajante*, procedente de Lisboa, conduzindo 139 picos de sandalo.

Barca *Activa*, procedente de Lisboa, conduzindo 193 picos de cevadinha; 12 ditos de vidros quebrados; e 20 volumes com differentes artigos.

Barca *Marquez de Hastings*, procedente de Bombaim, conduzindo 1.287 picos de algodão; 140 de azas de peixe; 94 de bucho de peixe; 3 caixas e fardos com fazendas; 51 picos de calem; 48 de cravo; 99 de rotim; 118 de salitre; e 105 cates de tartaruga.

Barca *União*, procedente de Bombaim, conduzindo 630 picos de algodão; 359 de azas de peixe; 245 de bucho de peixe; 2 de cacho; 4 caixas e fardos com fazendas; 59 picos de calem; 30 de couros e sollas; 18 de cravo; 79 de ferro; 90 frasqueiras de genebra; 6 picos de pedras cornelinas; 96 queijos; 30 picos de rotim; e 14 de sabão.

Barca *Fanny*, procedente de Bombaim, conduzindo 1.772 picos de algodão; e 237 de pedras de sunda.

Brigue *Simplicio*, procedente de Bombaim, conduzindo 10 picos de abada; 114 de azas de peixe; 397 de bicho do mar; 147 de bucho de peixe; 425 de cacho; 388 de calem; 311 cates de camfora; 35 picos de couros e sollas; 1 de cravo; 100 de ferro; 102 frasqueiras com genebra; 1 pico de marfim; 2.273 cates de ninhos de passaro; 2 picos de nervo de veadado e vacca; 59 de noz moscada; 19.070 pennas de passaro; 119 picos de pimenta; 178 de rotim; 32 de sangue de drago; 13 de sayem; 10 de siput; 6 cates de tartaruga; 4 picos de taucan; e 7 de vidros quebrados.

Brigue *Amizade*, procedente de Bombaim, conduzindo 4 picos de abada; 1 de aguila; 267 de algodão; 1.526 de areca; 39 de azas de peixe; 284 de bicho do mar; 88 de bucho de peixe; 193 de cacho; 8 caixas e fardos com fazendas; 27 picos de calem; 1.245 cates de camfora; 28 picos de couros e sollas; 30 de cravo; 1.000 esteiras de rota e palha; 2 picos de marfim; 6.898 cates de ninho de passaro; 15 picos de noz moscada; 1.280 pennas de pas-

saro; 51 picos de pucho; 91 de rotim; 1 de sabão; 17 de sangue de drago, 23 de siput; 14 cates de tartaruga; 1 pico de taucau; e 12 de vidros quebrados.

Brigue *Esperança*, procedente de Bombaim, conduzindo 214 picos de algodão; 620 de azas de peixe; 25 de cacho; 22 de cera; 5 de cravo; 100 esteiras de rota e palha; 83 picos de ferro; 102 frasqueiras de genebra; 9 picos de marfim; 1 de noz moscada; 11 de pedras cornelinas; 155 de pedras de sunda; 1 de pimenta; 26 de sabão; e 8 de salitre.

Barca *Angelica*, procedente de Singapor, conduzindo 17 picos de abada; 5 de aguila; 357 de algodão; 45 de azas de peixe; 290 de bicho do mar; 365 de bredo do mar; 47 de bucho de peixe; 8 caixas e fardos com fazendas; 1 pico de calem; 333 cates de camfora; 29 picos de cera; 23 de couros e sollas; 1.117 esteiras de rota e palha; 420 picos de gambel; 96 de marfim; 5.525 cates de ninho de passaro; 1 pico de nervos de veado e vacca; 7 de noz moscada; 1.152 taéis de ouro em pó e obra; 26.033 patacas novas espanholas; 9.440 pennas de passaro; 132 picos de pimenta; 71 de pucho; 101 de rotim; 684 de sagú; 16 de sandalo; 6 de sangue de drago; e 455 cates de tartaruga.

Brigue *Constituição*, procedente de Penang, conduzindo 172 picos de areca; 95 de cacho; 1 caixa ou fardo com fazendas; 15 picos de cobre; 8 de couros e sollas; 26 de ferro; 113 frasqueiras com genebra; 55 duzias de garrafas com vinho e cerveja; 2.028 patacas novas espanholas; 47 picos de rotim; 150 troços de madeira; e 19 volumes com diferentes artigos.

Barca *Providencia*, procedente de Batavia, conduzindo 7 picos de abada; 427 de algodão; 165 de areca; 38 de azas de peixe; 1.306 de bicho do mar; 72 de bredo do mar; 4 de bucho de peixe; 42 caixas e fardos com fazendas; 1.154 picos de calem; 75 cates de camfora; 29 picos de cravo; 5.731 esteiras de rota e palha; 78 picos de isca; 3 de lixas; 2 de marfim; 10.063 cates de ninho de passaro; 3 picos de nervo de veado e vacca; 33 de noz moscada; 1.375 patacas novas espanholas; 3 picos de pimenta; 308 de rotim; 1 de sabão; 354 de sandalo; 1 de siput; 88 cates de tartaruga; e 23 picos de vidros quebrados.

Brigue *Nossa Senhora da Luz*, procedente de Batavia, conduzindo 29 picos de azas de peixe; 2.624 de bicho do mar; 2 caixas e fardos com fazendas; 147 picos de calem; 32 de cravo; 58 de isca; 244 cates de ninho de passaro; 2 picos de noz moscada; 2.240 patacas novas hespanholas; 1 pico de sabão; 657 de sandalo; 1 de siput; e 383 cates de tartaruga.

Brigue Escuna *Genoveva*, procedente de Timor, conduzindo 15 picos de cera; e 411 de sandalo.

Barca *Indiana*, procedente de Timor, conduzindo 71 picos de algodão; 45 de azas de peixe; 44 de bicho do mar; 20 caixas e

fardos com fazendas; 339 picos de calem; 5 de couros e sollas; 3.440 esteiras de rota e palha; 50 frasqueiras com genebra; 76 picos de isca; 8 de lixas; 661 de marfim; 3.796 cates de ninho de passaro; 79 picos de noz moscada; 63 taeis de ouro em pó e obra; 237 picos de pedras de sunda; 13 queijos; 252 picos de salitre; 932 de sandalo; 18 de sangue de drago; e um cate de tartaruga.

Brigue *Brilhante*, procedente de Timor, conduzindo 2.809 picos de sandalo; e 80 troços de madeira.

Barca *Tranquilidade*, procedente de Sooloo, conduzindo 140 picos de azas de peixe; 2.371 de bicho do mar; 36 de bredo do mar; 44 cates de camfora; 14 picos de concha; 5 esteiras de rota e palha; 7.897 cates de ninho de passaro; 1 pico de nervos de veado e vacca; 546 de rotim; e 253 de siput.

Barca *Margarida*, procedente de Manilha, conduzindo 2.339 picos de algodão; 25 de azas de peixe; 139 barrís com carne; 123 picos de bicho do mar; 9 caixas e fardos com fazendas; 123 picos de camarão secco; 14 de charutos; 16 de chumbo; 59 de couros e sollas; 427 de ferro; 22 duzias de garrafas com vinho e cerveja; 177 picos de pucho; 27 de sandalo; 456 de sibucan; 33 cates de tartaruga; 172 troços de madeira; 30 picos de vidros quebrados; 30 volumes com diferentes artigos.

Barca Hespanhola *Dos Amigos*, procedente de Manilha, conduzindo 60 picos de algodão; 6.000 patacas novas hespanholas; e 79 volumes com diferentes artigos.

Barca Hespanhola *Isabel* 2.^a, procedente de Manilha, conduzindo 29 picos de areca; 314 de assucar; 56 barrís com carne; 16 caixas e fardos com fazendas; 4 picos de cera; 26 de charutos; 100 frasqueiras com genebra; 606 duzias de garrafas com vinho e cerveja; 664 queijos; e 29 picos de rotim.

Barca Hespanhola *Rafaela*, procedente de Manilha, conduzindo 693 picos de algodão; 4 de assucar; 6 de azas de peixe; 24 de bicho do mar; 520 de camarão secco; 58 de chumbo; 28 de couros e sollas; 82 frasqueiras com genebra; 61 cates de ninho de passaro; 12 picos de nervos de veado e vacca; 12.250 patacas novas hespanholas; 406 picos de sibucan; 6 de siput; 52 cates de tartaruga; e 55 troços de madeira.

Brigue Hespanhol *Cometta*, procedente de Manilha, conduzindo 709 picos de ago; 652 de algodão; 13 de azas de peixe; 73 de bicho do mar; 41 de cabos de cairo e linho; 4 caixas e fardos com fazendas; 1 pico de cera; 13 de charutos; 206 de chumbo; 1.965 de couros e sollas; 459 de ferro; 7 de isca; 269 cates de ninho de passaro; 100 queijos; 785 picos de sibucan; 288 troços de madeira; e 9 picos de vidros quebrados.

Brigue Hespanhol *Patriota*, procedente de Manilha, conduzindo 433 picos de cacho; 3 caixas e fardos com fazendas; e 222 picos de sagú.

Brigue Hespanhol *Singular*, procedente de Manilha, conduzindo 221 picos de algodão; 44 de camarão secco; 62 de chumbo; 400 de couros e sollas; 36 de isca; 63 de páo ebano; 113 de rotim; 5 de vidros quebrados; e 288 troços de madeira.

Diversos navios hespanhoes, procedentes de Manilha, conduzindo 52 picos de cabos de cairo e linho; 477 de sibucau; 2 caixas ou fardos com fazendas; e 85 volumes com differentes artigos.

Diversos navios da praça, procedentes de diversos portos, conduzindo differentes miudezas.

Cincoenta e sete navios estrangeiros entrados por franquia, conduzindo 90 picos de abada; 88 de aço; 289.411 de algodão; 1.361 de areca; 13 de alcaçuz; 2.363 de azas de peixe; 1.650 de bicho do mar; 975 de bucho de peixe; 397 de cabos de cairo e linho; 447 de cacho; 2,684 caixas e fardos com fazendas; 1.296 barrís com carne; 447 picos de calem; 71 cates de canfora; 13 picos de charutos; 4.988 de chumbo; 22 de cobre; 45 de concha; 93 de couros e sollas; 2.010 esteiras de rota e palha; 13.621 picos de ferro; 791 frasqueiras de genebra; 13.070 duzias de garrafas com vinho e cerveja; 582 picos de incenso; 39 de isca; 110 de marfim; 751 cates de ninho de passaro; 1 pico de nervos de veado e vacca; 193.115 patacas novas hespanholas; 24.160 pennas de passaro; 369 picos de pedras cornelinas; 738 de pedras de sunda; 2.410 de pimenta; 1.188 de pucho; 49 queijos; 9.073 picos de rotim; 22 de sabão; 143 de sagú; 1.120 de salitre; 2.999 de sandalo; 128 de scriboa; 38 de cevadinha; 667 de sibucau; 13 taboas de teca e puna; 6 cates de tartaruga; 18 troços de madeira; e 264 volumes com differentes artigos.

Sommam as importações 128 picos de abada; 797 de aço; 6 de aguila; 298.401 de algodão; 13.253 de areca; 331 de assucar; 3.976 de azas de peixe; 1.491 barrís com carne; 9.188 picos de bicho do mar; 473 de bredo do mar; 1.779 de bucho de peixe; 490 de cabos de cairo e linho; 1.620 de cacho; 2.806 caixas e fardos com fazendas; 2.813 picos de calem; 687 de camarão secco; 2.079 cates de canfora; 71 picos de cera; 66 de charutos; 5.330 de chumbo; 37 de cobre; 59 de concha; 2.674 de couros e sollas; 163 de cravo; 13.403 esteiras de rota e palha; 14.795 picos de ferro; 1.430 frasqueiras com genebra; 13.753 duzias de garrafas com vinho e cerveja; 420 picos de gambel; 582 de incenso; 294 de isca; 11 de lixas; 881 de marfim; 37.777 cates de ninho de passaro; 20 picos de nervo de veado e vacca; 196 de noz moscada; 1.215 tacs de ouro em pó e obra; 243.041 patacas novas hespanholas; 63 picos de páo ebano; 53.950 pennas de passaro; 386 picos de pedras cornelinas; 1.367 de pedras de sunda; 2.665 de pimenta; 1.487 de pucho; 922 queijos; 9.586 picos de rotim; 94 de sabão; 1.049 de sagú; 1.498 de salitre; 8.344 de sandalo; 73 de sangue de drago; 13 de sayem; 128 de scriboa; 171 de

sévadinha; 2.791 de sibucau; 294 de siput; 13 taboas de teca e puna; 1.143 cates de tartaruga; 5 picos de taucau; 1.031 troços de madeira; 98 picos de vidros quebradós; e 497 volumes com diferentes artigos.

Direitos que deram á Alfandega da Cidade de Macão, incluindo o chamado Consignatarios.

EMBARCAÇÕES	Donativo á Misericórdia e a Santa Clara, e título de Consignatarios.		Liquido pertencente á Fazenda Publica.		Total	
	Tacis	Caixas	Tacis	Caixas	Tacis	Caixas
Brigue Novo Viajante	14	771	44	313	59	084
Barca Activa	»	»	95	960	95	960
Dita Marquez de Hastings ..	170	306	771	103	941	409
Dita União	182	494	1 294	445	1 476	939
Dita Fanny	106	326	413	464	519	790
Brigue Simplicia	155	314	1 747	562	1 902	848
Dito Amisade	176	585	2 782	594	2 959	179
Dito Esperança	192	627	980	156	1 172	783
Barca Angelica	147	390	3 161	196	3 308	586
Brigue Constituição	14	169	92	553	106	722
Barca Providencia	432	921	5 121	212	5 554	133
Brigue Nossa Senhora da Luz	516	399	3 041	838	3 558	237
Brigue-Escuna Genoveva	74	041	228	908	302	949
Barca Indiana	141	397	1 936	929	2 078	320
Brigue Brilhante	243	167	729	517	972	684
Barca Tranquillidade	478	720	2 367	790	2 846	510
Dita Margarida	163	571	934	580	1 098	151
Dita hespanhola Dos Amigos ..	7	200	124	800	132	000
Dita dita Isabel 2. ^a	35	389	858	855	894	24
Dita dita Rafaela	95	221	1 680	452	1 775	673
Brigue dito Cometa	240	124	3 320	223	3 560	347
Dito dito Patriota	33	789	360	916	294	705
Dito ditó Singular	56	605	669	648	726	253
Diversos navios hespanhoes ..	19	550	389	657	409	207
Diversos navios da praça	9	241	130	928	146	169
57 navios estrangeiros	»	»	77 950	998	77 959	998
Somma.	3 707	317	111 136	567	114 843	884

N. B. — 1.º Que os direitos do Brigue *Noro Viajante*, e *Barca Activa*, são do resto do seu carregamento da viagem do anno proximo passado, despachados no presente. — 2.º Que os direitos da *Barca Fanny*, hoje denominada *Indiana*, são dos artigos restantes da viagem da mesma do porto de Bombaim no anno findo, despachados neste. — 3.º Que o Brigue *Constituição*, tendo partido para Gôa de vias, não proseguio sua viagem pelo máo estado em que entrava em Penang, donde voltou para este. — 4.º Que os direitos de diversos navios são de diferentes miudezas vindas nos agazalhados dos officiaes dos mesmos. — 5.º Que no rendimento de franquia, se acha comprehendida a quantia de dous mil oitocentos trinta e cinco taéis, quatrocentas trinta e oito caixas, importancia d'armazenagem, que pagaram as fazendas grossas vindas em navios estrangeiros, despachadas no presente. — 6.º Que existe nos armazens desta, uma porção de algodão, sandalo, calem, couros de bufalos, cacho, bucho e azas de peixe, e outros artigos, que montaram os direitos pela estimativa em nove mil oitocentos e quatorze taéis. — Foi formado o presente mappa á vista dos livros respectivos aos 30 de Dezembro de 1840. — Eu Demetrio de Araujo e Silva, Escrivão da Mesa Grande, que o subscrevi. — O Juiz Superintendente e Administrador, José Maria Rodrigues de Bastos.

Mappa geral dos artigos importados na Alfandega da Cidade de Macao, direitos que deram á mesma Alfandega, o donativo que percebem o Mosteiro de Santa Clara e a Santa Casa da Misericordia debaixo do titulo de Consignatarios, liquido pertencente á Fazenda Publica, e total rendimento entrado na Caixa desta Alfandega no presente anno de 1841.

Barca Resolução, procedente de Lisboa, Rio de Janeiro, e Batavia, conduzindo 1.933 barrís com vinho, brandy, e cerveja; 14 com carne e peixe salgado; 39 picos de bredo do mar; 13 de cabos de caíro e linho, 26 caixas e fardos com fazendas; 113 picos de ferro; 521 frasqueiras com genebra; 7 cates de manteiga; 51 picos de noz moscada; 3.600 patacas novas de Hespanha e Mexico; 46 pessas de lona Ingleza e da Russia; 64 picos de pimenta preta e branca; 80 queijos; 582 picos de rotim; e 511 volumes com diferentes artigos.

Brigue Noro Viajante, procedente de Lisboa, Bombaim, e portos do estreito, conduzindo 1 pico de aguila; 16 ditos de azas de viola e tubarão; 43 barrís com vinho, brandy, e cerveja; 8 com carne e peixe salgado; 56 picos de bicho do mar; 33 de bucho de peixe; 9 caixas e fardos com fazendas; 374 picos de calem; 93 cates de canfora; 37 picos de couros e sollas; 39 de cravo; 33 duzias de

garrafas com vinho, brandy, e cerveja; 3 cates de manteiga; 2 picos de marfim; 119 cates de ninho de passaro branco; 438 de ninho dito cabelo; 10 picos de noz moscada; 12.780 pennas de passaro; 15 picos de sabão; 14 de sangue de drago; 33 cates de tartaruga; 2 picos de vidros quebrados; 35 volumes com comestiveis; e 4 com diferentes artigos.

Charrua S. *João Magnanimo*, procedente de Lisboa, Góá, e portos do estreito, conduzindo 62 barrís com vinho, brandy, e cerveja; 242 picos de cabos de cairo e linho; 18 caixas e fardos com fazendas; 9.200 esteiras de rota e palha.

Brigue *Constituição*, procedente de Góá, e portos do estreito, conduzindo 2 picos de abada; 81 de algodão; 136 de areca; 37 de azas de viola e tubarão; 52 de bicho do mar; 30 de bucho de peixe; 258 de calem; 19 cates de canfora; 19 picos de cravo; 1.520 esteiras de rota e palha; 6 duzias de garrafas com vinho, brandy, e cerveja; 11 picos de marfim; 243 cates de ninho de passaro branco; 1.564 de ninho dito cabelo; 1 pico de noz moscada; 50.754 pennas de passaro; 45 picos de pimenta preta e branca; 4 de ras-samalha; 2 de sabão; 34 de sangue de drago; 4 de siput; e 1 cate de tartaruga.

Barca *Tranquillidade*, procedente de Timor, e portos de Java, conduzindo 2 caixas e fardos com fazendas.

Brigue-Escuna *Genoveva*, procedente de Timor, e portos de Java, conduzindo 7 picos de cera; e 4 de sandalo.

Brigue *Brilhante*, procedente de Timor, e portos de Java, conduzindo 663 picos de sandalo.

Barca *Marquez de Hastings*, procedente de Bombaim, conduzindo 21 picos de abada; 344 cates de algodão; 10 picos de azas de viola e tubarão; 26 de bicho do mar; 20 de bucho de peixe; 16 de cabos de cairo e linho; 6 caixas e fardos com fazendas; 375 picos de calem; 358 cates de canfora; 17 picos de cravo; 2.440 esteiras de rota e palha; 44 picos de ferro; 50 de marfim; 1 de nervos de veado e vacca; 128 cates de ninho de passaro branco; 952 de ninho dito cabelo; 1 pico de noz moscada; 16.130 pennas de passaro; 91 picos de pimenta preta e branca; 100 de rotim; 5 de sabão; 22 de sangue de drago; e 219 cates de tartaruga.

Brigue *Simplicia*, procedente de Bombaim, conduzindo 569 picos de algodão; 17 de azas de viola e tubarão; 23 de bicho do mar; 82 de bucho de peixe; 1 caixa ou fardo com fazendas; 396 picos de calem; 11 de cominhos; 19 de incenso; 1 de nervos de veado e vacca; 320 cates de ninho de passaro cabelo; 14 picos de noz moscada; 15.130 pennas de passaro; 3 picos de pimenta preta e branca; 85 de rotim; 46 de sabão; 9 de salitre; e 10 volumes com diferentes artigos.

Barca *União*, procedente de Batavia, conduzindo 41 picos de abada; 14 de aço; 4 de aguila; 460 de algodão; 9 de areca; 199

de azas de viola e tubarão; 311 de bicho do mar; 117 de bucho de peixe; 22 de cabos de cairo e linho; 2 de café; 57 caixas e fardos com fazendas; 217 picos de calem; 807 cates de canfora; 205 picos de chumbo; 49 de couros e sollas; 51 de cravo; 3.060 esteiras de rota e palha; 551 picos de ferro; 96 frasqueiras com genebra; 2 picos de lixa; 2 de marfim; 2.880 cates de ninho de passaro branco; 5.170 de ninho de dito cabello; 66 picos de noz moscada; 5.761 patacas novas de Hespanha e Mexico; 13.130 pennas de passaro; 200 picos de pimenta preta e branca; 12 de pucho 249 queijos; 2 picos de rassamalha; 170 de sabão; 2 de sahém; 363 de sandalo; 25 de sangue de drago; 33 de siput; 211 cates de tartaruga; e 39 picos de vidros quebrados.

Barca *Tremelga*, procedente de Batavia, conduzindo 297 picos de algodão; 25 de azas de viola e tubarão; 66 de bicho do mar; 17 caixas e fardos com fazendas; 47 picos de cobre; 148 de couros e sollas; 440 esteiras de rota e palha; 588 picos de ferro; 237 frasqueiras com genebra; 153 cates de ninho de passaro cabello; 13.030 pennas de passaro; 15 picos de sabão; e 2 volumes com diferentes artigos.

Barca *Providencia*, procedente dos portos de Java, conduzindo 1 pico de abada; 1 de aguila; 931 de algodão; 40 de bicho do mar; 19 de bucho de peixe; 22 caixas e fardos com fazendas; 283 picos de calem; 22 de couros e sollas; 115 de cravo; 125 esteiras de rota e palha; 964 picos de ferro; 81 de isca; 6 de lixas; 1 de marfim; 1.732 cates de ninho de passaro branco; 1.280 de ninho de dito cabello; 1.141 taeis de ouro em pó e obra; 10.000 patacas novas de Hespanha e Mexico; 785 picos de sandalo; e 74 cates de tartaruga.

Barca *Indiana*, procedente dos portos de Java, conduzindo 9 picos de abada; 113 de algodão; 4 cates de aljofar; 33 picos de azas de viola e tubarão; 1.689 de bicho do mar; 23 caixas e fardos com fazendas; 14 picos de cóla; 242 de couros e sollas; 164 de cravo; 140 de ferro; 2.892 esteiras de rota e palha; 407 frasqueiras com genebra; 30 picos de isca; 49 de nervos de veado e vacca; 775 cates de ninho de passaro branco; 6.797 de ninho de dito cabello; 6.035 patacas novas de Hespanha e Mexico; 110 pares de pontas de veado; 1 de pucho; 49 queijos; 24 picos de sandalo; 4 de tamarindo; 305 cates de tartaruga; 4 picos de vidros quebrados; e 5 volumes com diferentes artigos.

Brigue *Nossa Senhora da Luz*, procedente dos portos de Java, conduzindo 1 pico de aguila; 1 cate de aljofar; 146 picos de azas de viola e tubarão; 2.490 de bicho do mar; 2 de bucho de peixe; 23 caixas e fardos com fazendas; 64 cates de canfora; 304 esteiras de rota e palha; 12 picos de cravo; 8 cates de fios de prata; 37 picos de nervo de veado e vacca; 3.557 cates de ninho de passaro branco; 645 de ninho de dito cabello; 15 picos de noz mos-

cada; 26 pares de pontas de veado; 6 queijos; 31 rabos de pavão; 13 picos de sabão; 37 de sandalo; 626 cates de tartaruga; e 3 picos de vidros quebrados.

Barca Margarida, procedente de Singapor e Batavia, conduzindo 23 picos de abada; 1.817 de algodão; 2 cates de aljofar; 493 picos de areca; 17 de azas de viola e tubarão; 519 de bicho do mar; 93 de bucho de peixe; 50 caixas e fardos com fazendas; 46 cates de canfora; 80 picos de chumbo; 14 de cravo; 3.636 esteiras de rota e palha; 1.064 picos de ferro; 150 frasqueiras com genebra; 11 picos de nervo de veado e vacca; 14 de noz moscada; 3.724 cates de ninho de passaro branco; 1.782 de ninho de dito cabelo; 505 patacas novas de Hespanha e Mexico; 4.500 pennas de passaro; 75 picos de pimenta preta e branca; 97 de pucho; 102 de rotim; 87 de sabão; 2 de siput; 86 cates de tartaruga; e 83 picos de vidros quebrados.

Barca Anglicana, procedente dos portos do estreito, conduzindo 1.815 picos de areca; 101 de azas de viola e tubarão; 149 de bicho do mar; 61 de bucho de peixe; 198 de cacho; 183 de calem; 1 caixa ou fardo com fazendas; 57 cates de canfora; 1 pico de cominhos; 51 de cravo; 5 de marfim 1 de nervos de veado e vacca; 253 cates de ninho de passaro branco; 1.279 de ninho de dito cabelo; 1 pico de noz moscada; 69.680 pennas de passaro; 31 picos de pimenta preta e branca; 296 de rotim; 35 de sabão; 8 de sahem; 4 de sangue de drago; e 2 de siput.

Barca Victoria, procedente dos portos do estreito, conduzindo 8 picos de abada; 36 de algodão; 884 de areca; 37 de bicho do mar; 40 de bucho de peixe; 138 de calem; 4 caixas e fardos com fazendas; 472 cates de canfora; 22 picos de chumbo; 3 de cravo; 175 de ferro; 790 esteiras de rota e palha; 2 picos de marfim; 130 cates de ninho de passaro branco; 1.244 de ninho de dito cabelo; 45 picos de noz moscada; 9.040 pennas de passaro; 161 picos de pimenta preta e branca; 26 de sabão; 26 de sangue de drago; 6 de siput; e 248 cates de tartaruga.

Brigue Amizade, procedente dos portos do estreito, conduzindo 182 picos de algodão; 1.744 de areca; 37 de azas de viola e tubarão; 2 barris com carne e peixe salgado; 71 picos de bicho do mar; 32 de bucho de peixe; 165 de calem; 2 caixas ou fardos com fazendas; 74 cates de canfora; 40 picos de cravo; 720 esteiras de rota e palha; 37 frasqueiras com genebra; 765 cates de manteiga; 164 de ninho de passaro branco; 564 de ninho de dito cabelo; 6 picos de marfim 4 de noz moscada; 6.592 patacas novas de Hespanha e Mexico; 10.300 pennas de passaro; 6 picos de pimenta preta e branca; 6 de rassamalha; 81 de rotim; 6 de sabão; 23 de sahem; 11 cates de tartaruga; e 7 volumes com differentes artigos.

Brigue Esperança, procedente de Góa e Penang, conduzindo 12

picos de abada; 1 de algodão; 63 de azas de viola e tubarão; 1 cate de aljofar; 1 barril com vinho; 240 picos de bicho do mar; 71 de bucho de peixe; 569 de calem; 78 caixas e fardos com fazendas; 83 cates de canfora; 5 picos de cera; 2 de cominhos; 23 de couros e sollas; 260 esteiras de rota e palha; 8 picos de marfim; 1 de nervos de veado e vacca; 16 de noz moscada; 333 cates de ninho de passaro branco; 3.527 de ninho de dito cabello; 13.897 pennas de passaro; 120 pessas de lona ingleza e da Russia; 310 picos de pimenta preta e branca; 2 de sabão; 15 de sangue de drago; 32 de siput; 10 de vidros quebrados; e 2 cates de tartaruga.

Navio *Rafaela*, procedente de Manilha, conduzindo 831 picos de algodão; 13 de bicho do mar; 73 de camarão secco; 7 caixas e fardos com fazendas; 32 picos de charutos; 201 de chumbo; 244 de couros e sollas; 619 de ferro; 2 de nervos de veado e vacca; 103 cates de ninho de passaro cabello; 7.100 patacas novas de Hespanha e Mexico; 102 picos de rotim; 209 de sibocau; e 100 troços de madeira.

Navio *Gertrudes*, procedente de Manilha, conduzindo 349 picos de algodão; 1 de azas de viola e tubarão; 32 de bicho do mar; 104 de cabos de cairo e linho; 1 caixa ou fardo com fazendas; 14 picos de charutos; 269 de chumbo; 213 de couros e sollas; 7 de nervos de veado e vacca; 12.300 patacas novas de Hespanha e Mexico; 20 picos de sabão; 119 cates de tartaruga; e 469 troços de madeira.

Barca *Isabel 2.^a*, procedente de Manilha, conduzindo 559 picos de algodão; 1.063 de bicho do mar; 15 de cabos de cairo e linho; 17 de camarão secco; 2 caixas ou fardos com fazendas; 152 picos de chumbo; 368 de couros e sollas; 142 frasqueiras com genebra; 45 duzias de garrafas de vinho, brandy, e cerveja; 9.785 patacas novas de Hespanha e Mexico; 128 cates de tartaruga; 1.651 troços de madeira; 51 picos de vidros quebrados; e 31 volumes com comestiveis.

Barca *Dos Amigos*, procedente de Manilha, conduzindo 1.504 picos de algodão; 9 de azas de viola e tubarão; 102 de bicho do mar; 51 de camarão secco; 25 caixas e fardos com fazendas; 79 picos de charutos; 380 de chumbo; 276 de cóla; 986 de couros e sollas; 11 duzias de garrafas com vinho, brandy, e cerveja; 4 picos de isca; 4 de nervos de veado e vacca; 303 cates de ninho de passaro cabello; 4 peças e abuzes de ferro e bronze; 400 picos de pederneiras; 307 de rotim; 7 de sabão; 25 de vidros quebrados; 2 cates de tartaruga; 361 troços de madeira; e 11 volumes com differentes artigos.

Barca *Salvadora*, procedente de Manilha, conduzindo 1 caixa ou fardo com fazendas; 1 pico de charutos; 33 duzias de garrafas com vinho, brandy, e cerveja; 12 picos de siput; 118 troços de ma-

deira; 2 volumes com comestiveis; e 7 volumes com diferentes artigos.

Brigue Singular, procedente de Manilha, conduzindo 7 picos de algodão; 25 de azas de viola e tubarão; 26 de bicho do mar; 88 de camarão secco; 4 caixas e fardos com fazendas; 64 picos de couros e sollas; 200 de enxofre; 54 de isca; 5 de nervos de veado e vacca; 4.495 cates de ninho de passaro cabello; 94 picos de pederneiras; 421 de rotim; 385 de sibocau; 2 de siput; 18 de vidros quebrados; 9 cates de tartaruga; e 344 troços de madeira.

Brigue Cometa, procedente de Manilha, conduzindo 863 picos de algodão; 3 de azas de viola e tubarão; 244 de bicho do mar; 12 caixas e fardos com fazendas; 1 pico de charutos; 21 de couros e sollas; 5 de nervo de veado e vacca; 3.949 cates de ninho de passaro cabello; 10 peças e obuzes de ferro e bronze; 142 picos de rotim; 7 de sabão; 335 de sibocau; 26 de vidros quebrados; e 5 volumes com diferentes artigos.

Brigue Lingaem, procedente de Manilha, conduzindo 525 picos de algodão; 8 de anil; 38 de azas de viola e tubarão; 79 barrís com alcatrão; 39 picos de bicho do mar; 18 caixas e fardos com fazendas; 4 cates de canfora; 5 picos de charutos; 185 de chumbo; 22 de couros e sollas; 6 de nervos de veado e vacca; 13 cates de ninho de passaro branco; 110 de ninho de dito cabello; 16.538 patacas novas de Hespanha e Mexico; 16 peças e obuzes de ferro e bronze; 46 picos de rotim; 206 de sabão; 11 cates de tartaruga; 239 troços de madeira; 64 picos de vidros quebrados; e 36 volumes com diferentes artigos.

Brigue Ramiro, procedente de Manilha, conduzindo 13 cates de cabos de cairo e linho; 2 de café; 8 caixas e fardos com fazendas; 2 picos de charutos; 290 de chumbo; 74 de cóla; 335 de couros e sollas; 100 frasqueiras com genebra; 173 duzias de garrafas com vinho, brandy, e cerveja; 17.500 patacas novas de Hespanha e Mexico; 8 peças e obuzes de ferro e bronze; e 71 troços de madeira.

Brigue Thaur, procedente de Manilha, conduzindo 74 picos de cabos de cairo e linho; 2 caixas e fardos com fazendas; 15 picos de chumbo; e 41 de cobre.

Diversos navios hespanhoes, procedentes de Manilha, conduzindo diferentes miudezas.

Diversos navios nacionaes, procedentes de diversos portos, conduzindo 9 volumes com diferentes artigos.

Cento e quarenta navios estrangeiros entrados por franquia, conduzindo 38 picos de abada; 10 de aço; 157.810 de algodão; 13 de anil; 36.535 de areca; 1.021 de assucar; 2.048 de azas de viola e tubarão; 678 barrís com alcatrão; 375 barrís com vinho brandy e cerveja; 3.088 barrís com carne e peixe salgado; 24 picos de benjoim; 19 de berberis; 6 de bicho do mar; 416 de bredo do mar; 1.413 de bucho de peixe; 956 de cabos de cairo e linho;

4.271 de cacho; 266 de café; 8.947 caixas e fardos com fazendas; 27 cates de canfora; 1.163 picos de carvão de pedra; 94 de cera; 99 de charutos; 13.822 de chumbo; 134 de cobre; 276 de cóla; 117 de cominhos; 30 de concha; 69 de conchinhas; 1.013 de couros e sollas; 100 de cravo; 1.000 esteiras de rota e palha; 10.511 picos de ferro; 2.927 de fiado; 420 folhas de Flandres; 4.413 frasqueiras com genebra; 116 picos de gambel; 21.476 duzias de garrafas com vinho, brandy, e cerveja; 154 picos de gomma arabia; 233 de incenso; 167 cates de manteiga; 140 picos de marfim; 3 de noz moscada; 960 taeis de ouro em pó e obra; 214.149 patacas novas de Hespanha e Mexico; 148 peças e obuzes de ferro e bronze; 95 picos de pederneiras; 15 de pedras de sunda; 1.012 pennas de passaro; 1.915 pessas de lona ingleza e da Russia; 2.371 picos de pimenta preta e branca; 58 de prezuntos; 4.610 de pucho; 921 queijos; 45 picos de rassamalha; 21.306 de rotim; 674 de sabão; 59 de sagú; 4.322 de salitre; 7.927 de sandalo; 30 de cevadinha; 293 de sibocau; 13 de tamarindo; 4.712 troços de madeira; 24 picos de vinga; 4.363 volumes com comestiveis; e 154 volumes com diferentes artigos.

Sommam as importações 155 picos de abada; 24 de aço; 7 d'aguila; 167.949 de algodão; 8 cates d'aljofar; 21 picos de anil; 41.528 de areca; 1.021 de assucar; 2.824 de azas de viola e tubarão; 757 barrís com alcatrão; 2.414 barrís com vinho, brandy, e cerveja; 3.112 barrís com carne e peixe salgado; 24 picos de benjoim; 19 de berberis; 7.294 de bicho do mar; 455 de bredo do mar; 2.013 de bucho de peixe; 1.455 de cabos de cairo e linho; 4.469 de cacho; 270 de café; 9.366 caixas e fardos com fazendas; 2.958 picos de calem; 229 de camarão secco; 2.104 cates de canfora; 1.163 picos de carvão de pedra; 106 de cera; 233 de charutos; 15.621 de chumbo; 222 de cobre; 640 de cóla; 131 de cominhos; 30 de concha; 69 de cornelinas; 3.787 de couros e sollas; 625 de cravo; 200 de enxofre; 26.387 esteiras de rota e palha; 14.769 picos de ferro; 2.927 de fiado; 8 cates de fio de prata; 420 picos de folhas de Flandres; 6.103 frasqueiras com genebra; 116 picos de gambel; 21.777 duzias de garrafas com vinho, brandy, e cerveja; 154 picos de gomma arabia; 252 de incenso; 169 de isca; 10 de lixas; 942 cates de manteiga; 227 picos de marfim; 130 de nervos de veado e vacca; 14.041 cates de ninho de passaro branco; 34.675 de ninho de dito cabello; 241 picos de noz moscada; 2.101 taeis de ouro em pó e obra; 309.865 patacas novas de Hespanha e Mexico; 156 peças e obuzes de ferro e bronze; 589 picos de pederneiras; 15 de pedras de sunda; 229.403 pennas de passaro; 2.081 pessas de lona ingleza e da Russia; 3.357 picos de pimenta preta e branca; 135 pares de pontas de veado; 58 picos de prezuntos; 4.720 de pucho; 1.305 queijos; 31 rabos de pavão; 57 picos de rassamalha; 23.570 de rotim; 1.336 de sabão; 59 de sagú; 33 de

sahem; 4.331 de salitre; 9.103 de sandalo; 140 de sangue de drago; 30 de cevadinha; 1.222 de sibocau; 93 de siput; 17 de tamarindo; 2.085 cates de tartaruga; 8.065 troços de madeira; 275 picos de vidros quebrados; 24 de vinga; 4.431 volumes com comestiveis; e 761 volumes com diferentes artigos.

*Direitos que deram á Alfandega da Cidade de Macão,
incluindo o chamado Consignatarios.*

EMBARCAÇÕES	Donativo d' Mi- sericórdia e a Santa Clara, o título de Con- signatarios		Liquido pertencente d' Fazen- da Publica.		Total	
	Taeis	Cai- xas	Taeis	Cai- xas	Taeis	Cai- xas
Barca Resolução.	49	349	643	891	693	240
Brigue Novo Viajante.	41	515	806	841	848	356
Charrua S. João Magnanimo	»	»	207	000	207	000
Brigue Constituição.	51	805	754	280	806	085
Barca Tranquillidade.	9	240	27	720	36	960
Brigue-Escuna Genoveva.	2	371	9	311	11	682
Brigue Brilhante.	59	456	178	369	237	825
Barca Marquez de Hastings	45	174	945	984	991	158
Brigue Simplicia.	67	525	749	752	817	277
Barca União.	478	768	4 515	876	4 994	644
Dita Tremelga.	108	326	481	692	590	018
Dita Providencia.	255	725	2 171	406	2 427	131
Dita Indiana.	395	716	3 806	822	3 202	538
Brigue Nossa Senhora da Luz	328	260	4 144	936	4 473	196
Barca Margarida.	372	009	3 387	939	3 759	948
Dita Angelica.	113	398	1 859	025	1 972	423
Dita Victoria.	50	277	905	580	955	857
Brigue Amisade.	79	934	844	502	924	436
Dito Esperança.	97	830	1 713	387	1 811	217
Navio Rafaela.	100	267	1 679	635	1 779	902
Dito Gertrudes.	48	913	1 389	290	1 438	203
Barca Isabel 2. ^a	295	369	4 243	553	4 538	922
Dita Dos Amigos.	164	651	2 339	614	2 504	265
Dita Salvadora.	1	152	115	450	116	602
Brigue Singular.	75	047	970	608	1 045	655
Somma e segue. .	3 292	077	37.892	463	41.184	540

EMBARCAÇÕES	Donativo á Misericórdia e á Santa Clara, a título de Consignatarios		Liquido pertencente á Fazenda Publica		Total	
	Tacis	Caixas	Tacis	Caixas	Tacis	Caixas
<i>Transporte.</i>	3 292	077	37 892	463	41.184	540
Brigue <i>Cometa</i>	124	070	1 893	033	2.017	103
Dito <i>Lingaem</i>	82	394	2 229	290	2 311	684
Dito <i>Ramiro</i>	25	217	804	445	829	662
Dito <i>Thaur</i>	»	»	150	504	150	504
Diversos navios hespanhoes. .	3 492		104	008	107	500
Diversos navios nacionaes. . .	23	506	111	191	134	697
140 navios estrangeios.	»	»	119.446	780	119.446	780
Somma.	3.550	756	162.631	714	166 182	470

N. B. 1.º Que os direitos da Charrua *S. João Magnanimo* são dos artigos acima mencionados, recebidos nos portos do Est eito; e que a carga que conduzio de Goa, tendo desembarcado nesta Alfandega, foi reembarcada na mesma para o seguimento do seu destino. 2.º Que o Brigue Nacional *Genoveva* fez duas viagens no presente anno, e os carregamentos que importou de Sandalo, nas mesmas, se acham por despachar nesta Alfandega. 3.º Que os direitos do Brigue Nacional *Brilhante* são do resto da carga da viagem do porto de Timor no anno proximo passado, o qual já não pertence a esta Praça, por ter sido vendido no mesmo anno. 4.º Que a Barca Nacional *Margarida* fez duas viagens, uma do porto de Batavia, e outra de Singapor; e que a Barca Hespanhola *Isabel* 2.º fez tres viagens no presente anno, a Barca *Salvadora* e Brigues *Cometa* e *Lingaem* fizeram duas viagens. 5.º Que os direitos de diversos Navios Hespanhoes, como Nacionaes são de varias miudezas vindas nas caixas dos passageiros. 6.º Que existem por despachar nesta Alfandega 1.124 fardos de algodão, 171 fardos de fazendas da Europa, 3.056 fardos e engunados de buchos e azas de peixe, 678 canastras com bicho do mar, 23.463 molhos de rotim, 11.287 barras e feixes de verguilhas de ferro, 402.666 páos de sandalo, e outros artigos, que montarão os direitos, pela estimativa, a nove mil Tacis. — Foi formado o presente Mappa, á vista dos Livros respectivos, aos trinta de Dezembro de mil oitocentos quarenta e um. = O Administrador Interino, *Demetrio de Araujo e Silva*.

NAVIOS DO ESTADO EM ARMAMENTO, E SEUS DESTINOS,
No 1.º de Janeiro de 1845.

Qualidade das Embarcações	Nomes	N.º de peças, ou canoanadas	Gradações, e nomes dos Commandantes	N.º dos Officinas de Marinha	N.º dos Guardas-Marinhas e Aspirantes	Destinos
Fragatas...	Duq. ^{za} de Brag. ^{za}	50	Capitão Tenente, M. T. da S. Cordeiro..	5	2	No Téjo
	Diana	50	Capitão Tenente, J. S. Ramos.	6	"	No Téjo
Corvetas...	D. Maria II. . .	42	Capitão Tenente, A. R. Graça.	11	6	Para a India— Não de viagem.
	Oito de Julho..	24	Primeiro Tenente, J. J. d'Andrade Pinto	5	2	Na Estação d'Angola.
Brigues ...	D. João I.	24	Capitão Tenente, F. S. Franco.	5	4	Na Estação do Brasil.
	Infanta Regente	24	Segundo Ten. de Commissão, J. S. Tavares	2	2	Na Estação da India.
Charrua.	Urânia	24	Capitão Tenente, J. M. F. do Amaral.	5	4	No Téjo.
	Andaz	18	Primeiro Tenente, F. A. G. Cardozo.	4	3	Na Estação d'Angola.
Brigue-Esc. {	Villa Flor	16	Capitão Tenente, J. B. da Silva.	3	4	No Téjo.
	D. Pedro.	16	Primeiro Tenente, I. F. Guimarães, Junior	3	3	Na Ilha da Madeira.
Escunas ... {	Téjo.	18	Capitão Tenente, D. F. do Valle.	4	3	No Téjo.
	Principe Real ..	2	Capitão Tenente, P. A. Caminha.	1	3	Para Angola.
Correios... {	Vouga	12	Primeiro Tenente, P. Centurini.	4	3	No Téjo.
	Tamega.	12	Primeiro Tenente, J. J. G. de Matos Corrêa	4	3	No Téjo.
Cuter. {	Liberal	12	Primeiro Tenente, J. M. Esteves.	3	2	No Téjo.
	Ninfa.	1	Segundo Tenente, V. do N. Teive	1	1	Na Estação d'Angola.
Faro	Boa Vista	1	Segundo Tenente, D. H. da Fonc. ^a Ferr. ^a	1	"	Nas I. de S. Thomé e Principe.
	Arcté	1	Segundo Tenente, R. Theodorico.	1	"	Na Estação de Cabo Verde.
Amelia	Faro	2	Primeiro Tenente, V. J. dos S. Mor. ^a Lima	3	"	No Téjo.
	S. Boaventura..	4	Primeiro Tenente, F. de A. e Silva	3	"	De Correo para Cabo Verde.
Cabo Verde...	Amelia	2	Primeiro Tenente, A. Sergio de Sousa.	3	1	De Correo para Angola.
	Cabo Verde...	2	Primeiro Tenente, J. M. Rodolpho.	3	1	De Correo para Angola.
Andorinha.	Segundo Tenente, P. O. Alves.	6		1	1	No Téjo.



MARITIMOS E COLONIAES.

PUBLICAÇÃO MENSAL

REDIGIDA SOB A DIRECÇÃO

DA

ASSOCIAÇÃO MARITIMA E COLONIAL.

Tercera Serie.



PARTE NÃO OFFICIAL.

Então por longo tempo o Téjo ufano
Fez de seus lenhos acurvar com o peso
Os ombros do Oceano:
Então Neptuno vio em raiva accêso
Por todos os seus reinos
Nos arcs fuzilar as sacras quinas.
(Diniz.)



LISBOA

NA IMPRENSA NACIONAL.

1843.

SEATTLE

PLANNING & DESIGN

1910-1911

1910-1911

1910-1911

1910-1911

1910-1911

1910-1911



1910-1911

1910-1911

1910-1911

ANNAES

MARITIMOS E COLONIAES.

N.º 1. — 3.ª SERIE.

PARTE NÃO OFFICIAL.

ASIA PORTUGUEZA.

SEGUNDA MEMORIA

Descriptiva e estatistica das Possessões Portuguezas na Asia, e seu estado actual, pelo Socio e Secretario d'Associação, Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo. (Continuada de pag. 525 da Segunda Serie.)

Estes e outros mappas já transcriptos, elaborados em diferentes épocas, diversificam entre si, e até as sommas geraes de alguns não estão em harmonia, ainda que pouco sensivel, com as verbas a que respeitam. A incuria com que até aqui eram organizados os mappas estatisticos, que as autoridades territoriaes mandavam ao Governo, produz estas differenças, que cedo se verão corrigidas, se a Commissão permanente de Estatistica da Associação Maritima colher os documentos, que tem sollicitado, e que agora lhe são promettidos por um de seus mais conspicios Socios, que muito a peito tem a prosperidade nacional, e o credito de uma Associação tão patriotica, como proveitosa ao bem publico. Entretanto julguei, apesar da imperfeição notada, publicar o que havia; persuadido que melhor é saber pouco, que ignorar muito.

Resta aqui accrescentar, *quanto aos Bens Nacionais*, que por Portaria do Ministerio da Marinha e do Ultramar de 27

de Julho ultimo, foi autorizada a Junta da Fazenda de Gôa para proceder, em caso extremo, e quando se não offereça outro recurso, á venda daquelles bens que forem sufficientes para remediar a urgencia; e pelo modo consignado no projecto 241, organizado em Côrtes em data de 12 de Novembro de 1841, que acompanhou a mesma Portaria; em cuja execução o Governador Geral, Conde das Antas, creou uma Comissão á qual incumbio formalizar uma relação de todos estes bens, designando: 1.º aquelles que convém vender; 2.º os que devam continuar na administração da Fazenda Publica; 3.º aquelles cujo afforamento mais convenha, que a venda: resolução que muito acredita o pensamento que a dictou, o mais judicioso e seguro, para levar a effeito a mencionada Ordem Regia, sem a perda de importantes rendimentos, ou risco de vendas lesivas, mesmo quando appareçam compradores abonados. A Junta da Fazenda resolveu vender, desde logo, aquelles cujo rendimento não excede a 50 xerafins por anno.

A Comissão apresentou logo um projecto, no qual propõe a venda dos bens de raiz de qualquer natureza que sejam, que tiverem revertido á Corôa depois do anno de 1834; e daquelles que, tendo revertido antes do dito anno, tenham soffrido a diminuição de mais de um terço da renda, que pagavam nos primeiros annos dos seus respectivos arrendamentos; exceptuando os bens sitos em Diu e Damão, por constituirem o principal rendimento daquellas praças; os bens existentes em possessões estrangeiras; as tangas, melangas, e vangores, por serem acções de venda segura, que não podem soffrer alteração. Regulou-se neste projecto a ordem desta venda, fórma do pagamento e todos os mais assumptos, em harmonia com as instrucções que referi. A Comissão propoz o arrendamento em separado das aldêas de Assolná, Velim e Ambelim, mostrando a incompatibilidade da sua actual administração; e que os prazos devolutos á Corôa, que não acharem comprador, se afforem por afforamento perpetuo e hereditario.

A Junta da Fazenda, ordenando a venda em portaria de 16 de Novembro de 1842, exceptuou, além dos bens indicados no projecto da Comissão, a casa e cerca do extincto Convento de

Nossa Senhora do Cabo; o Convento e Igreja de S. Caetano; a Casa do Bom Jesus, e outros que se julgarem em iguaes circumstancias. Mandou que os bens denominados do confisco, que não forem vendidos, continuarão a ser arrendados; as varzeas e marinhas por 3 a 9 annos, e os outros predios por 18 annos; e o mesmo os prazos chamados de Nelles e os Namoxins: e com pequenas outras alterações, seguiu, nesta portaria, tudo o indicado no judicioso projecto da Commissão.

Porei ainda aqui duas cousas, que no relatorio desta Commissão se encontram, e de que não havia noticia quando tratei de bens nacionaes: 1.^a que os bens dos extinctos conventos, cujo valor era em 1806 o que fica notado a pag. 514, estão hoje aproximadamente avaliados em menos de 900:000 xerafins, 144 contos; e onerados com a hypotheca de emprestimos contrahidos pela Fazenda em 269:414 x.^s 3 t. 13 rs. 43.106:340 réis fórtres: 2.^a que o novo vallado das aldêas de Assolná, Velim e Ambelim foi construido durante a administração daquellas aldêas, que pela portaria supra da Junta é supprimida, voltando a arrendarem-se, em quanto não podem ser vendidas.

Fóros das provincias das Novas Conquistas.

Estas provincias, sete das quaes foram da dominação do Rajá de Sundem, e tres do Régulo Bounsoló, ainda hoje pagam os mesmos fóros, que tinham de seus antigos dominantes; porque na conquista e aquisição dellas se publicaram os bandos de 5 e 12 de Setembro de 1763, confirmados por Carta Regia de 15 de Janeiro de 1774, e outro de 25 de Agosto de 1781, nos quaes foi promettido manter seus usos, estilos, tenças, e todas as mais garantias que gozavam; e não pagarem mais direitos, e tributos, que aquelles que dos livros gentilicos de cada aldêa e seus districtos constasse pagavam na dominação anterior; ficando as cousas tocantes a este particular no mesmo pé e estado, em que antes estavam, sem alteração alguma. Fallando das primeiras: era do costume do Maratta fazer um tombo de dez em dez annos, medir os terrenos cultivados, e numerar as arvores fructíferas, para regu-

lar o que cada aldêa devia pagar; porque de cada pé de palmeira se pagava uma tanga; de cada tamarindeiro uma tanga; de cada jaqueira $\frac{3}{4}$ de tanga; de cada mangueira $\frac{1}{2}$ tanga; e de cada arequeira $\frac{1}{4}$ de tanga; e ás terras de arroz e legumes impunham fóros proporcionaes á sua extensão e localidade; estes fóros por tanto variavam, e se davam de arrendamento. Nunca esta medição e arbitrio se fez no nosso dominio; o que bastante contribuiu para o augmento da cultura, posto que muito atrasada ainda se veja nestas provincias; e os arrendamentos continuaram, ficando a arrecadação a cargo de uma autoridade fiscal, que existia em Pondá com o nome de *Parpotecar*, sujeita ao tribunal dos Contos de Gôa. Esta autoridade porém foi extincta por provisão do Erario Regio de 25 d'Abril de 1771, como desconhecida, e só propria dos barbaros costumes dos antigos dominantes daquelles povos; e se mandou que os fóros fossem perpetuos e inalteraveis; em consequencia procedeu-se ao exame, pelos livros da *Parpotecaria*, de quanto pagavam os rendeiros e aldêas ao Rei de Sundem; e foram arrematadas as mesmas rendas, e afforadas as aldêas aos respectivos gauncares com o fôro certo e inalteravel, que nos ultimos tempos pagavam; do que as communidades assignaram termo na Contadoria da Fazenda, obrigando-se ao seu pagamento na Thesouraria Geral, nos tempos das respectivas novidades (colheitas).

Os fóros desta provincia de Pondá e annexas do Zambaulim, Canacona, e Cabo de Rama, de que ainda não vi relação minuciosa, como a que acabei de transcrever das velhas conquistas, importam:

	X. ^s	T.	RS.
As 28 aldêas de Pondá	68:300	0	00
As 5 provincias de Zambaulim etc.....	53:965	0	00
Canacona e Cabo de Rama.....	30:524	0	00
Terrenos afforados a particulares em cumprimento do assento da Junta da Fazenda de 23 de Março de 1781....	347	2	30
Fóros que, sem titulo válido, recebia o Botto Dixit Sorotri, e por isso reunidos á Fazenda em 1791.....	1:257	3	08
Total	154.394	0	38

Quanto ás segundas. Em Bicholim, logo depois da sua conquista, e do forte de Sanquelim, e em virtude do bando citado de 25 de Agosto de 1781, foi ordenado ao Commandante militar da provincia, e ao Agente e *Avaldar* do Bounsoló fazer o recenseamento dos seus fóros e contribuições; e cada aldêa se obrigou por termo a pagar á Fazenda os mesmos fóros, que pagava ao Bounsoló seu antigo dominante. Estes fóros continuaram a ser arrendados perante a Junta da Fazenda, e segundo o mappa delles, dado pelo *Avaldar* (autoridade fiscal), pelo qual se regularam os fóros, rendas, e mais contribuições desta provincia: á qual no anno de 1809, foi applicada a disposição da provisão já citada de 25 de Abril de 1771, e os fóros se fizeram então certos e inalteraveis; e assim as 24 aldêas de que se compoem, pagam hoje de fóros perpetuos..... 26:311 x.^s 0 t. 39 rs.
Fóros de particulares como em Pondá 1:640 » 0 » 00 »

Total.... 27:951 » 0 » 39 »

Pernem. As 26 aldêas desta provincia pagam á Fazenda de fóros perpetuos e pensões como do Tafo, Cotubana e outras a quantia de 52:296 x.^s 2 t. 25 rs.
De particulares como assima 52 » 3 » 45 »

Total.... 54:349 » 1 » 10 »

A Fazenda possui mais na provincia de Pernem os bens denominados = *Bagaitas* = que são predios, que sendo foreiros aos antigos dominantes, ou a senhórios, que se retiraram da provincia para o inimigo, devolveram ao Estado, e tomaram a natureza de bens de Corôa. Por não haver na Contadoria uma exacta descripção destes bens, que costumam arrendar-se, o Conselho do Governo mandou proceder á tomção delles, por Portaria de 5 de Dezembro de 1838.

A arrecadação dos fóros, e mais renda das Novas Conquistas, foi mandada praticar, como nas de Salsete e Bardez pela provisão dita de 25 d'Abril de 1771, e instrucções annexas, novamente suscitadas na Carta Régia de 15 de Janeiro de 1774:

mas esta disposição não se levou a effeito pela differença d'estilos, tenues fianças das communidades, e pela falta d'abonação de seus vogaes; e então se crearam agentes, que em lugar do Parpotecar supprimido, estiveram nessa arrecadação até ao anno de 1816. Pelo bando do Governo de 6 de Maio de 1817 foi esta arrecadação e a sua escripturação regularizada, e posta sob a fiscalisação do Juiz Intendente, Territorial, das Provincias das Novas Conquistas; e em Portaria de 15 de Dezembro de 1819 a Junta da Fazenda encarregou a fiscalisação da cobrança ao Escrivão daquelle Juizo, sob as ordens do mesmo. Por despacho da mesma Junta de 10 de Janeiro de 1821 foram extinctos os agentes, e a arrecadação dos fóros incumbida aos sacadores das aldêas, debaixo da inspecção do Juiz Intendente, a quem a Junta ficou derigindo todas as ordens concernentes, que o Juiz fazia cumprir pelo seu Escrivão, o qual, tambem era como promotor fiscal daquelle arrecadação; o que, soffrendo pequenas alterações illegaes pelos annos de 1829, e seguintes, a Junta as desfez, mandando subsistir este methodo e systema d'arrecadação, por despacho de 3 d'Agosto de 1833.

O Governo Provisorio restituiu um agente em 1835; e o Governador Lopes de Lima lhe deu a denominação de Administrador Fiscal, em Portaria do 1.º d'Abril de 1841, para exercer cumulativamente as funcções d'*Administrador do Concelho*; e esta nova authoridade, que em nada se coaduna com os estilos, e usos dos habitantes daquelle vasto territorio, caso exceptuado na mesma Portaria, vê-se confirmada por Decreto de 5 d'Abril de 1842.

O mesmo Governador estabeleceu, pelo seu bando de 22 de Julho de 1841, a fórma e regularidade das cobranças, e arrecadação dos fóros, e mais rendas, em harmonia com as instrucções da Provisão de 25 d'Abril de 1771, e de outra de 21 do mesmo mez e anno, tudo subordinado ao sobredito Administrador Fiscal.

Em portaria do mesmo Governador de 12 de Julho de 1841 foi creado um delegado do Administrador fiscal; mas sem vencimento, e sem funcções administrativas; para nas tres provincias de Canacona, Bally, e Chandravaddy cumprir as ordens do Administrador fiscal das Novas Conquistas, e em

especial fiscalisar os livros e contas das Camaras daquellas provincias, e seus escrivães.

No Sattary se constituiu depois um Administrador particular: e em 18 de Fevereiro de 1842, foi ainda creado um Administrador fiscal substituto das Novas Conquistas, sem vencimento.

Imprensa Nacional.

Data do anno de 1821, no qual, proclamada a Constituição, se começou a publicação da Gazeta de Gôa, que em 1824 acabou com a quêda da mesma Constituição; mandando o Governo Interino recolher logo os typos ao Arsenal.

Em 1835 o Governo Provisorio, comprando novos typos, restituiu a Imprensa muito melhorada; para o que eu me préso ter muito contribuido, exercendo então o logar de Presidente do Tribunal da 2.^a Instancia, estabelecido pelo Decreto n.º 24 de 16 de Maio de 1832; e lhe foi dado regulamento em 12 de Julho de 1835. Então se publicaram a Folha Official, Chronica Constitucional de Gôa, o Jornal Echo da Lusitania, e outras impressões. Em 1837 foi a Folha Official substituida pelo *Boletim do Governo* determinado pelo artigo 13 do Decreto de 7 de Dezembro de 1836, e a Imprensa Nacional teve novo regulamento em portaria do Governador Geral Interino, Coronel Vieira, de 9 de Setembro de 1839; e alli se têm succedido differentes jornaes, a publicação de Leis, e algumas obras de interesse publico. Ella será de summa utilidade para o paiz, e para a Fazenda, que já colhe a quantia de 6372 xerafins, que indica a tabella da receita já transcripta.

IMPOSTOS DIRECTOS.

Seguirei, na descripção historica delles, a mesma ordem com que estão lançados na tabella mencionada.

Contribuição de palha verde e secca da Camara Geral das Ilhas de Gôa.

É uma renda do tempo dos Mouros, que constituiria um dos ramos dos fóros dos seus campos, e que, além destes,

pagavam segundo era taxado a cada uma das aldêas o total de 91:000 mólhos de palha de arroz; 937:500 ditos de palha do campo, olas de palmeira e d'arequeira. Esta contribuição era destinada ao sustento da companhia da guarda de cavallos do Governo, que sendo extincta no anno de 1775, se fixou desde então em dinheiro, calculada em 1:516 x.^o 0 t. 16 rs.

A Camara Geral de Bardez tem a mesma contribuição calculada em 1440 xerafins.

Dita da Camara Geral de Bardez, para o pagamento de tres companhias de Sipaes.

Em 9 de Outubro de 1799, ordenou-se ás Camaras Geraes de Bardez e Salsete entrassem no Thesouro com os vencimentos de tres companhias de Sipaes, que pagavam á sua custa, para os seus filhos não serem soldados. Este privilegio já não existe; e os Sipaes, tendo passado por diversos regulamentos, como já notei, acabaram por determinação do Governador Lopes de Lima: mas a contribuição continúa; como antes, em 21:960 xerafins. Não ha outra noticia da origem desta renda.

Dita da Camara Geral de Salsete, para pagamento do presidio de Rachol, e sustento de cavallos.

Começou no anno de 1683: sendo Vice-Rei o Conde de Alvor, Francisco de Tavora, obrigou-se esta Camara a dar 10:600 xerafins annuaes, e pelo tempo de 4 annos, para a formação de 2 companhias de 50 cavallos cada uma; e sustental-os durante a guerra com o Marátta *Sambagi*, em lugar das recrutas, que lhe eram pedidas; cuja contribuição foi applicada para as despesas do Estado, extincta a cavallaria no anno de 1732. Em 1742, governando D. Luiz Caetano de Almeida, se restabeleceu uma companhia de 60 cavallos, para guarnição da praça de Rachol, e outra de 200 Sipaes para vigia da fronteira, com a clausula de serem os naturaes de Salsete isentos de soldados auxiliares; depois a contribuição

se fixou em 25 x.^s 3 t. 47 rs. mensaes a cada cavallo, por Provisão do Vice-Rei Marquez de Tavora de 14 de Dezembro de 1753. A companhia de cavallos foi finalmente extincta, e a contribuição se mandou arrecadar como já se disse fallando da de Bardez; e até hoje por ella se recebe a quantia de 24:348 xerafins por anno; posto que os Sipaes tambem tenham acabado.

Terças dos Concelhos de Salsete e Bardez.

Começaram a pagar-se em 1775 em virtude da Lei de 15 de Janeiro de 1774, e provém das condemnações das coimas e outras, unicos rendimentos destes Concelhos. O seu producto, já mencionado, é hoje 236 xerafins; foi o mesmo no anno de 1840. Em 1819, produziu 538 xerafins e em 1826, 434 x.^s 1 t. 43 rs.

A terça do Concelho das Ilhas de Góá, aliás consideravel, não entra nos cofres da Fazenda, mas no da respectiva camara, á qual foi concedido, em 19 de Outubro de 1571, applical-a ao concerto de pontes, fontes, calçadas etc.,

Contribuição da Camara Agraria de Góá, para a compra de palha secca, para o sustento dos bufalos da casa da polvora.

Ignora-se a sua origem. Por despacho da Junta da Fazenda de 10 de Fevereiro de 1813, se fixou esta contribuição em 700 xerafins annuaes, cuja quantia se mandou entrar nos cofres da Fazenda, desde o 1.º de Janeiro do mesmo anno; ficando por conta desta o sustento daquelles animaes, cujo fornecimento se arremata, ao menor preço, perante a Junta.

Sizas das Ilhas de Góá, e das Camaras de Salsete e de Bardez.

Foram estabelecidas por Alvará do Vice-Rei Caetano de Mello e Castro no anno de 1705, na razão de 5 por cento, nas

alienações de predios rusticos e urbanos (xx). Em 18 d'Agosto de 1810 passaram a ser de 10 por cento, como dispoz o Alvará de 13 de Julho de 1809. Em observancia do Decreto de 19 de Abril de 1832, voltaram a 5 por cento, no anno de 1835. O seu rendimento foi :

	ANNO DE 1819	ANNO DE 1826	ANNO DE 1840
	X. ^s T. R. ^s	X. ^s T. R. ^s	X. ^s T. R. ^s
Nas Ilhas de Gôa. .	6.176:0:11	5.186:1:25	2.277:0:00
Em Salsete	6.830:1:37	10.309:1:51	4.530:0:00
Em Bardez	9.054:1:21	6.072:3:25	4.775:0:00
	22.061:1:09	21.568:1:14	11.582:0:00

Na tabella vem o do anno de 1841 em 13:280 x.^s 4 t. 44 rs., que outra vez dobrará pela disposição da Carta de Lei de 2 de Outubro de 1841, se alli for levada.

Em 18 de Junho de 1765 se deu regimento para a arrecadação das sizas, que depois esteve a cargo do Thesoureiro dos dinheiros e mantimentos do Arsenal. Por assento da Junta da Fazenda de 19 de Setembro de 1819, passou a fazer-se nas Camaras dos Concelhos e depois na Thesouraria geral: o Governo Provisorio a encarregou ás Alfandegas das sobreditas tres Comarcas em Portaria de 20 de Julho de 1835, onde se conserva.

Sizas das Novas Conquistas.

As Provincias das Novas Conquistas não conheciam este imposto, cuja isenção lhes garantia a clausula expressa dos bandos de 12 de Junho de 1763 e 25 de Agosto de 1781, em que por vezes tenho fallado: mas o Governador Geral Interino Lopes de Lima, em outro bando de 22 de Dezembro de 1840, suscitando a disposição do Decreto de 19 de Abril de

1832, o fez extensivo áquellas provincias, como fôra suggerido pelo artigo 24 do parecer da Commissão para a reforma das Alfandegas, que eu presidi em 1836, mandando alli pagar siza desde o 1.º de Janeiro de 1841 em diante: não me é ainda conhecido o rendimento deste imposto nestas provincias; deverá porém ser importante, se a cultura dellas continuar a ser promovida, e considerada, como merece e exige a utilidade publica, e do Estado.

Direitos de Mercê.

Estabelecidos pelo Decreto de 31 de Dezembro de 1836, em subrogação dos novos e velhos direitos, hoje nestes refundidos, e a sua importancia foi no anno de 1840, 23:457 xerafins, e no de 1841, 26:897, segundo a tabella transcripta.

Imposto de duas tangas em cada palmeira de sura, nas tres comarcas.

Foi estabelecido por Alvará de 10 de Fevereiro de 1774 em substituição da renda da orraca, coeva á conquista de Gôa; a qual consistia no exclusivo da venda desta bebida, e mais liquidos espirituosos, tirados da palmeira. A arrecadação deste imposto estava a cargo dos Juizes de Fóra nestas comarcas, os quaes eram obrigados pelo § 4.º do mesmo Alvará a fazer pessoalmente os respectivos lançamentos nos mezes de Novembro e Dezembro em cada um dos palmares, com designação dos proprietarios delles, aldêa da sua situação, numero de palmeiras, a sura (yy) e quantias que deviam pagar. Extinctos os Juizes de Fóra, passou esta obrigação para os Ouvidores que lhes succederam, e hoje está a cargo dos Administradores dos Concelhos. O seu rendimento tem successivamente diminuido, como se vê do seguinte:

(yy) Os proprietarios de palmeiras, que trazem a sura até 5 palmeiras, são isentos do imposto. A palmeira em quanto dá sura, não produz coco.

	ANNO DE 1819	ANNO DE 1826	ANNO DE 1840
	X. ^s	X. ^s	X. ^s
Nas Ilhas de Gôa.	5.332	4.507	4.270
Em Salsete.	8.509	8.228	7.463
Em Bardez.	10.087	9.789	9.320
	23.928	22.524	21.053

O seu ultimo rendimento vem na tabella já transcripta em 19:002 x.^s 1 t. 21 rs.

Nas Provincias da Nova Conquista não ha este imposto, que bem lhe cabe, uma vez que pela provisão de 25 d'Abril de 1771 cessou a numeração das palmeiras e arvores fructíferas, que já mais fizemos, e o *Xeristó* (augmento periodico dos fóros); além de outros pedidos e contribuições que tinham por occasião de guerras, casamentos e nascimentos na familia de seus dominantes, que no dominio portuguez nunca soffreram, e eram avultadissimos.

Subsidio Litterario.

Foi mandado arrecadar na India, por Ordem Regia de 17 de Outubro de 1773, em virtude da Lei de 10 de Novembro de 1772. Por provisão do extincto Erario de 29 de Março de 1802, se determinou, que pagos os mestres e professores, se applicasse o resto para as despesas da Fazenda; e por isso tem a sua arrecadação escripturação separada. Este imposto consiste em 10 réis por canada d'agoas ardentes e de vinho de cajú, e um real em cada arratel de carne. O seu rendimento anda em arrematação triennial, que se faz perante a Junta da Fazenda, e é especialmente applicado para o pagamento dos professores de Grammatica Portugueza e Latina, dos de primeiras letras, e outros, e alugueis das casas respectivas; o seu producto vem designado em differentes

annos no quadro synoptico da receita publica, que já transcrevi; hoje anda em 26:470 xerafins nas tres comarcas. Em 1826 produzio:

Nas Ilhas de Gôa	7:880	xerafins
Em Salsete	9:010	»
Em Bardez	16:900	»
		»
Total....	33:790	

As Novas Conquistas não pagam o subsidio litterario, posto que alli já existem 2 escólas estabelecidas em Pondá e Bicholim, pelo Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro; e agora pelo Governador Conde das Antas, nas Provincias de Pernem, Sattary, Zambaulim e Canacona, pagas pelas Camaras Geraes.

Dizimos das tres comarcas, e das aldéas Coculim, Verodá, Assolná, Velim, e Ambelim.

Os dizimos foram levados a Gôa com a conquista e ali introduzidos. Querendo El-Rei D. Manoel animar os portuguezes casados em Gôa, e todos os mais estrangeiros christãos, que com licença fossem de Portugal alli estabelccer-se, determinou por Carta Régia de 15 de Março de 1518, que todas as terras aproveitadas, que, ou por terem sido dos Mouros, ou por qualquer direito lhes pertencessem, se dividissem em tres partes; duas das quaes se repartissem logo pelos que assim estivessem casados, ou casassem e se estabelecessem em Gôa, até ao fim do seguinte anno de 1519; com declaração, que nesta repartição teria o fidalgo tres quinhões, o cavalleiro e escudeiro dois, e o peão um, pagando sómente o dizimo a Deos. Que se houvessem naturaes christãos, que possuissem terras desde antes da conquista, ficasse na escolha destes ou entrarem na referida repartição, dando-se-lhes tanto, quanto se mandava dar aos fidalgos, para pagarem sómente o dizimo; ou serem conservados nas mencionadas terras, sujeitas aos encargos que tinham: e que a terceira parte, que por então não mandava dividir, só fosse repartida pelos mais portuguezes, que

desde o anno de 1519, se estabelecessem em Gôa, arrendando-se entretanto os seus rendimentos. Esta repartição se alterou no anno seguinte, restringindo-se só ás terras que haviam sido dos Mouros, pela Carta Régia de 28 de Dezembro de 1519. Pouco avultaram estes dizimos no principio, e pouco incremento tiveram elles por muito tempo; tanto que no tombo do Provedor mór dos contos Francisco Paes, de que já falei, se mostra que andavam arrendados ao todo em 4700 xerafins, reputando-se entrar Salsete em 800 xerafins, e Bardez em 1000 xerafins; e assim mesmo foram tombados por Jeronymo de Sousa em 1631, que os achou importar em 4422 x.^s 1 t. 51 r.^s; e de tanto peso aos Povos, que pediram e alcançaram, por varias vezes, perdão delles.

Pelo estabelecimento das congruas do Cabido da Sé Primacial, feito pela Rainha D. Catharina na menoridade d'ElRei D. Sebastião, parece que os dizimos haviam sido applicados para o Arcebispo e Cabido, levando cada um metade, e nesta posse esteve o Cabido até 1631 em que foi tirado della; porém em 22 de Março de 1647 lhe foi renovada a mercê de metade dos dizimos das Ilhas de Gôa e mais adjacentes pelo tempo de tres annos, com a obrigação de se formalisar um novo tombo dos ditos dizimos: passou-se carta desta mercê ao Cabido pelo Vice-Rei D. Filippe Mascarenhas, em 22 de Novembro de 1647, e se formou o tombo dos dizimos pelo Provedor da Fazenda dos contos, Simão Falcão; o qual foi confirmado pelo mesmo Vice-Rei por provisão de 22 de Fevereiro de 1650, depois de ser approvedo no Conselho da Fazenda de Gôa.

Posto que alguma cousa cresceram os dizimos por este segundo tombo, por onde se cobraram até ao anno de 1745, não passaram de render nas Ilhas de Gôa, em que unicamente se tombaram, 5.743 x.^s 1 t. 12 r.^s, que o dito Simão Falcão deduzio do liquido rendimento das terras, não em especie, mas em dinheiro; taxando-as em certa quantia annual, á proporção do que poderiam dar de lucro aos proprietarios, abolidos os encargos, exceptuando destes Dizimos os arrozaes das gauncarias das aldêas.

Pela perda de Mombaça em 1699, no Governo do Vice-

Rei Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho, não havendo dinheiro para a sua restauração ordenada pela Côrte, nem para o apresto das armadas da Córta, ameaçada pelos Arabios, nem para o pagamento das folhas dos empregados, foi resolvido pelo Governo interino, que succedeu aquelle Vice-Rei, convocar em 26 de Setembro de 1701 a Junta dos tres Estados para se tomar o arbitrio menos oneroso, afim de haver a quantia de 350:000 xerafins, que tanto se reputava preciso para o apresto da armada destinada a reconquistar Mombaça; e se decidio por pluralidade de votos, que se deviam cobrar dizimos de todos os fructos por modo de = pedido = e por tempo de tres annos; pagando 10 por cento os portuguezes, 5 por cento os nativos, e 3 por cento as aldeas do Norte: o que aquelle Governo interino se não atreveu a levar a effeito, talvez pela opposição que apresentaram as Camaras Geraes das Ilhas, de Salsete e Bardez; e se limitou a dar conta para a Côrte em Carta de 6 de Outubro de 1701, a qual nada resolveu sobre a materia; julgando mais acertado, que o novo Vice-Rei que nomeára tomasse na India uma resolução, ouvindo a Junta dos tres Estados.

Chegando a Gôa o novo Vice-Rei Caetano de Mello e Castro, tomou posse do Governo em 5 de Outubro de 1702, e vendo a falta de recursos, sobre uma divida de 575:914 xerafins, convocou a Junta dos tres Estados em 14 do mesmo mez, á qual logo lembrou o voto do Governo interino ácerca dos dizimos, declarando-lhe que na Côrte se tivera pelo mais acertado, e que lhe parecia bastante a prestação delles a 5 por cento: e com effeito, apesar da repugnancia e opposição dos Ecclesiasticos, e principalmente dos Jesuitas, prevaleceram as opiniões do Arcebispo Primaz, da Relação, e do Senado da Camara, que votaram pelos dizimos prediaes, de 5 por cento em Gôa, Salsete e Bardez, e a 3 por cento nas aldeas do norte; o que o dito Vice-Rei poz em execução, de sorte que se arremataram logo os dizimos nas Ilhas de Gôa em 15:500 xerafins; os de Salsete em 40:550 xerafins; e os de Bardez em 32:600 xerafins, fazendo ao todo 88:650 xerafins, além de 1 por cento para a Obra Pia. Entretanto os Jesuitas, e os Padres da Congregação de Santo Agostinho, continuaram

a não querer pagar os dizimos dos seus bens ; e na Còrte prevaleceram os clamores destas e de outras Communiidades, e das Camaras Geraes , pelo que se mandou por Carta Regia de 27 de Março de 1704 extinguir esta renda , e reccorrer a outro arbitrio para supprir as necessidades do Estado.

Logo que o Vice-Rei recebeu esta ordem , convocou o Conselho de Estado em 26 de Setembro de 1704 , no qual se resolveu , que esta materia se levasse á Junta dos tres Estados , já que nella se haviam imposto os dizimos : reunida esta em 12 de Outubro seguinte, reconheceu que a imposição mais justa, mais suave, e mais adequada era a dos dizimos, e a inconveniencia de ser abolida , e que assim se informasse para a Còrte ; mas o Vice-Rei insistio em dar inteiro cumprimento á Carta Regia referida, cansado já das disputas com os Ecclesiasticos ; e em consequencia os dizimos foram abolidos , impondo-se em lugar delles outros tributos com a denominação de *Renda da cópra*, *Pensão do Xendim*, *os Meios fóros*, e *as Sizas*, de que já fiz menção, do que se lavrou assento na mesma data ; cujos tributos foram approvados por Carta Regia de 31 de Março de 1707 , ordenando-se , que no caso de não chegar o rendimento delles ao dos dizimos abolidos , se convocassem os gauncares , e se lhes insinuasse a necessidade que havia , e a obrigação que tinham de prefazer o dito rendimento com aquellas contribuições , que julgassem mais suaves ; ficando além dellas , obrigados ás congruas dos seus parochos , e aos reparos das suas Igrejas.

Assim foram as cousas de mal a peor até ao anno de 1739, em que os Maráttas invadiram a provincia de Salsete , e o Bounsoló a de Bardez , onde se conservaram os primeiros até ao anno de 1742, e o segundo até 1741 : e posto então o Estado corresse o maior risco , apenas se havia estabelecido por assento da Junta dos tres Estados de 19 de Agosto de 1737 a decima , applicada para satisfação das dividas da Fazenda , o que também se frustrou ; porque pela invasão dita apenas se pôde cobrar nas Ilhas de Gôa , e nas provincias de Salsete e Bardez só no anno de 1738 ; e por que os Ecclesiasticos , logo que expiraram os dous annos , em que o Arcebispo D. Ignacio de Santa Thereza deu licença para que

se lhes impozesse este tributo, ou o negaram, ou o mallogravam, tornando-o insignificante apesar da Bulla de Clemente XII = *Ad quascumque vertendas* = de 13 de Junho de 1739, levada pelo Marquez do Louriçal; porque como permittia, que só se cobrasse pelas sobras dos encargos, as declaravam como queriam.

O Estado decadente em que o Vice-Rei Marquez de Castello Novo, depois de Alorna, foi achar as cousas da India, em Setembro de 1744, para remedear as quaes não bastavam os recursos, que lhe iam da Metropole; que já no anno de 1738 importavam em 48 contos de réis, (zz) faltando os quaes, o Estado cahiria; e o excesso de 310:000 xerafins que a despeza tinha sobre a receita, que não passava de 550:000 xerafins, lhe fez pôr em execução as ordens que levava da Côrte, e lhe mandavam tomar arbitrio sobre = 1.º o modo de igualar a receita com a despeza. 2.º como formar novo systema de Governo, menos dispendioso e mais conforme aos apertados limites, a que o Estado se reduzira depois da perda do norte; e estes quesitos enviou aos Ministros da Relação, aos Prelados das Religiões, e a varias outras pessoas, exigindo-lhes o seu voto por escripto, em Carta de 23 de Julho de 1745. Não lembrou á maior parte das pessoas consultadas outra imposição mais justa, e mais conforme ao fim pertendido, que os dizimos prediaes; não como se cobravam pelo tombo de Simão Falcão, mas regularmente impostos: e levando o Vice-Rei este assumpto ao Conselho da Fazenda, se assentou em 30 de Setembro do mesmo anno, que se cobrassem os dizimos prediaes nas Ilhas, em Salsete e Bardez; e sómente dos fructos das palmeiras, varzeas de arroz, e do sal das marinhas, em attenção á nimia pobreza dos cultivadores; e á pouca importancia dos outros fructos, e na razão de 10 por cento sem abatimento algum; excepto as varzeas possuidas pelas communidades, que só pagariam 5 por cento de dizimos, em attenção ao empenho em que se achavam os seus

(zz) Os que recebeu este Vice-Rei desde o anno de 1744 a 1748, montam 493.309:995 réis: a saber, 449.059:641 réis em dinheiro e 44.250:254 réis em effeitos; além de muitos outros, cujo valor não se especificou nas relações delles.

campos, pelas grandes sommas, com que tinham concorrido para as necessidades do Estado; pagando já, além dos fóros, os meios fóros: ficando sujeitas á sobredita imposição todas as pessoas Seculares e Ecclesiasticas, Corporações Religiosas, salvo das hortas, e cereas comprehendidas dentro dos muros dos Conventos e das Igrejas; e se deram neste assumpto muitas outras regulações para a sua cobrança, declaradas por outro assento de 16 de Dezembro do mesmo anno, donde foram extrahidas as condições com que se arrematou esta renda; e posteriormente em outro da Junta da Fazenda de 15 de Abril de 1777, suscitando a observancia do bando do Governador e Capitão General D. José Pedro da Camara, de 3 de Setembro de 1775.

Os regulares, especialmente os Jesuitas, continuaram a oppor os escrúpulos com que haviam obstado a que se cobrassem os dizimos; mas os seus manejos a este respeito foram completamente acabados pela bulla = *Motu proprio* = de Benedicto XIV, expedida em 11 de Janeiro de 1747, a qual, approvando a contribuição da decima na parte que respeitava aos Ecclesiasticos, ordenou, que estes a pagassem do mesmo modo que os Seculares, por todo o tempo que fosse necessaria, para se satisfazerem as dividas e empréstimos a que era consignado o seu rendimento; o que tudo era applicavel á contribuição dos dizimos, destinados para as necessidades do Estado, e pagamento das dividas preteritas da Fazenda.

Arrematou-se finalmente o rendimento dos dizimos para ter principio a renda no 1.º de Abril de 1746, que chegou a 305:475 xerafins por um só anno, pelo qual se poz em praça, entrando as Ilhas de Gôa em 64:055 xerafins; a provincia de Salsete, comprehendidas as aldêas de Conculim e Assolná, 142:052 xerafins, e a de Bardez 99:335 xerafins; quantia que logo pareceu excessiva, procedida da ignorancia de uns, e da emulação da praça: e por isso no anno seguinte não passou de 246:666 xerafins por anno; concorrendo tambem para esta diminuição, os despachos que obtiveram do Conselho da Fazenda os Jesuitas, pelo que respeita as aldêas e Assolná, Velim, e Ambelim, e o Conde de Conculim pelo que pertence ás aldêas de Conculim, e Verodá; ás quaes bem

como ás precedentes, foram os dizimos taxados em 1:500 xerafins, com extraordinario prejuizo da Fazenda, attentos os respectivos avultados rendimentos: e assim foi depois confirmada esta renda por Provisão do Conselho do Ultramar de 30 de Setembro de 1750.

Os dizimos arrendam-se triennalmente por comarca sobre si, segundo as condições dadas em 11 de Março de 1770; quando não ha lançadores, ou estes não dão preço rasoavel, é a sua arrecadação incumbida ás Camaras Geraes. (aaa) A renda dos dizimos tem descido, apesar do consideravel augmento da cultura, o que é devido em parte á grande diminuição que tem tido o preço dos cocos; o seu rendimento foi:

	ANNO DE 1819	ANNO DE 1826	ANNO DE 1840
	X. ^s	X. ^s	X. ^s
Nas Ilhas de Gôa.	57:252	53:390	45:175
Em Salsete.	96:740	79:510	74:605
Em Bardez.	94:560	72:100	79:050
	248:552	187:000	198:830

Hoje importam 204:843 xerafins nas tres comarcas, comprehendidas as aldêas de Conculim, Verodá, Assolná, Velim, e Ambelim.

Novas Conquistas.

Dizimos de Bicholim. Só em Bicholim estão os dizimos introduzidos desde 29 d'Agosto de 1827, por concordata celebrada com a Junta da Fazenda, na qual esta provincia se obrigou a pagar por anno a quantia certa de 10:000 xerafins:

(aaa) Nos ultimos boletins do Governo da India se vê que a Junta da Fazenda mandou, em Dezembro de 1842, pôr em praça esta renda, por lotes, ou districtos de certas aldêas; o que parece não surtiu effeito, porque annuncios posteriores as designam outra vez por comarcas.

se esta imposição se estender a todas as outras provincias, como já foi lembrado em Carta da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, dirigida ao Vice-Rei Conde d'Alva em data de 14 d'Abril de 1756, crescerá consideravelmente a receita do Estado: mas convinha antes disso melhorar a sua administração, mandando residir no centro destas provincias autoridades que, impedindo as violencias, e extorções dos gauncares, o que de nenhuma fórma podem os Juizes de direito, a enormes distancias delles, auxiliem a cultura das terras; não se consentindo afforamento novo, sem a clausula expressa de que o foreiro será obrigado a pagar o dizimo da producção do predio afforado. A ninguem custa pagar do que tem, e quando tem; tal é a suave norma deste imposto. O Governador Lopes de Lima deu principio a este ensaio, mandando cobrar dizimos de todas as terras dos Sar-Dessaes, e Dessaes nas provincias, onde elles se pagam, em portaria de 12 de Janeiro de 1841.

Impôsto da liberdade do consumo do tabaco de folha.

É a denominação que tem hoje a antiga renda do tabaco de folha, a mais importante pela sua receita, e pelo que poderia ser de proveito a algumas de nossas possessões; e porque o seu producto se recebia todos os quinze dias, ou mensalmente.

Não será facil montar á origem desta renda em Gôa, por falta de documentos historicos nos respectivos archivos; mas é certo, que já existia nas ilhas ao tempo da conquista em 1510; e se encontrou nas provincias adjacentes, incorporadas na Corôa Portugueza em 1543, 1763, 1781, e 1788. Os rendeiros ou contractadores forneciam o tabaco nas Ilhas, em Salsete e Bardez, que compravam á sua custa nos portos vizinhos; e até ao anno de 1730, nunca a renda se arrematou por menos de 200:000 xerafins por anno, 32.000:000 de réis fôrtes; mas desse anno, até ao de 1773, desceu a 119:000 xerafins pelas artificiosas diligencias dos gentios rendeiros.

Em 22 d'Abril de 1775, se mandou fornecer a renda com o tabaco da Bahia, o qual logo começou a ser preferido ao

Indiano; e foi, pela primeira vez, arrematada por 150:000 xerafins por anno, no de 1780, com obrigação de extrahir o rendeiro precisamente 3:840 arrobas por 240 candins, pelo preço da factura, para o vender a 2 xerafins o arratel; o que depois foi alterado em 1786, e regulado por ordem da Côrte a 217 x.^s 2 t. e 23 r.^s, por cada candil de 16 arrobas, e a venda a 8 tangas o arratel; pagando o rendeiro á Fazenda pelo monopolio, a renda que tomava em hasta publica perante a Junta da Fazenda, sob as condições feitas na Contadoria, que datam daquelles annos, para regimen do contracto; além do producto da compra do tabaco, em 384 candins cada anno. O tabaco era por tanto levado annualmente pela não de viagem de Lisboa, e nos annos em que esta faltou, a Fazenda o comprava nos portos do sul por sua conta e risco; ou adiantando o custo d'elle, concedia ao rendeiro importal-o, com abatimento no preço da renda; e na venda, a 6 tangas o arratel; operação que sempre era em prejuízo da Fazenda.

A renda subio nos seguintes triennios, especialmente do anno de 1808 em diante, e o seu maior preço foi no triennio de 1820 a 1822 inclusivè em 575:851 xerafins, isto é 191:950 xerafins por anno, além de 1 por cento para obra pia; o seu consumo chegou a 6:720 arrobas, mas d'ahi decahindo teve:

Em 1823 a 1825....	533.946....	177.982	por anno.
--------------------	-------------	---------	-----------

Em 1826 a 1828....	515.250....	171.780	»
--------------------	-------------	---------	---

Em 1829 a 1831....	484.800....	161.600	»
--------------------	-------------	---------	---

O triennio findo em 1840 foi ainda de 490:860 xerafins, ou 163:620 xerafins — 26:179/200 réis fórtes por anno.

Isto que dito fica, era só para as Comarcas das Ilhas de Gôa, Salsete e Bardez, porque nas Novas Conquistas era outro o contracto, e diverso modo de o fornecer. Na Provincia de Pondá se arrematava esta renda, sem que a Fazenda dêsse para ella o tabaco, ou adiantamento algum ao respectivo rendeiro, que o mandava vir de Balagate, ou de Jambuccira, que aquelles povos preferem. Esta renda andava só, e não confundida com outra desde o anno de 1773, em que foi separada da alfandega a que estava unida.

Nas cinco Provincias do Zambaulim, uma das quaes, a

d'Embarbagem, péga com a Provincia do Pondá, e faz com ella um mesmo continente, não havia renda do tabaco de folha, e consta que para serem izentas della, pagavam 2:660 xerafins, distribuidos por todas, e confundidos com os fôros que annualmente pagam á Fazenda; e isto assim foi, desde que em 1763 estas provincias vieram com a de Pondá ao dominio portuguez, sem que jámais se averiguasse o motivo desta singular diversidade.

Na Provincia de Canacona andava esta renda confundida com as d'Alfandega; e nas de Pernem, e Bicholim, com a do Bagibabo; na ultima das quaes tambem o estava com a da Alfandega de Bicholim, Canzarpale, e Sanquelim.

Nas Velhas Conquistas vendia o rendeiro o tabaco do Brasil a 8 tangas o arratel, e a 6 tangas sendo do sul; em Pondá o de Balagata a 5 e meia; em Bicholim a 4 tangas; em Pernem a 5 tangas; em Canacona a 6 tangas, ao povo; e a 5, 4, e mesmo a 3, aos Dessaes, ex-rendeiros, Gauncares, ao Commandante da Provincia, e tropa; e no Zambaulim que está entre Canacona, Pondá, e Salsete, o faziam vender as respectivas Camaras, de ordinario, a 1 tanga e meia, até 4. Desta confusão resultava não se conhecer, nem ainda por aproximação, a quantidade de tabaco que se consumia naquellas provincias, que o produzem; nem introduzir melhoramento algum nestas rendas, que assim permaneceram até fins de 1830.

Os contractos do tabaco nas Ilhas, em Salsete e Bardez se arrematavam em um só ramo como dito fica triennialmente; e em Pondá separadamente, mediante condições feitas desde 1773, sem alteração alguma.

A Junta da Fazenda reconheceu finalmente a necessidade de alterar estas condições, e as de todos os mais contractos ou rendas publicas; por estarem não só em uma marcha viciosa, mas em opposição aos verdadeiros principios d'economia politica, aos interesses materiaes do paiz, e aos da Fazenda Nacional; e adoptando o parecer emitto em uma exposição, que em 14 de Novembro de 1830 lhe dirigi na qualidade de Juiz dos Feitos da Corôa e Fazenda, d'accordo com o Desembargador Procurador da Corôa e Fazenda, que comigo fôra pela mesma Junta encarregado de rever as referidas condições

e interpor parecer, creou em data de 12 de Janeiro de 1831 uma Commissão, para em conformidade com as idéas expendidas na dita exposição, na qual foi lembrada a sua criação, tomar conhecimento da natureza e indole de todas as rendas do Estado, dos objectos sobre que recahem, das condições com que eram arrematadas, do methodo com que eram cobradas pelos respectivos rendeiros; afim de propor o que conviesse para reprimir abusos, e substituir direitos e impostos legaes e justos, a tributos barbaros e vexatorios, sem desfalcas os rendimentos publicos, ou atacar a subsistencia dos servidores do Estado.

A Commissão, de que a Junta da Fazenda me nomeou presidente, em Provisão de 15 de Junho de 1831, encetou os seus trabalhos por esta renda, como a mais importante e mais connexa com os interesses do paiz, e de outras possessões nossas; e fez na realidade um serviço transcendente no minucioso exame a que procedeu: e com as novas condições da renda que elaborou, apresentou um parecer ácerca della, que mereceu distinctos elogios da Junta da Fazenda. Neste parecer provou a Commissão, em presença dos documentos que tinha á vista, que com quanto util parecesse o consumo do tabaco da Bahia de todos os Santos, em quanto Provincia de Portugal, já o não era, depois da desmembração do Brasil; e a pratica em que se estava ainda d'enviar de Lisboa este genero comprado agora aos Estrangeiros, era ruinosa, não para Gôa, mas para a Fazenda Publica Portugueza. Um mappa demonstrativo das despesas que se faziam com a compra e transporte do tabaco até o pôr nos armazens de Gôa; das perdas e avarias, que na viagem e alli s'experimentavam por conta da Fazenda, provou o prejuizo desta, que a Commissão verificou ser por taes motivos e falencia dos rendeiros, desde o anno de 1811 a 1825, na enorme somma de 1.740:590 x.^s 1 t. e 12 rs., ou 278:494,8440 réis fortes. Outros mappas estatisticos muito curiosos desta renda exornaram o parecer da Commissão; e com elle foram impressos de ordem do Governo Provisorio no anno de 1837. (bbb)

(bbb) Eu deixaria aqui um momento de flagrante injustiça, se não mencionasse os nomes dos membros desta Commissão, que tão

Conhecida a inconveniencia, e impolitica de levar de Lisboa tabaco estrangeiro, tendo a sua producção em Gôa, e lugares nossos onde o ha de tão boa ou melhor qualidade, que o de Virginia e do Brasil, como são as Ilhas de Timor e Solor, Moçambique, Rios de Senna, Sofála, e Inhambane; com razão pensou a Commissão poder levar um auxilio pecuniario a quaesquer destes paizes, que tanto o carecem, afim de animar a sua industria e cultura, e abrir com elles mais estreitas correspondencias, principiando por animar este ramo valioso da sua agricultura; e por isso prevenindo, em as novas condições para o contracto, os males, e vexames que os reu-deiros ou contractadores praticavam, adoptando a legislação pela qual elle se regula em Portugal, propoz que a renda nas

distincto serviço praticaram, e como foi este conceituado pela Junta da Fazenda: os Srs. Cypriano Silverio Rodrigues Nunes, Director d'Alfandega de Gôa, servindo de Administrador Geral; Bernardo José de Sousa Soares d'Andrea, então Intendente da Marinha de Gôa; Salvador Caetano Peres, ex-Contador da Fazenda; e Diogo Francisco de Sousa, ex-Escrivão, Deputado da Junta da Fazenda; foram aquelles a quem coube a honra, emanada do seguinte despacho da mesma Junta, lançado sobre a apresentação dos trabalhos da Commissão; e da Portaria, que em virtude d'elle, lhes foi por mim communicada.

Despacho. — Approvam as presentes condições, as quaes se fã-
rão patentes na Contadoria, para todas as pessoas ou pertendentes
as podêrem ler, e quizerem lançar nos dous contractos do tabaco
de pó, e do tabaco de folha destas provincias; e da provincia de
Pondá, e das mais das Novas Conquistas, para as quaes se acham
reguladas as mesmas condições: e se passe Portaria ao Desembar-
gador, Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo, para que,
convocando todos os membros, que compoem a Commisão encarre-
gada da reforma das condições dos contractos reaes, na qualidade
de Presidente della, receba os agradecimentos pelo zelo e intelli-
gência, que tanto elle, como os mais membros mostraram no des-
empenho deste tão interessante trabalho, a bem dos interesses ré-
gios. Pangim, em Junta de 13 de Novembro de 1833. *Portugal.* =
Teixeira. = *Moreira de Carvalho.* = *Garcez.* — *Andrade.*

Ao Sr. Cypriano Silverio Rodrigues Nunes, cujo nome respei-
tavel, por valiosos serviços no decurso de mais de 40 annos, se vê
em todas as Commissões de interesse publico, creadas desde o Go-
verno do Vice-Rei D. Manoel da Camara até ao do actual Tenente
General Conde das Antas, inclusivamente, é devida a melhor e
mais interessante parte dos trabalhos, que vão referidos.

Ilhas de Gôa, em Salsete e Bardez continuasse como até alli, fornecendo-se o tabaco de quaesquer dos estabelecimentos referidos em troca d'effeitos, que se lles levassem, ou mesmo comprado a dinheiro; que não podendo ser menos de 80.000 a 100.000 xerafins para as provincias da antiga e nova Conquista, como se via do respectivo orçamento, viriam ambos os estabelecimentos a utilizar consideravelmente, fomentando uns pelo seu consumo a producção agricola e industria dos outros, e por conseguinte o mutuo commercio e navegação, que necessariamente se estabeleceria; e assim estas fontes de publica prosperidade sahiriam da inercia e languidez em que jazem, pelos valores que houvessem de receber de Gôa para compra do Tabaco, e por esta occasião de outras producções de que abundam aquelles dominios.

Estas razões de vital interesse publico foram as que desviaram a Commissão do methodo hoje adoptado, ou d'um imposto por capitação, que além dos inconvenientes, que na pratica se têm encontrado em prejuizo da Fazenda, tinha de o carecer d'uma base segura, pela falta de um cadastro civil, do qual nem a sombra alli apparece; e por isso é que vimos no orçamento já transcripto, que o imposto, direitos d'entrada, e licenças para a venda do tabaco de folha, montaram apenas em 119.047 x.^s 4 t. 13 r.^s no anno findo de 1841, além da perda de 1 por cento, sobre a renda, da obra pia, e 3 por cento para os recebedores do imposto, quando pelo methodo antigo a renda estava ultimamente em 163.620 xerafins liquidos para a Fazenda, e mais 1 por cento para obra pia.

Em quanto se não podia levar a effeito o methodo proposto pela Commissão, lembrou ella o seguido antes do anno de 1775, e a pratica em Pondá de fornecer o rendeiro o tabaco á sua conta e risco; e mostrou as vantagens, que disto se seguiam para a Fazenda. O Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro, não se julgando com autoridade para deliberar sobre este assumpto, o remetteu para a Côrte: o Governo Provisorio outra vez o lembrou em 1836; mas a pratica de se mandar a não de viagem de Lisboa com tabaco estrangeiro, continuou em pura perda da Fazenda.

A Commissão, convencida de quanto era não só justo, mas

transcendente para os interesses da Fazenda Publica, que em todas as Provincias do Estado se estabelecesse a igualdade dos impostos, e a uniformidade no systema desta renda; e conhecendo pelo minucioso inquerito a que procedeu, e dos mappas da Contadoria, que lhe foram presentes, que na Provincia de Pondá a renda era de 20.000 xerafins por anno; em Canacona 7.000 xerafins; em Pernem 4.000 xerafins; em Bicholim 2.954 x.^s 1 t. 45 r.^s; e que no Zambaulim se pagavam 2.660 xerafins, para a não haver; que tudo montava a 36.614 x.^s 1 t. 45 r.^s correu, que se na Provincia de Pondá, que conta 25.269 almas, a renda era de 20.000 xerafins por anno, as outras restantes provincias com o triplo daquella população deveriam render 60.000 xerafins, ainda mesmo com exclusão do Satary ou Sanquelim; para isto verificar, e conhecer-se quanto era o consumo do tabaco nestas provincias ainda ignorado, propoz, que nos futuros arrendamentos se arrematasse a renda do tabaco de folha em cada uma dellas a rendeiros separados, desunindo-a do Bagibabo e das Alfandegas; reputando-se as cinco provincias do Zambaulim pela sua pouca importancia uma só para o dito fim. Isto se poz logo em pratica por deliberação da Junta da Fazenda do anno de 1834; e todas estas pequenas rendas subiram a mais do dobro da sua importancia na primeira arrematação.

Assim foram as cousas, até que o Governador Geral Barão do Candal, reconhecendo que a larga experiencia mostrava, que o fornecimento da renda nas Ilhas de Gôa, em Salsete e Bardez pelo methodo seguido, nenhum proveito dava á Fazenda Publica, em globo; reputando-o mais vexatorio para os povos, dirigio uma circular aos Presidentes das Camaras Municipaes, ao Procurador da Corôa e Fazenda, Administradores dos Concelhos, Intendente da Marinha, Escrivão da Junta da Fazenda, Director d'Alfandega, Encarregado Fiscal das Novas Conquistas, datada de 7 de Março de 1840, na qual, alludindo a ordens de Sua Magestade sobre este objecto, em execução das quaes, não querendo tomar uma resolução precipitada, lhes propoz os seguintes quesitos:

1.º Se devia adoptar-se o parecer da Commissão já acima referido?

2.º Se conviria antes impor direitos fortes sobre o tabaco nas Alfandegas, compensando assim o interesse do monopolio, como se pratica em Bombaim, e deixando livre a sua plantação e commercio?

3.º Se seria preferivel a estes meios a capitação individual ou por fôgos como em Damão e Diu, além dos direitos de importação?

4.º Se em vez da capitação, seria mais util um imposto *ad hoc* sobre a propriedade rustica e urbana?

Vieram as respostas a estes quesitos, e uma Portaria de 27 d'Outubro de 1840, assignada pelo Governador Geral interino Lopes de Lima, dizendo; que sendo presentes em Conselho os pareceres sobre os quesitos apontados, era a opinião da maioria do Conselho do Governo, que fosse abolido, e esta portaria abolio effectivamente o contracto, e mandou que até ao fim de Dezembro de 1841, fosse livre a todos proverem-se de tabaco como lhes conviesse: e lhe estabeleceu os direitos d'importação.

Para supprir a renda, lançou a mesma portaria o imposto de que se trata, com a denominação já indicada, pago por fôgos, e rateado pelas seguintes classes ou cathogorias, em que a esse fim se considerou dividida a massa geral dos Cidadãos, a saber:

1. ^a Classe = Jornaleiros	30 réis por mez.
2. ^a Classe = Artifices.	40 »
3. ^a Classe = Botiqueiros	50 »
4. ^a Classe = Homens publicos, como Medicos, Advogados, Clerigos, etc., que não recebem salario da Fazenda. }	90 »
5. ^a Classe = Mercadores	120 »
6. ^a Classe = Proprietarios.	{ 1 por cento do seu rendimento.
7. ^a Classe = Empregados publicos	{ 1 por cento do seu ordenado ou soldos liquidos.

Em portaria, porém, de 27 de Janeiro de 1842, obviando-se a desigualdade neste methodo, s'estabeleceu que o minimo da imposição seja meia tanga por mez; pagando assim

todos os proprietarios de rendimento inferior a 1.200 xerafins; e d'ahi para cima na proporção do excesso; e que por analogia paguem os empregados publicos, do mesmo modo que os proprietarios.

Este imposto foi lançado tanto ás Velhas, como ás Novas Conquistas; e a sua arrecadação entregue aos Sacadores das aldêas, sob a inspecção dos Administradores dos Concelhos, nas primeiras; e nestas, do Encarregado Fiscal. Aos Sacadores foi taxado o premio de 3 por cento das quantias, que cobrarem e recolherem nos cofres da Fazenda; o defeito do seu estabelecimento, sem um cadastro ou recenseamento dos fôgos contribuintes, foi depois prevenido pela portaria da Junta da Fazenda de 23 de Fevereiro de 1842, que mandou proceder ao recenseamento dos fôgos obrigados a este imposto, segundo as instrucções, que a esse fim mandou executar nas Velhas e Novas Conquistas; e que a cobrança do imposto se faça mensalmente.

Tal é o estado actual da antiga e importante renda do tabaco, que produzindo ainda no anno de 1840, 163:620 xerafins, 26:179\$200 réis fortes; e nas Novas Conquistas o melhor de 40:000 xerafins, 6:400\$000 réis fortes; no de 1841, não passou ao todo de 119:047 x.^o 4 t. 13 r.^o, ou 19:047\$857 réis fortes; além da diminuição que tem de 3 por cento de premio para os Sacadores, e 1 por cento d'obra pia, que se não recebe mais; com a facilidade do contrabando, em uma fronteira de 30 legoas, e por extensas e limpissimas praias; e pelo uso que em algumas das Novas Conquistas se faz do tabaco alli produzido, que nenhuns direitos paga.

A diminuição no melhor de 80:000 x.^o ou 12:800\$000 réis, que o rendimento do tabaco hoje apresenta em relação ao anno de 1840 e anteriores, será talvez menos sensivel, feito o recenseamento por fôgos, que a Junta da Fazenda mui judiciosamente mandou organizar, em as Velhas e Novas Conquistas: e então o producto do imposto deverá crescer, pois que se mappas incorrectos, que por ora existem publicados, dão 78:600 fôgos ao territorio de Gôa; (são muitos mais, sem contar mesmo as casas de gentios, que comprehendem 5 e mais familias no mesmo fôgo, ou como elles dizem, debaixo

da mesma panella,) ainda que a cada fôgo se impozesse 1 x. por anno, que é menos do minimo estabelecido na portaria de 27 de Janeiro de 1842, já daria 78:600 x.^s o imposto, afóra os direitos de entrada, e das licenças para a venda do tabaco, e não 67:885 x.^s 1 t. 33 rs. como se vêem na tabella. Em Damão, onde havia já este imposto, as praças de pret pagavam 1 x. por cabeça, descontado nos respectivos soldos. Em Diu a derrama era geral; donde se segue que em Gôa pôde esta melhorar-se, e augmentar muito o seu producto; especialmente se attenderem, que este imposto recahe sobre um habito ou vicio, não affecta propriedade, nem industria, nem principio algum d'economia politica. Todavia tenho para mim, que o arbitrio adoptado pela Commissão é ainda preferivel, porque tende a fomentar a cultura, industria e commercio reciproco de ricas possessões, tão desgraçadamente esquecidas. Ahi estão na Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha, amostras de tabaco mandadas, ha pouco, de Timor pelo Governador Frederico Leão Cabreira, na Charrua *Magnanimo*, que provam a superior qualidade daquella producção, que preparada por alguém, que com facilidade se pôde transportar de Manilha para aquella Ilha, rivalisaria com o melhor tabaco do mundo. O dinheiro que hoje sahe, e sempre tem sahido para a compra deste genero aos estrangeiros, perde-se para o paiz; se fosse levado a Timor, que vantagem não daria áquella Ilha, á sua industria e commercio, e por consequente aos interesses do Estado? Entretanto em portaria de 4 de Janeiro 1842, é prorogado o imposto estabelecido até á definitiva Resolução de Sua Magestade, porque a experiencia de um anno, diz esta portaria, tem comprovado a conveniencia *relativa* das medidas provisoriamente adoptadas; e não haver o *Conselho do Governo* podido achar outro meio, que produza 120:000 xerafins por anno!!! Oxalá que o Governo de Sua Magestade se digne attender, quanto antes, a este importante ramo de receita publica, que por ora apresenta perda; sendo o mais capaz de augmentar a receita, sem vexames dos póvos.

(Continuar-se-ha.)

ACTAS DA ASSOCIAÇÃO.

SEGUNDO ANNO.

SESSÃO 21.^a*Presidida pelo Sr. Vice-Presidente.*

DEPOIS de lida e approvada a acta da Sessão antecedente, leu o Sr. Secretario Louzada de Araujo uma carta do Sr. A. M. de Noronha, pela qual se desculpava de não poder concorrer na Sessão Solemne. O Sr. Presidente declarou que estava sobre a meza um exemplar ricamente encadernado do Almanack ou Lista Geral de todos os Empregados civis e militares, tanto do Reino de Portugal, como de suas possessões ultramarinas, offerecido a esta Associação pelo autor o Sr. Luiz Valdez; declarou tambem que o Sr. Bicker continuava a enviar escriptos e mappas.

O Sr. Secretario Louzada de Araujo leu um discurso biografico ou elogio, por elle escripto, do nosso fallecido Socio o Ex.^{mo} Sr. M. A. L. Vieira de Castro, cuja leitura não pôde ter logar na Sessão Solemne, pela razão declarada na respectiva acta. O mesmo Sr. Secretario fez a segunda leitura de duas propostas para Socios, assignadas ambas pelo Sr. Carneiro, as quaes continham os nomes dos Srs. Francisco Cypriano dos Santos Rapozo, e Duarte Leão Cabreira; e correndo o escrutinio sobre a sua admissão, foi esta approvada unanimemente.

O Sr. João Pedro Nolasco da Cunha propoz que nas actas se fizesse menção dos nomes dos Socios que concorressem ás Sessões, e sustentou a sua proposta com varias razões, pedindo por ultimo a sua urgencia. Sendo a urgencia posta a votação, foi approvada. Seguiu-se uma breve discussão sobre a mencionada proposta, na qual tomaram parte os Srs., Marques Pereira e Sete, requerendo por ultimo o mesmo Sr. Cunha, que ficasse adiada até á primeira Sessão: este requerimento foi approvado.

O Sr. Presidente designou o dia de quarta feira 11 do corrente para Sessão extraordinaria de eleições dos differentes cargos da Associação.

Leu tambem o Sr. Secretario Louzada de Araujo um parecer da Secção do Ultramar sobre uma proposta do Sr. Couceiro, que diz respeito aos apresamentos feitos pelos cruzadores inglezes. Diz a Secção que não ha já logar a suscitar requerimento algum, em presença do Tractado feito com a Inglaterra para a suppressão do odioso trafico da escravatura: envia as informações colhidas de alguns Socios

para que, conservadas no archivo da Associação, de futuro se aproveitem, se acaso voltarem circumstancias que o exijam. Este parecer foi approvedo, mandando-se archivar com a proposta.

O Sr. Carneiro lembrou, que seria conveniente se pedisse ao Ex.^{mo} Ministro da Repartição do Ultramar, que recomendasse ao Senado de Macão toda a conservação possível no frontespicio da Igreja de S. Paulo da mesma cidade. A Assembléa assim o approvou.

Entrou em discussão o parecer da Commissão do exame das contas do anno findo, que foi approvedo na generalidade; ficando para a seguinte Sessão o tratar-se das propostas que este parecer encerra. O Sr. Vice-Presidente fechou a Sessão.

Sala das Sessões em 2 de Janeiro de 1843. = O Secretario, *Joaquim José Gonçalves de Mattos Corrêa.*

SESSÃO 22.^a

Presidida pelo Sr. Vice-Presidente.

Aberta a Sessão, approvou-se a acta antecedente.

O Sr. Presidente declarou, que esta Sessão extraordinaria era marcada no artigo 20 dos Estatutos para a eleição de Presidente e mais cargos da Associação; e em consequencia annunciou que se ia proceder á eleição do Presidente da Associação.

Recolhidas as listas convidou para escrutinadores aos Srs. Joaquim José Cecilia Kol, e Marciano Antonio Pereira Nunes. Entraram na urna 21 listas, quantos eram os votantes e tiveram:

Os Srs. Antonio Manoel de Noronha..... 16 votos.

Joaquim José Falcão..... 5 »

O Sr. Noronha foi por conseguinte proclamado Presidente da Associação.

Eleição do Vice-Presidente. — Listas 21 e deram:

Aos Srs. João da Costa Carvalho..... 19 votos.

João Pedro Nolasco da Cunha..... 2 »

Ficou eleito o Sr. Costa Carvalho Vice-Presidente.

Eleição de Secretarios. — Listas 22, tendo entrado um Socio, e tiveram:

Os Srs. Joaquim José Gonçalves de Mattos Corrêa..... 16 votos.

José Tavares de Macedo..... 13 »

Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo de Azevedo 13 »

Joaquim José Cecilia Kol..... 1 »

Feliciano Antonio Marques Pereira..... 1 »

O Sr. Mattos Corrêa ficou eleito primeiro Secretario da Associação; e como houvesse empate entre o Sr. Tavares de Macedo e Louzada de Araujo, leu-se o artigo adicional do regulamento interno que diz = No caso de empate preferirá o mais velho = e requerem-

do o Secretario Louzada de Araujo fosse aquelle Sr. preferido, alterando-se o artigo citado, se suscitou uma pequena discussão, em que fallaram os Srs. Presidente, Tavares de Macedo, Amaral, Marques Pereira e Alves, em resultado da qual se decidiu conforme a disposição transcripta, e foi declarado o Sr. Louzada de Araujo segundo Secretario da Associação.

Eleição de Sub-Secretarios. — Entraram 22 listas e tiveram:

Os Srs. Feliciano Antonio Marques Pereira	17	votos.
José Tavares de Macedo	12	»
Joaquim José Cecília Kol	7	»
Francisco de Paula da Cunha Maldonado Athaide		
Barahona	3	»
José Alemão de Mendonça Cisneiros de Faria	2	»
Fortunato José Ferreira	1	»
Antonio Lopes da Costa e Almeida	1	»
Manoel Felicissimo Louzada de Araujo	1	»

Ficaram por tanto eleitos os Srs. Marques Pereira e Tavares de Macedo Sub-Secretarios d'Associação.

Eleição de Presidente da Comissão de Redacção. — 22 listas, e em resultado foi unanimemente eleito o Eminentissimo Patriarcha de Lisboa, D. Francisco de S. Luiz.

Passou-se á eleição de Thesoureiro da Associação, e por esta ocasião observou o Sr. Presidente, que estava sobre a meza um officio do digno Socio o Sr. Manoel Luiz Esteves, o qual tendo servido este cargo tres annos, deu a sua exoneração, por se achar empregado em serviço incompativel com aquelle exercicio. — Entraram na urna 22 listas, e obtiveram:

Os Srs. Joaquim Maria Bruno de Moraes	15	votos.
João Pedro Nolasco da Cunha	4	»
João da Costa Carvalho	1	»
Antonio Gregorio de Freitas	1	»
Antonio Maximiliano Leal	1	»

O Sr. Bruno de Moraes foi declarado Thesoureiro da Associação.

Seguiu-se a eleição dos tres membros, que com o Thesoureiro e segundo Secretario compoem a Comissão administrativa. — Listas 23 por haver entrado outro Socio, e tiveram:

Os Srs. Joaquim José Cecília Kol	20	votos.
José Joaquim Alves	18	»
João Pedro Nolasco da Cunha	18	»
Antonio Maximiliano Leal	8	»
Antonio Gregorio de Freitas	2	»
Fortunato José Ferreira	2	»
Pedro Alexandrino da Cunha	1	»

Tendo os tres primeiros Srs. alcançado maioria absoluta, foram proclamados Membros eleitos para compôr a Comissão administrativa.

Estando a hora adiantada, o Sr. Presidente fechou a Sessão, dando para ordem da noite da seguinte, a eleição do Archivista, eleições de Presidentes e mais cargos das Secções; e as propostas conteadas no parecer da Comissão do exame das contas.

Sala das Sessões, em 11 de Janeiro de 1843. = O Secretario, *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.*



Relação nominal dos Socios da Associação Maritima e Colonial de Lisboa em Janeiro de 1843.

SOCIOS FUNDADORES.

Os Senhores:

Antonio Lopes da Costa e Almeida — *Relator da Secção de Marinha mercante, e Membro da Comissão de Redacção.*

Antonio Maximiliano Leal.

Feliciano Antonio Marques Pereira — *Sub-Secretario da Associação, Secretario da Secção de Marinha de guerra, e Membro da Comissão de Redacção.*

Fernando José de Santa Rita.

Francisco Soares Franco.

José Xaxier Bressane Leite.

Joaquim José Gonçalves de Mattos Corrêa — *Secretario da Associação.*

Joaquim José Cecilia Kol — *Membro da Comissão administrativa e Secretario da Secção do Ultramar.*

João Bressane Leite.

João da Costa Carvalho — *Vice-Presidente d'Associação.*

João de Fontes Pereira de Mello.

João Maria Ferreira do Amaral.

João Pedro Nolasco da Cunha — *Membro da Comissão administrativa, e Presidente da Secção de Marinha de guerra.*

Joaquim Pedro de Andrade Pinto.

João José Corrêa.

José Joaquim Alves — *Membro da Comissão administrativa.*

Lourenço Germack Possollo.

Manoel Thomás da Silva Cordeiro.

Porfirio Antonio Felner.

SOCIOS EFFECTIVOS.

Antonio Aluisio Gervis d'Atouguia — *Presidente da Secção de
Marinha mercante.*

Antonio Cabral de Sá Nogueira.

Antonio Caetano Pacheco.

Antonio Diniz do Couto Valente.

Antonio Gregorio de Freitas.

Antonio Herculano Rodrigues.

Antonio Joaquim de Gouvêa.

Antonio Joaquim de Carvalho e Menezes.

Antonio José Freire.

(D.) Antonio José de Mello de Saldanha e Castro.

Antonio Jorge de Oliveira Lima.

Antonio Manoel de Noronha — *Presidente da Associação.*

Antonio Maria Couceiro.

Antonio do Nascimento Rozendo.

Antonio Olavo Monteiro Torres.

Antonio de Oliveira.

Antonio Pereira Lima.

Antonio Teixeira Doria.

Augusto José de Carvalho.

Barão do Tojal.

Bernardino Antonio Gomes.

Bernardo Ramires Esquivel.

Bruno Nugent White.

Caetano Maria Batalha.

Carlos Craveiro Lopes.

Claudio Lagrange Monteiro de Barbuda.

Conde do Bomfim.

Conde de Cêa.

Conde do Lavradio.

Conde do Sabugal.

Conde de Villa Real.

Duarte Leão Cabreira.

Ernesto Maria d'Espie.

Estevão Gonçalves Torres.

Filippe Maria Barbosa.
Fernando Carlos da Costa.
Fermino Jacomo Tasso.
Fortunato José Ferreira.
Francisco de Borja Pereira de Sá.
Francisco Cypriano dos Santos Rapozo.
Francisco Maria Pereira da Silva.
Francisco de Paula d'Aguiar Ottolini.
Francisco de Paula da Cunha Maldonado Athaide Barahona.
Francisco Pedro Celestino Soares.
Francisco Pedro da Costa.
Francisco de Assis Tavares.
Francisco Rodrigues Batalha.
Jacinto da Silva Mengo.
João Caetano de Bulhões Leotte.
João José da Cunha Fidié.
João José d'Assumpção e Silva.
João Leandro Valladas.
João José Fernandes.
João Nepemuceno de Seixas.
João de Sousa.
João Rodrigues Galhardo.
João Xavier de Sousa Trindade.
Joaquim Antonio de Moraes Carneiro.
Joaquim da Costa Carvalho.
Joaquim Cordeiro Feio.
Joaquim da Cunha Roda.
Joaquim Elias Rodrigues Sette — *Archivista*.
Joaquim José de Andrade Pinto.
Joaquim José Falcão — *Presidente da Secção do Ultramar*.
Joaquim Maria Bruno de Moraes — *Thesoureiro d'Associação,*
o Secretario da Secção da marinha mercante.
Joaquim da Silva Belém.
Joaquim Simões Ramos.
José Alemão de Mendonça Cisneiros e Faria.
José Alexandre de Campos.
José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco.
José Bernardo da Silva.

- José Chelmick.
José Gregorio Pegado.
José Gregorio Taloni.
José Joaquim Lopes de Lima.
José Manoel Nogueira.
José Maria Marques.
José Maria Pereira da Silva.
José Maria de Sousa Monteiro.
José Maria Vieira.
João Teixeira Barbosa Leite.
José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos.
José de Sá Ferreira dos Santos Valle.
José Tavares de Macedo — *Sub Secretario d'Associação, e*
Membro da Comissão de Redacção.
Lourenço do O.
Lourenço d'Oliveira Grijó.
Luiz Corrêa d'Almeida.
Manoel Antonio Martins.
Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo — *Secretario*
d'Associação, e da Comissão permanente d'Estatistica, e
Membro da Comissão de Redacção.
Manoel Jorge de Oliveira Lima.
Manoel José Maria da Costa e Sá.
Manoel Ignacio de Sampaio e Pina.
Manoel Luiz Esteves.
Manoel Luiz dos Santos.
(D.) Manoel de Portugal e Castro.
Manoel Ramires Esquivel.
Manoel de Vasconcellos Pereira de Mello.
Marciano Antonio Pereira Nunes.
Marino Miguel Franzini.
Marquez do Fayal.
Marquez de Saldanha.
Patriarcha Eleito, D. Francisco de S. Luiz.
Pedro Alexandrino da Cunha — *Relator da Secção de Marinha*
de guerra, e Membro da Comissão de Redacção.
Pedro Olegario Alves.
Pedro Valente da Costa Loureiro e Pinho.

Rafael Florencio da Silva Vidigal.

Raymundo José da Silveira.

Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Theodorico José d'Abranches.

Venceslão Anselmo Soares.

Vicente Ferreira Duarte.

Vicente José dos Santos Moreira Lima.

Visconde de Sá da Bandeira.

Visconde da Torre Bella — *Relator da Secção do Ultramar, e
Membro da Comissão de Redacção.*

SOCIOS HONORARIOS.

Antonio Barão de Mascarenhas — *Consul em Bristol.*

Bispo Eleito de Cabo Verde.

Januario da Cunha Barbosa — *Secretario perpetuo do Insti-
tuto Historico e Geografico Brasileiro, no Rio de Janeiro.*

Joaquim Ferreira de Andrade — *Governador de Caconda.*

Miguel Antonio da Silva — *Vigario de S. Nicoláo de Cabo
Verde.*

Visconde de Santarem — *Residente em Pariz.*

Visconde de S. Leopoldo — *Presidente do Instituto Historico
e Geografico Brasileiro, no Rio de Janeiro.*

PARTE OFFICIAL.

RELATORIO

Apresentado, por S. Ex.^a o Sr. Ministro da Marinha, na Camara dos Srs. Deputados, na Sessão Ordinaria de 1843.

SENHORES : — Tendo de apresentar ao Corpo Legislativo algumas propostas, de cuja decisão depende o bem do serviço nas duas Repartições da Marinha e Ultramar, de que Sua Magestade houve por bem encarregar-me, julgo-me ao mesmo tempo obrigado a dar-vos conta, ainda que succinta, das principaes providencias que tenho adoptado em cada uma daquellas Repartições, no curto espaço de tempo decorrido desde que dellas tomei conta.

Seguirei para este fim a ordem adoptada por meus antecessores neste Ministerio, fallando primeiro das cousas da Marinha, e depois das do Ultramar.

MARINHA.

Chamado a fazer parte da actual Administração, foi o meu primeiro cuidado examinar todos os Estabelecimentos e Repartições dependentes do Ministerio da Marinha, e procurar que, em todos elles, o serviço se fizesse com a maior economia possivel; e sendo nos Navios de Guerra, no Arsenal da Marinha, e na Cordoaria, aonde se consumia a maior parte das sommas votadas para este Ministerio, foi ahi a que primeiro julguei dever attender, reduzindo, de accordo com o Major General da Armada, e Autoridades respectivas, as lotações e quadros do pessoal daquelles Navios e Estabelecimentos, como se verá nos competentes capitulos do Orçamento.

O armamento actual é, de facto, de 2:257 homens. Esta força, ainda menor de 570 homens do que a concedida pela ultima Lei do Orçamento (vidè mappa n.^o 1), não póde, sem prejuizo do serviço, ser reduzida a menor pé; pois que, além da necessidade de conservar alguns Vasos de Guerra nas cos-

tas occidental e oriental da Africa, de evitar o contrabando nas costas do Reino, e no Ultramar, e de ter sempre uma reserva de marinhagem, que possa, de um momento a outro, servir de base a um maior armamento, que as circumstancias exijam, accresce a obrigação rigorosa de preencher as condições do Tractado para a abolição do trafico da escravatura, em consequencia do qual já alguns Navios de Guerra têm sahido, e outros sahirão em breve, munidos das convenientes instrucções.

No Arsenal da Marinha existem ainda 457 homens, além do seu quadrô normal, como se verá do mappa n.º 2. Do mappa n.º 3 se conhece que no anno de 1842 se tornaram effectivas 66 vagaturas; e quando se prosiga constantemente no principio, que com rigor tenho feito adoptar, de *não admissão*, em breve ficará este pessoal reduzido ao seu limite, e se verificará uma economia de 63:177\$872 réis, que convenientemente vai consignada no Orçamento.

Do mesmo mappa n.º 2 se conhece o estado actual do pessoal da Cordoaria, no qual, por em quanto, se não pôde fazer maior redução.

Um grande principio de economia é o fornecimento regular da materia prima, necessaria para o trabalho das officinas, e o provimento dos armazens feito em épocas opportunas; e por esforços meus e de meus antecessores, e não menos do actual Sr. Ministro da Fazenda, tanto o Arsenal como a Cordoaria se acham abundantemente providos. De não menos interesse economico se deve considerar a substituição de artigos sujeitos a uma prompta damnificação, por outros mais solidos e duradouros: já as amarras de linho têm sido, em muitos Navios, substituidas pelas de ferro; e, brevemente, espero que o vasilhame actual, que tão pouco garante a conservação das agoadas nas viagens, que tanto obstrue os Navios, e que exige, para o seu reparo, uma despesa continuada, será substituido igualmente por tanques de ferro, que já se fabricam no Arsenal da Marinha tão perfeitos como os vindos de Inglaterra.

Convencido da necessidade de reforçar o material da nossa Marinha de Guerra, e de que os meios para ella votados devem produzir resultados proficuos, mandei assentar a quilha

de um brigue no Arsenal da Marinha, e a de outro nos estaleiros do Porto; continuando-se com toda a actividade no acabamento da corveta, que se acha em construcção no mesmo Arsenal, e na promptificação da fragata construida em Damão, cujos trabalhos indevidamente se haviam abandonado. O mappa n.º 4 mostra o numero das Embarcações de Guerra, de todos os lotes, que se acham ao serviço do Reino, e das Provincias Ultramarinas, e bem assim das que se acham em construcção ou fabrico.

A construcção naval achava-se em um estado, que poucas garantias offerecia, para que em futuro este tão importante serviço podesse ser desempenhado pela fórma, que o exige o andamento actual desta sciencia, e a propria economia da Fazenda Publica. Como um passo indispensavel para o melhoramento deste ramo do serviço, fiz já designar alguns alumnos, que mais talento e aptidão têm desenvolvido, para irem estudar nos Estabelecimentos e Escólas Navaes Estrangeiras o progresso da arte, que um dia virão ensinar na Escola estabelecida no Arsenal; e para esta Escola e Corpo de Constructores, trabalhei um projecto de organização, que junto vos apresento, e espero que será approved pelas Côrtes.

Entre as medidas que tenho a reclamar do Corpo Legislativo, devo notar com especialidade uma, sem a qual todos os esforços feitos para melhorar a nossa Marinha de Guerra, se tornariam nullos, e os dinheiros com ella consumidos, seriam em pura perda. Consiste ella na approvação do projecto apresentado, na ultima Sessão, pelo Sr. Deputado João Maria Ferreira do Amaral, tendente a organizar e classificar, por uma fórma conveniente, o pessoal da Armada, o qual, por muitas circumstancias, se acha reduzido a tal estado, que nem mesmo esta pequena força naval, que o Orçamento apresenta, se póde guarnecer devidamente. Aquelle projecto contém em geral principios e disposições da maior utilidade, e como tal, eu peço que seja de novo considerado na respectiva Commisção, e apreheitado á approvação das Camaras.

Em breve espero apresentar-vos o Codigo Florestal, a que já no Relatorio anterior alludio o Ministro que então dirigia esta Repartição. Todos os paizes têm reconhecido a necessi-

dade de uma Legislação especial de mattas; e as muitas e uteis Provisões, que entre nós existiam a similhante respeito, caducaram na maior parte, com o estabelecimento do Systema Constitucional, sem que até agora fossem convenientemente substituidas. Espero pois que as Côrtes, avaliando a importancia desta materia, se apressarão a discutir aquelle Codigo, que vai preencher um tão grande vacuo na Legislação actual. Na parte administrativa e economica das mattas, tenho dado providencias, que me lisongeio virão a produzir, com o tempo, um resultado que ha muito previa como possivel; e vem a ser: que além do fornecimento das madeiras, e alcatrão para o Arsenal e Cordoaria, possam ainda os seus productos vir a supprir as despezas do seu custeio e Empregados. Com o Orçamento especial desta Administração, que vos offereço debaixo do n.º 5, satisfação ás notas 5.^a e 6.^a, que se encontram no Orçamento geral deste Ministerio.

Em virtude da Carta de Lei de 16 de Novembro de 1841, foi por Decreto de 21 de Abril de 1842 approved um Regulamento geral de Fazenda da Marinha, que não sómente assegura a melhor fiscalisação no emprego das sommas que se consomem com o material e mais despezas do Ministerio, mas que o habilita a dar opportunamente as contas indispensaveis, do modo por que se applicaram os fundos votados. Foi este um importantissimo serviço feito pelo meu antecessor no Ministerio; e animado das mesmas idéas, tenho promovido, por todos os modos, a inteira observancia daquelle Regulamento.

Por Decreto de 24 de Dezembro de 1841 se approvou a creação de uma Associação denominada de *Soccorro e Monte-Pio Geral da Marinha*, a qual, offerecendo em seus Estatutos garantias sufficientes de estabilidade e boa gerencia, tem reunido ao seu gremio quasi todos os Empregados Civis e Militares da Marinha. Um grande numero delles tem vindo requerer ao Governo a restituição das quotas com que haviam contribuido para o Monte-Pio Militar, cedendo do direito, que em futuro viriam a ter suas familias ás Pensões do Estado, assim substituidas pelas daquelle Associação. Este Ministerio, de accôrdo com o Sr. Ministro da Fazenda, reconhecendo toda

a vantagem, que d'ahi provinha á Fazenda Publica, tem, dentro dos limites das suas attribuições, auxiliado tão transcendente transacção; mas para que aos Officiaes requerentes se assegure d'uma vez a completa restituição das quotas pedidas, para que aquella utilissima instituição, ou outra qualquer analogia, possa haver dos mesmos Officiaes a satisfação de suas respectivas joias; e para que o Estado fique legal e completamente desonerado do pagamento das Pensões, a que a Lei do antigo Monte-Pio o obrigava, tenho a honra, de accôrdo com o Sr. Ministro da Guerra, de offerecer á approvação das Côrtes o Projecto da Lei que vai junto, o qual abrange em suas disposições o Monte-Pio do Exercito, e da Marinha A. Este objecto occupou já as meditações do Corpo Legislativo na ultima Sessão, e de certo que todos os espiritos estão convencidos da necessidade de o attender com urgencia. Para que as Camaras possam devidamente avaliar a vantagem, que provém á Fazenda, libertando-a, por meio destas restituições, do enorme onus que sobre ella pésa, offereço junto o mappa n.º 6, no qual se vê, que as restituições que o Estado tem a fazer a 181 Officiaes de Marinha, que até agora requereram desistir do Monte-Pio Militar, montam a 24:130\$054 réis, e que por meio dessa restituição fica a Fazenda desobrigada, e liberta de 24:930\$000 réis de Pensões annuaes, por tanto tempo quanto vivessem as viúvas, e filhos desses Officiaes! Pelo mappa n.º 7 se vê, que para o resto da Corporação da Armada, em effectivo serviço, similhante restituição importará em 17:068\$467 réis; vindo a montar a restituição, quando todos tiverem desistido, a uns 40:000\$000 réis.

ULTRAMAR.

Passarei agora a tratar rapidamente das cousas das Provincias Ultramarinas, porque não é meu intento fazer uma historia de todos os acontecimentos que nellas têm occorrido desde o ultimo Relatorio apresentado ao Corpo Legislativo em 1840, visto que essa tarefa, que demandaria summa prolixidade, não offereceria agora o interesse nem a utilidade correspondente. Alludindo pois tão sómente a alguns successos extraordinarios, que têm alterado a ordem publica nas Pro-

vincias Ultramarinas, e sem me esquivar a dar delles mais circumstanciada conta ás Côrtes, quando ellas assim o entendam conveniente, limitar-me-hei a declarar que a todos o Governo tem occorrido com providencias, que se contêm nos limites das suas attribuições, porque são dessa natureza todas as que se tomaram para no Estado da India assegurar á Autoridade legal a força e o decoro, que uma insubordinação militar por um momento desacatára, e as que o Governo vai de prompto adoptar para prevenir no Estabelecimento de Macão, a repetição de conflictos semelhantes ao que ultimamente alli teve lugar. Uma unica providencia das que se expediram para o Estado da India se aparta daquella regra geral, e vem a ser a autorisação, que por Portaria de 27 de Julho ultimo, que aqui apresento por cópia, foi concedida á Junta de Fazenda daquelle Estado para a venda, em caso de urgencia, de alguns Bens Nacionaes. Os motivos que aconselharam aquella autorisação, e as condições, e reserva com que ella foi concedida, merecerão sem duvida a vossa consideração; e o acertado e vantajoso uso que della se fez, e de que vos darei brevemente conta, provarão a sua conveniencia. Algumas outras medidas tem o Governo tomado no espaço decorrido desde a data daquelle ultimo Relatorio, tendentes a melhorar varios ramos do serviço publico nas Provincias Ultramarinas, e a diminuir as despesas dos respectivos cofres, como o demandam os escassos recursos de todos elles. De algumas destas medidas tem o Governo dado conhecimento ás Côrtes, pedindo a sua sanctão na parte em que della carecem, e por isso, julgando eseusado fazer aqui a sua enumeração, reclamarei a attenção das Côrtes sobre aquellas que actualmente julgar opportunas.

Desde que tive a honra de ser encarregado do Ministerio dos Negocios da Marinha e Ultramar, não me tenho descuidado de acudir, tanto como me tem sido possivel, ás mais urgentes necessidades das nossas Possessões, enviando-lhes as Autoridades e recursos de que mais careciam, como fiz para as Ilhas de S. Thomé e Príncipe, e para Cacheu, aonde, pelas providencias que acompanharam os respectivos Governadores, e pela confiança que me inspiram os conhecimentos e cara-

cter destes, espero se effectuará algum melhoramento sensivel. Um dos meus primeiros cuidados foi tambem o de conseguir apromptar um Orçamento da receita e despeza de todas as Provincias Ultramarinas; e ainda que por alguma dellas não têm podido ser cumpridas as ordens que a este respeito se lhe tem por vezes expedido, foi contudo possivel, com os dados que o Governo possuia, organizar um trabalho daquella natureza, o qual terei a honra de apresentar nesta Camara, e por elle as Côrtes poderão avaliar a natureza dos recursos e encargos de cada uma das Provincias, senão com a individuação e clareza que demanda um assumpto de tanta importancia, ao menos com toda aquella que o Governo pôde ministrar-lhe.

Tambem me tem merecido particular attenção a organização das Alfandegas das nossas Possessões Ultramarinas, não só porque se apresenta um novo estado de cousas em razão da abertura dos Portos á navegação das Nações, que por Tractados gozam, ou vierem a gosar desse beneficio; mas ainda para que da regularidade das mesmas Alfandegas resultem á Fazenda Publica os interesses, que natural e devidamente lhe competem, obviados os descaminhos, contemplações, e sobre tudo os contrabandos que, com tanta facilidade, até aqui se faziam. Nestes trabalhos sou ajudado por uma Commissão que propuz, e que Sua Magestade houve por bem crear em 3 de Outubro do anno passado, e opportunamente farei conhecer ás Côrtes o resultado desses trabalhos, sollicitanto a sancção daquellas medidas que excederam as attribuições do Governo; cumprindo-me desde já observar, que além da policia e regularidade das referidas Alfandegas, é indispensavel uma força maritima que vigie as costas, principalmente das Possessões Africanas, e véde as descargas fóra dos pontos em que não houver Alfandegas e fiscalisação. As Estações Navaes destinadas á repressão do trafico dos escravos poderão ao mesmo tempo applicar-se áquelle serviço, e neste sentido se expedem as convenientes ordens; mas para conservar essas estações; hoje indispensaveis na presença do Tractado de 3 de Julho de 1842, celebrado com a Inglaterra para a extincção do dito trafico, força é que se attenda ao progressivo augmento da

nossa Marinha de Guerra, como já notei na primeira parte deste Relatorio, e que muito concorrerá a dar maior vida ao Commercio actual, e mesmo convidará, como é de desejar, ao estabelecimento de Companhias Agriculas e Commerciaes.

Ninguém mais do que eu deseja a economia, e poupar o Thesouro a sacrificios com que mal póde: nesta convicção corto por todas as despezas, que me não parecem de absoluta necessidade, e não proporei medida alguma que envolva accrescimo de despeza, senão aquellas em que as considerações do bem publico forem superiores ás da economia.

A Administração em geral e a da Justiça estão muito mal montadas nas Provincias Ultramarinas, o que induzio o meu antecessor a propôr a creação de uma Commissão, que tratasse de tão ponderosos objectos.

Esta Commissão tem os seus trabalhos muito adiantados, e em breve espero podel-os apresentar ás Côrtes.

Têm merecido e merecem ao Governo particularissima attenção os Negocios Ecclesiasticos das nossas Possessões Ultramarinas, tanto pelo que respeita á conservação do Padroado, como pelo que toca ao provimento das Sédes e Igrejas que se acham vagas: alguns desses provimentos se têm effectuado, e eu trato de completal-os; é porém indispensavel que se formem Seminarios aonde os não ha, e donde possam sair Ministros dignos e proprios para o serviço das Igrejas Parochiaes e para o das Missões, negocio muito ponderoso debaixo de todas as vistas, e de que vai occupar-se uma Commissão, composta de pessoas as mais capazes de esclarecer o Governo como convém.

Sobre todos os objectos, de que tenho brevemente tratado, se offerecem a cada passo mil difficuldades e contradições como é bem de presumir, attentas as distancias, os embaraços que apresenta o estabelecimento das novas Instituições, e mais que tudo a carencia de Leis precisas e claras, que regularisem os diversos ramos da Administração Publica em harmonia com as circumstancias especiaes de cada Provincia; porém remediado este mal, e havendo constancia e boa escolha de Empregados, principalmente dos da primeira ordem, tudo se póde vencer, nem eu desespéro que possa conseguir-se o levar a

nossas Possessões Ultramarinas ao estado de prosperidade que merecem, nem de que ainda um dia possam coadjuvar a Mãe-Patria, que a tantos sacrificios se tem submettido para as felicitar; é porém necessario que o Governo de Sua Magestade seja revestido de faculdades mais amplas, porque grandes negocios se perdem por se não aproveitar o momento, e é para isso que offereço ás Côrtes o Projecto de Lei aqui junto; e successivamente apresentarei os mais que entender podem contribuir, para se conseguirem os grandes fins a que o Governo dirige todas as suas attenções, quero dizer, o bem da nossa Patria.

Sujeitando á vossa analyse todos os actos da minha administração, fico prompto a dar-vos com franqueza todas as explicações necessarias, e pedindo ao Corpo Legislativo a approvação dos Projectos acima mencionados, declaro com igual franqueza que adoptarei com reconhecimento aquellas alterações, que o vosso saber e patriotismo julgar nelles necessarias.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, 16 de Janeiro de 1843. = *Joaquim José Falcão.*

Projecto de organização do Corpo de Engenheiros, e Constructores Navaes, e a sua respectiva Escola.

DO CORPO.

Artigo 1.º O Corpo compôr-se-ha de duas classes de Officiaes: uma de Engenheiros Navaes, e outra de Constructores Navaes, e dos Aspirantes á primeira destas classes. Este Corpo ficará debaixo do commando immediato do Inspector do Arsenal da Marinha.

Art. 2.º Sómente poderão ser admittidos como Officiaes da primeira classe, os individuos que se tiverem habilitado com o Curso respectivo da Escola Polytechnica, e com o da Escola de Architectura, e Construcção Naval, annexa á Academia dos Guardas Marinhas.

Art. 3.º Sómente poderão ser admittidos como Officiaes da segunda classe, os individuos da Officina de Carpinteiros

de machado do Arsenal da Marinha, habilitados com o Curso da respectiva Escóla, que tiverem seguido os lugares da mes- trança da dita Officina, e que o Inspector do mesmo Arsenal propozer para esse fim.

Art. 4.º Os individuos, que actualmente pertencem ao Corpo de Engenheiros Constructores, serão considerados extra- numerarios no Corpo agora organizado, em quanto se não mos- trarem habilitados, na conformidade desta Lei.

Art. 5.º O Quadro dos Officiaes Engenheiros, e Cons- tructores Navaes, não poderá exceder os limites da seguinte Tabella :

Primeiro Engenheiro Naval.....	1
Segundo dito.....	1
Primeiro ajudante dito.....	1
Segundos ditos dito.....	2
	— 5
Primeiro Constructor Naval.....	1
Segundo dito.....	1
Terceiro dito.....	1
	— 3
	—
	8
	==

DA ESCÓLA.

Art. 6.º Na Escóla se ensinará Architectura Naval, theo- rica e pratica, e desenho; e haverá uma classe de modelar, e levantar fôrmas.

Art. 7.º Serão preferidos, para exercer o Magisterio nes- ta Escóla, os individuos que compozerem o Corpo de Enge- nheiros, e Constructores Navaes.

Art. 8.º Logo que a Escóla se ache conveniente e le- galmente constituida, serão nella admittidos até vinte e qua- tro Alumnos, doze dos quaes se destinarão para Engenheiros Navaes, e se denominarão Alumnos da primeira classe; e doze para Constructores Navaes, e se denominarão Alumnos da se- gunda classe.

Art. 9.º Para ser admittido em Alumno da primeira

classe, é necessario que o Candidato mostre ter sido approvado no quarto curso preparatorio da Escóla Polytechnica, na classe de Ordinario; e que além de boa educação moral e civil, tenha cabal conhecimento de uma das linguas, franceza ou ingleza.

Art. 10.^o Serão admittidos em Alumnos da segunda classe, os aprendizes da officina de carpinteiros de machado do Arsenal da Marinha, que houverem praticado um anno no Arsenal, e que além de seu bom comportamento e educação, tenham a necessaria instrução primaria, comprehendendo principios elementares de Arithmetica e Geometria.

Art. 11.^o Poderão na mesma Escóla ser admittidos Alumnos voluntarios, para o fim de se habilitarem aos differentes misteres de Architectos Navaes Mercantes, mestres de estaleiros de construcção, e louvados legaes em objectos relativos a Construcção Naval Mercante, devendo aquelles, que se quizerem habilitar para a primeira destas classes, ter os preparatorios acima indicados da Escóla Polytechnica, pelo menos como voluntarios. Os aprendizes, ou officiaes de carpinteiro de machado, que apresentarem certificados de seus respectivos mestres, de um bom comportamento, poderão ser admittidos como voluntarios da segunda classe, ficando uns e outros sujeitos ás mesmas disciplinas dos Alumnos ordinarios, sem contudo poderem gozar de vencimento ou gratificação alguma, nem poderem jámais entrar no Corpo de Engenheiros, e Constructores Navaes.

DAS GRADUAÇÕES.

Art. 12.^o O primeiro Engenheiro Naval terá a graduação de Capitão Tenente; o segundo Engenheiro, a de Primeiro Tenente; os primeiros e segundos Ajudantes, a de Segundos Tenentes. O primeiro Constructor Naval só poderá ter a graduação de Primeiro Tenente, depois de haver desempenhado trabalhos de construcção, que a isso lhe dêem juz. O segundo e terceiro Constructor só poderão ter a graduação de Segundos Tenentes, depois de similhantemente haverem concluido satisfactoriamente trabalhos de construcção, de que forem incumbidos.

DOS VENCIMENTOS.

Art. 13.º Tanto os Engenheiros como os Constructores Navaes, terão os vencimentos correspondentes ás suas graduações, regulados pela Tarifa de mil setecentos e noventa.

Art. 14.º Além destes soldos, terão o vencimento, que lhes vai marcado na tabella seguinte, ao qual só terão juz quando estiverem effectivamente empregados, e que se denominará *vencimento de exercicio*. Este vencimento duplicará quando forem destacados para o Ultramar.

Primeiro Engenheiro Naval . . 40\$000 réis mensaes.

Segundo dito 20\$000 »

Primeiros e segundos Ajudantes 12\$000 »

Primeiro Constructor Naval . . 1\$600 réis diarios.

Segundo dito 1\$200 »

Terceiro dito 1\$000 »

Art. 15.º Os Engenheiros e Constructores Navaes, que se recusarem ao serviço para que forem chamados, perderão, além do vencimento de exercicio, o soldo da sua graduação, não provando impedimento legal.

Art. 16.º Os Alumnos da primeira classe, que derem provas de aproveitamento, e que, além disso, tiverem boas informações do seu respectivo Director, principiarão a vencer — depois do primeiro anno, uma prestação annual de setenta e dois mil réis; depois do segundo, de cento e oito mil réis; e depois do terceiro, de cento e quarenta mil réis — e logo que tenham algum destes vencimentos, passarão a denominar-se *Aspirantes a Engenheiros Navaes*, passando a fazer parte do respectivo Corpo, na conformidade do artigo 1.º.

Art. 17.º Os Alumnos completamente habilitados a seguir os Postos de Engenheiros Navaes, conservar-se-hão addidos á Escola, para coadjuvarem o serviço pela fórma que lhes fôr ordenado, devendo suspender-se-lhes os seus vencimentos, logo que deixem de o fazer sem causa legal.

Art. 18.º O Governo fica autorisado a dar a esta Lei o necessario desenvolvimento, e a fazer os Regulamentos necessarios para a sua melhor execução.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, 16 de Janeiro de 1843. = *Joaquim José Falcão.*

Demonstração da despesa annual quando a Escola chegar a ter completo o numero de Alumnos habilitados, e os logares de Engenheiros e Constructores Navaes se acharem preenchidos.

ENGENHEIROS NAVAES.

	<i>Graduações</i>	<i>Soldos</i>	<i>Vencimento de exercício</i>	<i>Total</i>
1 Primeiro Engenheiro	Capitão Ten.	456\$000	480\$000	936\$000
1 Segundo dito	1.º Tenente	240\$000	240\$000	480\$000
3 Ajudantes	2.º Tenentes	540\$000	432\$000	972\$000

CONSTRUCTORES NAVAES.

			<i>Feria</i>	
1 Primeiro Constructor	1.º Tenente	240\$000	584\$000	824\$000
1 Segundo dito	2.º Tenente	180\$000	438\$000	618\$000
1 Terceiro dito	2.º Tenente	180\$000	365\$000	545\$000

12 Alumnos, pelo termo medio de 108\$000 réis 1:296\$000

Réis. 5:671\$000

DESPEZA ACTUAL.

Soldos das Graduações a 4 Constructores 720\$000
 Vencimento de 6 Aspirantes a 144\$000 réis 864\$000
 Dito de 7 ditos a 70\$000 réis 490\$000
 Dito de Constructor, pela feria, 1\$600 réis diarios 584\$000

Réis. 2:858\$000

Augmento de despesa, segundo a Proposta actual. . Réis 2:813\$000

REPARTIÇÃO DA MARINHA E DO ULTRAMAR.

DISPOSIÇÕES GOVERNATIVAS.

JANEIRO DE 1843.

2. Foram exercer as funcções de Deputados em Côrtes, o Capitão de Fragata, Ajudante d'Ordens de S. Ex.^a o Major General d'Armada, João da Costa Carvalho, e os Capitães Tenentes, Pedro Alexandrino da Cunha, João Maria Ferreira do Amaral, e Joaquim Pedro Celestino Soares.

Idem. Encarregado interinamente do commando da Corveta *Urania* o Primeiro Tenente d'Armada, Pedro Valente da Costa Loureiro e Pinho, em consequencia de ter tomado assento na Camara dos Sr.^s Deputados o seu Commandante, o Capitão Tenente, João Maria Ferreira do Amaral.

11. DECRETO, nomeando Commendadores da Ordem de Aviz, ao Capitão de Fragata, Antonio Lopes da Costa e Almeida, pelos relevantes serviços prestados ao Estado, e especialmente á arma de Marinha; e ao Capitão Tenente, Francisco Soares Franco, Junior, Commandante da Corveta *D. João 1.º*, pelo bom desempenho da commissão especial de que foi encarregado á Provincia de Monte Videu.

Idem. DECRETO, exonerando de exercer as funcções de Vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, em attenção aos padecimentos que o inhabilitam de continuar no serviço, ao Chefe d'Esquadra reformado, Bernardino Pedro de Araujo.

Idem. DECRETO, nomeando Vogal effectivo do Supremo Conselho de Justiça Militar, ao Vogal Suppleñte, o Chefe de Divisão graduado, João Anacleto Guttierres.

12. PORTARIA, mandando ficar addidos á Cordoaria da Marinha o Capitão de Fragata reformado, José Gonçalves, e o Major reformado da extincta Brigada da Marinha, Manoel Rodrigues Lucas de Senna, para alli serem empregados como melhor convier ao serviço, ficando ambos sem direito a outros

vencimentos, mais do que os que actualmente têm; os quaes lhes deverão ser pagos quando receberem as Classes activas do Estado.

13. PORTARIA, nomeando Chefe da primeira Brigada da Companhia dos Guardas Marinhas, o Guarda Marinha, José Bento Pereira d'Azambuja; Chefe da segunda, o Guarda Marinha, Adriano Maria Passalacqua; Brigadeiro da primeira Brigada, o Guarda Marinha, Francisco Olegario Seabra Preto; e Brigadeiro da segunda, o Guarda Marinha, Francisco Manoel da Cunha.

16. ORDEM GERAL N.º 396. — Os Srs. Commandantes dos Navios do Estado ficarão na intelligencia, que quando regressarem ao porto desta Capital, das Commissões a que forem mandados, lhes cumpre remetter ao Quartel General da Marinha, as mais individuaes e exactas informações do merecimento e conducta de todos os Officiaes d'Armada, Praças da Companhia dos Guardas Marinhas, e Officiaes Marinheiros embarcados a bordo dos Navios que commandarem. Outro sim remetterão sempre ao sobredito Quartel General os seus Jornaes de Navegação, que segundo o Regimento Provisional elles são obrigados a formar, nos quaes, além das observações, que devem ser transcriptas em semelhantes documentos, deverão os Srs. Commandantes especificar circumstanciadamente todas aquellas observações que durante a viagem tiverem feito, relativas ás boas ou más qualidades dos Navios que commandam, principalmente as que disserem respeito ao andar, governo, e estabilidade; emittindo a sua opinião sobre as alterações que julgarem dever fazer-se na quantidade ou collocação dos Lastros, Mastreações, e Velames, para melhorar alguma das referidas qualidades. Quartel General da Marinha 16 de Janeiro e 1843. = *Manoel de Vasconcellos Pereira de Mello*, Major General. = Sr. Domingos Fortunato do Valle, Capitão Tenante, Commandante.

Idem. Desembarcados, por desarmamento, do Brigue *Villa Flór*: — Commandante, Capitão Tenente, José Bernardo da Silva; Guardas Marinhas, Francisco Manoel da Cunha, e Francisco Olegario Seabra Preto; Aspirantes, Francisco Cecilia Borges Soares, e Augusto Jorge Maurity; e o Cirurgião, Joaquim Ribeiro de Moraes.

18. DECRETO, nomeando Cavalleiros da Ordem Militar de S. Bento d'Aviz, ao Capitão Tenente, Domingos Fortunato do Valle, e ao Primeiro Tenente, Tertuliano Turibio Pinto Lobato.

Idem. DECRETO, nomeando Cavalleiro da Ordem Militar de S. Bento d'Aviz, ao Capitão da extincta Brigada, Jacinto de Andrade.

Idem. DECRETO, promovendo ao posto de Chefe de Divisão d'Armada, sem prejuizo de antiguidade dos que a tiverem maior, ficando sem effeito a mercê desse posto, quando por qualquer motivo deixe de tomar conta do governo de Macáo, ou mesmo quando, sem ordem expressa superior, nelle se não conserve por tempo de tres annos, ao Capitão de Mar e Guerra, José Gregorio Pegado.

Idem. PORTARIA, mandando augmentar a guarnição do Brigue *Têjo*, proximo a seguir viagem para Macáo, com mais um Segundo Tenente d'Armada, uma praça da Companhia dos Guardas Marinhas, e um Carpinteiro.

20. PORTARIA, nomeando Guardião de numero da Armada, com o vencimento de soldo de desembarcado, sem já-mais poder pertencer ao quadro dos Officiaes Marinheiros de Portugal, e continuar a servir na respectiva Provincia, ao Patrão Mór da Ilha do Sal, José de Couto Aguiar.

Idem. PORTARIA. — Ministerio da Marinha e Ultramar. — Tendo sido presente a Sua Magestade a RAINHA o requerimento de alguns Alumnos da Escóla Polytechnica, pertencentes á arma de Marinha, pedindo que as maiorias de seus respectivos soldos lhes sejam abonadas em vista sómente dos certificados de frequencia apresentados em cada trimestre, visto a impossibilidade de obterem dos Lentes da mesma Escóla os certificados de aproveitamento, que só se passam no fim do anno lectivo; e considerando a mesma Augusta Senhora, que é de absoluta necessidade manter pela fôrma possivel as disposições da Portaria de 11 de Outubro ultimo: ha por bem determinar que, as referidas maiorias sómente se considerem vencidas, e sejam abonadas no fim de cada anno lectivo, em vista das competentes certidões de frequencia e aproveitamento, ficando por esta fôrma declarada a citada

Portaria, e resolvida a representação do Major General d'Armada, de 13 do dito mez de Outubro. O que manda assim participar ao mesmo Major General para sua intelligencia e effeitos necessarios. Paço das Necessidades em 20 de Janeiro de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. OFFICIO, communicando a este Quartel General, que naquella data se officiaa ao Thesouro Publico, para o fim de ser pago com os effectivos, o Capitão de Mar e Guerra reformado, José Maria de Campos, por se achar exercendo o lugar de Juiz de Direito Substituto da Comarca de Cintra.

23. PORTARIA, mandando contar na antiguidade os cinco annos da época da usurpação, por se achar comprehendido nas disposições da Portaria de 14 de Agosto de 1838, ao Primeiro Tenente da Armada, Domingos Roberto de Aguiar.

Idem. OFFICIO, remettendo cópia da Circular a todos os Governadores Civis das Ilhas dos Açores, sobre o modo por que os Capitães dos Portos daquellas Ilhas hão de fazer as visitas aos navios.

Cópia da Circular a que se refere o Officio acima.

Não permittindo o estado actual da Fazenda Publica, que desde já se ponham á disposição dos Capitães dos Portos das Ilhas Adjacentes, escaleres especiaes para o serviço de que estão encarregados; e convindo por outro lado evitar a despesa, que em alguns dos mesmos portos se está fazendo com as embarcações, que os respectivos Capitães afretam para esse serviço, autorizados pelo artigo 28.º do capitulo 1.º do Regulamento de 30 de Agosto de 1839: manda a RAINHA pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que o Governador Civil do Districto d'Angra, animado do zelo de que tem dado tantas provas, dê as necessarias providencias, para que o Capitão do Porto possa fazer o registo dos Navios, no Escaler d'Alfandega, ou no da Saude, conforme mais convier ao serviço. Paço das Necessidades em 23 de Janeiro de 1843. = *Joaquim José Falcão*. — Está conforme. = *Antonio Jorge d'Oliveira Lima*.

Identicas se expediram, na mesma data, aos Governadores Civis de Ponta Delgada e da Horta.

25. PORTARIA, mandando addir á Escóla de Construcção Naval os Capitães de Fragata reformados, José de Lemos Vianna, e Joaquim José de Castro Guedes, para serem empregados como convier ao serviço, ficando ambos sem direito a outros vencimentos, mais do que áquelles que actualmente têm, os quaes deverão receber quando se pagar á Classe effec-
tiva do Estado.

28. OFFICIO, communicando ter sido despachado no posto d'Alferes, para a Provincia de Cabo-Verde, o Aspirante a Guarda Marinha, Luiz Augusto Perestrello da Costa.

30. PORTARIA. — Manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, communicar ao Bispo Eleito da Cidade do Santo Nome de Deos, de Macáo, que no Brigue *Têjo* vai o Padre Manoel de Santa Maria, egresso do extincto mosteiro da Cartuxa de Laveiras, para alli ser empregado como o mesmo Reverendo Bispo julgar conveniente ao bem do serviço, e pelo qual deverá ser abonado da prestação mensal de doze mil réis, que vencia nesta còrte, e lhe cessaram por esta transferencia. Paço das Necessidades em 30 de Janeiro de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

31. PORTARIA, nomeando Commandante do Vapôr *Terceira*, para quando elle armar, ficando desde já encarregado da sua promptificação, com o vencimento de Official de Guarnição, o Segundo Tenente d'Armada, Feliciano Antonio Marques Pereira.

NAVIOS DO ESTADO EM ARMAMENTO, E SEUS DESTINOS,
No 1.º de Fevereiro de 1845.

Qualidade das Embarcações	Nomes	N.º de pessoas, ou casados	Gradações, e nomes dos Commandantes	N.º dos Oficiais de Marinha	N.º dos Guardas-Marinhas Aspirantes	Destinos
Fragatas...	Duque de Bragança	50	Capitão Tenente, M. T. da S. Cordeiro...	5	2	No Tejo { De Registro do Porto.
	Diana	50	Capitão Tenente, J. S. Ramos	6	"	No Tejo { De Deposito de Mariobagem.
	D. Maria II...	42	Capitão Tenente, A. R. Graça	11	6	Para a India — Náo de viagem.
Corvetas...	Glo de Julho ..	24	Primeiro Tenente, J. J. d'Andrade Pinho	5	2	Na Estação d'Angola.
	D. João I.	24	Capitão Tenente, F. S. Franco	5	4	Na Estação do Brasil.
	Infanta Regente	24	Segundo Ten. de Comissão, J. S. Tavares	2	2	Na Estação da India.
	Urânia	24	Capitão Tenente, J. M. F. do Amaral	4	4	No Tejo.
Brigues...	Audaz	18	Primeiro Tenente, F. A. G. Cardozo	4	3	Na Estação d'Angola.
	D. Pedro	16	Primeiro Tenente, I. F. Guimarães, Junior	4	3	No Tejo.
	Tejo	18	Capitão Tenente, D. F. do Valle	5	4	No Tejo.
Charua	Principe Real ..	2	Capitão Tenente, P. A. Caminha	1	3	Para Angola.
Brigue-Esc.	Vouga	12	Primeiro Tenente, P. Centurini	4	3	No Tejo.
	Tamaga	12	Primeiro Tenente, J. J. G. de Mattos Corrêa	4	4	Na Estação do Brasil.
Escunas...	Liberal	12	Primeiro Tenente, J. M. Esteves	2	1	No Tejo.
	Ninfa	1	Segundo Tenente, V. do N. Teive	1	1	Na Estação d'Angola.
	Boa Vista	1	Segundo Tenente, D. H. da Fone.ª Ferr.ª	1	1	Nas l. de S. Thomé e Principe.
	Arele	1	Segundo Tenente, R. Theodorico.	1	"	Na Estação de Cabo Verde.
Correios...	Faro	2	Primeiro Tenente, V. J. dos S. Mor.ª Lima	3	"	De Correio para Cabo Verde.
	S. Boaventura ..	4	Primeiro Tenente, F. de A. e Silva	3	"	De Correio para Cabo Verde.
	Amelia	2	Primeiro Tenente, A. Sergio de Sousa...	3	1	De Correio para Angola.
	Cabo Verde	2	Primeiro Tenente, J. M. Rodovalho.	3	1	De Correio para Angola.
Culter.	Andorinha.	6	Segundo Tenente, P. O. Alves	1	2	No Tejo, nas sondas da Barra.

DOCUMENTOS ULTRAMARINOS

EXTRAHIDOS DO ARCHIVO DA SECRETARIA D'ESTADO.

NOÇÕES HISTORICAS

DOS

ESTABELECIMENTOS DE SOLOR E TIMOR. (*)

COMEÇANDO neste numero a importante Memoria sobre o estado industrial de Timor, pareceu acertado que lhe servissem de introdução algumas noticias historicas. Merecia este objecto mais longa escriptura; mas em quanto se não publica trabalho mais completo, não deixarão de utilizar estas noções posto que succintas: por ser o conhecimento do passado condição indispensavel para bem apreciar o presente.

Os Estabelecimentos Portuguezes das Ilhas de Solor e Timor, são de uma origem mui singular. Não são conquista devida á força das armas: a dominação Portuguesa nestas Ilhas não necessitou da successão do tempo para se legitimar; e ainda hoje se conserva quasi unicamente pela influencia da força moral. Mas antes de começarmos a historia, digamos alguma cousa do sitio e natureza destas Ilhas.

Quem, lançando os olhos a um mappa Geographico do vasto archipelago a que os Geographos chamam *Malasia*, e pondo os olhos em Sumatra, a segue no seu comprimento da banda do poente para o lado oriental, logo encontra Java, e continuando uma linha, como arco de circulo, successivamente

(*) Pareceu conveniente inserir neste lugar este epitome historico, posto que não seja peça official, por ser como um prologo ou introdução á Memoria resultante do *inquirito* industrial daquellas ilhas.

vê Bali, Lombock, Sumbava e Flores, além da qual continuam o arco algumas ilhas menores, e a estas se segue Timor, formando com a linha que temos percorrido, um angulo para a parte exterior.

A Ilha de Timor passa de sessenta leguas de comprimento; e a sua largura é de dezoito a vinte: a de Flores tem boas quarenta e cinco leguas de comprimento, com doze ou treze de largura. Todas as outras ilhas que lhes são visinhas, têm muito menor grandeza: sendo destas a mais celebre uma que terá quatorze ou quinze leguas de circumferencia, e que é das duas que estão mais visinhas á costa de Leste de Flores, a que fica do lado do meio dia. Esta pequena ilha, a que se tem chamado *Solor velho* ou *Solor pequeno*, é a que deu a denominação geral de *Ilhas de Solor*, ás que lhe ficam em roda, denominação com que as conheceram os nossos escriptores, que dellas disseram alguma cousa. (*) Posto que todas estas ilhas estejam situadas entre os oito e dez grãos de latitude austral, e sem grande differença de longitude, varia consideravelmente a natureza do seu terreno, que em algumas é quasi esteril, e em outras de singular fecundidade: mas o que mais notavel é ainda, é que algumas produzem generos a que as outras se recuzam. D'entre todas a mais celebre é Timor, assim pela sua grandeza, como pela producção do *sandalo*, lenho aromatico de grande estima na Persia, na India e na China; e a que deve principalmente a sua celebridade. Mas de sua natureza e producções não diremos mais,

(*) Esta denominação proveio sem duvida de ter sido esta ilha de *Solor* a primeira em que residiram os Missionarios.

Segundo parece o nome de *Solor* era privativo desta ilha: todavia applicou-se depois á ilha a que hoje chamam *Flores*, tambem chamada *Ende* e *Oende*: e este ultimo nome parece pertencer tambem a uma pequena ilha ao Sul de Flores. De tudo isto resulta ser muitas vezes difficil e algumas impossivel perceber de qual dellas fallam os escriptores. Sendo para notar que a ilha a que o celebre Duarte Barbosa chama *Solor*, nada tem de commum com estas; pois fica passadas as *ilhas de Maluquo pera ho norte contra ha China*. E o peor é, que ainda nos Geographos modernos se não acha bem clara a Geographia destas ilhas.

pois que a Memoria, a que estas linhas servem de introdução, amplamente satisfará os que as desejarem conhecer.

Quando em 1510 conquistámos Malaca, concorriam a este celebre emporio navios, que frequentavam os portos de Timor em busca do sandalo e alguns escravos, que haviam em troca de diversos objectos de ferro e outros metaes, pannos de Cambaia e Palcacate, louça e mais alguns poucos generos.

Os navegantes Portuguezes, com aquella infatigavel actividade que os levava a todas as regiões, logo depois de conquistada Malaca, começaram a frequentar Timor, e a ligar relações com os naturaes da terra: porém, apesar do espirito de conquista que agitava os Portuguezes na Asia, estas relações foram por muitos annos puramente amigaveis e de commercio, sem que se tratasse de dominar o paiz, ou impedir que outros povos o frequentassem. Mas se a politica não appeteceu a conquista de Timor: o zêlo da propagação da Fé, que no 16.º seculo tanto animava os Missionarios Portuguezes, não deixou ficarem esquecidos os habitantes destas ilhas: e aos Religiosos Dominicos coube a honra de lhes levarem a luz da Religião, e de darem a Portugal a unica possessão que ainda consêrra nas Ilhas da Oceania.

Não consta o anno em que começaram estas Missões, mas sabemos que em 1556 já Fr. Antonio Taveiro tinha convertido em Timor mais de cinco mil almas, e na Ilha de Ende (ou de Flores) um grandissimo numero. No anno de 1561 por ordem do Bispo de Malaca D. Fr. Jorge de Santa Luzia, sahio desta Cidade Fr. Antonio da Cruz, com mais tres Religiosos; e começando a sua prôgação com grande fructo nas ilhas que então chamavam de Solor (que são tres das pequenas ilhas entre Flores e Timor, sendo uma dellas a que propriamente se chama Solor) dahi mandou pregar ás diversas ilhas visinhas.

A sementeira Evangelica deu grande fructo, convertendo-se em quasi todas as ilhas os principaes da terra, e expressamente o de Solor. O numero dos Missionarios foi augmentado, e successivamente se foram edificando algumas Igrejas e casas de habitação para os Religiosos, nas ilhas e lugares mais convenientes, sem com estas obras se fazer despe-

za ; porque a Fé , o fervor , e a submissão dos novos Christãos facilmente os levava a considerar como obrigação , o que seus mestres lhes aconselhavam.

Passados alguns annos uma circumstancia feliz deu grande augmento e facilidade á empreza dos Religiosos. Um Principe herdeiro do reino em Timor , foi convertido pelo Padre Fr. Belchior da Luz ; e vindo a Malaca , ahi foi baptisado pelo Bispo , e recebido com grandes festas , muito especialmente dos mercadores que á sua terra iam buscar sandalo. Assim foi crescendo esta Christandade , e com tão prosperos augmentos e esperanças de outras maiores , que no anno de 1585 chegaram a Portugal cartas do Bispo de Malaca , pedindo Missionarios para aquellas ilhas , aonde a seara só não era maior por falta de obreiros ; e logo no principio de 1586 partiram de Portugal alguns Religiosos Dominicos com expresso destino para estas ilhas. Em que ordem se foram fundando as diversas Igrejas , ninguem poderá dizer ; consta todavia que só em 1592 fizeram os Missionarios assento em Timor , para onde neste anno sahio de Malaca , com mais doze Religiosos , Fr. Miguel Rangel , que depois foi Bispo de Cochim : e sabemos que em 1599 se contavam nas diversas ilhas dezoito Igrejas. Solor era considerada a cabeça de toda esta Christandade ; alli residia o seu Vigario Geral , e dalli sahiem os Padres para as diversas ilhas : e aqui tinham tambem formado um seminario onde recolhiam meninos de todas as ilhas visinhas , os quaes andavam vestidos de suas opas brancas ; e ahi se lhes eusinava a doutrina Christã , se formavam em bons costumes , e aprendiam a ler e escrever , e a lingua latina.

Todavia esta prosperidade não era isenta de grandes trabalhos.

Os Mouros , como os nossos lhes chamavam , ou por outra fórma os Arabes e outros Mussulmanos , que tanta parte tinham no commercio das Indias nos fins do 15.^o seculo , e ainda no 16.^o , já antes dos Portuguezes , frequentavam Timor e as outras ilhas visinhas , onde juntamente com o commercio tinham introduzido a sua crença , posto que os proselytos não fossem muito numerosos. O ciume dos lucros do commercio que os Portuguezes lhes diminuiam e o despeito do fructo

que obtinham os Missionarios Christãos, por muitas vezes levou os Mouros a instigarem os naturaes contra os Padres, alguns dos quaes, por taes sugestões, receberam a corôa do martyrio. Accrescia que então, como ainda hoje, todos aquelles mares eram coalhados de piratas, que saltando ora n'uma, ora n'outra ilha, faziam grandes males e mortandades nas povoações que entravam. Pelo que não só os Religiosos, mas os proprios naturaes estavam sempre em perigo de vida e viviam em continuo sobresalto. Tal foi o motivo que despertou a lembrança de construir um fôrte em Solor, que era a principal residencia dos Padres: e porque alli não havia engenheiro para delinear e executar a obra, foi o seu architecto o mesmo Padre Fr. Antonio da Cruz, em que já fallámos. « Este Padre, diz « um escriptor celebre, devia ter engenho de fortificador, « porque o mostrou na escolha do sitio, que foi em um ou- « teiro que fica sobre a praia, logar sobranceiro e defensavel: « e o mesmo mostrou na fabrica, porque a fez de cinco ba- « luartes, e de tal capacidade, que ha muitas no Estado da « India que não são tamanhas, nem tão bem traçadas. » Dentro desta fortaleza estava o Seminario de que já fizemos menção, e em que pelos annos de 1596 havia mais de cincoenta meninos. Era esta fortaleza de pedra e cal, e com suas peças de artilheria, que os Vice-Reis da India lhe mandaram dar para defensão dos Portuguezes, e daquella Christandade. O Capitão ou Governador foi por annos da nomeação dos Dominicos, por cuja conta e dos Christãos da terra corriam todas as despezas. Os soldados Portuguezes, ainda que poucos, corriam as diversas ilhas, e combatiam os Mouros; e era tão continua a guerra, que quasi em todos os logares onde residiam Padres, tinham consigo alguns soldados para sua defesa. Ao terminar porém o 16.º seculo, já pelo augmento em que iam os negocios daquellas ilhas, a nomeação do Governador ou Capitão da fortaleza de Solor deixára de pertencer aos Religiosos: e já por este tempo cessára inteiramente de haver Mouros residentes nas ilhas.

Mas ao mesmo tempo que cessava o temor dos Mouros, appareciam novos e mais poderosos inimigos. Os Hollandezes, que nos ultimos annos do 16.º seculo começaram a na-

vegar para a India, buscaram immediatamente as ilhas das especiarias; e abrasados pela sede de ganho, começaram a frequentar os logares onde os Portuguezes faziam commercio, não só apresentando-se como concorrentes na mercancia, mas combatendo-os quando lhes convinha, tomando as embarcações de commercio que podiam fazer pouca resistencia, e principalmente suscitando contra os Portuguezes o odio dos naturaes.

Deste recurso usaram nas ilhas de Solor; mas ainda que, algumas vezes com efficacia, no maior numero de casos inutilmente. Todavia a necessidade da defeza exigio a construcção de novas fortificações: fez-se um forte na ilha de Flores, (obra tambem de um Dominico) o qual depois se mudou para o outro lado da ilha; e fortificava-se o excellente porto de Cupão, em Timor, quando os Hollandezes nol-o tomaram.

Não lhes foi porém possível expulsarem-nos daquellas ilhas: a amisade dos Timores tem sido a nossa principal defeza. Os seus regulos sujeitaram-se á soberania Portugueza: e os fortes que temos em Timor, têm sido construidos a aprazimento dos naturaes. Por motivos de politica se estabeleceu, desde o anno de 1701, dar aos regulos de Timor patentes militares, que de alguma sorte são consideradas como a investidura do Poder Real, e como taes são muito prezadas pelos proprios regulos.

Não era porém possível que tivéssemos, em tão largos annos, posse sempre pacifica destes estabelecimentos. O amor natural da independencia, alguma vez a dureza ou impericia dos Governadores, e outras tambem as instigações dos Hollandezes, têm posto, em algumas occasiões, em grande perigo a dominação Portugueza.

Em 1719 começou a mais terrivel das colligações dos regulos, e a que mais nos ameaçou. Juntaram-se em Conselho, por si ou por terceiras pessoas, quasi todos os Reis da provincia dos Bellos (uma das duas em que se divide Timor), ao mesmo tempo que os da provincia de Servião tinham os espiritos abalados. Naquelle Conselho, diz uma memoria authentica, « mataram um cachorro branco e preto, a que chamam « na sua lingua *levo*: guardaram-lhe o sangue, e ferindo-se

« todos os que entraram no pacto, no peito esquerdo, por
« suas antiguidades, tirando delle sangue que misturaram
« com o do cão morto, em signal demonstrativo da expulsão
« e morte dos brancos e dos Larantuqueiros de Servião, a
« qual a respeito destes deveria ter lugar em tempo conve-
« niente, aproveitando-se de presente da sua ajuda que ti-
« nham implorado. Beberam todos deste sangue misturado,
« temperando primeiro nelle uma espada, que se conserva
« na casa de Camanace, jurando sobre ella fidelidade áquella
« casa, e que se defenderiam mutuamente até morrer. Ma-
« taram bufalas, e fizeram sacrificios, matando Christãos, e
« outros ritos diabolicos do seu uso.»

Esta conspiração rebentou alguns annos depois; e foi a mais formidavel guerra que em Timor tem havido contra os Portuguezes: durou annos, até que de todo acabou em 1732 pela *dexteridade de Pedro do Rego Barreto da Gama, que soube ter arte e maneira de intrigar de tal sorte todos aquelles potentados, que as forças de uns serviam para debellar as dos outros.*

Então os Hollandezes suscitarão contra nós alguns dos regulos menos affeiçãoados ou mais seus vizinhos; e empregando tropas suas, nos prejudicaram muito.

No anno de 1766 começou outra grande guerra; e apesar dos soccorros de Macáo, Lifão, situada na costa septentrional de Timor, e que então era a capital dos nossos estabelecimentos, foi posta em tanto aperto, que em razão da sua extensa linha de defeza e falta de gente e artilheria necessaria, o Governador Antonio José Telles de Menezes embarcou toda a gente e munições que havia na praça; e pondo fogo ao que restava no dia 11 de Agosto, foi estabelecer-se em Delly, onde fundeou em Outubro seguinte, havendo-se demorado em Batugade, que reforçou com gente e artilheria. Por meios semelhantes aos já por outras vezes empregados, cessou finalmente a guerra, e em Delly vieram jurar vassalagem 41 Reis.

Delly é ainda a capital dos estabelecimentos Portuguezes naquellas ilhas. Está situada na costa NE. de Timor, em situação accommodada para a defeza e para o commercio. No seu porto podem invernar 20 a 30 navios.

Para favorecer o commercio se creou, em 1777 ou 1778, o cofre do giro, verdadeiro banco de emprestimo para miaststrar capitaes aos negociantes: estabelecimento que parece não ter produzido grandes resultados, só pela facilidade com que, nos apuros do Governo da ilha, se tem lançado mão dos seus fundos para occorrer ás despezas publicas: mas da circumstanciada noticia da origem desta instituição e de mais cousas de Timor, nos privou, com grande damno de nossa Historia Colonial, o incendio que no fim do seculo passado reduzio a cinzas a casa do Governador, a da Fazenda, a Secretaria e armazens, salvando-se unicamente o dinheiro da Fazenda e do giro e algum da Provedoria dos defuntos e ausentes.

Posto que os Hollandezes desde a conquista de Cupão tenham possuido a parte da ilha que lhe fica vizinha, Portugal, além de Delly, e de alguns prezidios, tem a soberania de quasi toda a ilha, contando por tributarios 53 reinos, que são obrigados a ajudar-nos com 12.000 soldados: possui tambem o porto e povoação de Larantuca no lado oriental de Flores, e a parte adjacente da mesma ilha; e reconhecem a soberania Portugueza algumas das outras ilhas menores.

Por nos parecer curioso o seguinte documento, o inserimos neste lugar, copiado do *Farol Macaense*.

T. de M.

Projecto do melhoramento do Estabelecimento de Timor, offerecido pelo China A-Kem-iô, que tem estado muitos annos nessas ilhas.

1.º A residencia do Governador, e mais Empregados publicos não deve ser no lugar, em que actualmente está; por quanto o clima ahi é assás doentio, em consequencia dos pantanos, e má agua. Ha em dois, ou tres logares excellentes posições, para nellas se edificar nma bella Cidade, como por exemplo: *Lumuso*, a Oeste. O terreno é mui sufficiente, e proprio para esse fim. *Muhia*, é outro sitio sadio, que tem muita boa agua; onde realmente deveria ser a residencia das Autoridades.

2.º Para o curativo das enfermidades em Timor, ainda as mais leves, se usa de quina, nas Cesões; e é também um antidoto contra as mais agudas; de ruibarbo, sal, azeite, etc.

3.º Deve-se obter de Sua Magestade a Rainha o augmento de ordenado do Governador de Timor, a fim de que, não só possa elle viver independente, mas também, tendo de superfluo, seja em beneficio dos negociantes.

4.º É inutil haver tantos Officiaes em Timor; pois tres ou quatro serão mais que sufficientes para coadjuvarem o Governador.

5.º As Autoridades não devem ser negociantes ou negociar. Ser ao mesmo tempo Empregado Publico e Negociante acarreta milhares de inconvenientes.

6.º Também é inutil tanta soldadesca em Timor, que dá mais despendio á caixa publica. Quando muito quarenta a cinquenta homens, será numero mais que sufficiente; e então podem estes ter maiores soldos. Ha também um certo Ouvidor que administra Justiça, que comette innumeraveis extorções.

7.º Timor deve estar sujeito ao Governo de Macáo, em consequencia de lhe estar mais proximo que Goa, e consequentemente as correspondencias serão mais faceis do que com Goa, em que se gastam para isso dois annos de ida e volta.

8.º Aos degradados de fórma alguma deve permittir-se que se estabeleçam na Cidade, porque elles são os motores das desordens e perturbações; e muito menos se deve permittir que elles occupem cargos publicos.

9.º O estabelecimento de uma ou mais casas de escola na Cidade deve ser um dos principaes objectos da attenção do Governo; como também de lojas de officiaes mechanicos para nellas instruirem os indigenas em todos os officios.

10.º Na rada e porto de Timor, que é todo aberto, é necessario ter duas ou mais embarcações de vigia, que não excedam de mil picos, nem sejam menores de seiscentos. Estas embarcações servirão não só para impedir contrabandos, como também para proteger os carregadores de sandalo, que vêm para a Cidade.

11.º Deve haver um regulamento a respeito dos direitos do sandalo, etc., para não haver tantos extravios.

12.º Em Timor, o terreno pertencente ao dominio Portuguez produz annualmente mais de mil picos de sandalo, e dois mil picos de cera; mas sómente uma quarta parte destas producções é que paga os direitos, vindo para a Cidade; as restantes passam para as terras ou possessões Hollandezas.

MEMORIA

RESULTANTE DO INQUIRITO INDUSTRIAL EM TIMOR.

*Pelo Tenente Coronel Frederico Leão Cabreira, Governador da Capitania.
Anno de 1842.*

ARTIGO 1.º

DA INDUSTRIA AGRICOLA EM TIMOR.

Causas do máo estado deste ramo de industria.

§ 1.º **A** Industria Agricola em Timor é quasi nulla, o que se deve suppor proveniente da prodigiosa fecundidade do solo, e da grande perguiça dos seus indigenas, occasionada pela mesma fecundidade. A terra produz expontaneamente a maior parte dos generos necessarios para sua subsistencia; e por tanto elles não precisam nem querem trabalhar para melhorar de sorte. Os grandes inhames (especie de batatas silvestres) de differentes qualidades, que se encontram em mais ou menos abundancia em todos os mattos e terrenos incultos; o sagú, de que ha grande quantidade; as differentes fructas, tambem silvestres, ou consideradas taes por serem communs a todos, e de que abunda o interior do paiz: tudo concorre a produzir um tão extraordinario effeito.

Principaes objectos de cultura.

§ 2.º A unica cultura em que alguma parte dos ditos indigenas mais geralmente se occupam, é a do arroz, denominado aqui =nelly= e do milho, denominado =jangão=. Poucos cultivam hortaliças, como coves, repolhos (estes só se criam em logares montanhosos e frios), aboboras, e feijões; mas isso é só em pequena quantidade, e na proximidade desta praça, para trocarem taes generos, para elles inuteis, por algumas poucas ferragens, e outros pequenos effeitos que lhes são necessarios. Elles fazem tambem uso de alguns, ainda que poucos, vegetaes para seu sustento; mas estes são folhas de differentes arvores, arbustos, e plantas silvestres, que conhecem, e a que estão habituados.

Produção do trigo.

§ 3.º Tambem se cultiva no reino de Dailor, e em outros logares montanhosos, a cinco até dez legoas distantes desta praça de Delly, muito bom trigo, porém ainda em pouca quantidade, comparada com a que se poderá exportar, se o houvesse em abundancia.

Da produção do café.

§ 4.º O café tem sido produção expontanea do paiz; e por isso só se produz em mui pequena quantidade, mas é bom, e mui procurado pelos estrangeiros, particularmente hollandezes; o que tem dado logar a algum principio de cultura, mediante o exemplo pessoal que eu mesmo tenho dado, plantando cousa de mil e quinhentas arvores, das quaes a maior parte estão em termos de principiar a produzir. Este principio de cultura só tem sido feito por alguns Empregados Publicos e Officiaes Militares europeos e de Goa, por conhecerem melhor as vantagens que disto devem esperar; porém em taes vantagens se conseguindo, e attenta a facilidade de obtel-as, é de esperar que os indigenas sigam o exemplo dos mais.

Produção do algodão.

§ 5.º O algodão é também produção espontanea do paiz; e a unica cultura que lhe fazem, é enterrar algumas sementes, quando o querem ter em maior abundancia, na proximidade das barracas em que geralmente vivem.

Produção do tabaco.

§ 6.º O tabaco também se produz com facilidade, mas em pouca abundancia, e só quanto basta para o consumo do paiz, por não ter havido até ao presente occasião de se exportar; porém como os indigenas precisam d'elle, não tanto para fumar como para mascar, o cultivam e manipulam com mais algum esmero, da fórma que ao diante se dirá. Se este genero principiar a ter extracção, e a ser exportado, é bem de esperar que, em poucos annos, o haja em grande quantidade.

Produção do sandalo.

§ 7.º O sandalo é produção espontanea do paiz, e não tem nenhum genero de cultura, affirmando até os indigenas que não é susceptivel della; e que as sementes não nascem senão depois de se sujeitarem á digestão de alguns passaros, que as comem. Isto não é exacto, pois tendo eu conseguido, ha um anno, doze sementes, as semeei, e todas doze nasceram depois de quasi dois mezes de enterradas, como acontece ao café; e as pequenas arvores vão crescendo, e se conservam vigorosas. Esta madeira se produz mais geralmente nos logares montanhosos que nas planicies, sendo de melhor qualidade a das montanhas.

Produção da cera.

§ 8.º A cera, de que abunda o paiz, também não merece aqui mais cuidado que aquelle de a ir tirar dos grandes e multiplicados enxames que se criam nas mais altas arvores dos mattos, e em alguns rechedos. As abelhas pousam em

taes logares, e alli fazem externamente os referidos enxames. Ninguém aqui conhece o uso e trato das colmeias.

Produção e criação dos gados.

§ 9.º Os gados, de que abunda o paiz e servem para a agricultura, são sómente os bufalos, de que ha grande quantidade. Ha tambem muitos cavallos e bastantes carneiros, cabras, e porcos. Os cavallos são geralmente pequenos, porém doces, vigorosos, e mui proprios para os pessimos caminhos do paiz: elles sobem e descem as mais escabrosas montanhas, com uma segurança e facilidade incrível, quasi como o poderiam fazer os gatos na Europa. Os bois tambem poderiam ser aqui em abundancia, pois se produzem bem; porém apenas ha uns quarenta que pertencem á Fazenda Publica, e tres ou quatro de particulares. Na criação de todos estes gados não se emprega trabalho, nem cuidado algum, pois só se sustentam de plantas e fructos silvestres, de verão e de inverno; e ninguem cuida em lhes guardar sustento de umas para outras estações, nem isto se torna necessario, excepto nesta praça, aonde se dá ração de milho ou arroz com casca (nelly) aos cavallos, que as pessoas de distincção querem ter gordos e bem tratados. Os carneiros são de cabello curto, semelhante ao das cabras, e nenhuns ha com lâ como os da Europa.

Cultura do arroz (nelly).

§ 10.º Passando agora ao modo de fazer a cultura do milho, arroz, e trigo, em que unicamente se emprega algum trabalho, direi, e por certo parecerá extraordinario, que não é aqui conhecido o uso do arado (sel-o-hia brevemente se eu houvesse de demorar-me). O arroz se semeia em varzeas, com os seus canteiros, como geralmente se pratica nos mais paizes aonde ha esta produção. Logo que chove com abundancia, ou que é possivel encher os canteiros com agoa encanada de alguma ribeira, se mette em cada um dos mesmos canteiros uma manada de bufalos, e se fazem correr por algum tempo de uma para outra parte, operação a que

chamam = amassar a varzea = continuam até que a camada superior de terra fique reduzida a polme ou lama; e então lhe espalham por cima a semente, ao que chamam = bor-rifar o nelly = mui poucos se occupam no trabalho de mon-dar, e só empregam algumas pessoas, particularmente crean-ças, em espantar e enxotar uns pequenos passaros, que appa-recem em grandes bandos, e fazem muita destruição nas se-menteiras, depois que o grão principia a endurecer nas espi-gas. A ceifa é feita por homens e mulheres, com facas fla-mengas, pois tambem não conhecem o uso da fouce; e final-mente na debulha tambem se occupam homens e mulheres, porém em muitas partes empregam bufalos e cavallo, e a esta operação chamam = amassar o nelly = Ha arroz bran-co, vermelho, e preto, depois de tirada a casca, e mesmo depois de cozinhado; porém o preto é em pequena quantida-de, e se chama = arroz cafrinho. = Tambem ha outra es-pecie de arroz branco, cultivado nas montanhas, com pouca agoa, a que chamam = arroz de horta = o qual é preferivel a todos, pela sua qualidade e bom cheiro; porém não se cultiva em grande quantidade, e a sua cultura é quasi como a do trigo, de que ao diante fallarei.

Cultura do milho.

§ 11.º Passando agora á cultura do milho (jangão), que é a mais geral de todas, por ser a menos trabalhosa, direi: que ella principia pelo córte dos ramos das arvores e arbus-tos, que se criam nas encostas das montanhas, aonde mais ordinariamente fazem as sementeiras: deixam seccar os di-tos ramos sobre o terreno, e depois lhes lançam fogo. Feito isto, vão os homens, mais geralmente as mulheres, com uns páos aguçados, a que chamam = pangalhas = fazem peque-nos buracos na terra, com uma só pancada, e lançam dentro um ou dois grãos da semente; isto no principio da estação chuvosa, que não é a mesma em todos os logares desta prin-cipal ilha. Depois de nascido, se tambem nasce muita erva, a mondam; e eis-aqui todo o trabalho desta cultura, em que as mulheres têm a principal parte.

Cultura do trigo.

§ 12.º A cultura do trigo é bem semelhante á do milho; mas, para produzir melhor, usam alguns indigenas, unicos que se empregam nesta especie de industria, de uma operação, a que chamam = virar a terra = a qual consiste em fazerem levantar grandes torrões ou leivas, com dois dos ditos páos chamados pangallias, aguçados, e ás vezes ferrados em uma ponta, tendo um em cada mão quando trabalham: desta fórma, fazem só pequenas sementeiras, a que chamam hortas. Depois praticam tudo o mais como na sementeira e cultura do milho, e a debulha é feita por gente sem o emprego de gados.

Productio das sementeiras.

§ 13.º A producção destes principaes generos, apesar de tão grosseira cultura, é: para o arroz, ao menos, de vinte por um, para o trigo, de quarenta por um, e finalmente para o milho, não menos de oitenta a cem por um; isto sendo as chuvas regulares, como quasi geralmente o são.

Cultura do café.

§ 14.º As arvores do café crescem aqui, no primeiro anno depois de plantadas, até um covado de altura, no segundo o dobro (já produzem algumas poucas sementes), e do terceiro para o quarto anno entram no seu maior vigor, e chegam até á altura de quatro até cinco covados. Produz duas vezes por anno, sendo continuada por muitos mezes a estação chuvosa: uma boa arvore póde produzir cada vez mais de duas libras. É bem sabido que o fructo, quando amadurece, fica vermelho, e depois se faz preto, isto é; a casca ou pellicula: esta contém dois grãos, unidos pela parte mais achatada, e cada um destes é envolvido em outra pellicula dura, que depois de secca fica amarella. Isto omitiria eu, se não fosse indispensavel para esclarecimento do que vou dizer. O methodo de cultura, que eu tenho adoptado e ensinado, é como se segue:

preparado o canteiro em que se pretende semear a semente, para depois ser transplantada, procura-se fructa bem madura, e já quando a pellicula exterior começa a fazer-se roxa, e neste mesmo estado se põe na terra, tão superficialmente que os grãos só fiquem em parte cobertos della. O canteiro deve ser em terra argilosa, um pouco graxa, e á sombra de algumas arvores; porém se não houver tal sombra, deverá fazer-se-lhe uma especie de barraca de folhas, mal coberta por cima para não ficar exposto á maior força, nem tambem lhe vedar de todo a entrada do Sol. Assim o praticaram os hollandezes, quando o trouxeram de Moka para a Java. A experiencia, porém, me ha mostrado que em Timor nasce ainda quando se semeia secco e separados os grãos, sem a primeira casca exterior, sendo nos primeiros tres mezes depois de colhido. Preparado e semeado assim o canteiro, se rega ou borrifa com agoa, uma, e melhor, duas vezes por dia, até o tempo de mez e meio para dois mezes, que é quando principia a nascer. Sahe então da terra a semente na mesma fórma e grandeza em que foi semeada, sobre um pequeno pé de uma pollegada proximamente de altura, e assim se conserva quasi outro tanto tempo, no qual vai adquirindo maior volume, por se converter em duas pequenas folhas a massa da semente, fazendo abrir a pellicula que a cobre, da qual então se separa, e lhe cahe. Passados outros dois mezes, tem cinco ou seis pollegadas de altura, e outras tantas folhas, e chega ao estado proprio de se transplantar, como passo a dizer. Faz-se uma pequena cova, de palmo e meio de profundidade, e o mesmo ou pouco mais de diametro; e depois de cheia de terra bem revolvida, e tiradas as pedras volumosas, se lhe põe a arvore, com a cautella de cobril-a com alguma folha de palmeira, ou cousa similhante, para lhe fazer sombra, mas de fórma que lhe não fique encostada, nem a moleste. É preciso tambem não lhe molestar a raiz, quando se tira do viveiro, e por isso convem semear as sementes cinco ou seis pollegadas distantes umas de outras, para as tirar com o mesmo torrão de terra em que nasceram, o qual por isso convem ser da natureza que acima indico. Tirada de outra maneira, murcha, e custa a pegar, pois soffre muito, molestando-se-lhe a raiz.

As arvores devem plantar-se em distancia de braça e meia umas de outras, entremeando-lhes bananeiras, para, em quanto crescem, lhes fazer sombra, e na falta de bananeiras estacas de barro, ou outras arvores facéis de pegar, que conservem as folhas, as quaes estacas, quando os primeiros cafés têm dois para tres annos, se arrancam e substituem com mais cafés, que tiram sombra dos primeiros. Este ultimo methodo é seguido na Java. O terreno em que se plantar, deve conservar muita humidade em todo o anno, e na falta disto, precisa ser regado, no verão, ao menos uma vez por semana. As terras entre argilosas e arenosas, como ordinariamente ha nas margens das ribeiras, são as mais proprias para a cultura deste importante genero.

O cravo e a noz moseada, bem como o cacáo, precisam do mesmo tratamento; mas só principiam a produzir no fim de oito para dez annos, as duas primeiras. Destas arvores só eu tenho plantado algumas, que mandei vir de Amboino e se conservam em bom estado.

Cultura do tabaco.

§ 15.º Ainda que as plantas do Tabaco nascem espontaneamente em Timor, com tudo, a experiencia tem mostrado, que não sendo devidamente cultivadas, he inutil o trabalho de as tornar em estado de servir para os usos ordinarios; ficando o tabaco amargoso e fraco, quando falta ás ditas plantas o preciso tratamento, que se faz pela seguinte maneira. A semente, que he como a da mostarda, se guarda de um anno para outro, e preparando o canteiro em que se pertende semear revolvendo-lhe bem a terra, se semeia, e faz viveiro como se pratica na Europa com as differentes hortaliças. Nasce em poucos dias regando-se em cada vinte e quatro horas, e em breve cresce até cinco ou seis pollegadas de altura. Vira-se a terra em que se pertende transplantar, da maneira que se disse no § 12.º, fallando do trigo; e se dispoem as pequenas plantas, tiradas do viveiro com cuidado para lhes não molestar a raiz. Cobrem-se, ou faz-se-lhes sombra de qualquer maneira, por oito ou dez dias; e na falta de chuvas se regam quotidianamente

durante o dito tempo: devendo ficar uns pés distantes de outros, tres palmos ao menos. Crescem com promptidão, de maneira que em tres para quatro mezes têm chegado á sua maior altura, que he dois covados proximamente, e está em termo de se colher para ser manipulado. Conhece-se que está nos ditos termos, isto é, em sazão propria, quando as folhas começam a ter muitas malhas amarellas. Logo que as plantas têm oito ou dez pollegadas de altura, principiam a brotar pequenos pampas, ou rebentões na aste principal: estes devem cuidadosamente tirar-se de semana em semana, para se não enfraquecer aquella. Tambem muitas vezes deixa vêr a dita aste uma grossura ou especie de inchação externa, que dá a certeza de ter dentro um pequeno bicho que damnifica a planta; é preciso cural-a desta molestia; e isto se pratica fendendo a dita inchação com a ponta de um canivete na direcção de suas fibras lignosas, e tirando-lhe o dito bicho; mas depois convem tapar a fenda com terra graxa molhada. He este todo o artificio que empregam os indigenas Timores nesta especie de cultura: e passam depois á manipulação, que direi no artigo 2.º Os melhores lugares para a producção deste necessario genero são aquelles que no antecedente anno hão servido de curraes de carneiros: affirmam que o tabaco produzido em taes lugares, é preferivel a todos; o que deixa bem conhecer a utilidade que haveria em adubar-lhe as terras com estrume bem curtido; o que ninguem aqui pratica. A melhor occasião de fazer as plantações é nos ultimos mezes da estação chuvosa.

Cultura das hortaliças.

§ 16.º As aboboras, feijões, coves, repolhos, melões, e melancias não têm mais trato que o de lançar as sementes na terra da mesma fórma que se pratica com o milho, misturando-se com elle nas mesmas sementeiras, excepto as coves e repolhos que se plantam em separado. Estes dois artigos são transplantados dos rebentões que nascem nos talos que ficam na terra de um para o outro anno, porque as sementes que produzem, apodrecem, ou são destruidas por alguns insectos antes de poderem colher-se.

Produção e qualidades de fructas.

§ 17.º As fructas das arvores são muitas. Ha bastantes especies de bananas, muitos cocos, areca, mangas de diferentes qualidades, jacas, fructa de pão de duas especies, uma com pequenos gomos ou caroços, e outra sem elles, (chamam a ambas castanhas,) laranjas tambem de diversas especies, e gostos, limões azedos, toranjas, cidras, romãs, jambos, atas ou fructa do conde, goiabas, (a que chamam peras) anonas, papaia, ou mamões, cajús, e poucas amoras pequenas. Todas estas fructas não têm geralmente mais cultura do que o semear, ou transplantar as respectivas arvores; e no interior da Ilha é silvestre uma grande parte dellas. A produção dos coqueiros é prodigiosa, e muito abundante a de todas as mais arvores. Ha bastantes e bons ananazes. Ha outras muitas fructas silvestres não conhecidas na Europa, porém de pouca, ou nenhuma consideração.

Produção das palmeiras de sagú e toaca.

§ 18.º Além das palmeiras de coco e areca, ha mais cinco especies diferentes, todas silvestres, das quaes se tira alguma utilidade, e podera tirar-se muita: estas são conhecidas pelos seguintes nomes: 1.º gabueira; 2.º toaqueira; 3.º palmeira de gamute; 4.º palmeira brava; 5.º finalmente romby. Da primeira, terceira, e quinta especie se tira o sagú: a dita terceira produz o gamute: e de todas, excepto a ultima, se extrahе uma especie de licor denominado = toaca = tudo pela maneira que em seu lugar indicarei. O dito licor = toaca = serve para se beber assim mesmo como se tira, e é doce, e agradável ao gosto; porém os indigenas do paiz lhe misturam uns pedaços de madeira muito amargosa que o torna em pouco tempo, azedo, e tambem amargo; e assim usam delle em falta de aguardente, e os embebeda com facilidade. Tambem o mesmo licor serve deixando-o azedar, para o que basta guardal-o por alguns dias tal qual se extrahе, para supprir o vinagre. Emprega-se igualmente na massa do pão em lugar de

fermento, e a faz com elle alevadar; mas para este effeito é preciso empregal-o antes de ficar azedo. Todas estas especies de palmeiras, excepto a ultima, se criam na maior parte dos terrenos baixos desta Ilha; e aquella exceptuada só se encontra em lagôas, e terrenos pantanosos, não excedendo o tronco das maiores a uma braça de altura. Todas as outras sobem proximamente a altura das palmeiras de coco; e as toaqueiras ainda mais, sendo em geral, e comprehendendo o romby, muito mais grossas do que as ditas de coco.

As folhas de todas estas arvores servem para supprir a falta de telhas na cobertura das casas; porém mais geralmente se empregam assim as de gabueira, cujos talos unidos entre si formam as paredes, servindo algumas vezes em falta destes as das folhas do romby, ou tiras de grossos bambús. O primeiro destes talos tem proximamente quinze palmos de comprimento, e se dominam palapas. Os da palmeira de gamute são mais compridos e grossos; e por isso se empregam no madeiramento dos telhados de pequenas casas. As folhas de todas estas especies de palmeiras são mais, ou menos differentes na configuração daquellas dos coqueiros, e servem as novas tiradas do olho das toaqueiras, e gabueiras para esteiras ordinarias, e outras obras, de que em seu logar fallarei.

Produção de canas doces.

§ 19.º As canas doces tambem se produzem bem neste paiz, em todos os logares baixos que conservam bastante humidade; porém ha poucas, visto que só servem para comer ou chupar. Seria mui facil o tel-as em grande quantidade, pois as que ha, são mui grossas e sucosas, não requerendo mais cultura do que virar-lhes, ao modo ordinario do paiz, a terra em que se plantam, e enterrar pequenos pedaços que tenham algum nó. Este genero podia ser muito util se houvesse aqui quem fabricasse o assuçar, agoa-ardente, e melaço.

Produção da gengibre, açafão, e pimentas longas.

§ 20.º A gengibre e o açafão são produções silvestres

do paiz, e se acham em abundancia em quasi todos os matos, não tendo mais trabalho, quem precisa destes generos, que ir ou mandar buscal-os. O mesmo acontece com uma especie de malaguetas ou pimentas longas, a que chamam =chile de matto.= Estas são de meia pollegada de comprido, com uma até duas linhas de grossura, e sobre maneira estimulantes.

Produccão das batatas.

§ 21.º As batatas doces, brancas, e mais geralmente vermelhas, se produzem em toda a ilha; porém são pequenas, por causa da pouca cultura que lhes fazem, a qual só consiste em virar a terra da maneira que já indiquei, e enterrar grosseiramente pequenos pedaços da rama que conserva alguma do anno antecedente. As redondas, mais ordinarias na Europa, só se produzem aqui, nos logares montanhosos e frios; porém são em pouca quantidade, porque só algum curioso as cultiva. O inhame manço de Malaca tambem aqui se semeia junto de arvores, para nellas trepar a rama: produz muito, chegando algumas de suas batatas ou raizes a sessenta e mais libras de peso. Esta cultura não é geral em toda a Ilha. A massa da raiz é côr de flôr de alecrim, e muito nutriente; o que dá logar a ser procurado com empenho pelos inglezes dos navios baleeiros. Ha bastantes plantas de mandioca, mas não lhes dão aqui attenção alguma.

Redução das plantas, e raizes para tintas.

§ 22.º Ha outras variadas plantas, e raizes de que os indigenas se servem na composição das suas grosseiras tintas de diversas cores: só elles as sabem conhecer, e lhes dão diversos nomes pelos quaes não podem ser conhecidas fóra do paiz. Seria preciso muito tempo, curiosidade, e independencia de outras occupaões para qualquer homem intelligente conseguir nesta materia mais circumstanciadas noticias. Ha immenso anil pelos mattos, e tambem o semeiam espalhando as sementes sobre a terra em proximidade das habitações; e é aqui conhecida esta planta com o nome de =tarão.=

Produção da canella.

§ 23.º As arvores de canella tambem são silvestres em Timor, e ha bastantes em differentes lugares da Ilha, todos distantes desta Praça de Delly para mais de cinco ou seis leguas. Os indigenas do paiz juntam algumas vezes pequenas quantidades da casca, em sazão propria, para darem aos poucos Europeos curiosos que lhas pedem; mas até agora não tem tido valor algum no commercio. Dizem que não é tão boa, como a de Ceilão, por ser mais grossa; porém eu acho que é mais aromatica, e mais estimulante ao paladar, o que talvez provenha de ser nova toda a que aqui tem chegado ao meu poder. Feita a comparação de ambas em Gôa, ou Lisboa, se poderá bem conhecer qual dellas seja preferivel; mas eu creio que se a de Timor fosse cultivada, não seria inferior á de Ceilão.

Produção das arvores de canaria.

§ 24.º Ha em bastantes logares da Ilha umas grandes arvores denominadas de = canária = igualmente silvestres, as quaes produzem uma fructa semelhante ás amendoas da Europa, porém bastantemente maiores. Esta fructa tem o seu miolo dentro de uma casca mais dura que a das ditas amendoas, envolvida em outra mais branda, e delgada, que fica de côr roxa escura, quasi preta quando está madura. Servem-se aqui dos miolos da mesma fructa para doces, como em Portugal das amendoas; e tambem para comerem as creanças; mas comida no seu natural estado são muito estimulantes no estomago, ainda que agradaveis ao paladar, pois têm o gosto dos ordinarios pinhões. Nas Molucas, aonde tambem ha destas arvores, extrahem de sua fructa um excellente oleo, que serve para temperar as comidas como o azeite de oliveira, e não lhe é inferior no gosto, nem na côr, a qual é quasi semelhante a do dito azeite, um pouco mais clara. Isto me communicou um velho padre hollandez que aqui se demorou alguns dias no anno proximo passado; e fazendo eu a experiencia, conheci ser exacto quanto a tal respeito me disse.

Produção da cana-fistula medicinal.

§ 25.º Também se acham aqui nos mattos muitas arvores das que produzem = cana-fistula = : de cuja fructa os indigenas geralmente se servem, assim mesmo como a colhem, para purgantes; misturando a massa della com a de tamarindos, e dissolvendo tudo em agoa. Esta fructa não tem tido valor algum no commercio.

Produção dos tamarindos.

§ 26.º Em quasi todos os logares baixos, e encostas de montanhas proximas ao mar ha immensas, e corpulentas arvores silvestres de tamarindos: poucas pessoas se aproveitam da sua fructa, que é boa, e em grande abundancia; e sómente nesta praça a preparam ao modo ordinario da India, em pequena quantidade; e assim se exporta para a China ordinariamente em presentes por ter alli bastante estimação. Quando se vende alguma insignificante porção depois de preparada, não custa mais de quatrocentos réis fortes cada arroba, ou duas patacas hespanholas proximamente por pico. Consta-me que este genero é estimado tambem nas Molucas para onde poderia talvez exportar-se com vantagem; o que eu estava na resolução de tentar, se aqui houvesse de demorar-me mais algum tempo. A maior parte desta fructa cahe debaixo das arvores, e alli se perde, ou serve para sustento de carneiros, e outros animaes que a comem.

Produção da Palma-Christi.

§ 27.º Os recinos communs, ou = Palma-Christi = ou castor, se produz tambem abundantemente em quasi todos os mattos desta Ilha: os indigenas conhecem suas arvores, ou arbustos pelo nome de = figueira do inferno = e só se servem frequentemente das folhas para seus remedios; porém ninguem aqui lhes aproveita o fructo, pois não sabem extrahir o oleo.

Ha de duas qualidades que distinguem com a differença de mansa e brava; porém ambas são silvestres.

Produção de outras plantas, e raizes medicinaes.

§ 28.º Ha muitas outras plantas, e raizes medicinaes, de que os Timores se servem para seus remedios; porém só elles as conhecem, e lhes dão nomes por onde não podem ser conhecidas fóra do paiz: e como em tudo são supersticiosos, e de tudo fazem mysterio, pouco fructo se póde tirar de suas informações. Ha muita avenca nos rochedos das margens das ribeiras; muita ortelã ordinaria, que até constitue mattos de bastante extensão em lugares montanhosos distantes desta praça; e finalmente ha muitos coentros que cultivam com o simples trabalho que empregam na sementeira do milho (§ 11.º), afim de lhe colher as sementes para tempero das comidas. Da mesma fórma cultivam, e se produz o = mendoim — que serve para comer torrado, como na Africa, e no Brasil; porém não se ha exportado, nem se lhe sabe extrahir o oleo.

Produção das melhores madeiras.

§ 29.º Antes de vir a Timor ouvi fallar repetidas vezes com larga exaggeração nas suas preciosas, e variadas madeiras; porém a experiencia me ha mostrado que ellas na verdade são varias, porém em diminuto numero as que podem chamar-se preciosas. Além do sandalo de que já fallei (§ 7.º) só conheço duas especies que são na verdade estimaveis, mas nenhuma dellas preferivel á tecca para construcção naval. A primeira é chamada = páo-rosa = talvez por ter a còr vermelha: desta ha duas qualidades, uma de còr esbranquiçada, e outra tirando para roxo: aquella tem maior resistencia que esta, e é mais flexivel; porém a ultima é preferivel para moveis, por ser mais bonita, não obstante ser facil de estallar quando se opprime ou carrega desigualmente no sentido do ligamento longitudinal das fibras. Os maiores troncos são ordinariamente de dois até tres palmos de diametro, com cincoenta de comprimento; mas poucos se acham perfeitamente direitos. A flor das arvores é similhante na còr, e no cheiro aos goivos amarellos da Europa. Produz-se em todos os terrenos desta ilha;

e quando se quebra, ou corta esta madeira, exala um cheiro agradável. Crê-se que tem quasi a duração da tecca, porém é muito mais pesada, menos flexivel, e facil de estallar quando se préga no costado das embarcações. É mui estimada na China para moveis de casa, mas nem por isso tem apparecido quem queira para lá transportal-a pela carestia dos fretes. A segunda especie de madeira que merece attenção, é preta quasi como o cissó da India, e o ebano; porém de uma dureza, e peso tão consideravel, que não tem até agora sido empregada aqui em obra alguma: os indigenas lhe chamam = páo preto = e não se produz em tanta abundancia, nem tão geralmente como a primeira; porém ha bastante em differentes logares da ilha. As folhas das respectivas arvores têm similhaça com as das oliveiras; e os troncos mais grossos que se acham, não excedem de um até dois palmos de diametro, e de vinte até vinte e cinco de comprimento querendo-os direitos. A melhor madeira desta qualidade assim em côr, como em grandeza, se produz em um logar contiguo a Larantuca no reino do mesmo nome da Ilha de Flores, proxima da de Solor, pertencente á Nação Portugueza.

A madeira de Canária de que fallei no § 24.º se tem empregado algumas vezes em falta de outra melhor, em mastros, e vergas de alguns navios que aqui têm precisado delles, por serem as respectivas arvores muito altas, direitas, e grossas. Tambem podem servir para o mesmo fim os troncos de umas arvores que chamam = palavão preto = para as distinguir de outras que denominam = branco = por ter a côr mais clara, e não ser facil de se encontrarem direitos. Estes troncos porém só podem servir em mais pequenas embarcações, por se não acharem geralmente tão grossos, e ser a madeira mais pezada. Os de Canária chegam a ter, e ás vezes excedem uma vara de diametro; em quanto os outros poucas vezes se acham com mais de tres palmos.

Difficuldade de computar a producção de cada anno, e a gente que se emprega na Agricultura.

§ 30.º É impossivel conhecer assim a quantidade dos principaes generos de producção em cada anno, como a de

gente que se emprega nos trabalhos da Agricultura, pois os indigenas do paiz de tudo fazem mysterio, e nenhum esclarecimento pôde conseguir-se delles, para servir de base a qualquer calculo por menos aproximado que fosse. Os differentes reinos se subdividem em pequenas povoações, a que chamam ==sucos==, com seus Chefes particulares: estes nenhuma informação exacta dão aos respectivos Reis e Coroneis, porque tambem raras vezes as obtem dos chefes das familias. As habitações não são geralmente unidas, mas estão dispersas em pouca distancia umas das outras pelo interior dos mattos; e por tanto todo o calculo que se quizer fazer a tal respeito, será inteiramente falto de fundamento. As casas são cobertas e feitas das materias de que fallei no § 18.º, ou de palha e bambús que são uma especie de canas tambem silvestres de grande comprimento, com cinco ou seis polegadas de diametro: por tanto a todo o momento estão a mudar do suco para suco, ou de reino para reino, como bem lhes parece; ao que tambem dá logar o uso da polygamia, pois querem ter relações de parentesco em differentes logares, por causa de suas guerras.

Salario dos trabalhadores.

§ 31.º O salario dos trabalhadores não é algum: cada homem e cada familia trabalha para si, e por caso nenhum se occupa em serviço alheio, se não quando se convencionam para reciprocamente se ajudarem. Ninguem pôde existir em Timor com algum estabelecimento sem ter escravos, pois só com o trabalho destes é que pôde contar qualquer individuo particular, em quanto não lhe fogem, o que todos os dias acontece até aos mesmos naturaes do paiz, que os tratam como irmãos.

É isto quanto pôde dizer-se sobre o presente objecto sem exaggeração, nem impostura.

(Continuar-se-ha.)

PARTE NÃO OFFICIAL.

ASIA PORTUGUEZA.

SEGUNDA MEMORIA

Descriptiva e estatistica das Possessões Portuguezas na Asia, e seu estado actual, pelo Socio e Secretario d'Associação, Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo. (Continuada de pag. 31.)

IMPOSTOS INDIRECTOS.

Alfandegas.

Pela extensão de vinte e tantas legoas de costa maritima, onde desagoam oito rios, que formam outros tantos portos e enseadas, e trinta legoas, pouco mais ou menos, de fronteira terrestre, parece que, além da Alfandega principal de Pangim, deveriam haver outras; e com effeito as havia, mas em logares que mal cumpriam a estas casas fiscaes. A direcção destas Alfandegas teve sensiveis mudanças, desde o Decreto de 17 de Setembro de 1833 e legislação posterior; e a sua localidade acaba de ser determinada como mais convem, e ha muito reclamavam os interesses publicos e a commodidade do commercio. Direi qual era a collocação e administração das Alfandegas antigas, e as alterações e reformas por que hão passado até ao presente.

A mais importante de todas as Alfandegas do territorio de Goa foi sempre, e ainda hoje é, a de Goa, agora em Pangim; não só porque o seu rendimento excedia o de todas as outras, maritimas e terrestres, tomadas collectivamente; como porque é só nos portos da Agoada e Murmugão, a ella sujeitos, que podem surgir embarcações de alto bordo, e despacham por entrada as embarcações miudas, vindas dos portos do Norte e do Sul, como antes era determinado, e de novo

expresso nas Portarias de 17 de Fevereiro e 7 de Abril de 1840, do Governador Geral, Barão do Candal.

Esta Alfandega é do tempo dos Mouros, que a tinham em arrendamento, pelo qual se arrecadavam 6 por cento de entrada, e o mesmo por sahida, de todas as fazendas (excepto aljofares) pedras preciosas, ouro, prata, coral, e cavallos, que pagavam $4\frac{1}{2}$ por cento na Alfandega, e $1\frac{1}{2}$ na entrada dos passos (vãos, ou passagem de rios onde havia registro da Alfandega), o que sempre prefazia os mesmos 6 por cento do arrendamento. Os passos della dependentes eram os de *Daugim*, *Banastarim*, *Agaçaim*, *Naroá*, *Santiago*, e de *Chorão*, cujo rendimento, com o daquelle Alfandega, andavam em 27:500 pardões, nos annos de 1541 e 1542.

Subio o commercio de Goa, onde concorreram mercatores de todas as partes da India, e esta Alfandega chegou a render, em dois annos e tres mezes, findos em Junho de 1594, a somma de 425:746 xerafins, 68:119,360 réis fortes, afóra a renda dos passos, que era sobre si; porque o passo de Pangim estava arrematado, por tempo de tres annos, a razão de 380 xerafins por anno. O passo de Daugim por 710 ditos; o de Banastarim por 1:500 ditos; o de Agaçaim por 1:200 ditos; o de Naroá 310 ditos: só o de Santiago nada rendia, por não concorrerem para alli fazendas algumas. A antiga casa da Alfandega ainda se vê em ruinas, junto ao bello caes da demolida cidade de Goa.

No anno de 1811, governando o Vice-Rei Conde de Sazedas, Bernardo José de Lorena, foi transferida a Alfandega de Goa para Pangim. Qual era a sua situação alli, e como hoje é, já fica relatado nesta Memoria. O Governador Geral Interino, J. J. Lopes de Lima, mandou fazer o trapiche, em prolongamento do seu caes, ao qual encostam as embarcações á descarga, e o guindaste que lhe faltava; o que tudo era do plano da nova casa da Alfandega, emprendida e acabada pelo Vice-Rei D. Mancel de Portugal e Castro.

Os rendimentos desta Alfandega continuaram a arrendar-se desde a conquista, até ao anno de 1771, em que passaram á administração da Fazenda Publica, por Provisão do Erario, de 26 de Abril daquelle anno; e por Carta Regia

de 20 de Janeiro de 1774 lhe foi dado o foral, que lhe serve de Regimento, e os seguintes Empregados: um Administrador, tres Escrivães, para tambem servirem na balança, um Recebedor dos direitos grandes, outro para os direitos miudos e lagimas, um Guarda-Mór e seu Escrivão, oito Guardas do numero, tres Feitores, um Escrivão dos bilhetes para a mesa da abertura, um Juiz da balança, um Sellador, um Porteiro, seis Guardas externos, um Guarda-Livros, e um Interprete, com conhecimento das lingoas em geral, e da provincial, gentilica, e mussulmana.

O lugar de Administrador era exercido por um Juiz, e depois annexo a um dos Desembargadores da Relação, e tomou a denominação de Juiz da Alfandega. Por uma Carta Regia do anno de 1812, foi creado um Administrador Fiscal que, como tal, tinha legar na mesa do despacho, e era ouvido nos negocios mais graves; e servia no irapediemento do Juiz, por determinação do Governo da India, de 23 de Agosto de 1825.

Pela mesma Provisão, de 26 de Abril de 1771, se mandaram estabelecer ordenados aos Empregados da Alfandega, que até alli só venciam emolumentos. Alguns dos Empregados acima indicados foram supprimidos, por desnecessarios, por Portaria da Junta da Fazenda, de 2 de Maio de 1780; e desde então o pessoal desta Alfandega ficou reduzido a um Juiz Administrador, ao Administrador Fiscal, posteriormente creado; dois Escrivães, um Recebedor e seu Fiel, pago pelo mesmo Recebedor, dois Feitores, um Guarda-Mór, um Escrivão da descarga, um Escrivão dos bilhetes, ou da abertura, um Porteiro, dois Continuos, seis Guardas internos, e oito ditos externos. Havendo concorrência de navios, se nomeavam os Guardas supranumerarios necessarios; os quaes muitas vezes eram providos antecipadamente, por despachos da Junta da Fazenda, e do Juiz da Alfandega. O escalor para esta Alfandega era fornecido pelo arsenal.

Pelo Regimento e Foral citados, e pelo Alvará de 4 de Fevereiro de 1811, as fazendas, nesta Alfandega, pagavam 5 por cento por entrada, segundo a avaliação das pautas, que o mesmo Regimento mandava reformar em cada tres annos,

além das lagimas, que eram um imposto muito antigo, creado como emolumentos para os Officiaes da Alfandega, e que, pela Provisão citada de 1771, se mandaram accumular aos direitos, em beneficio da Fazenda Publica; e assim se cobram ainda hoje, na razão de 3 tangas e 10 réis por cada 100 xerafins, até dos generos que, segundo a Provisão do 1.º de Outubro de 1835, sahem livres, consideradas como imposição local.

Os vinhos, agoas-ardentes, e licores pagavam, pelo Alvará de 25 de Abril de 1818, 32 xerafins por pipa de 25 almudes, ou 6 x.^s e 2 t. por barril de 5 almudes; e 66 x.^s 3 t.^s e 20 r.^s por pipa de agoa-ardente, ou 2 x.^s 3 t. e 20 r.^s por almude.

Os direitos do ouro e prata, em moeda ou em barra, e de pedras preciosas, importadas de Portugal, Brasil, e Moçambique, eram, pelo Regimento, de 2 por cento; e andaram em arrendamento até ao anno de 1776. Por determinação do Vice-Rei, Conde do Rio Pardo, dos pesos hespanhoes que entravam, se levavam 15 por cento á Casa da Moeda, para se reduzirem a rupias, que seus donos recebiam a razão de 4 x.^s e 4 t. por cada peso, pagos os direitos de senhoriaem, e braçagens dos officiaes.

O vinho de palmeira, que entrava por mar, ou das Novas Conquistas, pagava 15 xerafins por pipa de 25 almudes, segundo a Provisão de 31 de Janeiro de 1775.

A cópra do Sul, 12 xerafins por candil de 20 mãos; e o coco, 9 xerafins por milheiro.

O arroz era livre: o do Sul, porém, pagava, de collecta ou contribuição para o Senado da Camara, $\frac{1}{2}$ tanga por fardo.

Estes os direitos de entrada, estabelecidos pela legislação apontada; mas, tendo a Companhia Inglesa sobrecarregado, nas suas Alfandegas, os direitos do sal e anfião, e os generos da Europa, importados em embarcações portuguezas, impondo-lhes, bem como ás fazendas de Goa, Damão, e Diu, 60 por cento sobre a factura; em quanto ás de outras partes da Asia só impoz 10 por cento, e aos generos da Europa Inglesa nada; o mesmo fiz praticar, quando Juiz da Alfandega de Goa, na reforma das pautas, em 1832, nas quaes se impozeram

os mesmos 60 por cento, sobre a avaliação das pautas, a todas as fazendas das Possessões Inglezas da Asia, que imitam as de Goa, Damão, e Diu, e ás importadas em vasos estrangeiros; e sobre elles se cobravam os direitos, até ás ultimas reformas das Alfandegas.

Os direitos de sahida eram, pelo Regimento, 2 por cento, e as lagimas: a avaliação se fazia como na entrada. Depois do Alvará de 25 de Abril de 1818, nada era isento dos direitos, nem mesmo as fazendas de Diu e Damão, que até alli, pelo Alvará de 4 de Fevereiro de 1811, eram livres. O vinho de cajú pagava, por sahida, 1 xerafim por almude, e o de palmeira 31 $\frac{1}{4}$ réis.

A franquia que este ultimo Alvará deu ao porto de Goa, de pouco ou nada servio. O Regimento a concede a todos os navios, que a pedem para saber noticias ou tomar refrescos, ou para quaesquer outros fins. O mesmo era no caso de arribada forçada pelo tempo, por avaria, ou por inimigo; e ainda que descarregassem toda, ou parte da carga, só pagavam direitos daquillo que vendiam.

As embarcações portuguezas pagavam 2 $\frac{1}{2}$ por cento de baldeação, ou reexportação, e lagimas; as estrangeiras 4 por cento, por deliberação da Junta da Fazenda, de 8 de Outubro de 1823.

Os fretes em navios do Estado eram antigamente recebidos pelos seus commandantes; mas o Governador D. João José de Mello os incorporou na Fazenda, pelos annos de 1768 a 1774, prohibindo a carga de mercadorias em vasos de guerra; pratica que, sem utilidade alguma, ainda se usa em as náos de viagem, e que cedo virá a acabar, como convem á disciplina e ao commercio, e parece inculcar o Decreto de 30 d'Outubro de 1838, que já vedou aos commandantes dos navios do Estado o ter interesse ou ingerencia na carga particular. O rendimento da Alfandega de Goa ainda foi, no anno de 1819, na importancia de 158:978 xerafins: em 1826 85:752 ditos, e em 1832 78:014 ditos. Em 1840 se verá do mappa, que adiante se segue.

Depois desta Alfandega, eram ainda as Alfandegas de Margão, em Salsete, e a de Mapuçá, em Bardez, mal e in-

devidamente consideradas Alfandegas maritimas; porque ambas centraes eram muito distantes do mar. Estas Alfandegas vêm tambem do tempo dos Mouros, e os direitos alli se arrecadavam pela tarifa daquelles tempos; até que, por Carta Regia de 3 de Junho de 1810, se mandaram igualar os direitos de todas as Alfandegas, e extinguir todos os passos onde se cobravam lagimas ou portagens, cuja execução foi regulada por Assento tomado em sessão da Junta da Fazenda, de 31 de Outubro do mesmo anno. Não tenho lembrança da época em que estas Alfandegas passaram a ser administradas pela Fazenda; mas havia nellas depois disso um Administrador, que tambem era Recebedor, e ordinariamente servia o Ouvidor da comarca, dois Escrivães, um Fiel, e dezeseite Guardas, na de Marmugão, e onze ditos na de Mapuçá. Mandapdo a sobredita Carta Regia extinguir os passos ou registros entre estas Alfandegas, e querendo a Junta obstar ao contrabando que poderia entrar das Novas Conquistas, ás quaes se não entendeu ampliar a sua disposição, creou, por aquelle Assento, quatro Fieis, subordinados á Alfandega de Goa, para serem postos em Bicholim, Sanquelim, Pondá, e Murguddy, e dois na Alfandega de Bardez, para estacionarem em Bicholim, afim de tomarem nota de todas as fazendas que entrassem por aquelles pontos, e dar-lhes guia para as Alfandegas a que se destinassem, e não passassem das Novas para as Velhas Conquistas, sem pagamento dos direitos.

Foi mais, por este Assento, encarregado aos commandantes dos passos de Tonca, Santyago (Banastarim), e S. Braz, terem uma vigia, para fazer acompanhar, até á Alfandega de Goa, as embarcações que descessem de Bicholim, Sanquelim, Pondá, Parodá, e Sanguem, onde os donos dessas embarcações deviam apresentar as guias que trouxessem dos Fieis da fronteira. Para estes postos eram mandados Guardas da Alfandega de Goa, alternativamente, os quaes substituíram os Escrivães que nelles havia; e depois se crearam tres Guardas para elles, por Portaria da Junta, de 2 de Dezembro de 1826, aos quaes tambem incumbia receber direitos miudos de objectos, que não excedessem 100 xerafins. Deram-se, por este Assento, outras providencias para as Alfandegas de Mar-

gão e Mapuçá, e o pessoal de ambas foi fixado, por um artigo addicional de 5 de Dezembro do mesmo anno, em um Administrador e Recebedor, um Escrivão, um Ajudante do mesmo, um Feitor ou Avaliador, um Fiel do Recebedor, um Porteiro, e doze Guardas, e lhes augmentou os ordenados, em razão do maior trabalho e rendimento que se suppoz haveria; mas não aconteceu assim, voltaram ao que antes tinham, por despacho da mesma Junta, de 5 de Fevereiro de 1712, conservando-se o Feitor e dois Fieis, ou Guardas da fronteira, em cada uma destas Alfandegas.

Antes da aquisição das Novas Conquistas, eram estas, e os passos já referidos, os unicos pontos onde havia Alfandegas ou a sua fiscalisação: depois daquella, a sua posição se tornou central: todavia, a ellas vinham os generos e fazendas, como Alfandegas tambem de portos seccos; porque as que desciam pelos Gattes, com destino ás Velhas Conquistas, iam via recta ás Alfandegas de Goa, Margão, e Mapuçá, munidas de guia dos respectivos Fieis, collocados nos logares já indicados, em cujas guias se declarava o numero de cargas, volumes, ou mercadorias. Se eram para consumo nas Novas Conquistas, do mesmo modo se dirigiam ás respectivas Alfandegas. Isto basta para demonstrar o erro com que eram mantidas estas Alfandegas, em logares tão inadequados para o seu fim, tanto as de mar como as de terra.

A Alfandega de Salsete, nos primeiros tempos, andava arrendada por 3:160 xerafins, provenientes dos direitos de fazendas e mercadorias, e outros, que se arrecadavam nos bazares onde se vendiam, e pela tarifa do tempo dos Mouros; cujo diminuto rendimento foi attribuido á despopulação que soffreu esta comarca logo depois da conquista, e á suppressão de quatro feiras, que se faziam cada anno, por occasião de festividades gentilicas, que nesses tempos era da politica prohibir; mas rendeu em 1819, 23:923 xerafins: em 1826, 17:991, e em 1840 o que denota o mappa que adiante se encontrará.

A Alfandega de Bardez era tambem arrendada por 1:750 pagodes d'ouro, que são 2:887 x.^o Em 1819 rendeu 46:99 1/2 x.^o Em 1826, 21:726 ditos, e em 1840 mostra-o o mappa dito.

Alfandegas das Novas Conquistas.

Estas mais se podiam dizer da fronteira terrestre, do que as duas de que venho de fallar; posto que, como aquellas, eram mal situadas. Esta fronteira pois, que confina com os dominios britannicos, e com os do Régulo Bounsoló, debaixo da sua dependencia, e dominada pela cordilheira dos Gattes, era vigiada por Alfandegas, das quaes a mais importante era no Zambaulim, ou Murguddy, que estava ultimamente em Quépem. Della dependiam os Gattes de *Tinay*, e *Cavessi*, bem como os de *Digui*, *Condól*, e *Doncorpem*. Alguns destes Gattes dão tambem entrada para *Conculim* e *Assolná*, independentemente destas Alfandegas. Rendia esta Alfandega uns 25:000 e tantos xerafins. Seguiam-se em importancia as Alfandegas de Bicholim e Canzarpale, que rendiam mais de 17:000 xerafins. A mesma importancia tinha a de Sanquelim, que andava por 16:000 e tantos xerafins, e a estas Alfandegas correspondiam os desfiladeiros de *Ramagate*, *Manguelim*, *Quelgate*, e *Chorlem*: dos ultimos se desce a Sanquelim e passa a Bicholim e Bardez; e dos primeiros se entra logo em Bicholim, que por isso é o ponto principal para o commercio daquella parte dos Gattes.

A Alfandega de Pondá era inferior a estas, e central a respeito dellas; no emtanto suppunha-se que vigiava os Gattes de *Parmargó*, *Tinay*, e *Cavessi*, e o seu rendimento eram 8:000 xerafins.

As de Canacona e Pernem eram insignificantes, e o seu rendimento não excedia a 2:500 xerafins. Todos estes rendimentos, calculados em 1835, montavam a 74:264 xerafins, ou 11:882\$240 réis fortes por anno. Em 1826 foram 68:150 xerafins, e hoje como se verá dos mappas que vão adiante. Havia ainda a Alfandega de Colvale, que no mesmo mappa se mostra insignificantissima, aonde vinham as boiadas da provincia de Pernem, pelos caminhos de *Naibaga*, *Bandem*, e *Tolgate*; rendia em outro tempo pouco mais de 1:000 xerafins.

Todas estas Alfandegas andavam arrendadas, e os rendei-

ros arrecadavam ainda ha pouco os direitos d'importação e exportação pelas tarifas dos seus antigos dominantes: a de Colvale tinha regimen particular; os seus arrendamentos se faziam em hasta publica perante a Junta da Fazenda. A maior parte das estradas apontadas e outras eram guardadas por métas militares, ou de sipaes, e as fazendas e generos que por ellas vinham com guias dos fieis já indicados, ficavam ás ordens dos rendeiros d'Alfandega do districto a que pertenciam estas estradas. A algumas dellas andava annexa a renda do tabaco, como já notei; e a outras as do *Bagibabo*, já extinctas. Em todas estas Alfandegas ha pensões perpetuas, que com ellas vieram, impostas pelos antigos dominantes a favor de Pagodes, Dessaes e outros, que recebem dos respectivos direitos, e entre elles os de *Chorguem*, que consistem em alguns réis por boiada n'Alfandega de Bicholim e Canzarpale. A palavra *=Chorguem=* quer dizer *=roubo ou violencia=*, e tanto basta para provar a singularidade de taes pensões e mercês.

Em 1812 tratou-se na Junta da Fazenda de fazer applicavel a estas Alfandegas a Carta Regia de 3 de Junho de 1810; mas, havendo diversidade d'opiniões, deu-se parte para a Côrte, e continuaram os antigos e informes arrendamentos, e pratica anterior á conquista, e os vexames para o commercio interno que daqui nasciam. Veio o Decreto de 19 d'Abril de 1832, e nada se fez; porque estes arrendamentos obstavam, e não era possivel removel-os ou alteral-os, sem a conveniente reforma destas Alfandegas; e por isso o Governador Geral, Barão de Sabroso, fez suscitar a observancia do Regimento d'Alfandega de Goa, o Assento e Resolução da Junta, de 31 de Outubro de 1810 e 30 de Janeiro de 1811, e a Portaria do Governo Provisorio, de 15 de Julho de 1837, ácerca dos direitos do commercio interno, especialmente dos generos vindos da outra banda (Novas Conquistas) e vice-versa.

Um similhante systema era manifestamente absurdo e inefficaz, além do máo regimen de todas estas Alfandegas, e sua pessima collocação: tudo reclamava uma reforma, que ninguem se atrevia a emprender, pelo receio que sempre havia de exceder as ordens do Erario, que não tolerava innovações feitas pelos Governadores, ou pela Junta da Fazenda, a

quem as ordens deste tribunal tolhiam todo o arbitrio. Estava-se no abuso, que ainda não acabou, de querer fazer leis e reformas só na Còrte, a mais de 4:000 legoas de distancia, para um paiz, que se não conhecia, nem os seus usos, inclinações, e costumes; despresado o judicioso e salutar axioma, enunçado na Carta Regia de 9 d'Abril de 1778 = *Que só na India se pôde bem saber, o que na India é preciso.* = Entre tanto a Commissão, de que já fallei, para a reforma das rendas, preparou importantes trabalhos no sentido destas reformas, e a legislação da primeira dictadura lhe lançou os primeiros fundamentos. Em virtude desta legislação foi supprimido o logar de Juiz d'Alfandega de Goa, ou de Pangim, e substituído por um Director, com attribuições d'Administrador das mais Alfandegas; e as de Salsete e Bardez também passaram a ter Directores, tudo em conformidade do Decreto de 17 de Setembro de 1833: as das Novas Conquistas, porém, continuaram nos seus informes arrendamentos, e sob as condições que desde o anno de 1773 os regiam: todavia não era já possível ir no antigo systema, que a legislação novíssima reprovava; mas nenhum de seus Decretos era applicavel ás especialidades de Goa: e assim o Governo Provisorio, em Portaria de 6 d'Abril de 1835, creou uma Commissão, de cuja presidencia me investio, á qual encarregou propor qual o numero d'Alfandegas necessario e seu regimen, onde collocarem-se, e a quem subordinadas; qual a consideração de cada uma, e qual o numero de seus empregados e vencimentos; tendo-se por tudo isto em vista a disposição do artigo 29.º do Decreto de 17 de Setembro de 1833, e mais legislação novíssima.

Esta Commissão apresentou o seu parecer, que mereceu a acceitação do Governo, pelo que a elogiou em Officio de 29 de Março de 1836 (ccc). Neste parecer se fixou o numero

(ccc) Foram membros desta Commissão os Srs. Cypriano Silveiro Rodrigues Nunes, Administrador Fiscal da antiga Alfandega de Pangim, hoje provido na serventia vitalicia de Director da mesma, e então servindo de Procurador da Corôa e Fazenda; João de Mendonça Còrte Real, Administrador então da mesma Alfandega; Salvador Caetano Lopes, 1.º Escrivão da dita: e Rozario d'Athaide,

de quatro Alfandegas, além da de Pangim: duas de portos molhados, e duas de portos seccos. Para as duas primeiras indicou a Comissão o pequeno porto de *Chaporá*, na foz do rio deste nome, e a aldêa Assolná, no rio do Sal. A Alfandega de Pangim, considerada a superior, ficou a fiscalisação e vigilancia dos portos de Agoada e Murmugão. A de Chaporá a costa do Norte, desde a ponta de Agoada até Tiracol: e a de Assolná a costa do Sul, desde Murmugão até Pollem.

Os portos seccos deviam ser unicamente nas fronteiras das Novas Conquistas. A uniformidade do systema em todas as Alfandegas do Estado era principio de primeira necessidade a adoptar-se; e por isso propoz a Comissão que as Alfandegas destas provincias deviam entrar na administração da Fazenda Publica; e que, além de duas, todas as mais fossem abolidas por desnecessarias, substituindo-se casas de registro, onde mais conviesse. A Comissão considerou estas duas Alfandegas do Norte e Sul da fronteira terrestre; e indicou para a primeira o sitio de Doddomarogo, ponto importantissimo na fronteira oriental da provincia de Bicholim, onde confluem as estradas principaes de differentes Gattes, e á qual deve pertencer tudo o que descer pelos que dão serventia, no territorio do Bounsoló, para a provincia de Pernem, e desfiladeiros e caminhos de *Tolgate* e outros; e tudo quanto descer e entrar pelos de *Manguilem*, *Ramagate*, *Chorlem*, *Tanimbocal*, *Parvar*, *Quelgate*, para as provincias de Bicholim e Sanquelim.

Para a Alfandega dos portos seccos do Sul, designou a Negociante; e o Officio a que acima alludi é o seguinte: — « N.º 195. « O Governo Provisional dos Estados da India em Nome da Rainha, « recebendo o plano, que essa Comissão lhe dirige, sobre o que « se deve adoptar para o melhor serviço das Alfandegas deste Estado, teve o prazer de o levar ao conhecimento de Sua Magestade « pela Charrua de Viagem *Princeza Real*: e louva a V. S.^a e mais « membros que compozeram a mesma Comissão, o acerto, intelligencia, e circumspecção, com que desempenharam e concluíram « este importantissimo e útil trabalho. Deos guarde a V. S.^a Palácio « do Governo em Pangim, em 29 de Março de 1836. = III.^{mo} Sr. « Desembargador Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo, « Presidente da Comissão para a reforma das Alfandegas. = (*Se- « quem-se as assignaturas.*) »

Commissão o lugar de *Sanguem*, sobre um rio a pequena distancia do importante Gatte de *Digui*, aonde se dirigem todas as boiadas da maior parte dos Gattes, que dão entrada da terra firme para as do Estado: sendo os principaes e suas estradas, os de *Tenem*, *Queucim*, *Tamarim*, *Digui*, *Condol*, *Naiqueni*, e *Doncurpem*, todos na fronteira oriental e meridional da provincia de Canacona, á qual deve pertencer o despacho de todas as fazendas e generos que por alli entrarem.

A Alfandega de Pondá, interna e collocada em uma provincia rodeada de outras onde havia Alfandegas, era desnecessaria. A de Sanquelim devia, segundo o parecer da Commissão, substituir-se por uma casa de registro, subordinada á Alfandega dos portos seccos do Norte. Propoz outra casa de registro em Tiracol, sujeita á Alfandega de Chaporá: outra em Talpona, ou suas immediações, dependente da Alfandega dos portos molhados do Sul; e Guardas nos póstos das Novas Conquistas, dependentes destas Alfandegas, para vigia dos caminhos, expedir as guias, e mesmo para a percepção de direitos miudos, que não excedam a 100 xerafins. Regulou mais a Commissão o pessoal de cada uma destas Alfandegas, e seus vencimentos; de cujo systema resultava que a administração de cinco Alfandegas não custava á Fazenda mais de 23:557 xerafins, com o pessoal de oitenta e um Empregados, inclusivè trinta e cinco Guardas, quando até alli só com as tres Alfandegas de Pangim, Margão, e Mapuçá, se gastavam 24:221 xerafins nos ordenados de oitenta e seis Empregados. O Governo Provisorio deu conta para a Côrte destes trabalhos, por não se julgar tambem autorizado a leval-os a effeito.

A Commissão creada pelo Governador, Barão do Candal, em Portaria de 20 de Novembro de 1839, para o exame da contabilidade publica e outros assumptos que lhe são relativos, suscitou, em Novembro de 1840, a reforma das Alfandegas, no sentido deste parecer; e graças á energia e solicitude do Governador Interino, Lopes de Lima, que em Portaria de 23 de Dezembro do mesmo anno estabeleceu o systema das Alfandegas, que desde 1810 se devêra ter posto em pratica.

Por esta Portaria, foi determinado que do 1.º de Janeiro de 1841 se estabelecessem as Alfandegas novas, passando as de Margão e Mapuçá para Assolná e Chaporá, e as da fronteira terrestre se collocassem em Sanquelim e Sanguem; e lhes designou os seguintes Empregados:

Alfandega de Goa: — Um Administrador ou Director, dois Escrivães da receita, um Guarda-Mór, um Recebedor com seu Fiel, dois Feitores ou Verificadores, um Escrivão de bilhetes, um dito do expediente e tomadias, servindo tambem de Guarda-Livros, um Escrivão da descarga, dois Aspirantes de 1.ª Classe, dois ditos de 2.ª dita, um Porteiro, dez Guardas, um Servente, um Patrão d'escaler, oito Remadores, e seis Guardas; total quarenta e dois.

Alfandega de Assolná: — Sub-Director, um Recebedor ou Thesoureiro, um Escrivão da receita, um Ajudante do dito, um Fiel para o registro de Talpona, um Guarda, servindo de Porteiro, e cinco Guardas; total onze.

Alfandega de Chaporá: — Os mesmos Empregados que na precedente, menos um Guarda; total dez. O Fiel desta Alfandega é para o registro de Tiracol.

Alfandegas dos portos seccos, em Sanquelim e Sanguem: — O mesmo pessoal que nas duas ultimas, excepto os Guardas, que são sete em cada uma. A de Sanguem não tem Fiel, e por isso têm ambas ao todo vinte e cinco Empregados. O Fiel de Sanquelim era para o Doddomarogo, onde depois se estabeleceu outra Alfandega. A todos estes Empregados foram estabelecidos, pela citada Portaria, ordenados, que referirei quando mencionar a despesa das Alfandegas.

Do exposto se vê que o parecer que referi da Commisão, na maior parte devido aos conhecimentos e longa pratica do Sr. Cypriano Silverio Rodrigues Nunes, foi alguma cousa alterado, mas a experiencia depressa mostrou que não era infundado; porque em Portaria de 6 de Março de 1841, do mesmo Governador, se creou a Alfandega, que a Commissão indicava em Doddomarogo, a cujo Districto ficou pertencendo tudo quanto entra pelos Gattes de *Ramagate* e *Manguelim*, e mais estradas da provincia de Bicholim; e provisoriamente o *Telgate*, e mais estradas da provincia de Pernem.

Para esta Alfandega passou o Sub-Director da de Chaporá, e para Escrivão o Ajudante da dita. O Fiel que já alli existia, ficou sendo o Thesoureiro. Para Porteiro, Pesador, e Sellador, o Guarda que servia de Ajudante do Fiel; e para o serviço interno desta Alfandega se creou, por esta Portaria, um Guarda. A Alfandega de Chaporá diminuiu, por tanto, o pessoal que fica indicado; e passou a ser regida pelo Thesoureiro, servindo de Sub-Director, e visitada pelo Sub-Director da de Doddomarogo, como delegado do Chefe da Alfandega principal de Goa.

Em portaria de 15 d'Abril seguinte se estabeleceu um registro em *Naibaga* na Provincia de Pernem, que substituiu a pequena antiga alfandega de Colvale; outro em *Collem* na provincia d'Embarbacem; e outro em *Veluz de Valpoz* na provincia de Sattary, com os seus respectivos fieis, e mais oito Guardas para serem collocados, tres na Alfandega do sul em Sanguem, sendo um para o serviço interno, outro para a raiz do Gattes de *Cuessi*, no Embarbacem, e outro para *Uldem Volla* n'aldêa Cotigão, na provincia de Canacona: dous para a d'Assolná, e serem collocados, um na enseada de Colla, e outro nas praias de Cavellossim: um para a de Chaporá; um para a de Doddomarogo; e o oitavo finalmente para o registro de Veluz. Em Portaria de 18 de Maio de 1841 se creou mais um Guarda para ser collocado no meio do littoral da provincia de Pernem, sujeito á Alfandega de Chaporá; e eis-aqui como hoje se vê montado o novo systema das Alfandegas em Gôa, sem duvida o mais proprio, quanto a localidades, ao fim destas casas fiscaes.

A arrecadação dos direitos tambem teve a mudança conveniente. Em Portaria do Ministerio da Marinha e Ultramar de 18 d'Abril de 1838, se mandaram adoptar em Gôa as pautas das Alfandegas, approvadas por Decreto de 10 de Janeiro de 1837, com as modificações que conviessem ás peculiares circumstancias daquelle paiz. O Conselho do Governo creou uma commissão em 16 de Fevereiro de 1839, que apresentou as modificações que julgou necessario fazer nas mesmas pautas, com as quaes o Governador Interino Lopes de Lima, as mandou pôr em execução, por Portaria de 19 de

Novembro de 1840; o que tudo se acha approvedo no Decreto de 27 d'Abril de 1841. Importaria muito ao commercio dar aqui completa noticia dessas modificações, afim de melhor se calcularem quaesquer especulações sobre aquella praça: pois que o conhecimento dos direitos d'entrada e de sahida, de consumo, baldeação, e franquia; em summa, de todos os direitos que têm de pagar-se em qualquer negociação, que haja de emprender-se, muito facilita a sua empresa; mas sendo assumpto um pouco afastado dos estreitos limites de uma Memoria, se dará talvez em artigo separado.

O mesmo Governador Interino declarou exequiveis, na India, o Decreto de 16 de Janeiro de 1837, e a Portaria de 23 de Agosto de 1838, pelo que respeita aos direitos de sahida de todos os generos de producção, industria, e manufacturas de Goa, Diu, e Damão, entre si; o que tambem foi approvedo em Portaria do Ministerio da Marinha e Ultramar, de 24 de Maio de 1841, bem como o ter franqueado aquelles portos, para deposito de todos os generos e mercadorias, ao commercio de todas as Nações, com o unico direito de 1 por cento, como já referi tratando do commercio de Goa, cujo artigo cumpre aqui ter em vista.

Os direitos do sal, coco, e cópra, constituem a melhor parte dos rendimentos das Alfandegas das Novas Conquistas. Estes direitos, bem como os dos cereaes, legumes, e sementes, acabam de ser regulados e igualados em todas as Alfandegas destas provincias, por Portaria do Governador Geral. Conde das Antas, de 11 de Novembro de 1842; e a sua arrecadação pelas tabellas que fazem parte desta Portaria, como muito reclamavam os interesses publicos. Todos os passos e portagens interiores se acham hoje extinctos, e além dos direitos das pautas e ditas tabellas, nenhuns outros alli paga hoje o commercio.

Ha outros rendimentos ou imposições, cuja arrecadação se faz nas Alfandegas por ordens especiaes, como são, por exemplo, as sizas, a renda da cópra, e outros, que aqui não vão incluídos, porque de cada um fallarei separadamente. Os seguintes mappas mostram o rendimento de todas as Alfandegas de Goa, nos proximos annos, antes, e depois da sua reforma.

MAPP

Da importação e exportação das Alfandegas de G

Alfandegas maritimas administradas pela Fazenda Nacional..	{	Alfandega principal em Pangim.....	
		Dita em Margão, comarca de Salsete	
		Dita em Mapuçã, comarca de Bardez	
Novas Conquistas. — Alfandegas em ar- rendamento.....	{	Dita da Provincia de Pondá	
		Dita da de Pernem	
		Dita das 5 do Zambaulim, chamada de Murguddy } (2	
		Dita da de Canacona.....	
		Dita de Bicholim.....	
		Dita de Sanquelim.....	
		Dita de Cansarpale	
		Dita de Colvale	

(1) Neste direitos entram os emolumentos dos officiaes chamados = I
extincto Erario, de 26 de Abril de 1771.

(2) Os rendeiros das Alfandegas de Murguddy e Canacona não cor
e apenas uma relação do numero dos volumes, e dos direitos que delles po
aproximação, como o fizeram os outros rendeiros; por cuja razão não pode

(3) Por Alvará de 9 de Novembro de 1811, e Carta Regia de 6 de I
direitos desta Alfandega, para concertos e obras das praças e fortificações,
de outra alguma applicação; o que desde 1745 em diante foi reduzido á
1837, em que passaram para o Thesouro, pelo mesmo motivo e modo

RAL

anno de 1840, ultimo antes da sua reforma.

IMPORTAÇÃO						EXPORTAÇÃO						TOTAL DOS DIREITOS			
Capital			Direitos (1)			Capital			Direitos (1)						
X.	T.	R.	X.	T.	R.	X.	T.	R.	X.	T.	R.	(3)	X.	T.	R.
64.669	4	13	63.192	1	51	629.694	2	55	13.717	1	43		76.929	3	34
45.943	2	30	8.221	2	25½	172.905	4	29½	4.553	0	56		12.774	3	21½
302.035	1	15	17.014	3	42	86.310	2	30	2.272	4	13		19.287	2	55
42.371	4	00	5.381	4	34½	48.856	0	00	2.049	4	28½		7.431	4	02½
16.051	3	15	287	3	33½	6.587	3	00	645	2	05		933	0	38½
»	»	»	9.258	2	00	»	»	»	14.193	1	39½		23.451	3	39½
»	»	»	328	3	42½	»	»	»	26	3	47½		355	2	30
21.455	4	59	2.187	1	54	20.346	3	32	3.639	0	25		5.826	1	19
95.969	3	25½	7.654	1	33½	56.743	2	11	11.159	0	16½		18.313	0	49½
24.927	3	46½	4.877	1	14	31.374	2	04½	6.321	3	18½		11.198	4	30½
367	3	57	20	2	44	69	3	12	10	0	21½		30	3	05½
			118.424	3	12½				58.603	3	13½		177.033	1	25½

= porque são arrecadados para a Pazenda Publica, depois da Provisão do

eram nos respectivos mappas os capitães dos generos por ellas despachados ;
m, dizendo que isso não constava dos seus livros, nem o podiam fazer por
respectivos capitães ser lançados neste mappa geral.

o de 1816, o Senado da Camara das Ilhas de Goa recebia 1 por cento dos
o de artilheria, provimento de armazens. etc., a seu cargo, com prohibição
e dos mesmos direitos, a qual a Camara continuou a receber até ao anno de
ante direi, fallando da collecta.

MAPPA GERAL

Da importação e exportação das Alfandegas de Goa no anno de 1841, o primeiro depois da reforma, que tiveram por Portaria do Governo da India, de 23 de Dezembro de 1840.

ALFANDEGAS DOS PORTOS DE MAR.

X. T. R.

Alfandega principal em Pangim.

Importação	{ Direitos	53.549:2:17½
	{ Lagimas	3.649:2:02
	{ Sellos	546:4:20
Dita do tabaco de folha neste anno, 1.º depois da extincção da sua renda	{ Direitos	9.894:1:48
	{ Lagimas	62:0:37
Exportação	{ Direitos	4.825:2:22
	{ Lagimas	1.947:4:46
Miudos	{ Direitos	4.026:4:42
	{ Lagimas	308:3:14
Reexportação	{ Direitos	1.434:3:33½
	{ Lagimas	459:3:08
Baldeação	{ Direitos	324:2:23
	{ Lagimas	142:0:54
Transito	{ Direitos	155:0:16½
	{ Lagimas	96:1:02
Fazendas livres de direitos	—Lagimas	1.761:2:06½
Escrivão maior	—Lagimas	732:2:30
Pescarias	—Direitos	884:0:00
Fretes		578:3:25

Somma 85.380:3:46½

Alfandega de Chaporá, antes em Mapuçá.

Importação	{ Direitos	1.581:4:32½
	{ Lagimas	123:2:20
	{ Sellos	39:0:10
Dita do tabaco de folha neste anno, 1.º depois da extincção da sua renda	{ Direitos	4.066:0:00
	{ Lagimas	42:0:58
Exportação	{ Direitos	225:2:20½
	{ Lagimas	118:8:55

6.196:4:16

		X.	T. R.
<i>Transporte.</i>		6.196:4:16	
Miudos	{ Direitos	339:1:04½	
	{ Lagimas	62:0:57	
Pescarias	—Direitos	348:0:00	
Somma		6.946:1:17½	
<i>Alfandega d' Assolná, antes em Margão.</i>			
Importação	{ Direitos	445:0:12½	
	{ Lagimas	31:0:05½	
	{ Sellos	0:1:40	
Exportação	{ Direitos	1.726:0:19½	
	{ Lagimas	767:3:42½	
Pescarias	—Direitos	532:0:00	
Semma		3.292:1:00	
ALFANDEGAS DOS PORTOS SECCOS.			
<i>Alfandega de Sanquelim.</i>			
Importação	{ Direitos	26.601:0:16	
	{ Lagimas	2.175:0:03	
	{ Sellos	1.539:0:20	
Dita do tabaco de folha neste anno, 1.º depois da extincção da sua renda	{ Direitos	20.061:0:16	
	{ Lagimas	117:0:51	
Exportação	{ Direitos	3.945:0:32	
	{ Lagimas	856:1:47	
Miudos	{ Direitos	39:2:49	
	{ Lagimas	10:2:02	
Sal, coco, e cereaes	—Direitos	23.594:2:06	
Somma		78.939:0:02	
<i>Alfandega de Sanguem.</i>			
Importação	{ Direitos	6.902:3:04½	
	{ Lagimas	445:4:28½	
	{ Sellos	555:3:20	
Dita do tabaco de folha neste anno, 1.º depois da extincção da sua renda	{ Direitos	209:1:49	
	{ Lagimas	1:1:41½	
Exportação	{ Direitos	364:0:09½	
	{ Lagimas	111:0:35½	
Sal, coco, e cereaes	—Direitos	26.501:1:52	
Somma		34.535:3:41½	

*Alfandega de Doddomarogo, desde o 1.º de Abril
de 1841.*

		X.	T. R.
Importação.....	{ Direitos.....	11.747:0:27½	
	{ Lagimas.....	966:3:13	
	{ Sellos.....	991:1:20	
Dita do tabaco de folha neste anno, 1.º depois da extincção da sua renda	{ Direitos.....	10.790:1:56	
	{ Lagimas.....	68:2:34	
Exportação.....	{ Direitos.....	78:0:28	
	{ Lagimas.....	31:4:25	
Miudos.....	{ Direitos.....	1.773:4:35½	
	{ Lagimas.....	253:3:36	
Sal, coco, e cereaes.....	—Direitos.....	5.328:3:46½	
Somma.....		32.030:1:40½	

TOTAL DO RENDIMENTO DAS ALFANDEGAS.

Importação.....	{ Direitos.....	100.826:0:50½	
	{ Lagimas.....	7.381:2:12	
	{ Sellos.....	3.672:1:10	
Dita do tabaco de folha neste anno, 1.º depois da extincção da sua renda	{ Direitos.....	45.021:0:49	
	{ Lagimas.....	291:1:41½	
Exportação.....	{ Direitos.....	11.164:1:11½	
	{ Lagimas.....	3.833:3:12½	
Miudos.....	{ Direitos.....	6.179:3:11	
	{ Lagimas.....	634:4:39	
Reexportação.....	{ Direitos.....	1.434:3:33½	
	{ Lagimas.....	459:0:08	
Baldeação.....	{ Direitos.....	324:2:23	
	{ Lagimas.....	142:0:54	
Transito.....	{ Direitos.....	155:0:16½	
	{ Lagimas.....	96:1:02	
Fazendas livres de direitos.....	—Lagimas.....	1.761:2:06½	
Escrivão maior.....	—Lagimas.....	732:2:30	
Pescarias.....	—Direitos.....	1.564:0:00	
Fretes.....		578:3:25	
Sal, coco, e cereaes.....	—Direitos.....	55.424:1:44½	
Somma total.....		241.124:1:21	

N. B. Nestas Alfandegas se arrecadam diversos impostos, do que se faz menção em logar competente.

(Continuar-se-ha.)

AVISOS AOS NAVEGANTES.

N.º 1.

VOLÇÃO SUB-MARINHO, NO OCEANO ATLANTICO.

Extracto do jornal United Service, Abril de 1842.

« As 5 horas da manhã do dia 5 de Fevereiro de 1842, achando-nos em 0° 57' de Lat. S. e 20° 47' de Long. O. de Greenw., sentimos a bordo do navio *Neptuno*, que vinha da China para Inglaterra, um sacudimento e um tremor semelhante ao que costuma sentir um navio que bate em um banco de coral. A guarnição e os passageiros subiram repentinamente para a tolda, imaginando que o navio tinha encalhado.

« Este movimento durou perto de um minuto, e foi acompanhado de ruído surdo semelhante ao trovão.

« Vinte e oito dias depois, communicámos com o *Harrison*, que vinha da India: a bordo deste navio tinham sentido um semelhante abalo á mesma hora, achando-se em 0° 30' de Lat. S. e 21° 55' de Long. O. de Greenw.

Extracto do Nautical Magasine, Agosto de 1842.

Uma carta de M. Rackam, Capitão do navio *Anna-Maria*, de Liverpool, datada de Bombaim em 22 de Maio de 1842, refere os seguintes factos:

« A 19 de Janeiro, vimos a ilha do Ferro, e passámos depois a O. das ilhas de Cabo Verde. A 5 de Fevereiro, estando a brisa fraca, o mar plano, e bom tempo, fui acordado, ás 5 horas da manhã, por um abalo violento do navio e por um ruído surdo imitando o trovão. A minha primeira lembrança foi que o navio tinha tocado em algum escolho, pensei depois que algum raio tinha feito cahir os mastros. Subi á tolda, e olhando por todos os lados, vi o navio perfeitamente em nado; mas supportando um sacudimento tal, que parecia que se ia desfazer em pedaços, a ponto que o marinheiro do leme não o podia segurar. Toda a guarnição veio para cima, pasmada de terror á vista deste tremor que durou perto de um minuto.

« As 5 horas e 50 minutos sentio-se um abalo mais ligeiro; ás 9 e 45 minutos outro mais fraco, e outro apenas sensivel proximo do meio dia.

« A esta hora observou-se de Lat. 0° 44' S., e de Long. 20° 16'

O. de Greenw.; das 5 horas ao meio dia navegaram-se 26 milhas ao SO. (*) É provavel que esta erupção sub-marinha possa ter deixado algum novo perigo como signal deste successo.»

O Numero de Setembro do *Nautical Magazine* traz os seguintes detalhes, sobre outro abalo sentido no mez de Julho de 1842 na mesma posição:

«A 3 de Julho ás 4 horas da manhã, achando-me em 1º 7' de Lat. S. e 21º 21' de Long. O. de Greenw., sentimos um repellão violento de tremor de terra, que muito nos consternou no primeiro momento; pois parecia que tínhamos tocado em algum recife ou banco; mas continuando o ruído e a agitação do navio, bem depressa nos convencemos da verdadeira causa de successo; por quanto, se fosse um banco, com o mar que fazia, o navio teria sido infalivelmente desfeito, quando, durante este successo, não só conservou a prôa a caminho, como tambem foi deixando sempre a mesma esteira que já trazia. O ruído e a sensação que tal acontecimento produziu, assimilhava-se bem ao correr de uma amarra de ferro pelo escovém, e durou perto de quatro minutos.

«O *Sarah-Bell* é o primeiro navio que, indo de *Port-Philip* para *Liverpool*, levasse toda a carga completa.»

(Assignado) *John Richard Bell*, master.

N.º 2.

NOVA ILHA ENCONTRADA PERTO DA NOVA-CALLEDONIA.

Extracto do Relatorio do Capitão Borrows do navio inglez Pearl.

«A 24 de Setembro de 1841, indo de Sydney para Manilha, ás 8 horas da manhã, descobri uma ilha, que não existe nas Cartas, nem della fazem menção as instrucções de Horsburgh. Está situada em 21º 59' de Lat. S., e 16º 30' a E. do meridiano de Greenw., segundo se provava por bons Chronometros. Esta ilha é de um aspecto pictoreseo, muito arborisada, chegando os palmares de coqueiros até á beira-mar. Ao meio dia estavamos a menos de 3 milhas da ponta de E., a qual fica no meio da ilha, e em frente desta ponta estende-se um recife que deita uma milha ao mar. A direcção geral da

(*) M. Danssy, Engenheiro Hydrografico em Chefe da Marinha Franca, apresentou em 1833, á Academia das Sciencias de Paris, uma nota em que declara como provavel a existencia de um Volcão sub-marinho nas proximidades de 0º 20' de Lat. N. e 22º de Long. O. de Paris; o que, reduzido ao meridiano de Greenw., pouco differe do lugar que este navio devia occupar ás 5 horas da manhã, que seria proxivamente 0º 26' de Lat. S. e 20º 1' de Long. O. do meridiano de Greenw.

ilha é N. 4 NE., na extensão de 20 a 25 milhas. Na hypothese de que fosse uma nova descoberta, chamei-lhe ilha *Borrows*.

« Passados dois dias de navegação, reconhecemos a ilha *Erromanga* e podemos verificar bem a exactidão dos Chronometros; quando chegámos ao N. da ponta NE. desta ilha, vimos que a terra se prolongava a uma grande distancia para o NO., e que a parte mais extrema nesta direcção parecia que se afastava da grande ilha; como sobreveio a noite, não podemos obter certeza a este respeito.»

Com effeito, nenhuma ilha está indicada nesta posição; mas acha-se notada na proximidade uma ilha *Walpole*, e o recife *Durand*, a respeito dos quaes diz *Krusenstern*, no supplemento das suas memorias hydrograficas:

« Ainda que estes dois perigos, depois da sua descoberta (em 1794), tenham sido vistos por muitos navios, segundo a opinião de Horsburgh, não ha com tudo noticia de que a sua posição tenha soffrido alterações; existe tal qual foi determinada pelo Capitão Butter: a ilha *Walpole* em 22° 40' de Lat. S., e 169° 16' de Long. E. de Greenw., e o escolho *Durand* em 22° 6' de Lat. S., e 169° 2' de Long. E. de Greenw. Acontece porém que o Capitão Golowine, em 1819, e Kronstihel, em 1820, procuraram a ilha *Walpole* na Lat. e Long. acima mencionadas, e não a encontraram. Precisam-se novas observações para fixar a sua posição.»

Não será pois a ilha *Walpole* que foi vista pelo *Pearl*?
(*Nautical Magazine.*)

N.º 3.

BANCO NOVAMENTE ENCONTRADO NO MAR DA CHINA.

O mesmo Capitão *Borrows*, navegando no mar da China, no dia 4 de Abril de 1842, vio perfeitamente o fundo pelo travez do seu navio, e tendo sondado achou 9 braças, fundo de coral; correndo ao SO., e sondando a miudo, achou 9 $\frac{1}{2}$ e 10 braças, até que, tendo navegado 3 $\frac{1}{2}$ a 4 milhas, perdeu o fundo. Este banco não está mencionado por Horsburgh, nem foi notado em uma Carta publicada em 1840. O Capitão *Borrows* colloca-o em 7° 36' de Lat. N., e 111° 28' de Long. a E. de Greenw., servindo-se de dois bons Chronometros, e das observações de distancia tomadas na vespera. Posto que fossem 9 braças o menor fundo encontrado, todavia pôde acontecer que, em algumas paragens, tenha menos agoa; e por tanto é necessario navegar com precaução nesta parte do mar da China.

Este banco parece ser o mesmo em que estão situados os recifes de *West-London*, de *Bombay-Castel*, e outros muitos perigos.

(*Nautical Magazine.*)

ACTAS DA ASSOCIAÇÃO.

TERCEIRO ANNO.

SESSÃO 1.^a

PRESIDINDO o Sr. Vice-Presidente foi aberta a Sessão. Approvou-se a acta antecedente; e, verificadas por ella as eleições para os cargos da Associação, o Sr. Vice-Almirante, Antonio Manoel de Noronha, passou a tomar a presidencia para que fôra eleito: e logo, em um breve e expressivo discurso, agradeceu á assembléa a distincção com que disse o honrara, por esta demonstração da sua confiança, á qual só poderia bem corresponder, se as suas forças e talentos fossem iguaes aos seus ardentes desejos pela prosperidade desta tão util como respeitavel Associação, mas na fallencia daquelles empenhava a coadjuvação e luzes de todos os seus dignos membros, com as quaes contava para bem satisfazer aos deveres que se impunha. Em seguida o Sr. Presidente convidou o Sub-Secretario mais votado, o Sr. Feliciano Antonio Marques Pereira, a occupar o lugar de 2.º Secretario, por isso que este passava a exercer as funcções de 1.º, na ausencia do Sr. Mattos Corrêa, em serviço.

Expediente. — Uma carta do Sr. Capitão de Fragata, José Joaquim Lopes de Lima, ex-Governador Interino dos Estados da India, pela qual agradece, em termos mui lisonjeiros, o ser considerado Socio effectivo desta Associação.

Um Officio do Sr. Visconde de Sá da Bandeira, transmittindo outro, que lhe fôra dirigido sendo Presidente d'Associação, pelo Sr. Ministro d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, cujo objecto, diz o Sr. Visconde de Sá, é em sua opinião muito util para o Governo e para a Associação. Este officio, que tem por fim publicar em os Annaes os documentos estatisticos, que das Provincias Ultramarinas são periodicamente enviados áquelle Ministerio, é o seguinte:

« Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Desejando que dos documentos estatisticos que das Provincias Ultramarinas são periodicamente enviados a este Ministerio, se publiquem todos aquelles de cujo conhecimento resultem vantagens para o publico, pelos esclarecimentos e dados positivos que podem fornecer sobre os assumptos a que se referem; e julgando eu que esta publicação se poderia levar a effeito por meio dos Annaes da Associação Maritima e Colonial, com reciproco interesse, tanto deste Ministerio, que assim alcançaria mais economicamente o fim de utilidade publica que tem em vista, como da

Associação, que por este modo satisfaria ao patriotico empenho, que promoveu a sua instituição, e a que com tanto desvelo procura corresponder, vou rogar a V. Ex.^a, confiado no amor do bem publico, que sempre o tem animado, se digne de fazer presente na dita Associação a idéa que aqui manifesto, para que, sendo adoptada, se fixe o modo por que deve realisar-se, parecendo-me conveniente que dois Socios, nomeados pela Associação, fossem por ella autorisados para, a tal respeito, tratarem com o respectivo Official Maior desta Secretaria d'Estado; e devendo, desde já, prevenir a V. Ex.^a de que não duvidarei supprir, por este Ministerio, qualquer accrescimento de despesa, que possa occasionar a indicada publicação.

«Deos guarde a V. Ex.^a — Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, em 10 de Janeiro de 1843. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Visconde de Sá da Bandeira, Presidente da Associação Maritima e Colonial. = *Joaquim José Falcão.*»

Finda a sua leitura, o Sr. Presidente propoz: 1.^o agradecimentos ao Ex.^{mo} Ministro e nosso Socio, o Sr. Joaquim José Falcão, pelo interesse que S. Ex.^a toma pela gloria desta Associação, e pelos valiosos serviços que se apraz fazer-lhe em beneficio publico. Esta proposta foi energicamente apoiada por toda a assembléa, e logo approvada por aclamação. 2.^o Se é acceita a generosa offerta de S. Ex.^a, tão proficua á Associação, e propria a enriquecer os seus Annaes, com vantagem geral? Sim, por aclamação. 3.^o Qual o modo de a levar a effeito? Decidio-se que deste assumpto se tratasse, quando estivesse presente o Sr. Ministro da Marinha; podendo todavia o Sr. Presidente conferil-o previamente com S. Ex.^a, se assim lhe aprouvesse.

O Sr. Presidente annunciou que, em conformidade da resolução tomada em assembléa de 28 de Março de 1842, se ia proceder á eleição de Archivist, adiada da Sessão antecedente.

Entraram na urna 18 listas. Escrutinadores os Sr.^s Tavares de Macedo, e Visconde de Torre Bella, e foi reeleito o Sr. Joaquim Elias Rodrigues Sette, tendo o Sr. A. G. de Freitas 1 voto, e o Sr. J. Tavares de Macedo outro.

O Sr. Amaral propoz para Socio effectivo ao Sr. Manoel Luiz dos Santos, Constructor Naval Portuguez.

O Sr. J. P. Nolasco da Cunha participou á assembléa, que a Secção de Marinha de Guerra havia eleito para Presidente, ao mesmo Sr., para Secretario, o Sr. Marques Pereira, e para Relator, o Sr. Pedro Alexandrino da Cunha; e para membros da Commissão de Redacção, o mesmo Sr. P. A. da Cunha, e o Sr. Antonio Lopes da Costa e Almeida.

O Sr. Kol leu um parecer da Secção do Ultramar, sobre uma proposta do Secretario Louzada de Araujo; ficou sobre a mesa para entrar em discussão na seguinte Sessão. O mesmo Sr. Kol propoz que houvesse logar reservado na sala para o Sr. Ministro da Mari-

nha, cuja proposta reduzio a escripto, por convite do Sr. Presidente; e, sendo declarada urgente a requerimento do seu autor, foi em seguida approvada unanimemente, sem discussão; e que o logar indicado seja na mesa, á direita do Sr. Presidente.

Ordem da noute. — Entrou em discussão o parecer da Commis-
são do exame de contas, na parte em que propõe se vote a quantia de 38\$400 réis ao Continuo da Associação, para renda de casas e gratificação. Fallaram sobre a materia os Srs. Freitas, Nolasco da Cunha, Costa Carvalho, Tavares, Kol, Visconde de Torre Bella, Marques Pereira, Amaral, Alves, e depois de algumas explicações dadas pelo Secretario Louzada d'Araujo, se deliberou que se pague a casa, que o Continuo tem habitado desde a primeira mudança da Associação até Junho do anno corrente, pelo preço do respectivo arrendamento; e de futuro na razão de 24\$000 por anno. Que se dê ao mesmo Continuo a gratificação extraordinaria de 14\$400 réis, pelo bom serviço por elle feito no anno findo em 1842. E não havendo quem pedisse a palavra sobre a parte do parecer que propõe agradecimentos ao Sr. Thesoureiro Manoel Luiz Esteves, ao Sr. João Pedro Nolasco da Cunha, Presidente da Secção de Marinha de Guerra, e ao Secretario, M. F. Louzada de Araujo, pelo serviço, que hão prestado, e pela sua cooperação para a estabilidade da Associação, foram estes unanimemente votados, e retribuidos pelo Sr. Nolasco da Cunha.

O Sr. Presidente convidou as Secções do Ultramar e Marinha Mercante a proceder ás respectivas eleições; e fechou a Sessão, dando para ordem da seguinte o parecer da Secção do Ultramar, que ha pouco foi lido, e os trabalhos que houverem sobre a mesa.

Sala das Sessões, 16 de Janeiro de 1843. — O Secretario, *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.*

SESSÃO 2.^a

Presidencia do Ex.^{mo} Sr. Vice-Almirante, Antonio Manoel de Noronha.

Aberta a Sessão, foi lida e approvada a acta da antecedente.

O Sr. Presidente disse que, em conformidade da autorisação, que lhe fôra dada na ultima Sessão, havia, de accordo com o Ex.^{mo} Ministro d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, nomeado aos Socios, os Sr.^s João da Costa Carvalho, e José Tavares de Macedo, para, com o Official Maior daquella Secretaria d'Estado, tratarem dos assumptos sobre que versa o Officio do mesmo Ex.^{mo} Ministro, lido na referida Sessão.

Expediente. — Uma carta do Ex.^{mo} Sr. Visconde de S. Leopoldo, Presidente do Instituto Historico e Geografico Brasileiro, e residente no Rio de Janeiro, agradecendo o diploma de Socio honora-

rio, que lhe foi enviado, a qual S. Ex.^a conclue, dizendo: «que se reputará venturoso, se poder contribuir para os fins desta Associação, da qual virá tanto nome e utilidade a Portugal.»

Outra do Ill.^{mo} Sr. Conego Januario da Cunha Barbosa, Secretario Perpetuo do mesmo Instituto, que tem por objecto igual agradecimento, e em identicos obsequiosos termos.

Deu mais conta o Secretario, Louzada de Araujo, que sobre a mesa estavam os n.^{os} 14 e 15 da Revista Trimensal, offerta continuada do Instituto, recebidos por mão do nosso Socio, o Sr. Antonio Lopes da Costa e Almeida.

O Sr. Sub-Secretario, Marques Pereira, leu uma carta do Sr. Duarte Leão Cabreira, agradecendo a sua admissão para Socio effectivo; e duas propostas: uma do Sr. Antonio Lopes da Costa e Almeida, para que se envie, gratuito, o diploma de Socio effectivo ao Guarda-Marinha Constructor, o Sr. Ricardo Bibiano de Moraes, acompanhado de uma carta em que se agradeçam os valiosos serviços, que generosamente ha feito á Associação, na cópia de mappas geograficos, e desenhos importantes. Outra da Commissão Permanente de Estatistica, que, por se achar mui reduzida, pela ausencia de quasi todos os seus membros, em serviço, propõe que sejam convidados a fazer parte da mesma Commissão, os Socios, os Sr.^s José Joaquim Lopes de Lima, Joaquim Antonio de Moraes Carneiro, João Maria Ferreira do Amaral, Visconde da Torre Bella, Pedro Alexandrino da Cunha, José Tavares de Macedo, e Duarte Leão Cabreira.

O Sr. Lopes de Almeida pedio a urgencia da sua proposta; e, depois de um breve debate, em que tomaram parte os Sr.^s Costa Carvalho, Presidente, e Nolasco da Cunha, foi este requerimento rejeitado, e ficou a proposta para segunda leitura.

O Sr. Possollo deu, em seguida, algumas explicações ácerca do merecimento do proposto, e dos serviços por elle prestados á Associação, que o tornam, em sua opinião, digno da honra que se lhe quer fazer.

O Secretario, Louzada de Araujo, pedio, por parte da Commissão Permanente de Estatistica, a urgencia da proposta desta Commissão, expondo os motivos que a exigiam; e, sendo esta approvada, bem como a mesma proposta, foram declarados membros daquella Commissão os Sr.^s alli indicados.

O Sr. Kol participou que a Secção do Ultramar havia eleito, Presidente, ao Ex.^{mo} Sr. Joaquim José Falcão, Relator, ao Sr. José Tavares de Macedo, e Secretario, ao mesmo Sr. Kol; e para membros da Commissão de Redacção aos Sr.^s Visconde de Torre Bella, e José Tavares de Macedo.

O Sr. Sub-Secretario, Marques Pereira, deu conta que a Commissão Administrativa, novamente eleita, se havia reunido e installado.

O Sr. Costa Carvalho disse que o Socio, o Ex.^{mo} Sr. Joaquim

José Falcão, o encarregara de significar ao Sr. Presidente, e á assembléa que, pelas suas muitas occupações, lhe não era possível comparecer na presente Sessão; e communicou mais o mesmo Sr. que, pela carta que recebera do Socio, o Sr. José Maria de Sousa Monteiro, Secretario do Governo Geral da provincia de Cabo Verde, este Sr. lhe pedia agradecesse á Associação a honra de o haver recebido Socio effectivo; assegurando que brevemente lhe remetteria importantes documentos estatisticos daquelle archipelago.

Correu o escrutinio, e foi unanimemente approvada a admissão, para Socio effectivo, do Sr. Manoel Luiz dos Santos, Constructor Naval Portuguez, proposto pelo Sr. João Maria Ferreira do Amaral.

Ordem da noute. — Parecer da Secção do Ultramar sobre a proposta do Secretario, Louzada de Araujo, que tem por fim que a Associação dê um voto de agradecimento ao Sr. J. J. Lopes de Lima, Governador Geral Interino dos Estados da India, pelo acerto e desvelo com que tem melhorado a educação publica daquelles povos; e se levem a effeito os requerimentos exarados no fim da Memoria publicado em o 1.º Numero da 2.ª Serie dos Annaes, na parte que não estiverem já prevenidos pelas disposições daquelle Governador, a tal respeito. — A Secção é de parecer que esta proposta se approve; sendo de opinião contraria o seu Secretario, o Sr. Kol, quanto á 2.ª parte da mesma proposta; a qual, sendo sustentada pelo seu autor, pediu este que, votando-se a 1.ª parte, se sobreestasse na dicussão da 2.ª, até que fosse presente o Sr. Lopes de Lima, visto ser já membro desta Associação, o qual muito deverá esclarecer o seu importante assumpto. O Sr. Amaral produziu algumas reflexões, pelas quaes julgou conveniente que por ora se não tratasse da 1.ª parte da proposta. O Sr. Kol, depois de historiar o que deu causa á grande demora que esta proposta teve na Secção, adduzio os motivos por que se desviára do parecer, quanto á 2.ª parte; e sendo o adiamento apoiado pelo mesmo e outros Socios, e posto á votação, foi approvado. Suscitou-se a duvida se este adiamento era indefinido, decidio-se que não; mas só em quanto prevaleciam as circumstancias que o motivavam, ponderadas na discussão.

O Secretario, Louzada de Araujo, relatou os tramites seguidos na proposta do Sr. Lopes d'Almeida, sobre as habilitações dos pilotos dos navios mercantes, do que fôra encarregado em Sessão de 19 de Dezembro ultimo; e em consequencia o Sr. Presidente declarou que, conforme ao que se acha resolvido pela assembléa, em Sessão de 6 de Junho, e 6 de Julho proximo passado, nomeava aos Sr.ªs João da Costa Carvalho, João Maria Ferreira do Amaral, João Pedro Nolasco da Cunha, Antonio Lopes da Costa e Almeida, e Lourenço Germack Possollo, para comporem a Commissão que deve coordenar, e publicar nos Annaes, o systema mais adequado para se conseguir a perfeição dos pilotos, sem o grave inconveniente de se encarecer a navegação, como fôra votado naquellas Sessões.

A requerimento do mesmo Secretario, o Sr. Presidente convidou a Comissão que, por parte da Associação, assistio ás experiencias que se fizeram, sobre a utilidade do cinturão que lhe foi apresentado, em Sessão de 5 de Dezembro, para como boia salvar de affogamento aos que não souberem nadar, a enviar o relatório daquellas experiencias com o seu juizo ácerca daquelle apparelho, e mais circumstancias que convenham publicar-se nos Annaes, em beneficio da humanidade. O Sr. J. P. Nolasco da Cunha, que fez parte desta Comissão, informou que um dos seus membros estava ausente, em serviço, e outro, o Sr. Amaral, não assistira, pelo mesmo motivo, ás experiencias alludidas; e em consequencia o Sr. Presidente nomeou os Socios, os Sr.^s Major General da Armada e Joaquim Maria Bruno de Moraes, para, com o mesmo Sr. Nolasco da Cunha, satisfazerem a este importante objecto.

O Sr. Presidente fechou a Sessão, dando para ordem da seguinte a proposta do Sr. Lopes de Almeida, e os trabalhos que houverem sobre a mesa.

Sala das Sessões, em 6 de Fevereiro de 1843. — O Secretario, *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo*.

SESSÃO 3.^a

Presidencia do Ex.^{mo} Sr. Vice-Almirante, A. M. de Noronha.

Aberta a Sessão, leu-se e approvou-se a acta antecedente.

Expediente. — Um Officio do Sr. Conselheiro, Antonio Joaquim Gomes de Oliveira, transmittindo, de ordem do Ex.^{mo} Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, para conhecimento da Associação, oito exemplares de quatro annuncios maritimos, de 6, 18, 19, e 24 de Janeiro ultimo, o segundo dos quaes, ácerca da navegação do rio *Hughly*, fôra communicado ao Consul Geral de Portugal em Londres pela Companhia da India Oriental, e os outros tres pela Comissão dos Pilotos. — Á Comissão de Redacção.

Uma carta do Sr. Manoel Luiz dos Santos, em que agradece a sua admissão a Socio effectivo.

O Secretario, Louzada de Araujo, pedio a palavra e fez uso della para participar á assembléa que, cumprindo-lhe communicar ao nosso distincto Socio, o Eminentissimo Sr. Patriarcha, Arcebispo Eleito de Lisboa, a sua eleição para Presidente da Comissão de Redacção, satisfizera pessoalmente a este dever, fazendo tambem parte da Deputação que a Comissão nomeara para, em seu nome, cumprimentar S. Em.^a, que se dignou a todos receber com aquella affabilidade que lhe é propria, hourando a Deputação com a distincção com que S. Em.^a sabe sempre acolher todos os alumnos de Asso-

ciações de utilidade publica; e significando-lhes o quanto preza considerar-se membro da Associação Maritima e Colonial de Lisboa, e o quanto vivamente se acha penhorado pelas provas de consideração e benevolencia que a Associação constantemente lhe tem dado, lhe vota, e á Commissão, os seus mais puros agradecimentos; desejando efficazmente cooperar para o bem que da sua instituição e trabalhos vai resultando ao paiz. Em seguida, o Sr. Presidente propoz que na acta se mencionasse, que a assembléa recebera com especial apreço as obsequiosas expressões de S. Em.^a, e assim foi unanimemente decidido.

O Sr. Lopes de Lima, em uma breve allocução, agradeceu a distincção com que fôra recebido e votado Socio effectivo; e lisongeando a Associação com os termos mais proprios do seu reconhecimento, protestou coadjuval-a em tudo quanto ao seu alcance esteja, e lhe for incumbido: passando depois a expôr o energico e verdadeiro quadro do estado decadente do commercio de nossas possessões ultramarinas, as causas que o amofinam e matam, e a falta de recursos em todas ellas, sem os quaes se vê impossivel trazel-o á vida, mandou para a mesa uma proposta, que tem por fim a nomeação de uma Commissão que redija e apresente as bases sobre as quaes convem que se organizem companhias mercantes e agricolas, para as diversas possessões portuguezas, a fim de se solicitar do Governo de Sua Magestade e do corpo do commercio portuguez a organização de taes companhias.

Ficou para segunda leitura.

O Sr. Pedro Alexandrino da Cunha apresentou e offereceu algumas amostras de productos da costa da Africa occidental, e entre ellas de algodão, produzido já em o novo estabelecimento de Mossamedes, que entende ser de summa importancia para a industria e commercio. O mesmo Sr. disse que, achando-se nomeado para commandar a estação naval de Angola, alli offerecia os seus serviços á Associação, e contava prestar-lhos, e fazer-lhe novas remessas, com as quaes podesse lançar os primeiros fundamentos de um gabinete dos productos e raridades daquelle continente. A inspecção destes objectos, e especialmente do algodão do novo estabelecimento de Mossamedes, que se observou ser mui alvo e de superior qualidade, suscitou uma conversação, na qual o Sr. Presidente deu longos e curiosos esclarecimentos sobre a importancia das produções daquellas possessões, de que poderemos tirar grandes proveitos, e modo de fazer prosperar os seus diferentes ramos, e das providencias que, a esse respeito, deu durante o seu governo em Angola; o que tudo tornou muito interessante esta Sessão, e muito illustrou o assumpto.

O Secretario, Louzada de Araujo, propoz se votassem mui especiaes agradecimentos ao digno Socio, o Sr. Pedro Alexandrino da Cunha, pelas offertas que vinha de fazer á Associação, prova

do interesse que tomava em coadjuval-a a seus importantes fins. Esta proposta foi approvada por acclamação.

O mesmo Sr. P. A. da Cunha pediu, e o Secretario Louzada de Araujo, deu explicações ácerca da proposta por este apresentada, a fim de que aos Socios que sahirem para o Ultramar se dê um *Album*, no qual hajam de lançar as informações estatisticas, que possam colher sobre qualquer dos objectos do programma da Associação, requerendo aquelle Sr. lhe fosse dado este *Album* pelo considerar de grande vantagem.

O Secretario, Louzada de Araujo, leu duas propostas suas, que ficaram para segunda leitura; e estando a hora bastante adiantada o Sr. Presidente fechou a Sessão, dando para ordem da immediata a proposta do Sr. Lopes de Almeida, adiada da presente Sessão, e segundas leituras.

Sala das Sessões, em 20 de Fevereiro de 1843. = O Secretario, *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.*

ERRATAS.

A pag. 15 do Numero antecedente, lin. 21, onde se lê = *lhes pertencessem*, lêa-se = *lhe pertencessem*.

A pag. 24, onde se lê = *Balagata*, lêa-se = *Balagate*.

PARTE OFFICIAL.

REPARTIÇÃO DA MARINHA E DO ULTRAMAR.

DISPOSIÇÕES GOVERNATIVAS.

FEVEREIRO DE 1843.

1. PORTARIA á Commissão encarregada da organização das alfandegas do Ultramar. — Remettendo-lhe cópias das Portarias de 11 de Novembro proximo passado, do Governador da India, sobre a cobrança de rendas, e sobre igualar, em todas as alfandegas das Novas Conquistas, os direitos do sal, coco, copra, etc.

2. PORTARIA. — Mandando augmentar a guarnição do brigue *Téjo* com dez praças de marinagem, visto que o dito Brigue tem a estacionar-se nos mares da China, onde será muito difficil preencher a sua guarnição das praças de marinagem, que lhe vierem a faltar por motivo de morte ou deserção.

3. PORTARIA. — Mandando que seja posto em liberdade o Aspirante a Guarda Marinha, João Eulalio de Mendonça, visto que, pelo Conselho d'Investigação a que se mandou proceder, não foi julgado procedente o crime imputado ao dito Aspirante.

Idem. PORTARIA ao Governador de Macáo. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de 27 de Janeiro proximo passado, que promoveu a Alferes para o batalhão de Timor, a José Joaquim da Silva Corrêa, o qual deve embarcar no brigue *Téjo*.

Idem. ORDEM GERAL N.º 397. — Ordenando-se-me em Portaria de 30 do mez passado, que á vista do estado de ruina em que se achou toda a machina do vapor *Terceira*, o que visivelmente é devido não só aos effeitos do tempo, mas ao pouco zelo dos Officiaes e mais encarregados daquelle navio, o que obriga a Fazenda Publica a despendar sommas consideraveis para o concerto da dita machina, assim como do desleixo que se dá tambem em outros navios, de bordo dos quaes têm desembarcado, em estado de ruina, tantos generos como sobrecellentes, fizesse prevenir a continuação de taes abusos pela renovação das ordens já expedidas a tal respeito, e por meio de todas aquellas que julgasse ainda necessarias, na certeza que inexoravelmente se carregará nas contas dos Officiaes ou empregados menos zelosos, todo o prejuizo que á Fazenda resultar,

pela falta de cumprimento dos seus deveres, na arrecadação e conservação dos objectos que se lhes confiam; V. S.^a assim o fará constar aos Srs. commandantes dos navios armados. Por esta occasião novamente recommendo aos Srs. commandantes dos navios armados, tenham o maior cuidado na conservação dos mantimentos e sobrecellentes, que embarcarem a bordo dos navios dos seus commandos, arrojando-os, beneficiando aquelles que disso precisarem, e reservando-os da humidade, para o que deverão, tanto no mar, como nos portos, quando as circumstancias o permittirem, passar-lhes amiudadas revistas. — Quartel General da Marinha, 3 de Fevereiro de 1843. — *Manoel de Vasconcellos Pereira de Mello*, Major General. — Sr. Domingos Fortunato do Valle, Capitão Tenente, commandante da brigue *Têjo*.

4. PORTARIA ao padre Jeronymo José da Matta. — Autorisando-o para engajar alguns ecclesiasticos e estudantes para irem para as missões da China.

Idem. OFFICIO á Camara dos Deputados. — Enviando-lhe a relação nominal de todos os Officiaes promovidos das provincias ultramarinas, desde Janeiro de 1840 até Dezembro de 1842.

6. DECRETO. — Promovendo á effectividade do posto de Tenente Coronel da extincta Brigada de Marinha, o Tenente Coronel graduado da mesma extincta Brigada, D. Duarte da Costa de Sousa Macedo.

9. PORTARIA ao Governador de Macáo. — Para fazer proceder a um Conselho de Investigação, para se saber quaes foram os Officiaes e praças do batalhão *Principe Regente* implicados na revolta do dia 24 de Junho do anno passado.

Idem. PORTARIA ao Governador de Solor e Timer. — Remettendo-lhe cópia de um artigo das instrucções dadas ao Governador de Macáo.

11. DECRETO. — Attendendo ao que, em seus requerimentos, me representou Ricardo José Rodrigues França, pedindo lhe fossem applicaveis as disposições do Decreto de 4 de Março de 1842, pelo qual fui servida amnistiar os Officiaes do batalhão n.º 6, que se involveram na revolta do mesmo batalhão, em Agosto de 1840: hei por bem, tendo ouvido o Conselho d'Estado, ampliar as disposições do mencionado Decreto tanto ao supplicante, como a quaesquer outros individuos do Corpo d'Armada, que se hajam involvido nos acontecimentos politicos occorridos nesta capital no dia 11 d'Agosto de 1840, levantando-lhes notas que tiverem, por tal motivo, em seus assentamentos. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar o tenha assim entendido e faça executar. Paço das Necessidades em 11 de Fevereiro de 1843. — RAINHA. — *Joãoquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Para abonar o pagamento de 76\$800 réis á administração da Casa Pia, pela

manutenção dos alumnos do Ultramar, pertencentes ao mez de Janeiro do corrente anno.

13. OFFICIO ao Ministerio da Guerra. — Para convidar alguns officiaes inferiores para servirem em Sargentos em Cabo Verde.

Idem. OFFICIO. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Queixando-se o Capitão do porto da Figueira de chegarem muito tarde ao seu conhecimento as participações dos naufragios, que succedem na parte da costa a seu cargo, ommissão esta devida ás autoridades a quem compete fazer taes communicações, e que muito retarda a admiñistração dos precisos soccorros, tanto para a salvação dos navios, e mo das vidas e fazendas; rogo a V. Ex.^a que, tomando este negocio na séria consideração que merece, se sirva fazer expedir as suas ordens ao Governador Civil do districto da Figueira, bem como a todos os mais dos districtos do litoral do reino, para que, pelas autoridades suas subordinadas, se façam sempre promptas e immediatas participações aos respectivos Capitães dos portos, de quaesquer naufragios que aconteçam e de que haja conhecimento nos mesmos districtos, para assim poderem ter logar aquellas providencias que forem possiveis. Deos guarde a V. Ex.^a Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar em 13 de Fevereiro de 1843. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino. = *João José Falcão*.

14. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Remettendo-lhe cópias dos papeis relativos á nullidade do processo da escuna *Nympha*.

15. DECRETO. — Promovendo aos postos de Segundos Tenentes Engenheiros Navaes, os Aspirantes a Engenheiros Constructores, Gregorio Nanziazeno do Rego, e Ricardo Bibiano de Moraes, designados para irem a paizes estrangeiros adquirir mais extensos conhecimentos da sua profissão, ficando esta graça sem effeito, quando, em resultado, não apresentem um conhecido aproveitamento daquelles estudos a que se vão dedicar.

Idem. DECRETO. — Sendo necessario regular o serviço da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, definindo convenientemente as attribuições e deveres de seus respectivos empregados, e facilitando, por esta fôrma, o melhor processo e mais prompto expediente dos multiplicados negocios que estão a cargo desta Repartição: hei por bem determinar que na referida Secretaria d'Estado se observe o Regulamento que deste Decreto faz parte, e que com elle baixa, assignado pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar. O mesmo Ministro e Secretario d'Estado o tenha assim entendido e faça executar. Paço das Necessidades em 15 de Fevereiro de 1843. = RAINHA. = *João José Falcão*. (*)

(*) Em occasião opportuna publicaremos o Regulamento.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Remettendo-lhe um exemplar, aqui feito, do orçamento daquella provincia, para que, comparadas as suas verbas com as do apresentado pelo mesmo Governador, se façam áquelle as notas necessarias, declarando as razões por que as suas verbas devem ser alteradas.

16. OFFICIO ao Secretario da Camara dos Deputados. — Remettendo-lhe cópia da Portaria e do Officio da Junta da Fazenda Publica da India, ácerca da autorisação para a venda de Bens Nacionaes.

Idem. OFFICIO ao commandante do Batalhão Naval. — Communicando-lhe o não poder ter logar a pertença do Alferes Theotónio Maria Coelho Borges, que pedia o despacho de Tenente para o Estado da India.

17. PORTARIA ao Governador de Cabo Verde. — Remettendo-lhe as primeiras vias de conhecimentos de alguns objectos remettidos para Cabo Verde; para a escuna *Ariête*.

Idem. PORTARIA. — Nomeando para commandante da curveta *Urania* o Capitão Tenente d'Armada, Pedro Alexandrino da Cunha, afim de passar logo a tomar conta do dito navio, que brevemente deve sahír em Comissão especial.

18. DECRETO. — Tendo subido á minha Real Presença uma proposta para a creação de uma Companhia Commercial, denominada *Africana Portuguesa*, com o fim de melhorar o estado actual das possessões portuguezas da Africa, promovendo, pelo desenvolvimento do seu commercio, industria, agricultura, e navegação, a abertura das fontes da sua natural riqueza, e facilitando por este modo o progresso da sua civilisação; e sendo conveniente que, em assumpto de tanta importancia, e que pelo seu objecto merece a minha mais particular attenção, se verifique, pelo maduro exame da mesma proposta, se com a sua adopção se alcançarão os fins a que ella se dirige: hei por bem ordenar que uma Commissão, composta do Conselheiro Procurador Geral da Corôa, José de Cupertino de Aguiar Ottolini, do Conselheiro Procurador Geral da Fazenda, Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão, dos Deputados da nação, Bernardo Miguel de Oliveira Borges, e João Ferreira dos Santos Silva, do Capitão de Fragata reformado, Bento José Cardozo, do Negociante, Manoel Gonçalves Ferreira, do Chefe de Repartição do Thesouro Publico, José Francisco Morato Roma, e do Primeiro Official do mesmo Thesouro, José Tavares de Macedo, e que será presidida pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, proceda ao indicado exame da referida proposta, e me dê o seu parecer sobre ella, offerecendo os additamentos, alterações, ou substituições, que o seu zelo e intelligencia lhe aconselhar deverem fazer-se, para que com a adopção daquella proposta se consigam as vantagens promettidas, ficando garantida a sua execução.

O mesmo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar o tenha assim entendido e faça executar. Paço das Necessidades em 18 de Fevereiro de 1843. = RAINHA. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA. — Sendo presente a Sua Magestade a RAINHA o Officio que, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, dirigio o Governador Geral da provincia de Cabo Verde, em data de 30 de Dezembro proximo passado, sob o n.º 378, remettendo a correspondencia que houve entre elle e o Juiz de Direito daquelle districto, sobre a remoção de quatro degradados da villa da Praia para as ilhas de S. Vicente e S. Nicoláo, ordenada por Portaria do mesmo Governador Geral, em Conselho de 30 de Setembro do dito anno, e contestada pelo referido Juiz de Direito: manda a mesma Augusta Senhora declarar, pela sobredita Secretaria d'Estado, que ao Governador Geral, em razão do seu cargo, e a quem incumbe o conhecimento das conveniencias da provincia, pertence o collocar os degradados, que deste reino vão para a mesma provincia, sem designação em suas sentenças de deverem cumpri-las neste ou naquelle ponto della, e é autorisado pelo § 4.º do artigo 109 do Codigo Administrativo, e como responsavel pela segurança e tranquillidade publica, a remover os degradados de uns locais para outros, quando se apresentem motivos de policia preventiva, que exijam taes remoções, como aconteceu no caso de que acima se trata; e que o mesmo Governador Geral ficará entendendo, e participará ás autoridades a quem o conhecimento destas disposições possa interessar. Paço das Necessidades em 18 de Fevereiro de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. OFFICIO. — Ill.º Sr. De ordem de S. Ex.ª o Ministro e Secretario d'Estado desta Repartição, tenho a honra de participar a V. S.ª, para seu conhecimento e effeitos necessarios, que, pelo Ministerio da Guerra, ficam expedidas as convenientes ordens para ficar á disposição de V. S.ª a parte do edificio extincto do Trem do Ouro, que requisitou, e a que allude a Portaria deste Ministerio de 6 do corrente mez. Deos guarde a V. S.ª Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar em 18 de Fevereiro de 1843. — Ill.º Sr. Intendente de Marinha da cidade do Porto. = *Antonio Jorge de Oliveira Lima*.

20. PORTARIA. — Havendo chegado ao conhecimento de Sua Magestade a Rainha as deploraveis circumstancias de algumas povoações do Riba-Têjo, em consequencia da extraordinaria cheia, que nestes dias ultimos as tem inundado, e desejando a mesma Augusta Senhora, em quanto se não dão ultteriores providencias, prover de prompto ás primeiras necessidades dos individuos que mais têm soffrido com esta calamidade: manda, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que o Inspector do Arsenal de Marinha faça immediatamente remetter ao Tenente Co-

ronel de Artilheria, José Joaquim Januario Lapa, um auxilio de mantimentos e combustivel semelhante ao que por esta Repartição se forneceu em Fevereiro de 1841, por um igual acontecimento, além de serem, pelo dito Tenente Coronel, distribuidos conforme as instrucções que lhe forem dirigidas pelo Ministerio do Reino: ficando o mesmo Inspector autorizado a enviar, aos pontos em que se julgar necessario, soccorros, de embarcações e gente, que lhe forem requisitados, dando de tudo parte a esta Secretaria d'Estado. Paço das Necessidades em 20 de Fevereiro de 1843. = *Joaquim José Falcão.*

Idem. OFFICIO ao Ministerio do Reino. — Remettendo-lhe a relação de 6 alumnos vindos de S. Thomé e Príncipe, para os fazer admittir na Casa Pia.

21. PORTARIA. — Sua Magestade a Rainha, a quem foi presente o Officio do Conselho d'Administração de Marinha, de 12 de Janeiro ultimo, propondo para o logar que se acha vago, de Secretario do dito Conselho, o Official Maior Graduado da extincta Junta da Fazenda da Marinha, José da Costa e Sousa, que já se acha servindo na respectiva Secretaria: manda, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, participar ao mesmo Conselho d'Administração da Marinha para sua intelligencia, e mais effeitos necessarios, que approvando a dita sua proposta; ha por bem nomear o sobredito Official Maior Graduado, José da Costa e Sousa, para o logar que se acha vago de Secretario, unicamente com o ordenado de 500.000 réis na conformidade da Lei de 16 de Novembro de 1841. Paço das Necessidades, em 21 de Fevereiro de 1843. = *Joaquim José Falcão.*

Idem. OFFICIO ao Ministerio da Guerra, e Portaria ao Inspector do Arsenal da Marinha. — Communicando-lhe o ficarem expedidas as ordens ao Inspector do Arsenal, para receber na Fabrica da Polvora 13000 arrobas da mesma para Angola, e 400 para Cabo Verde.

22. PORTARIA. — Manda Sua Magestade a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha, em additamento á Portaria de 20 do corrente mez, expedida ao Inspector do Arsenal da Marinha, que o mesmo Inspector faça remetter ao Tenente Coronel de Artilheria, José Joaquim Januario Lapa, 1.200 rações mais, para serem distribuidas pelas povoações do sul do Têjo, que têm sido victimas das ultimas cheias, como se tem praticado com as mais povoações do Riba-Têjo. Paço das Necessidades, em 22 de Fevereiro de 1843. = *Joaquim José Falcão.*

Idem. PORTARIAS ao Governador Geral da India, e ao Contador da Marinha. — Communicando-lhes o haver a Agencia Financial em Londres, remettido a quantia de 250 libras estrelinas para o fabrico da Fragata D. Fernando.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Approvando

a nomeação da Comissão para propor a reforma dos Seminarios de Chorrão e Rachol:

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Communicando-lhe que pelo primeiro navio de guerra ou mercante, lhe serão remettidos os artigos de velame e massaue para a Fragata D. Fernando 2.º

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Communicando-lhe que a collocação do Capitão Tenente Torcato José Marques no Arsenal da Marinha, se deve considerar temporária.

Idem. PORTARIA á Junta da Fazenda d'Angola. — Approvando a ordem por ella dada á sua delegação em Benguella, para fazer pagar ao Governador o que indevidamente tiver recebido.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Remettendo-lhe vinte e quatro documentos da despeza feita em Loanda e Benguella com a charrua *Princepe Real*.

23. OFFICIO ao Ministerio da Guerra. — Pedindo 2.000 armamentos completos de Infantaria, e 10 a 12 mil poderneiras, para o Exercito da India.

Idem. CIRCULAR. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. A Commissão creada por Decreto de 17 de Outubro do anno proximo passado, para promover os meios de erigir um monumento á memoria de Sua Magestade Imperial o Senhor Duque de Bragança, dador, e restaurador da Carta Constitucional, e da Liberdade da Nação Portuguesa, havendo convidado a S. Ex.^a o Ministro e Secretario d'Estado desta Repartição, para promover pela Repartição a seu cargo, e pelas que lhe estão subordinadas uma subscrição, á qual possam concorrer os respectivos empregados, que de sua livre, e espontanea vontade queiram contribuir para tão patriótico fim. O mesmo Ex.^{mo} Sr. me encarrega de assim o participar a V. Ex.^a para seu conhecimento, e dos mais empregados da sua Repartição, esperando que todos á porfia pelos seus sentimentos verdadeiramente portuguezes concorram para que se pague esta divida tão nacional, inscrevendo seus nomes em a inclusa folha de subscrição que V. Ex.^a se servirá devolver a esta Secretaria d'Estado. Deos Guarde a V. Ex.^a Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, em 23 de Fevereiro de 1843. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Major General d'Armada. = Antonio Jorge de Oliveira Lima.

Identicas se expediram ás mais autoridades dependentes deste Ministerio.

Idem. PORTARIA ao Governador d'Angola. — Approvando a deliberação que tomou de fazer demorar por mais algumas semanas o Brigue *Audaz*.

25. PORTARIA. — Sua Magestade a Rainha, a quem foi presente o Officio do Major General da Armada em data de 21 do corrente, participando haver-se-lhe apresentado o Segundo Tenente da Armada, Mathias Antonio de Azevedo Martins, a quem por Porta-

ria de 29 de Dezembro ultimo, foi mandada pôr nota de desertor, porque pertencendo elle á guarnição da Curveta *D. João* 1.º, e tendo ficado em terra, no Rio de Janeiro, quando este navio seguiu viagem daquelle porto para esta Capital, nunca fez communicação alguma ao Quartel General da Marinha dos motivos que o obrigaram a ficar em terra; manda pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, que o referido Official responda a Conselho de Guerra; devendo para este fim o mesmo Major General nomear os Officiaes, que hão de compôr o Conselho. Paço das Necessidades em 25 de Fevereiro de 1843. — *Joaquim José Ealcão*.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Approvando a dissolução da Mesa da Misericordia de Goa.

Idem. OFFICIO ao Ministerio da Guerra, e Portaria ao Contador Geral da Marinha. — Participando-lhes o ter fallecido em Goa o Commandante do Batalhão Expedicionario, Francisco Maria de Magalhães.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Approvando as disposições que fez, quando partio a visitar as praças de Damão e Diu.

27. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Remettendo-lhe certidão da Sentença proferida no Tribunal de 1.ª Instancia de Angola, relativa ao apresamento do Patacho *Nereida*, pelo Brigade de Guerra *Téjo*.

Idem. PORTARIA. — Sendo presente a Sua Magestade a Rainha, o Officio do Governador Geral do Estado da India n.º 407 de 21 de Novembro proximo passado, pedindo approvação da Portaria n.º 1431, estampada no Boletim n.º 51 de 14 do dito mez, na qual, em conformidade com o parecer da Commissão permanente d'Alfandega da Cidade de Pangim, emittido em seu Officio de 29 de Agosto de 1842, e tabella por ella approvada, relativamente á cobrança da renda de mantimentos, especiarias, classificação de boticas, e matricula de botiqueiros existentes nas ilhas de Goa, ordenou, ouvido o Conselho de Governo, que a cobrança da dita renda seja feita por semestres, e segundo a matricula feita na Alfandega, pelo que respeita ao 1.º semestre, e d'ahi por diante conforme a mencionada tabella, sendo os botiqueiros obrigados a pagar um quartel adiantado, antes de se lhes entregar a competente licença: manda a mesma Augusta Senhora, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, communicar ao referido Governador Geral, para seu conhecimento, e effeitos convenientes, que houve por bem approvar as disposições das referidas Portarias. Paço das Necessidades, em 27 de Fevereiro de 1843. — *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA. — Sendo presente a Sua Magestade a Rainha, o Officio do Governador Geral do Estado da India n.º 407 de 21 de Novembro proximo passado, pedindo approvação da Portaria n.º 1438, estampada no Boletim n.º 51 de 14 do dito mez, na qual,

em conformidade com o parecer da Commissão permanente das Pautas da Alfandega daquelle Estado, emittido em seu officio de 3 de Agosto de 1842, relativos aos direitos de coco, sal, cópra, cereaes, legumes, e sementes; ordenou, ouvido o Conselho de Governo, que em todas as Alfandegas das Novas Conquistas se cobrem direitos daquelles generos, segundo as tabellas n.^{os} 1 e 2, annexas á referida Portaria: manda a mesma Augusta Senhora pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, communicar ao referido Governador Geral para seu conhecimento e effeitos convenientes, que houve por bem approvar as disposições da citada Portaria. Paço das Necessidades em 27 de Fevereiro de 1843. — *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA. — Sua Magestade a Rainha, attendendo ao que lhe representaram Domingos de Sousa, e mais doze mestres de barcos de pesca do Algarve, que retidos no Têjo em consequencia do rigor da estação se acham reduzidos a mendigarem o seu sustento, e de suas familias, e companhas; manda, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, participar ao Inspector do Arsenal da Marinha, que nesta mesma data fica autorizado o Contador Geral da Marinha, para pôr á sua disposição a quantia de 31\$200 réis, que fará distribuir pelos sobreditos mestres na razão de 2\$400 réis a cada um. Paço das Necessidades, em 27 de Fevereiro de 1843. — *Joaquim José Falcão*.

Idem. OFFICIO. — Ill.^{mo} Sr. De ordem de S. Ex.^a o Ministro e Secretario d'Estado desta Repartição, sirva-se V. Ex.^a informar o que se lhe offerecer sobre o objecto do incluso Officio (que devolve-rá) do Governador Civil do districto da Horta, em data de 13 de Janeiro proximo passado, no qual, tendo em vista os principios de economia, representa sobre a necessidade de se conservar um pequeno navio do Estado, permanentemente no serviço do Archipelago dos Açores, ás ordens dos respectivos Governadores Civis, de common accordo entre si, e de intelligencia com as mais Autoridades Militares, e Fiscaes. Deos Guarde a V. Ex.^a, Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, em 27 de Fevereiro de 1843. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Major General da Armada. — *Antonio Jorge de Oliveira Lima*.

DISPOSIÇÕES GOVERNATIVAS ANTERIORES.

OUTUBRO DE 1842.

26. PORTARIA. — Continuando a affluir nesta Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, grande numero de requerimentos de Officiaes do Exercito do Estado da India sem serem remettidos pelas vias, e com as informações competentes, não obstante a expressa determinação da Portaria Circular de 31 de Agosto de 1836; e sendo necessario remover por uma vez os inconvenientes, e embaraços que de semelhante abuso resultam; manda Sua Magestade a Rainha, pela mesma Secretaria d'Estado, que o Governador Geral do referido Estado, suscitando a inteira e rigorosa observancia da citada Portaria, declare em Ordem do dia, que os requerimentos que á Real Presença de Sua Magestade não forem dirigidos na fôrma alli ordenada, não serão tomados em consideração alguma: Paço das Necessidades em 26 de Outubro de 1842. = *Joaquim José Falcão.*

Idem. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de 20 do corrente, approvando a instituição da Associação Piedosa de Macáo.

Idem. OFFICIO a Miguel Ferreira da Costa. — Para remetter a proposta, e mais papeis relativos ao melhoramento da administração e commercio das possessões da costa de Guiné, que se remetteram á Camara dos Srs. Deputados em 22 de Junho de 1839.

Idem. PORTARIA ao Governador de S. Thomé e Príncipe, e Officios a Joaquim José Cardoso de Sá, e Portaria a Joaquim de Azevedo Lima. — Remettendo-lhes cópia do Decreto de 20 do corrente, nomeando para Juiz de Direito daquela provincia, ao dito Cardoso de Sá, e exonerando deste logar a Joaquim de Azevedo Lima.

27. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Para designar ao mestre de primeiras letras José Antonio da Silva Junior a cadeira que deve occupar; e que previna a Junta de Fazenda, de que a este foi concedida a faculdade de pagar os direitos de mercè, pelo desconto da quarta parte de seus vencimentos.

Idem. PORTARIA ao Inspector do Arsenal. — Approvando as condições com que se obrigam os carpinteiros de machado, Francisco Ferreira, e José Maria, de irem á costa d'Africa fazer corte de madeiras.

29. PORTARIA á Junta de Fazenda de Cabo Verde. — Para que dos 8.000\$000 réis com que suppre as praças de Bissáo e Cacheu, applique 4.400\$000 a Bissáo, e 3.600\$000 réis a Cacheu.

31. PORTARIA a Antonio dos Santos Chaves, Governador no-

meado para Cacheu. — Remettendo-lhe as instrucções, pelas quaes se deve reger no exercicio do seu Governo.

NOVEMBRO.

3. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Approvando as respostas dirigidas aos Principes de Congo, relativas á guerra civil daquelle paiz, e soltura do Principe D. Aleixo a que não annuo.

Idem. OFFICIO ao Ministerio da Guerra, e Portaria ao Contador Geral da Marinha. — Para que ordene ao Director da Escola Polytechnica faça matricular o alumno por Macáo, José Aleixo Fernandes.

5. PORTARIA á Junta de Fazenda de Cabo Verde. — Para pagar a Antonio dos Santos Chaves a quantia de 183\$280 réis de objectos pertencentes ao Culto Divino.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Approvando o que se contratou com Manoel Antonio Martins, garantindo-lhe os adiantamentos que tem feito de 2.000\$000 de réis mensaes á provincia, e dando-lhe por hypotheca a urzella até que se ache ultimado o contracto da mesma.

7. OFFICIO a José Antonio da Silva Junior. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de Junho ultimo, que o nomêa mestre de primeiras letras na provincia de Cabo Verde.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Moçambique. — Para que todas as autoridades a quem esta Portaria fôr apresentada, prestem ao Doutor Peters, naturalista de Berlim, o auxilio e esclarecimentos de que carecer.

Idem. OFFICIO ao Major General d'Armada. — Remettendo-lhe a relação dos individuos que devem seguir viagem para S. Thomé e Principe.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Para mandar fazer os arranjos necessarios a bordo do Brigue Brasileiro *Prudencia*, para serem transportados á ilha de S. Thomé e Principe 20 degradados.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Para fazer responder a Conselho de Guerra, o Capitão Joaquim Camillo Lellis Ferreira, por ainda não cumprir as reiteiradas ordens de seus superiores.

8. OFFICIO a Ambrosio José Cordeiro. — Remettendo-lhe cópia do Decreto do 1.º de Abril do corrente anno, que o restitue ao seu antigo logar de Director d'Alfandega da ilha de S. Thiago de Cabo Verde.

9. PORTARIAS ao Procurador Geral da Coróa e Fazenda do Estado da India, ao Presidente da relação de Góá, e ao Governador Geral do mesmo Estado. — Communicando-lhes, o não ter usado Sua Magestade da sua Real clemencia, para com os réos Asslem Dulá, e Payan, condemnados pelo crime de revolta a bordo da Escuna Hollandeza *Harriot*.

Idem. PORTARIAS ao Procurador Geral da Corôa e Fazenda do Estado da India, ao Presidente da relação de Gôa, e ao Governador Geral do mesmo Estado. — Communicando-lhes, que Sua Magestade não usou da sua Real clemencia para com o réo Bento Barreto, pelo homicidio commettido na pessoa de Caelano Moraes.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India, e Officio a Vicente Emygdio Garcia. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de 25 de Outubro que nomêa o dito Garcia, para a serventia vitalicia de Sub-Director d'Alfandega de Assolná.

Idem. OFFICIOS ao Ministerio da Fazenda, e ao Ministerio da Justiça. — Remettendo-lhes cópia das condições do contracto feito com José Ignacio de Seixas, para serem conduzidos a bordo do seu navio *Afonso de Albuquerque*, 300 passageiros por conta do Estado.

10. PORTARIA ao Governador de S. Thomé e Principe. — Autorisando-o para organizar a tropa daquella provincia.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde, e Officio a Aloisio de Rola Dziezaski. — Remettendo-lhes cópia do Decreto de 3 do corrente, que gradua no posto de Tenente Coronel o dito Dziezaski.

11. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Remettendo-lhe quatro conhecimentos dos objectos que se lhe remetteram pelo Brigue *S. Boaventura*.

PORTARIA ao Governador Geral da India. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de 7 do corrente dando por expiada a culpa com a prisão que tem soffrido, ao Tenente de Damão Francisco de Assis Henriques da Silveira.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de 7 do corrente, que commutou a pena de morte em 20 annos de trabalhos publicos ao soldado de Novo Redondo, Antonio Vicente.

12. OFFICIO ao Ministerio da Guerra. — Para que em lugar do Capitão Freire, nomeado para Major de S. Thomé e Principe, seja o Capitão Joaquim Militão Sardinha de Gusmão.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Para abonar aos alumnos por Gôa Joaquim José Lobato de Faria, e Augusto Cesar Reis e Villas Boas, a quantia de 12\$000 réis mensaes.

Idem. PORTARIA ao Governador de S. Thomé e Principe. — Remettendo-lhe as instruções da mesma data desta, pelas quaes se deve reger naquelle Governo.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Para abonar ao alumno por Gôa José Joaquim da Silva Corrêa, o pagamento das Matriculas na Escôla Polytechnica.

15. PORTARIA ao Governador de S. Thomé e Principe. — Remettendo-lhe duas Cartas Régias para o Governador interino, e Camara Municipal da ilha do Principe lhe darem posse do Governo.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de 5 do corrente, concedendo a exoneração do lugar de Cirurgião Mór do Batalhão de Loanda a João Ignácio de Barros.

Idem. PORTARIA á Junta de Fazenda de S. Thomé e Príncipe. — Autorisando-a para poder sacar letras sobre o Intendente da Marinha de Lisboa no caso de faltarem os recursos para as despesas daquella provincia.

Idem. PORTARIA ao Governador de Solor e Timor. — Para remetter todos os documentos comprovativos dos attentados commettidos pelo residente de Cupão na povoação de Larantuca em Solor, em 30 de Abril de 1838.

Idem. PORTARIA ao Governador de S. Thomé e Príncipe. — Remettendo-lhe cópia da Portaria desta data, enviada á Junta de Fazenda daquella provincia, autorisando a sacar letras sobre o Intendente da Marinha de Lisboa.

17. OFFICIO ao Governador Geral de Angola. — Remettendo-lhe tres cópias, dos Decretos que confirmam a Victoriano de Faria, em Capitão da 4.^a companhia de Ambaca, Florentino Mendes do Nascimento Machado, Alferes da 4.^a companhia do mesmo Districto, e José Joaquim de Almeida, em Alferes de Voluntarios de Loanda.

19. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Communicando-lhe, que por Decreto de 18 do corrente foi graduado no posto de Coronel, o Tenente Coronel do Batalhão de Voluntarios de Loanda, José da Costa Torres.

21. PORTARIA. — Manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha, e Ultramar, que o Governador Geral da provincia de Cabo Verde procure dar o desenvolvimento possivel á Portaria n.º 316, que trata das quintas experimentaes, pelo systema de Sinclair. Paço das Necessidades em 21 de Novembro de 1842. — *Joaquim José Falcão*.

Idem. OFFICIO ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros. — Rogando-lhe que nomeie um Commissario para tratar com o Governo Chinez algumas concessões para o augmento do commercio da Cidade de Macão.

22. OFFICIO a Joaquim Militão Sardinha de Gusmão, e Portaria ao Governador de S. Thomé e Príncipe. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de 17 do corrente, que o nomeia Major Commandante da força armada daquella provincia.

Idem. PORTARIA ao Governador de S. Thomé e Príncipe. — Para que logo que chegue áquella provincia, consulte a Junta de Fazenda, para retirar da circulação a moeda de cobre que alli corre por mais do seu valor intrinseco.

23. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Declarando, que ás Camaras Municipaes compete pela legislação vigente, nomear livremente os seus empregados.

Idem. PORTARIA á Relação de Goa. — Para se observar o Decreto de 30 de Março do corrente, relativo ás attribuições das autoridades do Ultramar, em quanto pelas Côrtes se não marquem as mesmas attribuições.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Remettendo-lhe cópia da Portaria acima mencionada.

Idem. PORTARIA. — Sendo presente a Sua Magestade a Rainha, que o Reverendo Superior e mais Padres do Collegio de S. José da Cidade do Santo Nome de Deos de Macáo, adquiriram por compra a ilha Verde, adjacente á mesma Cidade, e que nella têm feito consideraveis melhoramentos, tanto em beneficiar o terreno, como na edificação de casa, capella, e muro que a cerca, e defende dos estragos, que sem elle lhe causaria o mar; manda a mesma Augusta Senhora, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, louvar o dito Reverendo Superior, o Padre Joaquim José Leite, e mais Padres do mencionado Collegio, por haverem agricultado, e tornado util um terreno, que dantes estava em desprezo, e recommendar-lhes, que continuem a conserval-o, e melhoral-o, podendo applicar para isso algum residuo que lhes fique dos seiscentos tacs, que pelo Cofre de Macáo annualmente se pagam, para conservação, e reparo da Igreja, e casa collegial de S. José; e esta Portaria se registará nos livros do registo do Leal Senado da dita Cidade, e o original se conservará no archivo do sobredito Collegio de S. José. Paço das Necessidades em 23 de Novembro de 1842. = *Joaquim José Falcão.*

Idem. PORTARIA ao Governador de S. Thomé e Príncipe. — Remettendo-lhe dois conhecimentos dos objectos por elle requisitados para o serviço daquella provincia.

24. OFFICIO ao Governador Geral de Moçambique. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de 18 do corrente, que confirma no posto de Capitão, com exercicio de Quartel Mestre no Batalhão de Caçadores daquella provincia, Costodio José Affonso.

Idem. OFFICIO ao Governador Geral d'Angola. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de 19 do corrente, que confirma a Manoel Francisco Imperial, no posto de Capitão e Governador do Forte do Sul, em Benguella.

25. OFFICIO para o Governador de S. Thomé e Príncipe. — Para installar naquella provincia a Junta de Justiça, na conformidade do Decreto de...

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Louvando ao seu antecessor a boa administração no exercicio daquelle Governo.

26. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde, e Officio ao Inspector do Arsenal. — Communicando-lhes que pela Escuna *Cabo Verde* se remettem parte dos artigos da sua requisição de paramentos para a Igreja matriz da Villa da Praia.

Idem. PORTARIA ao Governador de Macão. — Para annular as disposições da Portaria de 22 de Dezembro de 1840, na parte relativa ao Presbítero José Joaquim Pereira de Miranda.

29. PORTARIA ao Governador de S. Thomé e Príncipe. — Remettendo-lhe cópia do contracto celebrado entre o Conselho de Administração de Marinha, e João Jacintho Freitas sobre o fornecimento de madeiras a que este se obriga.

Idem. PORTARIA ao Governador de Cabo Verde. — Remettendo-lhe cópia do contracto celebrado entre o Conselho de Administração de Marinha, e Antonio dos Santos Chaves sobre a remessa de uma carga de madeiras cortadas em Cacheu.

30. PORTARIA ao Governador Civil de Coimbra. — Remettendo-lhe duas folhas de pagamentos a fazer aos alumnos do Ultramar, que frequentam a Universidade, e Seminario Episcopal de Coimbra.

DEZEMBRO.

1. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Approvando as medidas tomadas por elle Governador, e que prosiga com as economias já citadas.

2. PORTARIA a Rodrigo Luciano de Abreu e Lima, Governador de Moçambique. — Approvando a diliberação em que está de correr os portos da provincia de Moçambique, e recommendando-lhe outros objectos para a melhor administração naquelle Governo.

Idem. PORTARIA a Rodrigo Luciano de Abreu e Lima, Governador de Moçambique. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de 28 de Novembro ultimo, que confirma no posto de Coronel de Milicias da Villa de Sena, Anselmo Henriques Ferrão.

7. OFFICIO ao Governador de Macão. — Communicando-lhe, que a correspondencia para aquelle será d'ora em diante dirigida por via do Mediterraneo ao agente portuguez em Bombaim para a encaminhar ao seu destino.

9. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de 3 do corrente, pelo qual foi provido, Constançio do Rosario Miranda, no cargo de Substituto do Administrador Fiscal das Novas Conquistas.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de 2 do corrente nomeando a Caetano Maria de Leite e Sá, Secretario do Governo de Benguella.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Moçambique. — Para fazer encorporar na Fazenda Publica o praso *Goremgosa*, e determinando outras disposições a respeito do mesmo praso.

10. PORTARIAS aos Governadores da India e Moçambique. — Remettendo-lhes cópia do Decreto de 2 do corrente, que nomeia ajudante do Governador de Moçambique o Alferes do Estado da India Luciano de Abreu e Lima.

12. PORTARIA ao Inspector do Arsenal da Marinha. — Para fazer embarcar a bordo do Brigue *Prudencia*, para S. Thomé e Príncipe, 6 peças de ferro de calibre 9, e 6 de calibre 12.

13. PORTARIA ao Inspector do Arsenal da Marinha. — Para entregar ao Major Militão alguma ferragem velha da que existe no forte de S. Paulo, para reparo das 12 peças que vão para S. Thomé e Príncipe.

Idem. OFFICIO ao Ministerio do Reino. — Para ordenar a entrega dos alumnos que existem na Casa Pia, Frederico Florencio Reixa, e Nicoláo Pereira Tavares, que deverão embarcar para Cabo Verde.

14. PORTARIA á Junta de Fazenda d'Angola. — Para que quando se verifique o caso, que a Junta de S. Thomé e Príncipe saque sobre ella algumas letras, as accite e satisfaça.

Idem. PORTARIA á Junta de Fazenda de S. Thomé e Príncipe. — Remettendo-lhe cópia da Portaria acima.

16. PORTARIAS aos Governadores Geraes de Cabo Verde, Angola, e Moçambique. — Remettendo-lhes cópias dos Officios do Ministerio da Justiça, e do Procurador Geral da Corôa, para que em virtude do seu conteudo as autoridades judicias, administrativas e militares, observem com rigor as formalidades legaes nos processos dos navios negreiros apresados.

17. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Para que o fornecimento do Hospital da Villa da Praia seja feito pela mesma fórma, que o do Hospital da Misericordia da mesma Villa; e que satisfaça o que se dever ao anterior fornecedor.

19. OFFICIO ao Ministerio da Guerra. — Para mandar tirar desenhos dos raparos d'Artilheria que se usam no Exercito de Portugal, afim de serem remettidos para o Estado da India.

Idem. PORTARIAS ao Governador Geral de Moçambique, e ao d'Angola. — Remettendo-lhes cópias de um Officio do Ministerio da Justiça, e dois papeis a que elle se refere; para que as respectivas autoridades cumpram melhor com os seus deveres, nos processos dos navios negreiros apresados.

20. PORTARIA ao Major General, de que se remetteram cópias ao Inspector, e Contador Geral da Marinha. — Para mandar dar baixa ao navio *Real Principe D. Pedro*, e que o considere como navio do Estado.

22. PORTARIA á Junta de Fazenda de Moçambique. — Approvando a compra de uma Botica, feita pela mesma Junta, e extrañhando a exorbitancia do ordenado exigido pelo boticario José Bernardo de Carvalho.

23. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de 19 do corrente, graduando no posto de Major, o Capitão Joaquim de Azevedo Alpoim.

28. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Approvando a

demissão dada ao Capellão do Batalhão n.º 4, Aleixo Victorino de Almeida.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Approvando a resolução tomada pelo mesmo Governador Geral em Portaria de 2 de Outubro do anno passado, em que determina que, do 1.º de Novembro em diante, se abone aos Lentes e Substitutos da Escola Mathematica e Militar de Goa, 60 xerafins de gratificação mensal, devendo esta cessar uma vez que recebam outra em consequencia de algum serviço peculiar á sua arma; e lembrando varias determinações pelas quaes se ordena que o exercicio de Lente da dita Escola não seja exclusivo dos Officiaes Engenheiros.

Idem. OFFICIO ao Ministerio da Guerra. — Communicando-lhe ter fallecido na India o Major do Exercito de Portugal, Antonio Manoel da Silva Vieira Broa.

29. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Remettendo-lhe cópia do Decreto, que declara o tempo que o mesmo Governador deverá exercer aquelle cargo.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Approvando o regresso á sua praça do destacamento que se acha em Quilimane.

Idem. PORTARIA ao Governador de Macáo, ao Superior do Collegio de S. José, e ao Governador Geral da India. — Remettendo-lhes cópia do Decreto, nomeando Superior do Collegio de S. José de Macáo, o Padre Joaquim José Leite.

30. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Para remetter pelo primeiro navio de véla uma collecção de Boletins desde a sua origem até hoje.

Idem. OFFICIO a Antonio Maria Fontes Pereira de Mello. — Para dar a sua opinião sobre a utilidade de um cães na ilha Brava, e convidando-o para acceitar esta commissão.

Idem. PORTARIA ao Governador Civil de Coimbra. — Remettendo-lhe duas folhas de pagamentos a fazer aos alumnos do Ultramar, que frequentam a Universidade.

JANEIRO DE 1843:

3. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Louvando o zelo e acerto com que o mesmo Governador frustrou as tentativas dos revoltosos da Villa da Praia.

Idem. OFFICIO ao Administrador da Imprensa Nacional. — Remettendo-lhe a relação dos objectos que são necessarios para a Imprensa de Cabo Verde.

Idem. PORTARIA á Commissão encarregada da organização das alfandegas do Ultramar. — Remettendo-lhe a cópia das alterações feitas nas Pautas geraes das alfandegas de Cabo Verde, para dar o seu parecer sobre este objecto.

7. PORTARIA. — Constando a Sua Magestade a Rainha, que no

archivo do collegio de S. José da cidade do Santo Nome de Deos de Macão existe um manuscripto, com o titulo *Magnum Lexicon—Sinico Latinum*, composto pelo Padre Gonçalves, do dito collegio, o qual deixou de ser publicado pela infausta morte que lhe sobreveio; e constando outro sim, que na dita cidade existem dois discipulos do dito Padre, por nomes João Rodrigues Gonçalves, e José Martinho Marques, que, pela sua habilitade na lingua Sinica, são hoje os interpretes da dita cidade; e sendo mister obviar a que aquella importante producção litteraria se não extravie ou altere, por ser um monumento de gloria nacional e de honra para a memoria de seu digno autor: manda a mesma Augusta Senhora, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que o Padre Joaquim José Leite, Superior do referido collegio, empregue os meios necessarios para, debaixo da sua inspecção, fazer imprimir aquelle manuscripto na imprensa do dito collegio, encarregando a qualquer dos dois interpretes acima indicados a direcção da impressão, cujo serviço lhe será tomado em muita consideração; e quando o cofre da Missão não esteja habilitado para solver a despeza que se carecer para este fim, em todo ou em parte, o referido Superior do collegio a requisite ao Leal Senado, dando de tudo conta a esta Secretaria d'Estado, e esperando Sua Magestade do zelo do dito Superior, que em breve se levará a effeito o determinado nesta Portaria. Paço das Necessidades em 7 de Janeiro de 1843. — *Joaquim José Falcão*.

Idem. OFFICIO ao Administrador da Imprensa Nacional. — Remettendo-lhe a requisição dos objectos necessarios para a Imprensa de Cabo Verde, afim de os mandar promptificar com a possivel brevidade.

10. OFFICIO ao Presidente da Associação Maritima. — Para propôr á Associação a inserção, nos seus Annaes, de todos os documentos estatísticos que das provincias ultramarinas são periodicamente enviados a este Ministerio.

13. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde e Officio a David Thomás Pinto. — Remettendo-lhes cópia do Decreto de 4 do corrente, pelo qual foi nomeado Escrivão do Juizo de Direito de Cabo Verde, David Thomás Pinto.

Idem. OFFICIO ao Ministerio da Guerra, Portaria ao Governador Geral d'Angola e Officio ao Contador Geral da Mariuha. — Remettendo-lhes cópia do Decreto 4 do corrente, que promoveu a Tenente Coronel, para passar á 4.ª Secção do Exercito, o Major de cavallaria d'Angola, João de Sá Nogueira.

17. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Desaprovando a proposta offerecida, para a construcção de um caes na Villa da Praia, por Caetano José Nosolini, e ordenando a maneira por que se deve levar a effeito.

18. DECRETO. — Hei por bem exonerar o Bacharel Joaquim

Antonio de Moraes Carneiro, do logar de Juiz Intendente das Novas Conquistas, para que havia sido nomeado por Decreto de 11 de Setembro de 1838; e nomeal-o para o logar de Juiz de Direito de Primeira Instancia da cidade do Santo Nome de Deos de Macáo, que se acha vago por haver sido transferido, por Decreto de 12 de Dezembro proximo passado para a comarca de Bardez, o Bacharel José Maria Rodrigues de Bastos, que o exercia; com o qual logar exercitará as attribuições dos antigos Ouvidores, exceptuando as funções de Juiz Administrador da alfandega; e haverá os vencimentos que como tal lhe competirem; de que tirará Carta, pela respectiva Secretaria d'Estado, com prévio pagamento dos direitos de mercê. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar o tenha assim entendido e faça executar. Paço das Necessidades em 18 de Janeiro de 1843. = RAINHA. = *Joaquim José Falcão.*

21. OFFICIOS a Clemente Joaquim de Abranches Bisarro e ao Conselho de Saude Naval, Portaria ao Governador Geral de Angola e Officio ao Contador Geral da Marinha. — Remettendo-lhes, para os devidos effeitos, a cópia do Decreto de 17 do corrente, pelo qual foi nomeado para o logar de Cirurgião Mór do batalhão de linha de Angola, Clemente Joaquim de Abranches Bisarro.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral dos Estados da India. — Approvando a nomeação de José Joaquim da Conceição Gomes, para o logar de Physico da praça de Diu.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral dos Estados da India. — Approvando a nomeação de Ignacio Caetano da Cruz, para o cargo de Escrivão do Almoxarifado da Casa da Polvora, em logar de Francisco Xavier de Noronha.

21. PORTARIA. — Tendo sido presente a Sua Magestade a Rainha o Officio, que a Junta da Fazenda de Angola dirigio a esta Secretaria d'Estado, na data de 5 de Fevereiro de 1841, no qual expõe que o desfalque da receita da mesma provincia, e augmento da sua despesa, tem sido tal, que obrigou não só a entrar pela somma dos saldos anteriores, para cobrir o *deficit*, mas tambem a fórcça a emitir, pela falta de meio circulante, uma porção de cedulas ainda não emitidas, e que como tal se acham em cofre; modida a que com tudo se oppõe a difficuldade dellas circularem em razão da citada diminuição de receita, e por consequente de credito publico, hem como pelos grandes valores que representam, e os dizeres anomaes que têm inscriptos, por serem relativos a uma época que já não existe; pelo que não só pede que as cedulas que se acham em giro, se não retirem da circulação, mas até que se não amortisem as que ainda se acham em cofre, creando-se em logar destas, outras de menores quantias; e com dizeres mais adequados ás circumstancias presentes, e para cuja amortisação pede igualmente a criação do tributo pela mesma Junta lembrado: ordena a mesma Augusta Senhora, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultra-

mar: 1.º Que a referida Junta remetta a esta Secretaria d'Estado uma conta detalhada e exacta da quantidade de cédulas em giro, e outra das que estão em deposito, e como taes fóra da circulação. 2.º Que informe tambem sobre a porção que lhe será possível amortisar daquellas mesmas cédulas existentes em cofre, e sem giro algum, devido a representarem grandes valores, que se torna difficil, se não impossivel, a sua circulação. 3.ª Que a mesma Junta proponha o numero de series das novas cédulas, com os seus respectivos valores, que convem adoptar, para reunir ás actuaes, bem como os dizeres que mais adequadamente devem conter, em relação á sua origem, e que possam garantir a sua facil circulação, como, por exemplo, o serem admittidas nos direitos das alfandegas, ou qualquer outro que a Junta julgue mais proprio. 4.º Que formalise uma conta do que o Brasil ficou devendo por esta moeda circulante, especificando os saques não pagos, além da emissão das mencionadas cédulas, e que simuladamente figuram como uma addição de cofre, e para que não continue a figurar, deverá a dita Junta lavrar um termo de despeza por esta verba, que effectivamente nunca alli entrou, e assim aproximar o saldo da sua realidade, mencionando nesse termo, que essa addição ficou lançada no numero das dividas activas de que houver escripturação, e cujo devedor é neste caso o Brasil, em relação ás transacções a que taes sommas pertenciam, e isto para que a todo o tempo conste. 5.º Que a referida Junta declare outro sim, se o tributo por ella lembrado é ou não sufficiente para que, em certo tempo, que tambem marcará, possa ter logar a amortisação desta verdadeira moeda papel, que assim tem de correr ao trato publico. E finalmente, quanto á autorisação pedida para o estabelecimento do referido tributo, a mesma Augusta Senhora resolveu sobrestar nesta medida, que terá prompta decisão, logo que cheguem os esclarecimentos que se acabam de referir, tanto em relação ao mesmo tributo, como á substituição do papel circulante por outro. Paço das Necessidades em 21 de Janeiro de 1843. — *Joaquim José Falcão*

Idem. PORTARIA ao Governador Geral dos Estados da India. — Communicando-lhe, que logo que os individuos providos nas differentes Igrejas daquelle Estado apresentem neste Ministerio as Portarias originaes de suas nomeações, estas lhes serão confirmadas.

23. PORTARIA. — Constando a Sua Magestade a Rainha, que as requisições feitas pelos commandantes dos Navios de Guerra para o pagamento em moeda forte dos seus soldos e comedorias, e bem assim as soldadas da marinagem têm sido augmentadas de um agio prejudicial á Fazenda Publica, por ser baseado em outras regras, que não são o augmento de vinte e cinco por cento, que ultimamente se estipulou para a computação entre a moeda de Angola, e a do reino: manda a mesma Augusta Senhora, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, participar á Junta da Fazenda

da provincia de Angola, que taes pagamentos, bem como quaesquer outros que legalmente devam ser feitos em moeda forte, não tenham outro agio do que os mencionados vinte e cinco por cento; e quando se argumente, que o preço das peças de ouro de quatro oitavas tem um valor circulante, que não está na mesma relação dos citados vinte e cinco por cento, fica ao arbitrio dos mesmos empregados deixar de as receber, effectuando-se-lhes os seus pagamentos em moeda fraca, a respeito da qual unicamente recae o agio; de fórma que por caso algum se faça outro pagamento, que não seja dando por cada cem mil réis de Portugal, cento vinte e cinco mil de Angola nas moedas que correm, e pelo mesmo valor com que a Fazenda Publica ahias recebe e scriptura. Paço das Necessidades em 23 de Janeiro de 1843. — *Joaquim José Falcão.*

24. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India, e Officio ao Contador Geral de Marinha. — Communicando-lhes que pelo Thesouro Publico se fez constar a este Ministerio, a remessa de 750 libras esterlinas por conta das 2.000 que se applicam á conclusão da Fragata D. Fernando 2.º

Idem. PORTARIA á Junta de Fazenda do Estado da India. — Approvando o indeferimento por ella feito ao requerimento da Camara Municipal das ilhas de Goa, em que pedia ser isenta do pagamento com que contribue para o sustento dos mancebos que estudam neste Reino.

25. PORTARIA. — Tendo sido presente a Sua Magestade a Rainha, o Officio que o Ex-Governador Geral interino do Estado da India, dirige por esta Secretaria d'Estado, na data de 20 de Abril do anno proximo passado, sob o n.º 131, acompanhando o Formulario Medico-Cirurgico, que o Fysico mór do mesmo Estado, o Doutor Matheus Cezario Rodrigues Moacho, publicára para uso do Hospital Militar da Cidade de Goa; e conformando-se a mesma Augusta Senhora, com a informação dada a este respeito pelo Conselho de Saude Naval, pela qual se mostra que similhante Formulario, não obstante estar redigido segundo as regras farmaceuticas, é comtudo excessivamente complicado, e mais proprio para um Hospital de maior movimento que o de Goa, ao passo que n'uma obra destas se deve reunir a simplicidade clinica com a economia da Fazenda Publica: manda, pela referida Secretaria d'Estado, remetter ao Governador Geral do Estado da India, o incluso Formulario adoptado neste Reino, tanto no Hospital da Marinha, como nos do Exercito, afim de que igualmente o faça observar no referido Hospital da Cidade de Goa, em substituição daquelle outro. Paço das Necessidades em 25 de Janeiro de 1843. — *Joaquim José Falcão.*

26. PORTARIA ao Cabido da Sé de Macáo. — Approvando o que o mesmo Cabido praticou relativo ao cumprimento das disposições da Carta Regia da nomeação do Bispo Eleito daquelle Cidade, o Reverendo Nicoláo Rodrigues Pereira de Borja.

27. PORTARIA á Junta da Fazenda do Estado da India. — Approvando provisoriamente o novo systema d'escripturação do livro da Receita e Despesa do Estado.

Idem. DECRETO. — Achando-se vago o Arcebisado de Goa, Primaz do Oriente, e concorrendo na pessoa do Doutor em Theologia, José Maria da Silva Torres, actual Professor de Theologia no Lyceó da Universidade de Coimbra, a sciencia, e louvaveis costumes necessarios para o bom desempenho das funcções Episcopaes; hei por bem nomeal-o, e apresental-o Arcebispo Primaz do Oriente; e em tempo opportuno mandarei expedir os despachos necessarios para que esta minha nomeação e apresentação tenha completo effeito. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, o tenha assim entendido, e faça executar. Paço das Necessidades, em 27 de Janeiro de 1843. = RAINHA. = *Joaquim José Falcão.*

30. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de 27 do corrente, nomeando Governador de Diu o Major Joaquim José de Macedo e Couto.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de Dezembro proximo passado, reformando o Major João José Rodrigues.

Idem. PORTARIAS aos Governadores da India e Macáo. — Remettendo-lhes cópia do Decreto de 18 do corrente, nomeando para Commandante do Batalhão de Macáo o Capitão do Batalhão Naval Francisco Tavares de Almeida.

Idem. OFFICIO ao Contador Geral da Marinha. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de 12 de Março do anno proximo passado, pelo qual foi transferido do governo de Inhambane para o de Quilimane, o Capitão Tenente Fernando Carlos da Costa.

Idem. DECRETO. — Sendo da mais urgente e reconhecida necessidade provêr nas provincias Ultramarinas ao estabelecimento de Seminarios, onde se eduquem religiosa, e litterariamente os mancebos que se dedicam á vida ecclesiastica, asim de que possam depois dirigir, e governar dignamente as Parrochias, e Missões das Igrejas portuguezas daquellas provincias, que se acham em quasi total abandono, com gravissimo prejuizo da Religião, e do Estado; hei por bem crear uma Commissão, composta do Reverendo Patriarcha Arcebispo Eleito de Lisboa, que servirá de Presidente, do Reverendo Bispo Resignatario de Cabo Verde, do Doutor Lourenço José Moniz, do Bacharel Joaquim Antonio de Moraes Carneiro, e do Official Graduado da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, Antonio Justino Machado de Moraes; asim de me propôr os meios que lhe parecerem convenientes para se levar a effeito o estabelecimento dos ditos Seminarios, bem como d'um neste Reino, onde possam habilitar-se mestres para aquelles do Ultramar; e confio, que todos os acima nomeados empregarão no desempenho deste importante serviço todo o zêlo e saber, de que me têm dado

repetidas provas. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, assim o tenha entendido, e faça executar. Paço das Necessidades, em 30 de Janeiro de 1843. = RAINHA. = *Joaquim José Falcão.*

Idem. PORTARIA ao Governador de Macáo Adrião Accasio da Silveira Pinto. — Remettendo-lhe cópias dos Decretos de 14 de Dezembro do anno proximo passado, exonerando-o daquelle cargo, e substituindo-o pelo Capitão de Mar e Guerra José Gregorio Pegado.

31. PORTARIA. — Sua Magestade a Rainha, a quem foi presente o Officio n.º 399 do Governador Geral do Estado da India, em data de 21 de Novembro ultimo, no qual participa, que, em virtude da Portaria deste Ministerio n.º 385 de 16 de Julho de 1840, que determinava que o rendimento da Collecta, e nona parte d'alfandega de Goa entrasse no Cofre Geral do mesmo Estado, para pagar aos credores da Camara Municipal todas as despesas por ella feitas nas Obras Publicas até ao fim de Setembro do dito anno, se resolvera, em Conselho do Governo, como consta da cópia do § 6.º da respectiva Acta, que a Junta da Fazenda Publica providenciasse para pagar áquelles credores as ditas despesas, conforme o permittissem as forças do Cofre; e em quanto ás despesas do Municipio a mesma Camara uzasse das attribuições, que lhe estão marcadas no Codigo Administrativo; manda, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, participar ao mesmo Governador Geral, que ha por bem approvar esta deliberação. Paço das Necessidades em 31 de Janeiro de 1843. = *Joaquim José Falcão.*

Idem. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Approvando o regulamento que reduziu o numero de luzes, e o preço do abono que se fazia com o fornecimento dos fortes, praças e corpos.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Approvando a redução de 400 a 200 xerafins que se abonaram para compra de cavallos do serviço, aos Majores e Ajudantes dos corpos.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Approvando a Portaria que determinou que o serviço da cadeia da cidade fosse feito por escala pelos facultativos do Hospital Militar.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Approvando o plano que levou a effeito a creação do archivo militar.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Approvando provisoriamente a Portaria que ordenou que no impedimento dos escrivães dos Juizes de Paz e Eleitos, sirva um dos da proposta feita pelas respectivas Camaras Municipaes.

Idem. PORTARIA ao Governador Civil de Coimbra. — Remettendo-lhe duas folhas de pagamentos a fazer aos alumnos do Ultramar, existentes na Universidade.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Approvando a redução a 20 xerafins mensaes para forragem de cada cavallo do serviço do Estado.

MERCÊS HONORIFICAS**CONCEDIDAS PELA REPARTIÇÃO DA MARINHA E ULTRAMAR.***Synopse.*

Outubro 28. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da Índia. — Communicando-lhe o ter-se concedido a mercê do Habito de Christo a José Maria Martins, Juiz de Direito de Salsete.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Angola. — Communicando-lhe o ter-se concedido a mercê do Habito de Aviz ao Capitão de infantaria de Leanda, Antonio Joaquim de Castro.

12. PORTARIA ao Governador Geral de Angola. — Communicando-lhe que foi agraciado com o Habito de Aviz, o Capitão Agostinho Aureliano de Oliveira.

16 OFFICIO ao Governador Geral de S. Thomé e Principe. — Communicando-lhe o haver sido agraciado com a Commenda de Aviz.

26. PORTARIA ao Governador de Macão. — Communicando-lhe o ter sido o Presbytero José Joaquim Pereira de Miranda agraciado com o Habito da Conceição.

Dezembro 1. PORTARIA ao Governador Geral de Moçambique. — Communicando-lhe a mercê feita do Habito d'Aviz ao Capitão Candido Maximo Moules.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Communicando-lhe a mercê feita, do Habito de Christo, ao Escripturario da Junta da Fazenda, Cactano Francisco Pereira Garcez.

Fevereiro 1. OFFICIO a Antonio Candido Pedroso Gamitto. — Communicando-lhe o ter sido nomeado Cavalleiro de Aviz, assim de sollicitar o seu diploma pela Secretária do Reino.

8. DECRETO. — Nomeando Cavalleiros da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, aos Segundos Tenentes d'Armada, Francisco Maria Pereira da Silva, e Cactano Maria Batalha, não só pelo bem que desempenharam a Comissão de que foram encarregados, levantando a carta topografica do pinhal nacional de Leiria, mas tambem em attenção aos mais serviços por elles prestados em Engenharia civil e hydraulica.

15. DECRETO. — Nomeando Commendador da Ordem Militar de S. Bento de Aviz, ao Brigadeiro da extincta Brigada de Marinha, Joaquim José de Almeida, em attenção aos bons serviços por elle prestados na sua longa carreira militar.

NAVIOS DO ESTADO EM ARMAMENTO, E SEUS DESTINOS,
No 1.º de Março de 1845.

Qualidade das Embarcações	Nomes	N.º de peças ou canoas	Gradações, e nomes dos Commandantes	N.º dos Off. de Marinha	N.º dos Guardas-Marinhas	Aspirantes	Destinos
Fragatas...	Duq.ª de Brag.ª	50	Capitão Tenente, M. T. da S. Cordeiro...	5	2		No Téjo { De Registo do Porto.
	Diana	50	Capitão Tenente, J. S. Ramos	7	"		No Téjo { De Deposito de Mariabagem.
	D. Maria II...	42	Capitão Tenente, A. R. Graça	11	6		Para a India — Não de viagem.
Corvetas...	Gito de Julho...	24	Primeiro Tenente, J. J. d'Andrade Pinto	5	2		Na Estação d' Angola.
	D. João I.....	24	Capitão Tenente, F. S. Franco	5	4		Na Estação do Brasil.
	Infanta Regente	24	Segundo Ten. de Comissão, J. S. Tavares	2	2		Na Estação da India.
	Urânia	24	Capitão Tenente, J. M. F. do Amaral...	5	4		No Téjo.
Brigues...	Audaz	18	Primeiro Tenente, F. A. G. Cardozo....	4	3		Na Estação d' Angola.
	D. Pedro.....	16	Primeiro Tenente, I. F. Guimarães, Junior	4	3		Na Ilha da Madeira.
	Téjo.....	18	Capitão Tenente, D. F. do Valle.	5	4		No Téjo.
Charrua.....	Príncipe Real..	2	Capitão Tenente, P. A. Caminha.	1	3		No Téjo.
Brigue-Esc.	Vouga	12	Primeiro Tenente, P. Centurini.	4	3		A cruzar no Algarve.
	Tamaga.	12	Primeiro Tenente, J. J. G. de Mattos Corrêa	4	4		Na Estação do Brasil.
Escunas...	Liberal	12	Primeiro Tenente, J. M. Esteves	2	1		De Correio para Angola.
	Niôla	1	Segundo Tenente, V. do N. Teive	1	1		Na Estação d' Angola.
	Boa Vista.....	1	Segundo Tenente, D. H. da Fonc.ª Ferr.ª	1	1		Nas I. de S. Thomé e Príncipe.
	Ariele	1	Segundo Tenente, R. Theodorico.	1	"		Na Estação de Cabo Verde.
Correios...	Faro	2	Primeiro Tenente, V. J. dos S. Mor.ª Lima	3	"		De Correio para Cabo Verde.
	S. Boaventura..	4	Primeiro Tenente, F. de A. e Silva:	3	"		De Correio para Cabo Verde.
	Amelia	2	Primeiro Tenente, A. Sergio de Sousa...	3	1		De Correio para Angola.
	Cabo Verde,...	2	Primeiro Tenente, J. M. Rodolpho.	3	1		De Correio para Angola.
Cuter.	Andorinha.	6	Segundo Tenente, P. O. Alves	1	2		No Téjo, nas sondas da Barra.

DOCUMENTOS ULTRAMARINOS**EXTRAHIDOS DO ARCHIVO DA SECRETARIA D'ESTADO.**

MEMORIA**RESULTANTE DO INQUIRITO INDUSTRIAL EM TIMOR.***Pelo Tenente Coronel Frederico Leão Cabreira, Governador da Capitania.*

(Continuada de pag. 89.)

ARTIGO 2.º**DA INDUSTRIA FABRIL EM TIMOR.***Estado deste ramo de industria.*

§ 1.º Este ramo de industria está em Timor tanto ou mais atrazado que o antecedente, por identica causa. Os indigenas do paiz, por natureza inimigos do trabalho, indifferentes a tudo, insensiveis, e destituídos daquelle desejo de melhorar de sorte, que é commum a quasi todos os homens, não querem sujeitar-se a estudar sciencias, a aprender officios, nem a fazer cousa alguma differente das que fizeram os seus antepassados. É raro apparecer um ou outro com pequeno prestimo, e habilidade em qualquer officio ou mester, e se apparece, é porque foi creado em casa de algum official ou empregado europeu, ou de Goa, ou de algum chim; de fórma que quatro ou cinco mui ordinarios carpinteiros de barcos e obras grossas, que ao presente existem nesta Praça, todos foram escravos de um antigo Ouvidor, que os creou e doutrinou de pequenos; e por sua morte os deixou libertos. Ha tambem dois ou tres ordinarissimos ferreiros, ensinados do mesmo modo por um velho chim. Os ditos carpinteiros são ao

mesmo tempo calafates, e servem de pedreiros quando é preciso robocar e caiar alguma parede, unica cousa que neste officio grosseiramente sabem. Não ha carpinteiros, não ha alfaiates, não ha barbeiros; em fim, pôde bem dizer-se que não ha officiaes mecanicos no paiz. Por tudo isto se conhece claramente qual é o estado da industria fabril! As mulheres têm aqui muito mais prestimo que os homens neste ramo, assim como no antecedente, o que passo a demonstrar.

Tecelania.

§ 2.º São as mulheres, e sómente ellas quem aproveita neste paiz o muito e bom algodão que elle produz: ellas o colhem, ellas o separam dos caroços ou sementes, ellas o fiam, e a final ellas o tingem, e tecem os pannos com que principalmente se vestem e cobrem todos os individuos do povo.

Colheita do algodão, e separação do caroço.

§ 3.º Logo que o algodão está em sação propria, o que se conhece por ter seccado e rebentado a pellicula que o envolve, as mulheres e creanças vão colhel-o, e á mão, ou com umas pequenas e grosseiras machinas que fazem alguns curiosos, lhe separam o caroço ou semente. Estas machinas se compõem de uma pequena peça de madeira de tres palmos de comprido com duas pollegadas de largo, e duas ou tres de grosso, encavilhada por um extremo em outra peça mais grossa de dois palmos de comprido, disposta em fôrma de cruz. Nesta segunda peça se encavilham e seguram dois balaustres verticaes de palmo e meio de altura, a travez dos quaes na parte superior têm uns olhaes ou buracos por onde passam duas cavilhas cylindricas tangentes uma á outra, tendo cada uma no extremo que fica do lado esquerdo da machina duas voltas de rosca em fôrma de parafuso que entendam reciprocamente, de fôrma que fazendo voltar um destes cylindros sobre o seu eixo, este faz voltar o outro em sentido contrario. Um dos mesmos cylindros é algumas pollegadas mais comprido que o outro do lado direito da machina, e acaba em fôrma

de pyramide quadrangular recta, para segurar uma manivela que se lhe encavilha em um furo da mesma configuração, por meio da qual se lhe dá o movimento. Por baixo dos ditos cylindros se acham encavilhadas nos ditos balaustres verticaes outras duas peças de madeira, entre as quaes se mettem cunhas apertadas quanto baste para que os cylindros não deixem na continuação do trabalho de se conservar tangenciaes. As duas primeiras peças de que fallei, ficam colocadas horizontalmente no terreno, e sobre a mais comprida se assenta a pessoa que trabalha, ou a segura com um pé: move a manivela com a mão direita, e com a esquerda chega o algodão á união dos cylindros, que voltando o fazem passar entre si para o lado opposto separado dos respectivos caroços.

Fiar o Algodão.

§ 4.º Separado o algodão de seus caroços, o desfiam muito bem, e depois juntam uma pequena porção dentro de um cestinho que conservam na mão esquerda, fazendo sair a ponta do fio por entre dois dedos da mesma mão, esta ponta se segura em uma especie de fuso que têm na mão direita, e o fazem girar quanto baste para ficar a linha bem torcida; o que acabado a reduzem a novelos.

Tingir o fio.

§ 5.º Em estando prompto o fio, o reduzem a meadas com um pequeno sarilho quasi ao modo da Europa, e desta fórma o metem nas tintas e o conservam nellas o tempo que sabem ser bastante para bem adquirir as côres, e conservalas. Feito isto, tiram o fio das mesmas tintas, e o penduram ao sol, de fórma que fique bem estendido e espalhado, para o que enfiam as meadas cada uma em um páo que penduram em arvores; e na parte inferior lhe enfiam outro de que fazem pender pedras, ou qualquer cousa pesada: depois tornam a reduzi-lo a novelos para o passarem ao tear.

Das Tintas.

§ 6.º Já disse (Parte 1.ª § 22.º) que das folhas das plantas do anil, e outras, bem como de algumas raizes que

conhecem, misturando-lhes tambem argila e cal, conforme as côres que pertendem, é que aqui formam as grosseiras tintas com que tingem o fio, e os pannos. Não entro em mais explicações a este respeito porque, não se seguindo em toda a parte um methodo certo, nem sendo conhecidos fóra daqui os nomes que dão aos differentes processos, e objectos deste trabalho, difficultosamente me poderia fazer entender: o que porém digo é, que as tintas, assim mesmo grosseiras como são, não desmerecem, nem os pannos pela maior parte perdem a côr ou desbotam.

Modo de tecer os pannos.

§ 7.º Os teares de que usam as mulheres de Timor, são de uma extraordinaria simplicidade. Preparam dois páos cylindricos de uma escassa pollegada de grossura, e pouco mais compridos do que a largura que hade ter a folha do panno que querem tecer, a qual não póde exceder muito a meia braça: seguram-nos horizontalmente em estacas cravadas no chão, de fórma que fiquem distantes um do outro o comprimento que ha de ter o panno, que nunca excede a doze palmos; e depois vão passando o fio pela parte exterior delles, de sorte que fiquem enterlaçados dois a dois passando por baixo de um dos páos, e logo depois por cima do outro. Unem os mesmos fios para que o panno fique uniformemente tecido, e metem uma comprida regoa de madeira fórté junto do logar em que os fios se cruzam, e com outras regoas os seguram nos primeiros páos para não perderem a primitiva posição.

Concluido este preparo soltam um dos ditos páos cylindricos das estacas em que estava seguro, e lhe atam em ambas as pontas uma cinta capaz de o segurar fortemente á tecedeira, que toma o logar e o officio que faziam as estacas a que estava preso para conservar sempre os fios bem estendidos. Depois, ora com a mão direita, ora com a esquerda vai mettendo as lançadeiras com os fios transversaes, e a cada um que passa, a vão apertando com uma pancada da regoa contra o páo cylindrico que tem junto a si, e com uma delgada varinha torna a enterlaçar os fios para novamente meter a regoa.

Desta tão engenhosa como impertinente maneira vão con-

tinuando em quanto alcança o comprimento dos braços, e successivamente enrolando a parte já tecida no páo cylindrico que têm junto a si, e chegando-se para o outro até terminar o comprimento dos fios.

O mais digno de observar-se em todo este trabalho é a delicada maneira com que metem as côres pela disposição, e lugar dos fios, e como lhes fazem umas listas lindamente on-deadas que denominam ==móbás== usando de pequenos nós ou voltas dadas em roda de cada fio, com uma estreitissima tira de folha de gaboeira ou toaqueira (artigo 1.º § 18.º).

Dos differentes pannos.

§ 8.º Com este artificio tecem as mulheres de Timor os seus pannos, dos quaes os maiores, e melhores se chamam pannos marobos, por se tecerem mais geralmente em um sitio tambem denominado ==marôbo==. Ha outros inferiores, e menores, a maior parte brancos com suas listas de côres nas bordas, e muitos sem ellas, que se chamam pannos de razão, por serem os que mais geralmente pagam em conta das fintas e tributos de seus reinos á Fazenda Publica, antigamente só destinados para pagamento da tropa. Cada um destes pannos tem duas folhas que se unem por uma costura ao meio em todo o seu comprimento, e servem para os homens enrolarem na cintura, e trazerem sobre os hombros, o que constitue o seu vestido ordinario; e tambem servem para homens, e mulheres se cobrirem quando dormem. Destes mesmos pannos cosidos no extremo de seu comprimento á maneira de um sacco sem fundo, se vestem geralmente as mulheres, segurando-os proximo dos sobacos, de fórma que lhes cubram os peitos; ficando nu o pescoço, e braços: só em algum dia de festa vestem quimões (uma especie de antigas roupinhas) de zuarte azul a que chamam ==panno preto== e põem uma braça deste porção da cabeça as que vão, e quando vão á Igreja. Este é o uso mais geral do povo. Os ditos pannos tecidos em Timor quando tomam a indicada fórma propria para vestidos de mulheres, se chamam os maiores, e melhores sarões marôbos e os outros sarões de razão.

Dos pannos de retroz.

§ 9.º Da mesma maneira tecem as mulheres de Timor uns lindos pannos de algodão, e sêda que os inglezes dos navios baleeiros procuram muito para levar á Europa, e de que os homens, e mulheres de mais distincção no paiz usam, como a gente commum dos de algodão. A sêda para elles vem da China já feita em retroz da competente grossura, e diversas côres que serve para fios longitudinaes nos teares, misturando-lhe ás vezes alguns de algodão, do qual sempre, ou pela maior parte, são os fios transversaes. As listas ou = móbás = nestes pannos são feitas com a maior delicadeza e apuro.

Preços de todos estes pannos, e tempo que se emprega em os fazer.

§ 10.º Os pannos, e sarões marôbos custam geralmente entre duas rupias, e uma pataca: isto é, entre 640 e 800 réis fortes. Os pannos, e sarões de ração custam entre uma rupia, e rupia e meia; isto é, entre 320, e 480 réis fortes. Os de retroz ordinariamente não custam menos de dez patacas, ou 8.000 réis fortes; porém sendo dos maiores, e melhores, custam o dobro, e ás vezes mais. Quasi nunca porém se acham por dinheiro, mas sim por generos que entre elles têm o correspondente valor, como espingardas inglezas de munição, polvora, lenços carmezins, e outros objectos de que em seu lugar fallarei. No tempo do meu Governo têm subido de preço até duas rupias ou 640 réis fortes os pannos brancos de ração, por se haverem tornado necessarios para vélas do grande numero de embarcações costeiras que se hão fabricado, e comprado nesta praça para se occuparem em objectos de commercio. Para fazer os mais finos, e bem trabalhados pannos de retroz, tendo tres folhas unidas quando se querem bem largos para cubertas de grandes camas, não emprega uma mulher menos de quarenta e cinco dias, quinze em cada elha trabalhando seis, ou sete horas ao menos por dia. Em cada panno, ou sarão marôbo empregam pelo menos vinte a

vinte e quatro dias; e finalmente nos de ração quinze até dezoito; centados todos daquelle em que principiam a promptificar e pôr o fio no tear. Os melhores, e mais bonitos destes pannos, se tecem no reino de Occusse, quarenta legoas proximamente distante desta praça.

Mancira de converter o nelly em arroz.

§ 11.º O grosseiro methodo de converter o nelly em arroz neste paiz, é como se segue. Prepara-se um pequeno tronco de grossa madeira bem rija de palmo e meio, até dois de alto, e se assenta bem sobre o terreno, de maneira que as fibras lignosas fiquem verticaes: faz-se-lhe uma cavidade redonda de cinco, ou seis polegadas de diametro, e tres ou quatro de profundidade no plano superior, terminada em superficie cimicircular concava. Nesta cavidade deitam uma conveniente porção de nelly secco, e sem alguma prévia preparação, e principiam a bater sobre elle com o extremo de um páo pesado a que chamam =pilão= de duas pollegadas de grossura, e seis, ou sete palmos de comprido. O referido tronco em que está a cavidade, se rodeia de algumas pequenas esteiras para aparar, e poderem juntar-se os grãos que saltam com as pancadas do pilão; e na dita fórma continuam até a casca do arroz se fender, e saltar para fóra em razão do seu pequeno peso; logo que está assim preparada uma conveniente porção, ou toda a que se sujeitou a esta operação, a que chamam =pilar o nelly= o juntam e sujeitam a outra que denominam =suppar= correspondente á que em Portugal se diz joeirar. Esta operação se faz com uns pequenos balaios, ou cestos de folha de gaboeira, ou outras semelhantes (artigo 1.º § 18.º) que se chamam =súppos= de figura quasi rectangular com dois palmos de largo, e dois e meio de comprido, tendo sua borda de duas pollegadas por tres lados comprehendido um mais curto. Deitam nesta especie de cestos uma proporcionada porção do nelly já pilado, e o movem de sorte que o farello, e algumas pequenas cascas que se acham misturadas no arroz, inteiramente se lhe separam, e fica prompto. Todo este trabalho é geralmente feito por mulheres.

Debulha do café.

§ 12.º Do mesmo methodo exposto no antecedente § usam aqui para debulhar o pouco café que produz o paiz de- pois de muito bem secco ao sol; porém no reino de Moubára, cujos mattos abundam mais das respectivas arvores, lhe dão primeiro uma pequena fervura em agoa doce para lhe abran- decer a casca, e depois o põe ao sol até ficar bem secco: isto porém não é geral, pois communmente os indigenas que colhem pequenas porções, o vendem ou trocam por outros effeitos com a segunda casca tirando-lhe á mão a exterior.

Manipulação do tabaco.

§ 13.º Toda a industria que em Timor empregam na manipulação do tabaco é como se segue. Colhidas as folhas da respectiva planta em sação propria, como se disse na parte 1.ª § 15.º, preparam uma maior ou menor cama de folhas de um arbusto denominado = langude = e ainda melhor de umas arvores a que chamam = cussambe = ambas conheci- das na India com os mesmos nomes. Esta cama é feita sobre a terra, de fórma que tenha meia até uma pollegada de es- pessura, e sobre ella dispoem uma camada das folhas do taba- co, e vão successivamente dispondo outras sobre estas até o numero de oito ou dez: feito isto, lhe poem por cima outra ca- mada das indicadas folhas de langude, ou cassambe com es- pessura proximamente igual á que lhe fica por baixo. Desta maneira o conservam por tres ou quatro dias até ficarem as folhas do Tabaco totalmente amarelas, e quasi seccas; porém é preciso ter cuidado para que não fiquem de todo endureci- das; porque nesse estado não servem. Concluido isto, as tiram da camada, e lhe separam á mão os pequenos talos ou especie de cartilagens grossas de cada folha, e as enrolam umas nas ontras, e cortam em estreitas tiras ao travez dos pequenos rolos. Assim vão continuando, e lançando as porções cortadas em cestos, ou vasilhas proprias até terminar toda a quantida- de. Logo depois o poem ao sol sobre esteiras, ou sendo pouco

nos mesmos cestos, e vasilhas em que se acha, por um até dois dias; e no ultimo o deixam ao sereno por toda a noute se for humida; porém se o não for, o guardam de manhã para o preservar do sol, e o tornam a deixar mais outra noute ao sereno.

No dia seguinte o recolhem e depois de enxuto á sombra o mettem geralmente em grossos canudos de bambú de cinco ou seis polegadas de diametro sobre tres ou quatro palmos de comprido, ou em outras vasilhas proprias se as têm, calcando-o muito bem com algumas pancadas de pilão; e fica prompto para se usar ou seja mascando, ou fumando. Pela simplicidade e grosseria deste trabalho, e pela independencia de confeições ou materias estranhas que em outros paizes costumam misturar-lhe, se conhece bem, que este é de excellente qualidade; e que se o fabricassem com o cuidado, e apuro com que em outras partes o promptificam, elle excederia naturalmente á maior parte dos que se conhecem. Não sabem aqui preparar o tabaco chamado de rolo, nem os charutos ordinarios.

Preparo da cera.

§ 14.º Já disse (art. 1.º § 8.º) que a cera não tinha aqui trato nem d'ava trabalho algum antes do momento de a tirar dos enxames: logo que a tiram, o que fazem empregando o fumo de madeiras e plantas que os indigenas conhecem, para fazer fugir as abelhas, a separam do mel (que por ser abundante, o vendem muito barato,) e a reduzem geralmente, comprimindo-a com as mãos, a pedaços de figura cylindrica a que chamam = bucos = e assim a vendem a troco de effeitos. As pessoas que a comprem, e tornam a vender para fóra do paiz, a preparam reduzindo os ditos bucos a pequenos pedaços, e lançando estes em um tacho de ferro de configuração propria, com algumas pollegadas de agoa no fundo, e uma pequena pedra no meio segura a uma azelha de corda que excede a altura do tacho: põe-se depois a ferver ao fogo, e em estando fervendo, se vai burrifando por cima com agua fria, e mexendo com um pequeno páo, ou outro instrumento proprio, o que faz reunir na parte inferior as borras, e materias es-

tranhas que contêm. Logo que ficar de côr uniforme a superficie superior e que as ditas materias estranhas, a que chamam ==pé== se hajam mergulhado, a tiram do fogo, e deixam arrefecer por tempo de dois dias; findos os quaes se tira do tacho com o auxilio da sobredita azelha de corda; e com uma especie de cutello denominado ==parão== se lhe corta, e separa o dito pé, bem como a pedra em que a corda estava segura. A estas volumosas massas que se tiram dos tachos, as quaes são geralmente de duas até oito arrobas, a que chamam ==battas== e nesta fórma se exporta quasi toda para a Java principalmente, e para a China. A cera se lavra, e reduz a vélas, da mesma maneira que se usa na Europa e em Goa.

O mel, que é aqui excellente, não custa mais que um quarto de rupia (oitenta, ou cem réis fortes) por cada canada, sendo este o valor aproximado dos pequenos effeitos por que os indigenas o trocam; porém quando os negociantes desta praça, e outros vendem alguns frascos para fóra do paiz, não é por menos de uma rupia (\$20 réis fortes) sendo o frasco de tres quartilhos proximamente.

Extracção do azeite de cocos.

§ 15.º O azeite de cocos de que aqui se faz uso para luzes, e tambem muitas vezes (sendo fresco) para purgantes em lugar do oleo de recinos tomado em igual porção, se extrahê do modo seguinte. Depois de quebrados os cocos, ralam a parte solida do miolo chamada na India ==copra== servindo-se para isso de algum pedaço de osso de qualquer animal, seguro com cordas a um páo fixo no terreno, de maneira que a parte quebrada do osso fique em fórma de córte, um pouco saliente. Nesta ponta saliente vão roçando o ceco até ficar ralado; e assim continuam até acabar toda a porção de que querem extrahir o azeite. Depois de reduzidos a massa com este tosco artificio, a deitam em alguma vasilha com muito pouca agua para ficar mais branda, e depois de bem mexida, a espremem fortemente com as mãos, e aparam o liquido que escorre em outra vasilha propria para ir ao fogo, já separada do bagaço que na India chamam ==pináca== e serve para

sustento dos porcos. Põem successivamente a dita vasilha a fogo lento, e em principiando a ferver, e fazer espuma, lhe mettem dentro metade da casca interior de um coco denominada =chereta= com a concavidade para cima, e um pequeno orificio no centro da parte mais funda, vão comprimindo, e fazendo mansamente mergulhar a dita chereta, a qual recebe pelo orificio a agua que está misturada no azeite; com uma colher feita tambem de chereta, unida a um cabo de pão se lhe vai extrahindo, e lançando fóra a agua até de todo se acabar: concluida esta operação, tira-se do fogo, deixa-se arrefecer, e fica o azeite prompto. Vinte cocos ordinarios produzem uma canada de azeite, e se forem grandes, e bons, bastam dezeseis, e ainda menos se não ficasse grande parte do oleo misturado com a pináca, attenta a pouca força comprehemente que se lhes póde applicar com as mãos.

De um methodo quasi similhante usei eu na experiencia do azeite de canaria de que fallei na parte 1.ª § 24.º fazendo pizar os miolos da fruta em um almofariz, até se reduzir a massa; e depois de ter esta fervido em pouca agua por algum tempo, a fiz separar do fogo até arrefecer. O azeite ficou como era natural na parte superior donde com uma colher facilmente se extrahio.

Preparo do sagú.

§ 16.º O sagú, de que fallei na parte 1.ª § 18, se extrahê, e prepara aqui pela maneira seguinte. Procura-se a palmeira que o contém, geralmente gaboeira, a qual nos annos proximos antecedentes, áquelle em que florece, e morre, deixa ver uma desigual, e maior grossura externa em toda a circumferencia do seu tronco com dois até tres covados de comprimento: esta grossura principia de ordinario na proximidade da raiz, e vai subindo até á parte superior. Por este phenomeno da vegetação se conhece que a palmeira tem sagú e que a quantidade deste he em razão directa da referida desigual grossura. Os indigenas cortam então as que pelo indicado signal lhes parecem, e são melhores; e separando do tronco a dita parte mais grossa, com os seus paroes, lhe tiram a casca ou delgada, e dura cortiça exterior, e o fendem e cortam em

laminas de meia até uma pollegada de grossura com tres palmos de comprimento, e differentes larguras.

Desta fórma o trazem para suas casas, e assim mesmo fresco o cortam em pedaços pequenos para sustento dos porcos, os quaes com elle engordam muito. Quando porém o preparam para alimento da gente, põem as ditas laminas a seccar ao sol depois de reduzidas a outras muito mais pequenas, e quando estão bem seccas as dispõem sobre uma especie de grandes e toscas grelhas de páos amarrados com cordas, e lhe fazem bastante fogo por baixo em distancia conveniente para se não queimarem, e só lhes extrahir alguma pequena humidade que ainda conservem nos respectivos póros. Concluida esta operação, passam as referidas laminas, ou tiras a uma especie de gamellas semelhantes no interior a pequenos barcos feitos de troncos de madeira rija com oito, ou dez palmos de comprido sobre um e meio ou dois de largo; e alli as mulheres geralmente as vão amaçando com pilões como os de que fallei tratando do arroz (§ 11 desta parte) até ficar tudo reduzido a uma especie de farello grosso, que fazem passar ou peneiram por algum panno muito ralo para lhe extrahir as pequenas fibras da madeira que necessariamente contém. Mettem depois esta especie de farellos em um sacco de esteira bem tapado, e lhe vão deitando agua, que pouco a pouco vai saindo pelas aberturas do tecido; e entretanto mexem com a mão a massa que se fórma dentro. O que é verdadeiro sagú se junta no fundo do sacco, e as pequenas partes de madeira, ou verdadeiro farello que ainda contém, ficam na parte superior, e lho tiram. Repetem estas lavagens por muitas vezes, o que faz ficar o sagú mais puro, branco, e delicado. Concluido isto, reduzem o sagú a uns grandes bolos, e assim o seccam, e guardam para comer cozido de qualquer maneira, ou assado em fórma de bolos de burrinho, a que chamam == ápas ==. Este mesmo methodo seguem quando extrahem o sagú de qualquer das outras palmeiras de que fallei no citado § 18.º da parte 1.ª, sendo preferivel a todos o que se tira daquella chamada == romby ==; porém a gaboeira o produz em mais abundancia, e por isso só em falta destas se aproveitam das outras: e ainda que este alimento é mui nutricao e sadio, os pergui-

cosos indigenas só o preparam nos annos em que a producção do milho, e do arroz é escassa por falta de chuvas.

Do modo de extrahir a toaca.

§ 17.º A toaca ou licor, que em Timor se extrahe das palmeiras que apontei no art. 1.º § 18.º, se extrahe de uma maneira analogá áquella com que na India se obtem o das palmeiras de cocos denominados =sura= porém com algum differente artificio. Logo que a palmeira principia a lançar os rebentões aonde se cria a fructa e que estes têm quasi dois palmos de comprimento, os amarram, e apertam fortemente em distancia de uma até duas pollegadas da extremidade superior, com cordas feitas das folhas mais novas da mesma arvore. Assim os conservam por dez, ou doze dias; e em todos estes de manhã, e de tarde vão amassando, e batendo o talo dos mesmos rebentões com um pequeno páo convenientemente preparado que lhes serve de martello, ou massó; sendo as pancadas na parte que fica entre o logar amarrado, e o tronco da palmeira. Passado o dito tempo, principia o rebentão assim ligado a deixar cahir algumas gotas do licôr pela sua extremidade saliente; o que observado, cortam esta a travez do seu comprimento duas ou tres linhas distante da dita extremidade, e lhe seguram um grosso canudo de bambú aberto por um lado, o qual fica com a parte inferior que é tapada, inclinada para a terra, e o seu comprimento em direcção obliqua ao horizonte. Este canudo se liga com alguma tira de folha, ou cordel, ao tronco da palmeira para se conservar firme, e não ser derribado pelo vento; e vai assim recebendo o licôr que sahe da incisão, o qual tiram ordinariamente de manhã, e de tarde, repetindo em cada vez novo córte na ponta do rebentão, quanto baste para lhe separar uma lamina transversal extremamente delgada. O licôr que se tira é em maior abundancia que o das palmeiras de coco na India; porém as que produzem mais são as chamadas =toaqueiras=.

Modo de obter a aguardente de palmeira.

§ 18.º Da dita toaca depois de azeda, extrahem alguns indigenas do paiz uma especie de aguardente a que chamam

=vinho-sabo= servindo-se nesta operação de panellas de barro em lugar de alambiques. Praticam isto de uma maneira muito grosseira, e pouco conhecida nesta praça, por ser a mais de cincoenta leguas de distancia della o lugar em que assim o fazem, e haverem-se rebellado ha muitos annos os reinos a que pertencem conservando-se independentes, e sem relações com a mesma praça até o anno proximo passado em que consegui trazel-os novamente á obediencia. De tudo isto se conclue que este methodo não é geralmente seguido em todo o paiz.

Das obras de folha de palmeiras silvestres.

§ 19.º Em toda esta Ilha fabricam as mulheres esteiras mais ou menos ordinarias de folhas da primeira especie das palmeiras silvestres =gaboeiras= de que fallei no supracitado art. 1.º § 18.º Servem-se para isto das folhas mais novas tiradas do olho da arvore em quanto se conservam fechadas em fórma de palmitos. Colhidas as mesmas folhas as poem a secçar ou murchar ao sol, mas não as deixam endurecer muito para não perderem a flexibilidade, e depois as guardam á sombra, e lhes tiram os talos ou veios duros que têm ao meio, em toda a extensão de seu comprimento, aos quaes chamam =icles= e servem para fazer vassouras de varrer casas. Preparadas assim as folhas principiam a tecer as esteiras que são inteiriças, da grandeza que se querem, ao que dá lugar o grande comprimento das folhas que é de uma braça ao menos. Estas esteiras servem para sobre ellas debulhar o arroz e para esteirar, e forrar casas. Uma mulher, trabalhando, bem pôde fazer uma vara quadrada por dia: ficam côr de palha; e algumas feitas com apuro são bonitas, e de bastante duração. Das ditas folhas de gaboeira chamadas =gabão= fazem tambem saccos para conducção de effeitos, (são estes os que geralmente se usam no paiz) tecidos como as esteiras: uma mulher faz ordinariamente um por dia trabalhando com desembaraço, o qual pôde conter duas arrobas proximamente, ou meio pico de arroz com casca (nelly). Das folhas similhantemente preparadas e colhidas das toaqueiras (dito art. 1.º § 18.º) a que chamam =côle= fabricam os súppos de que

fallei no § 11.º do presente art.; e bem assim cestos, condeças, balaies, e chapéos para marinheiros, por serem estas folhas mais grossas, e consistentes. A sua côr é mais viva, bonita, e lustrosa que a das antecedentes; e o tecido semelhante ao das esteiras. Algumas vezes tingem parte destas folhas de encarnado e preto, e as enterlaçam com as mais, formando bonitos debuxos e lavores nas obras que tecem. Quando na continuação do trabalho as folhas de ambas as especies se secam, e endurecem muito, as deixam uma noite ao sereno, e logo adquirem a precisa flexibilidade. Tambem fazem destas mesmas e outras semelhantes folhas, bolças para sigarros com suas tampas elegantemente lavradas, as quaes são de ordinario para presentes.

Valor das obras de folha de palmeiras silvestres.

§ 20.º Todas as obras de que acabo de tratar, não têm valor certo nestas Ilhas, pois as mulheres indigenas fabricam as que lhes são necessarias para suas commodidades, e as mais pessoas as mandam fazer em suas casas pelas escravas, ou pedem a algum Coronel Rei, ou Chefe principal do povo, que lhes mande pela gente do seu districto fazer as que precisam, retribuindo-lhes o trabalho com algum presente de aguardente de cana, ou outros effeitos. Nesta praça porém já existem algumas pessoas que fazem saccoes para vender quando se lhes encommendam, dão cinco por uma saca flamenga, que vale de ordinario um sexto de rupia ou 53 $\frac{1}{3}$ réis fortes. O presente que se dá por uma boa esteira de oito braças de comprimento com seis de largura, não póde custar menos de seis rupias (1920 réis fortes) isto em effeitos. Todos os mais objectos miudos não têm preço certo, e se trocam por pequenas quinquilherias.

Preparo do sandalo para se exportar.

§ 21.º O sandalo de que fallei na primeira parte § 7.º é o principal genero de exportação nestas Ilhas. Os indiegnas o cortam nos mattos, e o trocam por differentes effeitos de

que precisam, sendo principaes as espingardas de munição, e polvora. Elles mesmos, e mais ordinariamente as pessoas a quem o vendem, o preparam, cortando-o em troços de quatro palmos até uma vara de comprimento, e separando-lhes com um cutello (parão) a camada de madeira branda, e não aromatica que se acha mais proxima á casca, ou cortiça: esta camada é mais ou menos grossa conforme a idade da respectiva arvore, que sendo muito nova não presta, por ser toda formada da parte branda, e inutil da madeira. Depois de assim preparado, alisam o exterior com uma pelaina, ou sepi-lho proprio, e lhe cortam com serra, ou serrote, as extremidades ao travez das fibras lignosas. Quando assim está, se diz =serrado, e sepilhado= e assim serve para transacções do commercio. Este genero se divide em tres qualidades principaes — sandalo primeiro, segundo, e terceiro, que tambem se chama =carepo=: o primeiro deve mostrar um circulo de duas pollegadas de diametro nos seus tôpos, e ser direito, e sem furos, ou fendas; o segundo deve ter o diametro de pollegada e meia nos ditos tôpos com iguaes condições; e o terceiro, ou carépo, são todos os mais páos assim preparados, que são tortos ou têm algumas fendas, ou furos. Tambem têm valor as raizes das arvores de sandalo por mais irregulares, e tortuosas que sejam; e da mesma fórma os tôpos que se cortam das tres principaes qualidades, quando se aperfeiçoam com a serra, o que tudo serve para a extracção do oleo, mas para isto mesmo é preferivel a raiz.

Preparo das madeiras para obras.

§ 22.º Com as outras madeiras que servem para obras, e particularmente para construcção das melhores casas se pratica o mesmo que com o sandalo no que respeita a separar-lhe a camada externa de madeira branda que facilmente apodrece. O páo rosa de que fallei na parte primeira § 29.º carece absolutamente deste preparo, porque a dita camada exterior nem é da mesma côr, nem de igual consistencia; e por isso não se cortam as arvores indistinctamente quando se precisa desta madeira, pois é indispensavel que estejam em idade

annosa e propria, para terem na parte interior a devida dureza, e outras propriedades: as arvores novas, por mais corpulentas que sejam, não servem para nada. Com todas as outras madeiras de que se faz uso no paiz, é forçoso ter iguaes attensões. As madeiras tambem não têm preço certo no paiz, quem as precisa depende, como disse a respeito das esteiras no § 19.º deste art., de algum chefe de povoação que as mande promptificar, e conduzir pela gente que lhe obedece, ou pelos seus escravos; sendo preciso gratificar-lhes o trabalho com presentes proprios: geralmente se dá uma espingarda de munição por dois páos de quarenta, a quarenta e cinco palmos de comprimento, e dez até doze pollegados de diametro, com mais outros oito até doze páos de vinte palmos, sobre seis polegadas de diametro: por ser esta quantidade de madeira indispensavel para as chamadas = columnas, e esteios = de uma pequena casa. Estas madeiras são de ordinario páo rosa, por serem de maior duração.

Modo de laminar e faciar as madeiras.

§ 22.º As madeiras já se laminam nesta praça com o emprego das grandes serras de mão como na Europa, e na India; porém isto é feito pelos escravos de quem precisa as taboas, ou pelos de outras pessoas que por favor cedem os que já têm alguma luz da marcha deste trabalho, que aprenderam com algum carpinteiro chim. No interior do paiz não acontece o mesmo: para obterem uma taboa, cortam um tronco da conveniente grossura, e o vão desbastando com os seus parões (cutellos) até ficar da grossura que convem, de fôrma que uma grossa trave apenas produz uma só taboa com o auxilio deste penoso, e impertinente trabalho. O modo de faciar a madeira para hobreiras de portas de algumas casas mais bem feitas tambem no interior do paiz é o mesmo; e se servem do dito instrumento (parão) que pôde chamar-se entre os indigenas — instrumento universal, por supprirem com elle a falta de todas as mais ferramentas. Será raro encontrar um Timor sem que traga o seu parão preso á cintura, muito bem temperado, e amolado, e metido em sua especie de bainha de páo feita

por elles mesmos. Nesta praça os poucos, e ordinarios carpinteiros, ou curiosos deste officio que existem, se servem de umas machadinhas para faciar as madeiras á imitação do que praticam na China; e só se servem da enxó para desbastar alguma pequena desigualdade, ou grossura que acabam de aperfeiçoar usando da pelaina ou sepilho.

Das casas nobres e seu fabrico.

§ 24.º As casas de habitação são todas, (não excluidas as da residencia do governador) feitas de madeira, e cubertas de folhas de palmeiras, silvestres como fica dito no art. 1.º § 18.º; só o paiol da polvora na Tranqueira, ou Fortaleza principal desta praça de Dilly é feito de alvenaria, e cuberto de laminas de ardézia: muitas das ditas casas na mesma praça são rebocadas, e caiadas, e se fabricam todas da seguinte maneira. Escolhido o local, se marca o contorno com tiras de folha de gaboeira (parte 1.ª § 18.º) amarradas umas nas outras, e seguras em pequenas estacas; divide-se a largura que ha de ter a casa em duas partes iguaes e se marca da mesma fórma esta divisão: logo depois se abrem dois buracos sobre esta marcação em distancias iguaes dos tôpos, e se cravam nelles as columnas, ou páos assim chamados, de que fallei no antecedente § 22.º, ficando seis, ou oito palmos enterrados conforme a rijeza, ou brandura da terra. Nos angulos se fazem iguaes buracos, e similhantemente se enterram os esteios angulares que costumam ser mais grossos que os outros. As hombreiras das portas e janellas se firmam do mesmo modo, e tambem servem de esteios; mas se ficam muito distantes umas de outras, se lhes interpõem mais esteios. Na parte destes esteios que raza o terreno (o qual se entulha de ordinario dois ou tres palmos para evitar a humidade) se abrem uns furos rectangulares para introduzir as pontas de umas tiras de madeira de palmeira de coco ou de toaqueira, denominadas — travessões, e o mesmo se pratica no meio do seu comprimento, que fórma a altura das paredes: no extremo superior se lhes fazem umas aberturas a que chamam = bocas = para receber o travessão superior; e fica concluido o madeiramento das

paredes; sendo os travessões superiores unidos, e encaixilhados a meia madeira nos angulos da casa, e em outros logares quando não são inteiriços, para maior segurança.

Iguaes bocas se abrem nos extremos das columnas centraes para receber um travessão ou páo de madeira forte que chamam = madre = e fórma o angulo, ou vivo superior do telhado: e este é ordinariamente de quatro aguas. Concluido isto, collocam uns páos mais delgados (agueiros) a que chamam = larazes = de fórma que ficando apoiados os seus extremos mais grossos nos travessões superiores das paredes externas, e alli amarrados fortemente com cordeis feitos de gamute (para o que fazem furos em convenientes distancias nos ditos travessões) encostam a ponta superior mais delgada na referida madre, ou travessão que está sobre as columnas, e alli os seguram dois a dois com iguaes cordeis. Seguram depois transversalmente sobre estes larazes ripas de palapas (parte 1.ª § 18.º) isto é palapas inteiras, ou em falta destas de bambú que ficam entre si parallelos com distancia de dez até quatorze pollegadas umas de outras tambem amarradas com os referidos cordeis; e assim fica feito o madeiramento das casas Os ditos travessões das paredes têm uma especie de abertura, ou cano aberto a formão, em todo o seu comprimento, do lado superior o de baixo, do inferior o de cima, e em ambos o do meio; nestas aberturas se vão mettendo, uma a uma, as extremidades das palapas cortadas em conveniente medida, e bem aparadas nas pontas, atravessando-as em direcção parallela á superficie da parede por tiras de bambú aguçadas, na distancia de tres, ou quatro palmos umas de outras para maior segurança: estas tiras de bambú penetram facilmente as palapas, por serem estas inteiramente brandas, e porosas; e por isso depois de dispostas convenientemente, se forçam a ir ao seu lugar por meio de pancadas de uns pequenos pedaços de páo em fórma de massas. Desta maneira se vai continuando até se concluirem as paredes.

A cobertura, ou telhado se faz dispondo as folhas (art. 1.º § 18.º) como as telhas nos paizes em que se usam; principiando da parte inferior do telhado, e segurando-as ás ripas do madeiramento por uma especie de pontos dados com tiras

torcidas das folhas mais novas, e flexiveis. Com este artificio continuam até á parte superior, na qual unem bem os extremos das folhas das duas faces do telhado, e lhe põem outras por cima convenientemente em camadas, que a fual seguram com outro travessão ou madre exterior no encruzamento dos chamados larazes, firmando tudo isto com umas aspas de grossas tiras dos sobreditos troncos de palmeiras encaixilhadas a meia madeira perto dos extremos superiores, que geralmente aguçam para maior elegancia. Os telhados, ou aguas lateraes dos tópos, se fazem do mesmo modo, com a unica differença de se apoiarem os seus larazes em uns pequenos travessões amarrados e seguros aos dois primeiros de cada uma das outras faces.

Como as folhas que supprem a falta de telhas são compridas, ficam as extremidades de umas sobre os pontos que seguram as outras no telhado, formando camadas successivas; e portanto são os telhados mais grossos á proporção que as ripas se acham mais unidas. Estes telhados duram até oito annos sendo de folhas de gaboeira: ficam impenetraveis á agoa das chuvas, e conservam as casas frescas, o que as torna proprias para este clima. Eis aqui o modo de fabricar as melhores casas do paiz, as quaes se podem rebocar, e cair ao modo ordinario; porém a argamassa que geralmente empregam, é lama tirada de terrenos pantanosos ou argila ordinaria bem peneirada, e amassada com agoa, misturando-lhe palha de arroz miudamente picado, ou cairo de coco tambem muito pisado com um masso, e cortado em pequenas fibras: este reboco dura bastante tempo tapando-lhe externamente as fendas com cal ordinaria ou argila muito branca e fina, que se encontra em alguns logares desta ilha.

As portas e janellas se fazem de taboas, mas na falta destas usam algumas vezes de uns caixilhos de madeira, com almofadas de tiras de palapas finas, dispostas e apertadas como nas paredes de que acabo de tratar.

Das casas rusticas e seu fabrico.

§ 25.º As casas rusticas, e barracas em que vive geralmente o povo, têm a mesma configuração que as nobres, e são

feitas á semelhança destas, com madeiras toscas taes quaes as cortam nos mattos, supprindo com ligações de gamutte, ou folhas novas de palmeira silvestre tudo quanto nas outras se consegue com o artificio que fica relatado. Nos lugares montanhosos em que não se encontram palapas, supprem com tiras de grossos bambús como fica dito (art. 1.º § 30.º) sendo as casas elevadas do terreno sete ou oito palmos, com uma especie de soalho feito das mesmas tiras de bambú; servindo para viver a gente o pavimento superior, e o inferior para os porcos que geralmente criam. Estas casas não têm divisões internas; pois assim os homens, como as mulheres, e creanças vivem, e dormem todos misturados; o que entre os indigenas não é digno de reparo, por isso mesmo que quando os maridos querem ter conversações mais particulares com suas mulheres (para o que as avisam com o som de uma pequena gaita) o fazem no mais interior dos mattos como os irracionais, até de um modo extraordinario, e além de todo natural; pois em taes occasiões se conservam de cocaras á imitação dos macacos.

Usos da cal, e modo de a obter.

§ 26.º A cal em Timor não só serve para caiar, e entrar na composição das tintas (como já indiquei) mas tambem para comer. Os indigenas misturam as folhas de uma planta trepadeira chamada =betel= das quaes Faria e Sousa se lembrou na sua =*Asia Portuguesa*= chamando-lhes =folhas amigas do estomago= com pequenos pedaços, ou fatias de miolo de aréca, e cal; e comem esta mistura em pequena quantidade todos os dias, e a toda a hora; afirmando que os torna vigorosos; e que tendo-a, podem passar muitos dias sem comer mais couza alguma. Outros (porém não é tão geral) preparam uma massa da mesma cal com tamarindos que lhes servem de sustento, ou comem esta fructa quando está madura pulverisada com a cal secca. Portanto a cal é aqui um objecto indispensavel, e se obtem pela calcinação de umas petrificações marinhas e ramosas, com a figura de esponja (coral-branco) o que chamam =carão= e que se acha em grande quantidade nas praias de toda a Ilha, e tambem no interior

em algumas montanhas. Para fazerem esta operação, juntam uma camada de lenha secca, põem-lhe em cima o dito carão, cobrem-no com mais lenha, e lhe lançam fogo; deixam arder; e em o fogo se extinguindo, está prompta a cal para os ditos usos.

Modo de endurecer o ferro ordinario, convertel-o em aço, e tornal-o brando.

§ 27.º Uma das cousas que mais excitam a curiosidade dos indigenas de Timor, é o modo de fabricar obras de ferro com o fim de fazer lanças, azagaias, espadas, e outras armas brancas; e de concertar, e melhorar as de fogo quando se lhes damnificam. Disto podéra bem concluir-se que o povo de Timor é valente, e apto para a guerra, o que realmente não acontece; pois nas suas (que só dão cuidado a quem as não conhece) mais se exercita a traição, a covardia, e a crueldade do que o verdadeiro valor, e destreza marcial. Isto porém não pertence ao meu objecto, e portanto volverei a elle: os ditos indigenas, que quasi todos são inclinados pela dita causa ao officio de ferreiro, sem que nenhum se resolva verdadeiramente a sel-o, á força de experiencias grosseiras e repetidas, descobriram, e praticam o seguinte methodo para temperar e tornar em bom aço o mais ordinario ferro. Misturam algumas fructas de bringela brava, planta commum, e conhecida na India, com bastantes folhas de espongeira macha, tambem lá conhecida que porduz umas pequenas flores alongadas em figura de amoras, e còr rôcha como a flor do alecrim; juntam-lhe alhos, e sal commum, e pisam tudo isto sobre alguma pedra liza misturando-lhe agoa do mar quanta baste para que a mistura assim pisada se reduza a massa branda, ou polme. Feito isto aqueçam no fogo a pessa que querem temperar, ou converter em aço, até principiar a ficar vermelha, e neste estado a untam com a dita massa, mais ou menos branda, conforme a tempera que lhe querem dar, usando para isto da rama de uma pena, e a tornam depois a metter no fogo até ficar novamente em braza. Em o conseguindo, tiram-a, e a mergulham em agoa commum e do mar, partes iguaes, até

arrefecer; e assim fica temperada, o que conhecem ferindo-a com algum instrumento de aço para ver se lhe resiste, e está bem dura, ou com uma pedra de fogo para ver se scientila. No caso de assim acontecer, está convertida em aço; e não acontecendo, a sujeitam de novo á mesma operação. Tambem o experimentam com uma tira de folha de palmito de toaqueira (art. 1.º § 18.º) dobrada em algumas dobras, roçando branda e continuamente a parte plana exterior das folhas pelo ferro assim em braza até arrefecer; e se ficar queimada uma das dobras, e metade da espessura da outra, ficam entendendo que o ferro está bem temperado.

Assim temperam as facas flamengas de que se servem, e os taes cutellos chamados = parões = que os homens todos trazem comsigo; e conseguem que os fuzís das espingardas fiquem bem scientilantes.

Acontecendo porém que algum dos ditos instrumentos fique demasiadamente endurecido, e quebradiço, o tornam mais brando e flexivel, mettendo-o em uma panella de arroz cozido quando estiver fervendo, e deixando-o assim estar por bastante tempo: ou tambem assando uma fructa de papaia, ou mamão, e quando estiver bem quente, mettendo-lhe e conservando-lhe dentro o ferro que se quer abrandecer.

Isto tudo me communicou o velho e honrado Brigadeiro Rei de Motaél, D. Antonio da Costa Pereira, homem de muita habilidade, e conhecimento dos usos do seu paiz; e por isso merece todo o credito que por nenhuma fórma se poderia dar em tal objecto a outro qualquer indigena, pois elles praticam estas operações muito occultamente, e fazem dellas o mais alto mysterio.

Das embarcações usadas no paiz, e seu fabrico.

§ 28.º As embarcações que ao presente se fabricam no paiz, são uma especie de lanchas maiores ou menores de configuração ordinaria, tendo junto da pôpa seu camarim ou toldo de madeira para commodo de passageiros que transportam, e para a recadação de algumas mercadorias que precisam ser preservadas do sol, e das chuvas. Empregam nellas vélas de

panno de algodão (§§ 8 e 10 desta parte) tecidos no paiz, e alguns indigenas suppreem com esteiras de folha de palmeira silvestre a falta dos ditos pannos. Ha outras embarcações mais pequenas a que chamam = beiros = que são uma especie de canôas feitas de um só páo escavado, sobre as quaes nas extremidades do seu comprimento atravessam dois bambús, ou quaesquer varas de madeira leve, excedendo uma braça proximamente de cada lado á largura de taes embarcações, e prendem nos extremos destas varas uns páos aparados, e cortados na figura de quilha de um barco, que ficam em posição parallelá ao comprimento das canôas, e concorrem para que se não voltem quando navegam; o que por certo aconteceria, se lhes faltassem as ditas varas e páos assim dispostos, a que chamam = braços =: estas pequenas embarcações usam geralmente vélas de esteira. Ha outras mais curtas e largas, a que chamam = lépalepa = e tambem = champana =, que andam presas com um cabo aos barcos maiores de que acima fallei, e servem para os carregar, e descarregar, e para embarque, e desembarque de gente; porém não se lhes addicionam os taes braços que empregam nos beiros, nem os precisam por não serem (attenta a sua configuração) sujeitos a virar-se.

Das obras de tartaruga, e ponta de bufalo.

§ 29.º Alguns indigenas do paiz fazem pentes assim de pedaços de tartaruga que acham nas praias do mar, como de pontas de bufalo previamente preparadas. O preparo das ditas pontas é como se segue. Tiram-lhes o sabugo interior e depois separam e cortam transversalmente com um serrrote assim a extremidade delgada, como a mais grossa que servia de raiz: ábrem o restante em duas partes iguaes em todo o comprimento, e depois cobrindo-as todas com uma delgada camada de cera, a sujeitam a um grande calor do fogo, com o que adquirem muita flexibilidade: assim mesmo quentes as carregam com algum peso sobre qualquer superficie plana, e deixando-as por algum tempo, se applanam completamente, e ficam promptas para as ditas obras. Raspam depois estas laminas assim preparadas com um pedaço de vi-

dro, ou ferro amolado, até ficar em grossura conveniente, e as cortam com a ponta de uma pequena faca, ou ferro aguçado, para lhes dar a conveniente configuração. Com um pequeno serrote fazem os dentes da grandeza que querem, e depois os aperfeiçoam com as ditas pequenas facas, ou canivetes, e com a ponta destes lhes fazem alguns engraçados abertos, imitando flores, ou ramos dellas: o mesmo praticam com a casca de tartaruga.

Dos ditos pentes usam assim as mulheres como os homens que pela maior parte não cortam os cabellos, e os trazem entrancados, e penteados como as mesmas mulheres: porém os Reis, e Coroneis, que em geral se vestem á Européa quando vêm á praça, todos usam de cabello cortado.

Tambem aproveitam as extremidades mais delgadas das pontas de bufalo para fazer pequenos polvarinhos em que guardam polvora fina para escorva de suas espingardas; pois geralmente as carregam com polvora mais grossa.

Estas obras não têm preço certo no paiz, e só as trocam uns com os outros por alguns insignificantes generos, ou effeitos de que precisam, e a estas trocas, em que consistem todas as suas compras, e vendas, chamam = fazer aquenão =.

Dos operarios, e jornaleiros.

§ 39.º Já fica muitas vezes dito, que neste paiz não ha quem trabalhe por jornal, excepto os poucos, e mui ordinarios carpinteiros de que fallei no § 1.º desta parte, os quaes servem conjunctamente de calafates, e tambem de pedreiros para rebocar, e cajar paredes. Estes operarios não passam de cinco ou seis, nem de dois ou tres os que trabalham como maos ferreiros. Quando alguém precisa fabricar alguma pequena casa, ou fazer qualquer obra, é forçoso depender de algum Coronel Rei, ou Chefe de povoação para poder conseguir gente, ou de alguma pessoa que tenha escravos, e os queira emprestar mediante a competente recompensa em generos. É preciso não obrigar aquelles do povo que se conseguem dos Chefes a trabalhar mais de tres ou quatro horas por dia; pois em caso contrario, ou em pertendendo delles mais

actividade, abandonam o trabalho, fogem todos, e nada se póde concluir.

Dos jornaes, ou salario dos trabalhadores.

§ 31.º Os unicos operarios que vencem jornal certo em Timor, são os poucos carpinteiros que existem. Destes os tres melhores vencem cada um 320 réis fortes, ou uma rupia por dia, e os mais ganham sómente metade desta quantia. Os ferreiros trabalham por ajuste particular conforme a natureza das obras que se lhes encommendam, as quaes são mais baratas quando se lhes dá o ferro; porém querem por qualquer insignificante e grosseiro objecto, ao menos uma rupia, ou seis facas flamengas. A menor gratificação que se dá a um trabalhador ordinario, é a de uma das ditas facas por dia; porém não ficam contentes, se não quando lhes dão duas.

Modo de supprir a falta de operarios.

§ 32.º Todas as pessoas estabelecidas em Timor têm maior ou menor numero de antigos escravos do paiz, e se provêm de algumas mais ordinarias ferramentas de carpinteiro, para como taes empregarem aquelles dos ditos escravos que mostram ter mais geito, e habilidade. Com este soccorro se fabricam aqui as casas, e os barcos; pois um dos ditos carpinteiros que existem, risca as peças em separado, e dá as direcções; em quanto os taes escravos mais habeis preparam mui grosseiramente as mesmas peças que o director depois aperfeiçoa e préga em seus competentes logares.

É isto quanto em geral se observa, e segue em Timor no que respeita á industria fabril, sem omittir particularidade, ou circumstancia alguma que seja digna de qualquer pequena attenção.

(Continuar-se-ha.)

PARTE NÃO OFFICIAL.

MARINHA.

VAPOR E VÉLAS

SIMULTANEA OU ALTERNADAMENTE.

As machinas a vapor collocadas a bordo dos navios, foram no principio applicadas unicamente a duas rodas que, guarnecidas de pás, pelo seu movimento impeliam a agua, e por consequencia o navio no sentido opposto; e este é ainda o systema mais usual, sendo tambem aquelle por meio do qual se póde obter a maxima velocidade.

Como porém existam hoje diversos systemas que, sendo movidos pela força das machinas, servem para empurrar ou repulsar as aguas em que se fluctua, conveio-se em dar o nome generico de *propulsores a todo o maquinismo que movido pelas machinas repulsa a agua*, chamando por consequencia *propulsão* á força que os animã.

Sendo o nosso intuito tratar resumidamente deste assumpto sem buscarmos investigar um grande numero d'invenções mechanicas ainda hoje tão pouco conhecidas como praticadas; citaremos unicamente os *propulsores* mais conhecidos, notando em frente as maximas velocidades obtidas, sendo movido tudo pela applicação mais coveniente das machinas a vapor; e teremos:

Propulsores mais conhecidos.

Rodas com pás.....	11 milhas
Helice (de differentes systemas).....	8 »
Conoide (plano inclinado em roda de um cone).....	7,5 »
Turbilhão.....	7 »
Palmpedés.....	5 »

Para darmos succinta idéa destes diversos systemas, entre os quaes sómente as rodas com pás são geralmente conhecidas, passaremos a definir cada um de per si.

Helice.

Similhanamente ao parafuso de Archimedes, o Helice é a figura que resulta de uma ou mais fitas metalicas, que por uma das suas orellas ou lados forem pegadas a uma haste ou cylindro tambem metalico, contornando-o em fórma de parafuso, soffrendo varias modificações e ampliações, conforme a opinião dos diversos machinistas.

Conoide.

A mesma tira ou fita envolvida ou percorrendo a superficie de uma pyramide conica em lugar do cylindro: similhante por consequencia ao Helice.

Turbilhão.

É um systema de quatro pás ou azas proximamente triangulares, pegadas por um dos seus vertices a um eixo ou roda, e torcidas ou inclinadas como as vélas de um moinho; fazendo o seu plano, com a perpendicular ao mesmo eixo, um ângulo de 60°.

Todos estes tres systemas de propulsores trabalham no sentido horisontal; isto é: os seus eixos na mesma direcção ou parallellos ao comprimento do navio.

Palmipedes.

É uma imitação da estrutura natural dos pés das aves aquaticas, cujos dedos, que são ligados por membranas, juntam-se e dobram por consequencia a membrana quando o pé se move para diante; e abrem-se dedos e membranas quando o pé empurra a agoa para traz.

De todos estes systemas o mais preferido, depois das ro-

das com pás (e talvez mesmo a estas), é o Helice, pelas causas que adiante mostraremos. Os navios inglezes a que tem sido applicado o parafuso Helice, e aquelles que se destinam a isso, são os seguintes:

Em nado:

Nomes dos navios. Tonelladas. Força em cavallos

Great Northern	1.430.....	360
Archimedes (de ferro)	237.....	70
Mermaid (de ferro)	164.....	15
Princess Royale	101.....	45
Beech (de ferro)	30.....	10
Beddington	270.....	60
Noveltie	300.....	25

Em construção.

Great Brithain (de ferro)	3.600.....	1.175
Terrible	—	—
Rattler	800.....	200

À vista do maravilhoso destas construcções e da tendencia que parece notar-se em dar progressivo desenvolvimento á navegação feita por meio de embarcações movidas pelo emprego destes propulsores, quem tiver notado que a maxima velocidade, como fica dito, resulta do uso das rodas com pás, ficará contrariado se não continuar a seguir o fio do nosso discurso, o qual levaremos de modo que, fazendo-o geralmente intelligivel a todas as profissões, e fugindo quanto possivel das complicadas theorias desta especialidade, tão pouco cultivada, desgraçadamente, entre nós, possa conduzir-nos ao perfeito conhecimento dos motivos desta tendencia.

Se houve alguém que dissesse, que a navegação por meio de vélas seria em breve abandonada, póde certamente cada dia ir perdendo mais a esperanza de ver realisada tal profecia. Se os barcos a vapor navegam apesar do vento e contra o vento, os navios de vélas apresentam todavia, no estado actual da sciencia maritima, garantias de segurança, em cer-

tas e frequentes circumstancias, que os barcos a vapor, munidos com rodas e pás, jámais poderão apresentar.

Quando por varias vezes é preciso lutar com mares grossos e contrarios, em um barco movido unicamente por meio de rodas com pás, faz-se necessario conservar o barco aproando ao mar; e dar, para sustentar esta posição, bastante força á machina, a fim de conservar sempre, ou por vezes, algum seguimento, de modo que obedeça á acção do leme; pois só assim se poderá evitar que o navio atravesse aos mares de que lhe podia resultar a maior fatalidade: nesta critica posição, além do muito prejuizo que se póde soffrer pelo repetido choque das vagas contrariadas batendo contra os caixões das rodas e contra as mesmas rodas, gastar-se-ha toda ou a maior parte do combustivel sem adiantar caminho; e, escapando de maiores desgraças, no fim da tempestade, este barco a vapor ficará inapto para procurar o porto do seu destino.

Tragicos, bem tragicos têm sido os successos desta natureza, e repetidos sinistros fizeram concluir, como principio incontestavel, que *os barcos movidos sómente por meio do vapor seriam unicamente seguros para as navegações de cabotagem.*

Mas no frenesi de obter rapidos progressos e melhoramentos nas artes, sentimento que tanto caracteriza a época actual, occorreram e occorem seguidamente grande numero de alvitres, que devem remediar a tão graves inconvenientes; nós tomaremos época no presente, e citaremos ou faremos sómente commemoração daquelles que a boa razão e a theoria e pratica das cousas do mar nos fazem apreciar como dignos de merecer a preferencia:

O primeiro de todos os melhoramentos que soffreram taes inconvenientes, foi uma decidida tendencia para ajuntar os dois meios de navegar em um mesmo navio; a saber: o das vélas e do vapor: foi o fructo de um simples pensamento; inutilizadas as pás ou gasto todo o combustivel, as vélas levariam o navio a qualquer porto de arribada, e possivel seria mesmo leva-lo ao seu destino.

Com tudo as pás ainda serviam de grande obstaculo estando a machina parada; era preciso remover taes inconven-

nientes, e adiante mostraremos os meios que se empregam para o conseguir.

Restou porém, como idéa fixa, que *as embarcações movidas por vapor que não forem sómente destinadas a navegações de cabotagem; e, em geral, os vapores de guerra, isto é aquelles que não têm destino certo, devem ter sempre um systema completo de vélas; mas com algumas modificações particulares, como pouca guinda, maior desenvolvimento nas vélas latinas do que nas redondas, etc., etc.* Tudo consequencia de terem a navegar em algumas occasiões só por vapor e contra o vento, e tambem em razão da sua pouca boca e demasiado comprimento de quilha.

Para darmos uma idéa mais ampla deste systema moderno de navegar por meio de vélas e vapor, traduziremos aqui uma pequena parte dos interessantes escriptos de Mr. *Leon du Parc*, quando trata das modernas construcções e experiencias inglezas sobre este assumpto:

“*O Great Northern*, diz elle, foi deitado ao mar neste anno (1842) e tem as seguintes dimensões:

Comprimento de quilha limpa..... 67^m,60

Boca { Por fóra..... 11^m,30
 { Por dentro..... 8^m,05

Porte { Segundo o antigo methodo, tonelladas 1.430
 { Segundo o novo methodo, idem..... 1.514

O parafuso *Helice* será collocado no macisso da pòpa, e terá 3^m,35 de comprimento, e 4^m,27 de altura: deve dar 88 voltas por minuto, e communicar por este meio a velocidade de 9 milhas por hora. O convés não é cortado; e por fóra, na mastreação e obras mortas, tem este navio toda a apparencia de uma fragata. A força do vapor deverá ser de 3 libras por pollegada quadrada (medida ingleza).

O Mermai, construido de ferro, tem uma machina de rotação de *Galloway*. As dimensões deste navio são as seguintes:

Comprimento..... 39^m,60

Boca { Por fóra..... 5^m,80
 { Por dentro..... 2^m,75

Porte em tonelladas..... 164

Força em cavallos..... 55

As caldeiras são construídas pelos mesmos princípios das locomotoras. A machina e a caldeira pesa tudo 18 tonelladas: uma arvore ou madre, com um parafuso de bronze na extremidade, constitue o unico mechanismo ou propulsor existente; não ha manivellas neste systema: a velocidade em calma foi de 10 a 11 milhas por hora. Todo o machinismo não occupa mais do que a sexta parte das machinas de marinha ordinarias.

Suppor-se-ha tambem que commettemos grande falta se não fizermos algumas observações a respeito do *Novelty*, no qual a relação das tonelladas para a potencia é como de 12 para 1. O *Novelty* é destinado a navegações de alto bordo, assim como a *Maria*, o *Vernon*, e o *Conde de Hardwich* (de 1.000 tonelladas estes ultimos), os quaes foram armados com uma machina de só 30 cavallos cada um. A experiencia tem demonstrado que empregando machinas de tão pequena força, e não usando do vapor senão em calma ou brisas fracas, ou algumas vezes sómente do propulsor de sotavento a fim de diminuir o abatimento e ganhar posições em que se deve encontrar vento favoravel: estes navios têm feito viagens á India muito mais brevemente que os navios de vélas, e têm sómente estado no mar o mesmo tempo que os navios a vapor de 200 ou 300 cavallos navegando sempre a vapor, diligenciando, em razão de sua grande força, seguir o caminho directo; de que resulta serem obrigados a demorar-se percorrendo muitos portos a fim de se refazerem de combustivel, e terem tambem que lutar muitas vezes com ventos contrarios, que só vencem difficulosamente.

Cabe bem neste lugar dar alguma noticia do *Vernon*, que foi o primeiro navio de vélas e vapor, usando deste como auxiliar, que foi de viagem ás Indias orientaes; por quanto foi em consequencia dos resultados obtidos nesta viagem que se deliberaram, na Inglaterra, a fazer applicação do parafuso movido por machinas de pequena força a muitos navios da Companhia das Indias.

O *Vernon* é do porte de 1.000 tonelladas, a sua maxima velocidade por meio de vélas é de 12 a 13 milhas, vento largo e brisa muito fresca, e mereceu por isto a escolha para

ser empregada na experiencia. Collocou-se-lhe a bordo uma machina de baixa pressão, da força de 30 cavallos, disposta na coberta mais inferior: o espaço que a mesma occupava era de 7^m,30 (22 pés 4 $\frac{1}{2}$ pol.) de comprimento, e 3^m (9 pés 3 pol.) de largo: o peso de todo o apparelho do machinismo era de 23 tonelladas, construido tudo de maneira que se podiam fazer as rodas soltas e livres, chamar as pás ao centro das rodas, ou meter dentro eixos e pás com facilidade, e quasi instantaneamente. Assim disposto tudo, e tendo a seu bordo 900 tonelladas de differentes mercadorias e 60 de carvão de pedra, ficou demandando 5^m,18 (15 pés 8 pol.) No primeiro ensaio, a velocidade deste navio, usando do vapor, não excedia a 5,8 milhas nauticas por hora. Neste estado partio para Calcutá; e, apesar de algumas avarias que teve a machina por causa de vicio de construcção, fez uma viagem bastantemente feliz. Gastou depois de Calcutá a Londres 95 dias, demorando-se 7 dias forçadamente no cabo da Boa Esperança: do cabo até Inglaterra só gastou 48 dias, viagem a mais curta que se póde mencionar (*).

O navio *India* de 1.200 tonelladas e da força de 325 cavallos, gastou 137 dias em vir da India; a saber: 54 dias a vapor, 46 sobre véla e 37 nos portos por onde fez escalla. ,,

Do que temos mencionado, e do muito que se faz e escreve no presente, podemos deduzir que a navegação por meio de vélas está bem longe de ser abandonada, posto que a maravilhosa invensão das machinas a vapor não deixe de continuar a promover extraordinarias vantagens já na cabotagem, em que continuará a ter toda a preferencia, ou mesmo nas viagens de longo curso, onde ajudando o systema das vélas, servirá de fazer desaparecer ou atenuar os inconvenientes de calmas ou a teima de contrarios ventos que tanto paralisavam o uso das mesmas vélas.

Nota-se tambem que a applicação do parafuso Helice em logar das rodas com pás, vai obtendo uma decidida preferen-

(*) No anno de 1836, em um navio de vélas, viemos de Santa Helena a Lisboa em 38 dias, o que corresponde proximamente á referida viagem.

cia, por isso que deixa o navio por fóra livre e desembaraçado para poder lutar com as tormentas, gosando de todas as vantagens que podem ter, e effectivamente têm os navios de vélas.

Com tudo nós vimos que a maxima velocidade que se póde colher das maquinas a vapor é quando os propulsores são rodas com pás; e, ou seja por este motivo, ou porque os parafusos é uma invenção recente, e ainda pouco generalizada, ou tambem porque convem melhorar o serviço dos barcos que ha muito estão feitos, por isso passaremos a tratar do meio de passar do uso das pás móvidas por vapor ao das vélas, e *vice versa*.

Para passar do vapor ás vélas e eximir as rodas quanto fôr possível do choque dos mares e do obstaculo que as mesmas fazem ao seguimento do navio, têm-se praticado quatro methodos differentes, a saber:

1.º Tirar as pás que poderão ficar mergulhadas, e as que ficarem expostas a receber o choque das vagas.

2.º Fazer correr as pás pelos raios da roda até ao centro da mesma.

3.º Fazer tomar ás mesmas pás uma posição vertical, e no sentido de pôpa a prôa, obrigando-as a girar sobre um eixo.

4.º Soltar as rodas fazendo-as independentes das maquinas, e deixando-as livremente rodar á mercê das vagas e do seguimento do navio.

Por não fazer demasiadamente prolixa esta, já assás estirada disertação, diremos francamente, que não tratamos de analisar aqui os tres primeiros systemas, os quaes julgamos mui dignos de louvor pelo lado theorico, e pela parte artistica, e que sabemos têm sido muitas vezes ensaiados com bom resultado (talvez em quanto novos em construcção e em mares pouco agitados) mas que, segundo nosso entender, se tornam impraticaveis em razão do máo local em que se faz a operação, da rapida oxidação das ferragens e da necessidade que muitas vezes haverá de praticar a mesma operação na presença de um mar agitado; e, sem mais dizermos a este respeito optaremos decididamente pelo 4.º methodo, isto é.

pelo de soltar as rodas: operação que se pratica de dentro mesmo do barco e que é a mais geralmente adoptada na marinha ingleza.

Dois modos ha de fazer as rodas independentes das machinas, a saber por um systema construido de positivo, o qual tem bastante analogia com o machinismo que serve para passar do movimento progressivo ao retrogrado, ou soltando as manivellas nas machinas em que esta operação se torna possível.

O primeiro methodo é quasi instantaneo, o segundo precisa fazer parar o barco, mas é applicavel a muitas machinas onde nunca se fez a passagem de navegar por vapor a navegar por vélas.

Posto que seja nossa opinião dar a este systema, de soltar as rodas, uma decidida preferencia sobre os tres primeiros, todavia podem ser simultaneamente empregados o primeiro e o ultimo, e vem talvez a proposito traduzirmos neste logar um pequeno artigo de Mr. *Bajot*, extractado do jornal de uma viagem, o qual nos parece de bastante interesse, pois nos dá uma idéa completa deste meio de proceder e de navegar.

Viagem do Vixen, vapor de S. M. B., desde Inglaterra até ao Cabo da Boa Esperança.

(Extracto do jornal do mesmo navio.)

1842	Rumos	Caminho andado	Latitude	Longitude	Ventos	Observações
Jan.º 14					SE.	Sahio do porto de Plymouth ás 3 h. e 30' da noite; e deitou para o mar.
" 15	S. 28º O.	150 mil.	48º 8' N.	5º 55' O.	NE.—SO.	Vento bonança. — Vento fresco.
" 16	S. 28. O.	114 "	46. 34. "	7. 14. "	NO.	Vento fresco.
" 17	S. 37. O.	163 "	44. 20. "	9. 42. "	N.	Tempo assás bom.
" 18	S. 24. O.	200 "	41. 16. "	11. 32. "	NE.	Vento moderado.
" 19	S. 24. O.	225 "	37. 51. "	13. 29. "	NE.	Vento fresco.
" 20	S. 26. O.	200 "	34. 52. "	15. 20. "	ONO.	Bom tempô.
" 21					Calma	{ As 7 h. da manhã fundeon no ancoradouro do Funchal (Ilha da Madeira).
" 22					NE.	
" 23					SO.—NE.	As 9 h. da noite deixou a Madeira por vapor.
" 24	S. 26. O.	116 "	30. 54. "	17. 57. "	ENE.	Brisa moderada.
" 25	S. 29. O.	200 "	28. 0 "	19. 49. "	E.	Bom tempo.
" 26	S. 27. O.	203 "	24. 59. "	21. 32. "	SE.—NE.	Brisa fraca.
" 27	S. 21. O.	204 "	21. 47. "	22. 47. "	NE.	Idem.
" 28	S. 23. O.	203 "	18. 41. "	24. 13. "	ENE.	Brisa fresca. As 5 h. 40' vio a Ilha de Santo Antão : cessou o vapor, tornou as rodas independentes, soltando-as; e navegou só com as vélas.
" 29					NE.	As 10 h. da manhã fundeon no ancoradouro da Ilha de S. Vicente.
" 30					ENE.	Brisa fresca.
" 31					NE.	Tempo assás bom.
Fev.º 1					ENE.	Brisa fresca. As 4 h. da noite suspendeu, largou as vélas, e navegou por meio das mesmas e sem vapor; rodas independentes.
" 2	S. 25. E.	121 "	14. 58. "	24. 18. "	ENE.	Brisa fresca.
" 3	S. 46. E.	142 "	13. 19. "	22. 33. "	ENE.	Bom tempo.
" 4	S. 50. E.	175 "	11. 27. "	20. 14. "	NE.	Idem.
" 5	S. 44. E.	96 "	10. 18. "	19. 5. "	NE.	Brisa fraca. As 5 h. da manhã estabeleceram as rodas e o vapor.
" 6	S. 41. E.	167 "	8. 12. "	17. 14. "	ONO.	Brisa fraca.
" 7	S. 40. E.	190 "	5. 45. "	15. 13. "	Calma	Idem.
" 8	S. 47. E.	195 "	3. 23. "	12. 57. "	SSO.	Bonança.
" 9	S. 47. E.	205 "	1. 3. "	10. 27. "	S.	Idem.
" 10	S. 10. E.	167 "	1. 41. S.	9. 57. "	SSO.	Mar plano; bom tempo.
" 11	S. 32. O.	189 "	4. 21. "	11. 38. "	SSO.	Idem.

1842	Rumos	Caminho andado	Latitude	Longitude	Ventos	Observações
Fev. 12	S. 26. O.	198 mil.	7° 19' S.	13° 5' O.	SE.	As 3 h. da noite viram a Ilha da Ascensão; ás 8 pararam com o vapor, e atravessaram com as velas.
" 13					SE.	Pela manhã fundeou no ancoradouro da Ascensão.
14 a 19					—	Esteve fundeado.
" 20			8. 9. "	14. 5. "	SSE.	Geraes moderados. As 7 h. e 20' da manhã suspendeu, e navegou por vapor.
" 21	S. 69. E.	157 "	9. 6. "	11. 37. "	SE.	Bom tempo.
" 22	S. 68. E.	165 "	10. 6. "	9. 2. "	SE. 4 E.	Mar. plano.
" 23	S. 65. E.	187 "	11. 25. "	6. 10. "	SE.	Idem.
" 24	S. 46. E.	187 "	13. 34. "	3. 51. "	SSE.	Idem.
" 25	S. 46. E.	183 "	15. 41. "	1. 35. "	SE.	Idem.
" 26	S. 46. E.	161 "	17. 33. "	0. 25. "	SSE.	Mar pela prôa.
" 27	S. 48. E.	170 "	19. 27. "	2. 37. E.	S.	Tempo assás bom.
" 28	S. 49. E.	185 "	21. 26. "	5. 9. "	SSE.	Vagalhão da prôa.
Março 1	S. 45. E.	178 "	23. 32. "	7. 25. "	SSE.	
" 2	S. 45. E.	154 "	25. 21. "	9. 25. "	SSO.	Vento fresco.
" 3	S. 49. E.	164 "	27. 8. "	11. 44. "	SO.	As 8 h. da noite apagaram as fonalhas, soltou as rodas, e navegou com as velas.
" 4	S. 51. E.	86 "	28. 2. "	13. 0. "	SO.	As 4 h. da noite tiraram as pás ás rodas.
" 5	S. 44. O.	59 "	28. 44. "	12. 14. "	SSO.	Tempo assás bom.
" 6	S. 42. E.	61 "	29. 29. "	13. 1. "	Variaveis	Mar plano.
" 7	S. 23. O.	83 "	30. 46. "	12. 24. "	SSE.	Idem.
" 8	S. 81. E.	115 "	31. 4. "	14. 36. "	SSO.	Vento fresco.
" 9	S. 78. E.	67 "	31. 18. "	15. 53. "	S.	Idem.
" 10	S. 26. E.	43 "	31. 57. "	16. 15. "	SE.	Mar plano.
" 11	S. 51. E.	40 "	32. 22. "	16. 52. "	SSO.	As 3 h. da noite collocaram as pás no seu lugar, e restabeleceram as rodas e o vapor.
" 12					SO.	As 11 h. da manhã fundeou em Table-Bay.

O barco a vapor *Vixen* sahiu de S. Vicente, nas ilhas de Cabo Verde, no 1.º de Fevereiro de 1842, dirigindo-se para a ilha d'Assenção, navegando por meio das vélas sómente e com as rodas soltas e independentes das machinas; passou o dia seguinte por entre a ilha do Fogo e a de Santiago, a uma legoa proximamente a barlavento da primeira.

No dia 5 achava-se por 10º de lat. N. e 19º de long. O. de Greenw., neste ponto extinguiu-se a briza quasi repentinamente; as rodas foram então instauradas, e o vapor posto em acção.

No dia 9, ás 10 horas da noite, cortou a linha por 9º 47' de long. O., havendo uma fraca viração do SSO. e o mar muito plano. Em 12 chegou á ilha d'Assenção ás 8 horas da noite, tendo encontrado, em toda esta pequena travessa, ventos fracos, e bellissimo mar. Deixou a Assenção em 20 de Fevereiro, empregando a força do vapor e dirigindo-se ao Cabo de Boa Esperança, não tendo a bordo mais do que 285 tónelladas de carvão.

Deitou 7 milhas e 2 decimos por hora no termo medio até ao dia 3 de Março ás 7 horas da noite, e não tendo a bordo mais carvão do que para 20 horas, largou as suas vélas fazendo as rodas independentes. Nesta occasião achava-se a 465 milhas de distancia ao Cabo. No dia seguinte desmontou as pás. Entre os dias 3 e 11 o vento foi moderado variando entre SO. e SE.; e neste periodo bordejou nas amuras mais vantajosas para se aproximar do Cabo; e fez, no termo medio, 45 milhas por dia de caminho util. Achando-se no dia 11 a distancia de 20 horas de vapor, restabeleceu o mesmo, armando as pás e ligando as rodas ás machinas. Finalmente no dia 12 ás 5 horas da madrugada chegou a Table-Bay tendo sómente a bordo uma tonellada de carvão de pedra.

De tudo pois que fica exposto podemos concluir fazendo a seguinte recapitulação:

Que nas navegações de simples cabotagem poderão continuar sem perigo a ser empregados os barcos movidos unicamente por vapor.

Que para as travessas em distancia de portos de arribada

será absolutamente indispensavel um systema de vélas mais completo, empregando o methodo de soltar as rodas, operação que é possível em todos os barcos.

Que fazendo as rodas e suas caixas grande embaraço em occasião de mares gróssos, será geralmente adoptado dentro em pouco tempo o uso exclusivo dos parafusos ou de outros propulsores que deixem o navio livre por fóra de todo o embaraço, e apto para fazer uso das suas vélas nas navegações de alto bordo.

E finalmente: que sendo os vapores do Estado destinados a todas as exigencias do serviço, deverão forçosamente ter um systema de vélas, o qual póde constar de pequenas gaveas em um unico mastaréo, e de bons latinos; sendo assás facil arcarem tudo quando forem empregados em commissão de cabotagem.

F. A. M. Pereira.

The first of these was the establishment of the
 second was the establishment of the
 third was the establishment of the
 fourth was the establishment of the
 fifth was the establishment of the
 sixth was the establishment of the
 seventh was the establishment of the
 eighth was the establishment of the
 ninth was the establishment of the
 tenth was the establishment of the

The first of these was the establishment of the
 second was the establishment of the
 third was the establishment of the
 fourth was the establishment of the
 fifth was the establishment of the
 sixth was the establishment of the
 seventh was the establishment of the
 eighth was the establishment of the
 ninth was the establishment of the
 tenth was the establishment of the

THE HISTORY OF THE UNITED STATES

COLLECÇÃO DE MAPPAS

DAS

DIMENSÕES E PESO

DA

MASTREAÇÃO

DOS

NAVIOS DE GUERRA DA MARINHA INGLEZA

BEM COMO

DE VARIAS CONSTRUÇÕES MODERNAS.

N.º 1.

Dimensões e peso da mastreação e vergas de uma Nao de 120 pegus.

	COMPRIM. ^{to}	DIAMETRO	PESO		PESO DA FERRAG.		PESO TOTAL	
	Pés e polleg.	Polegadas	Q.	Q. ^{to} H	Q.	Q. ^{to} H	Q.	Q. ^{to} H
Mastros reaes...	{ De Prôa Grande Da Mezena	110 119 81 8 75 1 36,83 20,75 10 31 91 64 42 8	36,75 40 24,5 36,83 20,75 10,75 21,5 13,75 8,62	294 373 94 3 16 201 1 0 20 6 1 0 66 2 2 19 3 8 6 2 22	24 14 16 0 0 20 0 0 0 0 0 0 8 22 0 0 12 8 0 8	23 29 1 14 13 0 12 0 0 2 1 0 1 0 1 0 12 8 0 8	4 14 12 0 0 12 0 0 0 0 0 0 12 8 0 0 0 0 0 0	317 402 107 3 28 223 2 0 46 3 0 6 1 0 75 3 2 20 3 20 6 2 30 92 0 0 51 0 23 7 0 6 102 3 31 29 2 15 8 1 0 8 4 104 3 4 17 2 8 3 0 24 27 2 27 8 2 2 1 28 41 3 0 22 3 20 13 2 0 4 4 19 3 18 1 2 0
Grande.....	{ Mastaré de Gavrea..... Dito do Joanele..... Verga grande..... Dila de Gavrea..... Dila do Joanele..... Cestos, Pégas e Vãos.....	68 10 34 5 11,62 24,62 104 4 73 8 15,5 10	20,62 11,62 24,62 15,5 10	50 2 6 6 7 0 6 93 0 24 28 2 1 8 0 24 8 0 24 10	2 6 6 24 1 24 2 1 24 2 24 1 24 2 24 2 24 2 24 10	0 2 17 — — — — 9 3 7 1 0 14 0 0 8 0 0 8	0 2 17 — — — — 9 3 7 1 0 14 0 0 8 0 0 8	51 7 0 6 102 3 31 29 2 15 8 1 0 8 4 104 3 4 17 2 8 3 0 24 27 2 27 8 2 2 1 28 41 3 0 22 3 20 13 2 0 4 4 19 3 18 1 2 0
Mezena.....	{ Mastaré da Gata..... Dito da Sobre-Gata..... Verga Secca..... Dila da Gata..... Dila da Sobre-Gata..... Cestos, Pégas e Vãos.....	48 7 13,75 8,62 24 3 15,5 10,12 6,5 37 11	13,75 8,62 15,5 10,12 6,5	17 2 22 3 0 24 27 2 1 8 0 24 2 22 2 24 8 0 24 10	2 22 1 24 2 24 1 24 2 24 1 24 2 24 1 24 2 24 10	0 0 18 — — — — 0 0 26 0 0 1 10 0 6 0 0 6	0 18 26 10 6 0 6 0 6	41 3 0 22 3 20 13 2 0 4 4 19 3 18 1 2 0
Relranca.....	Carangueja.....	69 7 13,75	13,75	22 2 20 2 20 2 4 8 6 13,75	2 2 20 2 4 8 6 13,75	0 1 0 1 0 2 — 0 0 10	22 3 20 13 2 0 4 4 19 3 18 1 2 0	
Páo da Bujairona.....		51 6 12,62	12,62	12 2 4 3 4 8 6 13,75	2 2 4 3 4 8 6 13,75	0 1 0 1 0 2 — 0 0 10	22 3 20 13 2 0 4 4 19 3 18 1 2 0	
Verga da Cevadeira.....		52 6 15,25	15,25	21 3 4 3 4 8 6 13,75	2 2 4 3 4 8 6 13,75	— 0 0 10 0 6 0 6	21 3 3 3 4 8 6 13,75	
Pêra do Ganpés.....		64 6 13,75	13,75	19 3 8 3 8 6 2 30 92 0 0 51 0 23 7 0 6 102 3 31 29 2 15 8 1 0 8 4 104 3 4 17 2 8 3 0 24 27 2 27 8 2 2 1 28 41 3 0 22 3 20 13 2 0 4 4 19 3 18 1 2 0				

(*) Os comprimentos dos mastros e mastaréos inclui os cabreços e méchas, e nas vergas são de lés a lés. Os pesos e medidas são ingleses. Situação dos mastros a contar de vante: — Práa 0,12; Grande 0,55; Mezena 0,83, do comprimento do navio tomado na linha d'acua carregada.

N.º 2.

Dimensões e peso da mastreação e vergas de uma *Não* de 80 *peças*.

	COMPRIM. ^{to}	DIAMETRO	PESO		PESO DA FERRAG.		PESO TOTAL						
			Q. @ ^h H	Q. @ ^h H	Q. @ ^h H	Q. @ ^h H							
Mastros reaes.	{	De Prda	108 0	36	288 0 24	23 3 4	311 3 28						
								Grande	118 10	39,75	370 2 14	29 1 14	399 3 28
								Da Mezena	81 8	24,75	92 3 16	13 0 12	105 0 28
Gurupés	{	Mastaréo do Velaxo	71 11	36	198 1 0	22 1 0	220 2 0						
								Dito do Joanele	62 2	20,75	46 0 20	0 2 12	46 3 0
								Dito do Joanele	30 0	10	6 1 0	—	6 1 0
Prôa	{	Verga do Traquete	39 9	21,5	66 2 2	9 1 0	75 3 2						
								Dita do Velaxo	64 8	13,88	19 3 8	1 0 12	20 3 20
								Dita do Joanele	38 10	8	6 2 22	0 0 8	6 2 30
Grande	{	Cestos, Pêgas e Vãos	69 0	20,75	50 2 6	0 2 17	93 0 0						
								Mastaréo de Gavea	34 6	11,37	7 0 6	—	51 0 23
								Verga grande	103 3	24,75	93 0 24	9 3 7	7 0 6
Mezena	{	Dita de Gavea	74 3	16	28 2 1	1 0 14	29 2 15						
								Dita do Joanele	46 0	9,37	8 0 24	0 0 8	8 1 0
								Cestos, Pêgas e Vãos	50 4	14	17 2 22	0 0 18	104 3 4
Retranca	{	Mastaréo da Gata	24 8	8,5	3 0 24	—	17 3 8						
								Dito da Sobre-Gata	74 3	16	27 2 1	0 0 26	3 0 25
								Verga Secca	49 0	10,12	8 0 24	0 1 10	27 2 27
Carangueja	{	Dita da Gata	34 0	7	2 1 22	0 0 6	8 2 2						
								Dita da Sobre-Gata	—	—	—	2 1 23	41 3 0
								Cestos, Pêgas e Vãos	70 14	13,88	22 2 20	0 1 0	22 3 20
Páo da Bujarrona	{	Retranca	52 1	12	12 2 0	1 0 2	13 2 2						
								Carangueja	50 0	14,5	21 3 4	—	21 3 4
								Verga da Bujarrona	64 8	12,88	19 3 8	0 0 10	19 3 18
Pêga do Gurupés	{	Dita da Sobre-Gata	—	—	—	—	8 2 0						
								Cestos, Pêgas e Vãos	—	—	—	—	—
								Dita da Gata	—	—	—	—	—

Situação dos mastros a contar de vante: — Prôa 0,11; Grande 0,55; Mezena 0,93; do comprimento do navio tomado na linha d'agua carregada.

N.º 3.
Dimensões e peso da mastreacção e vergas de uma Nao de 74 peças.

	COMPRIM. ¹⁰	DIAMETRO	PESO		PESO DA FERRAG.		PESO TOTAL	
	Pés e pollyg.	Polegadas	Q.	Q ^{lb} H	Q.	Q ^{lb} H	Q.	Q ^{lb} H
Mastros reaes....	{ De Prôa..... Grande..... Da Mezena.....	130 6 144 0 97 11	31,25 36 21,62	181 1 258 0 63 0	22 2 27 3 13 0	2 20 20 0 0 0	203 3 285 3 76 0	28 28 0
Gurupés.....	{ Mastaré do Velaxo..... Dito do Joanele..... Verga do Traquete..... Dita do Velaxo..... Dita do Joanele.....	76 8 37 10 112 4 81 6 53 0	19,25 9,62 19,62 12,75 8,5	41 2 4 3 46 2 14 1 3 3	0 2 0 10 2 10 1 0 0 0	0 10 — 6 10 8	168 0 42 0 42 0 43 12 55 2	0 22 22 28 28
Prôa.....	{ Cestos, Pêgas e Vãos..... Mastaré do Gavau..... Dito do Joanele..... Verga grande..... Dita de Gavau..... Dita do Joanele.....	85 10 44 0 118 8 93 6 60 10	19,25 17 22,62 14,62 9,25	46 2 8 3 74 2 21 2 5 2	0 2 — 9 2 1 0 0 0	2 16 — 8 12 8	57 0 47 0 8 3 84 1 22 3 5 3	20 20 12 2 3 0
Grande.....	{ Cestos, Pêgas e Vãos..... Mastaré da Gata..... Dito da Sobre-Gata..... Verga Secca..... Dita da Gata..... Dita da Sobre-Gata.....	62 8 32 0 93 6 61 0 41 9	13 8 14,62 9,62 6,12	15 2 2 3 21 2 5 2 2 0	0 0 — 0 0 0 1 0 0	0 18 — 26 10 4	62 0 15 3 21 3 21 3 6 0 2 0	20 8 22 16 2 22
Mezena.....	{ Cestos, Pêgas e Vãos.....	90 3 66 11 64 0 81 6	12,75 11,61 14,12 12,75	17 0 12 0 17 0 14 1	0 1 0 0 6 4	0 10 2 — 26	23 1 17 0 13 0 14 1	15 6 2 30
Relance.....								
Caranqueia.....								
Páo da Buíarrona.....								
Verga da Cavadeira.....								
Pêra do Gurupés.....								

Situação dos mastros a contar de vante: — Prôa 0,13 a 0,12; Grande 0,57 a 0,55; Mezena 0,86 a 0,83; do comprimento do navio tomado na linha d'agua carregada.

N.º 4.

Dimensões e peso da mastreação e vergas de uma Fragata de 52 peças.

	COMPRIM TO	DIAMETRO	PESO		PESO DA FERRAG.		PESO TOTAL					
			<i>Pés e polleg</i>	<i>Pollegadas</i>	<i>Q.</i>	<i>Q.ª</i>	<i>Q.</i>	<i>Q.ª</i>				
{ Mastros reaes... Gurupés...	120	6	31	164	3	26	22	0	2	136	3	23
	132	6	34,5	228	3	20	27	0	18	256	0	6
	96	0	22,5	58	2	0	12	2	0	71	0	0
	85	6	31,5	147	0	7	21	0	0	168	0	7
	76	8	19,25	41	2	12	0	2	10	42	0	22
{ Mastaréó do Velaxo... Dito do Joanete... Verga do Traquete... Dito do Velaxo... Dito do Joanete... Cestos, Pêgas e Vãos	37	10	9,62	4	3	12	—	—	—	4	3	12
	112	4	18,62	46	2	22	9	0	6	55	2	28
	81	6	12,75	14	1	4	1	0	10	15	1	14
	53	0	8,5	3	3	20	0	0	8	3	3	28
	85	10	19,25	46	2	10	0	2	16	57	0	26
{ Mastaréó de Gávea... Dito do Joanete... Verga grande... Dito de Gávea... Dito do Joanete... Cestos, Pêgas e Vãos	44	0	11	8	3	12	—	—	—	8	3	12
	130	4	22,62	74	2	26	9	2	8	84	1	2
	93	6	14,62	21	2	22	1	0	12	22	3	2
	60	10	9,25	5	2	24	0	0	8	5	2	0
	62	8	13	15	2	22	0	0	18	62	0	20
{ Mastaréó da Gata... Dito da Sobre-Gata... Verga Secca... Dito da Gata... Dito da Sobre-Gata... Cestos, Pêgas e Vãos	32	0	8	2	3	22	—	—	—	2	3	22
	93	6	14,62	21	2	22	0	0	25	21	3	16
	61	1	9,62	5	2	24	0	1	10	6	0	2
	41	9	6,12	2	0	18	0	0	4	2	0	22
	88	7	12,75	17	0	6	0	1	0	23	1	15
{ Carangueja... Páo da Bujarrona... Verga da Cevadeira... Pêga do Gurupés...	66	11	11,62	12	0	0	1	0	2	17	1	6
	64	0	14,12	17	0	6	—	—	—	17	0	6
	81	6	12,75	14	1	4	0	0	26	14	1	30
										8		0

Situação dos mastros a contar de vante: — Prôa 0,12; Grande 0,51; Mezena 0,93; do comprimento do navio tomado na linha d'água carregada.

N.º 5.
Dimensões e peso da mastreação e vergas de uma Fragata de 50 peças.

	COMPRIM. ^{to} Pés e pulg. g.	DIAMETRO Pollegadas	PESO		PESO DA FERRAM.		PESO TOTAL	
			Q.	Q ^{da} H	Q.	Q ^{da} H	Q	Q ^{da} H
Mastros reais....	De Prôa..... Grande..... Da Mezena.....	33,5 36 4,5	195 258 88	0 0 2	22 27 13	2 3 0	217 285 101	2 3 2
Grupês.....	Mastaréu do Velaxo..... Dito do Joanele..... Verga do Traquete..... Dita do Velaxo..... Dita do Joanele.....	57 28 84 61 40	0 10 4 14 3	2 2 2 1 3	12 12 22 4 20	0 0 6 10 8	42 168 42 15 3	0 0 2 2 3
Prôa.....	Cestos, Pêças e Vãos..... Mastaréu de favea..... Dito do Joanele..... Verga grande..... Dita de favea..... Dita do Joanele.....	62 33 96 70 45	10 0 8 6 10	19,25 11 22,62 14,62 9,25	46 8 74 21 5	2 3 2 2 2	10 12 26 22 24	0 16 — 8 12 8
Grande.....	Cestos, Pêças e Vãos..... Mastaréu da Gata..... Dito da Sobre-Gata..... Verga Secca..... Dita da Gata..... Dita da Sobre-Gata.....	47 24 0 70 46 31	8 0 6 1 9	13 8 14,62 9,62 6,12	15 2 2 2 2	22 22 22 24 13	0 0 0 1 0	13 — 26 10 4
Mezena.....	Relranca..... Carangueja..... Pêo da Buframa..... Verga da Cevadeira..... Pêça do Grupês.....	68 50 48 61 6	3 11 0 0 6	34,12 12,75 11,62 14,12 12,75	17 12 17 14 1	0 0 6 6 4	0 1 0 — 26	0 2 — — 26

Si nãoção dos mastros a contar de vante: — Prôa 0,12; Grande 0,55; Mezena 0,33; do comprimento do navio a contar da linha d'água carregada.

N.º 6.
Dimensões e peso da mastreação e vergas de uma Fragata de 45 peças.

	COMPRIM. ^{to} Pés e polt. g	DIAMETRO Pollegadas	PESO		PESO DA FERRAG.		PESO TOTAL	
			Q.	Q. ^o H	Q.	Q. ^o H	Q.	Q. ^o H
Mastros reaes. { Grande Da Mezena	109 6	25	111 1	0	13 2	0	124 3	0
	120 0	23	142 2	0	16 1	0	133 3	0
	86 1	19	45 2	21	3 3	7	49 1	23
Gurupés { Mastaré do Velaxo Dito do Joante	72 6	26,5	33 3	2	11 0	0	39 3	2
	62 10	16,12	23 3	20	0 1	20	24 1	3
	30 5	7,75	3 0	24	—	—	3 0	24
Próa. { Verga do Traquete Dila do Velaxo	94 5	16,37	33 2	26	2 3	0	35 1	26
	70 4	11,5	12 2	6	0 2	26	13 1	0
	42 11	6,75	2 0	20	0 0	6	2 0	26
Grande. { Cestos, Pégas e Vãos Mastaré de Gavea	72 0	16,12	27 2	0	0 2	0	41 0	25
	36 0	9	4 2	4	—	—	4 2	4
	108 9	18,88	47 2	10	2 3	14	50 1	24
Mezena. { Verga grande Dila de Gavea	78 0	12,25	13 3	20	0 3	0	14 2	20
	48 6	7,25	3 2	22	0 0	6	3 2	23
	54 0	11,88	9 0	26	0 0	10	44 1	9
Relranca { Cestos, Pégas e Vãos Mastaré da Gala	26 6	6,88	2 0	0	—	—	2 0	0
	78 0	12,25	13 2	20	0 0	20	13 3	3
	53 8	8,25	4 1	4	0 0	26	4 1	30
Pá da Bujarrona { Dila da Sobre-Gala Cestos, Pégas e Vãos	37 0	5,5	1 3	1	0 0	4	1 3	5
	73 9	11,5	15 1	12	0 0	10	21 3	16
	52 0	9,37	9 1	4	0 2	0	15 1	22
Péa do Gurupés. { Verga da Cevadeira Dila da Sobre-Gala	52 5	11,75	10 1	2	—	—	10 1	22
	70 4	11,5	12 1	6	0 0	20	12 1	26
							4	3 10

Situação dos mastros a contar de vante: — Próa 0,13; Grande 0,57; Mezena 0,87; do comprimento do navio tomado na linha d'agua carregada.

N.º 7.

Dimensões e peso da mastreação e vergas de uma Corvela raza de 26 pegas.

	COMPRIM. ^{TO}	DIAMETRO	PESO		PESO DA FERRIAG.		PESO TOTAL	
	Pese polley.	Pollegadas	Q.	(^Q) ^W	Q.	(^Q) ^W	Q.	(^Q) ^W
Mastros reais....	De Prôa	25,62	109	1 0	13	2 0	122	3 0
	Grande	28	140	0 0	16	1 0	156	1 0
	Da Mezena	19,5	44	2 3	8	3 7	53	1 10
Guirupês.....	Mastaréio do Velaxo	26,5	86	3 0	11	0 0	97	3 0
	Dito do Joanele	16,12	23	3 24	0	1 20	24	1 8
	Verga do Traquete	7,88	3	0 24	—	—	3	0 24
	Dito do Velaxo	16,25	33	2 26	3	2 6	37	0 26
	Dita do Joanele	11	12	2 6	0	2 26	13	1 0
Prôa.....	Cestos, Pêgas e Vãos	6,37	2	0 20	0	0 6	2	0 26
	Mastaréio de Gavea	16,12	27	2 0	0	2 0	41	0 25
	Dito do Joanele	9	4	2 4	—	—	28	0 0
	Verga grande	18,62	47	2 10	2	3 14	50	1 24
	Dita de Gavea	12,25	13	3 20	0	3 0	14	2 20
	Dita do Joanele	7,5	3	2 22	0	0 6	3	2 28
Grande.....	Cestos, Pêgas e Vãos	11,25	9	0 26	0	0 10	44	1 9
	Mastaréio da Gata	6,75	2	0 0	—	—	9	1 4
	Dito da Sobre-Gata	6,75	13	2 20	0	0 20	2	0 0
	Verga Secca	8	4	1 4	0	0 26	13	3 3
	Dita da Gata	5,25	1	3 0	0	0 4	4	1 30
Mezena.....	Cestos, Pêgas e Vãos	13,12	15	1 12	0	0 10	21	3 16
	Retanca	9,75	9	1 4	0	2 0	15	1 22
	Caranguja	11,62	10	1 2	—	—	9	3 4
	Pão da Bugarrona	11	12	1 6	0	0 20	10	1 2
	Verga da Cevadeira	11	12	1 6	0	0 20	12	1 26
	Pêga do Guirupês.....	11	12	1 6	0	0 20	4	3 10

Situação dos mastros a contar de vanle: — Prôa 0,12; Grande 0,58; Mezena 0,83; do comprimento do navio tomado na linha d'agou carregada.

N.º 8.

Dimensões e peso da mastreação e vergas d'uma Corveta com baileiros ou Charrua de 28 peças, ou d'uma Corveta raza de 18.

	COMPRIM. TO	DIAMETRO	PESO		PESO DA FERRAG.		PESO TOTAL
			Q.	Q.ª	Q.	Q.ª	
	<i>Pés e polleg.</i>	<i>Pellegadas</i>					
Mastros reaes...	85 6	19	42 2 8		6 3 20		49 1 23
	94 0	20,5	54 1 14		7 2 4		61 3 16
	72 0	16,25	27 1 0		2 1 0		29 2 0
	58 7	21,12	40 0 21		0 3 7		40 3 28
Gurupés...	50 2	12,75	10 3 6		0 1 1		11 0 7
	25 1	6,75	1 1 20		— —		1 1 20
	73 0	12,62	13 2 0		1 3 6		15 1 6
	54 0	8,5	4 0 12		0 1 10		4 1 22
Próa...	33 0	5,5	1 2 20		0 0 6		1 2 26
							19 1 11
	57 2	12,75	12 0 26		0 1 4		12 1 30
	28 7	7,12	2 0 16		— —		2 0 16
Grande...	34 0	14,5	19 2 6		0 2 2		20 0 8
	61 6	9,75	6 0 8		0 1 12		6 1 20
	37 4	6	1 3 2		0 0 6		1 3 8
							23 3 5
Mezena...	42 5	9	5 0 10		0 0 10		5 0 20
	21 4	5,5	5 1 0		— —		1 1 0
	61 6	9,75	6 0 8		0 0 14		6 0 22
	41 0	5,88	1 3 2		0 0 20		1 3 22
Relrança...	23 4	4,5	0 2 24		0 0 3		0 2 27
							13 1 22
	57 11	8,5	8 0 0		0 1 0		8 1 0
	42 6	7,75	4 0 12		0 1 8		4 1 20
Páo da Bujarrona...	44 0	8,88	5 0 0		— —		5 0 0
	54 0	8,5	4 0 12		0 0 14		4 0 26
							2 2 4

Situação dos mastros a contar de vante: — Próa 0,13; Grande 0,57; Mezena 0,87; para a Charrua ou pequena Fragata de 28 peças. Para a Corveta raza de 18: — Próa 0,12; Grande 0,55; Mezena 0,87; do comprimento do navio tomado na linha d'agua carregada.

N.º 9.

Dimensões e peso da mastreação e vergas de um Brigue de 18 peças.

	COMPRIM. ^{3o}	DIAMETRO	PESO		PESO DA TERNAG.		PESO TOTAL	
	Pés e polleg.	Pollegadas	Q.	@ ^o H	Q.	@ ^o H	Q.	@ ^o H
Mastros reaes,...	{ De Prôa	20	46	3 0	6 3	0 0	53 2	0 0
Gurupés	{ Grande	90 3	56 1	10	3 1	0 0	59 2	11
		57 4	22 3	21	0 3	7 7	23 2	28
	Mastarco do Velaxo	48 6	10 1	3	0 1	4 4	10 2	6 6
	Dito do Joanele	33 10	2 2	8	—	—	2 2	8 8
Prôa	Verga do Traquete	72 6	10 1	12	2 0	2	12 1	14
	Dito do Velaxo	56 0	4 1	14	0 1	12	4 1	26
	Dito do Joanele	36 6	1 1	10	0 0	6	1 1	16
	Cestos, Peças e Vãos	50 11	10 3	16	0 1	4	20 1	3 3
	Mastarco de Gavea	83 10	2 2	8	—	—	11 0	20
	Dito do Joanele	72 7	10 1	12	2 0	2	2 2	8 8
Grande	Verga grande	56 0	4 1	4	0 1	12	12 1	14
	Dito de Gavea	36 6	1 1	10	0 0	6	4 1	16
	Cestos, Peças e Vãos	77 0	18 3	22	0 0	15	23 1	4 4
Reiranca		45 0	5 1	12	1 1	8	19 0	5 5
Carangueja		36 0	3 2	16	—	—	6 2	20
Páo da Bugarrona		56 0	4 1	4	0 0	14	3 2	16
Verga da Cevadeira							14 1	18
Pêga do Gurupés							2 3	10

Situação dos mastros a contar de vanle: — Prôa 0,16; Grande 0,66; do comprimento do navio tomado na linha d'agua carregada.

N.º 10.

Dimensões e peso da mastreação e vergas de um Brigue de 10 ou 12 peças.

	COMPRIM. TO		DIAMETRO		PESO		PESO DA FERRAG.		PESO TOTAL	
	<i>Pés e polleg.</i>		<i>Pollegadas</i>		<i>Q. Q^o H</i>		<i>Q. Q^o H</i>		<i>Q. Q^o H</i>	
Mastros reaes. Grupés.	61	6	16		23	1	13	3	2	10
	72	6	17,75		34	3	0	2	3	0
	48	0	17		20	1	0	0	3	0
	41	0	10		7	2	8	0	1	2
Próa.	25	6	6		1	2	20	—	—	—
	64	0	11		9	2	20	1	3	0
	49	6	8		4	1	0	0	1	12
	34	0	6		1	1	20	0	0	6
Grande.	41	0	10		7	2	8	0	1	2
	37	6	6		1	2	20	—	—	—
	64	11	11		9	2	20	1	3	0
	49	6	8		4	1	0	0	1	12
Relranca Carangueja Páo da Bojarrona Verga da Cevadeira Pêga do Grupés.	32	0	6		1	1	20	0	0	6
	66	8	11		10	0	20	0	3	0
	40	4	7,5		2	2	20	0	1	2
	36	0	8		3	0	24	—	—	—
Situacão dos mastros a contar de vante: — Prôa 0,17; Grande 0,77; do comprimento do navio tomado na linha d'agora catregada.	49	6	8		4	1	0	0	0	10

Situacão dos mastros a contar de vante: — Prôa 0,17; Grande 0,77; do comprimento do navio tomado na linha d'agora catregada.

N.º 11.

Dimensões e peso da mastreação e vergas de um Cuter de 161 toneladas.

	COMPRIMENTO		DIÁMETRO	PESO	
	TO	Pes e pollyg.	Pollgadas	Q. @	ll
Mastro Grande.....	101	8	20	58	2 0
Gurupés.....	76	3	16	35	2 0
Relanca.....	81	2	12,75	15	2 0
Mastaré.....	73	1	10	8	3 0
Caranzueja.....	57	0	8,75	4	0 2
Dita de <i>Gaff-toppe</i>	30	3	8,25	1	3 8
Verga de Gavea.....	53	4	6,5	1	2 12
Dita do Redondo.....	80	0	9,5	5	0

Situação do mastro a contar de vanle : — 0,4 ou dois quintos do comprimento do navio tomado na linha d'agaa carregada.

N.º 12.

Dimensões dos navios de guerra da Marinha Inglesa, de construção moderna.

ORDENS OU GRANDEZAS	NOMES DOS NAVIOS	Numero de peças ou caronadas	COMPRIMENTO			Maior boca	Pontal do porão	Porte em toneladas	NOMES DOS CONSTRUTORES
			Na coberta inferior	Da quilha para tonelagem					
			Pés. Pol.	Pés. Pol.		Pés. Pol.	Pés. Pol.		
1. ^a , em 3 baterias...	Queen	110	204	0 166 5	60 0	23 9	3.099	Sir Willsam Simonds.	
2. ^a , em 2 ditas	Vanguard	80	190	0 155 3	56 9	23 4	2.589		
3. ^a , ideu	Boscawen	70	180	0 146 8	54 0	22 4	2.212		
4. ^a	Vernon	50	176	0 144 6,5	52 8,5	17 1	2.082		
5. ^a	Pique	36	130	0 131 0	48 8	14 6	1.622		
6. ^a	Vestal	26	130	0 105 9	40 7,5	10 6	913		
Dita	Carysort	26	130	0 106 10	40 0	10 6	911		
Corvetas	Rover	18	113	0 90 1,75	35 5	16 9	590		
	Calypso	18	120	0 99 5,5	37 6	13 0	731		
	Columbine	16	105	4 84 0	33 6,25	17 11	492		
Brigues	Serpent	16	102	5 79 10	32 3	15 0	434		
	Racer	16	100	8 78 9,5	32 4,75	14 10	431		
	Pantalon	16	91	10 71 4	26 4	12 8	423		
2. ^a , em 2 baterias...	London	92	205	6 170 4	54 4	23 2	2.598	Sir Robert Seppings.	
5. ^a , Fragata	Castor	36	159	0 133 7	43 0	13 6	1.283		
Dita dita	Inconstant	36	166	6 133 5,62	45 5	13 7	1.422		
Corveta	Modeste	18	120	0 98 7	22 9	7 11	562	Almirante G. Elliot.	
6. ^a	Saphire	28	119	0 100 7,5	33 8	8 0	605		
Corveta	Orsles	18	109	11 92 10,12	30 6	7 6	459	Professor Inman.	

N. B. As medidas são Inglesas.

N.º 13.

Dimensões dos navios de guerra da Marinha Francesa, de construção moderna.

		N.ºS		FRAGATAS		CORVETAS		
NUMERO DE PEÇAS OU CANONADAS								
	120	100	90	60	52	32	24	
Pés. Polleg.	Pés. Polleg.	Pés. Polleg.	Pés. Polleg.	Pés. Polleg.	Pés. Polleg.	Pés. Polleg.	Pés. Polleg.	
Comprimento, na cobertura inferior.....	203 5	205 0,5	198 6	178 1,5	172 1	138 7,5	125 4	
Boca, na casa mestra.....	55 3,75	54 11,5	53 5,75	47 7	45 2,5	36 0,25	32 7,25	
Linha d'água.....	24 11,75	23 10,75	23 4	19 11,5		14 9	13 6,5	
	25 10	24 11,5	24 4	20 7,5	20 8	15 6	14 2,25	
	26 8,75	26 0,5	25 4	21 3,5		16 3	14 10	
Toneladas de deslocamento (carregado)		4.940	4.393	4.013	2.542	2.267	999	738

N. B. As medidas são Inglesas.

ACTAS DA ASSOCIAÇÃO.

TERCEIRO ANNO.

SESSÃO 4.^a

*Presidio o Sr. Vice-Presidente, Capitão de Fragata
J. da C. Carvalho.*

O Ex.^{mo} Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar occupou a cadeira que lhe está reservada, ao lado direito da Presidencia.

Aberta a Sessão, foi lida e approvada a acta da antecedente.

Expediente. — Uma carta do Ex.^{mo} Sr. Vice-Almirante, A. M. de Noronha, Presidente da Associação, participando que por incommodo de saude não podia assistir á presente Sessão.

Um officio do Sr. André Pinheiro da Cunha, Capitão da Companhia movel e commandante do presidio de S. José d'Encoge; e outro do Sr. Agostinho Aunho d'Oliveira, Tenente e chefe do Golumbo alto na provincia de Angola, respondendo aos quesitos estatísticos, que lhes foram dirigidos. — Mandaram-se remetter á Comissão Permanente de Estatística; e que se agradecesse aos dous mencionados Srs,

O Secretario Louzada de Araujo disse se havia recebido o relatório dos trabalhos da Associação Mercantil Lisbonense, durante o oitavo anno da sua installação, que ficava sobre a mesa.

O Sr. Sette pediu se elegesse novo Archivista, visto estar nomeado para ir servir na Estação Naval de Angola. O Sr. Vice-Presidente declarou que este objecto ficava para a seguinte Sessão.

Ordem da noute. — Proposta do Sr. Lopes d'Almeida, apresentada na Sessão de Fevereiro ultimo e adiada da antecedente. — O Sr. Amaral a julgou inadmissivel como contraria á letra dos Estatutos, cuja leitura, na parte respectiva, foi pedida pelo Sr. Alves. Satisfeita esta leitura pelo Secretario Louzada d'Araujo, continuou este, que sendo o caso de que se trata, ommisso, e havendo em realidade circumstancias em que elle devia ter logar, lhe parecia conveniente fazer um additamento áquella parte dos Estatutos; cujo additamento apresentou e leu. Proseguiu a discussão sobre a competencia da Secção a que a proposta do Sr. Lopes de Almeida devia remetter-se; e fallaram os Srs. Nolasco da Cunha, Alves, Sette, e Marques Pereira, lembrando diversos arbitrios; e a final se resolveu que a mesa nomeasse uma Comissão especial, de 3 mem-

bro, para examinar a proposta e emitir o seu parecer. O additamento ficou para ter segunda leitura.

Seguiu-se a proposta apresentada pelo Sr. Lopes de Lima na Sessão antecedente; e, depois de pequeno debate, se decidiu que fosse a uma Comissão especial de 5 membros, nomeada como a precedente.

Teve segunda leitura outra proposta do Secretario Louzada de Araujo, apresentada na ultima Sessão, para que a Associação, por intermedio da mesa, felicite a Sociedade que, segundo annuncia o Diario do Governo, acaba de estabelecer-se em Angola, denominada = Associação Sollicitadora dos Interesses Sociaes dos Habitantes = pelo nobre pensamento que lhe deu existencia; e que, fazendo-se-lhe a offerta dos nossos Estatutos e Annaes, para convicção das bases communs de ambas as Associações, se busque estabelecer reciproca correspondencia, para melhor desempenho de seus trabalhos e fins. O Sr. Vice-Presidente, Alves, e Tavares de Macedo, reconhecendo a importancia e utilidade desta proposta, que foi apoiada por toda a assembléa, hesitaram se a Sociedade Angolense estava de facto installada, ou ainda em projecto ou preparatorios. O Socio o Ex.^{mo} Sr. Ministro da Marinha e Ultramar disse quanto a respeito della por ora lhe constava, e em consequencia foi adiada a proposta, a requerimento do seu autor, até se obterem ultteriores informações.

Teve mais segunda leitura um requerimento do mesmo Secretario Louzada d'Araujo, para que se peça aos Governadores das provincias ultramarinas, se sirvam mandar publicar (pela imprensa naquellas onde a houver) uma tabella das alterações, que em cada anno possam occorrer nas pautas das respectivas alfandegas; e uma outra de todos os generos de cultura ou industria do seu respectivo districto, com os preços correntes de cada um delles; e remetter a esta Associação uma cópia das mesmas tabellas, para se imprimirem nos Annaes, para conhecimento do commercio em geral, que nesta publicação muito interessa. Approvou-se a urgencia deste requerimento; e, entrando em discussão, o Sr. Vice-Presidente ponderou alguns inconvenientes que lhe pareceu resultariam da sua generalidade; mas sendo este assumpto esclarecido pelo Sr. Ministro da Marinha e Ultramar, foi o requerimento approved, salva a redacção, indicada na discussão pelo seu mesmo autor.

O Sr. Vice-Presidente, respondendo a uma pergunta do Sr. Tavares de Macedo, ácerca de um requerimento seu, que a assembléa approvára, tendente a pedir licença ao Governo, para do deposito das Livrarias dos Conventos extinctos, se haverem aquelles livros que possam ser uteis ao estudo e trabalhos da Associação, disse que este requerimento já fôra apresentado no Ministerio do Reino. O Sr. Ministro da Marinha e Ultramar se encarregou de lembrar o seu justo deferimento.

O Secretario Louzada d'Araujo pediu que a Secção de Marinha Mercante fosse convidada a mandar para a mesa o resultado da sua eleição. O Sr. Moraes deu algumas explicações a este respeito.

O Sr. Vice-Presidente annunciou que a mesa nomeava para compôr a Comissão que tem de examinar a proposta do Sr. Lopes de Almeida, aos Srs. Nolasco da Cunha, Bruno de Moraes, e o mesmo autor da proposta. E para a Comissão de 5 membros, para o exame da proposta do Sr. Lopes de Lima, nomeava este Sr. e aos Srs. Tavares de Macedo, Moraes Carneiro, Marques Pereira, e Amaral; e fechou a Sessão, dando para ordem da seguinte a eleição de novo Archivista e os trabalhos que houverem preparados.

Sala das Sessões, em 6 de Março de 1843. — O Secretario, *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.*

SESSÃO 5.^a

Presidencia do Ex.^{mo} Sr. Vice-Almirante, A. M. de Noronha.

ESTAVA presente o Ex.^{mo} Sr. Ministro dos Negocios da Marinha e do Ultramar.

Aberta a Sessão, foi lida e approvada a acta da antecedente.

Expediente. — Um officio do Sr. Conselheiro Antonio Joaquim Gomes de Oliveira, Official Maior da Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros, enviando varios annuncijs maritimos do mez de Fevereiro ultimo. — Remettidos á Comissão de Redacção.

O Sr. Costa Carvalho communicou á assembléa que, pela sollicitude do Socio o Ex.^{mo} Sr. Ministro da Marinha e do Ultramar, se tinha expedido uma Portaria, pelo Ministerio dos Negocios do Reino, que passava ás mãos do Socio o Sr. Lopes de Almeida, pela qual este Sr. era autorizado a ir escolher, no deposito das Livrarias dos Conventos extinctos, as obras de sciencias analogas aos estudos e trabalhos desta Associação; das quaes deverá fazer uma relação para se obter a sua entrega por deposito. O Sr. Presidente propoz se votassem, por este motivo, agradecimentos aos Srs. Ministros do Reino e Marinha; e esta proposta foi unanimemente approvada.

O Secretario Louzada d'Araujo lembrou, que iguaes agradecimentos havia a assembléa tributado ao Sr. Ministro da Marinha, pelos meios que facilitára de enriquecer e tornar mais util a publicação dos nossos Annaes, franqueando os documentos e noticias ultramarinas, que seja possivel haver da respectiva Secretaria; o que ainda se não tinha levado ao conhecimento de S. Ex.^a, por não se ter resolvido o modo de o fazer. O Sr. Presidente disse que visto S. Ex.^a estar presente, cumpria este dever em nome da Associação; o que satisfiz de um modo mui conforme aos desejos e senti-

mentos de todos os Socios : este cumprimento foi retribuido por S. Ex.^a o Sr. Ministro, elogiando os trabalhos e dedicação desta Associação, e patenteando a melhor vontade de cooperar aos seus importantes fins.

Por parte do Socio o Sr. P. A. da Cunha, foi apresentada uma nova offerta, que este Sr. faz para o museu da Associação, de varias armas de arremesso, e outras usadas pelos pretos gentios da costa da Africa occidental, cuja offerta foi recebida pela assembléa com especial agrado, e que se agradecesse ao digno Socio offerente.

Ordem da noite. — O Sr. Sub-Secretario Marques Pereira fez a segunda leitura do artigo adicional aos Estatutos, apresentado na Sessão antecedente pelo Secretario Louzada d'Araujo; o qual, depois de breves reflexões feitas pelos Srs. Alves, e Costa Carvalho, foi remettido á Commissão que deve examinar a proposta do Sr. Lopes d'Almeida, que deu origem a este additamento.

Seguiu-se a eleição do Archivista, pela ausencia do Sr. Sette, em serviço; e foi unanimemente eleito para este cargo o Sr. Lopes d'Almeida.

O Sr. Presidente fechou a Sessão.

Sala das Sessões, 29 de Março de 1843. — O Secretario, Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.

ERRATAS.

No Numero 2, parte não official, pag. 42 e 49, onde se lê — *emprendida e emprender* — lêa-se — *emprchendida e emprehender*. Pag. 56, nota 3.^a, onde se lê — 1811-1816 — lêa-se — 1611-1616. Pag. 70, onde se lê — *expôr o energico e verdadeiro* — lêa-se — *expôr energicamente o verdadeiro*.

PARTE OFFICIAL.

REPARTIÇÃO DA MARINHA E DO ULTRAMAR.

DISPOSIÇÕES GOVERNATIVAS.

MARÇO DE 1843.

2. **P**ORTARIA ao Major General. — Ordenando-lhe que exija dos Officiaes da Armada a apresentação das suas patentes, e pedindo-lhe uma relação dos que ainda as não tiraram.

Idem. PORTARIA ao Major General. — Pedindo-lhe uma proposta sobre a redução dos criados, que se concedem aos Officiaes da Armada, da Fazenda e da Saude a bordo dos navios; e o resultado da proposta que se pediu ao Conselho da Administração sobre a alteração das rações.

Idem. PORTARIA ao Major General. — Constando a Sua Magestade a Rainha, que, não obstante as Portarias expedidas ao Major General da Armada, em 19 de Agosto, e em 9 de Dezembro do anno proximo passado, providenciando sobre a maneira de restringir a emigração de gente para o Imperio do Brasil, tanto do continente do Reino, como das Ilhas Adjacentes, alguns capitães, e mestres de embarcações têm procurado illudir as disposições das citadas Portarias, com o notorio escandalo de reterem os passageiros a bordo, quando chegam a qualquer porto daquelle Imperio, até contratarem os seus serviços, para serem assim indemnizados da passagem, que deveria ser paga no porto da sahida, como é pratica constante; e havendo a mesma Augusta Senhora mandado a este respeito ouvir o sobredito Major General da Armada: ha por bem, conformando-se com a sua informação de 16 de Fevereiro proximo passado, determinar que todos os capitães, ou mestres de navios mercantes, que conduzirem passageiros portuguezes para os portos da America, dêem á sua chegada a qualquer dos ditos portos, livre e prompto desembarque aos mesmos passageiros, que assim o pretendem, sem que por pretexto algum os possam fazer conservar a bordo. O que pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar se participa ao mesmo Major General, para sua intelligencia, e para que, nesta conformidade, expeça as convenientes ordens para que os Intendentes de Marinha, ou aquellas autoridades,

que suas vezes fizerem, por occasião de fazerem dar cumprimento ao artigo 7.º da citada Portaria de 19 de Agosto, exijam dos capitães ou mestres dos navios um termo em devida fôrma, pelo qual se obriguem a dar prompta execução ás referidas determinações de Sua Magestade, logo que cheguem a qualquer porto do seu destino, sendo este termo remettido, conjunctamente com a relação dos passageiros de que trata o mesmo artigo 7.º, aos respectivos Consules portuguezes, para estes vigiarem pela sua observancia, segundo as ordens, que tambem lhes devem ser competentemente communicadas para este fim. Paço das Necessidades em 2 de Março de 1843. — *João José Falcão.*

Idem. OFFICIO ao Thesouro. — Remettendo-lhe o risco, e molde em bronze dos anilhos necessaries para Nãos, assim de que elles se mandem vir de Inglaterra.

Idem. OFFICIO ao Ministro dos Negocios Estrangeiros. — Remettendo-lhe cópias das Portarias que tem expedido para se evitar a emigração para o Brasil, e pedindo-lhe que dê conhecimento dellas aos Consules portuguezes naquellê Imperio.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Communicando-lhe o haver-se ordenado, que Pangim fosse elevada á preeminência de cidade.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Ordenando-lhe, que na assembléa primaria de Seolim se proceda á eleição de um eleitor.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Revogando a determinação da Portaria de 28 de Setembro do anno passado relativa a terem os membros do Conselho de Governo alterado a colocação dos commandantes dos corpos.

3. PROPOSTA DE LEI. — Fixando a força maritima para o anno de 1843—1844 em 2.800 homens.

Idem. PORTARIA ao Major General. — Mandando dar passagem para Macão no Brigue *Tijo*, a Pedro Antonio da Costa.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral, e á Junta de Fazenda d'Angola. — Remettendo-lhes cópia do Decreto de 22 de Fevereiro passado, pelo qual foi demittido do logar de escrivão da provedoria de Benguella, Manoel Rodrigues da Silva.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Tendo sido presente a Sua Magestade a Rainha os dois Officios desse Governo, ambos elles com data de 30 de Novembro do anno proximo passado sob os n.ºs 3 e 8, no primeiro dos quaes o Governador Geral da provincia d'Angola participa ter ido pessoalmente á bahia de Mossamedes, e feito a bem deste estabelecimento todas as diligencias que estão ao seu alcance, para o fazer prosperar de um modo analogo ás vantagens que elle promette, e remettendo no segundo dos sobreditos Officios cópia dos projectos de negociação com o Amba da Huilla, de cujo desempenho encarregou o Capitão de Artilheria

de Benguela, João Francisco Garcia, por julgar, que nelle se dão todas as circumstancias precisas para aquelle fim, e por cujo motivo o referido Governador Geral o graduou logo em Major, propondo-o além disto para a effectividade do mesmo posto, no caso de desempenhar como convem aquella importante commissão: manda a mesma Augusta Senhora, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, declarar ao referido Governador Geral da provincia d'Angola — 1.º Que mereceu o seu particular louvor, o zelo com que o dito Governador Geral se tem havido a respeito do desenvolvimento da prosperidade de toda a provincia em geral, que pessoalmente foi visitar para melhor conhecer as necessidades que exigem prompto remedio; — 2.º Que não menos louvor lhe mereceram as diligencias e meios que emprega para promover, que o estabelecimento de Mossamedes prospere e augmente em feitorias, e se estabeleçam vantajosas relações de paz e amizade com os potentados visinhos daquelle mesmo estabelecimento, e nomeadamente com o Amba da Huilla, tendo assim em vistas consolidar, e tornar permanente, pela boa paz e harmonia daquelles potentados, o commercio do interior, que muito convem assegurar para o futuro augmento do referido estabelecimento, sem o que se não podem de certo conseguir as beneficas vistas da permanencia da sua fundação; — 3.º Que Sua Magestade approva todos os tratados de util alliança feitos com os potentados visinhos dos estabelecimentos e terras da Corôa de Portugal na Africa Occidental, e nomeadamente com os de Mossamedes, a respeito dos quaes verá com todo o prazer a sua definitiva conclusão, para se conseguir a qual, o mesmo Governador deverá prometter o que fôr possível cumprir; — 4.º Que, quanto aos artistas, e o mais que é necessario para o desenvolvimento da agricultura no referido estabelecimento, presentemente se está já fazendo nesta capital todo o possível para promover este auxilio que tão necessario se torna para toda a provincia em geral; — 5.º Que a mesma Augusta Senhora, vendo que o referido Governador Geral não pôde graduar, nem promover Official algum da provincia, sem prévia proposta que suba á Sua Augusta Presença, com tudo attendendo ás particulares circumstancias que se dão no referido Capitão Garcia, e á importancia da commissão de que foi encarregado, tomou como Proposta a graduação em Major, que pelo mesmo Governador Geral já tinha sido conferida ao sobredito Capitão, e houve por bem tornal-a effectiva por Decreto de 23 de Fevereiro proximo findo, como consta da inclusa cópia, que ao mesmo Governador Geral se remette para seu conhecimento e devidos effectos; — 6.º Finalmente, que o mesmo Capitão Garcia será agraciado com a effectividade do posto em que foi graduado, logo que ultime a aprazimento da mesma Augusta Senhora, a importante commissão dos tratados de paz e amizade de que se acha encarregado para com o Amba da Huilla, reunindo com isto a definitiva conclusão, e acaba-

mento do forte de Mossamedes, a que a sua palavra se acha empenhada, e obrigada para com o antecessor do actual Governador Geral da provincia, sendo com tudo isto muito para desejar, que o mesmo Capitão Garcia dê todo o impulso ás communicações para o presidio de Caconda, que pela salubridade do seu clima tanto convem animar, e não menos para dar importancia, e desenvolvimento ao commercio interno da provincia em geral, e ao do sobredito estabelecimento de Mossamedes em particular. Paço das Necessidades em 3 de Março de 1843. — *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA ao Major General. — Participando-lhe que, pelo Ministerio do Reino, se deram as providencias, para que os Governadores Civis do littoral do reino, dêem conhecimento aos respectivos Capitães dos portos, dos naufragios que houverem nos seus districtos.

Idem. OFFICIO ao Ministerio do Reino. — Expondo-lhe a necessidade de se construir uma ponte de pedra no sitio onde existe arruinada a da Barquinha, concorrendo para a factura della a Camara Municipal da Pederneira, a Casa da Nazareth, e a Repartição das Maltas.

6. OFFICIO ao Ministerio da Guerra. — Dando-lhe os esclarecimentos que existem nesta repartição sobre a questão dos 10 por cento, do valor dos navios apresados pela esquadra commandada pelo Sartorius.

Idem. PORTARIA ao Conselho d'Administração. — Ordenando que a construcção do Brigue que se vai fazer no porto, seja incumbida ao constructor José Machado, como propõe o Conselho.

Idem. PORTARIA ao Conselho d'Administração. — Determinando de que generos devem ser fornecidas durante a quaresma, as rações da marinhagem, vista a falta de bom bacalhão.

Idem. OFFICIO ao Ministerio da Fazenda. — Pedindo-lhe os esclarecimentos que alli existirem sobre a questão dos 10 por cento, do valor das prezas feitas pela esquadra commandada pelo Sartorius.

Idem. OFFICIO ao Inspector do Arsenal de Marinha. — Comunicando-lhe que os objectos destinados para Cacheu, e que não puderam embarcar no Brigue *S. Boaventura*, devem ser conduzidos no navio que alli fôr buscar madeiras.

7. OFFICIO ao Ministerio do Reino. — Pedindo-lhe que mande concertar os caes das margens do N. e S. do Rio Douro.

Idem. OFFICIO ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros. — Participando-lhe que sahio o Brigue *Têjo* com instrucções para impedir o trafico da escravatura.

Idem. PORTARIA ao Governador Civil do Funchal. — Ordenando-lhe que faça conduzir para o Arsenal da Marinha na Charrua *Principe Real*, a madeira de cedro, que alli existe no trem da ilha.

Idem. PORTARIA á Commissão encarregada da reforma das alfandegas do Ultramar. — Remettendo-lhe para informar tres Officios :

dois do Governador d'Angola de 23 de Outubro de 1839, e 10 de Abril do anno passado, e um da Junta da Fazenda, relativos á organização das alfandegas.

Idem. PORTARIA ao Conselho d'Administração da Marinha. — Autorisando-o para propôr os meios de que carecer para realizar o fornecimento do vinho e agoardente deste reino á estação naval de Angola.

Idem. OFFICIO ao Arcebispo Primaz do Oriente. — Accusando a recepção do seu Officio de 4 do corrente, e esperando a promptificação do processo da sua habilitação.

Idem. PORTARIA ao Procurador Geral da Corôa. — Remettendo-lhe para informar os estatutos da Sociedade d'Agricultura das Províncias das Novas Conquistas.

8. DECRETO. — Concedendo a graduação de Official de Secretaria ao Amanuense da 1.^a classe, Eduardo Germack Possollo.

Idem. DECRETO. — Concedendo a graduação honoraria de 2.^o Tenente d'Armada, a João Corrêa Moreira.

Idem. DECRETO. — Nomeando Vogaes Supplentes do Supremo Conselho de Justiça Militar, os Capitães de Mar e Guerra, Gaudino José da Guerra, e José Maria Pereira da Silva, a fim de servirem por sua antiguidade nos impedimentos dos Vogaes effectivos do mesmo Supremo Conselho, no qual caso sómente vencerão a gratificação estabelecida por lei.

Idem. PORTARIA ao Conselho d'Administração. — Participando-lhe que pelo Ministerio da Fazenda se deram as providencias para que as barricas de carne salgada, que estiverem na Alfandega para a Marinha, sejam sem demora entregues ao Conselho d'Administração.

Idem. PORTARIA á Inspecção do Arsenal. — Mandando soltar os marinheiros do brigue-esquadra *S. Bernardo*, que estavam presos por terem abandonado o seu navio.

Idem. PORTARIA á Inspecção do Arsenal. — Mandando passar provimento de contra-mestre d'Armada (quando houver oportunidade) ao guardião, Domingos de Azevedo.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Tendo Sua Magestade a Rainha concedido alguns terrenos baldios, nas ilhas de Cabo Verde, debaixo de condições que constam dos respectivos diplomas, sendo necessario fiscalisar a execução dessas condições, para se proceder segundo a lei, no caso de se não haver satisfeito a ellas: manda a mesma Augusta Senhora, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que o Governador Geral daquella provincia informe, com urgencia, sobre o estado de todos os aforamentos de terras baldias, e se os forceiros têm com effeito cumprido as obrigações a que se ligaram, com toda a especificação das culturas encetadas e produções obtidas, ou se poder esperar, e em que generos. Paço das Necessidades em 8 de Março de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

Identica se expedio ao Governador Geral da provincia d'Angola.

9. PORTARIA ao Major General. — Mandando suspender a remessa dos mappas que declaram as rações distribuidas á Armada, e substitui-os pelos mappas parciaes dos commandantes dos navios.

Idem. PORTARIA ao Major General. — Concedendo um anno de licença registada ao piloto de Setubal, Antonio Maria Junqueiro.

Idem. PORTARIA ao Inspector do Arsenal. — Participando-lhe que se deram as providencias para serem concertados os telhados do Arsenal; e ordenando-lhe que faça examinar o forte de S. Paulo para se saber o concerto de que precisa.

Idem. OFFICIO ao Thesouro Publico. — Participando-lhe o falecimento da mulher do Chefe d'Esquadra reformado, Bernardino Pedro de Araujo, assim de que este official possa receber o seu soldo por inteiro.

Idem. PORTARIA ao Administrador das mattas. — Concedendo, do pinhal do Cabeção, a madeira necessaria para as obras da igreja da freguezia de Móra.

10. PORTARIA ao Major General. — Communicando-lhe as alterações feitas pelo Governo inglez nas guarnições de alguns navios, que se empregam em perseguir a escravatura.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de 6 do corrente, pelo qual foi provida no emprego de mestra de meninas de Loanda, D. Maria Candida Biquer.

11. OFFICIO ao Ministerio do Reino. — Pedindo-lhe providencias para obstar ao roubo e devastação que fazem no pinhal do Urso os povos de Lavos e Lourical.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Mandando receber, do Terceiro Publico, a importancia de dois escaleres, que foram construidos no Arsenal da Marinha, para o mesmo Terreiro.

Idem. OFFICIO ao Secretario da Camara dos Deputados. — Remettendo-lhe a relação dos Segundos Tenentes effectivos e graduados, que têm clausula nas patentes por falta de estudos.

13. PORTARIA ao Conselho de Administração. — Remettendo-lhe para informar o requerimento da viuva e filha do Secretario que foi do Conselho d'Administração, Eduardo Daniel Duarte, as quaes pedem uma pensão.

Idem. PORTARIA ao Administrador das Mattas. — Permittindo que a Camara Municipal de Lisboa mande cortar, por sua conta, no pinhal d'Azambuja e Virtudes, duzentos páos para o caes que quer construir na Boa Vista.

Idem. PORTARIA á Junta da Fazenda de Cabo Verde e ao Governador Geral. — Para abonar ao Capitão do patacho *Joven Africano* a quantia de 26\$000 réis, importancia do frete de vinte e seis caixões com armamento.

14. PORTARIA ao Inspector do Arsenal. — Mandando promptifi-

car, na Cordoaria, quinhentas varas de precinta, para o Arsenal do Exército.

Idem. OFFICIO ao Ministerio da Guerra. — Participando-lhe o seu debito para com este Ministerio da Marinha, pelas praças do exercito, que foram curadas no Hospital da Marinha.

Idem. PORTARIA ao Conselho d'Administração. — Pedindo-lhe uma proposta para fornecimento de bandeiras das differentes nações, para o Arsenal e para a Armada.

Idem. PORTARIA ao Administrador das Mattas. — Louvando-o, e mais aos seus empregados, que organisaram o ajustamento da conta dos pinhaes de Leiria, pela exactidão e acccio della.

Idem. OFFICIO a Jacinto Dias Damasio. — Remettendo-lhe cópia da Portaria expedida ao Administrador das Mattas, concedendo madeiras dos pinhaes nacionaes para as obras do melhoramento da barra da Figueira.

15. DECRETO. — Commutando ao réo Feliciano José a pena de cinco annos de degredo, em igual tempo de trabalhos publicos no Arsenal da Marinha.

Idem. OFFICIO ao Ministerio da Guerra. — Requisitando-lhe uma barraca de campanha para abrigo da guarnição da curveta *Urania*, que vai para a Africa.

16. PORTARIA ao Major General. — Concedendo passagem para Cabo Verde, em navio do Estado, a um filho menor de D. Dyonisia Maria Tavares, viuva do Capitão, João Tavares de Almeida.

Idem. PORTARIA ao Major General. — Remettendo-lhe cópia do Decreto que commutou ao réo Feliciano José a pena de cinco annos de degredo em igual tempo de trabalhos publicos no Arsenal da Marinha.

Idem. OFFICIO ao Ministerio do Reino. — Remettendo-lhe cópia do Decreto de 1823, que nomeou Conselheiro d'Estado a Matheus Valente do Couto, para Sua Ex.^a resolver o que julgar conveniente.

Idem. PORTARIA á Junta da Fazenda de Angola. — Remettendo-lhe a guia, passada no Thesouro Publico, do egresso, Antonio da Conceição Carvalho e Rego, que se acha degradado naquella provincia.

17. PORTARIA ao Major General. — Louvando o Primeiro Tenente, Francisco Antonio Gonsalves Cardozo, pelo serviço que prestou em Angola, na repressão do trafico da escravatura.

Idem. PORTARIA ao Major General. — Concedendo passagem para Angola, na curveta *Urania*, a Albino Antonio Vieira, como pedio D. Helena Smith Passalacqua.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India, e ao Presidente da Relação de Goa. — Remettendo-lhes cópia do Decreto de 11 do corrente, pelo qual foi nomeado José Antonio Ponciano Alves, para o logar de Juiz de Direitô de Damão.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Approvando as medidas que elle tomou afim de regular as legoas que competem a cada dia de marcha.

18. PORTARIA ao Major General. — Ordenando-lhe que exija do commandante da Companhia dos Guardas Marinhas uma informação circunstanciada sobre o progresso dos alumnos das aulas de francez e inglez, declarando os que, por faltas, devem ser expulsos.

20. ORDEM GERAL N.º 404, do Major General d'Armada. — V. S.ª ficará na intelligencia, e o fará constar aos Srs. commandantes dos navios armados, que tendo sido presente a Sua Magestade a Rainha a recommendação official recebida de Angola, ácerca do commandante das forças navaes alli estacionadas, o Primeiro Tenente, Francisco Antonio Gonsalves Cardozo, pelo activo serviço por elle prestado na repressão do trafico da escravidão, recommendação igualmente feita á mesma Augusta Senhora pelo Governo de Sua Magestade Britannica, em consequencia das informações que, a este respeito, haviam chegado ao respectivo Almirantado: foi Sua Magestade servida ordenar que eu louve, em seu real nome, aquelle benemerito official, pelo zelo que ha desenvolvido em tão importante commissão, esperando que este testemunho do agrado de Sua Magestade, servirá de incentivo para os mais officiaes da Armada, encarregados do mesmo serviço, procurarem merecer igual louvor. Quartel General da Marinha, 20 de Março de 1843. = *Manoel de Vasconcellos Pereira de Mello*, Major General. — Sr. Pedro Alexandrino da Cunha, Capitão Tenente, commandante.

21. PORTARIA ao Major General. — Sendo concedido, pelo respectivo regimento provisional, um certo numero de criados a todos os officiaes das diferentes classes d'Armada, embarcados a bordo dos navios do Estado, e convindo tirar destas concessões o maior partido possivel, em proveito do serviço dos ditos navios, conciliado com aquelle que os mesmos officiaes podem exigir de seus respectivos criados: manda Sua Magestade a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, participar ao Major General d'Armada, para sua intelligencia e devida execução, que, conformando-se com a sua informação emitida a este respeito, em Officio de 15 do corrente mez: ha por bem determinar que todos os commandantes dos navios de guerra só possam fazer assentar praça aos criados que os officiaes levarem de terra, quando elles se mostrarem aptos para o serviço do mar, sendo d'ora em diante obrigados a estar presentes em occasião de combate, fainas geraes, exercicios, revistas, e sempre que o serviço assim o exigir, afim de serem, em taes occasiões, empregados na manobra e mais trabalhos, como quaesquer outras praças da marinagem, ficando com tudo dispensados de ajudar ás fainas geraes os criados graves dos Officiaes Generaes e dos commandantes dos navios. Paço das Necessidades em 21 de Março de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA. — Ministerio da Marinha e Ultramar. — Secção do Ultramar. — Devendo o Capitão de Fragata d'Armada, José Joaquim Lopes de Lima, responder a Conselho de Guerra, pelo fa-

cto de se haver, em Abril de 1842, retirado de Goa, em consequência da revolta militar, que alli teve lugar, entregando o Governo do Estado da India, de que interinamente se achava encarregado, ao respectivo Conselho do Governo, e havendo ultimamente o Governador Geral do mesmo Estado enviado os processos de investigação, a que civil e militarmente se mandou proceder, para servirem de base ao dito Conselho, que o mesmo official tem requerido com instancia: manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, remetter ao Major General d'Armada os ditos processos e mais documentos, constantes da relação inclusa, assignada pelo Official Maior Graduado desta Secretaria, Manoel Jorge de Oliveira Lima, assim de que proceda á nomeação dos officiaes que devem compor o referido Conselho, ao qual transmittirá todos os mencionados documentos. Paço das Necessidades em 21 de Março de 1843. — *Joaquim José Falcão.*

Idem. OFFICIO ao Administrador das Mattas. — Participando-lhe que, pelo Ministerio do Reino, se deram as providencias para se proceder contra quem roubar ou causar estragos no pinhal do Urso; em Lavos.

22. PORTARIA. — Ministerio da Marinha e Ultramar. — Secção do Ultramar. — Sua Magestade a Rainha, attendendo ao merecimento e intelligencia do actual commandante da curveta *Urania*, o Capitão Tenente d'Armada, Pedro Alexandrino da Cunha, bem como confiada no zelo com que desempenhará a importante commissão de que vai encarregado para a provincia de Angola; zelo que já em outro tempo manifestou, pelos bem entendidos interesses daquella mesma provincia, e na repressão do trafico da escravatura: ha por bem nomear o referido Capitão Tenente commandante da estação naval da Africa occidental; o que assim se participa ao Major General d'Armada, para seu conhecimento e devidos effeitos. Paço das Necessidades em 22 de Março de 1843. — *Joaquim José Falcão.*

Idem. ALVARÁ. — Ministerio da Marinha e Ultramar. — Secção do Ultramar. — Eu a Rainha faço saber aos que este meu Alvará virem que, considerando o estado de ruína e quasi total abandono em que actualmente se acha a antiga cidade de Goa, capital da India portugueza, aonde apenas se conserva a Sé Primacial e o Arsenal, e por outro lado o progressivo e consideravel augmento da povoação de Pangim, já hoje notavel não só pela nobreza de seus edificios e grossura de seu trato, como por ser a Séde do Governo Geral e de todos os tribunaes e principaes repartições do Estado da India; e querendo Eu, por estas considerações, dar a devida preeminencia e cathegoria á referida povoação de Pangim, a qual, achando-se ligada, por uma magestosa e extensa ponte, ao populoso e importante bairro de Ribandar, contiguo áquella antiga cidade de Goa, fórma hoje com elle a capital da India portugueza, cujo glo-

rioso nome, aliás, deve ser perpetuado pelas heroicas recordações a que anda annexo nos annaes das nossas conquistas: Hei por bem e me Apraz, conformando-Me com as propostas que a este respeito Me foram dirigidas pelo ex-Governador Geral Interino do dito Estado, José Joaquim Lopes de Lima, em data de dezoito de Fevereiro de mil oitocentos quarenta e dois, e do actual Governador Geral, Conde das Antas, em data de vinte e um de Outubro do mesmo anno — que, desde a data da publicação deste Alvará em diante, a povoação de Pangim fique erecta em cidade, com denominação de *Nova Goa*, comprehendendo em seus limites todo o littoral da margem esquerda do rio Mandovi, desde a foz do mesmo rio até á ponte de Daugim, dividido em tres bairros, que serão designados e demarcados da maneira seguinte: primeiro, bairro de Pangim, desde a ponte de Santa Ignez até á cruz da ponte que vai de Pangim a Ribandar, tendo do lado da terra por limites os portaes das Fontainhas; segundo, bairro de Ribandar, desde a cruz da mesma ponte até á igreja de S. Pedro, limitado, do lado da terra, pelos portaes de Chimbél; terceiro, bairro de Goa, desde a referida igreja de S. Pedro até á da Madre de Deos, de Daugim, tendo por limites, do lado da terra, os muros e porta restante da antiga cidade. E Hei, outro sim, por bem que esta nova cidade haja todos os privilegios e liberdades de que devem gozar e gozam as outras cidades destes reinos e suas possessões, concorrendo com ellas em todos os actos publicos, e usando os seus cidadãos de todas as distincções e preeminencias de que usam os das outras, sem differença alguma. Pelo que, mando a todos os tribunaes, autoridades, officiaes, e pessoas a quem o conhecimento deste Alvará pertencer, o cumpram como nelle se contém, e hajam, daqui em diante, a sobredita povoação de Pangim por cidade, e assim a nomeiem, e lhe guardem, e a seus cidadãos e moradores, todos os privilegios, franquezas, e liberdades que têm, e de que gozam as outras cidades e seus moradores, sem irem contra elles em parte, ou em todo, porque assim é minha mercè. E mando que este meu Alvará se cumpra e guarde inteiramente, sem duvida ou embargo algum. E por firmeza do que dito é, ordeno que, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, se passe carta, em dois diferentes exemplares, que serão por mim assignados e sellados com o sello pendente das minhas Armas Reaes; a saber: um delles para seu titulo, e o outro para ser remettido ao real archivo da torre do tombo, e alli convenientemente arrecadado. Pagou, de direitos de mercè, a quantia de setenta mil réis, como constou de um conhecimento em fôrma, com o numero noventa e nove, e data de vinte e um do corrente mez de Março, assignado pelo Delegado do Thesouro Publico no districto de Lisboa, e pelo Escrivão e Recebedor respectivo. Dada no Paço das Necessidades aos vinte e dois de Março de mil oitocentos quarenta e tres. = RAINHA. = Joaquim José Falcão.

Alvará pelo qual Vossa Magestade ha por bem elevar a povoação de Pangim, no Estado da India, á cathegoria de cidade, com a denominação de *Nova Goa*, e com todos os privilegios, franquezas, e liberdades que, como tal, lhe possam competir, tudo pela fórma no mesmo Alvará declarada. — Para Vossa Magestade ver. = *Isidoro Gomes da Guerra*, o fez.

Idem. PORTARIA ao Major General. — Mandando dar passagem para os Açores, em um navio do Estado, a Iguacia Emilia.

Idem. OFFICIO ao Thesouro Publico. — Participando-lhe que falleceu a pensionista da Marinha, D. Margarida Paula da Piedade Nobre da Silva.

Idem. PORTARIA ao Inspector do Arsenal da Marinha. — Mandando proceder ao concerto de dois dos cahiques que estavam empregados na fiscalisação da alfandega, e ordenando o destino que depois lhes deve dar.

Idem. OFFICIO ao Conde de Lumiares, Secretario da Camara dos Pares. — Remettendo-lhe sessenta exemplares da receita e despeza das provincias ultramarinas, afim de serem distribuidos pelos Pares do Reino.

Idem. OFFICIO ao Secretario da Camara dos Deputados. — Remettendo-lhe cento e quarenta exemplares da receita e despeza das provincias ultramarinas, afim de serem distribuidos pelos Deputados.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Communicando-lhe ter sido nomeado commandante da estação naval da Africa occidental, o Capitão Tenente, Pedro Alexandrino da Cunha.

Idem. OFFICIO ao Secretario da Camara dos Deputados, — Para fazer presente á Camara a necessidade que ha de se resolver a proposta apresentada em 25 de Agosto de 1840, relativa á taxa que se deve pagar pelo reconhecimento de assignaturas passadas por esta Secretaria.

Idem. OFFICIO ao Ministro dos Negocios Estrangeiros. — Communicando-lhe o ter-se expedido ordem ao Governador Geral de Cabo Verde para informar sobre o contheudo dos papeis que acompanharam o seu Officio de 14 do corrente, bem como o tomar medidas energicas, afim de que o tractado contra o trafico da escravatura seja rigorosamente observado.

23. PORTARIA ao Inspector do Arsenal. — Remettendo-lhe, para os effeitos necessários, os conhecimentos e facturas dos tanques de ferro para a Marinha, e uma draga para o Ministerio do Reino, que devem vir de Inglaterra; e ordenando-lhe que, de accordo com o Major General, examine a draga, quando ella começar a trabalhar.

Idem. PORTARIA ao commandante do Batalhão Naval. — Ordenando-lhe que, visto ter-se apresentado para o serviço o Cirurgião Ajudante, seja dispensado de exercer as funcções d'elle o Cirurgião, F. de A. Contreiras.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da provincia de Ango-

la. — Remettendo-lhe cópia das instrucções dadas ao commandante da curveta *Urania*, Pedro Alexandrino da Cunha.

Idem. PORTARIA ao Governador de S. Thomé e Príncipe. — Para providenciar promptamente sobre as requisições de mantimentos, feitas pelos commandantes da estação naval de Angola.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada, e ao Contador Geral da Marinha. — Remettendo-lhes cópia do annuncio publicado no Diario do Governo de 15 do corrente, pelo qual se convidam a alistar-se na companhia de sepadores de Loanda os individuos de profissões mechanicas, mencionados no mesmo annuncio.

Idem. PORTARIA ao Governador de Moçambique, e Officios ao Ministerio dos Estrangeiros, e a Antonio José da Maia. — Remettendo-lhes cópia do Decreto de 17 do corrente, pelo qual foi apresentado Prelado da prelasia de Moçambique, o Presbytero, Antonio José da Maia.

21. PORTARIA ao Governador Geral da India, e ao Contador Geral da Marinha. — Communicando-lhes o ter a Agencia financial em Londres remittido 250 libras estrelinas, para as despesas da construcção da fragata *D. Fernando*.

27. PORTARIA ao Major General. — Mandando dar passagem para Angola, na curveta *Urania*, ao Segundo Tenente d'Armada, Francisco José Soares, e sua familia.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Approvando a mudança da cidade de Benguella para o porto do Lobito, e indicando a maneira por que se deve realisar aquella mudança.

28. PORTARIA ao Conselho d'Administração da Marinha. — Convinde remover todas as duvidas que se têm suscitado na execução d'alguns artigos do Regulamento Geral da Marinha, já em conflicto de autoridades, já no ordenamento, fiscalisação, e escripturação dos valores da Fazenda Publica, que entram nos armazens do Arsenal da Marinha, e que cumpre zelosamente arrecadar, e escripturar com o prompto desenvolvimento das respectivas contas, como se exige de quaesquer Thesoureiros responsaveis por dinheiros publicos, em cujas circumstancias se acham o Almoxarife dos mesmos armazens, e os Commissarios d'Armada pelos valores, que são confiados á sua arrecadação, comprados com aquelles mesmos dinheiros; e querendo Sua Magestade a Rainha, que invariavelmente se observem todas as disposições do citado Regulamento, bem como todas as mais a que elle se refere; ha por bem Ordenar o seguinte:

1.º Que as facturas, e conhecimentos mercantes de generos importados por conta deste Ministerio e que forem remittidos ao Inspector do Arsenal da Marinha, para em virtude delles fazer desembarcar os ditos generos, serão depois deste acto enviados ao Escriptão da classe, ou classes a que pertencerem, para nelles lançar as competentes verbas de conferencia, ou passar certidão d'entrada nos armazens, ficando o mesmo Escriptão obrigado a remettel-os com to-

dos os esclarecimentos necessários á Contadoria Geral da Marinha para a conveniente liquidação e escripturação.

2.º Quando se embarcarem, ou exportarem artigos da Fazenda Publica por conta deste Ministerio, ou seja com destino para as Possessões Ultramarinas, ou para fornecimento dos navios de guerra ausentes deste porto, o Conselho d'Administração de Marinha, depois de ter concluido o respectivo fretamento, na conformidade do § 2.º do art. 6.º do seu regulamento, enviará uma copia do mesmo fretamento á Contadoria Geral da Marinha, e outra ao Inspector do Arsenal.

3.º O Inspector do Arsenal, depois de fazer embarcar os artigos da Fazenda Publica, exigirá dos capitães, ou mestres dos navios, os respectivos recibos, que fará remetter immediatamente á Contadoria Geral da Marinha.

4.º A Contadoria Geral da Marinha fará com que os conhecimentos mercantes se lavrem com as clausulas do respectivo fretamento, depois do que os remetterá a esta Secretaria d'Estado, ficando na mesma Contadoria um dos conhecimentos junto á copia do fretamento.

5.º A Contadoria Geral da Marinha incumbe proceder ao seguro dos generos exportados, quando este se julgue necessario, para o que dará aos mesmos generos um valor razoavel, e fará juntar aos mais papeis a apolice do seguro para documentar a respectiva liquidação.

6.º As obras feitas no Arsenal da Marinha por conta de particulares, ou de outras repartições, só terão logar com precedencia de Portaria desta Secretaria d'Estado.

7.º As contas da importancia das sobreditas obras só poderão ser expedidas pela Contadoria Geral da Marinha, e para esse fim o Escrivão da classe, ou classes donde tiverem sahido quaesquer objectos para as mesmas obras, formalizando a competente conta desses objectos na conformidade do art. 155 do Regulamento Geral de Fazenda de Marinha, a remetterá immediatamente á Contadoria para poder por alli ter logar a respectiva liquidação, e ulteriores processos que lhe estão incumbidos pelos art. 150, a 158 do mesmo Regulamento.

Devendo a Contadoria Geral da Marinha ter permanentemente liquidado, e escripturado tudo que diz respeito aos artigos de Fazenda importados, ou exportados, e bem assim de todas as obras de conta alheia, é daquella Repartição, que se podem haver todos os esclarecimentos de que a tal respeito se necessitarem para o bem do serviço publico, e interesse da Fazenda. O que tudo pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar se participa ao Conselho d'Administração de Marinha para seu conhecimento e effectos necessarios, devendo o mesmo Conselho enviar copias desta Portaria ao Inspector do Arsenal, e ao Contador Geral da Marinha. Paço das Necessidades em 28 de Março de 1843. = *Joaquim José Falcão.*

Idem. PORTARIA ao Major Geral. — Augmentando com mais praças a lotação da curveta *Urania*, visto que com ella vai para Angola a escuna *Esperança*, tripulada com praças destacadas da mesma curveta.

Idem. PORTARIA ao Administrador das Mattas. — Remettendo-lhe quatro exemplares do relatório e orçamento da Marinha, e ordenando-lhe que se entenda com o Inspector do Arsenal, relativamente ao fornecimento do producto das Mattas.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India, e Officio ao Contador Geral da Marinha. — Para fazer partir, no primeiro navio do Estado, para esta capital, o Primeiro Tenente d'Armada, Victo Gonzaga Pretorios Ferreira.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Accusando a recepção dos seus Officios dos numeros 34 a 124, de 21 a 22 de Janeiro, bem como os boletins numero 58 do anno passado, e os numeros 1 a 6 deste anno.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Approvando a nomeação de uma companhia do batalhão provisorio para ir servir em Moçambique.

Idem. PORTARIA á Junta de Fazenda do Estado da India. — Para fazer pagar pontualmente a Marciano Antonio Pereira Nunes, pensionista das Camaras de Goa, as suas mesadas.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Estranhando não ter o Governador de Bissão participado as causas que motivaram a revolta dos negros chamados *grumetes*.

Idem. PORTARIA á Comissão encarregada da organização das alfandegas do Ultramar. — Remettendo-lhe, para informar, os Officios do Governador de Cabo Verde, de 13 e 29 de Janeiro do corrente anno: o primeiro incluindo o regulamento provisional das alfandegas daquella provincia, e o segundo participando a abolição dos emolumentos que se cobravam pelos feixos dos despachos das embarcações de cabotagem.

Idem. OFFICIO ao Ministerio da Fazenda. — Remettendo-lhe cópia da Portaria dirigida ao Governador de Cabo Verde, relativa ao contracto da arrematação da urzella.

Idem. OFFICIO ao Major General d'Armada. — Communicando-lhe terem sido nomeados, pelo Governador Geral da India, para servirem em Moçambique, os Segundos Tenentes d'Armada, Francisco Regio de Lima, Matheus Jacques Godfroy, e o Aspirante a Guarda Marinha, Antonio do Nascimento Pereira de Sampaio.

Idem. ORDEM GERAL N.º 405, do Major General d'Armada. — Sendo concedido, pelo regimento provisional, um certo numero de criados a todos os officiaes das differentes classes d'Armada, embarcados em os navios do Estado, e convindo tirar destas concessões o maior partido possivel, em proveito dos ditos navios, conciliado com aquelle que os mesmos officiaes podem exigir dos seus

respectivos criados, V. S.^a ficará na intelligencia, e assim o fará constar a todos os Srs. commandantes dos navios do Estado, que, segundo o que se determina em Portaria do Ministerio da Marinha e Ultramar, de 21 do corrente, elles d'ora em diante só poderão assentar praça, a bordo dos navios de seus commandos, aos criados que os officiaes levarem de terra, quando elles se mostrarem aptos para o serviço do mar, sendo d'ora em diante os referidos criados obrigados a estar presentes em occasião de combate, fainas geraes, exercicios, revistas, e sempre que o serviço assim o exigir, afim de serem, em taes occasiões, empregados na manobra e mais trabalhos, como quaesquer outras praças da marinagem, ficando comtudo dispensados de ajudar ás fainas geraes, os criados graves dos Officiaes Generaes, e dos commandantes dos navios. — Quartel General da Marinha, 28 de Março de 1843. = *Manoel de Vasconcellos Pereira de Mello*, Major General. = Sr. Pedro Alexandrino da Cunha, Capitão Tenente, Commandante.

29. PORTARIA ao Inspector do Arsenal. — Autorisando-o para mandar concertar um quarto da fortaleza de Cascaes, para abrigo do official encarregado de vigiar o serviço dos pilotos da barra.

Idem. PORTARIA ao Intendente da Marinha da Cidade do Porto. — Nomeando ao piloto supranumerario, Costodio José da Costa, para piloto do n.^o da barra da Figueira.

Idem. PORTARIA á Junta da Fazenda d'Angola, e Officio ao Contador Geral da Marinha. — Para poder sacar, sobre o Pagador da Marinha, pelas quantias que despender com o pagamento das tripulações dos navios de guerra que alli vão estacionar.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India, e ao Governador de Macáo. — Approvando a autorisação que deu ao Governador de Macáo, para nomear um commissario, afim de promover os interesses daquella cidade, na conferencia que deve ter lugar entre os commissarios da China, da Inglaterra, da França, da Hespanha, e dos Estados Unidos.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Communicando-lhe não se conceder licença alguma aos Officiaes daquelle Estado, para virem a este reino estudar, salvo aquelles que se sujeitarem a não perceber vencimentos.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Approvando a Portaria que ordenou que os Juizes de Direito Substitutos sirvam sempre de Auditores, nos impedimentos dos Juizes de Direito.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Approvando a nomeação da Comissão para examinar os paragraphos do relatório da Comissão de revisão do orçamento da despesa ecclesiastica.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Approvando o estabelecimento de uma Junta de saude militar.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Approvando a deliberação que tomou para facilitar os saques de dois con-

tos de réis mensaes, sobre Portugal, e communicando-lhe o não se ter ainda concluido a arrematação da urzella.

30. PORTARIA ao Commandante do Batalhão Naval. — Ordenando que no dia 3 de Abril vá para o Arsenal da Marinha uma guarda de honra, pois que ElRei tenciona ir alli ver bater a cavilha do Brigue *Mondego*.

Idem. PORTARIA ao Inspector do Arsenal da Marinha. — Participando-lhe que o quartel do Forte de S. Paulo foi desoccupado pelo batalhão n.º 12 da guarda nacional, para alli se alojarem veteranos e recrutas do Batalhão Naval.

Idem. PORTARIA ao Inspector do Arsenal da Marinha. — Mandando pôr á disposição do Director da alfandega de Setubal, um escalero inutilisado e um cabique do Arsenal.

Idem. OFFICIO ao Thesouro Publico. — Participando-lhe que o Cnter *Andorinha*, está prompto para partir em Comissão para o Algarve, a levar os fundos para o pret da tropa.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India, e Officio ao Ministerio da Fazenda. — Approvando a deliberação que tomou de escrever ao presidente da Agencia Financial em Londres, para que as remessas de dinheiro que houvesse de lhe fazer, fossem feitas por via de Bombaim.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Approvando as providencias que tomou para melhoramento das praças de Damão e Diu.

Idem. PORTARIA ao Governador de Macáo. — Para que quando alli chegar a Corveta *Infanta Regente*, faça passar para bordo do brigue *Têjo* o Segundo Tenente, Christiano Augusto da Costa e Simas.

Idem. PORTARIA á Junta da Fazenda de Cabo Verde. — Para sacar sobre a Pagadoria da Marinha a quantia precisa para satisfazer as requisições feitas pelos commandantes dos navios de guerra que alli forem estacionar.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Communicando-lhe o ter fallecido em Cabo Verde o guardião da escuna *Ariéte*, Athanasio Antonio.

31. OFFICIO ao Administrador das Mattas. — Remettendo-lhe cópia do auto de posse do pinhal de Valle Verde, e perguntando-lhe se ha necessidade do tombio do dito pinhal.

Idem. PORTARIA ao Administrador das Mattas. — Concedendo aos moradores da freguezia de S. Sebastião do Vallado as lenhas seccas e madeiras necessarias para as suas abegoarias.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde, e Officio ao Ministerio dos Estrangeiros. — Remettendo-lhes cópia do Officio do Consul inglez naquella provincia dirigido ao seu Governo, ácerca do trafico de escravos, que diz se faz naquella provincia debaixo da bandeira americana, afim de fazer proceder ás mais severas indagações.

RELATORIO

SOBRE

O ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPEZA

DAS

PROVINCIAS ULTRAMARINAS.

*Apresentado por S. Ex.^a o Sr. Ministro da Marinha e Ultramar,
na Camara dos Srs. Deputados na Sessão Ordinaria
de 1843.*

SENHORES : — Satisfazendo ao que prometti no Relatorio de 16 de Janeiro proximo passado, tenho a honra de apresentar-vos o orçamento da receita e despesa das provincias ultramarinas.

Este trabalho, como no dito Relatorio observei, não pôde ainda julgar-se perfeito e completo; mas era indispensavel que uma vez apparecesse reunido e impresso, apoiado sobre os melhores dados que, no Ministerio a meu cargo existiam, e recentemente se obtiveram, para de futuro, com ordem e methodo, por meio de informações, e um estudo minucioso, se rectificarem algumas verbas, tanto da receita, como da despesa, e conseguir-se aquella exactidão que é possivel em obras de tal natureza.

Precede o dito orçamento um mappa, que, contendo a receita e despesa, bem como o *deficit* ou sobras de cada provincia, apresenta em fim o *deficit* geral de 137:727 \$ 880 réis. Este *deficit* é exaggerado pelos defeitos que adiante se apontam, a respeito do orçamento de Moçambique; e é minha opinião que não haverá grave erro em dizer-se, que o *deficit* geral não sobe a 100:000 \$ 000 de réis. A rapida decadencia a que têm chegado os rendimentos de Moçambique e Angola, pela abolição do trafico da escravatura, deve necessariamente offerecer graves difficuldades á satisfação dos encargos que pesam sobre aquellas duas provincias, que, com pouca differença, são os mesmos a que d'antes eram sujeitas, ao passo que lhes faltam os grandes direitos provenientes daquelle trafico, com que não só faziam face ás suas despesas, mais ainda tinham acrescimos: é porém de esperar que, continuando os Governadores do Ultramar no louvavel zelo (de que têm dado provas existentes na Repartição a meu cargo) de fomentarem a agricultura e industria das respectivas provincias, e continuando a tendencia, que vão mostrando as praças de Lisboa e Porto, de entrarem em especulações commerciaes com as mesmas provincias, é de esperar, digo, que el-

las possam chegar ao desejado estado de não só dispensarem auxilios estranhos, mas ainda de os prestarem á mãe patria.

Entretanto, convem evitar toda a especie de gravame em despachos onerosos para as ditas provincias, não se fazendo senão aquelles que o serviço publico não possa absolutamente dispensar: convem levar as reformas até onde for possível, sem prejuizo da justiça e da utilidade publica; e agora, que aos navios de guerra vai ser commettido o importante serviço de animar o commercio, e de reprimir o contrabando e o trafico da escravatura, mantendo a dignidade nacional, na sustentação dos tractados a tal respeito, do que aliás depende hoje a prosperidade das mesmas provincias; convem, ou antes é necessario, que aquelles navios sejam pagos pelos meios votados nas Camaras, recebendo o Ministerio da Marinha integralmente as verbas relativas, afim de não continuarem a ser gravadas as ditas provincias com despezas com que não podem, e as collocam em apuro e desordem.

Passarei agora a fazer algumas observações sobre o *deficit*, ou sobra que apresenta o orçamento de cada uma das provincias.

GOA.

Do orçamento recebido e modificado, segundo esclarecimentos que depois foram communicados pelo Escrivão da Junta da Fazenda, e bem assim feitas diversas compensações, que se demonstram em as notas, resulta um *deficit* de xerafins 169.413,,1,,38, ou 27:106\$132 réis.

O Governador Geral, Conde das Antas, estabeleceu varias Comissões para proporem reformas em diversas despezas publicas; e logo que estes trabalhos cheguem, com os esclarecimentos que o Governo tem ordenado, serão remmettidos, para se resolver como for legal: é de esperar, com tudo, que de algumas medidas que se approveem, resultem economias que muito diminuam aquelle *deficit*.

Chamo a attenção sobre as verbas de monte-pio, pensões, subsidios, e reformados, que importam em mais de 180.000 xerafins, quantia que é maior que o *deficit*: equivale a 12 por cento de toda a receita do Estado.

Este orçamento vem enriquecido com relações nominaes, que demonstram a regularidade da escripturação naquelle Estado, e dão muita importancia a esta especie de trabalho.

DAMÃO.

Offerece o orçamento desta praça meios sufficientes para custear a sua despeza, e ainda apresenta um sobejo de pouco mais de

5:000\$000 de réis. Este sobejo é importante em relação aos pequenos rendimentos da dita praça, que andam entre 17 e 18:000\$000 de réis; mas tal sobejo não pôde ter outra applicação, que não seja a continuação de construcções navaes, ás quaes se tem prestado ultimamente toda a attenção, mandando-se deste reino auxilios pecuniarios para o acabamento de uma fragata; e logo que esta seja lançada ao mar, será substituida, nos estaleiros, por outra quilha, por ser reconhecida a toda a luz a preferencia que se deve dar ás construcções alli, pela barateza das madeiras e mão d'obra.

DIU.

Este orçamento não tem o desenvolvimento conveniente, como é mister, para se conhecerem as differentes verbas de despeza, nas quaes a folha militar absorve quasi sete decimos da sua receita: ordenou-se para a India que se enviem os competentes esclarecimentos, e é de esperar que, com algumas pequenas suppressões, se possa eliminar o *deficit* que apresenta, de mais de 7.237 xerafins.

MACÃO.

Não se pôde calcular até que ponto os ultimos acontecimentos da China influiram sobre os rendimentos daquelle estabelecimento, que todos, com muito pequena differença, consistem e provêm de direitos da alfandega. Nestes ultimos annos tem ella produzido em uma escala ascendente: no anno de 1840, com a de 114:000\$000 de réis, no anno de 1841, acima de 160:000\$000 de réis, não se conhecendo por em quanto o rendimento do anno de 1842, que julgo não ser inferior ao do anno antecedente. Segundo as contas recebidas, se tem feito applicação em grande parte ao melhoramento e engrandecimento da cidade. Das providencias ultimamente dadas se espera que uma parte dos emolumentos da alfandega possa ser convertida em rendimento publico. O actual orçamento demonstra uma sobra de 5.638 taéis e 491 caixas, ou 5:638\$491 réis.

TIMOR E SOLOR.

O orçamento competente offerece uma sobra de 2:843 xerafins; mas este sobejo é apparente, por isso que o cofre daquellas ilhas é auxiliado com uma prestação de 15.000 xerafins, que são tirados do rendimento de Macão. Não ha duvida que muito melhoramento podem receber as mesmas ilhas, se houver cuidado em fomentar a sua agricultura, e fiscalisar convenientemente os rendimentos das alfandegas.

MOÇAMBIQUE.

Deste governo faltam muitos esclarecimentos para melhor se poder fixar a verdadeira despesa, a qual se julga muito exaggerada, ao mesmo tempo que a receita foi já calculada com attenção ao desfalque do rendimento das alfandegas. Póde affoitamente dizer-se, que a despesa é muito menos do que se figura, e que o *deficit*, em relação ao anno futuro, deve ser muito menor, attendendo a que os quadros não estão completos, e que o orçamento se refere aos determinados pelo Governador Geral, Marquez de Aracaty, e não ao effectivo. Estas reflexões servirão para nos convencermos que o *deficit* é muito exaggerado em relação ao dia de hoje; mas era indispensavel que me servisse do unico documento que existe, para não deixar um vacuo no orçamento geral. Para aquella provincia se têm repetido ordens, afim de que se apresente o orçamento della em relação á actualidade das circumstancias.

ANGOLA.

É deficiente este orçamento, por não ser acompanhado da despesa e receita de Benguella: o seu *deficit*, de réis 42:493\$695, não o julgo exaggerado: é possível que as finanças daquella provincia vão melhorando, por isso que o commercio vai alli tomando algum alento. O Governador Geral, as autoridades publicas, e os commandantes dos navios de guerra, têm prestado importantes serviços, e coadjuvam louvavelmente o Governo, nos melhoramentos geraes, que devem concorrer para a sua prosperidade agricola e mercantil.

CABO VERDE, BISSÃO, E CACHEU.

O orçamento que se apresenta, foi elaborado sobre dados e esclarecimentos officiaes, que o Governo recebeu do anterior Governador Geral, e seu Secretario, actualmente nesta capital; refiro-me aos desenvolvimentos com que este orçamento vai esclarecido.

S. THOMÉ E PRINCIPE.

Não possui o Governo actualmente documentos em que possa assentar trabalho para o respectivo orçamento; sendo altamente censuravel o ultimo Governador, pelo seu descuido e falta de cumpri-

mento de ordens, tanto a este como a outros respeitos. Ultimamente partio para as ditas ilhas novo Governador, de quem se espera que opportunamente forneça os dados sufficientes para se avaliar a receita e despesa da provincia, a qual todavia não julgo em bom estado, relativamente a recursos; o que é em grande parte devido ao abandono, e falta de fiscalisação das alfandegas.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, 18 de Março de 1843.

Joaquim José Falcão.

Recopilação geral dos orçamentos

PROVINCIAS.	RECEITA.	RENDIMENTOS		
		Moeda provincial		
		Xerafins	Tangas	
Goa {	De proprios, impostos directos e indirectos, e diversos rendimentos	1:446.612	0	
Damão {	De proprios, impostos directos e indirectos, e diversos rendimentos	117.408	2	
Diu {	De proprios, impostos directos e indirectos, e diversos rendimentos	70.460	0	
Macáo {	De proprios, impostos directos e indirectos, e diversos rendimentos	Taeis		
		96.420	00	
Solor e Timor . . {	De proprios, impostos directos e indirectos, e diversos rendimentos	Xerafins	Tangas	
		56.916	2	
Moçambique . . . {	De proprios, impostos directos e indirectos, e diversos rendimentos	Réis		
		99:756	3865	
Angola {	De proprios, impostos directos e indirectos, e diversos rendimentos	132:686	3394	
Cabo Verde . . . {	De proprios, impostos directos e indirectos, e diversos rendimentos	79:176	3168	

provincias ultramarinas.

DEFICIT			TOTAL			RENDIMENTOS	DEFICIT	TOTAL
Moeda provincial			Moeda provincial			<i>Réis de Portugal</i>	<i>Réis de Portugal</i>	<i>Réis de Portugal</i>
<i>Xerafins</i>	<i>Tangus</i>	<i>Réis</i>	<i>Xerafins</i>	<i>Tangus</i>	<i>Réis</i>			
169.413	1	33	1.616.025	1	46	231:457\$924	27:106\$132	258:564\$056
—	—	—	117.408	2	43	18:785\$366	—\$—	18:785\$366
7.237	4	29	77.704	0	00	11:274\$576	1:158\$064	12:432\$640
—	—	—	<i>Tacis</i>	<i>Caixas</i>				
—	—	—	96.420	000		96:420\$000	—\$—	96:420\$000
—	—	—	<i>Xerafins</i>	<i>Tangus</i>	<i>Réis</i>			
—	—	—	56.916	2	2	9:106\$625	—\$—	9:106\$625
<i>Réis</i>			<i>Réis</i>					
220:907\$736			320 664\$601			39:902\$746	88:363\$094	128:265\$840
42:943\$695			175:630\$089			106:149\$116	34:354\$956	140:504\$072
—			79:176\$168			79:176\$168	—\$—	79:176\$168
						592:272\$521	150:982\$246	743:254\$767

PROVINCIAS.	DESPEZA.	DESPEZA		
		Moeda provincial		
		Xerafins	Tangas	Reis
Goa	{ De encargos geraes, folha ecclesiastica, justiça, militar, das repartições fiscaes, de marinha, etc.	1:616.025	1	4
Damão.....	{ De encargos geraes, folha ecclesiastica, justiça, militar, das repartições fiscaes, de marinha, etc.	85.313	4	29
Diu	{ De encargos geraes, folha ecclesiastica, justiça, militar, de fazenda, arsenal, etc.	77.704	0	00
Macáo	{ Da folha militar, ecclesiastica, civil, e extraordinaria	Tacis		Caixas
		90.781		50
Solor e Timor. .	{ Da folha militar, civil, ecclesiastica, de marinha, e extraordinaria.	Xerafins	Tangas	Reis
		54 073	0	29
Moçambique...	{ Das repartições administrativas, ecclesiastica, de justiça, fiscal, militar e de marinha, etc....	Réis		
		320:664	\$601	
Angola.....	{ Da folha civil, ecclesiastica, militar, de marinha, e extraordinaria.	175:630	\$089	
Cabo Verde...	{ Da folha civil, ecclesiastica, judicial, fiscal, militar, e diversos encargos, ...	79:150	\$364	
		Deficit		
		Sobra.		
		Deficit geral. .		

SOBRA			TOTAL			DESPEZA	SOBRA	TOTAL
Moeda provincial			Moeda provincial			Réis de Portugal	Réis de Portugal	Réis de Portugal
Xerafins	Tangas	Réis	Xerafins	Tangas	Réis			
—	—	—	1:616.025	1	46	258:564\$056	—\$—	258:564\$056
32.094	3	132	117.408	2	43	13:650\$224	5:135\$142	18:785\$366
—	—	—	77.704	0	00	12:432\$640	—\$—	12:432\$640
Taeis		Caixas	Taeis		Caixas			
5.638		491	96.420		000	90:781\$509	5:638\$491	96:420\$000
Xerafins	Tangas	Réis	Xerafins	Tangas	Réis			
2 843	1	33	56.916	2	2	8:651\$696	454\$020	9:106\$625
Réis			Réis					
—			320:664\$601			128:265\$840	—\$—	128:265\$840
—			175:630\$089			140:504\$072	—\$—	140:504\$072
25\$804			79:176\$168			79:150\$364	25\$804	79:176\$168
						732:000\$401	11:254\$366	743:254\$767

9:982\$246

1:254\$366

9:727\$880

NAVIOS DO ESTADO EM ARMAMENTO, E SEUS DESTINOS,

No 1.º de Abril de 1845.

Qualidade das Embarcações	Nomes	N.º de peças, ou caronadas	Gradações, e nomes dos Commandantes	N.º dos Officiaes de Marinha	N.º dos Guardas-Marinhas e Aspirantes	Destinos
Fragatas...	Dug. ^{ra} de Brag. ^{ca}	50	Capitão Tenente, M. T. da S. Cordeiro.	3	2	No Tejo
	Diana	50	Capitão Tenente, J. S. Ramos	6	"	No Tejo
Corvetas...	D. Maria II...	42	Capitão Tenente, A. R. Graça	11	6	Para a India — Náo de Viagem.
	Gil de Junho...	24	Primeiro Tenente, J. J. d' Andrade Pinto	5	2	Na Estação d' Angola.
Brigues...	D. João I.	24	Capitão Tenente, P. S. Franco	5	4	Na Estação do Brasil.
	Infanta Regente	24	Segundo Ten. de Commissão, J. S. Tavares	2	2	Na Estação da India.
Charina....	Urânia	24	Capitão Tenente, P. A. da Cunha	5	6	No Tejo.
	Andaz	18	Primeiro Tenente, F. A. G. Cardozo...	4	3	Na Estação d' Angola.
Brigue-Esc.	D. Pedro.....	16	Primeiro Tenente, I. F. Guimarães, Junior	4	3	Na Ilha da Madeira.
	Tejo.....	18	Capitão Tenente, D. F. do Valle	5	4	Na Estação de Macão.
Escunas...	Principe Real..	2	Capitão Tenente, P. A. Caminha	1	3	Angola.
	Vouga	12	Primeiro Tenente, P. Centurini	4	3	A cruvar no Algarve.
Correios...	Tamega	12	Primeiro Tenente J. G. de Matos Corrêa	4	4	Na Estação do Brasil.
	Liberal	4	Primeiro Tenente, J. M. Esteves	2	1	De Correo para Angola.
Inter.....	Nina	1	Segundo Tenente, V. do N. Teive	1	1	Na Estação d' Angola.
	Baa Vista	1	Segundo Tenente, D. H. da Fonce. ^a Ferr. ^a	1	1	Nas l. de S. Thomé e Principe.
	Faro	2	Primeiro Tenente, V. J. dos S. Mor. ^a Lima	3	"	De Correo para Cabo Verde.
	S. Boaventura..	4	Primeiro Tenente, A. e Silva	3	"	No Tejo.
	Amélia	2	Primeiro Tenente, A. S. Sérgio de Sousa...	3	1	De Correo para Angola.
	Cabo Verde.....	2	Primeiro Tenente, J. M. Rodvalho.	3	1	De Correo para Angola.
	Andorinha.....	6	Segundo Tenente, P. O. Alves	1	2	No Tejo, nas sondas da Barra.

DOCUMENTOS ULTRAMARINOS**EXTRAHI DOS DO ARCHIVO DA SECRETARIA D'ESTADO.**

MEMORIA**RESULTANTE DO INQUIRITO INDUSTRIAL EM TIMOR.***Pelo Tenente Coronel Frederico Leão Cabreira, Governador da Capitania.*

(Continuada de pag. 143.)

ARTIGO 3.º**DA INDUSTRIA COMMERCIAL EM TIMOR.***Estado deste ramo de industria:*

§ 1.º A industria commercial neste paiz merece mais alguma attenção que a agricola e fabril, assim aos indigenas, como a todas as mais pessoas que o habitam. Ninguem em Timor póde deixar de commerciar sem deixar de subsistir. Os ditos indigenas, particularmente os do interior do paiz, não conhecem o dinheiro amoedado, e dizem francamente que lhes não serve para nada; e por tanto, trocando promptamente uma gallinha por uma faca flamenga, quando a precisam, não a trocarão por uma pataca em dinheiro, com a qual poderiam comprar quinze ou mais das lembradas facas. Quasi o mesmo acontece com os navios que trazem para vender generos indispensaveis, como vinho, chá, assucar, manteiga, roupas, calçado, e tudo o mais. Os commerciantes que vêm nos mesmos navios, particularmente de Macáo, Java, e Macassar, assim como os baleeiros inglezes, e americanos, não querem vender os ditos generos por dinheiro, mas pedem o seu preço em cera, sandalo, trigo, milho, café, cavallos, bufalos, e outros

alguns generos proprios para refresco das guarnições : logo , quem quizer prover-se do que lhe é indispensavel , precisa ter de antemão os ditos artigos , que supprem o dinheiro amoedado. Por estas ponderosas razões é forçoso que este ramo de industria esteja em mais algum adiantamento do que os outros de que acabo de tratar.

Sómente na extremidade occidental da ilha em lugares proximos ao estabelecimento hollandez de Cupão , tem o dinheiro de prata amoedado mais alguma estima ; porque os hollandezes o procuram para levar á Java , aonde nestes ultimos annos se encontra com difficuldade , por ser quasi todo o que anda em giro , de cobre , ou em vales da respectiva companhia. Esta especie de dinheiro , comparado com as moedas de prata , e ouro , perde entre 20 e 25 por cento. Eis aqui outro forte motivo porque os navios provenientes daquella ilha que vêm aos nossos portos , trazem generos para trocar por generos , e só o pouco dinheiro em prata necessario para pagar os direitos ; e esse mesmo muitas vezes não trazem.

Do dinheiro de prata , e ouro que corre em Timor.

§ 2.º Neste paiz não corre dinheiro em moeda , que não seja de prata , e ouro. O mais geral são as rupias , e decutões hollandezes , e as patacas de todas as nações ; porém a unidade principal é a rupia ; e com relação a esta se fazem todas as transações mercantes. A tabella n.º 1 mostra o valor das moedas que mais ordinariamente apparecem avaliado em rupias ; e cada rupia vale 320 réis de Portugal pouco mais ou menos , segundo a contabilidade seguida na Repartição Administrativa da Fazenda Publica desta capitania. Das moedas portuguezas de prata não ha neste mesmo paiz conhecimento algum.

Mercadorias que mais geralmente se importam , e têm consumo em Timor.

§ 3.º As mercadorias que mais geralmente se importam em Timor , são as que constam da tabella junta n.º 2 , em que vão designadas as que são mais estimadas pelos indigenas , o

que por isso têm maior consumo. Vão na mesma tabella declarados os preços maiores e menores, porque se hão comprado nos tres ultimos antecedentes annos, em que o commercio tem feito algum progresso nesta capitania. Os principaes dos ditos generos são as espingardas inglezas de municação novas e a polvora: estes artigos têm grande consumo, porque os indigenas carregam brutalmente as ditas armas, e empregam de ordinario pedras, ou pedaços de ferro e outros metaes em lugar de balas, o que facilmente as arruina; e gastam immensa polvora assim nas ditas excessivas cargas para que os tiros sejam estrondosos, como na continuação dos mesmos tiros em diferentes occasiões, e muito particularmente nos enterros dos que morrem, sobre tudo se são pessoas entre elles de alguma distincção.

*Mercadorias que mais geralmente se exportam
para diversas partes.*

§ 4.º As mercadorias que mais geralmente se exportam deste paiz, são as que constam da tabella n.º 3, entre as quaes têm o primeiro lugar o sandalo e a cera: aquelle vai para a China, e esta, sendo em rama, a levam de ordinario para a Java; e pouca já lavrada e reduzida a vèlas, vai para Macão. Os bufalos e cavallos vão quasi todos para os portos da Nova Hollanda, e alguns dos ultimos para as ilhas Mauricias. O milho (jangão) tem hido para diversas partes, e o trigo vai sempre tambem para a Java; porém a maior exportação deste genero foi no anno passado, em consequencia de ter havido boa producção e grandes sementeiras, mediante algumas medidas que empreguei para animar a sua cultura. No presente anno se espera ainda maior abundancia. Os preços maiores, e menores de todas as mercadorias constantes da dita tabella n.º 3, bem como os medios ou correntes nos tres proximos passados annos, são os que constam da mesma tabella. O café é o genero que promette maiores vantagens ao paiz; pois quasi todas as nações o procuram; e em o havendo com abundancia, virão aqui muitos navios a buscal-o; e a exportação delle dará lugar á de outros generos menos estimados, e á entrada de muitos que necessariamente hão de receber-se em

troca. Os portos desta ilha serão a tal respeito preferidos aos da Java, em consequencia dos grandes direitos que alli pagam os estrangeiros, e dos incommodos por que passam os capitães, e tripulações dos navios por causa da impertinente, e minuciosa policia que alli ha, e das despesas de ancoragens, e outras com que os sobrecarregam. Se porém a cultura deste valioso genero não fôr animada pelo Governador pessoalmente, pouco ou nenhum progresso se póde nella esperar, pelas razões que ja expendi em logar competente da 1.ª parte desta Memoria.

Modo de fazer o commercio interno.

§ 5.º O commercio interno neste paiz se faz pela seguinte maneira. As pessoas que têm mais meios, compram nos navios os generos de consumo, que melhores lhes parecem, ou os tomam a credito de anno para anno, principalmente nos navios de Macão. Confiam os mesmos generos com algum rasoavel ganho a differentes sujeitos que os levam para o interior do paiz, aonde os vendem tambem a credito com seu lucro aos indigenas mais bem acreditados: estes ficam com elles, ou os distribuem aos mais, e passado o praso que convencionam, pagam a respectiva importancia nos artigos que prometteram, e os conduzem aos portos de mar que lhes ficam mais proximos, ou os guardam nos mesmos logares em que vivem. Eis aqui a maneira de commerciar neste paiz, e á vista della fica claro que o commercio é muito demorado, e que pouco ou nada se póde fazer senão de anno para anno. Tambem ha difficuldades na cobrança, pois ainda que os indigenas em geral não negam as dividas, raras vezes pagam no tempo competente, nem por junto toda a quantia a que se compromettem. Isto causa algumas vezes grandes embarços por fazer demorar mais tempo que o necessario os navios que vêm buscar a carga que se julga estar prompta; porém não ha meio algum de remover tal inconveniente.

Das conducções, e reconducções das mercadorias.

§ 6.º As conducções, e reconducções se fazem por mar, ou por terra conforme a posição dos logares em que os ge-

neros se produzem. Nos logares proximos ao mar se tornam mais faceis e commodas as differentes transacções; porque vão desta praça os generos em maiores, ou menores embarcações costeiras, para os pequenos portos que ficam mais proximos aos ditos logares, e alli os recebem as pessoas que os compram, ou aquelles que se encarregam de os vender por miúdo; e no regresso das mesmas embarcações trazem ordinariamente o producto das transacções antecedentes. Quando porém os taes logares são muito no interior da ilha, as conducções, e reconducções se fazem por meio de cavallos; o que se torna assás penoso em consequencia da escabrosidade dos caminhos, ou veredas, e das ribeiras que se precisam atravessar. Ha muitos sitios em que é preciso descarregar os cavallos, e levar as cargas a braços até os ter passado. Os cavallos se arruinam muito, pois por não terem albardas, nem aparelhos proprios, se ferem em qualquer jornada, por mais curta que seja, visto que não usam mais do que uns pedaços de esteira sobre o lombo, com uns pequenos páos encruzados em aspa que servem para segurar a carga, a qual, consistindo em páos de sandalo, se seguram de ordinario por uma ponta, e a outra vai arrastando pelo chão.

Todo o cavallo de carga que com ella faz uma jornada de seis, ou oito dias, não pôde tornar a servir se não no seguinte anno. Ora, arruinando-se assim os cavallos ordinarios, e exportando-se os melhores para fóra do paiz, em breve viriam a extinguir-se, ou tornar-se raros, se tambem fosse permittida a exportação de egoas; e por isso a prohibi completamente logo no segundo anno do meu governo.

Dos direitos, e impostos das mercadorias.

§ 7.º As mercadorias que se transportam de uns para outros logares destas ilhas, excepto o estabelecimento hollandez de Cupão, não são sujeitos a pagamento algum de direitos ou impostos, uma vez que tenham já pago os de importação ou consumo em qualquer das alfandegas portuguezas destas mesmas ilhas; isto pelo que respeita ás mercadorias estrangeiras. Os ditos direitos e impostos de exportação e consumo, bem

como os de exportação, são os que constam da tabella n.º 4, e a nenhuns outros são sujeitos nem presentemente o podem ser as ditas mercadorias, sem afugentar os commerciantes, que nestes mui proximos annos hão concorrido aos nossos portos, anteriormente pouco ou nada frequentados, a não ser por algum navio de Macão, que raras vezes excedia a um por anno. Estes direitos são os mesmos que ha longos annos se pagavam; porém ao presente estão reduzidos a um systema regular, e apropriado ao commercio, e circumstancias peculiares do paiz, por um regulamento geral fundado nas antecedentes e variaveis praticas, que eu organizei, e fiz publicar em 16 de Fevereiro do anno proximo passado: podendo assegurar que qualquer alteração ou innovação que a tal respeito se fizer, será infallivelmente damnosa ao paiz, ao menos em quanto o commercio não estiver mais solidamente estabelecido. O governo hollandez de Cupão, logo que teve noticia do dito regulamento, organisou outro semelhante; pois tambem alli não havia um systema regular; mas ficou todo a nosso favor por sobrecarregar de direitos e impostos, as mercadorias importadas e exportadas em navios estrangeiros, e de manufactura tambem estrangeira: o que necessariamente faz que os mesmos navios venham com preferencia aos nossos portos, e particularmente ao desta praça, por ser mais seguro, e conhecido.

Preços dos cavallos de carga.

§ 8.º A maior parte das pessoas que fazem o commercio interior do paiz, precisam ter cavallos propriamente seus, pela difficuldade de encontrar quem os allugue. Compram-os por isso nos reinos que mais abundam delles, e custam ordinariamente os melhores uma espingarda nova de munição que elles reputam equivalente a 25 rupias em prata (8\$000 réis fortes) porém não custa ordinariamente mais de dezoito ou vinte rupias. Tambem se compram por outros effeitos, como lenços carmezins finos, polvora, facas flamengas, cutelos (parões), manilhas de marfim, zuarte azul, a que chamam panno preto; e outros objectos miudos. Empregam igualmente as eguas em conduzir cargas, e cada uma dellas custa de ordi-

nario tres lenços carmezins, ou outros effeitos dos acima indicados, que não custam mais de tres rupias. Os indigenas fazem sempre as suas contas por pardãos; porém esta unidade é muito variavel entre elles, bem como a de peso que denominam =catte= á maneira dos chins. De tudo isto darei a diante mais circumstanciada noticia.

Aluguel dos cavallas de carga.

§ 9.º Poucas vezes se acha quem allugue cavallos para conduzir cargas; e por isso quando se vendem as mercadorias aos indigenas, se mette em conta do preço convencionado a conducção dos effeitos que o constituem, até os portos de mar que lhes ficam mais proximos, como disse no § 5.º do presente artigo. Quando isto se não consegue, e é preciso fazer a conducção por conta do vendedor, se este não tem cavallos seus, precisa alugal-os; e então se o consegue, é pagando a pardão por dia por cada um, já se sabe em generos do valor que entre elles corresponde ao dito pardão; e além disso é preciso obrigar-se a pagar os que morrerem, ou se perderem, pelos preços indicados no § antecedente, e dar ao homem que os acompanha alguma gratificação, que não tem valor certo, e depende do ajuste que para isso se faz, conforme as distancias.

Outras difficuldaões que se encontram na conducção das mercadorias por terra.

§ 10.º Já disse (§ 6.º deste artigo) que a escabrosidade dos caminhos, ou veredas deste paiz, as muitas ribeiras, e regatos de que é cortado, em consequencia das grandes, e irregulares montanhas que occupam a maior parte de sua extensão, tornam assás difficultosas as conducções, e reconducções por terra, das mercadorias que fazem o objecto do commercio interno, não obstante a rizeza e aptidão dos cavallos de que dei noticia no artigo 1.º § 9.º desta Memoria. Acresce a tudo isto outra não menor difficultade, que é a natural tendencia que muitos dos indigenas têm para furtar os cavallos, nos logares aonde descancam, e se deixam pastar.

Quasi todos comem carne de cavallo, com mais gosto que a de bufalo, carneiro, ou cabra, e melhor que tudo a de cão; e por tanto estes animaes correm grande perigo entre elles: com tudo não é tão commum furtarem-os aos que vivem, e têm os gados em logares certos proximos de suas habitações, como aos negociantes que transitam nos caminhos, e não podem conhecer os ladrões, nem demorar-se a procurar os cavallos. Taes furtos são entre elles castigados infallivelmente com a pena de morte: e põem a cabeça dos ladrões em qualquer arvore dos caminhos com uma cauda do cavallo, ou as pontas de um bufalo, conforme a natureza do roubo. Isto é frequente, mas nem assim deixam de praticar taes furtos principalmente aos ditos negociantes que transitam pelo interior. Esta circumstancia os obriga a fazerem-se acompanhar de bastante gente armada de azagaias, e algumas armas de fogo para guardar os cavallos particularmente de noite, pois que só a falta de vigilancia dá logar a taes furtos, que nunca se commettem por meio de força, nem é commum roubarem as cargas. Se alguém mata um ladrão no acto do roubo, ninguém toma por isso satisfação; e se é apanhado com o objecto do mesmo roubo, e conduzido ao respectivo Rei, este como os Dattós, ou Chefes de povoações, e velhos do povo, infallivelmente lhe mandam cortar a cabeça, e até empalar em alguns Reinos mais interiores da ilha, e por isso mesmo mais barbaros; se porém apparecerem os ladrões, ou o roubo é feito dentro de alguma povoação, os cavallos furtados são pagos a tres por um pelo povo da mesma povoação, ou do Reino a que o ladrão pertence.

Das conducções por mar e despesas dellas.

§ 11.º As conducções por mar são mais seguras. Os barcos que nellas se empregam, navegam livremente todo o anno, em proximidade da costa da parte do norte da ilha. Não acontece o mesmo pelo sul; porque o mar é alli mui bravo, e sujeito a borrascas; de fôrma que os indigenas lhes chamam = mar homem =, e tambem os seus portos, por ficarem muito distantes, são ainda pouco conhecidos. Os piratas;

que são ordinariamente macassares, com bandeira, e passaporte hollandez, como precisam frequentar os nossos portos, o fazem pacificamente para commerciar; e não atacam, nem offendem os pequenos barcos que encontram com bandeira portugueza. As embarcações portuguezas que actualment-se empregam neste trafico, são as que constam da tabella junta n.º 5, cada uma dellas leva um ou dois succões ou marinheiros de governo, e seis, ou dezeseis marinheiros de remo, conforme sua grandeza e porte. Aquelles dos ditos succões, e marinheiros, que não são escravos dos donos dos barcos, ganham além do comer, o salario que consta da tabella n.º 6, pago em dinheiro e generos, sendo desta praça, ou sómente em generos, sendo de quaesquer outros logares. A maior parte dos succões são os dos barcos do Estado a quem se concede licença para ir dirigir os dos particulares, sendo pagos á custa delles, em quanto se empregam no seu serviço.

Do aluguel das embarcações e preço dos fretes.

§ 12.º As embarcações que andam a frete, sendo do Estado, ganham ao mez meia rupia proximamente por cada pico do seu porte; de fórma que a que carrega cem picos, se freta por 50 rupias, ou 16\$000 réis fortes, sendo a paga dos succões, e sustento dos marinheiros por conta do fretador. Este, além disso, segura a embarcação por um termo lavrado na Repartição da Fazenda, obrigando-se a pagar o seu valor no caso de se perder, ou a satisfazer qualquer damno que soffra no seu serviço. Os particulares proprietarios de outras, as fretam quasi com as mesmas condições, e preço; sendo a paga dos marinheiros por conta dos fretadores.

Quando porém se transportam algumas mercadorias só pelo frete da conducção, este é geralmente de uma rupia ou 320 réis fortes por pico (um quintal proximamente) sendo a distancia do transporte menor de 20, ou 25 leguas; e sendo maior, é de rupia e meia (480 réis fortes). Nos barcos do Estado, quando vão, ou voltam de alguma commissão, pagam sómente uma rupia por pico, qualquer que seja a distancia; porém sendo arroz, milho, ou outros generos de primeira necessidade, pagam um sexto de rupia tambem por pico: re-

gulação que eu fiz no anno de 1840 para animar a agricultura nos lugares distantes desta praça, e fazer affluir a ella os refferidos generos.

*Unidades de que se servem os indigenas de Timor
em suas transacções.*

§ 13.º Já indiquei na parte final do § 8.º do presente artigo as unidades de que os indigenas de Timor se servem para suas transacções de compras e vendas, ou verdadeiramente em escambios em quasi toda a ilha; e só nos portos de mar mais frequentados de embarcações, usam das unidades ordinarias desta praça que são rupias para as moedas; picos e cattes da China para pesos; e garrafas ordinarias de meia canada, ou frascos de tres quartilhos proximamente, para medidas de liquidos; por isso mesmo que em tudo o mais se usa de pesos. Nos zuartes, e outros objectos que se medem por unidades de extensão, se servem geralmente da braça, regulada pelos braços estendidos de qualquer homem; e por isso é bastantemente variavel. Na tabella n.º 7 se acham, a respeito das ditas unidades mais geralmente usadas no paiz, todos os esclarecimentos que se podem desejar.

*Differença que têm feito os rendimentos das alfandegas
nos tres ultimos annos.*

§ 14.º Depois da minha entrada no governo deste paiz, e mediante as poucas, mas precisas providencias, e attenção que tenho empregado no que respeita ás alfandegas, hão crescido os rendimentos dellas tão consideravelmente como mostra a tabella n.º 8, e muito mais cresceriam no anno passado e no presente, se não tivesse occorrido a guerra entre os inglezes e chins, a qual influe consideravelmente no commercio destas ilhas, por não ter preço algum na China o artigo — sandallo —, que é o principal da nossa exportação; e por tanto não vêm procural-o os navios nacionaes e estrangeiros, que anteriormente vinham. Isto necessariamente hade causar grande desfalque nos rendimentos publicos desta capitania, se for continuada por muito tempo a referida guerra.

(Continuar-se-ha.)

TABELLA N.º 1.

Valor das moedas de ouro e prata, que correm mais geralmente em Timor, avaliadas em rupias de Java, valendo cada uma 320 réis proxivamente do dinheiro de Portugal e 600 réis do de Goa.

METAES	NOMES DE CADA MOEDA NO PAIZ	VALORES			OBSERVAÇÕES
		<i>Em ru- pias</i>	<i>Em réis fortes</i>	<i>Em réis de Goa</i>	
Ouro	Dobão chamado = pataca de ouro.....	40	12800	245000	Desta especie apparecem mais ordinariamente moedas hespanholas e americanas. Esta moeda é holandeza.
	Peça, ou meia dobra portugueza	25	83000	155000	
	Rupia de ouro	20	63400	125000	
	Guinéos inglezes	12	35840	75200	
	Ditos holandezes	10	35200	65000	
	Meios guinéos inglezes	6	15920	35600	
Prata	Ditos holandezes	5	13600	35000	Estas moedas têm valor constante no commercio do paiz; porém os indigenas recebem muitas vezes meia por uma rupia, ou tambem dois quartos, quando querem a prata para fazerem luas e outras obras, o que raras vezes acontece.
	Dectão	3	5960	13800	
	Pataca de todas as nações	2 $\frac{1}{2}$	5800	15500	
	Meias patacas	1 $\frac{1}{4}$	5400	5750	
	Rupia	1	5320	5600	
	Meia rupia	$\frac{1}{2}$	5160	5300	
	Quarto de rupia	$\frac{1}{4}$	5080	5150	

N. B. Estas são as moedas que mais geralmente apparecem neste paiz; porém o valor do ouro só é constante na contabilidade official, visto que os indigenas de Timor as compram como mercaderia para derreter em luas de ouro muito longas e delgadas, que os principaes trazem ao pescopo nas suas festividades, e servem de adorno aos valentes, chamados = Assoaes =, quando se occupam em suas guerras.

Cabreira.

TABELLA N.º 2.

Mercadorias e generos que mais geralmente se importam nestas ilhas.

GENÉROS	Quantidades	PREÇO MAIOR			PREÇO MENOR			MÉDIO OU PREÇO CORRENTE			OBSERVAÇÕES
		Xerafins	Tangas	Réis	Xerafins	Tangas	Réis	Xerafins	Tangas	Réis	
Armas inglezas de munição novas.....	1	40	"	"	30	"	"	35	"	"	Este género é de maior consumo.
Picos de canipa ou agardente de cana.....	1	40	"	"	36	"	"	38	"	"	Idem.
Frasqueiras de dita..... dita.....	1	16	"	"	13	"	"	14	2	30	Idem.
Paroes de campo betto.....	100	84	"	"	70	"	"	77	"	"	Idem.
Cofias de panno zuarte fino.....	1	320	"	"	240	"	"	230	"	"	Idem.
Picos de pulvera ingleza.....	1	220	"	"	180	"	"	200	"	"	Idem.
Pipas de facas flamezgas, 100 duzias.....	1	300	"	"	240	"	"	270	"	"	Idem.
Pares de manilhas de matim.....	100	200	"	"	160	"	"	180	"	"	Idem.
Picos de reitorz.....	1	2000	"	"	1800	"	"	1900	"	"	Idem.
Ditos de ferro em barra.....	1	30	"	"	26	"	"	28	"	"	Idem.
Pessas de lengos carnezins, ou á imitação de Madrasla..	1	18	"	"	15	"	"	16	2	30	Idem.
Cofias de lipas bonguis grossas.....	1	120	"	"	90	"	"	105	"	"	Idem.
Ditas de....ditas.... finas.....	1	340	"	"	240	"	"	230	"	"	Idem.
Feixos de armas.....	1	6	"	"	4	"	"	5	"	"	Este género é de pouco consumo.
Pedras de dias inglezas.....	100	4	"	"	3	"	"	3	2	30	Idem.
Cates de m saunza de diferentes côres.....	1	5	"	"	4	"	"	4	2	30	Este género é de maior consumo.
Picos de clumbo em barra.....	1	64	"	"	62	"	"	63	"	"	Este género é de maior consumo.
Pessas de lenços de flores da Europa.....	1	15	"	"	13	"	"	14	"	"	Idem.
Machados grandes e pequenos.....	1	4	"	"	2	"	"	3	"	"	Este género é de pouco consumo.

GENÉROS	Quantidades	PREÇO MEDIO		PREÇO MENOR		MEDIO OU PREÇO CORRENTE		OBSERVAÇÕES
		Xerafins	Reis	Xerafins	Tangas	Xerafins	Tangas	
Duzias de colheres de cobre branco	1	16	"	14	"	15	"	Este genero é de pouco consumo.
Armas de fogo usadas.	1	14	"	13	"	13	2 30	Idem.
Clavinas de um rano.	1	60	"	58	"	59	"	Idem.
Pessas de lenços azues finos.	1	11	"	8	"	9	2 30	Este genero é de maior consumo.
Ditas de panno morim fino.	1	12	"	9	"	10	2 30	Idem.
Picos de assucar de Java.	1	64	"	50	"	57	"	Este genero é de pouco consumo.
Ditos de arroz de Bali.	1	11	"	8	"	9	2 30	Idem.
Pessas de chita da Europa.	1	40	"	34	"	37	"	Idem.
Ditas de Madrapolam.	1	20	"	18	"	19	"	Idem.
Ditas de panninho.	1	15	"	13	"	14	"	Idem.
Ditas elefante.	1	50	"	32	"	41	"	Idem.
Ditas de panno branco grosso.	1	8	"	6	"	7	"	Idem.
Cates de arame fino e grosso.	1	5	"	4	"	4	2 30	Idem.
Parões de Batavia.	100	9	"	8	"	8	2 30	Idem.
Ladrillos quadrados.	100	40	"	30	"	35	"	Idem.
Caixas de aniz de 60 garrafas.	1	36	"	34	"	35	"	Idem.
Parés de çapatos de homem e de mulher.	1	4	"	3	"	3	2 30	Idem.
Fuzis, ou pedaços de ferro com aço.	100	4	"	3	"	3	2 30	Este genero é de maior consumo.
Caixas de sabão com 15 barras ou pedaços.	1	16	"	15	"	15	2 30	Este genero é de pouco consumo.
Cates de sabão de Bengala.	1	4	"	3	"	3	30	Idem.
Parões chamados de Macão.	100	"	"	"	"	20	"	Este genero é de maior consumo.

Cabreira.

TABELLA N.º 3.

Qualidades dos generos exportados mais geralmente por diferentes embarcações deste porto de Dilly, com designação dos seus competentes preços nestes ultimos tres annos.

GENEROS	Quantidades	PREÇO MAIOR		PREÇO MENOR		MEDIO OU PREÇO CORRENTE		OBSERVAÇÕES
		Xerafins	Tangas	Réis	Xerafins	Tangas	Réis	
Picos de sandalo da 1.ª sorte	1	"	"	"	"	"	50	Estes generos não têm vantagem alguma nos mercados de Goa e Bombaim, e nem nos portos de Portugal; e só sim são vantajosos no mercado de Macão, pela extracção que têm na China.
Ditos dito .. da 2.ª	1	"	"	"	"	"	36	
Ditos dito .. da 3.ª	1	"	"	"	"	"	30	
Ditos de raiz de sandalo	1	18	"	"	15	"	16	
Ditos de cabeça de dito	1	12	"	"	10	"	11	
Ditos de cera limpa, aqui pé cortado	1	"	"	"	"	"	160	Estes generos só têm vantagem nos portos de Java.
Ditos de dita em bruto	1	"	"	"	"	"	100	
Ditos de dita em vélas	1	"	"	"	"	"	300	
Ditos de trigo	1	12	"	"	10	"	11	Estes generos são procurados pelos inglezes.
Ditos de milho	1	7	"	"	5	"	6	
Butallos grandes	1	"	"	"	"	"	30	
Cavalllos	1	40	"	"	36	"	38	Estes generos são para consumo da terra.
Picos de nelly, ou arroz com casca	1	6	"	"	4	"	5	
Ditos de café	1	"	"	"	"	"	30	

Cabrita.

TABELLA N.º 4.

Direitos e impostos de importação, consumo, e exportação, que pagam nas alfandegas de Timor as differentes mercadorias.

CLASSES	MERCADORIAS EM GERAL E EM PARTICULAR	DIREITOS
Importação, entrada, ou consumo	Todas as mercadorias em geral, excepto as que abaixo se particularisam....	Cinco por cento sobre o seu valor.
	Espingardas de munição (armas calças) novas.....	Cada uma, duas rupias e meia.
	Ditas usadas.....	Idem duas ditas.
	Clavinas ordinarias de um cano.....	Idem tres ditas.
	Ditas de dois canos.....	Idem cinco ditas.
	Ditas de um cano, de superior qualidade.....	Idem cinco ditas.
	Ditas de dois canos, da mesma superior qualidade.....	Idem seis ditas.
	Bacamartes, ou fiantacas.....	Idem cinco ditas.
	Canipa.....	Cada pico tres ditas.
	Genebra.....	Cada frásqueira uma dita.
	Aniz (caixas de 50 a 60 garrafas).....	Idem duas ditas.
	Polvora.....	Cada caixa uma e meia dita.
		Cada pico doze e meia ditas.
Exportação ou sahida	Todas as mercadorias em geral, excepto as que abaixo se particularisam....	Sete por cento sobre o seu valor.
	Cera limpa, ou pé cortado.....	Cada pico cinco rupias.
		Cada pico de 1.º duas rupias.
	Sandalo.....	Idem de 2.º uma e meia ditas.
		Idem de 3.º uma dita.
		<i>Cabreira.</i>

TABELLA N.º 5.

Embarcações que existem na praça de Dilly em Timor, empregadas assim no serviço do Estado como em objectos de commercio.

CLASSES E NOMES	Quantas embarcações	Cargas avaliadas em arrobas	Mez e anno em que principiaram a servir, ou se acabaram de servir	NOMES DOS PROPRIETARIOS	Designação das notas
Barco de 2 mastros, <i>Santo Antonio</i>	1	600	É muito antigo..	O Estado.	} A.
Dito de 2 ditos, <i>S. José</i>	1	320	Em 1835.....	Idem.	
Lancha do Patrio mor.....	1	60	Em 1833.....	Idem.	} B.
Pequeno escalor do Governo.....	1	40	Abril de 1840..	Idem.	
<i>Escuna, Nova Leonilde</i>	1	1000	Outubro de 1840	Duarte Leão Cabreira.	
Barco de 2 mastros, <i>Leonilde</i>	1	325	Junho de 1840..	Idem.	
<i>Cutter, Nhauharé</i>	1	900	Em 1841.....	China, Fritzen.	
Barco de 2 mastros, <i>S. Jaquina</i>	1	800	Julho de 1840..	Antonio Manoel Bento.	
Dito de 1 dito, <i>Feliz Aquino</i>	1	125	Fevereiro de 1839	Idem.	
Escalor de 6 remos.....	1	75	Fevereiro de 1840	Idem.	
Barco de 1 mastro, <i>Divina Providencia</i>	1	250	Setembro de 1839	Abel Arão da Silva Fragoso.	

A. Os barcos *Santo Antonio* e *S. José*, se empregam no serviço de conduzir e reconduzir destacamentos e flotas reaes dos reinos existentes ao longo da costa, para a praça de Dilly; e quando estão desoccupados, se fretam a particulares para objectos de commercio, o primeiro por vinte palacas, e o segundo por doze, em cada mez, sendo o sustento da marinhagem e paga dos successos por conta do fretador. O segundo dos ditos barcos está quasi incapaz de coulinhar a servir, por ser muito velho.

B. Todas as embarcações deste proprietario foram officialmente postas por elle á disposição do Governo, para se empregarem gratuitamente em serviço do Estado, ou seja de paz ou de guerra, sempre que se tornar necessario, e por isso foi já empregada uma por tempo de um mez, por estarem em concerto os barcos do mesmo Estado.

CLASSES E NOMES	Quantas em- barcações	Cargas avaliadas em arrobas	Mes e anno em que principiam a servir, ou se acabarem de con- struir	NOMES DOS PROPRIETARIOS	Designação das netas
Barco de 2 mastros, <i>Vaudor</i>	1	450	Agosto de 1840..	Abel Aarão da Silva Fragoso.	C. D.
Dito de 2 ditos, <i>Girola</i>	1	240	Idem.....	Idem.	
Dito de 2 ditos, <i>Santa Anna</i>	1	700	Março de 1840..	Capitão china, Alam.	
Dito de 2 ditos, <i>Nossa Senhora da Conceição</i> ..	1	500	Em 1840.....	D. Esperança Doutel.	
Dito de 2 ditos, <i>Santa Barbara</i>	1	350	Julho de 1840..	Manoel Luiz da Silva.	
Embarcações de carga.....	4	De 30 até 100	Agosto de 1840..	Agostinho R. dos Santos Terra.	
Escaler de seis remos, construção europeia.....	1	85	Dezembro de 1840	Abel Aarão da Silva Fragoso.	
Lancha, <i>Prudentia</i>	1	100	Outubro de 1840	Antônio V. Doutel.	
Barco de 2 mastros, <i>Aurora</i>	1	240	Em 1841.....	Luiz Ribeiro.	
Dito de 1 dito, <i>Boa razão</i>	1	100	Idem.....	Manoel J. Pereira.	
Dito de 1 dito, <i>Timor Dilly</i>	1	160	Idem.....	Idem.	
Embarcações de carga.....	7	De 30, 50, 100, até 250.....	Idem.....	Diferentes donos.	
C. O barco deste proprietario acha-se presentemente em fabrico. D. Alguns barcos deste proprietario estão ainda sem servir, por carecerem de melhoramentos.					
Todas as ditas embarcações, que se acham promptas a navegar, andam effectivamente empregadas em objectos de commercio, e nunca acontece sahir alguma, que no seu regresso á praça não venha carregada de santalo, ou outros effectos.					Cabreira.

TABELLA N.º 6.

Salario dos succões, ou marinheiros de governo, e marinheiros ordinarios, que se empregam nas embarcações do Estado e nas dos particulares, em Timor.

Aonde empregados	CLASSES	VENCIMENTOS MENSUAES		OBSERVAÇÕES
		<i>Em rúpias</i>	<i>Em reis de Portugal</i>	
Nas embarcações do Estado	1.º Succão.....	9	23880	Nas embarcações particulares vencem mais.
	2.º Succão.....	6	15920	
	Marinheiros	„	„	
Nas dos particulares	1.º Succão.....	12	33840	Estes quando se ajustam por viagem, que não exceda a 15 dias, vencem tres rúpias cada um por viagem.
	2.º Succão.....	6	15920	
	Marinheiros	5	15600	

N. B. Todos os ditos succões e marinheiros vencem de comer por conta dos proprietarios das embarcações em que se empregam, isto além do respectivo salario. As suas rações diarias são cafe e meio de arroz ou milho a cada um, cujo valor não é mais de 24 réis fortes por dia. Em alguns dias da semana é preciso dar-lhes carne de carneiro, porco, ou cabra, e tambem algum copo de aguardente de cana, extraordinariamente, quando nas viagens apunham muita chuva.

Cabreira.

<i>Especies</i>	<i>Unidades</i>	DENOMINAÇÕES DAS UNIDADES <i>Generos</i>		VALORES		<i>Explicações</i>
		<i>Pardãos Timores</i>	<i>Rupias de Java</i>			
	1	(Camplião	3	3		Camplhões são uns alfinçes curtos e sem ponta, que, quando têm certas nodons no ferro, que os indigenas apreciavam muito, tomam o nome d'espada preta, e se vendem por 10 pardãos. Búfalo de um pardão é aquelle, cujas pontas não excedem a um palmo de comprimento; tendo palmo e meio são de dois pardãos; e, assim vai crescendo de meio em meio palmo, até os de cinco pardãos.
	1	Cavallo bom	10	25		
	1	Egoa ordinaria	3	3		
	1	Búfalo de um pardão	1	3		
	1	Dito de dois pardãos	2	10		
	1	Dito de tres pardãos	3	15		
	1	Dito de quatro pardãos	4	20		
	1	Dito de cinco pardãos	5	25		
	1	Carrinho ou cabra	1	1		
	1	Bata de cera em bruto de meio pico	10	25		
	1	Bata de sandalo item	5	5		
	1	Pico de nelly (arroz com casca)	1	1		
	1	Dito de jangão	1	1		

OBSERVAÇÕES GERAES.	
1.º	Todas as compras e vendas se fazem a genero por genero, de fórma que os valores em moeda correspondentes a cada objecto são aquelles porque em geral se estimam nesta praça.
2.º	Todos os outros objectos de commercio, que na presente Tabella se não comprehendem, não têm valor determinado, e dependem das convenções que a respeito delles se fazem.

Cabreira.

OBSERVAÇÕES GERAES.

1.º Todas as compras e vendas se fazem a genero por genero, de fórma que os valores em moeda correspondentes a cada objecto são aquelles porque em geral se estimam nesta praça.

2.º Todos os outros objectos de commercio, que na presente Tabella se não comprehendem, não têm valor determinado, e dependem das convenções que a respeito d'elles se fazem.

Cabreira.

TABELLA N.º 8.

Rendimento das alfandegas da ilha de Timor nos 11 annos decorridos desde 1830 até 1841.

ANNOS	RENDIMENTOS ANNUAES EM XERAFINS						TOTALIDADES ANNUAES	
	<i>Alfandega de Dilly</i>	<i>Alfandega de Batugadé</i>	<i>Alfandega de Colobaba</i>	<i>Alfandega de Manatuto ou Lamessava</i>	<i>Alfandega de Matinário</i>			
1830	18039	42	"	"	384	"	18423	42
1831	8349	48	"	"	"	"	8349	48
1832	9828	1 54	"	"	"	160	9988	1 54
1833	3672	2 12	"	"	"	"	3672	2 12
1834	7603	3 24	74	"	"	"	7854	3 29
1835	7138	4 54	1943	"	"	186	9670	3
1836	9619	2 18	1134	"	"	1 39	10753	2 48
1837	7915	1 9	792	"	"	"	9009	1 9
1838	23618	2 45	2963	200	"	40	26370	15
1839	27403	1 57	7561	100	"	488	35555	3 33
1840	28935	1	3488	265	"	340	33128	2 30
1841	43196	" 44	1340	557	"	200	45682	1 26

OBSERVAÇÕES.

A alfandega de Batugadé foi instituida no anno de 1834. A de Catubaba em 1837. A de Matinário, e Manatuto, ou Lamessana, é muito antiga, e actualmente deve-se do arrendamento da de Matinário (em cera) o equivalente de oitocentos e quarenta e seis xerafins. Esta divida existia no principio do anno proximo passado; mas agora está bastanteamente diminuida.

Cabreira.

PARTE NÃO OFFICIAL.

ASIA PORTUGUEZA.

SEGUNDA MEMORIA

Descriptiva e estatistica das Possessões Portuguezas na Asia , e seu estado actual , pelo Socio e Secretario d'Associação , Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo. (Continuada de pag. 60.)

Depois do que escrevi, ácerca do contracto do tabaco de folha, e do modo por que foi substituido, sou informado por pessoa de inteiro credito, que este contracto, desde Julho de 1840, já não rendia á Fazenda Publica de Goa mais de 6.000 xerafins por mez, ou 72.000 xerafins por anno; em virtude de nova concordata que o Conselho do Governo fez com o arrematante Queneró, por haver o Governo de Lisboa declarado, que não forneceria mais tabaco: abatimento na verdade espantoso, a que jámais chegou a renda em annos em que igualmente houve falta desta remessa; sem fallar no preço, que a renda teve antes do anno de 1780, em que pela primeira vez foi fornecido o contracto com o tabaco do Brasil. Para isto convencer, basta ler, na sua integra, o parecer, da Commissão a que alludi; e conferir os mappas estatisticos da renda, publicados com o mesmo parecer. Facil seria mostrar a lesão contra a Fazenda por similhante concordata, e como evital-a; mas parece que este apuro e as continuas reclamações dos povos contra as extorsões e vexames dos rendeiros, que nunca existiram em tão grande escála, em quanto alli houve o Juizo Privativo dos Feitos da Fazenda, que completamente os reprimia, sem outra arma mais que a Lei, e a religiosa observancia das condições dos contractos tendentes a cohibil-os, foram os motivos, que dictaram a portaria de 27 de Outubro de 1840, que estabeleceu o imposto, segundo o

voto da maioria do Conselho; no qual o Governador Geral Interino Lopes de Lima, parecee, preferira votar pela igualdade dos dizimos em todo o Estado e em todos os terrenos, aconselhado no parecer da Commissão de contabilidade, e pela decima de predios e impostos annexos, como depois o propoz a Sua Magestade. Faço aqui esta rectificação para dar á parte historica a exactidão, que cumpre ella apresente, e assim farei quaesquer outras, em que esteja em erro; o que mais de uma vez por ventura acontecerá, escrevendo longe do paiz, que ha seis annos deixei, em cuja administração se têm succedido tantas e tão diversas alterações: continuando agora com a noticia dos impostos indirectos em que estava, temos:

Lagimas e chitos do Capitão da Cidade.

Estê emprego foi creado no tempo da conquista, e o Governador Diogo Lopes de Sequeira lhe deu regimento em 1518, estabelecendo-lhe certos emolumentos, que pagavam os mercadores no despacho de fazendas, cavallos, etc. Este regimento foi reformado em 13 de Julho de 1528 pelo Governador Lopo Vaz de Sampayo. A provisão do Erario de 28 de Abril de 1771 abolio o emprego de Capitão da Cidade, e mandou que os seus emolumentos fossem receitados nos cofres da Fazenda. O seu rendimento andava em arrematação, e hoje se recebe nas alfandegas a que pertence, e importou no anno de 1819 em 560 xerafins. No de 1826, 319 ditos; em 1840, 932 ditos; e hoje se reputa em 837 x.^o 2 t. 45 rs.

*Renda da cópra, coco, e aréca, das tres comarcas,
e das provincias das Novas Conquistas.*

Este imposto foi estabelecido no anno de 1703 juntamente com as sizas, meios fóros, e pensão do xendim em substituição dos dizimos, e conservado, restaurados estes, como disse quando dos dizimos tratei. Consiste em direitos, que se impozeram sobre a exportação daquelles artigos, a saber: meio xerafim em cada milheiro de cocos, 1 dito por

candil de cópra, e por dito de aréca. Andava em arrematação triennal, que se cobrava nas alfandegas de Goa, Salsete, e Bardez, e o mesmo se observa ainda; e hoje em todas as mais.

Esta renda produziu no anno de 1819, 8.483 xerafins. Em 1826, 8.103 ditos; e em 1840, 4.884 pela alfandega de Goa; 4.304 pela de Salsete (Assolná); e 1.280 pela de Bardez (Chaporá). Total neste anno 10.468 xerafins. Hoje figuram na tabella 10.814 xerafins, entrando as provincias das Novas Conquistas, calculados pelo rendimento dos ultimos 5 annos, segundo mostra o orçamento de Goa.

Direitos do tabaco de folha.

É receita que começou pela portaria do Governador Geral Interino Lopes de Lima, de 27 de Outubro de 1840. Pelo artigo 3.º desta portaria, o tabaco paga por entrada nas alfandegas 80 xerafins (12\$800 réis fortes), por candil de 16 arrobas; não podendo ser admittido a despacho em volumes inferiores a meio candil, ou 8 arrobas. O Governador Geral Conde das Antas alterou esta disposição em 17 de Novembro de 1842, mandando admittir a despacho o tabaco em volumes de 3 arrobas, e ainda de menor peso. Estes direitos importaram no primeiro anno em 45.318 x.^s 2 t. 40 rs.; ou 7:250\$955 réis.

Collecta e direitos dos parangues (ddd).

Em 29 de Março de 1623 foi estabelecido este imposto pelo Vice-Rei D. Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, e confirmado em Carta Regia de 25 de Janeiro de 1624: consistia no pagamento de meia tanga por cada fardo d'arroz, importado dos portos do sul. O terço ou direitos dos parangues consistia no pagamento de 1 xerafim que cada uma das em-

(ddd) Parangues, chamam-se na India certas embarcações costeiras cozidas com caíro, e de esteiras de palma, do lume da agoa para cima.

barcações empregadas no commercio dos mantimentos, pagava ao rendeiro da collecta. Estes impostos eram arrecadados pelo antigo Senado da Camara das ilhas de Goa, e expressamente destinados para as despesas das obras das fortificações e praças de guerra, fabrico das galés, fundição de artilheria e provimento dos armazens, que estavam a seu cargo; mas vendo-se que esta Camara já não satisfazia a estes deveres, nem era já compativel, pela sua nova organização, continuar em semelhantes encargos, foi esta renda mandada incorporar na Fazenda Nacional, por portaria do Governo Provisional de 12 de Janeiro de 1837, confirmada por outra do Ministerio dos Negocios da Marinha e do Ultramar de 16 de Julho de 1840.

O Senado da Camara trazia esta imposição em arrendamento triennal, que produzia 18.000 a 20.000 xerafins uns annos por outros: mas por abuso sancionado por um despacho da mesa do Adjunto do 1.º de Abril de 1790, o rendeiro, em vez de 1 xerafim, recebia 3 x.^º, 3 t. e 12 rs. de cada embarcação; e que sendo grandemente gravoso á navegação de cabotagem, e ao povo, porque tornava mais caros os generos de primeira necessidade, foi reduzido á sua primitiva instituição, por portaria do Governador Geral Interino Lopes de Lima de 11 de Dezembro de 1840, na qual, abolindo a renda, mandou que estes impostos fossem pagos nas alfandegas maritimas, o que hoje se observa; e assim o rendimento da collecta e direitos dos parangues, que importaram 27.430 xerafins no ultimo anno, vêm hoje na tabella em 12.983 x.^º 2 t. 59 rs. calculados pelo rendimento do ultimo anno.

Licenças para a venda do tabaco.

Foram ainda estabelecidas no art. 8.º da portaria de 27 de Outubro de 1840, acima citada. Pela disposição deste artigo ninguem pôde vender tabaco a retalho, sem que para isso obtenha uma licença, passada na Secretaria do Governo, pelos mezes que quizer exercer esta venda, pagando 1 xerafim por mez para o Thesouro, além do sello e impressão. Estas licenças produziram no anno de 1841, em que se principiaram, 5.844 xerafins, 935\$040 réis fortes.

Licenças dos líquidos espirituosos.

Foram estabelecidas em portaria do mesmo Governador Lopes de Lima, de 22 de Dezembro de 1840, para supprir as rendas do *Bagibabo* e do *xendim*, abolidas na mesma data. Por aquella portaria foi determinado, que desde 15 de Janeiro de 1841, nas Velhas Conquistas, e do 1.º de Fevereiro do mesmo anno nas Novas Conquistas, ninguém venda a retalho (palavras da mencionada portaria) qualidade alguma de bebidas espirituosas, ou sejam fabricadas no paiz sob qualquer denominação, ou importadas de Portugal, e de paizes estrangeiros, sem que obtenha licença para isso, passada na Secretaria do Governo, pagando 3 xerafins por mez para o Thesouro, além do sello e impressão. Este novo imposto rendeu desde as referidas datas até ao fim do anno de 1841, 17.768 x. 3 t., 2:843\$976 réis fortes.

Renda do vinho, jagra, e sura.

Consiste nos direitos, que estes objectos pagam nas passagens das Novas para as Velhas Conquistas, que se arrematavam, e cobravam nas alfandegas de Salsete e Bardez, e nas passagens de Santyago, Tonca, e Naroá, e produzio ainda em 1840 na primeira 1.800 xerafins, em Bardez 3.210 ditos, no passo de Santyago 67 ditos, no de Tonca 700, e no de Naroá 132: total 5.929 xerafins. O Governador Lopes de Lima extinguiu esta renda em 13 d'Abril de 1842, considerando-a uma especie das alcavallas do bagibabo, que havia acabado em 22 de Dezembro de 1840, e como tal nociva á livre circulação do commercio interno, e aos lavradores das Novas Conquistas, aos quaes já não é applicavel a disposição do Alvará de 12 de Fevereiro de 1774; mas o Conselho do Governo, que se lhe seguiu, a revalidou, e importa hoje em 6.403 xerafins. Em Pondá e mais provincias das Novas Conquistas, os lavradores de sura e taverneiros não podiam lavar, cozer, ou vender sura, jagra, e vinho, sem se avençarem com o reu-deiro do bagibabo.

DIVERSOS RENDIMENTOS.

Renda do tabaco de pó.

A origem e principio desta renda está na mesma incerteza, que já notei a respeito da do tabaco de folha; mas é indubitavel que ella existia em 1677; porque por um assento daquelle anno da Junta da administração do estanco do tabaco, creada em Carta Regia de 4 de Abril de 1675, foi fixado o preço de 4 xerafins por arratel a este tabaco; e por que em Carta Regia de 27 de Março de 1680, foram applicados 20.000 xerafins desta renda, para as despesas da guerra com os hollandezes, a que o Thesouro não podia completamente occorrer; cuja somma foi depois, por Alvará de 23 de Março de 1687, destinada para as obras da cidade, que se mandara transferir para o monte de Murmugão. Por assento da Junta dos tres Estados de 1683, foi accrescentado um xerafim no preço de cada arratel deste tabaco para as despesas da guerra; o que, cessando por Alvará de 4 de Março de 1693, outra vez se restabeleceu por outro de 23 de Março de 1697, que o Vice-Rei Conde de Villa Verde, em officio de 7 de Outubro deste anno, dirigido á Junta da Fazenda, mandou receitar com o titulo de donativo do pardão accrescentado.

Esta renda, que era uma das principaes do Estado, e estava sob a administração da Junta do estanco do tabaco, com cofre separado, muito decahiu pela introdução do tabaco de folha do Brasil; porque desde então pouca gente usa de tabaco de pó; e muitos dos que o usam, especialmente nas Novas Conquistas, o fazem, moendo a folha secca, que reduzem a pó muito subtil. Os mesmos rendeiros se serviam deste meio em fraude da renda, porque lhe sahia a 2 xerafins o arratel, que passavam pelo preço estipulado na renda, com o que muito lucravam.

Pelas antigas condições da renda do tabaco de pó, o rendeiro se obrigava a extrahir dos armazens 39.000 arrateis por anno, com a comminação de pagar á administração 2

xerafins de condemnação, por cada arratel, que de menos extrahisse: podendo vendel-o ao povo a 5 $\frac{1}{2}$ xerafins, e assim importava o total desta renda na quantia de 195.000 xerafins por anno, 31:200,000 réis fortes: o tabaco tem sido remet-tido de Lisboa por conta e risco da Fazenda Publica; e ha-vendo falta nos armazens d'elle, se dá abatimento ao rendeiro no preço da renda, regulando-se este pelo em que fôr arre-matada; que vem a ser, abonar-se ao rendeiro a equivalente quantia, que corresponder aos dias e mezes da falta, feita a rateação destes dias ou mezes pela somma total de cada anno, sem outra differença alguma.

O rendeiro nunca extrahio a porção estipulada, e os pre-juizos da Fazenda por esta causa, e pelo contrabando, que elles mesmos faziam, como acima disse, eram inevitaveis; acontecendo existir por isso nos armazens ainda hoje tabaco bastante de differentes monções; raras vezes a Fazenda se utilisava da condemnação, pela fallencia dos mesmos rendei-ros; de sorte que tudo eram perdas para ella.

Para obviar a estes males deliberou a Junta da Fazenda em 18 de Novembro de 1809, que o rendeiro extrahisse só 28.000 arrateis de tabaco em cada anno, pelo preço de 2 xerafins o arratel, o mesmo que lhe custa o fabricado no paiz; e o vendesse como até alli a 5 $\frac{1}{2}$ xerafins, segundo o avanço que assim levava, pelo preço a que subisse em hasta publica; e neste sentido foram organisadas as novas condições, com que desde logo se arrematou esta renda triennialmente, perante a mesma Junta da Fazenda: as quaes foram depois reformadas pela Commissão, que reformou as condições da renda do tabaco de folha, como ainda hoje se observam.

Por provisão do Erario de 21 de Abril de 1771 se de-terminou, que o 5.º do rendimento do tabaco de pó entrasse no cofre e Estado das Senhoras Rainhas. A administração das 4 partes restantes, passou para a Junta da Fazenda pela Lei de 13 de Janeiro de 1774, que extinguiu a administração do estanco do tabaco de pó.

O cofre da renda do tabaco de pó paga a um escrivão do estanco dos tabacos, e a um porteiro, e as despesas de bra-çagens para os armazens, alugueis destes, etc. A renda anda

hoje em 20.550 xerafins. O producto ou preço da venda do mesmo tabaco, que a Fazenda fornece ao rendeiro, por existir ainda muito em deposito do que era remettido de Lisboa, 21.000 xerafins: total 41.550 xerafins, ou 4.648,8000 réis fortes.

Renda do sal.

Vem desde a conquista, e consiste em direitos impostos sobre a compra deste genero nas marinhas, para exportação, na razão de 3 $\frac{1}{2}$ xerafins por cada cumbo de 133 $\frac{1}{3}$ mãos. Esta renda foi administrada por conta da Fazenda; e em 1784 passou a arrendar-se triennialmente, perante a Junta da Fazenda, para cujo arrendamento se fizeram condições, em 9 de Julho daquelle anno; nas quaes eram designados os logares, onde se daria sabida ao sal, tanto nas Velhas como nas Novas Conquistas, e regeram o contracto até ao anno de 1831: a Commissão, de que tenho fallado, organisou novas condições provisórias, para esta renda, que a Commissão desde logo entendeu devia acabar, e reduzir-se aos direitos de exportação nas alfandegas; o que todavia não era exequivel, sem que estas fossem devidamente collocadas na fronteira terrestre, para obstar aos descaminhos, que sem isso haveria; e aquelles direitos melhor calculados, em presença dos dados positivos e seguros, que a Commissão ainda carecia, e sollicitava ácerca da produção, exportação, e consumo deste genero, no paiz, onde é empregado na cultura dos palmares, etc. A Junta da Fazenda approvou estas novas condições e parecer, por despacho de 23 de Novembro de 1831; e por ellas tem continuado a dirigir-se esta renda. Em as Novas Conquistas era confundida no bagibabo.

A renda do sal decahiu consideravelmente, depois que os inglezes têm aberto grandes salinas no seu territorio, e imposto pesados direitos sobre a importação do sal estrangeiro: todavia, ella ainda avulta, na tabella transcripta, em 19.550 xerafins, no anno de 1841; tendo produzido 17.661 ditos em 1819; 19.038 ditos em 1826; e 14.050 ditos no anno de 1840.

Hoje que as alfandegas estão collocadas devidamente, deve

esta renda tomar differente aspecto; e assim o indica a portaria de 11 de Novembro de 1842, na qual o Governador Geral, Conde das Antas, igualou, em todas as alfandegas das Novas Conquistas, os direitos do sal, mandando que este genero alli pague meio xerafim por cada gunc de cinco mãos. Gunc é na India, certa fazenda ou serapilheira para saccos e fardos.

Renda dos mantimentos.

É do tempo dos mouros, e se arrendava triennialmente, conforme as condições approvadas em 1732, pelas quaes todas as boticas (assim chamam na India ás casas e lojas, ou tendas de mantimentos e viveres) foram divididas em quatro classes, das quaes a primeira pagava 2 xerafins por mez; a segunda 1 $\frac{1}{2}$ ditos; a terceira 1 xerafim; e a quarta meio dito, mas isto só nas ilhas de Goa; porque em Bardez este imposto anda unido aos fóros perpetuos, e em Salsete se cobra na alfandega, sob a denominação de direitos miudos. Esta renda era portanto um verdadeiro monopolio; porque só ao rendeiro della era permittida a venda de mantimentos por miudo, e aos que com elle se avençassem. O Governador Lopes de Lima, querendo regularisar este objecto, mandou, por um bando, em 14 de Dezembro de 1840, que na alfandega de Pangim se fizesse o recenseamento de todas as boticas, e a matricula de todos os botiqueiros (vendedores de mantimentos por miudo); e em 6 de Novembro de 1841, deliberou a Junta da Fazenda não levar mais á praça esta renda, e com metheu a sua arrecadação á alfandega de Pangim, debaixo das mesmas condições com que tinha andado nas mãos dos rendeiros; em virtude do que, o Governador Lopes de Lima, ordenou, em 24 do mesmo mez e anno, que, do 1.º de Janeiro de 1842 em diante, a renda se pagasse na alfandega dita, incumbindo ao Director da mesma alfandega propôr quaesquer alterações que julgasse indispensaveis para a nova fôrma da sua cobrança, sem alterar a essencia das condições primitivas do referido imposto: em portaria de 12 de Janeiro de 1842 mandou mais, que o mesmo Director

da alfandega, em presença do recenseamento e matriculas já ordenadas, fizesse organizar uma tabella, na qual, classificadas as boticas, segundo as circumstancias da sua venda, se arbitrasse o que cada uma deve pagar por anno; ficando assim os botiqueiros sujeitos a pagar na alfandega a quota que, pela referida tabella, lhe competir, tirando bilhete de licença por anno ou por semestre. Esta tabella, que a citada portaria mandou formalisar pela Commissão permanente da alfandega, foi finalmente approvada em portaria do Governador Geral, Conde das Antas, de 11 de Novembro de 1842, pela qual se manda que a cobrança se faça segundo ella, e por semestres, sendo os botiqueiros obrigados a pagar um quartel adiantado antes de se lhes entregar o competente bilhete de licença. Não é possível dar aqui essa tabella, como convinha, pela não haver ainda alcançado.

O producto desta renda era insignificante. Foi de 2.892 xerafins no anno de 1819; 1.718 ditos em 1826; e 1.490 ditos em 1840 e 1841.

Renda da especiaria.

Tem a mesma origem que a precedente, e como ella consistia no exclusivo da venda de toda a sorte de especiarias, arrendava-se triennialmente, perante a Junta da Fazenda; e hoje segue em tudo as disposições, que acabei de referir, para a renda dos mantimentos, que esta renda tambem expressamente comprehendeu, e por isso, como aquella, se arrecada, desde o 1.º de Janeiro de 1842, na alfandega de Pangim. A sua importancia foi: no anno de 1819, 733 xerafins; em o de 1826, 708 ditos; e em 1840 e 1841, 680 ditos.

Rendas de pannos de algodão, de sedas, e de seriquerias.

São ainda exclusivos, em tudo, como os precedentes. Ninguém pôde vender a retalho algum de seus objectos, sem avençar-se com o respectivo rendeiro. Os mouros tinham estes exclusivos ou monopolios em quasi todos os objectos, em que traficavam, e nós em os imitarmos até hoje, nada ga-

nhámos, se não perdemos. A Commissão da reforma das rendas publicas, a que pertencei, tencionava votar a suppressão destes exclusivos, e substituil-os pelos direitos e licenças correspondentes; mas não chegaram lá os seus trabalhos, que as mudanças de regimen interromperam.

A primeira destas rendas andou em 389 xerafins no anno de 1819; em 445 $\frac{1}{2}$ ditos em 1826; e em 860 ditos de 1840 por diante. A segunda teve 270 $\frac{1}{2}$ xerafins em 1819; 202 ditos em 1826; e 250 ditos de 1840 em diante, segundo os respectivos termos de arrematação.

Correio geral.

Foi estabelecido em execução do alvará de 20 de Janeiro de 1798, para a correspondencia maritima; e a Junta da Fazenda regulou a sua arrecadação, em assento de 3 de Abril de 1799. A administração do correio geral é em Pangim, a cargo de um Administrador e um Escrivão; na qual pagam as cartas de Lisboa e Rio de Janeiro 40 réis por cada duas oitavas. De Moçambique 25 réis por dito, e de Macão o mesmo. Sendo seguras 480 réis de premio, além do porte acima dito: tudo em réis fracos.

O correio de terra, para fóra do Estado, começou em 30 de Julho de 1823, e se regulou a meio xerafim para Belgão e Vingorlá, unicos pontos aonde se dirige; e dahi por diante se paga pela regulção das postas inglezas.

O correio interior começou em 17 de Fevereiro de 1841. O Governador Geral, Barão do Candal, creou, em 9 de Abril de 1840, uma Commissão para propôr o systema e regulamento do correio interno; cujo parecer foi levado a effeito naquella data, de 17 de Fevereiro, e estabelecendo-se cinco administrações; uma geral, e quatro subalternas. A primeira a mesma já existente em Pangim, e as outras nos aquartelamentos de Mapuçá, Margão, Pondá, e Bicholim, pontos centraes das respectivas provincias. Cada uma das administrações subalternas com um Administrador, um Escrivão, e dois Ajudantes, tirados das classes inactivas, e com os mesmos soldos ou vencimentos, que já gozavam; e dois Conductores das malas, que se expedem tres vezes por semana.

Os portes das cartas foram regulados por distancias de cinco, dez, e quinze legoas; e são: por cada carta singela dentro da primeira distancia 30 réis; o duplo na segunda; e o triplo na terceira; accrescentando-se de duas em duas oitavas, até ao peso de quatro onças; e dahi para cima o excesso de massos grossos se regula como de papeis impressos. Premio do seguro meio xerafim, além do peso correspondente.

O producto do correio foi: no anno de 1819, 268 xerafins; em 1826, 348 $\frac{1}{2}$ ditos; em 1840, 450 ditos; e em 1841, 600 ditos.

Mais renderia, se nos patamarins que entram a barra de Goa houvesse fiscalisação nesta parte, e estivessem devidamente regulados os portes de Bombaim, e dos mais portos da costa, donde as cartas vêm em mão dos respectivos *tandeis*, patrões ou mestres daquelles barcos, sem pagamento de porte, por isso que se não tem estabelecido o uso de enviar por elles malas de correio, nem fiscalisação alguma.

Contribuição das Camaras Agrarias para sustento dos quatro mancebos, que foram estudar á Universidade de Coimbra as faculdades de Medicina e Cirurgia.

Querendo o Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro, promover a instrucção publica, e levar ávante o plano que indicára em seu officio de 27 de Fevereiro de 1829, já impresso nos Annaes (*eee*) procedeu á refôrma das escôlas, e convidou as Camaras Geraes a contribuir, pela sua parte, com os meios precisos para mandar quatro rapazes á Universidade de Coimbra estudar, principalmente as faculdades de Medicina e Cirurgia, de cujas sciencias se sentia no paiz inteira falta; com expressa clausula de voltarem a Goa, findos os estudos, exercer e ensinar as mesmas faculdades. Estas Camaras (honra lhes seja feita) promptamente accederam a este convite, e dando

(*eee*) Vid. Memoria ácerca da educação publica nos Estados da India, em o 1.º n.º da 2.ª serie dos Annaes Maritimos.

o mesmo Vice-Rei parte para a Côrte, deste accordo, foi approvedo; e logo no anno de 1831 vieram quatro estudantes a Portugal, dois dos quaes se matricularam na escola Medico-Cirurgica de Lisboa, e dois seguiram para a Universidade de Coimbra. São passados mais de 12 annos, e destes só um voltou no anno passado a Goa: dois falleceram. Veremos o que se segue com os que os têm substituido; porque as Camaras pagam, com a condição expressa de que elles voltem a servir o paiz, que os manda habilitar e instruir: a saber; a Camara Geral das Ilhas de Goa 1.500 xerafins por anno, e as duas de Salsete e Bardez 1.000 xerafins cada uma; total 3.500 xerafins ou 560\$000 réis fortes.

Sello das alfandegas.

O regimento da alfandega de Goa de 20 de Janeiro de 1774 tinha creado, como já vimos, o logar de sellador; e no titulo 2.^o capitulo 27.^o lhe impoz a obrigação de sellar todas as fazendas, que iam a despacho; o que era feito marcando-se as peças com uma chapa de tinta, sem exceptuar as sedas e mais fazendas preciosas; o que de nada servia, e muitas vezes perdia aquellas a que tal sello se applicava. Em as Novas Conquistas era o rendeiro da alfandega quem assim marcava os fardos tão sómente; e o da alfandega de Pondá recebia por isso 2 $\frac{1}{2}$ por cento, segundo a factura, sendo objectos, que ficavam na terra; e 2 xerafins e meio, por carga de dois fardos, sendo as fazendas despachadas por transito, que depois se espalhavam, sem sello algum, no mercado. O favor que isto dava ao contrabando, e extravio de direitos, era tão notorio, como o prejuizo, que os donos das fazendas recebiam por similhante methodo; assim o expuz, sendo membro da Junta da Fazenda, na qualidade de Chanceller da Relação; e em 30 de Outubro de 1830, mandou a Junta adoptar o sello de chumbo pendente, autorisando a mesa da alfandega para a despesa necessaria: mas pouco disso se cuidou, até que passando eu a servir o logar de juiz da alfandega de Goa, fiz alli convenientemente organisar a officina do sello, e a fórma delle; e calculando a sua despesa, requeri em officio de 16

de Setembro de 1831, que a Junta de Fazenda autorisasse a percepção de 2 réis por cada sello, quanto se reputou bastante para cobrir a sua despeza, sem contribuição da Fazenda. A Junta approvou em portaria de Outubro seguinte, quanto a este respeito lhe propuz; mandando porém, que o pagamento do sello fosse 5 réis cada um; que se receberiam com os direitos, em um cofre separado, com a regulação e applicação que no mencionado officio designei: e assim se ficou praticando nas alfandegas maritimas; e hoje nas da fronteira terrestre, desde a sua reforma e administração pela Fazenda; a qual desde logo começou a tirar interesse desta medida, tanto na fiscalisação dos direitos, como no imposto. O seu rendimento foi no anno de 1840 n'alfandega de Pangim 372 xerafins, na de Salsete 144 ditos, e na de Bardez 948: total 1.464. Em 1841 generalisado em todas as alfandegas, consta do mappa das alfandegas já transcripto.

Papel sellado.

Foi creado por alvará do Governo interino da India de 31 de Dezembro de 1742, e teve principio em 12 de Março de 1745: sendo suspensa a sua arrecadação, foi, outra vez suscitada, pelo alvará de 18 de Dezembro de 1781, e desde então até 13 de Dezembro de 1814, recebido o seu rendimento pelo Senado (Camara Municipal) de Goa. Outro alvará desta data deu nova fôrma, e as tabellas para a arrecadação do rendimento do papel sellado, em virtude da Lei de 17 de Junho de 1809; e continuou a recetar-se nos cofres do Senado da Camara, até que a Carta Régia de 20 de Janeiro de 1816, declarou este rendimento da Fazenda Publica; o qual desde então era pago na Contadoria da Fazenda, no Arsenal, e nas Comarcas de Salsete e Bardez, e produziu no anno de 1819, 4.510 xerafins; em 1826, 3.782 ditos; e em 1840, 2.965 ditos.

Em 27 de Outubro de 1840 mandou o Governador Lopes de Lima pôr em vigor a tabella para o pagamento do imposto do papel sellado, que a Comissão de Contabilidade Publica, creada no Governo do Barão do Candal, havia organi-

sado em harmonia com as que fazem parte das leis de 24 de Abril de 1827 e 31 de Dezembro de 1836, já approvada pelo Conselho do Governo, que succedeu ao Barão: e assim começou a sua arrecadação de 16 de Novembro do mesmo anno de 1840 em diante. Por esta tabella foi o imposto taxado, como se segue:

	X. T. R.
Requerimentos dirigidos pelas differentes repartições do Estado, á excepção das alfandegas, assim como os documentos que os instruem, por cada meia folha.....	0:0:30
Provisões, procurações, certidões, protestos, papeis forenses, repertorios, cartazes, annuncios impressos, e listas para leilões, cada meia folha.....	0:0:30
Passaportes para o interior do Estado.....	0:0:40
Escripturas e condições de contractos publicos, por cada meia folha.....	0:0:60
Testamentos e codicillos, dito.....	0:0:60
Licenças para vendas em logares permanentes.....	0:2:30
Passaportes para fóra do Estado.....	1:3:00
Licenças aos vendilhões ambulantes.....	2:0:00
Passes ou bilhetes de sahida pela Agoada.....	0:2:00

O producto do papel sellado, assim estabelecido, rendeu no anno de 1841, 22.143 xerafins; e se arrecada na Repartição do papel sellado, na Contadoria da Fazenda em Pangim.

Um por cento para obras pias.

Por Alvará de 3 de Março de 1612 se mandou arrecadar um por cento dos direitos das alfandegas, e rendas do Estado, e remetter o seu producto annualmente para a Córte; por se achar applicado para obras pias. Em outro Alvará de 9 de Março de 1615 foi depois ordenado, que esta importancia se despendesse unicamente nas tenças, que se dessem na India, por Ordens Regias, ás viúvas desamparadas com filhos muito pobres, cujos maridos tivessem morrido no serviço do Estado. O seu producto foi no anno de 1840, 5.873 xerafins, e no seguinte 4.215 ditos, calculados pelo preço das rendas arrematadas.

Venda de effeitos.

É a venda de objectos inuteis e desnecessarios, ou levados do Arsenal, e da casa da polvora. A insignificancia desta verba, que na tabella do orçamento monta a3.074 xerafins, e no anno de 1840 foi de 4.570 ditos, prova o que fica dito em outro logar desta memoria, ácerca daquelle primeiro estabelecimento, de navegação e commercio do porto de Goa.

Venda dos medicamentos do hospital.

É já sabido que neste hospital havia uma botica, que pela extincção dos Jesuitas passou ao pleno dominio e administração da Fazenda; e que nesta botica se venderam sempre os remedios simples e preparados ao publico; cuja importancia variavel augmentou muito depois dos melhoramentos e regimento que teve no Governo de D. Manoel de Portugal e Castro, e em outros depois d'elle.

Rendimento do monte pio.

O monte pio foi estabelecido para o Exercito pelo Vice-Rei D. Manoel da Camara em 25 de Novembro de 1824, pondo a sua direcção e contabilidade a cargo de uma Junta Militar; contribuiam para elle um dia de soldo todos os Officiaes do Exercito; indo porém estes fundos em decadencia, o Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro os incorporou na Fazenda, e lhes deu novo regulamento em 12 de Outubro de 1834, fazendo o seu beneficio extensivo á classe da Armada. Em portarias do Governo da India de 27 de Junho e 6 de Novembro de 1838 e 23 de Março de 1839, se fizeram algumas alterações no seu pagamento; e por ultimo o Governador Lopes de Lima determinou em portaria de 24 d'Abril de 1841, que a contribuição para elle fosse um dia de soldo segundo a tarifa de 1790, como se pratica em Portugal: o seu rendimento apparece na importancia de 7.309 xerafins.

Rendimento do cambio da moeda de prata.

Provém do troco da moeda de prata, por moeda de cobre. O Thesouro, que faz o terço dos seus pagamentos em

cobre, os pretos á tropa, etc., muitas vezes busca esta moeda no mercado, e então utiliza o agio, que a escassez da moeda de prata, e a abundancia desproporcionada da de cobre têm elevado a mais de vinte por cento; e é este producto, o que constitue a verba deste rendimento, posto que variavel, calculada em 48.172 xerafins, ou 7:907\$520 réis fortes, pelo rendimento dos cinco annos ultimos.

O Governador Geral, Barão de Sabrozo, nomeou, em 13 de Março de 1838, uma Commissão para examinar as causas do agio das moedas do paiz, e do desapparecimento destas; e em 22 de Maio seguinte lhe ordenou formalisasse um projecto das providencias, que conviria adoptar para attingir ao desejado fim. Não vi qual fosse o resultado desta medida (fff).

Multas judiciais.

Pagam-se pelos litigantes que decahem da demanda, em substituição da antiga dizima da Chancellaria; e outras mar-

(fff) Houve em Goa uma renda publica, denominada *renda do cambio*, ou *serrafagem da moeda*; era do tempo dos mouros, e arrecadada pelo rendeiro da Fazenda, e só este podia por isso cambar moeda. Esta renda andou em 1.150 xerafins, ou 181\$000 réis fortes. ElRei D. Manoel fez mercê á cidade de Goa, em carta de 13 de Fevereiro de 1520, de não haver mais renda do cambio; e que cada um trocasse as moedas com quem lhe parecesse; mas no tombo, que o Vedor da Fazenda, Simão Botelho, fez em 1552, declara, sob o titulo desta renda, «que fora doada por ElRei á fábrika da Sé de Goa, para se acabar de fazer a Igreja, e depois «que fosse feita, se tirasse e a não houvesse»: mas ainda se arrendou em 1551, e d'ahi por diante; até que ElRei D. Affonso 6.º mandou se não arrendasse mais, por ser em muito prejuizo do povo; e que a cidade pozesse sarrafos. A renda foi desde então tirada, mas não os sarrafos, (diz o logar d'onde é extrahida esta nota) os quaes «levavam o mesmo interesse que d'antes, e muito mais, «pelo augmento do commercio, população, e trato, sem pagarem di- «reito algum, nem o povo receber beneficio da cessação da renda, an- «tes receber perda e escandalo dos ditos sarrafos levantarem e bai- «xarem a valia das moedas como querem.» Que diria este economista, se hoje visse os nossos agiotas? Um Ministro d'Estado houve, que aconselhou a um de nossos Reis, fizesse uma lei para dar preço fixo ao agio das moedas. Todos estes estavam em perfeito accordo.

çadas na Reforma Judiciaria e legislação novissima, e cuja arrecadação se faz pela maneira alli designada.

Juro do dinheiro dos conventos extinctos.

Veja-se o que a este respeito já fica escripto nesta Memoria, e o abatimento em que agora vem na importancia de 5.809 xerafins 3 t. 15 réis. No anno de 1840 ainda renderam 10.850 ditos. É o producto de quantias emprestadas a diversos, a juros de cinco por cento.

Receita extraordinaria.

A sua denominação a explica, e nada por isso ha ahi que accresceter; nesta receita entram as dividas antigas, que se vão cobrando para a Fazenda.

Ainda ha outros impostos e rendimentos, que não vêm collocados na tabella do orçamento, que tenho explicado; e que convem saber, porque em si encerram alguma curiosidade, posto sejam de pouca importancia; e porque, constituindo verbas de receita, cumpre de todas ellas haver noticia, e são as seguintes:

Renda da caruca e sangotim.

É um imposto que se cobra nas alfandegas de Salsete e Bardez, e vem desde a conquista destas comarcas. A renda da *caruca* consiste em direitos, que pagam os rendeiros e lavradores de sura, pelo uso da fouce, de que se servem para fazer extrahir aquelle liquido dos coqueiros, a que chamam *catty*, e pelos appparelhos da distillação. Renda do *sangotim* é tambem dos direitos pagos pelos donos dos gados, de algumas comarcas. A importancia destes direitos fica descripta no mappa das alfandegas onde se cobra: em 1840, não passou de 410 xerafins, em Bardez; e 420 ditos, em Salsete.

Direitos de pescarias.

Figuram tambem nos mappas das alfandegas maritimas, e foram mandados cobrar por portaria do Governo Provisional, de 7 de Dezembro de 1835, em consequencia do decreto de 6 de Novembro de 1830. O Governador Geral Interino, Lo-

pes de Lima, regulando a execução deste decreto, alterou, por portaria de 28 de Setembro de 1841, a disposição do seu artigo 14.º; e mandou que os pescadores da costa, e alto mar, tirem licença annual, pela repartição da alfandega respectiva, pela qual paguem uma rupia de imposto, e 90 réis de emolumentos, comprehendido o papel e impressão, applicados ao empregado que passar essa licença, sem a qual não poderão ir pescar; e o mesmo farão os pescadores de rios, pagando do mesmo modo 150 réis pela licença, e 30 réis de emolumentos como acima.

Farol.

Com este titulo apparece agora nos mappas d'alfandega de Pangim uma verba de receita, que produzio 219 x.^s 3 t. Esta receita não é nova, mas tinha até aqui outra applicação; consistia em differentes alcavallas, que a titulo de visita se exigiam nas Fortalezas d'Agoada e Mormugão, sem autorisação legal, e só pelo simples fundamento de ser pratica muito antiga. O Governador Lopes de Lima extinguiu estas alcavallas, por portaria de 13 de Janeiro de 1841; e impoz em vez dellas 2 tangas por entrada na alfandega de Pangim, ás embarcações de menos de 200 candis de porte; e mais 1 tanga por 100 candis de arqueação, ás que forem maiores; cujo producto mandou applicar para o costeiro do farol de rotação, que estabeleceu na fortaleza d'Agoada, como em logar competente já foi referido.

Direitos de senhoriagem.

Provenientes do cunho e fabrico da moeda desde a conquista, e posteriormente regulados em um assento da Junta da Fazenda de 2 de Junho de 1775: delles tratarei mais extensamente, quando fallar deste estabelecimento. Este rendimento tem decrescido consideravelmente; ainda foi em 1826, 760 xerafins; mas no de 1840 não passou de 191 ditos.

Côrte de madeira.

Consiste nos direitos, que pagam os que cortam madeira e lenha nos mattos de Zambaulim, onde todavia as arvores de

construção, especialmente as de téca, são exceptuadas e marcadas, pela inspecção do arsenal. (ggg) Estes direitos andam em arrendamento, e se recebem na alfandega; são insignificantes; maior é o estrago, que por abuso dos rendeiros se faz nas mattas: a renda deu á Fazenda, em o anno de 1826, 475 xerafins.

Renda da orraca em Bicholim.

É do tempo do seu antigo dominante e consiste nos direitos pelo exclusivo desta bebida, que andavam por 805 xerafins por anno, e se arrenda triennialmente.

Direitos do pasto do gado em Pernem.

É tambem do tempo antigo, e produz 205 xerafins por anno; anda em arrendamento.

Nesta provincia ha tambem a renda do córte de lenha pela insignificante quantia de 72 xerafins.

Passagens dos rios.

Têm sido estabelecidas em differentes tempos, e consistem nos diminutos direitos, que se pagam ás barcas que dão passagem atravez os rios, e em lugares designados, e pertencentes ao senhorio da Fazenda Publica, cujos direitos não exceedem a poucos réis por pessoa ou carga. Estas passagens e seu producto, que anda em arrendamento triennial, são:

(ggg) Já em outro lugar notei que as mattas de Goa não têm regulamento. O Governador Lopes de Lima nomeou uma Comissão para o organisar; e em uma portaria do Governador Geral Conde das Antas, de 30 de Novembro de 1842, consta que nas provincias das Novas Conquistas existem para cima de 2.026 pés de téca; 1.500 dos quaes são na provincia de Canacona, cujas dimensões se mandaram examinar, por aquella portaria, e marcar os que fossem proprios para construcções navaes e serviço do Arsenal: e que em Velim na comarca de Salsete existem 197 destas arvores; (e muitas mais se vêem em differentes logares desta comarca) o que mostra que já começa a olhar-se por este ramo de riqueza, com a attenção que elle merece.

Passagem de Pangim	539 xerafins
» da ilha de Chorão	40
» da ilha de Tonca	4
» de Siquêrim	54
» de Mandur	11
» de Tiracol (Novas Conquistas)	30
» de Siolim de Bardez	337
» de Chaporá dito	110
» de Coloale dito	352
» de Carmorlim em Salte	190
» do rio do Sal dito	4
» de Deussua dito	27
» de Rachol dito	»

N. B. A passagem de Tiracol foi incorporada na Fazenda, no anno de 1809: o seu tenue rendimento era até alli recebido, sem titulo, pelos commandantes da fortaleza, com a denominação de — direitos de *Chinual*.

O rendimento, acima, das passagens é fluctuante. Uma Commissão foi encarregada de organizar uma tabella para regularisar o imposto destas passagens, que até alli era quasi arbitrario ou de rotina illegal.

Rendimentos da provincia de Sattary ou Sanquelim.

Os foros e arrendamentos desta provincia importam, os primeiros em 1.546 xerafins, e os segundos em 8.047 ditos: total 9.593 xerafins. Não os mencionei em lugar competente, porque ainda não constituem receita effectiva da Fazenda Publica. Esta provincia veio ao Estado com a de Bicholim; e posto que devia entrar em todos os gozos e obrigações, como aquella, não aconteceu assim pela pertinacia e continuas revoltas da familia *Ranes*, dessais poderosos, que se arrogam o direito de fruir os foros e rendas della, cujo dominio e posse têm disputado com as armas, e por ultimo nos tribunaes; sobre o que corre ainda um renhido pleito com a Fazenda Publica, durante o qual determinou o Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro, fossem a deposito todos os rendimentos litigiosos; mas pelo que respeita ás alfandegas, e

até agora, o bagibabo, o imposto do tabaco, sizas, papel selado, e licenças para venda, etc., ella entra, como as outras, na sua contribuição.

Methodo de administração e cobrança dos rendimentos publicos.

Não foi este assumpto esquecido na fiel descripção historica, que acabo de apresentar, de todos os rendimentos publicos de Goa. Declarado fica como se pratica a arrecadação dos foros, tanto nas Velhas, como nas novas Conquistas, por meio dos seus exactores, que são os sacadores das aldeas, creados pelo regimento das comunidades; e o mappa que ao diante se segue, ainda que pareça repetição do que já fica dito, servirá para, ao primeiro golpe de vista, se saber quaes os rendimentos, que directamente se recebem nas repartições fiscaes, ou são por outra fórma levados ao Thesouro pelos respectivos rendeiros: resta porém ainda, referir como estas rendas lhes são confiadas; e o systema adoptado na arrecadação dellas pelos mesmos rendeiros; objecto que muito interessa conhecer.

Nas arrematações das rendas publicas, que se fazem perante a Junta da Fazenda, se guardam todas as solemnidades prescriptas nas leis fiscaes que esta materia regulam, e algumas providencias, que as circumstancias locaes, e a falta de lançadores abonados, têm feito necessarias. O processo para as fianças raras vezes se tem alli praticado; porque, sendo longo e despendioso, afugenta os concorrentes antes da arrematação, e depois della viria tarde para segurança da Fazenda Publica; e por isso se tem tomado, em Junta, o arbitrio de exigir, como condição especial do contracto, o deposito de dois quartéis adiantados nos cofres do Thesouro, ou penhores equivalentes de ouro e prata, sem o que o rendeiro não entra na fruição da renda, que, segundo a lei, é removida logo que, no tempo que a mesma lei marca, se não effectue o pagamento do quartel vencido; e aquella foi uma innovação importante que alli se fez, e vem já nas condições destes contractos, as quaes todas são antigas e datam dos annos de 1773, salvo as que referi, pela Commissão reformadas.

Por estas condições se concediam aos rendeiros os privilegios, de que geralmente gozavam os contractadores e rendeiros das rendas reaes; como o juizo privilegiado, procedimento executivo, e até o de prisão contra os devedores do contracto, etc.: este juizo era o dos feitos da Fazenda, e o Conservador do estanco do tabaco para a renda do tabaco de pó. Para auxiliar as cobranças, tinham algumas das rendas certo numero de soldados, que depois lhes foram tirados, e pagos a dinheiro, a razão de 8 xerafins por praça, que substituíam por sipaes, sem os quaes difficil é alli qualquer cobrança. Na renda dos dizimos, ninguém pôde colher e levantar os fructos sujeitos a elles, sem assistencia do rendeiro ou seus propostos, ou sem com elle se avençar, pena de perdimento dos fructos, metade para a Fazenda, e outra metade para o rendeiro; e os lavradores de sura, de pagarem, da cadda, 20 xerafins. Iguaes penas são impostas aos rendeiros, que dolosamente se avençarem para fraudar a renda.

Na renda do tabaco de pó, não pôde o rendeiro levar-o dos armazens, sem primeiro adiantar a importancia da porção que deve extrahir, e sem pagar mensalmente o importe da renda. É-lhe permittido dar buscas em casas e logares suspeitos. Na renda do sal, goza mais o rendeiro, assim como em algumas outras, o privilegio de poder andar de sombreiro de palha e andor, nas ilhas, e onde mais lhe for necessario, para a administração da sua renda. Em Pondá, o rendeiro do bagibabo fazia a cobrança por sipaes. Os rendeiros fazem os pagamentos das suas rendas em quarteis, no Theouro publico, menos o do tabaco de pó, cujo pagamento é hoje feito, como notei quando fallei desta renda. São estas as cousas, que mais essencialmente convem notar no methodo de arrecadação dos rendimentos publicos, e que o seguinte mappa ainda melhor esclarece.

Systema dos impostos e outros rend

<i>Denominação</i>	<i>Methodo da sua arrecadação</i>
Contribuição de palha verde e secca	Por quarteis, na thesouraria.....
Dita para pagamento de 3 companhias de Sipaes	Dito.....
Dita para o presidio de Rachol, etc (1)....	Dito.....
Dita de palha para os bufalos da casa da polvora	Dito.....
Terças dos concellos.....	Dito.....
Sizas.....	Nas alfandegas.....
Direitos de mercês	Na respectiva recebedoria.....
Imposto das palmeiras de sura.....	Por quarteis, na thesouraria.....
Subsidio litterario.....	Dito, por arrendamento.....
Dizimos	Dito, dito.....
Ditos	Por quarteis, na thesouraria.....
Imposto do tabaco de folha.....	Mensalmente pelos exactores, na thesour
Renda de cópia, côco, e arêca	Por quarteis de arrendamento.....
Collecta e direitos dos parangues	Na alfandega de Pangim
Licenças para venda do tabaco	Na secretaria.....
Ditas dos liquidos espirituosos.....	Dito.....
Renda do vinho, jagra, e sura.....	Nas alfandegas
Dita do tabaco de pó.....	Mensalmente na thesouraria
Producto do mesmo tabaco.....	Pago pelo rendeiro na thesouraria.....
Renda do sal.....	Por quarteis de arrendamento.....
As rendas de mantimentos e especiarias.....	Na alfandega de Pangim
Ditas de pannos e sedas, e de sergueria.....	Por quarteis de arrendamento
Correio geral.....	Nas respectivas administrações.....
Papel sellado.....	Na contadoria da fazenda e nas alf. ^{as} do m
Um por cento para obras pias.....	Com as respectivas rendas na thesourar
Venda de effeitos.....	No arsenal.....
Dita de medicamentos.....	No hospital militar
Monte-pio.....	Por desconto na thesouraria.....
Multas judiciaes.....	Na thesouraria.....
Sangotim e Caruca.....	Nas alfandegas.....
Imposto para o farol.....	Na alfandega de Pangim
Pescarias.....	Nas alfandegas maritimas
Direitos de senhoriagem	Na casa da moeda.....
As passagens de rios, e outras pequenas rendas, seguem o methodo dos arrendamentos.	(1) O presidio de Rachol foi extin

Cumpre ainda mencionar a pequena contribuição imposta no caes, trapiche, e guindaste d'alfandega, na carga e descarga de mercadorias e volumes; authorisada, approvada e mandada cobrar pelo Governador Geral Interino Lopes de Lima, em portaria de 10 de Março de 1842, pela seguinte tabella:

Pelo uso do trapiche.

X. T. E.

Por cada volume de carga de um homem.....	0:0:15
Dito de meia carga	0:0:03
Para menos de meia carga.....	0:0:00

Custos da Fazenda Publica de Goa.

<i>Se permanentes ou variaveis</i>	<i>Provincias ou comarcas a que pertencem</i>
Permanente	Ilhas de Goa.
Dito	Bardez.
Dito	Salsete.
Dito	Ilhas de Goa.
Variavel	Salsete e Bardez.
Dito	Nas tres comarcas, e provincias das Novas Conquistas.
Dito	Ilhas de Goa, Salsete, e Bardez.
Dito	Dito.
Dito	Dito.
Permanentes	Bicholim.
Variavel	Nas tres comarcas e provincias das Novas Conquistas.
Dito	Dito.
Dito	Nas tres comarcas e provincias das Novas Conquistas.
Dito	Dito.
Dito	Ilhas de Goa, Salsete, e Bardez.
Dito	Dito.
Dito	Dito.
Dito	Dito.
Dito	Ilhas de Goa.
Dito	Dito.
Dito	Nas tres comarcas e provincias das Novas Conquistas.
Dito	Dito.
Dito	Dito.
Dito	Dito.
Dito	Dito.
Dito	Salsete e Bardez.
Dito	Ilhas de Goa, Salsete, e Bardez.
Dito	

Portaria do Governador Geral, Conde das Antas,

X. T. R.

Por pipa de liquidos de 5 barrís de Goa	0:0:30
Por um barril de 5 almudes	0:0:06
Por uma pipa ou barril de sollidos, em proporção.	
Volumes que desembarcam no caes, o mesmo que acima a n.º 1 e 2.	
Por cada cavallo ou egoa	0:2:30
Por cada pôtro	0:1:15
Por cada boi ou vacca	0:2:00
Por 1 bezerro, novillo, ou vitella	0:1:00

Pelo uso do guindaste se paga mais uma metade, do que fica designado para o trapiche.

Sala da Commissão das pautas das alfandegas, 18 de Fevereiro de 1842. = *Joaquim Marianno Rodrigues*, Vogal e Secretario.

N.º B. Esta tabella, por esquecimento, se não inserio em o n.º 2.º desta serie, aonde mais propriamente pertence.

Rendimentos extinctos.

Posto que estes já não interessem os cofres publicos, não é fóra de proposito deixar aqui consignados quaes estes eram, a sua natureza, e importancia; cuja noticia não deve, nem pôde ser depreciada por quem deseje ter cabal conhecimento de assumptos tão connexos com a utilidade do paiz: de entre estes os mais notaveis eram as

Sextas partes dos rendimentos das aldéas.

Em 18 de Junho de 1793 determinou o Tenente General, Francisco Antonio da Veiga Cabral, que no anno anterior fóra encarregado do governo da India, que as Camaras Geraes de Goa, Salsete, e Bardez, entrassem no Thesouro com a 3.ª parte dos rendimentos das aldéas, por terem crescido excessivamente as despesas da guerra; e pela falta de navios do reino, para occorrer ao pagamento da tropa, e dos empregados publicos; e isto até á quantia de 300.000 xerafins, que se mandaram receber em cofre separado, passando-se as competentes clarezas ás partes interessadas, para constar, a quantidade e natureza do emprestimo, e o seu pagamento. Em 15 de Março de 1799 deu o mesmo Governador parte para a Côrte, que não cabendo já no possivel, que as Camaras Geraes repetissem os emprestimos com que o tinham soccorrido, conservára a recepção da terça parte do seu rendimento annual, que as mesmas Camaras voluntariamente lhe offereceram; e assim continuou esta recepção, que o Vice-Rei, Conde de Sarzedas reduziu á 6.ª parte dos mesmos rendimentos em 20 de Fevereiro de 1809, ordenando que a outra 6.ª parte fosse applicada ao pagamento das dividas das Camaras Geraes, em portarias de 28 de Março, e 14 de Julho de 1810. O Vice-Rei,

Conde do Rio Pardo, repetio, em portaria de 26 de Fevereiro de 1818 esta determinação; e que naquellas communidades que não fossem devedoras, se distribuisse a 6.^a parte dispensada pelo numero geral della. O Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro, em cujo governo houveram sobras avultadas nos rendimentos do Thesouro, mandou em 20 de Fevereiro de 1830, que a 6.^a parte não dispensada, se receitasse com applicação para as obras publicas, que no seu tempo se emprehenderam, em quanto não mandasse o contrario. Finalmente esta contribuição cessou em 1835.

Esta sexta parte dos rendimentos das aldêas se pôde calcular uns annos por outros.

Nas ilhas de Goa em. . 12.000 x.^s

Em Salsete 28.000

Em Bardez 20.000

Total. . . . 60.000 x.^s ou 9:600\$000 rs. fôrtes.

Pensão do xendim.

Com este nome foi creado um imposto em 10 de Julho de 1705, juntamente com as sizas e outros que já referi, e só peculiar aos gentios; aos quaes era lançado annualmente sobre o uso de uma madexa, ou especie de trança de cabello, que estes deixam crescer no alto da cabeça, que trazem rapada em roda desta trança, desde a idade de 15 annos por diante, a cuja trança dão o nome de *xendim*: o seu lançamento era regulado segundo os officios e misteres que cada um exercia; e nelle foi tambem depois comprehendido, por isso, o imposto dos ourives, que desde 1553 era 4 tangas por cada loja, além de fóro certo que todos juntos pagavam, importando em 90 tangas brancas. O producto da *pensão do xendim* se arrematava perante a Junta da Fazenda; era um imposto barbaro e desigual, e por isso com justiça foi elle abolido, pelo Governador Geral Interino, Lopes de Lima, pelo bando de 22 de Dezembro de 1840, e substituido, pelas licenças para a venda de bebidas espirituosas, estabelecidas na mesma data, e que muito

mais avultam para o Thesouro; porque o xendim que era lançado nas Ilhas, Salsete e Bardez, apenas rendeu no anno de 1826, 5.690 xerafins; e no anno de 1840, 7.200 ditos.

Fóros dos pescadores.

Quando de fóros fallei, mencionei os que pagavam a comunidade dos pescadores em Salsete, na importancia de 190 x.^s 2 t. 40 r.^s, pelo exclusivo da pesca sobre a costa, que de tempo immemorial possuia esta comunidade de pescadores, ou *mirabari*; cujo exclusivo foi extinto por portaria do Governador Geral Interino, Lopes de Lima, de 28 de Setembro de 1844, e com elle a renda ou fóros respectivos, mandando, que se applicasse a disposição do art. 19.º do Decreto de 6 de Novembro de 1830, já posto em vigor por portaria do Governo Provisional, de 7 de Dezembro de 1835, naquella e em todas as mais comarcas e provincias do Estado. O producto das licenças estabelecidas neste artigo é o que hoje figura nos mappas das alfandegas maritimas, sob o titulo de *pescarias*, que alli se arrecadam, e já descrevi.

Rendas do bagibabo.

Foram abolidas e substituidas, como a pensão do xendim, e na mesma data. Estas rendas vieram com as provincias das Novas Conquistas, onde unicamente se cobravam, e consistiam nos direitos miudos de todos os generos, mesmo dos que iam de umas para outras provincias, que se pagavam na passagem dos rios, que as separam ou cortam, e em outros pontos; e ainda pelas informes e oppressivas tarifas ou tabellas do tempo do dominio do Rei de Sundem; e isto em uma promiscuidade e confusão tal, que não era possivel bem definir o que eram propriamente direitos miudos do bagibabo, ou das alfandegas, a que em algumas partes eram annexos; porque o que em umas provincias pertencia a estas, em outras era só sujeito ao bagibabo; em uma se cobrava este, só de cargas á cabeça, em boyadas etc. n'outras em grosso etc. Em Pondá, por exemplo, comprehendia esta renda os direitos do tabaco, tabernas, la-

vramento de palmeiras de sura, destillação do vinho da palmeira, passagens de rios, direitos do sal, da madeira, da lenha, catto, jogo, fóros dos regatões de peixe, affilação de medidas, exportação de aréca; n'outras, além dos direitos propriamente das alfandegas, comprehendiam os de licença para distillação; capitação dos que iam trabalhar a Belgão e Cainate, ou vinham de fóra ao mesmo fim; dos mainatos (homens que lavam a roupa); dos moinhos d'azeite, e muitos outros direitos semelhantes, que longo e desnecessario é hoje referir; porque estes bastam para fazer ver a incongruência e oppressão de semelhantes rendas, que ou eram de portagens já abolidas pelo Decreto de 19 de Abril de 1832, ou d'importação ou exportação nas alfandegas, licenças, etc. A Commissão da reforma das rendas tinha collhido curiosas informações sobre tudo quanto respeitava esta renda oppressora: e grande beneficio fez o Governador Interino Lopes de Lima, aos póvos e á Fazenda em a extinguir, pelo mesmo bando de 22 de Dezembro de 1840, que acabou a pensão do xendiin. Estas rendas andavam em arrematação triennal. Em Pondá montava por uns 15.060 xerafins, além do bagibabo, que indevidamente recebia o pagode de Quculá em 321 xerafins. No Zambaulim era 2.505. Canacona e Cabo de Rama 3.000 xerafins. Em Pernem 19.035. total 39.925, além do bagibabo de Bicholim, Canzarpale, e Sanquelim, que andava misturado com a renda das alfandegas destas provincias. Este rendimento é calculado uns annos por outros, e ainda que a extincção desta renda pareça dar perda, não é assim; porque lá vai o seu producto apparecer em maior escala nos rendimentos das alfandegas, que por isso têm augmentado; e nas licenças para venda do tabaco de folha, e bebidas espirituosas, e outras que contrabalança perfeitamente, se não excederem o antigo rendimento, que provinha dos bagibabos.

O goddipoti.

Era um imposto que ainda se cobrava no Zambaulim, destinado, de tempos muito remótos, para sustento de cavallaria, que ha muito não existe; e cujo producto recebiam ainda hoje os Commandantes militares daquellas provincias, sem ti-

tulo legitimo. Em 11 de Dezembro de 1840, acabou o Governador Lopes de Lima, mais este vexame, abolindo-o.

Estas rendas, que de pouco tempo têm sido extinctas, com justissimo fundamento, o foram em grande utilidade dos povos e do commercio interno, e na minha opinião tambem da Fazenda Publica; o que me parece não é necessario demonstrar, nem aqui o lugar de o fazer.

Com a conquista vieram alguns outros rendimentos insólitos e barbaros, que, posto fossem por algum tempo tambem cobrados pelos portuguezes, pouco duraram; porque eram até repugnantes ao bom senso: taes eram o *goddoravado*, o *coxyvarado* ou *coxipapoxi*, e o *culcaina papoxi* que se pagavam ao Idalcão, e antigos senhores das ilhas e mais terras de Goa; e se conservaram pela convenção feita com Affonso d'Albuquerque: mas pouco a pouco com outros se foram abolindo, como vexatorios, a requerimento da cidade de Goa, e em varias ordens da Côrte, ou por provisões e alvarás dos Governadores da India. O primeiro dos supramencionados tributos, era pago pelos moradores das aldêas ao dominante, para sustento dos seus cavallos. O segundo era pago pelos gauncares por prestação voluntaria, e d'ahi lhe vinha o nome; e consistia em mais $\frac{1}{4}$ do rendimento das suas terras, a que tambem chamavam dadiva, ou peita de prazer. O terceiro era pago pelos escrivães das comunidades das aldêas pelas terras, que os gauncares lhes deram.

Sobre uma infinidade d'objectos os mouros tinham estabelecido rendas, posto que insignificantes, que constituíam outros tantos exclusivos; assim os moradores de Malebara em Goa Velha chamados *fuleiros*, pagavam pelas *fulas*, (flores das lagoas e outras) que só elles vendiam, em cada anno certo tributo. O betele constituia uma renda publica, e por isso só o rendeiro o podia vender, ou quem com elle se accordasse: as hortaliças, o anfião, o banguê, o cambio das moedas, os moinhos de azeite de coco e de gergelim etc. eram objectos de outras tantas rendas, e só ao respectivo rendeiro competia a sua venda. Tudo isto está desde muito extincto, restando todavia, a renda dos mantimentos e outras que ficam descriptas entre as existentes, que como aquellas deveram ter acabado.

Rendimento dos direitos dos cavallos.

Em alguns logares tenho fallado dos direitos dos cavallos; e houve tempo em que elles eram importantes. Constituiram tambem uma renda, que se pagava na alfandega de Goa, e na razão de 24 pardãos de ouro pagodes por cada cavallo.

Os antigos dominadores das ilhas de Goa fizeram sempre muito caso desta renda, porque da Persia e Arabia vinham os cavallos mais estimados para a guerra; e para os attrahir, faziam estes dominantes grandes favores aos mercadores, que os conduziam, alliviando-os dos direitos de suas fazendas, e mesmo os de entrada dos cavallos, recebendo só os de sahida: pois na venda delles faziam grandes interesses com os regulos visinhos. ElRei D. Manoel continuou a proteger a sua entrada, isentando de direitos as mercadorias importadas em navios que trouxessem de dez cavallos para cima, e impondo os de 42 pardãos de ouro pagodes na sahida; não consentindo que fossem a outro porto senão ao porto de Goa, pela utilidade dos avultados direitos, e por d'alli sahirem só para os reinos amigos e alliados; cuja determinação se repetio por muitos annos, mas hoje já nada disso existe. (*Continuar-se-ha.*)

AVISOS AOS NAVEGANTES.**N.º 1.**

Estação dos pilotos ao mar da entrada do rio Hooghly.

Casa da India, Londres, 18 de Janeiro de 1843.

FAZ-SE publico que, existindo as mesmas causas, pelas quaes, durante a ultima monção do SO., foi necessario remover a estação dos pilotos, de Ponta *False* para outra paragem, 6 ou 8 milhas ao SO. do farol fluctuante mais de fóra, desde 16 até 20 braças de fundo, por isso esta mesma estação continuará na proxima monção do SO., isto é: desde 15 de Março até 15 de Setembro.

Durante a referida ultima monção do SO., parece que os navios nenhum embarço experimentaram passando do farol de Ponta *False*

para a nova estação, nem algum poderão encontrar, se tiverem todo o cuidado com o prumo, e seguirem as direcções adiante mencionadas, que foram coordenadas pelo Capitão Lloyd, que ultimamente servio de Hydrografico Geral de Marinha, depois de um escrupuloso exame sobre a natureza do fundo entre as duas pontas.

O farol da Ponta *False* está collocado na lat. de 20° 19' 30" N. e na long. de 86° 47' a E. de Greenw.; e o farol fluctuante do canal de *South Boy* na lat. de 20° 59' N. e na long. de 88° 4' a E. de Greenw., e demora do primeiro a 61° NE. verdadeiro; ou NE. 4 $\frac{1}{2}$ E. da agulha, na distancia de 83 milhas, estando ancorado a 12 braças de fundo.

O parcel das sondas estende-se desde a Ponta *Palmyras*, na direcção para a extremidade do recife de *Western-Sea*, sendo a qualidade do fundo (que muito se differença do deposito do *Hooghly*, que é arêa e lodo com alguns signaes brilhantes) uma especie de cascalho composto de arêa, conchas, e algumas pedrinhas arrojadas do *Kunka* e dos outros rios junto a Ponta *Palmyras*, cuja parte menos pesada, sendo levada mais para diante, vai depositar-se e formar o que se chama Banco dos Pilotos (*Pilots Ridge*) sobre o qual, atravessando para o NO., se encontra menos agoa que do outro lado: vindo do S., o fundo diminue repentinamente de 28 a 23 braças sobre a sua extremidade de E., sendo arêa cheia de conchas, ou cascalho miudo, de côr avermelhada ou queimado escuro.

A melhor guia que um navio deve observar para se dirigir de Ponta *False* para as embarcações que estão em a nova estação, vem a ser: correr ao longo do Banco dos Pilotos, o que facilmente se conseguirá procurando ganhar a posição em que o farol lhe demore ao OSO., ou SO. 4 O. na distancia estimada de 10 a 15 milhas; governando então ENE., e tendo augmentado gradualmente de fundo até 23 braças da banda de E. do banco, regulará o rumo a conservar-se entre o dito fundo, e 27 braças. Tendo muita conta no prumo, na qualidade das sondas, e no rumo e distancia do farol, será quasi impossivel (conservando-se nos limites indicados) deixar de ver as embarcações dos pilotos, quer seja por passar mais a barlavento, ou cahir para sotavento dellas: em quanto ás sondas, ellas augmentam tão rapidamente ao mar da projectada estação, de sorte que, 3 ou 4 milhas ao S., não se acham mais que 28 braças, e 23 na mesma distancia ao O. As sondas ao mar do banco são em geral de lodo côr de azeitona, ou esverdenhado, por acaso misturado com alguns pedacinhos de conchas quebradas.

Os navios que de dia se aproximarem á estação, deverão mostrar o signal de costume, para pedir piloto, e de noite, o mais depressa que poderem, farão aviso, dando tiros, accendendo tigellinhas, e mostrando dois faroes verticaes aonde melhor se possam ver: não obstante estas precauções, muito se recommenda aos commandantes que evitem, quanto lhes for possivel, o demandar a estação de noite,

Para mais dar a conhecer a mesma estação, durante o dia, uma das embarcações dos pilotos terá içado no tope maior um grande *Jack* de S. Jorge (branco com cruz encarnada), e de noite, dois bons faroes içados no mesmo tope grande; igualmente accenderá, de meia em meia hora, alternadamente, uma tigellinha, e outro fogo de composição (*marvon*), e dará um tiro de peça ás 8 horas da noite, e outro ás 4 da manhã.

Os navios que se aproximarem á estação, e em quanto alli estiverem, da mesma fórma quando se chegarem á estação das boyas e dos faroes fluctuantes (*), deverão ter o maior cuidado, tanto de dia como de noite, em evitar qualquer atracação, se communicarem com algum delles, quer seja fundeado ou á véla; e sendo necessario atravessar a paragem em que elles estão, deverão passar pela pópa. Muitos casos de grande avaria têm acontecido durante a monção do SO.; por cujo motivo o farol fluctuante mais de fóra tem sido obrigado, por mais de uma vez, a deixar a sua estação para se reparar, e isto com grande prejuizo e risco dos navios que entram, ou sahem o rio.

Uma embarcação deverá postar-se ao mar do farol de *Ponta False*, marcando o mesmo farol, segundo as circumstancias, de O. 4 SO. até o NO. 4 N., em 10 a 15 braças de fundo.

Esta mesma embarcação, quando de dia se avistarem navios, içará, no tope maior, um grande *Jack* dinamarquez (encarnado com cruz branca), e de noite mostrará um bom farol no mesmo tope, e accenderá uma tigellinha, de meia em meia hora.

Esta embarcação não terá pilotos a seu bordo: unicamente estará alli para ensinar a direcção que se deve seguir para a nova estação, particularmente áquelles navios que absolutamente a ignorem.

(Assignado) *James C. Melvill*, Secretario.

(*) Os navios que servem de faroes têm ordem para quando de noite se aproximar alguma embarcação, mostrarem uma luz no penol da mesena, para dar a conhecer a direcção em que estão aproados.

ACTAS DA ASSOCIAÇÃO.

TERCEIRO ANNO.

Sessão 6.^a

Presidencia do Ex.^{mo} Sr. Vice-Almirante, Antonio Manoel de Noronha.

Aberta a Sessão, foi lida e approvada a acta antecedente.

Expediente. — Uma carta do Ex.^{mo} Bispo Eleito de Cabo Verde agradecendo o diploma de Socio honorario, que lhe fôra enviado.

Outra do Socio honorario o Sr. A. B. de Mascarenhas, Consul portuguez em Bristol, na qual congratulando a Associação pelo próspero desenvolvimento de seus trabalhos, e pela dignidade e brilho com que se apresentou na sua primeira Sessão solemne de 31 de Dezembro do anno findo, suscita mui judiciosas considerações sobre o estado do nosso commercio, e pescarias; e sobre os inconvenientes, que se experimentam pela falta de publicações estatisticas das nossas produções, industria, e marinha mercante, segundo o uso hoje de todas as nações civilisadas; e termina por uma proposta que envia neste sentido. Por esta occasião remette o mesmo Sr. os numeros do *Colonial Magazine*, pertencentes aos mezes de Janeiro e Fevereiro do anno corrente, cuja assignatura tem feito, e offerece para a bibliotheca da Associação. Em seguida, o Sr. Presidente, fazendo o elogio dos serviços distinctos deste digno Socio, e manifestando o quanto elle se interessa, por effeito do seu patriotismo, na prosperidade desta Associação, que continuamente brinda com escriptos e publicações connexas ao seu instituto; propoz se lhe agradesse a offerta que acabava de fazer; o que unanimemente foi approvedo.

Não havendo nos Estatutos artigo que trate dos direitos e obrigações dos Socios honorarios, disse o Secretario Louzada d'Araujo, que adoptaria como sua, a proposta que acabava de ler-se, na carta do Sr. A. B. de Mascarenhas, se aquella omissão fosse motivo para duvidar-se admittil-a á discussão; cujo ponto convinha tambem ficasse por esta occasião determinado.

O Sr. Costa Carvalho orou, mostrando que não havia incompatibilidade em se admittir a proposta em questão, ou qualquer outra de Socios honorarios, ou mesmo anonyma de interesse publico; pois entendia se devia dar franco acolhimento a todas as idéas, que a esse fim se apresentassem; o que posto não fosse expresso, tambem não era prohibido pelos Estatutos: e não havendo quem

mais pedisse a palavra, assim foi resolvido pela assembléa; e por consequente foi admittida a proposta do Sr. A. B. de Mascarenhas, a qual ficou para ter 2.^a leitura.

Leu-se mais uma carta do Sr. Lopes de Lima offerecendo 5 exemplares de um opusculo, que acaba de publicar, com o titulo = *Viagem de Goa para Lisboa, por Bombaim, Suez, Alexandria e Malta, em 1842* = para serem distribuidos na mesa, e para a bibliotheca da Associação; cuja offerta se mandou agradecer.

O Sr. Sub-Secretario Marques Pereira leu um officio do Sr. Kol, Secretario da Secção do Ultramar, enviando um parecer daquella Secção, e participando, que por incommodo de saude, não póde ser presente, com outros pareceres, que tem já discutidos.

O Secretario Louzada de Araujo, disse que sendo amanhã o fausto dia natalicio de Sua Magestade a Rainha, protectora desta Associação, propunha que uma Deputação, ou o Sr. Presidente em nome da Associação, buscasse a honra de beijar a Regia Mão da Mesma Augusta Senhora, apresentando mais este testemunho do respeito, amor, e adhesão, que esta Associação consagra á Sua Protectora e Soberana. Esta proposta foi vivamente apoiada por toda a assembléa; e logo resolvido que o Sr. Presidente, de accordo com o Socio o Ex.^{mo} Ministro dos Negocios da Marinha e Ultramar, deliberasse sobre o modo de a levar a effeito.

O Sr. Sub-Secretario Marques Pereira leu uma proposta sua, para que se nomeie uma Commissão especial, á qual se encarregue o compôr um repertorio de todos os perigos, baixos, e escolhos, que os roteiros noticiam, e as cartas tenham designado nos mares navegaveis; cuja proposta é acompanhada de um modêlo deste repertorio, por ser impresso separadamente dos Annaes, e distribuido gratuitamente aos navegantes. Approvou-se a urgencia requerida pelo autor da proposta, que foi remettida á Secção da Marinha de guerra.

Foram propostos para Socios effectivos os Srs. Antonio Joaquim Freire Marreco, negociante, e Manoel Maria Coutinho de Albergaria Freire, advogado nos auditorios desta Córte; o primeiro pelo Sr. Tavares de Macedo; e o segundo pelo Secretario Louzada d'Araujo.

O mesmo Secretario requereu se officie ás Associações Mercantis de Lisboa e Porto, e á Associação de Pescarias Lisbonense, offerecendo-lhes as paginas dos Annaes, para a publicação gratuita de quaesquer escriptos destas Associações, que interessem ao commercio e á navegação portugueza. Approvada a urgencia deste requerimento, foi mandado á Commissão de Redacção, para interpor o seu parecer.

O Sr. Presidente fechou a Sessão, dando por ordem da seguinte o parecer da Secção do Ultramar, que ha pouco foi lido.

Sala das Sessões, em 3 de Abril de 1843. = O Secretario, *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo*.

ERRATAS.

No Numero anterior, na Collecção de Mappas das dimensões e peso da mastreação dos Navios de guerra da Marinha Inglesa, N.^o 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, na primeira columna que mostra o comprimento dos mastros e vergas, houve engano na redução de jardas a pés, devendo essas columnas ser substituidas pelas seguintes:

N. ^o 3.		N. ^o 4.		N. ^o 6.		N. ^o 7.		N. ^o 8.		N. ^o 9.		N. ^o 10.		N. ^o 11.	
<i>Pés.</i>	<i>Poll.</i>	<i>Pés.</i>	<i>Poll.</i>	<i>Pés.</i>	<i>Poll.</i>	<i>Pés.</i>	<i>Poll.</i>	<i>Pés.</i>	<i>Poll.</i>	<i>Pés.</i>	<i>Poll.</i>	<i>Pés.</i>	<i>Poll.</i>	<i>Pés.</i>	<i>Poll.</i>
98	6	90	6	82	6	80	10	64	6	59	9	46	6	76	8
108	0	99	6	90	0	88	0	71	0	68	3	54	6	57	3
73	11	72	0	65	1	62	1	54	0	43	4	36	0	61	2
66	0	64	6	54	6	54	4	44	7	36	6	31	0	55	1
57	8	57	8	47	10	45	10	38	2	25	10	19	6	43	0
28	10	28	10	23	5	23	9	19	1	54	6	48	0	23	3
84	4	84	4	71	5	70	7	55	0	42	0	37	6	40	4
61	6	61	6	53	4	52	8	41	0	27	6	26	0	60	0
40	0	40	0	32	11	32	0	25	0						
.....										38	11	31	0		
64	10	64	10	54	0	54	0	43	2	25	10	28	6		
33	0	33	0	27	0	27	0	21	7	54	7	48	11		
96	8	98	4	81	9	80	10	63	0	42	0	37	6		
70	6	70	6	59	0	59	0	46	6	27	6	26	0		
45	10	45	10	37	6	37	6	28	4						
.....										58	0	50	8		
47	8	47	8	41	0	40	6	32	5	34	0	30	4		
24	0	24	0	20	6	20	3	16	4	27	0	27	0		
70	6	70	6	59	0	59	0	46	6	42	0	37	6		
46	1	46	1	40	8	40	0	31	0						
31	9	31	9	28	0	28	0	21	4						
.....															
68	3	66	7	55	9	58	0	43	11						
50	11	50	11	39	0	40	10	32	6						
48	0	48	0	39	5	39	1	33	0						
61	6	61	6	53	4	52	8	41	0						
.....															

No Mappa n.^o 5, linha 1.^a, quando diz *Fragata de 50 peças*, deve accrescentar-se = *em duas baterias*.

PARTE OFFICIAL.

REPARTIÇÃO DA MARINHA E DO ULTRAMAR.

DISPOSIÇÕES GOVERNATIVAS.

ABRIL DE 1843.

1. OFFICIO ao Ministerio do Reino. — Communicando-lhe ser indefinido o numero de operarios que devem partir para Angola, bem como dizendo-lhe quaes os officios de que mais se carece.

Idem. PORTARIA á Junta da Fazenda d'Angola. — Remettendo-lhe os orçamentos das provincias ultramarinas de 1343 a 1844, e ordenando-lhe varias outras providencias para a formação do de 1844 a 1845.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Louvando-o pelas providencias que tomou nos acontecimentos do presidio de Novo Redondo.

Idem. PORTARIA á Junta da Fazenda de Cabo Verde. — Communicando-lhe o haver-se concedido ao Governador da mesma provincia, Francisco de Paula Bastos, o pagar em quatro prestações os direitos de mercê pela Commenda da Conceição, e em tres os do titulo de Conselheiro.

3. OFFICIO ao Ministerio dos Estrangeiros. — Communicando-lhe que o subdito britannico, John Burnett, já fôra entregue ao commandante do brigue de guerra inglez *Pantalon*.

5. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Participando-lhe que o expolio do guardião da escuna *Ariête*, Athanasio Antonio, deve ser remettido a esta Secretaria.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha, e ao Inspector do Arsenal. — Para lançarem em uma conta separada as despezas que se têm feito e hajam de fazer com a barca *Real Principe D. Pedro*.

Idem. ORDEM GERAL do Major General d'Armada. — Os Srs. commandantes dos navios do Estado, quando entrarem no porto desta capital, de qualquer porto nacional ou estrangeiro que vierem, farão publicar, por meio de bando, que todos os individuos, sem excepção, devem entregar, logo depois da visita da saude, todas as cartas que vierem fêra da mala e tiverem em seu poder; ficando

sujeitos aquelles que o não fizerem, na conformidade da legislação vigente, a prisão e a pagarem uma multa igual a nove vezes o valor do porte das cartas que se lhes encontrarem: outro sim, o Sr. commandante do registo do porto fará sciente desta ordem a todos os Srs. commandantes dos navios do Estado quando entrarem no porto desta capital. Quartel General da Marinha, em 5 de Abril de 1843. — *Manoel de Vasconcellos Pereira de Mello*, Major General. — Sr. Pedro Alexandrino da Cunha, Capitão Tenente, commandante.

6. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Concedendo trinta dias de licença registada ao Segundo Tenente graduado, Francisco Antonio Corrêa.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Para informar qual é o praso de tempo em que acaba o contracto do sal, bem como qual deve ser o tributo de importação que deve pagar.

Idem. OFFICIO ao Ministerio do Reino. — Para ordenar se ponham á disposição deste Ministerio seis exemplares de cada uma das obras sobre agricultura, constantes da relação inclusa, para serem remettidos para Angola.

7. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Para informar sobre o extracto do relatorio do Governador Civil de Ponta Delgada, relativamente ao Decreto que regulou o serviço dos Capitães dos portos.

Idem. PORTARIA ao Procurador Geral da Corôa. — Remettendo-lhe, para informar, o Officio original do Governador Geral d'Angola, de 7 de Novembro de 1842, que estabeleceu os direitos de ancoragem que devem pagar os navios nacionaes e estrangeiros, que alli aportarem.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Remettendo-lhe a divisão em quatro classes do novo regulamento para e trem militar e naval de Loanda.

8. DECRETO. — Nomeando Commissario, para a Comissão Mixta, portugueza e britannica, que deve residir na ilha da Boa Vista em Cabo Verde, o Capitão de Fragata reformado, Ladisláo Benevenuto dos Santos, que se achava addido á Cordoaria Nacional.

Idem. OFFICIO a João Pedro Migueis de Carvalho. — Remettendo-lhe a Carta Regia de nomeação do Presbytero, Nicoláo Rodrigues Pereira de Borja, para Bispo de Macáo, bem como o processo de habilitação, afim de serem enviados a Sua Santidade.

10. OFFICIO ao Major General d'Armada. — Permittindo que desembarque da corveta *Urania*, para completar os estudos, o Segundo Tenente d'Armada, José Silvestre Chapuzet.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Mandando responder a Conselho de Guerra o guardião do numero, Domingos Manoel Ramos, por se haver recusado a servir a bordo da corveta *Urania*.

11. OFFICIO ao Secretario da Camara dos Srs. Deputados. —

Referindo-se ao Officio da Camara dos Srs. Deputados, de 28 de Outubro de 1841, remettendo uma proposta dos individuos que se acham nas circumstancias de serem agraciados com pensões; cuja proposta vai acompanhada dos respectivos papeis para esclarecimento da Commissão de Marinha.

Idem. PORTARIA ao Inspector do Arsenal de Marinha. — Admittindo Pedro Scarpa ao lugar de Primeiro Engenheiro do vapor Terceira, sendo obrigado a assistir desde já a auxiliar as obras que se fazem naquelle navio.

Idem. OFFICIO ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros. — Exigindo um Officio, por aquelle Ministerio, dirigido ao Ministro de Sua Magestade em París, para recomendar os officiaes-engenheiros navaes que vão partir para França, para se instruirem nos objectos de sua profissão, e bem assim para que os ditos officiaes sejam recommendados a alguma casa de commercio para lhes abonar as respectivas mezadas, que serão pontualmente pagas pelo cofre da Marinha.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Mandando abonar, aos dois officiaes engenheiros navaes que vão para França, para se instruirem nos objectos de sua profissão, a mezada de 60\$000 réis a cada um, durante o tempo que se conservarem neste serviço; devendo-se, daquella mezada, abonar ás respectivas familias 20\$000 réis; e bem assim para abonar aos ditos officiaes, para despesas da sua viagem, a quantia equivalente a tres mezes dos seus respectivos vencimentos.

Idem. PORTARIA ao Director da escola de construcção naval. — Dando-lhe conhecimento da Portaria supra; e bem assim para fazer saber aos ditos officiaes engenheiros navaes, que hão de partir para França no vapor *Tage*, devendo o mesmo Director dar-lhes as necessarias instrucções, de que remetterá cópia para a Secretaria da Repartição.

12. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India, e ao Contador Geral da Marinha. — Communicando-lhe o ter a Agencia financial em Londres remettido, em 24 de Março ultimo, a quantia de 250 libras esterlinas para as despesas da construcção da fragata *D. Fernando*.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — nomeando commandante do brigue *Villa Flor* o Capitão Tenente, José Bernarda da Silva.

13. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Para proceder ao completo desarmamento do brigue *S. Boaventura*, assim de se poder começar o concerto de que aquelle navio precisa.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Constando a Sua Magestade a Rainha que alguns officiaes d'armada, na occasião de serem nomeados para embarque, dão parte de doentes, e apresentam differentes pretextos para se eximirem daquelle serviço :

manda a mesma Augusta Senhora, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, declarar ao Major General d'Armada, para seu conhecimento e mais devidos effeitos, que não deve admitir escusas de qualquer natureza que sejam, aos que estão na escala dados como promptos; e a todos aquelles que não forem julgados legal e opportunamente como impossibilitaos pela Junta de Saude naval, e que se escusarem, quando nomeados para embarque ou para outro serviço, os mandará logo responder a Conselho de Guerra, sem dependencia de nova e especial Portaria; dando, nessa occasião, parte dos motivos que allegaram, e de contra elles ter procedido, pela fórma ordenada; informando ao mesmo tempo sobre o merecimento e circumstancias destes officiaes, e se já por alguma outra vez se recusaram a um similhante serviço, afim de que Sua Magestade possa resolver como for de justiça e de necessidade para a disciplina d'Armada, e tomar em consideração as exigidas informações quando se tratar de promoções no corpo da mesma armada. Paço das Necessidades, em 15 de Abril de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA ao Inspector do Arsenal. — Para fornecer ao Inspector das Obras Publicas quinhentas e quarenta duzias de taboas da terra, de doze palmos de comprido, e trezentos e cincoenta barrotes da terra, de vinte palmos, para a obra do quartel do regimento de granadeiros da Rainha.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Para exigir do commandante da companhia dos Guardas Marinhas um mappa dos alumnos das aulas de francez e inglez que têm sido examinados nas mesmas linguas, e dos que têm conseguido melhor aproveitamento.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Para remetter para este reino oitenta saccas de pimenta e trinta caixas de cêra, enviadas ao Esmoller-Mór pelo Sub-Delegado da Bulla naquelle Estado.

18. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Para mandar recolher a corveta *Oito de Julho* e a escuna *Boa Vista*.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Autorisando-o para nomear para embarcar quaesquer officiaes subalternos que, tendo os estudos da marinha, se acham frequentando, com licença, o curso de varias sciencias da escola polytechnica.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Ordenando que se não abonem aos officiaes e mais praças, que compozerem o destacamento que, de bordo da corveta *Urania*, tem de servir de guarnição na escuna *Esperança*, outros vencimentos além daquelles que lhes pertencem como se continuassem de guarnição na mesma corveta á qual effectivamente pertencem.

Idem. Desembarcados por desarmamento do brique *S. Boaventura*. — Commandante, o Primeiro Tenente, Francisco de Assís e Silva; os Segundos Tenentes, Placido José de Sousa, e Raymundo

Caetano de Oliveira Lobo; Cirurgião, Caetano Felix de Almeida; e o Escrivão encarregado, Constantino Xavier da Silva Freire.

Idem. PORTARIA ao Governador General d'Angola. — Approvando as medidas que tomou, afim de reprimir a revolta dos gentios nos differentes districtos daquella provincia; e pedindo-lhe uma proposta de recompensas honorificas para os individuos que mais as tenham merecido neste serviço.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Para fazer transportar, na primeira occasião, para esta capital os officiaes da guarnição da escuna *Amelia*.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Remettendo-lhe o requerimento do Governador de Benguella, Miguel Xavier de Moraes Rezende, que pede retirar-se da provincia, afim de o deierir como for de justiça.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Approvando a abolição dos emolumentos que costumam pagar, pelos feixos dos daspachos, as embarcações de cabotagem, cujo frete não chegue a 40\$000 réis; e para declarar se nos portos das outras ilhas se exigem direitos e despezas, que não estejam marcados no regulamento provisional da alfandegã.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Comunicando-lhe que o regulamento provisional das alfandegas daquella provincia sómente deverá ter execução em quanto não estiver sancionado o regulamento das alfandegas do Ultramar.

19. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Communicando-lhe o ter fallecido, em Angola, o Segundo Tenente d'Armada, José Joaquim Leone.

Idem. OFFICIO ao Ministerio da Guerra. — Declarando que os dois mil correames requisitados para o exercito da India, devem ser mil de caçadores e mil de infantaria.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Para propor um official habil que vá a Inglaterra tratar da compra de artilheria para a não *Vasco da Gama*; e bem assim fazer os ajustes da compra de um barco a vapor; designando os vencimentos que deve levar o official proposto.

Idem. PORTARIA ao Governador das ilhas de S. Thomé e Principe. — Remettendo-lhe tres orçamentos de differentes provincias do Ultramar, para por elles formalisar um daquellas ilhas.

Idem. Armamento do brigue *Villa Flor*. — Commandante, o Capitão Tenente, José Bernardo da Silva.

20. PORTARIA ao Major General. — Ministerio da Marinha. — Manda Sua Magestade a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que o Major General d'Armada faça proceder a um Conselho de investigação sobre os motivos porque o Primeiro Tenente d'Armada, Paulo Centurini, commandante do brigue-escuna *Fouga*, entrando hontem neste porto, d'onde havia sa-

bido no dia 3 de Fevereiro ultimo, com destino de cruzar na costa do Algarve, não pôde preencher regularmente a sua Commissão, conservando-se por tanto tempo retirado da dita costa, que chegou a tornar duvidosa a sua existencia; e bem assim sobre as causas por que, com setenta e seis dias de viagem, se achava a guarnição reduzida á mingoa de viveres e agoa, quando o dito brigue-escuna fôra fornecido para noventa dias, e tinha tanques de ferro para a sua agoada: devendo o referido Major General remetter, sem demora, a esta Secretaria d'Estado o resultado do mesmo Conselho, para ser presente á mesma Augusta Senhora. Paço das Necessidades, em 20 de Abril de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Para fazer assentar praça de marinheiros aos treze individuos vadios constantes da relação que se lhe remette; e bem assim para fazer embarcar na corveta *Urania* aquelles que vão not-dos como artistas para assentarem praça na companhia de sapadores d'Angola.

Idem. PORTARIA ao commandante do batalhão naval. — Concedendo passagem para o exercito ao Aspirante a official do batalhão naval, José de Mello Carneiro Zagallo.

Idem. PORTARIA ao Procurador Geral da Corôa. — Remettendo-lhe, para informar, o requerimento do bacharel, José Xavier Pereira de Macedo, que pede entrar no quadro da Magistratura.

Idem. PORTARIA ás Juntas de Fazenda de Cabo Verde e Moçambique. — Para remetterem uma conta dos vencimentos que nella recebeu o Brigadeiro, Joaquim Pereira Marinho.

21. CARTA DE LEI. — Pela qual Sua Magestade a Rainha sancionou o Decreto das Côrtes Geraes, de 7 do corrente mez, que torna extensivo aos filhos de todos os individuos que serviram a usurpação, e que tivessem patentes de officiaes de primeira linha ou d'armada, e bem assim aos filhos daquelles que, tendo postos adquiridos sob o dominio do usurpador, lhe foram garantidos em recompensa de serviços feitos á causa da liberdade, o beneficio concedido aos filhos dos officiaes do exercito, pela Carta de Lei de 17 de Novembro de 1841, que restabeleceu a classe dos Aspirantes a officiaes.

Idem. OFFICIO ao Secretario da Camara dos Srs. Deputados. — Remettendo-lhe o mappa n.º 2, dos bens dos conventos da India, que se têm vendido até 19 de Fevereiro passado.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Remettendo-lhe a factura de trinta pessas de cabo de cairo que, do Arsenal da Marinha de Goa, se remettem na fragata *D. Maria*.

22. PORTARIA ao Governador Civil do Funchal. — Participando-lhe, em resposta ao seu Officio de 15 de Setembro ultimo, que o abono das pensionistas da Marinha, que percebem vencimentos por aquelle districto, deve ser feito em presença das guias que para esse effeito forem expedidas por esta Repartição ou pelo Thesouro.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Para fornecer á corveta *Urania* os mantimentos e agoada que requisitar.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Approvando o seu formulario de correspondencia.

Idem. OFFICIO ao Ministério do Reino, e Portaria ao Governador Geral da India. — Remettendo-lhes uma relação dos objectos necessarios para a typografia de Goa, afim de os mandar promptificar.

Idem. PORTARIA ao Conselho de Saude Naval. — Para informar quaes são os generos que convem mandar vir de Goa em troca dos medicamentos que para o hospital daquella cidade se hajam de fornecer.

Idem. PORTARIA CIRCULAR aos Governadores do Ultramar. — Remettendo-lhes o modello pelo qual, em um só Officio, devem accusar a correspondencia official de cada mala.

24. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Nomeando o Segundo Tenente, Roberto Theodorico da Costa e Silva, para commandante do hyate *Santa Isabel*, que se destina para Cacheu.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Approvando o ter feito cessar o abono de 60 xerafins que percebia o Director da alfandega de Pangim, Cypriano Silverio Rodrigues Nunes.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Approvando a tabella dos preços das obras que se imprimem na typografia daquelle Estado.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Approvando a redução do batalhão provisório a duas companhias.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Remettendo-lhe a relação nominal dos artistas que são mandados transportar para aquella província na corveta *Urania*.

25. PORTARIA ao Director do observatorio de marinha. — Para, de accordo com o commandante da companhia dos Guardas Marinhas, e Inspector do Arsenal, removerem para o edificio da academia dos Guardas Marinhas os instrumentos e mais objectos pertencentes ao observatorio de marinha, que foram salvados ao incendio que houve na escola polytechnica; e designando o local em que devem continuar as lições que ainda faltam no anno lectivo.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Tendo, por este Ministerio, subido ao conhecimento de Sua Magestade a Rainha o zelo e esforços empregados pelo Major General d'Armada, Inspector do Arsenal, e seus Ajudantes, pelos commandantes dos navios de guerra, e mais officiaes, Guardas Marinhas, e Aspirantes da mesma armada, e bem assim pelas guarnições dos ditos navios, e pelo constructor, mestres, e operarios do Arsenal da Marinha, por occasião do incendio que, no dia 22 do corrente, devastou inteiramente o edificio da escola polytechnica, zelo e esforços que concorreram para a salvação de muitos objectos de valor, e para que o incendio se não estendesse, como chegou a ameaçar, aos edificios

circumvisinhos. Manda a mesma Augusta Senhora, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, louvar em Seu Real Nome o referido Major General, e mais chefes, officiaes, empregados, e operarios, que naquella occasião prestaram tão valiosos serviços, determinando que esta Portaria seja transcripta na Ordem d'Armada e no Diario do Governo, para satisfação de todos os mencionados individuos. Paço das Necessidades em 25 de Abril de 1843. = *Joaquim José Falcão.*

Idem. OFFICIOS ao Major General, e ao Contador Geral da Marinha. — Communicando-lhes o ter fallecido em Benguella o Segundo Tenente d'Armada, Victorino do Nascimento Teive.

Idem. PORTARIA ao Major General. — Participando-lhe, que d'ora em diante se deverá publicar na Ordem mensal d'Armada a relação nominal de todos os passageiros, empregados civis e militares, ou artistas, que por conta do Estado forem transportados para o Ultramar.

Idem. PORTARIA ao Bispo de Macáo. — Remettendo-lhe, para o tomar em consideração, o requerimento do egresso Manoel de Santa Maria, que pede seja mandado para a Missão de Timor.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Sendo conveniente melhorar do modo possivel o serviço de saude naval na estação da costa d'Africa Occidental, para o que certamente seria de summa vantagem, que no ancoradouro de Loanda houvesse um casco de navio, que podesse servir de hospital onde se recolhessem os doentes, ou pelo menos os convalescentes, que sahindo dos hospitais de terra n'um estado de saude precaria, e expondo-se livremente pela cidade, ou aos raios do sol, ou á cacimba da noite, são pela maior parte victimas de uma recabida mortal: Manda a Rainha pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que o Governador Geral da provincia d'Angola, logo que as circumstancias o permittam, ajuste com qualquer proprietario algum navio dos que, demandando o porto de Loanda, se achar incapaz de navegar no alto mar, e cujo casco seja proprio para aquelle serviço, que sendo pela sua importancia bastante para compensar a pequena despeza que ocasionará esta aquisição, não será com tudo o unico em que poderá utilizar-se o dito casco, pois que tambem poderá servir de deposito temporario de marinhagem e materiaes dos navios de guerra da estação, de registo do porto, de prisão, e de outros misteres semelhantes. Paço das Necessidades em 25 d'Abril de 1843. = *Joaquim José Falcão.*

Idem. PORTARIA ao Governador de Cacheu. — Para prestar ao commandante do hyate *Santa Isabel*, que ahi vai cortar madeiras para o Arsenal, todos os auxilios de que carecer.

26. PORTARIA á Junta da Fazenda d'Angola. — Remettendo-lhe a factura de 1.000 arrobas de polvora, e communicando-lhe o enviar-se pela corveta *Urania*, por conta daquella factura, 140 arrobas de polvora grossa.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Para remetter a esta Secretaria d'Estado copias de todos os foraes e tombos dos prazos da Corôa sitos em Damão.

Idem. PORTARIA ao Bispo eleito de Cochim. — Respondendo ao seu officio de 22 de Janeiro ultimo, relativo ás usurpações feitas pelos Bispos da Propaganda.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Remettendo-lhe as facturas de 1.400 arrobas de polvora, na importancia de 11:483\$833 réis, sendo 400 para Cabo Verde, e 1.000 para Angola.

27. PORTARIAS á Junta da Fazenda de Cabo Verde, e ao Governador Geral. — Para abonar os vencimentos aos membros nomeados para a Commissão mixta naquellas ilhas, e communicando-lhes as nomeações dos mesmos.

Identica se expedio ao Governador Geral d'Angola.

Idem. OFFICIO a João Pedro Migueis de Carvalho. — Remettendo-lhe, para fazer chegar ao conhecimento de Sua Santidade, a Carta Regia de nomeação do Dr. José Maria da Silva Torres, para Arcebispo de Goa, bem como a copia da mesma Carta, e o processo de habilitação.

28. OFFICIO ao Ministerio da Fazenda. — Remettendo todos os papeis relativos á questão dos interessados na carga da charrua *Magnanimo*.

Idem. PORTARIA ao Major General. — Ordenando o desarmamento do brigade-escuna *Vouga*.

Idem. O Conselho d'investigação, a que respondeu o Primeiro Tenente, Paulo Centurine. — Foi de parecer que os motivos, por que o dito Primeiro Tenente não desempenhou exactamente a commissão, tiveram origem na força maior do tempo, que quasi sempre foi má; no má estado do panno mais essencial; e na qualidade da armação do navio: julgando por isto a sua conducta justificada.

Relação dos passageiros do Estado que foram para os seus destinos a bordo da Curveta Urania, a qual sahio deste porto de Lisboa em 27 d'Abril de 1843.

NOMES	EMPREGOS	DESTI- NOS	
Euzebio Catella de Lemos Falcão	} Membros da Commissão Mixta em Loanda.	} Angola	
José Angelo de Barros.			
Luiz de Sousa Cadaval Fer- raz.	} Sargento.		
Severo Pereira			
Anacleto José Lopes.	} Artistas que se engajaram volun- tariamente para irem servir na Companhia de Sapadores de Angola, com as vantagens que se lhes offereceram pelo annun- cio da respectiva Secretaria d'Estado, publicado no Diario do Governo n.º 62, de 15 de Março ultimo.		
Maximo José Nunes da Costa			
Francisco Joaquim No- gueira			
João Maria Barboza			
Antonio da Fonseca			
Herculano de Sá Corrêa	} Cirurgião que vai servir em um dos navios de guerra estacio- nados em Angola.	} Cabo Verde	
Francisco José Soares, sua mulher, dois filhos, e duas filhas.			
Ernesto de Paiva Pereira.	Alferes de Angola.		} Ilha da Madeira
Ladisláo Benevenuto dos Santos	} Membro da Commissão Mixta na ilha da Boa Vista.		
Joaquim Ferreira Juliano.		Sargento.	
Miguel Maria Gomes de Andrade Leiros.	} Aspirante do Thesouro, que vai de Visitador á extincta Conta- doria da Fazenda do Districto do Funchal.		

MÉRCEES HONORIFICAS

CONCEDIDAS PELA REPARTIÇÃO DA MARINHA E ULTRAMAR.

Synopse.

MARÇO DE 1843.

2. PORTARIA ao Major de Moçambique, João da Costa Xavier. — Communicando-lhe o ter sido condecorado com a commenda de Aviz.

3. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Participando-lhe que foi agraciado com o habito de Aviz o patrão-mór do Arsenal, Antonio Antunes.

15. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Communicando-lhe que, por Decreto de 7 do corrente, foi agraciado Arsenio Pompilio Pompeo del Capo com a commenda de Christo.

21. PORTARIA ao commandante do batalhão naval. — Participando-lhe que foi agraciado com o habito de Aviz o Capitão, Pedro Victor da Costa.

22. OFFICIO ao Major de Bissáo, Caetano José Nosoline. — Communicando-lhe ter sido nomeado cavalleiro de Aviz, por Decreto desta data.

29. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Communicando-lhe que, por Decreto de 15 do corrente, foi nomeado cavalleiro da ordem da Conceição, o negociante de Benguella, João Maria de Sousa e Almeida.

ABRIL.

6. DECRETO Nomeando cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, por se achar para isso habilitado, na conformidade da lei, ao Major da extincta brigada de marinha, José Joaquim Hermano.

12. OFFICIO ao Governador Geral de Cabo Verde. — Communicando-lhe o ter sido nomeado cavalleiro de Aviz o Tenente Coronel, Joaquim Pereira da Silva.

REGULAMENTO

DA

SECRETARIA D'ESTADO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E DO ULTRAMAR,

Promettido a pag. 95.

Artigo 1.º

A Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar fica dividida em duas grandes Secções: a primeira da Marinha, e a segunda do Ultramar; ambas debaixo da direcção geral do Official Maior; e cada uma debaixo da direcção immediata de um Chefe de Secção. Cada Secção será subdividida nas Repartições, que adiante se estabelecem, ou naquellas, que de futuro se julgarem necessarias.

Artigo 2.º

Na falta, ou impedimento do Official Maior, fará as suas vezes o Chefe de Secção mais antigo; e na falta, ou impedimento dos Chefes de Secção, farão as suas vezes os Chefes de Repartição, ou os empregados, que o Ministro designar. Os Chefes de Repartição serão escolhidos sem precedencia de antiguidade d'entre os Officiaes e Amanuenses da primeira classe de mais prestimo e capacidade.

Artigo 3.º

O Ministro poderá despachar immediatamente não só com o Official Maior e Chefes de Secção, mas tambem com os Chefes de Repartição, sobre os negocios, de que cada um estiver encarregado; e da decisão, ou despacho se dará conhecimento ao respectivo Chefe de Secção.

Artigo 4.º

Da Secção de Marinha.

A Secção de Marinha é dividida em tres Repartições.

A primeira comprehende todo o expediente, e correspondencia com as Autoridades e Repartições subordinadas ao Ministerio da Marinha, no reino e ilhas adjacentes.

A segunda comprehende o expediente, e correspondencia com os outros Ministerios, com as Côrtes, e com todas as Repartições e Autoridades não dependentes do Ministerio da Marinha.

A terceira tem a seu cargo a entrada geral de toda a correspondencia official, requerimentos, e mais papeis da Secção de Marinha, para d'ahi passarem ás Repartições a que competirem; e bem assim

a sua sahida com a nota do andamento, decisão, ou despacho, que tiverem. A esta Repartição compete especialmente todo o processo, ou expediente de negocios, que não for privativo das outras duas Repartições, ou que for commum a ambas.

Nos livros de entrada se consignará, além do numero, que a cada officio ou requerimento pertence, a sua data, o dia da entrada, e todo o seguimento que tiver até á conclusão do negocio; no proprio documento se indicará a referencia que elle tiver a qualquer antecedente, que se juntará quando for necessario.

Artigo 5.º

Em cada uma destas Repartições haverá tantos livros de registo, quantos forem necessarios para mais regular divisão dos trabalhos e correspondencia.

Artigo 6.º

Da Secção do Ultramar.

A Secção do Ultramar é dividida em quatro Repartições, tendo cada uma a seu cargo a direcção e expediente dos negocios das diferentes provincias ultramarinas, pela fórma seguinte:

A primeira do Estado da India, Macáo, Solor e Timor.

A segunda da provincia de Angola.

A terceira da provincia de Moçambique.

A quarta das provincias de Cabo Verde, e S. Thomé e Principe.

Artigo 7.º

Os negocios, que não forem privativos a cada uma destas quatro Repartições, serão comettidos áquella, que o Chefe de Secção designar.

Artigo 8.º

Cada uma destas Repartições terá um livro especial de entrada, e outro de sahida da correspondencia official, os quaes ficarão a cargo de um só empregado, e serão escripturados conforme fica disposto no § 4.º do art. 4.º

Artigo 9.º

Além dos Livros do Registo communs a toda a Secção, como de Decretos, Cartas Regias, Circulares, Requerimentos, etc., haverá mais em cada Repartição tantos livros, quantos se julgarem necessarios para o expediente della.

Artigo 10.º

Todos os documentos relativos a contas, e despezas de fundos, e orçamento, serão remettidos á Secção de Contabilidade, a fim de alli serem examinados, e sobre os mesmos se proseguir nos exames, escripturação, e mais processos, que lhe estão determinados no seu respectivo Regulamento.

Artigo 11.º

Do Archivo.

1.º O Archivo da Secretaria será encarregado a um Official, ou Amanuense, nomeado pelo Ministro para este effeito, o qual poderá ser coadjuvado por algum outro empregado de qualquer das Secções, designado pelo Official Maior.

2.º O Archivo será classificado em harmonia com a divisão dos trabalhos, que vão designados neste Regulamento.

3.º Far-se-ha no mesmo Archivo a conveniente distincção por épocas geraes, e entre estas se distinguirá a que respeita ao tempo decorrido de Julho de 1833 em diante.

4.º Formar-se-ha successivamente catalogos, que melhor possam distinguir os negocios, que alli existem, e as respectivas épocas.

Artigo 12.º

Do Official Maior.

O Official Maior é nesta qualidade o Chefe de toda a Secretaria, e Inspector do Archivo geral; pertencendo-lhe:

1.º Dar direcção immediatamente para as Secções competentes a toda a correspondencia official, requerimentos, e mais papeis, que entram na Secretaria.

2.º Fiscalisar, que os negocios em geral tenham o mais rapido processo, apresentando, ou fazendo-os apresentar ao despacho do Ministro, depois de promptos; emittindo por escripto, ou verbalmente, a sua propria informação, se assim o julgar necessario.

3.º Designar para cada Secção, de accordo com o respectivo Chefe, os empregados, que julgar necesarios, em proporção dos trabalhos de cada uma dellas; e d'entre elles propor os que forem mais habéis para Chefes de Repartição, em conformidade com o art. 2.º

4.º Assignar os diplomas, que carecerem da sua assignatura, os reconhecimentos chamados de India e Mina, as folhas de ordenados, as liquidações, que se passarem por vencimentos de empregados na Secretaria, e quaesquer outros documentos, ou papeis officiaes, que forem communs a ambas as Secções.

5.º Vigiar pela economia da mesma Secretaria, fazer escripturar as despesas della, e ordenar o pagamento das respectivas contas.

6.º Fazer observar as disposições da Junta dos Officiaes Maiores das Secretarias d'Estado, em tudo o que respeita á arrecadação e escripturação dos emolumentos.

7.º Manter a ordem e regularidade do serviço, dividindo o trabalho, que accrescer em uma Secção, pelos empregados que na outra o poderem desempenhar, e fazendo conservar na Secretaria a necessaria subordinação de cada empregado para com o seu respectivo Chefe.

8.º Propor ao Ministro as promoções, a que possam ter direito dentro do respectivo quadro, os empregados, que mais se distinguirem por seu bom serviço e comportamento; e bem assim as admoestações, e mesmo reprehensões, de que qualquer se tornar merecedor. O Official Maior poderá conceder até oito dias de licença aos empregados da Secretaria, entendendo-se para isso com o Chefe da respectiva Secção, por cujo intermedio a licença deverá ser pedida. As licenças de maior praso só poderão ser concedidas pelo Ministro.

9.º Vigiar o serviço dos Correios, dando-lhes licença temporaria, quando provarem ter necessidade della; suspender os quando prevaricarem, ou forem remissos; e propor pessoa para estes logares, quando os haja vagos.

Artigo 13.º

Dos Chefes de Secção.

Aos Chefes de Secção compete:

1.º A direcção immediata de todos os negocios da sua Secção, fazendo distribuir pelas respectivas Repartições a correspondencia, e mais papeis, que a cada uma pertencerem.

2.º Vigiar porque o serviço de cada Repartição se faça com a necessaria uniformidade, e que o expediente ande sempre em dia.

3.º Apresentar directamente ao Ministro, ou ao Official Maior, se este o exigir, os negocios já processados, e informados em cada Repartição, esclarecendo-os com a sua propria informação, se o julgar necessario. Os papeis de cada Secção subirão em pastas separadas com o titulo, que as distingue.

4.º Assignar as copias e certidões, que se extrahirem dos livros da sua Secção, e todo o expediente preparatorio della.

5.º Propor ao Official Maior os empregados da sua Secção, que julgar mais habilitados para presidirem ás differentes Repartições; e bem assim a substituição, que tiver por necessaria, dos empregados de uma Secção pelos da outra.

6.º Classificar, e marcar para cada Repartição os livros do registo, que forem necessarios.

7.º Reunir em conferencia os Chefes de Repartição, para se discutir o que a respeito de qualquer negocio mais grave se deve informar, ou propor ao Ministro. Estas conferencias terão logar sempre que o Chefe de Secção as ordenar, ou quando forem pedidas pelo Chefe da Repartição, a que o negocio pertencer; consignando-se o resultado das mesmas conferencias em um registo especial, para poder ser consultado em qualquer tempo. Igualmente nestas conferencias se tratará dos negocios, que devem ser publicados no Diario, ou em outros jornaes, fazendo extractar o que se julgar conveniente dos Relatorios annuaes, que devem mandar as Autoridades Superiores da Marinha, ou os Governadores do Ultramar, e de quaesquer

outros documentos, que mereçam essa publicação, a qual nunca se levará a effeito sem conhecimento prévio do Ministro d'Estado.

8.º Dar parte ao Official Maior de qualquer falta, ou abuso committido pelos empregados da sua Secção, para este providenciar como for conveniente.

Artigo 14.º

Dos Chefes de Repartição.

Aos Chefes de Repartição compete:

1.º O mais prompto processo e expediente dos papeis, e negocios, que passam á sua Repartição, fazendo-lhes dar immediata entrada, quando tenham para isso livro especial, e passando-os, logo que se achem extractados, ou informados, ao Chefe da sua Secção, debaixo de capa, que designe a Repartição, a que pertencem. Se algum dos mesmos negocios for de gravidade tal, que sobre elle se não julguem sufficientemente habilitados a emittir a sua informação, ou opinião, poderão pedir para este effeito a conferencia designada no art. 13.º §. 7.º

2.º Responder pela exactidão das copias ou certidões, que se extrahirem dos livros, ou documentos da sua Repartição; bem como vigiar por aquella dos registos, pelos quaes serão responsaveis os empregados, que delles forem encarregados.

3.º Fazer annotar nos livros de registo á margem dos Decretos, Portarias, e quaesquer outras ordens do Ministerio, o cumprimento, ou seguimento que tiveram da parte das Autoridades ou Repartições, a quem competio a sua execução.

4.º O averbamento dos Decretos ou Portarias, em virtude das quaes se passam diplomas a quaesquer individuos.

5.º Formalisar todos os mezes uma estatística dos negocios entrados, resolvidos, ou pendentes na sua Repartição, sobre os quaes deverão, sempre que lhes forem exigidas, dar as necessarias informações.

6.º Dar conhecimento ao Chefe da Secção de qualquer omissão, que encontrarem da parte de alguma Autoridade, e que possa causar demora, ou andamento illegal nos negocios.

Artigo 15.º

Das habilitações e accessos.

1.º Nenhum individuo será admittido a praticar na Secretaria d'Estado, sem que, além de boa educação, e comportamento moral, mostre ter os conhecimentos indispensaveis de grammatica portugueza, arithmetica, e geografia; bom character de letra; e perfeito conhecimento de alguma das duas linguas franceza ou ingleza.

2.º Os Praticantes são exclusivamente os candidatos aos logares de Amanuenses da segunda classe, estes aos de primeira classe, e assim por diante, dado o caso de vagatura no quadro legal.

3.º Nenhum Praticante poderá ser despachado Amanuense da

segunda classe, sem que, além das habilitações acima exigidas, tenha pelo menos um anno de tirocinio effectivo na Secretaria, e se mostre perfeitamente habilitado em extractar e redigir. Para este fim será examinado por uma Commissão de tres Chefes de Repartição, nomeada *ad hoc* pelo Official Maior, o qual com a sua informação fará subir o resultado do exame ao conhecimento do Ministro.

4.º Nas promoções de Amanuense da segunda para a primeira classe, e desta para a de Officiaes Ordinarios, se attenderá primeiro que tudo ao prestimo, e bom serviço dos empregados, e em iguaes circumstancias, á maior antiguidade relativa, precedendo informação do Official Maior.

Artigo 16.º

Do Porteiro e Guarda-Livros.

O Porteiro e Guarda-Livros é o chefe immediato de todos os empregados externos da Secretaria, como, Ajudantes do Porteiro, Continuos, e Correios; compete-lhe nesta qualidade:

1.º Distribuir, e vigiar o serviço dos ditos empregados, dando parte ao Official Maior da Secretaria, ou a quem suas vezes fizer, das faltas que cometerem.

2.º Vigiar pelo arranjo e ordem do Archivo da Secretaria, debaixo da inspecção do empregado encarregado do mesmo, e bem assim pela limpeza, e acção da Secretaria, e pela guarda e conservação dos moveis e mais objectos, que lhe pertencem; para o que lhe é abonada a despeza para um moço.

3.º Lançar até ao dia immediato no livro da porta todos os despachos ou destino, que tiverem os requerimentos entrados na Secretaria, na conformidade das notas, que lhe forem dadas pelas respectivas Secções.

4.º Satisfazer ao que lhe for ordenado pelo Official Maior, ou em seu nome pelos Chefes de Secção; e ás requisições dos Chefes de Repartição, relativamente ao serviço.

5.º Fechar, e fazer fechar a correspondencia, que da Secretaria se lhe passar para esse fim.

6.º Sellar as patentes e mais documentos, que exigem essa authenticidade, tendo debaixo de sua guarda os respectivos sellos.

7.º Comunicar competentemente os recados dos pretendentes, dando-lhes as declarações necessarias, e os documentos que lhes devem ser entregues, de que exigirá recibo; tratando-os, e fazendo-os tratar com a devida urbanidade.

8.º Comprar todos os objectos necessarios para o expediente da Secretaria, como livros, papel, etc., dando de tudo conta em fôrma ao Official Maior.

9.º Fazer conservar na casa da porta, e mais ante-camaras da Secretaria, tanto da parte dos seus subordinados, como da dos pretendentes, a necessaria ordem, não permittindo altercações, nem disputas.

10.º Os moveis, e mais objectos do serviço da Secretaria, serão descriptos em um livro de inventario, que será assignado pelo Official Maior e pelo Porteiro, ficando este responsavel por qualquer falta ou extravio. Quando algum dos objectos inventariados se inutilisar no serviço, far-se-ha no dito livro a nota necessaria.

Artigo 17.º

Do Ajudante do Porteiro.

O Ajudante do Porteiro e Guarda-Livros, faz na ausencia deste, e em tudo, as suas vezes; e estando elle presente, executa o que lhe determinar, e o ajuda no desempenho das suas obrigações.

Artigo 18.º

Dos Continuos e Correios.

Os Continuos e Correios devem executar promptamente as ordens do Porteiro e Guarda-Livros, sendo responsaveis por qualquer falta de fidelidade e exactidão no cumprimento de suas respectivas obrigações. Os Correios só podem sahir em serviço da Repartição por ordem do Porteiro e Guarda-Livros, excepto quando receberem ordem immediata do Official Maior, ou de quem suas vezes fizer: do que darão conhecimento ao mesmo Porteiro.

Artigo 19.º

Disposições geraes.

1.º Todos os empregados internos e externos da Secretaria, cujas obrigações não vão especificadas neste Regulamento, se dirigirão no serviço de que forem encarregados, pelas instrucções e ordens, que lhes forem dadas pelo Official Maior, ou por seus respectivos chefes.

2.º O empregado, que sem motivo rasoavel se negar a fazer o serviço, que lhe for designado, o que se mostrar insubordinado, ou que depois de advertido não acceitar a advertencia, dando por esse modo escandalo, e máo exemplo aos seus collegas, será suspenso pelo Official Maior, ou quem suas vezes fizer, o qual participará logo ao Ministro, para este resolver o que melhor entender.

3.º A entrada na Secretaria é para os empregados internos ás dez horas da manhã, e a sahida ás quatro horas da tarde: exceptuam-se desta disposição o Official Maior, e Chefes das duas Secções, que permanecerão na Secretaria todo o tempo, que o Ministro se demorar, ou que for necessario para o melhor expediente da Secretaria.

4.º O empregado que faltar ao serviço diario, dará logo parte do motivo ao seu respectivo Chefe de Secção, e este a communicará

ao Official Maior ; e se for por molestia, remetter-lhe-ha, dentro em tres dias, certidão do facultativo que o tratar, a qual será renovada todas as vezes que o Official Maior o exigir, se a molestia se prolongar.

5.º Apesar de chegada a hora da sahida, nenhum empregado se retirará sem que o Official Maior dê os trabalhos por concluidos, ou sem a sua prévia permissão,

6.º A excepção do Official Maior e Chefes de Secção, a nenhum empregado é permittido em horas de expediente sair da Secretaria para tratar negocios, quer seja dentro, ou fóra do edificio, sem permissão do respectivo chefe, conservando-se sempre em seus logares, que deverão tomar logo que entrem na Secretaria.

7.º A entrada do Porteiro, e mais empregados externos, será uma hora antes da acima marcada, e a sahida depois de concluidos todos os trabalhos da Secretaria.

8.º É expressamente prohibido aos empregados subalternos receber requerimentos das mãos das partes, e entregar-lhes Portarias, ou Officios.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, em 15 de Fevereiro de 1843.

Joaquim José Falcão.

DOCUMENTOS ULTRAMARINOS**EXTRAHIDOS DO ARCHIVO DA SECRETARIA D'ESTADO.**

MEMORIA**RESULTANTE DO INQUIRITO INDUSTRIAL EM TIMOR.***Pelo Tenente Coronel Frederico Leão Cabreira, Governador da Capitania.*

(Continuada de pag. 191.)

ARTIGO 4.º**DA INDUSTRIA MINERALOGICA EM TIMOR.***Estado deste ramo de industria.*

§ 1.º A industria mineralogica em Timor é totalmente nulla; e o pouco que neste ramo se consegue, é mais devido á natureza do que á arte. Ha ouro, ha tambaque, ha enxofre, ha sal pedra, ha oleo petrolio, ou naphtha, e ha differentes agoas mineraes; mas de que serve haver tudo isto, se não ha quem saiba extrahil-o, nem aproveital-o como convem?!!! Mais por casualidade que por industria, se obtem, em pequenas porções, algum destes objectos; porém das aguas se não conhecem até agora as propriedades, por não ter havido quem, com os precisos conhecimentos, as examinasse. Todas estas produções se encontram em logares asperos, deshabitados, e distantes desta praça, vinte, trinta, e mais legoas: os Governadores não podem. assim pelas ditas distancias, como pelas occupações ordinarias do cargo, ir por si mesmos examinal-os, ainda que tivessem os conhecimentos necessarios: não têm pessoas habeis por quem mandem fazer taes exames; e portanto, pouco ou nenhum fructo se póde tirar das informações

geraes e vagas, que, a tal respeito, se conseguem de pessoas curiosas, mas faltas da necessaria instrucção.

Da extracção do ouro.

§ 2.º O ouro se acha aqui em differentes logares, principalmente no reino de Bebessusso, no de Turiscão, na de Foulão, no de Tituluro e Maubésse, e nas jurisdicções de Samoro. Em uns apparece nas ribeiras, depois das cheias do inverno, e em outros nas cavidades montanhosas, que é d'onde mais geralmente o tiram. Os indigenas conduzem as terras das mesmas montanhas, ás costas de homens e mulheres, ou em cargas de cavallos, para as ribeiras; e alli as lavam repetidas vezes sobre umas pedras mui lisas que para isso têm. As partes terreas se vão dissolvendo na agoa que escorre, e o ouro fica em pequenas laminas, ou grãos como de arêe grossa, sobre as mesmas pedras. Juntam-no depois na parte occa das pennas de alguns passaros, e assim o trocam geralmente pelos pannos de que precisam para se cubrir; porque na maior parte dos ditos logares, por serem nimamente frios, não se produz o algodão. Praticam quasi o mesmo com as terras removidas pelas correntes de algumas ribeiras; mas isto não é tão geral. Esta foi a informação que, a tal respeito, obtive de um official dos mais intelligentes, e antigos no paiz, que vive ha muitos annos no primeiro dos indicados reinos. Estou certo que se houvesse quem soubesse dirigir os trabalhos da mineração, e gente para fazel-a, se conseguiria em bastante abundancia este precioso metal.

Embaraços que encontram os indigenas na extracção do ouro.

§ 3.º Do que fica dito se conclue que os indigenas só cuidam em procurar o ouro, quando o precisam para o trocar por paunos; e conseguida a pequena quantidade que para isso basta, não se cançam em procurar mais. Além disto, se os Reis e Chefes das povoações sabem que alguém do povo acha qualquer pedaço um pouco maior que os grãos ordinarios, ou em maior quantidade do que aquella que geralmente procu-

ram, os perseguem sob o titulo de feiticeiros que denominam =suangues= matam os chefes das familias por este supposto crime, e vendem o resto como escravos. Estes procedimentos mandei eu prohibir, por um rigoroso Bando, no anno proximo passado: mas estou certo que desta prohibição se não conseguirá um completo effeito, porque quando praticam similhantes deshumanidades é no interior dos mattos e em logares desertos; de fórma que se não póde saber quem as comette, e os indigenas timores são tão reservados, que nunca descobrem cousa alguma contra os seus chefes; uns porque interessam em taes abusos, e outros porque temem vir a ser victimas delles. Este o principal motivo por que se não consegue o ouro em maiores quantidades.

Modo de obter o tambaque.

§ 4.º O tambaque se acha no reino de Vemasse, contiguo ao mar, doze legoas a Leste desta praça. Mandei lá, de proposito, um Capitão intelligente, para fazer as necessarias averiguações a tal respeito, o qual satisfiez como se segue: — “Sobre este assumpto, sou a dizer a V. S.^a, que “nem o Coronel, nem algumas pessoas mais deste reino, “com as quaes averigui, não sabem o logar d’onde nasce, “d’onde sahe o mencionado tambaque, e dizem que a maior “parte das vezes o apanham na ribeira de Birak, e outras “vezes o tiram dos pedaços de rocha que encontram no meio “da dita ribeira: a quantidade que em cada anno apanham, “dizem que é tão pequena, que não chegará a dez cattes. E “quanto sobre a possibilidade, ou impossibilidade de se conseguir mais, digo a V. S.^a que quando os proprios indigenas “ignoram, menos poderei eu informar a V. S.^a sobre este “objecto.” Ora eis-aqui como são a maior parte das informações que se conseguem!

Eu porém tenho sabido particularmente que ha uma montanha bastante elevada, em proximidade da dita ribeira, formada (com o mesmo nome de Birak) quasi toda de pedras, que nos seus veios contém grandes quantidades do referido metal. Os indigenas, naturalmente supersticiosos, nem ousam apro-

ximar-se a ella, e dizem que isso é — pomále — que quer dizer cousa prohibida e vedada a todos; e quando se lhes pedem informações, nunca as dão exactas, temendo que as autoridades se aproveitem dellas, e desprezando taes pomáles ou prohibições, os obriguem ao trabalho, que julgam inutil de entrar em maiores diligencias a similhante respeito. Se eu aqui me demorar, e o serviço ordinario m'o permittir, tenciono ir pessoalmente proceder a alguns exames nos logares proprios, aproveitando-me da respeitosa estimação que os mesmos indigenas em geral me hão mostrado; e espero conseguir resultados vantajosos e noticias mais exactas.

Do enxofre e modo de o obter.

§ 5.º O enxofre se acha no reino de Requeque em uma planicie, na qual existe uma cova á maneira de pequeno poço, tendo no fundo agua muito quente. Nas bordas desta cova se encontra o enxofre em bastante abundancia, e quasi no seu estado de pureza; mas cavando-se até a distancia de algumas braças da mesma cova em pouca profundidade, tambem se encontra este producto mineral misturado com alguma terra. Os indigenas só tiram o que apparece nas bordas da cova em pequenas quantidades que bastem para seus remedios. Affirmam haver este mesmo genero em mais alguns logares; porém não ha maior certeza disto; porque ninguem tem tido a curiosidade de examinal-os com as precisas atenções.

Do modo de obter o oleo petrolio.

§ 6.º O oleo petrolio ou naphtha, chamado aqui = ázeite de terra = se acha no reino de Samóro grande, vinte leguas proximamente distante desta praça em um rochedo existente na borda de uma alcantilada ribeira: corre de gota em gota, para dentro da mesma ribeira; e os indigenas o juntam pela seguinte maneira. Aplicam no lugar da nascente uma folha de arvore enrolada em fôrma de cano, e assim o fazem correr para grossos canudos de bambú em que o juntam. Só vão procural-o quando com muita antecedencia se recommenda ao res-

pectivo Coronel-Rei que o mande aproveitar para remetter alguma porção a esta praça. Podem-se juntar algumas canadas em cada mez; e talvez se conseguissem muito maiores quantidades, mandando alli estacionar homens que aproveitassem todo quanto apparecesse; porque a gente do dito reino julgando inutil aquelle genero, e querendo pela sua natural indolencia, esquivar-se do trabalho, se vai lá um dia, passam-se depois mezes que se não lembram mais disso. Durante o inverno nada se pôde conseguir, porque a ribeira enche, e embaraça o accesso ao logar da dita pequena nascente.

Do modo de extrahir o sal pedra.

§ 7.º O sal pedra se acha em extraordinaria abundancia em uma lagôa do reino de Lâga, contiguo ao mar, dezeiseis a dezoito leguas distante desta praça. A lagôa é quasi circular, com o diametro de cincoenta, ou sessenta braças: sempre tem agua á superficie, com a profundidade de um até dois palmos; e por baixo está petrificada, e reduzida a sal cristalino, e um pouco transparente. Os indigenas que o extrahem, se servem para isso de páos aguçados e ferrados em uma extremidade, e com elles quebram o sal em lascas maiores e menores, que depois vão juntando fóra da lagôa. Podem tirar quanto quizerem; porque de um dia até outro, torna a petrificar-se a agua nos logares em que se tirou, e a ficar como antes estava. Esta operação só se pôde fazer em tempo de verão; porque quando chove, a agua superior da lagôa adquire um tão grande gráo de calor, que não permite a niuguem entrar nella, manifestando uma especie de effervescencia.

Das aguas mineraes.

§ 8.º Ha em diferentes logares desta ilha diversas nascentes, e fontes de aguas mineraes. A agua de umas é morna, e cristalina; em outras é quente, e ha uma em que ferve, de modo que lançando-se-lhe dentro batatas, ou inhames, em pouco tempo ficam cozidas. Ha tambem uma de agua cõr de leite com mais, ou menos calor. É muito possivel que taes

aguas sejam medicinaes; porém isto só se poderia saber pelos necessários exames feitos nos logares das respectivas nascentes, que todas são muito distantes desta praça. Trazendo-as, e enviando-as para fóra do paiz a fim de serem examinadas em logares distantes, é bem natural que percam algumas de suas principaes propriedades, de fórma que se não possa confiar nos resultados de taes exames.

É isto quanto a tal respeito posso dizer, regulando-me pelas melhores informações que tenho conseguido.

ARTIGO 5.º

DA INDUSTRIA PESCATORIA EM TIMOR.

Estado presente deste ramo de industria.

§ 1.º A pescaria é um dos objectos a que os indigenas de Timor são menos inclinados, tanto pela sua natural perguiça, como por serem pouco dados ao uso dos pescados. Elles gostam muito mais de carnes; e todas lhes agradam, sem excluir a de uma especie de sapos, a que chamam = toquis = a de rãs a que chamam = manducos =; e até a dos lagartos marinhos (jacarés) que apparecem nas praias, e lagôas.

Modo de fazer a pescaria.

§ 2.º Alguns indigenas, que se occupam na pesca, usam para isso de linhas com anzoës, de tarrafas, e de cóvos, a que chamam = búbos = pescam com as linhas ordinariamente nas praias, e algumas vezes vão para o mar em canôas chamadas = beiros = de que já fallei no art. 2.º § 28.º Das mesmas embarcações se servem para ir postar os taes cóvos nas quebradas das restingas que circumdam quasi toda a ilha. Finalmente empregam as tarrafas á borda do mar, ou nas lagôas, a que chamam = coilões =. Existem algumas lagôas consideraveis nos lugares baixos do interior da ilha nas quaes se criam muitos, e bons peixes, como salmões de mediana grandeza, mугens, tainhas, e outros diferentes. Uma

destas grandes lagôas é no reino de Lucca, muito central da ilha; e parece ter comunicação subterranea com o mar, pois contém como elle peixes de todas as especies, incluindo mesmo os tubarões.

Maneira de conservar os pescados.

§ 3.º Poucos são os indigenas do paiz que conservam os pescados; porém os que o fazem, é abrindo-os, e seccando-os ao sol sem os salgar; de fôrma que ficam sem gosto.

O mesmo praticam com tiras de carne de bufalo, e cavallo a que, depois de secco, chamam =tassálho.= A maior parte do peixe secco que apparece para vender, ou trocar por outros generos, vem da ilha de Pulo Camby, fronteira a esta praça, e do dominio portuguez. Os seus habitantes são mais inclinados á pesca, e por isso seccam todo o peixe que lhes sobeja do que apanham para seu sustento; e fazem as pescarias do modo indicado no § antecedente.

Preço dos pescados.

§ 4.º Os pescados não têm aqui preços certos, mas são geralmente caros. Por quaesquer dois até tres peixinhos de um palmo proximamente não querem menos de seis facas flamenegas, ou uma rupia (320 réis fortes); e por uma serra, ou qualquer outro peixe grande querem geralmente dezoito das ditas facas, ou tres rupias. Mais caro seria ainda este genero, se não viessem annualmente bastantes mouros de Alôr, lugar não muito distante desta ilha, os quaes se demoram aqui muitos mezes pescando pela já dita maneira, para venderem o peixe a troco dos effeitos que precisam. O peixe secco de Pulo Camby é barato, e o trocam por pannos, e outros objectos miudos. Os mesmos indigenas fazem e preparam as linhas, cóvos, e tarrafas de que se servem; porém compram geralmente os anzoes nos navios balieiros, e nos de commercio que vêm da China.

Observações fnaes.

1.^a Não é possivel comprehender nesta memoria a pouca industria dos habitantes de Solor, e mais ilhas, que sendo de direito pertencentes á Corôa de Portugal, se acham total-

mente abandonadas. Só em Larantuca na ilha de Flores conservamos um commandante militar, e um vigario missionario; mas assim mesmo pouca communicação temos com elles por serem os estreitos de mar que a circumdam infestados continuamente de piratas, e não haver aqui embarcações proprias para se exporem a encontral-os, e resistir-lhes. Na mesma ilha de Flores se tecem pannos de algodão semelhantes aos de que fallei no art. 2.º § 8.º; e se apanham bastantes tartarugas, cujas cascas são objecto do seu commercio, assim como as pontas de viados de que alli ha abundancia.

2.º Em nenhuma das ditas ilhas se produz o sandalo; porém em todas ellas ha mais, ou menos cêra. A de Pulo Camby abunda em cabras; e outra contigua mais pequena, e totalmente deserta, que se chama = Pulo-Baby = tem immensos porcos, semelhantes aos domesticos, porém inteiramente bravos.

3.º Em toda esta ilha de Timor não ha uma só fêra, excepto os lagartos marinhos (crocodillos) que apparecem nas praias: em alguns logares são corpulentos, e muito damnosos aos pescadores, e aos cavallos que os encontram nas mesmas praias. Esta falta de fêras, que parece um bem, é na verdade um mal; porque concorre para os indigenas viverem dispersos pelos mattos, onde sem perigo algum acham raizes, e fructas silvestres de que sustentar-se sem precisarem trabalhar, nem unir-se em povoações regulares. O mesmo, segundo consta, acontece nas mais ilhas deste archipelago.

4.º Tambem são mui poucos os reptis, e outros bichos, e insectos peçonhentos. Ha aqui cobras madeiras que chegam a ser mui corpulentas de fôrma que pôdem comer um grande porco, ou pequeno bufalo, mas não perseguem a gente nem são peçonhentas. Ha cobras verdes medianas e tambem não peçonhentas, sendo raras umas pequenas a que chamam viboras menos venenosas que as da mesma denominação na Europa. O unico insecto verdadeiramente peçonhento que aqui se conhece, é uma especie de aranha pequena de côr vermelha, chamada pelos indigenas pantoméra; são mui damnosos aos cavallos, porque se escondem entre as ervas; e por tanto os picam e ás vezes as engolem com a mesma erva. O cavallo mordido

por ellas, principia a suar copiosamente, e cahe em poucos minutos desfallecido; porém acudindo-se-lhes logo, com facilidade melhoram. O curativo ordinario consiste em lhes esfregar fortemente os dentes com alguma moeda, ou traste de prata, e com milho branco. Tambem ás vezes são picados os indigenas por andarem descalços; porém elles conhecem antidotos vegetaes com que facilmente se curam.

5.º Esta ilha não é rica em aves, como geralmente se diz, e muito menos em aves exquisitas, o que é extraordinario, estando, como está, tão perto das Molucas, onde se acham muitas, e mui variadas. Os papagaios aqui são pequenos, e muito ordinarios. Ha bastantes cacatuas que são uns passaros brancos maiores que os pombos communs, com uma especie de crista formada de pennas amarellas côr de canario na cabeça; e têm a figura dos papagaies (nas Molucas são superiores em grandeza). Tambem ha uma especie de rôlas matisadas de algumas lindas côres, a principal verde a que chamam = lamúcas = mas não são em grande abundancia. Ha pombos bravos de diversas especies, e côres; mas todos elles se encontram tambem em Goa, onde facilmente os apanham vivos, o que aqui não sabem fazer. Póde com segurança dizer-se, que Goa é infinitamente mais rica em aves do que esta ilha.

6.º Não ha aqui lebres, nem coelhos; e a caça volátil se reduz a patos bravos nas lagôas, papagaios e pombos nos arvoredos, e muitas rolas ordinarias nas campinas. Ha porcos chamados de matto, que são como os domesticos, mas mui esquivos; e eis-aqui as principaes especies de caça deste paiz.

7.º É este mesmo paiz pobrissimo em flores; pois não ha rosas, cravos, nem algumas outras das mais estimadas na Europa. Os campos, e arvoredos tambem não produzem algumas que attraiham a vista, o olfato, e a attenção.

8.º Nenhum destes objectos convida a curiosidade, e industria dos indigenas; pois são tão indolentes, que nem mesmo se occupam no exercicio da caça. Todos em geral estimam, e usam a espingarda; porém é difficil achar algum que seja destro em se servir della.

9.º A pouca força que o governo aqui tem á sua disposição; a natureza dessa força, composta quasi toda de indi-

genas, pois apenas ha ao presente tres, ou quatro soldados Europeos, e poucos mais nativos de Goa, já se sabe, degradados; os poucos homens medianamente instruidos que ha no paiz; a immoralidade e vicios dos mais; e finalmente a habitual, e estudada tendencia de alguns para o desassocego, e perturbação; tudo concorre para que o mesmo paiz não tenha tido o adiantamento de que era, e é susceptivel. Se os governadores, por melhores que sejam, querem conseguir alguma coisa util, é preciso que elles, e sómente elles, trabalhem para isso. O paiz é muito extenso, pois só o que está no dominio portuguez nesta ilha, não será menor que o quadruplo de Goa, e suas provincias adjacentes. O governador não é mais que um homem, e não pôde estar em differentes logares ao mesmo tempo, nem ausentar-se muitos dias da capital, sem que o serviço ordinario páre, e sem a expôr a desordens, e escandalos tanto mais vergonhosos, quanto mais ella é frequentada por estrangeiros. Por tudo isto se pôde, e deve acreditar, que grande parte das faltas attribuidas aos mesmos governadores (dos quaes nem todos hão sido habeis, e bons, como eu tambem o não sou), não têm sido originadas por elles, nem estava em sua autoridade, e possibilidades o poder devidamente evital-as. Não se conseguem fins uteis, sem meios proprios; nem pôde apparecer serviço vantajoso, sem haver quem com discernimento o faça; embora haja quem saiba dirigil-o!...

Dilly em Timor, 7 de Janeiro de 1842.

Frederico Leão Cabreira.

INDICE

Das materias que se contém nesta Memoria.

ARTIGO 1.º — <i>Da industria agricola em Timor</i>	Pag.	73
Produção do trigo.....		74
„ do café.....		<i>Ibid.</i>
„ do algodão.....		75
„ do tabaco.....		<i>Ibid.</i>
„ do sandalo.....		<i>Ibid.</i>
„ da cera.....		<i>Ibid.</i>

Produção e criação dos gados.....	Pag. 76
Cultura do arroz (nelly).....	Ibid. 77
„ do milho.....	78
„ do trigo.....	Ibid.
Productos das sementeiras.....	Ibid.
Cultura do café.....	Ibid. 80
„ do tabaco.....	81
„ das hortaliças.....	82
Produção e qualidades de fructas.....	Ibid.
Produção das palmeira de sagú e tuaca.....	Ibid. 83
„ de canas doces.....	Ibid.
„ de gengibre, açafão, e pimenta.....	84
„ das batatas.....	Ibid.
„ das plantas e raizes para tintas.....	85
„ da canella.....	Ibid.
„ das arvores de canaria.....	86
„ da canafistula medicinal.....	Ibid.
„ dos tamarindos.....	87
„ da <i>Palma-Christi</i>	Ibid.
„ de outras plantas e raizes medicinaes.....	88
„ das melhores madeiras.....	Ibid.
Difficuldade de computar a produção de cada anno, e a gente que se emprega na agricultura.....	89
Salario dos trabalhadores.....	118
ARTIGO 2.º — <i>Da industria fabril em Timor</i>	119
Tecelania.....	Ibid.
Colheita do algodão, e separação do caroço.....	120
Tingir o fio.....	Ibid.
Das tintas.....	121
Modo de tecer os pannos.....	122
Dos differentes pannos.....	123
Dos pannos de retroz.....	Ibid.
Preços de todos estes pannos, e tempo que se emprega em os fazer.....	124
Maneira de converter o nelly em arroz.....	125
Debulha do café.....	Ibid.
Manipulação do tabaco.....	126
Preparo da cera.....	127
Extracção do azeite de coco.....	128
Preparo do sagú.....	130
Do modo de extrahir a toaca.....	Ibid.
„ de obter a aguardente de palmeira.....	131
Das obras de folha de palmeiras silvestres.....	132
Valor das obras de folha de palmeiras silvestres.....	Ibid.
Preparo do sandalo para se exportar.....	133
Preparo das madeiras para obras.....	

Nottas.

CA

de Dilly.

834.

J. Botelho.

- A. Fortaleza denominada Tranqueira.
- B. Posto de S. Francisco.
- C. Igreja de Montael.
- D. Posto de Carquete.
- E. Igreja Parochial de Praça
- F. Quartel do Batalhão
- G. Casa da famigerada D. Esperança.
- H. Posto de S. Domingos.
- I. Logar denominado Bidao.
- L. Casa Parochial de Montael.
- M. Arvore de Condão.
- N. Feitoria de Navio de Viagem

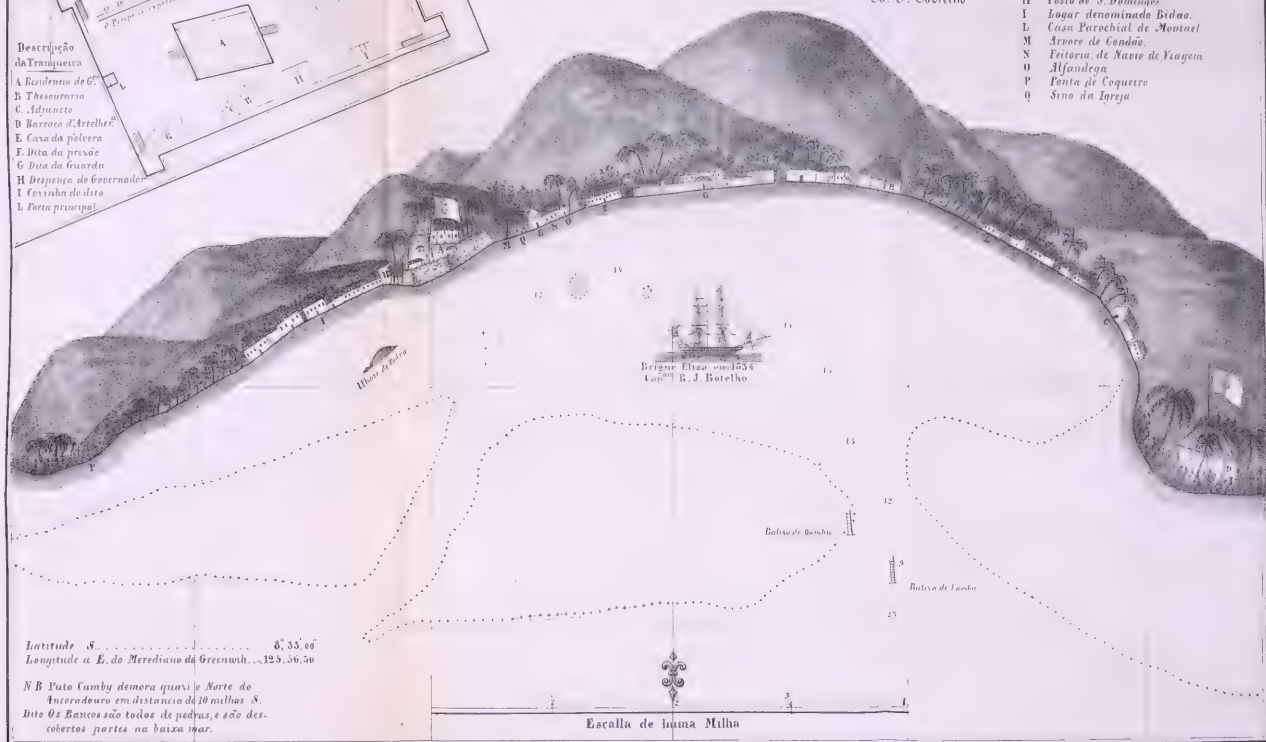
[illegible]

DO

Ancoradouro, e Perspectiva do Porto de Dilly.

B. J. Botelho

A	Fortaleza denominada Tranqueira
B	Poço de S. Francisco
C	Pedra de Montiel
D	Pedra de Carqueje.
E	Igreja Parochial de Princesa
F	Quartel do Batalhão
G	Casa da fannagreda D. Esperança
H	Pedra de S. Domingos
I	Lugar denominado Bidão.
L	Casa Parochial de Montiel
M	Arvore de Gondão.
N	Forteira de Nave de Viagem
O	Alfandega
P	Pedra de Coqueiro
Q	Sino da Igreja



Lib. de A. C. Limas, Savas de Carvalho &

PARTE NÃO OFFICIAL.

ASIA PORTUGUEZA.

SEGUNDA MEMORIA

Descriptiva e estatistica das Possessões Portuguezas na Asia , e seu estado actual , pelo Socio e Secretario d'Associação , Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo. (Continuada de pag. 135.)

Concluirei o quadro da receita publica de Goa , com a producção do seguinte resumo do balanço dos respectivos cofres , nos annos de 1827 a 1832 , do governo do Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro ; de cuja comparação com os orçamentos de annos posteriores , se colhe , que a receita ordinaria tem sido sempre , quasi a mesma , e assim tambem sufficiente para a despesa ordinaria. Tanto em tempo deste Vice-Rei , como no de seus predecessores , o Conde do Rio Pardo , e D. Manoel da Camara , e ainda , depois d'elle , na administração do Governo Provisional , os rendimentos publicos cobriam as despezas. O Vice-Rei D. Manoel de Portugal deixou o governo em 14 de Janeiro de 1835 ; e as folhas da Justiça , da Fazenda , da Secretaria , do Estanco do tabaco , e da Alfandega , pagas até ao fim do quartel de Março daquelle anno ; a tropa até ao fim de Dezembro antecedente ; e as folhas Ecclesiasticas , e os professores régios , do quartel findo em Dezembro de 1834 ; e nos cofres a quantia de 6.715 x.^s 1 t. 37 réis , além dos quartéis das rendas publicas , e dos fóros vencidos no mesmo mez de Dezembro , e por isso ainda por cobrar ; isto é , a quarta parte dos rendimentos publicos do dito anno de 1834 , intacta. Dirá alguem , que nesse tempo houveram avultadas remessas de Damão , provenientes dos direitos do anfião , que na verdade muito augmentaram , pelas acertadas medidas tomadas na Junta da Fazenda , ácerca dos direi-

Resumo dos balanços dos cofres da Fazenda Publica, subsidio de Damão, e importancia total das rendas, tudo de seis annos, desde 1827 até 1832.

	RECEITA		DESEPEZA		SOBRAS		DINHEIRO DE DAMÃO	IMPORTANCIA DAS RENDAS	
Do anno de 1827. . . .	1:912.358	4 47	1:769.649	4 54	142.708	4 53	86.500	0 00	1:493.006 3 33
Do de 1828. . . .	2:085.270	4 48	1:723.506	4 11	361.764	0 37	250.000	0 00	1:839.836 0 47
Do de 1829. . . .	2:418.688	3 21	2:266.101	1 39	152.587	1 42	150.000	0 00	1:701.309 3 35
Do de 1830. . . .	2:332.948	2 17	1:730.076	3 49	602.871	3 27	710.000	0 00	2:187.164 1 33
Do de 1831. . . .	2:531.338	0 48	2:133.817	0 59	397.520	4 49	300.000	0 00	1:830.070 2 58
Do de 1832. . . .	2:166.378	0 01	1:883.848	4 03	282.529	0 58			1:489.621 2 36
	13:446.983	0 52	11:507.000	4 35	1:939.983	1 26	1:496.500	0 00	10:541.009 0 02

Contadoria geral, 22 de Janeiro de 1833.

Diego Nicoláo Possullo.

ADMINISTRAÇÃO PUBLICA.

A administração publica tem hoje, nos Estados da India, um typo mui differente daquelle que em remotas éras assumio, e com o qual os negocios mais importantes, vastos, e muitas vezes complicados, foram dirigidos ao maior engrandecimento e gloria do nome, e do poder dos portuguezes no Oriente. O Governo da India foi, desde o seu começo, entregue a um Logar-Tenente do Monarcha, com o titulo de Vice-Rei, e outras vezes de Governador, que em si reunia toda a autoridade militar, civil, politica, e economica; e por isso commandava toda a força de mar e terra, e presidia a todos os tribunaes e repartições publicas. Por muitas considerações, era este Governo reputado o mais notavel, e o mais graduado de todos os do Ultramar, e revestido de muito mais ampla autoridade e preeminencias, quando Vice-Rei; em cuja qualidade tinha o titulo de Conselheiro d'Estado, o tratamento de excellencia; e muitas vezes um titulo de nobreza no seu regresso ao reino, se com o de Vice-Rei lhe não era, desde logo, conferido. D. Francisco de Almeida foi o primeiro Governador e o primeiro Vice-Rei da India; o qual, aportando á ilha de Angediva, em 13 de Setembro de 1505, a fortificou e foi estabelecer a sua residencia em Cochim, onde tambem construiu uma fortaleza. Succedeu-lhe o grande Affonso d'Albuquerque, na qualidade de Governador; e tomando a cidade de Goa em 1510, a fez, como já vimos, a capital do imperio portuguez na Asia, e assim permaneceu até nossos dias.

Em 1774, foi extincto o titulo de Vice-Rei, por inadequado já ao estado de decadencia da India; e foi então D. José Pedro da Camara governal-a, com a denominação de Governador e Capitão General, o primeiro que gozou esta cathedra; mas em 1806 foi de novo restituída a de Vice-Rei, na pessoa do Conde de Sarzedas, Bernardo José de Lorena, e continuada na de seus successores; o ultimo dos quaes foi D. Manoel de Portugal e Castro. A denominação de Capitães Generaes ficou sendo commum áquelles; e uns e outros com a graduação e uniforme de Marechaes de Campo, quando não eram militares, e o tratamento de senhoria.

Os Governadores e Vice-Reis da India não tinham regimento proprio que eu saiba; porque não é possível ler-se aquelle dado no reinado d'ElRei D. Sebastião, pelo estado de ruina em que se acha o livro em que está lançado, cujas folhas se acham corroidas pelo caria, verme mais destruidor que a traça. O Marquez de Pombal, para fazer esquecer o illimitado poder dos Vice-Reis da India, chamou a Lisboa vinte dos principaes livros de registo da Secretaria da India, a pretexto de os mandar copiar, os quaes nunca mais se substituiram; e daqui nasce o saber-se alli pouco das muitas attribuições e regalias antigamente conferidas aos Vice-Reis (hhh).

(hhh) Dom João, etc. Faço saber a todos os meus Capitães das Fortalezas da India, e de outros lugares de fóra della, que pelo meu Vice-Rei, ou Governador do mesmo Estado, são governados, ao Chanceller, Desembargadores da Relação de Goa, Ouvidores do crime e civil dellas, e de todas as Fortalezas, Junta de minha Fazenda, Escrivão della, Alcaldes môres e Feitores, e a todos os mais Officiaes de Justiça, Guerra, e Fazenda, Capitães môres e menores das náos da carreira da India, e das outras náos e navios das Armadas, e tratos das mesmas partes, Fidalgos, Cavalheiros, e outros criados meus, gentes de armas, pilotos, mestres, marinheiros, bombardeiros, e a todas as mais pessoas de qualquer qualidade, estado, e condição que sejam, a quem o conhecimento desta pertencer; que attendendo á qualidade, merecimento, e serviços do Conde de Sarzedas, Bernardo José de Lorena, e pela necessidade que tem o Estado da India de um sujeito que a governe, e em quem concorram as partes de prudencia, valor, e limpeza de mãos com que o dito Conde de Sarzedas procedeu sempre em meu serviço, e pela confiança que tenho de que em tudo o de que o encarregar me servirá com satisfação, como até agora o fez naquillo de que o encarreguei, e por folgar por todos estes respeito e pela boa vontade que tenho de lhe fazer honra, accrescentamento, e merecê conforme a quem é: Hei por bem, e me praz de o nomear (como pela presente nomeio) no cargo de Vice-Rei, e Capitão General do Estado da India, por tempo de tres annos, e o mais que eu for servido, em quanto lhe não nomear successor, para que o sirva assim, e da maneira, e com a mesma jurisdicção e prerogativas, ordena-los e ajudas de custo, que tiveram os Vice-Reis que alli serviram. Pelo que mando a todos em geral, e a cada um em particular, que tanto que elle chegar ao dito Estado, ou a qualquer lugar d'elle, o hajam por meu Vice-Rei, e Capitão General, e que tudo o que por elle da minha parte vos for mandado cumpraes, e faaes mui inteiramente cumprir e guar-

As ordens remettidas da côrte em avisos, officios, e cartas

dar com aquella diligencia e cuidado, que de vós confio como o fizereis se por mim em pessoa vos fôra mandado, porque assim o hei por bem a meu serviço, e daquelles, que assim o fizerdes como deveis, e sois obrigado me haverei por bem servido, e aos que procederem em contrario, o que não espero, mandarei dar o castigo que por taes casos merecerem, e para que as cousas de meu serviço sejam guardadas e feitas como devem ser, e castigados aquelles, que algum maleficio ou delicto cometerem, assim na terra, como no mar em qualquer parte em que meus vassallos estiverem, Capitães das Armadas, que lá andarem, e sobre todos os Fidalgos, e quaesquer outros meus vassallos, que lá estiverem, de qualquer qualidade, estado, e condição que sejam, concedo ao dito meu Vice-Rei em todos os casos assim crimes como civeis até morte natural inclusive, poder, e jurisdição, de que poderá usar inteiramente, e se darão á execução as suas sentenças e mandados, sem dellas haver mais appellação, nem agravo, sem tirar, nem exceptuar caso em que o dito poder e alçada se não entenda, porque sobre todos, e cada um delles usará do dito poder e alçada, confiando delle, que tudo fará com justiça e razão, conforme minhas ordenações: e outro sim lhe dou poder, para que nas cousas de minha Fazenda, elle ordene, e faça o que tiver por mais meu serviço: e mando aos Ministros respectivos da Fazenda, e Feitores e Escrivães de minhas Feitorias, que em tudo o que por elle lhe for mandado da minha parte ácerca de minha Fazenda, gastos, e despesas della, e em todas as outras cousas, que a ella tocarem, o cumpram inteiramente, porque para tudo lhe dou inteiro poder, e superioridade; e outro sim lhe dou poder, que nos casos que lhe parecer, cumprir a meu serviço, elle possa remover, e tirar os Capitães das Fortalezas, e das náos da carreira da India, Feitores das Feitorias, e Escrivães dellas, e quaesquer outros Officiaes de Justiça, Guerra, ou Fazenda, quando cometerem taes casos porque de direito devam ser suspensos, ou tirados dos ditos cargos; e poderá encarregar delles a outras pessoas não as havendo providas por mim, até eu nisso mandar prover, porque confio delle, que quando assim o fizer, será com causas tão justas, e taes porque deva assim fazel-o por meu serviço, e este poder, e alçada lhe dou em todos os casos aqui declarados, e em quaesquer outros que possam acontecer de que hei por bem, e mando, que use em quanto me servir no sobredito cargo de meu Vice-Rei, e Capitão General. E outro sim lhe dou comprido poder para que possa fazer, ou mandar fazer guerra por mar e terra a todes os Reis, e Senhores da India, e de outras partes de fóra della, quando entender que por mais segurança daquelle Estado se deve fazer, e depois de começada a guerra, lhes possa conceder treguas pelo tempo que lhe parecer fazel-o, em meu Nome, com todos os sobreditos

regias, providões do Conselho Ultramarino, e a legislação geral, quando nella se fazia referencia á Asia, ou lhe era adequada, ou não encontravam ordens especiaes e locaes, constituíam o regimento governativo da India: muitas vezes acontecia levarem os Governadores instrucções ou autorisações mais ou menos amplas, ou lhes era mandado seguir as de seus antecessores. As ordens do dia do exercito de Portugal foram, por ultimo, alli em vigor; e o regulamento de 21 de Fevereiro de 1816, quanto á disciplina e conselhos de guerra.

Reis e Senhores, e com cada um delles, assento de paz e amizade, com os pactos, condições, e clausulas, que mais proveitosas lhe parecerem, e os assentos, e capitulações que sobre isso assentar e capitular, lhe approvarei, e confirmarei, e mandarei inteiramente cumprir e guardar, em tudo e por tudo, como nas capitulações, e assentos que por elle assignados for declarado, assim como por mim mesmo, e em minha Presença fosse capitulado e assentado, cumprindo porém, e satisfazendo os ditos Reis e Senhores, com quem a dita paz e amizade assentar, tudo o que pelas ditas capitulações e assentos me forem obrigados a cumprir, o que tudo assim hei por bem como dito é; confiando que em tudo o dito Conde de Sarzedas procederá com toda a consideração, e com o zelo devido ao meu serviço; para as quaes cousas todas, e cada uma dellas, lhe dou comprido poder, e mando especial; e o mesmo poder lhe dou para as que á sua chegada á India achar em alguma quebra, ou guerra com o mesmo Estado. Por firmeza de todo o referido lhe mandei dar esta minha Carta Patente, por mim assignada, e sellada com o sello grande das minhas armas; e antes que o dito Conde de Sarzedas parta deste reino me fará pela dita Capitania geral, e Governança da India, preito e homenagem, e juramento que costumam fazer em minhas Reaes Mãos os meus Vice-Reis daquelle Estado, de que mostrará certidão do meu Secretario d'Estado nas costas desta Carta. Pagou de Novos Direitos dois contos e quatrocentos mil réis, que se carregaram ao Thesoureiro delles no liv. 1.º da sua receita a fol. 229, e deu fiança no liv. 1.º dellas a pagar do mais tempo que servir, como constou do conhecimento em fôrma registado a fol. 152 do liv. 1.º do Registo geral dos mesmos Novos Direitos. Dada na cidade de Lisboa aos 17 de Outubro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1806. = O PRINCIPE. = *Visconde da Lapa.* = *D. Diogo de Sousa.* = O Secretario, *Francisco de Borja Garção Stockler* a fez escrever. = *Mattheus Rodrigues Vianna* a fez. = Desta dezenove mil e duzentos réis. = Por Decreto de S. A. R. de 5 de Janeiro de 1805.

Na qualidade de Logar-Tenente do Monarcha, competia ao Vice-Rei e Governador da India o provimento de todos os empregos publicos, a approvação dos beneficios ecclesiasticos apresentados pelo Diocesano, e as promoções militares, até ao posto de Tenente Coronel e de Capitão de Fragata, inclusivamente; e dahi para cima por proposta a Sua Magestade, como estava determinado por differentes cartas regias, e ultimamente no alvará de 19 de Fevereiro de 1807.

Os Vice-Reis expediam as suas ordens geraes por cartas de lei e alvarás, em negocios graves e importantes, e então usavam do respectivo formulario; e por carta regia de 20 de Março de 1688, eram tambem autorisados a expedir providões, dando por ellas providencias: desta mesma autoridade usavam, quando só Governadores ou Capitães Generaes.

Tambem por carta regia de 12 de Março de 1683 havia sido confirmada a pratica introduzida pelo Secretario do Governo, Luiz Gonsalves Cotta, de se escreverem as cartas de serviço aos Ministros dos tribunaes e aos Prelados das religiões, etc., pelo mesmo Secretario, em nome do Governador; mas por outra carta regia, de 27 de Fevereiro de 1811, foi determinado, que todas as ordens, cujo effeito fosse permanente ou organico, tanto no que respeita ao governo militar, como ao civil, politico, e economico, fossem expedidas pelo Secretario e assignadas pelo Vice-Rei ou Governador; e que os officios que quaesquer autoridades houvessem de fazer subir ao governo, lhe fossem directamente dirigidos e não ao Secretario. A direcção das portarias e officios do governo era sem tratamento, ainda para as pessoas mais conspicuas; e assim diziam: — Para o Desembargador *F.* — Para o Brigadeiro *F.*, etc. — D. Manoel de Portugal e Castro alterou este uso incivil; e sempre dirigio os officios que assignava, ainda nas cousas de menor importancia: — Ao Sr. Brigadeiro, etc.

Por morte ou impedimento do Vice-Rei ou Governador, lhe succedia um governo interino, nomeado pela côrte em carta de prego, a que se dava o nome de *vias de successão*, que se depositava em um cofre na igreja do convento dos Franciscanos, e as suas tres chaves eram entregues ao Pro-

vincial daquelle ordem, ao Chancellor da Relação, e ao Secretario do Governo; estas vias de successão se abriam com certas solemnidades nas circumstancias ditas; e regularmente se encontravam nomeadas as primeiras autoridades civil, ecclesiastica, e militar.

O governo da India tinha um Conselho d'Estado por elle presidido, e composto do Arcebispo, do General d'Armada, do Vedor da Fazenda, do Inquisidor da primeira cadeira, do Chancellor da Relação, do Capitão da cidade, e de mais alguns Conselheiros de provisão regia, para se tratarem os negocios da guerra ou paz, imposição de tributos, e outros assumptos graves: nestas occasiões o Vice-Rei tomava assento debaixo do docel; e assim tambem quando recebia embaixadas de régulos visinhos, e de outras nações, em congresso geral, a que assistiam todos os tribunaes e principaes autoridades.

Este Conselho ainda durava nos ultimos tempos, mas composto do General dos Rios, que ha pouco acabou, do Secretario do governo, e do Intendente da Marinha, além do Arcebispo e do Chancellor da Relação, que já d'antes eram: o seu exercicio estava reduzido a apparecer nas festividades d'igreja, a que assistia o Governo, onde se lhe destinava logar distincto, que era occupado sómente pelos tres primeiros; no mais tinha cahido em perfeito desuso.

Ao grande poder e honras, de que os Vice-Reis eram investidos, igualava o seu fausto e ostentação. Tinham uma companhia de cavallos para sua guarda, a qual foi extinta com aquelle cargo em 1771; um Ajudante General, e um Secretario, cujo cargo exercia um Desembargador da Relação, e não poucas vezes o mesmo Chancellor; e o numero de empregados da sua casa, que ao diante vai designado. O acto da posse dos Governadores e Vice-Reis era celebrado no sumptuoso templo do Bom Jesus, no qual repousa o corpo do Apostolo da India, S. Francisco Xavier, a que assistia a Camara e mais autoridades; as quaes, sendo Vice-Rei, o iam receber á porta do mar, e alli o Presidente da Camara lhe entregava as chaves da cidade, sob o arco onde ainda se conserva a estatua de Vasco da Gama, além de outras ceremonias e etiquetas.

Consta do regimento dos ordenados, feito em 6 de Junho de 1626, que os Vice-Reis tinham 7:339,8550 réis por anno. Achou-se depois que percebendo 31.414 x.^s 4 t. 8 réis até ao anno de 1769, foi tudo reduzido, pela provisão de 23 de Abril de 1771, a 20.000 xerafins por anno, sem mais vencimento algum; o que outra vez foi elevado a 32.000 xerafins por anno, para os Governadores e Capitães Generaes, por outra de 13 de Janeiro de 1774; mas, sendo restituído, em 1806, o titulo de Vice-Rei, com os mesmos ordenados e mais apontamentos que antigamente percebiam, foi isto ainda alterado por outra provisão do Erario, de 11 de Janeiro de 1816, que mandou pagar ao Vice-Rei, Conde do Rio Pardo, o ordenado de 32.000 xerafins, além da sua ostentação, que tudo importava em 45.247 x.^s 2 t. 18 réis por anno, que seus successores continuaram a receber. Aquelle ordenado vem descripto pela seguinte fórma nas memorias do Conselheiro Loureiro, que por alguns annos servio o lugar de Secretario do Governo da India.

ORDENADO DO VICE-REI		X. T. R.
Ordenado do Vice-Rei	24.463:0:15	
De seis Caixas de Liberdade	1.600:0:00	
Vencimento de sessenta e sete criados	2.853:3:20	
Para trinta resmas de papel de Veneza	300:0:00	
Vencimento de dez trombetas	720:0:00	
Dito de vinte e sete servidores	345:0:00	
Para azeite dos tocheiros de casa dos ditos	450:0:00	
A dez guardas e um sargento	853:3:00	
A cinco reposteiros	200:0:00	
Vestuario aos mesmos	150:0:00	
Ao Capitão da manchua d'Estado	402:3:20	
Ao Naique da estrebaria	72:0:00	
Ao Alveitar	180:0:00	
	32.897:0:00	

Estes vencimentos estabelecidos para os Vice-Reis, foram declarados para os Governadores tambem, e Capitães Generaes no tempo de D. Frederico Guilherme de Sousa. Em 1807,

pertendeu o Conde de Sarzedas instaurar novamente a companhia de cavallos extincta; porque, dizia, era Vice-Rei como o tinham sido os seus antecessores; a Junta da Fazenda mandou em consequencia fazer-lhe assentamento, calculado pela importancia do custeio, que se havia pago no ultimo quartel, no tempo do Vice-Rei Conde da Ega, o qual se achou ser 4.000 x.^o por anno, que aquelle Vice-Rei começou a receber, e seus successores ficaram vencendo, sem a existencia da companhia; porque tendo a Junta da Fazenda dado parte ao Erario, deste arbitrio, não foi reprovado.

Quando os Governadores tinham o titulo de Vice-Rei, processava-se na folha do palacio o vencimento de mais dois capellães, um sachristão, e serventes da capella do palacio, que se appellidava real, de reposteiros, e uma manchua ou escaler, cuja guarnição era um capitão de manchua, dois mocadões (patrões do escaler) e trinta marinheiros; o que tudo montava a 4.645 x.^o 3 t. 40 r.^o, além dos vencimentos incertos do fabrico do escaler, e vestidos da guarnição: os governadores e capitães generaes sómente venciam a manchua ou escaler com menor tripulação, a qual foi reduzida ao numero de dez-oito marinheiros, no governo do Vice-Rei D. Manoel de Portugal.

Não obstante o exposto, o apparatus, e ostentação dos Vice-Reis e Governadores era *ad libitum*, recebendo elles o seu custeamento em dinheiro, o regulavam como lhes aprazia. O Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro, organisou um piquete de 15 cavallos, commandados por um sargento para acompanhar o governo, o qual depressa acabou; e a guarda de mouros que ainda existe, e nos dias de cortejo e nas solemnidades a que assiste o Governo, exerce as funcções, que em Lisboa faz a guarda real dos archeiros.

Houve na India uma especie de Junta Legislativa, mandada estabelecer em Carta Régia de 9 d'Abril de 1778, composta do Governador, tres Desembargadores e do Secretario do Governo, á qual era encarregado estabelecer provisoriamente quaesquer alterações e reformas na legislação interior; e propôr á Côrte tudo o que lhe parecesse conveniente aos povos da India. Esta Junta, que muito bem poderia fazer

ao paiz, nada fez: se restituída, e convenientemente organizada, bem util seria; porque a experiencia tem mostrado, que se alguns melhoramentos se têm feito em Goa, são unicamente devidos á sollicitude de alguns de seus Governadores: tanto era judicioso e politico o pensamento da citada Carta Régia de 9 d'Abril: — *que só na India se podia bem saber o que na India é preciso*; — e tal tem sido o pensamento regulador de todas as nações, que têm colonias, que desejam conservar e melhorar.

Em antigos tempos tambem alli houve uma Junta dos Tres Estados, presidida pelo Vice-Rei; e muitas vezes eram consultados os negocios de maior gravidade, em assembléas de todas as autoridades, Prelados das Religiões, e outras pessoas notaveis a esse fim expressamente convocadas pelo governo.

A administração ecclesiastica ainda hoje está a cargo do Arcebispo, que se denomina Primaz do Oriente; e tem um Provisor e Vigario Geral, e um tribunal ou Relação onde se decidem os negocios pertencentes ao fôro da Igreja.

Por Carta Regia de 7 de Março de 1681 foi estabelecida a Junta das Missões, que era presidida pelo Governador, e composta do Arcebispo, do Vêdor da Fazenda, do Chanceller da Relação, e dos Religiosos, que em todas as corporações eram escolhidos á pluralidade de votos; e era Secretario com voto o do governo. Nesta Junta se provia aos negocios das Missões, e sobre a escolha e idoneidade dos Missionarios que para ellas se mandavam; o que depois passou para o Arcebispo e prelados das Religiões, como adiante direi.

A administração da Fazenda pertencia ao Vêdor da mesma; extinto o qual, passou para o Conselho da Fazenda, e depois para a Junta da mesma, como ainda hoje se vê regulada, e direi quando desta repartição tratar.

Uma Relação tomava conhecimento em segunda instancia de todas as causas civeis e crimes, que por appellação e aggravo subiam dos juizos inferiores. Uma fracção da mesma Relação compunha a chamada Mesa do Paço, que era um supplemento do Desembargo do Paço, posto que com regimento um pouco mais restricto. O Vice-Rei, como Regedor

das Justiças, presidia a esta Mesa, composta do Chanceller e um Desembargador da mesma Relação.

Na Mesa da terceira instancia se decidiam as causas crimes dos cavalleiros das tres ordens militares, que por seus privilegios não pertenciam aos tribunaes seculares. Era a este tribunal chamado o Arcebispo, o qual, com o Vice-Rei presidente do mesmo tribunal, concordava antecedentemente nos Ministros que deviam votar, e compunham o tribunal.

No Supremo Tribunal de Justiça Militar, a que o Vice-Rei presidia, se julgavam em segunda e ultima instancia os réos militares. Este tribunal era composto do Chanceller da Relação, que era o relator, de dous Desembargadores da mesma, e das tres maiores patentes militares.

O governo municipal estava a cargo do Senado da Camara nas ilhas de Goa, e das Comarcas de Salsete e Bardez, as quaes todas usavam do regimento da Ord. liv. 1.^o tit. 66; mas o Senado da Camara de Goa, entre varios privilegios, tinha o de serem os seus aggravos decididos por uma mesa, que o Governador ou Vice-Rei presidia, e á qual era chamado o Arcebispo, e dous Desembargadores da Relação, por aquelle nomeados, um dos quaes servia de relator.

A administração particular das aldêas, por meio das suas communidades e gauncarias, é ainda uma das cousas notaveis no systema indiano, de que já fallei. Estas communidades tinham juizes privativos, que davam appellação e aggravo para a Relação; e na sua administração são em tudo sujeitas ao governo, cuja antorisação carecem para muitos de seus actos, em conformidade do seu regimento.

As provincias das Novas Conquistas, posto que em tudo sujeitas ás disposições geraes governativas, têm uma administração, tanto civil como judicial, mui distincta, e só reguladas por seus usos e estylos, garantidos em diversos bandos do governo e cartas regias, e por muitas particulares providencias posteriormente dadas pelo governo; cujos estylos e usos foram redigidos em codigo, em 20 d'Outubro de 1824, e se encontram no regimento economico e civil daquellas provincias, de 23 de Dezembro de 1766, cap. 2.^o; na carta regia de 15 de Janeiro de 1774; nas supplicas das Camaras

geraes e respostas do governo, 13.^a e 15.^a, incorporadas no bando de 15 de Setembro de 1781; nas informações da Camara geral de Pondá e despachos do governo sobre as mesmas, de 31 de Outubro de 1778 e 29 de Julho de 1788; assentos da Relação, de 13 de Novembro de 1780 e de 13 d'Agosto de 1785, e portaria do governo, de 14 d'Agosto de 1832, §§ 10.º e 13.º; e foram inviolavelmente observados até ao anno de 1837.

Alli não ha Camaras Municipaes; todavia, a carta regia de 15 de Janeiro de 1774 deu ás Camaras agrarias destas provincias a mesma jurisdicção dos Vereadores. Deste assumpto tratarei mais de espaço, bastando por agora notar, que um Juiz Intendente presidia naquellas provincias como autoridade territorial; o qual dava recurso, em suas decisões, para o governo, como d'antes se interpunha para o Divan ou Sarcar, que era o seu dominante absoluto. Estes recursos eram decididos, em virtude daquelles estylos, pelo Governador sómente, ou com dois Desembargadorês da Relação, que nomeava, um dos quaes servia de Relator; ou os mandava decidir em Relação.

Tal era em geral a antiga organização da administração publica, na India. Muitos dos tribunaes que tenho indicado, e todas as leis municipaes, alvarás, cartas, resoluções, e ordens, que governavam aquelle Estado, foram cassadas e abolidas pela carta de lei de 15 de Janeiro de 1774, com as excepções alli designadas, mandando que esta lei, e as que foram determinadas, desde a carta regia de 10 de Abril de 1769, que estabeleceu a Junta da Fazenda, constituissem o código indiano, com as bases alli marcadas; e assim correu até ao anno de 1835, em que a legislação novissima começou uma nova época.

Os decretos, n.ºs 22 e 23, de 16 de Fevereiro de 1832, levados a Goa, produziram os inconvenientes, que em toda a parte, com elles, se experimentaram; e de tal modo conhecidos, que logo veio a carta de lei de 25 de Abril de 1835, creando Governadores civis e militares em lugar dos antigos Vice-Reis e Capitães Gêneraes, com cujo titulo se antipathysára. O decreto de 7 de Dezembro de 1836, definitivamente

constituiu estes Governadores com a denominação de Governadores Geraes. O Barão de Sabroso foi o primeiro que passou á India com este novo titulo; e alli estabeleceu a fórma de governo dada por este decreto, a todas as provincias ultramarinas.

Por este decreto, os dominios da Asia formam hoje um governo geral, a cujo Governador são sujeitas todas as autoridades alli estabelecidas, de qualquer denominação que sejam. O Governador tem as mesmas honras que eram concedidas aos Capitães Generaes, e reúne attribuições administrativas e militares, com exclusão absoluta de qualquer ingerencia nos negocios judiciaes. As suas funcções administrativas são designadas no decreto de 18 de Julho de 1833: a autoridade militar que exerce, é a mesma que compete aos Generaes das provincias do reino.

Um Conselho de Governo, composto dos chefes das repartições judicial, militar, fiscal, e ecclesiastica, e mais dois Conselheiros, escolhidos pelo Governador Geral entre os quatro para isso votados pelas juntas provinciaes, e presidido pelo Governador, é por este ouvido em negocios graves; mas não é o Governador adstricto a adoptar a opinião d'elle; porém quando fôr conforme com ella, ou com o parecer da maioria do Conselho, expede as suas ordens com o formulario: — O Governador Geral em Conselho determina —; e isto por simples portarias, unicos titulos que hoje é autorizado a expedir: no impedimento ou morte do Governador, este Conselho faz as suas vezes, presidido pelo Conselheiro mais antigo na ordem da votação. Tambem têm sido nomeados, por decretos, Governadores interinos, e em vias de successão.

Outras disposições se contêm neste decreto; e entre ellas a de mandar que o Governador em Conselho, ao qual poderá reunir quaesquer cidadãos probos e intelligentes, faça examinar a legislação moderna, e pôr em pratica, no todo ou em parte, qualquer lei ou decreto que fôr alli applicavel: isto porém se vê alterado por outro de 27 de Setembro de 1838, inhibindo a execução de lei, decreto, portaria, ou regulamento, sem que seja competentemente determinado pelo Ministerio da Marinha e Ultramar. No mesmo decreto, de 7 de

Dezembro, foi estabelecido o ordenado de 2:480,000, em moeda de Portugal, para o Governador Geral da India, cessando soldos, ou quaesquer outros vencimentos; e uma ajuda de custo para ida e volta, findo o tempo, ou por ordem do governo, equivalente á quarta parte deste ordenado.

O decreto de 7 de Dezembro de 1836 não fez mais, por tanto, que dar nova fôrma á administração publica nesta e mais provincias ultramarinas; e, sendo extinctos os poderes e autoridades que competiam aos antigos Capitães Generaes, ficou a jurisdicção dos novos Governadores Geraes em um estado de incerteza e oscillação assaz prejudicial ao regular andamento dos negocios do Estado, até que um novo decreto, em data de 28 de Setembro de 1838, deu instrucções ou regimento, tanto para os negocios da Fazenda e provimento de empregos, sobre o que tambem depois legislou o decreto de 30 de Março de 1842, como na parte militar, e propostas para os postos vagos. Por esta legislação, foi a autoridade dos Governadores da India completamente cerceada; mas nunca, elles a exerceram, de facto, mais ampla. Já lhes não é permittido expedir alvarás, provisões, etc.: as portarias são os unicos titulos, que podem expedir em todos e quaesquer negocios, que careçam de um titulo, ou expressem as suas determinações; mas por aquelle unico meio se tem legislado na India, em poucos annos, mais do que antes se fizera por tantos e tão variados modos; e sobre os objectos mais graves e transcendentos. O decreto de 2 de Maio de 1842, que autorizou os Governadores do Ultramar a tomarem quaesquer providencias, que forem indispensaveis para acudir aos casos graves, e de urgente necessidade, que occurram nas ditas provincias, e ácerca dos quaes se não possa esperar pela decisão das Côrtes e do Governo. A carta de lei de 2 de Maio de 1843 permite isto mesmo todas as vezes que a demora dos recursos á metropole possa *comportar* (diz a lei) compromettimento da segurança do Estado, ou prejuizo irreparavel em seus interesses essenciaes; o que assaz demonstra quão seguro era o principio em que baseava a autoridade daquelles antigos governos, cujo abuso convinha extirpar.

São estes pois os limites a que está circumscripto o an-

tigo e opulento governo da India; a sua despesa é hoje a seguinte :

	X.	T.	R.
Ordenado do Governador Geral.	30.000	0	00
1 Capellão.	205	0	00
1 Sachristão.	232	2	00
Mocadão (patrão) e lotação do escalor do governo.	1.128	0	00
	31.562	2	00

Esta despesa se contém no ultimo orçamento de Goa: em portaria do Governador Geral, Conde das Antas, de 24 de Novembro de 1842, se vê reduzido a 144 xerafins o ordenado do Sachristão da Capella do palacio, por isso que o ordenado supra lhe fôra arbitrado quando exercia o logar de porteiro do palacio, que hoje não ha.

O Estado da India é hoje como um districto administrativo; e posto que no preambulo do Decreto de 28 de Setembro de 1838 se cite o artigo 5.º doCodigo Administrativo de 31 de Dezembro de 1836, onde se declarou, que providencias especiaes prescreveriam o systema administrativo praticavel em cada uma das provincias ultramarinas, lá foi o mesmoCodigo desde logo posto em execução, pelo Governador Geral, Barão de Sabroso. Por portaria da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, de 23 de Novembro de 1840, se mandaram executar na India as leis de 27 e 29 d'Outubro de 1839, e as instrucções para a execução das mesmas na parte relativa ao recenseamento dos eleitores e elegiveis para os cargos municipaes, de parrochia, e de districto; e tambem foi depois declarada alli exequivel a Carta de Lei de 16 de Novembro de 1841, por portaria do Governador Geral, Lopes de Lima, de 11 d'Abril de 1842.

A India Portuguesa constitue, comprehendendo Damão e Dia, um circulo eleitoral, e dá 4 Deputados ás Côrtes. As provincias das Novas Conquistas, que muito excedem em população a quaesquer das outras da Velha Conquista, e a todas juntas em extensão de territorio; cujas avultadas contri-

buições já notei, e onde o exercito recruta uma grande parte de seus soldados, têm sido excluidas de votar nas eleições, não obstante as positivas ordens de Sua Magestade em portarias da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, de 20 de Março de 1840, e 27 de Julho de 1842, pretextando-se os seus estylos, que repetidas vezes, e a varios respeitos estão já menoscabados; e a impossibilidade de se fazer o recenseamento de seus habitantes; o que não é exacto: (iii) ao mesmo tempo que, privando-as de seu juiz territorial, e desmembrado no judicial o seu districto, lhe foi dado um administrador fiscal, com attribuições d'administrador de Concelho, e outras cousas, que não são nem o novo, nem o antigo regimen: *Secretaria do Governo.*

Não consta o tempo da creação desta Secretaria; mas o logar de Secretario do Governo da India era desde muito exercido por um Desembargador da Relação, de escolha do Governador, ou de nomeação régia, o qual assistia ao despacho, e referendava as cartas, alvarás, e provisões do governo. A conveniencia de ser este emprego exercido por pessoa com conhecimentos de direito e da legislação patria, é a todes notoria, e reconhecida muito positivamente na resolução de consulta do Conselho Ultramarino, que em 1826 mandou continuar a relação de Goa, interrompida pela prisão de seus membros na revolução de 1822.

(iii) E bem se demonstra, não só das eleições já havidas no anno de 1836, nas quaes aquellas provincias votaram; mas ainda mais convincentemente, pelas instrucções dadas pela Junta da Fazenda em 23 de Fevereiro de 1842, para formalisação dos recenseamentos dos fogos obrigados ao imposto do consumo do tabaco de folha, em cujo 1.º artigo, depois de se determinar como se formarão as commissões de recenseamento, conclue assim:

“ Nas provincias das Novas Conquistas, por sua organização especial, continuarão as Commissões a ser compostas como até agora., Isto prova não só que nestas provincias ha Commissões de recenseamento, mas que este se tem alli já feito por fogos, para a imposição de um tributo novo; e por consequencia não se acredita que se não possa fazer para eleição de Deputados, pelas mesmas Commissões já existentes, e estando já feita uma parte essencial desse trabalho — o recenseamento por fogos.

O pessoal e vencimentos da Secretaria do Governo da India era ultimamente o seguinte:

	X.	T.	R.	
1 Secretario com.....	2.727	3:00		por anno.
1 Official maior com.....	2.000	0:00		
7 Officiaes papelistas a 1.000 x. ^o ca-				
da um.....	7.000	0:00		
1 Interprete ou lingoa do Estado...	1.040	3:00		
1 Naique, porteiro e lingoa.....	120	0:00		
8 Guardas ou correios	} a 77 x. ^o 3 t.	776	0:00	
1 Patamar				
1 Servidor				
1 Praticante	300	0:00		
22 Total:	13.964	1:00		

Os oito officiaes, lingua e naique acima mencionados são de criação da Secretaria, e nos tempos antigos se pagava; ao Secretario 584 x.^o 3 t. 46 r.^o por quartel. Ao official maior 45\$000 réis cada anno pelo trabalho da escriptura do reino, 6 candins de arroz, e 4\$940 réis por quartel.

A cada um dos officiaes papelistas 15\$000 réis da escriptura do reino, e 2 candins de arroz cada anno, além dos quartéis como o official maior.

Ao lingoa e ao naique 5 candins de arroz e 2\$700 réis por quartel de ordenado: o que depois passou a ser tudo reduzido a dinheiro, como acima fica notado; ignora-se porém quando essa alteração teve logar; e só consta, que o official maior e os sete officiaes papelistas venciam: o primeiro 1.200 x.^o por anno, e os mais a 600 ditos cada um até ao anno de 1826; no qual, por portaria do Governo da India de 3 de Fevereiro desse anno, expedida em virtude de um aviso da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, foram acrescentados ao que fica declarado. O ordenado do praticante foi estabelecido por carta régia de 3 d'Abril de 1824.

A Secretaria do Governo da India não tinha regimento proprio; seguiam-se nella os estylos que refere o Conselheiro Loureiro nas suas memorias já citadas. Nesta Secretaria se

expediam todos os negocios, que no reino pertenciam ás diferentes Secretarias d'Estado, e Tribunaes; bem como as provisões que na mesa do Paço se mandavam expedir por força do seu regimento. O Secretario fornecia o papel e tudo o mais necessario para o expediente, para o que recebia da Fazenda annualmente vinte e tres resmas de papel, vinte e cinco massas de pennas, duas mãos de papelão, doze arrateis de lacre, doze ditos de fio, tres cutinas, em que entrava uma encerada. Esta contribuição foi reduzida a dinheiro: porém o Governador Lopes de Lima a fez acabar em portaria de 14 d'Outubro de 1840, applicando-lhe a disposição do Decreto de 12 de Setembro de 1836, em quanto determina, que a despeza do material das secretarias das administrações geraes seja paga pela importância dos emolumentos.

O expediente militar estava a cargo do ajudante general, o qual transmittia ao exercito as ordens do Governo; mas este emprego deixou d'existir no governo do Vice-Rei, D. Manoel da Camara, e passou para uma secretaria militar, que D. Manoel de Portugal poz a cargo do seu ajudante d'ordens de pessoa. Ultimamente tinha esta secretaria 1 director, 2 subalternos, e 3 sargentos, que nella escreviam, com as gratificações correspondentes.

Hoje, pelo Decreto de 7 de Dezembro de 1836, o secretario se apellida secretario geral, e vence um conto de réis por anno, com exclusão de qualquer outro vencimento, e a quarta parte do ordenado por ida, e volta, findo o tempo, ou por ordem regia. O pessoal e vencimentos da Secretaria vêm no orçamento de Goa pela seguinte fórma:

	X.	T. R.
1 Secretario geral	6.250:0:00	
1 Official maior	2.000:0:00	
7 Officiaes papelistas a 1.000 x. ^a cada um...	7.000:0:00	
1 Lingoa do Estado	1.040:0:00	
1 Porteiro	700:0:00	
8 Guardas a 149 x. ^a 3 t. cada um.....	1.196:4:00	
9 Praticantes, de gratificação 60 x. ^s	550:0:00	
28 Total.		18.726:4:00

O Governador Geral Conde das Antas, em portaria de 22 de Novembro de 1842, reduzio o ordenado do lingoa do Estado a 700 x.^o por anno; e por conseguinte vem a ser a despesa supra 18.386 x.^o

O mesmo Governador Geral, que nos poucos mezes do seu governo muito melhorou o serviço e expediente de algumas repartições publicas, deu regulamento á Secretaria Geral, que mandou executar do 1.^o de Dezembro de 1842 em diante, no qual abrange tanto a uniforme distribuição do serviço, como a simplificação de todos os negocios, dividindo o expediente militar e civil; no qual fixou tambem o pessoal, reformando a sua despesa. Na mesma data de 22 de Novembro dito foram tambem de novo regulados os emolumentos, que se recebem na mesma Secretaria, e publicada a sua tabella.

(Continuar-se-ha.)

EXPLORAÇÕES DOS PORTUGUEZES

NO INTERIOR D'AFRICA MERIDIONAL.

Documentos originaes e copias, de propriedade do Eminentissimo Senhor Patriarcha eleito, Presidente da Commissão de Redacção.

DOCUMENTOS RELATIVOS

À VIAGEM DE ANGOLA PARA RIOS DE SENNA.

- A. — Officio do Capitão General d'Angola José d'Oliveira Barbosa, datado de 25 de Janeiro de 1815, incluindo outro do Governador de Tette para o Conde das Galvêas, em 20 de Maio de 1811, contendo os seguintes documentos:
- 1.º — Copia da derrota que fez Pedro João Baptista.
 - 2.º — Perguntas feitas ao dito P. J. Baptista.
 - 3.º — Copia da Carta do Tenente Coronel Francisco Honorato da Costa.
- B. — Officio do mesmo Capitão General J. d'Oliveira Barbosa, com a mesma data, incluindo copias dos seguintes documentos:
- 1.º — Carta de F. H. da Costa ao Governador de Tette, em 11 de Novembro de 1804.
 - 2.º — Derrota de P. J. Baptista, do Muatahianvo para o Rei Cazembe, feita em 1806.
 - 3.º — Dita do Cazembe para Tette em 1811.
 - 4.º — Nota dos dias de viagem de P. J. Baptista.
 - 5.º — Lembrança ou relatorio de P. J. Baptista, relativamente á sua viagem.
- C. — Noticia do que passou P. J. Baptista na Villa de Tette, com o Governador e mais habitantes; escripta por por elle mesmo.
- D. — Declaração de Francisco Honorato da Costa a favor dos seus Pombeiros, que executaram a viagem.

—1.— (*)

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. = Tenho a honra de levar á Respeitavel Presença de V. Ex.^a as Cartas que me serão remettidas de Tete pelo Governador dos Rios de Senna vindas por terra em consequencias da descoberta da communicação das duas Costas Oriental e Occidental de Africa tanto dezejada; e n'esta occasião vão embarcados na Fragata = *Principe Dom Pedro* = os Pombeiros Pedro João Baptista e Amaro José, do Tenente Coronel Director da Feira do Mucary Francisco Honorato da Costa, a cujas deligencias e fadigas se deve o exito d'este trabalho, e levam os Roteiros da jornada para serem apresentados na Secretaria d'Estado d'esta Repartição = Deus Guarde a V. Ex.^a São Paulo de Assumpção de Loanda 25 de Janeiro de 1815 = Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. Marquez d'Aguilar = *Joze d'Oliveira Barbosa*.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. Conde das Galveas. = Tendo Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor determinado no anno de 1799 ver se conseguia a abertura do caminho de Sua Capital de Angola para estes Rios de Senna, a fim de que os seus Povos tanto da Africa Occidental como da Oriental, podessem girar com o seu commercio com mais vantajosos lucros do que até agora o podiam fazer: assim como tambem poderiam circular as noticias de uma Costa a outra com mais brevidade, do que se podessem fazer pelos Navios, e tendo encarregado a dita abertura por este lado Oriental, ao Governador que foi d'estes Rios Francisco Joze de Lacerda, e pelo lado Occidental ao Ex.^{mo} D. Fernando de Noronha Capitão General de Angola, encarregando este ao Tenente Coronel Commandante e Director da Feira de Casange Francisco Honorato da Costa, succedeo que d'esta parte Oriental falleceo o dito Governador Lacerda no sitio de Cazembe, tendo feito o seu descobrimento até o sitio donde falleceo, e da outra parte Occidental, com effeito conseguiram os Escravos do dito Tenente Coronel a cima mencionado, a dita abertura até o Cazembe; cujos Escravos tem estado ha quatro annos no dito si-

(*) Todos estes documentos vão publicados sem a menor alteração, tanto na parte orthografica, como no mais.

tio sem que tivessem meios de se conduzirem a esta Villa para darem as referidas noticias, e vendo eu que esta Villa se achava um pouco destituida de commercio por má intelligencia que tem havido com alguns Regulos que a cercam; e querendo eu de alguma forma ampliar esta falta chamei ao Quartel da minha Residencia em Maio de 1810 a Gonçalo Caetano Pereira Homem muito antigo, e muito pratico d'estes Certões, e tratando com elle sobre o augmento que desejava que esta Capitania tivesse no seu commercio lbe pedi me descobrisse algum lugar para onde pudesse com vantagem commerciar; este me respondeu que antigamente vinham a esta Villa Negociar os Vassallos do Rei de Cazembe, e que desde o tempo em que intentamos a abertura do caminho nunca mais aqui tinham vindo e que ignorava o motivo; uns diziam ser pelas desordens que os nossos fizeram no dito Cazembe depois da morte do Governador Lacerda, e outros diziam era por que aquella Nação andava em Guerra desde esse tempo com a Nação Muizes, e pedindo eu ao dito Gonçalo Caetano Pereira me desse tres Escravos seus para eu mandar de Embaixada ao dito Rei Cazembe para ver se movia aquella Nação a tornar outra vez a esta Villa com o seu commercio como d'antes faziam, este me facultou os seus Escravos, cujos mandei de Inviados ao dito Rei Cazembe, e vendo este la chegar os ditos Escravos tomou a deliberação de me mandar uma Embaixada composta de um grande, e cincoenta homens seus vassallos, na qual me manda dizer que no seu Reino existiam ha quatro annos aquellas duas Pessoas que tinham vindo da parte de Angola, cujos mandava entregar; os quaes chegaram a esta Villa em 2 de Fevereiro do presente anno, trazendo-me uma Carta de seu Amo, cuja Carta tenho a honra de remetter a V. Ex.^a a Cópia, e perguntando eu aos sobreditos, se queriam voltar voluntariamente pelo mesmo caminho por onde tinham vindo, me responderam que sim, porem que era preciso eu dar-lhes as providencias necessarias para o sobredito transporte, aos quaes mandei dar setecentos pannos de valor de dozentos e cincoenta reis fortes cada um, e dando de tudo parte ao meu Capitão General, assim como tambem saber d'elle se á Real Junta d'aquella Capital me levava em conta a sobre-

dita despeza, e quando não a pagaria dos meus soldos, de cujo officio ainda não coube no tempo receber resposta.

Eu deveria fazer alguma ponderação a V. Ex.^a sobre este descobrimento, por que não acho maior intelligencia nos ditos Descobridores, porem ao mesmo tempo conheço segundo a sua capacidade fizeram muito, e como estes agora tornam pelo mesmo caminho vão insinuados por mim o modo como devem fazer a sua derrota, e as averiguações que devem fazer, a intelligencia em que acham aquelles Regulos, se com effeito nos deixarão passar francamente por aquelles caminhos, e quaes são os mimos que lhes deveremos offerecer, de tudo vão industriados por mim, e estes promettem dar um exacto cumprimento aos referidos objectos com todas as clarezas necessarias, entregando ao Ex.^{mo} Capitão General de Angola tudo quanto acharem tendente á dita abertura; o que tudo participa a V. Ex.^a para que V. Ex.^a se sirva de o pôr na presença de S. A. Real o Principe Regente Nosso Senhor.

Tenho tambem a honra de remetter a V. Ex.^a a Derrota que me offereceram os Descobridores, a qual é N.^o 1, assim como tambem um papel das perguntas que fiz aos referidos, o qual é N.^o 2, e a Carta que me dirigio o Tenente Coronel Amo dos referidos Descobridores, a qual é N.^o 3.

A Illustrissima e Excellentissima Pessoa de V. Ex.^a Deus Guarde por muitos annos. Quartel da Residencia da Villa de Tette 20 de Maio de 1811. = Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. Conde das Galveas, do Conselho de S. A. Real, Ministro e Secretario dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos. = *Constantino Pereira de Azevedo*, Governador dos rios de Senna.

N.^o 1. COPIA.

— 1806. —

Em Nome de Deus Amen.

Derrota que eu Pedro João Batista faço na minha viagem do Muropue para o Rei Cazembe Caquinhata, por ordem do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Capitão General do Reino de Angola, da abertura do caminho para a costa Oriental de Africa, dos Rios de Senna, e a encarregado ao Senhor Tenente Coronel Francisco Honorato da Costa Director da

Feira de Casangue com dois contos de fazendas para despende com Reganos do caminho para a bem de poder conceder-nos licença da dita abertura do caminho até em Tette.,,

1.º

“ Domingo 22 de Maio do dito anno saímos do citio grande do Muropue e na caza do seu filho que estavam agasalhados de nome da terra Capendo bianva, e como seu posto entre elles Soano Mutopo do Muropue, no qual levantamos as 6 oras de menhaã passamos ãum rio chamado Ingeba de quatro braças de largura, e o segundo rio Luiza que ambos vão desembocar no rio Lunhua, e durante a viagem, viemos para o citio do Guia que nos dava dito Muropue para nos transportar em Cazembe de nome da terra Cutaqua seja, o quanto guia pagamos dez chuabos, e ãum copo de Bixega, chegamos no dito sitio as Ave Marias, encontramos com bastante gente que vão do mesmo citio do Muropue a trazerem farinha de mandioca para seus Senhores andamos com o sol as costas.

2.º

“ Quarta feira 8 de Junho sahimos do sitio do Guia em que levantamos as 7 oras de menhaã passamos tres riaxos correntes de pequenas larguras que ignoramos os nomes, os quaes vão desembocar no rio Zuiza, e viemos para hum citio do preto chamado Caquiza Muegi, escravo de Muropue e ao pé de ãum riaxo que elles bebem agoa, e nos mandou agazalhar nas Cazas do mesmo o qual demos dois chuabos, chegamos ao meio dia não encontramos com ninguem, e nem tratamos couza alguma, andamos com o sol da mesma forma.

3.º

“ Quinta feira 9 do dito mez saímos do citio do Caquiza Muegi, levantamos as 2 oras de menhaã passamos sinco riaxos pequenos e durante a marcha viemos pouzar no citio do Quilolo do Muropue chamado Muene Cahuenda e no qual demos de presente seis chuabos, e dois copos brancos retorcidos de boca de sino, chegamos no referido pouzo as 4 oras de tarde, e fabricamos ao pé do rio que elles bebem agoa chamado Izabuiigi de pequena largura. e ja andamos com o sol lado esquerdo, não incontramos com ninguem. — ,,

4.º

“Sesta feita 10 saimos do citio de Muene Caluenda, levantamos a madrugada passamos quatro rioxos que ignoramos os nomes e continuando-mos a viagem pasamos hum rio de tres braças da largura chamado Mue-me, eviemos para o pouzo dizerto, e ao pé do rio chamado Canahia pela bandalá, e vai desembocar no mesmo rio Mue-me onde achamos cazas ja feitas dos viajantes da terra chamada Canoguesa que vinham trazerem tributos a seu Muropue, chegamos as 3 oras de tarde, andamos com o sol da mesma forma, e incontramos com dez pretos que tiuham hido a comprarem sal na salina.,,

5.º

“Sabado 11 saimos do pouzo dezerto que levantamos as 3 oras de menhaã pasamos 3 rios de piquenas larguras caudelozos, no pasar, eviemos para outro dezerto, e ao pé do rio de piquena largura chamado Quipungo, ficando-nos o citio de ãs pretos povos de Muropue em pouca distancia, os quaes não salamos nada com elles, chegamos no dito pouzo ao meio dia não incontramos com ninguem andamos com o Sol lado Esquerdo, eda hi mesmo fizemos parada para procurar-mos mantimentos de sustento:,,

6.º

“Domingo 12 saimos do pouzo dezerto no qual levantamos do cantar de galo pasamos tres rios de piquenas larguras que vão desembocar no rio chamado Calalimo, e cujos rios ignoramos os nomes, eviemos para outro pouzo dezerto de matos fixados de animaes ferozes, e ao pé do mesmo rio Calalimo, o qual poderá ter pouco mais ou menos dez braças de largura, chegando-mos no dito pouzo ao meio dia com piquena chuva não incontramos com ninguem.,,

7.º

“Segunda feira 13 saimos do dezerto as 2 oras de menhaã pasamos onze rios de piquenas larguras, evindo-mos subindo com o rio que asima ditto Calalimo, e durante o viagem viemos para o pouzo dezerto do pé de hum rio chamado Camu sangagila pela banda de la do dito rio chegamos no mesmo pouzo as Ave Marias e pernoitemos fora asim mesmo em tempo de chuva, andamos com o sol lado Esquerdo. —,,

8.º

“Terça feira 14 saimos do pouzo dezerto e ao pe do rio Camusangagela em que levantamòs as 8 oras de menhaã pasamos sinco riaxos correntes e durante a viagem viemos para o citio de hum preto chamado Muene Cassa, e ao pe de ùm riaxo que ignoramos o nome pella banda de la o qual preto tratamos com elle a nosa viagem que vamos para Cazembe mandados por Muropue, e ficando-nos sempre o citio muito afastado do noso pouzo, e demos de prezente hum Espelho piqueno e um chuabo de serafina encarnada, chegamos as 3 oras de tarde andamos com o sol da mesma forma. — „

9.º

“Quarta feira 15 saimos do citio de Muene Cassa, em que levantamos as 7 oras de menhaã pasamos os rios de piquenas larguras, e durante a viagem viemos para o pouzo direito ao pé ainda do rio Calalimo chegamos no dito pouzo as 2 oras de tarde e não encontramos com ninguem, andamos com o Sol da mesma forma. — „

10.º

“Quinta feira 16 saimos do dezerto e levantamos em alvorada pasamos tres rios correntes de pontes de piquenas larguras, e viemos para outro pouzo dezerto e ao pe de hum rio piqueno chegamos ao meio dia fabricamos ao pe do mesmo rio e á traz de nos vinhão gentes de Soana Mulopo mandados por dito Senhor a comprarem Sal, não encontramos com ninguem. — „

11.º

“Sesta feira 17 saimos de pouzo que asima dito levantamos as 5 oras de menhaã pasamos hum rio corrente a pé chamado Roando de duas braças de largura que vai dezembocar no rio Lunheca, e durante a marcha passamos outro rio de piquena largura chamado Rova que terá pouco mais ou menos treze braças de largura o qual tambem dezemboca no Lunheca, e ficando-nos o citio muito Longe de hum preto chamado Fumo Ahilombe do Muropue no qual não tivemos perturbação nenhuma, chegamos ao meio dia e fabricamos ao pé do dito rio, não encontramos com ninguem. — „

12.º

“Sabado 18 saimos do citio do Fumo Ahilombe que le-

vantamos as 5 oras de menhaã pasamos seis riaxos de piquenas larguras os quaes vão desembocar no rio Rova, e durante a viagem viemos para o pouzo dezerto ao pe do rio chamado Cazale, pela banda de la que terá pouco mais ou menos vinte braças de largura, o qual nos deo agoa na sintura, e vai desembocar no rio Lunheca, e chegamos no dito perto das Ave Marias, encontramos com bastante gente carregados de peixes seco a irem venderem no citio do Muropue, andamos com o sol lado esquerdo, e não vimos couza alguma.

13.º

“Domingo 19 saimos do pouzo dezerto que assim dito levantamos as 6 oras de menhaã não pasamos rio nenhum, e continuando-nos a nosa viagem viemos para o Citio do Lui-lolo do Muropue chamado Caponco Bumba Ajala, e falamos com elle a nossa viagem que vamos por mandado do seu Muropue para a terra do Cazembe e respondeo que estava bom, e logo nos mandou dar de Cumer por parte do mesmo seu Senhor Muropue, e demos de presente para elle quatro xuabos, e hum Espelho, chegamos no dito citio as quatro oras de tarde, e ao pé de hum rio chamado Muncuzu, e não encontramos com ninguem. —,,

14.º

“Segunda feira 20 saimos do citio do Capomo, no qual levantamos as 2 oras de menhaã pasamos hum riacho e durante a marcha pasamos hum rio chamado Caginregi, em Canoa, e fazendo-nos pasar os pilotos do Quilolo Muene Mene que he Senhor do mesmo porto, e terá dito rio pouco mais ou menos quatorze braças de largura e vai desembocar no Lunheca, e viemos para o citio do mesmo Quilolo Muene Mene e tratamos com elle a nosa viagem que vamos para Cazembe mandados por Muropue tambem respondeo que estava muito bonito, e que o Caminho estava bem aberto e demos para o mesmo hum muzenzo de cem bagos de pedras azueis e sinco xuabos de serafina sortidos, e mais quarenta bagos de outras pedras brancas, e para os pelotos dois xuabos de fazenda da India, e fizemos noso cerco afastado do citio afim de fugirmos dos Ladrons que furtão de noite, chegamos as 3 oras da tarde, não encontramos com ninguem, e da hi mesmo fi-

zemos parada seis dias para procurar-mos mantimentos para seguirmos com elle para diante. — „

15.º

“Terça feira 5 de Julho saímos do citio de Muene Mene levantamos ao primeiro cantar de galo pasamos quatro rios de piquenas larguras que vão desembocar no rio Cagenrige, e viemos para o citio do preto conhecido do noso Guia chamado Soana Ganga, e falamos com elle a nosa viagem que vamos para Cazembe chegamos as 2 oras de tarde não incontramos com ninguem, e não tratamos nada com elle de presente andamos com o Sol Lado Esquerdo.

16.º

“Quarta feira 6 do dito mez saímos do citio do Soana Ganga levantamos as 7 oras de menhaã pasamos dois rios correntes de piquenas Larguras que vão desembocar no mesmo rio Cagenrige, e viemos para o citio de Quilolo da Mai de Muropue chamado Luncongucha, e o Quilolo chama-se Muene Camatanga falamos com elle a nosa viagem que vamos derigidos ao Cazembe, o qual nos respondeo que podia hir quantas quizerem viajar, o qual demos de presente sinco chuabos e hum Espelho piqueno e mais sincoenta bagos de pedras de Leite chegamos no dito ao meio dia andamos com o Sol da mesma forma não incontramos com ninguem.

17.º

“Quinta feira 7 saímos do citio do Muene Camatanga e que levantamos as 6 oras de menhaã pasamos tres riaxos que vão desembocar no mesmo rio Caginrige e durante a viagem viemos para o citio do Quilolo do mesmo que asima dito chamado Muene Casamba, onde nos mandou derigir o mesmo Camatanga para seu vasalo nos socorrer com mantimentos necesarios para noso transporte para Cazembe por ordem de Muropue que tinha trazido o guia e da hi do mesmo sitio invernamos hum mez para nos preparar dito mantimento de ficar seca a farinha que mandava por na agoa não incontramos com ninguem, e para o mesmo demos dois chuabos de fazenda de láá. „

18.º

“Sesta feira 9 de Agosto saímos do Muene Casamba levantamos as tres oras de menhaã pasamos outra vez o rio Ca-

giringe, e durante a marcha pasamos mais outro rio de piquena largura que ignoramos o nome que tambem vai desembocar no mesmo rio Cagiringe e viemos para o pouzo dezerto e ao pé de outro rio de piquena largura chegamos no dito pouzo as 4 oras da tarde e fabricamos o noso cerco com chuva e não encontramos com ninguem. —,,

19.º

“Sabado 10 saimos do pouzo dezerto que levantamos as 5 oras e meia de menhaã pasamos um rio corrente de piquena Largura de pedras que ignoramos o nome, e viemos para outro dezerto chamado Canpueje e ao pé do riixo corrente onde achamos Cazas ja feitas dos viajantes Arúndas chegamos as 2 oras da tarde, e não vimos nada. —,,

20.º

“Domingo 11 saimos do pouzo dezerto e que levantamos as duas oras de menhaã pasamos tres rios de piquenas larguras, e durante a viagem viemos para outro pouzo dezerto e ao pé de hum riixo que ignoramos o nome chegamos no dito pouzo as 4 oras de tarde não encontramos com ninguem. —,,

21.º

“Segunda feira 12 saimos do dezerto que levantamos as 6 oras de menhaã pasamos hum rio corrente de piquena Largura chamado Maconde e durante a marcha viemos para outro dezerto chamado Luncaja, e ficando-nos o citio de Quilolo chamado Anbulita Quisosa o qual não falamos com elle a nosa viagem chegamos no dito ao meio dia não encontramos com ninguem andamos com o Sol Lado Esquerdo. —,,

22.º

“Terça feira 13 saimos do citio, e pouzo dezerto levantamos as 5 oras de menhaã não pasamos rio e viemos o Citio do filho do Quilolo Cutaganda, e ao pé do rio chamado Reu falamos com elle a nosa viagem que vamos para Cazembe e demos de presente ao dito Quilolo dois chuabos de Serafina azul, e duzentos cauris, chegamos no mesmo citio as 3 oras de tarde, andamos com o sol da mesma forma.

23.º

“Quarta feira 14 saimos do filho de Cutaganda e que levantamos as 7 oras de menhaã pasamos o rio Reu a pé que

terá pouco mais ou menos vinte braças de largura, e viemos para o pouzo dezerto, e ao pé de um riacho que ignoramos o nome chegamos as 2 oras de tarde não encontramos com ninguém. ,,

24.º

“Quinta feira 15 saimos do pouzo dezerto, levantamos as 6 oras de menhaã pasamos tres rios de piquenas larguras que vão desembocar no rio Reu que asima dito, e viemos para outro dezerto, e ao pé de um rio chamado Qusbela que tambem vai desembocar no mesmo rio Reu, e ficando-nos o Citio do preto chamado Muconcota maior de Muropue muito Longe, e assim mesmo veio no noso pouzo para que lhe desemos alguma coiza de presente, e demos sete chuabos de Serafina de varias qualidades, chegamos as 3 oras de tarde, andamos com o Sol da mesma forma, não encontramos com ninguém.

25.º

“Sesta feira 16 saimos do pouzo dezerto no qual levantamos as 5 oras de menhaã, pasamos quatro rios de piquenas larguras que vão desembocar no rio Qusbela, e durante a viagem viemos para dezerto, e ao pé do riacho corrente chamado Capaca Melemo chegamos no dito dezerto ao meio dia sem chuva, e vindo-nos em nosa companhia uns pretos para hirem comprar Sal na Salina não encontramos com ninguém.

26.º

“Sabado 17 saimos do dezerto e ao pé do riacho Capaca Melemo, levantamos as 6 oras de menhaã pasamos quatro rios de piquenas larguras a pé e continuando-nos a viagem, pasamos mais hum rio chamado Ropoeja a pé que terá pouco mais ou menos trinta braças de largura, e vai desembocar no rio chamado Lubilaje, e viemos para outro dezerto e ao pé do mesmo rio Lubilaje pela banda de la chegamos no mesmo pouzo as 3 oras de tarde sem chuva, andamos com o Sol da mesma forma, não encontramos com ninguém. ,,

27.º

“Domingo 18 fizemos parada do citio de hum preto chamado Quiabela Mucanda, o qual que ficava ao pé do rio Ropuege que asima dito nos inpedir a viagem para que nos dese alguma coiza, por que era potentado do Muropue, e alem diso nos dar de cumer por parte do mesmo Muropue, e nos troxe

para bem nos largar huma Corça morta, e tres quicapos de farinha de mandioca verde para noso sustento e demos de presente dez chuabos, e hum Espelho pequeno, nos respondeo, que podemos seguir a nosa viagem, e na falta não darmos alguma couza a elle, tinha outro inzepllo para nos fazer que terar-mos as fazendas á força de armas. — „

28.º

“Quinta feira 31 de Agosto saimos do citio do Quiabela Mucanda, que levantamos ao Cantar de galo, pasamos dois riaxos correntes que vão desembocar no mesimo rio Rapueja, e durante a marcha viemos para o pouzo dezerto chamado Cancaco e ao pe de hum riaxo pela banda de lá, chegamos no mesimo pouzo, ao meio dia sem perturbação de qualquer Regano como assima dito, andamos com o Sol lado Esquerdo, não encontramos com ninguem! — „

29.º

“Sesta feira 1.º de Setembro parada por estar duente o Guia que estava com a mão inchada por pancadas do seu Escravo do mesmo Guia.

“Sabado 2 do dito mez saimos no pouzo dezerto levantamos as 2 oras de menhaã, pasamos um rio chamado Quipaca Anguengua de péquena largura e durante a viagem viemos para outro dezerto e ao pé de hum rio chamado Rupele de quatro braças de largura que vai desembocar no rio Lubile chegamos as 3 oras de tarde, andamos com o Sol da mesma forma, não incontremos com ninguem. „

30.º

“Domingo 3 saimos do pouzo dezerto no qual levantamos as 5 oras de menhaã, não pasamos rio, e viemos para outro dezerto, e ao pe de um rio chamado branco por ter Area branca e vai desembocar no rio Lububuri de pequena largura a pé, chegamos no ditto pouzo dezerto ao meio dia, fabricamos noso cerco pela banda de lá do mesimo rio, e não encontramos ninguem.

31.º

“Segunda feira 4 saimos do dezerto levantamos as 7 oras de menhaã não pasamos rio nenhum, e durante a marcha viemos para outro dezerto e ao pé do mesimo rio Lububure, o

qual não pasamos, chegamos as duas oras de tarde, andamos com o Sol da mesma forma, e não encontramos com ninguém.

32.º

“Terça feira 5 saímos do pouzo dezerto em que levantamos, e ao pé do rio Lububuri as 6 oras de menhaã não pasamos rio nenhum e viemos para o rio Lububuri o qual pasamos a pé que nos deo agoa na Sintura, que terá pouco mais ou menos quarenta braças de largura e de pedras por dentro, onde achamos gente Escravos do potentado chamado ChaMuginga Mucenda, e a mesma gente falavam a lingua inclinada a da povoação do Cazembe, Chegamos no mesmo Citio as duas oras de tarde, e não tratamos nada da nosa pertençaõ, e fabricamos nosas Barracas ao pé do mesmo rio, pela banda de lá, e afastado do Citio, não encontramos com ninguém. — „

33.º

“Quarta feira 6 saímos ao pé do rio Luburi levantamos as 7 oras de menhaã, não pasamos rio, e durante a viagem viemos para o Citio do mesmo ChaMuginga Mucenda tratamos com elle a nosa pertençaõ que vamos para o Rei Cazembe, a procurar-mos a hum branco Irmão de ElRey que viajara por mar, e se achar nas terras do mesmo ReyCazembe, por ser este mesmo potentado Maior do mesmo Cazembe, que rende aobediencia em duas partes de Muropue, e Cazembe, por o ter deixado o mesmo Cazembe para cultivar todas qualidades de Mantimentos para socorrer todos os viajantes que do Muropue vem para Cazembe a tomar tributos que elles chamão Mulambo, asim como os que do mesmo Cazembe vem para o Muropue a hirem trazer tributos mandados por mesmo Cazembe ao seu Rei Muropue, e no dia que chegamos nos deo de presente hum murondo de poube e ser deste citio do Cha Muginga Mucenda, fim das terras do Muropue pela banda de lá, e pela banda de cá ja são terras pertencentes ao Cazembe, ao qual demos de presente dez chuabos, e dois Espelhos pequenos, e nos respondeo que elle de sua parte nos preparava mantimentos, para seguir-mos com elle para Cazembe, por que no meio de Caminho té chegar na Salina não hade Cumer, e da hi mesmo fizemos parada seis dias afim de termos mantimentos de sobrecelente, chegamos no mesmo ci-

tio ao meio dia fabricamos afastado do mesmo citio, e ao pé de um rio chamado Camonqueje pela banda de lá não encontramos com ninguém. — „

34.º

“Quinta feira 7 saimos do citio do Cha Mugginga Mucenda e levantamos as 6 oras de menhaã trespaçamos tres pouzos, e não passamos rio, e durante a marcha viemos para o pouzo dezerto chamado Musula Aponpo chegamos no dito pouzo as duas oras de tarde, fabricamos nosas Barracas ao Nascente do mesmo rio Lubury, andamos com o Sol lado Esquerdo, e depois das fabricas feitas nos achou no dito pouzo Escravos do mesmo Cha Mugginga Mucenga vindos na Salina com Sal, andamos com o Sol da mesma forma e não encontramos ninguém.

35.º

“Sesta feita 8 saimos do pouzo dezerto Musula Aponpue, levantamos as 5 oras de menhaã, pasamos um rio corrente de piquena largura chamado filho do rio Lunfupa, e durante a viagem pasamos dito rio Lunfupa que nos deo agoa na Sintura, o qual poderá ter pouco mais ou menos quinze braças de Largura, e vay desembocar no rio Luaba, chegamos no dito ao meio dia não vimos nada de perturbação, e fabricamos nosas Barracas ao pé do mesmo rio pela banda de lá não encontramos com ninguém.

36.º

“Sabado 9 saimos do pouzo dezerto e ao pé do rio Lunfupa, em que levantamos as duas oras de menhaã, pasamos hum rio corrente de pequena Largura que ignoramos o nome, e viemos para o outrop ouzo dezerto ao pé de huma varje grande chamada Quebonda, e com riixo pequeno ao pe da mesma varja onde achamos pretos caçadores com sua Carne que tinha frexado, e a irem por mesmo Caminho a Salina comprarem Sal, e não nos participarão de donde vierão, não encontramos com ninguém.

37.º

“Domingo 10 saimos do pé da varja Quibonda levantamos ao primeiro cantar de galo, e a qual varja gastou no passar té o meio dia, e durante a viagem viemos para o pouzo

dezerto em cima de oiteiro chamado Inpume, e ao pé do rio chamado Camoa de duas braças de largura e vai desembocar no Lualaba, chegamos no dito pouzo as 3 oras de tarde e fabricamos nosas barracas, e em cima do mesmo oiteiro pela banda de la sem chuva, encontramos com uns pretos do Cha Muinga Mucenda vindos na Salina, e nos derão noticia que o potentado Quebule Parente do Cazembe Governador da Salina estava com Saude.

38.º

“Segunda feira 11 saimos do pouzo dezerto e em cima de oiteiro Inpume no qual levantamos as 5 oras de menhaã não pasamos rio, e durante a marcha viemos para outro pouzo dezerto, e ao pé do riacho chamado Catomta e o pouzo chamado tambem Muary Agoia, e sendo as terras do Cazembe e ja andamos com o Sol a Cara, chegamos no mesmo pouzo ao meio dia, encontramos compretos que vinhão na Salina, e não vimos coiza alguma.

39.º

“Terça feira 12 saimos do pouzo dezerto Catomta, levantamos as 6 oras de menhaã, pasamos hum riacho corrente, de pequena largura, e durante a viagem viemos para outro pouzo dezerto, e ao pé do rio corrente de duas braças de largura chamado Huita Amatete que vai desembocar no rio Lualaba e no dito pouzo dezerto achamos muito longe hum citio de um preto chamado Muire potentado de Cazembe o qual veio no noso pouzo as Ave Marias, e falamos com elle a nosa viagem que vamos dirigidos ao Rey Cazembe mandados por Muropue, elle respondeo que o mesmo Cazembe estava com saude, e mais seu Parente potentado Queburi Senhor da Salina, não nos offereceo nada de mantimentos chegamos no pouzo as 3 oras de tarde sem chuva andamos com o Sol á Cara não encontramos com ninguem, e não vimos raridade de qualidade. —,,

40.º

“Quarta feira 13 saimos do citio de Muire, levantamos as 5 oras de menhaã, pasamos hum riacho chamado Mulonga Ancula de piquena largura que vai desembocar no Lualaba, e no levantarmos no mesmo obrigou-nos o dito Muire que des-

semos alguma coiza, e demos hum xuabo de fazenda da India e vinte bagos de Missanga de Canadá, e foi-se embora contente e continuando-nos a nosa viagem viemos para o pouzo dezerto chamado Luiana Acananga e ao pé de hum riixo corrente chamado filho do mesmo rio Abulonga Ancula, e chegamos no dito pouzo as 2 oras de tarde, andamos com o Sol da forma encontramos com bastante gente compradores de Sal a irem para o Muropue, fabricamos o cerco ao pé do mesmo riixo o que assima dito sem chuva, e não encontramos com ninguem.

41.º

“Quinta feira 14 saimos do pouzo dezerto Luiana Acananga levantamos as 4 oras de menhaã, e durante a viagem pasamos ãm riixo de piquena largura do nasente chamado Luigila, o qual riixo e que fez huma varja grande onde foi dezembucar no rio Lualaba, e nesta mesma onde elles tirão o Sal, o qual Sal cortão a palha que dentro da mesma varja está e vão queimando a mesma palha, e depois dequeimada botão a cinza no ãmas panelas pequenas que elles fazem e vão cuzinhando agoa luada, e fazem huma medida de huma panelazinha pequena todos geral onde medem o dito Sal para venderem que vem ser dez panelinhas val xuabo, e viemos para o pé da mesma varja, chegamos as 3 oras de tarde andamos com o sol da mesma forma, fabricamos nosas Barracas ao pé pela banda de lá sem chuva e não incontramos com ninguem, e não vimos raridade de qualidade. —,,

42.º

“Sesta feira 15 parada por estar duente o Guia.

“Sabado 16 saimos do pé da varja, e que levantamos as 7 oras de menhaã, e vindo-nos desendo com a outra varja, e não pasamos rio, e durante a viagem viemos no pé da dita varja, chegamos no ditto pouzo ao meia, entramos nas Casas ja feitas do Compradores de Sal não incontramos com ninguem, e ficando-nos muito distante o rio Lualaba onde ficava o potentado Quibury pela banda de la do mesmo rio, e não tramos nada com seus Maiores que estavam pela banda de lá, e nem vimos nada de novidade.

43.º

“Domingo 17 saímos ao pé da varja levantamos as 5 oras de menhaã, e vindo-nos desendo com a mesma varja e não pasamos rio, e durante a marcha pasamos Em Canoa o tal rio Lualaba, que terá pouco mais ou menos sincoenta e tantas braças da largura, e vai desembocar no rio Lunheca, e viemos para outro grande do mesmo potentado Quibury do Cazembe, e mandou dar parte o Guia a nosa chegada, e nos mandou agazalhar ao pé dos seus muros, sem falar-mos nada com elle, chegamos no dito citio ao meio dia sem chuva andamos com o Sol a Cara não encontramos com ninguém. —,,

44.º

“Segunda feira 18 parada do dito citio do potentado Quibury, e sendo as seis oras de dia nos mandou chamar e tratamos com elle o nosa pertençaõ que viemos de Angola mandado por ElRey seu amigo que elles chamão Mueneputo ter com seu Superior Rey Cazembe assim como tambem sermos despachados por Muropue, e com ordem para dito Rey Cazembe nos tratar sem malicia, e ir-mos a procurar o Irmão do mesmo ElRey que viajara por mar, e se achar nas terras do mesmo Rey Cazembe, e conceder-nos licença de ir-mos para a Villa de Tete para ver-mos se lá está, e para o que o Muropue nos entregou este seo Guia Cutaquaseja para dar o recado que o mesmo Muropue manda dizer, ao mesmo Rey Cazembe, e praticamos deste modo por conhecer-mos todos os Reganos não deixar passar viajante com fazendas para as terras de outrem que se não estar o viajante no seu citio para com elle fazer negocio e entrar a miudo a decipar-lhe as fazendas com modo e geito de ladruerias, e crimes fingidos, e respondeo o potentado Quibury que em Cazembe se achavão brancos que vem da li anegociarem, e que a terra onde sairão os ditos brancos não sabia, e tem por noticia de se ochar um branco Soldado que tenha deixado ditos brancos, e que com o mesmo Rey Cazembe a vista melhor tratarão com elle, e nos deo de presente duas mãos de Carne de mato fresca, e para tratar-mos tudo isto, estivyemos com elle empatados oito dias, e demos de presente vinte chuabos, cem pedras de leite

um Espelho pequeno, e uma arma portugueza e nos deixou seguir-mos a viagem. — „

45.º

“Terça feira 19 saimos do citio do potentado Quibury parente do Cazembe no qual Levantamos as 7 oras de menhaã não pasamos rio, vindo-nos decendo com o mesmo rio Lualaba, e durante a viemos para o pouzo dezerto, e ao pé de um riixo chamado chafim o qual vai desembocar no dito Lualaba chegamos no dito pouzo ao meio dia, andamos com o Sol a Cara, fabricamos ao pé do mesmo riixo pela banda de cá, encontramos com bastantes animaes comuns e não vimos mais raridade de qualidade.

46.º

“Quarta feira 20 saimos do pouzo dezerto, e ao pé do riixo chafim em que levantamos as 5 oras de menhaã, passamos o mesmo riixo chafim, e durante a marcha viemos para outro pouzo dezerto, e ao pé de hum riixo chamado Bacasacala, chegamos no dito pouzo as duas oras de tarde sem chuva, fabricamos noso cerco ao nasente do mesmo riixo andamos com o Sol da mesma forma, e não encontramos com ninguem. — „

47.º

“Quinta feira 21 saimos do pouzo dezerto, e ao pé do riixo Bacasala levantamos as 6 oras de menhaã pasamos um riixo corrente de pequena Largura, e viemos para em cima de um oiteiro, e citio dos Escravos do potentado Quibury chegamos no mesmo pouzo as duas oras de tarde, fabricamos noso cerco, ao pé de hum riixo pequeno pela banda de lá sem chuva, não encontramos ninguem. — „

48.º

“Sesta feira 22 saimos do citio dos Escravos de Quibury, no qual Levantamos as 5 oras de menhaã pasamos tres rixos de pequena Largura que ignoramos os nomes, e durante a viagem viemos para o Citio do Maior do Quibury chamado Camungo, o qual não achamos no citio e somente achamos seus filhos por ter hido o dito preto a Caça, e nos mandou entrar nas Cazas os mesmos filhos, e demos de presente aos ditos filhos dois xuabos de fazenda de India, e falamos com

elles a nossa viagem que vamos para Cazembe a nossa dependencia, chegamos no mesmo Citio ao meio dia sem chuva andamos com o Sol a Cara, não encontramos com ninguem. —,,

49.º

“Sabado 23 saimos do citio do preto Camungo levantamos em alvorado pasamos um riacho pequeno e viemos para o pouzo dezerto, e no principiar-mos as fabricas cahio a chuva e com ella mesmo fizemos o noso cerco, e ao pé de um riacho corrente de pequeno que ignoramos o nome chegamos no dito pouzo as 2 oras de tarde andamos com o Sol da mesma forma e sendo a meia noite veio no noso pouzo dois Lioens Berrando os quaes nos fez perder sono toda a noite, e com ajuda de DEos não fizeram dano, não incontramos com ninguem, e não vimos nada de raridade.

50.º

“Domingo 24 saimos do pouzo dezerto, levantamos as 5 oras e meia de menhaã pasamos tres rios de pequenas Larguras, e viemos para outro pouzo dezerto, e ficando-nos a meia Legua o Citio do potentado Anpala, chegamos no dito pouzo as 2 oras de tarde, fabricamos ao pé de um rio chamado Ancula pela banda de cá, sem chuva, encontramos com pretos negociantes de Sal que hião procurar mantimentos no citio do dito potentado Anpala, andamos com o Sol da mesma forma.

51.º

“Segunda feira 25 saimos do pé do rio Ancula em que levantamos ao Cantar de galo, vindo-nos Subindo com o mesmo rio Ancula, pasamos um riacho de pequena Largura, e durante a marcha viemos para outro pouzo dezerto, e ao pé do dito rio Ancula, pela banda de cá, e entramos no cerco dos Casadores, chegamos ao meio dia sem chuva, e andamos com o Sol a cara, não incontramos com ninguem.

52.º

“Terça feira 26 saimos do rio Anonla, levantamos as 6 oras de menhaã pasamos dois rios de pequenas larguras que ignoramos os nomes, e durante a viagem viemos para o Citio de hum preto chamado filho do potentado Pande de noma

Muana Auta o qual não fallamos com elle por ter hido para o citio de Pay, e nos mandarão entrar nas cazas dos Povos do mesmo Potentado Pande, chegamos ao meio dia, e ao pé de hum rio chamado RiLomba, e demos de presente dois xua-bos, e cem cauris, e sendo a tarde fui a caça e matei hum viado a tiro, e os Escravos de noso Guia apanharam huma Bufra morta, que tinha matado o Lião. não encontramos com ninguem.

53.º

“Quarta feira 27 saimos do citio chamado Muana Auta Levantamos as 2 oras de menhaã, pasamos hum riixo chamado Quimane, e durante a viagem, viemos para o citio de potentado chamado Pande, o qual não avistamos com elle no dia que chegamos, e somente mandou ospedar o Guia que vinha-mos com hum garrafão de bebida chamada ponbe, e trazendo recado o portador delle dito que estava occupado com portadores do Rey Cazembe, e que com mais sucego nos avis-tava com elle, chegamos no dito citio as 2 oras de tarde, fabricamos noso cerco ao pé de ãm rio chamado Murucuxy pela banda de lá, andamos com o Sol a Cara, não encontramos com ninguem. —,,

54.º

“Quinta feira 28 parados cauzado do dito potentado, assim como tambem sexta feira, Sabado, e Domingo, para tratarmos com elle a nossa viagem por ser Maior do Rey Cazembe, que viemos derigidos ao Muropue para o Rei Cazembe, nos despachar com seo Guia que achar Capaz para nos Levar para a vila de Tete a entregarmos huma Carta para o Illustrissimo Senhor Governador da dita vila mandado por El-Rey que elles nomeão Musneputo, e demos de presente vinte chuabos de boa qualidade de fazenda de lãa, e elles nos offereceo dois quicapos de milho muido e trinta postas de Carne de Bufra seca, e respondeu que podia-mos seguir a nosa viagem, e ir tratar a nosa pertença. —,,

55.º

“Segunda feira 1.º de Outubro, saimos no citio do potentado Pande, levantamos as 6 oras de menhaã pasamos dois rixos de pequenas larguras, e durante a viagem viemos para

o citio de ãm preto chamado Cabiumbo Camara, o qual não falamos com elle no dia da chegada, e só vierão no noso pouzo, dois pretos que vinhão nos ver, e não demos nada de presente, chegamos no mesmo as duas oras de tarde, e não tivemos perceguição de davidas, entramos nas cazas dos viajantes que vãm em Cazembe, andamos com o Sol a Cara, e não encontramos ninguém.

56.º

“Terça feira 2 de outubro saímos do citio do preto Cabiumbo Camara, levantamos ao Cantar de galo, pasamos um rio que tinha-mos prenoitado, e durante a viagem viemos para o pouzo dezerto chamado Quidano, e ao pé de hum rio que ignoramos o nome, chegamos no dito ao meio dia, fabricamos noso cerco com chuva pela banda de cá, não encontramos com ninguém, e pasando-nos huma varja grande achamos bastantes azebras a pastarem na dita varja, e quando nos virão fugirão:—,,

57.º

“Quarta feira 3 saímos do pouzo dezerto Quidano, e levantamos as 2 oras de menhaã, pasamos hum rio de pequena Largura, e durante a viagem viemos para o citio antigo de hum preto chamado Luncongi ja despovoado, Chegamos no mesmo pouzo as 4 oras de tarde sem chuva, fabricamos noso cerco ao pé do riixo pequeno que ignoramos o nome, andamos com o Sol e Cara, e não encontramos com ninguém. —,,

58.º

“Quinta feira 4 saímos do citio despovoado do Lunconge, levantamos as 7 oras de menhaã, não passamos rio, e durante a viagem viemos para o citio novo do mesmo potentado Luncongi pela banda de lá de hum rio chamado Luvire o qual passamos em Canoa que poderá ter pouco mais ou menos doze Braças de Largura, e vai desembocar no rio Luapula, e entramos nas cazas do mesmo citio falamos com o dito preto Luncongi a nosa viagem que vamos para Cazembe, e demos de presente hum chuabo, e respondeo que o Rei Cazembe estava com Saude, e que elle ficava prompto para procurar de Cumer para o Guia que nos troxe e com isto invernamos hum dia Sesta feira, e troxe vinte e quatro postas de Carne

fresca para o dito Guia, e para nos outras vinte postas de Carne, e dizendo que no seu citio se achava famito de fome. —,,

59.º

“Sesta feira 5 saimos do citio de Lunconge, e levantamos as 6 oras de menhaã, pasamos dois rios que ignoramos os nomes, os quaes vão desembocar no rio Luvire, e durante a marcha viemos para o pouzo dezerto, e ao pé do mesmo rio Luvire vindo-nos decendo com o dito rio chegamos no mesmo pouzo as 3 oras de tarde, fabricamos noso cerco com bastante chuva, andamos com o Sol a Cara não encontramos com ninguem. —,,

60.º

“Sabado 6 saimos do pouzo dezerto, e que levantamos ao cantar de galo, sem chuva, não pasamos rio e durante a viagem, viemos para o citio do menor potentado chamado Muene Majamo Amuaxi falamos com elle a nosa viagem, que vamos para o Rey Cazembe, e não demos nada de presente chegamos no dito citio as duas oras de tarde, fabricamos nossas Barracas ao pe do rio chamado Musumbe pela banda de lá, não incontramos com ninguem, e não vimos raridade de qualidade.

61.º

“Domingo 7 saimos do citio do preto Muene Majano, e levantamos as 7 oras de menhaã, não pasamos rio e viemos para o citio de potentado chamado Muaxy, falamos com elle a nosa viagem que somos dirigidos ao Rey Cazombe por ordem do Muropue, e respondeo, que o herdeiro do Estado de Cazembe estava com saude, e que elle de sua parte nos ospedava por parte do mesmo Rey Cazembe, e invernamos um dia para nos dar mantimentos, chegamos no dito citio ao meio dia e nos mandou entrar nas Cazas de seus Escravos, andamos com o Sol a Cara, e não incontramos com ninguem, e demos de prezente Sette Chuabos e um Espelho piqueno, e elle nos deo sinco quicapos de milho Muido, e secenta postas de Carne, e nos dise que sigão a sua viagem.

62.º

“Segunda feira 8 saimos do citio do potentado Muaxy,

levantamos as 5 oras de menhaã, pasamos ãm riixo de pequena largura que ignoramos o nome, edurante a viagem viemos para o pouzo dezerto, e ao pé de hum rio de pequena largura de pedra por dentro que ignoramos o nome, chegamos no dito dezerto as 4 oras de tarde sem chuva, fabricamos noso Cerco ao pé do mesmo rio pela banda de cá, incontramos com tres pretos que hião comprar Sal no Citio de Muaxy que assima dito, e terem vindo no Côrte do Rey Cazembe, andamos com o Sol a Cara, e não vimos nada de raridade. —,,

63.º

“Terça feira 9 saimos do pouzo dezerto, em que levantamos as 2 oras de menhaã pasamos sinco riixos que ignoramos os nomes, e vindo-nos subindo com oiteiro chamado Cunde Irugo, e durante a viagem, pasamos hum rio chamado Cavulancango, e levantamos as 6 oras de menhaã digo Cavulancango o qual poderá ter pouco mais ou menos sete braças de Largura que nos deo agoa na Sintura no passar, e vai dezebocar no Rio Luapula, chegamos no dito pouzo ao meio dia, fabricamos noso Cerco ao pé do mesmo Rio pela Banda de Lá, incontramos com seis pretos Escravos do Cazembe, que hião para o Citio do Muaxy, não tratamos nada com elles, andamos com o Sol da mesma forma.

64.º

Quarta feira 10 saimos ao pe do rio Cavulancango, levantamos as 6 oras de menhaã, não pasamos rio, subindo com o mesmo oiteiro Conde Irugo, e durante a marcha viemos para outro pouzo dezerto, e ao pé de ãm rio de pequena Largura chamado filho de Cavulacango, em sima do mesmo oiteiro, chegamos no dito pouzo, as 2 oras de tarde sem chuva, e entramos no Cerco dos viajantes pela banda de Lá do mesmo rio, andamos com o Sol da mesma forma.

65.º

“Quinta feira 11 saimos do pouzo dezerto, e em sima do oiteiro levantamos as 2 oras de menhaã, pasamos dois riixos correntes, e durante a Marcha viemos para outro dezerto em sima do mesmo oiteiro, chegamos as 6 oras de tarde com chuva, fabricamos noso Cerco, não incontramos com ninguem.

66.º

“Sesta feira 12 saimos em sima do oiteiro, levantamos as 7 oras de menhaã, pasamos 7 riachos de pequenas Larguras e desembocão no rio Luapula, e viemos para outro dezerto. e ao pé de hum rio de pequena Largura, onde achamos Cerco feito não encontramos com ninguem andamos com o Sol a Cara.—,,

67.º

“Sabado 13 saimos do pouzo dezerto, levantamos as 2 oras de menhaã, pasamos dois riachos, e a bom andar pasamos hum rio chamado Lutipuca de sinco braças de Largura, e vai desembocar no Luapula, e durante a viagem viemos para ãm citio do maior de Cazembe chamado Sôta, e o qual não achamos no citio por ter hido levar tributo ao Cazembe chegamos as 2 oras de tarde sem chuva, não incontramos com ninguem, e não tratamos nada de davidas.

68.º

“Domingo 14 saimos do citio do Souta levantamos a madrugada pasamos segunda vez o Rio Lutipuca a pé, e durante a viagem, viemos para o pouzo dezerto, e ao pé de hum riacho que ignoramos o nome chegamos ao meio dia no dito pouzo, e ja andamos com o Sol ao Lado direito, não incontramos com ninguem.

69.º

“Segunda feira 15 saimos do pouzo dezerto, no qual levantamos as 5 oras de menhaã, não pasamos rio, e durante a viagem, viemos para outro dezerto e ao pé do Rio Lutipuca o qual viemos decendo com elle dito rio chegamos no mesmo ao meio dia sem chuva, andamos com o Sol ao Lado direito, não incontramos com ninguem, e não vimos raridade.

70.º

“Terça feira 16 saimos do pouzo dezerto levantamos as 6 oras de menhaã não pasamos rio, e durante a viagem viemos para o Citio de ãm potentado menor de Cazembe chamado Munxaqueta, salamos com elle a nosa viagem que vamos ter com o Rey Cazembe, e nos mandou agazalhar nas Cazas dos seus povos, e chegamos no mesmo Citio as 2 oras de tarde, demos de presente quatro xuabos de Serafina, e nos

respondeo que estimou o seu presente, e nos insinou o Caminho, e não tratamos mais nada.

71.º

“Quarta feira 17 saimos do citio do Munxaqueta, e levantamos ao Cantar de galo, vindo-nos pasando ũma grandiosa varja com piquena agoa, a qual poderá ter pouco mais ou menos dez legoas do comprimento, e cheia animaes, azebras, bufras, viados, corsas e mais outros animaes que não sabemos os nomes, e viemos, para o citio de outro potentado chamado Muaxies, e com seu Irmão também chamado Quicola falamos com elles a nosa viagem que vamos dirigidos ao Rey Cazembe, chegamos no mesmo citio as 4 oras de tarde, e demos de presente aos dois potentados doze chuabos, e responderão que o Rey Cazembe se achava com Saude, não encontramos com ninguem, e andamos com o Sol da mesma forma.

72.º

“Quinta feira 18 saimos do citio do Munxaqueta: levavamos as sinco oras de menhaã, sem chuva, vindo-nos, cortamos dita varja ao poente dela pasamos em Canoa o rio Luapula, e demos aos pilotos dois chuabos de fazenda de lãa, e viemos para o citio de ũm preto chamado Tambo Aquilala, falamos com elle a nosa viagem que viemos do Muropue ter com Rey Cazembe, e tratarmos nosas dependencias, chegamos no dito citio as 4 oras de tarde, e fabricamos ao pe do mesmo citio, o mesmo rio Luapula, poderá ter pouco mais ou menos sincoenta e sette braças de largura, o qual não sabemos onde vai desembocar Não encontramos com ninguem.

73.º

“Sesta feira 19 saimos do citio do Tambo Aquilala, levantamos as 6 oras de menhaã não pasamos rio, e vindo-nos decendo com o mesmo rio Luapula, e viemos para o citio da Irmã do mesmo Cazembe chamada Pemba ao pé do mesmo rio, e logo nos mandou agazalhar nas Cazas dos seus povos, e no mesmo dia da chegada nafalamos com ella, chegamos no mesmo citio as 2 oras de tarde não encontramos com ninguem.

74.º

“Sabado 20 Parada no dito citio da Irmã do Cazembe por ordem dela mesma, e sendo as duas oras de menhaã nos mandou chamar e fomos dentro dos seus muros, e nos perguntou de donde vinhamos respondemos que viemos de Angola, e chegamos na Corte de Muropue, o qual nos entregou este noso Guia, e virmos ter com o Rey Cazembe voso Irmão para nos conceder Licença hirmos a Villa de Tette, a qual respondeo que estava muito bonito o seu Muropue mandar brancos ter com seu Irmão, o que nunca fizerão os antepaços dos Muropues, e que era grande fortuna do Erdeiro do Estado de Cazembe seo Irmão, e nos ofereceo huma Cabra grande e quarenta peixes frescos, e duas garrafas de bebida chamada pombe, e seis quicapos de farinha de mandioca seca, e demos de presente trinta e dois xuabos, hum Copo azul, ãm Mozenzo de cem pedras brancas, respondeo que ficava obrigada da sua dadiva, e invernamos para a dita mandar dar parte ao Rey Cazembe da nosa chegada como se obrigação della aparecer todo o viajante mandar participar ao Irmão, e com isto estivemos a espera seis dias no citio della, e vierão os portadores em busca de nos. —,,

75.º

“Sabado 27 saimos do citio da Irmã do Cazembe levantamos as 7 oras de menhaã sem chuva, vindo-nos decendo com o rio Luapula, pasamos hum rio de duas braças de largura, que ignoramos o nome, e vai desembocar no mesmo Luapula, e durante a viagem viemos para o citio de hum preto chamado Murumbo, chegamos no dito citio ao meio dia, não incontramos com ninguem, andamos com o Sol ao Lado direito, e entramos nas Cazas dos de citio e não vimos nada de raridade.

76.º

“Domingo 28 saimos do citio do Murumbo, levantamos as 2 oras de menhaã, e vindo-nos decendo com o rio que assima dito ao Lado Esquerdo, pasamos dois rios Lufubo, e Capueje que vão desembocar no mesmo rio, e durante a viagem, viemos para o citio de hum preto chamado Gando e ao pe de hum rio chamado Gona, no qual citio não tratamos

nada de dadas, chegamos as 6 oras de tarde, andamos com o Sol da mesma forma.

77.º

“Segunda feira 29 saímos do citio do Gando, e ao pé do rio Gona levantamos as 5 oras de meohaã pasamos dois rios Belenje, e outro ignoramos o nome, e durante a viagem viemos para o citio de hum preto chamado Canpungue, e chegamos no dito citio as 3 oras de tarde, encontramos com bastante gente do Rey Cazembe carregados de Lenha, e demos de presente ao dito preto Canpungue um chuabo de Zuar-te, e nos disse que sigão a viagem que o Cazembe estava a espera de nos. —,,

78.º

Terça feira 30 saímos do citio do preto Canpungue, levantamos as 7 oras de menhaã sem chuva, não pasamos rio, e durante a viagem viemos para o citio de hum preto chamado Luiagamãra do Cazembe, chegamos no mesmo citio as 4 oras de tarde, entramos nas Cazas dos mesmos, e ao pé de hum rio chamado Canengua de piquena largura que vai desembacar no rio chamado Mouva que se achia situado o mesmo Rei Cazembe, e não demos nada de presente ao dono do citio, e da hi mesmo fizemos parada a mandar-mos dar parte por nosa chegada hum dia e fazendo-nos um pouco de tempo veio o portador do mesmo Rei Cazembe, e trazendo-nos de ospedagem, quatro Murondos de bebida chamada ponbe, e cem postas de carne fresca juntamente com farinha de mandioca para nosa alimentação, e alem disso com recado que o Rei Cazembe nos mandava porora parar, no mesmo citio, e que elle mesmo nos mandava recolher com mais vagar: Amanhecendo-nos logo sendo as duas oras de menhaã nos mandou chamar por seu maior e com ordem para que em chegando ao pe dos muros dos seus maiores, tirase-nos tiros que pudese tirar que he para sinal de nos Viajantes chegar-mos na sua Corte, e nos mandou agazalhar em Caza do seu Porteiro das suas portas chamado Fumo Aquibery, e nese dia não tratamos nada sobre a nosa viagem que se não elle dito Rei Cazembe nos mandar mantimentos de farinha, peixe, carne fresca, e pombes, cabras, e cumeres ja feitos para nosa gente, e com gran-

de alegria nos ver e sendo menhaã nos mandou chamar que viessemos dizer o que nos traz; e o achamos asentado na sua rua Publica onde Custuma dar suas Sentenças a seus Póvos, e com todos os seus Potentados Maiores dos seus Concelhos, elle todo vestido de seus panos de seda, velado, missanga de varias qualidades nos Braços, e pes rodeado do seu Pouvo e com todos seus instrumentos de grandeza de Barbaridade, e mandou dizer, que fallase o Guia que com elle viemos do seu Muropue: Falou o Guia que ahy lhe trago brancos de ElRei que elles chamão Muenuputo, vir comunicar com vos Rei Cazembe, e os tratar bem sem malicia, executando os desejos que elles vem encarregados, conceder-vos Rey Cazembe Licença juntamente com seu Portetor que vos achar capaz para os Levar na Vila de Tette a entregar huma Carta ao Hustrisimo Senhor Governador da dita vila, recomendados com esta ordem de donde vierão que he Angola, e nisto tambem manda recomendar bastantemente o seu Muropue fazer todo o necessario para despaxar ditos viajantes onde desejão e os tornar a mandar-lhes para o dito Muropue os mandar entregar de donde vierão. Respondeo o Rey Cazembe que estimava muito e não pouco o seu Muropue mandar-lhe viajantes que vierão Longe, e que a maito tempo elle tambem anda com intentos de abrir o caminho de Sena, assim como ficar tão alegre de ver viajantes de Muropue, e que nunca fizerão os antepaçados Muropues, e que hade executar tudo que for no posivel e não so dar guia que senão elle mesmo pessoalmente levantar para o arrial de Guerra, a hir combatendo os Salteadores Ladroens que no Caminho se achão que inpedem o Caminho para os viajantes que querem vir comonicar com elle Rey Cazembe, tinha-mos partido com o mesmo Rey Cazembe té em hum citio dos seus Povos que ficava coiza de meia Legua do referido Rey com bastante Guerra para nos vir fazer pasar no dito Caminho, e depois houve perturbação dos seus Povos não quererem guerriar, e ficou a deligencia frustrada, e voltamos com elle para o citio contra a sua vontade, e entrou a mandar botar fora os Potentados, e outros a cortarem as orelhas, e outros forão pagando Cabeças, e manilhas e no segundo mez nos entregou o seu mais Potentado chamado Muenepanda para

nos vir trazer com mais Povos, e chegando-nos no hum Pouzo dezerto chamado Quipire voltou para traz, e dizendo que na Villa de Tette era muito Longe, e a guerra que elle dito Muenepanda levava para combater os Potentados que no Caminho se achavão era poucos e que não quer-se meter em risco, e voltamos com elle, e fazendo-nos meio Mez nos appareceo o Preto de Gonsalo Caetano Pereira de nome Nharugue, partimos com elle té que chegamos nesta vila de Tete. Ditto Rey Cazembe é um Preto muito tinto e rapagão barba razeira olhos vermelhos muito conversario com brancos negociadores que na sua Corte vem a Negociar, coiza de semente farinha de mandioca milho curro, milho muido, feijão, canas bastante, peixe que pescão seus Povos no Rio que ao pe delle está chamado Muova as pontas de marfim, vem na outra banda do Rio Luapula que vem tributar seus Povos, e as pedras verdes vem na terra chamada catanga, negociadores vem a nação Muizas, a comprar marfim a troco de fazenda, e outra nassão chamada Tungalágazas que trazem cativos, e manilhas de Latão, cauris, e azeite de palma, e alguma fazenda que ditto Rey Cazembe tem, vem no Cola terra de Muropue, e missanga groça vistoza no dito territorio bastante Sal, que tirão na mesma terra, e tem tambem outra qualidade de Sal de pedras que vem em tributos na Salina que está no Caminho da terra do Mulopue chamada, Luigila, onde se acha um seo potentado, e Parente chamado Quibery a tomar sentido da dita Salina, assim como mandar tributos ao seu Muropue do mesmo Sal, e fazendo que elle compra com os viajantes que do Muropue vem. Não asentei os dias de Inverno que passamos no Caminho procedido de molestias, e não vi mais nada na Corte do Rey Cazembe, que me esquecese a escrever que senão o que está declarado. —,,

(Continuar-se-ha.)

AVISOS AOS NAVEGANTES.

N.º 2.

Trinity House, Londres, 6 de Janeiro de 1843.

HAVENDO fundamento para acreditar que não tem sido geralmente conhecida a traducção da noticia publicada pelo Governo francez sobre as alterações que houveram nos faroes de cabo *Grinez*, e ponta *Alperck*, não obstante a publicidade que se lhe deu em Março ultimo, por ordem dos Lords do Almirantado; motivo por que novamente se publica agora a referida noticia para ulterior conhecimento dos que navegam no canal d'Inglaterra, a qual é do theor seguinte:

Repartição Hydrografica do Almirantado, 18 de Março de 1842.

(Communicado pelo Governo francez.)

Alterações nos faroes de cabo Grinez, e da ponta d'Alperck, da banda meridional do estreito de Dover.

O farol fixo estabelecido sobre o cabo *Grinez* em Novembro de 1817. na lat. $50^{\circ} 32' 10''$ N., e na long. $1^{\circ} 35' 9''$ a Leste de Greenw., do 1.º de Julho em diante tornar-se-ha em um farol de rotação, cujos eclipses durarão meio minuto: desde então cessará o facto addicional estabelecido em 1838 junto ao dito farol.

O novo farol de rotação será visivel na distancia de 8 legoas, e distingue-se do farol de *Calais* pela differença dos intervalos, porque no de *Calais* os intervalos são de minuto e meio, e no de cabo *Grinez* apenas duram meio minuto: ainda mais se distingue em razão dos intervalos do farol de *Calais* serem completamente escuros, quando no de *Grinez*, mesmo durante elles, os navios podem avistar uma luz fraca na distancia de 4 legoas.

Farol da ponta d'Alperck.

No mesmo dia o farol fixo da ponta d'*Alperck*, na lat. $50^{\circ} 41' 37''$ N. e na long. $1^{\circ} 33' 54''$ a Leste de Greenw., mudará de dois em dois minutos em clarões de luz avermelhada, que hão de durar tres segundos.

Este farol não será visivel a mais de 4 legoas de distancia.

Por ordem

J. Herbert, Secretario.

N.º 3.

Trinity House, Londres, 19 de Janeiro de 1843.

Os Lords do Almirantado ordenaram que fosse communicada a esta corporação a seguinte noticia, a qual se faz publica para geral conhecimento dos navegantes:

Repartição Hydrografica do Almirantado 2 de Janeiro de 1843.

Farol de Neustadat.

A Junta do Commercio e das Alfadegas em Copenhague fez publico que se estabeleceu um farol de luzes interpoladas na ponta de *Pelaerhagen*, no golfo de *Lubek*, perto da entrada do porto de *Neustadat*, o qual mostra um forte clarão de dois em dois minutos, e durante os intervallos deixa ver uma luz muito mais fraca; sendo cada clarão precedido e seguido de uma instantanea escuridade. A lanterna está 48 pés elevada sobre a superficie do mar, por conseguinte os grandes clarões em tempo limpo podem-se avistar a 8 ou 9 milhas de distancia; e a luz mais fraca será visivel na distancia de perto 6 milhas.

A torre do farol é caiada, e está situada na lat. $54^{\circ} 5' 17''$ N., e na long. $10^{\circ} 51' 54''$ a Leste de *Greenw.*, demorando ao N. $4\frac{1}{2}$ NE. d'agulha de *Travemunde* na distancia de quasi duas legoas, e perto de meia legoa ao SE. 4 E. da entrada do porto de *Neustadat*.

Farol de Falsterbo.

O Governo Sueco acaba de fazer publico, que o antigo lume de carvão de pedra foi de novo collocado no farol de *Falsterbo*, em lugar da lanterna provisoria que esta Repartição annunciou em 6 de Julho ultimo; porém que no proximo verão a luz da lanterna tornará a ter lugar, até que esteja prompto o aparelho dos novos candieiros.

Por ordem

J. Herbert, Secretario:

(*Nautical Magazine.*)

ACTAS DA ASSOCIAÇÃO.

TERCEIRO ANNO.

SESSÃO 7.^a

Presidencia do Ex.^{mo} Sr. Vice-Almirante, Antonio Manoel de Noronha.

ABERTA a Sessão, foi lida e approvada a acta antecedente.

O Sr. Presidente annunciou, que conforme a resolução tomada na ultima Sessão, sobre a proposta do Secretario Louzada d'Araujo, para o effeito de se enviar uma deputação da Associação a cumprimentar e beijar a Mão de Sua Magestade a Rainha, no seu dia natalicio; se dirigira logo ao Excellentissimo Senhor Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar; o qual, quando-se levar á Presença de Sua Magestade os respeitosos desejos da Associação, foram elles benignamente acolhidos pela Mesma Augusta Senhora, determinando que a deputação gozasse a honra de ser admittida, em audiencia particular, como em occasiões identicas se costuma praticar com a deputação da Academia Real das Sciencias, e logo apoz esta. Que com o mesmo Excellentissimo Ministro, elle (Presidente) assentára, que a deputação seria composta de todos os Socios, que no faustissimo dia 4 d'Abril concorressem ao Paço, e assim foi ella luzida e numerosa; e sendo á hora indicada introduzida na Real Presença, e apresentada a Suas Magestades pelo Excellentissimo Ministro da Marinha, elle (Presidente) tivera a gloria de ser o primeiro, que por modo tão distincto e solemne foi depositar aos pés do Throno os sentimentos de fidelidade, amor, e respeito, que a Associação tributa á Sua Soberana e Protectora; e os seus ardentes votos pelo prospero volver daquelle dia affortunado, hoje duplicadamente festivo para a Associação, por ser aquelle em que recebera a graça inapreciavel, com que Sua Magestade a distinguira, e muito a honrara; e com a sua natural affabilidade aprouvera escutar as suas puras demonstrações de jubilo e de lealdade. O Sr. Presidente terminou, dizendo, que a maneira distincta com que a Associação acabava de ser honrada por Suas Magestades, a devia muito regozijar e ennobrecer, pois que era uma prova incontestavel do apreço e consideração em que Suas Magestades tinham esta Associação, e os seus trabalhos; o que essencialmente contribuiu para o seu credito e estabilidade.

A Assembléa ouviu este relatorio com vivo interesse; e, a requerimento do Secretario Louzada d'Araujo, foram votados agrade-

cimentos ao Sr. Presidente, pelo quanto havia contribuido para se obter a graça que a Associação vinha de alcançar; e que o relatório, que S. Ex.^a acabava de fazer, fosse na sua integra consignado na acta. O Sr. Presidente pediu que os agradecimentos fossem dados ao nosso Socio, o Excellentissimo Ministro da Marinha e Ultramar, sem cuja cooperação, e melhor vontade para felicitar a Associação, mal poderia alcançar a graça recebida da Soberana; e assim foi unanimemente decidido.

Expediente. — Leram-se tres officios: o primeiro do Sr. Barão de Tilheiras, Official Maior da Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino; o segundo do Sr. Conselheiro Lucas José de Sá e Vasconcellos, Official Maior da Secretaria d'Estado dos Negocios Ecclesiasticos e da Justiça; e o terceiro do Sr. Conselheiro Antonio Joaquim Gomes d'Oliveira, Official Maior da Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros; os quaes têm por objecto agradecer á Associação, em nome dos Ministros e Secretarios d'Estado daquellas Repartições, a offerta dos Annaes.

Pelo Socio Honorario, o Sr. Antonio Barão de Mascaranhas, foi enviado o numero de Março do *Colonial Magazine*, e um impresso, com a descripção da carruagem aeria movida a vapor, que inventara William Samuel Henson.

O Sr. Tavares de Macedo offereceu, em nome do Sr. Albano Antero da Silveira Pinto, alguns documentos inéditos relativos á conquista de Diu; e propoz o mesmo Sr. para Socio effectivo: mandou-se agradecer a offerta.

O Sr. Kol leu, no impedimento do relator da Secção do Ultramar, dous pareceres da mesma Secção.

O Sr. Sub-Secretario Marques Pereira leu outro parecer da Secção de Marinha militar, na ausencia do respectivo relator. Todos estes pareceres ficaram para entrar em discussão opportunamente.

Teve segunda leitura, e entrou em discussão a proposta do Sr. A. B. de Mascaranhas, para que se solicite e publique nos Annaes, annualmente, uma estatistica de todas as embarcações, que se empregam no commercio do reino e dominios, suas lotações, numero de marinheiros, e mais circumstancias relativas a este assumpto. O Sr. Marques Pereira mostrou que os fins desta proposta estavam já prevenidos, por quanto a Associação possuia, e tinha a offerta dos dados estatísticos alli lembrados, pelo que pertence ao commercio de Lisboa e Porto. O Secretario Louzada d'Araujo observou a conveniencia de levar-a a effecto pelo que respeita tambem ás provincias ultramarinas, como indica a proposta: fallaram ainda os Srs. Presidente, Kol, e Tavares de Macedo; e sendo a final approvada a proposta, se mandou remetter á Commissão permanente d'Estatistica, para que, recolhendo quanto se haja obtido sobre a materia, suscite o que lhe parecer conveniente para desenvolver e completar o pensamento na mesma consignado.

Foram approvados unanimemente Socios effectivos os Srs. Antonio Joaquim Freire Marreco, e Manoel Maria Coutinho d'Albergaria Freire, propostos na ultima Sessão.

O Sr. Presidente convidou os Socios encarregados de obter da Secretaria do Ultramar os documentos mencionados no officio daquelle Ministerio, de 10 de Janeiro ultimo, a dar conhecimento á Associação do que tiverem alcançado. Suscitou-se um acalorado debate em que tiveram parte os Srs. Marques Pereira, Tavares de Macedo, Alves, Kol, Louzada d'Araujo, e o mesmo Sr. Presidente, no qual se deram varias explicações acerca dos documentos já obtidos, e do systema adoptado pela Comissão de Redacção para a sua publicação nos Annaes. Este incidente terminou, dizendo o Sr. Tavares de Macedo, que satisfaria aos desejos da Assembléa, manifestados na discussão, participando-lhe regularmente a aquisição, que se fizer desses documentos.

Ordem da noute. — Parecer da Secção do Ultramar sobre a Memoria offerecida pelo Sr. Antonio Gregorio de Freitas, com o titulo = *Ensaio physico e politico da ilha de S. Nicoláo, por Antonio Pussich, Intendente da Marinha nas ilhas de Cabo Verde no anno de 1803* =. A Secção é de parecer que, attendendo á época distante em que a Memoria foi escripta, e ao quanto as cousas têm mudado do estado em que alli são descriptas, e outras circumstancias que aponta, a Memoria se deve guardar no archivo, para ser consultada por quem o deseje; agradecendo-se ao digno Socio, que a offereceu. Foi approvedo sem discussão.

O Sr. Presidente fechou a Sessão, dando para Ordem da seguinte, os pareceres das Secções, que ha pouco foram lidos.

Sala das Sessões, em 2 de Maio de 1843. = O Secretario, *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.*

SESSÃO 8.^a

Presidencia do Ex.^{mo} Sr. Vice-Almirante, A. M. de Noronha.

Aberta a Sessão, leu-se e foi approvada a acta da antecedente, depois de algumas reflexões sobre o seu contexto, e methodo da sua publicação nos annaes.

Expediente. — Cartas do Sr. Conselheiro Antonio Joaquim Gomes d'Oliveira, Official Maior da Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros; e do Sr. Visconde de S. Leopoldo, Presidente do Instituto Historico Brasileiro, agradecendo a remessa dos Annaes.

O Secretario Louzada d'Araujo propoz, que a Associação enviasse uma deputação a cumprimentar o distincto Socio, o Eminentissimo Senhor Patriarcha de Lisboa, pela sua confirmação na Sé

Metropolitana, como já praticara por ocasião da sua elevação áquella eminente dignidade. Foi approvada a proposta, e que a mesa fosse encarregada desta honrosa missão.

O Sr. Sub-Secretario Marques Pereira propoz para Socio effectivo ao Sr. Antonio Justino Machado de Moraes, Official da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar; e pelo Sr. João da Costa Carvalho foi proposto o Sr. Doutor Lourenço José Moniz, membro da Commissão portugueza e britannica no Cabo da Boa Esperança.

Ordem da noute. — Procedeu-se á votação para a admissão do Sr. Albano Antero da Silveira Pinto, proposto na Sessão antecedente, e foi approvedo unanimemente.

Entrou em discussão o parecer da Secção do Ultramar, dado sobre a proposta do Sr. Feliciano Antonio Marques Pereira, apresentada na Sessão de 16 de Agosto de 1842, para fomento da plantação da amoreira, e educação do bicho da seda nos Estados da India. — A Secção approva o pensamento da proposta, e discorrendo sobre a sua utilidade, e modo de a colher, é de parecer, que melhor se realisará, convidando-se a Sociedade Patriótica Agricola dos baldios das provincias das Novas Conquistas, para fazer nas suas terras os convenientes ensaios; afim de dar pelo seu exemplo e pela sua influencia o desenvolvimento, que mais convenha a este importante germen de riqueza. Fallaram os Srs. Marques Pereira, Kol, e Louzada d'Araujo, o qual deu varias noções locais a este respeito; e o parecer foi em seguida approvedo.

Seguiu-se a discussão de outro parecer da Secção da Marinha de guerra, sobre a proposta apresentada em Sessão de 3 d'Abril ultimo pelo mesmo Sr. F. A. Marques Pereira. — A Secção diz, que se approve a primeira parte da proposta, como muito vantajosa e util; e que quanto á segunda parte se resolva depois de redigido o Repertorio, que faz o seu objecto. Seguiu-se uma breve discussão sobre a intelligencia desta ultima parte do parecer, que a final foi approvedo; e que a Commissão *ad hoc* fosse de tres membros, eleitos por escrutinio,

Procedeu-se a esta eleição. O Sr. Presidente convidou para escrutinadores aos Srs. João da Costa Carvalho, e Fortunato José Ferreira; e ficaram eleitos os Srs. Antonio Lopes da Costa e Almeida, Feliciano Antonio Marques Pereira, e Antonio Gregorio de Freitas.

O Sr. Manoel Maria Coutinho agradeceu á Assembléa a sua admissão para Socio, protestando a sua coadjuvação, quanto em suas forças couber.

O Sr. Presidente fechou a Sessão, por ser a hora adiantada, dando para Ordem da seguinte a continuação da de hoje.

Sala das Sessões, em 15 de Maio de 1843. — O Secretario, *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.*

PARTE OFFICIAL.

REPARTIÇÃO DA MARINHA E DO ULTRAMAR.

DISPOSIÇÕES GOVERNATIVAS.

MAIO DE 1843.

1. OFFICIO ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros. — Participando-lhe haver sahido, no dia 27 de Abril proximo passado, a corveta *Urania* e a escuna *Esperança*, com instrucções para se empregarem na perseguição do trafico da escravatura na costa occidental da Africa e ilhas de S. Thomé e Príncipe.

Idem. OFFICIO ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros. — Comunicando-lhe o haver-se ordenado ás Juntas da Fazenda de Angola e Cabo Verde, para pagarem aos membros da Commissão Mixta os respectivos ordenados.

2. CARTA DE LEI. — DONA MARIA, por graça de Deos, Rainha de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as Côrtes Geraes decretaram, e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.^o O Governo é autorizado para, na ausencia das Côrtes, e em Conselho de Ministros, tendo ouvido o Conselho d'Estado, decretar provisoriamente as providencias, que a urgencia ou o bem das provincias ultramarinas exigirem.

Art. 2.^o O Governo, em virtude das faculdades, que pelo artigo antecedente lhe são concedidas, poderá autorisar os Governadores Geraes das mesmas provincias ultramarinas, para que, ouvido o respectivo Conselho, possam providenciar os casos occorrentes todas as vezes que a demora dos recursos á metropole comportar compromettimento da segurança do Estado, ou prejuizo irreparavel em seus interesses essenciaes, dando immediatamente parte ao Governo das medidas que assim tiverem adoptado.

Art. 3.^o O Governo fica responsavel pelo uso da authorisação, que por esta lei se lhe concede, devendo dar parte, na primeira reunião das Côrtes, de tudo quanto a este respeito se tiver praticado.

Art. 4.^o Fica revogada toda a legislação em contrario.

Mandamos por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e fa-

cam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Paço das Necessidades aos dois de Maio de mil oitocentos quarenta e tres. = A RAINHA com Rubrica e Guarda. = *Joaquim José Falcão.*

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das Côrtes Geraes, de vinte de Abril proximo passado, que autorisa o Governo, na ausencia das Côrtes, a decretar provisoriamente as providencias que a urgencia ou o bem das provincias ultramarinas exigirem, o manda cumprir e guardar como nelle se contém, tudo na fórma acima declarada. — Para Vossa Magestade ver. — *Eduardo Germack Possollo* a fez.

Idem. PORTARIA ao Administrador Geral das mattas. — Concedendo aos habitantes do lugar da Povia e casaes adjacentes, a porção de madeira necessaria para o concerto da capella da sua povoação.

Idem. PORTARIA á Comissão encarregada da reforma das alfandegas do ultramar. — Nomeando, para substituir naquella Comissão, na falta do Capitão Tenente, Pedro Alexandrino da Cunha, e José Angelo de Barros, o Capitão Tenente, João Maria Ferreira do Amaral, e José Alexandre Pinto.

Idem. PORTARIA ao commandante da estação naval da costa occidental da Africa, o Capitão Tenente, Pedro Alexandrino da Cunha. — Tendo sido presente a Sua Magestade a Rainha o officio que o commandante da estação naval da Africa occidental, o Capitão Tenente d'Armada, Pedro Alexandrino da Cunha, dirigio a este Ministerio, em cinco do mez proximo passado, sollicitando varias obras de agricultura, edificação, e technologia, nas vistas de difundir estes tão uteis conhecimentos pelas differentes colonias da provincia de Angola: manda a mesma Augusta Senhora, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, remetter ao sobredito commandante os seis exemplares de cada uma das obras constantes da inclusa relação, afim de serem, gratuitamente, distribuidas não só pelos habitantes da referida provincia de Angola, mas tambem pelos de S. Thomé e Príncipe, que, sendo senhores de roças, estão nas circumstancias de melhorar adequadamente, pela leitura das citadas obras, a cultura e os variados productos de que são susceptiveis as suas respectivas propriedades, que, por falta daquelles conhecimentos, estão ainda longe do ponto de perfeição e vantagem a que podem chegar. Paço das Necessidades, em 2 de Maio de 1843. = *Joaquim José Falcão.*

Relação a que se refere a portaria desta data, dirigida ao commandante da estação naval da costa d'Africa occidental, o Capitão Tenente d'Armada, Pedro Alexandrino da Cunha.

Seis exemplares do Compendio sobre a cana do assucar.
Seis ditos — da Cultura Americana — dois volumes.

Seis exemplares — Ensaio sobre a theoria das torrentes e rios — um volume.

Seis ditos — Manual do Mineralogico — dois volumes.

Seis ditos — Fazendeiro do Brasil — tomo 1.^o, parte 2.^a

Seis ditos idem, tomo 2.^o, parte 3.^a

Seis ditos idem, tomo 3.^o, parte 2.^a

Seis ditos idem, tomo 3.^o, parte 3.^a

Seis ditos idem, tomo 4.^o, parte 1.^a

Seis ditos idem, tomo 5.^o, parte 1.^a

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, em 2 de Maio de 1843. — *Manoel Jorge de Oliveira Lima*.

Idem. OFFICIO ao Ministerio do Reino. — Remettendo-lhe os papeis relativos á eleição dos Deputados na provincia de Angola.

Idem. Desarmamento do brigue-escuna Vouga. — Desembarcados o Primeiro Tenente commandante, Paulo Centurini, e dois Aspirantes.

Idem. DECRETO. — Sendo de absoluta necessidade organizar convenientemente o curso d'estudos preparatorios para os officiaes da marinha de guerra, e estabelecer definitivamente a escola naval, tirando assim este especial e importante ramo de instrucção do estado provisorio em que foi deixado pelo decreto da creação da escola polytechnica, de onze de Janeiro de mil oitocentos trinta e sete, artigos 6.^o e 77.^o, e havendo-me sido, para este fim, apresentados dois projectos, um proposto pelo Director da referida escola polytechnica e outro pela Commissão creada por portaria de vinte e sete de Julho de mil oitocentos quarenta e dois, os quaes projectos, concordando em muitas de suas disposições, divergem com tudo em alguns pontos essenciaes, que convem maduramente discutir: hei por bem crear uma nova Commissão, composta de Matheus Valente do Couto, Director do observatorio de Marinha, do Doutor Philippe Folque, Lente da escola polytechnica, de José Maria Grande, Lente da mesma escola e Deputado em Côrtes, de Joaquim Cordeiro Feyo, Lente da aula de navegação, annexa á mesma escola, de Lourenço Germarck Possollo, commandante Director da companhia dos Guardas Marinhas, de Antonio Lopes da Costa e Almeida, Lente e segundo commandante da mesma companhia, e do Capitão Tenente da Armada, João Maria Fereira do Amaral, Deputado em Côrtes; servindo de Presidente o primeiro nomeado, e de Secretario o que de entre si escolherem; a qual Commissão, considerando attentamente os dois mencionados projectos, e as circumstancias especiaes, que se dão para a educação e vida dos officiaes de marinha, me proporá. pelo respectivo Ministerio, o que tiver por mais conveniente; esperando das luzes e zelo de todos os nomeados corresponderão inteiramente á confiança que nelles deposito. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar o tenha assim entendido e faça executar, expedindo, para este fim, as ordens

e communicações necessarias. Paço das Necessidades. tres de Maio de mil oitocentos quarenta e tres. = RAINHA. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Determinando que, em presença do mappa que se lhe remette, sobre as carregações de passageiros portuguezes, que têm entrado no Rio de Janeiro, como se fossem escravos, informe se taes carregações se podem julgar em contravenção das portarias de 19 de Agosto, e 5 de Outubro ultimos.

Idem. PORTARIA ao Conselho de Saude Naval. — Manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, remetter ao Conselho de Saude Naval o incluso regulamento da Repartição de Saude Militar do Estado da India, mandado executar por portaria de 23 de Janeiro de 1840, do Barão do Candal; o boletim n.º 7, de 15 de Fevereiro de 1841, contendo o regimento provisorio do Conselho de Saude Publica do dito Estado, approvado por portaria de 9 do mesmo mez e anno, do Governador Geral Interino, José Joaquim Lopes de Lima; o officio do Conselho de Governo Geral, n.º 282, de 17 de Agosto proximo passado, acompanhando o projecto de um plano geral de saude publica (o qual já foi remettido ao Conselho, em portaria de 7 de Outubro ultimo); e finalmente o officio n.º 392, de 21 de Novembro do anno proximo passado, incluindo por cópia a portaria n.º 1.410, de 5 do mesmo mez, pela qual o Governador Geral, Conde das Antas, approvou e mandou pôr provisoriamente em execução um outro plano de saude publica, a ella annexo, e precedido do respectivo relatorio. E ordena Sua Magestade que o mesmo Conselho, comparando estes planos com aquelles regulamentos, que antes existiam, proceda á confecção de um plano geral de saude não só para aquelle Estado, como tambem para todas as provincias ultramarinas, no qual se combine o methodo daquelle serviço, com a maior economia possivel, organisando estas repartições de maneira que todas fiquem debaixo da immediata direcção do Conselho de Saude Naval, na fórma do parecer do mesmo Conselho, em seu officio de 22 de Julho proximo passado. Sua Magestade manda igualmente remetter ao referido Conselho a cópia inclusa da representação que os povos de Salsete dirigiram ao Governador Geral, Conde das Antas, contra o plano posto em execução, e officios documentados n.ºs 70, 71, e 86, de 21 de Janeiro proximo passado, para lhe servirem de esclarecimento nos trabalhos a que tem de proceder, e com os quaes devolverá a esta Secretaria todos os papeis que ora se lhe remettem, e constam da relação junta. Palacio das Necessidades, 3 de Maio de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

5. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Para informar quaes eram os quadros que existiam anteriores ás portarias n.ºs 1 e 3, de 7 de Janeiro, as quaes regulavam os das feitorias de Diu e Damão.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Para informar qual era o quadro que existia no hospital militar de Diu.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Para remetter cópia dos actos em que se baseou o parecer da Comissão, relativo á concorrência das Novas Conquistas na eleição de Deputados ás Côrtes.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Approvando a proposta para que os medicamentos para a botica do hospital de Goa sejam fornecidos pelo hospital da marinha desta capital.

Idem. PORTARIA ao Conselho de Saude Naval. — Manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, remetter ao Conselho de Saude Naval, em additamento á portaria de 3 do corrente, as inclusas notas sobre alguns dos artigos do plano de saude, mandado pôr em execução no Estado da India por portaria do respectivo Governador Geral, de 5 de Novembro do anno passado. afim de que o mesmo Conselho as tome na consideração que merecerem, quando proceder ao trabalho de que, por aquella portaria, foi encarregado. Palacio das Necessidades, em 5 de Maio de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

6. PORTARIA ao Supremo Conselho de Justiça Militar, e ao Major General d'Armada. — Remettendo-lhes o processo do Conselho de Guerra feito ao Segundo Tenente d'Armada, Domingos Hilario da Fonseca Ferreira, na ilha do Principe.

8. PORTARIA ao Governador Civil de Lisboa. — Para mandar, na conformidade do parecer do Conselheiro Procurador Geral da Corôa, tomar posse do terreno do Baluarte da Alfarrobeira, como pertencente ao Ministerio da Marinha.

Idem. OFFICIO ao commandante da charrua *Principe Real*. — Para informar sobre o motivo que teve o Governador das ilhas de S. Thomé e Principe, Bernardo José de Sousa Soares d'Andréa, para não proclamar logo, naquellas ilhas, a Carta Constitucional.

9. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Para que o brigue que se acha em construcção no Porto, seja denominado *Douro*.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Para ordenar aos Capitães dos portos dos Açores e Madeira que remetam regularmente, aos trimestres, como já lhes foi ordenado, a estatística dos navios entrados e sahidos nos respectivos portos; e bem assim para que remetam (aquelles que ainda o não tiverem feito) a estatística de todo o anno de 1842.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Sendo presente a Sua Magestade a Rainha a necessidade de dar uma organização e ensino regular á marinhagem dos navios de guerra, afim de se poder sempre contar com o pessoal necessario, e devidamente habilitado para a tripulação dos mesmos navios, tirando por esta fôrma o

vantajoso resultado das consideraveis sommas que o Estado despende com o armamento naval: ha por bem a mesma Augusta Senhora determinar o seguinte :

1.º A bordo da embarcação de guerra , que parecer mais adequada para este fim , se formará um deposito de marinheiros propriamente ditos , escolhidos d'entre os que já têm praça nos navios do Estado , e daquelles que em futuro a tiverem.

2.º Neste deposito não será admittido individuo algum sem ser approvedo pelo Major General , inspeccionado pelo competente facultativo , e acompanhado de guia do Quartel General d'Armada.

3.º Além de todos os exercicios proprios da profissão , serão estas praças instruidas nos exercicios de artilheria , aos quaes deverão concorrer , sempre que seja possivel , as praças dos outros navios de guerra que se acharem fundeados no Téjo.

4.º Às praças do deposito se passará uma revista mensal a bordo ou , quando assim se julgar conveniente , no Arsenal da Marinha.

5.º Estas praças receberão todos os mezes pagamentos regulares , para o que , por este Ministerio , se expedirão as ordens convenientes.

6.º O fardamento ser-lhes-ha distribuido com regularidade , na conformidade de instrucções especiaes , que serão dadas a uma Comtssão para este effeito creada a bordo.

7.º O Major General d'Armada proporá immediatamente o navio mais proprio para o indicado deposito , e bem assim o commandante e mais officiaes que o devem guarnecer ; e um official da extincta brigada da marinha , que possa convenientemente dirigir os exercicios de artilheria.

O que manda , pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar , participar ao referido Major General , para seu conhecimento e execução. Paço das Necessidades , em 9 de Maio de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. OFFICIO ao Inspector do Thesouro Publico. — Participando-lhe haverem-se recebido os tanques de ferro , mandados vir para os navios de guerra , e bem assim devolvendo a conta da draga , na importancia de 750 libras , mandada vir por conta do Ministerio do Reino ; afim de se proceder ao pagamento do respectivo frete , e designar-se o que desta despeza pertence a cada Ministerio.

10. PORTARIA ao Intendente de Marinha e Capitão do porto de Lisboa. — Nomeando Piloto chefe do districto do Barreiro , ao Piloto examinado , Diogo Ribeiro , filho do fallecido Piloto chefe do mesmo districto , Joaquim Ribeiro.

Idem. PORTARIA a Bernardo José de Sousa Soares d'Andrèa. — Para declarar que execução tiveram as portarias e ordens que recebeu em todo o anno de 1842 , bem como os motivos que teve para não pôr em vigor a Carta Constitucional.

Idem. OFFICIO ao Ministerio dos Estrangeiros, — Communicando-lhe que por officio do Governador d'Angola de 31 de Maio de 1842, foi participado a este Ministerio o ter sido apresada pela corveta *Oito de Julho* a escuna *Virtuosa Maria Aldina*.

11. PORTARIA ao Ministerio do Reino. — Remettendo, por cópia, as portarias de 19 de Agosto e 9 de Dezembro ultimos. ácerca das providencias, que se devem adoptar para evitar a alliciação de emigrados, afim de que, por aquelle Ministerio, se recommende aos Governadores Civis do reino e ilhas que empreguem todos os meios directos e indirectos tendentes a cohibir similhante trafico.

Idem. PORTARIA ao Ministerio dos Estrangeiros. — Para recommendar aos nossos Agentes Consulares no Brasil, que mandem uma noticia detalhada, e acompanhada de todos os precisos esclarecimentos, ácerca da emigração de gente portugueza, que com a illusão de alcançar grandes fortunas deixa a sua patria.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Tendo chegado ao conhecimento de Sua Magestade a Rainha que, não obstante as disposições das portarias deste Ministerio, de 19 de Agosto e 9 de Dezembro do anno proximo passado, tendentes a cohibir a alliciação de emigrados dos portos do reino e ilhas adjacentes para os do Brasil, tem sido consideravel o numero de passageiros portuguezes, que, a titulo de procurarem fortuna, têm deixado as terras do seu nascimento, engajando-se sob vãs promessas com os traficantes deste inhumano trafico, e que conduzidos áquelle imperio, como se fossem escravos, alli ficam desamparados sem meios de subsistencia, sendo obrigados, para não perecerem de fome, e para pagarem a respectiva passagem, a servirem como escravos, sob condições penosas e até aviltantes; e desejando Sua Magestade que aquellas beneficicas disposições tenham todo o resultado e desenvolvimento possivel: manda, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, que o Major General d'Armada expeça as mais positivas ordens aos Capitães dos portos do reino e ilhas, para que, colhendo todas as informações que poderem obter a respeito das fraudes commettidas pelos Capitães dos navios empregados neste commercio, e de que se deu conhecimento ao mesmo Major General, em officio desta Secretaria d'Estado, de 3 do corrente, remetam de tudo uma conta detalhada, ordenando-lhes ao mesmo tempo, que quando os ditos navios voltarem aos portos d'onde sahiram, sejam mais de perto vigiados, e que quando conste que algum navio tenta empregar-se nesse trafico, advirtam ao respectivo Capitão qual o maximo de passageiros que, na conformidade das ordens estabelecidas, lhes é permittido receber a bordo, pedindo o auxilio das autoridades administrativas, quando o julgarem necessario, e dando depois, por via do mesmo Major General, toda a informação de que o Governo carecer para providenciar como fôr conveniente; ficando o dito Major General na intelligencia, que nesta data se officia, e

requerem semelhantes e adaptadas medidas pelo Ministerio do Reino e Estrangeiros. Paço das Necessidades, em 11 de Maio de 1843. = *Joaquim José Falcão.*

Idem. PORTARIA ao Contador Geral de Marinha. — Remettendo-lhe 21 mappas enviados de S. Thomé e Príncipe, afim de tirar delles os apontamentos necessarios para a contabilidade da sua Repartição.

12. PORTARIA ao Contador Geral de Marinha. — Identica, remettendo 11 mappas enviados das mesmas ilhas.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Approvando as resoluções tomadas, provisoriamente, sobre a organização de diversos ramos de administração em Cacheu.

13. PORTARIA ao Administrador Geral das mattas. — Para mandar proceder ao corte, no pinhal de Leiria, de 450 páos para a obra do theatro nacional de D. Maria 2.^a

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Comunicando-lhe a licença concedida, por 4 mezes, ao Fysico Mór daquella provincia, Luiz Felisberto.

15. PORTARIA ao Juiz de Direito do 2.º districto criminal de Lisboa. — Remettendo-lhe 57 recibos das classes inactivas, no valor de 1:025\$405 réis, os quaes, por falsos, têm sido retidos; afim de que aquelle magistrado proceda, a tal respeito, como é de direito.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, participar ao Contador Geral da Marinha, que houve por bem indeferir o requerimento por elle informado em o officio n.º 3.846, de 9 do corrente, sobre a pretensão do Capitão, João Antonio Mascarenhas, de ser abonado com o soldo da provincia de Cabo Verde, para que foi transferido, e não com o de Moçambique a que pertencia; porque a transferencia é uma graça que melhora o ulterior destino do official, e o vencimento não póde deixar de seguir a regra geral, sendo certo que o supplicante não é ainda de facto official de Cabo Verde, porque ainda alli não tem praça, e só poderá ser considerado tal, pelo beneficio das ordens geraes, desde o dia do embarque, Paço das Necessidades, em 15 de Maio de 1843. = *Joaquim José Falcão.*

16. PORTARIA CIRCULAR aos Governadores do Ultramar. — Manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que o Governador Geral da provincia de . . . remetta a esta Secretaria d'Estado, com a maior brevidade possivel, um mappa em que se declare o numero de escravos existentes em todo o territorio que compõe a provincia do seu governo, designando os sexos, e se são maiores ou menores, e bem assim o valor medio de cada um bom escravo ou escrava das referidas classes, afim de com este mappa satisfazer o requerimento do Digno Par, Visconde de

Sá da Bandeira, approved em Sessão da respectiva Camara, de 13 do corrente; e igualmente manda Sua Magestode suscitar a exacta observancia das portarias circulares de 29 de Outubro, e 30 de Novembro de 1835, sobre estatistica. Paço das Necessidades, em 16 de Maio de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

18. PORTARIA ao Governador de Macáo. — Remettendo-lhe cópia da portaria, de 3 de Fevereiro proximo passado, do Governador Geral da India, pela qual organisou o batalhão da mesma cidade, conforme o plano junto, igualmente por cópia.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Declarando-lhe o não poder ser confirmado o Major, José Maria Leopoldino do Sampayo, no commando do batalhão de Macáo, por ter sido nomeado, por decreto de 18 de Janeiro proximo passado, para commandante do mesmo o Major, Francisco Tavares de Almeida.

Idem. OFFICIO ao Ministerio da Guerra. — Sendo de necessidade que os trabalhos de hydraulica, e engenharia civil e militar da provincia de Angola, particularmente os do novo estabelecimento de Mossamedes, e os do districto de Benguela, cuja cidade se mandou ultimamente transferir para o porto do Lobito pelas vantagens que offerece a todos os respeitos, sejam dirigidos por pessoas competentemente habilitadas para aquelle mister: rogo a V. Ex.^a se sirva dizer-me, se entre os officiaes subalternos do corpo de engenheiros poderão haver dous que, reunindo com aquelles conhecimentos os de mineralogia, se promptifiquem a ir servir, por tres annos, naquella provincia, com um posto de accesso, e o abono dos vencimentos que lhes competem quando em commissão de serviço, esperando igualmente que V. Ex.^a se servirá annuir a esta minha aquisição. Deos guarde a V. Ex.^a Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, em 18 de Maio de 1843. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra. = *Joaquim José Falcão*.

Pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, se faz novamente saber, que, não estando ainda completa a companhia de sapadores do batalhão de linha de Loanda, na provincia de Angola, todos os individuos, que nella pertenderem alistar-se, tendo qualquer dos officios, de pedreiro, carpinteiro de obra branca, carpinteiro de machado, ferreiro, fundidor, serralheiro, canteiro, caboqueiro, calceteiro, e serrador, deverão apresentar-se ao Major General d'Armada, para lhes tomar seus nomes, e fazel-os abonar dos respectivos vencimentos, quando desde logo queiram recolher-se a bordo de uma embarcação de guerra, até que partam para aquelle destino; na intelligencia de que a todos aquelles que forem casados se dará passagem, por conta do Estado, a suas mulheres e filhos; que em Angola lhes será permittido trabalhar em seu proveito todo o tempo que não forem empregados em serviço do Estado; e que

aquelles que , completando tres annos de serviço na dita provincia , quizerem nella permanecer , se lhes fornecerão (querendo) sesmarias , fornecendo-se , no primeiro anno , aos que não tiverem meios de cultivar-as , as sementes e ferramentas indispensaveis , assim como meios de subsistencia. Aos que porém , findos aquelles tres annos de serviço , quizerem regressar ao reino , se lhes dará passagem por conta do Estado.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Moçambique. — Nomeando a Henrique de Oliveira Maia primeiro sargento de infantaria daquella provincia.

19. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Sendo presente a Sua Magestade a Rainha o officio , n.º 407 , do Governador Geral da provincia de Cabo Verde , datado de 26 de Fevereiro ultimo , remettendo , por cópia , e pedindo a regia approvação da portaria em Conselho , de 28 de Janeiro proximo anterior , pela qual ordenou , que as embarcações compradas a estrangeiros , e cujo lote não excedesse a sessenta tonelladas , fossem registadas na Secretaria Geral do Governo da mesma provincia , e que do seu registo se enviasse uma cópia authentica á Intendencia da Marinha de Lisboa , para os fins determinados no artigo 1.318 do codigo commercial : Manda a mesma Augusta Senhora , pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar , declarar ao referido Governador Geral , que não pôde ser approvada , nem deve ter effeito a determinação daquella portaria , não só porque se oppõe á do citado artigo do codigo commercial , que só por disposição legislativa pôde ser alterado , como tambem porque o acto que por essa determinação se pertendia facilitar — a compra e nacionalisação de navios estrangeiros — está elle mesmo prohibido pelo artigo 2.º do decreto de 16 de Janeiro de 1837 , mandado cumprir nas provincias ultramarinas pelas portarias circulares de 17 de Maio do mesmo anno , e 26 de Maio de 1838 ; o qual , assim como o disposto naquellas portarias , se observará religiosamente em quanto não fôr competentemente alterado , como poderá ter logar , attendendo ás razões de conveniencia publica , que motivaram a expedição da citada portaria do Governador Geral. Paço das Necessidades , em 19 de Maio de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

20. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Para propor uma embarcação de guerra , que cruze nos mares dos Açores , com o fim de impedir , por todos os modos possiveis , a emigração daquelles povos para o Brasil.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Não vindo competentemente especificada a execução da portaria n.º 709 , que por este Ministerio se dirigio ao Governador Geral da provincia de Angola , em 6 de Outubro do anno proximo passado , ordenando-se-lhe a remessa de uma relação nominal de todos os empregados civis ou militares , que , tendo sido envolvidos , na cidade de S. Filippe

de Benguella, no criminoso trafico de 392 escravos, encontrados a bordo da escuna brasileira *D. Eliza*, deviam por este facto ser cuidadosamente vigiados, depois de suspensos dos seus respectivos logares, não podendo os proprios militares tornar a ser empregados activamente, sem ordem expressa desta Secretaria d'Estado, além de se ordenar igualmente ao mesmo Governador Geral, que fizesse remetter cópia da citada portaria aos commandantes dos differentes districtos e presidios, fazendo-a tambem publicar e affixar nos logares publicos de Loanda e Benguella, pois que no efficio n.º 86, enviado pelo mesmo Governador Geral a este Ministerio, em 11 de Março do corrente anno, apenas se diz que o respectivo processo sobre aquelle facto se acha appellado, e que dois empregados foram condemnados, sem se dizer quaes, e a sua cathegoria: manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que o referido Governador Geral da provincia de Angola, esclareça novamente a execução que deu a cada um dos quesitos mencionados na citada portaria. Paço das Necessidades, em 20 de Maio de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que o Governador Geral da provincia de Cabo Verde informe sobre o andamento em que vai o edificio do hospital a que deu principio a santa casa da misericordia da Villa da Praia, em 30 de Maio de 1841, segundo avisou o seu antecessor, em officio, n.º 229, de 30 de Agosto do mesmo anno, dando todos os esclarecimentos do que tiver occorrido a tal respeito. Paço das Necessidades, em 20 de Maio de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Constando a Sua Magestade a Rainha, que o hospital militar da praça de Bissão se acha em estado deploravel, e mais proprio para abreviar a vida aos doentes que a elle recolhem, do que para os curar, tendo chegado o desleixo a ponto tal, que a enfermaria se conserva em uma casa terrea, sem os arranjos necessarios: manda a mesma Augusta Senhora, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que o Governador Geral da provincia de Cabo Verde tome aquelle objecto na maior consideração, pondo desde logo em pratica as providencias, que parecerem necessarias para o melhoramento do edificio, reparação de roupas e utensilios, bem como para o sufficiente fornecimento de medicamentos, propondo a Sua Magestade aquellas medidas, que careçam da sua real intervenção, ou não possam ser levadas a effeito polos recursos da provincia. Paço das Necessidades, em 20 de Maio de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Para abonar á Associação Maritima e Colonial a quantia de 16,8000 réis por cada numero, ou publicação mensal dos seus Annaes, como uma

compensação do accrescimo de despezs feitas com a publicação da parte official, memorias estatisticas, e mais documentos que lhe forem remettidos por este Ministerio a contar do numero 1 da 3.^a serie do corrente anno.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde, e ao commandante do batalhão Naval. — Communicando-lhes ter sido nomeado primeiro sargento para aquella provincia Frederico Augusto, soldado da 4.^a companhia do batalhão naval.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Indeferindo o requerimento de D. Joaquim Christovão de Noronha, Segundo Tenente do regimento de artilheria, em que pedia a concessão da propriedade *Guddem*, apropriando a Fazenda Publica, em seu lugar, a aldêa *Mahem*.

22. PORTARIA ao Conselho de Administração da Mariuha. — Ordenando que o brigue-escuna *Vouga* apparelhe como brigue.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Moçambique. — Declarando não serem valiosos os fundamentos em que se baseou para suspender o Escrivão Deputado da Junta da Fazenda daquella provincia, Fortunato Alexandre Generoso, e que seja logo reintegrado no dito logar e pago de seus ordenados.

Idem. PORTARIA ao Escrivão Deputado da Junta da Fazenda de Moçambique, Fortunato Alexandre Generoso. — Mandando-lhe que parta sem perda de tempo a continuar no exercicio do seu emprego.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Communicando-lhe que, para seguimento da pretensão das provincias das Novas Conquistas, que pedem ser admittidas á eleição de Deputados ás Côrtes, formando um circulo independente, se torna necessario que remetta a cópia dos actos em que se baseou o parecer da Commissão, relativo á concorrência das mesmas na eleição de Deputados.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Communicando-lhe o ter a Agencia Financal em Londres remettido a quantia de 250 libras, por conta da somma votada para a construcção da fragata *D. Fernando*.

23. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Remettendo-lhe cópia do officio do Contador Geral da Marinha, de 17 do corrente, pelo qual se prova ter o Commissario da corveta *Eliza*, João Cypriano Pereira de Sampayo, entregue no hospital militar de Goa uma caixa de instrumentos cirurgicos.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Angola. — Para que empregue todas as diligencias, afim de que o processo da escuna *Virtuosa Maria Aldina* se ultime legalmente e se remetta ao tribunal competente.

Idem. PORTARIA ao Conselho de Saude Naval. — Manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, em additamento ás portarias de 3 e 5 do corrente, remetter ao Conselho de Saude Naval, os tres inclusos officios do Governador

Geral do Estado da India, com os n.^{os} 177, 181, e 183, datados de 20 de Março proximo passado, incluindo por copia no 1.^o, a portaria de 23 de Fevereiro ultimo, pela qual ordenou que as autorisações para curar de medicina, assignadas pelos Governadores Geraes daquelle Estado, fossem consideradas como simples licenças, devendo ser inutilisadas perante o Conselho da Escola Medica, quando se conheça que foram alcançadas nos intervalos em que o lugar de Fysico Mór se achava vago; e que este procedesse á matricula annual de todos os medicos, cirurgiões, boticarios, e droguistas; no 2.^o o officio de 8 de Março, pelo qual mandou pôr em execução a tabella de emolumentos consignados na reforma de saude estabelecida pelas portarias de 3 de Novembro do anno passado (já remettida ao Conselho), e 24 de Fevereiro do corrente; e no 3.^o esta mesma portaria de 24 de Fevereiro, pela qual, em desenvolvimento daquelle reforma, estabeleceu um programma relativo aos alumnos que pretendessem exercer a medicina, cirurgia, ou pharmacia: e ordena Sua Magestade que o referido Conselho, examinando todas as disposições que aquellas portarias contêm, as tome na conta que merecerem, quando confeccionar o plano geral de saude, que lhe foi incumbido por a citada portaria deste Ministerio de 3 do corrente mez; na intelligencia de que por portaria da data de hontem se mandou suspender no Estado da India a execução da reforma feita, por isso que envolvia disposições com effeito retroactivo, e outras que dependiam de medida legislativa. Palacio das Necessidades, em 23 de Maio de 1843. = *Joaquim José Falcão.*

Idem. PORTARIA CIRCULAR aos Governadores do Ultramar. — Manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, autorisar o Governador Geral d. . . . , para que, na fórme da carta de lei de 2 do corrente mez de Maio, de que se lhe remette incluso um exemplar impresso, possa, ouvido o respectivo Conselho, providenciar os casos occorrentes, todas as vezes que a demora dos recursos á metropole comportar compromettimento da segurança do Estado, ou prejuizo irreparavel em seus interesses essenciaes, dando immediatamente parte ao Governo das medidas que assim tiver adoptado, e da gravidade, e urgencia dos motivos que as determinaram; ficando o mesmo Governador Geral na intelligencia de que, fóra destes casos, lhe não é permittido alterar por fórma alguma o que se achar estabelecido pela legislação vigente no mesmo Estado, ou a elle applicada, na conformidade do decreto de 27 de Setembro de 1838, nem ordenar cousa alguma que importe disposição legislativa, ou esteja em opposição com ordens regias, mas tão sómente dirigir a Sua Magestade, para esse effeito, as propostas que julgar convenientes, na certeza de que incorrerá na mais rigorosa responsabilidade, quando ultrapasse a autorisação, que por esta portaria lhe é conferida. Paço das Necessidades, 23 de Maio de 1843. = *Joaquim José Falcão.*

Decreto a que se refere a portaria antecedente.

Sendo-me presente que alguns Governadores, tanto geraes como subalternos, das provincias ultramarinas, têm feito executar algumas leis, decretos, e ordens, que viram transcriptas no Diario do Governo, e outros periodicos de Portugal, sem esperarem que lhes fossem communicadas pelo Ministerio competente; para occorrer a este abuso, de que já têm resultado prejudiciaes effeitos: hei por bem ordenar que nenhum Governador, ou Governo provisorio dos dominios ultramarinos, ponha em execução qualquer lei, decreto, portaria, ou regulamento, sem que ella por Mim lhe seja positivamente determinada pelo competente Ministerio da Marinha e Ultramar. O Visconde de Sá da Bandeira, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado dos da Marinha e Ultramar, o tenha assim entendido, e faça executar. Paço das Necessidades, em vinte e sete de Setembro de mil oitocentos trinta e oito. = RAINHA. = *Visconde de Sá da Bandeira.*

Idem. PORTARIA ao Inspector do Arsenal da Marinha. — Sendo de summa utilidade e conveniencia que nas provincias ultramarinas, e particularmente nas de Africa, hajam mestres dos officios, que mais se requerem para a construcção de edificios, e outras obras, tanto civeis, como militares, a fim de ensinarem os mancebos naturaes daquellas provincias, que a taes officios se quizerem applicar, economisando assim a despeza que a sua vinda ao reino para o mesmo effeito causa ao Estado, e que em parte se torna infructuosa, pelos funestos effeitos da insalubridade do clima de algumas partes d'Africa, ao qual os indigenas della, depois de aclimatados na Europa, não são menos sujeitos que os européos: Manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que o Inspector do Arsenal da Marinha proponha aos mestres ou officiaes competentemente habilitados dos officios de ferreiro, serralheiro, serrador, pedreiro, carpinteiro de obra branca, e de machado, que houverem no mesmo Arsenal, o irem servir na provincia de Angola, ou na de Cabo Verde, para o indicado fim, na intelligencia de que por este Ministerio se lhes farão todas as possiveis vantagens, além das sesmarías, de que tratam os annuncios publicados nos Diarios do Governo n.ºs 62 e 117 deste anno, preferindo-se em concorrência de iguaes circumstancias os individuos que forem casados, cujas familias terão passagem gratuita para as sobreditas possessões, devendo o mesmo Inspector do Arsenal dirigir a esta Secretaria d'Estado uma relação nominal de todos os artistas, que por este modo se promptificarem para aquelle serviço, especificando os nomes, officio, idade, estado, e condições com que lhes convenha servir, quer na provincia de Angola, quer na de Cabo Verde. Paço das Necessidades, em 23 de Maio de 1843. = *Joaquim José Falcão.*

Idem. PORTARIA ao Director do hospital da marinha. — Comunicando-lhe que foi approvada a entrega que fez o Cirurgião, Schiapa Pietra, da caixa de instrumentos cirurgicos, destinados para a escuna *Havide*, ao Cirurgião Mór de Cabo Verde.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Para que faça constar á Commissão dos Catholicos em Bombaim, que se tem recebido todos os seus officios, e que o Governo tem aproveitado todos os esclarecimentos fornecidos pela mesma Commissão; e que é preciso resistir ás tentativas da *propaganda*.

26. PORTARIA ao Inspector do Arsenal de Marinha. — Não permitindo que individuo, ou familia alguma cozinhe em qualquer ponto do edificio do arsenal, ficando o mesmo Inspector responsavel pela inteira execução desta ordem.

Idem. PORTARIA ao Vigario Capitular de Goa. — Remettendo-lhe, para informar, o requerimento de alguns egressos daquelle Estado, em que se queixam do Governador os obrigar a irem coadjuvar nas diversas missões do mesmo Estado.

ORDEM GERAL do Major General d'Armada. — Em consequencia do que me é ordenado em portaria do Ministerio da Marinha e Ultramar, de 22 do corrente, novamente recommendo aos Srs. commandantes dos navios armados, prestem o maior cuidado á conservação dos mantimentos sobresellentes e mais generos da Fazenda, que embarcarem a bordo dos navios do seu commando, arejando e beneficiando aquelles que disso precisarem, e reservando-os da humidade, para cujo fim deverão, tanto nos portos como no mar, quando as circumstancias permittirem, passar-lhes amiudadas revistas, ficando na certeza que inexoravelmente se carregará nas contas dos officiaes, ou empregados menos zelosos, todo o prejuizo que á Fazenda resultar, pela falta de cumprimento dos seus deveres na arrecadação e conservação dos objectos que se lhes confiam. Quartel General da Marinha, 26 de Maio de 1843. — *Manoel de Vasconcellos Pereira de Mello*, Major General. — Sr. José Bernardo da Silva, Capitão Tenente, commandante.

29. CARTA DE LEI. — Em que se fixa a força do armamento naval para o anno economico de 1843 a 1844 em 2.800 homens quanto ao pessoal. E quanto ao material, em tres fragatas, das quaes uma em meio armamento, quatro corvetas, cinco briges, cinco escunas, duas charruas para a India, dois transportes, tres correios, um cutter, e um barco a vapor.

Idem. PORTARIA ao Administrador Geral das Mattas. — Permittindo á Camara Municipal de Lisboa que proceda, no pinhal do Valado, ao corte de mais 150 pinheiros, para a obra do caes que está construindo á Boa-Vista.

Idem. OFFICIO ao Ministerio do Reino. — Pedindo uma cópia do privilegio concedido a Mr. Bournay para fazer trabalhar uma machina, afim de obter azeite da semente da purgueira.

Idem. OFFICIO ao Patriarcha de Lisboa. — Remettendo-lhe cópia da portaria de 7 de Março ultimo, do Governador Geral da India, pela qual estabeleceu o plano de reforma dos seminarios de Chorão e Rachol, para que a Comissão, de que é Presidente, haja de a tomar na devida consideração.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Determinando que ouça o Conselho do Governo sobre a portaria de 11 de Fevereiro deste anno, que fixou a força da guarnição da ilha de Anediva.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Communicando-lhe que, para ser approvada a portaria que ordena que desde o 1.º de Julho deste anno em diante fosse subsidiado, pela Fazenda Publica, com a quantia de 1\$440 réis, o collegio de S. Miguel de Luatim, seja ouvido primeiro o Conselho do Governo e a Junta da Fazenda.

30. PORTARIA á Intendencia de Marinha do Porto. — Nomeando Piloto do numero da barra do Porto, ao Piloto supranumerario, Manoel Machado Lopes; logar vago pelo fallecimento do Piloto, João Ferreira dos Santos.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India, e officio ao Thesouro Publico. — Communicando-lhe que nesta data se requisitou ao Thesouro a quantia de 1.000 libras, metade da que elle pediu para o acabamento da fragata *D. Fernando*.

31. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Para proceder ao orçamento da receita e despeza daquelle Estado, relativamente ao anno economico de 1844 a 1845.

Idem. PORTARIAS CIRCULARES aos Governadores do Ultramar. — Para fazerem coordenar um almanak militar, na fórma do modello junto, de todos os officiaes de primeira linha daquellas provincias.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Angola, e officio ao Ministerio do Reino. — Para ordenar aos Agentes do Ministerio Publico que façam observar o decreto de 16 de Dezembro de 1836, na organização dos processos pelos crimes de trafico de escravatura.

Relação dos passageiros do Estado que foram para os seus destinos a bordo do Brigue-Escuna Faro, que sahio deste porto de Lisboa em 2 de Junho de 1843.

CLASSES	NOMES	DESTINOS
Capitão d'infant. ^a n.º 11	Joaq. ^m J. ^c Faria S. ^{tos} , e 1 filho menor	Para a ilha da Madeira.
Tenente da 3. ^a Secção {	Manoel Augusto Santa Clara, e 1 filho menor.	
Ajudante da 3. ^a Secção..	José Lino Ferreira do Valle.	
Tambor	Manoel da Silva	
2.º Sarg. de infant. ^a n.º 11	Francisco Ricardo	
Cabo d'infanteria n.º 16	José Vieira	
Soldados {	Manoel João. Manoel Fernandes Serafim Rodrigues de Mendonça. .	
Dito d'infanteria n.º 11..	Manoel Rodrigues	Para as ilhas de Cabo Verde.
Paizano	Francisco de Passos de Quintella	
Tenente	José Maria Coelho.	
2.º Marinheiro	José Antonio	
Paizano	Manoel Tavares de Almeida	
Mulher do 1.º degradado	Justina da Piedade João Fernandes	
Degradados {	Victor Vieira Estevão José de Santa Anna Antonio Lourenço. Matheus Fragaldo Francisco Frontoura. José da Costa. Theotonia Emilia. .	

NAVIOS DO ESTADO EM ARMAMENTO, E SEUS DESTINOS,
No 1.º de Junho de 1845.

Qualidade das Embarcações	Nomes	N.º de peças, ou canoas	Gradações, e nomes dos Commandantes	N.º dos Officiães de Marinha	N.º dos Guardas-Marinhos e Aspirantes	Destinos
Fragatas...	Duq. ^{2a} de Brag. ^{2a} Diana D. Maria II...	50 50 43	Capitão Tenente, M. T. da S. Cordeiro. Capitão Tenente, J. S. Ramos Capitão Tenente, A. R. Graça.	5 6 11	2 " 6	No Téjo No Téjo De viagem, vindo da Índia.
Corvetas...	Gito de Julho... D. João I. Infanta Regente Urânia Andaz.	24 24 24 24 18	Primeiro Tenente, J. J. d' Andrade Pinto Capitão Tenente, F. S. Franco. Segundo Ten. de Commissão, J. S. Tavares Capitão Tenente, P. A. da Cunha.....	5 5 2 2 5	2 4 2 2 6	Na Estação d' Angola. Na Estação do Brasil. Na Estação da Índia. Na Estação d' Angola. Na Estação d' Angola.
Brigues ...	Villa Flor D. Pedro. Téjo.	16 16 18	Primeiro Tenente, F. A. G. Cardozo. Capitão Tenente, J. B. da Silva. Primeiro Tenente, I. F. Guimarães, Junior Capitão Tenente, D. F. do Valle.	4 4 4 5	3 3 3 4	Na Estação d' Angola. No Téjo. No Téjo. Na Estação de Macáo.
Charua.	Príncipe Real ..	2	Capitão Tenente, P. A. Caminha.	4	1	Em commissão para os Ayeres.
Brigue Escuna	Tamega.	12	Primeiro Tenente, J. J. G. de Mattos Corrêa	4	4	Na Estação do Brasil.
Escunas...	Liberal Ninfa Boa Vista.....	4 1 1	Primeiro Tenente, J. M. Esteves. Primeiro Tenente, C. C. Lopes Segundo Tenente, J. B. Garção.	2 1 1	1 " "	De Correo para Angola. Na Estação d' Angola. Na Estação de S. Thomé e Príncipe.
Correios...	E-perança..... Faro Cabo Verde.....	2 2 2	Um Offic. e quattr. destacadas da C. Urânia Primeiro Tenente, V. J. dos S. Mor. ^a Lima Primeiro Tenente, J. M. Rodvalho.	" 4 3	" 1 "	Na Estação d' Angola. No Téjo. No Téjo.
Cuier.	Andorinha.	6	Segundo Tenente, P. O. Alves.	1	2	No Téjo.

PARTE NÃO OFFICIAL.

ASIA PORTUGUEZA.

SEGUNDA MEMORIA

Descriptiva e estatistica das Possessões Portuguezas na Asia , e seu estado actual , pelo Socio e Secretario d' Associação , Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo. (Continuada de pag. 161.)

ADMINISTRAÇÃO ECCLESIASTICA.

A administração ecclesiastica está a cargo do Arcebispo , que se appellida Primaz do Oriente , e a respectiva camara ecclesiastica , pontificia ; o qual tem um Provisor, um Vigario Geral , e um tribunal ou relação , onde se tratam as cousas do fôro da igreja.

Os primeiros estabelecimentos eccleziasticos em Goa tiveram começo logo desde Affonso d'Albuquerque ; o qual , tomando a cidade , em 25 de Novembro de 1510 , dia consagrado á memoria de Santa Catharina , virgem e martyr de Alexandria , a adoptou como padroeira da cidade , e protectora dos portuguezes no Oriente , e lhe edificou uma capella no lugar por onde atacou , e entrou na mesma cidade , proximo ao arsenal (kkk) ; e foi este o primeiro templo catholico que Goa vio edificar. Os franciscanos observantes foram tambem os primeiros pastores espirituaes dos portuguezes naquellas regiões ; os quaes logo lançaram os fundamentos de um convento , que pelo decurso do tempo muito se augmentou. Proximo a este convento , edificaram estes mesmos padres uma igreja parochial á custa dos fieis , a qual em 1534 passou a ser a cathedral , com a invocação de Santa Catharina.

(kkk) Vide n.º 3.º, 2.ª serie dos Annaes , pag. 109.

Os dominicos foram tambem a Goa pouco tempo depois da conquista; e construíram logo a igreja de Nossa Senhora do Rosario no monte a que deu o nome, ao Oeste da cidade: seguiu-se a esta a igreja de Nossa Senhora da Luz, a capella de Santo Antonio de Lisboa, a da Senhora do Monte, edificada por Affonso d'Albuquerque, e o hospital de S. Lazaro, então só para leprosos: até ao anno de 1542 foi a cathedral a unica parochia; em 1544 o foram tambem as igrejas do Rosario e da Luz, depois collegiadas, e a de Santa Luzia.

Vigarios Geraes governaram a igreja de Goa, na qualidade de superiores ecclesiasticos, antes da sua elevação a bispado; os quaes eram nomeados, segundo uns, pelo Monarcha, em virtude da bulla de Eugenio IV = *Et si suscepti*, de 2 de Janeiro de 1442, e outras; ou, segundo outros, pelo Bispo do Funchal, cuja diocese havia sido creada pelo Papa Leão X, em 9 Junho de 1514, para todas as possessões ultramarinas; pondo á testa della o Vigario de Thomar, Grão Mestre da ordem de Christo, D. Diogo Pinheiro, em qualidade de Bispo; character com que fôra revestido e sagrado no anno anterior, pelo mesmo Papa; a quem já eram subordinadas, no espiritual, todas as conquistas dos portuguezes na Asia e Africa, por bulla de Calixto III = *Inter cætera* = de 2 de Março de 1445.

Paulo III erigio Goa em bispado suffraganeo do Funchal, pela bulla = *Æquum reputamus*, de 3 de Novembro de 1534, e lhe assignou, em 31 de Janeiro de 1535, todos os estabelecimentos portuguezes, desde o cabo da Boa Esperança até aos confins do Oriente; mas reduzido o Funchal a simples bispado, passou, com o de Goa, o de Angra na ilha Terceira, o de S. Thiago em Cabo Verde, e o de S. Thomé na costa de Guiné, a formar parte da provincia de Lisboa, da qual todos elles ficaram suffraganeos. D. Fr. João d'Albuquerque, religioso franciscano, parente do conquistador de Goa, foi o primeiro Bispo que regeu aquella diocese, desde 1537 a 1560; porque D. Francisco de Mello, antes d'elle nomeado, falleceu estando para embarcar.

Paulo IV, por bulla = *Et si sancta*, de 4 de Fevereiro de 1557, elevou Goa a arcebispado metropolitano, que teve suc-

cessivamente por suffraganeos os bispados de Cochim e Malacca, creados na mesma data; o de Macão para a China e Japão em 1575; e o de Funay, ou Japão, em 1588; o de Angamale em 1600; o qual nove annos depois foi elevado a arcebispado, e transferido para Cranganor e Serra; o de S. Thomé de Meliapor em 1606; a vigairaria episcopal de Moçambique em 1612; e os bispados de Pekim e Nankim em 1690.

Gregorio XIII, na bulla = *Pastoralis officii*, de 13 de Dezembro de 1752, determinou que vagando a sé de Goa, passaria o governo da diocese ao bispo de Cochim; e Leão XII, em 12 de Dezembro de 1826, que, na falta do Bispo de Cochim, passasse ao Arcebispo de Cranganor, e na falta deste ao Bispo de Meliapor. D. Gaspar de Leão Pereira, Conego da sé d'Evora, e mestre do Cardeal Infante D. Henrique, foi o primeiro Arcebispo de Goa, e tomou posse em 1560.

Este mesmo Arcebispo presidio, em 1567, o primeiro dos cinco concilios provinciaes, que se celebraram em Goa; o ultimo dos quaes foi presidido, em 1606, por D. Aleixo de Menezes; e nelle tomou este Arcebispo o titulo de Primaz do Oriente, que seus successores têm conservado.

A camara deste arcebispado se denomina camara pontificia, e tem 1 Official Maior, 1 Official Papelista, 2 Amanuenses, e 2 sipaes patamares, que servem de correios: total 6.

O juizo ecclesiastico consta de 1 Vigario Geral e Juiz dos casamentos, 1 Promotor e Procurador da mitra, 2 Escrivães, 1 Ajudante dito, 1 Referendario, Contador, e Sollicitador da justiça, 1 Distribuidor e Aljubeiro, e 2 Officiaes de diligencias: total 9.

A Relação Ecclesiastica é composta de 9 Desembargadores.

Bens da mitra.

Os unicos bens que a mitra possui, são os palacios de Goa, Panelim, e Santa Ignez; e horta de palmeiras annexa, e o palmar Cazarlem; tudo na ilha de Goa.

O palacio de Goa é contiguo á cathedral, com o qual communica interiormente: era a antiga residencia dos Arcebispos, e nelle viveu ainda o Arcebispo D. Fr. Manoel de Santa Catharina, até ao anno da sua morte, em 1812; mas pela insalubridade da cidade, hoje está deshabitado, e em principio de ruina; e só durante a semana santa o Arcebispo alli residia, nos ultimos tempos. Elle é pequeno e mal situado, a todos os respeitoos.

O palacio de Panelim está em uma eminencia na aldêa deste nome, antigo suburbio da cidade: é hoje a residencia dos Arcebispos. A sua posição é agradável: separado da estrada por um jardim, tem excellent vista sobre o rio, e povoações visinhas. O edificio é regular e nobre, com abundancia d'agua dentro delle, até á cozinha, e boas salas; uma das quaes é guarnecida com os retratos, em grande, de todos os Arcebispos de Goa: um pequeno pantano, que tem em frente, o torna, em certos mezes, doentio.

O palacio de Santa Ignez, junto a Pangim, é uma casa de campo, onde algumas vezes o Arcebispo vai residir: a horta de palmeiras, que lhe está annexa, foi doada á mitra pelo Conego da sé de Gôa, Francisco da Cunha Souto Maior.

O palmar Cazarlem foi adquirido por adjudicação judicial.

Cathedral.

A igreja da sé de Goa foi fundada, como já vimos, pouco depois da conquista, pelos franciscanos, então como a primeira parochial da cidade; a qual passou a ser cathedral em 1534. D. Fr. Christovão de Sá, 7.º Arcebispo de Goa, pelos annos de 1616 a 1623, começou a reedificar esta igreja, e a augmentou; cuja obra concluiu o seu successor, D. Fr. Sebastião de S. Pedro, que a sagrou de novo em 1630. A Senhora d'Assumpção, e S. Pedro são hoje tambem da sua invocação.

Esta igreja, situada em um local aprazivel, e sobre uma praça regular da antiga cidade de Goa, é grandiosa e decente: tem duzentos pés de comprido, sobre oitenta de largo; e é dividida em tres naves, por duas ordens de columnas, sem contar as

capellas lateraes; no cruzeiro tem cento e trinta pés de comprimento e cincoenta de largo; e a altura da abobeda e tecto será de quarenta pés: nada mais apresenta de notavel que a sua antiguidade. O côro é junto á capella mór, elevado quatro degrãos acima do pavimento da igreja; é um quadrilongo de quinze pés de largura: tem dous orgãos do lado da epistola; e do lado opposto o solio do Arcebispo, e abaixo d'elle a cadeira dos Governadores, sem docel. O frontespicio e adro da igreja são elegantemente construidos, e tem este um bello lance de escadaria. Uma das torres foi abatida por um raio.

*Dignidades, Conegos, e mais officiaes da sé de Goa,
e seus vencimentos.*

O cabido da sé de Goa foi fundado no anno de 1537, em que alli chegou o seu primeiro Bispo. As suas dignidades e mais empregados são os seguintes:

	XS.	T. R.
1 Arcebispo Primaz do Oriente, vence.....	16.000:0:00	
1 Deão.....	1.010:3:48	
4 Chantre, Thesoureiro Mór, Arcediago, e Mestre Escóla, a 544 xs. 4 t. 32 rs. cada um.....	2.219:3:08	
10 Conegos, a 454 xs. 4 t. 32 rs. cada um..	4.549:0:20	
4 Meios Conegos, a 266 xs. 3 t. 50 rs. idem	1.043:0:20	
2 Quartanarios a 283 xs. idem.....	566:0:00	
12 Capellães a 166 xs. 3 t. 20 rs. idem	2.000:0:00	
1 Cura.....	220:0:00	
7 Cantores a 133 xs. 1 t. 40 rs. cada um ..	935:1:40	
4 Meios Cantores a 60 xs. 3 t. 20 rs. idem	266:3:20	
3 Tipples a 80 xs. idem.....	240:0:00	
1 Sub-chantre.....	100:0:00	
1 Sub-thesoureiro.....	200:0:00	
1 Porteiro da massa, e Perreiro.....	107:1:00	
1 Meirinho geral	40:0:00	

	XS.	T. R.
53 Transporte	29:497:2:36	
1 Aljubeiro.	40:0:00	
6 Meninos do côro, a 53 xs. 1 t. 40 rs. cada um	320:0:00	
3 Sineiros, a 72 xs. idem	216:0:00	
1 Mestre de capella.	200:0:00	
1 Dito de ceremonias.	146:3:20	
1 Dito de grammatica	66:3:20	
1 Organista	200:0:00	
2 Altareiros a 80 xs. cada um	160:0:00	
3 Sachristães a 96 xs. idem.	288:0:00	
72	31.134:4:16	

Todos estes vencimentos são os comprehendidos no ultimo orçamento de Goa, no qual vem tambem a seguinte:

	XS.	T. R.
Despeza da sachristia.	514:0:00	
Dita da fabrica.	556:0:00	
Dita do cabido	950:0:00	
	2.020:0:00	

Collegiadas.

Ainda recebe pela Fazenda sómente o Prior da igreja do Rosario, de cuja fundação acima fallei, a quantia de 225 xs. 3 t., posto esteja em ruinas esta igreja, e tenha apenas seis parochianos, a quem o Prior da collegiada vai dizer missa aos domingos e dias santos.

A igreja da Luz tambem foi collegiada, mas já não existe: foi a terceira igreja que em Goa se edificou. Eram 4 os beneficiados de cada collegiada.

Toda a despeza até aqui mencionada foi estabelecida em carta regia de 24 de Março de 1560; mas tem por vezes sido alterada, bem como o numero dos que a recebem. O Arcebispo vencia antigamente 12.000 xerafins; mas esta con-

grua foi augmentada, por ordem regia, ao que hoje é, a requerimento do Arcebispo D. Fr. Manoel de S. Galdino. Os vencimentos das dignidades e Conegos da sé têm variado a respeito de alguns, pois que o Chantre, Thesoureiro Mór, Arce-diago, e Mestre Escóla, que hoje vencem 544 xs. 4 t. 32 rs. tinham antes 610 xs. 3 t. 56 $\frac{4}{5}$ rs. Os Conegos tinham 510 xs. cada um, e os Meios Conegos 288 xs. 3 t. 34 rs.

O arcebisnado de Goa comprehende, afóra o districto de Damão e Diu, e Angediva, 31 freguezias nas ilhas de Goa, e 60 cofres, que têm de fundo 888.527 xs.: e mais, segundo o mappa estatistico publicado no almanack de Goa para o anno de 1840, quarenta capellas, das quaes a de Chimbél tem um cofre com 12.367 xs. de fundo; 134 clérigos de ordens sacras, e 30.561 christãos; isto pelas relações anteriores ao anno de 1837.

Em Salsete 28 freguezias, com 219 cofres, cujos fundos montam á importante somma de 1:171.514 xs.; e, pelo mappa dito, 54 capellas, 322 clérigos de ordens sacras, e 82.181 christãos.

Em Bardez 26 freguezias, e 58 cofres, cujo fundo é de 480.389 xs.; 57 capellas, segundo o mappa dito; 185 clérigos de ordens sacras, e 79.142 christãos: em algumas destas capellas ha ainda cofres; e taes são:

A de Arporá, que tem um cofre e 10.183 xs. de fundo.

Em Bastorá um cofre e 1.538 ditos.

Em Camorlim um cofre e 3.479 ditos.

Em Conchelim um cofre e 39 ditos.

Em Olaulim um cofre e 2.024 ditos.

Em Sangoldá um cofre e 7.876 ditos.

Nas Novas Conquistas 12 freguezias, das quaes só em quatro ha Parochos collados; nas outras estão missionarios; e, conforme ao referido mappa, são 3 freguezias na provincia de Pondá; a saber: Pondá, Sirodá, e Marcella, 1 capella, 3 clérigos de ordens sacras, e 5.730 christãos. Duas no Zambaulim, que são em Zambaulim e Quépem, 1 capella, 3 clérigos de ordens sacras: e 5.686 christãos. Uma em Parodá. Duas em Canacona, que são em Canacona e Galgibaga, fóra do districto portuguez, 2 clérigos de ordens sacras, e 2.272

christãos. Em Bicholim 1 freguezia, 1 capella, 2 clerigos de ordens sacras, 628 christãos. Em Sanquelim 1 freguezia, 1 clerigo de ordens sacras, e 755 christãos. Em Pernem 2 freguezias, que são a de Pernem, e Vaddem, no districto britannico, 2 clerigos de ordens sacras, e 3.654 christãos. Total 97 freguezias, entrando as 8 missões das Novas Conquistas; 337 cofres, cujos fundos montam a 2:538.100 xs.; 154 capellas, com 8 cofres, e 49,660 xs. de fundo, incluindo o da Senhora do Loreto de Moula; 554 clerigos de ordens sacras; e 210.609 christãos.

Todas estas igrejas são pastoreadas por vigarios, que apenas têm 154 x.^o 2 t. de congrua annual; excepto o de S. José do Areal, que tem 200 xerafins, e o de S. Lourenço de Linhares 108 xerafins; e ao qual, por despachos da Junta da Fazenda, de 6 de Outubro e 12 de Dezembro de 1810, foram concedidos quatro boiazes para o conduzirem a levar o viatico aos enfermos, com o vencimento de 28 xerafins por mez; e o mestre e sachristão vencendo cada um 168 xerafins por anno.

Nas provincias das Novas Conquistas, os parochos collados vencem os mesmos 154 x.^o 2 t.; mas os de Pondá, Sirodá e Parodá vem no orçamento já mencionado na folha das missões; os dous primeiros com 180 xerafins cada um, e o de Parodá com 100 xerafins: este tinha antes 200 xerafins, e o de Sirodá 241. O de Pernem que antigamente vencia 325 x.^o 2 t. 36 réis, vem agora alli contado com 180 xerafins; o de Quêpem com 209 x.^o 1 t. 24 réis; e os de Canacona e Galgibaga com 180 x.^o cada um; estes dous tinham antes 351 xs. 2 t. 34 rs., por despacho da Junta da Fazenda, de 6 de Agosto de 1824, confirmado por provisão do Erario, de 26 de Setembro de 1825. O de Sanquelim não é alli contemplado.

Em todas estas igrejas a pobreza, o ridiculo, e até o indecente de seus paramentos, iguala se não excede a mesquizez do sustento dos seus pastores. Se exceptuarmos as de Salsete, todas as mais estão em estado vergonhoso, no que a de Pangim excede a todas as outras; por essa razão o Governo Provisional, mandou que os paramentos ordinarios dos

conventos extinctos fossem distribuidos pelas igrejas, que delles necessitassem; não sei se foi levada a effeito esta acertada deliberação.

As congruas dos vigarios foram estabelecidas em 1626 (menos a de S. José do Areal, que foi autorisada de poucos annos pela Junta da Fazenda), na quantia de 46.320 xera-fins por anno, a cada igreja para ser dividido pela maneira seguinte: — Ao vigario 30\$000 réis, ao thesoureiro 6\$000 réis, ao meirinho 4\$320 réis, para despezas da sacristia 6\$000 réis, a cujo pagamento foi destinado o rendimento dos bens dos pagodes demolidos, que administravam os Jesuitas, por cartas régias de 10 de Março de 1554, e 21 de Março de 1569. O numero das igrejas augmentou do que era ao tempo destas cartas régias, sobre representações dos prelados diocesanos; outras têm hoje diminuido por carecerem parochianos: e assim as freguezias de Corlim e Santyago são já reunidas a um só vigario; e o mesmo as de Santa Luzia e S. José em Daugim. Em 24 de Novembro de 1840, foi creada uma Commissão, por portaria do Governador Geral interino Lopes de Lima, para propor, entre outras cousas, as igrejas parochiaes e confrarias que cumpria supprimir por diminuição de seus freguezes, e falta de numero legal de confrades, segundo o Decreto de 21 d'Outubro de 1836; e a applicação de utilidade publica, que devam ter os seus cofres. Estas por ora, são como mostram os seguintes mappas.

Mapa das igrejas parochiaes das ilhas de Goa.

<i>Oragos</i>	<i>Aldéas onde são situadas</i>	<i>Cofres das confrarias</i>	<i>Fundos dos mesmos cofres</i>
1 Santa Catharina (Sé primacial)	Ellá	3	X. T. R. 33.783:0:00
2 S. Pedro	Panelim	3	37.004:0:00
3 S. Thomé	Banguenim	»	» » »
4 Senhora de Guadalupe	Batim	2	44.641:0:00
5 Espirito Santo	Naroá	2	44.294:0:00
6 S. Mathias	Malar	2	29.688:0:00
7 Senhora da Piedade . .	Divar	3	44.559:0:00
8 S. Bartholomeu	Chorão (III)	4	84.653:0:00
9 Senhora da Graça . . .	Chorão	3	45.225:0:00
10 Santo Estevão	Iua	2	11.379:0:00
11 Santa Luzia (reunio-se-lhe a de S. José de Daugim)	Ellá	»	» » »
12 Senhora da Ajuda . . .	Ribandar	5	40.708:0:00
13 Senhora das Mercês . .	Morombim pequeno	1	5.580:0:00
14 Senhora de Belem . . .	Bambolim	1	7.172:0:00
15 Santa Anna	Taulim (mmm)	2	21.226:0:00
16 S. Lourenço	Agaçaim	1	55.826:0:00
17 Santo André	Goa Velha	2	27.776:0:00
18 S. Matheus	Azossim	1	8.223:0:00
19 S. João Baptista	Carambolim	2	48.398:0:00
20 S. João Sabagum (reunio-se-lhe a de S. Thiago)	Corlim	1	11.750:0:00
21 Senhora da Conceição	Pangim	5	91.688:0:00
22 Senhora do Amparo . .	Mandur	1	15.581:0:00
23 S. Simão	Gancim	1	14.160:0:00
24 S. Braz	Gandaulim	2	29.616:0:00
		49	752.650:0:00

(III) Esta igreja foi construida no anno de 1649, á custa dos gauncares.

(mmm) Foi construida no anno de 1577.

<i>Oragos</i>	<i>Aldéas onde são situadas</i>	<i>Cofres das confrarias</i>	<i>Fundos dos mesmos cofres</i>
			X. T. R.
	<i>Transporte...</i>	49	752.650:0:00
25 Santa Barbara	Morombim o grande	1	20.980:0:00
26 Santa Cruz	Calapor.	2	27.913:0:00
27 S. Miguel	Taleigão.	3	27.070:0:00
28 Santa Maria Magdalena	Seridão.	1	4.787:0:00
29 Senhora do Rosario ..	Curca (nnn)	1	18.928:0:00
30 Santa Ignez.	Santa Ignez	1	15.929:0:00
31 S. João Evangelista {	Neurá o grande. . .	1	18.985:0:00
	Neurá o pequeno. .	1	1.005:0:00
		60	888.527:0:00

Houve a igreja de Nossa Senhora do Loreto em Moulá, parochial, com um cofre e 12.154 xerafins de fundo, fabricada á custa de um italiano, que deixou a sua administração á comunidade d'aldêa. Já não existe.

Mappa das igrejas parochiaes da comarca de Salsete.

<i>Oragos</i>	<i>Aldéas onde são situadas</i>	<i>Cofres das confrarias</i>	<i>Fundo total dos cofres</i>
			X. T. R.
1 Senhora da Saude.	Sancoale (ooo)	8	53.374:0:00
2 Senhora das Mercês ...	Colá	7	27.627:0:00
3 Senhora dos Remedios. .	Betalbatim.	6	52.366:0:00
		21	133.367:0:00

(nnn) A igreja desta aldêa foi fabricada á custa do devoto D. Manoel Lobo da Silveira, que por sua morte a deixou na administração da comunidade.

(ooo) A igreja parochial desta aldêa queimou-se na noite de 17 de Dezembro de 1835. Foi o primeiro edificio que se levantou em Salsete á religião catholica, hoje abandonado e substituido por uma capella no bairro *Anaulim* da mesma aldêa, outr'ora florescente, e agora quasi despovoada.

Oragos	Aldéas onde são situadas	Cofres das confrarias	Fundo total dos cofres	
			X.	T. R.
	<i>Transporte...</i>	21	133.367:0:00	
4 S. Francisco Xavier..	Chicalim.....	7	20.744:0:00	
5 Senhora do Pilar	Seraulim	5	18.085:0:00	
6 Salvador do mundo ..	Loutolim	8	45.158:0:00	
7 Senhora do Soccorro..	Carmoná	5	21.258:0:00	
8 Espirito Santo.....	Margão.....	17	132.306:0:00	
9 S. Miguel.....	Orlim.....	8	22.499:0:00	
10 Senhora das Neves...	Rachol	8	139.637:0:00	
11 S. Filippe e S. Thia- go	Cortalim (ppp)....	5	8.886:0:00	
12 Santo Aleixo.....	Curtorim	14	72.936:0:00	
13 S. João Baptista....	Benaulim.....	10	77.214:0:00	
14 Senhora Mãe de Deos..	Majordá	11	41.565:0:00	
15 Santa Cruz	Verná.	11	84.208:0:00	
16 Senhora de Belem....	Chandor	8	28.440:0:00	
17 S. Thomé	Cansaulim	6	39.184:0:00	
18 Senhora dos Martyres	Assolná	5	16.955:0:00	
19 Senhora das Neves...	Raia	9	55.374:0:00	
20 Senhora da Gloria....	Varcá.	3	15.686:0:00	
21 Santo André	Murmugão	13	40.155:0:00	
22 Senhora da Saude....	Conculim	1	919:0:00	
23 Senhora da Esperança	Chinchinim	22	98.284:0:00	
24 Senhora da Assumpção	Velção	5	21.664:0:00	
25 S. Francisco Xavier ..	Velim.....	"	" " "	
26 S. Francisco Xavier ..	Macazana	2	8.617:0:00	
27 S. José (qqq).....	Areal	"	" " "	
28 Senhora do Rosario ..	Navelim.....	15	28.373:0:00	
		219	1:171.514:0:00	

(ppp) Nesta aldéa, e na peanha da cruz junto á igreja, está a seguinte inscripção: — “ Neste lugar se disse a primeira missa, e se poz a primeira cruz em Salsete. As almas do purgatorio pedem a seus devotos se lembrem dellas com um Padre Nosso e Ave Maria. Isto foi em o 1.º de Maio de 1553. , —

(qqq) Esta igreja foi edificada á custa do Arcebispo D. Fr. Manoel de S. Galdino, pelos annos de 1832.

Mapa das igrejas parochiaes da comarca de Bardez.

<i>Oragos</i>	<i>Aldéas onde são situadas</i>	<i>Cofres das confrarias</i>	<i>Fundo total dos cofres</i>
1 Reis Magos	Na fortaleza do mesmo nome.	1	X. T. R. 16.071:0:00
2 Senhora Mãi de Deos. .	Pomburpá (rrr) . . .	5	15.696:0:00
3 Senhora da Penha de França.	Sirulá (sss).	1	53.317:0:00
4 Senhora do Soccorro. .	Sirulá (ttt).	4	10.768:0:00
5 S. Salvador do Mundo	Sirulá (uuu).	3	16.345:0:00
6 Senhora dos Remedios	Nerul (vvv).	1	24.235:0:00
7 Senhora da Conceição	Moirá (xxx).	1	11.303:0:00
8 Santa Isabel	Ucassaim (yyy) . . .	1	7.792:0:00
9 Senhora da Victoria . .	Revorá (zzz).	1	1.418:0:00
10 S. Thiago	Tivim (A)	»	» » »
11 S. Francisco das Chagas	Colluale (B)	1	30.345:0:00
12 Bom Jesus.	Nachinolá	1	8.258:0:00
13 Santa Anna.	Parrá (C).	2	7.098:0:00
14 S. Diogo	Guirim (D)	5	26.566:0:00
		27	229.121:0:00

(rrr) Foi construida a igreja nesta Aldêa no anno de 1669.

(sss) No lado direito da capella mór desta igreja se lê, sobre uma campa: — Sepultura de D. Anna de Azevedo, fundadora desta igreja, e confrade: morreu no anno de 1729.

(ttt) Construida a igreja em 1669.

(uuu) Construio-se a igreja em 1565.

(vvv) Fez-se a igreja em 1569.

(xxx) A igreja foi construida em 1636. O seu frontespicio, que é curioso, foi reedificado em 1800; a capella mór em 1814; o corpo da igreja em 1832; e finalmente a torre, para o grande sino, que foi do convento de S. Domingos, em 1838.

(yyy) Edificada a igreja em 1626.

(zzz) Edificada a igreja em 1653.

(A) Edificada a igreja em 1627.

(B) Teve principio a igreja em 1591.

(C) Em 1649.

(D) Em 1604.

Oragos	Aldéas onde são situadas	Cofres das confrarias	Fundo total dos cofres	
			X.	T. R.
	<i>Transporte...</i>	27	229.121:0:00	
15 Santo Antonio.....	Siolim (<i>E</i>).....	3	15.833:0:00	
16 Santo Aleixo.....	Calangute (<i>F</i>)....	2	37.258:0:00	
17 S. Miguel Archânjo..	Anjuna (<i>G</i>).....	3	30.637:0:00	
18 S. Jeronymo.....	Mapuçá (<i>H</i>).....	2	49.763:0:00	
19 Santissima Trindade..	Nagoá (<i>I</i>).....	3	18.650:0:00	
20 S. Thomé.....	Aldoná (<i>K</i>).....	5	25.469:0:00	
21 S. João Baptista....	Pillerne (<i>L</i>).....	4	18.358:0:00	
22 Senhora da Esperança	Candolim (<i>M</i>)....	2	20.435:0:00	
23 S. Lourenço de Linha- res.....	Na fortaleza d'Agoa- da (<i>N</i>).....	3	11.949:0:00	
24 Senhora do Mar.....	Oxel (<i>O</i>).....	1	1.076:0:00	
25 Santa Clara.....	Assonorá.....	1	15.983:0:00	
26 S. Cactano.....	Assagão.....	2	5.766:0:00	
		58	480.389:0:00	

(*E*) Teve principio a igreja em 1568.

(*F*) Construida a igreja em 1595, e reedificada em 1741.

(*G*) Em 1603.

(*H*) A igreja edificada em 1694: incendiou-se em 28 d'Abril de 1838, e foi reedificada no anno seguinte.

(*I*) Foi construida a igreja em 1560, e reedificada em 1679.

(*K*) Edificada a igreja em 1596.

(*L*) Em 1658.

(*M*) Em 1560, e reedificada em 1667.

(*N*) Vide = *Praça d'Agoada* = no n.º 4 dos Annaes, 2.ª serie, pag. 181.

(*O*) Edificada em 1661.

*Mapa das igrejas parochiaes, no territorio portuguez,
das provincias das Novas Conquistas.*

<i>Oragos</i>	<i>Aldéas onde são situadas</i>	<i>Cofres das confrarias</i>	<i>Fundo total dos cofres</i>
Senhora da Graça.....	Bicholim.....	»	»
„	Sanquelim.....	»	»
Senhora do Lume.....	Zambaulim.....	»	»
„	Parodá.....	1	650 xerafins
S. José.....	Sirodá.....	»	»
S. João Baptista.....	Pernem.....	»	»
Santa Anna.....	Pondá.....	»	»
Jesus, Maria, José.....	Marcella.....	»	»
Santa Cruz.....	Quepem (P).....	»	»
Santa Thereza.....	Canacona.....	»	»
São collados os parochos de Zambaulim, Pondá, Sirodá, e Pa- rodá.			

O provimento de todos os beneficios da igreja de Goa é do Monarcha, como Rei e padroeiro das igrejas do Ultramar; e como Governador e perpetuo Administrador da ordem de Christo; e por isso, em as Instrucções dadas em 10 de Fevereiro de 1774, foi conferido ao Arcebispo o poder prover as igrejas de parochos, no real nome; reservando-se o Soberano o immediato provimento do Deão, Chantre, Thesoureiro mór, Arcediago, e Mestre Escóla, sobre proposta do Governador da India, dos tres mais aptos para estas dignidades da sé metropolitana; mandando-se mais, que os Conegos, Meios Conegos, e Quartanarios fossem pelo mesmo Governador providos, precedendo concurso; e alternativamente, na primeira vacatura, em um clerigo do paiz, na segunda, em um do reino, e assim por diante. O Sub-chantre, Mestre de capella

(P) Foi edificada a igreja pelos annos de 1830, á custa do reverendo Deão da sé de Goa, José Paulo da Costa Pereira e Almeida.

e os mais empregados da sé por escolha do Governador : pela distancia da India , acontecia , não obstante isto , que as igrejias eram quasi sempre servidas por encomendados ; os quaes não podiam mandar sollicitar em Lisboa as cartas de confirmação ; e muitas vezes , se as sollicitavam , quando chegavam , já era fallecido , ou estava removido o provido ; e por isso no reinado da Rainha D. Maria 1.^a se ordenou , por carta regia , que o Arcebispo fizesse a proposta ao Governador , e que este conferisse a carta de apresentação , ao que se seguia a da collação , e assentamento na Contadoria da Fazenda para posse do beneficio , e vencimento da congrua : a unica excepção desta regra era a nomeação do Deão , do qual era a eleição do Arcebispo , por proposta ao Monarcha. O decreto de 28 de Setembro de 1838 determina , no § 2.º , que , vagando empregos ecclesiasticos cujo provimento é reservado ao Monarcha , os Governadores nomeiem interinamente os que os hão de servir , que dependerão de confirmação regia.

Egressos e conventos extinctos.

Uma nova classe figura no quadro das despezas publicas de Goa ; e esta classe é a dos religiosos dos conventos supprimidos , aos quaes se dá hoje o nome de egressos. Já em outra parte desta memoria designei os conventos , que habitaram , e o valor de seus bens e rendimentos ; os quaes , com o maior escrupulo e exactidão , foram descriptos e inventariados , por occasião de levar-se a effeito o decreto da sua suppressão : não será , por tanto , fóra do assumpto mencionar aqui , a par do regimen e administração a que ficaram , provisoriamente , sujeitos estes conventos , e seus bens e rendimentos , o que ha de notavel , tanto a respeito da época e modo pelo qual cada uma das ordens foi estabelecida em Goa ; como ácerca dos edificios que lhes pertenciam , tempo em que foram construidos , e mais circumstancias que importam ao estadista , não só como monumentos da nossa antiga opulencia , e do serviço incalculavel , que estas ordens fizeram á religião , e por conseguinte á civilisação e ao Estado , pelo que ainda hoje attrahem grande numero de estrangeiros a admiral-os ; mas ao fim

de utilidade publica , a que estas casas possam ser agora destinadas , segundo a vastidão e localidade de cada uma dellas.

Já notei que os franciscanos observantes foram os primeiros que se estabeleceram em Goa , por isso que foram elles os capellães dos primeiros navios portuguezes que passaram á India. O convento que logo edificaram , junto á sé , é grande e bem construido. A igreja é das mais bellas de Goa , e os seus paramentos e vasos sagrados eram de bastante valor. Este convento tinha outros d'elle dependentes , em Goa e outras partes , até ao anno de 1600 : ultimamente conservava só o collegio de S. Boaventura , para o estudo de philosophia e theologia ; e um hospicio junto a Meliapor. Os reformados , que depois de 1600 se separaram delles , tinham a sua casa principal no convento da Madre de Deos em Dalgim , edificada em 1569 ; o convento de Nossa Senhora do Cabo , construido em 1594 , á custa do Vice-Rei Mathias de Albuquerque ; e o pequeno collegio de Nossa Senhora do Pilar , em Goa velha , fundado em 1613 ; cujos edificios eram pequenos e nada notaveis : delles dependiam os da mesma ordem em Damão , Diu , e Macáo.

A companhia de Jesus foi a segunda ordem religiosa , que se estabeleceu em Goa , no collegio da Santa Fé , que havia sido fundado pelas diligencias de dous clérigos seculares , Michael Vaz e Thiago Borba , e pela liberalidade do Governador Estevão da Gama , para instrucção dos neophitos da India ; do qual o mesmo Borba fez doação a S. Francisco Xavier , que , no anno de 1542 , tinha chegado a Goa , com o Governador Martim Affonso de Sousa : logo que os jesuitas entraram nesta casa , lhe deram o nome de collegio de S. Paulo , em razão de um retabulo da conversão deste Santo , que collocaram no altar mór da igreja. Esta casa foi reedificada annos depois ; mas , tornando-se doentia , fundaram então os jesuitas o convento de S. Roque , no monte do Rosario ; e aquelle de S. Paulo ficou sendo a casa do noviciado. Em 1584 , edificaram a magnifica casa professa do Bom Jesus , para habitação do Provincial e dos padres respeitaveis da ordem ; e , alcançando depois a igreja e collegio de Chorão e o de Rachol , abandonaram as casas de S. Paulo e de S. Roque , conservando ape-

nas nesta alguns religiosos velhos e doentes; e estabeleceram o noviciado em Chorão, e o seu collegio em Rachol, que era uma casa e igreja da missão. As duas casas abandonadas, em pouco tempo cahiram, e se demoliram.

A grandeza do convento do Bom Jesus, e a sumptuosidade da sua igreja são dignas de attenção. É nesta igreja que hoje repousa o corpo do Apostolo da India, S. Francisco Xavier, fundador desta ordem em Goa, depositado em um caixão de cobre dourado e bellissimamente lavrado: este caixão está collocado em um soberbo mausuleo de marmore preto d'Italia, sustentado sobre tres altares, que occupam as tres faces do mausoleo, onde se vêem primorosamente esculpidas sobre o marmore, em baixo relevo, as principaes acções da vida deste santo varão. Este precioso e riquissimo monumento é digno de admirar-se em todas as suas partes: nesta igreja vinham tomar posse do governo os antigos Vice-Reis e Capitães Generaes; uso que os Governadores Geraes vão continuando, e com as mesmas formalidades que então se praticavam. A sacristia é em tudo proporcionada á magnificencia deste templo: nella se encontra uma mui bella collecção de pinturas, e quadros.

Por detraz do tumulo, passando da sacristia para o convento, está um retabulo de S. Francisco Xavier, que dizem ser o seu verdadeiro retrato, tirado pouco depois da sua morte.

Junto á porta deste magestoso templo se lê a seguinte inscripção:

“Sepultura de D. Jeronymo Mascarenhas, Capitão que foi
“ de Cochim e Ormuz, a cuja custa se fez esta igreja; e em
“ gratificação a companhia de Jesus lhe dedicou este lo-
“ gar.”

Em uma columna da entrada da porta principal se lê:

“*Reverendissimus et Illustrissimus D. Alexius Menesius*
“ *Archiepiscopus Goanensis Indiae Primaz. Anno Domini*
“ *MDCVI d. ma.* A capella e o sumptuoso tumulo de S.
“ Francisco Xavier. — A sua imagem que fica no altar é de
“ prata, e pesa 146 marcos.”

A terceira ordem que se estabeleceu em Goa, foi a dos prégadores, ou dominicos; os quaes, posto fossem a Goa logo depois da conquista, e ahi levantassem logo a igreja de Nossa

Senhora do Rosario, não se reuniram em congregação, até ao anno de 1548. O seu convento, edificado em 1550, na parte oriental da cidade, é mui vasto e muito bem construido. Os claustros são magnificos. A igreja espaçosa, mas o tecto não é d'abobeda. O seu frontespicio e adro é magestoso, e o mais elegante de todos os conventos de Goa; porem o Governador Lopes de Lima mandou demolir este grande edificio, attento o seu actual estado de ruina irremediavel, por deshabitado.

Em 1584 edificaram estes padres o collegio para a sua ordem, em Pangim, o qual se incendiou; e depois em 1626 construíram o de S. Thomás em Panelim, que ainda existe, e em cujas aulas eram admittidos estudantes de fóra. Em Morombim o grande tinham o pequeno convento de Santa Barbara, fundado em 1717, á custa de D. Fr. Miguel Rangel, Bispo de Cochim, Governador do arcebispado, e Visitador da congregação de S. Domingos; da qual, além de outras pequenas casas em Goa, eram dependentes os conventos de Cochim, Meliapor, Damão, Diu, Macão, e Moçambique, já ha muito abandonados, menos os tres ultimos: ainda tambem conservavam uma excellente igreja e casas em S. Thomé de Meliapor, das quaes recebiam renda.

Os eremitas de Santo Agostinho foram a Goa em 1572, e nesse mesmo anno reduziram a convento umas casas e quinta que compraram. No monte do Rosario, deram depois principio á fundação do convento e cabeça da sua ordem, tendo para isso apenas 18 xerafins, 2\$880 réis fortes, e esses tirados da boca dos religiosos, que para o sustento desse dia e do seguinte tiveram de mendigar. No pequeno convento, que edificaram, habitaram os religiosos desta congregação até ao anno de 1597, em que foi augmentado, e edificada a sua igreja ao ponto em que hoje se acha. O Arcebispo D. Aleixo de Menezes lançou a pedra fundamental desta obra, vestido de pontifical, com assistencia do Vice-Rei Conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, e de toda a nobreza de Goa, aos 9 de Setembro daquelle anno: em pouco tempo se concluiu o convento, e a igreja, com a invocação de Nossa Senhora da Graça, padroeira da ordem; que são dous

grandes e bellos edificios, os melhores e mais nobres de toda a India, e de grande vulto em qualquer parte do globo, que os possuisse. Os claustros do convento e suas columnatas, as galarias, salas, e as mesmas cellas em que os religiosos viviam, são dignas de ver-se. A igreja é uma das mais bellas de Goa; de uma só nave, e dezeseite e meia braças de comprido até ao cruzeiro; e sete e meia de largura, com quatro capellas de cada lado. O cruzeiro tem de largo tres e meia braças, e treze e meia de comprido e quatro altares em frente; o altar mór é elegante e digno de notar-se; e todos os mais altares são ricamente decorados. A abobeda do tecto é mui elevada, e admiravelmente construida. Nesta ordem entravam, com preferencia, as pessoas das familias mais distinctas de Goa.

No anno de 1602 edificaram o collegio de Nossa Senhora do Populo, junto ao convento, com o qual communica sobre um grande arco, que atravessa a rua publica, para instrucção dos religiosos, e das pessoas de fóra que quizessem frequentar as suas aulas; nas quaes se ensinava latim, philosophia, e theologia: o primeiro curso que se leu neste collegio, foi no anno de 1604: antes delle, o collegio era em Neurá; a insalubridade do sitio e grande distancia da cidade, fez emprenhender a fundação do collegio do Populo, o qual é magnifico, grande, e bem construido; mas caminha a passos largos para augmento das ruinas de Goa. Em Moulá tinham estes padres uma boa casa de campo, e outras menos notaveis em diversas partes.

Dependiam do convento da Graça, o de Santo Agostinho em Damão, e o convento de Macáo. Em Bombaim tinha a congregação um hospicio, para hospedar os padres da ordem, que alli iam embarcar para a missão de Bengala; e outro em S. Thomé de Meliapor. O convento de Diu e outros muitos em diversos outros logares, haviam sido abandonados, por falta de rendas, e por insalubridade de alguns. Na proximidade do Ughly, ou Hoogly, segundo os inglezes o denominam, existe ainda o convento desta ordem, no sitio de Bandel, a 80 milhas da foz do Ganges, edificado em 1599, e cabeça da sua missão de Bengala.

Os carmelitas descalços, que no principio do seculo 16.º

haviam estabelecido a sua missão em Bagdad e na Persia, passaram a Goa em 1607, e fundaram um convento. Estes padres foram expulsos de Goa em 1739, em razão das dissensões suscitadas entre elles e o Arcebispo, pelos da *propaganda fide*, ácerca da jurisdição espiritual da ilha de Bombaim; e a sua igreja e convento foram dados aos da congregação de S. Filippe Nery, que de pouco tempo alli se haviam estabelecido, e fizeram delle o seu collegio. Era um bom edificio, situado no outeiro entre o demolido collegio de S. Paulo, e o convento de S. Domingos, posto que muito inferior a todos os outros que ficam descriptos. O Arcebispo D. Fr. Manoel de Santa Catharina, fallecido em 1812, muito desejou restabelecer esta ordem, a que pertencia; e, não o podendo conseguir, instituiu uma corporação de padres seculares, com o voto unicamente de observarem a regra dos carmelitas, e lhes edificou um pequeno convento e igreja, no lugar de Chimbél, entre Ribandar e Pangim, e só para nativos da casta charadó. Este convento era o mais pobre de Goa, e seus moradores de conducta exemplar.

Os theatinos, ou da congregação da divina providencia, foram da Italia pelo meado do seculo 17.º, e fundaram em Goa, proximo ao palacio dos Vice-Reis, uma pequena e mui linda igreja que originariamente era a capella dos Vice-Reis, em fôrma circular, com um elegante zimbório, que se eleva sobre quatro grandes arcos fronteiros, á imitação do da igreja de S. Pedro em Roma. O altar mór desta bellissima igreja é de obra perfeita e admiravel: nada mais ha de notavel no seu convento, no qual se não admittiam européos, nem outro algum nativo, que não fosse da casta bramíne.

Os religiosos da ordem do hospital, ou de S. João de Deos, foram a Goa em 1683; e tendo sido hospedados pelos do convento da Graça, estiveram no collegio do Populo até que edificaram o seu convento, em 1690, proximo ao da Graça, no monte do Rosario. Este edificio e igreja nada tem de notavel. Seis d'entre elles serviam como enfermeiros no hospital militar, pelo que recebiam 30 xerafins mensaes, pagos pela Fazenda; e do mesmo modo serviam nos hospitaes de Damão, Diu, e Macão, onde tinham hospícios.

A congregação de S. Philippe Nery, posto fosse a ultima estabelecida em Goa, era a mais numerosa, e rica, e só para os da casta bramane, como os theatinos. Foi-lhes dada a igreja chamada da Cruz dos Milagres, situada no monte da Luz, a qual fôra dos eremitas de Santo Agostinho: junto della edificaram o seu convento, pelos annos de 1760, que é grande, ainda em bom reparo, e em logar saudavel; e estabeleceram o collegio no convento dos carmelitas, como acima disse.

Todos estes conventos foram supprimidos, como é já sabido; e aos males, que a sua suppressão produzio por aquellas partes, se tem seguido a perda das missões de que eram encarregados em todo o Indostão, e dos interesses que dellas provinham ao Estado: entre estas era mui rica a de Bengala, dos eremitas de Santo Agostinho; cujos fundos não foram inventariados, nem sei como hoje se administram.

Havia mais, e ainda existe, o convento de Santa Monica, cujo padroado acceitou Sua Magestade por carta regia de 31 de Março de 1633, para freiras que professam a regra de Santo Agostinho, fundado pelo Arcebispo D. Aleixo de Menezes, da mesma ordem. Em 1636 foi este convento completamente devorado por um incendio, e as freiras passaram para o collegio do Populo, onde estiveram até se concluir o novo mosteiro, que edificou o padre Fr. Diogo de Santa Anna, seu administrador perpetuo, e está hoje em estado de ruina quasi irremediavel; por cuja razão o Governo Provisional mandou, em 1835, mudar estas freiras para o convento da Graça, onde se conservam.

Os fundos e rendimentos dos conventos supprimidos foram, por portaria do mesmo Governo Provisional, de 8 de Outubro de 1835, mandados recolher em um cofre de tres chaves, entregues aos mesmos clavicularios dos cofres da Fazenda Publica, com escripturação e contabilidade separada, como se vê do quadro synoptico, já publicado, das rendas do Estado; e por estes rendimentos são pagas as despesas necessarias para conservação dos seus edificios, custeamento das propriedades, e as prestações aos egessos.

Por portaria do mesmo Governo Provisional, de 18 de

Dezembro de 1835, se deram administradores a todos os conventos, tirados de entre os mesmos que os habitaram, e as instrucções necessarias para seu regimen e direcção; e se lhes marcaram vencimentos pela seguinte fórma:

Para os conventos extinctos de S. Caetano, Santa Cruz dos Milagres, e Carmo:

Um Administrador com..... 30 xerafins por mez

Um Sub-administrador..... 20 ditos.

Para o collegio de S. Thomás, e convento de Santa Barbara:

Um Administrador com..... 30 xerafins por mez

Um Sub-administrador..... 20 ditos.

Para o convento de S. Francisco, e collegio de S. Boaventura:

Um Administrador com..... 30 xerafins por mez

Um Sub-administrador.... 20 ditos.

Para os conventos da Madre de Deos, Senhora do Pilar, e Senhora do Cabo:

Um Administrador com..... 30 xerafins por mez

Um Sub-administrador..... 20 ditos.

Para o collegio do Populo:

Um Administrador com..... 20 xerafins por mez

Para o convento de Chimbel:

Um Administrador com..... 20 xerafins por mez

Foram mais concedidos dous criados para cada uma destas casas. Estes vencimentos foram reduzidos a 20 xerafins mensaes para cada administrador, e um criado para cada casa, por portaria da Junta da Fazenda, de 22 de Maio de 1840; e assim esta despesa importa hoje; a saber:

Sete Administradores a 240 xs. cada um.. 1.440 xs. annuaes

Treze criados a 96 ditos..... 1.248 ditos.

2.688

Os religiosos destes conventos ficaram recebendo, por portaria do mesmo Governo Provisional, de 13 de Outubro de 1835:

Os sacerdotes e coristas das ordens de S.

Domingos e de Santo Agostinho..... 34:2:55 por mez

Os leigos das mesmas.....	12:0:00	por mez
Os sacerdotes e coristas de S. Francisco e Madre de Deos	27:4:17	dito
Os leigos dos mesmos.....	12:0:00	dito
Os sacerdotes e coristas do convento de Santa Cruz dos Milagres e Carmo	29:2:08	dito
Os leigos dos mesmos.....	12:0:00	dito
Os sacerdotes e coristas do convento do Car- mo de Chimbel	22:3:20	dito
Os leigos dos mesmos.....	10:0:00	dito
Os sacerdotes e coristas de S. João de Deos	18:0:00	dito

Foi assim que a todos se abriu assentamento na Contadoria da Fazenda, em virtude da citada portaria de 13 de Outubro de 1835, e se começaram a contar os vencimentos de 15 do mesmo mez em diante: esta regulação tem sido alterada; porque, em portaria do Ministerio dos Negocios da Marinha e do Ultramar, de 10 de Dezembro de 1840, se mandaram pagar estas prestações, segundo o decreto de 20 de Julho de 1834, em réis do paiz; e assim vêm hoje administradores e egressos contemplados no ultimo orçamento pela seguinte fôrma:

Sacerdotes e coristas da ordem de S. Domingos, Congregação do Oratorio, e Santo Agostinho 480 xerafins por anno, de prestação — gratificação aos administradores 240 xerafins por anno. Leigos das mesmas ordens 360 xerafins dito.

Sacerdotes e coristas dos conventos de S. Francisco, Madre de Deos, Chimbel, S. Caetano, e S. João de Deos, 288 xerafins cada um, de prestação. Leigos das mesmas ordens 216 ditos; e assim a sua total despeza é:

16 Egressos de S. Domingos e um leigo	8.280	xs. annuaes
19 Ditos de Santo Agostinho e um leigo	10.200	ditos
17 Ditos da Congregação do Oratorio e quatro leigos.....	9.600	ditos
18 Ditos de S. Francisco e um leigo ..	6.024	ditos
14 Ditos da Madre de Deos e um leigo	4.728	ditos
14 Ditos de Chimbel e quatro leigos ..	4.896	ditos

<i>Transporte</i>	43.728
12 Egressos de S. Caetano	3.456 ditos
10 Ditos de S. João de Deos	2.880 ditos
1 Benedictino de Portugal	900 ditos

121 Sacerdotes e coristas — 12 leigos. . . 50.964

O Governador Geral, Conde das Antas, tem determinado, em portaria de 12 de Janeiro de 1843, que todos os conventos extinctos sejam administrados ou guardados por egresos das respectivas ordens, vencendo por este serviço 40 xerafins mensaes, sem outra prestação; e por conseguinte estas duas verbas de despeza estão reduzidas a 480 xerafins por anno, a cada um dos administradores, indistinctamente. Em portaria de 7 de Abril dito, deu um administrador ao convento de S. Caetano, separando-o dos outros a que a sua administração estava annexa. Em outra portaria, de 6 de Maio de 1843, mandou que os egressos, que houverem de ser mandados para fóra do Estado a exercitar o seu ministério, vençam 40 xerafins mensaes, seja qual for a ordem a que tenham pertencido.

A casa professa do Bom Jesus é, desde muitos annos, administrada ou guardada por um Conego da sé, nomeado pela Junta da Fazenda, com o vencimento de 1.430 xs. 1 t. 52 rs. (no orçamento vêm hoje 1.494 xs. 3 t.) que a mesma Junta arbitrou, em assento de 2 de Maio de 1780, para congrua, despesas do culto divino, limpeza da casa, e pagamento de serventes, em virtude da provisão de 27 de Fevereiro de 1776; cujo assento foi confirmado por outra provisão do Real Erario, de 2 d'Abril de 1788.

Para a festividade de S. Francisco Xavier contribue mais a Fazenda com 580 xerafins por anno; á qual são obrigados, por ordens regias, a assistir o Governador, a Relação, a Camara, todas as autoridades, e, quando as havia, as ordens religiosas.

Esta despeza foi autorisada por provisão de 17 de Dezembro de 1683, applicando para ella certos bens da Corôa, que rendiam 500 xerafins, e cuja administração foi encarregada aos jesuitas; e voltando, pela extincção destes, á Fazenda,

se fez novo arbitrio, pelo assento da Junta da Fazenda, de 2 de Maio de 1780, em 336 xs. 17 rs. Esta consignação voltou depois aos mesmos 500 xerafins, por despacho da mesma Junta; e estando a festividade a cargo do Senado da Camara, passou, em 18 de Novembro de 1840, para o cabido da sé, que para isso recebe da Fazenda, a quantia dita, por mão do administrador da casa do Bom Jesus.

Destino que têm tido alguns dos conventos extinctos de Goa.

O convento de S. Domingos — Mandado demolir por portaria do Governador Lopes de Lima, de 11 de Junho de 1841.

O hospicio de Santa Barbara — Foi para elle transferido o hospital da misericordia, por portaria do mesmo Governador, de 21 de Agosto de 1841.

O convento da Graça — Tem as freiras de Santa Monica, que para alli foram transferidas, por portaria do Governo Provisional, em 1835.

O collegio de S. Boaventura — Está destinado para casa de trabalho annexa ao arsenal, onde se empreguem os condemnados a prisão temporaria e correccional, os mendigos, e os vadios: nomeou-se uma commissão, por portaria do Conselho do Governo, de 2 de Julho de 1840, para propôr o respectivo plano.

O convento de Chimbel — Passaram para elle as recolhidas de Nossa Senhora da Serra e de Santa Maria Magdalena, por portaria do Governador Lopes de Lima, me 1841.

O convento do Cabo — É hoje uma casa de campo dos Governadores, que para isso fez preparar o Governador Conde das Antas.

Por portaria de 17 d'Abril de 1843, concedeu á misericordia o edificio do hospital militar de Panelim, e o collegio de S. Thomás, para se transferirem para o primeiro os dous recolhimentos, e para o segndo o hospital dos pobres que a misericordia sustenta, vagando por isso os dous conventos de Chimbel e Santa Barbara.

(Continuar-se-ha.)

EXPLORAÇÕES DOS PORTUGUEZES

NO INTERIOR D'AFRICA MERIDIONAL.

*Documentos originaes e copias, de propriedade do Eminentissimo Senhor
Cardeal, Patriarcha de Lisboa, Pr.^o da Commissão de Redacção.*

DOCUMENTOS RELATIVOS

Á VIAGEM DE ANGOLA PARA RIOS DE SENNA.

(Continuado de pag. 190.)

— 1810. —

Derrota que eu Pedro João Batista faço na minha viagem do Cazembe para a Villa de Tete — „

1.^o

“ Pouzo Casocoma e Citio do noso Cazembe do Caminho que com elle viemos de nome da terra Catara no qual dia que saímos no citio do mesmo Rey Cazembe, e levantamos as 7 oras de menhaã pagamos hum rio chamado Lunde de piquena Largura o qual vai dezbocar no outro rio Mouva que ao pé está cituado o mesmo Cazembe andamos com o Sol a Cara não incontramos com ninguem. — „

2.^o

“ Pouzo saímos no citio do Catara Canso-comma levantamos as 2 oras de menhaã pasamos ãm riexo, e durante a viagem viemos para o citio de hum preto chamado Quihono escravo da Filha do Cazembe, chamado Quitende, e entramos nas Cazas dos mesmos; e da hi mesmo fizemos parada a esperar-mos agente do Cazembe do Caminho que ficavão atras tres dias de inverno causado por ditos, não encontramos com ninguem, e nem vimos couza algũa. — „

3.^o

“ Pouzo saímos no citio do Quihono em que levantamos

as 5 oras de menhaã não pasamos rio, e durante a viagem viemos para o pouzo dezerto, e ao pé de hum rio chamado Capaco de piquena Largura, e tendo-mos trespasado outro rio chamado Bengeli de 4 braças de largura e vai desembocar, no rio chamado Mouva que asima dito encontramos com dois pretos carregados de peixe seco que hão para o citio grande do mesmo Cazembe, e não vimos mais nada. — „

4.º

“Pouzo saimos no pouzo deserto levantamos as 8 oras de menhaã não pacemos rio, e durante a viagem viemos para o citio ja despovoado de hum preto chamado Muiró ao pé do mesmo rio que viemos decendo que assima dito chegamos no dito citio as 4 oras de tarde andamos com o sol a cara e entramos nas Cazas velhas dos mesmos do citio, e invernamos no mesmo citio hum dia cauzado de ãma ponta de marfim de Catara. — „

5.º

“Pouzo saimos no citio despovoado do Muiró no qual levantamos as 2 oras de menhaã e durante a viagem pasamos ãm rio chamado Luena que terá pouco mais ou menos 17 braças da largura, e o qual vai desembocar no rio chamado Carucuige, e chegamos no pouzo dezerto e ao pé do mesmo Luena fabricamos noso serco não encontramos com ninguem. — „

6.º

“Pouzo saimos no dezerto e ao pé do rio Benlengi digo Luena, e levantamos ao primeiro cantar de galo e viemos para outro dezerto chamado Muchito Agumbo, chegamos no dito pouzo as 2 oras de tarde andamos com o Sol da mesma forma, não encontramos —

7.º

“Pouzo saimos no pouzo dezerto Muchito Agumbo, e levantamos as 7 oras de menhaã pasamos 3 riaxos de piquenas larguras, e durante a viagem viemos para o citio de hum preto chamado Cangueli e terras de hum potentado do Cazembe chamado Muenepanda chegamos no dito as 3 oras de tarde, e ao pé de hum rio de piquena largura que ignoramos o nome que vai desembocar no rio chamado Panpaje e da hi

fizemos parada por ordem do mesmo Rey Cazembe para mandar alguma couza de Cumer ao Catara. — „

8.º

“ Pouzo saímos no citio do preto Canguelle no qual levantamos amadrogada sem chuva e durante a marcha viemos para o pouzo dezerto e ao pe de hum rio de piquena largura chamado Muangi pela banda de lá chegamos no referido ao meio dia andamos com o Sol a cara , não incontramos.

9.º

“ Pouzo saímos no pouzo dezerto e ao pe do rio Muange levantamos as 4 oras de menhaã , paçamos dois riaxos que ignoramos os nomes , e durante a viagem viemos para outro dezerto e ao pe de hum rio de pequena Largura chamado Camicomba , chegamos no mesmo as 2 oras de tarde fabricamos noso cerco ao pe do mesmo rio , não encontramos com ninguem , andamos com o Sol da mesma forma.

10.º

“ Pouzo saímos do pé do rio Camicomba Levantamos as 6 oras de menhaã não paçamos rio , e durante a viagem viemos para outro dezerto e ao pe de hum riaxo corrente chamado Caquietatume , chegamos as tres oras de tarde no dito pouzo , e fizemos parada dois dias a espera do marfim do Cazembe , não incontramos com ninguem. — „

11.º

“ Pouzo saímos no dezerto e ao pe do rio Caquila levantamos ao Cantar de galo pasamos ãm rio chamado Lufunbo , de tres braças de Largura , e durante a viagem viemos para outro dezerto e ao pé de ãm rio que ignoramos o nome , e chegamos no dito as 4 oras de tarde , fabricamos nosas Barracas ao pe do mesmo riaxo , que viemos decendo com elle pela banda de la sem chuva não encontramos com ninguem.

12.º

“ Pouzo saímos no pouzo dezerto em que levantamos as 6 oras de menhaã , não pasamos rio , e durante a marcha , viemos para o pouzo dezerto chamado Luipire , chegamos no mesmo pouzo as Ave Marias sem chuva , e entramos nas Cazas já feitas dos viajantes de Muizas não incontramos com ninguem. —

13.º

“Pouzo saimos no pouzo dezerto Luipiri levantamos em alvorada pasamos sette riaxos piquenos que ignoramos os nomes e durante a viagem viemos para a povoação de ãm potentado chamado Luibue falecido que o Cazembe tinha matado nas Guerras, e no citio de hum potentado chamado Muíro Aquito parente do mesmo falecido Luibue chegamos no dito citio as duas oras de tarde falamos com elle a nosa viagem, que vamos para a vila de Tete e fizemos parada por elle nos ospedar, e deo o Cazembe do caminho dois quiapos de milho, e duas galinhas, e nos dise que podemos seguir a nosa viagem que o caminho está aberto, e deo o Catara de presente sinco pedras azues e não tratamos mais nada com elle — „

14.º

“Pouzo saimos no citio do potentado Muíro Aquito, em levantamos as 2 oras de menhaã, pasamos tres riaxos que ignoramos os nomes, e durante a viagem viemos para o citio de hum potentado chamado Luiama Cabanba de Alcinha Sapue, e chegamos ao meio dia fabricamos ao pé que elles bebem a agoa pela banda de ca, e veio vizitar-nos, e não trazendo nada de ospedagem — „

15.º

“Pouzo saimos no citio do Sapue levantamos as 5 oras de menhaã pasamos 5 riaxos, e durante a viagem viemos para o proprio citio do potentado Luiana chegamos no dito ao meio dia falamos com elle a nosa viagem, que vamos para a villa de Tete, e eile respondeo que estava bom, fabricamos ao pé de ãm rio chamado Lucuetue e fizemos parada para comprarmos alguma couza de cumer assim como dito potentado Luiana entregar as cabeças fugidas de varias pessoas na viagem a tracada do Cathara por ordem do Rey Cazembe e não os entregou, e disculpando que estavam nas suas terras de outros seus subordinados Parentes que longe está delle. — „

16.º

“Pouzo saimos do citio do Luiama as 8 oras da menhaã sem chuva, e durante a viagem viemos para o citio de hum preto chamado Lupapa chegamos no dito as 2 oras de tarde, fabricamos noso cerco, ao pé de hum rio chamado Rungo an-

damos com o Sol da mesma forma, não incontramos com ninguém, e não tratamos nada com elle, e andamos em meia viagem nos tomarão porque dese digo para que dese alguma couza ao dito Lupupa, e demos ãm caputem, e forão-se embora. —,,

17.º

“ Pouzo saimos no citio do preto Lupupa que levantamos as 5 oras de menhaã não pasamos rio e durante a viagem viemos para o citio dos Pouvos de que asima dito de nome da terra Camango o qual falamos com elle que vamos na companhia do preto de Gonsalo Caetano para Tette o qual não demos nada, chegamos no dito citio perto das Ave Marias fabricamos ao pé do mesmo citio, e ao pé de hum rio de piquena Largura que ignoramos o nome sem chuva, andamos com o Sol a Cara. —,,

18.º

“ Pouzo saimos do citio do Camango e que levantamos as 6 oras de menhaã, pasamos ãm rio chamado Lunbanzenge a pé que nos deo agoa na Sintura, e durante a viagem viemos para o citio de hum preto chamado Cacomba pela banda de cá do mesmo rio que pasamos, e chegamos ao meio dia fabricamos ao pé do mesmo citio do tal preto, e fizemos parada a esperar-mos por Catara que ficava a traz não encontramos com ninguem. —

19.º

“ Pouzo saimos no citio do Mobengi levantamos as 6 oras de menhaã pasamos o rio Hiabenge a pé durante a viagem viemos para de hum preto chamado quiota o qual veio no noso pouzo vizitar-nos abaixo do seu interesse para darmos alguma couza, chamada Luipata o qual não demos nada digo = Pouzo saimos no citio do Cazembe em que levantamos as 5 oras de menhaã, pasamos hum riixo, e viemos para o citio do potentado chamado Mubengi Acalams falamos com elle a nosa viagem que vamos para Tette e demos de presente cem bagos de pedras e Leite, e hum sacco de Sal, chegamos no mesmo citio ao meio dia, e a principiar-mos as fabricas nos mandou de ospedagem ãma Cabra e dois alqueires de milho, e inverna-

mos hum dia a espera do mesmo Catara não encontramos com ninguem. — „

20.º

“ Pouzo saimos no citio do Mobengi levantamos as 6 oras de menhaã pasamos o rio Heabengi a pé e durante a viagem, viemos para de ãm preto chamado Luiota o qual veio no noso pouzo vizitar-nos abaixo do seu interesse, para darmos alguma couza, chamada Luipata o qual não demos nada, chegamos no dito citio perto das Ave Marias não encontramos com ninguem andamos com o Sol a Cara. —

21.º

“ Pouzo saimos do citio do Luiota e levantamos as duas oras de menhaã sem chuva pasamos tres riaxos que ignoramos os nomes e durante a viagem, viemos para o citio de hum preto chamado Muazabanba o qual tratamos a nosa viagem para Tette que elles chamão Nhunque o qual deo Cazembe do Caminho hum Bixo e elle deo de ospedagem dois alqueires de milho, chegamos no mesmo citio as 4 oras de tarde, andamos com o Sol a cara, e não encontramos com ninguem. — „

22.º

“ Pouzo saimos no citio do Muazabanba levantamos em Alvorada sem chuva, pasamos tres riaxos que ignoramos os nomes, e durante a viagem viemos para outro citio do potentado chamado Capeco, e ficando-nos o citio do dito Barbaro em pouca distancia, o qual tambem demos de presente dois sacos de Sal os quaes os tomou contra a sua vontade, e querendo facto, chegamos no dito citio as tres oras de tarde, e fabricamos ao pé de hum rio de pequena Largura que ignoramos o nome andamos com o Sol da mesma forma, e não encontramos com ninguem. — „

23.º

“ Pouzo saimos no citio do Capeco Calubunda levantamos as 6 oras de menhaã, pasamos dois riaxos, e durante a viagem, e da hi deixamos as terras baixas digo e da hi deixamos as terras baixas que estavamos andando, e viemos subindo oiteiros de pedras, e viemos para o pouzo dezerto, e ao pe de hum riacho, chegamos as quatro oras de tarde, andamos com o Sol a cara, não encontramos com ninguem.

24.º

“ Pouzo saímos no dezerto levantamos as 7 oras de menhaã pasamos dois rios de piquenas larguras, chamados Benzi, e outro Macala, e viemos para o citio dos povos do potentado chamado Meceba não falamos nada couza de dadivas com elles, chegamos no dito citio as 4 oras de tarde fabricamos ao pé de um riacho chamado Ca Meguigo andamos com o Sol a cara não incontramos com ninguem.

25.º

“ Pouzo saímos dos Povos do Muceba levantamos em Alvorada pasamos dois riachos e durante a viagem, viemos para outro citio da Principal Mulher do mesmo Muceba a qual não achamos no citio, e so os seus filhos, e falamos com elles a nosa viagem que vamos para Tete e pedindo-nos o Luipata, e nos responde-mos que não troxemos fazendas para darmos Lui-pata, não decerão ficando contra nos, chegamos no mesmo citio as 4 oras de tarde fabricamos nosso cerco ao pe de hum rio que elles bebem agoa que ignoramos, não encontramos com ninguem. — „

26.º

“ Pouzo saímos no citio da principal mulher no qual levantamos as 6 oras de menhaã pasamos hum rio chamado Huombia, e viemos para o citio do Escravo do mesmo Muceba, chamado Luinhiba do Cazembe viemos com elle chegamos ao meio dia sem chuva, e desse citio deo o Catara hum Bixo de Luipata ao dito Prepto para hir levar ao Muceba Senhor das Terras incontramos com dois Pretos povos do dito Muceba, e não vimos nada de perturbação.

27.º

“ Pouzo, saímos do citio do Luinhiba e levantamos as 6 oras de menhaã pasamos hum rio chamado quibanga, e durante a viagem, viemos para o citio grande do mesmo Muceba tratamos com elle a nosa viagem que vamos para Tete, e demos de presente hum Caputim, e o Cazembe do Caminho deo tambem huma Negra, chegamos no dito citio as tres oras de tarde fabricamos ao pé do rio que elles bebem agoa, não encontramos com ninguem.

28.º

“Pouzo saímos no citio do potentado Muceba e levantamos as 8 oras de menhaã paçamos ãm rio chamado Luvira, e viemos continuando a nosa viagem té que anoiteceo, e dormimos no um pouzo dezerto ao pé de hum riixo que ignora-mos o nome.

29.º

“Pouzo saímos no pouzo dezerto em que levantamos a madrugada, paçamos dois citios chamados Calembé, e outro Capelebanda, e viemos para outro citio de ãm preto chamado Muaza Muranga, chegamos Ave Marias fabricamos ao pé de hum rio chamado Roanga piqueno, e não tratamos nada com elles andamos com o Sol a cara, e não incontramos com ninguem.

30.º

Pouzo saímos do citio do Muaza Maranga em que levantamos ao primeiro cantar de galo, não paçamos rio, e durante a viagem viemos para o rio Aruangoa e o paçamos a pé o qual me dis ter trinta braças de Largura, chegamos ao meio dia, entramos nas cazas ja feitas dos viajantes de Tette, e fazendo-mos hum pouco de tempo nos achou no dito pouzo bastantes pretos carregados de seus tabacos, a hirem para a banda de lá não incontramos com ninguem, andamos com o Sol da mesma forma —,,

31.º

“Pouzo saímos do rio Aruangoa levantamos a madrugada e vindo-mos desendo com o mesmo rio, e durante a viagem, viemos para o citio de hum preto chamado Capangara com bastante chuva, chegamos no dito citio as quatro oras da tarde, e fabricamos nosso serco ao pé de hum rio chamado Rubinba de piquena Largura, andamos ja com o Sol lado esquerdo não incontramos com ninguem. —

32.º

Pouzo saímos no citio do Capangara levantamos as 8 oras de menhaã não pasamos rio, e viemos para o potentado chamado Muaza Banba falamos com elle a nosa viagem que vamos para Tette, e deo o Cazembe do Caminho Cataro hum bixo, e nos dois chuabos de serafina encarnada, chegamos no

dito citio ao meio dia sem chuva, fabricamos noso serco ao pé do Rio que elles bebem agoa, chamado Matize não encontramos com ninguem andamos com o Sol Lado Esquerdo.

33.º

“ Pouzo saimos no citio do Muazabanba levantamos as 5 oras de menhaã pasamos ãm rio chamado Lucingi de piquena Largura, e viemos para o citio de huns pretos que ignoramos, chegamos as 3 oras de tarde não encontramos com ninguem andamos com o Sol da mesma forma.

34.º

“ Pouzo saimos no citio dos pretos que assim dito levantamos as 6 oras de menhaã pasamos dois riaxos piquenos que ignoramos os nomes, e viemos para o citio de ãm preto chamado Quiceres Quiamorilo, chegamos no dito citio as 2 oras de menhaã sem chuva fabricamos ao pe de hum riaxo corrente que ignoramos o nome encontramos com pretos carregados de tabaco andamos com o Sol da mesma forma.

35.º

“ Pouzo saimos do citio Quiceres Quiamorilo levantamos as 6 oras de menhaã, paçamos hum rio, e durante a viagem, viemos para o citio da pouvoação do Capelema de dois pretos hum se chama Capanga, e outro Quicuta não falamos nada com elles e fabricamos ao pe do rio chamado Camba de pequena largura que elles bebem agoa, andamos da mesma forma, não encontramos com ninguem.

36.º

“ Pouzo saimos no citio Capangara em que levantamos a madrugada passamos hum rio que ignoramos o nome, e durante a viagem viemos para o citio do potentado Capalemena, o qual não achamos no citio e ter ido as suas Cazas, e só achamos a principal Mulher, e mais seus Filhos, e logo com suas demandas de Luipata, e deo o Cazembe hum bixo, chegamos no mesmo citio ao meio dia, e fabricamos ao pe de hum rio chamado Lucunzie de piquena Largura andamos com o Sol lado esquerdo não encontramos com ninguem.

37.º

“ Pouzo saimos do citio do Capelemena levantamos as 11 oras de menhaã não passamos rio, e viemos para o citio do

mesmo que assima dito da sua Irmaã, chegamos no dito citio quazi Ave Marias não tratamos nada com elle, e não incontramos com ninguem, fabricamos ao pe de hum riixo pequeno.

38.º

“ Pouzo saimos no citio da Irmaã do Capelemena levantamos as 7 oras da menhaã, e vindo-mos decendo com o rio Lucunzie, e durante a viagem viemos para a povoação do potentado chamado Mocanga Caronga, e citio do preto chamado Quitanga quiamuomba, chegamos no mesmo citio ao meio dia sem chuva, fabricamos ao pé do mesmo citio, não incontramos com ninguem. —

39.º

“ Pouzo saimos no citio do Quitanga levantamos ao Cantar de galo não passamos rio, e durante a viagem viemos para outro citio dos povos do mesmo Mocanda, falamos com elles a nosa viagem que vamos para Tette, e não demos nada a elles chegamos as 3 oras de tarde andamos com o Sol da mesma forma, não incontramos com ninguem. —

40.º

“ Pouzo saimos dos povos do Mucanda, e levantamos as 2 oras de menhaã, e trespasamos o citio grande do mesmo Mocanda, e durante a viagem viemos para outro citio dos povos do mesmo que assima dito chegamos no dito citio as 4 oras de tarde sem chuva, andamos da mesma forma, e não incontramos, e não tratamos nada com ditos pretos sobre dadi-vas.

41.º

“ Pouzo saimos do citio dos que asima dito levantamos as 6 oras de menhaã, pasamos hum rio que ignoramos o nome, e durante a viagem viemos para o citio chamado Ponda, chegamos as 7 oras de tarde fabricamos ao pe de ãm rio de piquena Largura chamado Luca, andamos com o Sol Lado esquerdo, não incontramos com niuguem.

42.º

“ Pouzo saimos no citio do ponda que levantamos as 7 oras de menhaã pasamos hum riixo que ignoro o nome, e durante a viagem viemos para o citio dos povos do potentado chamado Gurula, o qual o citio delle trespasamos, chegamos no

dito citio ao meio dia com chovisco fabricamos ao pé de hum riixo não encontramos com ninguem. — „

43.º

“ Pouzo saimos dos povos do Gurula, e levantamos as 5 oras de menhaã paçamos hum rio chamado Bue, e continuando-mos a marcha paçamos tres rios de piquenas larguras, e viemos para o citio do preto chamado Luiangue, chagamos as 3 oras de tarde fabricamos com bastante chuva, e ao pe do rio chamado Daramenca, andamos com o Sol da mesma forma, não incontramos com ninguem.

44.º

“ Pouzo saimos no citio do Luiangue levantamos a madrugada paçamos hum oiteiro chamado Inamirombe fim das terras do potentado Mucanda Caronga, e viemos para o citio de um preto chamado Cairaire, chegamos as 2 oras de tarde não fallamos nada com elles a nosa viagem, e não incontramos com ninguem.

45.º

“ Pouzo saimos do citio do Caraire levantamos as 6 oras de menhaã paçamos hum rio de pequena largura, e durante a viagem viemos para o citio chamado Capata chegamos no mesmo as 4 oras de tarde com chuva, e nos derão os do citio cazas para aComodar-mos por não fazer-mos noso Sereo, andamos com o Sol lado Esquerdo não incontramos com ninguem.

46.º

“ Pouzo saimos do citio chamado Capata levantamos as 6 oras de menhaã sem chuva paçamos cinco riixos piquenos que ignoramos os nomes, e trespassamos o citio antigo do Gonsalo Caetano, e durante a viagem viemos para outro citio antigo despovoado, chegamos ao meio dia com chuva, e fabricamos ao pe de hum riixo que ignoramos o nome não incontramos com ninguem, e não vimos nada de raridade. — „

47.º

“ Pouzo saimos no citio antigo em que levantamos as 2 oras de menhaã paçamos hum rio chamado Quiamuombo piqueno, e durante a viagem viemos em hum dezerto, e fabricamos ao pe de hum riixo que ignoramos o nome, chegamos no dito pouzo ao meio dia sem chuva incontramos com quatro

pretos carregados de milho, andamos com o Sol da mesma forma.

48.º

“ Pouzo saímos no pouzo dezerto levantamos as 2 oras de menhaã pasamos hum rio de quatro braças de largura, que iguoramos o nome, e viemos para outro dezerto, chegamos no mesmo as 5 oras de tarde, e fabricamos ao pe de ãm riixo que ignoramos o nome não incontramos com ninguem. — „

49.º

“ Pouzo saímos no dezerto em que levantamos as 6 oras de menhaã pasamos hum rio de tres braças da largura, que ignoramos o nome, e durante a viagem viemos para o citio de hum preto que ignoro o nome, chegamos as 2 oras de tarde, e fabricamos com chuva, e ao pe das Lovras do dito preto andamos com o Sol Lado esquerdo, e não vimos rari-
dade de qualidade.

50.º

“ Pouzo saímos no citio do preto que assima dito levantamos as 2 oras de menhaã pasamos tres rios de piquenas larguras que ignoramos os nomes, e durante a viagem viemos para o citio de dois pretos chamados Catetua, e outro Catiza, chegamos as 2 oras de tarde com chuva, andamos com o Sol da mesma forma, não incontramos com ninguem — „

51.º

“ Pouzo saímos no citio do Catetua levantamos as 2 oras de menhaã, pasamos tres rios de tres braças de largura, cada hum, e viemos para o citio de Dona Francisca chamado Maxinga chegamos no mesmo as tres oras de tarde sem chuva, e entramos nas Cazas dos mesmos pretos, andamos da mesma forma, não incontramos com ninguem.

52.º

“ Pouzo saímos em Maxinga, e levantamos as 6 oras de menhaã sem chuva, pasamos ãm rio a pé que nos deo agoa nos peitos, que ignoramos o nome; e durante a marcha viemos para o citio de huns pretos que iguoramos os nomes, chegamos ao meio dia não incontramos com ninguem, e entrando nas cazas dos mesmos do citio.

53.º

“Pouzo saimos no citio dos pretos que assima dito levantamos as 6 oras de menhaã, paçamos hum rio que ignoramos o nome, e viemos para o citio do Gonçalo Caetano chamado Musoro anhata onde não o achamos, e somente achamos o Sogro do mesmo Gonsalo de nome Pascoal Domingos o qual nos mandou entrar nas Cazas dos Escravos do referido que assima dito, chegamos as duas oras de tarde sem chuva não incontramos com ninguem. —,,

54.º

“Pouzo saimos do Musoro anhata em que levantamos as 11 oras do dia pasamos dois riachos piquenos que ignoramos os nomes, e durante a marcha viemos para o citio do Manoel Caetano o qual achamos em Caza, e nos deo agazalho, chegamos as 3 oras de tarde com chuva, não incontramos com ninguem —

55.º

“Pouzo saimos do citio de Manoel Caetano levantamos as 2 oras de menhaã pasamos dois riachos, e viemos para o citio do mesmo Gonsalo Caetano Pereira chegamos ao meio dia incontramos com huns pretos mandados por dito entramos nas Cazas dos seus Cafres mandado por elle, e invernamos no dito citio 20 dias a descancar-mos andamos com o Sol da mesma formã.

56.º

Pouzo saimos no citio de Gonsalo Caetano Pereira em que levantamos a madrugada paçamos ãm rio de piquena Largura que ignoramos o nome, e durante a viagem, viemos para o citio de hum Soldado chamado Macoco, chegamos as 4 oras de tarde, encontramos com bastante gente.

57.º

Pouzo saimos no citio do Soldado Macoco em que levantamos as 7 oras de menhaã não pasamos rio, e durante a viagem viemos ao pe do Rio Zambeze, e o paçamos em Canoa the nesta Villa que chegamos no dia Sabado 2 de Fevereiro de 1811.

N.º 2.

Chamando ao Quartel da minha residencia os dois Homens Descubridores do Caminho de Angola para esta Villa lhes fiz as perguntas seguintes: —

“ Perguntei-lhe como se chamava, respondeo-me hum que se chamava Pedro João Batista, e que o seu Camarada Anastacio Francisco: Perguntando-se-lhe de donde vinhão, e por ordem de quem vinhão: responderão que vinhão dos Certões de Angola; por ordem do Ex.^{mo} D. Fernando de Noronha Capitão General de Angola, o qual encarregou a meu amo o Tenente Coronel Francisco Honorato da Costa Commandante da Feira de Casanje para que este nos mandasse no descobrimento daquella Capital Ocidental; até esta Costa Oriental, de cujo amo trazia huma Carta ao Governador destes Rios. —

“ Sendo perguntados quando sairão dos Certoens de Angola, responderão que partirão do citio chamado a Feira de Casanje nos ultimos de Novembro de 1802, porem que encontrando oito dias de viagem huma resistencia de que o não deixarão passar no citio do a Potentado Bonba, em cujo sitio se demorarão até o anno de 1803, sem que podessem ir para diante nem tornar para traz a avizarem ao seu amo donde tinham saído para este os socorrer com fazendas para o dito a Potentado o deixar passar livremente, porem logo que pode dar a referida parte a seo amo este os socorreo com fazendas para os deixarem passar, e que continuando o seu Caminho foi dar as terras de outro a Potentado por nome Moxico em cuja digreção gastarão vinte dias, aonde no dito citio lhes quizerão fazer guerra, e tomar-lhes as fazendas que levavão porque antecedente a sua chegada tinha lá hido hum Negociante da mesma Feira ao ditto citio, e tomado fiado certo numero de Escravos e certa porção de ceira e alguns Dentes de marfim, e não tinha ainda hido pagar ao ditto Regulo; porem dizem que o satisfizerão com certa porção de fatto, e os deixou passar Livremente, e seguindo a sua viagem donde foi ao citio Catende piqueno Regulo ja sugeito ao grande Moropo em que gastarão do citio antecedente oito dias, e deste seguindo a sua

viagem forão ao citio Chaanbuje distante do antecedente tres dias, e deste forão a povoação Luibaica distante do antecedente quatro dias e que deste forão a outro citio chamado Banga == Banga em que gastarão dois dias, e que deste forão ao citio da Mai do Moropo chamado Loconqueixa em que gastarão dois dias, e que deste forão a Corte do grande Moropo, e que deste citio e que principiou a fazer a sua derrota até esta villa de Tette a qual me entregou.

“ Perguntando-lhes se nesta digreção des que tinham saído dos Certoens de Angola até chegar ao Moropo se tinha achado por aquelles Caminhos mantimentos, agoa, me responderão que tudo tinham achado pagando elles com o seu fatto.

Perguntando-lhes se desde que sairão do citio Moxico até Moropo, assim como do ditto athe o Cazembe, e depois athe esta villa se tinham incontrado alguns Salteadores que lhes quizesem roubar a Fazenda que levava, me responderão que não, antes tinha achado em muitos citios muita caridade.

“ Perguntando quando tinham chegado ao Cazembe, e por que motivos não continuarão a sua digreção a esta Villa responderão que chegarão no anno de 1806, e que não achando ali recurço algum para se transportarem a esta Villa por cauza do Rey do Cazembe andar em guerra com o Rei dos Muizes Caminho para onde elles deverião passar, se demorarão no dito Cazembe até o fim do ano de 1810 donde passarão então para esta villa. —

“ Perguntando-lhes com que ospitalidade os tina tratado o Rey de Cazembe: responderão que em todos os quatro annos lhes tinha assistido com todo o necessario, tanto para vestir como cumer, sem que neste tempo padecesem necessidade alguma.

“ Perguntando-se-lhes se querião tornar voluntariamente pello mesmo Caminho, ou se querião ir por mar os mandaria pôr em Mossambique para darem as referidas noticias a seu amo, me responderão que querião hir pelo mesmo Caminho para poderem fazer huma derrota seguida com mais individuação que aquelle que me apresentarão, porem que para este fim os socorrese eu de fazendas de S. A. Real para poderem sustentar-se pelos referidos Caminhos, e pagarem alguns Sal-

vos Conductos dos Regulos por onde passassem assim como também comprarem alguns Escravos para lhes servir de Companhia, e para no cazo de algum delles aduecesse os poderem levar as Costas.

N.º 3.

COPIA:

III.^{mo} Sr.

O Serenissimo Principe, Regente Nosso Senhor recomendou muito ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor D. Fernando Antonio de Noronha auctual Governador e Capitão General deste Estado e Reino de Angola de que depende esta Feira de Casanje a indagação e Conhecimento Comunicação dessa Costa Oriental Com esta Ocidental da Africa, e S. Ex.^a me ordenou dever, se podia penetrar até ao Cazembe, onde consta que murrera o Illmo Lacerda Digno Antecessor de V. S.^a e me incinuou de escrever esta a V. S.^a para comunicar a V. S.^a este importante simo obgecto tão intereçante a toda a Nassão, e tão apeteçido de S. A. Real a quem todos os seus fieis vassallos com a maior concideração á profia ambicionão fazer serviços, e concorrer para a Gloria de tão adoravel Senhor Nosso Soberano. —

“A inportancia desta comunicação me moveo a despachar todos os meus Escravos a esta grave deligencia apezar de ficar delles dezacompanhado tão internado no Certão, e longe da Capital de Angola, e pellos quaes meus Escravos será esta entregue a V. S.^a, tendo neste negocio trabalhado desde 1797 para conseguir do Sucilo Bamba, Cambambi, Camaçaca, e Mujumbo Acalunga, Potentado e Sr. de todo o Songo passagem para dentro do Certão, por mançar e a todos em geral a Potentado Jaga Caçanje S.^{or} do territorio em que se acha esta Feira, e por tal cauza me voltei a discubrir o caminho de comunicar-me com V. S.^a pelo sobredito Potentado Senhor de todo o Songo com a despeza que me foi indespençavel fazer com elle ainda assim lhe incubri o interece principal deste negocio com propor-lhe a tristeza em que vivia pelo desconhecimento da existencia de hum meo Irmão que havendo tomado diferente rumo no mar davão noticia de haver viajado

por terra para Sena, e de lá viera a Cazembe onde falecera; que se assim tinha ou não a contecido o ignorava, que quando fosse o que se dizia tiraria da hi o cuidado, e depois de lamentar sua perda, me consolaria como nos hé forçozo nesta vida, e passaria a tomar conhecimento donde parava sua Herança, e quem havia sucedido nos seus Direitos — E com esta frase concegui elle prometter-me passagem por suas Terras, e mandar d'ellas os meus Escravos acompanhados dos seus, ou Vassallos, para hum Territorio apelidado louvar em que domina o Potentado Luinhame *avizou* digo que com elle se corresponde, e trata amizade, e quem me avizou haver agora mandado pedir huma filha para sua mulher por mais estreitar os vinculos da amizade com os do Parentesco, e para então mandar pedir, aquelle seu amigo (ao presente Sogro que se diz estar ao Ocidente do rio Luambeje, que creio corre para a costa oriental, o que ainda ignoro, e que he Parente do Cazembe, e deve segundo se diz subgeição ao Cazembe) para se encarregar de fazer então pelos seus Povos acompanhar com segurança em paz e a salvo os meus portadores ao Cazembe ao qual escrevo com as rogativas de fazer chegar aos pés de V. S.^a os meus Portadores com esta minha Carta para conceguir hum inteiro conhecimento do exito do d.^o meo Irmão e de quem houver sucedido nos seus Direitos, segundo a frase que me pareceo melhor a Doutar; pois pessoas que tem sido mandadas ouvir na Corte, tem proposto de se proceder nestas averiguações com toda a cautela e com o maior segredo possivel para que não seja estrovado em razão da prevenção dos Pretos contra os Brancos presumido que elles nunca obrão senão a seu proveito contra o delles, e que nos Brancos não pode haver acção indifferente sincera, e somente incaminhada a seu proveito, e prejuizo delles, e tambem outra grande razão da competencia e siume das Naçens pretas de quererem aproveitar-se de suas superioridades de cituação e de poder para fazerem de sua dependencia as outras Nasoens de inferioridades de poder, e cituação, Zelado que ellas viñhão a gozar dos mesmos beneficios para se não subtrairem do Jugo em que se achem, repartido com ellas da sua mão, de algumas cousas com o acrescimo que bem lhes pareçõ,

empedindo que as obtenhão das mesmas primeiras maoiãs, de que as alcanção, e de que estão na posse de distribuir-lhas — V. Snrã se digne accreditar-me da profunda veneração, que profeco a sua Illustrissima Pessoa, e honrar-me com a sua, de mim muito apeteccida correspondencia para Conceguir-se este cobiçado descobrimento em dezempenho das Reaes recommendaçoes feitas ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Governador e Capitão General de Angolã, que por insinuação, e recommendação do mesmo Ex.^{mo} Senhor me delibero a procurar as de V. S.^a a este respeito. — Beijo cordialissimamente, e com toda a consideração as mãos de V. S.^a que DEos Guarde por muitos e muito felices annos. Feira de Casanje em Carmo de Quiriquibe 11 de Novembro de 1804 = Ill.^{mo} Snr. Governador de Senna e Tette = De V. S.^a M.^{to} Rev.^{te} S.^o — *Francisco Honorato da Costa*, Director da Feira de Casanje. —

(Continuar-se-ha.)

AVISOS AOS NAVEGANTES.

N.º 4.

Dos Annaes Maritimos e Coloniaes francezes, do mez de Abril do corrente anno, extrahimos o seguinte:

Modo de apagar um incendio a bordo de qualquer navio.

O Doutor Keraudren, Medico em chefe d'armada, communicou, ha pouco tempo, ao Redactor dos Annaes Maritimos e Coloniaes, uma carta que Mr. D'Arcet, em 1830, escreveu ao Ministro da Marinha, sobre o modo de atalhar um incendio a bordo. Esta carta ficou sem resposta. Mais de uma vez os terriveis effeitos de um incendio a bordo se têm experimentado; e iguaes desastres são sempre para temer, e facilmente se podem repetir, especialmente a bordo dos navios mercantes. Não é pois sem fundada razão que o Inspector Geral da Repartição da saude julgou util publicar o meio proposto por Mr. D'Arcet; o qual, posto pareça de efficaz resultado, não é ainda bem conhecido.

Sr. — O incendio e total destruição do navio *le Sceptre* que os jornaes acabam de noticiar despertaram a minha attenção sobre antigas investigações minhas relativas á conservação e melhoramento sanitario dos navios que têm cobertas; e, lendo de novo os meus apontamentos e observações ácerca do fogo que é necessario ter a bordo, nos fogões da cozinha, ou muitas vezes para aquecer e renovar o ar, encontrei entre elles uma nota na qual eu indicava o enxofre em pó como um meio de extinguir o incendio no interior de um navio; e parecendo-me a occasião opportuna para apresentar esta idéa, permitta-me V. Ex.^a que eu a desenvolva:

Desde muito tempo que o enxofre em pó é empregado para snfocar qualquer incendio: observa-se que o fogo ou lume de uma chaminé se apaga immediatamente lançando enxofre em pó sobre o fogão ou fornalhas, e tapando logo a abertura anterior da fornalha com uma taboa ou com um panno molhado: igual resultado se póde por tanto facilmente obter em qualquer parte interior de um navio onde o fogo se tenha manifestado: eis-aqui o que eu imaginei quando se verifique este desastroso accidente.

Manifestado o fogo, por exemplo, no porão, e esgotados os meios que ordinariamente se empregam para o atalhar, eu faria uso do enxofre em pó, pela seguinte fórma: — Primeiro que tudo tapar, quanto seja possivel, o logar onde o fogo se apresenta, dei-

xando apenas uma abertura por onde se lance logo enxofre em pó em quantidade: isto feito tapa-se immediatamente a mesma abertura com taboas ou pannos molhados.

Se assim o fogo não for extinto completamente, se conseguirá lançando-lhe mais enxofre em pó, ou por meio da bomba do fogo, havendo o cuidado de ventilar de algum modo o lugar, onde esta trabalhar, para dissipar o acido sulfuroso, e a gente poder respirar livremente.

Não conheço bem a construcção dos navios, as necessidades da sua habitação, e circumstancias locais no caso de incendio, para poder assegurar a infalibilidade deste methodo: todavia, considero o seu bom resultado tão provavel, que tenho por um dever apresentar esta nota, e aconselhar se façam experiencias em maior escala.

Não julgo que este seja o lugar de apresentar o que ha em apoio do methodo que apresento e da sua facil execução; o que farei de modo satisfactorio se V. Ex.^a julgar conveniente dar seguimento a esta minha proposta, e assim o mandar.

Sou etc.

D'Arcet

Membro da Academia Real das Sciencias.

Em 24 de Janeiro de 1830.

N.º 5.

Rochas d'Amplimont ao NE; dos Açores.

Extracto de uma carta do capitão Thomás Alderson, do navio *Morning-Star*, de Sunderland.

“A 13 de Maio parti de Poimboeuf para Québec, ventando pelo NE. Foi bella a viagem até 19º 44' de longitude O. de Greenwich. A 23 de Maio, ás 7 h. 20' da tarde, passei perto de uma rocha a menos distancia que dois comprimentos do navio: ao meio dia tinha tido 42º 31' de latitude N. por duas boas observações, e 24º 3' de longitude O. de Greenwich. A primeira vista a rocha demorava pelo travez de bombordo, e parecia uma boia de amarração; quando demorava pela pópa vi perfeitamente os limos que cobriam a rocha, e o mesmo reconheceu o marinheiro de vigia.

“Em distancia de oito ou dez pés da rocha que vimos fóra d'agoa, notámos uma outra parte debaixo d'agoa; todo o rochedo cobria e descobria por intervallos; nesta occasião não havia grande vaga; estava bom tempo.

“No momento que passámos perto da rocha o navio devia estar em 42° 51' de latitude N. e 24° 15' de longitude O. de Greenwich. O perigo foi visto ainda por muito tempo depois que o passámos, o vento era ONO., prôa de N., e deitavamos tres milhas ou tres e meia. „

Diz o editor do *Nautical Magazine* que esta importante communição vem confirmar a existencia das rochas d'Amplimont, sobre as quaes se lêem os seguintes detalhes no *Purdy's Atlantic memoir*, 8.^a edição paginas 434:

“Na Memoria de M. Belin, de 1742, trata-se de um perigo situado em 42° 30' de latitude N. e 26° 25' de longitude O. de París, o qual foi visto por Mr. Guichard, Capitão do navio *Delfin*, de Nantes. Tinha elle a fórma de duas pontas de rocha, separadas e elevadas fóra d'agoa uns 30 pés. Esta altura foi determinada em menos de uma legoa do perigo, que parecia ser o mesmo que aquelle conhecido pelo nome de Baixos de Amplimont, e que proximamente existe na mesma latitude e longitude. Nós demos-lhe a posição que na origem lhe foi assignada na Memoria. Alguns inglezes lhe têm chamado a rocha d'*Edmund Knowle* do nome daquelle pelo qual se suppõe que ella fosse decoberta.

Estas rochas têm o aspecto de dois mastros de um brigue, e foram vistas em 1829, na mesma posição proximamente, pelo Capitão *Mills* do brigue *Tamer*. „

Nada temos que accrescentar a estes esclarecimentos; mas muito nos pesa que o Capitão Anderson não tenha sondado nem se aproximasse mais do perigo em algum escaler. Em distancia as apparencias são inganosas: um navio virado, uma balêa morta podem ser muito bem tomados por uma rocha; seria pois muito importante que, nas descobertas deste genero, os Capitães dos navios fizessem todos os esforços para se certificarem do perigo que julgarem ver: o serviço que nisso fazem á navegação bem os indemnisa da pouca perda de tempo que poderá occasionar uma tal verificação.

(*Annaes Marítimos e Coloniaes francezes.*)

ACTAS DA ASSOCIAÇÃO.

TERCEIRO ANNO.

SESSÃO 9.^a

*Presidio o Sr. Vice-Presidente, Capitão de Fragata
J. da C. Carvalho.*

ABERTA a Sessão, approvou-se a acta antecedente.

O Sr. Vice-Presidente disse, que o Socio o Ex.^{mo} Ministro da Marinha e Ultramar, o encarregára de communicar á assembléa, que, em razão das suas assiduas occupações, não tem podido assistir ás Sessões.

O Secretario Louzada d'Araujo, participou que o Sr. Presidente não comparecia á presente Sessão por se achar doente.

O mesmo Secretario annunciou que, não obstante a molestia do Sr. Presidente, a mesa cumprira a missão de que fôra encarregada; e, no dia 6 do corrente, em nome da Associação, cumprimentára ao Em.^{mo} Sr. Patriarcha de Lisboa, pela sua confirmação naquella alta dignidade, cumprimento que Sua Em.^{ma} agradeceu com as mais honrosas expressões: e que o mesmo Em.^{mo} Sr. Patriarcha de Lisboa acaba de offerecer, para se publicarem nos Annaes, varios documentos, cuja relação leu, de viagens e descobertas dos portuguezes no interior d'Africa. Esta offerta foi recebida com especial agrado, e mandada agradecer.

Expediente. — Um officio da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, cujo theor é o seguinte:

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — De ordem de S. Ex.^a o Ministro e Secretario d'Estado desta Repartição, tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex.^a, para que se sirva fazer presente na Associação Maritima e Colonial, a inclusa memoria, offerecida por Mr. Jeffery, sobre os usos da colla maritima, afim de que a mesma Associação haja de emittir o seu parecer sobre a conveniencia de se adoptar este invento, fazendo publicar o que julgar necessario. — Deos guarde a V. Ex.^a Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar em 22 de Maio de 1843. Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Presidente da Associação Maritima e Colonial. = *Antonio Jorge d'Oliveira Lima.*

Mandou-se traduzir a memoria mencionada neste officio, para seguir depois os tramites convenientes.

Outro officio da mesma Secretaria, como se segue:

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Tendo-se recebido neste Ministerio um officio

do Doutor Lourenço José Moniz, nomeado para a Comissão Mixta, portugueza e ingleza, que deve residir no cabo da Boa Esperança, offerecendo-se para manter uma correspondencia litteraria e scientifica entre as instituições que se acham estabelecidas naquella região e as analogas deste paiz; e, tendo Sua Magestade a Rainha accedido este offerecimento, em attenção ás grandes vantagens que d'elle podem resultar a bem das sciencias em Portugal, encarrega-me S. Ex.^a o Ministro e Secretario d'Estado desta Repartição de assim o communicar a V. Ex.^a, para que, servindo-se de o fazer presente na Associação Maritima e Colonial Portugueza, possa vir a ser entretida pela mesma Associação a correspondencia que se julgar necessaria com aquelle Commissario. — Deos guarde a V. Ex.^a Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, 26 de Maio de 1843. Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Presidente da Associação Maritima e Colonial Portugueza. = *Antonio Jorge d'Oliveira Lima*.

A assembléa ficou inteirada, e mandou agradecer a participação contheuda neste officio.

Um officio da Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros, incluindo um annuncio de um novo farol em Dunquerque e Gravelines, departamento do Norte da França. — Á Commissão de Redacção.

O Sr. Lopes de Almeida enviou para a mesa o numero 16 da Revista Trimensal, e um folheto intitulado = As Primeiras Negociações Diplomaticas respectivas ao Brasil, por Francisco Adolfo Varnhagen = que offerece o Instituto Historico Brasileiro. — Mandou-se agradecer.

Uma memoria sobre a ilha de S. Vicente, offerecida á Associação pelo Capitão Tenente, Jeronymo Antonio Pussich, commandante militar da ilha Brava. — Á Secção do Ultramar.

Uma carta do Sr. J. F. da Silva Costa, Director da Escola Polytechnica, em que agradece a remessa dos Annaes.

O Sr. Carneiro offereceu, para o museu da Associação, uma porção de sandalo de Timor, e uma arma offensiva e defensiva, dos naturaes da ilha de Otayti. Esta offerta foi apreciada, e agradecida pela assembléa.

O mesmo Sr. propoz para Socios effectivos os Srs. Conselheiro José Antonio Vieira da Fonseca, Coronel de cavallaria e ex-Governador dos Estados da India, José Maria Couceiro, Secretario da Camara Ecclesiastica, e José d'Almeida, negociante.

O Sr. Visconde de Torre Bella propoz o Sr. Vasco Pinto de Balsamão.

Ordem da noute. — Foram approvados unanimemente Socios effectivos os Srs. Antonio Justino Machado de Moraes, e Doutor Lourenço José Moniz, propostos na Sessão antecedente.

Entrou em discussão o parecer da Secção do Ultramar sobre uma proposta do Secretario Louzada d'Araujo, para a construcção

de uma doca no porto de Damão. — Foi remettido á Secção de Marinha militar.

E não havendo outro algum assumpto a tratar, o Sr. Vice-Presidente deu para ordem da immediata Sessão os trabalhos que se apresentarem, e fechou a Sessão.

Sala das Sessões, em 7 de Junho de 1843. — O Secretario, *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo*.

SESSÃO 10.^a

Não se achando presentes o Sr. Presidente, e o Sr. Vice-Presidente, tomou a cadeira o Sr. Capitão de Mar e Guerra, João Pedro Nolasco da Cunha, Presidente da Secção de Marinha Militar.

Aberta a Sessão, foi approvada a acta antecedente.

O Secretario Louzada d'Araujo disse, que o Sr. Presidente não comparece a esta Sessão por ainda se achar doente.

Expediente. — Um officio do Sr. Diogo Augusto de Castro Constancio, Official Maior Director da Secretaria da Camara dos Dignos Pares do Reino, participando, por determinação da mesma Camara, ter esta recebido com especial agrado os numeros dos Annaes, que lhe hão sido enviados.

Outro officio do Socio honorario, o Sr. Visconde de Santarem, apresentado pelo Sr. Antonio Lopes da Costa e Almeida, que tem por fim agradecer os Annaes, que lhe são enviados, e offerecer á Associação, os tres primeiros volumes da sua obra com o titulo = Quadro Elementar das Relações Politicas e Diplomaticas com as potencias do mundo, desde o principio da Monarchia Portugueza até aos nossos dias; = na qual se encontram documentos do maior interesse para a historia das nossas conquistas e colonias, e para a geografia. Foi esta importante offerta recebida com especial agrado, e se mandou agradecer.

Uma carta do Sr. Doutor Lourenço José Moniz: agradece a sua admissão para Socio, e communica, que estando para partir para a cidade do cabo da Boa Esperança, na qualidade de membro da Comissão mixta portugueza e britannica, se offerece a manter, entre a Associação e as instituições scientificas estabelecidas naquella cidade, um commercio instructivo; e a communicar quaesquer observações a que possam dar origem os variados objectos, que, no interesse da historia natural, apresenta aquella região; ou sobre quaesquer outros pontos de que a Associação o queira especialmente encarregar. Foi acceita esta proposta, e neste sentido se mandou convenientemente responder ao digno Socio.

Os Srs. Silva e Batalha apresentaram uma memoria, pelos mesmos Srs. elaborada, sobre o pinhal nacional de Leiria, suas madei-

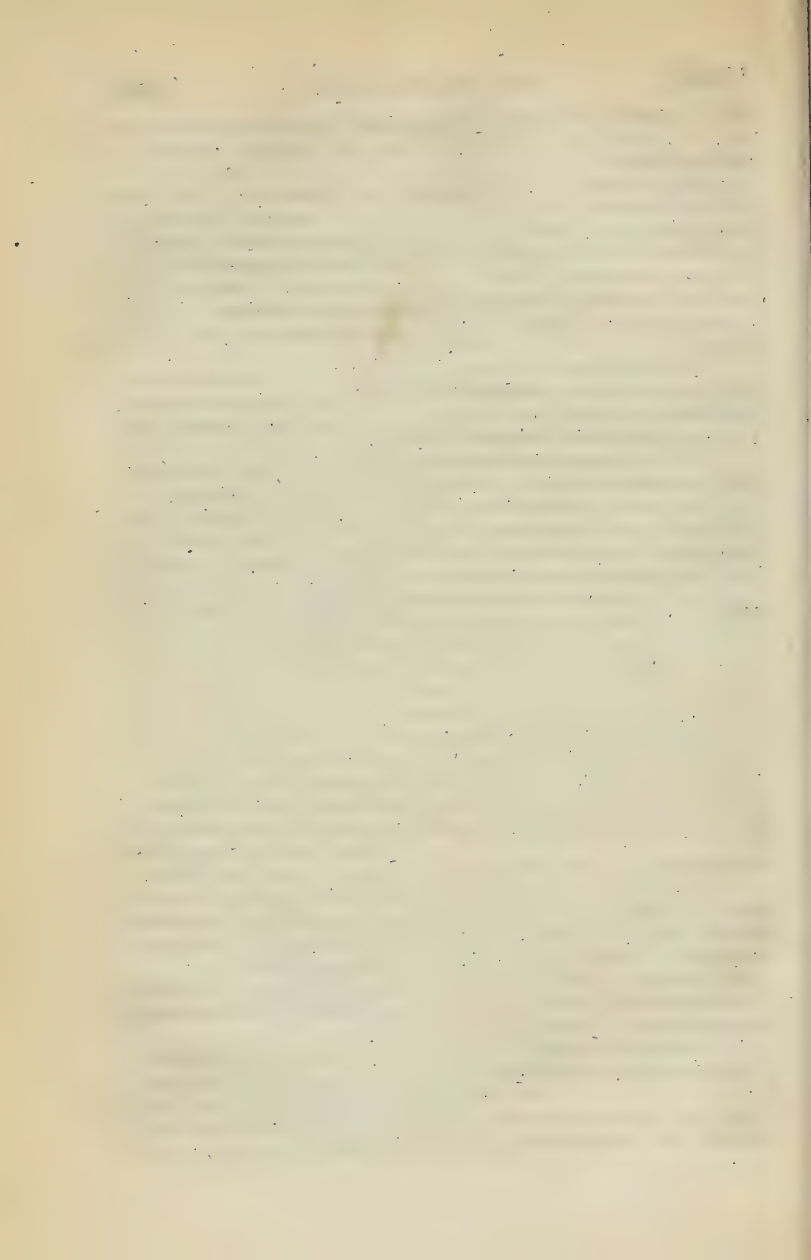
ras, e productos rezinosos, acompanhada da planta daquellas matas, e o plano dos fornos de alcatrão. — Remettida á Secção de Marinha Militar.

O Sr. Albano Antero agradeceu a sua admissão; e, em prova dos seus vehementes desejos de ser util e de coadjuvar os trabalhos desta Associação, offereceu varios documentos ineditos, extrahidos do archivo da Torre do Tombo, pedindo fossem impressos com outros, que o mesmo Sr. ainda tem para apresentar, de importante auxilio para a historia das nossas descobertas e conquistas; ao que a assembléa annuo, votando unanime agradecimentos por esta valiosa offerta.

Ordem da noute. — Correu o escrutinio, e foram approvados unanimemente os Srs. Conselheiro José Antonio Vieira da Fonseca, José Maria Couceiro, José d'Almeida, e Vasco Pinto de Balsamão, propostos para Socios na Sessão anterior.

O Sr. Sub-Secretario Marques Pereira leu o parecer apresentado pela Commissão especial, encarregada de coordenar o systema mais adequado, para se conseguir a perfeição dos pilotos mercantes, sem o inconveniente de se encarecer a navegação; o qual ficou sobre mesa para entrar em discussão; e o Sr. Presidente o deu para ordem da noute da seguinte Sessão, e fechou a presente.

Sala das Sessões, em 19 de Junho de 1843. = O Secretario, *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.*



PARTE OFFICIAL.

REPARTIÇÃO DA MARINHA E DO ULTRAMAR.

DISPOSIÇÕES GOVERNATIVAS.

JUNHO DE 1843.

1. **P**ORTARIA CIRCULAR aos Governadores do Ultramar. — Sendo de necessidade que nesta Secretaria d'Estado haja conhecimento da escala das antiguidades de todos os officiaes que compõem o quadro effectivo da força armada de primeira linha das differentes provincias do ultramar, a fim de que á vista dessa escala se possam confrontar as propostas para o preenchimento dos postos vagos, que pelos respectivos Governadores geraes forem remettidas a este Ministerio, na conformidade das disposições do Decreto de 28 de Setembro de 1838: Manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que o Governador geral da provincia de. . . . faça desde logo coordenar, para remetter a este Ministerio, um almanak militar, ou relação nominal na fórmula do modelo junto, de todos os officiaes de primeira linha da referida provincia, por ordem de antiguidades, o qual, apresentando n'um só golpe de vista os nomes, idades, assentamento de praça, data dos differentes postos, situação actual, e condecorações dos mesmos officiaes nelle comprehendidos, sirva de guia segura ao mesmo Governador geral para as propostas de promoção que tenha de fazer, quando houverem vagaturas a preencher, as quaes serão declaradas nas mesmas propostas. Palacio das Necessidades, em o 1.^o de Junho de 1843. — *Joaquim José Falcão.*

Idem. PORTARIA ao Governador geral d'Angola e Officio ao Ministerio da Justiça. — Para ordenar aos Agentes do Ministerio publico que façam observar o Decreto de 16 de Dezembro de 1836 na organização dos Processos pelos crimes de trafico da escravatura.

2. OFFICIO ao Ministerio da Fazenda. — Para que se adoptem varias providencias tendentes a prevenir o perigo de incendio no edificio e officinas do Arsenal de Marinha.

8. OFFICIO ao mesmo. — Para que se expeçam as ordens necessarias a fim de que o Director d'Alfandega, de commum acordo com o Governador Civil e o Intendente de Marinha e Capitão do porto de Lisboa, estabeleçam os necessarios meios de vigilancia contra os alliciadores da emigração de gente para o Brasil.

8. PORTARIA ao Procurador geral da Corôa. — Remettendo-lhe o requerimento de Francisco Cardoso de Mello, que pede um exclusivo por 12 annos para fazer trabalhar uma machina para obter o azeite de purgueira.

9. PORTARIA ao Governador geral d'Angola. — Lembrando-lhe que effectue a remessa dos relatorios de que trata o Decreto de 7 de Dezembro de 1836; e os semestres sobre o estado actual da provincia de que trata a Portaria de 25 de Novembro de 1842.

12. PORTARIA ao Governador de Solor e Timor. — Louvando-o pela maneira com que se tem utilisado da sua forçada arribada em Singapura, colhendo esclarecimentos e relações que facilitem o desenvolvimento do commercio do paiz, cujo governo lhe foi confiado.

Idem. PORTARIA ao Leal Senado de Macão. — Para dar varias informações sobre o logar de Interprete da lingua china.

Idem. PORTARIA CIRCULAR aos Governadores do Ultramar. — Sendo necessario que na Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar haja exacto conhecimento das épocas em que as authoridades das provincias ultramarinas tomam posse dos logares para que foram despachadas, e deixaram de os servir: Manda a Rainha, pela dita Secretaria d'Estado, que os Governadores geraes, e Governadores das mesmas provincias, não só remettam por aquella repartição certidões das suas proprias posses, e dos dias em que terminaram suas funcções; mas as de todas as autoridades das respectivas provincias, expedindo para esse effeito as ordens convenientes; o que se communica ao Governador geral da provincia de..... para seu conhecimento, e para assim o cumprir na parte que lhe toca. Paço das Necessidades, em 12 de Junho de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

14. PORTARIA ao Governador de Moçambique. — Manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, communicar ao Governador geral da provincia de Moçambique, que a mesma Augusta Senhora, em consequencia das disposições do Decreto de 6 de Novembro de 1838, tem indeferido todos os requerimentos de prazos da Corôa, que se têm apresentado, acabando de se praticar assim com Pedro José de Moraes, Coronel Commandante dos Rios de Sena, que pedia alguns dos ditos prazos para suas filhas D. Florencia, e D. Margarida de Moraes; sendo porém necessario tomar resolução definitiva sobre a concessão dos mesmos prazos: Manda outro sim Sua Magestade remetter ao dito Governador geral, inclusa por copia a Portaria que em 28 do referido mez se dirigio ao Governador de Quilimane, para com as Camaras do districto confeccionar um plano de distribuição dos mencionados prazos, a fim de que o mesmo Governador geral, á vista de quaesquer trabalhos que existam a tal respeito, e procedendo ás diligencias que lhe parecerem necessarias, offereça, no mais breve prazo de tempo possivel, aquelle plano á consideração e approvação de Sua Magestade, com

a estatística de todas as terras da Corôa, e com declaração da extensão de cada uma, nomes por que são conhecidas, se dadas a particulares e por quantas vidas, se administradas pela Fazenda Publica, e sem rendimentos, se convirá que as ditas se restrinjam a uma legoa quadrada, ou se confirmem em maior extensão, ampliando-se nessa parte o que dispõe o mencionado Decreto de 6 de Novembro de 1838, e finalmente subministrará todos os esclarecimentos necessários para o perfeito conhecimento de materia de tanta importancia, e a que estão ligados tantos interesses; o que Sua Magestade lhe ha por muito recommendado; esperando do seu zelo que porá termo á confusão que até agora tem havido naquelle ramo. Paço das Necessidades, em 14 de Junho de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

14. PORTARIA ao Governador de Moçambique. — Para activar a promptificação do archivo da Secretaria daquelle Governo.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Approvando o ter ordenado que as despesas do expediente da Secretaria do Governo fossem feitas á custa do cofre dos emolumentos da mesma provincia.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Sendo presente a Sua Magestade a Rainha os Officios do Governador geral da provincia de Moçambique, numeros 63 e 92, de 11 d'Abril e 4 d'Outubro do anno proximo passado, accusando no primeiro a recepção da Portaria deste Ministerio, numero 333, de 25 de Novembro de 1841, que manda pôr em vigor o Decreto de 6 de Novembro de 1838, e annullar as mercês de prazos da Corôa, feitas depois da publicação do mesmo Decreto; e participando no segundo haver dado execução á referida Portaria; expedindo para esse fim as convenientes ordens, e comprehendendo nesta disposição duas cartas de assoramento, mandadas passar com todas as formalidades, pelo seu antecessor o Brigadeiro Marinho, a primeira expedida em 3 de Novembro de 1840, a favor de D. Isabel Stephens Richard Pereira, do prazo denominado *Firri*, no Districto de Quilimane, por tres vidas, de que ella era a primeira; e a segunda em 22 de Março de 1841, a favor de D. Delfina de Sousa e Brito, do prazo denominado *Inhaungi*, no dito Districto de Quilimane, tambem por tres vidas; manda a mesma Augusta Senhora, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, communicar ao referido Governador Geral, para seu conhecimento e effeitos convenientes, que houve por bem approvar o que a este respeito praticou, e outro sim determina que expeça as ordens necessarias, para que as agraciadas restituam á Fazenda Publica os rendimentos que esta deixou de perceber durante o tempo em que administraram os referidos prazos. — Paço das Necessidades em 14 de Junho de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

17. PORTARIA á Junta da Fazenda d'Angola. — Não approvando a licença concedida a João Joaquim Torres Canhão, Escrivão da Mesa grande d'Alfandega de Loanda.

Idem. PORTARIA a João Joaquim Torres Canhão, Escrivão da

Mesa grande d'Alfandega de Loanda. — Para partir para a provincia d'Angola na primeira embarcação mercante que sahir deste porto.

19. PORTARIA ao Governador geral da India. — Respondendo ao seu Officio n.º 249, de 25 d'Abril ultimo, participando ter o Tenente General Conde das Antas deixado a governança daquelle Estado.

20. PORTARIA ao Presidente da Relação de Goa. — Approvando a resolução que tomou de ordenar aos Juizes de Direito das Ilhas de Goa, Antonio Julio Taveira Pinto Pizarro, e de Bardez Joaquim Pedro da Silva Lobo, transferidos, o primeiro para Moçambique, e o segundo para as mesmas ilhas, continuassem a exercer aquelles logares em quanto não haja monção para Moçambique.

Idem. PORTARIA ao Governador de Moçambique. — Ordenando que o actual Governador de Quilimane e Rios de Senna perceba os vencimentos que fruiram os seus antecessores.

Idem. OFFICIO ao Ministerio dos Estrangeiros. — Remettendo-lhe o Officio do Governador de Cabo Verde, n.º 440, de 3 de Maio ultimo, e o requerimento de João José Claudio de Lima, que reclama o valor de um escravo por nome Marcellino, alliciado e levado pela barca baleeira *Pantheon*, capitão Daniel Borden, procedente de Fall-River nos Estados-Unidos d'America, a fim de fazer a competente reclamação ao Governo da União.

21. PORTARIA ao Governador da Bahia de Lourenço Marques. — Communicando-lhe que por Portaria desta data se declarou insubsistente a determinação do Governador de Moçambique, para que nenhuma embarcação entrasse nos portos subalternos daquella provincia sem despacho d'Alfandega da capital; bem como para admittir todos os navios portuguezes que directamente buscarem o respectivo porto para o commercio licito, gozando já deste beneficio o brigue nacional *União*.

Idem. Identicas se expediram aos Governadores d'Inhambane e Quilimane.

Idem. PORTARIA ao Governador geral d'Angola. — Para informar o requerimento de Joaquim Rodrigues Graça, que pede a confirmação da patente de Sargento Mór do districto do Golungo Alto.

22. PORTARIA ao Governador geral da India. — Indeferindo o requerimento do Capitão do regimento d'artilheria, Francisco Manoel Lopes Pinheiro, que pedia ser promovido a Major.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Approvando a licença concedida ao Director da Feitoria de Surrate, Joaquim Manoel Milner, por tempo de uma monção para ir a Macáo tratar dos seus negocios.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Communicando-lhe o ter a Agencia financeira em Londres a somma de 250 £, oitava e ultima prestação das 2.000 £ votadas para a despesa da conclusão da fragata *D. Fernando II*.

Idem. PORTARIA ao Conselho Administrativo de Marinha. —

Manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, remetter ao Conselho de Administração de Marinha, a inclusa cópia da relação de ferramentas e mais objectos requisitados a este Ministerio pelo Governador geral da provincia d'Angola, cujo numero, tendo sido já reduzido pelo mesmo Conselho de Administração, vai designado na sobredita relação, na fórmula do orçamento da respectiva despeza, remettido a esta Secretaria d'Estado em Officio de 16 do corrente mez; a fim de que o referido Conselho trate da promptificação dos sobreditos objectos, procedendo á compra daquelles artigos, que não existirem no Arsenal da Marinha, na intelligencia de que todos elles se deverão remetter para Angola, na primeira embarcação que houver de conduzir o vinho e aguardente destinados para a estação naval daquella provincia. Paço de Cintra, em 22 de Junho de 1843. = *Joaquim José Falcão.*

MERCÊS HONORIFICAS

CONCEDIDAS PELA REPARTIÇÃO DA MARINHA E ULTRAMAR.

Synopsc.

1843.
Maio 8. **P**ORTARIA ao Major General d'Armada. — Participando-lhe haver o Capitão da extinta Brigada da Marinha, Lourenço Justiniano Rodrigues, sido nomeado Cavalleiro da Ordem militar de S. Bento de Aviz.
- Junho 26. **P**ORTARIA ao Major General d'Armada. — Participando-lhe o ter sido nomeado Cavalleiro da Ordem militar de S. Bento de Aviz, o Primeiro Tenente Faustino José Marques.
- „ 28. **P**ORTARIA ao Governador de Moçambique. — Para fazer constar ao Fysico Mór da mesma provincia, Jaques Nicolão de Salles, que foi nomeado Cavalleiro da Ordem da Conceição, a fim de solicitar o competente diploma.

NAVIOS DO ESTADO EM ARMAMENTO, E SEUS DESTINOS.

No 1.º de Julho de 1845.

Qualidade das Embarcações	Nomes	N.º de peças ou canoas	Gradações, e nomes dos Commandantes	N.º dos Officiaes de Marinha	N.º dos Guardas-Marinhas	Aspirantes	Destinos
Fragatas...	Duq. ^{za} de Brag. ^{ca}	50	Capitão Tenente, M. T. da S. Cordeiro..	5	2		No Téjo { De Registro do Porto.
	Diana	50	Capitão Tenente, J. S. Ramos	6	"		No Téjo { De Depósito de Marinhagem.
	D. Maria II...	42	Capitão Tenente, A. R. Graça.	11	6		De viagem, vindo da India.
Corvetas...	Gito de Julho...	24	Primeiro Tenente, J. J. d' Andrade Pinto	5	2		Na Estação d'Angola.
	D. João I.....	24	Capitão Tenente, F. S. Franco.....	5	4		Na Estação do Brasil.
	Infanta Regente	24	Segundo Ten. de Comissão, J. S. Tavares	2	2		Na Estação da India.
Brigues...	Urânia	24	Capitão Tenente, P. A. da Cunha.....	5	6		Na Estação d'Angola.
	Audaz	18	Primeiro Tenente, F. A. G. Cardozo....	4	3		Na Estação d'Angola.
	Villa Flor.....	16	Capitão Tenente, J. B. da Silva.....	4	3		No Téjo.
Charma.....	D. Pedro.....	16	Primeiro Tenente, I. F. Guimarães, Junior	4	3		Cruzando na costa do Algarve.
	Téjo.....	18	Capitão Tenente, D. F. do Valle.	5	4		Na Estação de Macio.
	Príncipe Real..	2	Capitão Tenente, P. A. Caminha.	4	1		No Téjo.
Brigue-Escuna	Tamaga.	12	Primeiro Tenente, J. J. G. de Mattos Corrêa	4	4		Na Estação do Brasil.
	Liberal	4	Primeiro Tenente, J. M. Esteves.....	2	1		De Correio para Angola.
	Ninfa.....	1	Primeiro Tenente, C. C. Lopes	1	1		Na Estação d'Angola.
Escunas...	Boa Vista.....	1	Segundo Tenente, J. B. Garção	1	"		Na Estação de S. Thomé e Príncipe.
	Esperança.....	2	Um Offic. e guarniç. destacados da C. Urania	"	"		Na Estação d'Angola.
	Barro Verde....	2	Primeiro Tenente, V. J. dos S. Mor. ^a Lima	4	1		De Correio para Cabo Verde.
Correios...	Cabo Verde....	2	Primeiro Tenente, J. M. Rodvalho.	3	"		No Téjo.
	Andorinha.....	6	Segundo Tenente, P. O. Alves	1	2		No Téjo.

PARTE NÃO OFFICIAL.

MEMORIA

SOBRE

O PINHAL NACIONAL DE LEIRIA

SUAS MADEIRAS E PRODUCTOS REZINOSOS.

*Offerecida á Associação Maritima e Colonial de Lisboa, pelos Socios
autores da mesma, os Srs. Francisco Maria Pereira da Silva,
e Caetano Maria Batalha.*

Anno de 1843.

NOMEADOS em 1839 para levantar as plantas das diversas mattas nacionaes, principiámos o desempenho desta commissão pela planta ou carta topographica do pinhal nacional de Leiria e seus arredores.

Sendo esta a principal matta de Portugal, e que pela sua organização e abundancia de suas madeiras, fornece quasi exclusivamente os nossos Arsenaes de mar e terra, fizemos quanto estava ao nosso alcance, por entrar no conhecimento de todos os objectos que lhe diziam respeito; tanto pela maneira como esta matta se acha ligada com a Repartição de Marinha, como pela pouca noticia que della ha; sendo seguramente hoje a primeira riqueza nacional, e que muito convem conhecer pelas vantagens que ainda offerece ao Estado.

Tendo neste sentido obtido algum cabedal, foram dois os motivos que depois nos incitaram a fazer a presente memoria:

1.^o Acompanhar com esclarecimentos locaes a carta topographica do pinhal nacional de Leiria, que ha pouco levantámos, e que juntamos reduzida.

2.^o Apresentar todos os factos e dados necessarios que possam servir de base a quaesquer melhoramentos que se julgarem

necessarios a esta vasta e rica matta, com especialidade no bom aproveitamento de todos os seus productos.

É este trabalho o resultado de muitas investigações e pesquisas que nos foi forçoso fazer, por não encontrarmos cousa alguma escripta a tal respeito; e a não ser a coadjuvação e copiosos esclarecimentos que obtivemos de todos os dignos empregados da Administração geral das mattas, que para isto se prestaram com a melhor vontade, debalde nos cansariamos.

Se não preenchemos completamente o nosso fim, ao menos damos o primeiro passo, mostrando uma fonte de riqueza nacional da maior importancia para a nossa marinha.

I.

Historia e descripção do pinhal nacional de Leiria.

O pinhal nacional a que chamam de Leiria, posto que esteja duas legoas ao SO. desta cidade, deve a sua creação e regimento, como matta do Estado, a ElRei D. Diniz (1). Este previdente Monarcha, tendo em vistas tanto o engrandecimento da nossa marinha de guerra, que a esse tempo já se distinguia em assignalados feitos d'armas contra os Sarracenos, obtendo reconhecidas vantagens para a Corôa Portugueza; como o beneficiar a agricultura, seu extremoso objecto; mandou fazer naquella local vastas sementeiras de pinheiros, afim de impedir tambem que as arêas moveis da costa do Oceano, arrojadas pelos ventos do mar, continuassem a inundar os terrenos circumvisinhos, esterilizando ferteis campinas, e submergindo até povoações inteiras, como acontece na Africa, onde nem vestigios já existem de opulentas cidades; e proximo ao

(1) Ha bastante incerteza sobre a época da fundação deste pinhal; e querem alguns que fosse anterior a ElRei D. Diniz, datando-a outros de D. Sancho, pai deste Monarcha. Todavia, o nosso sabio Brotero e outros muitos autores de consideração a referem a D. Diniz. O que parece fóra de duvida, é que foi no seu reinado que se fizeram as grandes sementeiras, e que se considerou então toda aquella extensão d'arêas como matta da Corôa, dando-se-lhe um regulamento para este fim.

mesmo pinhal de Leiria encontra-se um destes exemplos na antiga villa de Paredes, junto ao valle do mesmo nome, que sendo ainda no seculo passado bastantemente povoada, hoje se acha inteiramente deshabitada, e reduzida a um montão de arêas.

Analysando ainda hoje o terreno em toda a superficie do pinhal de Leiria, se conhece, pela sua configuração e qualidade, essa immensidade de dunas que então se afastavam mais de uma legoa da costa do mar.

Até á época do venturoso reinado d'ElRei D. Manoel se conservou este pinhal em grande prosperidade, e a elle deve Portugal uma boa parte da sua gloria maritima, pela abundancia de madeiras que então fornecia, e com que se construíram tão numerosas frotas que, sahindo do Téjo, percorriam os mares até ás regiões mais longinquas, infundindo em toda a parte respeito e admiração.

As muitas e ricas madeiras que obtivemos com a descoberta do Brasil, a par dos acontecimentos politicos, que depois tiveram lugar neste reino, fizeram com que pouco a pouco fôssemos desprezando o nosso pinhal de Leiria, a ponto de ficar reduzido a um completo abandono, não tirando o Estado fructo algum d'uma tão grande riqueza nacional.

Foi no tempo do incansavel Martinho de Mello e Castro, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que o pinhal de Leiria tomou um novo aspecto; é desta época em diante que nós descreveremos a sua historia, visto não podermos colher dados para a trazer de mais longe. Em 1790 este habil e zeloso Ministro, tendo visitado todo o pinhal, e conhecido de perto os abusos que alli existiam com o antigo regimen, tratou d'uma reforma em todos os ramos da sua administração.

Principiou por fazer abolir o regimento das Superintendencias e dos Couteiros, por não preencher o fim a que se propunha: os Superintendentes eram pessoas que olhavam para este logar como um patrimonio ou beneficio simples, e residiam constantemente na cidade de Leiria; por isso, estando a duas legoas do pinhal, pouco podiam fazer para a sua boa administração e fiscalisação, e davam amplos poderes para este

fim aos Couteiros. Estes Couteiros, em numero de 40, eram ordinariamente lavradores abastados, ou individuos a quem convinha este logar pelo privilegio que comsigo trazia, isentando-os de certos encargos e da milicia: assim, ou não se davam ao cumprimento de suas funcções, ou prevaricavam prejudicando a Fazenda Real, sem que houvesse quem por isso olhasse.

Era então livre a entrada no pinhal por todos os lados: os gados iam alli pastar, comendo e calcando os pinheiros recém-nascidos; e era mui facil a qualquer o cortar uma arvore, ás vezes de bastante valor, e fazer lenha della, ou leval-a para outro uso particular.

Neste mesmo anno o sabio Ministro deu novo regulamento para o pinhal, substituindo ás taes Superintendencias e seus numerosos Couteiros, uma administração adequada, cujas bases ainda hoje se conservam, compondo-se o seu pessoal de

1 Administrador do pinhal.

1 Juiz conservador, logar annexo ao de Corregedor de Leiria, e que servia de Fiscal nas disposições do mesmo regulamento.

1 Mestre do pinhal.

1 Fiel dos armazens, no porto de S. Pedro de Muel.

1 Guarda, na fabrica da madeira.

1 Cabo dos Guardas do pinhal.

6 Guardas.

1 Patrão para os saveiros de conduzir madeira para bordo das embarcações do Arsenal da Marinha.

Estabeleceu em roda do pinhal casas de Guardas convenientemente dispostas, por onde eram obrigados a passar todos aquelles que nelle entrassem, e sahissesem com madeiras, ou outros quaesquer productos do pinhal; afim de alli serem revistados, evitando-se por este meio os muitos roubos e prejuizos que aconteciam pela arbitraria entrada e sahida em todo o seu grande contorno. Estas casas eram então só 4, sendo a 1.^a no sitio da Sapinha, a 2.^a em Pedrianes, a 3.^a na Cova do Lobo, e a 4.^a nos caminhos de Carvide, proximo á Veira; hoje porém, em consequencia do augmento da população e casas em torno do pinhal, se elevam ao numero de 12, co-

mo se vê na carta topographica junta, (2) as quaes adiante nomearemos.

Foi durante o seu ministerio que se construíram os primeiros fornos de fazer alcatrão em Portugal, extrahido dos nossos pinheiros; o que até alli se não tinha podido conseguir, julgando-se, pelos mal dirigidos ensaios que anteriormente se tinham feito, que estas arvores pela sua qualidade diversa e rezina menos liquida que a do pinheiro silvestre que nasce nos paizes do Norte, não eram disso susceptiveis. Para este fim mandou vir de Raguza um mestre, o qual obteve o effeito desejado.

Ordenou que se fizessem os embarques das madeiras para Lisboa na costa do pinhal, visitando duas vezes aquelles logares; e prohibio-os nos portos de S. Martinho e Figueira, com o que economizou muito a Fazenda Nacional, sendo então ainda mais bem fornecido de madeiras, e em muito maior abundancia do que presentemente, o nosso Arsenal de Marinha; tudo devido ás efficazes medidas que adoptou, que removendo as frivolas difficuldades que lhes oppunham, fizeram desenvolver bastante actividade neste interessante ramo.

Finalmente o bom regimen e fiscalisação que tem o pinhal de Leiria, deve-se datar da época daquelle habil Ministro, o qual vio com bastante fundamento a necessidade de andar ligada a prosperidade desta grande matta com a da nossa Marinha.

Os estragos que depois succederam com a invasão do exercito francez, e as grandes queimadas de 1806 e 1814, suffocaram tão prospera marcha, e lançaram outra vez o pinhal n'uma extrema decadencia, paralysando os actos da sua administração, que depois tornaram pouco a pouco a recobrar sua antiga marcha, até que, em 1823, foi creada uma commissão especial para visitar esta matta, e propor os meios necessarios para o seu restabelecimento. Dos trabalhos desta commissão resultou o regulamento de 1824, ainda hoje em vigor. Todavia como parte de sua doutrina vai d'encontro ás instituições politicas que presentemente regem este paiz, foi nomeada em

(2) No fim da Memoria juntaremos a carta e figuras de que a mesma faz menção.

1840 uma commissão para tratar da reforma deste regulamento, e formação d'umCodigo Florestal em harmonia com estas instituições, servindo-lhe de base o Codigo Florestal adoptado em França (2).

Esta extensa matta, situada proximamente 1 gráo ao Norte de Lisboa, contém uma superficie de 20:150.945 braças quadradas (3 legoas quadradas e 796.145 braças quadradas), e confina pelo Norte com a foz do rio Liz e freguezia da Vieira; pela parte de Leste com as freguezias de Carvide, Amor, Marinha Grande, e Pataias; pelo Sul com o camarçãõ que pertencia aos frades Bernardos d'Alcobaça, e Valle d'Agoa de Medeiros; e pelo lado d'Oeste com o Oceano e grandes dunas d'arêa. O seu maior comprimento é de Norte a Sul, e tem 3 legoas e 844 braças; e de Leste a Oeste na sua maior largura 1 legoa e 860 braças.

Estas dunas ou areaes, situados entre o pinhal e a costa, têm de superficie 3;759.456 braças quadradas.

Existem tambem duas coutadas contiguas ao pinhal, e dentro da sua demarcação, ficando uma ao Norte com 1:655.301 braças quadradas, e outra ao Sul com 1:122.852 braças quadradas: a primeira, já toda cultivada pelos povos circumvisinhos, acaba de lhes ser legalmente cedida pela Portaria de 14 de Novembro de 1842.

A séde dos empregados deste pinhal, e da Administração Geral das Mattas, é no logar da Marinha Grande, povoação central que fica pegada ao pinhal pela parte de Leste; e que deve o seu engrandecimento ao mesmo pinhal, e á grande fabrica de vidros fundada por W. Stephens, e que hoje pertence á Fazenda Nacional.

A Administração Geral das Mattas, comprehendendo a particular dos pinhaes de Leiria, compõe-se actualmente de

1 Administrador Geral.

1 Thesoureiro.

1 Escripturario do dito.

1 Escrivão.

(3) Consta-nos que este Codigo está concluido, e que será em breve presente ás Camaras Legislativas.

- 1 Ajudante do Escrivão.
- 2 Inspectores de divisão.
- 1 Guarda dos armazens.
- 1 Fiel dos armazens.
- 1 Meirinho.
- 1 Mestre da fabrica.
- 1 Patrão dos saveiros.
- 1 Cabo dos Guardas.
- 10 Guardas.

Além do grande pinhal de Leiria ha outras mattas annexas á sua administração, dando-se a tudo o titulo de Administração dos pinhaes de Leiria; e compondo-se de duas divisões, cada uma com um Inspector. Na 1.^a entra:

Toda a parte do sul do pinhal de Leiria até ao aceiro da Cova do Lobo.

O pinhal do Valado, e mattas de carvalhos do Vimeiro que eram do extincto convento d'Alcobaça, e o pinhal do Santissimo, proximo de S. Martinho.

À 2.^a divisão pertence:

Toda a parte do Norte do pinhal de Leiria até ao aceiro da Cova do Lobo.

O pinhal do Amor, pinhal do Urso, e pinhal de Foja, e a matta madriz de sovereiros.

O Inspector da 1.^a divisão, Guarda dos armazens e Cabo dos Guardas devem residir segundo o regulamento, na Marinha Grande. E o Inspector da 2.^a divisão deve residir na Vieira. Para cada uma das divisões do pinhal ficam 5 Guardas de numero; e as casas de guarda em torno do pinhal onde o devem vigiar, são actualmente 12, como se vê na planta.

- | | |
|----------------------------|---|
| Na 1. ^a divisão | 1. ^a Guarda no alto denominado do Facho. |
| | 2. ^a No alto da Lagôa Cova, junto á Abro-nhosa. |
| | 3. ^a Na Sapinha, proximo á lagôa deste nome. |
| | 4. ^a Junto á Marinha Grande, a que chamam Guarda nova. |
| | 5. ^a Guarda de Pedrianes. |
| | 6. ^a Dita da Gaxeia. |
| | 7. ^a Dita da Cova do Lobo. |

- Na 2.ª divisão {
- 8.ª Guarda do alto da Cabeça Lousã.
 - 9.ª Dita da Meoteira.
 - 10.ª Dita dos caminhos de Carvide.
 - 11.ª Dita da Serraria, junto á Vieira.
 - 12.ª Dita do Forninho.

Em S. Pedro de Muel existe constantemente 1 Guarda, para rondar o pinhal por aquella parte; mas vive n'uma casa particular.

Todo o pinhal é dividido por acciões, ou ruas alinhadas com 10 braças de largo; e por uma infinidade de caminhos de carro, afim de se lhe poder extrahir as madeiras e outros productos.

Quanto ao que diz respeito á salubridade do pinhal de Leiria, ainda que na primitiva devia ser bem pouca, por não passar a sua superficie d'um montão d'arêas e de pantanos, com tudo agora tem mudado muito de face pela existencia de uma tão rica matta. Purificado por esta o ar atmosferico, o clima de suas circumvisinhanças é hoje effectivamente saudavel, principalmente depois que se abriram algumas vallas, e se esgotaram certas lagôas: as principaes abriram-se durante a Administração do Tenente Coronel Raposo; porém muito se deve tambem nesta parte ao fallecido Administrador Varnhagen. Correm pelo pinhal varias ribeiras, e existem muitas nascentes d'agoa excellente, sendo algumas medicinaes, como as ferreas do Bréjo da Delviria, acondicionadas á custa do Bispo de Leiria D. Manoel d'Aguiar; as do Forninho e Garcia; as que em 1839 brotaram na praia de S. Pedro de Muel, cujo uso tem principalmente produzido bom effeito aos que soffriam molestias de estomago: e sobre todas as sulfuricas dos Covões junto a Monte Real, muito nomeadas, e cuja efficacia é bem reconhecida pela grande concorrência dos povos visinhos.

N'uma tão extensa matta forçosamente haviam d'existir todos os animaes selvagens de que fosse suceptivel o nosso paiz; e por isso no pinhal de Leiria se encontra o lobo, o javardo ou porco bravo, o ginete, a rapoza, o techugo, o gato bravo, o saca rabos, o ouriço, o tourão; a toupeira a doninha, a lebre, o coelho; etc. No ribeiro de Muel e no rio Liz apparecem algumas lontras. As cobras não são muitas, e as

maiores não passam de 7 a 8 palmos de comprimento, sendo delgadas; as víboras, porém, os lacráos e nicanços são mui frequentes. Dos passaros o mais remarcavel é o pica-páo, curioso não só pelas suas variadas côres, como também pela maneira como apanha os formigões e bichos que dão nos braços podres dos pinheiros cardidos, sendo este o seu principal alimento: pouza nos ramos ou no que alli chamam carrascas, e com o bico faz um alarido semelhante ao som de castanholas, nas entradas das tocas destes insectos, que espavoridos ou talvez açanhados sahem fóra, occasião de que elle maliciosamente se aproveita para os caçar: os seus ninhos também são nos troncos dos pinheiros podres, onde fazem escavações para esse fim; com tudo algumas vezes sahem-lhes frustradas suas fadigas, pois os enxames das abelhas (com quem se não atrevem) aproveitam estas escavações para theatro de seus trabalhos.

Bastante apparatusas se tornavam antigamente as montarias que se faziam no pinhal de Leiria, pelo grande concurso de povo armado, ordenanças, milicias, e tropa de linha, que alli se reunia. Ordinariamente levavam dois dias: no primeiro se batia para dentro do pinhal, começando a duas, tres, e mais legoas de distancia: ficava um cordão de noute em roda do pinhal, para não deixar sahir bicho algum, e para isso faziam fogueiras; e no outro dia batiam o pinhal para uma charneca, onde se formava o cerco ou az: fechado este, se matavam a ferro frio os lobos, javardos, etc.

Durante a nossa commissão em 1841 teve logar uma destas montarias, mas em ponto pequeno, á qual assistimos: a porção de pinhal que se bateu, era mui pouca; com tudo ainda se mataram dois lobos.

II.

Qualidades d'arvoredo.

O pinheiro bravo (*Pinus maritima*) é a arvore que mais abunda, e domina quasi exclusivamente toda a superficie desta grande matta. Dando-se esta arvore mui bem em terrenos soltos, seccos, e arenosos, não obstante crescer e vegetar es-

pontaneamente em todo o nosso paiz; com tudo dá-se melhor nas costas maritimas. Todas estas circumstancias concorrem no terreno que occupa o pinhal nacional de Leiria; e como se conservam mui vastos os pinheiros nos seus primeiros annos, e não se cortam indistinctamente antes de chegarem ao seu devido crescimento, dando-se á maior parte delles o tempo necessario para a formação do cerne, é esta a razão porque os pinheiros bravos chegam alli a tão gigantescas dimensões, que sua madeira é superior á de todos os outros pinhaes existentes neste reino, e não, como erradamente julgam alguns, por serem d'uma qualidade diversa e exotica: no decurso dos nossos trabalhos topographicos encontrámos no pinhal de Leiria dois pinheiros, um com 178 palmos d'altura e 20 de circumferencia no tronco, tomada junto á raiz; e outro com 158 palmos d'altura e 19 de circumferencia, contendo ainda esta parte inferior do tronco uma porção sã de 50 palmos. Estes pinheiros devem contar seculos d'idade, e talvez sejam da primitiva.

Do pinheiro manso (*Pinus pinea*) há alli mui pouca quantidade. Não se dando tão bem estes pinheiros junto ás costas do mar, e precisando de um terreno em que profundamente com facilidade suas raizes, é esta a causa da sua escacez no pinhal de Leiria; tendo-se preferido, com bastante motivo, as sementeiras dos pinheiros bravos, por vegetarem melhor naquelle local, e crescerem muito depressa. Junto ao alto da Cabeça Lousã fez-se uma sementeira destes pinheiros mansos ha mais de 50 annos; porém pela má qualidade do terreno acham-se definhados, e crescem lentamente. Proximo ao aceiro do Rio Tinto, para a parte de S. Pedro de Muel, e junto á praia da Vieira, se encontram com elles algumas porções de terreno; mas ainda estão pequenos, por terem sido semeados depois da queimada de 1824.

Estas são as duas unicas especies de pinheiros que formam tanto esta matta, como as mais do reino, e que são (segundo Brotero) *naturaes deste reino, ou nelle ha seculos naturalisadas*.

Algumas tentativas se têm feito entre nós para aclimatar outras especies de pinheiros do Norte; porém ou seja pela falta d'escolha d'um terreno que lhes fosse adequado, ou pelo estado

de deterioração em que por ventura estaria a semente, ou mesmo talvez por falta do agasalho e abrigo que precisam estas arvores nos seus primeiros annos, não tem progredido a vegetação. É para lamentar, todavia, que havendo em Portugal tantas serras e terrenos incultos proprios para nutrir estes pinheiros, como comprovam as experiencias feitas por sabios e acreditados Botanicos, não se tenham creado mattas d'uma madeira tão preciosa e necessaria para a mastreação de nossos navios, e em geral de tanto uso em Portugal, assim em architectura naval, como civil. Desta incuria resulta, além da perda de tantas utilidades que comsigo trazem semelhantes arvoredos, o pagarmos annualmente um tributo tão avultado aos estrangeiros, e que bastante peza na balança commercial e politica.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sendo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, mandou vir do Norte em 1800 varias sementes de pinheiros, larissos, e abetos: destas, as que semearam em varios locaes do terreno pertencente ao pinhal de Leiria não vingaram, e alguns pinheirinhos que nasceram, pereceram logo nos primeiros annos. Não succedeu com tudo outro tanto aos que nessa época igualmente se semearam em outras partes do reino, com especialidade na serra do Marão, onde vigorosamente cresceram; porém como não houvesse methodo regular nestas sementeiras, nem se olhasse mais para a conservação dos pinheiros nascidos, baldados foram os esforços deste diligente Ministro, podendo aliás termos agora viçosas mattas desta especie tão desejada.

Durante a administração do Coronel Varnhagen fizeram-se algumas sementeiras de pinheiros *larissos*, proximo á lagôa da Sapinha, mas infelizmente pouco resultado se tem obtido desta empreza: os poucos que nasceram da primeira vez, posto que ainda vegetem, não dão esperanças para o futuro d'um crescimento vigoroso; e as primeiras pinhas que crearam além de virem tardias, a amendoa encerrada no pinhão não estava formada completamente. As ultimas destas sementeiras feitas em 1840, por qualquer que fosse o motivo, tambem não vingaram, nem mesmo nasceram, senão 9 a 10 pinheirinhos.

Assim bem se deixa vêr, que sendo o pinheiro bravo ou

marítimo o escolhido para habitar naquelles arenosos logares, elle, como primeiro senhorio, tem tomado posse, e posições tão avantajadas em toda a sua superficie, que não consente rivaes, nem quem o affronte, ainda que seja da sua propria familia. É desta maneira que encerrando o pinhal de Leiria tanta diversidade de madeiras como o sanguinho, o amieiro, o loureiro, o salgueiro, o samouqueiro, o carrasco, o folhado, o aroeiro, o aderneiro, a sorveira, o zambujeiro, e o erve-deiro ou medronheiro, todas estas arvores, achando-se vigiadas por tão altivos e soberbos pinheiros em torno de si, se conservam submissas, e nunca conseguem chegar ás proporções e robustez que por ventura teriam, se livremente respirassem.

III.

Classificação e applicação das madeiras, e outros productos.

As madeiras do pinheiro bravo ou marítimo podem-se dividir em tres classes distinctas no pinhal de Leiria, a saber:

- 1.^a classe. Madeira sã para construcções navaes e civis.
- 2.^a „ Madeira de refugo para lenha, aproveitando-se alguns cerneiros.
- 3.^a „ Madeira resinosa a que chamam acha, para a extracção do alcatrão, pez, etc.

1.^a classe.

Bem se deixa vêr que nesta classe entram todos os pinheiros que se apresentam em bom es'tado, e com dimensões convenientes para delles se tirarem diversas peças de construcção. A sua madeira é com especialidade applicada para o Arsenal de Marinha em Lisboa. No principio de cada anno o Inspector deste Arsenal dirige á Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha, uma relação circnmstanciada das peças de madeira que precisa, em attenção ás obras projectadas ou em andamento; e esta relação é remettida á Administração Geral das Mattas, para se proceder ao respectivo córte, e sua promptificação. Além desta requisição annual, se fazem outras eventuaes, se ha urgencia de madeiras. O mappa n.º 3 apresenta

a quantidade de todas as madeiras de construção que têm sahido do pinhal nos ultimos 8 annos, de 1835 a 1842, tanto para o Arsenal de Marinha, como para o do Exercito, e particulares.

2.^a classe.

Tem-se reconhecido pela experiencia que a idade em que se acha completamente desenvolvido um pinheiro, é entre os 70 e 80 annos: d'então data a sua decadencia, e ainda que continue a vegetar e a engrossar, com tudo sua seiba começa a decompor-se por não encontrar no lenho a mesma disposição e facilidade de poder girar por entre as fibaas, e exercer suas funcções vegetativas; principiando assim a obstruirem-se e engorgitarem-se certos canaes e póros destinados a absorver os diversos alimentos da terra e do ar; os ramos ou braçadas, que directamente sahem do tronco central dos pinheiros, bem manifestamente inculcam esta decadencia pela maneira como, já cansados de respirar por suas extremidades, vão pouco a pouco declinando a ponto de fazerem angulos maiores de 90° com a direcção do tronco central, quando estes no seu começo são apenas de 5 a 8 grãos. Assim, no estado de vigor em que se deve cortar o pinheiro, anda este angulo entre 60 a 70°. É este um dos principaes meios de conhecer a idade destas arvores; e a que chamam *coroação*; sendo outro inquestionavel a côr e aspecto da casca, que pelo tempo se vai tornando mais liza e avermelhada. Para se saber porém se a madeira estará sã ou não, ha um indicio infallivel que é o do cogumello (3), que logo que o pinheiro começa a apodrecer, au-

(4) O cogumello é uma planta parasita, que precisa de certas substancias putridas para se gerar, e que se desvia muito da marcha geralmente seguida nas outras plantas. O Sr. Manoel Affonso da Costa Barros, actual Inspector da 1.^a divisão do pinhal de Leiria, tem uma opinião differente da maioria, a respeito do cogumello que dá nos pinheiros: quer este Senhor que não seja planta neste caso, mas uma excrecencia que resulta da decomposição do cerne do pinheiro que, fermentando pelo estado de putrefacção em que se acha, augmenta de volume, e não cabendo dentro da arvore, sahe pelas aberturas que ficam dos braços podres, quando cahem, e se separam do tronco: o que é certo é que sempre nestes logares apparece o cogumello nos pinheiros cardidos do pinhal de Leiria: não seria fóra d'interesse para a botanica o analysar este objecto.

nuncia immediatamente este estado, apparecendo na superficie do tronco, e quasi sempre nas concavidades que deixam os ramos seccos que delle se despegam. Os pinheiros assim atacados são chamados *cardidos*; e posto que por isso percam o seu principal merecimento e valor, têm ainda mesmo assim muitas applicações. Como acontece vir o cogumelo, e não estar o pinheiro podre em todo o seu comprimento, mas só naquelle logar em que elle se manifesta; ainda se aproveita ás vezes parte de sua madeira sã em peças curtas de construcção. A outros tira-se-lhes o borne (4); e ficando só com o cerne, tomam então o nome de cerneiros, e assim são vendidos. Esta madeira de cerne, que se póde tirar tambem dos pinheiros sãos em todo o seu comprimento, é de uma duração admiravel, e póde existir seculos sem se corromper: não se presta tão facilmente ao artista, como outra qualquer, por causa da sua rigeza e união das fibras, mas é preferivel por outras qualidades.

Os pinheiros com o cerne completamente cardido têm tambem uma serventia particular, e vem a ser para calhas e

(5) Nos pinheiros e em todas as arvores existem as seguintes classificações, partindo do interior do tronco para fóra: *medula*, *cerne*, *borne*, *alburno*, e *casca*.

Medula é um tubo interior, que parte pelo pé e troncos desde a raiz até ás extremidades dos ramos, formado d'uma substancia pouco consistente e delicada, disposta como o tutano nos ossos. *Cerne* é a reunião das camadas concentricas existentes em roda da medula, e só se fórma (depois da arvore estar adulta) dos residuos dos diversos liquidos que a nutrem, sendo este o estado de perfeição do lenho, e que apresenta mais duração em consequencia do compacto de suas fibras. *Borne* é a camada que se segue em roda do cerne, e por onde giram quasi exclusivamente os liquidos. *Alburno* é a ultima camada que envolve o borne, ficando entre este e a casca, e se compõe d'uma substancia tenra e gommosa, que alli depositam os diversos liquidos todos os annos para augmento do tronco da arvore: este alburno se vai successivamente solidificando até ser da natureza do borne, ou converter-se nelle mesmo. A *casca* finalmente é bem conhecida, sendo de grande importancia para o vegetal: sem ella, elle brevemente pereceria; porque não tendo este escudo os diversos fluidos gazosos e liquidos, não poderiam exercer suas funcções e se extravasariam, sobre tudo a seiba descendente, e seccaria o vegetal.

conducção d'agoas subterraneas. A vantagem que elles apresentam neste estado, é de não ser necessario fural-os; pois aprobeccendo-lhes todo o cerne sómente, e conservando-se sempre são e verde o borne em quanto o pinheiro vegeta, acontecere encontrarrem-se pinheiros ôcos desde os ramos superiores até á raiz. Pôde-se tambem tirar dos pinheiros cardidos alguma acha como adiante veremos.

O que sobra destas applicações é lenha para queimar que, junta com a que fica dos côrtes dos pinheiros são, vai entrar na fabrica dos vidros da Marinha Grande, e consumo dos particulares. Os numerosos carreiros empregados neste trabalho a conduzem primeiro para junto de determinadas casas dos guardas do pinhal, e sendo alli revistada pelos guardas, a racham convenientemente naquelles logares a que chamam *casqueiros*, e que servem de retem para d'alli a levarem para a fabrica dos vidros, onde ha ordinariamente um grande deposito. O numero de carradas de lenha que actualmente consome esta fabrica por anno anda de 12 a 13.000: cada carrada deve formar um parallelepipedo com a base de 7 palmos de comprido e 5 de largo e $4\frac{1}{2}$ palmos d'altura: as cavacas fazem o lado mais pequeno desta figura, e por isso devem ter 5 palmos de comprimento. Uma carrada de lenha com estas dimensões, vindo rachada e prompta a metter no forno, custa á fabrica 360 réis; e por consequencia o seu combustivel annual importa em 5:040\$000 réis a 5:400\$000 quantia que reverte toda directamente em beneficio destes carreiros, que pela maior parte são lavradores pobres, que muito precisam deste recurso para entreterem seus bois, principalmente no inverno.

3.^a classe

Chama-se *acha* no pinhal de Leiria a toda a madeira de pinho que contém certa quantidade de partes rezinosas, das quaes se possa extrahir alcatrão, pez, etc. É esta a producção mais rica que dá o mesmo pinhal, e da qual se podem tirar grandes vantagens, como adiante se verá. Diversas opiniões existem entre os physiologistas e botanicos sobre a maneira como ella é formada durante a assimilação da arvore. O que se sabe porém, é que ella tem logar e se congrega por entre

as fibras lenhosas, principalmente por onde a seiba não pôde livremente girar: a esta função se chama *entear*. A acha pôde-se obter dos pinheiros natural ou artificialmente. A natural, que se apresenta sempre no cerne, toma diversos nomes conforme se acha disposta, a saber:

1.º *Acha massiça*. Quando toda uma porção de tronco ou raiz se acha enteada sem intervallo algum cardido.

2.º *Costa*. Quando existe enteada uma das zonas exteriores do cerne, achando-se o interior todo cardido.

3.º *Forrada*. Quando as partes enteadas se apresentam misturadas com partes inteiramente lenhosas ou cardidas.

4.º *Rajos*. A que apparece nos nós dos pinheiros.

A acha tambem se distingue pelas côres que apresenta de amarella, branca, e vermelha, sendo esta ultima côr a mais trivial.

Para a formação desta acha natural concorre a idade do pinheiro, qualidade do terreno, sua exposição para com o sol, sua collocação isolada, e muitas outras diversas causas.

Encontram-se muitas vezes pinheiros reduzidos a este estado rezinoso, que dão 200, 300 e mais arrobas d'acha magnifica, e que podem por isso render mais de 30,000 réis em productos extrahidos.

Quanto á acha artificial e meios de a obter, irão descriptos quando tratarmos dos productos rezinosos.

Nada temos a descrever sobre a madeira do pinheiro manso e suas applicações no pinhal de Leiria, por isso que os poucos que existem nesta matta, não se têm cortado em razão da sua pequenez. Diremos entretanto de passagem que a madeira destes pinheiros, pela sua structura, e configuração volteada, pôde ser vantajosamente empregada nas ossadas das embarcações; e sua acha, posto que não dê um alcatrão tão liquido como a do pinheiro bravo, com tudo é mais abundante em rezina.

As arvores d'outras especies, que já notámos, existirem espalhadas por todo o pinhal de Leiria, não apresentam dimensões para serem empregadas na construcção naval; todavia têm muitos outros usos e applicações, principalmente para os lavradores. Destas o ervedeiro ou medronheiro (*Arbustus unedo* de *Linneo*) tem o primeiro logar. Encontra-se este util arbusto

com frequencia em todo o pinhal de Leiria, sua madeira é de boa qualidade e duração, e póde-se empregar com preferencia em obras de torno, marcenaria, carros, e instrumentos agricolas; sua cêpa é excellente para carvão, e para isso já foi applicada durante alguns annos, ficando até o nome de *Carvoaria* a um sitio do pinhal onde elle se fazia: suas folhas servem de pasto a alguns animaes; e seu fructo bem conhecido é pela fermentação alcoolica que desenvolve. O Sr. José de Sousa e Irmãos, da Marinha Grande, com casa de commercio na Figueira, trazem arrematado este fructo annualmente pela quantia de 40,000 réis, para o empregarem na sua fabrica de distillação estabelecida no logar da passagem; e delle têm extrahido 14 a 17 pipas d'agoardente por anno, podendo ainda fazer muito mais, se o preço a isso os convidasse, attendendo ás despezas de conducção d'alli para a Figueira, e ao muito vinho que annualmente se queima naquellas immediações.

O loureiro e salgueiro negral tambem abundam no pinhal, e têm muito gasto para arcos de vazilhame, sendo destes os que se empregam na fabricação dos barris para o alcatrão: as aduellas para estes barris são tiradas de pinheiros que vegetam em logares mais humidos e enxarcados do pinhal, em consequencia de sua madeira ser mais macia, e flexivel para este fim.

Um dos mais uteis productos do pinhal de Leiria é sem duvida a grande quantidade de estrume vegetal, que elle fornece á agricultura. Sendo em geral todos os terrenos que circumdam o pinhal arenosos e de sua natureza fracos e estereis, conservar-se-hiam ainda hoje incultas milhares de geiras e legoas inteiras, se não fosse este precioso meio de tornar a terra productiva. Dos estrumes extrahidos do pinhal de Leiria, o mais apurado e melhor é um a que alli chamam *rapão e piórno*: encontra-se nos logares mais humidos e sombrios, e apresenta-se com uma crusta balôfa sobre a terra, formada de certo musgo produzido por uma fermentação vegetal nos residuos que apodrecem cahindo das arvores. Todavia os fetos, e a carunia secca ou folha dos pinheiros têm muito uso para o mesmo fim.

O muito matto que do pinhal se tira constantemente, bem como lenha e varólas de desbaste, não são objecto de menos monta, nem de menos utilidade para a agricultura.

Por estes recursos e muitos outros motivos, pôde-se dizer affoutamente que o pinhal de Leiria é o amparo e sustentaculo de oito freguezias que o rodeiam; e delle vivem, directa ou indirectamente, alguns milhares d'habitantes. É a elle que se deve o consideravel augmento de fogos e a cultura de tantos terrenos maninhos em seu contorno, particularmente nestes ultimos annos, de que resultam vantagens bem palpaveis ao Estado e á nação. Só a freguezia da Vieira, que não existia ha 100 annos, compõe-se hoje de 400 fogos com 2.000 habitantes.

IV.

Córtes, conducção, e embarque das madeiras.

Um dos objectos da maior importancia em qualquer matta, e que exige muita circumspecção e perspicacia, é o córte das arvores. É necessario primeiro que tudo calcular o numero de páos que se poderão cortar annualmente em relação á grandeza da matta, estado de vegetação em que se achar, e numero de annos que levarem a formar-se as arvores de que ella constar. Determinado este numero não se deve poupar jámais o seu córte regularmente; pois longe de beneficiar essa matta e tender para a sua conservação, a demora de taes arvores não fará mais do que, envelhecendo e apodrecendo, tomar o logar não só a um igual numero que as deviam substituir, mas a todas aquellas que deixam de vingar por causa do grande ambito que occupa a sua ramagem. Nos pinhaes com tudo devem-se deixar alguns pinheiros, a que chamam pais ou balizas, os quaes servem essencialmente para a propagação da especie, por nascerem de sua semente espontaneamente os pequenos pinheiros, servindo ao mesmo tempo estes pais para a creação da acha; porém devem ficar isolados em grande distancia uns dos outros. Em consequencia das grandes queimadas que tem soffrido o pinhal de Leiria, não se tem podido estipular uma marcha regular no córte de suas madeiras; e talvez

por isso elle abunda tanto em pinheiros velhos e podres. Em alguns paizes usam fazer o córte nas mattas por talhões a oito, dividindo-as em tantos destes talhões quantos são os annos que leva uma de suas arvores a formar-se; porém deve forçosamente seguir-se a mesma ordem nas sementeiras dos talhões, aliás se toda a matta estivesse da mesma idade não podendo deixar de estarem feitas as arvores no primeiro córte, quando se chegasse ao ultimo córte, teriam o duplo de existencia e por isso estariam muitas podres. Nos pinhaes principalmente applicados para construcção naval, como é o nosso de Leiria, não se pôde seguir á risca este systema, em consequencia da difficuldade que haveria em encontrar n'um só talhão certas peças de madeira, como vãos de fragata e de não, rodas de prôa, etc. que demandam pinheiros d'uma configuração muito particular; e para a promptificação das taes madeiras é necessario actualmente correr todo o pinhal de Leiria: todavia podem-se deixar na superficie semeada de novo os pinheiros em que concorrem estas circumstancias.

Quanto á época mais favoravel para o córte das madeiras, ainda que alguns autores exceptuem as arvores rezinosas, é geralmente recommendado que seja na estação do inverno, nos mezes de Novembro, Dezembro, e Janeiro. Neste tempo, sendo a seiba menos abundante, menos restos nocivos por isso ficarão pelos póros lenhosos que promovam a podridão; além de que, tendo as madeiras cortadas desde esta época até ao estio, uma temperatura regular e dilatada, podem mais convenientemente enxugar dos liquidos, que em si encerrarem. Não acontece porém no pinhal de Leiria ter sempre logar o córte nestes mezes, não só por virem muitas vezes as requisições fóra de tempo, mas tambem por outros motivos, principalmente por falta de meios pecuniarios; assim em quasi todo o anno se fazem córtes no dito pinhal. Para estes córtes e manufactura das diversas peças de madeira ha um capataz, que deve ser carpinteiro perito neste officio, debaixo da direcção immediata do Inspector em cada divisão do pinhal, pago nos dias só de trabalho, o qual passa vistoria ao pinhal e marca os pinheiros necessarios e que estão nas circumstancias de darem as peças de madeira exigidas. Depois são chamados car-

pinteiros de fóra que se ajustam por empreitada, umas vezes na totalidade do córte, outras em parte. Estes carpinteiros se combinam entre si ordinariamente por sortes que deitam, para dois a dois cortarem cada pinheiro que se apresentar primeiro, por influir muito neste trabalho a grossura do tronco. Partem assim com o capataz para o pinhal; e este lhes vai apontando os pinheiros destinados ao córte, ao qual deve presidir: cortados os pinheiros, passam a falquejar-os ou preparal-os de machado, riscando primeiro o capataz a configuração da peça de construção; chamam-se depois os serradores necesarios, e assim ficam as peças promptas espalhadas pelo pinhal. Para a condução desta madeira são intimados os carreiros inscriptos na Administração Geral, e que gozam por isso de certos privilegios. Estes a conduzem para os portos d'embarque por um preço estipulado pela mesma Administração por cada pé cubico em uma legoa de transito, augmentando este relativamente, quando a peça excede um determinado volume (6). Para este fim se lhes passa uma guia, que limita juntamente o tempo da condução; porém elles, receando a falta de pagamento (em consequencia da demora que soffre quasi sempre a prestação mensal que deve entrar no cofre da Administração Geral das Mattas) ou por outras conveniencias particulares, a demoram muitas vezes bastante tempo junto ás suas moradas; de que resulta não só o inconveniente de não chegarem em tempo opportuno d'embarque, mas até a susceptibilidade de se deteriorarem. Sobre estes e muitos outros objectos regulamentares, bem como nas penas e multas dos infractores, bem necessarias eram as providencias doCodigo Florestal, em que se trabalha.

E por falta d'um meio prompto e economico na condução e embarque das madeiras do pinhal de Leiria para Lisboa, que este perde uma grande parte do seu valor, e o Estado deixa de tirar todas aquellas vantagens que offerece uma tão

(6) As conduções no pinhal de Leiria pagam-se a 15 réis por pé cubico em cada legoa de transito, não excedendo as peças 30 pés cubicos; de 31 a 40, pagam-se a 17 $\frac{1}{2}$ réis; de 41 a 50, a 20 réis; e de 50 para cima a 22 $\frac{1}{2}$ réis.

grande matta. Forçoso seria applicar algumas sommas para este fim; e os varios productos do pinhal, que então se podiam vender, indemnisiariam bem depressa do trabalho, e avanço destas quantias.

O pinhal de Leiria, ainda que banhado pelo Oceano, offerece em geral uma costa batida e pouco aportavel; porém nos seus extremos esta circumstancia se modifica. Em S. Pedro de Muel, extremo do Sul, era o unico deposito onde se embarcavam todas as madeiras do pinhal no tempo do Ministro Martinho de Mello. Os embarques alli se faziam constantemente durante todo o anno, e nunca faltou madeira no Arsenal de Marinha em Lisboa; sendo então incomparavelmente maior o numero de construcções e fabricos navaes. Hoje porém, depois que o fogo consumio todo o pinhal alli contiguo, só convem fazer este embarque na praia da Vieira, extremo Norte do pinhal junto á foz do rio Liz. Embarcando ainda actualmente nesta parte bastante madeira, pena é que se não façam mais esforços para conseguir por alli a extracção de todos os productos do pinhal.

A conducção por terra aos portos de S. Martinho e Figueira torna-se mui dispendiosa e mesmo difficil, pelas más estradas, falta de carros e sua tosca construcção, má qualidade de bois e seu fraco alimento, em consequencia das poucas pastagens que offerecem aquelles terrenos; além de que estes só podem trabalhar em taes conducções, quando não são necessarios á lavoura: occorrendo tambem serem estes dois portos d'inverno bastantemente arriscados, e já tem chegado, em S. Martinho principalmente, a estarem hyates carregados de madeira dois mezes á espera de vento favoravel para sahir. Assim, sendo a despeza com as embarcações a mesma que se fossem á Vieira, accresce toda aquella que se faz na conducção da madeira por terra, a qual monta a perto de 300\$ réis por cada carga d'um hyate.

(Continuar-se-ha.)

MEMORIA**SOBRE AS DIOCESES DO REAL PADROADO,**

Acompanhada de duas cartas geographicas, nas quaes se vêem marcados os limites das differentes dioceses do Real Padroado n' Africa e Asia, copiadas de um memorial impresso, sem logar da impressão nem data, escripto em italiano, e apresentado a Benedicto XIV, por occasião de quererem os Missionarios estrangeiros usurpar os reinos de Ton-kin, Sião e Chinchina, que de facto usurparam, o qual possui o nosso illustre socio o Sr. Antonio Justino Machado de Moraes, e que com a melhor vontade nos permittio a cópia. Com as summas e datas de algumas Bullas e Breves Pontificios relativos ao Padroado Real.

(Por um socio.)

Posto em execução o grande projecto (de descobrir novas terras e novos mares) que havia muito tempo revolvía em sua mente o famoso Henrique, Principe illustre, de muito saber, constancia inabalavel, e zelo incansavel pela exaltação da Fé Catholica; foi descoberto em 1410 o cabo Bojador; em 1420 a ilha da Madeira; e em 1433 a costa de Guiné. Morto em 1460 o Infante D. Henrique, continuaram os Senhores Reis de Portugal o plano das descobertas, levando a par do pavilhão nacional, a luz da Fé e a civilisação ás nações idólatras, desde o cabo Bojador até aos confins do Oriente, o Japão: pois que as frotas portuguezas, que conduzião os guerreiros, que com sua espada e sangue conquistavam reinos e edificavam praças para segurança propria e respeito dos conquistados, tambem levavam a seu bordo Sacerdotes (1) respeitaveis, do-

(1) É bem sabido de todos, o quanto os Missionarios têm servido á religião, ao estado e á civilisação do mundo, pois não só levavam a Fé e a civilisação ás costas e praias onde eram protegidos

tados de iminentes virtudes e austera moral, que mais com o exemplo que com a prédica, attrahiam ao christianismo aquellas gentilidades, e que não duvidaram provar com a vida (quando se lhes offerecia occasião) a verdade da missão de que iam incumbidos, e de que a historia nos apresenta muitos exemplos.

Esta conquista, continuada por tantos Reis, e pelo longo espaço de mais de 150 annos, á custa de grandes sacrificios, immensas sommas nella consumidas e milhares de portuguezes, que por dilatar a gloria nacional e exaltação da Fé de seus maiores, se votaram á morte em tão longinquas como inhospitas regides; foi não só admirada e applaudida por todos os Catholicos, mas até os Summos Pontifices concederam e confirmaram aos Reis de Portugal o direito de conquista e padroado nas terras descobertas, e que de futuro se descobrissem, ainda que possuidas por Principes pagãos. Direito este adquirido, não por méro titulo gracioso, mas sim oneroso a tantos respeitoes, como são os da descoberta e conquista já mencionadas, e os da fundação e dotação de tantas Igrejas.

Leão X em 1514, na Bulla = *Præcelsæ devotionis* = confirmatoria compliativa das de Martinho V, Eugenio IV, Nicoláo V, Calixto III e Sixto V, diz: = *Magistra rerum experientia teste perpendimus, ac apertis documentis in dies clarè conspicimus, quàm sedula vigilantia Sua Sublimitas, et Serenitas suorum Prædecessorum Portugalie Regum gesta sequendo, plerumque in persona non sine gravissimis laboribus, et expensis, nixa sit, et continuò inititur. His consi-*

pela espada dos descobridores, mas separando-se destes e intranhando-se pelos sertões, lá propagavam a Fé e a civilisação, do que são provas o interior e norte do Indostão, a peninsula Malaia, a China e Japão. Naquelles tempos havia Missionarios para tudo, nos nossos, convida o Duque de Bragança a diversos Padres para as missões do Padroado, e ninguem apparece, quer o Governo da Rainha dois Capellães para as náos da India, e ninguem se apresenta. Este mal porém esperamos ver em breve remediado, não pelo zelo dos Padres, pois já mostraram não o ter, mas pela solicitude e medidas adoptadas que brevemente sabemos vai pôr em execução o Ex.^{mo} Ministro de Marinha o Sr. Falcão.

derationibus, et plerisque aliis legitimis causis suadentibus congruum, et opere pretium existimamus, ea, quæ a Prædecessoribus nostris Romanis Pontificibus ipsius Emmanuelis Regis Prædecessoribus præfactis concessa comperimus, nostro etiam munimine confovere, ac alia etiam de novo concedere, ut exinde Celsitudo Sua Apostolicæ Sedis prædictæ ulteriori munificentia præmunita in prosecutione præmissorum non solum ardentius inflametur, sed etiam liberali, ac munifica compensatione accepta cæteros reddat, et faciat ad similia promptiores, et ejus erga Nos, et sedem prædictam devotio augatur, et pro laboribus, quos universali Ecclesiæ circa Catholicæ, et Apostolicæ Fidei exaltationem bene serviendo sustinet, condignos honores, et gratias reportet.==

Nicoláo V diz:==*ipsam que Conquistam a Capitibus de Bojador et de Naon prædictis Alfonso Regi, et Successoribus suis Regibus dictorum Regnorum, ac Infanti præfactis perpetuo donamus, concedimus, et apropiamus per præsentés==e continua Leão X==Et pro potiori cautela omnia, et singula in eisdem literis contenta; ac quæcumque alia Imperia, Regna, Principatus, Ducatus, Provincias, Terras, Civitates, Oppida, Castra, Dominia, Insulas, Portus, Maria, Littora, et bona quæcumque mobilia, et immobilia ubicumque consistentia, per eundem Emmanuelem Regem, et Prædecessores suos a prædictis Infidelibus, etiam solitaria quæcumque recuperata, detecta, inventa, et acquisita et per ipsum Emmanuelem Regem, et Successores suos imposterum recuperanda, acquirenda, detegenda, et invenienda, tam a Capitibus de Bojador, et de Naon usque ad Indos, quam etiam ubicumque, et in quibuscumque partibus, etiam nostris temporibus forsan ignotis, eisdem auctoritate, et tenore de novo concedimus, literasque supradictas, et omnia, et singula in illis contenta ad præmissa etiam extendimus, et ampliamus.==*

Gregorio XIII no Breve que principia:==*Cum itaque==declara que a jurisdicção do Padroado Real, comprehende todas as regiões descobertas, ainda que estejam dominadas por Principes pagãos==ibi==et pro tempore existentium Regum Portugalicæ Conquistæ, et Ditioni Apostolica auctoritate concessi ad huc tamen a Gentili Rege detente.==*

Donde se conclue que a Santa Sé não só concedeu e reconheceu o direito de conquista (tal era o direito das gentes daquelles tempos) mas tambem o de Padroado dos Reis de Portugal. Além destas tão amplas como expressas concessões, ainda os Summos Pontífices quizeram dar outras demonstrações do seu reconhecimento para com os Reis fidelissimos. Nicoláo V em 1454, enviou a ElRei D. Affonso V a rosa de ouro. Julio II em 1306, enviou a ElRei D. Manoel a rosa de ouro. E Leão X, pelo Breve datado em 1513, mandou ao mesmo Rei a espada e o barrete por elle sagrados. Julio III no seu Breve datado a 13 de Fevereiro de 1530, dirigido a D. João III, declara que elle como cabeça da Igreja e todo o mundo Catholico, estavam summamente obrigados aos Reis de Portugal pelas descobertas feitas e propagação da Fé = *ibi = quod tuo, tuorumque Progenitorum beneficio, et navigationibus Orbis terrarum antea ignotus, magna ex parte nunc cognitus, et quod plus est, Deo, ac Vobis per agnitionem Christianæ veritatis acquisitus est, ut illud tandiu expectalum videre nostris temporibus cæperimus* = **IN OMNEM TERRAM EXIVIT SONUS EORUM, ET IN FINES ORBIS TERRÆ VERBA EORUM** = *Quod quoniam vestro ministerio Deus Omnipotens fieri voluit, Vos propterea in Conspectu Divinæ Magestatis gratos et acceptos filios fuisse agnoscimus, Vobisque, ac caeteris, qui eidem Deo tale obsequium, et illis populis in tenebris jacentibus tantum beneficium, nempe salutis æternæ præstiterunt, una eum universa Christiana Republica valde debemus.* ==

A jurisdicção espiritual sobre as conquistas, foi primeiro concedida, pela Santa Sé, ao Vigario de Thomar, da Ordem de Christo; mas sendo supprimida esta vigararia a instancias d'ElRei D. Manoel, e erecto o bispado do Funchal, pela Bulla = *Pro excellenti præminetia Sedis Apostolicæ* = de 1513, a este bispado foi concedida a jurisdicção, que até então competia ao Vigario de Thomar. Depois, em 1533, foi a Sé do Funchal elevada á cathegoria de arcebispado primaz das descobertas feitas e que se fizessem, pelo Papa Clemente VII, a instancias de D. João III, e desmembrando o seu territorio, se crearam quatro bispados suffraganeos, que foram, os de Angra nos Açores, S. Thiago em Cabo-Verde, S. Thomé na

ilha deste nome, e Goa no Industão, determinando-lhes os limites da maneira seguinte: ao Funchal as ilhas da Madeira, Porto Santo, desertas e selvagens, e no continente africano o que vai dos cabos Bojador e Non até Cabo-Verde, com as ilhas adjacentes; (*Vide côr verde na 1.ª carta*) os Açòres á Sé de Angra; ao de S. Thiago as ilhas de Cabo-Verde, e no continente o que decorre desde o rio de Gambia até ao sul de cabo de Palmas e ilhas adjacentes, pela Bulla de Clemente VII de 1532; (*Vide côr de madeira na 1.ª carta*) a S. Thomé, as ilhas de S. Thomé, Principe, Anno-Bom, Fernando-Pó, Santa Helena, as adjacentes e o que vai desde o rio Santo André ao sul do cabo de Palmas até ao cabo das Agulhas a leste do cabo de Boa Esperança, pela Bulla = *Rationi congruit* = de 1534 (*Vide côr amarella na 1.ª carta*) ao de Goa e tudo o mais desde o cabo das Agulhas até á China, com as ilhas daquelles mares, inclusivè Madagascar (S. Lourenço) Maldivas, Ceilão, Sumatra, Java, e as mais até ás Molucas, como consta da Bulla de Paulo III = *Aequum reputamus* = de 1534. (*Vide côr verde-mar na 1.ª carta*). Em 1596 Clemente VIII pela Bulla = *Super specula* = desmembrou de S. Thomé os reinos de Congo e Angola, e creou o bispado deste nome. (*Vide côr carmesim na 1.ª carta*). Com o andar dos tempos, tornou a Sé do Funchal a ser suffraganea de Lisboa; e a de Goa, a instancias de D. Sebastião, o Papa Paulo IV em 1557, pela Bulla = *Et si doucta et immaculata* = foi elevada em arcebispado primaz do oriente; e da sua grande extensão se crearam mais dois bispados que são os de Cochim e Malaca, e cuja divisão foi pelo Pontifice encarregada ao Arcebispo de Lisboa, que por varias causas não chegou a effectuar.

Em 1612, Paulo V, pela Bulla = *In superæminenti Militantis Ecclesiæ* = erigio a prelasia de Moçambique com jurisdição quasi episcopal, e lhe assignou por limites o que vai do cabo das Agulhas a leste do de Boa Esperança até o cabo Goardafu. (*Vide côr de terra na 2.ª carta*). Neste cabo principia a diocese de Goa, e a finda em Cauanor. (*Vide côr carmesim na 2.ª carta*).

O arcebispado de Cranganor, para onde foi transferida

a Sé Angamalem, principia em Cananor, e acaba em Vaipim, erigido em 1600. pela Bulla = *In Supremo Militantis Ecclesiae* = (*Vide cór verde na 2.^a carta*).

O bispado de Cochim, erecto em 1557, por Paulo IV na bulla já citada, começa em Vaipim até Meliapor na costa de Coromandel, com as ilhas adjacentes, as Maldivas, e Ceilão. (*Vide cór róxa na 2.^a carta*).

Estas divisões foram feitas por authoridade Apostolica em 1610, e confirmadas por Paulo V em 1616, pelo Breve = *Super executione*. =

Antes desta divisão comprehendia o bispado de Cochim toda a extensão desde o Malabar até Pegú; mas sendo em 1606 erecto o bispado de Meliapor, a este ficou pertencendo o que vai desde Meliapor até Pegú, com as ilhas daquelles mares. (*Vide cór de óca na 2.^a carta*). O bispado de Malaca, creado por Paulo IV em 1537, comprehende os reinos da península Malaia desde Pegú até á China, com as ilhas adjacentes, e as de Sumatra, Java, e todas as mais daquelle archipelago até ás Molucas inclusivè. (*Vide cór guardelem na 2.^a carta*).

Em 1575 foi erecto o bispado de Macão por Gregorio XIII, na Bulla = *Super Specula Militantis Ecclesiae* = na qual declarou pertencerem áquella diocese, Macão, todo o imperio Chinez, Japão e ilhas adjacentes, e accrescentou que aquellas regiões eram sujeitas á conquista da corôa portugueza = *ibi* = *Conquistæ Subjectas* = (*Vide cór de terra na 1.^a carta*). Em 1588, Sixto V erigio o bispado de Funais no Japão, e separou este imperio da diocese de Macáo. (*Vide cór verde escuro na 2.^a carta*). Finalmente em 1690, Alexandre VIII desmembrou de Macáo as provincias de Pe-kin e Nan-kin, e creou dois bispados; e em 1696, Innocencio XII estabeleceu os limites destas dioceses, pertencendo á de Pe-kin, as provincias de Pe-kin, Xon-tum, Leantum e Tartaria oriental (*Vide cór cinzenta na 2.^a carta*) e á de Nan-kin as provincias de Kian-nou, Honan e ilhas adjacentes. (*Vide cór óca escura na 2.^a de carta*). Todo o resto da China pertence de direito ao bispado Macáo. (*Vide cór verde azulado na 2.^a carta*). Das Bullas e Breves já citados, e outras mais, constam claramente os titulos onerosos por que a corôa portugueza adquirio o Padroado, que são

(titulos) os da descoberta e conquista, fundação e dotação dos bispados e missões mencionadas; ainda hoje (como sempre) a augusta padroeira sustenta á custa da caixa publica as Igrejas e missões, que os Missionarios estrangeiros lhe não têm podido usurpar. Pela caixa de Macão pagam-se as congruas dos Bispos de Pe-kin, Nan-kin e Macão, ás dignidades e mais funcionarios da Sé, e Parochos desta cidade; toda a mais despeza daquellas tres vastas missões é feita á custa do patrimonio Jellas. Nas dioceses de Goa, Cranganor, Cochim, Meliapor e Malaca, todas as despezas tanto dos Prelados, como dos Parochos, Missionarios e de Culto Divino são á custa da fazenda publica. Em Moçambique, Angola, S. Thomé, e nas mais acontece outro tanto, pois lá nunca houve dizimos, e sempre têm sido sustentados pela fazenda.

Mas se o piedoso zelo dos Reis, e o valor dos seus subditos na propagação e exaltação da Fé Catholica pelo decurso de tantos annos e á custa de tantos sacrificios, não excitou nos christãos daquelles tempos o minimo desejo de imitar tão nobre exemplo; bem depressa a grandeza e gloria nacional despertaram a cobiça e ambição de algumas nações europeas, que aproveitando-se da fatal usurpação de uma nação estrangeira, correram a apossar-se da maior parte dos dominios portuguezes, sem que para isso Portugal lhes desse a menor causa. Se consultarmos a historia daquella época calamitosa, parece que o gabinete de Madrid estava combinado com as nações suas inimigas para de todo nos aniquilarem, aquelle deixando desprovidas e indefezas as nossas fortalezas, e estas aproveitando-se do premeditado desleixo para se apossarem do que era propriedade nossa.

Ao espirito de usurpação de que Portugal foi victima durante a dominação dos Filippes, e ainda depois; não quizeram os Missionarios estrangeiros ficar mudos espectadores, porque dando-se mais credito ás informações menos veridicas dos Missionarios que respeito ao direito dos Reis fidelissimos, principiaram a mandar Vigarios e Missionarios para as terras do padroado. São bem notaveis e dignos de se saberem os frivolos pretextos (e por estes se pôde ajuisar dos outros sem que seja necessario menciona-los todos) com que se usurparam ao pa-

droado os reinos de Ton-kin, Cochinchina e Sião, como consta da exposição que á Santa Sé fez o Secretario da Sagrada Congregação da *Propaganda* no tempo de Benedicto XIV = *ibi* = *Li Regni del Ton-king, Siom, Cochinchina, Cambaja e Ciampa, non si trovano nelle Bolle di erezione de Vescovadi delli Indie Orientali specificamente assegnati ad alcuna Diocessi de medissimi* = sem querer aquelle Secretario attender ao que dizem as bullas da creação do bispado de Goa de 1534, nas palavras = *A fine Diocesis Sancti Thome, et Capite bona sperontia usque ad Indiam inclusive, et ab India, usque ad Chinam protenditur, eum omnibus, et singulis illorum Castris, Villis, Locis, et Districtibus, tam in terra firma, quam in Insulis, ac Terris repertis, et reperiendis, quorum omnium denominationes dictus Clemens Praedecessor haberi voluit pro expressis* = e que todas foram comprehendidas na Bulla de separação e criação do bispado de Malaca.

Segundo um tal modo de pensar, tambem se podem usurpar ao padroado os differentes reinos e provincias de que se compõem os bispados nas costas oriental e occidental de Africa, pois nas Bullas de sua criação não se faz menção especifica dos seus nomes: porém na Africa, é mais respeitado o clima pelos Missionarios estrangeiros, do que na Asia o sagrado direito do Padroado.

(Continuar-se-ha.)

EXPLORAÇÕES DOS PORTUGUEZES**NO INTERIOR D'AFRICA MERIDIONAL.**

*Documentos originaes e copias, de propriedade do Eminentissimo Senhor
Cardeal, Patriarcha de Lisboa, Pr.º da Commisão de Redacção.*

DOCUMENTOS RELATIVOS**Á VIAGEM DE ANGOLA PARA RIOS DE SENNA.**

(Continuado de pag. 240.)

— B —

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor = Tenho a satisfação de levar a Respeitavel Prezença de Vossa Excellencia a Carta do Governador dos Rios de Senna vinda por terra em virtude da descoberta da Communicação das duas Costas Oriental e Ocidental de Africa, com as cópias da Carta que me foi dirigida pelo Tenente Coronel Francisco Honorato da Costa Director da Feira de Mucary, a cujas fadigas e trabalhos se deve esta descoberta, e os Roteiros das jornadas e mais noticias tendentes ao mesmo objecto, e vão embarcados os Escravos Pombeiros Pedro João Baptista e Amaro Jozé do sobredito Director, na Fragata = Principe Dom Pedro = a entregar nessa Scretaria d'Estado a fim de que elles de viva vós possam exhibir algumas outras noticias a Vossa Excellencia. O Sobredito Tenente Coronel por intervenção minha supplica a Sua Alteza Real a remuneração dos seus serviços de que se faz merecedor. = Deus Guarde a V. Ex.^a — São Paulo de Assumpção de Loanda 25 de Janeiro de 1815. = Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr Antonio de Araujo de Azevedo = Joze de Oliveira Barboza.

N.º 1. (*É outra copia da Carta de F. H. da Costa, transcrita na Parte — A —, N.º 6, pag. 236*)

N.º 2.

Mil oito centos e seis = Em nome de Deus Amen = Derrota que eu Pedro João Baptista faço na minha viagem do Muatahianvo para o Rey Cazembe Caquinhata = Primeiro Dia de marcha e Pouzo para onde partimos do Citio grande do mesmo Muatahianvo, e da Caça do seu Filho em que estávamos agazalhados de nome da terra Capenda Hianva e com seu Empregos Soana Mulopo do Muatahianvo do qual levantamos as seis horas da manhã passamos dois rios chamados Igiba de 4 braças da largura hum, e o segundo rio Luiza que ambos vão desembocar no rio Luluá e durante a marcha viemos para o Citio do Guia que nos dava o mesmo referido a Potentado Muatahianvo para nos transportar ao Cazembe de nome da terra Cutaguaseje chegamos no dito Citio as Ave Marias encontramos com bastante Gente que hião para a Banza do Muatahianvo a levar mantimentos de farinha de mandioca seca chamada Bobó a seus Senhores e andamos com Sol nas costas, e não vimos raridade alguma =

2.º Pouzo de Cutaguaseje levantamos as sete oras da manhã passamos trez riachos correntes de piquenas larguras de que ignoro os nomes os quaes vão desembocar no rio Luiza, e continuando a viagem passamos outar vez o mesmo Rio Luiza e viemos para hum Citio do Preto chamado Caquiza Muexi escravo do Mnatahianvo, e ao pé de hum Riacho de que elles bebem agua e nos mandou agazalhar nas Cazas do Dono do Citio, chegamos ao meio dia sem chuva e com ninguem encontramos.

3.º Pouzo do Citio do Caquiza Muexi levantamos as duas horas da manha passamos cinco riachos de que ignoro os nomes, e durante a viagem viemos para o Citio do Quilolo do Muatahianvo de nome Muene Canenda; chegamos no dito Citio as quatro horas da tarde e fabricamos ao pé do rio de que elles bebem agua Isabuigi andamos com o Sol lado esquerdo e aqui invernamos trez dias por adoecer a Preta do Guia não vimos diversidade de passaros ou animaes.

4.º = Pouzo do citio Quilolo Mueue Canenda levantamos de madrugada sem chuva passamos quatro riachos de que ignoro

os nomes, e continuando a viagem passamos hum rio chamado Muime, e viemos para o fundo de dezerto e ao pé do rio chamado Canaia pela banda de lá e vai desembocar no mesmo Rio Mué-me onde achamos ja feitas Cazas dos viajantes da terras chamada Canongnessa que hião para o Muatahianvo a tributar, chegamos as trez horas da tarde, andamos com o Sol da mesma forma encontramos com gente que tinham hido a comprar Sal na Salina chamada da quigila.

5.º Pouzo do Dezerto de que para onde levantamos as cinco horas da manha passamo tres rios de piquenas larguras e candelozos no passar, e viemos para outro dezerto e ao pe do rio de piquena largura chamada Quipungo ficando-nos o Citio de uus pretos de que ignoramos os nomes em pouca distancia escravos do Muatahianvo chegamos no mesmo Pouzo ao meio dia sem chuva com ninguem encontramos, e nada tratamos com os do Citio, e não vimos raridades e aqui fizemos dois dias parada para procurar mantimentos.

6.º Pouzo dezerto para onde levantamos ao Cantar do galo passamos dez rios de piquenas larguras que vão desembocar no rio chamado Calalema e de cujos rios ignoramos os nomes, e viemos para outro Dezerto de Mattos feixados de páos ao pé do mesm rio Calalema o qual poderá ter pouzo mais ou menos doze braças de largura, chegamos no mesmo fundo quazi as duas horas da tarde com pequena chuva, com ninguem encontramos andamos com o Sol da mesma forma.

7.º Pouzo dezerto para o qual levantamos ao Cantar do Gallo e passamos onze rios de pequenas larguras de que ignoramos os nomes, e vindo subindo com o mesmo rio Calalema e durante a viagem viemos para o fundo dezerto ao pe de hum riacho chamado Camussanga Gila pela banda de lá do dito riacho chegamos no mesmo Pouzo as Ave Marias sem termos tempo de fazer-mos as nossas Barracas para dormirmos com ninguem encontramos e não vimos raridades algumas.

8.º Pouzo dezerto ao pe do Rio Camussanga Gila para que levantamos as cinco horas da manha passamos seis riachos correntes e durante a viagem viemos para o Citio de hum Preto escravo do Muatahianvo chamado Muene Cassa e ao pe de hum riacho de que ignoro o nome pela banda de la ficando-

nos o Citio acima dito muito afastado do nosso fundo, chegamos as trez horas da tarde com ninguem encontramos andamos com o Sol lado esquerdo fabricamos ao pé do mesmo Rio e nada tratamos com os do Citio. —

9.º Pouzo do Citio do Muene Cassa levantamos de madrugada passamos nove rios piquenos e durante a viagem viemos para o fundo dezerto e ao pé ainda do rio Calalema, chegamos ao dito Rio as quatro horas da tarde com ninguem encontramos andamos com o Sol da mesma forma, e não vimos bixos.

10.º Pouzo do dezerto levantamos as sete horas da manhã passamos trez rios piquenos correntes de pontes, e viemos para outro dezerto, e ao pé de hum rio piqueno de que ignoro o nome, chegamos ao meio dia e fabricamos ao pé do mesmo rio, e atrás de nós viuhão gente de Soana Mulopo mandada pelo mesmo a comprar Sal, e com ninguem encontramos andamos com o Sol da mesma forma.

11.º Pouzo do dezerto acima dito levantamos as cinco horas da manha passamos hum rio corrente a pé chamado Roando de duas braças de largura que vai desembocar no rio Lulúa e durante a viagem passamos outro Rio de piquena largura chamado Rova, e viemos para o fundo e ao pé do mesmo Rova que terá pouco mais ou menos treze braças de largura o qual tambem desemboca no Rio Lulua, e ficando-nos muito longe o Citio de hum preto chamado Tumo Ahilanbe do Muatabianvo, chegamos ao meio dia sem chave e fabricamos ao pé do dito Rio, andamos com o Sol lado esquerdo com ninguem encontramos, e não vimos bixos. —

12.º Pouzo do dezerto levantamos na Alvorada passamos seis rios de piquenas larguras os quaes vão desembocar no Rio Rova e durante a viagem viemos para o fundo dezerto e ao pé do Rio chamado Cazalle pela banda de lá que terá pouco mais ou menos vinte braças de largura no qual nos deo a agua pela cintura e vai desembocar no rio Lulúa; chegamos no dito Rio perto das Ave Marias encontramos com bastante gente carregada de peixes, a hirem vender na Banza do Muatabianvo andamos com o Sol lado esquerdo nada vimos de raridade. —

13.º Pouzo do Dezerto acima dito levantamos as seis ho-

ras da manhã não passamos rio algum, e continuando a nossa viagem viemos para o Citio de Quilobo do Muatahianvo de nome da terra Capoco Bumba Ajala, e fallamos com elle da nossa viagem em que vamos por mandado do seu Muatahianvo para a terra do Cazembe Caquinhata, e respondeo que estava bom, e nos mandou agazalhar nas Cazas dos seus filhos, e nos deo de hospedage quatro moitetes de farinha, e um mutete de peixe; chegamos no mesmo Citio as quatro horas da tarde, e ao pé de hum rio de piquena largura chamado Mucuza com ninguem encontramos, e andamos com o Sol da mesma forma.

14.º Pouzo do Citio do Quilolo Capoco do qual levantamos as duas horas da manhã, passamos hum riacho seco e continuando a marcha passamos hum Rio Caginrige em Canoa, e fazendo-nos passar pela banda de lá os Pilotos do Quilolo Muene Mene que hera Senhor do Porto, e terá dito Rio pouco mais ou menos quatorze braças de largura e vai desembocar no Rio Lulua, e viemos para o Citio do mesmo Quilolo do Muatahianvo Mene e tratamos com elle da nossa viagem em que vamos para Cazembe por mandado do mesmo Muatahianvo tambem nada respondeo e só nos disse que o caminho estava aberto da hy mesmo fizemos o nosso serco afastado do Citio e pagamos aos Pilotos dois Beirames de Zuarte e para o dono hum espelho piqueno de papel dourado, e cincoenta bagos de roncalha, chegamos no mesmo as tres horas da tarde e ninguem encontramos, andamos com o Sol da mesma forma.

15.º Pouzo do Citio Muene Mene levantamos ao primeiro Cantar de Gallo passamos quatro rios de piquenas larguras que vão desembocar no mesmo Rio Cagenrigi, e viemos para o Citio do Preto Conhecido dono do nosso Guia chamado Soana Ganga e fallamos com elle da nossa viagem que vamos para Cazembe, chegamos as duas horas da tarde ninguem encontramos e nem vimos raridade andamos com o Sol lado esquerdo.

16.º Pouzo do Citio do Soanna Ganga levantamos as sete horas da manhã passamos dois rios de piquenas larguras que vão desembocar no mesmo rio Caginrigi, e viemos para o Citio da May do Muatahianvo Luconquessa e achamos no dito

Citio seu Quilolo de nome da terra Muene Camatanga falamos com elle da nossa viagem em que vamos para Cazembe Caquinhata por mandado do Muatahianvo o qual nos respondeo que estava bonito hir para Cazembe gente de Angola e demos hum Beirame de Linha e dez bagos de missanga côr de telha, e mais cincoenta bagos de pedras azues de sua quipata que he prezente do Senhor da terra, chegamos no dito Citio ao meio dia sem chuva, encontramos com bastante gente que hão a comprar Sal, andamos com o Sol da mesma forma.

17.º Pouzo do Citio do Muene Camatanga de que levantamos as seis horas da manha passamos trez riachos que vão desembocar no rio Caginrige, e durante a marcha viemos para o Citio do Quilolo do mesmo Camatanga chamado Muene Cassamba, onde nos mandou dito Camatanga dirigir ao dito Citio para nos dar mantimentos para nossa matolagem por ordem do Muatahianvo, e com isto a procurar mantimentos estivemos parados quinze dias com ninguem encontramos e nem vimos raridades.

18.º Pouzo do Citio Muene Cassamba levantamos as duas horas da manha passamos outravez o Rio Caginrigi, e durante a marcha passamos mais outro rio que vai desembocar no mesmo Caginrigi, e viemos para o fundo dezerto e ao pé de outro Rio tambem de piquena largura de que ignoro o nome, chegamos ao meio dia no dito fundo e fabricamos nossas barracas com chuva com ninguem encontramos, andamos com o Sol lado esquerdo e nem bixos.

19.º Pouzo do dezerto para que levantamos as cinco horas e meia da manha passamos hum rio corrente de piquena largura de pedras e viemos para outro dezerto chamado Canpueje e ao pé de hum riacho corrente onde achamos Cazas ja feitas dos viajantes da Alundas, chegamos as duas horas da tarde com ninguem encontramos e nem vimos raridades.

20.º Pouzo do dezerto Canpueje do qual levantamos ao Cantar do Gallo passamos hum rio corrente de piquena largura chamado Maconde, e durante a marcha viemos para outro dezerto chamado lunsaja ficando-nos as libatas em pouca distancia do Quilolo Anibulete Quissosa do Muatahianvo, e não fallamos com elles a nosa viagem; chegamos as quatro horas

da tarde e fabricamos ao pé do rio corrente de piquena largura de que ignoro o nome andamos com o Sol lado esquerdo com ninguem encontramos.

21.º Pouzo do dezerto Lunssaja de que levantamos as cinco horas da manha não passamos Rio e durante a viagem viemos para o Citio do Filho do Cuta Ganda e ao pe de hum Rio chamado Reú fallamos com elles da nossa viagem em que vamos para Cazembe; chegamos no dito Citio as trez horas da tarde com ninguem encontramos, andamos com o Sol da mesma forma, e não vimos bixos.

22.º Pouzo do Citio do Filho do Cutaganda levantamos as sete horas da manha passamos o Rio Reu a pé que terá pouco mais ou menos vinte braças de largura, e viemos para o fundo dezerto e ao pé de hum riacho piqueno de que ignoro o nome; chegamos no dito riacho as duas horas da tarde com ninguem encontramos andamos com o Sol lado esquerdo.

23.º Pouzo do dezerto levantamos as seis horas da manha passamos tres rios de piquenas larguras que vão desembocar no mesmo Rio Reu e viemos para outro dezerto e ao pé de hum rio chamado Quibenla e vai tambem desembocar no dito Rio Reu ficando-nos as libatas do Quilolo Munconcota muito distantes, chegamos as trez horas da tarde com ninguem encontramos e não vimos raridades.

24.º Pouzo do dezerto e ao pé do Rio Quibenla levantamos as cinco horas da manha passamos quatro Rios de piquenas larguras que vão desembocar no mesmo Rio Quibenla e durante a marcha viemos para outro dezerto chamado Capaca Mlemo e ao pe do riacho corrente chegamos no dito ao meio dia sem chuva, e andamos com o Sol da mesma forma, com ninguem encontramos.

25.º Pouzo do dezerto Capaca Melemo levantamos as seis horas da manha passamos quatro rios de piquenas larguras e durante a marcha passamos hum rio chamado Ropoege que terá pouco mais ou menos trinta braças de largura e vai desembocar no Rio Lubilage e viemos para o fundo dezerto ao pe do mesmo Rio pela banda de lá; chegamos no dito as trez horas da tarde sem chuva andamos com o Sol lado esquerdo e não vimos Passaros, e bichos de qualidade alguma.

26.º Pouzo do dezerto levantamos as sete horas da manha passamos dois riachos correntes que vão desembocar no mesmo Rio Ropoege e continuando a marcha viemos para o fundo dezerto chamado Cassaco, e ao pe de hum riacho corrente pela banda de lá; chegamos ao meio dia com ninguem encontramos andamos com o Sol da mesma forma.

27.º Pouzo do dezerto Cassaco levantamos ao Cantar do Gallo passamos hum fundo e ao pé do Rio corrente de piquena largura chamado Quipaca Amguengua, e durante a marcha viemos para outro fundo dezerto e ao pe do rio Ropele de quatro braças de largura que desemboca no Rio Lububuri; chegamos as trez horas da tarde andamos com o Sol lado esquerdo com ninguem encontramos e so vimos Porcos de mato que estavam pastando ao pe do mesmo rio pela banda de cá.

28.º Pouzo do dezerto e ao pé do Rio Ropele do qual levantamos ao primeiro Cantar do Gallo não passamos rio e continuando a viagem viemos para o fundo dezerto e ao pe do rio de piquena largura chamado rio branco por ter areia branca, e vai desembocar no Rio Lububuri, chegamos no dito fundo ao meio dia, fabricamos nossas barracas pela banda de lá do mesmo rio com ninguem encontramos andamos com o Sol da mesma forma, e não vimos passaros e bixos.

29.º Pouzo do Rio branco levantamos as sete horas da manhã não passamos rio nenhum, e durante a marcha viemos para o fundo dezerto, e ao pé do Rio Lububury o qual não passamos, chegamos no mesmo as duas horas da tarde andamos com o Sol lado esquerdo fabricamos nossas barracas ao pé do mesmo Rio pela banda de cá e vindo na companhia de muita gente que hia para a Salina a comprar o Sal, com ninguem encontramos e não vimos raridade.

30.º Pouzo do dezerto e ao pé do Rio Lububury levantamos as seis horas da manhã não passamos rio, e viemos para o Rio Lububuri o qual passamos a pé e nos deo agua na cintura, e terá pouco mais ou menos quarenta braças de largura e he de pedras por dentro onde achamos gente e escravos do Quilolo do Muatahianvo e Cazembe de nome da terra Chamunginga Mucenda; chegamos no dito Citio as duas horas da tarde e não fallamos com elles fabricamos nossas Barracas ao pe do

mesmo rio pela banda de lá e afastado do citio com ninguem encontramos e não vimos Passaros e bixos, andamos com o Sol da mesma forma.

31.º Pouzo do Cio e ao pé do Rio Lububuri levantamos as sete horas da manhã não passamos Rio, e durante a marcha viemos para a libata do mesmo Quilolo Chamuginga Mucenda fallamos com elle da nossa pertençaõ que vamos para Cazembe Caquinhata por mandado do Muatahianvo, respondeo que estava com saude o mesmo Cazembe; chegamos no mesmo Citio ao meio dia e nos deo de hospedage huma Sanga da Aló e oito moitetes de farinha, quatro para nos, e outros quatro para o Guia, e huma Cabra piquena, fabricamos afastado do Citio e ao pé do rio de piquena largura chamado Camonguigi pela banda de lá com ninguem encontramos andamos com o Sol da mesma forma e não vimos passaros e bixos.

32.º Pouzo do Citio do Chamuginga Mucenda levantamos as seis horas da manhã trespasamos dous fundos não passamos Rio e continuando a marcha viemos para o fundo chamado Mussula Apompo chegamos no dito fundo as duas horas da tarde fabricamos nossas barracas ao nascente do mesmo rio andamos com o Sol lado esquerdo com ninguem encontramos e não vimos nada.

33.º Pouzo do dezerto Mussula Apompo levantamos as seis horas da manhã passamos hum Rio corrente de piquena largura filho do Rio Lufula, e continuando a viagem viemos para o mesmo Rio Lufula de que nos deo agua na Cintura o qual poderá ter pouco mais ou menos quinze braças de largura, e vai desembocar no Rio Lualaba; chegamos no dito ao meio dia andamos com o Sol lado esquerdo com ninguem encontramos e fabricamos ao pé do mesmo Rio pela banda de lá.

34.º Pouzo do fundo dezerto e ao pé do Rio Lufula levantamos as cinco horas da manhã passamos hum rio corrente de piquena largura de que ignoro o nome, e viemos para outro fundo dezerto ao pe de huma varja grande chamada Quibonda com riacho corrente pela banda de cá onde achamos Pretos Empacaceiros com suas Carnes de empacassa que tinhamo frechado e birem pelo mesmo Caminho a Salina a comprar Sal, e não nos disserão de donde herão, chegamos no

dito fundo as duas horas da tarde sem chuva andamos com o Sol da mesma forma, e não vimos raridades.

35.º Pouzo do dezerto e ao pe da varja chamada Quibonda o qual gastou no passar até ao meio dia, e tendo levantado ao primeiro Cantar do Gallo passamos hum riacho e durante a marcha viemos para o fundo e mesma do outeiro chamado Jupume e ao pé do Rio de piquena largura chamado Camoa de duas braças de largura e vai desembocar ao rio Lualaba, chegamos no dito as trez horas da tarde fabricamos nossas barracas em cima do mesmo outeiro pela banda de lá sem chuva com ninguem encontramos andamos com o Sol lado esquerdo. —

36.º Pouzo do dezerto e ao pé do rio Camoa no qual levantamos as cinco horas da manhã não passamos rio e durante a marcha viemos para o fundo dezerto ao pe de hum riacho chamado Catonta, e o fundo nomeiado Mucary Agoia, e sendo ja terras do Cazembe; chegamos ao meio dia andamos ja com o Sol a cara, e encontramos com pretos que vinhos a Salina, não vimos passaros, e bichos de qualidade alguma.

37.º Pouzo do dezerto e no fundo Muari Agoia de que levantamos as seis horas da manhã passamos hum riacho corrente de piquena largura e continuando a marcha viemos para o fundo dezerto e ao pe do Rio Corrente de duas braças de largura chamado Huitta Amalete que vai desembocar no Lualaba e achamos no dito fundo afastado libatas do Quilolo do Cazembe chamado Muire Senhor das Minas do Cobre, e no qual Citio he que fazem as barras chegamos no dito fundo as duas horas da tarde fallamos com elles da nossa viagem em que vamos dirigidos ao Rey Cazembe por mandado do Muatahianvo e elle nos respondeo que o Rey Cazembe estava com saude, e o seu Tio Quiburi Senhor da Salina, e nada nos deo de hospedage, andamos com o Sol a Cara com ninguem encontramos e não vimos Passaros e Bichos.

38.º Pouzo do Quilolo do Cazembe Muire do qual levantamos as seis horas da manhã passamos hum Rio chamado Mulonga Amcula de piquena largura que vai desembocar no Lualaba, e no levantar do mesmo Citio nos pedio o tal Muire que lhe desse alguma couza e demos-lhe vinte bagos de mis-

sanga branca de canudo e ficou contente dizendo que eu não lhe posso apertar por mais porque nada nos deo de hospedage, e continuando a marcha viemos para o fundo do deserto chamado Quiana Acananga e ao pé do riacho corrente filho do mesmo Rio Mulauga Amcula Chegamos no mesmo fundo as duas horas da tarde sem chuva andamos com o Sol a cara, encontramos com bastante gente que vinhão da Salina a hir para o Muatabianvo, não vimos raridades.

39.º Pouzo do deserto Quiana Acananga levantamos as duas horas da manhã não passamos Rio e durante a marcha viemos para outro Deserto chamado Mabobela e ao pé do riachozinho, chegamos as quatro horas da tarde, fabricamos ao pé do mesmo riacho, andamos com o Sol da mesma forma com ninguem encontramos e vimos muitas Zebras que estavam pastando no campo.

40.º Pouzo do Deserto Mabobela do qual levantamos ao Cantar do Gallo não passamos rio e durante a marcha viemos para o Citio de hum Preto chamado Buibuy principal Mauta do Salina Quigila; chegamos as duas horas da tarde fallamos com os do Citio da nossa viagem em que vamos para o Rey Casembe Caquinhata e responderão que hera huma fortuna, virem brancos que vem de Angola que elles chamão Muzungos e entramos nas Cazas dos referidos, andamos com o Sol a Cara, e vimos muitos Passaros chamados Hundas que he especie de pattos.

41.º Pouzo do Citio do Quilolo Buibui levantamos as seis horas da manhã e continuando a viagem passamos o Rio Luabala em Canoa o qual terá pouco mais ou menos quarenta braças de largura, e viemos ao Citio grande do Quiburi Tio do Cazembe Senhor da Salina Quegila, o qual nos recebeu com muita alegria e estimação agazalhando-nos em Cazas de seus Quilelos e demos ao mesmo Quiburi hum mur.º de roncalha azul e dois beirames de missanga còr de cinza, e no porto demos cincoenta bagos da mesma roncalha azul, chegamos no dito as quatro horas da tarde encontramos com bastante gente do mesmo Quiburi a hir pescar no mesmo Rio e vimos muitos Animaes Empacassas e Cassa piquena e nos deo de hospedage huma perna de Empacassa e dois quixinges de

massa meuda e duas Sangas da Aló de Lueu chamada Caxai, e nos deo noticia que em Cazembe estava hum branco com pertenções de vir para Angola com Cartas do Governador de Tette que alli em Cazembe morreo.

42.º Pouzo do Citio do Quiburi do Cazembe levantamos as trez horas da tarde não passamos Rio, e vindo descendo com o rio lualaba e durante a marcha viemos para o fundo dezerto de que ignoro o nome, e ao pe do riacho chamado Chafim e vai desembocar no Lualaba, chegamos no dito fundo ao meio dia sem chuva andamos com o Sol a cara fabricamos ao pe do mesmo Rio pela banda de lá, encontramos com bastantes Animaes Zebras Empacassas, Muquetes etc.

43.º Pouzo do dezerto ao pé do Rio Chafim levantamos as cinco horas da manhã e não passamos rio e durante a marcha viemos para outro Dezerto e ao pé do riacho chamado Bacassacala; chegamos no dito fundo as duas horas da tarde sem chuva fabricamos ao Nascente do mesmo riacho andamos com o Sol da mesma forma com ninguem encontramos.

44.º Pouzo do fundo dezerto Bacassacala levantamos as seis horas da manhã não passamos rio e durante a marcha viemos para outro fundo dezerto e ao pe do riacho corrente de piquena largura de que ignoro o nome chegamos no mesmo ao meio dia sem chuva, andamos com o Sol a cara fabricamos ao pe do mesmo riacho pela banda de lá com ninguem encontramos e não vimos raridades.

45.º Pouzo do fundo dezerto e ao pé do riacho corrente levantamos as seis horas da manhã passamos hum riacho de piquena largura e continuando a viagem viemos em cima de hum Outeiro piqueno ficando-nos distantes as libatas dos escraves do Quiburi, chegamos no dito fundo as duas horas da tarde andamos com o Sol da mesma forma, fabricamos ao pe de hum riacho piqueno pela banda de lá sem chuva, com ninguem encontramos e não vimos bichos.

46.º Pouzo do dezerto em cima de outeiro levantamos as cinco horas da manhã, passamos trez riachos de piquenas larguras de que ignoro os nomes e durante a marcha viemos para o Citio do Quilolo do Quiburi de nome da terra Camungo o qual não achamos no citio, e somente achamos seus Filhos e

elle dito ter hido a Cassa, e os Filhos nos fizerão entrar nas Cazas dos mesmos e em o calor do Guia que o dito Quiburi tinha despachado em nossa companhia o qual vinha mandado por interesses do Cazembe; chegamos no dito Citio ao meio dia sem chuva, andamos com o Sol a cara, encontramos com dois pretos escravos do Quiburi carregados de mantimentos de milho meudo e feijão para semente do dito Quiburi, não vimos passaros e Bichos de qualidade alguma.

47.º Pouzo do Citio de Camungo levantamos as sete horas da manhã passamos hum riacho de piquena largura de que ignoro o nome e continuando a marcha viemos para o fundo dezerto e no principio das fabricas cahio a Chuva e fabricamos com ella pela banda de lá do Rio corrente de piquena largura de que ignoro o nome; chegamos no dito dezerto as duas horas da tarde andamos com o Sol a cara, e sendo a meia noite vieram ao pé do fundo pela banda de lá dois Leões berrando toda a Santissima noite, e nos fez perder o sono e com ajuda de Deus nada succedeo, com ninguem encontramos, e não vimos raridade.

48.º Pouzo do fundo dezerto que levantamos ao Cantar do Gallo passamos trez rios piquenos de que ignoro os nomes, e durante a viagem viemos para o fundo do Embaixador do Cazembe que hia levar o Mulambo ao Muatahianvo com o qual não encontramos por ter levado outro Caminho e entramos nos fundos do referido Embaixador de nome Cabuita Capinda ficando-nos os libatas do Quilolo do Cazembe de nome da terra Ampala em meia legoa e ao pé do Rio de quatro braças chamado Ameula pela banda de cá, chegamos no mesmo fundo as duas horas da tarde sem chuva, andamos com o Sol a cara encontramos com sete Pretos negociadores de Sal que hião procurar mantimentos no Citio do mesmo Ampala e vimos oito Animaes chamados Muquetes que nos passarão de revés estando em viagem, e não vimos passaros de qualidade alguma.

49.º Pouzo no fundo do Embaixador Cabuita Capenda e terras do Quilolo Ampalã do qual levantamos as seis horas da manhã vindo subindo com o mesmo rio Ameula passamos hum riacho a pé de piquena largura, e durante a marcha viemos para outro fundo do mesmo Embaixador dezerto e ao pé do

mesmo rio Ameula pela banda de cá, e entramos nos fundos dos mesmos chegamos no dito ao meio dia sem chuva, andamos com o Sol da mesma forma com ninguem encontramos e não vimos raridades algumas.

50.º Pouzo do Dezerto e ao pe do Rio Ameula levantamos as seis horas da manhã passamos dois riachos de piquenas larguras e durante a marcha viemos para o Citio do filho do Quilolo chamado Pande, e o mesmo filho de nome da terra Moana Autta com o qual não fallamos por ter hido na Banza do Pay, e entramos nas Casas antigas dos ditos Pretos ficando-nos as Senzallas em pouca distancia pela banda de cá do rio chamado Rilomba; chegamos no mesmo Citio ao meio dia sem chuva, andamos com o Sol da mesma fórma com ninguem encontramos, e sendo as trez horas da tarde fui a Cassa e matei hum veado a tiro, e os escravos do Guia que viemos com elle no Citio do Quiburi apanharam huma Empacassa morta que tinha matado o leão e sómente comeco o mesmo Leão o facto de dentro e os trazeiros e nada mais vimos de qualquer raridade.

51.º Pouzo do Citio do Muana Auta levantamos as cinco horas da manhã passamos hum riacho piqueno Quimana, e durante a marcha viemos para a Banza do mesmo Quilolo Pande com o qual nos não avistamos no dia da chegada, e somente mandou dizer ao Guia Cutaguasseje que se achava occupado com os portadores do Cazembe e que com mais soccego nos avistaria-nos com elle, chegamos na dita Banza as duas horas da tarde e fabricamos ao pé do rio de piquena largura chamado Murucuaxi pela banda de lá andamos com o Sol da mesma forma com ninguem encontramos.

52.º Pouzo do Citio do Quilolo Pande levantamos as seis horas da manhã sem chuva passamos dois riachos piquenos e durante a viagem viemos para outro Citio do seu Ngolla Bolle chamado Cahiombo Camara com o qual não fallamos no dia da chegada, e somente vierão dois Pretos vernos e nada tratamos com elles, e ficando-nos as libatas em pouca distancia; chegamos no Citio as duas horas da tarde, e entramos nos fundos do Embaixador do Cazembe Cabuita andamos com o Sol a cara com ninguem encontramos.

53.º Pouzo do Citio do Cahiombo Camara levantamos ao Cantar do gallo passamos o Rio em que tinhamos pernoitado, e durante a marcha viemos para o fundo dezerto chamado Quidaxi e ao pé do rio de que ignoro o nome pela banda de cá, chegamos no dito fundo ao meio dia, e no principio das fabricas cahio a chuva, andamos com o Sol a cara, e passamos uma uma varja achamos hum rebanho muito grande de Zebras e com ninguem encontramos.

54.º Pouzo do fundo dezerto quidanxi levantamos as cinco horas da manhã passamos hum rio de lodo de piquena largura, e continuando a marcha viemos para o Citio antigo do Quilolo do Lucongi dezerto sem chuva fabricamos ao pé do riacho piqueno de que ignoro o nome; chegamos no mesmo as duas horas da tarde andamos com o Sol da mesma forma com ninguem encontramos, não vimos Passaros e bichos de qualidade alguma.

55.º Pouzo do Citio antigo do Luncongi de que levantamos as sete horas da manhã sem chuva, não passamos rio e durante a marcha viemos para o Citio novo do Luncongi pela banda de lá do rio Luviry, o qual passamos em canoa que poderá ter pouco mais ou menos doze Braças de largura, e vai desembocar no Rio Luapula e entramos nas Casas dos das Senzalas; chegamos no dito Citio as quatro horas da tarde fallamos com o Dono da dita Libata da nossa pertença em que vamos para o Rey Cazembe por mandado do Miutahianvo e respondeo o dito Luncogi que estava muito bem, andamos com o Sol da mesma forma com ninguem encontramos.

56.º Pouzo do Citio do Luncogi levantamos as seis horas da manhã passamos dois rios de que ignoro os nomes e vão desembocar no rio Luviri e durante a marcha viemos para o fundo dezerto e ao pé do mesmo Luviry, e vindo descendo com elle; chegamos no dito dezerto as trez horas da tarde fabricamos com chuva andamos com o Sol a cara com ninguem encontramos e não vimos passaros e bichos de qualidade alguma.

57.º Pouzo do fundo dezerto levantamos ao cantar do gallo sem chuva, não passamos rio e continuando a marcha viemos para o Citio do Macota do Quilolo Muaxi fallamos com elle da nossa viagem em que vamos para Cazembe, chegamos no

dito as trez horas da tarde fabricamos ao pé do Rio Mufumbe pela banda de lá com ninguem encontramos e não vimos raridade.

58.º Pouzo do Citio do Macota do Moaxi levantamos as seis horas da manhã não passamos Rio, e viemos para o Citio do mesmo Quilolo Muaxi e tractamos da nossa viagem, respondo que era ja sabedor o Rei Cazembe da nossa vinda, chegamos no mesmo Citio ao meio dia sem chuva, entramos nas Casas dos seus Povos, e ficando-nos em pouca distancia a Banza do referido Muaxi andamos com o Sol a cara com ninguem encontramos e não vimos passaros e bichos de qualidade alguma.

59.º Pouzo do Citio do Quilolo Muaxi levantamos as cinco horas da manhã passamos hum riacho de piquena largura de que ignoro o nome, e durante a marcha viemos para o fundo dezerto e ao pe do rio piqueno de pedras; chegamos no dito dezerto ao meio dia, andamos com o Sol da mesma forma fabricamos ao pe do mesmo rio pela banda de lá, encontramos com trez pretos que hião a comprar o Sal no Citio do Muaxi e não vimos raridade alguma.

60.º Pouzo do fundo dezerto levantamos ao Cantar do gallo passamos cinco riachos de piquenas larguras vindo subindo com o grande outeiro chamado Cunde Irungo, e durante a marcha passamos o rio chamado Cavula Cungo, e poderá ter sete braças de largura e nos deu agua na cintura e vai desembocar no rio Luapula, chegamos no dito fundo ao meio dia sem chuva fabricamos ao pe do mesmo rio pela banda de lá encontramos com gente que vinhão de Cazembe para o Citio do Muaxi nenhuma noticia nos deo, andamos com o Sol da mesma forma.

61.º Pouzo do dezerto e ao pe do Rio Cavula Cango levantamos as seis horas da manhã, não passamos rio vindo com o mesmo outeiro Cunde Irungo e continuando a marcha viemos para outro fundo dezerto e ao pé do Rio chamado filho do Rio acima dito; chegamos no mesmo fundo as quatro horas da tarde sem chuva, entramos nas barracas de outros viajantes pela banda de lá andamos com o Sol a cara não encontramos com pessoa alguma.

62.º Pouzo do fundo do dezerto Cunde Irungo levantamos as sete horas da manhã e andamos em cima do mesmo outeiro Cundo Irungo passamos dois riachos piquenos correntes, e durante a marcha viemos para entro Dezerto e ao pé do riacho e mesma do referido Outeiro, chegamos ao meio dia com chuva, fabricamos pela banda do riacho com ninguem encontramos e não vimos raridade de qualidade alguma.

63.º Pouzo do dezerto e mesma do outeiro Cunde Irungo levantamos as sete horas da manhã passamos hum rio chamado Lutipuca de seis braças de largura e durante a marcha viemos para outro fundo dezerto e ao pé do riacho de que ignoro o nome chegamos ao meio dia ja andamos com o Sol lado direito com ninguem encontramos, e não vimos passaros e bichos de qualidade alguma.

64.º Pouzo do dezerto levantamos ao Cantar do gallo não passamos rio, e continuando a marcha viemos para dezerto e ao pe do mesmo rio Lutipuca e vindo decendo com o dito rio chegamos ao meio dia sem chuva andamos com o Sol da mesma forma com ninguem encontramos.

65.º Pouzo do dezerto levantamos as seis horas da manhã não passamos rio, e durante a marcha viemos para o Citio do Quilolo Muchaquita do Cazembe fallamos com elle da nossa viagem e respondeo que estimava virem Muzungos de Angola, nos mandou agazalhar nas casas dos seus povos; chegamos no dito as duas horas da tarde não encontramos com pessoa alguma.

66.º Pouzo do Citio do Quilolo Muchaquita levantamos ao Cantar do gallo vindo passando huma grandiosa varja seca sem agua a qual poderá ter pouco mais ou menos dez legoas no cumprimento e cheia de varias qualidades de Animaes Zebras, Empacassas, Viados, Corsas e mais outros Animaes de que não sei os nomes, e continuando a marcha viemos para o Citio de outro Quilolo de nome da terra Muachico juntamente com seu Macota chamado Quiocola que esta alguma couza afastado d'elle Muachico, fallamos com elle da nossa pertençaõ que vamos ter com o Rey Cazembe; chegamos no mesmo Citio as duas horas da tarde sem chuva andamos com o Sol lado direito com ninguem encontramos.

67.º Pouzo do Citio do Muachico levantamos as sete horas da manhã vindo cortando da dita varja ao poente d'ella passamos o Rio Luapula em Canoa no qual demos aos pilotos hum Muconzo de pano de palha e trinta e tres Bagos de roncalha branca hum beirame de missanga patavar, o qual Rio poderá ter pouco mais ou menos cincoenta e tantas braças de largura, e depois de termos passado dito Rio viemos para o Citio do Quilolo Senhor do Porto de nome da terra Amtapo Aquilala; chegamos no mesmo Citio as quatro horas da tarde com ninguem encontramos andamos com o Sol lado direito e fabricamos afastados do Citio.

68.º Pouzo do Citio do Amtapo Aquilala levantemos as seis horas da manhã, não passamos rio e vindo decendo com o mesmo Rio Luapula, e durante a marcha viemos para o Citio da Irman do Cazembe de nome da terra Pemba femia, e logo nos mandou agazalhar nas Cazas dos seus Quilolos, e tratamos com ella da nossa pertença que viemos dirigidos ao seu Irmão Rey Cazembe, respondeo que estimava muito o Muatabianvo mandar portadores de Angola que nunca apparecerão nessas terras do Cazembe, e nos deo de hospedage quatro moitetes de farinha, e quatro de peixe fresco; chegamos as duas horas da tarde andamos com o Sol lado direito com ninguem encontramos.

69.º Pouzo do Citio da Irmã do Cazembe Pemba levantamos as sete horas da manhã sem chuva, e vindo ainda decendo com o mesmo Rio passamos hum rio piqueno de duas braças de largura e vai desembocar no mesmo Luapula, e durante a marcha viemos para o Citio do Quilolo chamado Murunibo; chegamos no dito Citio ao meio dia com ninguem encontramos, andamos com o Sol lado direito e entramos nas Cazas dos do Citio não vimos Passaros e bichos.

70.º Pouzo do Citio do Quilolo Murumbo levantamos ao Cantar do Gallo e decendo com Luapula ao lado esquerdo passamos dois Rios Lufulo e Capueje que vão desembocar no mesmo Luapula, e durante a viagem viemos para o Citio do Catuata com que viemos em nossa companhia de nome da terra Quissacathy e ao pé do rio corrente de tres braças de largura chamado Gonna e entramos nas Cazas delle dito Ca-

cuata; chegamos no dito Citio as duas horas da tarde sem chuva, andamos com o Sol da mesma forma e não encontramos com gente alguma.

71.º Pouzo do Citio do Quissacanhí e ao pé do rio Gonna levantamos as cinco horas da manhã, passamos dois rios correntes de piquenas larguras, e durante a marcha viemos para o Citio do Preto chamado Capunque e ao pé do Rio Belengi de quatro braças de largura, e vai desembocar no Luapula, chegamos as trez horas da tarde, encontramos com bastante gente que vinhão do Citio grande do Cazembe, andamos com o Sol ao lado direito, e nada vimos de bichos de qualidade alguma.

72.º Pouzo do Citio do Capunque e ao pé do Rio Belengi levantamos as seis horas da manhã, não passamos Rio, e continuando a marcha viemos para o citio do Quilolo do Cabola, e ao pé do Rio chamado Cannegoa de trez braças de largura, e vai desembocar no Rio Mouva; chegamos as quatro horas da tarde, e ahí invernamos dois dias por ordem do mesmo Cazembe, andamos com o Sol lado direito encontramos com bastante gente que vinhão do Citio grande do mesmo Cazembe, e não vimos raridade de qualidade alguma.

73.º Pouzo do Citio do Quilolo Cabola e ao pé do Rio Cannegoa levantamos as onze horas do dia, não passamos rio passando Senzalas e durante a viagem chegamos na Corte do Rey Cazembe vindo decendo com huma grandiosa varja chamada Mouva em que está fabricado ao pé della o mesmo Cazembe; chegamos na mesma Banza ao meio dia, e agazalhando-nos em Caza do seu Porteiro de suas portas chamado Quibiry Quitambo Quiamacungo, e mandando-nos por seu rapazinho que para signal de nos chegar-mos em suas Terras atira-se-mos os tiros que podesse-mos atirar que para elle hera huma alegria muito grande de vir portadores de Angola em suas Terras o que elle nunca pençava e que hera huma grande fortuna delle Herdeiro do falecido Cazembe Hanga Amuronga, e atiramos tres Tiros e elle dentro de seus Muros nos respondeo com hum tiro, ficando elles todos admirados da nossa vinda e com muita alegria entré todos, e mandando-nos bastante farinha, carnes, e peixes seco, e fresco e Alós, tratan-

do-nos com muita hospitalidade em todo o tempo que lá estivemos e nos fez alcançar os Rios de Senna, e na viagem dias de parada vinte e dois, e setenta e trez de marcha = Pedro João Baptista = Antonio Nogueira da Rocha. =

N.º 3. (*Segue-se o extracto da derrota que fez o mesmo P. J. Baptista, do Cazembe para Tette, transcripta na Parte — A —, N.º 6, pag. 223*)
(Continuar-se-ha.)

Errata. — Na pag. 278, ultima linha, onde se lê = N.º 6, pag. 236 = deve lêr-se = N.º 6, pag. 238 =.

ASIA PORTUGUEZA.

SEGUNDA MEMORIA

Descriptiva e estatistica das Possessões Portuguezas na Asia, e seu estado actual, pelo Socio e Secretario d'Associação, Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo. (Continuada de pag. 222.)

Esmólas e Ordinarias, que pela extincção dos conventos reverteram á Fazenda Nacional.

	X. ^a	T. R.
À alampada do Santo Christo, em Santa Monica	200:0:00	
Esta esmóla é antiga, e estavam consignados ao seu pagamento os fóros da passagem de Agaçaim.		
Ao convento de S. Francisco.	4.428:0:00	
Por mercê d'ElRei D. Manoel, e D. Philippe de 30 de Janeiro de 1523, e 23 d'Outubro de 1591.		
Ao collegio de S. Boaventura	1.000:0:00	
Por Alvará de 6 d'Abril de 1670.		
	5.628:0:00	

	X. ^s	T. R.
<i>Transporte</i>	5.628:0:00	
Ao convento de Nossa Senhora da Graça	1.996:0:00	
Por mercê dos Vice-Reis e Governadores, confirmada em Alvará de 20 de Dezembro de 1595.		
Ao collegio de Nossa Senhora do Populo	1.000:0:00	
Por mercê do Vice-Rei D. Martinho Affonso de Castro, com o parecer do Conselho da Fazenda, em virtude do Alvará de 12 de Abril de 1604.		
Ao convento da Madre de Deos	995:0:00	
À confraria de Nossa Senhora do Cabo	60:0:00	
Não consta a origem destas duas esmólas.		
Ao Prior de S. Domingos para a festa de S. Pedro Martyr	100:0:00	
Esta esmóla a que era obrigado o Condado, era recebida pela inquisição, e depois pela Fazenda Nacional, que a despendia.		
A quatro religiosos da Madre de Deos, para re- sidiarem no convento, e môrro de Chaul	486:0:00	
Por assento do Conselho da Fazenda de 26 d'Abril de 1742, se concedeu ao guardião do convento da Madre de Deos de Chaul, e a um companheiro a congrua de 6 x. ^s , por mez, a cada um. Por outro de 23 d'Abril de 1761 foi concedida a mesma congrua aos dous religiosos existentes no môrro de Chaul, cujas congruas foram depois elevadas a 10 x. ^s mensaes a cada um, por outro assento de 29 do dito mez e anno.		
Ao Prior do convento de Santa Barbara	36:0:00	
Autorisada pelo Vice-Rei Conde da Vidi- gueira D. Francisco da Gama, e confir- mada por Alvará de 21 de Fevereiro de 1626.		
	<u>10.295:0:00</u>	
Estas esmólas eram pagas pela folha das obras pias.		

O convento de S. Domingos teve mais 4.000 x.^s por anno, que deixou de vencer, em troco de licença que obteve, para possuir certos bens, adquiridos contra as leis d'amortisação.

Festividades.

	X. ^s	T. R.
Pela folha das obras pias se pagavam antigamente, para a festividade de S. Marçal, na casa da polvora.....	100:0:00	
Para a das Chagas, no Arsenal.....	209:3:45	
Ignora-se a origem desta despesa, que já cessou.		
Para a festividade de <i>Corpus Christi</i>	500:0:00	
Dito de Santa Catharina.....	300:0:00	
	1.109:3:45	

A despesa destas duas festividades, e a sua direcção, corria por conta do antigo Senado da Camara; mas por portaria do Governo da India de 28 de Novembro de 1840, passou para o Cabido da Sé de Goa, a quem a Fazenda, desde então paga as quantias supra, por isso que os rendimentos do Senado, hoje Camara Municipal, diminuíram ao ponto, que adiante se verá.

Concertos e reparos d'igrejas, e edificios ecclesiasticos.

Nesta despesa se comprehendem o palacio do Arcebispo, conventos extinctos, igrejas parochiaes, etc., e se reputam no orçamento, a que por vezes tenho feito referencia, em 5.000 x.^s ou 800,000 r.^s fôrtes, no anno de 1843 para 1844.

Extincta casa dos Cathecumenos.

O seu estabelecimento vem desde a conquista, em que a par dos gloriosos feitos d'armas, andava a prégão do Evangelho; e a conversão dos povos idólatras ao christianismo, era dos primeiros e principaes cuidados dos conquistadores portuguezes: as ordens do Monarcha lhes mandavam promover tudo

quanto tendia a esta importante obra ; e assim a instituição dos cathecumenos em Goa começou logo como em Portugal existia, e foi approvada ; concedendo-se-lhes muitos fóros, privilegios e isempções em differentes Alvarás, e outras Disposições Regias, para mais attrahir os povos ao gremio da igreja ; e nomeadamente nos Alvarás de 23, 24 e 25 de Março de 1559, 13 de Março de 1568, 25 de Janeiro, 1.º de Março e 12 de Setembro de 1571, 3 de Janeiro e 23 de Fevereiro de 1572, 26 de Março de 1580, 21 de Fevereiro de 1581, 23 de Fevereiro e 3 d'Abril de 1582, 16 de Março de 1583, 17 d'Agosto de 1612, 21 de Março de 1709, 15 de Março de 1714, 5 d'Abril de 1754, 30 de Março de 1757, 10 de Março de 1764, 6 de Junho de 1765, 23 de Junho de 1765, 2 e 5 d'Abril de 1768.

Os jesuitas eram os encarregados da educação e instrução dos cathecumenos, e o seminario da Santa Fê (depois de S. Paulo) fundado em 1540, foi o primeiro deposito delles, por disposição dos Alvarás de 23 de Março de 1559 e 3 d'Abril de 1582 : mas tornando-se insalubre este seminario, foi por ordem Regia de 9 d'Abril de 1714 comprada uma casa proxima delle, pelo preço de 1.850 xs., pertencentes aos mesmos cathecumenos, na qual elles habitaram, desde o anno de 1722 em que foi comprada, até ao de 1762 em que passaram para a casa de Betim, onde no de 1842 acabaram.

Consta dos apontamentos encontrados em alguns livros desta casa, escapados do incendio, que a tradição refere a consumira no anno de 1753, que os bens que já então possuia, foram comprados pelo producto d'esmólas e dadivas feitas por cathecumenos ricos e poderosos, que naquellas eras abraçaram o christianismo ; e de alguns portuguezes que os levaram á pia baptismal, pois que os jesuitas tinham sempre o cuidado de procurar para isso pessoas abastadas que os beneficiassem ; além de que, sendo os cathecumenos por algumas das Disposições Regias citadas, isemptos do pagamento dos dizimos, direitos d'allandega e outros impóstos, avultaram estas e outras economias da sua administração para estas compras.

A administração dos bens dos cathecumenos estava entregue aos jesuitas, que pelos rendimentos delles faziam as des-

pezas da casa. Por Alvará de 25 de Janeiro de 1571, se mandaram dar vestidos aos cathecumenos, á custa da Fazenda, para o dia do seu baptismo; e em virtude da Carta Regia do 1.º de Março de 1597, o Vice-Rei, Conde da Vedigueira, D. Francisco da Gama, taxou por Alvará seu de 20 de Fevereiro de 1598 estas vestearias na quantia annual de 2.000 xs.; de cuja consignação os cathecumenos da casa de Betim ficaram recebendo 1.333 xs. 1 t. 40 rs., e os restantes foram applicados ao hospicio do monte Quirim, que antigamente tambem fôra casa de cathecumenos em Bardez, os quaes o convento de S. Francisco recebia. Pela extincção dos jesuitas a administração dos cathecumenos passou para a junta da fazenda, e o Governo da India nomeava um ecclesiastico regular ou secular para o cargo de = Pai dos christãos = que, desde o principio destas casas, era aquelle que tinha a sua regencia e administração; o que vigiava o ensino doutrinal dos cathecumenos; cobrava e despendia as suas rendas, do que dava contas á junta da fazenda. Pelo orçamento se vê hoje reduzida esta consignação ou prestação, para vestearia dos cathecumenos de Betim, a 1.200 xs.; e para o pagamento do pai dos christãos e administrador da mesma casa 1.140 xs. O vencimento do pai dos christãos foi declarado em Portaria de 3 de Setembro de 1832, do Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro.

Na mesma casa de Betim está a capella de Nossa Senhora da Victoria, que os jesuitas administravam, e hoje administra a Fazenda; a qual foi instituida por um francez que viveo além dos Gates; e assim o patrimonio dos cathecumenos consistia em bens desta capella, e naquelles que pelo dinheiro do cofre dos mesmos cathecumenos foram comprados; uns e outros descriptos no tombo da casa, feito de ordem da Junta da Fazenda, pelo pai dos christãos, o padre Manoel de S. Thomaz no anno de 1772; e no tombo novo mandado fazer pela mesma junta em 14 de Dezembro de 1814, para servir de addicionamento ao primeiro; e na prestação dita da fazenda para vestearia.

Relação dos bens da Casa dos Cathecumenos, dada pelo Pai dos Christãos, Fr. Constantino de Santa Rita, no anno de 1827.

<i>Bens pertencentes à Capella de Nossa Senhora da Victoria</i>	<i>Rendimento annual</i>
	X. ^o T. R. ^s
O palmar de Pangim, Aldêa Taleigão.	195:0:00
O palmar <i>Cantor-ly</i> , em Aldoná.	261:0:00
O rendimento destes dous palmares é applicado para a festividade de Nossa Senhora da Victoria, aceio da Capella e mais despesas do culto.	
O palmar <i>Dumnem</i> , com seus annexos sito em Tivim e Nachinolá.	468:0:00
O rendimento deste palmar é destinado para a esmola das missas, que pela instituição se devem dizer em Betim, guisamentos, e culto do Altar da Senhora da Victoria.	
O palmar <i>Golombo</i> , em Marná.	575:0:00
N. B. Estes bens foram já relacionados nos da Fazenda, porque tem sido considerados como do confisco, feito aos Jesuitas.	
	1.499:0:00
<i>Bens proprios dos Cathecumenos</i>	<i>Rendimento annual</i>
	X. ^o T. R. ^s
Um palmar por detraz da Caza do Bom Jesus. .	30:0:00
Este palmar rendia antigamente 140 x. ^s	
O palmar de S. Thomé, e um quintal da casa velha dos Cathecumenos, junto a	
	30:0:00

<i>Bens proprios dos Cathecumenos</i>	<i>Rendimento annual</i>
<i>Transporte. . . .</i>	x. ^s T. R. ^s 30:0:00
S. Paulo; comprado em virtude da Carta Regia de 9 d'Abril de 1714, para se fazer a nova habitação, para onde passaram os Cathecumenos em 1722.	
Quatro hortas; a saber: uma em S. Paulo, e as outras em Santo Aleixo e Carmo; as quaes, juntamente com o palmar de S. Thomé, rendiam 296 x. ^s ; ultimamente não passavam de	100:0:00
Um palmar sito em Gansim, no bairro Mainá. .	41:0:00
O palmar <i>Moly</i> em Oxel, um pedaço de palmar por nome <i>Antachinaichi</i> , e um retalho de Varzea tudo em Camorlim; renderam antigamente 243 x. ^s ; presentemente andam em Este palmar etc. foi adjudicado, pelo Juiz Conservador dos Cathecumenos, á casa em o anno de 1743, e os seus rendimentos especialmente applicados para casamento e dotes dos neophitos.	150:0:00
O palmar Betim o grande na aldêa Pilerne, no qual estava a casa dos Cathecumenos, desde o anno de 1762, com o seu outeiro, e annexos	1.400:0:00
Este palmar pertencia á missão de <i>Manduerem</i> no Malabar, e foi comprado por determinação do Vice-Rei Conde da Ega, de 11 de Setembro de 1762, para morada e sustentação dos Cathecumenos, e empregados da casa delles, que a Carta Regia de 9 d'Abril de 1714 mandára conservar, para que os Cathecumenos não fossem educados fóra della.	
	1:721:0:00

<i>Bens proprios dos Cathecumenos</i>	<i>Rendimento annual</i>
	X. ^s T. R. ^s
<i>Transporte. . .</i>	1:721:0:00
Oitenta e uma tangas brancas, e tres barganins do numero de cunto da aldêa Pale de Salsete.	
O rendimento destas tangas é incerto, e por isso sommando o total rendimento dos bens acima, é este, fóra as ditas tangas.	
	1:721:0:00

Pelo rendimento destes bens, e prestações da Fazenda Publica eram ainda hoje sustentados e vestidos os que, abandonando os erros do gentilismo, se recolhiam áquella casa para serem doutrinados e baptisados. Todavia a utilidade deste instituto era já nenhuma; porque nem alli vinham já convertidos, ou se vinham, eram unicamente os que, por crimes ou transgressões de preceitos pagãos, se viam banidos dos seus correligionarios, e parentes: por essa razão, querendo o Governo Provisional applicar-lhe a disposição do Decreto de 26 de Fevereiro de 1834, mandou em portaria de 27 de Junho de 1837, proceder ao inventario desta casa; que o Governador Geral Conde das Antas extinguiu por Portaria de 30 de Novembro de 1842, mandando incorporar nos proprios da Nação, todos os bens de raiz e moveis dos Cathecumenos; e extinguir todos os seus empregos, menos o de Sachristão, que deixou com os mesmos vencimentos, provisoriamente encarregado da Capella da Senhora da Victoria, para cuja festividade a Fazenda contribue, como administradora della, 50 x.^s por anno, e se vê no orçamento.

A Casa dos Cathecumenos, situada em *Betim*, aldêa Pilerne, na margem direita do rio Mandovi, é um pequeno edificio, que nada tem de notavel: os seus empregados eram

o Pai dos Christãos, 1 Capellão, 1 Sachristão, 1 Escripturario e Serventes.

Neophitos.

A Fazenda paga pela folha dos novos convertidos, uma pensão aos que, doutrinados e baptisados, sahiam da casa dos Cathecumenos, e não tinham meios de subsistencia: estas pensões foram estabelecidas pelos Jesuitas, em certos bens, cujo rendimento destinaram a esse fim, e assim se continuou, extinctos os Jesuitas.

Em assento de 13 de Março de 1778 determinou a Junta de Fazenda, que conservando-se os differentes vencimentos aos que se achavam providos, se arbitrasse de futuro 6 x.^s por mez para cada Neophito; tendo-se attenção ás qualidades daquelles, que fossem dignos de maior vencimento. Venderam-se depois a maior parte das propriedades, em que estava este encargo, e as restantes se aforaram, e pelo seu rendimento em 10:648 x.^s e 23 r.^s annuaes se pagam estas pensões. A Junta porém não é obrigada a concede-las a todos os novos convertidos indistinctamente, nem authorisada a faze-lo, além dos vencimentos para isso destinados; mas o Pai dos Christãos tinha por dever procurar casas de familias honestas e decentes, onde vivessem as novas convertidas, até casarem; porque ficando, pela sua conversão expulsas da casta e familia a que pertenciam, corriam o risco de se preverterem.

No anno de 1827 pagava a Fazenda 10:428 x.^s de pensões a 146 neophitos: hoje estes são 79; a saber, 8 homens e 71 mulheres: 65 a 6 x.^s por mez; 9 a quatro x.^s; 4 a 3 x.^s por mez, e uma a 2 x.^s por mez. É o total destas pensões 5:280 x.^s, ou 844\$800 réis fórtes.

Seminarios.

Já nos antecedentes paragrafos referi como, correndo o anno de 1540, foram lançados os fundamentos e concluido um seminario para os neophitos da India, que se denominou da Santa Fé, e teve por primeiro superior, um de seus fundadores, Thiago Borba: e como este seminario passou para o

domínio dos jesuitas em 1542, e tomou o nome de collegio de S. Paulo. Este seminario, que tão grande celebridade teve na India, já não existe: derrocados muros e montões de ruínas são os ultimos indicadores do lugar, que habitaram os padres de S. Paulo ou paulistas, por cujo nome eram conhecidos em toda a parte, os mais diligentes e mais celebres prégadores do Evangelho na Asia; e que essencialmente contribuíram para a conversão e civilisação de milhares de seus habitantes.

Pelos annos de 1558, D. João Nunes Barreto, Patriarcha da Ethiopia, o primeiro Bispo da ordem dos jesuitas, não podendo entrar n'Abyssinia, se foi para Goa, onde exerceu funções episcopaes, *sede vacante*, e fixou a sua residencia em Chorão: alli fundou uma casa da sua ordem, a qual como já vimos, veio depois a ser a casa do noviciado dos jesuitas, abandonada a de S. Roque.

Em Salsete, havia dentro da praça de Rachol, outra magnifica casa e igreja da missão, fundação d'ElRei D. Sebastião; a qual, sendo dada aos jesuitas, alli estabeleceram o seu collegio, abandonado o de S. Paulo, por doentio.

Expulsos os jesuitas, foram as casas de Chorão e Rachol entregues aos da congregação do Oratorio; e a sumptuosa casa do Bom Jesus aos missionarios italianos da congregação de S. Vicente de Paula, em França, denominados lazaristas, e ficou sendo o grande seminario da diocese; mas 20 annos depois foram estes padres lançados de Goa, e esta casa passou a ser administrada como já notei, e os estudantes que havia nella distribuidos pelas de Chorão e Rachol, que até hoje tem sido os seminarios da diocese, sujeitos no seu regimen e direcção ao Arcebispo, e no administrativo á Junta da Fazenda.

Estes seminarios estão em dois magnificos edificios de bella construcção, especialmente o de Rachol, que é magestoso, vasto e solidamente construido; e ambos com todas as accomodações proprias para semelhante estabelecimento: lastima é que as duas povoações onde são situados, outr'ora ricas povoadas e mui florecentes, e reputadas as mais saudaveis, são hoje quasi um montão de ruínas, e despovoadas pelas epidemias, que as tem devastado e tornado quasi inabitaveis: a casa

de Chorão está consideravelmente arruinada, e assim a magnifica cisterna do collegio de Rachol.

Em cada um destes collegios ou seminarios se admittiam até ao numero de 19 alumnos por conta do Estado; os quaes se destinavam ao serviço da igreja, e faziam termo de ir para as missões; pensionistas em numero indeterminado, pagando cada um 7 rupias, 2\$240 rs. fortes por mez; e estudantes externos, que frequentavam gratuitamente as aulas destes collegios; que depois da fatal extincção dos conventos de Goa, eram os unicos para a educação litteraria e religiosa do clero, com as seguintes cadeiras:

1.^a Cadeira. — Lingua latina, sem tempo determinado.

2.^a Cadeira. — Philosophia racional e algumas vezes moral; curso, 1 anno.

3.^a Cadeira. — Theologia dogmatica e moral, curso 3 annos.

Nos dias feriados lições de Biblia, theoria e pratica do canto Gregoriano e ceremonias da igreja.

Cada um destes collegios tinha 1 Reitor, 1 Director, 1 Mestre de Grammatica latina, 3 Lentes, um dos quaes era o mesmo Director, 1 Medico, 1 Porteiro, 1 Dispenseiro, 1 Sachristão, e os criados necessarios. A nomeação do Reitor e Mestres era feita pelo Arcebispo.

A Fazenda Publica despendia annualmente com o seminario de Rachol 10.000 xs., e com o de Chorão 6.316 xs. 1 t., pago tudo pelo cofre dos bens confiscados aos jesuitas, denominado cofre do confisco: este collegio tinha mais a administração dos bens do mesmo confisco, que já em outro lugar indiquei, na importancia annual de 3.722 xs. pouco mais ou menos; sendo por consequencia a despeza de ambos annual 20.000 xs. ou 3:200\$000 rs. fortes, pela qual eram pagos os mestres e empregados, e sustentados os alumnos, do que os Reitores davam conta perante a Junta da Fazenda. Esta despeza é ainda attestada pelo parecer da Commissão de Contabilidade, que propoz a sua redução a 8.000 xs. para cada collegio, e ambos 16.000 xs.: todavia ve-se em uma relação da Contadoria, estampada no Boletim de 30 de Março do anno corrente, que montou a 23.080 xs. 4 t., no anno dito economico de 1842 para 1843.

Na memoria publicada em o 1.º numero da 2.ª serie dos Annaes Maritimos, ácerca da educação publica em Goa, disse quanto convinha á reforma destes dois importantes estabelecimentos; para alli remetto os leitores, por evitar repetições; concluindo, que tendo o Governador Geral Conde das Antas, olhado para este assumpto com a seriedade e importancia, que altamente reclamava, depois da suppressão das casas religiosas; nomeou em 24 de Novembro de 1842 uma Commissão para organizar o plano de reforma, para estes seminarios se converterem em viveiros de sacerdotes idoneos, para todas as funcções do seu sagrado ministerio, e com especialidade para o provimento das igrejas do arcebispado e das missões. A Commissão apresentou em breve um plano, que foi approved por Portaria do mesmo Governador Geral de 17 de Março de 1843; mandando constituir estes collegios como se segue:

O collegio ou seminario de Rachol fica principalmente destinado para os povos de Salsete, e o do Chorão para os das ilhas de Goa e Bardez, onde continuam a ser admittidos alumnos por conta do Estado; e pensionistas pagando 12 xs. 1\$920 rs. fortes por mez; e externos para gratuitamente frequentarem as suas aulas, e as seguintes disciplinas:

1.ª Cadeira. — Latim — Curso 3 annos. Compendios; Grammatica latina e portugueza de J. V. Gomes de Moura. Traducção; Selecta, edição de Coimbra. Tito Livio, Cicero, Salustio. Vergilio, Horacio, Ovidio, Terencio, Phedro, etc. (Sigo a mesma ordem em que vem no regulamento.)

As aulas da Grammatica latina e latinidade são de manhã: de tarde Arithmetica e Algebra, por Bezout; Geometria elemental por Euclides.

2.ª Cadeira. — Philosophia — 1 anno. Compendios; Logica e Methaphisica de Genuense, Ethica de Job, Noções elementares de Philosophia geral, applicada ás Sciencias moraes e politicas, por Silvestre Pinheiro Ferreira.

De tarde, Geographia, Chronologia e Elementos de historia universal e patria. Compendios; lições elementares de Geographia e Chronologia, adoptado no lycêo do collegio das Artes em Coimbra. Historia antiga, e particularmente grega para uso dos alumnos das escolas militares de França. Historia Ro-

mana dita. Resumo de historia de Portugal por Monte Verde, ou outro mais áppropriado.

3.^o Cadeira. — Dogmatica — 2 annos. Por apostillas das instituições theologicas Lugdunenses.

De tarde no 1.^o anno, Arte Poetica de Horacio, Rhetorica e elementos d'historya ecclesiastica. Compendios; Arte Poetica de Horacio pela traducção de Candido Lusitano. Lições d'eloquencia por Francisco Freire de Carvalho. Christomatica portugueza edição de Coimbra. Repetição pelas taboas de Rhetorica, Coimbra 1836. Elementos d'historya ecclesiastica por Dannemayr. Taboas annexas aos elementos d'historya ecclesiastica, composta em francez por uma sociedade litteraria, traduzidas e impressas no Porto em 1793.

2.^o anno, elementos de Direito Canonico. Compendios; instituições de Direito Canonico por Gmeiner e Domingos Cavallario, e apostillas sobre o que dizem os autores e bullas pontificias referidas no opusculo = Resposta ao folheto que tem por titulo *Address*, etc. impresso em Goa em 1838. Pastoral do Arcebispo Eleito D. Antonio de 8 d'Outubro de 1838, quanto ao direito e fundamentos do Padroado portuguez, especialmente do Ultramar.

4.^a Cadeira. — Moral — 2 annos. Por apostillas sobre as instituições Lugdunenses, *jure et justitia*, e de contractos, e no fim de cada capitulo as especialidades de direito patrio.

De tarde no 1.^o anno se ensinará no collegio de Rachol a lingua ingleza; e no de Chorão a tamul: no 2.^o anno em Rachol a lingua moura, em Chorão a indostana, pelos compendios que os respectivos mestres escolherem, approvados pelo Arcebispo.

Nos dias feriados estudo da Sagrada Biblia, historia da Biblia, Doutrina Christã, regras de civilidade, theoria e pratica de ritos e ceremonias da igreja, e canto ecclesiastico; por apostillas do *Conspectus Hermeneuticæ Sacræ*, Coimbra. *Apparatus Biblicus* do padre Lamy, ou do dictionario da Biblia de Calmet. Os Costumes dos Israelitas por Fleury. Figuras da Biblia por Rayaumont. Cathecismo abreviado do Concilio de Trento. Escola de politica, etc. por D. João de Nossa Senhora da Porta Sequeira. Ceremoniario anonymo portuguez, Bauldry e Mirati. Theatro ecclesiastico do padre Rosario.

A nomeação do Reitor e mestres continúa a pertencer ao Arcebispo, ouvido o conselho d'estudos; e ficam por tanto existindo em cada seminario 1 Reitor, 4 mestres para as 4 cadeiras, 1 encarregado em cada seminario para o ensino das linguas, e 2 substitutos para todas as cadeiras. A reunião de todos os mestres, inclusivamente os substitutos, fórma o conselho d'estudos em cada collegio, do qual o Reitor é o presidente, e secretario o mais moderno. Continúa tambem o cargo de Director na pessoa de um dos mestres mais graduados, escolhido pelo Arcebispo. A admissão dos alumnos, quer por conta do Estado, quer pensionistas, é d'attribuição do mesmo Prelado, ouvido o conselho d'administração.

Sem o curso theologico e mais habilitações, indicadas neste novo regulamento, ninguem poderá ser provido em beneficio ou emprego ecclesiastico; e nas igrejas das missões, sem ser versado ao menos em uma das quatro linguas acima mencionadas; pelo que todos os pensionistas do Estado são obrigados a aprende-las, e assignam termo, na camara pontificia, de hirem para as missões, por tempo de dez annos na costa occidental da India, e nas igrejas do interior, dependentes do arcebispado de Goa; por oito annos na costa oriental; e por seis annos nas outras partes da Asia, Oceania e Africa oriental.

A prestação da fazenda a estes seminarios é reduzida a 8.000 xs. a cada um, pagos pelo cofre dos bens do confisco, para o sustento de 20 alumnos pobres destinados, como fica dito para o estado ecclesiastico, pagamento dos mestres e mais empregados, e despesas ordinarias; ficando a cargo da Fazenda, salva aquella prestação, as obras e concertos extraordinarios dos edificios.

A administração economica destes fundos e dos mais provenientes das pensões dos alumnos, matriculas, cartas, etc. é encarregada a uma Junta em cada collegio, composta do Reitor como presidente, do Director e de um dos mestres mais graduado, e secretario o escriptuario; a qual annualmente deverá prestar conta de todas as suas despesas perante a Junta da Fazenda. O pessoal em cada um destes collegios, e os seus vencimentos são:

1 Reitor.....	50 xerafins por mez
1 Director, ou Mestre que servir este logar, de gratificação.....	8 ditos
1 Mestre de dogmatica.....	30 ditos
1 Dito de moral.....	30 ditos
1 Dito de philosophia.....	30 ditos
1 Dito de latim.....	30 ditos
1 Dito da lingua ingleza.....	30 ditos
Ao mesmo de gratificação pelo en- sino da lingua maratta, ou de qualquer das outras.....	10 ditos
E em quanto não houver quem possa ensinar ambas estas linguas por jun- to, vencerá o da primeira 30 xs., e o da segunda 20 xs.	
2 Mestres substitutos a 20 xs. cada um	40 ditos

Empregados.

1 Medico.....	10 ditos
1 Mordomo e escripturario.....	15 ditos
1 Dispenseiro.....	8 ditos
1 Sachristão.....	6 ditos
1 Porteiro.....	6 ditos

Serventes internos.

1. Primeiro cosinheiro.....	8 ditos
1 Segundo dito.....	6 ditos
9 Criados a 3 xs. cada um.....	27 ditos

Serventes externos.

1 Mainato (o que lava e engoma roupa)	6 ditos
1 Barbeiro.....	6 ditos

27 em cada collegio, vencendo..... 356 xerafins por mez
ou 4.272 xs. ou 683\$520 rs. fortes por anno.

Este novo regulamento, que o Governador Geral Conde das Antas mandára pôr em execução, por Portaria de 17 de Março de 1843, foi suspenso por outra de seu successor de 23 de Maio do mesmo anno, em virtude de uma outra Portaria do Ministerio da Marinha e Ultramar de 22 de Fevereiro, que o mandou subir á Real Presença, antes de ser posto em prática; para ser tomado em consideração no plano geral para o estabelecimento de seminarios nas provincias ultramarinas.

Com quanto não seja meu proposito, nem este o lugar proprio a discutir, se a refôrma que fica referida, posto que altamente reclamada, para aquelles dois seminarios da diocese de Goa, é a que convém ao paiz; e se alguma cousa se poderá conseguir sem mestres idoneos, cuja falta ninguem alli ha que ignore: cumpre todavia aqui declarar que muita honra e gloria cabe ao Governador Geral Conde das Antas, que attendendo a uma das primeiras e mais vital necessidade da India portugueza, quiz levar a effeito o judicioso parecer da Commissão de Contabilidade, que suscitou esta refôrma; a qual por certo vae lançar as sementes de uma educação litteraria e moral, que o clero de Goa já não tinha; e em terreno, que por fertil ha de fructificar cultivado pelo zelo e luzes do sabio Prelado, já confirmado na Sé de Goa, o Sr. D. Fr. José Maria da Silva Torres; cujos primeiros cuidados são a illustração e a educação evangelica do clero da sua diocese, que muito leva em vista, e ninguem melhor que tão distincto varão pôde promover e dirigir, por seu reconhecido saber e virtude.

À Associação Maritima e Colonial de Lisboa, porém pertence tambem a gloria de ser a primeira, que de similhante assumpto se occupou seriamente, desde os primeiros dias da sua existencia; durante a qual em seus Annaes, e em muitas de suas sessões o tem discutido com affinco, tanto pelo que respeita á Asia, como á Africa; e os seus desejos vê agora dignamente coroados, não só na refôrma que acabo de referir para os estados de Goa; mas no Decreto de 30 de Janeiro de 1843, que nomeou uma Commissão, presidida pelo Em.^{mo} Sr. Cardeal Patriarcha de Lisboa, para propor os meios convenientes

para se levar a effeito o estabelecimento de seminarios nas provincias ultramarinas, onde se eduquem religiosa e litterariamente os mancebos, que se dedicam á vida ecclesiastica; a fim de que possam depois dirigir e governar dignamente as parochias, e missões portuguezas daquellas provincias; e no Decreto de 10 de Janeiro de 1843, que approvou a instituição da Sociedade Catholica, installada por este mesmo saudavel e philantropico pensamento.

Bispos suffraganeos.

Já enumerei os bispados suffraganeos da provincia de Goa, e a época em que foram erectos; mas todos estes bispados na Asia são infelizmente, desde muito tempo, títulos vãos e de mera ostentação; porque os que para elles têm sido nomeados, ou lá não apparecem, ou nenhum bem espirital dos povos têm promovido. O arcebisado de Cranganor, os bispados de Cochim e de Meliapor são os de que por agora cumpre fallar, pela sua dependencia do arcebisado de Goa, e pelo que immediatamente interessam este paiz; os quaes, sendo bem como o de Malaca, e os outros em territorio estrangeiro, são em grande parte sujeitos á disposição daquelle governo; e por isso mais vivamente em luta com os da congregação da = *Propaganda Fide* =, que ingrata desde a sua origem aos esforços, valor, sangue, e dinheiro portuguez, unicos fundadores e dotadores das igrejas da Asia, move crua guerra d'ambição e d'usurpação ao Padroado da Corôa Portugueza em todos os pontos, onde não pôde chegar o energico e necessario influxo das Ordens Regias de 10 de Fevereiro de 1774. Em nenhuma destas dioceses ha casa de residencia; as igrejas são, pela maior parte, cobertas de olas de palmeira; e as congruas dos Bispos mui limitadas; de sorte que estes Bispos, em vez do exterior decente e pomposo, que hoje desgraçadamente diffunde mais respeito e veneração, do que a simplicidade do pescador, estão á mingoa, e á mercê das oblatas dos fieis, que tambem são em pequeno numero. Á excepção do bispado de S. Thomé de Meliapor, onde hoje está um Bispo eleito, todos os mais estão governados por Vigarios Geraes nomeados pelo Arcebispo de

Goa. É uma necessidade, que estes sejam sempre de saber, e d'acrisolada fidelidade á Corôa Portugueza. A apresentação d'europeos nestas dignidades, com aquelles requisitos, é sempre preferivel; porque, são elles mais respeitados, e olhados como os primeiros instituidores do christianismo naquellas partes; os menos pusillanimes, e mais capazes de resistir com firmeza ás invasões propagandistas, que de todos os lados accommettem o Padroado inquestionavel da Corôa Portugueza, nas igrejas da Asia e Africa.

Estes bispados e o arcebisado de Cranganor foram desmembrados do arcebisado de Goa; cuja diocese comprehendia, como já notei, todas as conquistas portuguezas, desde o cabo da Boa Esperança até aos confins do Oriente. A bulla de Paulo IV = *Et si sancta* = de 4 de Fevereiro de 1557, que erigio Goa em arcebisado metropolitano, dividio esta diocese em tres partes; duas das quaes destinou logo para os bispados de Cochim e de Malaca, que na mesma data foram creados; e assim a diocese de Goa ficou reduzida desde esse dia, ao que vae desde o cabo de Guardafui até Cananor ou Termapatam. Á diocese de Cochim se deu o territorio entre Vaipim e o Pegú; e ao bispado de Malaca desde o Pegú até á China, comprehendendo Sião, Camboge (Cambaia), o Ciampa, Cochinchina e Tomkim. As bullas que crearam estes dois bispados e marcaram estes limites, são ambas de 4 de Fevereiro de 1557, e começam = *Et si sancta*. =

Em 4 d'Agosto de 1600, Clemente VIII erigio o bispado d'Angamale, pela bulla = *In Supremo* =: o qual Paulo V, em bulla de 3 de Dezembro de 1609 elevou a arcebisado, sem suffraganeos, e o transferio para Cranganor, constituindo parte da provincia de Goa. Esta bulla foi levada a effeito em Goa pelo Arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes, assignando-lhe para diocese o que vae de Cananor ou Termapatam até Vaipim.

O mesmo Papa erigio em 1606 o bispado de Meliapor, que desmembrou da diocese de Cochim, e lhe assignou o Coromandel, Orixá, Bengala e Pegú; e por conseguinte a diocese do bispado de Cochim ficou, depois desta ultima desmembração, limitada ao territorio, que vae de Vaipim aos confins do Coromandel.

Estes limites das dioceses de Goa, Cranganor, Cochim e Meliapor, foram marcados em 1610. por uma assembléa de Bispos reunida em Goa, sob a presidencia do Arcebispo, e confirmados por Paulo V em 1616 pela bulla = *Super Executione.* =

O Padroado portuguez em todas estas dioceses, adquirido por titulo oneroso, por fundação e dotação de todas as igrejas do Ultramar, cujos territorios foram conquistados pelo braço e valor lusitano, sem auxilio ou favor de outra alguma potencia, é reconhecido e garantido em diferentes bullas; e sobre todas, em uma de Leão X, que confirmou as antecedentes; e em outra de Julio III = *Motu simili* = de 4 de Janeiro de 1551, e assim continuado: de modo que a Corôa Portuguesa, a quem então foi unido *in perpetuo* o mestrado da Ordem de Christo, com todas as suas regalias e jurisdicções, tem apresentado sempre estas dioceses em eleitos seus; como mui cathgorica e explicitamente se desenvolve nas instrucções dadas ao Arcebispo de Goa, em 10 de Fevereiro de 1774, pelo sabio Ministro Marquez do Pombal, e no § 10 do Alvará de 11 d'Outubro de 1786.

Nenhum dos bispados suffraganeos acima referidos tem Cabido; e a cada um de seus Prelados está arbitrada a tenue congrua de 3.333 xs. 1 t. 40 rs. ou 533,321 rs. de Portugal, insufficiente para com decencia se sustentarem em paiz estranho, e distantes dos logares do seu nascimento.

Seminarios destas dioceses.

O Seminario de Vaipicota no bispado de Cochim, recebe da Fazenda 864 xs. por anno: esta congrua, bem como a dos Prelados acima declarados, está descripta no regimento de 1626, mas nada consta da sua primeira origem: sabe-se que existindo este seminario até ao anno de 1758, composto de 4 religiosos e 50 seminaristas, tinha cada um dos primeiros 120 xs. por anno, e cada seminarista 14 xs. 2 t. Esta despeza esteve suspensa, desde então, até ao anno de 1780, ignora-se o motivo; mas a requerimento do Bispo de Cochim, D. Fr. Manoel de Santa Catharina, que depois foi coadjutor e

successor no arcebispado de Goa, foi outra vez continuada, por despacho da Junta da Fazenda de 15 de Janeiro de 1781, para ser paga ao numero existente, attestado pelo Arcebispo.

O seminario de Vaipicota acha-se hoje sob a administração do Bispo de Meliapor, em virtude de uma sentença obtida no tribunal supremo de Calcuttá, desprovido de mestres pela falta de sacerdotes portuguezes na Asia, e quasi abandonado.

Em o bispado de Meliapor ha os seminarios de S. Thomé, e o de Covelong: e a cada um dá o almanak de Goa para o anno de 1840. — 1 Reitor, e primeiro mestre, 1 segundo mestre e tres seminaristas. É quanto sei destes estabelecimentos; porque o abandono em que se tem tido as igrejas destas dioceses, tornam escassos os necessarios esclarecimentos.

(Continuar-se-ha.)

Erratas.

No n.º 5, pag. 143 — Fazenda Publicia, lêa-se *Fazenda Publica*.

„ pag. 145, lin. 7 — illimatado, lêa-se *illimitado*.

„ pag. 153, lin. 15 — Comarcas lêa-se *Camaras*.

„ pag. 154, lin. 32 — 16 de Fevereiro, lêa-se *16 de Maio*.

„ pag. 156, lin. 26 — que authorisou, lêa-se *autorisou*.

No n.º 6, pag. 198, lin. 23 — 1445, lêa-se 1455.

„ pag. 199, lin. 19 — 1752, lêa-se 1572.

ACTAS DA ASSOCIAÇÃO.

TERCEIRO ANNO.

SESSÃO 11.^a

*Presidio o Sr. Vice-Presidente, Capitão de Fragata
J. da C. Carvalho.*

ESTAVA presente o Ex.^{mo} Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar.

Aberta a Sessão, approvou-se a acta antecedente.

Expediente. — Um officio da Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros, enviando um annuncio maritimo. Á Commissão de Redacção.

Foram propostos para Socios effectivos os Srs. João Rodrigues Gonçalves, e Francisco de Paula Cardoso d'Almeida; o primeiro pelo Sr. Carneiro, e o segundo pelo Sr. Albano Antero.

Ordem da noute. — Parecer da Commissão Especial para coordenar, e publicar nos Annaes, o que mais convem á regular habilitação dos Pilotos mercantes, sem gravame da navegação.

O Sr. Esteves propoz o seu adiamento, por não estar presente o autor da proposta, sobre que versa o parecer. O Sr. Amaral combatteu o adiamento, que depois de breve debate foi regeitado,

Seguiu-se a discussão na generalidade. O Sr. Esteves, orando a favor da primeira parte do parecer, julgou desnecessaria e inutil a apresentação das derrotas, que se exige na segunda parte, e requereu fosse esta eliminada. O Sr. Amaral, respondendo aos argumentos do precedente orador, sustentou o parecer em toda a sua extensão.

O Sr. Sub-Secretario Marques Pereira, concordando na necessidade de uma habilitação para os Pilotos mercantes, produziu varios argumentos e razões, com as quaes se eppoz ao mais conteudo no parecer; cuja doutrina foi em seguida energicamente defendida e sustentada pelo Sr. Nolasco da Cunha, como de grave interesse para a fazenda e vida dos particulares, e indispensavel e necessario ao decóro da nação; o que demonstrou com muitos argumentos, e referindo o modo abusivo e improprio com que se despacham muitos navios mercantes, por homens, que se dizem Pilotos, ou Capitães delles, sem terem uma unica qualificação para tão importante cargo. Depois de algum debate mais, foi o parecer posto á votação, e approvedo na sua generalidade.

Entrou em discussão o 1.^o artigo; e o Sr. Vice-Presidente pro-

poz como questão prévia, “Se a assembléa discutia esta materia para ser levada ao conhecimento do Governo, ou sómente para se publicar convenientemente nos Annaes?., e informando o Secretario Louzada d’Araujo, que a primeira parte desta questão fôra já vencida, em Sessão de 6 de Junho do anno passado; e que quanto á segunda, fôra esse o fim para que se nomeou a Commissão, cujo parecer se discute; o Sr. Vice-Presidente consultou a assembléa, a qual ratificou o que já fôra votado na dita Sessão.

Proseguio a discussão, e o Sr. Sub-Secretario Marques Pereira impugnou a doutrina do artigo como gravosa ao commercio, e custosa aos habilitandos, o que necessariamente ha de produzir augmento de despesas e soldadas; que considerou muito prejudicial ao estado definhado da nossa navegação e commercio: e depois de outras razões, com que fundamentou a sua opinião, propoz a seguinte substituição:

Artigo 1.º “Que as habilitações dos Pilotos mercantes se obtenham por um só exame, e uma só carta, perante um jury, como designa o parecer. ,,

Ao art. 2.º “Que para responder por qualquer navio empregado na pequena e grande cabotagem, não sejam exigidas cartas nem exames. ,,

Sendo esta substituição admittida á discussão, se decidio, sobre proposta do Sr. Vice-Presidente, fosse discutida conjuntamente com os artigos do parecer.

O Sr. Nolasco da Cunha explicou o sentido em que assignára o parecer como membro da Commissão, desejando fosse só uma a classe dos Pilotos, pelos motivos que ponderou; accrescentando, que qualquer que seja a habilitação dos Pilotos mercantes, o exame delles deve ser feito na Escóla Polytechnica.

O Sr. Vice-Presidente relatou o modo pratico dos exames actualmente; e para mostrar que não estavam de todo abandonados, apresentou uma relação dos individuos, que têm sido examinados ultimamente na Escóla Naval, junta á Polytechnica. Fallaram ainda os Srs. Marques Pereira, Nolasco da Cunha, Esteves; e tendo o Sr. Amaral, em nome da Commissão, retirado a parte do artigo 1.º do parecer. em que estabelece duas classes de Pilotos; proseguio o debate sobre o logar, e ante quem deverão fazer-se os exames; e sendo a final julgada a materia discutida, a requerimento do Sr. Marques Pereira, o Sr. Vice-Presidente poz á votação a primeira parte do 1.º artigo do parecer, tal qual se acha redigida; e não foi approvada; e posta em seguida a primeira parte do 1.º artigo da substituição do Sr. Marques Pereira, foi esta approvada.

Posta á votação a segunda parte do 1.º artigo do parecer até ás palavras = Lisboa e Porto =, foi approvada; ficando por conseguinte prejudicada a segunda parte do artigo 1.º da substituição, e em resultado vencido:

“ Que deve haver uma só classe de Pilotos mercantes , competentemente habilitados ; e que estas habilitações devem ser obtidas em um só exame puramente pratico, feito na Escóla de Navegação, hoje unida á Escóla Polytechnica de Lisboa ou Porto. „
Estando a hora adiantada, o Sr. Vice-Presidente fechou a Sessão, dando para Ordem da seguinte , a continuação da mesma.

Sala das Sessões , em 3 de Julho de 1843. = O Secretario ,
Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.

SESSÃO 12.^a

*Presidio o Sr. Vice-Presidente , Capitão de Fragata
J. da C. Carvalho.*

Aberta a Sessão , foi approvada a acta antecedente.

Expediente. — Uma carta do Sr. Presidente A. M. de Noronha, participando não poder comparecer nesta Sessão.

Um officio da Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros , fazendo a remessa de quatro exemplares de um annuncio maritimo, relativo ao farol de Napoles. Á Commissão de Redacção.

Uma carta do Sr. Vasco Pinto de Balsemão , em que agradece a sua admissão para Socio.

O Sr. Sub-Secretario Marques Pereira leu o parecer da Secção de Marinha Militar , ácerca da Memoria sobre o pinhal nacional de Leiria , suas madeiras e productos resinosos , apresentada pelos Srs. Silva e Batalha. Diz a Secção : “ Que a Memoria merece publicar-se nos Annaes, pelas valiosas e instructivas noticias que contém, sobre objectos de tão grande interesse nacional ; e que os seus autores, os Srs. Francisco Maria Pereira da Silva, e Caetano Maria Batalha, são crédores dos maiores elogios, por se haverem espontaneamente prestado a indagar, e escrever, sobre assumpto tão importante ; o que tão cabalmente desempenharam. „

Finda esta leitura , requereu o Secretario Louzada d'Araujo se dispensasse nos Estatutos, e o parecer entrasse já em discussão, para que , no caso de ser approvedo , se começar a publicação da Memoria em o 7.º n.º dos Annaes, como já em caso identico se praticára. Foi approvedo este requerimento , e o parecer entrou em discussão.

O Sr. Silva, como collaborador da Memoria, agradeceu as honras, que esta vinha de receber da Secção de Marinha Militar, e pediu fossem benignamente suppridas pela Associação as incorrecções, que poderia conter. Os Srs. Kol , Nolasco da Cunha e Tavares de Macedo fallaram sobre o parecer, e em maior louvor da Memoria, e do merito de seus dignos autores : e neste sentido, foi o parecer unanimemente approvedo.

O Sr. Sub-Secretario Marques Pereira annunciou, que a Commissão nomeada, por proposta do Sr. Lopes de Lima, para apresentar as bases sobre as quaes convém, que se organisem companhias mercantes e agricolas, nas provincias ultramarinas, se havia installado e nomeado presidente o mesmo Sr. Lopes de Lima, e Secretario a elle orador.

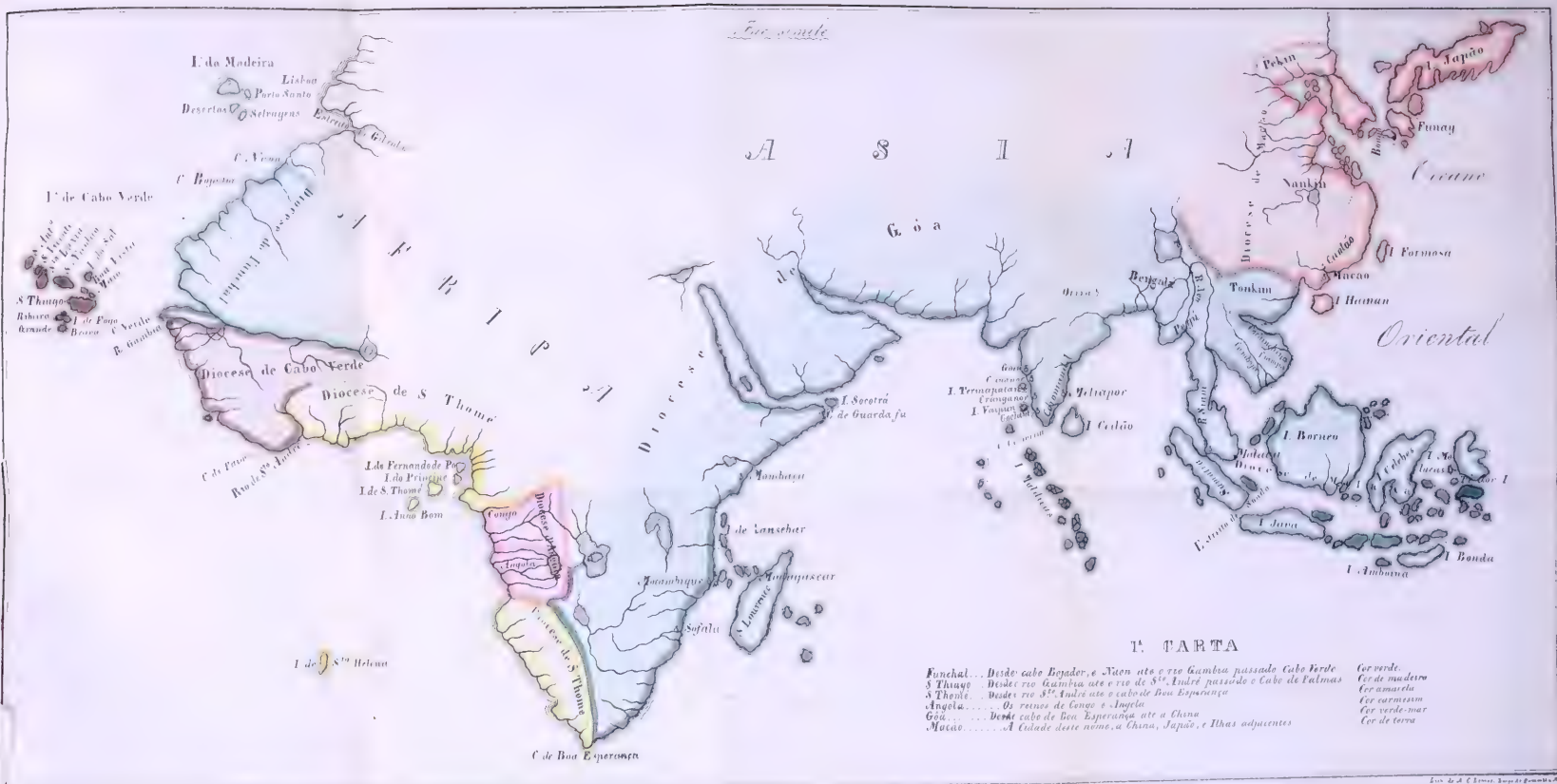
Foram unanimemente approvados Socios effectivos os Srs. João Rodrigues Gonçalves, e Francisco de Paula Cardoso d'Almeida, propostos na ultima Sessão.

O Secretario Louzada d'Araujo informou, que a Commissão especial encarregada de examinar, qual seja o systema d'organisação militar, que mais convenha á marinha do Estado, está falta de tres membros, que se acham ausentes em serviço; e por isso são suspensos os seus trabalhos. O Sr. Vice-presidente declarou, que se trataria deste objecto na proxima Sessão; e por ser passada a hora encerrou a presente, dando para ordem da immediata, a que era para hoje.

Sala das Sessões, em 17 de Julho de 1843. — O Secretario, *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.*

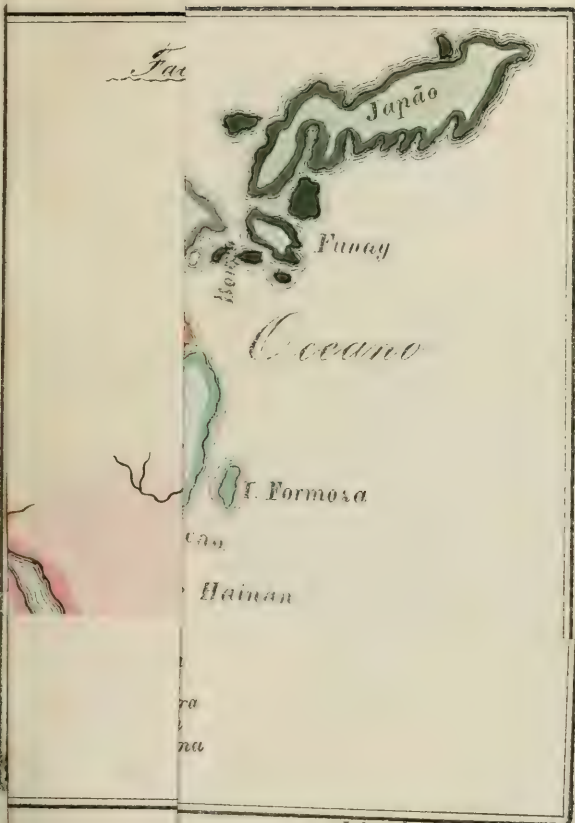


. . . Cor de mar. .
 . . . Cor carmesim.
 . . . Cor verde-mar.
 . . . Cor de terra.



Funchal... Desde cabo Espador, e Naen até o rio Gambia passado Cabo Verde
S. Thome... Desde rio Gambia até o rio de S^{ta}. André passado o Cabo de Palmas
S. Thome... Desde rio S^{ta}. André até o cabo de Boa Esperança
Angola... Os reinos de Congo e Angola
Gôa... Desde cabo de Boa Esperança, até a China
Macao... A cidade deste nome, a China, Japão, e Ilhas adjacentes

Cer verde
Cer de madeira
Cer amarela
Cer carmesim
Cer verde-mar
Cer de terra



Esch. de A. C. Lemos. Largo de Quintella.



PARTE OFFICIAL.

REPARTIÇÃO DA MARINHA E DO ULTRAMAR.

DISPOSIÇÕES GOVERNATIVAS.

JULHO DE 1843.

1. PORTARIA ao Major General. — Participando-lhe terem sido cassadas as instrucções, que tinha o vapor de guerra *Sydenham* e a corveta *Orestes*, para cohibir o trafico da escravatura, passando a ser empregada naquella commissão, da estação d'America do norte e da India occidental, a corveta *Roze*, commandante Henry R. Strut, e segundo em commando W. H. Doblie.

3. PORTARIA ao mesmo. — Para expedir as ordens necessarias a fim de que o Capitão do porto de Villa Nova de Portimão possa, em alguma occasião em que fôr convidado pelo Director das Alfandegas do Algarve, embarcar no cahique empregado na fiscalisação das mesmas Alfandegas.

Idem. PORTARIA a João Joaquim Torres Canhão, e á Junta da Fazenda d'Angola. — Communicando-lhe o ter-lhe sido concedidos dois mezes de licença, findos os quaes, deverá partir para a provincia d'Angola.

Idem. PORTARIA ao Conselho d'Administração de Marinha. — Para proceder á compra de diversos artigos que devem ser remettidos para a provincia d'Angola, segundo se lhe ordenou em Portaria deste Ministerio de 22 do mez passado.

4. PORTARIA ao Major General. — Participando-lhe que a praça de Cadiz e respectiva provincia estão consideradas em estado de guerra, e que se mandava bloquear Algeciras.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Para dar passagem para a ilha da Madeira, a bordo de Escuna *Cabo Verde*, ao Deputado Francisco Jeronimo Coelho.

Idem. Officio ao Inspector do Thesouro Publico. — Participando-lhe, em resposta ao seu Officio de 26 de Junho ultimo, que Antonio José Leal era da classe dos jornaleiros da Fabrica da Cordoaria, e como tal não está nas circumstancias de se lhe conceder subsidio algum.

Idem. PORTARIA ao Major General. — Exonerando das suas respectivas funcções os Lentes de Inglez e Francez da Companhia dos

Guardas-Marinhas, visto terem sido suprimidos pelo corpo legislativo os vencimentos que pertenciam ás ditas cadeiras.

4. PORTARIA ao Governador de Moçambique. — Remettendo-lhe dois exemplares do orçamento apresentado ultimamente ás Côrtes, a fim de que, fazendo examinar a parte que diz respeito a Moçambique, dê começo á confecção do futuro orçamento, servindo de base o que se lhe remette.

Idem. PORTARIA ao Primeiro Official do Thesouro, José Tavares de Macedo. — Communicando-lhe o passar a servir em commissão na Secretaria d'Estado da Marinha e Ultramar.

5. PORTARIA ao Major General. — Para conceder passagem para a ilha da Madeira, a bordo da escuna *Cabo Verde*, aos dois estudantes de Coimbra, Antonio Alves da Silva, e Sebastião Frederico Leal, isto no caso do navio offerecer as necessarias commodidades.

Idem. PORTARIA ao Administrador Geral das Mattas. — Para fazer embarcar nos hiates do Arsenal as 94 vigas que se mandaram cortar para Claudio Adriano da Costa, e bem assim para que o Feitor de Alcacer faça guardar as madeiras cortadas para o serviço do Arsenal da Marinha, as quaes não podem este anno ser transportadas para o seu destino.

Idem. OFFICIO ao Inspector do Thesouro Publico. — Participando-lhe, em resposta ao seu Officio de 20 de Junho ultimo, que se tem por esta repartição dado conhecimento ao Thesouro dos exames feitos aos papeis de credito da Marinha, que têm entrado em differentes transacções, achando-se os de que se trata de José Mendes Braga, na quantia de 122\$400 rs., incluidos na relação que foi remettida ao Thesouro em Officio de 16 de Dezembro de 1841.

Idem. OFFICIO ao Ministerio dos Estrangeiros. — Remettendo-lhe, para seu conhecimento, o Officio de 11 de Maio ultimo, do commandante da escuna *Tamega*, da estação de Monte Vidéo, o qual trata da emigração de portuguezes para o Brasil, e do máo tratamento que recebem naquelle imperio.

Idem. OFFICIO ao Ministerio do Reino. — Remettendo-lhe copia do sobredito Officio, a fim de se dar conhecimento d'elle aos Governadores Civis do reino e ilhas, para evitarem a continuação de semelhantes alliciações.

Idem. PORTARIA ao Major General. — Havendo o Segundo Tenente da Armada, Rodrigo de Sá Nogueira, completado os estudos, e satisfeito aos exames, por falta dos quaes se lhe havia posto na respectiva patente a clausula, de não passar ao posto immediato sem se habilitar na conformidade da lei: Manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, devolver ao Major General da mesma Armada a patente do referido official já averbada com apostilla declaratoria de ficar sem effeito a mencionada clausula, e bem assim a guia para o pagamento do respectivo sello, a fim de que, depois de sellada, seja restituída a esta Secre-

taria d'Estado para ser competentemente registada. Paço de Cintra, em 5 de Julho de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

5. OFFICIO ao Ministerio da Fazenda. — Participando-lhe, em resposta ao seu Officio de 27 de Junho ultimo, que o Piloto da Barra de Lisboa, José Esteves, não está sujeito ao pagamento de sello da carta que com salva se lhe passou pela Majoria General.

Idem. DECRETO. — Conformando-me com a proposta do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, e confirmando as disposições da Portaria de vinte de Maio do corrente anno; Hei por bem nomear definitivamente para Chefes das secções e repartições da respectiva Secretaria d'Estado, na conformidade do regulamento approved por Decreto de quinze de Fevereiro do mesmo anno, os individuos constantes da relação que deste Decreto faz parte, e que com elle baixa assignada pelo referido Ministro e Secretario d'Estado, o qual o terá assim entendido, e fará executar. Paço das Necessidades, em cinco de Julho de mil oitocentos quarenta e tres. = RAINHA. = *Joaquim José Falcão*.

Relação a que se refere o Decreto desta data, designando os Chefes das secções e repartições da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar.

Secção de Marinha.

Chefe de secção, o Official Maior graduado, Antonio Jorge de Oliveira Lima.

Chefes de repartição { 1.^a — O Official graduado, João Bernardino Luiz Rodrigues.
2.^a — O Official graduado, Estevão de Assis e Sousa Clington.
3.^a — O Official graduado, Antonio Maria Campêlo.

Secção do Ultramar.

Chefe de secção, o Official Maior graduado, Antonio Pedro de Carvalho.

Chefes de repartição { 1.^a — India, etc. — O Official Maior graduado, Manoel Jorge de Oliveira Lima.
2.^a — Angola, etc. — O Official Ordinario, Simão José da Luz.
3.^a — Moçambique, etc. — O Official graduado, Antonio Justino Machado de Moraes.
4.^a — Cabo Verde, etc. — O Official em commissão, José Tavares de Macedo.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, em 5 de Julho de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

7. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Mandando abonar ao Guarda Marinha, Francisco José de Pina Rollo, estudante do terceiro anno mathematico da Universidade de Coimbra, as maiorias que como tal lhe competem.

10. PORTARIA ao dito. — Mandando abonar a D. Maria José de

Lencastre, o Monte-Pio que lhe pertence por morte de seu irmão, o Capitão Tenente reformado, D. Pedro José de Lencastre.

10. PORTARIA á Junta da Fazenda de Moçambique. — Declarando-lhe o ter exorbitado em suas attribuições na venda que fez de alguns predios do Estado, no valor de 12:150,800 rs., o que só poderia ter logar por arbitrio do Governador Geral em Conselho.

Idem. PORTARIA á mesma. — Approvando a despeza que fez com o brigue *Caçador Africano*, na conducção do ex-Governador Marinho para a India.

11. PORTARIA ao Major General. — Mandando proceder ao armamento do Brigue *Vouga*, e ordenando-lhe que faça a proposta daquelles Officiaes, que julgar mais aptos para o commando daquelle navio, o qual se destina a cruzar em Cabo Verde.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Nomeando Capitão do porto da ilha da Madeira, com as maiorias e comedorias de Official embarcado, do Segundo Tenente João Rodrigues Galhardo.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Ordenando-lhe que, em quanto se não apromptar a náó *Vasco da Gama*, seja formado o Deposito de Marinhagem, ordenado por Portaria de 13 de Maio ultimo, a bordo da fragata *Diana*; a qual será desde já armada regularmente, e propostos os Officiaes que se julgarem mais aptos, para d'entre elles se escolher o commandante.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Remettendo-lhe os papeis relativos á commissão de que se acha encarregado o Capitão de Fragata, Francisco de Borja Pereira de Sá; e designando os objectos sobre que, em Inglaterra, o dito Official deve colher informações para dar ao Governo; as quaes se fazem necessarias ao serviço da Marinha.

Idem. OFFICIO ao Ministerio da Guerra. — Participando-lhe, em resposta ao seu Officio de 7 do corrente, que até o dia 16 póde ficar prompta a fazer-se de véla para a ilha da Madeira, a charrua *Principe Real*, para conduzir o resto do batalhão n.º 11.

Idem. PORTARIA á Commissão creada para confeccionar o Plano d'Administração de Justiça no ultramar. — Recommendo-lhe a ultimação dos seus trabalhos; e nomeando para membros da mesma Commissão, ao Capitão de Fragata José Joaquim Lopes de Lima, e ao Official do Thesouro Publico, servindo em commissão nesta Secretaria, José Tavares de Macedo.

Idem. PORTARIA ao Arcebispo eleito de Goa. — Communicando-lhe o ter sido a sua eleição confirmada em Roma no Consistorio secreto que acaba de celebrar-se.

12. PORTARIA ao Governador Geral de Moçambique. — Communicando-lhe o ter-se transferido, por Decreto de 12 de Dezembro do anno passado, do Estado da India para aquella provincia, o Juiz de Direito, Antonio Julio Taveira Pinto de Magalhães Pizarro; e não approvando a nomeação feita pelo mesmo Governador, do Advogado João de Menezes, para exercer aquelle logar.

13. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Comunicando-lhe, em additamento á Portaria de 30 de Maio do corrente anno, n.º 1.022, que pelo Thesouro Publico se fez constar a este Ministerio, que a Agencia Financial em Londres remetteu a quantia de 250 £, á disposição d'elle Governador Geral da India, para a conclusão da fragata *D. Fernando II*, que se está construindo em Damão.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Para que abone o pagamento de 79\$040 rs., que se devem á Casa Pia pela manutenção dos alumnos do ultramar em Junho ultimo.

14. PORTARIA ao Intendente de Marinha e Capitão do porto de Lisboa. — Para remetter a esta Secretaria d'Estado um relatorio circumstanciado sobre o modo por que se faz o serviço de pilotagem no porto desta capital, fazendo quaesquer propostas que se julgarem necessarias neste importante ramo do serviço.

Idem. PORTARIA á Junta da Fazenda do Estado da India. — Ordenando-lhe o cumprimento da Portaria n.º 134, de 26 de Setembro do anno passado, para serem prestacionados como pertencentes a ordens patrimoniadas, os egressos das ordens de S. João de Deos, de S. Caetano, e do Carmo.

15. OFFICIO ao Ministerio do Reino. — Ponderando sobre a necessidade de não serem attendidas naquelle Ministerio quaesquer pretensões sobre condecorações a individuos dependentes do Ministerio da Marinha, sem que alli sejam dirigidas officialmente por este mesmo Ministerio.

Idem. OFFICIO ao Ministerio dos Estrangeiros. — Comunicando-lhe o ter sido nomeado e apresentado Bispo de Nankim na China, por Decreto de 28 de Dezembro, o Presbitero José Joaquim Pereira de Miranda, a fim de solicitar a sua confirmação, bem como dos Prelados eleitos para Cochim, Meliapor, Pekin, Cabo Verde, e Moçambique.

Idem. PORTARIA ao Leal Senado de Macáo. — Ordenando provisoriamente, que o maximo dos emolumentos que se devem distribuir pelos empregados d'Alfandega daquella cidade, seja 60 por cento dos ordenados que percebem os empregados da dita Alfandega, que devem ter parte em tal distribuição.

17. OFFICIO ao Ministerio da Fazenda. — Participando-lhe, em resposta ao seu Officio de 14 do corrente, que na charrua *Principe Real* serão transportadas para a ilha da Madeira as 500 saccas de urzella, vindas de Cabo Verde, e depositadas na Alfandega Grande de Lisboa; podendo as restantes saccas, que têm o mesmo destino, serem transportadas na charrua que proximaente ha de sair para a mesma ilha.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Approvando a nomeação que fez provisoriamente de Caetano Francisco Pereira Garcez, para o logar de Secretario Geral daquel-

le Governo, conservando a sua collocação na Contadória da Fazenda.

17. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Comunicando-lhe o estar affecto ao Conselho d'Estado o processo do Tenente do batalhão de Timor, Luiz de Loureiro Krusse, e que brevemente se lhe participará o seu resultado.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Tendo sido presente a Sua Magestade a Rainha a representação do Governador Geral do Estado da India, n.º 253, de 11 de Maio ultimo, em que pede ser autorizado para declarar em vigor naquelle Estado o Codigo Administrativo de 18 de Março de 1842: manda a mesma Augusta Senhora, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, participar ao dito Governador Geral, que posto que sejam muito importantes as considerações em que se funda para pedir aquella providencia, não julga conveniente a promulgação do sobredito Codigo como Lei do Estado da India; porque tendo elle sido especialmente feito para as provincias da Europa, e sendo certo que Leis assim feitas, mui raras vezes se podem sem inconveniente pôr em execução nas provincias ultramarinas, tem mandado organizar com toda a possivel brevidade um systema de providencias para os diversos ramos da Publica Administração especialmente adaptada ás necessidades e circumstancias daquelle Estado, e de cada uma das diversas provincias ultramarinas, o qual espera Sua Magestade que ha de cabalmente satisfazer todas as exigencias do serviço publico, e as commodidades dos habitantes. Paço das Necessidades em 17 de Julho de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

18. PORTARIA ao Commandante do Batalhão Naval. — Sua Magestade a Rainha, a quem foi presente o Officio do Commandante do Batalhão Naval, em data de quinze do corrente, propondo uma mudança no pequeno uniforme dos Officiaes do mesmo Batalhão; manda pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha, e do Ultramar participar ao mesmo Commandante, que conformando-se com a sua proposta, ha por bem determinar, que as sobrecasacas tenham gola azul claro avivadas de encarnado, e guarnecidas com galão de ouro pela parte superior (do padrão do das fardas), que as dragonas sejam de panno azul ferrete avivadas de encarnado, com meias luas, como as actuaes, e com quatro escamas de metal amarello na palla, sendo os emblemas como actualmente se usam, tanto no grande como no pequeno uniforme; e finalmente, que os bonets com palla tenham a lista azul claro avivada de encarnado, para o serviço do quartel, e para fazerem uso delles fóra do serviço, ficando em pleno vigor o uso das barretinas de oleado no pequeno uniforme para todo o outro serviço. Paço das Necessidades em 18 de Julho de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

19. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Para proceder ao abono das maiorias que competem ao Guarda Marinhá, Francisco

de Salles Gomes Cardoso, por haver sido plenamente approved no primeiro anno mathematico na Universidade de Coimbra.

19. OFFICIO ao Inspector do Thesouro Publico. — Participando-lhe ter fallecido o Capitão de Fragata reformado, José Joaquim de Amorim, que se achava addido á Bibliotheca de Marinha.

Idem. OFFICIO ao Official Maior da Secretaria da Camara dos Deputados. — Para devolver a este Ministerio as Consultas que foram dirigidas á Camara em 24 de Maio de 1839, sobre a organização administrativa do estabelecimento de Macáo.

Idem. DECRETO. — Sendo de reconhecida necessidade remover quanto antes os embaraços que até agora tem obstado a que se complete a Representação Nacional com os Deputados dos Estabelecimentos de Macáo, Timor, e Solor, e que procedem da dificuldade de agregar, em tempo opportuno os votos dos eleitores de todos elles como dispunha a Lei de nove d'Abril de mil oitocentos trinta e oito, e o artigo noventa e seis, do Decreto de cinco de Março de mil oitocentos quarenta e dois, que daquelles Estabelecimentos formava um só circulo eleitoral; e adoptando para aquelle fim o Projecto de Lei em que na Camara dos Senhores Deputados foi convertida a Proposta do Governo sobre o mesmo objecto, e que d'alli passou em vinte e seis de Junho ultimo para a dos Dignos Pares, aonde não chegou a discutir-se. Hei por bem, usando da autorisação da Carta de Lei de dois de Maio do corrente anno, e tendo ouvido o Conselho de Ministros, e o d'Estado, Decretar o seguinte:

Artigo 1.º A cidade de Macáo formará um circulo eleitoral, e dará um Deputado.

§ unico. O recenseamento dos Eleitores e Elegiveis será feito pelo Leal Senado, reunindo-se-lhe os respectivos parochos.

Art. 2.º Os Estabelecimentos de Timor, Solor, e suas dependencias formarão outro circulo eleitoral, e darão um Deputado.

§ unico. O recenseamento dos Eleitores, e Elegiveis nestes Estabelecimentos será feito pelas Camaras Municipaes onde as houver, e na falta destas, pelo modo compativel com as circumstancias locais e peculiares de seus habitantes.

Art. 3.º Os Governadores dos Estabelecimentos mencionados nos artigos primeiro e segundo deste Decreto, ouvindo um Conselho composto das mesmas Autoridades que formam os Conselhos dos Governos Geraes do Ultramar, fixarão o numero dos Eleitores de provincia, que cada um de seus respectivos circulos eleitoraes deve dar.

Art. 4.º Eica revogada a legislação em contrario. Paço das Necessidades em dezenove de Julho de mil oitocentos quarenta e tres,
= RAINHA. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIAS aos Governadores Geraes de Cabo Verde e Angola. — Ordenando-lhe, que expeção as convenientes ordens para que os subditos britannicos empregados nas Commissões mixtas da ilha

da Boa Vista e da cidade de Loanda, possam importar livremente a sua bagagem e trem de casa, por se ter feito igual concessão aos subditos portuguezes nos dominios inglezes.

19. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Ordenando-lhe que, em quanto se não fixa definitivamente o systema administrativo nas provincias ultramarinas, escolha d'entre todos os Procuradores da Junta Geral de Districto, os dois vogaes que devem servir no Conselho do Governo.

21. PORTARIA á Junta da Fazenda do Estado da India. — Acusando a recepção do seu Officio n.º 14, de 10 de Maio, pelo qual communica o ter mandado abrir o competente titulo ao Chefe de Divisão Joaquim Mourão Garcez Palha, para perceber o ordenado de Governador Geral; e communicando-lhe o ter sido approvada a nomeação interina de Caetano Francisco Pereira Garcez, para Secretario do Governo Geral.

Idem. PORTARIAS ao Reverendo José Joaquim Pereira de Miranda, ao Governador Geral da India, e ao Vigario Capitular do Arcebispado de Goa. — Remettendo-lhes copia do Decreto de 28 de Dezembro, pelo qual foi nomeado o Presbitero José Joaquim Pereira de Miranda, Bispo de Nankim.

Idem. PORTARIA ao Bispo de Macáo. — Remettendo-lhe a Carta Regia de 13 do corrente, para conferir ao Bispo de Nankim a jurisdicção espirital.

Idem. PORTARIA ao Major General da Armada. — Sendo indispensavel, para a regularidade do serviço, e repressão de abusos, que os militares despachados para as provincias ultramarinas, e os que dellas accidentalmente tenham vindo, ou de futuro vierem a este reino, estejam sujeitos á inspecção e commando de uma autoridade deste ministerio, pela qual se possa ordenar o que convier: Manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, encarregar ao Major General da Armada da referida inspecção, e commando, e ordena que todos os militares pertencentes ao ultramar aqui existentes se apresentem logo ao mesmo Major General, para lhe manifestarem suas residencias, e circumstancias, e receberem as convenientes ordens, e o mesmo praticarão os que de futuro vierem tanto que desembarquem, sob pena de serem considerados desertores os que o contrario fizerem, e se proceder contra elles com todo o rigor das Leis. O Major General da Armada participará, pela dita Secretaria d'Estado, as apresentações que se effectuarem, com daclaração das circumstancias de cada um dos apresentados, e indicará na proximidade da partida de qualquer navio do Estado para as provincias ultramarinas aquelles que para ellas devem embarcar; e os Governadores das mesmas provincias nas guias que passarem aos militares que legalmente poderem vir ao reino, accrescentarão a clausula de deverem apresentar-se áquella autoridade, enviando-se-lhes para esse effeito cópia desta Portaria, que aliás será

publicada no Diario do Governo. Paço das Necessidades, em 21 de Julho de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

26. OFFICIO ao Ministerio da Guerra. — Pedindo, haja de passar as suas ordens para que seja dispensado do serviço da Escóla Polytechnica, o Segundo Tenente Engenheiro Naval, Gregorio Nazianzeno do Rego, durante a frequencia dos estudos, que vai seguir em França, relativos á sua profissão; declarando-lhe que continúa a perceber os vencimentos que pela dita Escóla lhe competem.

Idem. PORTARIA ao Govenador Geral de Angola. — Remettendo-lhe tres copias de Officios do Ministerio da Justiça, do Procurador Geral da Coróa, e do Procurador Regio do Tribunal do commercio, relativos ao processo do patacho *Nereida*, que foi julgado nullo, a fim de admoestar severamente todos os Empregados que tiveram parte nas nullidades do mesmo processo.

27. PORTARIA ao Major General. — Manda a Rainha pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, que o Major General d'Armada passe as ordens necessarias, para que na primeira inspecção a que se proceder nos navios de guerra armados no Téjo, sejam desembarcadas todas as praças, que tendo assentamento nos livros de soccorros, se julgarem inuteis para o serviço dos mesmos navios. Manda outro sim Sua Magestade, que o referido Major General remetta a esta Secretaria d'Estado uma relação das praças de marinhagem, que por mutilação, ou por idade, e outras circumstancias se acharem incapazes do serviço activo, e ás quaes se tem concedido o accomodarem-se a bordo de alguns navios com abono de ração e soldada, declarando a respeito de cada um, as circumstancias que motivaram essa concessão, annos de serviço effectivo a bordo dos navios de guerra, idade, e abono que se lhes faz, e bem assim quaes d'entre elles podem prestar serviço a bordo. Paço das Necessidades em 27 de Julho de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Participando-lhe, que faça proceder ao abono das maiorias de soldo que competem ao Segundo Tenente Augusto Sebastião de Castro Guedes, que se acha frequentando os estudos da Escóla do Exercito, pelo decorrido segundo anno lectivo.

Idem. PORTARIA ao Presidente do Conselho de Administração de Marinha. — Enviando-lhe os conhecimentos da madeira embarcada em Riga no navio *Louise Betty*, e do linho conduzido pelo navio *Ariadne*; com a carta de fretamento, para que o Conselho faça observar o que se acha disposto no artigo primeiro da Portaria que lhe foi expedida em 28 de Março.

Idem. PORTARIA ao Presidente do Conselho d'Administração de Marinha. — Ordenando-lhe, que ponha á disposição do Hospital de Marinha, para consumo do mesmo, toda a lenha que se poder dispensar até 6.000 arrobas, de cuja entrega dará conta á Contadoria de Marinha.

27. PORTARIA ao Contador Geral de Marinha. — Participando-lhe, que Sua Magestade, conformando-se com a imformação do Inspector do Arsenal, dada sobre o requerimento de Jacinto Esteves do Nascimento, Porteiro do Arsenal, ha por bem ordenar que lhe seja abonado o vencimento que por Lei lhe compete.

Idem. PORTARIA ao Bispo de Macáo. — Communicando-lhe a sua confirmação.

28. PORTARIA ao Inspector do Arsenal de Marinha. — Participando-lhe, em resposta ao seu Officio de 19 do corrente, que o numero de praças para tratarem da conservação e limpeza dos navios de guerra desarmados, surtos no Téjo, deve ser de sessenta homens; os quaes, debaixo das ordens do Capitão Tenente Simões Ramos, terão assentamento a bordo da fragata *Rainha*.

Idem. PORTARIA ao Inspector do Arsenal de Marinha. — Sua Magestade a Rainha, a quem foi presente o Officio do Inspector do Arsenal da Marinha de seis do corrente mez, informando o Requerimento do Carlos Augusto da Silva, Apontador do mesmo Arsenal, que se queixa de ter sido prejudicado em sua antiguidade com o Decreto de 31 de Maio ultimo, pelo qual é mandado considerar Apontador, desde o primeiro de Agosto de 1834, o Escripturario, servindo de Apontador, Francisco José Rodrigues; manda, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar participar ao mesmo Inspector, em resposta ás observações, a este respeito feitas pelo seu citado Officio, que não entra em duvida ser o supplicante, como Apontador, mais graduado do que o Escripturario d'Apontador, Francisco José Rodrigues; porém tambem este Escripturario, que serve d'Apontador desde o sobredito dia primeiro d'Agosto de 1834, não póde deixar de ser como tal considerado pelo serviço que exerce desde aquella data, e é por esta fórma, que o supracitado Decreto lhe confere tanta antiguidade, quanta tem adquirido no exercicio de Apontador; quanto mais que em nada prejudica os outros seus collegas, por quanto sendo hoje tres os Apontadores do Arsenal, serão elles conservados até que dado o caso eventual de vagatura em algum dos mesmos logares fique o seu numero reduzido a dois, como foi estabelecido pela Carta de Lei de 16 de Novembro de 1841. Paço das Necessidades, em 28 de Julho de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

Relação dos passageiros do Estado que foram para os seus destinos a bordo da Escuna Cabo Verde, que sahio deste porto de Lisboa em 8 de Julho de 1843.

NOMES	EMPREGOS	DESTINOS	
Francisco Jeronymo Coelho.....	Deputado.....	Ilha da Madeira	
Antonio Alves da Silva.....	Estudante.....		
Sebastião Frederico Leal.....	Idem.....		
Eduardo de Abreu.....	Paizano.....		
Francisco Xavier de Sousa.....	Idem.....	Ilhas de C. Verde	
Manoel Luiz de Moraes.....	Idem.....		
Antonio Maria Ribeiro.....	Alferes.....	Angola	
Luiz Antonio de Castro Guimarães	Paizano.....		
Theodoro Raymundo de Lima.. Bento José de Medeiros..... Manoel José Machado.....	Artistas que se engajaram voluntariam. ^{ta} para irem servir na companhia de Sapadores d'Angola com as vantagens que se lhes offereceram pelo annuncio da respectiva Secretaria d'Estado, publicado no Diario do Gov. ^o n. ^o 62 de 15 de Marc. ultimo		

Relação dos passageiros do Estado que foram para os seus destinos a bordo da Charrua Principe Real, que sahio deste porto de Lisboa em 18 de Julho de 1843.

NOMES	EMPREGOS	DESTINOS
Lourenço José Moniz, sua mulher, e uma criada.....	} Conselheiro.....	Ilha da Madeira.
José Vicente Barboza de Bucage..		
Joaquim Polycarpo d'Almeida...	Estudante.....	
João Rodrigues dos Santos....	Idem.....	
	Soldado do Regimento de Granadeiros da Rainha..	
Manoel Gonçalves Garrido....	Soldado escuso do serviço do exercito.....	
Filippe da Silva.....	Idem.....	
Manoel dos Santos.....	Idem.....	

NAVIOS DO ESTADO EM ARMAMENTO, E SEUS DESTINOS,
No 1.º d'Agosto de 1845.

Qualidade das Embarcações	Nomes	N.º de peças, ou canhoneadas	Gradações, e nomes dos Commandantes	N.º dos Officiaes de Marinha	N.º dos Guardas-Marinhas e Aspirantes	Destinos
Fragatas... {	Dug.ª de Brag.ª Diana	50 50	Capitão Tenente, M. T. da S. Cordeiro.. Capitão Tenente, J. S. Ramos	5 6	2 "	No Téjo { Em meio armam.º De Registo do Porto. De Depósito de Marinhagem.
Corvetas... {	Oito de Julho.. D. João I..... Infanta Regente Urânia	24 24 24 24	Primeiro Tenente, J. J. d' Andrade Pinto Capitão Tenente, F. S. Franco..... Segundo Ten. de Commissão, J. S. Tavares Capitão Tenente, P. A. da Cunha.....	5 5 2 5	2 4 2 6	Na Estação d' Angola. Na Estação do Brasil. Na Estação da India. Na Estação d' Angola.
Brigues... {	Andaz	18	Primeiro Tenente, F. A. G. Cardozo....	4	3	Na Estação d' Angola.
	Villa Flor	16	Primeiro Tenente, P. V. da C. L. e Pinho	4	3	No Téjo.
	D. Pedro.....	16	Primeiro Tenente, I. F. Guimarães, Junior	4	3	No Téjo.
	Téjo.....	18	Capitão Tenente, D. F. do Valle.....	5	4	Na Estação de Macão.
	Vouza	12	Primeiro Tenente, F. d' Assis e Silva....	5	4	No Téjo.
Charruas... {	Princeza Real.. Príncipe Real..	12 2	Capitão Tenente, P. A. Caminha..... Um Offic. e guaruj. destacados da Pr.ª Real	3 1	2 1	No Téjo. No Téjo.
Brigue-Escuna	Tamega	12	Primeiro Tenente, J. J. G. de Mattos Corrêa	4	4	Na Estação do Brasil.
Escunas... {	Liberal	4	Primeiro Tenente, J. M. Esteves.....	2	1	De Correio para Angola.
	Ninla	1	Primeiro Tenente, C. C. Lopes	1	1	Na Estação d' Angola.
	Boa Vista.....	1	Segundo Tenente, J. B. Garção	1	"	Na Est. de S. Thomé e Prine.ª
	Esperança	2	Um Offic. e guaruj. destacados da C. Urania	1	"	Na Estação d' Angola.
Correios... {	Faro	2	Primeiro Tenente, V. J. dos S. Mor.ª Lima	4	1	De Correio para Cabo Verde.
	Cabo Verde....	2	Primeiro Tenente, J. M. Rodolpho.	3	"	De Correio para Angola.
	Constituição...	"	Primeiro Tenente, V. dos Santos Rodolpho	2	1	No Téjo.
Cuter.....	Andorinha.....	6	Segundo Tenente, P. O. Alves	1	2	No Téjo.

PARTE NÃO OFFICIAL.

MEMORIA

SOBRE

O PINHAL NACIONAL DE LEIRIA.

(Continuada de pag. 269.)

V.

Queimadas.

É o fogo o maior inimigo que têm todas as mattas e arvoredos, com especialidade os rezinosos. O nosso pinhal de Leiria delle tem sido victima amiudadas vezes, causando-lhe perdas incalculaveis. Seus estragos são tão rapidos como difficéis de reparar; e em poucas horas elle anniquila a obra em que a natureza assiduamente trabalhou pelo espaço de um seculo, que tanto leva a formação d'um pinhal completo!.. Uma vez que adquira força o fogo n'um pinhal, e haja vento sufficiente para o encaminhar, frustrados serão os meios de o atalhar se este vento não mudar ou abrandar. Ainda que se façam cortaduras, e outros obstaculos no terreno, as pinhas incendiadas impellidas pelo vento irão em abundancia semear o fogo e destruição a distancias consideraveis. Horrivél e arriscado é na verdade um tal espectáculo!.. Mas no entanto não se devem poupar esforços para demorar tão terrível inimigo até que mude o vento ou abrande, o que muitas vezes acontece. O contra-fogo (7) algumas vezes tem logar nestes incen-

(7) Chamam = contra-fogo = ao fogo applicado em sentido opposto ao da queimada, e da parte para onde elle corre: a distancia que não haja receio do fogo, durante o trabalho, se faz um corte em linha recta, e se abre um acciço em largura tal que não passe a chamma d'um lado a outro; feito isto incendeia-se toda a margem do lado da queimada: então o fogo, não podendo arder para a parte

dios; porém precisa-se de muita circumspecção em applica-lo; aliás pôde produzir ainda o effeito de augmentar consideravelmente a queimada.

Existem todas as cautellas no pinhal de Leiria, para evitar taes acontecimentos. É prohibido o fumar junto a elle, disparar tiros, e fazer outros quaesquer fogos: e mesmo ás queimadas, que os particulares fazem em toda a charneca que o circumda para rotear o terreno, deve preceder uma licença da Administração Geral das mattas, dando para isso as providencias necessarias.

Antes das primeiras chuvas é quando ha o maier perigo: o matto então está resequido, e o mais pequeno contacto com o lume lhe faz produzir lavareda. Neste tempo que alli chamam da defeza, augmenta-se o numero de guardas, e se multiplicam as rondas, havendo tambem alguns guardas a cavallo para este fim.

O fogo quando se communica a uma matta exteriormente é sempre o mais perigoso, em consequencia do vento augmentar consideravelmente a sua acção; não acontece tanto assim entre os arvoredos onde, existindo o ar mui rarefeito e estacionado, é facil extinguir qualquer incendio. É para evitar esta communicação exterior do fogo, que em todo o contorno do pinhal de Leiria ha um grande aceiro, a que chamam *aceiro geral* com 12 braças de largura, além de outro com 10 braças de largo que atravessa o pinhal n'outras direcções, como se vê na planta. Estes aceiros, com particularidade o geral, são lavrados e limpos todos os annos; e se queima o matto da charneca contigua quando se acha crescido. Uma grande parte desta charneca acha-se actualmente cultivada até este aceiro geral, e quanto mais augmentar esta cultura, mais livre estará o pinhal dos fogos exteriores.

Seria fastidioso e mesmo difficil por falta de noticia, o relatar todas as queimadas que tem soffrido o pinhal de Leiria

do aceiro, cresce para a queimada. Logo que esta se aproxima, e se encontra com este segundo fogo, tem logar um choque espantoso, que faz atenuar e mesmo anniquillar muitas vezes a queimada, ou pelo menos não encontra alimento para diante, em consequencia de ter já ardido o pinhal pelo fogo deitado de proposito.

desde a sua fundação. Assim notaremos as principaes e cujos vestígios ainda se conhecem pelo estado de crescimento em que se acham os pinheiros.

A primeira teve logar em Agosto de 1806: pegou dentro do pinhal junto á Ponte Nova em consequencia da ponta d'um sigarro ou lume que alli deixaram uns homens empregados no corte das madeiras.

A segunda foi em Agosto de 1814, e teve origem naquelle mesmo sitio; por ter pegado fogo n'um grande eixo de madeira que alli existia pertencente ao engenho de serrar, e de que se serviam uns homens que costumavam ir cortar páos para caejados, e os aqueciam alli para os endireitar: o fogo passou primeiro ao engenho de serrar, e depois ao pinhal.

A terceira aconteceu em Agosto de 1818 motivada por um raio que cahio no sitio do Pinhal chamado *Brejo do Ferro* proximo á Vieira; havendo por esta occasião mais alguns pequenos incendios causados pelos raios cahidos em varios pontos.

A quarta finalmente succedeu em Julho de 1824: o fogo veio da charneca a que chamam *Camarção*, ao sul do pinhal entre o Alto do Facho e S. Pedro; em consequencia d'uma pequena queimada que alli fizeram para semear os chamados covões, ou certas baixas mais ferteis: como o vento estivesse do Sul e muito rijo, chegou o fogo ao aceiro geral; e saltando por cima, se communicou ao pinhal. É este o maior incendio que consta ter havido no pinhal de Leiria, e mais importante seria, se uma grande parte do terreno, por onde elle passou, não tivesse soffrido as queimadas então ainda recentes de 1806 e 1814. Na planta que ajuntámos a esta memoria, se acham marcados os contornos e extensão destas queimadas que actualmente se encontram todas cobertas de viçosos pinheiros, uns nascidos espontaneamente, outros por meio de sementeiras que posteriormente se fizeram.

VI.

Sementeiras.

Sendo a plantação de arbustos e arvoredos, com especialidade os pinhaes, o unico meio de sustentar e demorar as arêas

moveis que constantemente tendem a innundar os continentes; não podem com tudo as mattas sobre estas formadas deixar de soffrer os damnos de tão forte inimigo; e se a mão do homem as não auxiliar, ellas pelo andar do tempo, ainda que disputando palmo a palmo o terreno que occupam, irão cedendo o campo ao seu adversario até ficarem totalmente submergidas.

Tal é a marcha que se observa no nosso pinhal de Leiria; e como a força de innundação das arêas está n'uma razão progressiva das distancias que estas se affastam da costa maritima, são espantosos os progressos que annualmente fazem para dentro deste pinhal. Á vista da planta, em que existe a linha de limite, se póde conhecer o quanto têm entrado as arêas para dentro do pinhal; tendo-o havido até á borda do mar: de que dão indicios nada equivocos alguns troncos e raizes que se têm encontrado nas excavações que produzem as tempestades. De summa importancia e necessidade urgente é na verdade o olhar para este objecto, fazendo uma sementeira desde a Foz do Rio Liz até ao Ribeiro de Muel; aliás crescerão a um ponto tal as difficuldades disto se conseguir, que será este objecto mais uma calamidade para este paiz, e com justiça seremos alcunhados de barbaros pelos nossos vindouros, por uma incuria tão imperdoavel, deixando crear força as arêas em toda a nossa costa maritima. Martinho de Mello e Castro não deixou de conhecer a importancia deste objecto; e no seu Ministerio, sendo Administrador do pinhal o Tenente Coronel Ricardo Luiz Antonio Rapozo, se deu começo a este interessante trabalho; bem como na Administração do Coronel Warnhagen; porém a falta de meios que tem experimentado o cofre das mattas, e a redução que soffreu a sua receita em 1834, passando de 1:800\$000 r.^o mensaes a 1:200\$000, deixou infructuosa esta tentativa.

Muito convinha applicar annualmente uma quantia certa e determinada para o entretenimento destas sementeiras, podendo esta talvez deduzir-se com facilidade de qualquer onus que se impozesse nos muitos productos do pinhal que gratuitamente d'elle sahem; pois sendo o pinhal de Leiria uma propriedade nacional, e não se podendo estender estes beneficios

a todo o reino, justo é que concorram para a sua conservação aquelles que unicamente o disfrutam.

Quanto ao methodo que se emprega nas sementeiras dos pinhaes, nada diremos á vista do que sobre isto ha escripto, tanto na interessante = Memoria sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal, por José Bonifacio de Andrade e Silva, impressa em Lisboa na Typographia da Academia Real das Sciencias, em 1815 =; como no insinuante = Manual de instrucções praticas sobre a sementeira, cultura e corte dos pinheiros, etc., escripto por ordem do Ministerio da Marinha, pelo ha pouco fallecido Coronel F. L. G. de Warnhagen, então Administrador Geral das mattas, impresso em 1836 na Typographia da mesma Academia.

Depois das extensas sementeiras que mandou fazer ElRei D. Diniz, e que deram o nome e formação ao pinhal de Leiria, não nos consta ter havido alli outras em ponto grande, principalmente nos arcaes: as que se conhecem hoje pelo estado de crescimento dos pinheiros, são as seguintes: — A sementeira da praia, durante a Administração do Tenente Coronel R. L. A. Rapozo em 1791: teve principio junto á barraca do Infantado na praia da Vieira, e acabou onde hoje chamam cabo do matto (8). Por fóra desta teve logar a mandada fazer pelo Coronel Warnhagen em 1830; porém não podendo entreter-se esta, em consequencia dos poucos meios pecuniarios que já dissemos ter a Administração das mattas, acha-se inteiramente coberta de arêas, e perdida. A sementeira do pinhal manso junto á Cabeça Louzã feita tambem no tempo da Administração do Tenente Coronel Rapozo; mas a escolha do terreno foi má; e por isso não fez progressos em vegetação. Em consequencia da grande queimada de 1824, fizeram-se sementeiras mais espaçosas para cobrir todo aquelle terreno queimado onde não podia chegar a semente ou pinhões despedidos dos pinheiros velhos que ficaram; e teve isto logar na

(8) Consta-nos que esta sementeira foi mal dirigida; e ainda que exista uma grande tira coberta de pinheiros já altos, e fizesse por isso grande beneficio ao pinhal, com tudo metade ficou submergida pelas arêas.

superfície comprehendida entre a lagôa da Sapinha e de S. Pedro de Muel.

VII.

Productos rezinosos.

Da rezina , sua extracção das arvores , e applicações.

De tempos mui remotos consta ter-se empregado a rezina de varias arvores , mais ou menos preparada , como meio de vedar da agoa as embarcações ; e parece datar seu uso desde que houveram os primeiros corpos fluctuantes de madeira. Os gregos e syrios , segundo Theophrasto , bem como os romanos conforme Plinio , já davam nas suas embarcações um pez liquido a que chamavam *Apochyma*. Entre os selvagens d'America do Norte observaram os primeiros viajantes , ser elle applicado nas fendas de suas canôas. E até a sagrada escriptura nos menciona = Que a grande arca da salvação das especies era breada por dentro e por fóra.

Longa e fóra do nosso alcance seria a narração de todos os usos das rezinas: é com tudo inquestionavel serem uma das mais ricas producções da natureza , pela immensidade d'applicações que tem nos diversos ramos da Sociedade. Á Marinha ellas fornecem o alcatrão , o pez e o Breu , substancias bem preciosas , tanto para a conservação das madeiras , como do maçame dos navios. Á pintura ellas dão a agoa raz , diversos oleos e o espirito de terebenthina , e são base essencial de brilhantes vernizes e tintas , como o preto chamado = pós de çapatos , etc. Á medicina ellas offerecem uteis usos , taes como balsamos , emplastros , unguentos , e o creosote modernamente descoberto por Reichembach de Blansko , tão efficaç para sarar ulceras carcinomatosas , affecções de peito , etc. Nas tinturarias e estamparias bem conhecido é o vinagre de ferro ou calda preta , que já se preparou em 1807 , na fabrica da marinha grande , e hoje se não faz , a pezar da facilidade de o conseguir ; pois se compõe de oxido de ferro com a agoa russa ou accido pyrolenhoso , de que ha alli muita abundancia , por não ser procurado pelos nossos fabricantes , podendo estes aliás compra-lo por muito mais baixo preço , do que nos vem do

estrangeiro. Finalmente a rezina, quer seja por si só, quer fazendo parte de muitas drogas, tem entrada em grande numero de operações chímicas, e em quasi todas as artes e officios.

É o pinheiro, d'uma ou d'outra especie, a arvore geralmente escolhida por todas as nações, pela abundancia e qualidade da rezina que produz, para d'elle se extrahir o alcatrão e pez marítimo. Não obstante, muitas outras arvores encerram substancias rezinosas, e algumas mui ricas e procuradas; nenhuma com tudo as contém em maior quantidade, nem offerece tão facil extracção como o pinheiro.

A rezina, sendo um dos chamados succos proprios das arvores, apresenta-se ou isolada exteriormente, vertendo dos troncos, ou interiormente, adherente ás fibras lenhosas, principalmente nos nós e raizes. Para chamar a um determinado ponto local este liquido, a fim de se poder facilmente colher, empregam-se varios meios, que passamos a descrever.

Methodos adoptados para obter a rezina dos pinheiros.

Para a extracção da rezina liquida dos pinheiros, em quanto elles vegetam, são tres os methodos empregados por varias nações, especialmente pelos povos do Norte.

O primeiro methodo consiste em tirar levemente, com um machado ou outro instrumento cortante, uma porção de casca no tronco do pinheiro, logo acima do pé ou proximo á raiz: faz-se depois um entalhe na parte lenhosa, que tenha menos de duas pollegadas de profundidade, seis a sete d'altura, e tres de largo. Em toda a superficie deste entalhe brevemente começa a sahir o liquido rezinoso, que correrá para uma pequena cova, que préviamente se deve ter preparado por baixo e no chão, bem batida por dentro, a fim de não deixar sahir a rezina; e daqui se passa com colheres proprias para baldes que se conduzem a tinhas ou outros recipientes maiores. Esta ferida, que deve ser feita com um instrumento bem afiado, e nunca profunda, nem de maneira que dilacere o lenho, (aliás cessaria a vegetação da arvore por esta parte, e não daria rezina,) renova-se amiudadamente para que não deixe de correr sempre a rezina, o que acontece facilmente solidificando-se

esta, e formando em toda a superficie do entalhe uma crusta, que impede totalmente a sahida do liquido rezinoso. Em cada anno se faz novo entalhe por cima do anterior, e quando estes chegam a uma altura demasiada, se principia nova ordem ao lado das primeiras.

O segundo methodo reduz-se a fazer uma ferida longitudinal na superficie do tronco, de trinta pollegadas d'alto e quatro ou cinco de largo, a qual tambem se deve renovar de vez em quando: apanha-se com um ferro proprio toda a rezina existente nesta extensão, e se vai deitando n'um balde conduzido pela pessoa encarregada deste trabalho, que, em elle estando cheio, o vasa em tinas convenientemente collocadas. N'alguns paizes ha homens tão adestrados neste serviço, que tratam de mais de 1.000 arvores por dia.

No terceiro methodo pratica-se do seguinte modo: abre-se com um trado um canal até á medulla da arvore, e introduz-se-lhe um canudo, a fim de por elle escorrer a rezina para celhas postas no chão, nas quaes se colhe esta todos os dias: quando estes furos já não deitam rezina, se tapam com uns tacos de madeira, e passados 15 dias se tornam a abrir; o que produz uma sahida de liquido mais abundante.

Este ultimo methodo é muito usado nas mattas dos pinheiros larizes em França, dos quaes se tira a chamada terebenthina de Veneza, preferida ás outras no mercado pelas suas propriedades, com especialidade na medicina. A rezina obtida por estes tres processos, costuma-se cozer a fogo lento em grandes caldeiras, mechendo-a continuamente; e filtrada depois por palhas compridas, como as do centeio, para a limpar d'algumas impurezas; dá um pez secco e louro, ou colophonia; destillada por um alambique dá a melhor agua raz, e a mesma colophonia fica em residuo.

Tadavia, sahindo esta rezina das arvores separada da seiba, não envolve agua raz sufficiente para produzir um pez liquido como o que chamamos alcatrão. Para este se alcançar, é necessario empregar a adustão da acha em fórnos apropriados, que adiante descreveremos.

O nosso pinheiro marítimo, contendo uma rezina menos liquida que a das differentes especies dos pinheiros do Norte,

presta-se por isso com mais difficuldade á sua extracção pelos methodos anteriormente apontados: assim é mais conveniente empregar a sua acha do que a rezina tirada separadamente; mesmo por causa do alcatrão.

Para obter esta acha em dadas partes da arvore, tambem ha dois meios artificiaes, a que chamam *rechêga*.

1.º Faz-se uma ferida longitudinal na superficie do tronco do pinheiro, não muito acima do seu pé, que tenha de comprimento cinco palmos e de largura oito a dez pollegadas; em todo este ambito começa então a madeira a entear, e passados tres ou quatro annos se escava toda a porção enteadada do lenho. Esta acha é ordinariamente a mais rica em rezina; e as experiencias feitas no pinhal de Leiria mostraram que se podiam tirar 20 a 30 arrateis d'acha a cada pinheiro no fim de cada periodo de quatro annos. Para ter a acha todos os annos por este modo se deveriam ferir em cada anno do primeiro periodo tantos pinheiros quantos fossem necessarios para um determinado fabrico d'alcatrão. D'então por diante não haveria mais do que ir cortando a acha naquelles pinheiros que concluíssem o periodo. Os pinheiros para este fim escolhidos devem ter cinco palmos para cima de circumferencia no tronco, e a experiencia mostra quaes são os mais susceptiveis de crear acha, já pela qualidade do terreno, já por terem a casca mais delgada e liza, etc. A ferida deve ser feita com um instrumento bem cortante, e nunca offenderá o borne com golpe transversal; porque, interceptando este a passagem da seiva ascendente e descendente, cessa por isso de vegetar a porção do tronco assim interceptada, seccando a madeira mais proxima, e até apodrecendo depois por causa da chuva. No pinhal de Leiria se feriram em 1807 mais de 100.000 pinheiros para este fim; porém em consequencia de serem a maior parte destes pinheiros já muito velhos e podres, ou talvez por algum motivo que ignoramos, ficaram muitos sem produzir acha, como hoje se observa; nem se olhou mais para este meio de ter a acha. Todavia este processo está muito em uso n'outros paizes, e é de summa necessidade em todas as mat-tas que não abundarem em tantos pinheiros podres e cardidos, como tem o nosso pinhal de Leiria, nos quaes em algumas

partes se lhes encontra a acha. Estas feridas devem ter logar na parte do tronco mais exposta aos raios do sol; porque, influindo o calor consideravelmente no desenvolvimento da seiba e outros liquidos, é por toda esta parte do tronco que ella circula mais; e escolhe-se para as abrir o tempo da primavera, visto começar então a ceiba a girar, e sabir de certo lethargo que lhe suscita o inverno, acudindo com mais promptidão áquelle logar da ferida.

A madeira destes pinheiros, segundo dizem pessoas experientes, não soffre em qualidade, quando seja preciso aproveitall-a para construcção; e até querem alguns que os pinheiros por este meio fiquem isentos de certas molestias que os costumam atacar; com tudo, havendo receio, têm muitas outras applicações; e mesmo, se elles hão de apodrecer na matta sem proveito algum, ao menos tire-se-lhes este; além de que os cardidos tambem criam *rechêga*.

O 2.º methodo, que está actualmente em pratica no pinhal de Leiria, é deixar na terra até á altura de cinco palmos todos os troncos dos pinheiros que se cortam, e que se presume terem communicação pelas raizes com outros que ainda vegetem, conhecendo-se muitas vezes visivelmente esta communicação naquelles pinheiros que sahem com duas ou mais hastes da terra. Então a ceiba ascendente, tendendo sempre a subir no tronco cortado, chega até á sua extremidade, e alli se vai accumulando e formando a rezina em camadas horizontaes. No fim de tres ou quatro annos póde estar enteado um palmo deste tronco; o que produzirá acha muito rica.

Este meio porém d'obter a acha falha muitas vezes, por não se darem nos troncos cortados as circumstancias exigidas, e que acima apontámos. No entanto o primeiro methodo das feridas longitudinaes é quasi infallivel, e com elle se póde contar para um determinado consumo de alcatrão. — Em consequencia dos poucos meios pecuniarios de que póde dispor a Administração Geral das Mattas para este objecto, tem sido sufficiente até agora a acha formada naturalmente, e que se encontra nos pinheiros já velhos e cardidos, e naquelles são de natureza de a crearem sem artificio algum; mas

este recurso deve soffrer grande diminuição, e não será sufficiente, logo que se limpe o pinhal de tanto pinheiro podre que nelle existe em prejuizo da reproducção da especie.

VIII.

Colheita da acha, e pratica actualmente seguida no pinhal de Leiria.

Uma das circumstancias que mais concorre para a bondade do alcatrão e outros productos rezinosos, é certamente o estado em que deve estar a acha quando entra no forno. Introduzindo-se esta molhada, acha-se no lenho a rezina conjunctamente com a agoa, e esta vai embarçar e demorar a combustão, consumindo-se muita parte oleosa, e deixando de se fazer muitas vezes a devida extracção, por não attenderem a esta circumstancia os Pegueiros, empregando sempre o mesmo tempo e grão de calorico. Assim a época mais vantajosa para a colheita da acha será de Março a Setembro, tanto por haver na arvore mais succos proprios, como porque alguma agoa que o lenho encerre, depressa se evaporará em consequencia da temperatura então quente do ar. No caso porém que saya mais barato o obter-a d'inverno, então se deverá empilhar em telheiros para alli soffrer a conveniente exsicação, devendo estar exposta por algum tempo ao ar livre.

Muito irregular e despendiosa era antigamente a colheita da acha no pinhal de Leiria. Formavam-se numerosas companhias de Pegueiros que, levando consigo um capataz, corriam todo o pinhal, e faziam a acha onde o acaso lha deparava: esta acha ficava em porções espalhada pelo pinhal; e a Administração pagava a estes homens, e depois a carreiros para a conduzirem á fabrica do alcatrão. Desta pratica se seguiam muitos abusos e desperdicios; quando os Pegueiros recebiam jornal, consumia-se muito tempo na pesquisa da acha, e forçosamente devia esta saber muito cara: quando se lhes pagava por volume ou estima, como estas avaliações eram feitas pelos capatazes lá por dentro do pinhal, sem mais alguma fiscalisação, mui facil era então ou o erro e suborno, ou o seu extravio e pouco apuro na qualidade. Deve-se ao Sr. Manoel Af-

fonso da Costa Barros, nomeado em 1807 Director das fabricas rezinosas dos pinhaes de Leiria, e hoje Inspector da 1.ª Divisão destes pinhaes, notaveis melhoramentos, tanto neste objecto, como na manufactura do alcatrão e outros productos; que pela primeira vez alli se extrahiram da acha e rezina; tendo ido á Universidade de Coimbra apresentar os seus ensaios, que foram alli analysados e approvados em 1807 pelos Doutores Lentes; de chimica, Thomé Rodrigues Sobral; de mineralogia, José Bonifacio d'Andrada e Silva; e de botanica. Antonio José das Neves.

O methodo actualmente adoptado na fabrica da Marinha é sem duvida o mais facil e economico: por uma arroba d'acha posta na fabrica paga a Administração de 20 a 30 réis, conforme a sua qualidade e distancia d'onde vem. Como a acha que alli se gasta, desde a época da ultima queimada de 1824, é tirada quasi toda de pinheiros podres e cardidos, os carreiros, quando vão ao pinhal á lenha, principalmente os da fabrica dos vidros, trazem juntamente toda a acha que encontram, e a depositam junto ás casas dos Guardas do pinhal, onde ha ordem expressa para não a deixarem sair. Depois, em havendo porção que faça carrada, a vão vender á fabrica, levando uma guia dos competentes Guardas.

IX.

Estado dos productos rezinosos em Portugal.

Ainda que os antigos conhecessem varios processos de fazer alcatrão, como já dissemos a pag. 325, tratando das rezinas, com tudo não temos noticia, nem consta na Administração dos pinhaes de Leiria, que alli, ou em parte alguma de Portugal, se fizesse esta substancia antes de 1790; limitando-se ao pez crú, chamado *breu*, e ao pez cozido, denominado *pixe*. Até esta época era o alcatrão importado todo do estrangeiro; não se fazendo entre nós talvez por não ser o nosso pinheiro marítimo da mesma especie daquelles de que lá fóra o extrahiam; e foi, como já dissemos, durante o Ministerio de Martinho de Mello, que se fizeram ensaios mais ou menos fe-

lizes a este respeito, até se estabelecerem os fornos chamados *raguzanos*, dirigidos por um mestre que se mandou vir de Raguzza, os quaes forneceram d'ahi por diante abundante quantidade d'alcatrão. Estes fornos foram montados na fabrica da Marinha Grande, pertencente á Administração Geral das Matas, onde existem varios outros, que todos adiante descreveremos. Fora desta fabrica em parte nenhuma do reino se tem feito alcatrão, sendo provavelmente uma das causas principaes a pouca força que têm os pinhaes particulares para crearem acha propria para este fim. Todavia nas provincias, principalmente na do Alemtôjo, se faz muito pez a que chamam *pixe*, empregando-se neste trabalho quasi exclusivamente varios habitantes da Vicira, que denominam Pegueiros; e que dalli sahem todos os annos. O processo porém de que se servem, é tão grosseiro, que os proprietarios des pinhaes pouco interesse disso tiram; quando aliás podiam obter productos valiosos. O methodo que elles praticam, é o seguinte:

Escolhem uma pequena elevação de terreno ou encosta, e no seu declive fazem uma cova de 7 palmos de fundo e 4 de largo, pouco mais ou menos: amassam uma pouca de terra com barro, e com este e alguma pedra miuda construem as paredes do forno, dando-lhe uma configuração semelhante á dos fornos de pez (Fig. 9 da estampa 2.^a). No fundo abrem um canal com inclinação para uma pequena cova inferior ao lado do forno, na qual lhe fazem tambem do mesmo modo as paredes interiores: rebocam depois com barro bem amassado todas estas paredes interiormente, e deixando-as seccar um pouco, as cozem com fogo de matto, que lhe introduzem. Prompto assim o forno e a caldeira, ajuntam os nós, raizes, e mais madeira resinosa dos pinheiros, principalmente mansos; e, partindo-a em pequenos pedaços, enchem com ella o forno; communicando-lhe o fogo superiormente e tapando, mas não de todo, a boca por causa do ar, o deixam arder até ao fim. O pez corre então pelo canal inferior para a outra cova ou caldeira, que deve estar bem tapada durante a combustão. Tendo assim reunido na caldeira todo o producto resinoso, a destapam, e lhe botam fogo dentro: quando julgam ter o liquido ardido sufficientemente, mechendo-o sempre com um

pão, experimentam um bocado em agoa fria; cuja prova, sahindo boa, apagam logo o fogo, abafando-o; feito o que, deitam, com colheres proprias, o pez em pequenas covas, que antecipadamente têm promptas no chão: frio o pez, o tiram destas covas em forma de pães, e assim é vendido geralmente no mercado.

Desta maneira o pez vem cheio de terra e outras impurezas, mal caldeado, e perde-se uma grande parte, tanto nestes desperdícios, como consumida pelo fogo; além da agoa raz que podia fornecer.

X.

Descripção dos fornos d'alcatrão e pez, existentes na fabrica pertencente á Administração Geral das Mattas, estabelecida junto á Marinha Grande, e meio pelo qual se obtém os productos rezinosos.

PRIMEIROS.

Fornos raguzanos.

Os fornos que nesta fabrica mais trabalharam, foram os chamados raguzanos: o alcatrão que delles se colhia, era sem duvida excellente; porém seu amanho era tão penoso, que foi forçoso pôl-os de parte, por haverem outros que suppriram sua falta, sem estarem sujeitos a taes inconvenientes. No entanto estes fornos, pelos simples meios empregados na sua construcção, estão ao alcance de todos, podendo-se estabelecer com facilidade junto a qualquer matta. A estampa 2.^a, fig. 1.^a até 7.^a, apresenta todos os dados e dimensões para a sua execução, servindo-se da escala junta, que vai graduada em palmos.

Para a collocação destes fornos exigem-se duas condições essenciaes; a saber:

1.^a Um terreno elevado, e com alguma queda d'um lado, ou propriamente encosta:

2.^a Agoa perenne nas suas proximidades.

Dadas estas circumstancias, fazem-se as competentes excavações, dentro das quaes, antes de principiar o forno, se fará algum alicerce d'alvenaria na base, como mostram as

fig. 2.^a e 3.^a, para não abaterem depois as paredes com o grande peso da pilha. Construido o forno todo d'alvenaria, menos o fundo e bordas, que devem ser de tijolo; colloca-se a calha (a fig. 3.^a), que deve tambem ter de tijolo os dois primeiros palmos junto ao fundo do forno, para se não queimar, sendo o resto de madeira, bem como o recipiente (b) do alcatrão; pois os acidos desenvolvidos durante a destillação atacam e gastam fortemente tanto a pedra, como o ferro e outros metaes. Feito tudo isto, se deixa enxugar o forno, e então se principia a carregar ou enfornar pela maneira seguinte: Abaixo do nivel da boca do forno um palmo, se porão (fig. 2.^o) barrotes atravessados com intervallo de meio palmo, formando uma especie de grelhas: por cima destas grelhas se deitará uma camada de seixos lizos (de tamanho tal que não cayam pelos intervallos das grelhas), que encherão toda a boca do forno até estarem ao nivel do terreno superior: começa-se depois a empilhar a acha, que deve ter tres palmos por menos de comprido, e duas pollegadas de grossura; para se fazer esta pilha principia-se no centro da boca do forno com um feixe a prumo, e se vai acompanhando de roda, com certa inclinação para dentro da parte superior, até dizer com toda a circumferencia da boca do forno: repetem-se do mesmo modo as outras camadas, sempre com alguma inclinação para dentro da parte superior até fechar, como mostra a fig. 2.^a Na altura de nove palmos para cima até arrematar a pilha, se póde meter acha mais miuda, ficando a altura total da pilha com quatorze a quinze palmos.

Concluida a pilha da acha, que deve ficar uniformemente cheia por dentro, sem grandes intervallos, e bem acabada por fóra, se passa á sua cobertura ou *camiza*, assim chamada pelos da arte: para isto cobre-se primeiro a pilha com uma camada de matto (9) de espessura d'um palmo pouco mais ou menos, posto todo por igual, e com as raizes para cima e encostadas á pilha. Começa-se depois a cobrir com terra toda a pilha desde a sua base, da maneira seguinte: — Tendo pré-

(9) O matto mais empregado, por ser mais maneavel, é um a que chamam *marganiça*.

viamente preparado esta terra, amassando-a com um pouco de barro, sendo este em tal quantidade, que a argamassa resultante não rache com o calor; principia-se esta capa de terra ou abobada, em roda da boca do forno na largura de tres palmos; alguns homens em cima a vão calcando com os pés, e chamando-a para dentro com ancinhos devendo concorrer em roda do forno agoa necessaria, vindo conduzida para alli por um cano (*c* fig. 1.^a) metido na parede, e dalli cahe por meio de aberturas feitas em frente de cada forno, n'umas tinhas (*d*) collocadas por baixo, as quaes, transbordando, fornecem a agoa precisa para este trabalho. Quando os ancinhos já não podem trabalhar, lança-se mão de pás para deitar a terra para cima até ao vertice. Esta capa exterior de terra, como mostra a fig. 2.^a, deve ser feita com muita igualdade em roda da pilha, indo sua espessura a diminuir para cima até fechar, ficando com a superficie exterior bem liza.

Acabada desta maneira a coberta, applica-se no vertice da pilha, a que chamam *esponte*, uma ferraça ou rodella de ferro (fig. 4.^a), que ficará em contacto com a acha, e por meio d'um furo, que deve haver no centro, se introduz então o fogo; e começará assim a pilha a arder interiormente.

Quando se conhecer ter ardido mais d'um palmo d'altura, se faz nesta distancia uma secção a que chamam *banco*, e se applica outra ferraça (fig. 5). Tendo ardido mais dois palmos em altura, se faz outra secção a que chamam *córte rente*, e se applica tambem outra ferraça (fig. 6). Finalmente ardendo mais cinco palmos em altura tem lugar a ultima secção, a que chamam *desenforne*, e na abertura da qual se applica a grande ferraça (fig. 7). Advertindo, que antes de collocar estas ferraças, se limpa a pilha de todo o carvão existente.

Estando concluida a combustão de toda a acha do forno, se taparão os buracos da ultima ferraça com pedras, e se cobrirá toda com terra humedecida. Logo que se julgue estar frio o forno, se desmancha a pilha, e tira todo o carvão, bem como se destapa a caldeira inferior ou dorna (*a* fig. 3.^a) que encerrará todo o alcatrão que correu da acha durante a sua combustão, tempo em que esta caldeira deve estar muito bem tapada e coberta com terra humedecida.

Haviam dezeseis destes fornos na fabrica da Marinha Grande; e agora ainda alli existem dez: cada um levava de 220 a 250 arrobas d'acha, que precisava de cinco a seis dias para arder, e de quatro a cinco homens para o seu amanho. Seu producto era:

Em alcatrão, 24 a 28 arrobas ou 10 a 12 por cento.

„ agoa russa, 3 almudes.

„ carvão, 12 fangas.

A grande difficuldade nestes fornos raguzanos consiste em fazer arder igualmente a acha; pois o vento, sendo forte, chama a combustão toda para um lado. Para evitar este inconveniente, ha uns varões de ferro aguçados na ponta, a que dão o nome d'agulhas, e que servem para abrir alguns furos na abobada, afim de chamar o fogo para onde elles se praticam.

Todo o processo empregado nestes fornos, até se obter o alcatrão, tendo que se renovar em cada fornada, torna-se mui trabalhoso; e não póde ter logar com chuva ou demasiado vento. Assim, posto que elles sejam uteis, pela facilidade dos meios empregados na sua construcção, para se estabelecerem temporariamente junto a qualquer matta, todavia para uma manufactura d'alcatrão constante e permanente, como deve conservar a fabrica da Marinha grande, devem-se preferir os fornos cylindricos que alli existem; mesmo por serem mais productivos, como se verá.

SEGUNDOS.

Fornos cylindricos.

De todos os fornos que se têm imaginado para o extracto do alcatrão são estes cylindricos os mais perfeitos, mesmo porque se obtêm delles certas substancias que nos outros se volatilisavam em gazes, ou se consumiam pelo fogo que nelles ardia interiormente. Sua invenção é moderna, e na fabrica da Marinha grande data o seu uso de 1822. Os que actualmente existem alli, foram montados em 1838 durante a administração do Coronel Varnhagen que se esmerou na sua construcção.

São de dois destes ultimos que tirámos as dimensões que apresentamos na estampa 3.^a, cujas figuras passamos já a explicar.

A fig. 11.^a é uma secção horizontal feita no alicerce, passando pela linha AB da fig. 17.^a

A fig. 12.^a é a vista superior das bocas dos cylindros com a projecção ao lado da chaminé, subindo-se a este plano por meio d'uma rampa ou escada supplementar de madeira.

A fig. 13.^a é a tampa de cada cylindro.

A fig. 14.^a são as grêlhas que assentam em duas metades no fundo do cylindro, e por onde correm os productos rezinosos.

A fig. 15.^a é uma secção longitudinal feita verticalmente na calha que existe ao lado dos fundos dos cylindros, por onde correm os productos para a dorna (*d*).

A fig. 16.^a é o plano d'elevação do lado onde existem as bocas das fornalhas.

A fig. 17.^a representa o cóрте vertical feito na direcção AB e A'B' das fig. 11.^a e 12.^a

A fig. 18.^a é o plano d'elevação do lado da plataforma.

E a fig. 19.^a offerece finalmente o cóрте vertical feito na direcção CD e C'D' das fig. 11.^a e 12.^a

Cada um destes fornos compõe-se d'um cylindro de ferro, fig. 17.^a e 19.^a, dentro do qual se mette a acha com as hastes verticaes, dando-se a estas tres ou quatro palmos de comprimento e duas pollegadas de grossura pouco mais ou menos. Posta a primeira camada no fundo do cylindro, apertada com um maço, mas não demasiadamente a fim de poder correr o alcatrão, se sobrepõe segunda, terceira, etc., até á boca; estando assim cheio o cylindro, se fecha hermeticamente com uma tampa de ferro, fig. 13.^a, barrando as juntas com uma argamassa de grêda e cal, ou de algum barro conveniente. Por baixo de cada cylindro ha uma fornalha, (*f*) fig. 16.^a e 19.^a, onde se applica o fogo, e este vai circumdar todo o cylindro até á boca, passando pelas recamaras *r*, *r'*, *r''*, etc., fig. 17.^a e 19.^a, construidas em roda. No fundo de cada cylindro ha uma grêlha de ferro, fig. 14.^a; acabando depois o forno em fórma de funil. A acha, em consequencia do in-

tenso grão de calor, que exteriormente gira em roda do cylindro, vai largando todos os succos rezinosos, até ficar reduzida a carvão. Estes succos, atravessando as grêlhas, se precipitam no fundo afunilado do cylindro; e d'alli, correndo por uma calha de madeira, (*m*) fig. 15.^a e 19.^a, vai entrar n'uma dorna, (*d*) fig. 15.^a, enterrada conveniente, e que deve estar bem tapada, com terra humedecida por cima, durante toda a distillação. Estando esta concluida, o que leva ordinariamente dois dias, fecha-se a boca da fornallia, (*f*) fig. 16.^a. Destapa-se então a dorna, que encerrará primeiro uma agoa quasi pura, depois o alcatrão, e por baixo de tudo agoa russa ou acido pyrolenhoso, e d'alli se vai tirando o alcatrão para barrís. Tira-se tambem todo o carvão existente dentro de cada cylindro, e ficam estes desde então aptos para outra fornada.

Na fabrica da Marinha Grande são 10 os cylindros, todos das dimensões que apresentâmos na estampa 3.^a Cada um destes fornos leva 60 arrobas d'acha, ou 600 arrobas para os 10: precisam de quatro dias e tres noites para arder, e produzem:

Alcatrão.....	{ 12 a 13 barrís de 8 arrobas cada um, ou, termo medio, 100 arrobas d'alcatrão; isto é, 17 por cento a respeito do pezo da acha.
Acidopyrolenhoso..	
Carvão.....	12 almudes.
	40 fangas.

TERCEIROS.

Fornos de pez.

Estes fornos, fig. 9.^a e 10.^a, estampa 2.^a, têm uma figura proximamente parabolica; e parecem-se com uma talha enterrada: são construidos todos de tijolo, e antes de se principiarem a construir, sempre se lhes submete algum alicerce d'alvenaria. Assentado o fundo, se prepara uma taboa ou molde, que tenha por um lado a curvatura interior do forno, e que seja igual a meia secção longitudinal do plano que se imaginar passar verticalmente pelo eixo do forno. Este molde se fará girar em roda do eixo, e assim se irão pondo os tijo-

los até á boca. Junto ao fundo se deve abrir um canal, (c) fig. 10.^a, com alguma inclinação para o recipiente (r), que deve ser de madeira.

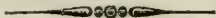
Construido assim o forno, aproveita-se toda a acha miuda e nós, e se vai metendo dentro do forno deitada com alguma inclinação, e em fôrma de raios. Cheio o forno se lhe lança fogo por cima, e se tapa com uma ferraça, que terá alguns buracos para entrar o ar, e entreter a combustão. Concluida esta, se tapa a boca do forno com a mesma ferraça, pondo-lhe pedras nos buracos e terra humedecida por cima; o que se fará tambem á boca do recipiente antes de se ter deitado fogo á acha. Logo que esteja frio o forno, se destapa para tirar o carvão que dentro existe, fazendo-se outro tanto ao recipiente, que conterà o pez extrahido, a que chamam breu.

Um forno com as dimensões das fig. 9.^a e 10.^a leva 40 a 45 arrobas d'acha, e precisa dezoito horas para arder; produz:

Pez ou breu 4 $\frac{1}{2}$ arrobas ou 12 por cento.

Carvão 1 fanga.

(Continuar-se-ha.)



DOCUMENTOS INÉDITOS

PERTENCENTES À HISTORIA DA MARINHA PORTUGUEZA
E DE SUAS DESCOBERTAS E CONQUISTAS
NO ULTRAMAR.

Extrahidos de differentes archivos, pelo Sr. Albano Antero da Silveira Pinto, Perito Paleographo e Socio d'Associação Maritima e Colonial de Lisboa etc. etc.

N.º 1.

Carta de Diogo Borges á Rainha D. Leonor em que lhe dá noticia da sua chegada a Çafim, e do modo porque tomaram esta Cidade, e circumstancia d'este successo. = Feita em Çafim a 28 de Setembro de 1498.

SENHORA = Vosa alteza sabera como nos chegamos a esta vosa cydade de Çafim aos sete dias deste mez de Setembro, e tanto que

chegamos eu me fuy logo a terra a falar ao Senhor e lhe dey as cartas de uosallteza que hia sobre Cyde abodarrarem seu sobrinho, e lhe dixe de parte de uosallteza todo o que uosa allteza me mandou pollo quall elle folgou muyto mas nom hopos por obra e jsto Senhora nom pollo dito Senhor nom ter boa vontade mas pollos contrarios de Cyde abodarrarem que bem se doyam do que lhe veo despois Demaneira Senhora que nom quiseram que elle entrase na Cydade se nom que fose ha vylla que lhe dado tinha, e que lhe mandaria dar todo o que lhe mister fizese, e eu Senhora tanto que vy suas vontades desimuley ha cousa e dixe-lhes que o dito abodarrarem farja toda sua vmtade delle, e que ho mandassem deter em terra, e tanto Senhora que deceo em terra logo seu tyo mandou que sefose para ho lugar que dado lhe tinha, e elle Senhora asy ho fez, e tanto que no dito lugar esteue nom curara mais delle nem lhe dera o que lhe avya prometido e todo o que espreveram a uosallteza nom lho quiseram comprir Demaneira Senhora que elle me mandou dizer eu oulhase pollo que comprya a uoso seruiso e que oulhase como esta cydade nom era de uosa allteza e das cousas que nella se faziam e mais que oulhase por sua honrra e Decomo lhe nom dava nada do que a uosa alteza auiam espirito e entam Senhora vendo eu quanto era de uoso seruico, e elle ser Senhor desta Cydade porquanto seu tyo he homem muito velho, e nada ja nom mandaua saluo os contrarios delle dito abodarrarem e tambem soube como elles determinauam de darem esta terra a ElRei Dom fernando e de como ha terra se perdia, entam Senhora ouue por uoso seruico que ho dito abodarrarem fose Senhor desta cydade e terra, pois que seu tyo ja nom mandaua nada e que era mandado por estes que queriam fazer trair a vosa alteza, e porque Senhora todollos principaes da terra me vieram dizer que mandase dizer aCyde abodarrarem que entrase, e que alevantase vosa bandeira Real e fizese apregoar da parte de uosa alteza que todos que estauam a uoso seruico que nom ouuesem medo, e os que setemiam que se fosem e que nom aueria nenhũ que fose contra elle, e eu Senhora vendo como era voso seruico e vendo seu dizer delles; entam lhes espreuy huma carta por um seu criado, e lhe mandey dizer que elle se vyese denoite muito secretamente e que se vyese meter nestas casas de uosa alteza, e que outro dia polla manham mandariamus chamar ho principal seu contrario que se chama achia Ziet entam ho mataria e que sairia acaualo das casas fóra; apregoau-do Departe de uosa alteza paz, com vosa bandeira alevantada.

Senhora tanto que elle vyo meu Recado veo logo de noyte entrou nas casas de uosa alteza, e eu faley com elle, e trouxco pera ha pousada do esprivam desta feytoria, o quall esprivam, e eu fomos falar com ho feytor, e ho feytor nem ho esprivam nom sabya parte da sua vynda porque Senhora eu nom lho dixe por se ha coussa nom descobrir nem mouro nem christaão ho nom sabia pero que Senhora nom nos hia senom ha vyda.

Senhora tanto que Cyde abodarrarem e ho espiuam, e eu falamos com o feytor e lhe contamos de como ha cousa estaua muyto bem ordenada pera que matasemos ho dito achia Ziet dentro nesta casa porque tanto que elle fose morto logo toda ha terra era aleuantada por Cyda abodarrarem como elle bem veria, e elle dito feytor dixe que nom queria nem numqua quis consentyr e que tall cousa se fizesse pollo quall nos ouuera de lançar a perder, e quando isto vyo Cyde abodarrarem esteue em ponto de ho fechar dentro em huma casa ou malallo se lhe nom fora por vosa alteza nom ho aver portreedor que tam desesperado se vyo delle e nestas estorjas esteuemos atee que comesaua a rromper alua sem nada fazer.

Senhora vendo Cyde abodarrarem como ja se comesaua a Romper alua, e que ho feytor nom lhe qujs deixar fazer o que elle queria, mandou sellar seu cauallo e tomou-nos as fees, ao espiuam e a mjm lhe abrijsemos as portas desta casa de uosa alteza e que fosemos em sua aguda, e que lhe desemos contas e fauor, e nos lhe demos nosas fees de todo que elle qujzese, e lhe fazerimos por o voso seruiço.

Senhora, tanto que nos este guramento tomou cauallou em seu caualo, e nom leuaua consigo mais de tres mouros a pre desarmados se noom espadoões e adargas, e dous christãos nom majs que com duas béstas, e bem poucas setas, e elle soo a cauallo com huma lança e espada em punho e hũa adarga sem majs outras armas, asy Senhora sayo da casa deuosa alteza leuando a vosa bandeyra aleuantada, e dizendo vyua elRey Dom manuell e ha Senhora Rajnha Dona lianor meus Senhores cuyjo vasalo eu sou.

Asy Senhora que elle nom sayo ha peleja com mais armas nem mais homens saluo estes cinco que aquy nomeo, e elle sejs, e logo que foy manham andando elle correndo a terra se lhe viriam obra de dez mouros para elle bem desarmados da parte de seu tyo se aguntou grande cantydade de gente delles bem armados, e ho tyo com os contrajros do dito abodarrarem vieram a caualo antre os quaães veo hum seu jrmaão delle dito abodarrarem e lhe dixe que se sayse fora da cydade dizendo-lhe por mujtas mas Razões o abodarrarem dizendo-lhe que se fose emboora que lhe nom queria fazer mal demaneira Senhora que tanto ho afadigou que abodarrarem Remete a seu Irmaão, e a toda a gente que com elle vinha que me parece que serjam majs de trezentos homens, e tanto que ho vyram arremeter fazem todos avolta ante elle asy como ouelhas ante lobo asy os de pec como os de caualo e alcançou a seu irmaão e dey-lhe huma grande lançada no caualo e outra no corpo que nom pode tyrar alança delle e sayo do caualo case morto demaneira Senhora que cuydo que vyuera, e se tornou pera as casas de uosa alteza, porque nellas fazia costas, e nos lhas tynhamos as portas abertas, e estauamos a porta armados e bom Recado, e ha bandeira de vosa alteza aleuantada.

Senhora tanto que elle ferio ha Irmaão e desbaratou toda a gen-

te era aynda soo e seu tyo isto vyo foy-se logo pera sua casa a gram presa e dêçese de seu caualo e meteo-se dentro em sua casa e entam a gente quando isto vyra de como elle soo ferio seu jrmaão, e desbaratou tanta gente e que ho tyo, e seus contrairos eram ja fugidos e fora da cydade e ho Senhor em sua casa e portas fechadas veose todo ho pouo pera elle e aleuantaram por Senhor da terra dizendo que viuese vosa alteza.

Senhora tanto que ha peleja foy acabada e todos seus jmigos fugindo fora da cydade e elle aleuantado por o Senhor mandou logo Roubar-lhes as casas, e derriballos e logo todo foy feyto asy Senhora que me parece que elle fez o que compria avoso seruico e como muito valente caualeiro que elle he pero que me parece Senhora que Cyde abodarrarem he hum dos boôs caualeiros Domundo porque elle gaynhou esta cydade por sua lança, e agora pode bem vosa alteza chamar que esta cydade esta a voso seruico e que he de uosa alteza, e asy, e asy a casa e os que nella estam e estiveram como Senhora, lopo dazeuedo pode dizer avosa alteza das deshonnras, e injurias que os vossos feytores e esprivaes recebyam em poder de achia Ziet, e porque Senhora jsto nos parece o muyto voso seruico se fez asy desta maneira.

Senhora outro dila depois da terra estar ja em paz mandou o Senhor muitos casises e homens Santos, e os velhos princypaes da terra que metese paz antre elle e seu sobrinho e que os fizesem amygos aos quaaes elle Respondeu que lhe prazia e que elle nom era vyndo pera ho tirar de sua honrra mais pera honrar e servir como ha Senhor e pay, e pera lançar fora da terra as mãos e que eram trredores avosa alteza e Roubauam ho pouo e que elle era seu vasalo, e estaua a seu seruico, e entam me mandou que eu fose com toda aquella gente que lhe ho tyo mandou, e que falase com elle, e que os concertase e todos dixeram que era muyto bem, e asy ho fez.

Senhora tanto que eu fuy com todos casises e pryncipaes da terra ante ho tyo, eu lhe dixi em como seu Sobrinho abodarrarem era muito a seruico de uosa alteza, e pero que elle vya que achia Ziet, e os outros eram trredores a vosa alteza, e asy a elle dito Senhor que elle dito abodarrarem doendo-se de uoso seruico e de sua honrra por quanto era ja muyto velho, e que faziã delle escarnjo, que elle os viera castigar elançar fora desta terra, e que querja ser muito seu amjgo, e lhe queria ser muyto leall vasalo cfazer todo o que elle quisesse como seu Senhor por quanto vosa alteza asy lho avya mandado mas que elle lhe fizesse e dese todo seu comprido poder, asy como ho tynha dado ao trredor de achia Ziet, pera que mandase a terra e fizesse justiça, e que tudo farja com seu conselho por quanto elle era ja homem muyto velho e que todos os officyaes que elle de sua mão tynha postos que asy esteuesem e ho dito Senhor desto foy muyto contente entam mandou logo ser feyta hũa carta asynada por elle, e por todos os princypaes da terra em que todos obedeçesem

ao dito Cyde abodarrarem seu Sobrinho em todo quanto lhes mandase asy como a elle mesmo, e asy ho mandou logo apregoar por toda ha terra, e eu Senhora trouxe a carta e paz, ao dito abodarrarem com que muyto folgou.

Senhora tanto que eu dey a carta DoSenhor e paz abyde abodarrarem mandou logo selar hum caualo e caualgou e muyta gente com elle, e foy-se acasa Deseu tyo ao quall fez muyto acatamento e honrra, e ho tyo quando ho vyo chorrande grandemente com elle, e beijando nas faces e olhos lhe dixe que ma destruyçam viesse pollos que tanto mall meteram antre elles tanto sem Razam, e neste Recybiemento esteneram muito e ho tyo lhe deu grandes vestidos de sedas de cores e muyto djnheiro entam se foram ambos acaualo com toda a gente Da cydade apee asua mesquyta grande e aly fizeram sua oraçam, e ante elles hiã grandes pregões e trombetas, e atabaques e toda a gente da terra e Despois de feyta sua oraçam, fez ho Senhor hũa grande arrenga a todo ho pouo dizendo-lhes em como elle era ja homem tam velho e Deus lhe avya trazido asy seu Sobrinho e que elle lhe daua todo seu comprido poder que o que elle fizesse que elle ho avya por feyto e que asy ho gurasem por seu Senhor verdadeyro e que lhe fosem sempre leaes porque asy era muyto seruico de uosa alteza e bem delles e que dessem todos muytos louvores a Deos por lhes dar tam virtuoso Senhor e por os meter em tanta amjzade e paz asy Senhora que agora me parece e asy he verdade que esta terra he de uosa alteza e agora se pode chamar de uosa alteza e se fazer nella todo o que vosa alteza mandar, e Dantes nom.

Eu Senhora porque os feytores me mandaram fazer algũas cousas pera a casa de guineé, nom vou, entam Determjney per esta fazera saber avosa alteza as forças deste causo ao que vosa alteza me mandou com Cyde abodarrarem, e asy da sua entrada nesta cydade. De tudo avyso vosa alteza como pasou.» DeÇasim aos vjnte e oito dias do mez de Setembro de mil quatro centos noventa e oito anos (1498) = Diogo Borges.

(*Traslado do original que se acha no Real Archivo da Torre do Tombo. Corp. Chron. Part. 1.ª Maç. 2.º Doc. 123.*)

N.º 2.

Carta de Pedro Alvares de Caminha dando parte a ElRey da morte de Alvaro de Caminha e de como estava encarregado do Governo da Ilha de S. Thomé, e larga conta do seu estado. Datada de S. Thomé a 30 de Julho de 1499.

Senhor = Pero aluares de caminha que ora de vosallteza tenho carreguo de capitam desta vossa ilha de Samthomee, com aquella obediencia que deuuo, beijo Senhor as mãos avossallteza Aquem fa-

ço saber que depois da partida Debertollameu Dias à tres mezes pouco mais ou menos adoeceo de febres alluaro de caminha das quaaes Senhor teue Doze ou quinze Dias Deque foi saão, e andou asy huns Dias atee que hum Dia mandando poer hum nauio em monte com afadigua que nysso leuou e grandes callmas tornou outra vez a cair Defebres, que o nom leixarom tee que passado Dez ou Doze Dias lhe tiraram a allma: asy Senhor que em hum Dominguo nanoute a vinte e oito dias dabrill este passado se finou. E foi enterrado com a maior solenydade que se pode fazer na Igreja Denossa Senhora.

Como da primeira adoeceo fez seu testamento no quall me leixou o carreguo desta capitanya, e governança, e por seu testamento pera fazer compir allgumas coussas de sua comciencia, a que ca era obriguado; = asaber = paguas de Solldos devidos, e outras muitas coussas como vossallteza pelo dito testamento pode ver ou mandar ver. O quall com a carta da capitanya etodolos outros poderes e liberdades da ilha mando a vossallteza pera todo mandar ver porque asy mo leixou mandado.

E por que Senhor vossallteza saiba a maneira em que agora estamos, e do que ha feyto na Justiça e governança Daterra e ordem de vossa fazemda lhe quero Detudo dar comprida comta.

E começo Senhor na governança dajustiça e primeiro que tudo vossallteza sabera que depois Damorte do dito alluaro de caminha meu primo sam aquy mortos por justiça tres homens que em vida do dito alluaro de caminha eram Degrradados pera sempre, fora Desta povoaçam por suas cullpas, aos quaes ja por vezes foi dada a vida, = asaber = hum que se chama unabaaes que em todollos malles passados e presentes foy hum dos principaaes; este Senhor era Degrradado e em vida de alluaro de caminha seendo doemte quebrou o degredo.

Estando prreso, os outros dous sse vieram apovoaçam com fundamento de ho tirar Daprisam e com outros de sua valia, que ja eram aquadrilhados pera me matarem, pollo quall todos tres foram emforcados, e os outros ouueram suas emendas De Degredo como milhor pareceo.

Depois da morte dos quaaes ficou a terra louuado seja seja nosso Senhor com asseseguo, e pareceme Senhor que estam os moradores em disposiçam que mais nom auera rrevollta em quanto nom vyer gente Derrevollta por que todos estes mostram que me querem bem e ceerto Senhor teem me boã vomtade.

Todallas outras coussas Senhor sam liurradas com seu direito o milhor que se pode fazer.

Ajnda que nas coussas onde ha, epode aver Duvida sempre homem fica per curto.

Mas porque Senhor meu Desejo he nom errar ponto em nenhuma couza, por me em allguma parte parecer com o dito meu primo teerey em mercê avossallteza mandar-me hum homem que o bem emtemda pera o mundo, o tempo que ouuer por seu seruicho que quaa

esticeer que me parece Senhor que pera acabar todo o que no testamento he declarado; asaber= Igreja de nossa Senhora, e moesteiro, e cobrir todollos outros apousentamentos d'elle, Dos que estam começados; e pagamentos desollidos Devidos, e casamentos de muitas moças que ha pera casar; e outras muitas cousas de uoso seruico e descarreguo vosso, e sua comciencia, que sam porfazer, ha mister muito pouquo menos De tres annos pera o quall tempo Senhor, me parece que podera auer nauios que tragam os escrauos e mantimentos dos Rios, com as aJudas de fundos que lhe quaa poemos pera que ha muita e boa madeira; soomente Senhor nos sera necessario se ho vosallteza asy ouuer por bem, allgum breu e estopa, porque sem estas duas cousas nada senam pode fazer que do all nos rremediaremos com allguma coussa do que ficou Doque vosallteza per mijm mandou.

Senhor afazemda de uosallteza sempre em vida dalluaro De caminha foy posta aboom rrecado: E depois do seu fallecimento teuguora he feyto acerca della como sempre, Despesa per aquella meesma ordenamça, como damtes com affonso de bairros esprivam do almoxarifado e allguns dinheiros, posto que poucos sejam, que jaa eram rrendidos de quartos polla proveza Da terra nom eram ainda rrecadados. Mas aguora serrecadaa: que ao todo seram cem mill reis nom contando cinquenta e cinco escrauos Dequartos que aquy auia dos quaaes Ja alluaro Decaminha mandou aa mina trymta, e os vymte e cinco que ficarom com outros trymta e cinco que ficarom Dos quoremta de que alluaro de caminha fez seruico a uossallteza mando aguora aa mina ao capitam que os mande loguo a vossallteza polla nova que aquy veio De como os auia mester. Os quaaes Senhor eu quisera daquy direito mandar a uossallteza, mas por mimgoa Dos mantimentos nom ousey Doos mandar todos amorrer. E as cinco peçoas que fallecem Das ditas quoremta morreram de doemças como outras muitas cada dia. — Daquy por diamte Senhor trabalharey por mandar as mais que poder, com todo o dito dinheiro dos comtos por que Daquy por diamte nom seram os negociocios que tem quartejados senam em proprias peçoas porque asy he mais vosso seruico.

Senhor porque ha cinco annos que esta vossa fazemda se despende posto que nisso se teem todo boom rrecado e é esprita ordenadamente como deuue comiguo pollo dito affonso de bairros, me parece que seria bem se ho asy vossallteza quiser; thomar-se esta comta e mandar comtador que a thome a dieguo pynto da mercaderia que rrecebeo e despendeo. E asy dos escrrauos entrados e despejos polloquall peeço Senhor vossallteza que mo mande com seu esprivam, ou Determinaçam do que ouuer por mais seu seruico, ou veja vossallteza sse quer antes que seguarde tudo pera quando mandar que me vaa: porque pera isso hyra todo o que for necessario, e affonso de bairros por que sem elle se nam pode dar porque de começo sempre tudo por elle passou.

Senhor nesta ilha ficam ao presente comiguo cincoemta moradores, com os quaaes os nauios sam marinhadados, e nom fazem outro seruico, esses que pera isso ssam necessarios seriam hir e vyr, e trazer eserrauuos pera pagaamento de ssolldos Deuidos afinados e viuos. E allguns outros ficam pera seruico Das obras, e pera macompanharem, por quanto alluaro de caminha tinha per vossa ordenamça pera estes paguamentos por cinco annos mill e oiteemta eserrauuos nos quaaes fez tall provisam, e com tanto rresguardo de uosso seruico por que a ilha fosse povoada que em todollos ditos cinco annos nom gastou em ssolldos mais que nouecemtos e vymte ou trymta eserrauuos pouquo mais ou menos, e ficam aJmda por despendere cento cincoemta pouco mais ou menos. Estas Senhor Despendo aguora em ssolldos nom passamdo Da ordenamça Devossallteza, e se vossallteza ouuer por bem que na ilha esteec tee que acabe estas coussas, entam Senhor por vertude Da uossa carta que aquy estaa tirarey Dos Rios Dos eserrauuos todollos que ouuer mester porque asy he vosso seruico pera apouoaçam da ilha, a quall he pera fazer della muito fundamento; e asy pollos proueitos que vossallteza Della teem, como pera rrepaio De uossos nauios que pera baixo ouuerem de hir; teendo porem as liberdades, como as tinha o dito alluaro de caminha, metemdo nyssso o Rio dos eserrauuos pera os ssolldos; sem as quaaes coussas nom sey quanto folgara agente de vyr Aella, Amtes todos fogiram por que na ilha nom ha mais que semear ynhames ecoos, e colhellos; ssem outro proueito.

Senhor estes Dous nauios que me ficaram que vossallteza per mym mandou a alluaro de caminha, posto que ha pouquo tempo que qua ssejam, sam jaa sy gastados que com huma viagem que fiz a descobrir Rios novos nos quaaes ha muitos eserrauuos e muito marfim, foy necessario poer fundos novos que aguora seruem e a todo larguar nom podem mais Durar que hum anno e meyo pouquo mais por isso Senhor o faço saber avossallteza que ssé ouuer por bem minha estada aquy sera necessario hñ nauio de vymte e cinco tee trymta tonnelladas, bem apparelhado, e breu, e estopa, ferro, pergadura, e allgũas vellas; e outras allgũas coussas que todauia aguora sam necessarias as quaaes em huma emconta mando apomtadas a vossallteza. E vymdo Senhor o dito nauio com os que qua teemos auera vossallteza muito proveito Dequartos por que nom faram senam trazer, e os Devossallteza mandar aamina; e espero em Deos que sseja tanto o proueito que nom ssera necessario vossos nauios Decerem ao Rio dos eserrauuos senam se foraa pimenta.

Senhor Aqui ha aJmda manilhas que cuido que chegaram a doze mill pouquo mais ou menos: as quaaes Senhor se despendem nos eserrauuos dos ssolldos mall porque he Ja rrefugio, e sam de latam ssem se numca dellas dar nenhũa aos moradores pera as paguarem pollo preço que quaa custam postas.

E pareceme que o leixaua de fazer alluaro de caminha por lho

mais abastarem e como quer que isto Senhor bem me pareça sam rrequeridos pellos moradores que lhas dee pela dita maneira. E por que Senhor erraria de ho fazer sem vossa licemça, e mandado peço a vossallteza que me mande o que ssobrisso quer que eu faça por que damdo-lhas pello preço que ca custam postas auera muitos mais escrrauos de quarto que tee quy nom ouue por mimgoa de mercadoria. E quaa se rrecadará o preço fiellmente e como a uosso seruiço comprre; e aveindo vossallteza asy por bem nom me parece que estas manilhas poderam abastar, eseram necessarias allguñas de cobre.

E sse forem boñas nenhuma; por nos rresguatos novos, que eu descobry nom passa desseis manilhas, e de hj pera baixo muita parte que ha muitos escrrauos, e muito marfim que custa muy pouca cousa.

Senhor he grande seruiço de Deos lembrrar-se vossallteza destes moços e moças que andam nuus, e delles morrem muitos, e doutra gente amingoa de pam e vinho e allguma coussa de botiqua que como aguora vyer o Inverno nom sabemos sse quereram as doenças vyr como estes dos annos passados que leuou muita gente e amoor parte com dessemparo porque os que allgum rremedio tinham escapauam. Asy que em nenhũ espirital do mundo vossa allteza nom empregara milhor obem fazer que nesta ilha, porque, quamto Senhor ao ensino castiguo dos moços, pareceme que allem de lhes ficar a doutrina dalluaro de caminha sam de muy boã comdiçam e devotos porque os mais delles todollos dias ante menhaã Rezam ás oras de nossa Senhora, e dos finados, e sete ssallmos, e outras muitas devações; Como he menhaã os officiaes obrram de sseus officios huns de carrpinteiro, outros de pedreiro, e asy os outros cada hum he o cupado demaneira que senom fazem calaços.

E aguora Senhor pollo fallecimento dos mantimentos porque nom morram tenho, mandados allguns aa ilha do primcepe com negras, e homens pera comerem la.

E outros mando aguora ao Rio grande que he detras desta ilha tambem a comer, e nom leixo aqui senam os officiaes pera as obras.

Faço Senhor tudo asy saber auossallteza por que saiba a manciara em que a ilha estaa, e pera nos prouerdes segumdo vyr que he seruiço de Deus e vosso. = Beijo Senhor as mãos de vossallteza cuja vida e rreal estado nosso accrecemte muitos annos, a seu seruiço. Esprita nesta vossa ilha de ssamthomee a trymta dias do Junho de 1499. = Pero alluares de caminha =

(Corp. Chron. P. 1.^a Maç. 2.^o = Doc. 130.)

N.º 3.

Carta de Pedro Alvares de Caminha em que pede a ElRei, a Capitania da Ilha de São Thome, pelos seus serviços. = Datada da Ilha de S. Thome a 30 de Julho de 1499.

Senhor = Pello testamento dalluaro de caminha uera vossallteza quam conjunto era nosso parentesco, que sseu pay e ho men eram Irmaãos filhos de pay e de may, Juntos per lilegitimo matrimonyo por cujo rrespeito e por lhe parecer que sam pera iso me leixou a capitania e guovernança desta ilha de Samthomee: mandando e encomendando aos moradores que em todo me obedecessem e uzassem de todollos poderes como ho elle meesmo fazia ssegundo tudo isto mais larguamente no dito testamento he comtheudo como vosallteza opode ver.

E como quer Senhor que pollo fallecimento desses filhos e netos a dita capitania per direito me pertence pois sam o parente mais chegado ssegundo a carta da capitania, eper carta confirmada per elRei Dom Joham voso primo que deus aja, sam feito legitimo; como nacido de verdadeiro casamento, eu Senhor me nom quero tanto chamar aa posse da dita Capitania como he em pedir a uosallteza que me faça della mercee.

Pollo quall Senhor peço a uosallteza que me faça della mercee, e que oulhe a como me o dito meu primo leixou com todolos carreguos da sua comciencia. E asy aJa rrespeito a como todollos outros seus parentes e cunhados o leixaram auendo que com elle eram perdidos, antes com todo ho que tinham pera isso. Recebido, se foram e nom achou quem ho sseguisse senam eu que sem nenhum rrespeito leixei meu pay, e minha fazemda em portugall por lhe fazer a vomtade e seruir vosallteza. O qual seruico Senhor bem teenho mostrado nesas pouquas cousas em que me quaa accertey que asy no maar como na terra tenho leuado muito trabalho e especiallmente no maar: descobryndo muitos Rios novos em os quaaes ha muitos eserrauos e muito marfim, e sempre ho fiz com tanta Dilligencia ecuidado tee niso ser muito ferido de que aynda aguora jaço em cama.

Nom diguo Senhor esto por mostrar a uosallteza caso dobriguações, emenos, por me louuar, mas por que uosallteza saiba averdade, e como por estes rrespeitos a deuo Derrequerer, e auer melhor que nenhum delles; e asy que por todos estes rrespeitos, e porque vos hey de seruir com muito amoor e feeldade me aJa por confirmada a dita capitania pera mym e meus filhos, com os poderes e trauos que ho dito meu primo tinha, ou como vosallteza por mais seu seruico ssentir por que disso serey muito contemte.

E se vosallteza por ventura vir que per quall quer via ha dita Capitania me nom pertence, ou vos parecer que tall merce vos nom tenho merecida; demaneira que a dee a outra pessoa em tall caso Se-

nhor peço a vosallteza que me leixe acabar todas estas cousas que me pello dito meu primo sam encommendadas.

As quaaes como per outra carta que auosallteza tenho esprito senam podem Detodo acabar perfectamente ssegumdo seu Desejo em dous annos e meio tee tres: asaber=acabar ho moesteiro e a casa de nosa Senhora toda de pedra e call, e todallas outras obrras da cerqua, Da torre, que despois Detodo acabado sera huma das manicas obrras que se podem chegar pera aquall Dou todollos aviamentos, e Senhor pollo dito testamente vera vosallteza como elrry voso primo que Deus aJa tinha dado este mocos ao dito alluaro de caminha e como por rrespeito nom podem ser doutrrrem saluo se os vosallateza deer, e elle Senhor me leixou que vollo esprenese pera os vosallteza mandar hir quando quer que meu for. Porque estando eu aquy e tendo delles grrande cuidado, e o principall que quaa tenho sam casy perdidos, e amdam tam piadosos que nom sento quem a delles nom aJa, que fara Senhor Se os leixar que antes de mim pouquo tempo polla maldade da terra e doemças que nos aJmda nom leixam serem de todo perdidas o que vosallteza nom ha Dequerer e pollo descarreguo dallma delrrey Dom Joham voso primo que deus teen, e do dito alluaro de caminha que lhos pedio e nom soamente estes mas todollos outros casados com moças que com muita força, e mui gramde cuidado fazem com ellas vida. Asy Senhor que de humas e outras sera grande mall ficarem nesta terra, e mall por mall Ja em portugall teeram rremedio posto Senhor que muitos delles sam boos e quereem bem aas molheres e sam Ja tam velhos na terra que meparece que tem bem purgado suas culpas pollo quall Senhor peço avosallteza que me mande o que ssobristo quer que faça por o que se vosallteza ouuer por bem, e que os leue todos comiguo, he necessario hum nauio pera embarcaçam delles ssem o quall nom podem daquy hir nos nauios que quaa teemos por o que a ese tempo nom valleram nada.

E nom me damdo vosallteza a capitanya, nem mandando que leue os ditos moços e casados, etodavia despois deste tempo acabado que hey meester quiser mandar capitam seJa Senhor homem que tema Deus, e de comeciencia porque se o nom for teem aquy terra em que larguamente podera obrrar; asaber=em dinheiro dorfos, efina-dos, que alluaro de caminha em ssua vida, e eu allguma parte feze-mos poer em tall rrecado que todos estam sseguoros e desafastar do sseu nada: todo posto, e ordenado em mãos de feytores abonados que he muito pera a ilha onde nom ha senam cobiças e maldades. bejo Senhor as mãos De uosallteza cuja vida Erreal estado nosso Senhor acrecemte asseu seruico. Desta vosa ilha de Ssamthomec a trymta de Julho de 1499.=Pero alluares de caminha.=

Arch. da T. do T. Corp. Chron. Part. 1.^a Maç. 2.^o Doc. 128.

N.º 4.

O seguinte Documento sem data, como muitos outros Regimentos desta epocha, deve segundo Barros reportarse ao fim do anno 1499 ou ao comesso do de 1500.

Pero (Pro) aluerez allê dos outros capitulos de voso Regimêto auemos por bẽ e noso seruiço que cumpraes e gardes eses abaixo contheudos.

Item seres auisado que ha vosa tornada em booa ora depois de pasado o cabo de booa esprança nõ tomes outro porto nõ facaes demora ẽ alguma parte somête vos uires dereytamête a esta cidade saluo se por allguma necessidade porque cõuise por noso seruiço ofazerdes ho nõ poderies escusar nõ leixar de fazer porque em tal caso fares aquello que virdes que cumpre por mais seguramça das cousas de noso seruiço porẽ ẽ qualquer dos lugares ẽ que o fezerdes seres muy auisado que tenhaes grande recado ẽ toda afrota que se nõ tire nenhuas mercadaryas nõ faça acerqua diso alguũ noso deseruiço E na ylha de Sam tome ou cabo verde ou dos açores ẽ que temos officiaes tocaseys nestes sempre Requereis noso almoxerife e ofeciaes que olhem pelas cousas denoso seruiço asy como se garda e faz por noso Regymêto nas carauellas da myna porque asy o auemos por beem nõ lançando uos barcas fora se se poder escusar e tendo niso todo auiso ẽ boõ Recado E asy uos ẽcomendamos e mandamos que ho compres E tanto que a esta cidade ẽ booa ora cheguardes seres auisado E asy uollo mandamos que uos nõ nêhua das naaos e nauyos da frota ora sejam nosos ora dos outros que uaão das partes nam lances nêhuũ batel fora nõ consintaes que auos chegue nõ uaa barca nõ batel ate nam hirem a uos e as naaos da toda dita frota nosos feytores e officiaes e fazerẽ eproverẽ o que por noso seruiço lhe mandarmos e lhes parecer que deueẽ fazer E asy o comprires e gardares porque asy o auemos por hem E nesta forma mãdamos a cada huũ dos capitaes da frota que o cumpram E allê dello uos lho day em uosos Regimêtos que lhe aues de dar.

Item porque poderã ser que cõ ajuda de noso Senhor achares ẽ callecut ou ẽ calemir ẽ qual dos lugares vosa carrega ouuerdes de tomar tam abastada a carregay que por vêtura se mais nauyos levasseis se poderia carregar neste caso se asy fose e uos parecese que por noso seruiço o deueys fazer auemos por bẽ que compres allgũ nauyo ou nauyos dos de la da terra pera os carregardes e trazerdes comuosco até homde podeseys tornar a cojar em nosas naaos o que nellas carregaseys porque pelo lugar que pera a ello daram os mantymêtos que cada dia segasta nos parece que se poderã bem fazer. E se elles booamente e cõseguramça podeseem vyr cõ afrota asy seria bẽ senam Remedyarseya na maneira que dito he e que niso uos parecer que

com noso serviço deues e podes fazer seguyros e fazer ainda que muyto nos prazerya poder-se asy ã os achando tanta abastança e caRega como atras vos dizemos e mandamos ayres Correa noso feytor que auos esto cumpre que lhe Requerdes e mandardes asy na cõpra dos ditos nauyos como na caRega delles.

E se allguũas das partes que uão na frota os taacs nauyos de laa da terra quiserem comprar pera os caRegarem de qualquer mercadarya allẽ das quintelladas que lhe vaão hordenadas por nos pera neles as trazerẽ a estes Reynos e auemos por bẽ que ho posam fazer e serã obrigados de nos pagar todos nosos direitos das mercadaryas que asy nos taacs nauyos carregarẽ e trouxerẽ E mandamos-nos que que lhe nõ ponhaes a yso êbargo allguũ e estes capitollos ajuntares cõ todos os outros de uoso Regymẽto scripto.

« *Diz mo verso* = que entrou mais no Regymẽto do capitã mor e de bertolameu dias. item, aluara da licença. item capitollo pera bertolameu dias

(*Real Arch. da Torre do Tombo. Armario 26 do interior da Casa da Corõa Maç. 2.º N. 91.*)

N.º 5.

Instrumento da entrega da Capitania de Arzilla que D. João Coutinha fez a D. João de Menezes. Feita a 9 de Janeiro de 1502 (1).

Anno do nacimẽto de noso Senhor Jesus Christo de mjl e quinhentos e dous anos aos noue dias do mez de Janeiro foi gonçalo Roiz caualeiro da casa delRei noso Senhor que ora esta por comtador ã esta vjlla darzilla E amtã gliz caualeiro da casa do dito Senhor E cõ elles anjuall teixeira almoxarife da dita vyla E francisquo Ribeiro Espriuã do almoxarifado e Rui gomez Juiz da dita uilla ao castello omde estaua a cõdesa molher do cõde dom vasquo coutinho E seu filho dom Johã coutinho capitã da dita ujlla pollo cõde seu pay e cõ elles estaua dom Johã de meneses do cõselho do dito Senhor e comẽdador daljazur E pollo dito comtador foram êtregues duas cartas delRej noso Senhor a dita cõdesa E outras duas a dom Johã coutinho seu filho todas caradas e asselladas cõ ho synete das armas do dito Senhor. E asy lhe foy lydaa E proujcada hũa carta patente em que o dito Senhor mãdaua ao dito dom Johã coutinho que per ella êtregase a capytanja E gouernança da dita uila e castello e menagẽ

(1) Ann. da Mar. Port. T. 1.º pag. 281. = A pg. 281 dos ann. de Mar. se comẽço a relatar os feitos de D. João de Menezes = Capitão d'Arzilla. Parece-nos interessante mencionar desde quando este capitão principiou a exercer o seu Governo; e nenhum outro documento nos poderia designar melhor este facto Historico, como o proprio instrumento da entrega, que Dom João Coutinho Governador daquella villa, lhe fez por ordem de ElRei.

E fiellidade della ao dito dom Johã de menezes seu tyo E o apoderase do alto e do baixo. E na dita carta se cõtem que êtregamdo ha dita capitania como dito he ao dito dom Johã de menezes o dito Senhor auja por aleuãtado como defeito aleuãtaua ao dito Johã coutinho opreito e menagẽ e hobrigaçã que lhe njso era segumdo mais cõprimẽte se ẽ a dita carta cõtem estamdo atodo presẽtes os sobre ditos nomeados.

E logo pollos ditos comtador e amtã gliz^a foy pregumtadd adita cõdesa e dom Johã seu filho que era o que Respomdiam ao que lhe o dito Senhor mãdaua ẽ suas cartas. E por ellos foy dito obedeciam e farjam o que sua Senhoria mãdaua de todo êtregase demtre nos 15 (*x b*) dias que o dito lhe daua ẽ suas cartas despaço que êtregase a dita uylla E castello como dito he. E eu diogo martins espriuã dos comtos que esto espreuñ no dito dia e mez e era &.

E ẽ o dito dja emez e era êtregou o dito cõtador peramte o dito amtã gliz^a E as testemunhas atras escriptas todallas cartas que ho dito Senhor mãdaua a dom Johã de menezes as quaes lhe forõ êtregues peramte mĩ espriuã e elle Respomdeo que cõpripria todo o que o dito Senhor lhe nellas mãdaua E eu diogo martins espriuã dos comtos que esto espreuĩ.

E em vymte e huũ djas do mez de Janeiro do dito año de mĩll e quinhẽtos e dous años foy o dito comtador e amtã gliz^a ao castello da dita vylla e fizerõ huũ Requerimẽto a dom Johã coutinho capitã peramte mĩ espriuã lhe Requererom da parte delRey noso Senhor que mãdase despejar e despejase o dito castello pera ho auer de êtregar a dom Johã de menezes seu tyo como sua Senhoria mãdaua per quãto Erã Ja pasados treze dias do termo dos 15 dias (*x b d*) que lhe o dito Senhor deu que demtro nelles êtregase o dito castello Emenajem por quanto elle ho nom tynha despejado nẽ começo diso pera se o dito dom Johã de menezes aver por êtregue della e o dito dom Johã coutinho Respondeo que lhe prazia de todo cõpir como Senhoria mãdaua e que elle o êntregaRia demtro nos 15 (*x b*) dias E eu diogo martins espriuã que esto espriuuy no dito dia mez e era &.

E em vymte etres dias do dito mez de Janeiro do dito año que se acabaram os 15 (*x b*) dias que me elReynoso Senhor deu despaço ao dito dom Johã coutinho ẽ que entregase a capitania E ho castello da uylla a dom Johã de menezes seu tyo forõ o dito comtador e amtã gliz^a ao dito castello eRequererõ ao dito Johã Coutinho que comprise o que lhe o dito Senhor mãdaua e logo mãdou trazer as chaves do castello e vylla e as deu e êtregou ao dito dom Johã de menezes seu tyo E dise que o apoderaua do dito castello e vylla asy do alto como do baixo como lhe sua Senhoria mãdaua.

E logo pollo dito cõtador e amtã gliz^a foi feita pregũta a dom Johã de menezes se se daua por entregue do dito castello e vylla pera poder seruir adita capitania como dito Senhor mãdaua e por quanto a cõdesa Sua Irmaã estava aynda apousẽtada no dito castello E o dito

dom Johã de menezes dise que elle se daua como defeito loguo deu por êntregue do dito castello e ujlla como Sua Senhoria mãdaua falluo se nom auja por êntregue do abbaquar por quanto Johã gago estaua nelle e tynha delle carreggo por especiall mãdado do dito Senhor, e como se o dito dom Johã de menezes ouve por entregue o dito dom Johã continho pidio asy ao tabaljam huũ estromento de como êtregou o dito castello e capitanja ao dito seu tyo e o dito cõtador êtregou logo a carta patêlj ao dito dom Johã continho porque lhe o dito Senhor deu que êtregase a dita capitanja e castello E polla dita carta lhe alenãtaua ho preito e menagem e hobrigaçam êque lhe era e atodo esto forom o dito comtador e amtã gllzº E eu diogo martins espriuã dos comtos que esto esperei Easyney no dito dia mez e era & ==gonçalo Roiz==amtãgllzº==Diogo martins

Real Arch. Corp. Cronol. Parte 1.ª Maç. 3 Doc. 77.

N.º 6.

Carta de Nuno Vaz de Castello Branco a ElRey sobre a sua chegada á Mina com aceitação de todos, e uizita que lhe mandou fazer o Xarife e noticia delRei de Afuto. Datada da myna a 2 de Outubro de 1502.

Senhor==Do dya que partymos de Lisboa a xxix (29) dias chegamos a myna de Juda que nom tardassemos muyto na vyaJem nom no parreçya asy aos que qua estam e esta pella muyta necesydade que tinham dos mantimentos e por esta causa e tambem por follgarem com mynha vynda foy de todos bem Recebido==prynsypalmente dos ofyciajs e crryados de uosa alteza e dos caualleiros da aldeia com suas festas amodo seu se mostraram muy contentes e prazera de nosso Senhor que cada dya oterram muy mais para ca poder seruir uossa aliteza como eu desejo e o Xarife me mandou ver com muytas pallauras Damyzade e que me pormetya que elle me fyzese hyr muitos mercadores, e que se asy nom fose que lhe tornasse a culpa ahe-no o Rey dafuto me mandou aquy Recado sseu e nom lho quys Receber pello que tynha feyto contra seruico de uosa allteza e daly a dous dias veo aquy hum filho do Rey dos araues e me deu hua carta sua em que me mandaua dizer que folgarya muito de lhe mandar ca passar hum cryado seu pera falar comyguo e a carta erra feyta por Dom Symão a que Respondy por pallaura que depojs que elle pagasse todas as perdas que ca fyzerra que entam ho ouueria, esta resposta lhe mandey porque me pareceo que assy comprya aseruico de uosa allteza porque quanto auyrem mercadores a Jnda que venham por sua casa nom esta cercado o camynho aquamtos quyserem vyr comprra soamente ao dafuto nesta nom dou majs largua comta auosa allteza das cousas de ca por que pello azambujo ofarey que parte daquy

atres dyas e erroo que serra la mujto mais cedo pela uentaJem que nesta uyajem lhe farya. = Da myna adous djas doutubrrro do ãno de 1502 = nom escrebj por mynha letra por uosa allteza ler melhor = bejo as maos auosa allteza = Nuno Vaz de Castello Branco =

Real Arch. da Torr. do Tomb. Corp. Chronol. Part. 1.^a Maç. 6. Doc. 119.

N.º 7.

O seguinte Documento sem data deve pertencer provavelmente, segundo Barros, ao comesso do anno de 1504.

Nos elRey fazemos sabor avos Lopo Soares d'Alvarenga que este he o Regimêto e manaira que vos mandamos que tenhaes e gardês em vosa yda prazendo a noso senôr estada e tornada da India omde vos enviamos por noso capitã mor da frota e armada que leuaes e asy da que apos vos ha dhyr.

Item primeiramête darês hordem como a vosa partida da quy loguo se comese afazer e asy em toda a viagem Regra e booa prouisam nos mântimêtos e agoa de maneira que se nam espedice: E seja niso posto todo boõ Recado. Porem seja a jemte asy habastada ebem trautada que com Rezam se nam deua dagrauar asaber mas que nõ se indo abastados do necesario segarde bem a bitalha pois hys pera terra homde per direito e sem muita fadigua e trabalho se nam pode achar e se sem Regra segastase e falecese seria muito nojo deseruico e trabalho da jemte que mais estymauamos. E portamto vos encomendamos muito que disto façaes em vosa naão ter grande cuidado. E encarregues a alguma pesoa que por ir em especiall olhe E asy ofaçães fazer nas outras naaos e sempre cada mes mandes ver o mantimêto que tendes e o que he gastado pera alvydrardes o tempo que vos pode abastar e se vos achardes delle mingoado verdes o modo cõ menos Risco e despeza vos podes prover. E por que niso vay tanto anoso seruico como vedes auemos por bem e vos mandamos que tenhaes em vosa naao da despemssa dos paioes dos mantimêtos de vosa naao huia chave E o despemseiro que niso hordenardes a podera ter da despêsa dos dias pera que dos ditos paioes setirar e o dito despemseiro nẽ quallquer outra pesoa que da despemsa dos ditos paioes encaregardes nam vaa a ella sem voso Recado e asy ofaram os outros capitaes da frota pera que se faça a despeza e Regra dos mantimêtos com todo Resguardo.

Item na Regra dos vinhos vos lembramos ho concerto que se fez cõ os marinheiros asaber de lhe darem tres quartilhos loguo juntos polla menhaã per cada hum ter sua Regra per todo o dia e a gastar como lhe bem vyer por que ssæc asy se podese com elles comcertar parecenos que seria asy nõso seruico posto que lhe seja ordenada

hũa canada por dia , e asemtando asy falo es asy fazer aos outros capitães da dita frota.

Item Vos leuaes daquy toda agoa que parece que deues levar per que se poderdes escusar prazendo a deos de tam cedo a tomardes e pois se tanto que com ajuda de noso Sôr daquy fizerdes vella pera seguirdes vosa viagem mandarêis fazer caminho da Ilha do Cabo Verde por tomardes daly vosa Rota, e se quando hy chegasses vos achasseys ainda com tanta agoa que vos parecese que devyês dhy fazer voso caminho sem terdes necessidade de aly a tomar hirousees em boa ora voso caminho asy como côm conselho dos pillotos vos millhor parecer e por omde mais poderdes ganhar pera dobrardes pera Cabo de boa esperança. E se quando a dita Ilha chegasseys fosse gastados tantos dias que teuseys necessidade de tomar agoa avemos por bem que nam pousees pera iso na dita Ilha asy por nam fazerdes nella detemça como por vos nam adoeccer a jemte e Ires tomar a dita agoa nas augadas da costa de bezigiche omde nos parece que mais fora de incôuenientes a podrês tomar e hy vos deteres o menos que poderdes. E tomada a dita agoa vos partires em boa ora dhy efares voso caminho por omde mais poderdes ganhar como dito he.

E tomando aly na dita costa de bezigiche a dita agoa ou nam atomando se pollos tempos vos nam seruirem tambem que teuseis necessidade dalguũa mais agoa que esperamos em noso Sôr que não seja emtam quando asy fose se vos achasees pollo caminho que fizerdes tanto chegado a Ilha da Cruz epoderes hyr a ella e hy tomar a agoa e lenha que vos comprir e dhy fazerdes voso caminho em bõa ora ainda que hyrdes a dita Ilha ou nam hyrdes leixamos avos que acerqua diso façaes o que mais noso seruiço vos parecer e segumdo a necessidade em que da dita agoa vos achardes porque quando esta hy nam ouuese e foseys abastados pera com a que leuases vos poderdes poer da bamda dalem do Cabo aueramos por escusado tomardes a dita Ilha da Cruz por vos nam deterdes nem fazerdes em voso caminho demora alguma.

Item pera que em vosa viagem humas naas se nam posam perder das outras etodas vos siguam dares ordenança aos Capitães das naãos e dos nauios que com vosco vão que vos deem suas saluas segundo se custuma fazer no mar ao Capitam mor. Porem que nam se ajuntem muito hũs nauios com os outros e vos saluem de Julauento e de balrauento. Como cada huũ millhor poder asy por se nam embaraçarem e darem huũs nauios pollos outros queremdo todos vyrã saluar de Julauento como por nam perderem do caminho que fizerẽ e ser alguũa cousa dalomgar mais avigem que nosa temçam he se encurtar tanto como for posyuell.

Item asy lhe dares por synaes que ajam de seguir efazer e sera por synall quando ouuerdes de virar dous foguos e que todos vos respondam com outros dous cada huũ e depois de vos asy Responderem todos virares e asy por vos segirem lhcs fares huũ foguo e por

tirar moneta lhe fares tres foguos e por amainar quatro e por desapparelhar fara qualquer que for desaparelhado muitos foguos por tall que os outros nauios lhe acudam e vaam a elle e nenhũ nam virara nem amaynara nem tirara moneta sem que primeiro vos façaẽs os ditos foguos e synaes sobreditos e todos vos tenham Respondondido saluo se alguma das naos nam sofrer tambem vella como a vosa e a forca do tempo lhe requerer que a tire. E quamdo esto lhe aquecer fara mais o que asy ho semilhante lhe aquecer muitos foguos na popa como o avia de fazer por desaparelhar e tirara alguẽs tiros de bombardarda porque vos e os outros nauios saibaes oporque o asy faz traballhando porem a naao que isto fizer e aque asy aquecer quanto lhe for posiuell por sempre ter avosa Rota.

E depois que asy forem amaynados no caso que pollos ditos synaes que lhe fizerdes por amaynar se aja de amaynar nam tornara a gindar nenhũ senã depois que vos fizerdes outros tres foguos e todos vos responderẽ e mingando algũ nam guardara nenhum somente todos andaram amaynados até que venha o dia porque parece que nam poderam tanto voltar as naos que no dia se nam vejã.

Item se amtes de terdes atravesado as Canarias vos uentar algum uemdaual asy Rigo que nam posaes pairar e convenha tornar a esta costa o que noso Sõr nam queira fares vos etoda afrota quamto for posiuell por tornardes a esta cidade. E se algum nauio a nam poder tomar trabalhara por tomar Setuvall e daly ou de qualquer outro porto omde se achar vollo fara loguo aquy saber pera lhe mãardes o que faça. E se amtes de lhe hyr a Reposta lhe vemtar tempo com que aquy posa vyr vyrse a loguo a Restello E nam vos achamdo aquy darse-a o Recado a nosos feytores da casa da myna e eles lhe mandaram o que ajam de seguir. E muito vos encomendamos que vades e leuces a muy grande Recado todas vosas naos e asy seguras de suas vellas que em todo caminho se nam posa seguir desastre algum o que noso Snõr sempre defenda e muy em especiall naquella paragem omde as naos esta outra viagem se perderam e muy em especiall vollo encomendamos.

Item se depois de atravesadas as Canarias vos aquecer caso por que os ditos synaes e cada hum delles ajaes de fazer. E nam vos acudir algum dos ditos nauyos cõ os ditos synaes nẽ depois pella mcnhaa o virdes na cõpanhia Em tall caso vos todavya fares voso caminho cõ os outros nauyos que cõ vosco achardes directamente a bezigiche dhomde asy aues de tomar a aguoã se ha ouuerdes mester e honde aves dhyr posto que a nam ajaes de tomar pera dhy tomardes vosa Rota.

E aly equanto a dita aguoã tomardes se vos comprir ou vos aparelhardes dallguma outra cousa que nos sempre parece que vos podera ecallcar E nam vos ecallcando e vos hy tendo gastados aqueles dias que vos parecer que deveys por o dito nauyo de vos perdido esperar e temdo tomada vosa aguoã e acabado de fazer o que uos hy

comprir vos partyres ã boã ora e leyxares hy taes synaes porque saybam quando aly chegarẽ o nauyo ou nauyos de vos perdido que soes pasado e vos sygam fazendo seu caminho por homde mais poderẽ ganhar pera dobrarẽ ho cabo de boa esperança e vos yrem buscar a moçambique homde trabalhares de tomar por aly leixardes Recado aos ditos nauyos de vos perdidos porque nam auéis de tocar em outra parte salluo aquy por ho nam auermos por noso seruyço E aquy ã moçambique por allguã degraudado ou por qualquer outro modo por que fique seguro e leixares voso Recado aos taes nauyos ã que lhe digaes como soes pasado e que vãoõ ã vosa busca caminho da Ymdia cõ quallquer outra declaraçam do que ajam de fazer segumdo a determinação que aly tomardes do caminho que aly ouuerdes de fazer e dos lugares ã que da hamda da alem vos parecer que milhor vos poderam os taes nauyos achar. — E sendo caso que o dito nauyo asy de uos perdido e que vosa dita agoada de bezigiche hade hyr buscar chegase a dita agoada primeiro que vos e nõ achase hy synaes pera saber por elles como soes pasado ã tall caso o dito nauyo tomara hy sua agoa e se aparelhara do que lhe comprir e esperara por vos (*biij*) 8 dias do dia que hy chegar no qual tempo vos deues muy bem aly fornar. E se ãfim delles nõ vyeseys fara elle seu camynho ao cabo da booa esperança por homde mais poder ganhar leyxando aly na dita agoada taes synaes porque vos posaes saber como elle aly tornou primeiro que vos e esperou e partyo compridos os ditos (*biij*) 8 dias como por este capytollo o mandamos E destes capytollos dares voso trellado a todos os capitaes ã seus Reginẽtos com as outras mais cousas que nelles lhe hade ser mandado. E porque poderia ser que este nauyo ou nauyos de vos perdidos e que asy a dita agoada de bezigiche vos ham dhyr buscar como dito he partyndo asy diante vos depois de passados os ditos oyto dias que por vos na dita agoada ham de esperar e poderyam ter dyante de vos ã todo ho outro caminho se asy fose E que ã moçambique nõ achase de vos Recado que ereys pasado neste caso ho tall nauyo ou nauyos se yram direytamẽte a melymde e nam achando de vos Recado que tomases hy e soes pasado allẽ e Agardara hy ã melynde por vos ate vos ã boã ora chegardes estando ha o milhor Recado que ser posa porque por hyr soo posto que delRey de melymde esperamos que nõ cometa cousa de noso deseruiço he bẽ que se tenha porem todo boõ Recado.

E achando ã melynde como soes pasado allem Entam depois de aly tomada sua agoa e qualquer outro repairo que lhe compryr Easy pilloto da terra se ho ouuer mester no que fara a menos demora que ser posa fara seu caminho eatrauesara em vosa busca a bamda dallem da India e trabalhara por tomar a aJadyua por que se vos aly pella ventura tocaceis podeseem eles saber do caminho que fazes e vos segyr cõ grande auiso no caminho que daly fizer pera vos nom errar e asy pera todo outro Resguardo de noso seruiço.

E por que este tall nauyo ou nauyos de vos perdido hade tocar

em Cananor primeiro que em outra parte pera aly vos achar ou auer de vos Recado se aly è Cananor aimda vos nō achase esperara hy por vos ate em booa ora chegardes por que esta he a prymeira escapulla em que aveis de tocar estando a todo booo Recado.

Item por que de moçambique avemos por bem que tomes vosa Rota pera abamda daalem da Yndia por nam auermos por noso seruiço que em outra parte vos detenhaes e se pella vêtura o tempo vos seruisse que sê perda do caminho que ouuesey de fazer pera allê podeseys tocar ã melynde folgariamos por que o almyramte a yda nem a vinda nō tocou aly e elRey de melymde folgou sempre de fazer as cousas do noso seruiço asy yteiramête que nos prazerya auer de nos Recado etocando vos hy dir-lhe es ou mandares dizer segũdo o tempo que pera yso teuerdes como elle nō ouue ha tantos dias de nos Recado nem nos delle como nos prouera pella booa vomtade que lhe temos por nosa frota nō tocar da yda nem da uymda no año pasado aly por o tempo nom dar pera yso lugar epero que aja por certo que elle e suas cousas nos sam sempre muyto presentes pera como a nosas proprias nos prazer que sejam trautadas e o temos ã lugar de muyto amigo e como ha tall nos poder requerer porque sempre aviemos folgar de lhe aproueytar efazer todo beem pello que nosas cousas nelle e ã sua terra sempre acham. E que lhe êcomendamos que seja sempre muyto lembrado dasy ho fazer porque esperamos ã noso Sôr que se lhe siga disto mais proueyto e homrra. E allem destas palla-uras lhe dares nosa carta que lhe espreuemos e asy o presente que lhe emviamos que vos sera dado na casa da myna E acabado aquy vos partires ã booa ora efazeres vosa caminho pera a Yndia. E se aquy nō tocaseys e no caminho achaseys pella vêtura allgum seu nauyo ou outro hẽ que nosa carta e este Recado lhe podeseys emviar cõ a desculpa que teuerdes de aly nō tocardes folgaremos de asy ofazerdes. E êcomẽdamos-vos que asy ofaçaes.

Item se neste caminho de moçambique pera abamda daalem da Yndia achaseys allgumas naaos de meca ou outros nauyos de mouros mandamos vos que trabalhays de as tomardes e as presas dellas aproueytardes cõ todo noso seruiço temdo muy grande Recado fazemdo emtregar as cousas das ditas presas a nosos feitores das naaos aquelles que milhor vos parecer que ho poderam fazer epor seus escriptuaes ou por quaesquer outros que hordenardes pera illo fazemdo todo sobre elles carregarẽ Recepta como tall decraraçã que venha todo ã muy booa Becadaçã E se algumas das cousas que nas taes presas tomaseys fosem pera la serẽ êtregues a nosos feitores da Imdia far-lhaes êtregar pera as aproueytarẽ e cobrarã os feitores que lhas êtregarem seus conhecimentos (c.^{tos}) feitos por seus escrynaes de como foram sobre elles carregados ã Recepta nos quaes conhecimentos (c.^{tos}) logno se decrara oprego que as ditas cousas vallẽ la na ydia.

Item hordenamos e vos mãdamos que ha primeira escapulla da Imdia ã que toques seja ã Cananor e como aly cheguardes emviareis

vosos Recados a elRey e lhe mãdares dizer como soes aly chegados e maneyra em que se aja de fazer, e por gongallo gill noso feitor e os outros que com elle estam poderes ser auysado das cousas da terra como estam pera na dita vista efalla saberdes gardar o que compir por noso seruico e mais seguramça do que ajaes de fazer. E vendo uos como elle como esperamos que seja darlheis nosas ecomêdas e dyrlheis que temos delle muyto contêtamêto por o que sabemos que sempre follgou de fazer e gardar ã nosas cousas e o aviamêto que a elles folgou sempre de dar. E. certo que nostẽ com yso muyto obrigado e que elle seja certo que tem em nos boõ amigo e que como tal auemos sempre de folgar que suas cousas sejam feitas as quaes como proprias nosas nos praz que sejam guardadas e trauidas E que asy o teemos mandado avos e a todos nosos capitães e cõ ysto as outras mais pallauras que segumdo o tempo vyrdes que aproueytaram e dar lheis nosa carta que leuaes E dito ysto fallares nas mercadaryas e mostrares que na compra e vendma dellas estaa sem debate o modo ã que foy feyto cõ ho almirante E que lhe pedys que lhe mande dar forma ao aviamêto da carga das naaos que aly podem carregar E por gongallo gil poderes ser auysado da carga que aly ouuer ordenares as naaos e nauyos que vos parecer necesarios os quaes tomaram suas cargas daquelas mercadaryas que uos sera dado pymêta da nosa caza da myna e hordenamos que cõ as naaos que Aquy ã cananor leixardes pera caregar fique pedro afomço daguyar cõ a nao que leua E dele leixares o carego por muy principall da frota que aquy ã cananor leyxardes cõ poder que os capitaes das naaos e nauyos que cõ elle ficarẽ façam todo o que por elle lhe for Requerydo e mandado asy como ofaryam se vos presentem foseys E vos aodito pedro afomço leyxares voso Regimêto de modo e maneyra que aja de ter asy na carega das naaos como ã toda outra cousa que uos parecer que por noso seruico deue fazer E asy homde vos ha dagardar ou hyr buscar despoes de caregado ã todo outro auiso do que aja de fazer cõ tall seguramça e Recado como de uos fyamos. E por que gongallo gill noso feyto he homem de boõ Recado no que tocar ao asemto da mercadaria que se aquy ouuer de fazer ã qualquer maneyra que asemtardes que se faça tomares sempre seu parecer e conselho por que pella experyencia e vista das cousas da terra e saber como ellas estam auemos por noso seruico que asy ho façaes E no assento diso aquy vos estuygares e despachares o mays asynhares que poderdes e porque se nam perqua tempo pera o que se hade fazer ã euchy.

Item tanto que ã booa ora daquy partyrdes vos yres correndo a costa direytamête a euchy cõ as outras mais naaos que cõ vosco leuardes e ymdo ã tall Recado como por noso seruico o deues fazer E achando alguns nauyos ou cousa delRey de Calecut farlheis todo dano e tomadia que poderdes gardamdo todos os outros que achardes que forem delRey de Cananor e de euchy e a estes fazemdo todo boo trauto como he Rezam por estarẽ nosos amigos e seruydores E se pel-

la vêtura elRey de Callecot vos emviase allgũs Recados mostramdo que quer estar ã nosa amizade e satisfazer a perda que temos Recebida e ouuyloes pero vosa Resposta nam seja outra salluo que vos nam leuaes mādado noso pera cõ ele asemardes cousa alguma antes estreytamête vos mamdamos que a elle e a todas suas couzas fizesey todo mal e dano que podeseys E que aues por certo segumdo o maa Recado que ã suas cousas se teue e a pouca verdade que gardou que ele fara ja muy tarde de nos amigo e amtes vos parece que nam podera leixar de Receber muy grande dano e seu trauto se perder de todo segumdo o poder que pera elo temos cõ ajuda de noso Snõr o qual nam garda nẽ defemde aquelles que nam gardam verdade e muy ã especiall os Reys que a yso sam tam obrigados e que no mũdo tem prestes ã seu lugar e cõ ysto quaesquer outras pallauras que nos bem parecer a este preposyto que ainda que nos ofreça satisfaçã porque auemos por certo que sera mais negocio e deternos que comprir nõ uos deteres por yso cousa algũa e uos yres direyto a cuchy e se despois de em cuchy serdes ainda uos ãuiase ou fallarom em outra parte mamdamos-uos que nam oucaes mays seus Recados que esta primeira uez por que asy o auemos por mais noso seruico.

Item tanto que ã booa ora fordes ã cuchy fares aquy vosa carega no modo que o leuaes por voso Regimẽto e a elRey dares nosas ãcomẽdas e lhe direis quamto desejo teemos de sua casa e de suas cousas serem aproueytadas e que esperamos ã noso Snõr que muy cedo o sejam ã tamto que o proueyto e Riquesa de seus visinhos e que muitos tempos lograram se mude todo a ele e conserue pera muytos tempos E que poys noso Snõr lhe quis tam grande bẽ e merce fazer ele por sua parte deue cõ grande cuydado conseruallo E que ele seja certo que tem ã nos booo amigo e que suas cousas ante nos serã sempre como proprias nosas E que asy o temos mādado auos e atodos nosos capitaes cõ todas as outras mais pallauras damor e booa vomtade que uos a uos parecer segumdo o tempo e despozicão que achardes.

Aqy por diogo fernamdes (frrz) poderes tambẽ ser yteiramẽte ã formado de todas as cousas esegumdo os auisos que uos der ordenares as cousas por mais noso seruico. Vosa carega aquy vos ãcomedamos e mādamos que seja cõ o mais breue despacho que uos seja possiuel em maneira que posaes partyr cõ toda afrota por E trabalhares cõ elRey de cuchy como a compra e vemda das mercadaryas se faça pelo cõcẽrto ã que foy feyto cõ ho almyrãte nam lhe mostramdo que nyso temdes pejo algum amtes como cousa muyto chaã Requeremdo por ele vosa caregua e mostrando-lhe por todas boas palauras quamto asy esta melhor para ele e os de sua terra do que em outra maneyra tomando niso conselho eparecer de diogo fernamdes (ferz) porque podera ser que as cousas estaram la de maneira que se podera fazer ainda com mais uoso seruico.

E quando elRey de cuchy nõ quisese estar pello dito concerto

do almyrãte ou ele nõ estiuese asy bẽ a noso seruiço por as cousas serẽ mudadas em outra sustancia. Entam ho fares o mais em noso seruiço que poderdes e tomamdo grande cuidado de uos despachardes de maneyra que partaes no tempo que amtes fica decrarado.

Item trabalhareis defazer como ẽ quanto aquy ẽ cuchy estiuerdes nõ saya dhy nõhum nauyo porque ho auemos por cousa muy prejudiciall a noso seruiço e a maneyra que niso teue o almyrãte gardares E se pela vêtura elRey de cuchy diso escandalizar-se poderlheis dizer que o nõ fazes senõ por mais bem de suas cousas As quacs queres que sejam trautadas como proprias nosas e que pella vêtura nosas armadas topardes nam gardaram tambem o que niso temos mãdado e cõ ysto e cõ quais quer outras cousas que uos parecer os amtretes de modo que nenhuns partam dhy ẽ quanto hy estiuerdes.

Item Enformares-nos por noso feytor se ẽ coulam se podera uer alguma carregua e sabemdo que sy e que cõ seguramça pode hyr la tomar carga algum nauyo ou nauyos mamdalos la carregar.

Real Archivo da Torr. do Tombo Maç. 1.º N.º 20 de Leis sem data do arm. 11 da caza da corõa.

(Continuar-se-ha.)

ASIA PORTUGUEZA.

SEGUNDA MEMORIA

Descriptiva e estatistica das Possessões Portuguezas na Asia, e seu estado actual, pelo Socio e Secretario d'Associação, Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo. (Continuada de pag. 316.)

Missões.

A missão portugueza em todas estas dioceses do Padroado Real, e outros logares da Asia, onde elle entra, merece ainda mui sèria attenção; tanto no tocante á prégaação do evangelho aos idólatras, que as povoam; como por considerações politicas, e d'interesse do Estado.

A missão portugueza começou em todos os logares da conquista pelos religiosos portuguezes, que acompanhavam as fró-

tas, ou que alli passaram com proposito de ir derramar a luz da Fé; os quaes exercião o seu santo ministerio em pequenas barracas, que fizeram de olas de palmeira, e depois em igrejas e conventos; cuja construcção promoveram e sollicitaram, sob o influxo dos que governavam os logares, que se foram conquistando. Estas igrejas e missões, e outras posteriormente estabelecidas, são tambem do Padroado dos Reis de Portugal, como já fica demonstrado.

Os jesuitas foram os primeiros, que em character de missionarios passaram á Asia, e que mais trabalharam na conversão e civilisação dos povos; e a cujos exforços e fadigas se deve a fundação de muitas igrejas: as outras corporações religiosas, que alli foram depois delles, estabeleceram a sua missão em differentes pontos; e assim os da congregação de S. Filippe Nery tiveram a da ilha de Ceilão; os Ermitas de Santo Agostinho a de Bengala e costa de Coromandel; os de S. Domingos a de Moçambique na Africa, e das ilhas de Solor e Timor na Asia; os Theatinos Mussulipatão e Galconda; os Carmelitas Balagate; e os Franciscanos as ilhas de Salsete e Bombaim, para onde os padres destas corporações partiam, nomeados pelos respectivos Prelados. Em Carta Regia de 7 de Março de 1681 foi creada a junta das missões, de que já dei noticia, para o provimento das suas igrejas; a qual sendo abolida pela Lei de 15 de Janeiro de 1774, foi, pelas já citadas instrucções de 10 de Fevereiro, commettido ao Arcebispo de Goa o provimento de todas as igrejas, sem attenção alguma a divisão de territorios, ou de que os Parochos fossem d'uma ou outra congregação: todavia os Prelados das ordens religiosas continuaram a apresentar os da missão da respectiva congregação ao Arcebispo, o qual tambem outras vezes nomeava clerigos seculares; até que um Alvará de 1799, obviando as contestações, repetidas, entre aquelles Prelados e o Arcebispo, commetteu definitivamente a este, a administração de todas as missões.

O numero das igrejas da missão portugueza é mui grande em todo o Oriente, mas desgraçadamente, na maior parte, invadidas pela cubiça e ambição da = *Propaganda Fide* =, energica e verdadeiramente definida nas supraditas instrucções

de 10 de Fevereiro. A falta de pastores, e o abandono das igrejas é o pretexto capcioso, com que esta congregação procura co-honestar as suas usurpações, e a guerra implacavel, que sempre tem feito ao Padroado Real; e infelizmente a vacancia de todas as dioceses da Asia, e a tibieza de muitos Parochos das missões, ou talvez a sua ignorancia, lhe tem facilitado o ingresso; e de tal arte, que fez dizer ao Ministro dos Negocios da Marinha e do Ultramar, no seu erudito e minucioso relatório, apresentado ás Côrtes, em o anno de 1840; «quê um «dos objectos, que mais perturbação tem causado aos nossos «dominios asiaticos, tem sido as continuadas usurpações dos «missionarios da *Propaganda Fide*: que alguns Parochos lhe «tem prestado obediencia; contra os outros tem fulminado interdicto, pondo-se em consternação toda a christandade do «Oriente.»

Todas estas igrejas são em dominios estranhos, por isso não chegam lá as salutaes providencias de 1774: entretanto o Governador Lopes de Lima, em Portaria do 1.º de Fevereiro de 1841, mandou proceder a sequestro de todos os bens dos missionarios portuguezes, que se tiverem incorporado aos propagandistas, ou de futuro se incorporarem, para indemnisação do prejuizo, que a Corôa Portugueza soffre. Ignoro se esta violenta medida foi levada a effeito, e até que ponto foi saudavel. Um Bispo desta congregação, D. Fr. Maurelio levou o arrojo, ao ponto de querer conferir ordens em Goa, no anno de 1832, *sede vacante*; o que o Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro lhe vedou, determinando ao Deão que então regia a diocese, lh'o não consentisse, e procedesse pelos meios legaes, em caso de não ser obedecido.

O cuidado em não acabar as missões, é além do que fica ponderado, filho da consideração de que ellas são um meio de facil circulação dos povos de Goa por todo o Indostão; e de supprir a falta de numerario, que sem ellas mais se experimentaria em Goa. Os missionarios que estão nos dominios inglezes, além de suas congruas, recolhem as offertas e benesses, que nos paizes mais ricos são avultadas; como em Calcuttá por exemplo, cuja igreja principal sóbe a mais de 4.000 rupias de renda: em todas ellas o missionario adquire, e envia

o seu ganho honesto para Goa, á sua familia. É por tanto, além de religioso, politico o influxo das missões: muitas vezes têm os missionarios concorrido essencialmente para a sugeição dos povos; ainda em muitas partes da Asia os missionarios portuguezes são estimados; e aonde elles já não chegam, a sua memoria é respeitada: ainda o idioma portuguez, que elles ensinaram, se falla em paizes, já ha muitos annos, occupados por outros dominadores.

As missões do Indostão de que especialmente trato, são como parochias, de que se compõem cada uma das dioceses que referi. Muitos destes missionarios, ou Parochos vencem congruas da fazenda publica, estabelecidas por differentes determinações regias, ou da junta da Fazenda; e são as seguintes:

Missões do Arcebispado de Goa.

Além das que já apontei, no territorio das Novas Conquistas e contiguas a elle, ha sobre os Gates:

<i>Missões ou igrejas</i>	<i>Antiga congrua annual</i>		<i>Congrua actual</i>	
	X.	T. R.	X.	T. R.
Quitur.....	}	525:0:00	226:4:00	
Tumaricopa.....				
Canapur.....		667:0:00	226:4:00	
Raichur.....		570:0:00	226:4:00	
Adony ou Bellary.....		633:0:00	176:2:00	
Chitapeira.....		633:0:00	226:4:00	
Peripale.....		633:0:00	226:4:00	
Mugudale.....		633:0:00	226:4:00	
Punem.....		633:0:00	226:4:00	
Sivancerra.....		353:4:40	180:0:00	
Ancola.....		351:3:44	180:0:00	

A congrua destas missões passou a cargo da Fazenda, pela extincção dos jezuitas; a missão de Punem, porém, teve principio no anno de 1789, por Provisão do Arcebispo de Goa,

e se fez assentamento do seu primeiro vencimento, por despacho da Junta da Fazenda, de 17 de Junho de 1794, em virtude de um Officio do Governo de Goa, de 12 do mesmo mez e anno. Esta missão acaba de ser usurpada pelos propagandistas no anno proximo passado. As igrejas de Parodá, Sirodá, e Vaddem, que já relacionei nas Novas Conquistas, eram tambem dos jesuitas: no almanack de Goa vem ainda mencionadas as de Hydrabad e Aurangabad.

Missionarios do Bispado de Cochim.

Existindo neste Bispado, até o anno de 1780, 12 missionarios, dos quaes apenas 5 venciam congrua, foram providos mais 16, por despachos da Junta da Fazenda de 9 de Fevereiro de 1781 a requerimento do Bispo de Cochim, Governador do Arcebisado de Goa, D. Fr. Manoel de Santa Catharina, em conformidade do Alvará de 5 de Março de 1779, e outras ordens régias; nas quaes era determinado, que o dito Bispo tomasse exacta conta das suas missões, e qualidade dos sugeitos, que se achassem na sua administração. Estes tinham 216 xerafins de congrua annual; e assim vem cada um lotado no orçamento, e nos seguintes locaes; a saber:

1.^a Missão de Saragony. 2.^a Sevalaparery. 3.^a Coulão de Cima. 4.^a Raitorá. 5.^a Valavaloy. 6.^a Calachey. 7.^a Carlapatanam. 8.^a Manacurim. 9.^a Grudapale. 10.^a Tenganapatam. 11.^a Pontelorey. 12.^a Tallá. 13.^a Vaddaconcoulam. 14.^a Muraes. 15.^a Anyenga, e suas annexas. 16.^a Coitolá. 17.^a Madre de Deos de Aibica. 18.^a Mudacará. 19.^a Mempalem. 20.^a Vaipar. 21.^a Motipoty. 22.^a Vely. 23.^a Vencotto. 24.^a Punicael. 25.^a Alandalé. 26.^a Manapar. 27.^a Odeigary. 28.^a Tutocorim.

Missões do Arcebisado de Cranganor.

São 8 estas missões soccorridas, por despacho da Junta da Fazenda de 12 de Dezembro de 1780, em conformidade do Alvará de 5 de Março de 1779, com 226 x.^{as} 4 t. a cada missionario annualmente; e assim vem no orçamento contados, e são as seguintes: 1.^a Missão de Pallacalachery. 2.^a Mutupa-

lião. 3.^a Calangany. 4.^a Malassamey. 5.^a Seringapatão. 6.^a Calacavery. 7.^a Sarmaporim. 8.^a Anacala.

A este Arcebispado está também hoje sujeita a missão de Calicut, que pertencia ao bispado de Cochim; e no orçamento tem a seguinte observação: = Não consta quem esteja encarregado desta missão!!

Missão da Ilha de Ceilão.

Pertencia aos padres de S. Filippe Neri, que alli tinham 17 Missionarios, 1 dos quaes era Vigario da Vara; e a Fazenda pagava 50 x.^s por anno a cada um: hoje só 12 se contém no orçamento, sem designação do local das suas igrejas, com a congrua dita, e 1 delles com 150 x.^s

Missão do Sul, ou do Canará.

Esta missão pertenceu ao Arcebispado de Goa, e a sua primeira igreja foi edificada na tomada de Onor em 1568, governando o Vice-Rei D. Luiz d'Ataide, com a invocação de S. Salvador; a esta se seguiram a de Barsalor em 1569, e um convento de S. Domingos; e em 1629 a de Cambolim, corrupto vocabulo, Gangalim; e no mesmo anno a de Mangalor, onde também s'edificaram alguns conventos da ordem de S. Domingos e de S. Francisco, e depois outras igrejas.

Estas igrejas se perderam com as fortalezas, onde eram sitas, tomadas pelos Canarás: porém no Governo de Antonio Paes de Sande; e depois no do Vice-Rei Vasco Fernandes Cezar de Menezes, os padres da Companhia de Jesus as foram pouco a pouco recuperando; reedificando-as primeiro de pequenas barracas de olas, e depois de pedra e cal, com esmólas dos fieis, e conforme as circumstancias o permittiam; e de todas se formaram tres districtos com os competentes Vigarios da Vara. O primeiro, e o mais antigo destes districtos, é o de Mangalor; do qual depois foi desmembrado o do Onor, pelo Arcebispo de Goa D. Fr. Agostinho d'Annunciação, subordinando-lhe a igreja de Chandor, e foi este o 2.^o districto: o 3.^o o de Barsalor, pelo Arcebispo D. Fr. Pedro Pacheco: e

assim as igrejas ou Missões portuguezas do Canará são: Vara de Mangalor — Senhora do Rozario, e Senhora dos Milagres, em Mangalor; Senhora dos Remedios, em Moloquim; Menino Jesus, em Bantuala; S. José, em Pezar; Senhora das Mercês, em Ullalá; Senhora da Saude, em Sirvão; e as igrejas de Bidrem, Omzur, Agrar, e Mogornaddá.

Vara de Barsalor. — Senhora do Rosario, em Barsalor; Senhora dos Milagres, em Caliampor; Senhora da Conceição, em Gangalim; Senhora do Bom Successo, em Bedrug; e as igrejas de Quirim e Carcol.

Vara de Onor. — S. Salvador, em Onor; S. Francisco Xavier em Chandor.

É esta a ordem porque, na sua primitiva, vem relacionadas estas igrejas da missão do Canará, em um manuscripto antigo, que o Ill.^{mo} Sr. Albano Antero da Silveira Pinto, fez o favor de confiar-me para extractar a presente noticia; á qual accrescentei, sem orágo, outras igrejas que aponta o almanack de Goa, do anno de 1840, onde as de Moloquim, e Sirvão são descriptas na jurisdição de Barsalor; e nesta não se menciona a de Bedrug.

Missões no Bispado de Meliapor.

No reino de Bengala era a missão dos Eremitas de Santo Agostinho, aonde estes padres foram mandados no anno de 1599, pelo Bispo de Cochim D. Fr. André de Santa Maria, a cuja jurisdição estava então sujeito aquelle districto; e alli fundaram logo o convento de Bandel, com a invocação de Nossa Senhora do Rozario; cujo Prior foi nomeado Vigario Geral e da Vara, por Provisão do mesmo Bispo: tambem edificaram uma igreja paroquial, na qual residiam os mesmos religiosos, como curas, para a administração dos sacramentos. Em Carta Régia de 6 d'Agosto de 1632, foi confirmada a posse desta missão, na sobredita congregação; e em outra de 18 de Março de 1704, foi resolvido, que o provimento das suas igrejas pertencia ao seu Provincial, e não ao Bispo de Meliapor, em cuja jurisdição estão situadas. (Q)

(Q) A noticia da fundação, e regimen desta missão foi extractada de um Caderno *in folio*, que tinha por titulo *Manual eremítico*

Pela distancia em que esta missão se acha da capital da India, costumava o Provincial em Goa nomear triennialmente um Commissario, que fazia as vezes de Prelado maior da missão, e um Reitor em Nagori, que governava toda a provincia de *Baval*, por concessão antiga do Imperador Mogol, onde administrava justiça, afóra a pena ultima. Estes padres edificaram muitas igrejas em todo o districto de Bengala, muitas das quaes já não existem, outras se têm fabricado de novo. A fazenda publica nada despendia com a missão de Bengala, que se sustenta de fundos proprios, a principal causa da opulencia desta Congregação. A administração destes fundos, que montavam a mais de 60.000 rupias, e a mesma missão tem soffrido graves perdas, depois da extincção das ordens religiosas; a casa de Bandel está despovoada, e das suas missões se vão apoderando os propagandistas.

As igrejas da missão no Bispado de Meliapor, de que o almanack de Goa dá hoje noticia, são: 1.^a Cathedral S. Thomé, de Meliapor; 2.^a Senhora do Descanço, em Meliapor; 3.^a Senhora da Luz; 4.^a Madre de Deos, S. Domingos, e S. Lazaro; 5.^a S. João; 6.^a Parchery; 7.^a S. Thomé e Monte grande; 8.^a Santa Rita e Monte pequeno; 9.^a Mayapettá; 10.^a Aur; 11.^a Combaconum; 12.^a Conducapam; 13.^o Cove-long; 14.^a Covelong; 15.^a Dendigal, Trichonopoly, e Maduré; 16.^a Madurá; 17.^a Massulipatão; 18.^a Mallialpettá; 19.^a Negapatam; 20.^a Punamally; 21.^a Protaguddy; 22.^a Tanjor; 23.^a Tranquebar; 24.^a Trichonopoly; 25.^a dito; 26.^a Velangany; 27.^a Vesigapatam; 28.^a Bengalla; 29.^a Calcuttá; 30.^a Chinsurah; 31.^a Boitaconnah; 32 Durrumtollah.

Não se mencionam mais, nem as que têm sido usurpadas pelos da *Propaganda fide*, por falta d'esclarecimentos. Em Massulipatam tinham os theatinos 4 missionarios da sua ordem, aos quaes a Fazenda pagava 150 x.^s por anno a cada um.

da congregação de Santo Agostinho da India oriental, e se conservava no archivo do convento de Goa; cujo extracto, bem como outros esclarecimentos ácerca da fundação da mesma congregação, obtive do favor do R.^{mo} Sr. Padre José Ribeiro de Carvalho, ex-Provincial da Congregação em Goa.

Em Bengala reside um Provisor, e Vigario Geral da missão portugueza.

Missões do Norte.

Os carmelitas descalços, depois que fundaram o seu convento em Goa, se fizeram senhores da missão de Surrate, dos syrios catholicos do Malabar, de Bombaim, e da parte occidental do imperio do Mogol; os franciscanos tinham as igrejas de Salsete junto a Bombaim, em numero de sete, e as do territorio de Bagaaim, sujeitas á jurisdicção do Arcebispo de Goa; mas pelas dissensões suscitadas pelos da *Propaganda fide* entre os carmelitas e este Arcebispo, ácerca da jurisdicção espiritual da ilha de Bombaim, e que foram causa da expulsão dos carmelitas em 1734 do territorio de Goa, aquella missão foi entregue á *Propaganda*, até que em 1798, Miguel de Lima, nativo rico e estimado dos inglezes, partidario do Arcebispo, fez, por sua influencia, terminar esta contestação; e conseguiu, que as quatro parochias, que então restavam, se dividissem entre o Bispo Vigario Apostolico do Mogol, chefe da missão dos carmelitas, e o Arcebispo de Goa; contra a qual divisão este protestou, mas em vão; porquê sendo approvada pelo Papa, teve de ceder: e assim temos hoje na ilha de Bombaim unicamente a igreja de Nossa Senhora da Gloria, em Mazagão, residencia do Vigario Geral do Norte; e a igreja de Cavel; e na ilha de Culabo o hospicio de S. Francisco Xavier, com o terreno adjacente, onde existe um Vigario, a quem por assento da Junta da Fazenda, de 29 de Maio de 1841, se pagam hoje 50 rupias chirinas por mez, em lugar de 20, que a mesma Junta lhe havia arbitrado em 24.d'Abril do mesmo anno.

Na grande ilha de Salsete, quasi toda catholica, que péga com a de Bombaim por uma ponte de pedra, temos ainda as seguintes igrejas, se acaso vão escapas á voragem propagandista: 1.^a Tanah, onde ha um Vigario da Vara; 2.^a S. João Baptista de Tanah; 3.^a Conditim e Trindade; 4.^o Goray; 5.^a Manorim; 6.^a Utaná; 7.^a Dongrim; 8.^a Versová; 9.^a Ambolim; 10.^a Caliana; 11.^a Mane; 12.^a Corlém; 13.^a Bendorá; 14.^a Bainel; 15.^a Caranjá; 16.^a Ponxer; 17 Malvane; 18.^a Angriá; e 19.^a Chaul.

Em Baçaim temos: 1.^a a igreja d'Agassaim, residencia do Vigario da Vara; 2.^a Purim; 3.^a Calvario; 4.^a Pale; 5.^a Remedios e Mercês; 6.^a Graça; 7.^a S. Thomé; 8.^a Espirito Santo; 9.^a Trapur.

Todas as igrejas e missões, que ficam relacionadas, vêm ainda no almanack de Goa para o anno de 1840, providas em sacerdotes dos dominios portuguezes, e algumas vagas.

Guizamentos e cathequistas.

Vem no orçamento esta despesa em 6.530 xerafins, ou 1:044,890 réis; e não sei se nesta verba entram as seguintes despesas, que até aqui estavam a cargo do thesouro, e alli não são especificadas:

Ao Fabriqueiro da igreja de Assolná 400 x.^s
Concedidos por despacho da Junta da Fazenda, de 22 d'Outubro de 1776, para serem pagos pelos rendimentos das aldeas de Assolná, Velim, e Ambelim, que pertenceram aos jesuitas.

Ao Mestre da capella da dita 72 x.^s
Esta despesa era dos jesuitas, e a Fazenda continuou a fazel-a desde a extincção delles.

Ao Capellão da capella de S. João, filial da igreja de Assolná. 100 x.^s
Estabelecidos por despacho da Junta da Fazenda de 7 d'Outubro de 1815, para o culto e guizamentos.

Ao Thesoureiro da festa de S. Francisco Xavier, da capella de Velim. 100 x.^s
Concedidos por despacho da Junta da Fazenda, como ao Fabriqueiro d'Assolná, acima.

A 2 Cathequistas da igreja de Velim (a cada um) 72 x.^s
Por despacho da Junta da Fazenda de 27 de Junho de 1803.

À fabrica da igreja de S. Francisco Xavier, de Velim. 400 x.^s
Por despacho da Junta da Fazenda de 29 de Julho de 1807, em virtude de uma provisão da Mesa da Consciencia e Ordens, de 13 de Novembro de 1806.

Para a festividade de S. Marçal, na fabrica da pol-
vora 100 x.^s

Dita das Chagas, no Arsenal..... 209 x.^s 3 t. 45 rs.

Não ha conhecimento da origem, e autorisação desta despeza;
e toda a que fica notada, era annual.

Advertencia.

Esqueceu observar em logar competente:

1.º Que o Arcebispado de Goa tem 8 Examinadores
Pro-Sinodae.

2.º Que os bens da mitra não estão incorporados nos
proprios da Fazenda; por que não foi mandada pôr em execu-
ção na India a Portaria de 25 d'Outubro de 1834.

3.º Que o augmento da congrua ao Arcebispo Primaz,
referido nos vencimentos das dignidades do Cabido da Sé, foi
concedido em Carta Regia de 22 de Junho de 1819, a titulo
de gratificação.

4.º Que a despeza dos collegios de Rachol, Chorão, e do
Bom Jesus, foi arbitrada por assento da Junta da Fazenda em
9.000 x.^s a cada collegio, por anno; e mais 1.000 para con-
certos e reparos aos dois primeiros; e 1.500 para os da casa
professa do Bom Jesus: cujo assento foi approved por Provi-
são do Erario de 17 de Março de 1786.

5.º Que a Bulla da Cruzada tem em Goa 1 Commissa-
rio Delegado, 1 Promotor, 1 Thesoureiro, 1 Escrivão, 1
Ajudante do dito, 1 Contador, e 1 Official de diligencias:
total 7.

(Continuar-se-ha.)

MEMORIA

SOBRE AS DIOCESES DO REAL PADROADO.

(Continuada de pag. 277.)

Não foi só nos grandes sacrificios da descoberta e con-
quista das terras d'Africa e Asia, e nas grandes sommas gas-
tas no estabelecimento, fundação, e dotação de tantos mostei-

ros, seminarios, e igrejas (algumas das quaes ao diante se nomearão) que os Reis de Portugal mostraram o seu zêlo pela exaltação da Fé Catholica; mas tambem em todos os tratados celebrados com os Reis, Principes, e Potentados da India áquem e além do Ganges, se inseriram artigos relativos ao augmento e bem ser da Igreja Catholica: apontaremos alguns destes tratados, não nos sendo possivel referir a todos, tanto pela falta de espaço, como por não haver na Secretaria do Estado da India, d'onde se copiaram os que vamos referir, os primeiros 60 livros, que d'alli foram mandados para a Torre do Tombo. Nos artigos 4.º e 12.º do tratado de 18 de Fevereiro de 1661, sobre a entrega de Bombaim, se estipulou no 4.º — « Que não se intrometteriam os padres inglezes nas matérias da Fé, nem obrigariam aos moradores das ditas ilhas de Bombaim, nem directa, nem indirectamente a mudar de crença, nem ir ouvir suas predicas, e deixariam aos ministros ecclesiasticos exercitar sua jurisdição, sem impedimento algum, por ser esta condição expressa nos capitulos de paz, e debaixo da qual se lhes manda fazer a entrega, e fazendo o contrario se entenderá que quebraram o assentado, e promettido, e recabirá o direito da ilha para a Corôa de Portugal. » — E no 12.º — « Que aos parrochos, e religiosos, que existem em Bombaim, se tenha todo o respeito devido, e promettido, e as igrejas não serão tomadas para uso algum, nem nellas se faça predicas; e aos que o intentarem, se dê o castigo de modo que sirva de exemplo. » — Tratado este sempre observado pelos subditos de Sua Magestade Britannica em Bombaim; de maneira que, tendo-se levantado uma perseguição contra os ecclesiasticos, e moradores de Bombaim e Mahim, governando aquella ilha (2) Inofre Coque, contra a qual protestou Ignacio Sarmento de Carvalho, Governador das fortalezas do norte, em data de 26 de Maio de 1665, allegando os artigos já citados, e as Instrucções da Carta Régia de 21 de Maio de 1661, o dito Inofre Coque respondeu comprometendo-se a dar inteiro cumprimento ao acordado nos artigos citados, e não inquietar mais aos catholicos. É tambem sabido, que querendo em 1726, o General de Bombaim obrigar aos

(2) No original está escripto « Inofre Coque. »

christãos a obedecer a um Bispo da *Propaganda fide*, D. Mauricio de Santa Thereza não o pôde conseguir, tanto porque fôra por este motivo cercada a cidade, e cortada a introdução de viveres na mesma, como pela morte do dito Bispo em Surrate. Mais consta do livro 170, fl. 68 da dita Secretaria, que em 1778, tendo-se introduzido em Bombaim os Propagandistas, o Arcebispo Primaz D. Fr. Manoel de Santa Catharina reclamou ao Major General, da onoravel companhia, Wiliam Medvres, o direito que tinha sobre as igrejas de Bombaim, por serem do Real Padroado, para que o conservasse na sua posse e jurisdicção ecclesiastica, ao que aquelle Major General respondeu que annuiria, sendo-lhe reclamado pelo Governador e Capitão General do Estado, em nome do Rei de Portugal; e tendo-se effectuado aquella reclamação em 28 de Novembro de 1788, aquelle General annuo, restituindo ao Arcebispo Primaz a sua jurisdicção, promettendo fazer sahir os Propagandistas, logo que chegassem de Goa os Vigarios nomeados pelo Primaz do Oriente. Nos artigos 4.º e 7.º do tratado de 23 d'Abril de 1620, celebrado entre o Rei de Aracão, por seus Embaixadores Parsamagrama, Chanda-Suria, e Changui, e o Governador do Estado Fernão de Albuquerque, se convencionou, que os missionarios exercitassem livremente o seu Ministerio em Bandel, e suas dependencias; e se comprometteu o mesmo Rei, a dar todo o favor e ajuda, á imitação dos Reis do Mogor, Cochim e outros, para se construirem igrejas nos seus Estados, promettendo contribuir para as suas fabricas. — Nos artigos 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 24.º, do tratado de 28 de Novembro de 1631, celebrado entre o Capitão da fortaleza de Cananôr, Antonio Moniz Barreto, e o Çamorim de Calecute; se acordou, pelo primeiro o livre exercicio da Religião Christã naquelle Reino, sem perderem os novamente convertidos os seus bens, e officios; pelo 2.º obrigou-se a dar chãos para construcção de igrejas onde bem quizessem; pelo 3.º concedeu os mesmos privilegios ás igrejas dos christãos de S. Thomé; pelo 4.º obrigou-se a não admittir Bispo ou Prelado algum no seu Reino, sem consentimento do Rei de Portugal, Arcebispo, e Vice-Rei de Goa, compromettendo-se para mandar prender, a qualquer que se apresentasse naquelle Rei-

no, sem as mencionadas licenças, para ser remettido ao Arcebispo de Goa; e pelo ultimo se obrigou o referido Capitão da fortaleza, a manter naquelle Reino igrejas, e padres. — Nos artigos 10.º e 13.º do tratado de 15 de Dezembro de 1678, celebrado entre Quellady Bissapa Naique, Rei de Canará, e Antonio Paes de Sande, Governador, e Capitão General do Estado da India, se acordou pelo 1.º, que se construísse uma igreja no recinto da feitoria; e pelo 2.º comprometteu-se o mesmo Rei, a dar terras, favor, e ajuda de custo, para construcção de igrejas, em todo o seu Reino, especialmente em Mirco, Chandar, Onor, Baticalá, e Calianapor. — No tratado de 16 d'Agosto de. . . entre o Rei de Sunda, por seu Embaixador Ari Panta, e o Estado da India, se ajustou que os missionarios edificassem uma Igreja na povoação, onde residia o mesmo Rei. — No artigo 7.º do tratado de 19 de Fevereiro de 1714, celebrado entre Ratrifo Quellady Bassapa Naique, Rei de Canará, e o Vice-Rei do Estado Vasco Fernandes Cezar de Menezes, se ratificou o disposto nos artigos 10.º e 13.º do tratado de 15 de Dezembro de 1678. — Consta a fl. 279 do livro dos tratados que existe na Secretaria de Goa, que Adrajão de Cananôr pedira um padre, compromettendo-se elle a dar terra, e ajuda para construir uma igreja. — No artigo 2.º do tratado de 15 de Março de 1724, celebrado entre o Rei de Tanór, e o Estado, comprometteu-se aquelle a dar, construida á sua custa, uma igreja de pedra e cal, e casas para residencia do parcho. — Consta, a fl. 328 do citado livro, que o Camorim de Calecute por sua carta datada a 18 do mez Cumahar (1720 a 24) comprometeu-se a dar em Calecute, uma igreja construida de pedra e cal, casas para o parcho e feitoria, tudo á sua custa, e effectivamente adiantou em 1724, 10.000 fanoes, e arbitrou ao parcho congrua da sua fazenda. — Nos artigos 3.º e 4.º do tratado de 4 de Dezembro de 1735, permittio o Rei de Sunda, Savay Bas-sava Lingá, aos padres construirem as casas que fossem necessarias para a administração, assim como igrejas em todas as terras dos seus Reinos, com a mesma liberdade, que tinham em Sevanças, e Ancolá, dando amplo consentimento para corte de madeiras nas suas mattas: e nos artigos 3.º e 4.º

do tratado de 2 de Novembro de 1755, se comprometteu o mesmo Rei de Sunda, a dar em Ancolá, terras, materiaes, e ajuda de custo para construcção de igrejas. — E no artigo 4.º do tratado de 29 de Fevereiro de 1756, ratificado nos artigos 2.º, 3.º e 4.º, o acordado nos tratados anteriores, se obrigou mais a mandar reedificar á sua custa as igrejas arruinadas, e concedeu ampla liberdade para construcção de outras em todos os seus Estados. — No artigo 2.º do tratado de 25 de Outubro de 1754, Ramachondrá Ráo Bonsulo, Sardessay de Pragrana Cudale (Sunt Warim) permittio aos missionarios de Goa, o poderem Evangelisar, em todo o seu territorio. — E pelo artigo 3.º do tratado de 24 de Setembro de 1761, ratificando o acordado nos antecedentes, dá maior amplitude á sua concessão. — No artigo 4.º do tratado de 5 de Novembro de 1755, Tullagi Angria permittio no seu dominio o livre exercicio da Religião Christã. — E este mesmo Tullagi, nos artigos 3.º e 4.º, da capitulação de 13 de Junho de 1771, permittio que a Religião Christã continuasse a permanecer nos seus dominios, com toda a liberdade, que dantes gozava. — A fl. 15 do 3.º livro, consta que por ordem do dominante de Punem, Bagi Ráo Rogunata, datada a 3 de Junho de 1801, se determinou ao Sabedor de Baçaim, Bagi Ráo Grinda, que deixasse continuar aos padres de Goa, e seus discipulos, n'administração das igrejas, que conservavam naquelle districto, desde tempos antigos, deixando-os exercitar, e punir segundo a sua Religião, prohibindo-lhes sómente o matar vacas. — E finalmente no artigo 2.º do tratado de 3 de Abril de 1820, celebrado entre o Rei de Siam, e o Conde de Rio-Pardo, se estabeleceu que os portuguezes gozassem no Reino de Siam do livre exercicio da sua Religião como sempre lhes foi permittido desde tempos remotos, tanto em igrejas publicas, como particulares; este tratado foi depois ratificado pelo Rei, e diz no citado artigo 2.º — *ibi* — No artigo 2.º Sua Magestade cede tudo inteiramente, pois que liberalmente, e de Sua Real vontade permite, que cada um guarde a sua religião, como deve.

Dos documentos citados, se vê que o direito do Padroado, nas terras *descobertas, e que se descobrissem*, pertenceu ao

Grão Mestre da Ordem de Christo, e aos Reis de Portugal; e tendo o Papa Julio III, a instancias de D. João III, unido á Corôa de Portugal, os Grãos Mestrados das Ordens Militares, pela Bulla — *Præclara Clarissimi* — de 14 de Janeiro de 1551, é claro, que aos Reis Fidelissimos se reunio toda a jurisdição espiritual (no Padroado), que antes tinham os Grãos Mestres da Ordem de Christo; documentos estes, nos quaes se declara de um modo o mais solemne, que os Reis de Portugal, *pro tempore existentes*, têm o direito do Padroado, *jus Patronatus et praesentandi*, por titulos de fundação, e dotação — *ex meritis fundatione et dotatione* — o qual ninguem, nem a mesma Santa Sé, lhes podem alterar, embaraçar, ou derogar, sem o seu expresso consentimento — *illique etiam per Sedem eandem quacunque ratione derogari non posse, nec derogatum censerì, nisi prius Philipi, et pro tempore existentes prædicti Regis expressus ad id accedat assensus* — é assim como se expressam os Summos Pontifices, e designadamente Paulo V, na Bulla acima citada de 9 de Janeiro de 1606, e é tambem depois de tudo isto, que a nação vê agora o seu Padroado, atacado em toda a extensão desde Africa até Pekim, parece que estava guardado para os nossos dias uma conspiração geral contra o Padroado, á maneira da que no tempo de D. Luiz de Ataide, os Potentados da Asia fizeram contra o Estado da India, mas que aquelle Capitão, com admiravel coragem, soube repelir.

Do que se acaba de referir, se conclue, que os Senhores Reis de Portugal têm o direito do Padroado, em toda a extensão, que vai desde Cabo Bojador, e Naon, até ao Japão, direito adquirido, não tanto pelas Bullas Pontificias, quanto, *ex jure communi*, pelos titulos de dotação, e fundação; que a nação Portugueza é a fundadora das Igrejas Catholicas d'Asia, e Africa oriental, e occidental; que foi a mesma nação, que abriu a porta da salvação a uma multidão de povos, até então desconhecidos; que foi ella, que á custa do seu Governo transportou áquellas regiões, innumeraveis missionarios evangelicos; ella a que fundou mosteiros, edificou igrejas, e destruiu pagodes; e que no tempo, em que a reforma fazia correr na Europa rios de sangue dos Catholicos, os Portuguezes derramavam

o seu n'Asia, levantando templos ao verdadeiro Deos, e ainda que por desgraça da nação, sujeita a dominio estranho, e vicissitudes humanas, a que todas as nações estão sujeitas, parte dos dominios d'Asia tenham passado a dominio estrangeiro, a igreja da Asia se tem conservado sempre portugueza, reconhecendo desde sua origem, e respeitando os Monarchas portuguezes como seus Patronos natos.

São finalmente os Portuguezes, que depois de tantos esforços, e fadigas, depois de tantos actos de sincero zêlo pela propagação, e augmento da doutrina christã, de que se recordam com justa ufania e gloria, vêm apparecer em nossos dias, com magoa e estranheza de todos os que prezam os direitos e a honra nacional, os Breves Pontificios de 24 de Agosto de 1836 e de 4 de Abril de 1838, pelos quaes, debaixo de pretextos especiosos, e primissos infundados, se pretende privar a Corôa Portugueza, do Real Padroado na igreja do Oriente!! Respeitamos, como filhos catholicos da igreja, as decisões, e providencias Apostolicas; mas não nos casos, como o de que se trata, pois pôde a boa fé, e santas intenções do Santo Padre, serem surprehendidas, já por suggestões dos adversarios do Padroado, já por informações inexactas: e por tanto, sem quebra alguma do respeito e veneração devidos a Santa Sé, podemos asseverar e crer, que os Breves citados são improcedentes, por falta de fundamento justo e verdadeiro, e que elles de certo modo revelam a repetição dos esforços da Propaganda no empenho, ha muitos annos e por muitas vezes manifestado, de usurpar ao Throno portuguez o Padroado do Oriente; a Propaganda que, se a sua instituição em 1621 faz honra á memoria do Santo Padre Gregorio XV, pelo fim justo e santo a que se propoz na sua creação, ella se tem tornado odiosa pelas vistas ambiciosas e jesuiticas que em todas as occasiões opportunas tem posto em pratica.

Pelo Breve de 24 de Agosto de 1836, desmembrou o Santo Padre a ilha de Ceilão do Bispado de Cochim e a erigio em Vigariado Apostolico, e pelo de 4 de Abril de 1838, erigio em Vigariados Apostolicos as dioceses de Cranganor, Cochim, Meliapor e Malaca. Estas resoluções da Santa Sé, encontraram nas autoridades ecclesiasticas daquellas igrejas a

oposição que era de esperar de subditos fieis e zelosos das prerogativas de Sua Augusta Soberana e Padroeira, dos quaes está na posse ha mais de duzentos annos. As intrigas e divisões dos missionarios estrangeiros contra o Padroado, causaram a perda da igreja do Japão, têm causado perseguições e males immensos á igreja da China; e onde irão parar as consequencias do scisma, e perturbações que taes resoluções produzirão nas consciencias dos christãos da India, não é possível calcular.

Os inimigos do Padroado, invejosos de tão brilhante como singular ornamento da Corôa Portuguesa, não têm cessado de trabalhar, com falsas e exaggeradas informações, para induzir o Santo Padre a tomar aquellas deliberações; dizendo (elles) que os Portuguezes; tendo perdido o dominio temporal, perderam o direito do Padroado; que até nunca erigiram Bispados, senão onde tinham dominio; que extinguindo as ordens religiosas, a cujo cargo estavam as missões, não providenciaram a respeito destas; chegando a ponto de suspender em 1835, a congrua aos missionarios, e que o Padroado era a causa do abandono das missões. Attrevendo-se aquelles adversarios a querer negar o documento moderno mais irrefragavel do reconhecimento do Padroado pela Sé Apostolica, qual é a Nota que o Em.^{mo} Pedeccine, em qualidade de Prefeito da Santa Congregação de *Propaganda fide*, dirigio á Côrte de Lisboa pelo Embaxador desta na de Roma, o Ex.^{mo} Marquez de Lavradio, em data do 1.^o de Fevereiro de 1832, pedindo a nomeação de Bispos para as dioceses de Goa, Cranganor, Cochim e Meliapor, querendo elles que aquella Nota não seja authentica, por não ser communicada pela Secretaria d'Estado, como se a communicação pela Dateria dos Breves não fosse como realmente é authentica.

O Padroado sempre existio (parte), e ainda hoje existe onde nunca tivemos dominio temporal; até as Bullas dos Papas acima citados assim o declaram expressamente, *nas terras descobertas, e que se descobrissem, ainda que dominadas por Principe estrangeiro, (Infideli)*. A perda do dominio temporal não trouxe a perda do padroado; o tratado de 18 de Fevereiro de 1665 sobre a entrega de Bombaim, acima citado, é uma

prova, e a execução e posse deste tratado por tantos annos, é razão mais do que sufficiente á sua interpretação.

Nós tivemos e temos ainda hoje igrejas e Bispados onde nunca houve dominio Portuguez; o de Funay no Japão, em tempos remotos, e os de Pe-kin e Nan-kin, hoje existentes, são provas do contrario por elles affirmado.

A extinção das ordens regulares não causou o abandono das missões, pois foram providas pela Sé de Goa a quem compete pelo Alvará de 1799 o cuidado dellas; e a medida arbitraria d'uma autoridade subalterna de Goa na suspensão das congruas em 1835, arbitrariedade que a Augusta Padroeira logo que chegou ao seu conhecimento não só desapprovou, mas até ordenou que se continuasse a pagar como d'antes, nada influio, pois tudo foi restabelecido *statu quo*, como consta do orçamento da provincia de Goa.

E que não é a verdade de semelhantes allegações e informações, nem o zêlo pelo bem ser das missões, a que move os adversarios do padroado nos seus esforços, se vê do que acaba de succeder com as missões do Padroado na China; porque, estando aquellas dioceses providas de todo o necessario, como são, autoridades canonicamente nomeadas, sacerdotes e missionarios, cathequistas, guizamentos, e congruas pagas, que annual e promptamente se lhes remettem dos rendimentos dos patrimonios dos mesmos sitios em Macáo, e Singapore, fizeram os Propagandistas com que o Santo Padre na melhor boa fé, como creio, e suppondo veridicas taes informações, nomeasse um Vigario Apostolico para Leantum, e outro para Xantum, provincias pertencentes ao Bispado de Pe-kin, e um Bispo, o Conde Bési, para a de Nan-kin, como se vê da Pastoral do dito Bési, e representações daquelles christãos dirigidas á Rainha Padroeira, e ao summo Pontifice, ao diante juntos.

Os esforços e insulto que Mr. Courveyz, Bispo de Bido-pole e Vigario Apostolico de Siam, junto com os seus sequazes, fez para expulsar da igreja de S. José de Singapore ao Parocho desta o Reverendo Francisco da Silva Pinto e Maia, e que este repelio com todos as suas forças phisicas e moraes, protestando, perante a Santa Sé, contra tão inaudito attentado, são provas dos desejos que animam aquelles Apos-

tolicos. Ao diante vão o Protesto, as Representações dos Christãos e a Pastoral do Bispo Propagandista Bési, acima mencionados, assim como os extractos de algumas cartas dos Missionarios do Padroado na China dirigidas ao Procurador das Missões, o Reverendo Joaquim José Leite, Superior do Collegio de S. José de Macáo.

Segue-se uma relação de grande parte (não do todo) dos conventos, hospícios, collegios, igrejas e capellas do Real Padroado, que foram edificadas na India e ilhas malaias, quasi todas á custa, ou com ajuda dos Reis de Portugal, como consta do archivo da Secretaria do Estado de Goa, d'onde foi extrahida pelo nosso illustre Socio o Sr. Claudio Lagrange Monteiro de Barbuda, a quem devemos, tanto a dita relação como a copia dos artigos dos tratados já citados. Nesta relação não se comprehendem as 39 parochias do Estado de Goa, nem as igrejas de Damão e Dio, e tão sómente as situadas em dominios pertencentes hoje a Príncipes estrangeiros.

Relação.

«Consta dos livros da Secretaria de Goa, 51, 79, 117 e 176, que «Baçaim, além da Sé matriz, contava 13 igrejas: Senhora da Vida; «Remedios; Mercês; S. João Baptista; S. Thiago d'Agaçaim; e Senhora da Victoria: em Saibana, Margão; Sabajo; Mainquelme; «Conceição da Serra de Asserim; Assumpção de Manorá; e matriz «de Trapôr. — Em Chaul, além da Sé matriz, 5 igrejas: S. Sebastião; S. João Baptista do Campo; Bom Jesus de Caranjá; S. João «Baptista; e S. Francisco: e que os religiosos franciscanos, além «das já mencionadas igrejas, construíram em 1526, no norte de Manapaur de Baçaim, fundação encarregada a Fr. Antonio do Porto, «por ElRei D. João III, que o dotou, para sustento de novamente «convertidos, com 24 aldeas, e mais 3.000 xerafins, e as aldeas, «tendo-se posteriormente aforado, o collegio ficou administrando 3, «Manapacer, Paré, e Arengal, a primeira por doação de um jague, «convertido na idade de 150 annos, a quem ElRei por este facto tinha doado, e outras duas por compra, as quaes rendiam 208 murás «de batte. — Em 1537, o convento de Santo Antonio de Baçaim, á «custa da Fazenda, e por ordem do dito Rei, que consignou de ordinaria 1.272 xerafins, e mais 100 de um devoto. — O convento de «Caranjá, por Fr. Thomás Viegas, no anno em que o Estado tomou «posse della, com ajuda da Fazenda, e tinha de ordinaria 240 xerafins, e algumas varzeas e marinhas. — O de Agaçaim de Baçaim, «no segundo anno de sua conquista, á custa da Fazenda, e tinha de

«ordinaria 240 xerafins. — O de Santa Barbara de Chaul, em 1573, «por ordem e conta d'ElRei D. Sebastião, com ordinaria de 600 xerafins. — E as igrejas, da Madre de Deos de Pally; Monte Calvario; Espirito Santo; ermida de Santa Maria Magdalena; de S. Bernardino, vulgarmente da Salvação. — Na ilha de Caranjá, ermida «da Senhora da Penha; em Salsete, na ilha Maruly, S. Sebastião; «em Amboly, S. Braz; em Paré, S. Thomé; em Magatana, Assumpção; em Arengal, S. Boaventura; em Gorai, Reis Magos; em Cassi, S. Jeronymo; em Gulambá, ou Curambá, Santo Antonio; em «Calecaliana, Senhora do Egypto; em Versabá, Senhora da Saude; «na aldêa Malvana, Santo Antonio; em Manuri, Soccorro; em Utana, Senhora do Mar; em Baniel, Senhora da Nazareth. — No morro de Chaul, uma igreja — No sul, 7 conventos, 4 collegios com «seus seminarios, e 112 igrejas. — Em S. Thomé, ou Meliapôr, uma «igreja da Senhora da Luz. — Em Servião, no reino do Pegú, 3 «igrejas. — Em Negapatão, 2 ditas, de S. Francisco, e Senhora da «Saude. — Em Coulão, no matto da Rainha, a da Senhora do Parto. «— No Magote, Chagas de S. Francisco. — Em Tivilar, Santa Cruz. «— Em Caitota, S. João. — No Pico de Pimenta, Santo André. — «Em Aibica, Reis Magos. — Em Calecoulão, Madre de Deos; uma «ermida de Santo Antonio; outra em Coivate; e outra em Aronely. «— No reino de Ava principiaram a missão em 1537, por Fr. Pedro «Bonofer, Fr. Pedro Pascasio, e Fr. Francisco das Chagas, onde «construíram 9 igrejas e 7 capellas. — Em 1516 os portuguezes fundaram a cidade de S. Thomé, cuja propriedade *in perpetuum* lhes «foi concedida em 1687, pelo Rei de Golecondá, onde Fr. Pedro de «Athougua converteu muitos pagãos, e construiu muitas igrejas, das «quaes a da Senhora da Luz, nos suburbios de Madrasta, parochiava «em 1794 Fr. Manoel de S. José. — Em 1600, por ordem do Vice-Rei Ayres de Saldanha, foi encarregada aos jesuitas a missão de «Travancor, Pescaria, e a metade da de Ceilão, e com a proscricção «delles foram reintegrados neillas os franciscanos, por ordem da corte, datada de 20 d'Abril de 1777.

«Os jesuitas, depois de se estabelecerem neste Estado, construíram em Baçaim um seminario, fundação d'ElRei D. João III, com «a consignação de 1.800 xerafins, uma aldêa (Dáspar), e duas Pacarias de dotação, que rendiam 6.000 xerafins. — Um collegio, fundação d'ElRei D. Sebastião, que tinha de ordinaria 500 xerafins, «além das aldêas Dongory, Pouncer, Anchoaly, e algumas hortas, «que rendiam 15.000 xerafins, e mais 3 igrejas, Graça, S. Thomé, «e S. Miguel de Puri; esta tinha de renda por dotação particular «3.000 xerafins. — Na ilha de Salsete, 8 igrejas, em Pour, Dongori, «Vanganacer, Trindade, Conduty, Santa Anna, Santo André, e Coratun, á custa da religião e esmolos. — Em Tana, um collegio, doatado por Gaspar da Costa, com quatro aldêas pequenas, Vanganacer, Vicer, Anapá, e Velapá, que rendiam 8.000 xerafins, e com-

«praram á custa de esmolas mais tres, Trindade, Bavalem, e Inavalem, do rendimento de 30 murás de batte, e a sua igreja tinha de «renda, além disto, 700 xerafins. — Em Chaul, um collegio, dotado «por Sebastião Pinto, com alguns palmares sitos em Bethalbatim de «Salsete de Goa, e tres hortas em Chaul, o que tudo dava de renda «5.000 xerafins. — Em Bandorá construíram uma igreja, e residen- «cia pertencente ao collegio de S. Paulo. — Em Maissur, esta missão «se extendia 100 legoas pelo reino, onde assistiam 12 missionarios «e 56 cathequistas. — No Deckan, tinham 4 residencias. — Em Sun- «da, 2 ditas. — No Mogol, tinham 2 igrejas publicas, com respecti- «vos collegios. — Em Agra e Delly, dotadas por Mirsazulcarne, e «tendo-se perdido as duas parelas do seu fundo, situadas em Bom- «baim, e que rendiam 12.000 xerafins, D. Juliana Dias da Costa, «portugueza, residente na côrte do Grão Mogol, deu 50.000 xerafins «para um novo fundo. — No Malabar, ou Cochim, um collegio, em «Ambalacata, com 7 igrejas; e um em Tanór, outro em Coulão, am- «bos com 52 igrejas. — Na Pescaria um dito com 19 ditas. — Em «S. Thomé, um dito, com 2 ditas. — Em Bengala, um dito, com 2 «ditas. — Em Madury, um dito, com 13 ditas. — Em Nemam, um «dito, com 14 ditas, sendo o de Cochim superior aos mais, o qual «nas invasões, tendo perdido o seu patrimonio em bens, ficou ulti- «mamente com quatro aldêas, Ansolna de Goa, Chirol, Sorotal, e «Chery, estas do norte.

«Os eremitas de Santo Agostinho construíram em Baçaim; em «1596, um convento da invocação da Annunciação, que tinha de or- «dinaria 500 xerafins, e uma igreja da Senhora das Mercês, com a «congrua de 152 xerafins. — Em Taná, um dito, em 1574, da invo- «cação da Graça, que tinha de ordinaria 500 xerafins. — Em Chaul, «um dito, em 1588, da invocação da Graça, com ordinaria de 500 «xerafins. — Na Persia, em Aspão, côrte do Rei, em 1599, um con- «vento da Senhora d'Assumpção, e tinha de ordinaria 2.500 xera- «fins; e o Rei, tendo offerecido 400 timões (do valor de 40 xerafins «cada um) para dote, não foram aceitos. — No Congo, uma igreja, «com ordinaria de 250 xerafins. — Em Mombaça um convento, cons- «truido em 1567, que tinha de ordinaria 500 xerafins. — No reino «de Bengala (3), um convento da invocação da Senhora do Rosario, «construido em 1599. — Em Ugoly, as igrejas seguintes: em Balas- «sór, Senhora do Rosario; em Chandepôr, Senhora d'Assumpção; «em Pipple, Senhora do Rosario; em Caliacata, Senhora do Rosario; «em Nirical, Senhora da Graça; em Benja, Senhora da Saude; em «Dacá, ou Narandy, Senhora d'Assumpção; e a uma legoa de Dacá, «Senhora do Rosario. — Em Bondel, ou Bandel, Santo Estevão; em

(3) Em Bengala possuíam os eremitas de Santo Agostinho 24 igrejas, como consta de um livro impresso, conservado até 1835 no archivo do convento de Santo Agostinho de Goa.

«Rangamaty, Santo Estevão; em Angoly, Santo Estevão; em Jam-
«balcalda, Senhora d'Assumpção; em Tambolim, Senhora da Espe-
«rança; em Arracão, Senhora d'Assumpção; em Golcondá, Senhora
«do Bom Successo; e em Massulipatão, Senhora d'Assumpção. —
«Um hospicio em S. Thomé, além dos conventos destruidos pelos
«inimigos no sul, Coulão, Cochim, e Malaca. — E nas relações de
«1794, a fl. 342 do livro 176, referindo-se ao anno antecedente,
«consta que baptizaram 191 adultos.

«Os dominicos construíram em Baçaim, em 1579, um convento.
«— Um em Chaul, em 1550, que tinha de ordinaria 900 xerafins
«por anno, e mais 61 xerafins e 3 tangas por tres mezes, e de pa-
«trimonio tres varzeas entre palmares. — Um dito em Cochim. — Em
«globo, tiveram muitos outros conventos, collegios, e igrejas, na sua
«administração no sul e norte, em Columbo, Galé, Manar, Jafanapa-
«tão, Ceilão, Negapatão, Malaca, S. Thomé, Mahim, Trapôr, e Ca-
«ranjá. — E em Ormuz, um convento, construído em 1557.

«Os religiosos de S. João de Deos construíram, em 1685, um
«convento e hospital em Baçaim, por ordem d'ElRei D. Pedro II, e
«ahi compraram uma casa, que rendia 600 xerafins por anno, e de
«ordinaria 1.800 xerafins, e alguma renda de alguns palmares, que
«ao todo sommava 4.610 xerafins.

«Os reformados de S. Francisco (Madre de Deos) construíram,
«em 1582, um convento em Taná, da invocação de Santo Antonio.
«— Um dito, que tinha de ordinaria 20 xerafins mensaes, em 1584,
«em Chaul, da invocação da Madre de Deos, por Braz Dias, o qual
«tinha tambem de patrimonio 200 xerafins para cura de enfermos, e
«a igreja 28 de ordinaria. — No morro de Chaul, uma igreja, da
«Senhora do Monte, e a missão de Surrate, entregue pelos inglezes,
«depois da expulsão dos padres francezes. — Além disto tinham a
«seu cargo as missões de Jun-Ceilão, Queda, Travancôr, e Raichur;
«e o reino de Achem, Brama, e Pegú.

«Os religiosos de S. Caetano, logo depois do seu estabelecimento
«neste Estado, em 1650, tomaram á sua conta a missão de Vizag-
«pôr, cidade principal do Idalcão, e com o seu consentimento prin-
«cipiou o padre D. Francisco Manco a catequizar naquelle reino e
«suas dependencias; e dalli, passando para Golcondá, e Banagar,
«edificou igrejas e hospicios, em Vizagpatão, Singol, Pergelim, e
«Massulipatão; e em Biblipatão, porto do mar, uma igreja ampla,
«com consentimento do Governador, de quem obteve dois predios
«em propriedade perpetua, da invocação de Santa Cruz de Theatinos,
«em um dos quaes teve logar a construcção daquella igreja; passan-
«do para a ilha de Bornéo o padre D. Antonio Vintemilia, em 1687,
«construiu algumas igrejas: deram principio á missão de Bancul, na
«ilha de Sumatra, em 1699, pelo padre D. Miguel Angelo Cartelli,
«que alli construiu duas igrejas. — Em 1760 foram para estas mis-
«sões, á custa da Fazenda e com as congruas necessarias, os padres

«D. Antonio Antão de Faria, e D. Agostinho Barreto; e o primeiro, ajudado pelo feitor inglez, de Madrastra passou para Biblipatão: semilhantermente instalaram missões em Gugulim, Codelur, Negapatão, Arecan, Ceilão, Camboja, Carval, e Devanapatão.

«Os carmelitanos, com a extinção dos jesuitas, foram encarregados, em 1764, das missões de Canapôr, Quintur, e Tomaricopa, assim como de Azarem, e Alcorny, com igrejas em todas ellas: a igreja de Canapôr é da invocação da Senhora dos Milagres, tinha uma capella filial em Calgão, da Senhora da Candelaria, e contava perto de 1.300 christãos: Quintur, a sua igreja é da invocação da Senhora do Carmo, com duas capellas filiaes, uma em Vilicote, de Santa Rosalia, e outra em Machim, da Senhora do Rosario: Tomaricopa, da Senhora do Rosario, com mais de 400 freguezes: as igrejas de Alcorny, e Azarem, foram construidas em 1765, pelos missionarios, á custa propria e de esmolas. — A missão de Raichur é mui vasta.

«Os Congregados tinham ao seu cuidado a vastissima missão de Ceilão, Solapôr, e Canará (4), onde contavam mui elevado numero de igrejas, ermidas, e hospicios, que a brevidade não permite collegir. — No Bispado de Cochim, além disto, estavam construidas as seguintes, afóra 15, cujos patronos e situações não estavam declarados: S. Pedro de Angenja; Assumpta de Mampulim; S. Sebastião de Bencoto; Todos os Santos de Ariaturuly; S. Thiago de Tampali; S. Miguel de Pudua; Santo Ignacio de Potemtopo; Santa Cruz de Milagres, orago do Bispado; Senhora da Esperança de Vaipen; S. Pedro de Bendurte; Senhora da Vida de Matanchurá; Senhora das Mercês de Paturte; S. Lourenço do Castello; Senhora da Saude, logar assim chamado; Salvação; S. Luiz; Santo André de Artenga; S. Jorge de Manscorte; Santos Innocentes de Tanguí; Senhora da Purificação de Tamboly; S. Miguel de Catur; Menino Jesus de Sangacheira; e Santa Cruz de Porcá. — Finalmente consta a fl. 370 do livro 176, que em 1794 fôra erecta a missão de Punem (Pooana), por intermedio do padre Vicente Joaquim de Mene-

(4) Tivemos no reino de Canará, pertencente ao Arcebispado de Goa, muitas igrejas, e ainda temos hoje 20, parochiadas por padres de Goa; a mais antiga é a de S. Salvador de Onor, primeiro foi barraca, edificada pelo padre José Vaz, natural de Samoale de Salsete, e depois construida de pedra e cal; a segunda foi a de Nossa Senhora dos Milagres de Mangalor, construida pelo Reverendo Thomás de Castro, natural de Divar, uma das ilhas de Goa, o qual, sendo Bispo da Propaganda, quiz usurpar aquella missão ao Padroado, publicando uma Pastoral, em que fulminava excommunhão maior, a todos os christãos que obedecessem aos padres de Goa, e não a elle propagandista: esta questão foi remettida á Curia romana, e decidida contra elle Bispo, e a favor do Padroado. Já naquelles tempos, a Sagrada Congregação da Propaganda, dava provas do zelo que tinha pela usurpação do Padroado; e o mais é, que aquelle Reverendo propagandista era subdito portuguez, natural de Goa.

«zes, e do nosso enviado Gorqui Sinai ao dominante do Marata, e
«com consentimento deste se erigio uma capella, com culto publico,
«e ao missionario se arbitrou a conveniente congrua.»

No anno de 1561, foram os dominicanos os primeiros que pré-garam o Evangelho na ilha de Solôr, para onde se transportaram do convento que tinham em Malaca, o padre Fr. Antonio da Cruz, e outros; dalli passaram a Timor, mas sem se estabelecerem nesta ilha, até que em 1629 partio de Malaca Fr. Miguel Rangel, que depois foi Bispo de Malaca, com mais 12 religiosos, e se estabeleceram em Timor: no principio de 1640. já havia na ilha de Solôr, Onde, ou Flores, 8 igrejas, e em Timor 22.

E por ordem de 8 de Outubro de 1738 se determinou que em Timor se estabelecesse um seminario para educação dos natuaes, e para serviço das missões, para sustento do qual doou o Tenente General do mar, Gaspar da Costa, quatrocentos alqueires de., que percebia naquella ilha, e outras parcellas que cobrava nos reinos de Biboi, e Automa, assim como doou a cobrança das Fintas Reaes, que cobrava nos mesmos reinos, importantes em 250,000 réis; o que Sua Magestade confirmou por Provisão de 16 de Outubro de 1743, mas ainda se não verificou a creação daquelle seminario. O cofre daquellas missões chegou a ter grandes fundos, os quaes não me consta o estado em que hoje estão.

Na ilha de Bornéo tambem houve igrejas e missão, á qual deu principio em 2 de Fevereiro de 1688 o Reverendo padre D. Antonio Vintemilia, theatino do convento de Goa, transportado áquella ilha á custa da fazenda do portuguez Luiz Francisco Coutinho, cuja pia e generosa despeza foi tão grata ao Summo Pontifice Innocencio XII, que pelo Breve = *Ex Romani Pontificis* = datado a 21 de Dezembro de 1691, o nomeou cavalleiro da ordem Aurea Romana, e o Governador de Goa, D. Rodrigo da Costa, ordenou que aquella missão ficasse pertencendo aos padres theatinos de Goa, em quanto Sua Magestade não mandasse o contrario.

Pastoral.

Francisco da Silva Pinto e Maia, legitimo Vigario e Superior da missão, pelo Primaz do Oriente, D. Fr. Manoel de S. Gualdino, de gloriosa memoria.

A todos a quem o conhecimento desta pertencer, saude e paz em Nosso Senhor Jesus Christo. Faço saber, que tendo Hilario Courvezy, Illustrissimo e Reverendissimo Bispo de Bidopole, Vigario Apostolico de Siam, mandado imprimir nesta em latim, inglez, e portuguez, um papel, a que chama Decreto da Sagrada Congregação de *Propaganda fide*, datado em 28 de Junho de 1840, no qual affirmar ter só elle jurisdicção em Malaca, Singapore, etc., estribado no

Breve ou Carta Apostolica — *Multa Præclare* — de 24 de Abril de 1838; sou obrigado a publicar, que na Metropole de Goa já meus superiores tinham por meio d'uma Pastoral declarado por supposto e falso este Breve; o qual tem todos os signaes de falsidade; por tanto tambem é falso o Decreto, que o cita; nelle faltam as indispensaveis condições estabelecidas na regra 42.^a da Chancellaria, para se considerar valida a derogação das Bullas ácerca do Real Padroado. Decreto, que expulsa injustamente o verdadeiro Pastor, para introduzir um mercenario, é falso. Eu não posso persuadir-me, que o primeiro Chefe da Igreja, o Soberano Pontifice, representante daquelle, que por natureza é a mesma justiça, approve semelhante Decreto contra o direito natural e divino.

O mesmo Summo Pontifice ordena, que não se executem, ou cumpram graças, ou ordens impetradas obrepticia e subrepticamente. — *Si tales per suppressionem veritatis aut falsitatis expressionem litteras nostras etiam certas constiterit impetrasse, carere volumus impetratis.* — Innocencio III, cap. 7, de *fide instrumenti*. «Se alguem, occultando um pouco a verdade, ou accrescentando um pouco mais, não declarar verdade pura, quero, e mando, que se não cumpram minhas ordens» *carere volumus impetratis*. A mesma Sagrada Congregação ensina a desprezar as ordens daquelle, que pede os titulos a um Beneficiado, que teve pacifica posse por espaço de tres annos; por consequencia não sou obrigado a obedecer a quem me quer tirar injustamente o Beneficio. — *Qui pacifice per triennium aliquod beneficium possedit, non tenetur ostendere titulum, vel docere de titulo.* — Sac. Congr. anno 1588. Estou em Singapere desde o anno de 1825; quando Bartholomeu, Bispo de Capso e Coadjutor do Vigario Apostolico de Siam e Quedá, o Bispo de Sozopolis, por cuja ordem no anno de 1832 principiou o scisma, no dia Domingo 19 de Agosto, em casa de Mr. Mac Sweeny, perguntando em alta voz a uns e outros, se promettiam ser-lhe fieis e constantes; eu logo no dia 21 do mesmo Agosto protestei, e appellei para Roma contra elle, e contra tudo quanto tinha determinado contra as leis da Igreja.

O Apostolo S. Paulo, na carta aos hebreos cap. 13, v. 17, manda obedecer a nossos superiores — *Obedite præpositis vestris, et subjacetis eis.* — O Vigario Apostolico de Siam manda não obedecer-lhes, por conseguinte tambem lhe não obedeço. Christãos, quereis conhecer uma arvore? Olhai para a sua fructa: S. Math. cap. 7, v. 20.

O Vigario Apostolico de Siam remetteu-me de noite, juntamente com o resumo do Decreto, uma carta sem sello assignada por elle, mas tudo aberto: como podem semelhantes papeis, entregues de noite, ser reconhecidos? Tudo signal de falsidade.

Por todas estas razões deveis ficar certos, que o vosso Pastor sou eu, e de nenhuma sorte o sobredito Vigario Apostolico de Siam; e que vossa freguezia é a capella de S. José.

Estes Apostolicos conhecem, que erraram; porém têm vergonha

d'emendar seu erro. E não terão vergonha de continuar? Não vos admireis, que o Vigario Apostolico de Siam procure completar o scisma, que elle mesmo principiou no anno de 1832; por quanto S. Paulo, fallando com os Bispos d'Asia, lhes certificou — *Et ex vobis ipsi exurgent viri loquentes perversa, ut abducant discipulos post se.* — Act. dos Apost., cap. 20, v. 30. De vós, ó Bispos, haverá quem publique nova doutrina, para ter sequazes e discipulos. Não é doutrina nova e perversa ensinar a desobedecer ao legitimo Pastor? Se o Bispo de Bidopole tem zelo da salvação das almas, respondei-lhe, que vá para o seu Bispado; que seja Pastor, e não mercenario. Concilio Tridentino, cap. 1, sessão 6, Decreto de reforma. Mando a todos os Catholicos Romanos, que não obedeçam aos Apostolicos francezes, jesuitas disfarçados; que não reconheçam o Vigario Apostolico de Siam; elle não é mais que um Bispo em terra de gentios *in partibus infidelium*; contra estes Bispos já em outro tempo se queixava amargamente o Concilio de Trento, cap. 2, sessão 14 da reforma.

Protesto contra a igreja franceza, que por direito me pertence. Protesto contra o Illustrissimo e Reverendissimo Vigario Apostolico de Siam, e appello para a Santidade de Gregorio XVI, em nome da nossa Padroeira a Senhora D. Maria II, Rainha de Portugal.

Francisco da Silva Pinto e Maia,

Legitimo Vigario e Superior da Missão.

Singapore, 8 de Julho de 1840.

Não posso acreditar, que a Sagr. Cong. da Propaganda, composta de sabios e virtuosos, se opponha ao cap. 9, sess. 14, d'um Synodo universal, qual é o de Trento — *In Spiritu Santo legitime congregata*, que prohibe claramente confundir a jurisdicção, ainda mesmo com o pretexto de maior honra e gloria de Deos.

O Concilio aos Bispos titulares chama quasi vagabundos. os quaes procuram, sem proprio Pastor, o saber as ovelhas alheias, e não procuram converter os gentios de seu Bispado.

Representação dos christãos de Pekim a Sua Magestade a Rainha.

SENHORA! A Vossa Magestade representam humildemente todos os christãos de Pekim, côrte do imperio da China no oriente, implorando a real, e beneficentissima protecção de Vossa Magestade.

Desde o tempo do reinado do Van-Li da dynastia Mim (seculo 17.º) em que tinham sido mandados de Portugal para as duas côrtes da China, Pekim e Nankim, os padres da Companhia de Jesus, os quaes com a imagem (do Crucifixo) haviam plantado nellas a Religião Santa; sempre o reino de Portugal tem concorrido com todas as despezas até hoje, que se contam mais de 230 annos, para os Bispos e todos os padres, que nellas têm estado. Beneficio este, que já-mais será riscado da memoria de todos os christãos.

É pois no anno 13 de Kia-Kim (1808) que, fallecendo o Bispo D. Alexandre, governou interinamente a Diocese o padre Cháo (o Bispo Serra) ao qual, alguns annos depois, succedeu o padre Li (padre Ribeiro), e pela morte deste ficou o Bispado entregue ao Governo do Bispo de Nankim Pi-Kia-Je-Tam (Pires); e em vida deste o padre Cháo (João Castro) tomou interinamente conta do Bispado de Nankim coadjuvando-o no de Pekim.

Assim têm decorrido trinta e cinco annos sem que houvesse um Bispo, por causa do aperto em que se tem visto o Governo de Portugal. Mas agora, que tudo está em socego, convém muito que se faça a nomeação. Principalmente desde que em Fevereiro de 1841, o Bispo Ló da Propaganda veio á provincia de Che-Li, o qual, passando por Xan-tum, expulsou d'alli o padre Csun daquella missão, por ter sido mandado pelo Pastor daquella igreja o padre Cháo (João Castro); e ordenou ao mesmo tempo aos christãos de Xantum, que abandonassem Pekim, e seguissem a Propaganda, dizendo-lhe claramente, que aquelle que não obedece ao Bispo Ló, não é obediente ao Papa, querendo com isto, como grande, opprimir os pequenos, e como forte escarnecer dos fracos. Seja pois, ou não tudo isto uma sem razão, o que elles os christãos não podem realmente soffrer é a oppressão, que se faz aos homens por via de força. Por isso todos os christãos de Pekim de commum acordo deliberaram dirigir humildemente este memorial, implorando a Vossa Magestade para que se digne por piedade compadecer-se dos christãos da China, e ter na Real Sollicitude de Vossa Magestade os bem merecidos fructos, e virtuosos trabalhos adquiridos ha mais de dois seculos, que poderão por acaso, ficar em um momento reunidos em outrem; o que será muito digno de lastima.

Pedimos por tanto encarecidamente, para que seja nomeado o padre Cháo (João Castro) para Bispo de Pekim, e que fiquem todos os christãos de Xantum sujeitos como d'antes ao Bispado de Pekim. Pois que, sendo desta sorte restabelecidas como no principio todas as precauções, o merito será para Vossa Magestade, e elles os christãos experimentarão o beneficio de serem regenerados na Graça e conduzidos para a Bemaventurança.

Prostrados imploram a compaixão de Vossa Magestade para com elles os christãos, que ficam rogando a Deos pela felicidade, e conservação dos preciosos dias de Vossa Magestade e da Sua Prole Real, pelo socego dos seus povos, e prosperidade do reino.

Não querendo Vossa Magestade aos christãos da China, digne-se assim mesmo significar-lhes a sua real vontade, para elles então resolverem. — Anno de Nosso Senhor Jesus Christo de 1842 mez de Junho.

(Seguem-se as assignaturas.)

Versão da representação dos christãos de Leao-tum ao Papa.

Os peccadores, e indignos servos de Leao-tum, Che-li e dos contornos de Mogol, prostrados apresentam sua supplica aos pés do Santissimo Padre, chefe da Igreja Catholica, e com suas cabeças inclinadas até á terra, o saúdam.

Quando antigamente, nós os peccadores, e indignos servos, habitantes de Leao-tum, Che-li, e dos contornos de Mogol, obtivemos a especial graça de sermos chamados á religião christã, o reino de Portugal foi o que na sua origem trabalhou e concorreu com dinheiro para a fundação da igreja do sul (?), que depois se propagou por todos os logares das fronteiras de Leao-tum. Nesta occasião tambem a nossa cidade concorreu com fundos para ajudar a creação de um perpetuo e tranquillo patrimonio. Desde a dynastia *Mim* (an. de 1368—1644) até a dynastia *Tsin* (reinante, principiada em 1644), as gerações que existiram pelo espaço destes duzentos e tantos annos, todas mereceram repetidas vezes ser allumiadas com graças e favores de Vossa Santidade, e nós, indignos servos, os trazemos sempre gravados nos nossos peitos com eterno reconhecimento. Tendo as outras provincias seus Bispos para as reger, só a Sé de Pekim está vacante pelas commoções politicas do nosso reino; com tudo, desde a morte do Bispo Pires, a administração das cousas ecclesiasticas passou ao cuidado do padre Castro, que tem regido com toda a paz e tranquillidade. O padre Castro tem igualmente distribuido Sacerdotes por todos os logares, e nunca nos faltou o pasto espirital, tanto para a alma como para o corpo, debaixo de toda a ordem. O mesmo Castro por vezes nos tem amparado pessoalmente (visitado), conferindo-nos favores e graças; e os christãos de todos os logares estão muito obrigados pela delegação do poder na pessoa de Castro. Sua grande prudencia e virtude fazem reflectir o seu fervor do Culto Divino e zêlo da salvação das almas, que são outros tantos fructos de boas obras. Porém de repente ouvimos no anno passado dizer ao padre *Mom* de Pekim que havia noticias d'Europa de que um novo Bispo d'outro reino estava eleito com attribuições do Bispado de Leao-tum e de todos os contornos de Mogol. Qual a causa disto? Nós, sendo rudes, de nenhuma instrucção, e tendo nossas idéas mui confusas e nosso pensar mui grosseiro, julgamos que similhante arrebatamento é contrario á boa razão. Além disto o povo christão, que habita os arredores de Mogol, está debaixo da jurisdicção da Pie-che-li, e não na de Mogol. Os habitantes de Leao-tum, não obstante serem a maior parte tartaros e poucos chinas, com tudo todos estão sujeitos á provincia de Moukden. Eis o motivo porque todos os Sacerdotes conjunctamente com os christãos fizeram esta supplica. Talvez as verdadeiras expressões offendam (a Vossa Santidade), mas como a fidelidade é uma e a fé verdadeira, não podemos reconhecer

o Bispo de Mogol por nosso superior. Todos juntos pedimos instantemente ao Santíssimo Padre se compadeça das nossas almas, cujos resultados são graves, e têm consequências eternas. Supplicamos, se digne conferir ao padre Castro a dignidade de Bispo de Pekim, com attribuições de Che-li, e todos os arredores de Leao-tum. Verificando-se este nosso desejo, a paz reinará entre os christãos, a inquietação se acabará, e as nossas almas se salvarão. Os peccadores, e indignos servos prostrados supplicam esta graça; e com os olhos levantados, esperam a sua execução.

(Seguem-se as assignaturas.)

Pastoral do Bispo de Nankim e Xantum, por appellido Ló, publicadã no anno de 1842 da era christã.

Ló, Bispo de Nankin e Xantum, etc. etc.

Faço saber a todos os christãos, que desde que fui, ha dois annos, encarregado pelo Papa da administração dos Bispados de Nankin e Xantim, ordens se receberam nesta occasião para se crear um convento (5), com promessas de que mandaria padres da Companhia de Jesus, para coadjuvarem o manejo dos negocios da Religião, e de commun accordo tratarem dos negocios do dito convento. Depois que tomei as redeas do Bispado, nunca me tenho descuidado disto, porém varios motivos me hão demorado a sua execução até ao presente. Agora que por especial graça do Senhor chegaram a estas terras os jesuitas, e tenho recebido cartas da Congregação da *Propaganda fide* de Roma, em que me ordenam com instantes recommendações, a fazer todos os esforços para se pôr em observancia os preceitos da Religião em Nankim, e a accelerar quanto antes a creação do dito convento, seria desairoso ao logar que occupo, se tornasse a demorar por mais tempo. Portanto faço saber por esta Pastoral a todos os christãos meus diocesanos, que lhes é permittido trazer os jovens que quizerem sahir da casa paterna para cultivar a virtude, declarando os seus nomes, debaixo das condições seguintes:

Como o fim da creação do convento é para nelle se receberem os alumnos que tenham um firme proposito de querer estudar, afim de que, seguindo as boas instrucções, e educando-se, cheguem a ser habeis ministros, e possam succeder aos homens de virtude e talento seus antecessores, não só para se honrar e glorificar a Deos, offerecendo diariamente o Santo Sacrificio, como tambem para se promulgar por todo o imperio a Lei do Senhor, e salvar as almas; os que quizerem vir para seguir os estudos, não devem ser senão os que

(5) *Sinice: Sieu-tao-iuen*: casa de religiosos, que cultivam a virtude; zenobio.

são chamados por Deos, visto que um objecto de tão grande importância jámais se deve olhar com desprezo; por isso dou em resumo as seguintes condições, para se poderem regular:

1.^a Todo o rapaz que desejar vir para o convento, não deverá ter menos de 12 nem mais de 18 annos de idade, e o praso de um anno lhe é assignalado para se observar o seu comportamento, e determinar se deve ser acceito ou despedido. Durante esse anno o seu sustento e vestuario serão fornecidos por seus pais; e findo elle, quando se veja que é da vontade de Deos a sua vinda, será então admittido no convento para estudar, onde tudo lhe será provido pelo Bispo, sem dependencia de seus pais. E quando não seja da vontade de Deos, será entregue a seus pais, e restituído á sua familia.

2.^a Os rapazes que tiverem já contrahido esponsaes, não poderão ser apresentados.

3.^a Os que sem vontade propria são obrigados por seus pais, ou que sem consentimento destes, desejam seguir a vida religiosa, não precisam vir para dar seus nomes.

Extractos das cartas de Nankim, datadas d'Outubro de 1842, e recebidas em Macáo em 3 de Janeiro de 1843. — Traducção.

Do que escreve Mr.

«A chegada do Nuncio a Lisboa é uma excellente occasião de defender vossos direitos, e conservar vossas missões da China.

«Mas se quereis defender-vos, e vos prover, é necessario obrar prompta e vigorosamente; porque em Nankim se farão os maiores esforços por vos tirar a missão, e fazel-a passar aos padres jesuitas.

«Sua Ill.^{ma} (Bési) reclama a administração dos bens temporaes da missão; eu não sei com que titulo: a vós toca explicar-vos com elle. Nós não temos querido contestar com Sua Ill.^{ma}»

Do que escrevem em latim os padres chinas:

«Quero e desejo estar debaixo da jurisdicção dos portuguezes.» Escreve um; e outro, a quem eu chamava para vir ajudar a educação no collegio, na nossa actual falta de padres, escreve:

«Escrevi ao Ill.^{mo} Bési, assim: — Muitas vezes tenho sido chamado por meu Superior para o collegio (de S. José de Macáo): por tanto rogo se digne enviar outro a tomar a minha missão. — Mas elle nenhuma resposta deu: e logo me chamou a ir ter com elle, e me disse — Sem minha licença nenhum póde retirar-se da missão, por qualquer causa. Esta missão, por Decreto do Summo Pontifice, pertence aos jesuitas, e não aos padres de S. José. — E se queixou muito de mim e de V. m.^{ces} por termos communicação ontre nós, e desestimação d'elle: mas isto não disse claramente. Muitas outras cousas não escrevo agora, e só em presença direi. Aqui temos ouvi-

do dos padres européos (*só podem ser os jesuitas*) que o reino de Portugal provavelmente será excommungado pelo Summo Pontifice ; agora, porém, é tolerado. »

N'outra carta, que assignam 6 padres, dizem :

« Quanto aos seminaristas, que V. m.^{ce} mandou escolhessemos e enviassemos ao collegio (de S. José), não podemos fazer isto ; porque o Ill.^{mo} Bési, antes de termos enviado alumnos, publicou Decreto, como proprio Pastor, cuja copia presentamos.

« Quanto ao dinheiro enviado, não recebemos : o Ill.^{mo} (6) recebeu todo, e já ha dois annos que não temos congruas. »

(6) Que tal é a caridade bem entendida do Illustrissimo Bispo da Propaganda (*Bési*)? Remettem de Macáo a congrua para os Missionarios do Padroado, e elle toma conta e dispõe della como propria, deixando os Missionarios, a quem pertencia, a fazer cruces na boca !

ACTAS DA ASSOCIAÇÃO.

TERCEIRO ANNO.

SESSÃO 13.ª

*Presidio o Sr. Vice-Presidente, Capitão de Fragata
J. da C. Carvalho.*

ABERTA a Sessão, approvou-se a acta antecedente.

Expediente. — Uma carta do Sr. Joaquim José da Costa de Macedo, Secretario perpetuo da Academia Real das Sciencias, acompanhando a offerta da collecção das Memorias da mesma Academia, concebida nos seguintes termos :

“III.^{mo} Sr. — Tenho a honra de remetter a V. S.^a, da parte da Academia Real das Sciencias, para a bibliotheca da Associação Maritima e Colonial, a collecção das Memorias da mesma Academia, que não costuma dal-a a qualquer corporação scientifica indistinctamente; mas que tem muito prazer em offerecel-a á Associação Maritima e Colonial, não só pelo apreço que sabe ha de fazer della, mas pela efficacia com que cultiva o estudo de sciencias que podem illustrar a nossa patria. — Sou com particular consideração, III.^{mo} Sr. Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo, Secretario da Associação Maritima e Colonial de Lisboa — De V. S.^a muito attento venerador e servo. = *Joaquim José da Costa de Macedo*, Secretario perpetuo da Academia. — Lisboa 20 de Julho de 1843. ,,

A assembléa recebeu esta importante e valiosa offerta com muito especial agrado, e a mandou agradecer.

O Secretario Louzada d'Araujo participou, que a Sociedade Pharmaceutica enviára tres bilhetes de convite para a sua Sessão solemne, os quaes foram competentemente distribuidos.

O Sr. Sub-Secretario Marques Pereira apresentou uma brochura, que offerece o Socio o Sr. Antonio Justino Machado de Moraes, com o titulo = *Gentilis Angollæ in Fidei Mysteriis opusculum* = impressa em 1784 na typographia nacional. — Recebida com agrado.

O mesmo Sr. leu o relatorio da Commissão especial, que por proposta do Sr. Lopes de Lima, foi encarregada de apresentar as bases sobre as quaes convem, que se organisem companhias mercantes e agricolas, para as diversas possessões ultramarinas.

O Sr. Carneiro apresentou o extracto de uma memoria impressa em italiano, sobre a creação e limites das Dioceses do Real Padroado no ultramar, acompanhado de dois mappas dos respectivos districtos: e propondo o Sr. Vice-Presidente se dispensasse nos Estatu-

tos, para que esta memoria fosse logo remettida á Commissão de Redacção, a fim de ser opportunamente impressa, attenta a sua importancia: assim se resolveu sem discussão.

O Sr. Lagrange agradeceu a sua admissão para Socio, e fez o offerecimento de um excellente mappa estatistico das comarcas de Goa, Salsete e Bardez, nos Estados da India, que elaborou durante a sua residencia em Secretario Geral daquelle Governo; e referindo a offerta que tentava fazer de outros trabalhos seus d'igual vantagem, terminou por manifestar os seus desejos pela prosperidade d'Associação, a cujo serviço protestou dedicar-se. O Sr. Presidente agradeceu esta interessante offerta, e propoz se remetteste á Commissão de Redacção o mappa offerecido pelo Sr. Lagrange para se publicar; porém requerendo o Secretario Louzada d'Araujo, que primeiro fosse á Commissão permanente d'Estatistica, assim se mandou. O Sr. Vice-Presidente propoz, que o Sr. Lagrange seja reunido a esta Commissão e á de Redacção; e esta proposta foi approvada.

O Sr. J. Rodrigues Gonçalves, tributando agradecimentos pela sua eleição para Socio, offereceu dois livros chinezes da seita do Fô dos chinas, ou Buddu dos indios. O Sr. Vice-Presidente retribuiu os cumprimentos do digno Socio, e em nome d'assembléa agradeceu a sua offerta. O Sr. Nunes requereu, que a Associação se dirigisse ao Sr. Bispo Serra que, conhecedor do idioma chin, se prestaria a dar uma versão daquelle obra; informando porém o Sr. Carneiro, o perfeito conhecimento que o Sr. Gonçalves possui da lingua chinesa, este Sr., por convite do Sr. Vice-Presidente, e satisfazendo aos desejos manifestados pela assembléa, passou a ler um pequeno extracto da referida obra.

O Sr. Albano Antero fez a offerta de um importante manuscrito sobre a origem e estabelecimento da Missão portugueza do Canará, para ser publicado nos Annaes, e restituído depois da sua publicação: e mais nove documentos inéditos para a historia das nossas descobertas e conquistas, cuja relação foi lida pelo Sr. Sub-Secretario Marques Pereira; o qual, finda a sua leitura, propoz agradecimentos ao Sr. Albano Antero, que pela assembléa foram vivamente apoiados e votados.

Foram propostos para Socios effectivos os Srs. Conde das Antas, pelo Sr. Lagrange; Frederico Guilherme da Silva Pereira, Juiz de Direito nesta comarca de Lisboa, pelo Secretario Louzada d'Araujo; e José Antonio d'Oliveira, pelo Sr. Nunes.

O Sr. Sub-Secretario Marques Pereira participou, que a Commissão encarregada de redigir o Repertorio de todos os baixos e perigos conhecidos, havia encetado os seus trabalhos.

Ordem da noute. — Eleição de tres membros para substituir outros tantos que faltam na Commissão encarregada d'examinar o systema da organização militar da Marinha. Decidio-se fossem nomeados pela mesa; e sendo passada a hora, e já poucos os Socios presentes,

o Sr. Vice-Presidente deu para ordem da seguinte Sessão a mesma de hoje, e havendo tempo o relatorio da Commissão especial sobre Companhias no ultramar, que ha pouco foi lido. A requerimento do Sr. Nolasco da Cunha, se mandou expressamente declarar nos avisos para a seguinte Sessão, que a discussão versaria sobre as habilitações dos pilotos, a fim de se terminar. O Sr. Vice-Presidente fechou a presente.

Sala das Sessões, em 7 d'Agosto de 1843. = O Secretario,
Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.

SESSÃO 14.ª

*Presidio o Sr. Vice-Presidente, Capitão de Fragata
J. da C. Carvalho.*

Aberta a Sessão, foi approvada a acta antecedente.

Expediente. — Uma carta da Commissão encarregada de realisar um beneficio a favor das duas unicas filhas do insigne escultor portuguez, Joaquim Machado de Castro, no seguinte theor:

“Senhores. — É já publico em todo o reino que se vai, em fim, dar ao Phydias portuguez, Joaquim Machado de Castro, nas pessoas de duas filhas, que delle restam, um testemunho de amor e veneração.

“Os abaixo assignados, membros da Junta encarregada de dispor as cousas para realisação d'um beneficio em favor daquellas duas infelizes, a quem, afóra as illustres memorias de uma consciencia satisfeita, tudo o mais fallece neste mundo; entenderam, que para augmentar a importancia do donativo, e principalmente para sobre-doural-a com uma certa consideração scientifica, litteraria e artistica, deveria convidar as differentes corporações illustres, que em Portugal houvesse de cada um destes generos, para que, colligindo cada uma, o que as posses e boa vontade de seus membros permitissem dar, viessem á porfia accrescentar com o ouro o monte, e com mais algumas paginas brilhantes o livro de registo da caridade, ou antes da justiça nacional. É por isso que os abaixo assignados recorrem hoje aos Dignissimos Membros d'Associação Maritima e Colonial, de quem esperam a mais prompta e efficaz coadjuvação.

“Sala da Commissão, em 7 d'Agosto de 1843. — José Joaquim Gomes de Castro. — Rodrigo da Fonseca Magalhães. — José Feliciano de Castilho. — Jacinto José Dias de Carvalho. — Luiz Antonio Rebello da Silva. — Francisco de Sousa Loureiro. — Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão. — José da Silva Mendes Leal, Junior.,,

Ficou sobre a mesa para ser vista e noticiada a todos os Socios; e cada um subcrever, conforme lhe aprouver.

Outra do Socio honorario, o Sr. A. B. de Mascarenhas, envian-do um Supplemento do *British Mirror* de 22 de Julho ultimo, im-presso em Bristol, contendo a descripção do *Great-Britain*, grande barco a vapor, de ferro, que naquella porto foi construido e lançado ao mar no dia 19 do mesmo mez.

O Sr. Carneiro offereceu uma planta do hospicio de S. José, em Macáo.

O Sr. Albano Antero, a continuação dos Documentos inéditos para a historia das nossas descobertas e conquistas.

O Sr. Freitas, dois mappas, que elaborou e fez imprimir, mos-trando as pollegadas que devem ter o aparelho e amarras; o peso das ancoras; a grossura e o comprimento dos mastros e vergas de um navio de 20 até 25 pés de boca.

O Sr. Vice-Presidente communicou, que o Socio o Sr. Monteiro, Secretario Geral do Governo da Provincia de Cabo Verde, enviára os Boletins do mesmo Governo; assegurando, que na primeira opportu-nidade remetteria varios trabalhos estatísticos, que já tem quasi con-cluidos, daquelle archipelago.

Todas estas offertas foram recebidas com agrado, e mandadas agradecer.

O mesmo Sr. Vice-Presidente declarou, que a mesa nomeára, conforme a autorisação que teve na ultima sessão, aos Srs. José Ma-ria Vieira, José Joaquim Alves, e João Maria Ferreira do Amaral, para recomporem a Commissão encarregada d'examinar e propor o systema d'organisação militar da Marinha.

Ordem da noute. — Foram unanimemente approvados Socios ef-fectivos os Srs. Conde das Antas, Frederico Guilherme da Silva Pe-reira, e José Antonio d'Oliveira, propostos na Sessão antecedente.

Continuou a discussão do parecer da Commissão especial, adiado da Sessão de 3 de Julho ultimo, na parte em que exige carta geral de piloto para os portos a Oeste do Cabo d'Horn, ou para Leste do Cabo da Boa Esperança, e carta particular para o Atlantico ao Norte destes cabos.

O Sr. Marques Pereira combateu esta exigencia, e lhe offereceu a seguinte substituição, que foi admittida á discussão:

“ 1.º Que para a grande e pequena cabotagem se não exija
“ que os capitães ou pilotos que despacharem, sejam legal-
“ mente habilitados.

“ 2.º Que seja considerada como navegação de grande ca-
“ botagem a navegação para as ilhas da Madeira, Açores, e
“ Cabo Verde, toda a costa d'Africa desde Cabo de Palmas
“ para o Norte, e toda a Europa e Mediterraneo. „

O Sr. Nolasco da Cunha orou contra a distincção feita no pare-cer, e concluiu votando por uma só habilitação, e carta geral.

O Sr. Moraes fez a necessaria distincção entre navegação de longo curso ou do alto mar, e a navegação costeira ou de cabota-

gem ; concluindo por votar pela necessidade da habilitação para toda a navegação do alto mar , na qual comprehendeu a viagem para as ilhas adjacentes , que disse nenhum piloto saberá procurar sem a estima ; acrescentando , que o exame para esta habilitação deverá sempre versar sobre a derrota estimada e calculada.

O Sr. Tavares de Macedo considerou a navegação para as ilhas adjacentes excepçãoal , e votou neste sentido.

Continuou o debate em que esta materia foi maduramente discutida , desenvolvendo cada um dos precedentes oradores as razões com que sustentara a sua opinião ; e finalmente o Sr. Vice-Presidente , resumindo o que já fôra vencido nas Sessões anteriores , e as idéas que na presente mais vogaram , modelou o seguinte quesito , que propoz , salva a redacção , e sem prejuizo das resoluções já tomadas pela Assembléa :

Quesito. — “ Se os pilotos que navegam no alto mar , de-
“ vem ter habilitações legaes ? , , — *Sim.*

Em seguida propoz a parte do parecer em discussão , com a seguinte redacção :

“ Que não poderá navio algum despachar , sem que o piloto
“ seja legalmente habilitado. , , — Foi approvedo.

Passaram a considerar-se as excepções , que o parecer aponta , e devam dar-se á regra assim estabelecida.

O Sr. Marques Pereira sustentou a sua substituição.

O Sr. Amaral estabeleceu a excepção a respeito das ilhas adjacentes.

O Sr. Moraes , definindo o que seja navegação de cabotagem , qual a interna e externa ; exceptuou desta navegação a das ilhas adjacentes , conforme aos principios que para isso estabeleceu ; e ratificou o que já havia dito pela exigencia d’habilitação , quanto a estas.

O Sr. Amaral orou no sentido da seguinte substituição , que apresentou :

“ Para a navegação de cabotagem , ou ilhas adjacentes , se
“ não exijam habilitações legaes , bem como para as de Cabo
“ Verde. , ,

e continuou exceptuando desta regra os portos estrangeiros , para os quaes , disse , era indispensavel uma habilitação , para não servirem os pilotos , que para alli navegam , de descredito á nação , como diariamente se observa.

O Sr. Esteves orou no mesmo sentido , votando pela substituição do Sr. Amaral.

Fallaram ainda os Srs. Nolasco da Cunha , e Kol , os quaes , bem como os precedentes oradores , expenderam muitas e ponderosas razões , com que mostraram que , a par da necessidade de baratear a navegação , cumpria ter a peito a dignidade da nação e o credito da bandeira portugueza : a requerimento do Sr. Amaral a materia

foi julgada discutida, e posta á votação, regeitou-se a doutrina do parecer.

Foram igualmente regeitadas as substituições do Sr. Marques Pereira, e do Sr. Amaral; ficando por conseguinte unicamente subsistente a regra estabelecida.

Proseguio a discussão sobre a parte do parecer que pretende, que nenhum piloto seja admittido a matricula, sem que tenha apresentado na Secretaria do Major General ou na Intendencia da Marinha, a derrota da sua viagem anterior, para depois d'examinada ser archivada na Escôla de Navegação.

O Sr. Moraes oppoz-se a esta disposição, considerando que as derrotas só se devem exigir para o exame; e offereceu a seguinte substituição:

“ Que os pilotos apresentem as derrotas necessarias a completar a sua habilitação. „

O Sr. Vice-Presidente referio qual era a pratica neste assumpto.

Os Srs. Nolasco da Cunha e Tavares de Macedo votaram pela apresentação das derrotas como testemunho da pericia ou impericia de seus authores; e para conhecer-se, se devem conservar-se naquelle exercicio; mas que depois d'examinadas se restituam.

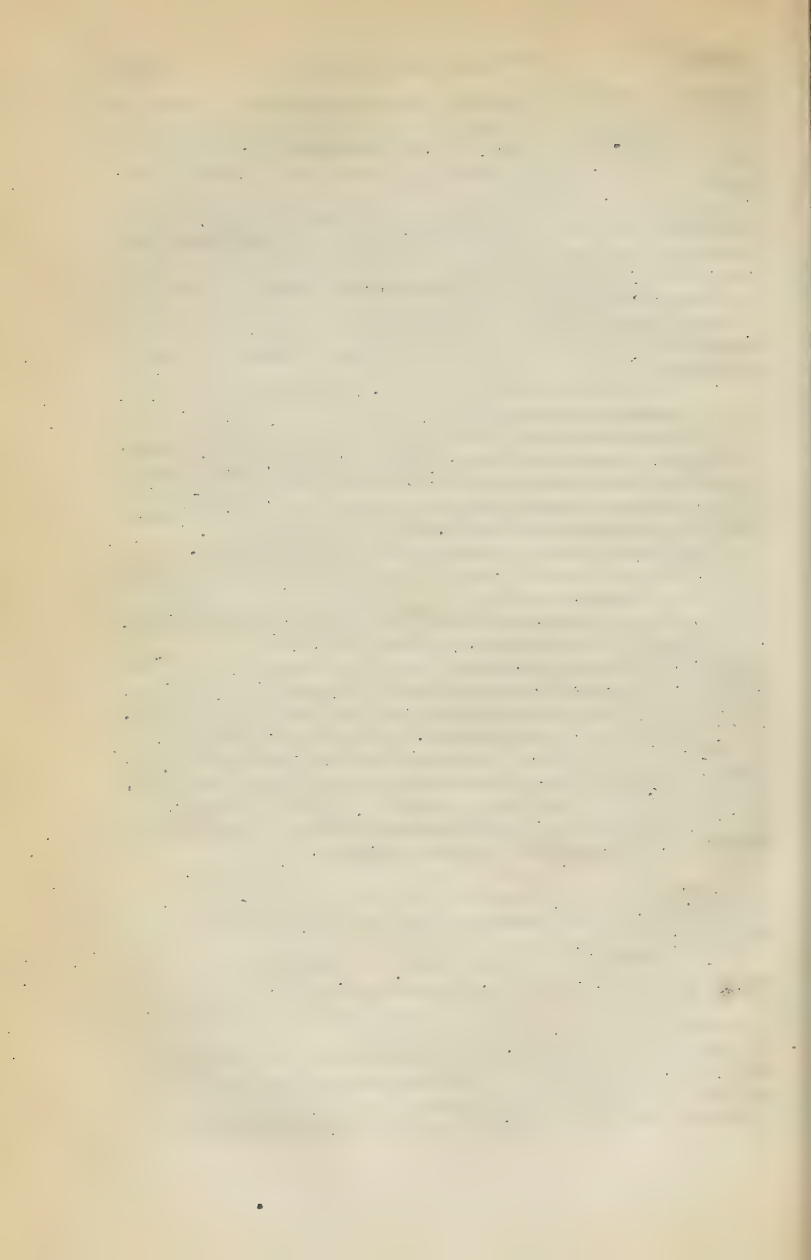
O Sr. Esteves orou no mesmo sentido, mas só quanto ás derrotas anteriores ao exame, querendo que se elimine tudo o mais do artigo em discussão.

Estando a hora muito adiantada, o Sr. Nolasco da Cunha requereu o adiamento da discussão, o qual foi approvedo.

O Sr. Kol leu um parecer da Secção do Ultramar, sobre o modelo do *album* que envia, e por proposta, já approveda, do Secretario Louzada d'Araujo, se deve dar aos Socios que forem ao ultramar, a fim de se obterem dados estatísticos daquellas possessões.

O Sr. Vice-Presidente deu para ordem da seguinte Sessão a continuação da mesma, e a proposta do Sr. Lopes de Lima sobre Companhias mercantes e agricolas no ultramar, e fechou a presente.

Sala das Sessões, em 21 d'Agosto de 1843. — O Secretario, *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.*



PARTE OFFICIAL.

REPARTIÇÃO DA MARINHA E DO ULTRAMAR.

DISPOSIÇÕES GOVERNATIVAS.

AGOSTO DE 1843.

1. OFFICIO ao Ministerio da Fazenda. — Para ordenar aos Directores das Alfandegas de Lisboa e Porto que formalisem nm Mappa da totalidade dos generos importados neste reino vindos das Possesões de Africa nos annos de 1840, 1841, e 1842.

2. OFFICIO ao mesmo. — Renovando o pedido por muitas vezes feito para se obterem os esclarecimentos necessarios para a soluçãõ da questãõ dos 10 por cento dos interessados na tomada da Esquadra do usurpador.

Idem. PORTARIA ao Supremo Conselho da Justiça Militar. — Para o consultar sobre o modo de attender nas Promoções d'Armada às antiguidades dos Officiaes sem prejuizo do merecimento distincto e mais circumstancias respectivas.

4. PORTARIA ao Governador Geral do Estado da India. — Ordenando-lhe que ponha em conselho de guerra os Officiaes do Batalhão Provisorio Antonio Joaquim Teixeira, José Joaquim Mendes, e Antonio Manoel Pereira Chaves; bem como as mais praças do Batalhão implicadas na revolta de 27 de Abril do anno passado.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Devolvendo o Processo feito em conselho de guerra ao Alferes da India, Manoel Caetano de Sousa, a fim de fazer dar execução á sentença.

5. PORTARIA ao Contador Geral de Marinha. — Para restituir ao Capitão Tenente d'Armada, João Ferreira da Silva, a quantia de 345,900 réis, com que contribuiu para o Monte-Pio Militar, de que desistirá.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Para restituir ao Medico, Ignacio Antonio da Fonceca Benevides, Membro do Conselho da Saude Naval, a quantia de 79,300 réis, com que contribuiu para o Monte-Pio Militar, de que desistirá.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Ordenando que os Officiaes da extincta Brigada, quando concorrerem a diversos actos de serviço, usem dos seus uniformes.

Idem. PORTARIA ao Conselho de Administração de Marinha. —

Para proceder á transferencia de todos os papeis e mais objectos do mesmo Conselho e da extincta Junta de Fazenda para as casas disponiveis do Cartorio de Marinha, onde terão logar as sessões e mais trabalhos do mesmo Conselho.

7. PORTARIA ao Contador Geral de Marinha. — Para restituir ao Capitão de Fragata, Francisco de Borja Pereira de Sá, a quantia de 392,3575 réis, com que contribuiu para o Monte-Pio, Militar, do qual desistirá.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo-Verde. — Recomendando-lhe que empregue toda a diligencia possivel para que os navios que fazem agoada na ilha de S. Tiago, não soffram demora.

8. DECRETO. — Achando-se vago o Bispado de Angola, e concorrendo na pessoa do Presbítero, João Baptista de Castro, a sciencia e louvaveis costumes necessarios para bem desempenhar as funções Episcopaes: Hei por bem nomear, e apresentar o dito Presbítero, João Baptista de Castro, Bispo de Angola, e em tempo opportuno mandarei expedir os despachos necessarios, para que esta minha nomeação, e apresentação tenham completo effeito. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, o tenha assim entendido, e faça executar. — Paço nas Necessidades em oito d'Agosto de mil oitocentos quarenta e tres. = RAINHA. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Para proceder ás formalidades do estilo pelo baptismo de Sua Alteza a Serenissima Infanta recém-nascida.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Para fazer desembarcar do Brique *Villa Flor* o Capitão Tenente José Bernardes da Silva, devendo tomar o commando deste navio o Primeiro Tenente Pedro Valente da Costa Loureiro e Pinho, sendo este substituido no commando da escuna *Constituição* pelo Primeiro Tenente Victorino José da Silva Rodvalho.

9. PORTARIA ao mesmo. — Recommendando-lhe que a distribuição das rações estabelecidas ás guarnições dos navios de guerra seja feita na conformidade da Tabella respectiva.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral de Marinha. — Participando-lhe que falleceu a bordo da Fragata *D. Maria II.* o Segundo Tenente graduado Joaquim José de Magalhães.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Moçambique. — Para fazer examinar por todos os meios, o verdadeiro destino de qualquer embarcação que se apresente, ainda que venha com a maior apparencia de legalidade.

11. PORTARIA ao Director da Escóla de Construcção Naval. — Ordenando que em logar de irem os alumnos da Escóla Naval praticar no Arsenal da Marinha, vão d'ora em diante frequentar aquella Escóla seis dos aprendizes de carpinteiro do Arsenal.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Communi-

cando-lhe que a Agencia Financial em Londres, remette á sua disposição 250 £ por conta das 1.000 que se votaram para o acabamento da Fragata *D. Fernando* que se construe em Damão.

12. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Concedendo baixa do serviço ao Aspirante a Guarda-Marinha Jacinto Quintino de Santa Anna Cordeiro Borges.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Idem ao Aspirante a Guarda-Marinha Francisco Maria da Gama Lobo.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Ordenando que o Brigue *Villa Flor*, depois de receber a seu bordo um dos Membros da Commissão mixta de Cabo de Boa Esperança, *Duprat*, vá depois receber o outro, *Moniz*, e mais a sua familia á Madeira, e os transporte ambos para o seu destino, seguindo depois para Moçambique.

Idem. OFFICIO dos Negocios da Fazenda. — Participando-lhe que as Charruas que estão proximas a sahir para Angola, podem transportar para a Madeira 800 saccas da urzella existentes n'Alfandega.

Idem. OFFICIO a Le Cesne Guillot & Companhia. — Pedindo-lhe que façam abonar em França as competentes mezadas aos Officiaes Portuguezes que alli foram frequentar a Escóla de Construcção Naval.

Idem. PORTARIA ao Commandante do Batalhão Naval. — Ordenando que os destacamentos dos navios do Estado sejam d'ora em diante rendidos todos os mezes.

14. DECRETO. — Attendendo ao que Me representou Antonio dos Santos Chaves, achar-se absolutamente impossibilitado de continuar a exercer o cargo de Governador da Praça de Cacheu e annexos em razão do seu padecimento, a que só na Europa póde procurar remedio: Hei por bem Conceder-lhe a exoneração que elle pedio do dito cargo, para que havia sido nomeado por Decreto de dois de Maio de mil oitocentos quarenta e dois. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, o tenha assim entendido e faça executar. — Paço das Necessidades, em quatorze d'Agosto de mil oitocentos quarenta e tres. == RAINHA. == *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Para dar conhecimento aos Commandantes das estações na Africa, da Portaria de 9 d'Agosto do corrente anno, derigida ao Governador de Moçambique sobre certos ardis que usam os traficantes d'eservos.

16. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Mandando admittir como Aspirantes na companhia dos Guardas-Marinhas, a Gregorio José Ribeiro, José Felix dos Santos, Francisco de Paula Leote Côrte Real, Antonio Ernesto d'Almeida Figueiredo, D. Fernando da Camara Leme, Antonio Marques da Silva, Manoel Germano Borges e Lemos, Alfredo Possolo Hogan, Antonio Maximo Julio da Silva, Rodrigo Maria da Costa Ozorio, Candido Augusto de Sousa Leitão e Silva, e Miguel Gomes de Almeida.

16. PORTARIA ao Procurador Regio. — Remettendo-lhe para informar cinco documentos, nos quaes se mostra, que as matas do Arcão, Arcãosinho e Herdade do Valle de Guizo, são propriedades da Nação, e não dos particulares que as estão desfructando.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Moçambique. — Desapprovando ter-se estabelecido 1:000 \$000 réis fracos de ordenado ao Substituto de Juiz de Direito.

17. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Approvando o desarmamento da Fragata *D. Maria II*.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Mandando sabir para Angola a Charrua *Prinzeza Real*, juntamente com a *Principe Real*, ambas de baixo das ordens do Commandante da primeira P. A. Caminha, sendo uma tripulada com a guarnição da outra, e devendo a segunda ficar em Angola a servir de hospital.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral de Marinha. — Mandando dar um mez de soldo á guarnição do Hiate *Santa Isabel* (excepto aos Officiaes que têm commedorias) pelo serviço que prestou no embarque das madeiras que vieram de Cacheu.

Idem. PORTARIA ao Administrador Geral das Matas. — Determinando que a despeza feita com os pinheiros cortados para o Theatro Nacional, seja lançada nas contas annuaes a cargo das Obras Publicas.

19. PORTARIA ao Contador Geral de Marinha. — Mandando abonar a Accacio Alvares de Araujo o seu ordenado de Juiz de Direito de S. Thomé e Principe, desde 25 de Março proximo passado, até terminar a licença de residir em Lisboa, e em quanto se lhe não dá transporte para aquella provincia.

21. PORTARIA ao Administrador Geral das Matas. — Revogando a Portaria de 29 d'Agosto proximo passado, que mandava satisfazer (sem dependencia de ordem deste Ministerio) as requisições de madeiras que lhes fizesse o Inspector das Obras Publicas, cujas requisições devem agora ser dirigidas a este Ministerio pelo do Reino.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Enviando-lhe cópia do seguinte Decreto. — Tendo o Tenente General Conde das Antas, que por Carta Regia de dezoito de Julho de mil oitocentos quarenta e dois, fora nomeado Governador Geral do Estado da India, regressado daquelle Estado em razão de suas molestias, como lhe foi permittido por Portaria do Ministerio da Marinha e Ultramar, de vinte e oito do sobredito mez de Julho: Hei por bem exonera-lo do referido cargo de Governador Geral, no qual continuou a dar provas do seu zelo e dedicação pelo serviço publico. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, o tenha assim entendido, e faça executar. — Paço das Necessidades, em vinte e seis de Julho de mil oitocentos quarenta e tres. = RAINHA. = Joaquim José Falcão.

22. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Mandando restituir ao Segundo Tenente Mathias Antonio de Azevedo Martins, dentro do praso de quatro annos, a importancia das quotas com que tem contribuido para o Monte-Pio Militar.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Mandando cessar o fretamento da Escuna *Thereza*, logo que alli chegue o Brigue *Vouga*, e respondendo que fica removida a difficuldade d'alli conservar uma embarcação de guerra.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Moçambique. — Comunicando-lhe o Decreto de 7 do corrente, que confirma a renovação do aforamento do prazo *Chupunga* em Rios de Senna, a Fernando Carlos da Costa.

23. PORTARIA ao Conselho de Administração de Marinha. — Mandando remetter pelo Brigue *Vouga*, 30 cobertores para o Hospital Militar de Cabo Verde.

25. OFFICIO ao Ministerio da Justiça. — Para se apresentarem ao Major General 14 degradados que podem ir no Brigue *Vouga* para Cabo Verde.

Idem. PORTARIA ao Conselho de Administração de Marinha. — Para convidar por annuncios ao contracto de transportar para a India 126 degradados, e para Moçambique 29.

Idem. CIRCULAR a todos os Governadores do Ultramar. Prohibindo que aos Officiaes ás ordens dos Governadores seja abonado algum outro vencimento que não seja o de suas patentes.

26. PORTARIA ao Contador Geral de Marinha. — Mandando restituir ao Tenente Coronel graduado da extincta Brigada, Francisco José Alves, as quotas com que contribuiu para o Monte-Pio Militar.

28. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Accusando a recepção dos mappas da importação e exportação das Alfandegas daquelle archipelago no 2.º semestre do anno passado. Ordenando que se faça especificação das mercadorias; e que a estatistica das Alfandegas das praças de Guiné, deve entrar na geral de toda a provincia de Cabo Verde, de que as mesmas praças são parte integrante.

Idem. PORTARIA ao Arcebispo de Goa. — Remettendo-lhe as Letras Apostolicas de confirmação, pelo Papa, da sua nomeação; com os Breves de Concessões, Faculdades espirituaes e Indulgencias, e a Bulla da concessão do Pállio; ás quaes Letras e Breves, Sua Magestade Accorda o Seu beneplacito e auxilio; sem perjuizo dos direitos e temporalidades da Corôa.

29. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Sua Magestade A Rainha, Attendendo ao que Lhe representou o Governador da Praça e Cidade de Damão, Rafael Florencio da Silva Vidigal, expondo os motivos pessoaes que o impossibilitam de permanecer no exercicio daquelle lugar, e que o determinam a larga-lo para voltar a este Reino, Ha por bem Conceder-lhe a faculdade de assim o fazer quando

lhe convier, entregando o governo da dita Praça e Cidade á pessoa que para o substituir, fôr interinamente designada pelo Governador Geral do Estado da India, na intelligencia porém de que por aquelle acto consentido, mas não determinado por sua Magestade, ficará sem effeito a promoção ao posto de Capitão de Fragata, que obteve por Decreto de 30 de Março de 1842, na conformidade da clausula do mesmo Decreto. O que assim Manda A Mesma Augusta Senhora participar pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, ao referido Governador Geral do Estado da India, para seu conhecimento e convenientes effeitos, e para que o faça constar, tanto ao mencionado Governador de Damão, como á Junta da Fazenda, para que esta possa expedir a conveniente ordem ao Adjunto daquella Praça, a fim de abonar ao mesmo Governador quando se verificar a sua retirada, a quantia de quinhentos e cincoenta mil réis fortes, para o seu transporte. Paço de Cintra em 29 d'Agosto de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

29. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Concedendo baixa do serviço ao Aspirante a Guarda-Marinha Antonio Manoel da Silva Heitor.

Idem. OFFICIO ao Thesouro Publico. — Remettendo-lhe as guias das pensiónistas D. Maria Herculana de Novaes e Vasconcellos, D. Senhorinha Thomazia de Novaes e Vasconcellos e D. Henriqueta Julia de Amorim, as quaes passam a ser pagas por aquella Repartição.

30. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Approvando o augmento de lotação dos Brigues *Villa Flor* e *Vouga*, e communicando-lhe que fique na intelligencia de que os navios de guerra que forem estacionar em Asia ou Africa, poderão levar embarcados até ao triplo dos artistas que lhe competirem segundo as suas lotações.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Approvando a suspensão do Regulamento de Saude publica, ordenado pelo seu antecessor; e a revogação das Portarias que tornaram nullas as cartas de Medicos alli passadas em 1839.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Approvando a determinação de ser livre aos foreiros dos prazos da Coróa sitios em Damão, poderem residir em Nova Goa, ou onde se acham estabelecidos; e recommendando os esclarecimentos exigidos para se resolver ácerca destes prazos.

31. PORTARIA á Junta da Fazenda de Moçambique. — Exigindo os documentos das contas da Fragata *D. Maria II*, conforme as Circulares de 1839 e 1841; e recommendando-lhe que evite taes faltas.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Approvando ter mandado para Bissáo alguns Officiaes, e 100 armamentos e correames.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Tendo sido presente A Sua Magestade A Rainha o Officio do Governador Geral da Provincia de Cabo Verde n.º 462, de 12 de Junho ultimo, em que expõe o las-

timoso estado em que na sua visita achou a Igreja Parochial, unico Templo da ilha de Maio, e que por meio d'uma subscripção, para que concorreram elle Governador com os empregados que o acompanhavam, e diversos habitantes da Ilha, se juntára a somma que se reputava necessaria para na mencionada Igreja se fazerem as obras convenientes, para que o Culto Divino se celebre com a devida decencia, e os fieis possam assistir a elle com a commodidade indispensavel ás praticas e sentimentos religiosos; e juntamente a nomeação de uma Commissão para effectuar as mencionadas obras: Manda A Mesma Augusta Senhora, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, participar ao dito Governador Geral, que julga digno de muitos louvores o que elle Governador e os outros empregados e mais pessoas praticaram para reparação do citado Templo, pois que promover e buscar os meios accomodados para facilitar o Culto Religioso, não só é um dever de christãos, mas igualmente um dos melhores meios de promover a paz e a concordia entre todos os homens: e Quer Sua Magestade que o sobredito Governador Geral faça constar a Sua Real Satisfação a todas as pessoas que por qualquer fórma tiverem concorrido para tão meritoria acção. — Paço de Cintra em 31 d'Agosto de 1843. = *Joaquim José Falcão.*

31. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Approvando o contracto de cessão do armazem da ilha de Maio, que servia de Alfandega e quartel, a um negociante que se obriga a construir em troca uma nova casa para Alfandega e outra para quartel, sem despesa alguma para o Estado, além do valor do armazem cedido.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Approvando a resposta á pretenção do Capitão Tenente Jeronymo Pussich, e que se fique entendendo que os commandos militares são simplicies commissões temporarias.

NAVIOS DO ESTADO EM ARMAMENTO, E SEUS DESTINOS,
No 1.º de Setembro de 1845.

Qualidade das Embarcações	Nomes	N.º de peças, ou canoas	Gradações, e nomes dos Commandantes	N.º dos Officiaes de Marinha	N.º dos Guardas-Marinhas e Aspirantes	Destinos
Fragatas ...	Dug. ^{za} de Brag. ^{za} Diana	50 50	Capitão Tenente, M. T. da S. Cordeiro. Capitão Tenente, J. M. F. do Amaral...	5 6	2 "	No Téjo { De Registro do Em meio armam. } Porto. De Depósito de Marinhagem.
Corvetas...	Óito de Julho.. D. João I..... Infanta Regente Urânia	24 24 24 24	Primeiro Tenente, J. J. d'Andrade Pinto Capitão Tenente, F. S. Franco..... Primeiro Tenente, V. G. P. Ferreira... Capitão Tenente, P. A. da Cunha.....	5 5 2 5	2 4 2 6	Na Estação d'Angola. Na Estação do Brasil. Na Estação da India. Na Estação d'Angola.
Bigues ...	Andaz	18	Primeiro Tenente, F. A. G. Cardozo....	4	3	Na Estação d'Angola.
	Villa Flor	16	Primeiro Tenente, P. V. da C. L. e Pinho	4	3	No Téjo.
	D. Pedro.....	16	Primeiro Tenente, I. F. Guimarães, Junior	4	3	A cruzar na costa do Algarve.
	Téjo.....	18	Capitão Tenente, D. F. do Valle.....	5	4	Na Estação de Macao.
	Vouga	12	Primeiro Tenente, F. d'Assis e Silva....	5	4	No Téjo.
Charruas...	Princeza Real.. Principe Real..	12 2	Capitão Tenente, P. A. Caminha..... Um Offic. e guarniç. destacados da Pr. ^{za} Real	3 1	2 1	No Téjo. No Téjo.
Brigue-Escuna	Tamega	12	Primeiro Tenente, J. J. G. de Mattos Corrêa	4	4	Na Estação do Brasil.
Escunas...	Liberal	4	Primeiro Tenente, J. M. Esteves.....	2	1	De Correo para Angola.
	Boa Vista	1	Segundo Tenente, J. B. Garção.....	1	"	Na Est. de S. Thomé e Princ. pe
	Esperança	2	Um Offic. e guarniç. destacados da C. Urânia	1	"	Na Estação d'Angola.
Correios...	Faro	2	Primeiro Tenente, V. J. dos S. Mor. ^a Lima	4	1	De Correo para Cabo Verde.
	Cabo Verde....	2	Primeiro Tenente, J. M. Rolovalho.	3	"	De Correo para Angola.
	Constituição...	"	Primeiro Tenente, V. dos Santos Rolovalho	2	1	De Correo para Cabo Verde.
Cuter.....	Andorinha.....	6	Segundo Tenente, P. O. Alves.....	1	2	No Téjo.

PARTE NÃO OFFICIAL.

MEMORIA

SOBRE

O PINIHAL NACIONAL DE LEIRIA.

(Continuada de pag. 340.)

XI.

Modo de obter o pez cozido ou pixe.

Ainda que o pixe se possa fazer tanto do alcatrão como do pez cru ou breu, com tudo na fabrica da Marinha Grande se emprega unicamente este ultimo, por ser o alcatrão mais procurado, e levar mais tempo a fazer, sahindo por isso mais dispendioso o processo.

Principia-se por deitar o breu dentro d'uma grande caldeira, fig.^{as} 21.^a e 23.^a, não se enchendo de todo esta por causa dos vapores e diversos gases que se desenvolvem na fervura. Tapa-se esta com um capitel d'alambique no caso de se querer aproveitar a agoa raz, ou aliás se deixa destapada, mas neste caso em lugar de caldeira é melhor usar-se um tacho proprio. Applica-se o fogo por uma fornalha inferior (*f*), fig.^{as} 21.^a, 22.^a e 23.^a, e quando se julga ter cozido sufficientemente (estando tapada a caldeira) se abre uma torneira (*s*), fig. 23.^a, existente no extremo d'um cano que sahe do fundo, a fim de tirar uma porção de pez e experimental-o em agoa fria, para se conhecer se está na consistencia necessaria; estando a caldeira destapada, então se experimenta pela boca com uma colher de ferro.

Logo que está cozido o pez, se tapa a boca da fornalha, e se vão enchendo delle, em quanto está quente, os barrís ou outras vasilhas.

A caldeira existente na dita fabrica leva 56 arrobas de breu; e produz:

Pez cozido 5 barrís ou 40 @^b, isto é, anda a perda por 30 por cento.

Agoa raz impura. . 1 almude.

XII.

Modo de obter a agoa raz.

Extrahe-se a agoa raz, tanto da rezina liquida que se tira directamente dos pinheiros, como do alcatrão e pez, por meio da evaporação. Para esta se obter, basta applicar um alambique á caldeira do pez, como se vê na fig. 21.^a Amontoando-se então os vapores, em consequencia de effervescencia do liquido rezinoso, dentro do capitel da caldeira, vão passando através do condensador cylindrico (*ll'*) mettido dentro d'uma dorna (*d*) com agoa; e sahem em estado liquido por um cano (*c*) inferiormente collocado e dirigido para uma selha (*b*). É este liquido a agoa raz, que se purifica levando-a outra ou mais vezes á caldeira.

As 4 figuras que apresentâmos na estampa 3.^a acompanha-das da competente escala, mostram a maneira como se executa esta distillacão; podendo-se facilmente construir por ellas um similhante aparelho. A fig. 20.^a é a secção horisontal feita no aparelho junto á boca da caldeira. A fig. 21.^a é o córte vertical que passa pelo centro de todo o aparelho na direcção das bocas da fornalha (*f*) e cinzeiro (*g*). A fig. 22.^a é a face do aparelho onde existem estas mesmas bocas, e chaminé. Finalmente, a fig. 23.^a é o córte vertical, passando pelo centro da caldeira perpendicularmente ao da fig. 21.^a

A agoa raz que se extrahe do pez na fabrica da Marinha Grande, não se costuma purificar, e unicamente se aproveita misturando-a com o breu, de cuja mistura resulta alcatrão; porém sempre inferior ao que se distilla directamente dos fôrnos.

Esta agoa raz, ainda que da primeira vez saia córada e impura, com tudo tornando-a a distillar, se obtem tão boa co-

mo a que se vende no mercado: em 1821 se purificou uma barrica della com 124 arrateis liquidos; que, remetida para Lisboa, se vendeu a 140 r.^s o arratel.

XIII.

Calculo dos preços por que sahe á Administração Geral das Mattas cada barril de productos rezinosos, praticando os processos que ficam indicados.

1.º

Barril de alcatrão, pelos fornos ragusanos.

250 @ d'acha rezinosa, que leva cada forno, a 25 r. ^s a @.....	6\$250
Por traçar esta acha a 2 r. ^s a @.....	500
Matto para a camiza do forno.....	300
Pelo jornal de cinco homens para formar a pilha, cobril-a, e cortal-a, a 300 r. ^s cada um	1\$500
Pelo desenforne.....	300
Envasilhamento do alcatrão.....	70
	8\$920
Abatendo 12 fangas que produz de carvão, que se vende a 140 r. ^s cada uma....	1\$680
Custo de 28 @ d'alcatrão.....	7\$240
Custo de 8 @ d'alcatrão que deve levar cada barril	2\$068
Custo do barril novo na fabrica, e que póde servir para mais vezes	600
Importa 1 barril com alcatrão.....	R. ^s 2\$668

2.º

O mesmo empregando os fornos cylindricos.

600 @ de acha que levam os 10 cylindros	
a 25 r. ^s cada @	15\$000
Por traçar esta a 2 r. ^s por @	1\$200
Pelo jornal de 5 rapazes em 3 dias, sendo	
2 dias para carregar, e 1 para desenfor-	
nar, ou tirar o carvão de dentro dos cy-	
lindros, a 120 r. ^s cada um por dia . . .	1\$800
Por 15 carradas de lenha, ou combustivel	
necessario para a distillação dos 10 cy-	
lindros a 200 r. ^s cada uma.	3\$000
Por 4 dias a um trabalhador que chega o	
fogo a 200 r. ^s por dia.	800
Por 3 noites a 1 dito dito	480
Por 1 dia de trabalho a envasilhar	200

22\$480

Abatendo 40 fangas de carvão que fica de	
cada distillação, e que se vende a 80 r. ^s	
cada uma por ser inferior á dos fornos	
ragusanos.	3\$200

Custo de 104 @ d'alcatrão, ou 13 barrís,	
que produz cada distillação	19\$280

Dito de 8 @ dito	1\$483
Dito do barril novo.	600

Importa cada barril d'alcatrão.	R. ^s 2\$083
---	------------------------

3.º

Barril de pez cozido ou pixe.

36 @ ^º de acha, que leva cada forno, a 25 r. ^s por @ ^º	900
Por traçar esta acha a 5 r. ^s por @ ^º , em consequencia de ser quasi toda de noz..	180
Por enfornar e desenfornar	100
	1\$180
Abatendo 1 fanga de carvão que dá cada forno, a 140 r. ^s	140
Custo de 4 $\frac{1}{2}$ @ ^º de breu.....	1\$040
Por 56 @ ^º de breu que leva a caldeira... 13\$000	
1 carrada de lenha para a distillação.	200
Jornal de 1 rapaz por 2 dias a 120 r. ^s cada um.....	240
Custo de 40 @ ^º de pixe.....	13\$440
Dito de 8 @ ^º	2\$688
Envasilhamento.....	20
	2\$708
Valor do barril velho, que póde ter servido d'alcatrão	200
Custo de 1 barril de pixe.....	R. ^s 2\$908

N. B. Sahem mais caros estes barís de pixe, porque se lhes não desconta a agoa raz que se devia purificar.

Importe das conducções.

A conducção por terra, dos barrís d'alcatrão e pez, até aos portos d'embarque sahe, para S. Martinho a 45 r.^s por @^º,

ou (devendo ter cada barril $10 \frac{1}{2}$ @ por causa de $2 \frac{1}{2}$ @ de tara) por barril a 475 r.º

Para a Vieira fica a 20 r.º por @, ou a 210 r.º cada barril.

Indicação dos Mappas que acompanham a Memoria.

Posto que da simples inspecção dos mesmos mappas se deva facilmente concluir o que pertendem mostrar, julgamos todavia dever por ultimo fazer sobre os mesmos esta indicação, a qual, juntamente com elles, servirá de conclusão a esta Memoria.

Os de n.º 1 e 2 mostram o valor das differentes peças de madeira.

O n.º 3 é o que no titulo do mesmo claramente vai indicado.

O n.º 4 indica as remessas de productos rezinosos que desde 1805 têm sido dirigidas para o Arsenal de Marinha de Lisboa, apresentando com tudo algumas lacunas devidas a circumstancias que no mesmo mappa se referem.

O mappa n.º 5, contendo a receita e despesa da fabrica dos productos rezinosos no anno de 1807, bem claro mostra o interesse que se póde tirar com a manufactura destes productos; não nos esquecendo por ultimo satisfazer a curiosidade publica apresentando o *Orçamento Geral das mattas e pinhaes a cargo do Ministerio da Marinha para o anno corrente de 1843 a 1844*, o qual occupa as ultimas paginas de todos os mappas que acompanham esta memoria.

N.º 1.

NOMES		PREÇOS EM RÉIS
Barrotes de pinho da terra	{ De 12 palmos	80
	{ De 20 palmos	180
Curvas	{ De pinho da terra	6\$000
	{ De carvalho ou sobre	12\$000
Chassos de pinho da terra	{ Pequenos	3\$200
	{ Grandes	1\$000
Leames	{ De pinho da terra	2\$800
	{ De carvalho ou sobre	100
Latas de pinho da terra	{ Pequenos	1\$000
	{ Grandes	1\$000
Páos direitos ...	{ De pinho da terra { Cerneiros ..	2\$000
	{ De carvalho ou sobre { Pinheiros ..	4\$800
		9\$600
Páos de volta...	{ De pinho da terra	6\$000
	{ De carvalho ou sobre	12\$000
Pranchões	{ De pinho da terra	8\$000
	{ De carvalho ou sobre	4\$000
Remos de pinho da terra		5\$000
		2\$000
Taboas	{ De pinho da terra	600
	{ De carvalho ou sobre	450
Tóros	{ De pinho da terra	1\$600
	{ De carvalho ou sobre	6\$000
Vãos de pinho da terra	{ Pequenos	1\$200
	{ Grandes	600
Vigotas de pinho da terra		800
Vigas de pinho da terra		14\$400
Varas de pinho da terra	{ Delgadas	24\$000
	{ Grossas	2\$800
		7\$200
		80
		1\$000

VIGAS	{ De 7 e 8 pollegadas em quadro, até 9 e 10 d. ^{as} d. ^o 11 e 12 d. ^{as} d. ^o 13 e 14 d. ^{as} d. ^o 15 e 16 d. ^{as} d. ^o
VIGAS DE CERNE	{ De 6 e 7 pollegadas em quadro, até 8 e 9 d. ^{as} d. ^o 10 e 11 d. ^{as} d. ^o 12 d. ^{as} d. ^o
CERNEIROS ROLIÇOS	{ De 5 e 6 pollegadas de diametro, até 7 e 8 d. ^{as} d. ^o 9 e 10 d. ^{as} d. ^o 11 e 12 d. ^{as} d. ^o 13 e 14 d. ^{as} d. ^o 15 e 16 d. ^{as} d. ^o
TABOAS DE SOLHO	{ De 8 pollegadas de largo até 9 d. ^{as} d. ^o 10 d. ^{as} d. ^o
MOLDURAS	{ De 8 pollegadas de largo até 9 d. ^{as} d. ^o 10 d. ^{as} d. ^o
COUSSEIRAS	{ De 8 pollegadas de largo até 9 d. ^{as} d. ^o 10 d. ^{as} d. ^o
RIPAS	{ De 12 palmos de comprido a 15 d. ^{as} d. ^o a 18 d. ^{as} d. ^o a
TABOAS DE FORRO	{ De 8 pollegadas de largo até 10 d. ^{as} d. ^o
BARROTES	De 4 pollegadas em quadro até

N. B. Quaesquer outros barrotes de maiores dimensões, são regulados os preços

2.

13 palmos de comprido, a 20 réis o palmo; e de 18 para cima, mais 1 real por palmo.
 d.º a 40 d.º.....d.º 18 d.º..... d.º 2 réis.. d.º
 d.º a 70 d.º.....d.º 18 d.º..... d.º 3 d.º
 d.º a 100 d.º.....d.º 18 d.º..... d.º 5 d.º
 d.º a 130 d.º.....d.º 18 d.º..... d.º 7 d.º

12 palmos a 30 réis o palmo; e de 12 para cima, mais 1 real por palmo.
 d.º a 40 d.º.....d.º 12 d.º..... d.º 2 réis.. d.º
 d.º a 70 d.º.....d.º 12 d.º..... d.º 3 d.º
 d.º a 100 d.º.....d.º 12 d.º..... d.º 5 d.º

24 palmos a 27 réis o palmo; e de 24 para cima, mais 1 real por palmo.
 d.º a 44 d.º.....d.º 24 d.º..... d.º 2 réis.. d.º
 d.º a 66 d.º.....d.º 24 d.º..... d.º 3 d.º
 d.º a 98 d.º.....d.º 24 d.º..... d.º 4 d.º
 d.º a 130 d.º.....d.º 24 d.º..... d.º 5 d.º
 d.º a 172 d.º.....d.º 24 d.º..... d.º 6 d.º

18 palmos a 5 réis por palmo.
 d.º a 7 d.º
 d.º a 10 d.º

18 palmos a 7 réis por palmo.
 d.º a 10 d.º
 d.º a 15 d.º

18 palmos a 10 réis por palmo.
 d.º a 15 d.º
 d.º a 20 d.º

20 réis cada uma.

25 d.º
 30 d.º

18 palmos a 3 réis por palmo.
 d.º a 6 d.º

18 palmos a 7 réis por palmo.

segundo o volume cubico, servindo de base o preço das vigas, com a despeza da serraria.

Resumo das madeiras sahidas da Administração dos pinhais

		1835		1836			1837				1838				
NOMES		Arsenal da Marinha	Por venda	Arsenal da Marinha	Trem do Funchal	Arsenal das O. Pub.	Por venda	Arsenal da Marinha	Arsenal do Exercito	Trem do Funchal	Lyceu de Lisboa	Por venda	Arsenal da Marinha	Casa Pia de Lisboa	Por datas para re- paros d'igreja
Barrotes de 20 palmos		"	"	"	"	"	"	"	"	"	19	"	925	"	"
Curvas de...	Pinho, pequenas...	146	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
	" grandes	"	"	6	"	"	"	55	"	"	"	"	1	"	"
Chãos de p.º	Carvalho	"	"	"	"	"	"	2	"	"	"	"	1	"	"
	Pequenos	"	"	17	"	"	"	1	"	"	"	"	"	"	"
Leames de ...	Grandes	52	"	49	"	"	"	66	"	"	"	"	6	"	"
	Pinho, pequenos...	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
de ...	" grandes	21	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
	Carvalho, pequenos	"	"	"	"	"	"	21	"	"	"	"	18	"	"
	" grandes	"	"	"	"	"	"	6	"	"	"	"	8	"	"
Latas de pinho		59	"	154	"	"	"	98	"	"	"	"	7	"	"
Páos di- reitos	Cerneiros pequenos.	75 630	54	"	"	740	31	"	69	573	13	"	657	"	"
	" grandes ..	20 39	10	"	"	26	3	"	"	14	3	"	"	"	"
Páos de volta .	Pinheiros	132	"	258	"	"	5	"	"	"	"	100	"	"	"
	Pinho, faceados...	239	"	512	"	"	341	"	"	"	"	272	"	"	"
	" em toco ...	"	"	"	"	"	204	"	"	"	"	"	"	"	"
	Carvalho	"	"	"	"	"	17	"	"	"	"	4	"	"	"
Pranchões de pinho		23	"	32 69	"	"	148	100	29	"	282	1	"	"	"
Remos..... dito		858	"	416	"	"	464	"	"	"	"	978	"	"	"
Taboas	De coberta	1180	"	1098	"	"	733	"	"	"	"	761	"	"	"
	Cousseiras	"	"	"	"	144	"	"	"	"	"	"	1631	"	"
	De selho	523	"	"	"	"	758	"	"	"	2	36	"	"	"
Tóros de pinho		"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
Vãos de pinho	Pequenos	24	"	29	"	"	25	"	"	"	"	2	"	"	"
	Grandes	28	"	21	"	"	72	"	"	"	"	3	"	"	"
Vigotas de pinho		464	"	381	"	121	222	"	"	"	1	44	"	"	"
Vigas dito		582	"	158 43	"	"	107	"	1	66	8	"	"	"	"
Varas de p.º	Delgadas	300	"	"	"	"	551	"	"	"	"	"	"	"	"
	Grossas	200	"	1	"	"	"	"	"	"	"	158	"	80	"
Somma....		4925	669	3196	112	265	766	3930	100	30	69	957	2424	2556	737
Total das peças....		5594		4339				5086					6430		

N. B. Gozam os povos a fruição annual, calculada em 28.000 carradas de lenha, 18.000 dos vidros 12000 carradas de lenha que annualmente extrahe. Não se fez menção de 1800 a fangas de carvão, extrahidas das fabricas rezinozas.

3.

de Leiria nos annos de 1835 a 1842, e seus destinos.

1839						1840				1841				1842							
Arsenal do Exército	Por venda	Arsenal da Marinha	Arsenal do Exército	Casa Pia de Lisboa	Por diferentes datas	Por venda	Arsenal da Marinha	Arsenal do Exército	Por datas	Por vendas	Arsenal da Marinha	Arsenal do Exército	Asylo de Mendicid. ^e	Por datas	Por venda	Arsenal da Marinha	Arsenal do Exército	Asylo de Mendicid. ^e	Theat. de D. Maria	Por venda	Por datas
»	»	»	»	1009	»	»	»	»	»	»	»	»	160	»	»	»	»	»	»	»	»
»	»	»	»	»	»	»	86	»	»	»	90	»	»	»	»	2	»	»	»	»	»
»	»	12	»	»	»	»	74	»	»	»	63	»	»	»	»	4	»	»	»	»	»
»	»	2	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»
»	»	103	»	»	»	»	64	»	»	»	25	»	»	»	»	25	»	»	»	»	»
»	»	124	»	»	»	14	143	»	»	»	111	»	»	»	»	268	»	»	»	»	»
»	»	»	»	»	»	»	434	»	»	»	84	»	»	»	»	64	»	»	»	»	»
»	»	»	»	»	»	»	90	»	»	»	»	»	»	»	»	19	»	»	»	»	»
»	»	1	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»
»	»	14	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»
»	»	123	»	»	»	»	180	»	»	»	20	»	»	»	»	177	»	»	»	»	»
392	»	33 174	»	60 690	»	»	90	386 108	»	»	15	»	»	94 2	2	9	»	»	»	35	180
2	»	48	»	»	»	5	46	»	»	5	13	»	»	»	»	6	»	»	»	»	»
»	»	176	»	»	»	»	161	»	»	»	136	»	»	76	»	95	»	»	»	»	»
»	»	239	»	»	»	»	286	»	»	»	205	»	»	»	»	252	»	»	»	»	»
»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»
»	»	20 85	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»
319	»	»	»	»	»	»	143	»	»	»	165 138	»	»	»	»	349 257	»	»	»	»	»
»	»	12	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	220	»	»	»	»	»
»	»	274	»	1679	»	3	307	»	»	»	1498	»	»	»	»	1164	»	»	»	»	»
»	»	»	»	»	»	»	»	125	»	»	132	»	»	»	12	468	»	»	»	»	»
»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	2400	»	564	»	»	160	286	»	»	»	»
»	»	»	»	»	»	»	»	»	200	258	»	»	»	14	»	»	»	»	»	»	»
»	»	10	»	»	»	»	16	»	»	»	13	»	»	»	»	22	»	»	»	»	»
»	»	68	»	»	»	»	36	»	»	»	8	»	»	»	»	2	»	»	»	»	»
»	»	44	»	»	»	»	162	»	»	5	408	»	29	»	»	410	»	»	»	4	»
»	»	63	»	»	»	»	124 60	13	»	»	264 19	6 12 20	149 82	»	»	»	»	»	104	18	
»	»	604	»	»	»	»	438	»	»	»	20	»	»	»	»	37	»	»	»	»	»
»	»	33	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	»	57	»	96	»	»	253	»	5
319	394	2003	259	2688	60	712	3380	60	524	318	5928	157	759	239	48	3998	339	286	253	143	203
5722						4282				7131				5222							

dilas de malto, e 200 de varas para parreiras e instrumentos agrarios; bem como a fabrica 2000 cerneiros, em parte cardidos, que annualmente se vendem, bem como 800 a 1000

N.

Mapa dos productos rezinosos que têm sahido da fabrica do

ÉPOCAS	NOS FORNOS RAGUSANOS		
	Alcatrão		
	Barra	Pêso liquido	
		α	℥
1805	1025	”	”
1806	1123	”	”
1807	1258	”	”
1816	141	”	”
1817	120	”	”
1818	126	”	”
1819	303	”	”
1820	311	2585	10
1821	322	2573	16
1822	621	5172	8
1823	1200	9118	14
1824	1226	9103	30
1825	1405	9887	6
1826	1326	9761	18
1827	1009	7185	12
1828	981	7345	24
1829	942	6805	18
1830	680	4830	18
1831	635	4598	28
1832	267	1965	10
1833	179	1276	40
1834	”	”	”
1835	547	4684	22
1836	304	2486	14
1837	276	2289	30
1838	221	1674	30
1839	224	1709	2
1840	261	1864	2
1841	210	1684	10
1842	279	2246	12

4.

pinhas nacionaes de Leiria para o Arsenal de Marinha em Lisboa.

NOS FORNOS DE PEZ									OBSERVAÇÕES
Pez cru			Pez cozido						
Barris	@	℥	Barris	Pêso liquido		Caixas	Pêso liquido		
				@	℥		@	℥	
"	"	"	450	4100	15	"	"	"	A lacuna que existe dos productos rezinosos em alguns annos, é devida, n'uns, a ter cessado inteiramente a sua manufactura; e n'outros, á falta d'assentamentos respectivos, que podemos alcançar.
"	"	"	128	1007	11	"	"	"	
"	"	"	479	3993	"	"	"	"	
155	"	"	"	"	"	104	"	"	
139	"	"	"	"	"	1	"	"	
114	"	"	"	"	"	240	"	"	
240	"	"	"	"	"	2	"	"	
"	3539	31	"	"	"	"	605	6	
"	1536	50	"	"	"	"	1781	18	
"	4045	8	"	"	"	474	3108	6	
"	3310	30	"	"	"	380	2607	18	
"	3163	12	"	"	"	247	1646	3	
"	"	"	"	"	"	61	457	12	
"	"	"	"	"	"	90	609	28	
"	"	"	"	"	"	201	1317	2	
"	"	"	"	"	"	378	2495	20	
"	"	"	"	"	"	428	2894	14	
"	"	"	"	"	"	281	1761	20	
"	"	"	"	"	"	350	2208	28	
"	"	"	"	"	"	253	1524	6	
93	732	24	19	139	4	46	278	"	
54	427	"	19	141	22	"	"	"	
401	3364	26	131	898	6	"	"	"	
252	2029	22	24	172	20	1	6	16	
"	"	"	119	264	28	"	"	"	
"	"	"	34	262	12	"	"	"	
12	79	22	48	327	2	"	"	"	
"	"	"	111	736	14	"	"	"	
27	205	30	27	198	6	"	"	"	
"	"	"	75	524	20	"	"	"	

N.

Conta do liquido rendimento das fabricas rezinosa

DESPEZA.	Réis	
Pelo que se despedeu com a apanha da acha....	3:642	8025
Idem com o carreto da dita	1:847	8900
Idem com a acha diaria a 20 rs. por @.....	40	530
Idem em traçar ou talhar a acha para os fornos de alcatrão	105	8010
Idem com a tanoaria, compra de barrís e carreto	870	8056
Idem com jornaes em serviço dos fornos.....	51	8170
Idem em concerto dos fornos, e despeza em barro	207	8800
Idem com a manufactura do alcatrão e pixe....	1:947	8730
Idem com 1 bomba e calha para tirar agoa.....	16	8530
Idem com o importe de machadas e ferragens ..	96	8502
Idem com o feitio de 16 tonas para agoa russa..	147	8600
Idem com 1 alambique para agoa raz e mais utensilios	819	8280
Idem com a factura de 1 Barraca para recolher o carvão	23	8120
Idem em recolher o carvão	37	8650
Idem com a jornada da companhia de	6	8200
		9:859 8103
<i>Despeza com ordenados annuaes.</i>		
Ao Director das fabricas rezinosas.....	200	8000
A José da Silva, e Almeida.....	219	8000
A José Theodozio.....	175	8200
		594 8200
		10:453 8303
Excede a receita á despeza.....		9:985 8152
		20:438 8455

5.

do Real Pinhal de Leiria, no anno de 1807.

RECEITA.	Réis	
1258 barrís d'alcatrão remettidos aos portos de embarque a 7\$200 rs. 469 barrís de pixe com pèso liquido de 978 quin- taes e 1 arroba a 4\$800 rs. 245 caixas do dito, liquido 513 quintaes e 1 @ a dito 10 barrís do dito existentes na fabrica com pèso liquido de 20 quintaes a dito.....	9:057\$600 4:695\$600 2:463\$600 96\$000	16:312\$800
N. B. Devem abonar-se as despezas seguintes, por serem generos que existem; e outras por pertencerem ao anno de 1808:		
Pelo valor da acha que existia no fim de 1807, e fica para o anno de 1808 Idem de barrís vazios; e aduela Idem por 600 almudes de calda preta ou vinagre de ferro a 1\$000 rs. Idem de carvão Idem barro e concerto de fornos Idem machados e ferragens..... Idem 1 bombã Idem 16 tonas Idem 1 alambique Idem 1 barraca para carvão Idem a jornada aos qualheiros.....	1:437\$396 171\$227 600\$000 600\$000 207\$800 96\$502 16\$530 147\$600 819\$280 23\$120 6\$200	4:125\$655
		20:438\$455

Orçamento geral das mattas e pinhaes a cargo do M

Numeros	RENDIMENTOS.	
	<i>Pinhal de Leiria.</i>	
		Réis
1	Pelo valor de diversos productos dos pinhaes de Leiria, para fornecimento dos Arsenaes publicos, e outros rendimentos.....	43:000 \$000
2	Idem da Azambuja e Virtudes.....	600 \$000
3	Idem dos Medos.....	500 \$000
4	Idem de Ourem.....	160 \$000
5	Idem do Cabeção.....	300 \$000
6	Idem de Camaride.....	20 \$000
7	Idem de Alcacer.....	500 \$000
8	Idem de { Mattas de Maragaça.....	200 \$000
	Pinhal de Valle Grande de Mafra.....	
	Tapada de Nossa Senhora da Flor da Rosa...	
	Matta do Cerquito.....	
	Dita do Parque de Sernache.....	
	Dita do Chão de Couce.....	
	Pinhal de Santa Cit.....	
	{ Mattas do Brejo e Carvalho.....	
		45:280 \$000

terio da Marinha, para o anno de 1843 a 1844.

DESPEZA.

Despeza inherente ao pessoal da Administração, Guardas, côrtes, fabricos e conducções; a saber:

Réis

9	Pinhal de Leiria.....	16:663	734
0	Azambuja e Virtudes.....	847	600
1	Medos.....	662	400
2	Ourem.....	405	520
3	Cabeção.....	468	000
4	Camaride.....	60	000
5	Alcacer.....	243	320
6	Maragaça.....	57	600
7	Pinhal de Valle Grande de Mafra.....	28	800
8	Tapada de Nossa Senhora da Flor da Roza.....	14	400
9	Matta do Cerquito.....	24	000
0	Parque de Sernache do Bom Jardim.....	20	000
1	Matta do Chão de Couce.....	58	400
		19:553	774
22	A entregar ao Thesouro Publico, segundo a addição do rendimento dos pinhaes.....	15:250	000
23	Supprimentos a outros Ministerios, cuja importancia se deve reclamar.....	800	000
24	Ditos diversos, cuja importancia não se realisou em effectivo.....	6:400	000
	Sobra do rendimento á despeza.....	3:276	226
		45:280	000

Desenvolvimento do Rendimento.

N.º 1.	Réis	
LEIRIA. — Regulando o supprimento do anno 1843—1844 pelo de 1840—1841, segundo a conta já publicada (mappa da dita conta, 2.º t. e 3.º t.)		21:986\$140
Por uma metade dos productos que se apromptaram, e remetteram naquelle anno, e que para mais se pede para 1843—1844		10:993\$070
Por 1200 duzias de taboas de 12, 18 e 20 palmos, de pinho da terra		960\$000
Por supprimento aos Arsenaes do Exercito, Obras Militares e Obras Publicas (a)		800\$000
Por supprimentos até hoje gratuitos para reparos de igrejas e estabelecimentos pios (b)	400\$000	
Por córtes para fruição dos povos (c) ..	4:800\$000	
Por supprimento á fabrica dos vidros da Marinha Grande (d)	1:200\$000	
Vendas que se realisaram no proprio pinhal		6:400\$000
Estimou-se em 43:000\$000 rs.		2:000\$000
N.º 2.		43:139\$210
São as vendas que se calcula se farão a dinheiro.		

(a) Estes supprimentos devem ser encontrados em outros que o Ministerio da Guerra faz á Marinha; e por isso se reputa um rendimento effectivo do anno.

(b) Madeira para auxilio d'obras pias, e menciona-se esta verba meramente como para indicar a applicação; mas não se reputam taes concessões um rendimento effectivo.

(c) Lenha para uso dos povos, e no mais idem.

(d) Lenha supprida em consequencia de contracto.

N.º 3.		Réis
Calcularam-se as vendas a dinheiro....	150\$000	600\$000
As remessas de madeira para o Arsenal pelo seu primitivo valor, augmentado da mão d'obra até o embarque.	450\$000	
N.º 4.		
São as vendas que se calcula se farão a dinheiro.		
N.º 5.		450\$000
Idem.	N.º 6.	
Idem.	N.º 7.	
As remessas de madeira para o Arsenal, pelo seu primitivo valor, augmentado da mão d'obra até o embarque.....		
N.º 8.		
São as vendas que se calcula se farão a dinheiro.		
<i>Desenvolvimento da Despesa.</i>		
N.º 9.		
<i>Pinhal de Leiria.</i>		
1 Administrador Geral....	1:000\$000	
1 Thesoureiro	360\$000	
1 Escriptuario do dito....	213\$960	
2 Inspectores das Divisões, a 400\$000 réis.	800\$000	
1 Escrivão da Administração	400\$000	
1 Ajudante do dito	132\$000	
1 Guarda dos Armazens ...	300\$000	
1 Fiel dos ditos.....	236\$160	
<i>Segue. .</i>		3:442\$120

		Réis
<i>Transporte.</i> . . . 3:442		§ 120
1 Cabo dos Guardas	236	§ 000
1 Mestre da fabrica	165	§ 000
1 Meirinho (vago)	—	§ —
1 Patrão dos saveiros	165	§ 000
		4:008 § 120
1 Mestre do pinhal de Foja e da matta madriz		219 § 000
1 dito das mattas d'Alcobaça		219 § 000
1 Fiel interino do deposito de Lavos . . .		146 § 000
1 Dito dito do deposito de S. Martinho . .		146 § 000
1 Piloto mór no porto dito		146 § 000
2 Empregados em passar guias e formar os pontos dos trabalhos das duas divi- sões, vencendo 400 réis cada um nos dias uteis		224 § 000
22 Guardas das differentes mattas desta Administração com diversos venci- mentos	1:593	§ 600
Para corte e carpinteria das madeiras . .		932 § 000
Para serraria		480 § 000
Para o fabrico de 500 barrís d'alcatrão e 120 de pixe, com o corte, prompti- ficação e conducção da respectiva acha rezinosa	1:750	§ 000
Para o embarque de madeiras, alcatrão, pixe, e despezas annexas		650 § 000
Para limpeza de aceiros, e sementeiras ordinarias de pinhão, que se fazem todos os annos	1:270	§ 000
Para compras de ferro, telha e tijolo, etc.		285 § 835
Para concluir a promptificação da nova casa da Administração na Marinha Grande		782 § 500
Para despezas do expediente, e outras miudas e extraordinarias		297 § 000
Para a conducção de madeiras e outros generos aos portos d'embarque	3:035	§ 679
Para despezas eventuaes, como reparo d'edificios, concerto de pontes, aber- tura de vallas, etc.		479 § 000
		16:663 § 734

N.º 10.		Réis	
<i>Pinhaes d'Azambuja, Virtudes, e Escaropim.</i>			
1 Administrador	240\$000		
1 Escrivão	60\$000		
1 Thesoureiro	22\$000		
1 Mestre dos pinhaes	175\$200		
4 Guardas	350\$000		
		847\$600	
N.º 11.			
<i>Pinhal dos Medos.</i>			
1 Administrador	240\$000		
1 Escrivão	60\$000		
1 Thesoureiro	12\$000		
1 Mestre do pinhal	175\$200		
2 Guardas	175\$200		
		662\$400	
N.º 12.			
<i>Pinhaes d'Ourem.</i>			
1 Administrador	240\$000		
1 Escrivão interino	36\$000		
1 Thesoureiro	22\$000		
2 Guardas	107\$520		
		405\$420	
N.º 13.			
<i>Pinhal do Cabeção.</i>			
1 Administrador	240\$000		
1 Escrivão	60\$000		
1 Thesoureiro	22\$000		
2 Guardas	146\$000		
		468\$000	
N.º 14.			
<i>Matta de Camaride.</i>			
1 Couteiro		60\$000	
N.º 15.			
<i>Pinhaes d'Alcacer do Sal.</i>			
1 Feitor dos côrtes	170\$320		
1 Escrivão (conforme o orçamento de 1839)	73\$000		
		243\$320	

N.º 16.		Réis
<i>Matta da Maragaça.</i>		
1 Guarda.		57\$600
N.º 17.		
<i>Pinhal de Vale Grande de Mafra.</i>		
1 Administrador (serve um Capitão de Fragata reformado)	—\$—	
1 Guarda.	28\$800	
		28\$800
N.º 18.		
<i>Tapada de Nossa Senhora da Flor da Roza.</i>		
1 Guarda.		14\$400
N.º 19.		
<i>Matta do Cerquito.</i>		
1 dito.		24\$000
N.º 20.		
<i>Matta do Parque de Sernache do Bom Jardim.</i>		
1 dito.		20\$000
N.º 21.		
<i>Matta do Chão de Couce.</i>		
1 dito.		58\$400
N.º 22.		
Tem referencia ao que se diz na nota (a).		
Esta quantia é encontrada na somma votada por este Ministerio.		
N.º 23.		
Tem referencia ao que se diz na nota (a).		
N.º 24.		
Idem idem notas (b, c, d).		

EXPLORAÇÕES DOS PORTUGUEZES

NO INTERIOR D'AFRICA MERIDIONAL.

DOCUMENTOS RELATIVOS

À VIAGEM DE ANGOLA PARA RIOS DE SENNA.

(Continuados de pag. 297.)

N.º 4.

Dias de viagem do Muatahianvo para a Feira de Mucary.

Da Mussumba do Muatahianvo para o Sitio do Camata	
Camunga	1
Do Camata para Cacenda	2
De Cacenda para Gongo	3
De Gongo para o Rio Luiza	4
Do Rio Luiza para o Sitio Quissenda	5
De Quissenda para Milemba	6
De Milemba para dezerto	7
Do dezerto para o Rio Luigi	8
Do Rio Luigi para Cavenga	9
De Cavenga para Canssuida	10
De Canssuida para o Sitio dos Povos do Mouricapelle. . .	11
De Capelle passamos o Rio Luhia em Canoa e no Sitio do	
Fumo Capeo	12
Do Fumo Campeo para o Sitio do Muene Canceze	13
De Canceze para o Sitio despovoado Mutembo	14
Do Mutembo para o Sitio do Quilolo Quirungo	15
Do Quirungo para dezerto	16
Do dezerto para outro dezerto	17
Do dezerto para Dembue	18
Do Dembue para dezerto ao pé de Quiana da Agoa . . .	19
Do Quiana para o Sitio do Muene rifunda garga	20
Do Muene rifunda para o pé do Rio Cacamuca	21

Do Rio Cacamuca passamos o Rio grande Cassais em Canoa e no Sitio dos pilotos tendo trespassado o Sitio velho do Chacabumby para o Sitio do seu filho Soana Mona.....	22
Do Soana Mona passamos o Sitio novo do Chacabungi ao pé do Rio Caemba.....	23
De Caemba para outro Sitio Maluvo.....	24
De Maluvo para o Citio da Irmã do Xacabungi de nome Moarihianva e ao pé do Rio lualele.....	25
Do rio lualele para o Sitio do Muene Fanna.....	26
Do Muene Fanna passamos outra vez hum Rio dezerto Lualele.....	27
Do rio lualele para o Citio do Chacaluilo.....	28
Do Chacaluilo para outro Sitio do Chacabuita.....	29
Do Chacabuita para dezerto.....	30
Do dezerto para o Sitio do Muene Cavanda.....	31
Do Cavanda para o Sitio do Muana Muilombe.....	32
Do Muana Muilombe para o Sitio Chabanza do Chacabungi e dali findoussse as terras do Muatahianvo.....	33
Do Chabanza para dezerto.....	34
Do dezerto para outro dezerto.....	35
Do dezerto para dezerto ao pé do Rio Luemba.....	36
Do Rio Luemba para dezerto.....	37
Do dezerto para o Rio Banza dezerto.....	38
Do rio Banza para o pé do Rio pequeno de que ignoro o nome.....	39
Do Rio pequeno viemos subindo com o Rio Quihubué dezerto.....	40
Do dezerto passamos o mesmo Rio Quihubue.....	41
Do Quihubué para dezerto ao pé do mesmo Rio pela Banda de lá.....	42
Do dezerto ao pé do Rio Quihubue para o Sitio dos Povos Quibonca do Moana Gana Quisengue.....	43
Do Quissengue para o Sitio da inna Fumo.....	44
Da inna fumo passamos o Rio Quicampa dezerto.....	45
Do dezerto para os Povos do Bumba e sitio do Xatumba	46
De xatumba para o sitio do xacacequelle ao pé do sitio grande do Bumba.....	47

Do Bumba para o Rio Quango.....	48
Do Rio Quango passamos o Rio Quafo dezerto.....	49
Do Quafo para dezerto Massangagila.....	50
De Massangagila passamos o Rio Jombo para o Sitio Pepumdi songo.....	51
Do Pepumdi para Muenene Quibungo.....	52
De Muenene Quibungo para outro Munene Toro.....	53
De Munene Toro para o Sitio do filho do Bomba de nome suposto Joaquim.....	54
Do Joaquim do Bomba para Abanza do mesmo Bomba..	55

Dias de viagem do Seculo Bomba para a Feira de Mucary.

Do Sitio grande do Bomba para o Rio Cuie.....	1
Do Cuie para ao pé dos sitios dos seus Povos.....	2
Dos Sitios para outro sitio.....	3
Do Sitio para dezerto.....	4
Do dezerto para o sitio de filho do Bomba de nome Hiemba Munda.....	5
Do hiemba para o Sitio do Seculo Pundi hiabonga.....	6
Do Pundi para seculo Motende.....	7
Do Motende para Capacala.....	8
Do Capacala para o Sitio do Quissoca Ir. ^a do Bomba ...	9
Do Quissoca para ao pé do Rio Jombo.....	10
Do Jombo passamos pela banda de lá.....	11
Do Jombo para o Sitio Souveta do Cabita Catempo.....	12
Do Cabita para o Sitio do Mocampa.....	13
Do Mocampa para dezerto.....	14
Do dezerto para o Sitio do Genzo Irmão do Banda Gongo	15
Do Gongo para o dezerto.....	16
Do dezerto para Quileculo e sitio do Quilhoata.....	17
Do Quilhoata para o Sitio do filho do Cabunxi e catembo chamado Cuinhiba.....	18
Do Cuinhiba para o Sitio do Camba Irmão do Quibinda..	19
Do Camba para o Sitio do Quibenda.....	20
Do Quibenda para Marimbe.....	21
De Marimbe para a Feira de Mucary.....	22

Pedro João Baptista. = Antonio Nogueira da Rocha.

N.º 5.

— Em nome de D.^s Amen. —

Lembrança da partida do Muata-Yanvo para a terra do Cazembe Caquinhata e do que passamos com os Quilolos que no dito Caminho se achão a fim da mesma dependencia do Estado e Reino de Angola e o mais que fui vendo nos ditos Territorios até na mesma terra do Cazembe chegamos por misterio da virgem Nossa Senhora, e da custosa sahida do mesmo Pumbo para a villa de Tete a levarmos hũa Carta parra o Ill.^{mo} S.^{or} Governador da dita Villa mandada por meu Senhor Tenente Coronel Francisco Honorato da Costa Director da Feira do Mucary e para levantarmos do mesmo Pumbo do Cazembe nos appareceu hum pombeiro do Senhor Capitão mor Gonçalo Caetano Pereira de nome da terra Marungue com fazendas a comprar Marfim Cabeças e pedras verdes com o qual Marungue levantamos do dito sitio Cazembe onde estavamos empatados quatro annos tendo voltado do mesmo Caminho para Tete duas vezes, e no anno de 1810 he que partimos para a villa de Tete.

Domingo vinte e dois de Maio do mesmo anno partimos da Mufumba do MuataYanvo, e viemos para o sitio do Ca-coata que nos levou de nome Cutaquacexe; e estivemos parados nesse mesmo sitio desaseis dias cauzado de elle fazer seus ritos, e no dia terça feira sette de Julho levantamos e viemos passando Quilolos e Povos do mesmo MuataYanvo té a hum sitio do Quilolo de nome da terra Chamuinga Musenda, o qual rende a obediencia em duas partes do MuataYanvo e Cazembe por que quando despachou o antepassado MuataYanvo e Cazembe para Conquistar as terras em que se acha ditto Cazembe deixou este Quilolo Chamuinga Mussenda ao pé do Rio Luburi para receber todos os que vem do MuataYanvo assim como do mesmo Cazembe em tirar toda a qualidade de mantimentos para soccorrer todos os que vem do MuataYanvo e Cazembe a este sitio he o fim das terras do MuataYanvo pela banda de lá e passando ditto Rio Luburi pela ban-

da de lá são povos do Cazembe que rendem a obediencia ao Quilolo do Cazembe Quibi que estava na varja da salina chamada Quigila que presentemente faleceo no mesmo sitio do Chamuginga mussenda he aonde todos os viajantes comprão mantimentos de farinha para hir comprar o Sal, e mucongos de pannos de palha e algum quizo de fazenda e Cerames e quando sahimos do tal sitio do Chamuginga Mussenda viemos subindo outros de decidas, e subidas vimos em cima de ditos oiteiros pedrinhas que parece verdade, e aonde cavão o Cobre e no meio desta mesma terra he que fazem as Barras e ha dois patrões das Senzalas, o primeiro fica ao pé da estrada que passamos de nome da terra Muiro, e outro chamado Canbembe esses he são os Mestres Ferreiros que mandão fazer as barras por seus filhos e macotas delles mesmos e tributão ditas barras ao Quiburi, ou a seu herdeiro para esse Senhor da Salina as mandar ao MuataYanvo ou a quem o mesmo MuataYanvo as mandar buscar estes dois patroens crão seus proprios Senhores de suas terras e suas Minas que deixarão seus antepassados e forão combatidos por Cazembe para elles hoje estarem na obediencia do MuataYanvo e Cazembe que os foi conquistando o fallecido Quilolo Senhor da Salina Quiburi he parente do Cazembe pela materna que o tinha mandado vir Governar na Salina, e ter o cuidado de mandar Tributos de Sal, e fazendas do MuataYanvo e receber hospedes que do MuataYanvo vem dirigidos ao mesmo Cazembe manda o mulambo por seu Cacoata para o MuataYanvo vem ter com o mesmo Senhor da Salina para pôr em cima do mesmo Mulambo Mucongos de fazendas e missangas Sal e mais outras cousas que elles comprão com os negociadores do Sal e entrega ao Cacoata para vir trazer ao MuataYanvo.

A Salina quigila fica ao pé do Rio Lualaba pela banda de cá e na banda de la do dito Rio he aonde está estabelecido o Senhor da Salina e na mesma terra não ha mantimentos de farinhas de mandioca, e a que aparece he comprada com os que vem do MuataYanvo e somente ha no ditto Pumbo milho miudo e feijão grosso milho grosso e Lucu que elles chamão Caixai e esses mesmos mantimentos vem de sitios retirados e para alcançar algum bocado de milho ou qualquer mantimento

he muito custoso e he necessario ter missanga de boa qualidade ou qualquer outra couza que elles estimão não cultivão semente de farinha por regimento do costume da mesma terra os antepassados Senhores da mesma terra não trabalharem tal mantimento e ficarão nesse costume geral no dito Pumbo não ha couza alguma que possão vestir e vestem cascas de Mus-samba entre homens e mulheres comprão o pano de palha com os ja acima ditos a troco de Sal, isto sendo no tempo que não ha chuvas, e em tempo de chuvas que não vem negociadores de Sal estão perplexos e elles tambem ja não tirão o Sal por se encher a mesma varja de agoa para fazerem o dito Sal cortão a palha e a queimão depois de queimada coão a cinza com agoa e vão botando nas panellas pequenas que elles fazem e vão cozinhando e por mesmo Sal elles tirão suas riquezas panos de fazenda de lã e fazenda da india missanga e panos de palha assim como tambem os Ferreiros das barras farinha para comerem e outros mantimentos que valha pois desde a terra dos Ferreiros, e da Salina té a outra banda do Rio Lualaba onde está o Senhor da Salina e mais Quilolos que na estrada do Caminho para Cazembe estão não ha bastantes Mantimentos de segurança para os viajantes senão milho miudo e assim mesmo custoso quando he tempo de culturas não tendo gente de sobreexcedente para carregar mantimentos que chegue té ao Rio Lualaba de farinha e feijão e o mais necessario estão em risco de perder a vida com a fome.

Tendo passado o Rio Luarula na outra banda de lá chegamos em hum sitio da Irmãa do Cazembe de nome Pemba que nos recebeo com muita estimação ditta Senhora, e com grande admiração de nos ver e da vontade do MuataYanvo mandar Brancos que elles chamão mugungos ter com seu Irmão Cazembe o que nunca fizerão os antepassados MuataYanvos, e que era grande fortuna do herdeiro do Cazembe seu Irmão e que nunca tiverão noticia de ver brancos que vem do MuataYanvo para a terra do Cazembe, e no dia quarta feira quinze de Dezembro nos mandou chamar e nos deo noticia que estando vivo o seu Pay Cazembe Hunga vinha grande numero de brancos com muita fazenda na Companhia do Senhor Governador e pedia ao Cazembe licença para o

deixar passar para o MuataYanvo e do MuataYanvo para a Feira de Cassange e o Cazembe falecido não lhe concedeo licença e Deos foi servido morrer na mesma terra do Cazembe e voltarão os Senhores moradores e Soldados que na Companhia delle dito Governador vinhão e que estava com saude o mesmo Cazembe e na mesma mussumba se achava hum Soldado com Cartas para hir para Angola, e logo mandou dar parte a seu Irmão Cazembe da nossa chegada assim como ser sua obrigação de dar parte de qualquer viajante que vai ter com Cazembe primeiramente antes daquelle viajante apparecer na presença delle ditto Cazembe e nos fez muito obzequio de darnos comer e offerecemos a ditta Senhora hum Cópo azul retrocido hum muzengo de almandrilha, dois beirames de missanga còr de chumbo, e estivemos alli parados cinco dias a esperarmos os portadores della e no dia Sabado dezeseis nos appareceo os portadores do Cazembe a virmos buscar trazendo para nosso alimento huma Cabra, cinco motetes de farinha hum motete de peixe fresco juntamente com hua preta com sua Cria, e com recado do dito Cazembe que estimava muito a nossa chegada, e que de signal de amor nos offerecia essa preta e com alegria do seu Senhor MuataYanvo mandar-lhe brancos de mueneputo que nunca vierão na sua terra, assim tambem ao Cacoata que nos trouxe lhe mandou dar de comer, e invernamos com os dittos portadores, hum dia, e no outro dia partimos com elles. — Domingo trinta e hum de Dezembro de mil e oito centos e seis chegamos na mussumba do Rio Cazembe as seis horas da tarde no qual dia não nos avistamos com elle e somente nos mandou agazalhar em Caza do seu Quilolo Quiota, e no dia segunda feira hum de Janeiro de mil oito centos e sete nos mandou chamar e fomos e avistamos com elle e nada tratamos sobre da nossa pertença e so falou o Guia que nos levou que ali lhe trago portadores do Mueneputo por ordem do seu Rey MuataYanvo e que vierão procurar hum branco Irmão do mesmo Mueneputo que dizem se achar em vossas terras e os trate bem sem malicia, e entregou ditto Cacoata o presente que o MuataYanvo mandou dar ao mesmo Cazembe; e nada mais falou o Cacoata respondeo o mesmo Cazembe que estimava muito o meu Se-

nhor MuataYanvo enviar-me portadores do Mueneputo, o que era grande fortuna sua e retiramonos para nossas cazas depois da retirada nos mandou chamar em particularmente sem o Cacoata ouvir, e nos disse que elle estava já ha muito tempo percebendo da nossa pertença e que com mais vagar trataríamos o desejo do seu amigo Mueneputo e que para signal de nós chegarmos na terra d'elle Cazembe que atirássemos os Tiros que podessemos atirar que para elle éra huma alegria muito grande e atiramos tres tiros, e elle tãobem dentro de seus muros mandou atirar hum tiro e no dia quarta feira tres do dito mez mandou seus dois Quilolos de nomes da terra Quiota mutemba, e outro Quitambo Quiamaungo dizernos que em particular tratássemos sobre o que nos trouxe e entregássemos a sua oferta que seu amigo Mueneputo lhe mandava dar.

Entregamos a sua oferta que consistia em dois quic.^{os} de sarafina verde, e dois quic.^{os} de sarafina amarela dois dittos singelos de durante encarnado dois espelhos piquenos de papel doirado e huma arma portugueza, dois copos azues, o que entregamos aos portadores e fallamos que ahi está o Saguato ou presente que seu amigo Mueneputo lhe manda offerecer e nos mandou ter com vós mesmo Rey Cazembe como sempre dezeja cultivar com vós Rey Cazembe huma boa correspondencia reciprocamente util para proveito de vos mesmos de nos dar seus portadores e Cacoata seguro para nos levar no Caminho para Senna visto não se achar aqui o Irmão do seu amigo Mueneputo quer e dezeja a boa amizade com vós Rey Cazembe a qui lhe trago a vossa Carta que o mesmo Mueneputo lhe manda amigavelmente para a mandardes ler, e ouvir o que lhe manda rogar sobre da pertença do Caminho para Senna, a qual Carta a recebeo á vista de seus povos, e guardou, e respondeo que elle sabia a honra de todos os homens brancos e que com vagar mandaria ler ditta Carta, e no dia quinta feira quatro do mesmo mez nos mandou chamar, e na sua porta da rua achamos hum branco Soldado filho de Quilhiman de nome Paulo de Santiago e Silva e tres pretos dos Senhores moradores de Tete, e Senna a esperarmos para nos receberem por ordem do mesmo Cazembe, e quando nos virão

nos receberão com muita alegria de apparecer gente de Angola e para o fim da dependencia do serviço Real estava elle ditto Soldado empatado dois annos a pedir o Caminho para Angola e nunca se lhe concedeo licença de passar para diante.

Respondeo o Cazembe que estimava muito a saguate que lhe mandava o seu amigo Mueneputo, e que ficava prompto para executar todas as vontades do seu amigo Mueneputo, e do que elle dezeja e que não só dar Guia, que senão elle mesmo pessoalmente nos levar té no Rio Aruangua por se acharem no caminho inimigos e salteadores que costumão sequestrar os brancos de Tete e Senna que a terra d'elle Cazembe querem vir communicar e fazer seus negocios, e que tãobem ficava certificado serem todos os brancos filhos do Mueneputo por que nesta sua terra tinha vindo o proprio Governador de Sena acompanhado do seu Regimento de Soldados e Officiaes e moradores de dita villa de Tete, e pedindo a falecido seu Pay Cazembe Hunga Anmomga licença para trespassar e ver no Muatayanvo a fim de ver se chegava a avançar a Angola, não quiz ditto Cazembe Hunga conceder-lhe licença e que elle filho herdeiro do ditto Estado executará tudo que no possivel for, e quando vimos o elle estar prompto para nos dar o Caminho para Senna fomos saguatearmos mais para ficar mais contente dois Copos azues dois muz.^{os} de corral moda de Pipa, dois muz.^{os} de romalha branca dois dittos de Bumbango, tres dittos de Queta Calongo, hum quiz.^o de sarafina preta, dois Espelhos piquenos de papel doirado, e falamos com elle que o seu Amigo Mueneputo lhe tinha mandado saguatear com hum bom pano berne e boas pedras, porem o seu Rey Muatayanvo tudo tomou; respondeo que não importava e que elle fazendo os dezejos do Senhor Comera a maior quantia.

No dia terça feira vinte de Abril levantamos para o Arraial de Guerras com o mesmo Cazembe para nos levar no Rio acima ditto Arnangoa por haver Caminho empatado sem estar aberto que algum viajante passasse procedido dos seus costumes geraes entre todos os Regulos Gentios não deixarem passar viajante algum na sua povoação com fazendas a hir para outro pumbo que senão o viajante estar no seu sitio para fazer com elle negocio estando no Arraial de Guerra houve entre

elles huma perturbação muito grande de que vinha para tomar o Estado do Cazembe o seu Irmão mais velho de nome da terra Capaca que o Pay fallecido Cazembe Hunga tinha deitado fora para a terra chamada Cassange, e da traição que os povos do mesmo Cazembe que presentemente Reina no Estado de Cazembe e entrou a examinar quem era o author desta perturbação e se desculparão huns com a May e a May a desculpar-se com os Quilolos e se mandou deitar da terra fora para outras terras o seu Primo Quibanba Quilolo maior, e lhe mandou cortar as maõs e as orelhas, e outros Quilolos forão pagando fazendas e o mais que elle quiz lhes pedir e voltou do Caminho para Senna e foi para a terra chamada Tanga Guerrear e nos deixou entregues a seu Ticara que ficava em seu lugar e mais sua Irmã Cananga para nos tratar, e socorrer nos com todo o necessario que percizassemos.

Demorou-se na mesma Guerra dois mezes e meio e nos achou, e com elle fizemos mais outros dois mezes, e dizendo-lhe que como não ha caminho para Senna nos deixe voltar para o Muatayanvo nunca respondendo, e mandou ajuntar Guerra na outra banda do Rio Luapula, e quando hiamos tratar com elle sobre da nossa viagem para nos deixar vir para o Muatayanvo nos entra a enganar com dadivas de Garapas e Carnes e em alguns dias nos não apparecia a fugir da nossa perseguição e com aquillo estivemos parados sem dali nos podermos retirar para alguma das partes nem para Tete e nem para o Muatayanvo, e quando elle via que o nosso aperto era muito tirou para ser Cazembe do Caminho o seu Quilolo mais velho de todos de nome da terra muenepanda e com seu parente Soana Mulopo de nome Tambo feito nuariagita do mesmo muenepanda, mais dois Quilolos seus Cunhados de nomes da terra Chabanza mutemba; e outro Quilembe e mais outros Quilolos para nos fazer passar para Tete com o qual muenepanda levantamos e com mais pessoas acima dittas, e com detenças no Caminho a fazerem seus Ditos e advinhaçoens sobre do mesmo Caminho se podião avançar ou não e chegando no Sitio do Quilolo do mesmo Cazembe onde faziamos dois dias de internada a esperarmos por ditto Cazembe do Caminho Muenepanda nos vierão achar huns portadores de

dois Apotentados Quiana e Quebue com hum Boi a mandar voltar o muenepanda com a sua Guerra a deixar vir o chabanza com Marfim, e o mais que levava para hirem comprar as fazendas do Cazembe em Tette e que o Caminho estava bem aberto, e com todo este engano continuando a nossa viagem e passando o Rio Lupulo tambem encontramos com outros portadores a fazer voltar, o muenepanda com dois Bois, e com as mesmas palavras salças estar aberto o caminho de Senna, e que ninguem havia que o impedisse, e todas as vezes podem vir e hir continuando a sua viagem aonde dezeção, recebidos os dois bois ditto Muenepanda logo no segundo dia, e no pouzo em que estavamos chamado Quipiri mandou ajuntar todo o marfim e prezentando os portadores do ditto Quianna este revogou para diante dizendo que o Caminho estava aberto não executando as ordens do seu superior Cazembe de nos levar até ao Rio Arnangoa como lhe ordenava recebendo particularmente algumas offertas que os mesmos Apotentados acima dittos lhe mandarão para não vir em Guerras nas terras dos sobreditos e ficou ditto Muenepanda no mesmo pouzo Quipiri, e levantamos com chabanza mutemba, e com todo o marfim do mesmo Cazembe, Cabeças, pedras verdes, barras de Cobre, pelles de Onças; e chegamos ao Sitio do mesmo Apotentado Quiana Catanba onde ficamos parados meio mez sem dali nos retirarmos e elle dito Quianna a enganarnos que esperassemos que a plaque as agoas nos Rios cheios prra seguirmos a nossa viagem o que era engano para esperarmos os seus parentes que vinhão para combaternos, e nos tirar tudo do Cazembe os quaes ladrões é que tem seus Irmãos que o Cazembe matou nas Guerras quando tinha hido na Terra Tanga e encontrou com esses taes Huzas a voltarem da Terra do Cassongo grande com seus marfins com que hião comprar fazendas neste mesmo sitio do Potentado ficarão todas as cabeças e pedras verdes que os mesmos do sitio escondião quando elles nos vião querermos levantar a fugir deste mesmo Sitio do Quiana por obra da Virgem Soberana termos tido avizo por outro Potentado de nome da terra Quirando que mandou dizer ao Cazembe do Caminho chabanza que elle Quirando era amigo do Rey Cazembe, e que o Quiana mandava

vir Guerra da outra banda do Rio Hianbigi para vir matalo e que se retirasse desse Sitio do Quiana, e dali nos retiramos com muitos prejuizos da perdição das Cabeças e mais generos que o Cazembe tinha mandado para se lhe comprarem fazendas em Tette, e com ajuda de Nossa Senhora da Conceição ninguem morreo e somente houverão furtos, e voltamos para a mussumba do Rey Cazembe segunda vez a marcharmos de dia e de noite para a ditto Guerra nos não alcançar com tanto disgosto e prejuizos e achamos o Quilolo muenepanda bem socogado no seu sitio e o Cazembe muito enfadado contra dito muenepanda e mais Quilolo e fazendo dias veio por obra de mizericordia apparecernos o pombeiro do S.^{oz} Capitão mór Gonçalo Caetano Pereira com fazendas a vir comprar marfim Cabeças mandado por ditto Senhor e com huma Carta para o Soldado Paulo Santiago arrecadar os pombeiros do mesmo S.^{oz} Gonçalo Caetano que ali estavam empatados por não haver passagem com o qual pombeiro levantamos para a Villa de Tette com o Cacoala do Cazembe de nome da terra Catára mirimba e mais pessoas com marfim Cabeças pedras verdes e barras de Cobre para hir comprar fazendas e nos entregar ao Senhor Governador.

O negocio da terra do Cazembe é marfim e Escravos pedras verdes e Barras de Cobre que vendem aos viajantes de Tete e Senna e pretos da nação Huizas que estão na Estrada do Caminho para Tete esses Huizas he que são os primeiros viajantes que antigamente negociavão com Cazembe sem ainda em Cazembe ter apparecido Pombeiro do Senhor Gonçalo Caetano que elles chamão Mucazambo a qualquer Pombeiro fiel que responde por tudo sendo elle Gonçalo Caetano o primeiro negociador que descobrio a terra do Cazembe e esses taes Huizas he que dantes hião para Tete a comprarem a Fazenda da India e tangas que elles chamão maxilas nome que tãobem dão ás nossas Tipoias, e algum quiz.^o de Sarafina boas chitas e pratos para presente do mesmo Cazembe e o mais que se apetece, algumas Tangas são feitas pelos mesmos Huizas dão os Senhores viajantes de Tete e Senna por cado huma Cabeça que comprão na mesma terra do Cazembe neste tempo presente cinco Lençoes sendo pessa da india e se he marfim seis

ou sete lençoes e mais titeias em cima em cada dente de marfim grande por os mesmos do Cazembe reconhecerem que o Marfim tem mais valor em Tete e não a Cabeça. Quando partimos nos entregou na presença dos seus Quilolos para o Senhor seu amigo dez Cabeças huma pedra verde grande e tirou dois covados de pano berne dizendo nos que a pedra verde he o seu Nome Cazembe, e o pano berne he olheiro que nomeião Calama juntamente com a sua Carta da resposta da que tinhamos trazido para elle mesmo Cazembe e para nos seus portadores nos deo cinco Cabeças quatro moleques e huma preta para mim Pedro, e para o meu parceiro Anastacio outras cinco Cabeças, dois moleques e duas molecas e huma preta e para comprarmos comida do seu sitio para o Muatayanvo nos deo seis centos sambos trezentos para mim e outros trezentos para o Anastacio e pediu se acaso havia xifres de Abada, logo os mandou buscar e mos entregou duas pontinhas de Abada, e nos quatro annos em que estavamos empatados ali do seu sitio trabalhando a nossa pertença de nos deixar vir para o Muatayanvo visto não haver Caminho para Senna nos dava duas Cabeças huma para mim e outra para o meu Companheiro para nos suspender termos paciencia e com toda a delligencia possivel haver abrir-se o Caminho dos Rios de Senna que estava feichado havia trez e elle ditto Cazembe nos deixar fazer os gastos de seu amigo Mueneputo assim como tambem executar as ordens do seu Rey Muatayanvo.

Na volta de Tete para Cazembe nos demoramos nove mezes por cauza delle Cazembe ajuntar mulambo por seus Quilolos Amai, Irmãos, e Irmaons e preparar o Cazembe do Caminho para levar ditto mulambo e trazernos na prezença do Muatayanvo e não nos deixar logo ditto Cazembe por sna ambição da fazenda voltar com algum retalho de fazenda para o Muatayanvo e como assim o praticou sahirmos da terra delle tão preplexos não ter algum beirame de fazenda e nem missanga e buzio para comprar mantimentos no Caminho com sambos que elle nos deo e partimos com seu Cacoata de nome da terra Munhage no tempo de tanta falta de mantimentos e com prejuizos de fugas e mortandades pelo Caminho cauzado das fomes e detenças que ditto Cazembe fazia e não tinhamos

outro remedio nem o podiamos deixar, e adiantarmonos para Muatayanvo para o não disgostrar assim como tãoobem a recommendação do Senhor Governador dos Rios de Senna, se o Cazembe nos desse seu Embaixador para nos levar ao Muatayanvo que o tratassemos bem com todo o amor com a paz e socego no caminho do serviço Geral que estamos trabalhando porque poderá Sua Excellencia mandar alguem para aqui neste Tete com alguma Carta do Serviço Geral. Dezeja ditto Cazembe muita amizade com Senhor todos os mezes e annos mandar seus Cacoatas com Cabeças e o mais necessario para Caza do Senhor a hir e vir agente delle juntamente com nós, e que em dois annos que Deos for servido não mandar o contrario espera do Senhor mandar recompensar o seu trabalho que elle fez de nos fazer chegar á villa de Tette caminho que custou muito abrir e passar agora aberto está e neste tempo presente não despachou seu Cacoata por que espera do Senhor mandar seus portadores e ter com elle para em tão vir o seu Cacoata delle Cazembe com nossa Companhia para o Senhor, o Rey Cazembe tem Bules de Cha, Chicaras, Tigellas, Garrafoens, Colheres e Garfos de prata, e pratos de loiça de Lisboa, Chapéos finos, fivelas de Çapatos, dinheiro de ouro em doblas inteiras, e meias doblas, muita cortezia de Christandade tirar Chapeo dar bons dias e boas noites, e boas tardes, tem todos os trastes de homem branco que ali ficarão do falecido Senhor Governador Lacerda e de outros mais brancos moradores da mesma villa que na Companhia do Senhor Governador vinhão por não terem gente de poder transportar os trastes para Tete dos referidos moradores pela fugida dito da gente do Senhor Governador com a perturbação do fallecimento do mesmo Senhor que ali veio com seus mil cruzados em fazendas da Real Coroa para abertura do Caminho para Angola alem do da sua Conta e do da Conta dos Senhores moradores de Tete e mais Povoações e ainda hoje se lembrão de terem para isto suprido com quanto tinham em suas Cazas por falta de quem conduzisse de Cazembe para os Rios de Sena muitos trastes os venderão aquelles mesmos Senhores moradores e somente quem não teve prejuizo foi o Senhor Gonçalo Caetano Pereira que tinha sua gente com seu filho Senhor Alferes de Milicia Ma-

noel Caetano Pereira também fez transportar alguns trastes e a Cadeirinha do Senhor Governador.

Ditto Cazembe he Poderoso na sua Corte he Senhor de muita gente, o seu Sitio he hum pouco menor ao do Seu Rey Muatayanvo suas ordens são rijas e he temido de todos os Potentados grandes que também são Senhores de suas terras e esses o tem combatido e estão no seu dominio fora outros Potentados Salteadores que ficão na outra banda dos dois Rios Hianbege e Arnangoa no Caminho para Tete que ainda não tem lá hido porem anda com esses intentos de hir combatelos e principalmente quando na sua Corte não apparecem viajantes para fazer com elles negocio manda ajuntar Cabeças e marfim com seus Embaixadores a hirem tomar noticia dos taes Potentados que no Caminho se achão e impedão a vinda aos negociadores de Tete para a sua Terra e quem for o Potentado que não deixar passar os viajantes para a terra delle logo cuida em preparar Guerra para vir nestes Pumbos e entrão os dittos Potentados a mandar tributos de Gado ao mesmo Cazembe debaixo de engano que somos seus vassallos e alguns Potentados piquenos entrão a fugir para outra terras longe.

A terra do Cazembe he baixa e muito fria e de molestias de dor de olhos, todos os mezes e annos tem mantimentos de farinha, milho miudo, milho grosso, feijão grosso, feijão fradinho, feijão redondo chamado misso a Cabandi, Massango que elles chamão inpondo e Caxai chamado Lucu, frutas Bananas, Cannas, batatas, Inhames abobras, amendois e muito peixe nos Rios Luapula e Mouva que ao pé delle está, tem suas tres Salinas, Sal de Cabombo, Sal de Muagi, Sal de Carueuige, alem da Salina Quigila que está para cá do Muatayanvo, viveres, Bois que vem tributar os acima dittos, e alguns Bois manda elle comprar com os Huizas por Cabeças Gado miudo, Cabras, e não tem ovelhas e nem porcos e tem no tempo presente porcos vindos da terra chamada Tanga e também pedio porcos á Ill.^{ma} Snr.^a D. Francisca e ao S.^{or} Capitão Mor Gonzalo Caetano que lhos mandarão na nossa Companhia na volta da villa de Tete. O Cazembe era Escravo do filho do Muatayanvo de nome da terra Mutanda que antigamente estava Senhor da Salina a Governar por ordem do Muatayanvo Mun-

canza que lhe tinha dado o Governo e era este Mutanda Senhor da Nascão Acosa que estava donominando, e depois partito este ditto Mutanda para as Guerras e deixou para fazer suas vezes em seu lugar o seu Quilolo Escravo Quinhata para mandar tributos de Sal e o mais necessario a seu Pay Muatayanvo comprado com o Sal e entrou este dito Quinhata a mandar mulambo mais avultado muconzos e beirames missangas pancas de Sal grandes e mais outras couzas de muita estimação do Muatayanvo o que não fazia o filho Mutanda das Guerras ajuntou as Cabeças que trouxe das mesmas Guerras e mais outras couzas de grandeza delles e mandou tãobem preparar o Sal para pôr em cima das Cabeças e ajuntou o mulambo e o levarão a seu Pay Muatayanvo a mandar participar-lhe as noticias de suas Guerras a que foi e que elle Mutanda não podia hir agora aos pez do seu Pay a render a obediencia por que se achava doente dos pez, chegando os portadores do referido filho Mutanda e entregando o mulambo entrou seu Pay Muatayanvo Muncanza a repugnar o mulambo dizendo que lhe mandava seu Escravo Quinhata era mais avultado e não do meu filho Mutanda que me não tem amor e obediencia, e voltarão os portadores do Mutanda com o Mulambo ficou o Mutanda disgostozo do Pay voltar-lhe o mulambo e aceitar os dizeres do seu Escravo Quinhata logo mandou prender o Quinhata e o deitarão no Rio Mncuregi e voltarão os portadores do Muatayanvo e derão parte que o seu filho Mutanda mandou matar o Quinhata por cauza delle mandar bom mulambo a vos Muatayanvo, logo sem demora o Muatayanvo mandou deitar fora o filho do Governo da Salina e entregou o filho deste fallecido Quinhata de nome da terra Ganga Abilonda e lhe deo o barro branco faca Escudo Zagaias e mais companheiros Quilolos para estar no seu dominio e lhe ordenou que fosse Governar a Salina e conquistar todas as terras que podesse combater e quando chegasse em alguma terra que achasse couzas boas ali mesmo parasse para a pouco e pouco a lires Conquistando e ficou na terra Quixinga em que presente Reina mandando tributos a seus Senhores Muatayanvos por seus Embaixadores delle Cazembe com outros Cacoatas do Muatayanvo que de lá vão buscar Cabeças fazendas sam-

bos Dolos que chamão pande o que he um Marisco grande e red.º Saracas panos de Chitas, pratos piquenos e grandes buzio alguma bacia de arame, zuartes, Borrachos, ha annos que elle Cazembe não vai para a prezença do Muatayanvo por ordem do mesmo Muatayanvo quando vierão os seus antepassados Cazembes a Conquistar as terras em que Reina para dali senão retirar por cauza dos damnos das mesmas terras não tornarem á levantar Armas e matar os filhos e parentes do Cazembe que ficassem em seu logar quando elle fosse ter com Muatayanvo e ficou isto neste costume Geral nunca o Cazembe vir mais para Amussamba do Muatayanvo e somente mandarlhe Embaixadores com Mulambo e tem ficado outros Cacoatas sem quererem tornar para o Muatayanvo e esses ficão debaixo do dominio d'elle Cazembe e se o Muatayanvo os procura elle Cazembe os rime mandando Cabeças em logar delles. Todas as Cabeças que trouxemos morrerão a fome e alguns fugidos estando no mesmo Pumbo do Cazembe por falta de prizoens que não tinhamos para os segurar, e estandomos pela banda de ca do Rio Luburi com molestias da gente e mortandades pelo Caminho desde a Salina Quigila até ao referido Rio Luburi e no dia quarta feira onze de Fevereiro tivemos hum estrondo muito grande, e estivemos toda a noite com vigias por querer o Potentado Muene Samba Guerrear ao Cazembe do Caminho e matar tãobem a nós viajantes que com elle se achavão em sua companhia por que o Muatayanvo lhe matara os portadores dos seus amigos Quinhama e Muchima e lhe trazião fazendas para elle Muatayanvo digo Muene Samba e com ajuda de Maria Santissima dali partimos sem nos succeder prejuizo por sua Divina Mizericordia, e com estes prejuizos estivemos nesse Rio Luburi dois mezes a engordar a gente que vinha magra e doente das fomes não podendo dar passo para andar assim como tãobem nos mesmos. Não vimos mais nada no ditto Territorio do Cazembe que me esquecesse apontar e nem pelo Caminho haver outra noticia, ou perturbação que eu faltasse a escrever ainda mesmo estando doente hia fazendo os meus Apontamentos ==

Pedro João Baptista. ==

(Continuar-se-ha.)

DOCUMENTOS INÉDITOS.

(Continuado de pag. 362.)

Carta de Pedro Quaresma a El Rei, em que lhe dá parte do que passára na viagem de Lisboa a Moçambique, estando em varias ilhas e terras, e dando muitas vezes em calmarias, e com ventos contrarios até que chegára á fortaleza de Sofalla, e que achando-a falta de tudo a concertára o melhor que podera, e viera a Moçambique onde deixou algumas cousas que alli eram necessarias: e como o mandavam a Sofalla do que estava duvidoso. — Feita em Moçambique a 31 d'Agosto de 1506. (2)

Senhor = per esta dou comta a vosa alteza de tudo o que nesta vyagẽ pasamos.

partymos de lixboa aos xix dias de Novembro de 505 (b^c b) e

(2) *Goes*, parte 2.^a, cap. 9.^o — *Faria e Sousa*, *Ásia* port. t. 1.^o, pag. 91. — *Barros*, dec. 1.^a, livro 10.^o, cap. 6.^o, pag. 430 a 432. — *Ann. da Marinha* port. t. 1.^o, pag. 287 a 289.

Os dois navios de Cide Barbudo e Pedro Quaresma, que foram examinar a Costa d'Africa oriental desde o Cabo da Boa Esperança até Sofala, partiram de Lisboa a 19 de Novembro de 1505, como refere Pedro Quaresma; e não no mez de Setembro, como diz o Sr. Almirante Quintella nos *Annaes da Marinha* portugueza, t. 1.^o, pag. 289.

A não que estes capitães buscavam, era a de Lopo d'Abreu em que ia por Piloto Pedro de Mendonça, e não a não de Pedro d'Abreu, como diz o mesmo Almirante a pag. 290, apartando-se do que diz Barros na decada 1.^a, livro x, cap. 6.^o; cuja veracidade nos é comprovada pela mesma carta de Pedro Quaresma, ou Coresma.

Quintella, seguindo Barros no citado capitulo, nos diz, que Cide Barbudo deitára no lugar da suspeita dois degradados, e nós accrescentaremos mais um grumete.

Porém na resposta que trouxeram os degradados, e nos dias da sua demora, ambos s'engauaram, pois a sua demora fôra de tres dias, e não sete, e bem que estes Capitães permaneceram no lugar da suspeita por treze dias. Dão como resposta dos degradados os citados autores «que elles acharam parte do casco da não queimada, como que viera á costa.» O primeiro autor Barros, ou não foi bem informado, ou não indagou o facto, e menos o investigou o mesmo Almirante, seguindo a opinião de Barros: os degradados disseram «que «haviám achado uma ossada de homem e uma racha de um mastro»; porém esta resposta não mereceu grande credito a Pedro Quaresma; mas em todo o caso, falsa ou veridica, não pôde ser outra.

Já que fallámos na demora dos Capitães, diremos: que elles partiram da Agoada de S. Braz a 16 de Maio, e chegaram a Sofala a 11 de Junho; ficando nesta parte esclarecidos os *Annaes da Mar. port.* nas citadas paginas.

vyemos a bezegiche aos tres dias de dezembro e aly se alevamtou maJs a caravella por que heRa muyto Rasa e me alagaua vyndo pollo mar e dally partymos aos sete dias do dito mez efomos tam chegados a costa de jyne que as callmas atraues do cabo do môte nos deteneRã e asy nos deu ho vêto maJs esqaso e nos fomos na volita do sull e do sudueste e despoces ao sueste ate sermos lleste e oueste com ho cabo de bõa esperamça e dy fomos em lesueste ate nos por-mos ã trimta esete graos e meco e em este Dia que hestivemos em esta alltuRa fallou senhor homeu pylloto cõ ho de cyde barbudo eo pilloto Danaao fazia cemto e cincoêta leegoas do cabo e ho da ca-Ravella trezêtas e tamtas e emtão dyse cyde barbudo que tyRasemos em les nordeste pera darmos no Rosto do cabo como vosa allteza mãdava e ao por do soll vymos hũa Ilha aos 6 dias de fevereiro de 506 (*b^e bj*) que vasco gomes dabrreu achou como maJs comprydamête diRa a vosa allteza e nos afyrmamos ser o cabo que ho pilloto danão ser tão perto delle e tamto e tamto que ho vymos vyRa a nã na volita do noRoeste e segy cõ ella ate polla menhaã e não vymos terra demaneira Senhor que por aquella terra e por vyRar do no-Roeste amdamos aReamdo ate que fomos dar nangra das aReas aos tres dias de março que serõ do cabo perã gjne trezêtas leegoas e daly Senhor partimos a 12 (*xij*) dias de março e fomos na vollta do sull ate nos fazermos leste heheste com ho cabo e comtudo quãdo ho fomos demãdar fomos aynda aRe delle xx leegoas e os 17 (*xvij*) dias dabrill pousamos na augada damtonio de saldanha que he oyto leegoas do cabo e aly senhor esteuemos 8 (*bij*) dias e a haly muyto gado e tomou cide barbudo e vystio e fez paz com agemte e ally me tyRou cyde barbudo da caRavella e me meteo na nã e elle na caRavella dizêdo que habja mjlhor debusgar a costa que heu e asy mudou ho pilloto que vosa allteza mãdava na caRabella pera amostrar *he não elevou* comsygo ho seu daly partymos com vemto norte e os 26 (*xxvj*) dabrill fomos contamdo has pedras e daly a dous dias se leixou ficar a caRavella aRe denoyte e heu qujdãdo que ha levava avamte segy avamte he fuj com ha nã com ventos bonãcos e denoyte callma pousãdo por caso das comRêtes tres hou quatro vezes fuj ate ho cabo da agulhas contamdo as pedras e avamte do cabo medeu o vemto sull de maneira que fuj com ha nã maJs ao mar e os dous dias de mayo fuj emtrar nau-gada de são bras não levamdo quẽ ha conhecesse nẽ homẽ que nella fose senão por hua cauyda que vymos demtro que fez Jobão da noua a conhecemos e mãdey amaRar a nã como vosa allteza mandava em seu Regimêto e daly a duas hoRas veo cide barbudo com ha caRa-vella e não qjs pousar dizemdo que nõ heRa aly augada e emtão afo-mos ver com hos botes he a conhecemos e ao houtro dia satreueu a partir e leuou homeu pilloto pera lhe hir amostrar homde vyRa anão com lopo dabrreu e ventou tamto pouête que se tornou e não che-gou lla e emtam mãdou dous homẽs = asaber = hũ degradado ho

hũ gromete os goaes ainda fuj la tres dias e dyserõ que forõ homde a não estava e que acharõ hũ osada de homẽ e hua Racha de hũ masto mas nõ sey senhor qanto ysto podeRa ser verdade na dita augada não achamos mais novas e aly estivemos 13 (*xiiij*) dias e daly partymos aos 16 (*xvj*) do mez de mayo ao llongo da costa e tão avante como apomta de santa luzia hũa noyte se perdeo a caRavella danão e eu com a não fuj aver amtre o cabo dascorrêtes e de samta marya e daly fuj sempre ao llongo da costa ate cofalla como vosa allteza mādava e chegey a cofalla a 11 (*xj*) dias de Junho e cide barbudo avja hũ dya que chegaRa aly achamos a fortaleza desbaRatada com pero danhaya morto e o alleayde mor e setêta e seis homẽs sã mātymetos como vosa allteza veRa pollas cartas de manuell fernamdes (*frz*) que he capitão daly me mandou cide barbudo ha caRavella e elle se partjo pera hymdja e me deyxou na fortaleza por aquelles com ha mjuha gente lhe fechey hũ lamço de madeyRa da cava e ystyve aly ate que hos mouros se poserom em fazer paz com a fortaleza e tanto que manuell fernamdes (*frz*) lhe pareceo que não tynha de mỹ necesydade me pydio cimqo homẽs e allgũ pão e artylhaRIA e mādou que fosse agordar tristã da qunha como vosa allteza mādava.

e de cofalla party aos 14 (*xiiij*) dias de Julho e aos (*xv*) do dito mes chegey a moçambique homde achey vasco guomez dabreu e diogo fernandes (*frz*) com elle hos goaes estavam em grã necesydade como dirão avosa allteza e eu lhe dey quantas lonas trazia e asy hrreu e sebo e asy lhe dey amor parte do pão que trazia que me fycaRa de cofalla e vasco gomez me mādou dar allgũ mjllho e pescado pera manter a gête caJudeios com hũ carpýteyRo edous calafates que trazia e pus a caRavella aqy ẽ mōte que vynha ẽ necesydade Diso.

alem de todo esto lhe faço saber que quando party de cofalla manuell fernamdes capitão do dito lugar não sabya que ho navjo são Johão ẽ que hamdava francisquo danhay hera pasado nẽ que ha caRavella que foRa de Johã de queyRos eRa aqy perdida com esta de busano os quaes navjos vosa allteza tynha hordenados ao Ditto lugar eu Senhor vynha agoardar tristão da Qunha segũdo vosos Regymetos e vomtade do dito manuell fernamdes (*frz*) que largamete espreva de que he necesario aquella fortaleza e daqy me habya dir a qyloa segũdo o dito Regymeto e vasco gomez me dise da vosa parte que eu não fizese nenhũ houtro fũdamento senão de estar em cofalla com manuell fernamdes ate vosa allteza mādã RepayRo e outros navjos a dita fortaleza apertamdome a mj da vosa parte afazer ysto dizẽdo que lhes paRecia asy voso seruico soomẽte dizẽdome que eu chegasse a quyllõa e que sella achase tristão da qunha que helle tristão da qunha me mādãRIA o que heu fiz ese por que helle mesmo lhe esprevy a necesydade de cofalla e nõ ho achãdo hy que Requerese ao capitão de qyloa hos homẽs e artelhaRja que elle vasco gomez lhe lla mādãRa da caRavella que se aqy perdeRa e asy levaRja delle

panos pera cofalla he allgũu mâtymêto e com tudo me fose lloguo pera çofalla com hos levâtes que agoRa fazião e não leyxase adita fortaleza ate vosa allteza dar a ella provysão ysto Senhor faRey se nõ achar o dito tristão da gunha por mo Requerer da vosa parte ho dito vasco gomez se anj e ao capitão de qylloa nos paRecer maJs voso seruicho por que ho pratycaRey cõ elles e lâcome foRa de nenhũs houtros proveytos senão serujr vosa allteza epeço por mercee avosa allteza que na pymeYRa frota que vyer me mãe da y hir destes partes da lhydia pera nella me hir pera portugall com allgũa maJs merce. feyta ẽ mōçabique ho deRadeyro dia dagosto de 1506.
=pero coresma.=

(Real Arch. Corp. Chr. Parte 1.^a Maç. 5. Doc. 111. — Extra-hido do original.)

N.º 9.

Protesto que fez João da Noua, Capitão da Náo flor de Lamar, que hia pera a India ao Conselho que se fez na Armada, que andava no estreito da Persia, de que era Capitão Mor Affonso d'Albuquerque pelo mandarem com sua Náo e gente caminho de Cambaya. — De 27 de Outubro de 1507.

Aos 12 (xij) dias do mes de Setembro de mil quinhentos e sete (v^{te}ij) annos estando afonso dalbuquerque fidalguo da casa del Rey noso Senhor e capitã mor da sua armada que ora amda no estreito da persea e gormuz ẽ cõselho cõ todollos capitães fidalguos da dita frota dizêdo o capitã mor aos capitães se lhes parecyra que era bem e seruicho do dito Senhor Joam da Noua cõ sua naao e jente cõ ho capitã mor caminho de gormuz hou camjnho de cõbaya pera homde lhe parecese (que era mais seruicho do dito Senhor) (Sör) e o tempo lhe dese lugar e estãdo njsto Joam da noua capitã da frol de lamar que no cõselho estaua apresemto au capitã mor polo esprivã da dita naao hũ rrequerymento e portestação ho qual ho teor dele he este que se adiãte segue do rrequerimento eprotestaçã que eu Joam da noua capitã desta naao frol de la mar faço (ao muyto homrrado afonso dalbuquerque capitã mor darmada) Nos escrivã desta naao hũ e majs estromentos..... ElRey noso Senhor hou..... destas partes da imdya e persea e arabya homde somos e como seja verdade que vjmdo eu cõ tristam da cunha capitã mor de mosambyque pera a Jmdya e leuara dita naao frol de la mar ao dito Senhor vjsorey chegãdo a Ilha de çocotora cõ ho dito tristã da cunha capitã mor ho Senhor afonso dalbuquerque per muitas vezes lhe rrequerreco que lhe qujsese lleyxar a dita naao frol de la mar ẽ que eu venho; pera lhe ficar na sua armada que cõ ele amda e o dito tristã da cunha nunca o qujs fazer, dezemdo que elRey noso Senhor lho defendya ẽ seu rregymento que lhe nã leyxase majs naos das que cõ ele vinha hordenadas pera amdar no mar roxo e que por

que elRey noso Senhor lho defemdya, lha nã quyse leyxar por que elRey no mesmo capytolo dyzya que cõ toda a outra armada que leuaua querrya que pasase a Jmdya por que ho vysorey avja todo mister pera as cousas que lhe mãdaua fazer edepoys no tempo da partyda do Senhor tristã da cunha pera a Jmdia que fõe aos 27 (*xviiij*) dias do mes de Julho que orra pasou ho dito Senhor afonso dalbuquerque capitã mor lhe rrequerreo e pydyo que pois lhe nõ querrya leyxar a naao pera lhe fycar que lha èprestase por hũ mes pera Jr cõ ela a dyu, e a costa de cõbaya homde lhe elRey noso Senhor mãda ver efazer trato e paz e por que jsto era ã quaminho e nõ trouaua a Jda de Joam da noua á Jmdya ao tempo que ela ho Senhor vjsorey podya auer mister que lhe pydya por merce que me leyxase a naao pera Jr cõ ela pera ali e poys nã perdy a de meu quamjnho e vendo ho dito tristã da cunha que a naao nõ perdy ho tempo età me mãdou que eu chegase cõ ele a dyu e a cõbaya e pera aquella costa e que isto fõse ate que me parecesse ser teempo que o podese achar na Jmdya, e o Senhor vjsorey podese auer mester a naao e por quãto ho Senhor afonso dalbuquerque nõ tynha mãtymmentos pera armada e lhe fõe necesareo vyr os tomar a esta costa dormuz; eu chegey cõ ele pera lhos ajudar atomar e serujr elRey noso Senhor e a ele, e orra ele esta è este porto do mosquele homde tẽ mantimentos pera dous ãnos e daquy quer Jr pera gormuz homde se queer leuar e Jmdo eu la nã peso. Jmdya ao tempo que me mãdou ho capitã mor tristã da cunha. la pera seruyr ho Senhor. Eu sãto sujeito e obrygado que lhe rrequerreo da parte delRey noso Senhor e do Senhor vjsorey que ele me de daquy licença pera me Jr pera a Jmdya e ser la ao tempo que posa seruir elRey eo vjsorey, so cujo poder veem sã e nã ho queremdo ele Senhor dar darme a dita licença eu portesto que o Senhor vjsorey lho demãde e mais por toda perda e dano e deseruiço delRey noso Senhor que se disto segyr ele ser hobrigado. Eu nã cõto majs que njuuell continho que cõ ele vac dyse ao dito tristã da cunha que ã magadaxo lhe dysera hũ mestre de hũa naao que veera da Jmdya que ã quananor erã mortos dous mil mouros ho que se nã podya fazer sem grãde dano da nosa armada que la amda e sem a Jmdia estar ã grãde rreuolta e por todas estas cousas eu lhe faço ho dito rrequjrymento e cõ sua rresposta ou sã ela uos esprivã me darees o dito estromento e majs se me necesareos forẽ e asy porees aquy o trelado do mãdado que me leixou tristã da cunha e majs portesto por toda aperda e dano de minha fazẽda e de minha homrra que me dysto vier. oje sabado 11 (*xi*) dias de Setebro de mil (*l^o* e *bij*) e quinhentos e sete ãnos. tristã da cunha do cõselho delRey noso Senhor e capitã mor desta sua armada mãdo a uos Joam da noua fidalguo da gasa do dito Senhor que ora uides por capitã de frol de la mar que vades com afonso dalbuquerque capitã mor desta armada que orra qua fyga ho qual vay a diu e cõbaya e por esta costa, afazer allgũas cousas que

comprê a seruiço delRey noso senhor ao qual aguardares efares todo o que vos ele mândar como voso capitã mor e asy amdares cõ ele è quãto uos parecer que uos fica tempo pera poderdes Jr a Jmdya e me tomardes nela e como uos parecer tempo pera uos irdes cõ as merquadarjas e cousas que uos ele der pera quarrega destas naaos, e por que o asy ey por seruiço delRey noso Senhor uos mândo por parte do dito Senhor que o cumpraes como diçe, feito por myranda rriz esprivã da dita armada aos 21 (*xxi*) dias de Julho de mil (*b⁶bij*) e quinhentos esete ãno este o mânda tristã da qunha.

Resposta do Senhor afonso dalbuquerque capitã mor desta armada, a este rrequyrimento de Joam da noua ao capitã mor o qual e este que se segue. Escusado fora fazerme ho Senhor Joam da noua tal rrequyrimento se ele quisesa, por que sam capitã mor delRey noso Senhor se quja hobydyencya ele amda bẽ poso tomar se compre a seu seruiço qualquer naao que nesta parajem ãdar cãto majs emtregãdomã tristã da cunha cõ nouemta homẽes pera rrefazimento dos quatro cẽtos que elRey mândaua que me leyxase, porem por que elRey noso Senhor e o vjsorRey que è seu lugar nestas partes esta so quja hobydyẽcia eu amdo sayba a nycesydade etrabalho è que me tristã da cunha deyxeu (pollo qual) amj me compria esta naao digo que a partyda do dito tristã da qunha Eu mãdey uir as naaos da minha armada por Joam mestra esprivã darmada aJuramentado aos santos evangelhos se tinha pã hou vinho hou azeite ou farinha e asy dese juramento aos despenseiros se sonegauã allguma destas cousas achou que nenhuma cousa pera comer avia nas naaos nem menos è frol de la mar e a fortaleza de socotora que a meu qarrego fyqa cõ tãta nj-sydade como armada quãdo me vy asy desbaratado em frota sem mamtimento e cẽto e vjnte homess doẽtes sem ter que lhe dar a comer e cõ os cẽto homes dos que me elRey mândaua deyxeu compriame mudar o cõselho por se nã perder a armada e fortaleza e deyxeu o qaminho de qãbaya e no estreito de gormuz Jr busgar mamtimentos e perdermo-nos amtes como qaualeiros, amtes que amdar morrendo de fome poucos a poucos ate que desemos com as naaos atraues chamey hos capitães a cõselho pareceo lhe bem qaminho mãdey ètã partyr hũ pouquo de pã que a Jmda tynha, por todos, quys por me è tãta necesydade como ho mais pequeno, denos deus tãto bom vêto e vjasem que descobrẽdo terras novas e tomãdo lugares aos mouros matãdo-lhe muita Jemte e guanãdo-lhe muytas naaos efazẽdas hou. mamtimentos pera as naaos e pera. de socotora e pera homde ao. Senhor aprouuer de. ho Senhor Joam da noua quys tẽtar allgumas cousas e detremjnar sua Jda a sua vontade vêdo me Jr sobre gormuz hũa cousa a tã grãde que prazera anoso Senhor que nã olhãdo a nossos pegados atraue-samos atrabuto e a hobydiẽcia delRey noso Senhor e asy nã quer tornar quãtos mamtimentos frol de la mar bẽc podera levar e quãdo asy vj è tã em pesqa amdey cõ a sua Jemte e mjnha aquarretar mã-

timentos darroz, e tamaras, e azeite, e jarras de pescado e outras mjudezas e esta fyz em peçoa, polo nã mãdar cõstrãgydamente a Joam da noua mas tratalo cõ muyta cortyza e amor como ele dyra pasado jsto quysse ele majs estêder ã falas e por ã hobra sua partyda e prouicarem-no asy os da naao e porque nas cousas que tão toqua a seruiço delRey nã cõpete simular, mas atalas muyto bẽ dãdo-lhe muytos meios mãdey chamar todos capitaes e pusme em cõselho. a noua Jemte a gormuz todos dyserã. podese auir etã tomey a mão e êtreguey a Joam da noua sobre sua menagem que me segyse efizese meu qamjunho o qual ele ã minhas maaos deu e asynado do seu synal e asy mãdey aos hofycyaes da naao mestre e pyloto e esprivã eposto que o Senhor Joam da noua nesta pratega e cõselho me dysese allgũas descortesyas eu lhas soffry por que ele tẽ tãbem seruido elRey em minha cõpanhya que tudo se deve soffrer nã seja duujda nã entrelinha homde dyz êtregci porque se fez per verdade. Eu João mestra. sa do dito Senhor esprivã darmada que esprey por mãdado do capitã mor este estromento cõ sua resposta feito aos 27 (*xvii*) do mes de Setembro de mil (*lvi*) quinhentos e sete ãnos) = *Joam mestra* = mãdou o capitã mor que se leuase este estromento a elRey noso Senhor pois que Joam da noua ho nã tyrar.

= *Sobrescripto.* = Pera ElRey noso Senhor.

(*Archiv. da Tor. do Tomb. Corp. Chronol. Part. 1.ª, Maç. 6.º, Doc. 63.*)

N.º 10.

Carta de Diogo de Azambuja para ElRei D. Manoel sobre a Fortaleza que se devia fazer em Çafm, etc. — De 12 de Dezembro de 1507. (3)

Senhor = dias ha que jsto se deuera de fazer e por os muytos desuayrados tẽpos que correrã se nã pode fazer E asy como os tẽpos forã trabalhosos asy os nosos trabalhos vjerã tantos que nã se poderiam majs auclurosos djzer que se nã fora aousa alteza Jorje da maya que atudo foy presente nã podera acabar de escreuer as cousas que se oferecerã ã todos os negoejos desta eidade e a elle rreporto muytas dellas e que uolas djga que eu nã tenho o esprjto pera tanto escreuer porem do moujmento destes rreJedores he necesaryo dar cõta a uosa alteza que me mouco cõsentjr ã ele por conhecer dele que outra agoa derramar se fazya, e asy nos querya sopear principalmente ã desfazer quãto os mouros la forã fazer por que seu fundamento foy E era estarẽ aquy os chjstaaõs êcurralados e atodos se quebran os olhos ã leyxar ã esta rrua que na verdade era grãde ser-

(3) *Indice chronol. da Naveg. Nig. Descob. e conq. pag. 107. Prova-se a existencia de Castello Real (Mazagão) na Mauritania.*

uentja sua E pera quy vera uosa alteza quãta occupaã trazyã de matar e rroubar ã huns ao outros que perderã todo cuydado de nos outros e quãdo andauam ã sua furya eu nõ cesaua fazer menos rrepayros cõ madeyra que tinha muyta que vjera da Ilha. E asy trjgosa-mẽte se fez que quãdo ueo ase querẽdo poer osol eu estaua ja cerrado cõ muro eduas torres deles tomadas etodaquella noute se trabalhhou ã abryr aporta no muro que nõca se partyo aJemte de la ataa que se pos ã pôto de se asẽtar o portado o qual no dja segujnte se asẽtou e fechou cõ chaue, e doutra parte nã cesaua de fazer-se as paredes do atalhamento da rrua que quãdo ueo oterceyro dya eu nã temya ja nenhũ poder dos mouros nã poreu que nã seja necesaryo fazer-se muyta obra pera seer feyta fortaleza de verdade e nã tarde vosa alteza sequer segurar a Cjidade a qual ja per toda a comarca darredor se chama Çafy dos christaãos e asy prometem dar dinheiro polla cabeça do mouro de Çafy como polla do christaão e compre a uosa alteza que se desacupe dalgũa parte epoer has mãos a esta terra que tam gãçada esta pera uos ser trabutarya ã muita cãtidade.

almedjna espera prjmeiro veer ho asemto que fazees cõ esta Cjidade pera hir estar com uosa alteza he fazer ho seu e asy me tẽ escripto que lhe dẽ ã embarcaã pera a entrada do veraão esta he a coroa de Çafy, ã que se todã nosa mercadarya se espera de fazer.

he rrezã que sayba uosa alteza como Deus acorreu a nosa necydade que foy muyta que ha bem cjmquẽta djas pouco majs ou menos que aJemte nã comeo senã trjgo cosido e agoa frya do que nos adoeceo muyta Jemte e faleceo algũa cõ esta mudãça dois rrejedores cada huũ daua amaneyra dauermos trjgo pera comer E cõ sua morte ouemos vjda e deus nos sosteue atagora, allexjmã he rrejedor por seer pessoa mais aceyte a uosa alteza que outra algũa tras este, ele mãda a uosa alteza aujar seus feytos por que eu peço a uosa alteza que cõ elle se queyra auer nobremẽte por que sendo el cõtente sera nosa vizinhãça mais certa escura./

Item O que se rrequere pera se fazer tal obra prjncipalmẽte he jemte pera que prestemẽte se posa despachar este verã e asy todas ontras pertẽças pera fazer como ja mandey diser a uosa alteza por os mestres que de ca foram que uosa alteza deue demãdar a esta obra porque cõ elles mêtendo e tenho todo pratjcado. E alem daque lhẽs mostrey he necesarjo fazerse hũa das torres mais poderosa que toda a casa e ejsterna dẽtro nela, a cal venha ã nauyos pequenos pera se mjlhor descarregar./

a cantarya ca a tjrarão e tambem se fara muyto tijolo com que podera escusar muyta della pareceme Senhor que esta obra se deue fazer nobre por que a cjidade he tall que o merece eu ou vejo nela pasear vosa alteza e estes sam os câpos pera que se fezerã as carretas andarẽ, e ase de cõprir o que estes mouros acham que os crjstãos hã dauar esta terra cedo. E asy espero eu ã deus que eu ey de seer o que ey de poer abãdeyra ã marrocos e por jsto Senhor vos da muj-

tos filhos pera que faças huũ rrey de marrocos e pera estas obras mãde-me uoso alteza alguũ boũ homẽ que êtenda njso e ande sobre-las por que eu cãso. E se cauã se ouuer de fazer boũs cauouqueyros, e os omeẽs de seruyço serã besteyros e espjngardeyros damtre tejo e odjana êlegjdos por voso mãdado e nã por voso anadel moor que ê cousas que a mỹ toquẽ peço a uosa alteza ho aparte delas por me fazer merce e asy peço a uosa alteza que prouēja esta jemte de seruico de vjnhu por que estas agoas de cjsternas os matã que nã aquy nenhuũs que a corrêça nã persyga e os que morrẽ ela os leua. E asy de todos outros mãtjmẽtos.

Item nã tenho hum corregjmẽto pera misa senã hũu que mẽpres-tarã em lagos que he rrezã que mãde tornar, uosa alteza me mãde outro e asy mãde ao capelam seu ordenado do que ha dauer.

Item o que ha dauer ho fjsyco.

Item o barbeiro, ese os pagara ho feytor.

Item — despois que ando nestas partes tenho gastado da vosa fey-torya pouco menos nouẽta mjl rreis da feytorya de castello rreal no qual castello estiue acerca dũũ ãno. E agora vay ã cjnquo meses que estou aquy gastando o que tenho co que nã tenho vosa alteza olhe jsto cõ cõjemcia e deme rremedyo nã me leixe perder de todo, as carnes gastẽ-se por uoso seruico, mas buscar que gaste ã morrer êpenhado nã deuo esperar tal galardam, uosa alteza mordene que coyma.

Item Dos cento e cjnquoẽta mjl rreis que eu pedy ã abrãtes pera cõprar mãtjmẽto pera castello rreal como aquy nã achey pami mã-deyo o djuhrejro a jlha ao voso almoxyryfe que ho êpregase ã mãti-niẽto cho mãdase êtregar ao feytor ã castello rreal pera o dar aquel-les que aly qujsesem fjeãr ã cascaes de taujla o trouue e dele comẽ agora jsto pasa por esta maneyra e nã ho dem a emtemder a uosa alteza por outra. E mãde tomar cõta ao feytor que ora he e achar-seam estes cõto e cjnquoẽta mjll rrejs ã seu poder cõprados ã mãtj-mentos que se gastã cõ os que estã oje em dya na fortaleza. E por que fez ordenãça pera aquelle castello mãde sua Alteza que êtemda ã pagar este ljuramẽto pois que ho ãno he ja pasado.

Item se a obra se ha de fazer venhã ferreyros

Item = fragoa de todo cõprjda

Item ferro.

Item aço

Item pjcaretes

Item lauãcas

Item Cunhas marras.

Item êxadas e alferces porque esta cauã ha de ser maa de fazer e adesgastar mujta ferramẽta, por ho mesejeyro dalexymã escreuerey ho mais que sobre vjer ou esquece.

Item Senhor eu sey que uos amde pedjr alguũs ofjejos ou carre-gos peço a uosa alteza que se lembre que eu tenho sobrinhos e erja-

dos que uos servê cada dya, que me prouēja delles pera os rrepartjr por elle prncipalmête adajl pera frãejscos dalmeida, e alfaqueque pera frãejscos dabreu que sam homêes que ho merecê asy os de çafy como de Castello rreal e njsto me fara merce// de çafy xxii dias de dezêbro de (b^obij) 1507 anos. beyja as maaos de vosa alteza = *Diogo dazâbujá*.

(*Real Archiv. da Torr. do Tomb. Corp. Chronol. Parte 1.^a, Maço 6.^o, Doc. 69.*) (Continuar-se-ha.)



ASIA PORTUGUEZA.

SEGUNDA MEMORIA

Descriptiva e estatistica das Possessões Portuguezas na Asia, e seu estado actual, pelo Socio e Secretario d'Associação, Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo. (Continuada de pag. 372.)

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA.

Tendo tomado nesta memoria, por ponto de partida o anno de 1774, época, ainda hoje, celebre na India, pelas importantes e completas refôrmas, que levou a todos os ramos do seu governo politico, civil e economico; eu começaria por descrever agora, o que na parte judiciaria se praticou, em virtude da Carta de Lei de 15 de Janeiro daquelle anno, se não fôra tudo bem conhecido, pelo regimento da mesma data, que no tomo 6.^o da collecção dos regimentos, facilmente se pôde consultar.

Por aquella lei foi abolida a antiquissima Relação de Goa, e os Magistrados e officiaes della, para ser substituida por um só homem; por um colosso judicial, com o nome d'ouvidor geral, que em si reunia todas as jurisdicções abolidas; e, de vez em quando, formáva com os juizes de fôra de Goa, Salsete e Bardez, creados tambem por esta lei, uma Junta para sentenciar em presença do Governador os feitos da Fazenda, os crimes graves, e outros casos expressados no mesmo regimento.

Este systema absurdo e tremendo, a 5.000 legoas da metropole, foi ephémero; porque a Carta Regia de 2 de Abril de 1778 restituiu a Relação e mais autoridades abolidas, com a mesma alçada e jurisdicção, que antes tinham; e renovadas todas as observancias, leis, e determinações anteriores, cassou todos os logares e disposições da lei, e regimento de 15 de Janeiro de 1774; e assim continuou a administração da justiça, até ao anno de 1822, em que, deportados o Chanceller e tres Desembargadores pelas occorrencias politicas do tempo, a Junta do Governo, que então s'installou, restabeleceu o Ouvidor Geral, e mais autoridades de 1774 em homens leigos e naturaes do paiz. Em 1827 novos Ministros foram despachados para a Relação de Goa; a qual, e mais autoridades voltaram ao seu antigo exercicio, conforme uma resolução de consulta do Conselho Ultramarino, do mesmo anno.

Julgavam por tanto em primeira instancia os Ouvidores da cidade e ilhas de Goa, e provincias de Salsete e Bardez, com a mesma alçada dos Corregedores de comarca. Estes Ouvidores, dados no principio ás capitancias e fortalezas, eram leigos; mas por Alvarás de 24 de Dezembro de 1605 e 23 de Dezembro de 1606, passaram a ser providos em Letrados, extinctos os Corregedores e Provedores, que então haviam, e eram obrigados a dar residencia pelo art. 17.º do Regimento de 22 de Março de 1617: desde muito tempo, porém, que os Ouvidores de Goa, Salsete e Bardez, continuaram a ser leigos e naturaes do paiz, porque nenhuma vantagem offereciam estes logares na carreira da Magistratura, até que o Alvará de 25 de Janeiro de 1816 mandou fossem Bachareis formados, e só dois; um para Salsete com exercicio na Relação, como extravagante, e para os casos de seis juizes; e outro triennal, com predicamento de primeiro banco, e accesso immediato á mesma Relação, para servir nas ilhas de Goa e provincia de Bardez, e juntamente Auditor das gentes de guerra: ambos eram pelo mesmo Alvará Juizes das Communidades, menos nas ilhas de Goa, onde havia um Tanador mór, com mercê vitalicia: não obstante este Alvará, os Ouvidores leigos continuaram a ser providos, como antes, pelos Governadores, triennalmente, na falta de Bachareis formados despachados pela côrte. Nas provincias das Novas Conquistas havia um

Juiz Intendente, que nellas presidia, segundo os usos e estilos, que se mandaram guardar aos seus habitantes, como adiante se dirá.

Julgavam tambem em primeira instancia o Ouvidor Geral do civil; o Provedor dos defuntos e ausentes, orfãos e capellas; os Juizes privativos, e os de commissão que o Governador nomeava a certas causas e pessoas, que o requeriam.

Do numero daquelles erão os Juizes das comunidades, que no Regimento dellas de 15 de Janeiro de 1735, vem com o nome de Tanador mór nas ilhas de Goa, e Capitães das terras, ou Capitães das provincias de Salsete e Bardez; os quaes presidiam na fórma deste Regimento á repartição dos rendimentos das aldêas, e ás arrematações das varzeas e palmares, e aos mais actos alli designados; e eram privativos das causas e execuções das mesmas comunidades, onde tambem entrava a jurisdicção do Juiz dos Feitos da Corôa e Fazenda, por disposição do mesmo Regimento.

O Juiz da Ordinaria, eleito annualmente com os Vereadores do Senado da Camara das ilhas de Goa, era o privativo de suas execuções. Por Carta Regia de 15 de Fevereiro de 1603, tinha esta Camara o privilegio de serem decididos os aggravos della interpostos, por uma Commissão presidida pelo Governador, e da qual eram membros o Arcebispo e dous Desembargadores, servindo de Relator aquelle a quem o mesmo Governador enviava os autos para esse effeito: assisti nesta qualidade a alguns destes julgamentos, aos quaes o Arcebispo, sendo convocado, se escusou de comparecer, em Officio de 8 de Fevereiro de 1828, pretextando as razões que, disse, fizeram cahir em desuso a citada Carta Regia, sem referir quaes eram: e ouvi, que igual repugnancia tiveram os seus antecessores; pelo que não eram já convocados. D. Manoel de Portugal e Castro abolio esta Commissão, por Portaria de 13 de Março de 1828, que assim ficava reduzida só ao local fóra da Relação, sendo aliás as mesmas pessoas que a ella iam; e por incompativel com o systema da Carta Constitucional.

A Casa da Misericórdia de Goa tinha tambem um Juiz e Escrivão privativo das suas causas, por Provisão de 19 de Março de 1695. As freiras de Santa Monica, e a casa dos Cathecu-

menos tinham o Ouvidor Geral do Cível por Juiz em todas as suas dependencias.

De todos estes Juizes se dava appellação e aggravo para a Relação, a qual sentenceava em segunda e ultima instancia, salvo o recurso de revista. Não me foi possivel chegar á origem ou primeiro estabelecimento deste tribunal; mas é certo, que foi anterior a 3 d'Abril de 1544; porque consta tivera, nesta data, um Regimento, que levou a Goa o Chanceller Francisco Toscano, governando o Vice-rei D. João de Castro. Outro existe de 22 de Março de 1548. O Alvará de 29 de Março de 1603 conferio aos Ministros desta Relação a mesma dignidade, e preeminencias dos Desembargadores do reino; e pelo de 22 de Março de 1683 se declarou tão preeminente, que nenhum outro tribunal lhe podia preferir nas solemnidades e actos publicos.

A jurisdicção da Relação de Goa chegou a alcançar todas as vastas possessões d'Asia, Africa Oriental, e as Molucas; e então tinha pelo Regimento de 22 de Março de 1617, um Chanceller, dez Desembargadores d'aggravos, e quatro extravagantes, para servirem de adjuntos aos que despachavam em mesa, e n'ausencia, ou impedimento dos primeiros. Este numero foi reduzido a quatro sómente, por Ordem Regia de 26 de Março de 1744. O Alvará de 25 de Janeiro de 1816 creou um extravagante, como ha pouco notei.

Este tribunal era presidido pelo Vice-Rei ou Governador, em qualidade de Regedor das Justças, ao qual, pelo mesmo Regimento de 1617, era permittido usar em seu officio do Regimento do Regedor da Casa da Supplicação de Lisboa, e do mais que pelas Leis extravagantes lhe era concedido, e se podesse applicar; e assim nomeava elle todos os Empregados da Casa e de Justiça, excepto o Ouvidor da Cidade; a qual tinha o privilegio de o eleger annualmente nas mesmas pautas, em que eram eleitos os Vereadores do Senado da Camara das ilhas de Goa. Nenhuma condemnação crime se podia dar á execução, em caso grave, sem que primeiro se participasse ao Vice-Rei, se a ella não assistio.

O Chanceller tinha posse em um tribunal do reino, e por consequente Carta de Conselho; um houve, José Joaquim de

Sequeira Magalhães e Lanções, que era Desembargador do Paço. Os mais Desembargadores tinham posse e assento na Casa da Supplicação de Lisboa, na qual tomavam exercicio no seu regresso a Portugal, depois de haverem servido por seis annos na Relação de Goa. Decreto de 25 de Novembro de 1665, e Alvará de 9 de Fevereiro 1725. (R)

O Chanceller, a quem tambem tocavam por distribuição as appellações e aggravos, era Juiz da Chancellaria e dos novos direitos; e pelo seu Regimento lhe era permittido usar do do juizo da Chancellaria da Casa da Supplicação; era mais o Juiz das fianças perdidas, Presidente e Juiz do cofre das Justiças: ao seu cargo andavam annexos o de Provedor e Conservador da Casa da Moeda, do Estanco do Tabaco; era Relator do Supremo Conselho de Justiça Militar, e Presidente do Deposito Publico.

Pelo Regimento de 22 de Março de 1617 havia nesta Relação um Juiz dos Feitos da Corôa e Fazenda, um Ouvidor Geral do crime, que conheciam por acção nova e despachavam em mesa, um Procurador da Corôa e Fazenda, um Ouvidor Geral do Cível e um Provedor dos defuntos e ausentes, d'orfãos e capellas, cujos officios eram distribuidos por Portarias do Regedor aos Desembargadores dos aggravos; o qual tambem era autorizado, pelo Decreto de 20 de Setembro de 1697, a nomear serventuarios aos Desembargadores, que tinham estas varas.

Houve tempo em que os Inquisidores de Goa eram chamados para assistir ao despacho da Relação, na falta dos respectivos Ministros; e pela extincção deste tribunal em 1812,

(R) Ainda que este seja antiquissimo estilo e condição, sem a qual nenhum Ministro quiz ainda passar á India; e hoje novamente expresso no artigo 25.º do Decreto de 7 de Dezembro de 1836; a nenhum dos ultimos Magistrados daquelle Relação foi ainda satisfeita esta clausula; porque extincta a Casa da Supplicação a que elles deviam pertencer, entende-se, que, apesar do Decreto citado, nada os deve indemnizar da expectativa com que acceitaram o seu despacho para Goa; e dos trabalhos, incommodos, sacrificios e perigos a que s'expozeram, que hoje só se reputam attendiveis, para os que forem á India depois daquelle Decreto, ainda que lá fossem, só poucos mezes.

se ordenou, fosse chamado o Deão da Sé de Goa, quando houvesse falta, para os casos de seis Juizes; o que ainda no meu tempo teve lugar, por não estar então provido em Desembargador o lugar de Salsete, cujo voto foi, como era d'esperar, mais humano, que justiceiro.

A Relação teve sempre o seu assento na cidade; e por officio da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar de 27 de Setembro de 1813, se mandou fixar no antigo palacio dos Governadores; todavia o Vice-Rei Conde de Rio Pardo representou a conveniencia de a transferir para Pangim, e effectuou esta mudança, permittida em Officio de 18 de Dezembro de 1817, e approvada por Aviso de 27 de Junho de 1819 da mesma Secretaria d'Estado.

Intendencia Geral da Policia.

Foi, pelo Regimento de 15 de Janeiro de 1774, posta no Ouvidor Geral em toda a sua jurisdicção: passou depois a ser exercida pelos Ouvidores nos seus districtos. O Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro a conferio expressamente ao Desembargador Ouvidor Geral do crime, em Portaria de 21 de Fevereiro de 1831: e em 23 de Março de 1831 deu instrucções para o serviço de um inferior e soldados empregados na policia. Em 11 de Junho de 1833 regulou definitivamente o serviço da policia, e de todos os seus empregados.

Mesa do Paço. — Era presidida pelo Vice-Rei, ou pelo Chanceller n'ausencia deste, e composta do mesmo Chanceller, e dos dois Ministros da Relação mais antigos, (e não um, como equivocadamente se disse a pag. 153) dos quaes, o mais moderno escrevia o despacho. Tinha Regimento datado de 22 de Março de 1617; pertencia-lhe apurar annualmente as pautas do Senado da Camara de Goa para os cargos da governança, e o expediente dos Desembargadores do Paço, na fórma deste Regimento. Em todas as sextas feiras, findo o despacho da Relação, se passava ao das petições da Mesa do Paço: as Provisões, que por esta mesa se mandavam, eram, segundo aquelle Regimento, feitas na Secretaria do Governo, referendadas pelo Secretario, expeditas no Real Nome, e assignadas pelo Vice-Rei. Nesta mesa se concediam tambem os perdões, que em

sexta feira maior se costumam implorar; para o que se reunia neste dia.

Deposito Publico. — Ainda que decretado pelo Regimento de 15 de Janeiro de 1774, suscitando a disposição dos Alvarás de 21 de Maio de 1751, e 4 de Maio de 1757, só foi estabelecido no governo do Vice-rei D. Manoel de Portugal e Castro, a requisição miuha, sendo eu Ouvidor Geral do Cível. Posto que nas ilhas de Goa houvesse um chamado Depositario Geral, nomeado pela Ouvidoria dita, em mão do qual, sem cofre, e sem escripturação regular, se guardavam os depositos judiciais, nenhuma era a segurança delles, difficullosa cousa averiguar o estado das suas contas, muitas vezes lançadas em caracteres gentílicos, e não podia existir pelos citados Alvarás; e por isso propuz em Officio de 12 de Junho de 1828, a creação de um Deposito Publico, fundado, quanto possivel, nas Leis que aponto: foi este assim mandado estabelecer, por Portaria do sobredito Vice-Rei de 28 de Setembro de 1828; e por assento da Relação de 7 de Julho de 1829 lhe foi dado Regulamento. O cofre foi collocado em uma das salas da Thesouraria Geral, e nomeado Presidente do Deposito o Chanceller, cujo cargo eu então servia, e Escrivão um dos da Ouvidoria Geral do Cível; o Thesoureiro ou Depositario continuou eleito pela Camara: estes mesmos eram os clavicularios do cofre, sem outros vencimentos, além dos emolumentos, que por Lei lhes pertenciam. Este estabelecimento ganhou logo credito tal, que em pouco tempo alli existiam para cima de 130.000 xerafins (20:800\$000 réis fortes). O mesmo se ordenou para as provincias de Salsete e Bardez, sob a presidencia dos respectivos Ouvidores: e mais tarde para as Novas Conquistas.

Cadêa da Cidade. — Era no recinto da casa da polvora, em um logar mal são, immundo, umido, e abafado. A casa para a visita da cadêa era um ridiculo cubiculo, indecentemente mobilado; e tudo alli indicava vergonha e miseria; o patrão dos galês era o carcereiro. Hoje a cadêa da cidade está em Pangim, em uma casa nobre de dois andares bem arejada, commoda, e aceada, que alli fez construir o Vice-rei D. Manoel de Portugal e Castro, com todas as accomodações necessarias,

e as divisões convenientes para os sexos, seitas e castas. Os presos para alli foram transferidos no anno de 1833; e em 11 de Junho deste anno lhe deu regulamento; tendo, por Portarias de 18 e 29 de Maio antecedente, provido ao sustento e curativo dos presos pobres. Na provincia de Salsete, a cadêa era na fortaleza de Rachol, e de tal modo horrivel, que este Vice-Rei a mandou fechar, e os presos daquelle districto eram recolhidos no calabouço do 1.º batalhão de caçadores, em Margão, ou enviados á cadêa da cidade. O mesmo Vice-Rei mandou orçar a obra de uma cadêa naquella villa, e lhe marcou o local; o que foi levado a effeito pelo Governador Geral interino Lopes de Lima no anno de 1841; o qual fez tambem construir, no mesmo anno, a cadêa de Mapuça para a comarca de Bardez, que até alli era em Verem, sem segurança e capacidade alguma. Os carcereiros destas duas casas eram soldados veteranos, que apenas venciam os seus soldos, e os emolumentos de carceragem.

Assim estavam montadas todas as repartições de Justiça, e suas dependencias em Goa. A legislação do reino, em geral, alli era observada, salvas as especialidades, que a peculiar posição do paiz exigio, e foram por via de regra ordenadas por disposições régias, por assentos da Relação, que subiam á Real Sanção, e por Provisões do Governo da India; as quaes a Carta Régia de 20 de Março de 1688 authorisou passar, para dar por ellas providencias: e taes são por exemplo os Alvarás Régios, e Provisões dos Vice-Reis que dispensam aos gentios a feitura d'inventario; as que regulam a successão dos novos convertidos nos bens, que lhes pertencem herdar de seus pais, e parentes gentios ou mouros; o assento da Relação de Goa de 15 de Dezembro de 1747, confirmado por Provisão do Conselho Ultramarino de 8 d'Abril de 1749, que occorreu á falta de Ministros da Relação, e regulou a maneira de fazer vencimento nas causas, sem a anomalia de chamar juizes de primeira instancia a julgar collegialmente com os de segunda, confundidas as hierarchias, e jurisdicções; e o assento de 17 de Outubro de 1781, tomado pela Junta de Justiça ou legislativa, da qual por vezes tenho fallado, creada por Carta Régia de 9 d'Abril de 1778, para examinar as leis, ordens, regi-

mentos, e estilos cuja observancia fosse conveniente, ou suspender as que parecessem prejudiciaes, e provisoriamente praticar as refórmās, que julgasse mais uteis; cujo assento foi como uma lei de refórma judiciaria para a India, que fixou diversos assumptos do processo civil e criminal, conforme as conveniencias do paiz; estabeleceu o julgamento das causas entre negociantes por louvação, ou arbitros, além de outras disposições.

Tudo isto porém mudou completamente, desde o Decreto n.º 24 de 16 de Maio de 1832; o qual começara a reger na India, em Janeiro de 1835, e alli marcou, como no Reino uma nova época do foro portuguez. Uma Portaria do Ministerio dos Negocios da Marinha e do Ultramar de 14 de Maio de 1834, com referencia a um Decreto de 7 do mesmo mez e anno, que nunca appareceu em Goa, dissolveu a Relação, como o foram as do reino; e o Governo Provisional instaurou o Tribunal de segunda Instancia, conforme aos artigos 6.º e 15.º do Decreto de 16 de Maio, e todas as mais autoridades, e o systema judicial determinado neste Decreto: o que por bem conhecido escusado é referir. O Tribunal ficou composto de um Presidente, seis Juizes e um Procurador da Corôa e Fazenda: crearam-se tres Juizes de Direito, em lugar dos tres Ouvidores; e aos Juizes das Communidades só ficou pertencendo o Administrativo: todos os mais Juizes e Empregados foram abolidos, excepto o das provincias das Novas Conquistas; no qual não era licito tocar, sem manifesta violação das solemnes promessas, que lhes foram feitas; confirmadas e mandadas religiosamente guardar por differentes Cartas Régias, e ordens repetidas. Este Tribunal funcionou até Fevereiro de 1837, em que foi mister voltar a uma Junta de Justiça á feição daquella de 1774, composta dos Juizes de Direito leigos, presidida por um Juiz togado para julgar em 2.ª instancia, tendo a maior parte dos Juizes Letrados obtido licença para voltar a Portugal.

No fim daquelle anno chegando a Goa novos Juizes, a Relação foi de novo collocada, segundo o Decreto de 7 de Dezembro de 1836, composta de um Presidente, com voto, dois Juizes, e um Procurador da Corôa e Fazenda; um Escrivão, e ao mesmo tempo Guarda Mór, um Contador, dois Guardas

menores, e dois Officiaes de Diligencias. Determinou-se neste Decreto, que no impedimento legal de algum dos Juizes da Relação, se chame para o substituir um dos de primeira instancia; e assim se chamem dois para os casos de pena de morte; em que este Decreto quer só cinco Juizes; de sorte que, attenta a insalubridade do paiz, e outras causas, que previnio o assento de 15 de Dezembro de 1747, aliás frequentes, ver-se-ha muitas vezes a primeira instancia ir julgar em maioria no grão d'appellação. Este, e a falta d'um Procurador Régio Letrado, são dois graves pontos, bem pouco attendidos, posto que reclamados pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, no seu instructivo Relatorio, apresentado na Sessão de Côrtes do anno de 1840, onde disse: « O importante logar de Procurador da Corôa e Fazenda tem sido servido por Advogados do paiz. *Por vezes* « *têm os Governadores Geraes e Presidentes das Relações feito* « *conhecer de quanta monta e consideração é aquelle logar, e a* « *necessidade de ser nelle provido um Bacharel muito habil e* « *conhecedor das leis tanto judicarias, como de Fazenda . . .* « Tambem conviria muito a nomeação de mais um Juiz da Relação, com o cargo de desempenhar privativamente as funções de Relator do Supremo Conselho de Justiça Militar. « Assim se evitaria o transtorno, que se soffre com a ausencia « quasi perpetua dos Juizes de Direito das suas comarcas « para servirem na Relação ==: e com effeito é a Relação de Goa a unica, onde tal anomalia se observa, e se sustenta em prejuizo publico.

O districto da Relação comprehende agora as possessões portuguezas da Asia, e as da Costa d'Africa Oriental; porém nestas e em Macáo, as causas crimes continuam a ser julgadas, em ultima instancia, pelas Juntas de Justiça.

São por este Decreto, tres os Juizes de Direito e nas mesmas comarcas, onde antes eram os Ouvidores; o seu impedimento é, segundo o Decreto, substituido por um dos Advogados mais antigos, nomeado pelo Presidente da Relação: mas em uma circular do mesmo Presidente de 20 de Fevereiro de 1840, se vêem creados tres Juizes Substitutos pelo Governador em Conselho, para aquellas três comarcas: outros tantos são

os Delegados do Procurador da Corôa e Fazenda, que o Governador Geral nomeia em Conselho, sem graduação, (e o mesmo Procurador da Corôa e Fazenda) na ordem judicial. Por cada freguezia um Juiz Eleito e um Juiz de Paz, mas algumas se têm reunido por falta de gente habilitada.

O Governador Geral Barão de Sobroso havia por Portaria de 7 de Junho de 1838, mandado pôr em execução o Decreto de 12 de Dezembro de 1833, que estabeleceu os Tribunaes de Policia Correccional; e o de 15 de Dezembro de 1835 do Regimento do Ministerio Publico; todavia aquelles Tribunaes só foram installados nas tres comarcas das Velhas Conquistas, por outra circular do Presidente da Relação, de 23 de Junho de 1840, em observancia do Decreto de 7 de Dezembro de 1836. O Governador Geral Conde das Antas mandou nomear Cabos de Policia, e lhes deu um regulamento em 26 de Janeiro de 1843.

O provimento de todos os empregos está regulado no Decreto de 28 de Setembro de 1838. O Governador Geral nomeia interinamente os empregados, cujo provimento é reservado a Sua Magestade; e todos os mais logares, que não forem de accesso, por concurso publico de 15 dias, pelo menos: (S) os de accesso são logo mettidos de posse, por Portarias dos mesmos Governadores; neste Decreto se prescrevem as formalidades a guardar em todos estes provimentos.

A reforma judiciaria de 13 de Janeiro de 1837 foi posta em execução, por Portaria do Barão de Sabroso de 29 de Março de 1838; o processo orphanologico do Decreto de 18 de Maio de 1832 já o estava desde 1835, e o Codigo Commercial Portuguez o foi por Portaria do Governador interino Lopes de Lima, de 9 de Fevereiro de 1841, em virtude de ordem da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar de 13 de Abril de 1840. Na referida circular do Presidente da Relação de 20 de Fevereiro de 1840, se man-

(S) O Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro, logo no começo do seu governo, fez publicar por editaes, que o provimento de todos os empregados de sua nomeação seria feito por concurso de 30 dias; e assim o fez executar.

daram observar varias providencias, tomadas pelo Governador em Conselho, em ampliação ao Decreto de 7 de Dezembro de 1836, tanto no que respeita á nomeação de Juizes Substitutos e outros empregados que por ellas se crearam, como ácerca dos seus novos ordenados, e fôrma do processo, em alguns casos.

Uma Portaria do Ministerio da Marinha e Ultramar de 9 de Julho de 1840, fixou ainda varios pontos, ácerca das attribuições dos Governadores Geraes, e autoridades judicias; e o modo de evitarem conflictos entre si: e em outra de 12 de Novembro de 1842, se mandou á Relação de Goa observar o Decreto de 30 de Março daquelle anno, relativo ás attribuições das autoridades do Ultramar, em quanto pelas Côrtes se não marquem as mesmas attribuições.

Antigos Empregados de Justiça, e seus vencimentos.

Tribunal da Relação.

	X.º	T.	R.
1 Chanceller, annualmente	3.250	0	00
4 Desembargadores a 2.716 x.º 3 t. 20 r.º . . .	10.866	3	20
1 Desembargador extravagante	2.716	3	20
1 Guarda-Mór, pago pela Fazenda	333	1	40
1 Capellão dito	144	0	00
1 Porteiro dito	135	0	00
1 Meirinho	264	0	00
1 Continuo	72	0	00
2 Naiques (Officiaes de diligencias)	144	0	00
13	Total	17.925	3:20

ou 2.868\$105 réis fortes.

Além destes vencimentos, tinham mais pelo cofre das Justiças:

O Guarda-Mór, a titulo de aposentadoria, pennas, guisamentos para a capella, e como Thesoureiro do mesmo cofre	506:3:20
1 Escrivão do cofre dito	50:0:00
	556:3:20

ou 89\$078 réis fortes.

Sendo por conseguinte o total da despesa da antiga Relação

18.482 x.^s 1 t. 40 r.^s ou 2:957\$183 réis fortes, estabelecida pela maneira seguinte.

Consta do Regimento dos Ordenados, feito pelo Vice-Rei D. Antão de Noronha, em execução do Alvará de 8 de Março de 1564, serem estabelecidos ao Chancellor, e Desembargadores da Relação de Goa os seguintes vencimentos annuaes:

	X. ^s T. R.
Ao Chancellor por 300\$000 réis de ordenado..	1.000:0:00
Dito por 18\$000 réis de aposentadoria.....	60:0:00
	1.060:0:00

	X. ^s T. R.
A cada Desembargador, depois de tomar posse na Relação.....	1.060:0:00
A Cada um dos Extravagantes dito.....	833:1:46

Por Carta Regia do 1.^o de Janeiro de 1587 foi concedido o augmento de 100\$000 rs., 333 x.^s 1 t. 40 rs. por anno, além do que venciam, ao Chancellor e mais Desembargadores. Por outra de 26 de Fevereiro de 1595, lhes foi permittido carregarem uma caixa livre para o reino; o que depois lhes foi calculado a dinheiro, sob o titulo de caixa de liberdade. No Regimento dos ordenados, feito em 23 de Novembro de 1626, pelo Vice-Rei Conde da Vidigueira, em virtude da Carta Regia de 25 de Fevereiro de 1622, eram contados 1.393 x.^s 1 t. 40 rs. a cada Desembargador com posse na Relação; e 1.166 x.^s 3 t. 20 rs. aos extravagantes. Venciam propinas annuaes cuja origem é antiquissima: e a respeito dellas só achei serem de 100\$000 rs. 333 x.^s 1 t. 40 rs.; e uma Provisão do Conselho Ultramarino de 16 de Fevereiro de 1746, mandando-as pagar em dobro ao Chancellor: e assim todos estes vencimentos se ficaram contando; a saber:

	X. ^s T. R.
Ao Chancellor ordenado antigo por 300\$000...	1.000:0:00
Ordenado accrescentado 100\$000.....	333:1:40
De aposentadoria por 18\$000.....	60:0:00
	1.393:1:40
Mais de uma caixa de liberdade.....	190:0:00
Propina em dobro.....	666:3:20
Total, ...	2.250:0:00

A cada Desembargador com posse na Relação:	x.º t. r.
Por 250\$000 réis de ordenado	833:1:40
Officio que serve na Relação por 50\$000.....	166:3:20
Ordenado accrescentado 100\$000.....	333:1:40
De aposentadoria por 18\$000	60:0:00
De uma caixa de liberdade.....	190:0:00
Propina	333:1:40

1.916:3:20

A cada extravagante:

Por 250\$000 réis de ordenado.....	833:1:40
Ordenado accrescentado 100\$000.....	333:1:40
De uma caixa de liberdade.....	190:0:00
Propina	333:1:40

Total..... 1.690:0:20

Finalmente por Provisão do Conselho Ultramarino de 27 de Março de 1750, se concedeu ao Chanceller o augmento de 1.000 xerafins por anno; e a cada Desembargador 800 ditos; ficando por isso o Chanceller vencendo dalli em diante 3.250 xerafins por anno, ou 975\$000 réis, ao cambio de hoje; e cada Desembargador com posse 2.716 x.º 3 t. 20 rs. ou 815\$000 réis: e antes da posse 2.490 x.º ou 398\$400 réis em moeda do paiz. O Desembargador Ouvidor de Salsete tinha o mesmo ordenado da Relação pelo Alvará de 25 de Janeiro de 1816. Por occasião de lutos, ou festejos publicos venciam propinas nas quantias já notadas, pagas pelo cofre das justiças; e na falencia deste, pelo da Fazenda, na conformidade das Cartas Regias de 18 de Setembro de 1719, e 3 de Abril de 1827.

Por Alvará de 7 d'Abril de 1807 foi permittido ao Chanceller, e Desembargadores desta Relação levarem no despacho das appellações e aggravos, bem como no exercicio de cada uma das varas, os mesmos emolumentos, que levavam os da Casa da Supplicação de Lisboa, e segundo a pratica da dita Casa, em moeda do paiz: todavia grande irregularidade ia neste

assumpto ; porque existindo um Regimento de emolumentos feito em 30 de Julho de 1727, pelo Chanceller, Paulo José Corrêa, em cumprimento d'uma Provisão do Conselho Ultramarino de 13 de Março de 1724, e approved por outra do mesmo Tribunal de 13 d'Abril de 1731, por este se contavam, em muitos auditorios, aos seus empregados, e por uma tarifa que em 31 de Janeiro de 1798 fizera o Contador da Ouvidoria Geral do Cível, Cosme Antonio de Mello; para obviar os inconvenientes que resultavam da confusão, que destes Regimentos, e das Leis de 7 de Janeiro de 1750, e 10 d'Outubro de 1754 se fazia, foi nomeada uma Commissão em 14 de Janeiro de 1833, composta de dois Ministros da Relação, e presidida pelo Chanceller, para confeccionar um novo regulamento de emolumentos.

No Regimento dos ordenados dos officiaes de Justiça, feito em 23 de Novembro de 1626, não s'encontram os do Guarda-Mór; sómente consta das folhas de pagamento do anno de 1734, que existem no archivo da Relação, pagarem-se estes vencimentos aos officiaes referidos, e a tres Naïques: encontra-se porém nos assentos da Relação de 22 d'Outubro de 1710 e 24 d'Abril de 1711, estabelecido o pagamento ao mesmo Guarda-Mór, pelo cofre das Justiças, em 170 xerafins annuaes: ignora-se como foi este ordenado accrescentado até ao anno de 1774; mas no livro de receita e despeza do sobredito cofre acha-se o pagamento desde Fevereiro de 1780, na quantia de 336 x.^s 3 t. 20 rs. por anno; augmentado depois com mais 170 xerafins, por despacho da Mesa do Paço de 7 d'Outubro de 1803; o que importa os 506 x.^s 3 t. 20 rs. acima notados.

Por occasião de luto, ou festejo publico venciam propinas:	
O Guarda-Mór.....	120 x. ^s
O Capellão.....	60
O Continuo.....	25

Auditorios.

1	Escrivão das appellações e aggravos, sem ordenado.
1	Referendario do mesmo.
1	Contador da Relação.
3	Total.

Juizo da Chancellaria.

	X. ^s T. R.
1 Juiz.	
1 Escrivão, annualmente	358:0:00
2 Escreventes a 54 x. ^s 2 t. cada um	108:4:00
1 Recebedor.	48:0:00
1 Porteiro	46:0:00
1 Referendario, Inquiridor e Interprete.	36:0:00
1 Meirinho.	» » »
1 Escrivão da Vara.	» » »
1 Naique.	» » »
10 Total.	596:4:00
ou 95\$488 réis fortes.	

Juizo dos Novos Direitos.

Juiz o mesmo supra.	
1 Escrivão.	365 x. ^s
1 Recebedor	360
1 Naique.	»
3 Total.	725
ou 116\$000 réis fortes.	

Juizo das fanças perdidas.

1 Juiz; 1 Escrivão: total 2.

Conservatoria do Estanco do tabaco de pó.

1 Juiz annual vencimento.	200 x. ^s
1 Procurador Fiscal dito	400
1 Escrivão. dito	1:000
3 Total.	1.600
ou 256\$000 réis fortes.	

Conservatoria da Moeda.

1 Juiz Conservador; 1 Escrivão: total 2.

Juizo dos Feitos da Corôa e Fazenda.

1 Juiz.

1 Procurador dos Feitos da Corôa e Fazenda. x.⁵ t. r.

1 Sollicitador da mesma, ordenado annual. 533:1:40

2 Escrivães a 33 x.⁵ 1 t. 20 rs. cada um. 66:2:40

2 Referendarios. » » »

1 Porteiro dos Leilões. 72:0:00

1 Meirinho. 181:4:20

1 Escrivão da Vara. 180:0:00

1 Distribuidor e Inquiridor. » » »

1 Contador. » » »

8 Naiques » » »

20 Total.

933:3:40

ou 149\$385 réis fortes.

Ouvidoria Geral do Crime e Intendencia da Policia.

1 Ouvidor Geral do Crime e Intendente; 1 Sollicitador e Promotor das Justiças; 2 Escrivães, um dos quaes servia na Policia; 2 Referendarios; 1 Distribuidor e Contador; 1 Meirinho; 1 Escrivão do dito; 4 Naiques: total 13.

Ouvidoria Geral do Civil.

1 Ouvidor Geral do Civil, e Juiz das Justificações; 2 Escrivães; 2 Referendarios; 1 Distribuidor e Inquiridor; 1 Contador; 1 Escrivão do dito; 6 Naiques: total 14.

Provedoria dos defuntos, ausentes, orfãos e capellas.

1 Juiz Provedor; 1 Promotor Fiscal; 2 Escrivães; 2 Referendarios; 1 Distribuidor, Contador, e Inquiridor; 2 Meirinhos; 1 Escrivão dos ditos; 1 Porteiro; 6 Naiques: total 17.

Ouvidoria da Cidade e Juizo dos orfãos.

1 Ouvidor e Juiz dos orfãos, vencimento annual 333 x.⁵ 1 t. 40 rs. ou 100\$000 réis fortes: sendo togado vencia o dobro. 1 Referendario; 1 dito dos orfãos; 1 Referendario; 1 Inquiridor e Contador; 1 dito no Juizo dos orfãos; 2 Avaliadores; 2 Partidores dos orfãos; 1 Meirinho e 1 Escrivão do dito na Ouvidoria; 1 Meirinho e 1 Escrivão do dito no Juizo

dos orfãos; 1 Porteiro; 2 Naiques; 2 ditos: total 19.

Tabelliães desta comarca 4; Distribuidor dos ditos 1.

Ouvidoria e Juizo dos orfãos de Salsete.

1 Juiz Ouvidor e Juiz d'orfãos, vencia annualmente 333 x.^o 1 t. 40 rs. ou 100\$000 réis fôrtes: sendo togado recebia o dobro. 2 Escrivães; 2 ditos dos orfãos; 2 Referendarios; 2 ditos dos orfãos; 2 Avaliadores; 2 Partidores dos orfãos; 1 Distribuidor, Contador, Inquiridor, e Interprete; 1 Meirinho; para ambos os Juizos 2 Escrivães do mesmo; 1 Porteiro; 4 Naiques: total 22. — Tabelliães nesta Commarca eram 2.

Ouvidoria e Juizo dos orfãos de Bardez.

1 Juiz Ouvidor, o mesmo que a respeito dos antecedentes; 1 Escrivão; 1 Referendario; 1 dito dos orfãos; 1 Referendario dito; 1 Inquiridor e Contador; 1 Distribuidor dos Tabelliães; 2 Avaliadores; 2 Partidores dos orfãos; 1 Meirinho, 1 Escrivão do mesmo; 1 Porteiro; 4 Naiques: total 18. — Tabelliães nesta provincia eram 2.

Juizo das Communidades nas Ilhas de Goa.

1 Tanador Mór, Chefe ou Exactor Fiscal perante quem respondem as aldêas suas subordinadas pelas rendas e fóros, que são obrigadas ao Estado; com jurisdicção do Regimento das Communidades, vencia pelo cofre da Fazenda	x. ^o T. R. 162:2:00
--	-----------------------------------

Concedidos por despacho da Junta da Fazenda de 9 de Março de 1799, para pagamento de 1 Naique e 7 Peões.

Vencia mais da Camara Geral.....	2.000:0:00
----------------------------------	------------

Autorisados pelo artigo 42.^o do Regimento.

Forão-lhe mais accrescentados por Portaria do Vice-Rei Conde de Sarzedas de 29 de Janeiro de 1810.....	1.000:0:00
--	------------

1 Escrivão, vence pelo Regimento dos ordenados de 1626.....	60:0:00
---	---------

ou 805\$955 réis fôrtes.

3.162:2:00

Tinha mais este Juizo, 1 Referendario; 1 Inquiridor e Contador; 1 Meirinho; 1 Escrivão do dito; 2 Naiques: total 8.

Juizes das Communidades de Salsete e Bardez.

Venciam cada um 2.000 x.^s de ordenado do Regimento; 4.000 ou 640\$000 réis fôrtes. — Serviam nestes logares os mesmos Officiaes da Ouvidoria.

Juizo da Ordinaria nas Ilhas de Goa.

1 Juiz; 1 Escrivão; 1 Referendario; 1 Inquiridor e Contador; 1 Meirinho e 1 Naique: total 6.

Deposito Publico.

1 Presidente; 1 Escrivão 1 Thesoureiro: total 3.

Cadêa da Cidade.

1 Capellão..... 144 x.^s

1 Carcereiro { eram providos e pagos pelo Senado da
1 Ajudante. { Camara, em virtude da Portaria já ci-
tada de 29 de Maio de 1833.

3		144
ou 23\$040 réis fôrtes.		

<i>Numero total dos empregados</i>	<i>Vencimentos em xerafins</i>	<i>Vencimentos em réis fôrtes</i>
--	------------------------------------	---------------------------------------

185	30.644:1:20	5:343\$351
-----------	------------------	------------

No paiz não ha Advogados formados em direito. Eram pelo Regimento de 15 de Janeiro de 1774, de Provisão, approvados pela Mesa do Paço, que os nomeava; e só dez. Depois começaram a servir com carta do Vice-Rei, que a mandava passar, precedendo exame, e informação do Chanceller; e em numero indeterminado. Hoje é o Presidente da Relação,

que lhes dá o titulo, para exercerem a advocacia, segundo foi declarado em Portaria do Ministerio da Marinha e Ultramar de 13 d'Outubro de 1838, e era determinado pelo artigo 248 do Decreto n.º 24, de 16 de Maio de 1832.

Referendarios são, segundo os declarou a Provisão do Conselho Ultramarino de 29 de Novembro de 1717 os Escreventes, de que falla o § ultimo da Ord. liv. 1.º tit. 97.

Naiques, dizem-se os Officiaes da Vara, ou de Diligencias. O Contador do Juizo da ordinaria havia-se unido ao da Ouvidoria da Cidade, por Portaria de 6 de Julho de 1833 do Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro.

*Relação dos Empregados de Justiça no systema actual,
e seus vencimentos.*

Tribunal da Relação.

1 Presidente	10.000 x. ^s por anno.
2 Juizes a 7.500 x. ^s cada um.	15.000
1 Procurador (leigo) da Corôa e Fazenda	3.000
1 Guarda-Mór.	400
2 Guardas menores a 300 x. ^s	600
2 Officiaes de Diligencia a 180 x. ^s	360
Despeza do expediente	50
9	Total. 29.410
ou 4:705\$600 réis fôrtes.	
3 Juizes de Direito das tres comarcas a 6.250 x. ^s cada um , importam em.	18.650 x. ^s por anno.
3 Substitutos dos mesmos a 1.200 x. ^s	3.600
3 Delegados do Procurador a 1.000 x. ^s	3.000
25.350	

ou 4:056\$000 réis fôrtes.

Os ordenados do Presidente, Juizes e Delegados, são estabelecidos pelo Decreto de 7 de Dezembro de 1836, em réis de Portugal ou fôrtes; e a todos elles se manda, no mesmo Decreto, abonar a 4.^a parte de seus ordenados, d'ajuda de custo quando forem da capital para os seus logares, ou regressem, findo,

o seu tempo, e transporte á custa da Fazenda, em navio do Estado ou de particulares, sem mais gratificação alguma para comedorias.

Os ordenados do Guarda-Mór e empregados subalternos foram taxados pelo Governador Geral em Conselho, e mandados observar pela já citada Circular do Presidente da Relação de 20 de Fevereiro de 1840. Nesta mesma Circular se estabeleceu o ordenado de 1.200 x.^s por anno, a cada um dos Juizes de Direito substitutos, que ella creou.

Pelo Decreto citado, ha em cada comarca 3 Escrivães, 1 Contador, e os Officiaes de Diligencia necesarios. Ao Presidente da Relação foi mandado nomear interinamente os empregados. Os Escrivães servem de Tabelliães; e o Contador da comarca das Ilhas de Goa o ficou sendo tambem da Relação.

Cadêa da Cidade.

1 Capellão.....	144 x. ^s por anno
1 Cirurgião.....	200
1 Carcereiro.....	360
2 Guardas ajudantes do dito.....	120
5 Total.	824

ou 131\$840 réis fórtes.

Mantimento aos presos, 860 x.^s ou 138\$200 réis fórtes.

Por portaria do Governador Geral Conde das Antas, de 6 de Novembro de 1842, se suspendeu o Cirurgião da cadêa; e se mandou, que se fizesse a visita aos presos, por escala dos facultativos do hospital militar, e as receitas para os presos pobres fossem aviadas na botica do mesmo hospital, depois de legalmente verificadas.

<i>Numero total</i>	<i>Vencimentos</i>	<i>Vencimentos</i>
<i>dos empregados de justiça</i>	<i>em xerafins</i>	<i>em réis fortes</i>
44 (T).....	56:474....	9:031\$640

Não menciono o numero dos Juizes de Paz e Eleitos, e dos seus Escrivães, porque não tenho presente as freguezias,

(T) Entram neste numero os Thesoureiros dos depositos publicos, e 2 Officiaes de Diligencias para cada comarca.

que para este effeito foram reunidas ; todavia deverão ser talvez 80 Juizes de Paz , 80 Eleitos , nas tres comarcas ou Velhas Conquistas , e outros tantos Escrivães ; o que monta a 320 destes empregados de justiça , afóra os seus Officiaes de Diligências.

Tribunaes Militares.

Os processos crimes dos réos militares , que antigamente eram sentenciados em Relação , por um Auditor Geral , passaram pelo Regimento de 15 de Janeiro de 1774 a ser julgados em Conselho de guerra ; servindo os Juizes de Fóra de Auditores , nos seus respectivos districtos ; cujas sentenças subiam ao Governador para as confirmar, parecendo-lhe, e mandar executa-las, salvo sendo os réos Capitães, ou d'ahi para cima ; porque então eram estes remettidos com o processo á Real Presença. Revogadas pela Carta Regia de 2 de Abril de 1778, todas as disposições da Lei de 15 de Janeiro de 1774, e Regimento dito , foi o Auditor Geral restituído , por assento de 7 de Junho de 1780, da Junta creada em 9 de Abril de 1778 : porém este assento foi revogado em Carta Regia de 15 de Fevereiro de 1782, por alterar a particular policia das tropas, e o foro militar, já concedido em 1774 , que por esta Carta Regia se mandou restituir, e organizar os Conselhos de guerra, segundo o disposto no cap. 10 do regulamento d'infanteria , e Alvará de 21 de Outubro de 1763 ; servindo de Auditor nestes conselhos um Advogado, e na falta deste, um Capitão nomeado pelo Commandante do Regimento, a que o delinquente pertencesse, como era disposto no Alvará de 18 de Fevereiro de 1764. Mandou-se depois por provisão do Conselho Ultramarino de 30 de Março de 1797, que houvesse um só Auditor, com as qualidades requeridas no § 7.º do cap. 10 do Alvará de 26 de Fevereiro de 1789 ; approvando-se nesta Provisão a prática, em que se estava, de nomear um Advogado, na falta dos Juizes chamados por este Alvará , abolidas por tanto as auditorias regimentaes. O Alvará de 25 de Janeiro de 1816 determinou finalmente, que o Ouvidor de Bardez , sendo Letrado , fosse o Auditor das gentes de guerra , cujo cargo , faltando este, continuou a ser provido em um Advogado do paiz.

As funções deste Auditor acabaram pelo Decreto de 7 de Dezembro de 1836, no qual se determina, que os Juizes de Direito sejam os Auditores dentro dos limites das suas comarcas, substituindo-se uns aos outros: todavia o Governador Geral Barão de Sabroso por vezes nomeou os substitutos dos Juizes de Direito, em razão do immenso trabalho que pesava sobre os proprietarios: e o Governador Geral interino Lopes de Lima mandou depois em Portaria de 8 de Outubro de 1840, que os Juizes de Direito nomeassem um Advogado, para servir d'Auditor no seu impedimento; o qual receberia, durante o seu exercicio, 80 x.^s mensaes, equivalente ao soldo de um Capitão: este arbitrio, porém, foi revogado em Portaria do Governador Geral Conde das Antas, de 12 de Janeiro de 1843; na qual ordenou, que os Juizes de Direito substitutos sirvam sempre de Auditores no impedimento dos proprietarios; cuja deliberação se vê approvada em Portaria do Ministerio da Marinha e Ultramar de 29 de Março deste anno.

Supremo Conselho de Justiça Militar.

A mesma Carta Regia de 15 de Fevereiro de 1782 estabeleceu uma segunda e ultima instancia, a fim de que as sentenças dos Conselhos de guerra fossem, antes d'executadas, revestidas de toda a autoridade e acerto de justiça; e para isso mandou, que houvesse na cidade de Goa um Conselho Supremo de Justiça Militar, no qual seria sempre Relator o Chanceller da Relação, ou quem seu cargo servisse; e adjuntos um Desembargador da mesma Relação, nomeado pelo Governador, e os dois Officiaes militares de maior graduação, e presidente o mesmo Governador, com voto decisivo, havendo empate: podendo convocar-se mais dois ou tres Officiaes superiores, sendo necessarios, para fazer vencimento nos casos graves, conforme ao disposto nesta Carta Regia: estas sentenças tinham só uns embargos, na fôrma do Decreto de 5 de Outubro de 1778, que sendo despresados, eram logo executadas. A já citada Provisão do Conselho Ultramarino de 1797 alterou esta organização, mandando, que o numero e qualidade dos Vogaes se regulasse pelos Decretos de 13 de Agosto e 13 de

Novembro de 1790; e assim se praticou até ao anno de 1835, no qual cessando as funcções de Chanceller, e estabelecida differente organização judiciaria, mandou o Governo Provisional, por Assento de 30 de Junho de 1837, estabelecer uma Junta de Justiça militar, em analogia com o Decreto do 1.º de Julho de 1834, que foi depois dissolvida por Portaria de 16 de Dezembro de 1837, do Governador Geral Barão de Sabroso, para se instalar o Supremo Conselho de Justiça Militar, novamente organizado pelo art. 16.º do Decreto de 7 de Dezembro de 1836. Por este Decreto é elle hoje composto do Official de maior graduação, presidente: cinco Officiaes mais graduados ou de terra ou da marinha, e do Juiz da Relação, a quem o processo for distribuido, para servir de Relator: e um Secretario nomeado pelo Governador Geral, o qual deverá pelo menos ter o posto de Capitão.

O Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro havia mandado adoptar na India o Regulamento de 21 de Fevereiro de 1816, e as Ordens do dia do Marechal Beresford, no que fossem applicaveis; o que foi approved em aviso da Secretaria da Marinha e Ultramar de 19 de Abril de 1828, menos que d'ahi se seguisse augmento de despeza. Do mesmo modo foram as subseqüentes ordens do dia do exercito de Portugal mandadas observar nos ultimos tempos. (*Continuar-se-ha.*)

Errata. — Na parte desta Memoria inserida no N.º 8, a pag. 364, lin. 18, onde se lê — 1.º de Fevereiro, lêa-se — 1.º d'Abril.

ACTAS DA ASSOCIAÇÃO.

TERCEIRO ANNO.

SESSÃO 15.^a

*Presidio o Sr. Vice-Presidente, Capitão de Fragata
J. da C. Carvalho.*

Aberta a Sessão, approvou-se a acta antecedente.

Expediente. — Recebeu-se o n.º 17 da *Revista Trimensal*; um folheto *Juizo sobre as obras intituladas — Corographia Paraense, ou Des-*

cripção Phisica, Historica e Politica da Provincia do Grão Pará, por Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva; e — *Ensaio Corographico sobre a Provincia do Pará*, por Antonio Ladisláo Monteiro Baena, interposto por deliberação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro — anno de 1843: enviados pelo mesmo Instituto. — Mandou-se agradecer.

O Secretario Louzada d'Araujo propoz para Socio effectivo ao Sr. Desembargador Dionisio Ignacio Pinto de Lemos, Deputado em Côrtes; e leu uma proposta sua, para que se peça aos Governadores do Ultramar bajam de nomear nas capitães de sua jurisdição, e onde mais convier, commissões de pessoas habeis e entendidas, as quaes, sem demora procedam a um inquerito industrial, agricola e commercial, sobre as bases da mesma proposta; e o seu resultado seja confiado a esta Associação para fazer delle o uso, que o bem daquellas provincias exigir, por meio da sua publicação nos Annaes; ou implorando do Governo de Sua Magestade o que conveniente for. — Ficou para segunda leitura.

Ordem da noute. — O Sr. Vice-Presidente propoz e foi approvedo o addiamento, por estar a assembléa em pequeno numero, e faltarem quasi todos os Membros da Commissão, cujo parecer se disente.

O Sr. Sub-Secretario Marques Pereira requereu sessão extraordinaria na proxima Segunda feira, para o fim de se discutir o parecer sobre companhias mercantes e agricolas nas provincias ultramarinas. Sendo este requerimento admittido á discussão, foi impugnado pelo Sr. Nolasco da Cunha. O Secretario Louzada d'Araujo propoz, que, attenta a gravidade e importancia da materia, se não discutisse o parecer, sem que primeiro fosse impresso e distribuido por todos os Membros desta Associação, declarando-se-lhes o dia em que houver de discutir-se, afim de que seja por todos profundamente meditado, e a assembléa o mais numerosa e illustrada possivel: depois de breve debate, mandou-se imprimir e distribuir o parecer, e que não houvesse sessão extraordinaria.

O Sr. Vice-Presidente deu para ordem da seguinte sessão a mesma de hoje, e fechou a presente.

Sala das Sessões, em 4 de Setembro de 1843. = O Secretario, *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.*

SESSÃO 16.^a

Occupou a cadeira o Sr. Capitão de Mar e Guerra J. P. Nolasco da Cunha, Presidente da Secção de Marinha Militar.

Aberta a Sessão, foi approveda a acta antecedente.

Expediente. — Uma carta do Sr. A. Herculano Rodrigues, referindo a sua impossibilidade de vir ás sessões, por motivo de molestia:

Outra do Sr. Conselheiro José Joaquim Lopes de Lima, em que participa a sua partida para Coimbra em Comissão do Governo; e alli offerece os seus serviços á Associação: concluindo com uma proposta, para que se nomeiem Socios correspondentes nas provincias ultramarinas, aos quaes, desde logo, s'envie o respectivo diploma, e uma collecção dos Annaes; pedindo-lhes hajam de colligir e transmitir todos os esclarecimentos que poderem obter, para illustração da Sociedade, e promover a venda e assignaturas dos Annaes: propoem para este effeito aos Srs. Ambrozio José Cardozo, Director d'Alfandega da Villa da Praia, em Cabo Verde, — Cactano Francisco Pereira Garcez, Secretario Interino do Governo da India, em Goa, — e Francisco Gomes Rodrigues, Chefe do archivo do Governo Britanico em Bombaim.

Suscitou-se um pequeno debate sobre os tramites desta proposta. O Sr. Sub-Secretario Marques Pereira referio os logares do Ultramar onde existem pessoas, que por obsequio, se têm encarregado da venda dos Annaes. O Sr. Carneiro requereu o adiamento desta proposta, e no mesmo sentido orou o Sr. Nunes. O Secretario Louzada d'Araujo observou, que existindo pelos estatutos, só duas classes de Socios, effectivos e honorarios, differente destas era a de Socios correspondentes; e por isso importando a proposta uma alteração nos artigos dos estatutos, que passou a ler, requereu, fosse enviada á Comissão especial encarregada d'examinar e dar o seu parecer sobre outra analogia do Sr. Lopes d'Almeida, e sobre um additamento aos estatutos, por elle orador. No mesmo sentido orou o Sr. Lagrange, e assim foi resolvido; pedindo-se, que a Comissão *ad hoc* enviasse o seu parecer sobre este, e mais assumptos de que se acha encarregada, com a possível brevidade.

O Sr. Lagrange offereceu para a Bibliotheca d'Associação uma brochura, que contém as *Instrucções com que ElRei D. José mandou passar ao Estado da India o Governador e Capitão General; e o Arcebispo Primaz do Oriente no anno de 1774*: annotadas e publicadas pelo mesmo Senhor, no anno de 1844, que a Assembléa agradeceu.

Teve 2.ª leitura, e foi remettida á Secção do Ultramar, a proposta do Secretario Louzada d'Araujo, que tem por fim a nomeação de Comissões d'inquerito agricola, d'industria e de Commercio nas provincias ultramarinas.

Ordem da noute. — Correu o escrutinio, e foi unanimemente approved Socio effectivo o Sr. Desembargador Dionisio Ignacio Pinto de Lemos, Deputado em Côrtes, proposto na sessão anterior.

Proseguio a discussão addiada da sessão de 21 d'Agosto ultimo.

O Sr. Albano Antero requereu, que o parecer voltasse á Comissão, para o reconsiderar, por julgar existiam algumas contradicções no vencido na discussão delle. O Sr. Marques Pereira abundou nas mesmas idéas; e historiando o Secretario Louzada d'Araujo, como a discussão foi dirigida pelo Sr. Vice-Presidente e os quesitos vo-

tados, mostrou não haver contradicção alguma; e este incidente não progredio.

O Sr. Moraes sustentou a emenda que offereceu, na sessão de 21 d'Agosto, cuja emenda foi adoptada e sustentada pelo Sr. Esteves. O Sr. Presidente orou contra o archivamento das derrotas, que disse eram propriedade do piloto; oraram ainda contra a parte do parecer em discussão os Srs. Albano Antero, Marques Pereira, e Lagrange; e posta á votação, foi regeitada.

Terminada assim a discussão do parecer, o Sr. Amaral requereu voltasse tudo á Commissão, para lhe dar uma redacção conforme ao vencido, emendando-se algumas faltas que observou.

O Secretario Louzada d'Araujo, convido com a idéa do precedente orador, referio o que nas sessões de 6 de Junho e Julho do anno findo fora determinado pela Assembléa, e ratificado na de 3 de Julho ultimo; e em consequencia propoz, que a Commissão, redigindo conforme ao votado, o requerimento ou memoria, que haja de levar-se ao conhecimento do Governo, o faça por modo, que a sua publicação nos annaes satisfaça ambos os fins votados.

O Sr. Sub-Secretario Marques Pereira, sustentando o requerimento do Sr. Amaral, concluiu, por apresentar uma proposta por escripto, que tambem foi assignada por este Senhor, concebida nos seguintes termos:

« Proponho que a proposta vá a competente commissão para lhe « dar a ultima redacção; tendo em consideração as idéas vencidas, « e as que têm tido mais vóga na discussão. Sala das Sessões em 18 de Setembro de 1843. — Amaral, Pereira.

Admittida á discussão, tomaram parte nella os Srs. Lagrange, Esteves, Antonio Justino, Presidente, e Louzada d'Araujo; e posta a votação a proposta do Sr. Marques Pereira, foi approvada.

O Sr. Lagrange apresentou dous documentos inéditos, com o titulo — *Fragmentos, que existem na Torre do Tombo, das Instrucções dadas por El Rei D. Manoel a Pedro Alvares Cabral, quando Chefe d'Armada, que, indo á India, descobrio o Brazil em 1500.* — Regimento incompleto dado ao chefe d'uma das primeiras Armadas, que foram á India depois de Pedro Alvares Cabral, copiado da Torre do Tombo, que disse offerecia o Sr. Francisco Adolfo Varnhagen. Esta offerta foi recebida com agrado e mandada agradecer; e os documentos remetidos á Commissão de Redacção.

Os Srs. Antonio Justino Machado de Moraes, e Vasco Pinto de Balsemão agradeceram a sua admissão para Socios effectivos, fazendo votos pela prosperidade da Associação, a cujo serviço se dedicam.

Sr. Presidente levantou a Sessão, dando para ordem da seguinte o parecer sobre o estabelecimento de companhias agricolas e mercantes nas provincias ultramarinas.

Sala das Sessões, em 18 de Setembro de 1843. — O Secretario, *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.*

ERRATAS

À Memoria sobre o Pinhal Nacional de Leiria

N.º 7.

Pag. 262, lin. 36 —	Veira	<i>lêa-se</i> —	Vieira
254, lin. 4 — (2)			(3)
255, lin. 37 —	Gaxeia		Garcia
256, lin. 35 — ; a toupeira a doninha			a toupeira, a doninha
259, lin. 27 —	desejada		preciosa
261, lin. 11 —	fibaas		fibras
” lin. 27 — (3)			(4)
262, lin. 10 — (4)			(5)
263, lin. 24 —	desta figura		da base desta figura
265, lin. 12 —	pássagem		Passagem
” lin. 37 —	têm		têm
269, lin. 2 —	e os		mas os

N.º 8.

Pag. 321, lin. 1 —	têm		têm
322, lin. 4 —	cautellas		cautelias
” lin. 24 —	outro		outros
” lin. 25 —	atravessa		atravessam
324, lin. 13 —	têm		têm
326, lin. 1 —	e de		e
” lin. 9 —	gregos e syrios		Grêgos e Syrios
” lin. —	romanos		Romanos
327, lin. 15 —	ponto local		local
333, lin. 7 —	remos		remos.
335, lin. 4 — (a fig. ^a 3. ^a)			(a) fig. ^a 3. ^a
336, lin. 8 — (c fig. ^a 1. ^a)			(c) fig. ^a 1. ^a
” lin. 35 — (a fig. ^a 3. ^a)			(a) fig. ^a 3. ^a
339, lin. 6 —	conveniente		convenientemente
” lin. 22 —	têm		têm.

Quinta dos Arcos

Carta Topografica.

do

Pinhal Nacional de Leiria

e seus arredores,

Casa do B.

Indicada da qua se levantou

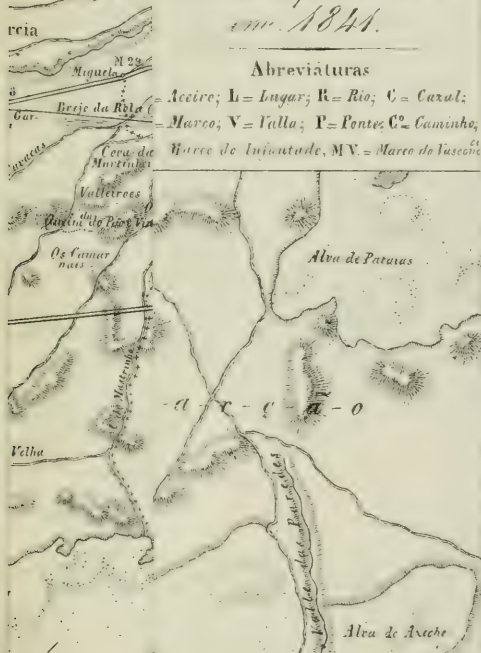
em 1844.

Abreviaturas

A = Aceiro; L = Lugar; R = Rio; C = Casal;

M = Marco; V = Villa; P = Ponte; C^o = Caminho;

M^o = Marco de Inimidade, MV = Marco do Viscoço





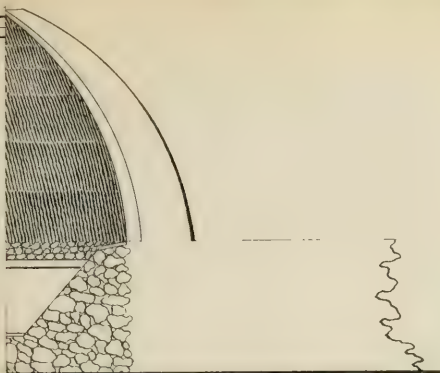


Fig. 7.

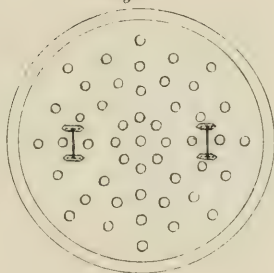


Fig. 10.

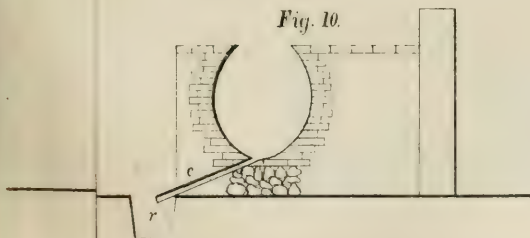


Fig 1



Fig 6



Fig 7



Fig 8

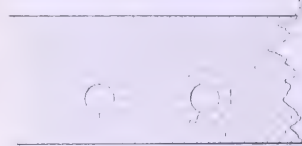


Fig 9



Fig 10



Fig 5

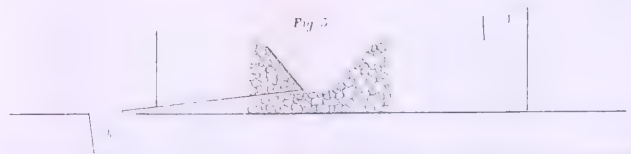


Fig 10

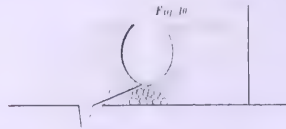


fig. 22.

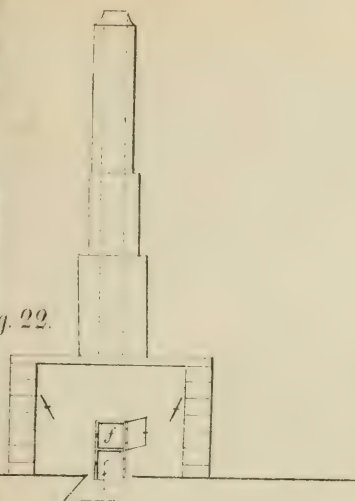


Fig 25

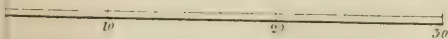
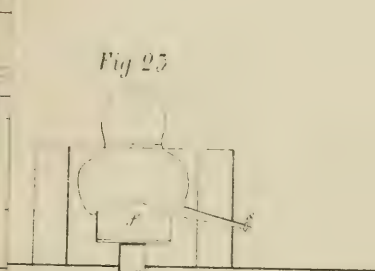


Fig 11

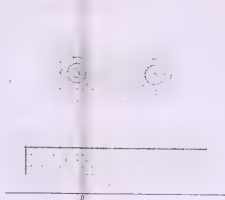


Fig 12

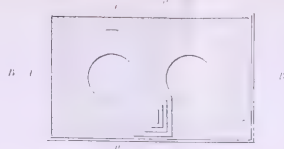


Fig 13

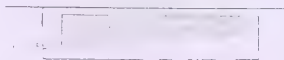


Fig 20



Fig 21



Fig 22



Fig 16



Fig 17



Fig 18

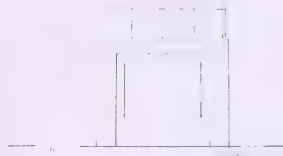
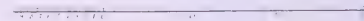


Fig 23



PARTE OFFICIAL.

REPARTIÇÃO DA MARINHA E DO ULTRAMAR.

DISPOSIÇÕES GOVERNATIVAS.

SETEMBRO DE 1843.

2. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, participar ao Major General d'Armada, em resposta ao seu Officio do 1.^o do corrente, que ha por bem authorisal-o a fazer embarcar no brigue *Vouga*, proximo a sahir para as Ilhas de Cabo Verde, um Guardião mais do que é dado á lotação deste navio, fazendo expedir as suas ordens para que o Guardião José dos Santos vá servindo de Contramestre a bordo do mesmo brigue, tudo na conformidade do que o referido Major General propõe no seu citado Officio. Paço de Cintra, em 2 de Setembro de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. OFFICIO ao mesmo. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. = Sua Ex.^a o Ministro e Secretario d'Estado desta Repartição, a quem foi presente o Officio de V. Ex.^a de 29 d'Agosto ultimo, propondo, que aos Officiaes d'Armada, que forem empregados nos cruzeiros d'Africa Occidental e Oriental, lhes seja abonada uma gratificação por aquelle penoso serviço, me encarrega de participar a V. Ex.^a, que não póde actualmente ser admissivel esta sua Proposta, por isso que o Orçamento não authorisa uma tal despeza; porém reconhecendo que os Officiaes alli estacionados merecem mais algumas vantagens do que aquelles que fazem o serviço costeiro de Portugal, e Ilhas, ordena que V. Ex.^a proponha por esta Secretaria d'Estado as recompensas, com que julgar deverem ser contemplados os Officiaes d'Armada, e Officiaes Marinheiros que tiverem completado os supraditos cruzeiros conforme lhes tiverem sido ordenados, a fim de que esta despeza possa ser convenientemente proposta no proximo Orçamento. = Deos Guarde a V. Ex.^a Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar em 2 de Setembro de 1843. = Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Major General da Armada. = *João Bernardino Luiz Rodrigues*, Chefe da Primeira Repartição.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Mandando intimar o Capitão Manoel Geraldo da Silva Vidigal e os Alferes Francisco de Paula Durão Padilha, Candido de Oliveira Sampayo, Francisco Xavier da Motta

e Vasconcellos e Manoel Caetano de Sousa, todos do Exercito da India, e ao Alferes de Portugal Alexandre Justiniano de Sousa Alvim Pereira, para partirem para a India na barca mercante *Prazeres e Alegria*.

2. PORTARIA á Junta da Fazenda de Goa. — Mandando que remetta a esta Secretaria os documentos que deviam acompanhar as contas das despesas da fragata *D. Maria II.* nos portos da India.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Moçambique. — Remettendo-lhe um Orçamento que será o regulador por onde se façam as despesas.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Mandando que o brigue *Villa Flor* ande sempre bem provido do necessario.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Mandando entregar ao Doutor Peters um masso incluso, da Legação Prussiana.

Idem. PORTARIA ao Governador de Quilimane e Rios de Senna. — Recommendo-lhe que empregue todo o esforço que lhe for possível em promover a agricultura, industria e commercio daquelle paiz.

4. PORTARIA ao Major General. — Ordenando-lhe que ponha o competente visto nos recibos dos Officiaes reformados d'Armada, dos separados do Quadro e dos da extincta Brigada, para lhes serem competentemente pagos no Thesouro.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Ordenando-lhe que authorise o Commandante do brigue *Villa Flor* para sacar no Rio de Janeiro sobre a Agencia Financial em Londres pela importancia da despesa extraordinaria que for necessario fazer com o seu navio antes de continuar a sua viagem para o Cabo de Boa Esperança e Moçambique.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Mandando que faça responder a Conselho de Guerra o Major Governador de Benguella, Miguel Xavier Moraes de Rezende, ora com licença em Lisboa, ao qual se ordena recolha para alli no primeiro navio.

5. PORTARIA ao Contador Geral de Marinha. — Mandando restituir ao Capitão Tenente Antonio Ricardo Graça as quotas com que tem contribuido para o Monte-Pio Militar, do qual desistirá.

Idem. OFFICIO ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros. — Comunicando-lhe que sabio deste porto o brigue *Vouga* encarregado de perseguir o trafico da escravatura nas Ilhas de Cabo Verde e Costa de Guiné; e remettendo-lhe copia das instruções que levou o Comandante do dito brigue.

Idem. OFFICIO ao Ministerio da Guerra. — Pedindo-lhe que seja posta á disposição do Intendente de Marinha da Cidade do Porto, uma casa do Edificio do Trem d'ouro para habitação do Constructor do brigue *Douro* que está no Estaleiro da mesma cidade.

6. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Remettendo-lhe as Relações de todas as praças de marinhagem que existem a bordo da fragata *Rainha* para fazerem serviço nos navios desarmados, e prohibindo que alguma outra praça seja aggregada áquellas; devendo

desembarcar da dita fragata todas as que não são aptas para o serviço; e passarem a ser inscriptos no livro da fragata *Duqueza de Bragança*, o 2.º Tenente V. J. da Cruz, o seu criado e os marinheiros destacados nos hiates.

6. PORTARIA aos Caixas do Contracto do Tabaco. — Tendo-se repetidas vezes sollicitado medidas que protejam e animem a cultura do tabaco na Ilha do Fogo, do Archipelago de Cabo Verde, por se reputar de excellente qualidade o que produz, e ser ao mesmo tempo quasi a unica producção de que a Ilha é capaz, sem que até agora tenham chegado a effeito os meios que para este fim se tem procurado; e tendo ultimamente o Governador Geral da provincia de Cabo Verde, em Officio de 17 de Maio deste anno, sollicitado instantemente providencias accomodadas áquelle fim: Sua Magestade a Rainha, confiando que continuará a encontrar nos Contractadores do Tabaco o mesmo apoio que costuma encontrar, quando se trata de promover a publica prosperidade em objectos que estejam ao seu alcance, manda pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, remetter aos Caixas do Contracto do Tabaco o incluso extracto do citado Officio, do qual constam as medidas que se reputam necessarias, para que prospere e cresça a cultura do tabaco na Ilha do Fogo, com reciproca vantagem daquella Ilha e do Contracto; e esperando a mesma Augusta Senhora, que os ditos Caixas se prestarão pela sua parte a concorrer para aquelle fim, pela fórma que se propõe, julga conveniente que declarem qual é o methodo com que mais lhes convem que seja preparado o Tabaco, que houverem de comprar, e juntamente o modo, o logar, e os preços por que deverão effectuar as compras, para mais segurança dos productores, e conveniencia do Contracto: e por esta occasião manda outro sim Sua Magestade remetter aos sobreditos Caixas duas amostras de tabaco em folha, e em rolo, produzido na Ilha do Fogo, por constar que todo o que produz, é pela maior parte, da mesma qualidade. Paço de Cintra, em 6 de Setembro de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Comunicando-lhe os seguintes Decretos:

Attendendo ao que me representou Joaquim Pereira Xavier de Sousa, Contador da Junta da Fazenda do Estado da India; Hei por bem conceder-lhe a exoneração que me pediu do referido logar, em que fôra provido por Decreto de vinte d'Agosto de mil oitocentos trinta e nove. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, o tenha assim entendido e faça executar. — Paço de Cintra, em vinte e nove d'Agosto de mil oitocentos quarenta e tres. = RAINHA. = *Joaquim José Falcão*.

Tendo em consideração os bons serviços, reconhecida aptidão, e mais circumstancias que concorrem na pessoa de Caetano Francisco Pereira Garcez, Escripturario da Contadoria da Junta da Fazenda do Estado da India, ora exercendo interinamente o cargo de Secretario

do Governo Geral do mesmo Estado ; Hei por bem conferir-lhe a serventia vitalicia do logar de Contador da referida Junta da Fazenda , vago pela exoneração que por Decreto desta data concedi a Joaquim Pereira Xavier de Sousa , que o exercia ; ficando obrigado a tirar Carta pela respectiva Secretaria d'Estado e continuando no serviço em que se acha, em quanto eu o houver por bem. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar , o tenha assim entendido e faça executar. Paço de Cintra em vinte e nove de Agosto de mil oitocentos quarenta e tres. = RAINHA. = *Joaquim José Falcão.*

7. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Approvando a sua Proposta para ser augmentada com mais praças a lotação da charrua *Princesa Real* ; e declarando-lhe que serão requisitados pela Secção do Ultramar, ao Director do Hospital da Marinha, o Boticario e Medicamentos para a charrua que vai servir de Hospital em Angola.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral da Marinha. — Mandando restituir ao Segundo Tenente Henrique Thompson as quotas com que tem contribuido para o Monte-Pio Militar do qual desistirá.

Idem. — Idem ao Segundo Tenente José Thompson.

Idem. OFFICIO ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros. — Participando-lhe que sahio deste porto o brigue *Villa Flor* com instrucções para perseguir o trafico da Escravatura na Costa d'Africa Oriental.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Mandando que á maneira que fôr apromptando a maior porção possivel de salitre, o envie para Portugal quando houver embarcação de guerra ou mercante.

9. OFFICIO ao Presidente do Thesouro Publico. — Pedindo-lhe que authorise a Agencia Financal em Londres a contractar, de acordo com o Capitão de Fragata Borja de Sá, a compra d'artilheria necessaria para a corveta *Iris*, ficando suspensas todas as outras encomendas que se tem feito para Londres até nova resolução.

11. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Mandando sahir o cutter *Andorinha*, para transferir do cofre d'Alfandega do Porto para o cofre de Fâro a quantia de 10:000 \$000 réis ; devendo para este fim o Commandante do dito navio apresentar-se no Thesouro Publico.

Idem. PORTARIA. — Sendo da maior importancia levar a effeito a limpeza do dique do Arsenal de Marinha, obra de reconhecida utilidade para a conservação dos navios de guerra ; e querendo Sua Magestade a Rainha ouvir pessoas habeis, que possam emittir a sua opinião sobre o merecimento, e possibilidade de se levar a effeito um plano, e desenhos que o Governo possui, e que para o indicado fim foi apresentado pelo Engenheiro Hollandez Hortt ; Ha a mesma Augusta Senhora por bem nomear o Coronel José Feliciano da Silva Costa, o Coronel Graduado Caetano José Vaz Parreiras, e o Tenente

Coronel Gregorio Antonio Pereira de Sousa, todos do corpo de engenheiros, para que reunidos em Commissão hajam de examinar o sobredito plano: esperando Sua Magestade das luzes e conhecimentos dos mesmos Officiaes, para este fim indicados pelo Ministerio da Guerra, que desempenharão esta Commissão como lhes é muito recommendado. Paço das Necessidades, em 11 de Setembro de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

11. PORTARIA ao Procurador da Corôa. — Mandando-lhe dar o seu parecer sobre a urgencia de se providenciar a fim de se evitar que vá a pique pelo seu estado de ruina a preza *Maria Virginia*, mandando fazer concluir o processo e avaliar o navio e carga para se vender.

Idem. PORTARIA ao Conselho de Administração de Marinha. — Mandando fazer vistoria á barca *Real Principe D. Pedro*, denominada galera *D. Maria*, quando apresada em Moçambique.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Angola. — Louvando os que em Loanda festejaram o dia 4, e fizeram offertas para a abertura de uma estrada e construcção de um farol; e promettendo que S. M. galardoará os que effectivamente contribuirem para o engrandecimento de Loanda.

12. PORTARIA ao Commandante do Batalhão Naval. — Sendo presentes a Sua Magestade os Officios do Commandante do Batalhão Naval de 5 do corrente mez, acompanhando os requerimentos do Major do mesmo Batalhão, Antonio Joaquim de Moraes Rezende, e do Capitão Pedro Victor da Costa, que pertendem passar para a classe de Officiaes em disponibilidade; e reconhecendo a mesma Augusta Senhora quanto é inadmissivel a existencia de uma similhante classe, tanto no Corpo d'Armada, como no Batalhão Naval, não só porque della necessariamente vem a resultar um grande detrimento á Fazenda Publica, sendo os Officiaes assim considerados e com vencimento, para o que não ha meios votados, como tambem porque será um modo de illudir todas as conveniencias do serviço a que são destinadas as ditas Corporações, quando mesmo se permita uma tal classe sem vencimento de soldo; manda pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, participar ao sobredito Commandante, que ha por bem indeferir a pretensão dos supplicantes; ficando na intelligencia de que de ora em diante a todos aquelles Officiaes doentes, ou incapazes de serviço, só lhes deverão ser applicadas as disposições que estão em vigor pelas Leis Militares. = Paço de Cintra, em 12 de Setembro de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral de Marinha. — Mandando restituir ao Primeiro Tenente Francisco Antonio Martins de Mesquita as quotas com que tem contribuido para o Monte-Pio Militar, do qual desistirá.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Remettendo-lhe, para liquidar e pagar, os documentos relativos ao fornecimento de mantimentos feito

pela corveta Ingleza *Persian* á corveta Portugueza *Oito de Julho*, importando em £16,000,000.

12. DECRETO. — Nomeando o Capitão de fragata reformado José Pedro Marcellino Schultz para exercer as funções de Curador dos Réos de Marinha perante o Supremo Conselho de Justiça Militar.

13. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Participando-lhe que a Comissão Financial em Londres lhe remetteu uma Letra sobre Bombaim de 250 £ por conta das 1.000 destinadas para o acabamento da fragata *D. Fernando*.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Moçambique. — Recomendando-lhe a supressão do trafico da escravatura, e que informe ácerca da existencia de uns barracões em Quirongo, que fazem recahir suspeitas sobre o Governador de Quilimane; o que tudo denuncia em uma Nota o Ministro Inglez; e qual é o merito do negociante *Azevedo* que o mesmo Ministro recomenda.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Ordenando-lhe que faça regressar para Lisboa as praças do Batalhão Naval nesta mencionadas, que alli se acham indevidamente; e que não se repita o abuso de desembarcar praças dos destacamentos dos navios de guerra.

14. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Approvando a Proposta para o armamento do vapor *Terceira*, do qual ficará Comandante o Segundo Tenente Feliciano Antonio Marques Pereira; e pedindo uma declaração da Lotação completa que convirá a este vapor quando sahir em comissão.

Idem. OFFICIO ao Thesouro Publico. — Remettendo-lhe a Guia das Pensionistas D. Anna Maria Stone e D. Joanna Thereza Stone.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Recomendando-lhe a prompta reparação da parte do edificio do mercado de peixe de Loanda e do telhado do armazem d'Alfandega; bem como de quaesquer outros edificios publicos, como lhe for possível, sem esperar pelos auxilios de Lisboa; ou que especifique quaes são os de que mais precisa.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Louvando o que tem praticado para o progresso do estabelecimento de Mossamedes.

15. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Approvando a Proposta para que todos os Officiaes da extincta Brigada da Marinha, que estão ou não em serviço activo, usem no seu pequeno uniforme golas encarnadas nas sobrecasacas, com galão e ancora, igual em tudo com as fardas; e que as charlateiras sejam as mesmas de que usam com a differença de terem quatro escamas de metal amarelo na palla.

Idem. PORTARIA ao Conselho d'Administração de Marinha. — Exigindo uma Relação das compras que o Conselho tiver feito até 20 deste mez, dos objectos necessarios para a Armada, e cujas compras ainda não estejam liquidadas na Contadoria. Uma conta dos artigos que

for preciso comprar na segunda quinzena deste mez; e relações mensaes das compras que se julgarem convenientes para o serviço dos mesmos mezes: tudo na conformidade do Regulamento do Conselho de Administração, o qual enviará aos seus vogaes copia desta Portaria.

15. PORTARIA ao Capitão de Fragata Francisco de Borja Pereira de Sá. — Autorisando-o a effectuar, de acordo com a Agencia Financieira em Londres, a compra d'artilharia e projecteis necessarios para a não *Vasco da Gama*; de 64 tanques de ferro para a fragata *Diana*; e de uma Draga para o serviço da Marinha, excepto a barca respectiva, que póde ser aqui construída.

18. PORTARIA ao Inspector do Arsenal de Marinha. — Concedendo por emprestimo a Onetto & Ricchine, consignatarios do brigue *Dois Amigos*, a porção de lastro que pediram para o mesmo navio, devendo prestar fiança pelo valor do dito lastro.

19. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Manda Sua Magestade a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, remetter ao Major General d'Armada a inclusa copia do Decreto de 31 d'Agosto ultimo, pelo qual ha por bem determinar que o Quartel do Corpo de Invalidos de Marinha, que até hoje era denominado Companhia de Veteranos, passe a ser transferido para o Estabelecimento de Val de Zebro, observando-se para regulamento e fiscalisação daquelle Corpo todas as disposições consignadas no mesmo Decreto; a fim de que o mesmo Major General, ficando assim ao facto das determinações da mesma Augusta Senhora a semelhante respeito, proponha por esta Secretaria d'Estado os arranjos, que julgar indispensaveis para accommodar no sobredito Quartel até cem praças, numero este, hoje superior ao daquellas, que se acham incapazes de todo o serviço, e bem assim quaesquer providencias, que se devam adoptar para que ás mesmas praças sejam proporcionados todos os soccorros devidos á sua idade e estado. Pelo que respeita tambem á utilidade de se lhes permittir alli a cultura d'uma horta para o seu rancho, o referido Major General se entenderá com o Commandante do Batalhão Naval, para que pela horta que o mesmo Batalhão cultiva no terreno que naquelle local lhe foi concedido para semelhante fim, seja fornecido o rancho áquellas praças de Invalidos; para o que será destinado, se necessario fór, uma maior porção de terreno. Paço de Cintra em 19 de Setembro de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

Attendendo á necessidade d'aquartelar convenientemente o Corpo d'Invalidos de Marinha, que por Decreto de trinta de Dezembro de mil oitocentos trinta e sete se denominou Companhia de Veteranos de Marinha, havendo já uma parte das respectivas praças, pela insufficiencia do Quartel d'Alcantara, que apenas póde alojar o Batalhão Naval, sido removidas para o Forte de S. Paulo, o qual igualmente não tem para este fim as accommodações necessarias: e at-

tendendo outro sim a que nos Estabelecimentos de Marinha, em Val de Zebro, ao Sul do Têjo, ha edificios tão proprios, quanto se pôde desejar para o commodo alojamento destas praças, ás quaes o paiz, que serviram por tanto tempo, deve dar toda a protecção no resto dos seus dias, sendo até de utilidade para os mesmos edificios, que elles sejam habitados, para que melhor se possa tratar da sua conservação: hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo 1.º O Quartel central de Veteranos de Marinha, que voltaram á denominação de Invalidos de Marinha, se estabelecerá em Val de Zebro na casa chamada — Palacete — e nas outras contiguas, que para esse fim forem mais apropriadas.

Art. 2.º Logo que se effectue a mudança dos referidos Invalidos para Val de Zebro, ficará este Corpo debaixo das ordens immediatas do Major General d'Armada.

Art. 3.º O Corpo d'Invalidos será commandado por um Official Superior nomeado indifferentemente d'entre os Officiaes da extincta Brigada em disponibilidade, dos reformados deste mesmo Corpo, ou dos reformados d'Armada, e este Official terá para o coadjuvar dois Officiaes escolhidos d'entre as referidas classes, podendo um delles ser da Patente de Capitão, ou Primeiro Tenente, e o outro subalterno, ou ambos subalternos, sem que nenhum dos ditos Commandante e Officiaes, tenha outro vencimento mais do que aquelle, que é concedido pela Carta de Lei de dezeseis de Novembro de mil oitocentos quarenta e um aos tres Officiaes, que actualmente se acham na Companhia de Veteranos.

Art. 4.º Os abonos para fardamento e pret das praças do Corpo d'Invalidos, serão os mesmos marcados na dita Lei para a referida Companhia.

Art. 5.º Fica supprimido o abono de mobilia para as sobreditas praças, devendo o seu Quartel permanente ser guarnecido com a mobilia e utensilios que já lhes pertenciam, existentes no Quartel d'Alcantara, e Forte de S. Paulo.

Art. 6.º O Conselho d'Administração da Marinha contractará com a maior vantagem o fornecimento dos artigos para o seu vestuario, e estes serão distribuidos pelos armazens do Almojarifado da Marinha em resultado de requisições feitas pelo Commandante do mesmo Corpo de Invalidos, e rubricadas pelo Major General d'Armada, nas quaes se designará a época a que pertence o vencimento.

Art. 7.º A importancia das massas, que forem abonadas para fardamento das praças d'Invalidos, ficará a cargo do Thesoureiro Pagador d'Armada, do que haverá uma conta especial na Repartição da Contadoria Geral da Marinha, que fiscalisa a contabilidade do Batalhão Naval, levando-se ao seu debito a importancia das massas recebidas, e ao credito a dos fardamentos pagos ao fornecedor, e distribuidas ás ditas praças, sendo esta distribuição verificada nas mostras competentes.

Art. 8.º As mostras serão feitas mensalmente em Val de Zebro na conformidade do Decreto de vinte e seis de Junho de mil oitocentos trinta e tres, e Instrucções annexas.

Art. 9.º Tomar-se-ha conhecimento do numero de praças de que ora se compõem os Invalidos de Marinha denominados =Veteranos= a fim de se conhecer, quantos são os que devem desde já passar a ser alojados permanentemente no referido Estabelecimento, e quaes os que ainda pôdem ser classificados para algum serviço, a fim de serem convenientemente alojados.

Art. 10.º As praças de pret reformadas, addidas ao Corpo d'Invalidos, continuarão a ser abonadas, e fiscalisadas, como até hoje, residindo onde lhes convier. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, o tenha assim entendido, e faça executar. Paço de Cintra em trinta e um d'Agosto de mil oitocentos quarenta e tres. = RAINHA. = *Joaquim José Falcão.*

19. CIRCULAR a todos os Governadores do Ultramar. — Não tendo sido sufficientes as terminantes ordens expedidas nas Portarias inclusivas por Copia, de 21 d'Outubro de 1836, e 8 de Março de 1839, a cohibir o abuso de serem admittidos a despacho nas Alfandegas das Províncias Ultramarinas navios, que se não apresentam munidos com os documentos Consulares, que as Leis e Regulamentos exigem, abuso plenamente comprovado pela participação do Consulado Geral de Portugal nos Estados Unidos d'America, em Officio n.º 5 dirigido pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros em data de 30 de Julho ultimo, de que se envia o extracto tambem incluso por copia: Manda Sua Magestade a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, não só excitar o exacto cumprimento das referidas ordens, mas ainda que os Governadores Geraes, e Governadores das Províncias Ultramarinas, julgando-se primariamente responsáveis pela infracção das mesmas ordens, suspendam, para se eximirem dessa responsabilidade do exercicio de seus Empregos, a todos aquelles Empregados das Alfandegas que admittirem a despacho quacsquer navios que se apresentem sem documentos Consulares que as Leis e Regulamentos exigem, de que darão parte pela dita Secretaria d'Estado, para sua Magestade determinar como fôr de justiça: o que o Governador Geral de ficará entendendo, e executará na parte que lhe toca. Paço de Cintra, 19 de Setembro de 1843. = *Joaquim José Falcão.*

25. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Remettendo-lhe a Relação das praças da Companhia de Veteranos de Marinha (hoje Corpo d'Invalidos), e observando-lhe que antes de ser transferido este Corpo para Val de Zebro, será conveniente que sejam inspecionadas pela Junta de Saude Naval as praças que na mesma Relação estão designadas para serviço moderado.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Para intimar novamente o Alfe-

res Francisco de Paula Durão Padilha, para partir no navio *Prazeres e Alegria*.

25. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Para que se execute a Sentença contra Thomás de Aquino Raposo Veiga, Alferes de Voluntarios de Benguella.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Para executar a Sentença contra o Capitão de Infantaria de Linha de Loanda, José Fortunato da Costa.

26. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Havendo a experiencia mostrado quanto é prejudicial ao serviço, e aos interesses da Fazenda Publica, serem despachados Aspirantes a Guardas Marinhas, individuos que se achem ausentes, por isso que, reputando-se estes logo com direito aos respectivos vencimentos desde o dia das suas nomeações, diferentes circumstancias se podem dar que lhes façam perder aquelle juz, que julgam ter adquirido; e convindo regular a maneira do abono de vencimentos aos Aspirantes assim despachados: Sua Magestade a Rainha ha por bem determinar, que, todos os individuos que d'ora em diante forem nomeados Aspirantes a Guardas Marinhas, só possam começar a perceber como taes desde o dia da sua apresentação na respectiva Companhia, satisfazendo a todas as condições impostas no regulamento da mesma Companhia; e como estas nomeações possam algumas vezes recahir em individuos que se achem embarcados em alguns dos navios do Estado em Commissão, como pertencentes ás suas guarnições, circumstancia pela qual os mesmos despachados lhes pareça terem maior direito á percepção dos respectivos vencimentos logo desde a data dos seus despachos, a mesma Augusta Senhora ha por bem declarar, que as sobreditas disposições se observem igualmente para com estes individuos, aos quaes não poderão ser abonadas comedorias a bordo, nem outro qualquer vencimento, que não seja o das suas anteriores qualidades, até que definitivamente sejam declarados na Ordem d'Armada como legalmente habilitados pelas suas respectivas nomeações. O que pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar se participa ao Major General d'Armada para sua devida intelligencia. = Paço de Cintra, 26 de Setembro de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

27. PORTARIA ao mesmo. — Pedindo-lhe um Mappa da Força Maritima que regularmente se acha no cruzeiro das costas oriental e occidental d'Africa, para se poder formar o orçamento das gratificações que convém conferir aos Officiaes que completarem os referidos cruzeiros.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Ordenando que sejam transportadas para a Madeira no biate *Santa Izabel* as 800 saccas de urzella que se acham na Alfandega, as quaes não podem ir nas charruas *Príncipe e Princesa Real*, como estava determinado.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral de Marinha. — Mandando restituir ao Capitão de fragata Joaquim Antonio de Castro as quotas com que tem contribuido para o Monte-Pio Militar, do qual desistirá.

27. PORTARIA ao Administrador Geral das Mattas. — Remettendo-lhe para informar a nota das madeiras requisitadas pelo Ministerio do Reino para a Repartição das Obras Publicas.

28. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Remettendo-lhe a relação do numero das embarcações pertencentes ao *Royal Thames Yacht Club*, com os nomes dos seus Proprietarios, um exemplar do seu Regulamento, e dois da sua respectiva bandeira e galhardete.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Remettendo-lhe uma lista dos navios inglezes que ultimamente foram encarregados de evitar o trafico da Escravatura na Costa d'Africa e America.

Idem. ORDEM GERAL d'Armada. — Louvando o Primeiro Tenente Joaquim José de Andrade Pinto, Commandante da corveta *Oito de Julho*, pelos socorros que prestou por occasião de naufragio na bahia de Benguella do brigue inglez *Harrington*.

30. PORTARIA ao Contador Geral de Marinha. — Mandando que Accacio Alves d'Araujo, Juiz de Direito de S. Thomé e Príncipe, seja abonado com o respectivo ordenado sómente até ao dia em que partir em uma das charruas, *Príncipe* ou *Princeza Real*.

Relação dos passageiros do Estado que foram para os seus destinos a bordo do brigue Villa Flôr; que sahio deste pórtio de Lisboa em 5 de Setembro de 1843.

NOMES	EMPREGOS	DESTINOS
Antonio José Duarte Gondin.	Adido á Legaç. do Brasil	Rio de Janeiro
João Anastácio Teixeira de Leitos	Criado do dito	
Luiz Antonio Ferreira Parto		
José Rodrigues Traneozo		
José Sobral Fiel		
Victorino Manoel de Freitas		
Serafim José Pereira		C. da Boa Esperança
Alfredo Duprat	Membro da Comissão Mixta	
Francisco Anselmo d'Oliv. Penalvo	Criado do dito	Mogambique
Manoel d'Abreu Madeira	Capitão de Infantaria	
D. Maria Thomazia Pery de Linde	Mulher do dito	
José Maria de Seixas	Boticario	
Joaquim de Seixas	Filho menor do dito	
Manuel José do Carro (Preto)		
Maria José (sua mulher)		

*Relação dos passageiros do Estado que foram para os seus destinos
a bordo da brigue Vouga, que sahio deste porto
de Lisboa em 4 de Setembro de 1843.*

NOMES	EMPREGOS	DESTI- NOS
Antonio Ferreira de Jesus	Soldados q̃ tendo cum- prido sentença regres- sam á sua Patria....	Ilha da Madeira
Izidoro Marques		
Joaquim Constancio.....		
Antonio dos Santos		
Filippe de Gouvêa.....		
Antonio João Rodrigues.....		
Francisco Rodrigues	Soldados com baixa...	
Manoel da Silva.....		
Manoel Gomes.....		
João Ferreira.....		
Francisco Gonçalves Roda.....		
João da Silva.....		
João Pedro da Costa.....		
Joanna Euzebia		
Hermogenia Candida, e uma filha menor		
Camilla d'Almeida		Ilhas de Cabo Verde
Carolina Roza, e uma filha menor		
José Lopes.....	Degradados	
Antonio Joaquim da Cunha.....		
Manoel João Pereira.....		
Luiz da Motta		
Bernardo José Teixeira.....		
Francisco José da Silva.....		
Manoel João de Sousa.....		
Antonio do Espirito Santo.....		
Francisco Xavier Gonçalves		
José Antonio Pires.....		
Romão José Moreira		
Antonio Pinto Corrêa Lenhado ..		
José Maria d'Almeida.....		
Victoria do Sacramento.....		

NAVIOS DO ESTADO EM ARMAMENTO, E SEUS DESTINOS,
No 1.º de Outubro de 1843.

Qualidade das Embarcações.	Nomes	N.º de pessoas, ou cabotagem	Gradações, e nomes dos Commandantes	N.º dos Officiaes de Marinha	N.º dos Guardas-Marinhos	Aspirantes	Destinos
Fragatas . . . {	Duq. ^{za} de Brag. ^a	50	Capitão Tenente, M. T. da S. Cordeiro. . .	7	1		No Téjo { De Registo do Porto.
	Diana	50	Capitão Tenente, J. M. F. do Amaral. . .	7	6		No Téjo { De Depósito de Marinhagem.
Corvetas . . . {	Gil de Julho . .	24	Primeiro Tenente, J. J. d' Andrade Pinto	5	2		Na Estação d' Angola.
	D. João I	24	Capitão Tenente, F. S. Franco.	5	4		Na Estação do Brasil.
	Infanta Regente	24	Primeiro Tenente, V. G. P. Ferreira. . . .	2	2		Na Estação da India.
	Urânia	24	Capitão Tenente, P. A. da Cunha	5	4		Na Estação d' Angola.
Brigues . . . {	Andaz	18	Primeiro Tenente, F. A. G. Cardozo. . . .	5	1		Na Estação d' Angola.
	Villa Flor	16	Primeiro Tenente, P. V. da C. L. e Pinho	4	3		De viagem para Moçambique.
	D. Pedro	16	Primeiro Tenente, I. F. Guimarães, Junior	4	2		No Téjo.
	Téjo	18	Capitão Tenente, D. F. do Valle.	5	4		Na Estação de Macão.
	Vouga	12	Primeiro Tenente, F. d' Assis e Silva . . .	5	4		Na Estação de Cabo Verde.
Vapór	Tereira	4	Segundo Tenente, F. A. M. Pereira	2	2		No Téjo.
Charruas . . {	Princeza Real . .	12	Capitão Tenente, P. A. Caminha.	4	4		No Téjo.
	Príncipe Real . .	2	Um Offic. e guarniç. destacados da Pr. ^{za} Real	2	1		No Téjo.
Brigue Escuna	Tamega	12	Primeiro Tenente, J. J. G. de Mattos Corrêa	4	4		Na Estação do Brasil.
Escunas . . . {	Ninfa	2	Primeiro Tenente, A. Sergio de Sousa . .	2	2		Na Estação d' Angola.
	Boa Vista	2	Segundo Tenente, J. B. Garção.	1	"		Na Estação d' Angola.
	Esperança	2	Segundo Tenente, J. G. Talone.	1	1		Na Estação d' Angola.
	Faro	2	Primeiro Tenente, V. J. dos S. Mor. ^a Lima	2	1		No Téjo.
Correios . . . {	Cabo Verde	2	Primeiro Tenente, J. M. Rodolpho.	3	"		De Correio para Angola.
	Constituição . . .	"	Primeiro Tenente, V. dos Santos Rodolpho	2	1		De Correio para Cabo Verde.
Cuter.	Andorinha. . . .	6	Segundo Tenente, P. O. Alves	1	2		No Téjo.

DOCUMENTOS ULTRAMARINOS

EXTRAHIDOS DO ARCHIVO DA SECRETARIA D'ESTADO.

GOVERNO DE MACÃO.

Mappa geral dos artigos importados em os navios abaixo designados, direitos que deram á Alfandega desta Cidade de Macão, o donativo que percebem o Mosteiro de Santa Clara e a Santa Casa da Misericordia, debaixo do titulo de Consignatarios, liquido pertencente á Fazenda Publica, e total rendimento entrado na Caixa desta Alfandega no presente anno de 1842.

Barca *Resolução*, procedente de Lisboa, Rio de Janeiro e Batavia; conduzindo 64 picos de sandalo.

Brigue *Nova Viagem*, procedente de Lisboa, Bombaim e portos do estreito, conduzindo 69 picos de cacho; 73 de calem; 64 de cera; 68 de couros e sollas; 450 almudes de vinho.

Brigue *Esperança*, procedente de Goa, conduzindo 254 picos de algodão; 61 de azas de peixe; 55 de bicho do mar; 5 de buchos de peixe; 11 de cabos; 226 de cacho; 112 de calem; 35 cates de canfora; 41 picos de cera; 1.613 esteiras; 741 picos de ferro; 126 cates de ninho de passaro; 1.405 pennas de passaro; 100 picos de pimenta; 108 de salitre; 27 de sangue de drago; 154 cates de tartaruga; 300 almudes de vinho; 116 volumes com comestiveis.

Brigue *Constituição*, procedente de Goa, conduzindo 91 picos de cacho; 119 de calem.

Brigue-Escuna *Genovera*, procedente de Timor e portos de Java, conduzindo 44 picos de cera; 1.490 de sandalo; 8 volumes com diferentes artigos.

Barca *Marquez de Hastings*, procedente de Bombaim, conduzindo 681 picos de algodão; 339 de areca; 112 de azas de peixe; 271 de bicho do mar; 24 almudes de brandy; 38 picos de buchos de peixe; 2 caixas e fardos de fazenda; 1.003 picos de calem; 179 cates de

canfora; 7 picos de cera; 613 de couros e sollas; 25 de cravo; 316 esteiras; 69 picos de marfim; 3.221 cates de ninho de passaro; 30 picos de noz moscada; 10.855 patacas novas; 25.931 pennas de passaro; 594 picos de pimenta; 225 de rotim; 14 de sabão; 4 de sagú; 4 de siput; 79 cates de tartaruga.

Brigue *Simplicia*, procedente de Bombaim, conduzindo 52 picos de azas de peixe; 69 de bicho do mar; 25 de buchos de peixe; 14 caixas e fardos de fazenda; 354 picos de calem; 82 cates de canfora; 20 picos de cera; 14 de cravo; 226 esteiras; 319 cates de ninho de passaro; 49 picos de noz moscada; 2.000 patacas novas; 30.000 pennas de passaro; 531 picos de pimenta; 112 de rotim; 16 de sangue de drago; 44 de siput; 50 almudes de vinho.

Barca *Victoria*, procedente de Bengalla, conduzindo 15 picos de azas de peixe; 16 de bicho do mar; 14 caixas e fardos de fazenda; 160 peças de chitas; 254 esteiras; 813 cates de manteiga; 3 picos de marfim; 139 cates de ninho de passaro; 5 picos de noz moscada; 3.431 pennas de passaro; 29 picos de pimenta; 66 de tamarinho; 24 volumes com diferentes artigos.

Barca *União*, procedente de portos de Java, conduzindo 87 picos de calem; 352 de sandalo.

Barca *Providencia*, procedente de portos de Java, conduzindo 109 picos de algodão; 399 de rotim; 686 de sandalo; 16 de vidros quebrados.

Barca *Gentil Indiana*, procedente de portos de Java, conduzindo 7 picos de algodão; 64 de azas de peixe; 2.332 de bicho do mar; 24 caixas e fardos de fazenda; 13 picos de cravo; 56 esteiras; 815 cates de ninho de passaro; 22 picos de noz moscada; 1.100 de pontas de veados; 61 de scriboas; 3 cates de tartaruga; 18 volumes com diferentes artigos.

Brigue *Nossa Senhora da Luz*, procedente de portos de Java, conduzindo 215 picos de anil; 17 de azas de peixe; 6 de bicho do mar; 19 de buchos de peixe; 113 de calem; 760 peças de camelão; 46 picos de cobre; 255 de colla; 38 de couros e sollas; 1.561 esteiras; 431 picos de ferro; 245 de fiado; 7 de nervos de veados; 713 cates de ninho de passaro; 5 picos de noz moscada; 6.365 patacas novas; 100 picos de pimenta; 312 de rotim; 15 de siput; 424 trossos de madeira; 33 volumes com diferentes artigos.

Brigue *Amizade*, procedente de Sincapor, conduzindo 51 picos de algodão; 1.794 de areca; 105 de azas de peixe; 291 de bicho do mar; 34 de buchos de peixe; 131 de calem; 746 cates de canfora; 7 picos de cardamomo; 161 de couros e sollas; 21 de gambel; 4.016 cates de ninho de passaro; 16 picos de noz moscada; 9.651 pennas de passaro; 44 picos de pimenta; 341 de rotim; 55 de sagú; 7 cates de tartaruga; 15 volumes com diferentes artigos.

Barca *Angelica*, procedente de portos do estreito, conduzindo 231 picos de algodão; 2 de aguila; 82 de azas de peixe; 31

de bicho do mar; 36 de buchos de peixe; 8 caixas e fardos de fazenda; 207 picos de calem; 40 peças de cameloão; 601 cates de canfora; 7 picos de cardamomo; 23 de cravo; 50 pessos de fazenda branca; 38 picos de fiado; 6 de marfim; 1.803 cates de ninho de passaro; 8 picos de noz moscada; 5.313 pennas de passaro; 1.113 picos de pimenta; 367 de rotim; 20 de sangue de drago; 56 de se-riboá; 83 cates de tartaruga.

Barca *Margarida*, procedente de portos do estreito e Batavia, conduzindo 25 barris de alcatrão; 765 picos de algodão; 67 de azas de peixe; 92 de bicho do mar; 35 de buchos de peixe; 41 de cabos; 17 caixas e fardos de fazenda; 34 peças de cameloão; 107 cates de canfora; 250 picos de couros e sollas; 231 de cravo; 36 de estanho; 3.551 esteiras; 116 cates de ninho de passaro; 10 taeis de ouro; 3.782 pennas de passaro; 609 picos de rotim; 113 de sagú; 61 de sandalo; 67 barris de verniz; 1.251 almudes de vinho.

Barca *Tranquillidade*, procedente de Solló, conduzindo 66 picos de azas de peixe; 1.152 de bicho do mar; 13 cates de canfora; 50 frasqueiras de genebra; 5.010 cates de ninho de passaro; 162 picos de rotim; 1.343 de sandalo; 56 de siput; 142 trossos de madeira.

Brigue *Feliz Viena*, procedente de Manilha e portos do estreito, conduzindo 477 picos de algodão; 33 de azas de peixe; 125 de bicho do mar; 28 de buchos de peixe; 73 cates de canfora; 13 picos de cardamomo; 200 peças de chita; 243 picos de couros e sollas; 20 de cravo; 1.450 esteiras; 113 picos de ferro; 4 de nervos de veado; 136 cates de ninho de passaro; 3 picos de noz moscada; 12.554 pennas de passaro; 452 picos de pimenta; 121 de rotim; 40 de sabão; 13 de salitre; 5 de sangue de drago; 9 de siput; 6 volumes com diferentes artigos.

Barca *Tremelga*, procedente de Manilha, conduzindo 183 picos de algodão; 7 de azas de peixe; 920 de bicho do mar; 13 de cabos; 45 de charutos; 5 de nervos de veado; 99 cates de ninho de passaro; 2 picos de noz moscada; 180 trossos de madeira; 29 volumes com diferentes artigos.

Barca Hespanhola *Dos Amigos*, procedente de Manilha, conduzindo 8 caixas e fardos de fazenda; 782 picos de cacho; 7 volumes com diferentes artigos.

Barca Hespanhola *Izabel 2.ª*, procedente de Manilha, conduzindo 2.364 picos de algodão; 100 de bicho do mar; 37 de cabos; 19 de charutos; 183 de couros e sollas; 31 de gerzelim; 8.300 patacas novas; 297 picos de sibucáo; 6 de vidros quebrados; 13 almudes de vinho; 7 volumes com diferentes artigos.

Brigue Hespanhol *Ramiro*, procedente de Manilha, conduzindo 500 picos de algodão; 113 de bicho do mar; 7 de charutos; 73 de couros e sollas; 18 de nervos de veado; 29 de rotim; 112 de sibucáo.

Brigue Hespanhol *Cometa*, procedente de Manilha, conduzindo

143 picos de azas de peixe; 1.035 de bicho do mar; 21 caixas e fardos de fazenda; 246 picos de cacho; 4 de camarão secco; 3 de charutos; 480 de couros e sollas; 6.617 cates de ninho de passaro; 1.699 patacas novas; 215 picos de rotim; 173 de sibucáo; 47 de siput; 11 volumes com differentes artigos.

Brigue Hespanhol *Singular*, procedente de Manilha, conduzindo 657 picos de algodão; 123 de anil; 23 de azas de peixe; 271 de bicho do mar; 2 caixas e fardos de fazenda; 140 picos de colla; 534 de couros e sollas; 220 de gerzelim; 841 cates de ninho de passaro; 3.400 patacas novas; 77 picos de rotim; 1.571 de sibucáo; 60 cates de tartaruga; 35 trossos de madeira; 49 picos de vidros quebrados.

Brigue Hespanhol *Ramonzito*, procedente de Manilha, conduzindo 100 picos de cabos; 9 de charutos; 430 de sibucáo; 9 trossos de madeira; 4 volumes com differentes artigos.

Brigue Hespanhol *Consuelo*, procedente de Manilha, conduzindo 93 picos de cabos; 1 caixa e fardo de fazenda; 20 picos de charutos; 11.342 patacas novas; 200 trossos de madeira; 13 volumes com differentes artigos.

Brigue Hespanhol *Lingain*, procedente de Manilha, conduzindo 76 picos de cabos; 143 de camarão secco; 60 peças de lona; 211 picos de sibucáo; 2 trossos de madeira.

Brigue Hespanhol *Gitana*, procedente de Manilha, conduzindo 5 picos de charutos; 119 de sibucáo; 159 trossos de madeira.

Diversos navios hespanhoes, procedentes de Manilha, conduzindo 47 picos de algodão; 30 de rotim; 251 de sibucáo; 84 de siput.

Diversos navios da praça, procedentes de diversos portos, conduzindo 74 picos de sandalo.

Duzentos sessenta e sete navios estrangeiros, entrados por franquia, conduzindo 618 picos de aço; 29 barris de alcatrão; 86.827 picos de algodão; 9.860 botijas de agoa mineral; 2.239 picos de anil; 3.431 de arca; 956 de azas de peixe; 113 de beijuim; 100 de bicho do mar; 2 536 almudes de brandy; 590 picos de buchos de peixe; 454 de cabos; 427 caixas e fardos de fazenda; 761 picos de cacho; 121 de caffè; 4 de camarão secco; 800 peças de camelão; 152 picos de carvão de pedra; 37 de cera; 14 de charutos; 2.580 peças de chita; 2.611 picos de chumbo; 91 de cobre; 42 de cochonilha; 34 de concha; 57 de cornelinas; 132 de cravo; 2.813 esteiras; 33.993 peças de fazenda branca; 15.516 picos de ferro; 997 frasqueiras de genebra; 2.503 picos de gambel; 1.557 de incenso; 802 peças de lona; 100 cates de manteiga; 9 picos de marfim; 214 cates de ninho de passaro; 14.750 peças de panno; 19 900 patacas novas; 2.112 pennas de passaro; 4.416 picos de pimenta; 1.621 de pucho; 14 de rossamalha; 11.052 de rotim; 12 de sabão; 321 de sagú; 1.381 de salitre; 8.243 de sandalo; 32 de seriboa; 4.467 almudes de cerveja; 105 trossos de madeira; 3.482

almudes de vinho; 1.192 volumes com comestiveis; 228 volumes com diferentes artigos.

Sommam as importações 618 picos de aço; 54 harris de alcatrão; 93.153 picos de algodão; 9.860 botijas de agoa mineral; 2 picos de aguila; 2.579 de anil; 5.564 de areca; 1.803 de azas de peixe; 113 de beijuim; 6.925 de bicho do mar; 2.560 almudes de brandy; 810 picos de buchos de peixe; 827 de cabos; 538 caixas e fardos de fazenda; 2.175 picos de cacho; 121 de caffè; 2.199 de calem; 151 de canarão secco; 1.634 peças de camelão; 1.836 cates de canfora; 27 picos de cardamomo; 152 de carvão de pedra; 213 de cera; 112 de charutos; 2.940 peças de chitas; 2.611 picos de chumbo; 137 de cobre; 42 de cochonilha; 395 de colla; 34 de concha; 57 de cornelinas; 2.643 de couros e sollas; 458 de cravo; 36 de estanho; 11.840 esteiras; 34.043 peças de fazenda branca; 16.801 picos de ferro; 283 de fiado; 1.047 frasqueiras de genebra; 2.524 picos de gambel; 251 de gerzelim; 1.557 de incenso; 862 peças de lona; 913 cates de manteiga; 87 picos de marfim; 34 de nervos de veado; 24.155 cates de ninho de passaro; 140 picos de noz moscada; 10 tacis de ouro; 14.750 peças de panno; 64.861 patacas novas; 94.179 pennas de passaro; 7.379 picos de pimenta; 1.100 pontas de veado; 1.621 picos de pucho; 14 de rossamalha; 14.051 de rotim; 66 de sabão; 493 de sagú; 1.502 de salitre; 12.315 de sandalo; 68 de sangue de drago; 149 de seriboa; 4.467 almudes de cerveja; 3.246 picos de sibucão; 259 de siput. 66 de tamarinho; 386 cates de tartaruga; 1.256 trossos de madeira; 67 harris de verniz; 71 picos de vidros quebrados; 5.546 almudes de vinho; 1.308 volumes com comestiveis; 403 volumes com diferentes artigos.

*Direitos que deram á Alfandega da Cidade de Macáo,
incluindo o chamado Consignatarios.*

EMBARCAÇÕES	Donativo á Mi- sericordia e a Santa Clara, a título de Con- signatarios.		Liquido pertencente á Fazenda Publica.		Total	
	Tacis	Cai- xas	Tacis	Cai- xas	Tacis	Cai- xas
Barca <i>Resolução</i>	7	216	26	329	33	545
Brigue <i>Novo Viajante</i>	17	074	161	039	178	104
Dito <i>Esperança</i>	100	538	1.435	038	1.535	576
Dito <i>Constituição</i>	5	601	112	420	118	027
Brigue-Escuna <i>Genoveva</i>	90	266	292	195	382	461
Barca <i>Marquez de Hastings</i> ..	168	199	1.427	795	1.595	994
Brigue <i>Simplicia</i>	262	997	2.887	577	3.150	574
Barca <i>Victoria</i>	44	845	455	858	500	703
Dita <i>União</i>	51	239	195	217	246	456
Dita <i>Providencia</i>	79	432	298	374	377	806
Dita <i>Gentil Indiana</i>	767	689	4.602	010	5.369	699
Brigue <i>Nossa Senhora da Luz</i>	138	046	1.292	924	1.430	970
Dito <i>Amizade</i>	157	412	1.977	004	2.134	416
Barca <i>Angelica</i>	239	920	2.548	348	2.788	268
Dita <i>Margarida</i>	197	932	1.494	612	1.692	544
Dita <i>Tranquillidade</i>	552	891	2.640	283	3.193	174
Brigue <i>Feliz Viena</i>	108	036	942	261	1.050	297
Barca <i>Tremelga</i>	164	788	1.085	095	1.249	883
Dita hespanhola <i>Dos Amigos</i> ..	»	»	174	182	174	182
Dita dita <i>Izabel 2.^a</i>	207	862	2.189	580	2.397	542
Brigue dito <i>Ramiro</i>	60	728	643	553	704	281
Dito dito <i>Cometa</i>	273	213	4.116	013	4.389	226
Dito dito <i>Singular</i>	141	937	2.203	944	2.348	881
Dito dito <i>Ramonzito</i>	22	286	355	866	378	152
Dito dito <i>Consuelo</i>	2	371	189	334	191	705
Dito dito <i>Linguain</i>	11	961	166	338	178	300
Dito dito <i>Gitana</i>	8	622	92	074	100	696
Diversos navios hespanhoes..	13	943	218	784	232	727
Diversos navios da praça....	32	667	338	968	371	635
267 navios estrangeiros.....	»	»	106.662	879	106.662	879
Somma....	3.929	711	141.228	992	145.158	703

N. B. — 1.º Que os direitos da Barca *Resolução* e Brigue *Novo Viajante*, vindos de Lisboa, são do resto dos seus carregamentos importados no anno proximo findo. — 2.º Que os direitos do Brigue *Constituição* vindo de Goa, são do resto do seu carregamento da mesma viagem no anno de 1841, cujo fôra vendido no presente anno. — 3.º Que os direitos da Barca *Hespanhola Dos Amigos*, e Brigue dito *Cometa*, são do resto do carregamento, vindo em os mesmos no anno proximo passado. — 4.º Que os direitos da Barca *Margarida*, são dos artigos da primeira viagem dos portos do estreito, e que as fazendas da ultima viagem de Batavia, tendo chegado a este porto em 22 de Dezembro, a maior parte do seu carregamento se acha a bordo por descarregar. — 5.º Que o Brigue *Feliz Viena* fez duas viagens, uma do porto de Manilha, e outra dos estreitos. — 6.º Que a Barca *Hespanhola Isabel 2.ª*, e Brigues ditos *Ramonzito* e *Consuelo*, fizeram tres viagens este anno, e o Brigue dito *Singular* quatro viagens. — 7.º Que os direitos de diversos navios, tanto Hespanhoes como Nacionaes, são dos primeiros, de alguns artigos vindos nos navios, que as suas cargas eram de arroz, e dos segundos, de varios effeitos vindos nos agasalhados dos Officiaes. — 8.º Que existem por despachar nesta Alfandega 149.751 pãos de sandalo, 534 fardos de algodão, 291 ditos de buchos, 200 canastras de colla, 1.100 ditas de bacho, 606 engunados pequenos com buchos e azas de peixe, 336 ensacados de incenso, 26.934 molhos de rotim, uma porção de ferro, couros, peças de cabos, caixas com brandy, caixotes com sabão, e outras miudezas, que pagaram os direitos, segundo a estimativa de tres mil e quinhentos taéis. — Foi formado o presente Mappa, á vista dos Livros respectivos, aos trinta de Dezembro de mil oitocentos quarenta e dois. = O Administrador Interino, *Demetrio de Araujo e Silva*.

PARTE NÃO OFFICIAL.

ANTIGO COLLEGIO DE S. PAULO

EM MACAU.

A Asia, com ser o berço sumptuoso da architectura religiosa, que ostenta em seus templos monumentaes e riquissimos pagodes o character do trabalho aturado e privativo de seus indigenas, figura todavia pouco na resenha da architectura christã do globo. — É portuguez, portuguez somente, o pouco que ali ha a mencionar no genero architectonico; e os orgulhosos dominadores, que nos roubaram a posse do Oriente, prégando a simplicidade do protestantismo, curam mais de edificar cáes e alfandegas, do que altares e templos.

Pelos annos de 1565, os Jesuitas tinham em Macau uma pequena casa ou hospicio, para servir de pousada aos seus Missionarios do Japão, em quanto aguardavam a monção; e junto desta casa, na vizinhança do assento actual da Igreja de Santo Antonio, construíram elles uma Capella, a qual, com o hospicio, foi annos depois, consumida por um fogo. — Posteriormente andando o anno de 1662, edificaram os mesmos Padres, e no mesmo sitio, o celebrado collegio de S. Paulo, destinado para os cathecumenos do Japão (para os cathecumenos da China era, e é ainda hoje o de S. José) já não existe senão a fachada, cuja é a estampa que apresentamos, e que é em si mesma, a sua mais exacta e brilhante descripção. — Ainda em uma das paredes se vê gravada a seguinte inscripção:

Virgini Magnæ Matri

Civitas Macaonis Lubens

Posuit anno 1662.

Era fado das edificações dos Jesuitas nesta localidade, que o fogo as devorasse! — Extincta aquella ordem, ficou pertencendo ao Senado de Macau o collegio de S. Paulo, o qual foi reduzido a cinzas em 26 de Janeiro de 1834, servindo então de quartel de tropa. — Tinham soado as seis horas da tarde,

quando o fogo começou d'atear-se; e tão rapido lavrou, que o primeiro quarto depois das oito immediatas foi para os desconsolados habitantes de Macau a despedida do grandioso relogio do collegio, que o devia á munificencia de Luiz XIV.

O antigo recinto da Igreja está presentemente convertido em cimiterio, cujo frontispicio é a mesma fachada do collegio, que bem se vê ter sido construida com abundancia de meios, ainda que lhe falleça um gosto mais exquisito. — Seu typo é o de todos os outros collegios, que os Jesuitas, por toda a parte espalharam; e a sua grandeza e magnificencia um padrão do seu poderio e riqueza. — E foi provavelmente erguido por algum irmão da ordem, que aprendera, por ventura, as regras de Palladio e Barozzio, e que seguiu tambem as inspirações de sua imaginação e talento, em que poucos delles eram, nesse tempo, mingoados.

Se, como se vê na estampa, a magestosa fachada não é um modelo d'aprimorado gosto, nem uma pagina viva da historia da arte sob traços caracterisadores d'um estylo propriamente dito, a largueza e apparato da forma, e o generoso da construcção, lhe deram sempre a primazia sobre todos os edificios de Macau, cujos habitantes se ufanavam da posse d'um monumento afamado em todo o Oriente, e que não podia contemplar-se sem pasmosa attenção! — Quatro ordens de columnas com um entablamento coroadado d'um pequeno frontão, tudo profusamente ornamentado: remates e pinaculos sem significação pronunciada, e symbolos dispostos a arbitrio da fantasia do constructor, que parece ter querido involvel-os em mysterioso amalgame, eis o que nos dá o exame geral da fachada. — A primeira e segunda ordem tem cada uma dez columnas, jonicas na primeira, compositas na segunda. — A terceira ordem tem seis columnas corinthias, e no meio a Virgem entre um coro d'Anjos, e dos dois lados uma fonte e um cipreste, acompanhados d'outros ornatos allusivos. — A quarta só tem quatro columnas, entre as quaes sobresahe a imagem do padroeiro do collegio; e tudo isto fórma a base do frontão (com uma cruz no acrotério, e dois postes aos lados) em cujo timpano apparece o Espirito Santo entre o sol e a lua.

Na fabricacção do cimiterio, em que avisadamente se apro-

veitou o frontispicio do collegio, e as paredes da Igreja, demoliram-se estas até meia altura, e por meio de pilares dispostos parallelamente, se construiu na parte superior um passeio calçado de tijolo em toda a circumferencia. — Por baixo abriram-se catacumbas na parede, e sepulturas no pavimento. — Aos lados da estrada principal do cemiterio se edificaram dois carneiros de abobeda para receberem as ossadas, e no assento da Capella mór da Igreja queimada uma pequena Capella, onde se depositam os cadaveres antes de se darem á sepultura. — Todo o terreno interior està plantado de cedros.

Paga-se uma taxa pelas sepulturas e catacumbas, que reverte em beneficencia da Misericordia; e junto ao cemiterio ha logar destinado para enterramento dos expostos.

Esta obra, tão util e tão recommendavel, com a qual se converteu em tão santa applicação, o que as chammas não poderam tragar desse edificio grandioso, foi levada a effeito no anno de 1837, sob a direcção do Superior do collegio de S. José, o Rv.^{do} Joaquim José Leite, e á custa do cofre da Misericordia.

DOCUMENTOS INÉDITOS.

Provas para a Historia das Descobertas, Navegações e Conquistas dos Portuguezes: pelo Socio Albano Antero da Silveira Pinto. — (Continuado de pag. 449.)

N.º 11.

Regimento que ElRey D. Manoel deu a Diogo Lopes de Syqueira quando o mandou a descobrir terras, e do que havia d'obrar e fazer com os navios que levava em sua companhia. — Feito em Almeirim a 13 de Fevereiro de 1508. (1)

Nos elRey fazeemos saber aos Diego Lopes de sequeira fidallguo de nosa casa e Capitam moor dos nauios que ora enviamos a descobrir que este he o Regimento que vos mandamos que cumpraces e

(1) Barros, dec. 2.^a, livro 3.^o, pag. 225 a 393. — Ann. da Marinha port. t. 1.^o, pag. 297. — Indic. chronol. das Nav. e Viag. pag. 111. Chronica

gardees nesta Ida em que com aJuda Denoso Senhor vos mandamos a descubrir.

Allardos da geemte.

Item primeiramemte ordenamos e mandamos que tanto que se acabarem de pagar na casa De guinee e Imdias os solldos Damte maão aos capitaees e todas as outras pessoas e companhia que comvosco hã dehir. mandamos atodos os esprivaees Detodas as naaos e navios que pollos livros da dita casa asemte cada hum em seu liuro em titollo que diso fara apartamdo todas as pesoas por seu nome que Receberem o dito solldo, e que ouuerem de hir na naão De que cada um he espriuam edepois de serdes Recolhido em Restello com toda a Jemte amtes de fazerdes vella pera sayr de fora vos em vosa naão e cada hum Capitam na sua farees allardo pollo asemto dos ditos liuros com toda a gemte de cada naao. E sera emtam Decllarrados no asemto de cada hum alleem do nome, quallquer allcunha e apellido que tiver e se for casado Ehomde, e o nome do pay ou mãy se o tiuerẽ ou quall queer outra mais decllarrçam pera que ao diante se cumprjr possam ser melhor conhecidodos. E se nas ditas naaos forem allgumas outras pesoas por nosa licemça allem das sobreditas que tiuerem o dito solldo Recebido mostrando Diso nosos alluaras seram asy mesmo asemtidos por nome nos ditos liuvros.

E seem elles nam Iram, e os mandarees poher em terra cõ quaees quer cousas que leuarẽ podemdose loguo descargar sem nenhũa detemça e quando nã ficaram sem ellas. E nam se achamdo nas naos pollos ditos allardos todas as pesoas que tiuerem Recebido o Dito solldo os capitaees dellas vos emviarã loguo em esprito por nome quaees quer que lhe fallecerem e nollas emviarees por voso asynado, ou feitor da casa de guinee e Imdias pera saberem que nam vaão. E aRecadarã delles ou de seus fiadores o solldo que tiver Recebido. E nam sendo sua ficada com evidentemte necessidade se lhe dara a penna que por tall caso merecerem.

Vigia de foguo.

Item loguo quamdo com aJuda de noso Senhor ouverdes Departir e sayr de mar em fora darees em toda afrota todo o aviso que compre sobre a vigia que cada hum Deue teer em sua naao por guarda e toda seguramça de foguo asy de dia como de noyte epor que por ser cousa de que todos deveem teer gramde e comlynu cuydado vos nam damos acerqua dello outra mais Regra que esta leimbramça por que cõfyamos que vos adarees tall como a noso seruico compre e que todos terem aquelle cuydado que deveem.

Regra dos mantimentos.

Item loguo em partimdo davamte a cidade darees tall ordem que lloguo dally em diamte se comece hafazer loguo efaça em toda aviação Regra eboa prouisam nas bitallas e augoa que vay na dita frota em maneira que sendo a Jemte asy abastada e bem tratada do necesareo como he Rezam ho mais senam desperdice eperca como nam deve por mingoa de boõ Recado. E muyto vos encomendamos que em vosa naao encarreguees allguma pesoa que emtemdaees que ho bem faça e asy emcareguees aos capitaaes que ho façã cada huã na sua.

E alleem diso mamdees ver no fim de cada huã mees as bitallas que temdes pera saberdes o que asy foy gastado, como pera allujdrardes ho tempo que vos podera abastar o que vos fica e achando vos delle mingoado verdes homde e com menos Risiko e Despesa vos poderees proueer e o fazerdes.

Chaves dos payoões.

Item por que nysto vay tanto a noso seruiço esegurança de toda a viagem como vedes vos mamdamos que Dos payoões dos mantimentos de vosa naao tenhaes vos mesmos huã chaue e o despenseiro que ordenardes podera ther outra da despesa dos dias pera que se ouuerem de tirar os mantimẽtos dos ditos payoões e o dito despenseiro neẽ outra pesoa allgũa que emcarregardes da guarda dos ditos payoões nam Jram a elles sem voso mamdado e asy ofaram os capitaaes das outras naaos por tall que se faça a despesa e Regra dos ditos mantimẽtos com todo boõ Recado.

Regra dos vinhos.

Item na despesa dos vinhos vos lembramos ho cõcerto que se fez nas outras viagens pasadas com os mareantes e companhia De lhe sereem dados tres cartilhos loguo polla menhaã Juntos por cada huã teer sua Regra certa pera todo o dia e a gastarem como lhes bem viesse por que se podeseys asy agora ho comcertar com os que vaão nesta viagem sera noso seruiço e a elles vira melhor.

E posto que na conta dos vinhos que lleuaees lhe vaa ordenado a canada por dia odeueem asy querer pera lhe poder abastar mais tempo polhas quebrs que por muitas maneiras acontecee aver no vinho entam longas viaJeẽs e aseemtando-o asy cõ elles farees tambem que se faça em todas as outras naaos.

Caminho que fará em partimdo.

Item por quanto leuaees Daquy toda augoa que nos parecee que deuees levar pera se poder escusar a tomardes tam cedo em outra parte aveemos por beem que tanto que com aJuda Denoso Senhor fezerdes vella de lixboa pera seguir vosa viagem mamdees fazer voso caminho como com conselho dos pillotos mais posa ganhar pera do-

brardes ho Cabo Daboña esperança por que nam aveemos por beem que toquees em buzgiche por opoderdes escusar. E dobrado ho dito Cabo prazemdo anoso Senhor hirees de mamdar a amgra da Roca por que Dally nos parecee que deuees fazer voso caminho pera a terra de sam louremço por pareceer mais proucitoso e queremos que toquees aquy na amgra da Roca pera se allgum navio de nosa conserua se apartar de vos ho Jrdes ally buscar e elle avos como ao diamte vos sera decllarado.

Salluas.

Item pera que em vosa viagem hûas naaos se nã posam perder Das outras e todas vos sygam darees hordenamça aos capitaees Dellas que vos deem suas salluas segumdo se custuma fazer no mar ao capitam moor. poreem que nam se ajuntem muito huuãs com as outras que vos saluem DeJulauemto e de ballrauemto como cada hũ melhor poder asy por senam embaracarẽ e dareem huñas pellas outras queremdo todas vyr a salluar de Julauemto como nã perderẽ Do caminho que ouuerem de fazeer e ser causa dalongar mais a viaJeeem pois compre a noso seruico emcurtar tanto como sera posyuell.

Synaees.

E Asy lhe darees por synall em que vos aJam de seguir e Respomdeer. = a saber = quando ouuerdes de virar dous foguos e que todos vos respomdam com outros dous cada huũ, e depois de vos aiso Respomderem todos vyrarees.

E por seguireem farees huũ foguo.

E por tirar moneta farees tres foguos.

E por amaynar quatro.

E per desaparelhar fara quall quer que for desaparelhado muitos foguos por tall que os outros navios lhacudam e vão a elle.

E ao navio que fizer estes synaees de serdesaparelhado acudirã todollos outros pera lhe dar quallquer Remedio que cumprir e se posa dar.

E nenhum nam virara nem amaynara neem tirara moneta sem que primeiro vos façaees os foguos sobre ditos e todos vos tenham Respomdido salluo se allguma das ditas naaos nam sofrer tambem avella como avosa, e a força do tempo lho Requerer que a tire e quando isto acomtecer a allgũa fara seis foguos na popa e tirara alguũs tiros de bombardas pera que vos e os outros navios saibaees por que ho asy fez trabalhamdo poreem a naão que isto por tall caso asy fezer quamto lhe for posyuell por sempre teer avosa Rota.

E depois que asy forem amaynados no caso que pollos ditos synaees que lhe asy fizerdes pera amaynar, amaynem nam tornara agimdar nenhũ salluo depois que vos fizerdes outros tres fogos,

etodos vos tenham Respomdido e falleccemdo allgum que nam Respomda nom gimdara nenhũ dos outros antes amdaram todos amaynados atee ser menhaã em que delhezam todos se poderam veer.

*Damdo o tempo nelles antes das canaryas tornem a lixboa ,
e o que faram.*

E se antes de serdes nas canaryas vos vemtar allgnũ vemdaual asy Riguo que as naãos não posam pairar. E convenha tornar a esta costa o que noso Senhor nam queyra , farees vos e todas as naaos quanto posiuell vos seJa por tornardes a lixboa. E se allgum o nam poder fazer trabalhara por aveer setuuell e dally ou quall quer outro porto omde se achar vollo fara lloguo saber certo a dita cidade ou omde quer que souber que soees chegado pera lhe mandardes ho que faça. E nam vos achamdo aquy nem satemdo omde fordes mamdara o Recado ao noso feitor da casa de guinee e Imdias e elle lhe Respomdera o que aJam de fazer. E se antes de lhe hir Resposta fizese tempo com que se podese vir a lixboa se viram loguo os taees a Rastello.

*Se pasadas as canaryas se perdesse allgum navio da conserua
o que fara.*

Item se depois depasadas as canaryas vos aqueccese caso por que os Ditos synaes e cada hũ delles aJaes Defazer, e nam vos acudimdo allgũ dos ditos navios com os synaes que sam ordenados nẽ Depois que fose menhaã ovises na companhia em tall caso farees todavia voso caminho cõ os outros navios que se com vosco hachareem caminho damgra DaRoca omde avees de hir tomar aprimeira terra da bamda dalleem depois de dobrado ho cabo da booã esperamça como atras vos fica decllarado. E aquy esperarees per quall quer dos navios de vosa conserua que de vos se perdese Dez dias. E nestes vos Repararees aquy do que vos compryr asy Dauga como lenha como quall queer outra cousa. E nam vindo neste tempo emtam potheres synaes no dito porto de cruze nas aruores. E tamchadas Depaao na terra com vosas cartas nellas pera saber o dito navio quando ally vier teer como ally esteuestes e esperaste por elle os ditos dias, e vos partistees e nas ditas cartas lhe direes o caminho que façam em vosa busca.

E se pella vemtura quando a dita amgra daRocha cheguasees achasees os mesmos synaes os quaes ha Depoer o nauyo de vos perdido pero que ha desperar por vos chegamdo primeiro quinze dias em tall caso depois de ally tomardes o vos comprir-vos partirees efarees dally voso caminho direito apomta da terra de sam louremço da bamda dalloeste omde aveemos por noso seruico que vaades tomar pera por a dita bamda Dalloeste correrdes toda a dita terra e a descobrirdes por que desta outra bamda seja toda vista.

Item se prymeiro chegardes a dita pomta da terra Desam lou-

Começo do descobrimento.

remço dabamda dalloeste e nam achamdo hy os sobreditos synaees perasaberdes que chegou ally o nauio perdido da vosa comserua poheres vos os ditos synaes e começarees dahy por diãte afazer voso descobrymento como ao diamte vos sera decllarado pera elle saber como ally chegastes e hir em vosa busca corremdo a dita terra pella dita bamba dalloeste.

E se ho navio de vos perdido primeiro cheguase a dita pomta da dita terra sem achar hy os ditos synaees esperara hy por vos quimze dias e se pasado nam fosees emtam pobera hy os ditos synaees ese partira e Jra fazemdo seu descobrymento ate chegar ao cabo da dita terra que he o cabo de tristam da cunha e nelle vos esperara outros quimze dias. E se pasados nam foreys emtã fara o caminho que vos mādamos que vos mesmo façaes como ao diamte vos sera decllarado.

Item da amgra da Rocha como dito he farees voso caminho direito apomta de samta maria da dita terra de sam louremço que he da bamba dalloeste. E a primeira terra da dita terra de sam louremço e dahy feito todo o que dito he se allgum navio ate emtam de vos fose apartado yrees corremdo a dita terra pella dita bamba dalloeste ate o Río de tanana trabalhamdo, de veer esaber muy bem todo o que ha na terra como ao diãte vos sera declarado nos capitullos que nos fallaram.

E se aquy neste Río se ate emtam nam for com vosquo o navio de vos apartado o esperarees aquelles dias que vos bem parecer. E trabalharees de por este Río descobryrdes quamto bem poderdes toda a terra e cousas della como nos ditos capitullos se contem que ho aJaces de fazer sabido todo ate aquy te esteRyo mui beem Correrees te oCabo de tristam da cunha e nam achamdo atelly o navio ou navios que de vos fosẽ apartados e achamdo-vos soo no navio em que hiis que noso Senhor nam mamde e Jmdo cõ carreguaDoque na terra achaseys tamta que foseys de todo caregado neste caso emtam vos yrees a moçambique e dehy farees voso caminho pera estes Reinos. E nam achamdo carregua poherrees os synaees que atras siquam ditos nos porto se lugares homde estiuerdes na dita terra desam louremço ate o dito cabo de trystam da cunha e como ao dito cabo de trystam da cunha chegardes esperarees hy dez dias por avosa conserua e nas cartas que avees de lleixar nas Ditas cruzees leixarees Recado do caminho que fazees. E nam vos acudimdo nelles vos hy a moçambique edehy hy corremdo aCosta ate cocotora edehy atreuesay pera a Jmdia atomar carregua segumdo que lleuacees por as cartas nosas pera nosos feitores volla aveerem de dar Edamdo vos ho tempo llugar E nam vollo damdo em tall caso vos aJuntarees com quallquer frota ou armada nosa que desta bamba achardes pera em sua cõpanhia nos serujrdes com o navio que lleuardes.

E se vos achaseys com outro navio esem carregua ambos asy farees com elles ambos voso Descobrymento como ho avees de fazer

Com aJuda de deus aclaras a Ilha do Crauo.

achamdouos Juntamente com todos os da conserua que leuaees E asy o farees achando uos com três nauios posto que ho outro de vos fose apartado.

Item vos trabalharees na dita terra de sam llouremço com a conserua com que vos achardes per a descobryr toda e correrdes pera a dita banda Dalloeste vendo e emtramdo em todos os portos que nella ouuer E em que seguramemente poderdes emtrar marcando as barras e Emtradas delles e tomando os synaes Delles e poemdeo em esprito pera fiquarem bem sabidos E se poderem gardar os navios que ally depois foreem De quallquer pryguo que nelies ouuer e nos Ditos portos e llugares em que achardes pouoraçoões e geemtes mostrarees toda mostra de mercadaryas que lleuaees asy despeciaryas como ouro e prata como todallas outras. E achando nouas dallgumas Dellas que aja na terra trabalharees Desaber omde E de que parte, e se sam em parte que se posa lla Jr por os Rios se na terra os ouuer se por terra E quanto ha dy Domde estinerdes e as nouas que diso souberdes aos lugares omde as ditas cousas vos disserem que ha. E em quantos dias se podella Jr e se he boõ caminho se maaõ e que Jemtes ha no caminho E se podem pasar seguros os mercadores que vaõ E asy quaces quer outras pesoas E se no caminho se leuam direitos aos mercadores das mercadarjas e se a terra he de muitos Senhores se de muitos e que mercadarjas mais querem pera se averem as mercadarjas que souberdes que laa ha E toda outra mais emformaçam que vos pareceer necesarea.

Item saberees se a dita terra desam llouremço asy nos pertos omde estiuernes como em allguõs outros veem naaos de fora que fragam mercadarjas, e domde veem e como se chamam as gentes que nellas veem E se sam mouros se gentios, e que mercadarjas trazem e se sam as naaos que hy veem grandes se pequenas e do que façam e o tempo em que veem. E em quantos dias pasam domde veem a dita terra de sam llouremço E como sam vestidos e se trazem armas e se sam homees brancos se pretos E se quando vem pera a dita terra de sam llouremço fazem escapollas em outras ylhas. E se as fazem que mercadarjas acham nellas e se se tornam no año em que veem ou esperam por outro tempo ese veem cada año se de certos em certos años eo modo em que nauegam.

aagentçada.

Item saberees se as gentes da dita terra de sam llouremço sam mouros se gentios E se sam gentios ho modo em que viuem aintre elles os mouros e se Reconhecem os mouros aos Reis, eSenhores naturaes da terra ou teem guerra huõs com os outros ese ha hy Reis ou Senhores de mouros apartadamente sobre sy.

Item se na terra ha naaos e nauios da propia terra ese della nauegam pera allguãs Ilhas hy comarquas e que mercadarjas ha nas ditas ylhas.

Sabydo.
Sabydo.

Item saberdes dos mantimentos que ha na terra E o por que se poderam aveer e se sam caros se baratos.

Item saberees do modo em que viuem os Reis e Senhores da terra asy gentios se nella os ouuer como mouros E que modo de Justiça teem e se sam Ricos e se teem tesouros e se teem estado e de que maneira, se teem alifantes ou caualllos e que armas teem e se teem allgum modo d'artelharya. E se sam gentios fracos se guerreiros e se ha amtre elles allguõs christaaos (*xpuãos*) asy como na Jndia ou conhecimento da fee de noso Senhor Jeshu Christo e que custumes teem e se tem allguõs custumes que sejam conformes aos mallabares da Jndia e toda outra de que vyuem.

Item perguntarees principallmente por as cousas De que temos nouas que ha na dita terra = asaber = crauo, gemgiure, noznozeada, maçãs, beiJoim, prata, ouro, esedestas ha cantidade quanta. E se as ditas especiarias as prezam amtre sy e teem trauto dellas como na Jndia ou nam e quaees mais estimam.

E vos lleuarees as mostras de todas as especiaryas llacar, etimtas, e maçãs e gemgiure e beiJoim pera todo poderdes mostrar.

Item perguntarees se ha na terra cerra por que somos emformado que ha ha muyta e se elles a estimam ou em que se aproueitam della e por que mercadarya adaram e se mercadarya cara se barata.

Item sendo caso que aqui nesta terra de sam louremço achaseys tanto crauo e gemgiure e quallquer outra sorte despeciaria e drogaria proveitosa com que beem posaees caregar todos os nauios que lleuaes como prazera a noso Senhor que sera. Aveemos por beem e noso seruigo que sendo asy, vos tornees daquy com elles carregados pera estes Reynos em boõ ora; e nam vades mais adyante soomente em quanto aquy se fizerre prestes vosa carga e trabalhades a descobrjr esaber das Ilhas daRedor desta terra de sam louremço e que diz que aquy ha preto della todo o que nellas ha e teem. E este com ha mais seguramça Do nauio ou nauios em que ho oueiseis Defazer que seja posiuell e seruymdouos ho tempo pera iso.

E se aquy nesta terra de sam louremço nam achaseys carregua pera todos os nauos das cousas que dito he e achaseys pera dous delles emviallos-es asy caregados pera estes Reynos cõ todo Recado do que achaees e achando carregua pera tres dos ditos nauios vyrnos-es com todos tres carreguados. E o outro nauio mamdarees aJndia seruyndo-lhe o tempo pera iso pera llaa carregar e se vir com nosas armadas. E se nam achaseys aquy cargua mais que pera dous nauios das cousas sobreditas em tall caso os enviarees ã boõ ora pera estes Reynos com Recado do que achastes e fizestes no descobrymento da dita terra todo muy llargamemte e vos com os outros dous nauios descobryrees as Ilhas do comoro. E as outras Ilhas dahy daRedor e trabalharuos-es de muy particullarimente saber de todo o que nella ha como atras vos fica decillarado que ho saibaes na dita terra de

Sabydo.

Crauo e gemgiure
Sabydo.

Sabydo.

sã louremço e virees por melynde e mōbaça ate mōcabique pera saberdes como estam as cousas Daquella costa e aproneitardes em todo o que for noso seruiço. E achamdo ouro ê moçambique que hy tenha vasquo guomez dabreu noso capitam e ofeitor do noso Resgate de çufalla lhe Requererees que vollo entregue pera nollo trazerdes E se elle ho nam tiuese hy e tiuese Recado que estaua em çufalla hirees açufalla etomarees ho onro que hy achardes e nollotrarees e com elle e com todo o mais que nas ditas Ilhas descobryrdes vos virees em hooã ora a nos E por este capitollo mandamos ao dito vasquo guomez noso Capitam de çufalla e moçambique que vos faça entregar o ouro que tuer hy ê moçambique ou em çufalla ate comtia de (L) cincoenta mil dobras pera nollo trazerdes.

Item se na dita terra de sam louremço nam achaseys carega das sobre ditas cousas mais que pera hũ nauyo aveemos por bem que em tall caso carreguees soomente o nauio em que vay per capitam Joham nunez e nollo emviay daquy asy caregado com todo o Recado do que nesa terra achastes esoubestes della e de quaees quer outras de que muy comprydamente nos avisarees por elle, porem se amtes quesserdes mandar a naao em que his carregada despecearya e cousas que aquy achaseis ficara em vosa escolha pera opoderdes fazer.

Item Acabado defazerdes o descobrymento de toda esta terra de sam louremço eleixamdo nella postos os padroões que lleuacees pera aquy leixardes que poheres nos lugares que mais convynyêtes vos parecerem e nam avemdo nellas mais que fazer e de todo della estardes beem emformado e terdes Jnteira sabedorya neem achamdo carega nella pera daquy mandardes tornar os nauios carregados como atras vos fica deçllarado. Emtam se nellas ouuerdes nouas dallgũas Ilhas que seJam de proveyto Illacees buscar com conselho dos pylotos, e seruyndouos ho tempo pera iso e com toda segurameça, enam perdemdo porẽ poryso tempo pera o caminho que avees defazer adiante como vos sera deçllarado adiãte neste Regimento.

E himdo ás ditas ylhas trabalharees de saber nellas todo o que nellas ha asy como vos he deçllarado que ho façacees na dita terra de sã louremço aproneitamdo-uos do que nellas achardes de mercadarjas Demaneira porẽ que nã faça pejo aos nauios pera sua nauegaçã E daquy das dytas ylhas se a ellas fordes ou da terra de sã louremço, se a ellas nam poderdes hir farcees voso caminho com ajuda de noso Senhor direitos aponta da Ilha de ceillam, e quando fezerdes ho caminho pera ceillam trabalharees de fazer ho caminho polla Ilha de Camdaluz ou por maldinaque folgaryamos de serem descubertas e tambem creemos que achatees hy pillotos pera toda parte Damdo porcem tall Resgardo nesta viagem que amtes vos achees de demtro da pomta da dita Ilha de ceillã que de fora, por que esta aveemos por mais segura nauegaçam por que se de frecha ouueseyes de hir demandar amallaca omde com aJuda de Deus noso Senhor queremos que vades pella ventura por se nã saber como Jaz

a costa dellaa poderya ser que escorremdoa nam toparices muytos dias com terra, e por tanto aveemos por mais seguramça esta outra nauegaçam tomando sempre conselho com os pyllotos e himdo com tanto Resgardo como cõvem que se tenha em hũa tall viagem per os mares nam serem aJmda conhecidos eprincippallmente Denoite terees muy grande vigia asy nas velhas como no tomar do fundo com os prumos por que avees de pasar pollo arcepellogo das Ilhas eDemaneira ofazce que vades sempre agramde Resgardo espreuendo e fazendo sempre espreuer aos pyllotos e espriuaees de todollos nauios todo o camynho que fezerdes de todollos dias e os teempos em que nauegastes e os synaees do mar e aRumãdo muyto no certo todas a Ilhas que achardes e quanto ha de hũas as outras E asy quãto ha da primeira terra de que partirdes em busca de ceillam ate apimeira da dita ylha de ceillam que tomardes e asy farees espreueer as alturas de todas as terras e Ilhas em que fordes.

E este modo vos mandamos que tenhaes des que voso descobrimento comecardes afazer na dita terra de sam louremço.

Item como fordes em ceillã prazendo aDeus saberces se allgũã gente nosa esta aquy, ou fortaleza ou naaos que creemos que achees aquy de nosas gentes e armadas Recado E depois de bẽ saberdes parte diso e de muy Jnteiramente vos emformardes das cousas desta ilha de ceillam como' atras vos fica decllarado que ho facaes nas outras terras que descobrjrdes Emtam partirees daquy efarees voso caminho em busca Demallaca TRABALHANDO de tomar aquy em ceyllam pyllotos e himdo a dita mallaca como esperamos em noso Senhor e achando nella carrega que vos pareça que sera mais proveitosa que aquella que na Jndia podees aveer e leuamdo mercadaryas por que bem vosa carrega posaes tomar, caregarees hy e de hy farees voso caminho pera vos virdes pera estes Reynos per homde com conselho dos pyllotos mais prestes posais vyr a elles follgamdo que venhaees asy abitalhado dos mamtimentos daugoa que se vos nã posa seguir Jmcomvnyẽnte allgum.

E se aquy em quejllam achaseys o viso Rey e vos Requerese pera defensam dallguma fortalleza agemte nosa que estinese em estrema necessidade e aque com vosquo se podese Dar Remedio farees neste caso soomente o que da nosa parte vos Requerer e mandar por este ao dito nãso Viso Rey ou capitã moor das partes da Jndia que em nenhũa outra cousa vos ocupe, nem Detenha salluo na sobreddita por que por vos emvjarmos a descobrjr asy ho aveemos por beem.

Item se aquy em mallaca nam tomaseys caregua por vos nam pareceer tam proveitosa ou por nam lleuardes mercadorjas pera que o podeseys aveer depois de trabalhardes de saber todo o que na terra ha demodo que nam posa ficar cousa que nam saibaees asy das mercadorjas que nellas ha como Das que a Jemte e mercadores querem e com que mais follgam e do trauto que nella ha, Das outras terras e muy particularmente de todo odella segumdo que vos mam-

damos que ho saibaees de todas as cousas na terra de sã louremço e depois dasentada com os Rey ou Reys Daterra paz e amizade em-tam vos partircees em boõ ora efarees voso caminho a Jmdia pera hy tomardes vosa caregua segumdo que leuaees por nosos alluaraas esgardamdo poreem que nã se perca mais de vosa Jda aJmdia por estardes daly lomge ou ã tall tempo que himdo a ella nam posaees sayr Della tam cedo Do que se fara de proueito, e por que vosa Jda aJmdia nam sera senam quando vos parecer que sera mais prouei-tosa do que se podera seguir Deperda nos solldos.

E em todos hos outros custos da armaçã himdo todauia a ella e ysto poreem soomemte pollo que toca aparte da perda ou proueito noso pella parte que teemos na armaçã.

Item em todas as Jlhas por que fordes e em que estiueredes, E asy nas Jlhas do crauo Camatar e as outras Jlhas poherees dos pa-droees que leuaees E asy mesmo em mallaca naquelles lugares que vos parecerẽ mais comvynyentes.

Item Em todas as terras em que chegardes perguntarees por christaãos (*apaãos*) ou se ha hy nouas delles e asy por todas as cousas do trauto, E achamdo christaãos (*apaãos*) os agasalharees efarees todo homrra e boõ trauto e esforcarees na ffee damdo lhe es-perança que muy cedo noso Senhor ordenara deserem postos em liber-dade e o serujrem com Jnteiro conhecimento E obraas de verda-deiros e ffees christaãos (*apaãos*) cõ mais beems espirituaes e tempo-raes dizemdo-lhes nosos descobrjmentos e noso grande cujdado delles com zeello e temça de mayor emxallçamento e acrecenta-mento de nosa Santa ffee catolica E dizemdo-lhe as fortallezas que teemos na Jmdia E nas outras partes, como a ellas cada año envia-mos nosas armadas Demuytas naaos e gecmtes E esforçamdoos quanto posiuell vos for com pallauras e obraas. E que tanto que a nos chegardes, nos enviaremos as ditas terras as nosas armadas e gemtes perahy asemtarẽ asy como nas outras partes da Jmdia o fazeemos.

Item em todollos lugares em que esteuerdes vos trabalhay saber das naaos que a elles veem e domde E com que mercadarya e os tempos em que nauegam e de toda a cousa das terras domde foreem e se teem Senhorios de mouros se de gemtios ou de que gemtes e se teem guerras cõ seus vizinhos ou paz e toda outra emformaçã das cousas das terras domde forem.

Item quando he Inverno em as terras em que tocardes e es-teuerdes, e quando verrão, e quanto tempo dura hũ tempo eoutro e isto trabalhay de saber o mais no certo que poderdes e dos tem-poraes que comũmete mais correm.

Item Asy na terra de sam louremço como ã todas as Jlhas em que fordes e asy em mallaca vos trabalhay Desaberdes se ha cidades e pouoraçoẽs grandes e de que pouoo e se sam allguñas cerquadas e se tem fortallezas ou o modo de que a terra he pouorada.

Item se them allguma noticia do apostollo sam thomeç.

Item todas as terras em que tocardes posto que em cada hũa particularmête vos tocamos que nellas aJaees de perguntar e saber, e perguntarees e saberees geerallmête todo o que vos mandamos que perguntees e saibaes na terra terra de sam louremço e alleem dissò se ha cobres ou se se trauta por mercadarja e o que Delle fazem se teem artelharjas e de que sortes e asy a poiluora.

E os mantimentos que ha em cada hũa e sam baratos se caros. —

Item olharees principallmente em todollos lugares se ha hy desposysam pera fazer fortallezas Junto do mar olhando por porto pera os nauios especiallmente pera de Inverno podereem estar sytyo pera as fortallezas que sera forte E tenha augoa e llenha que se lhe nã posa tolher e que seja lugar sadyo e toda outra cousa que se Requere pera asemto seguro e convenhauell Da fortalleza.

Item perguntarees pollo Rio gramJes e se ha noticia delle e em que parte cay.

Item perguntarees pollos chÿs e de que parte veem e de cam longe e de quanto em quanto vê a mallaca ou aos lugares em que trautam e as mercadarjas que trazem e quantas naaos Delles vem cada anno epollas feyçoees de suas naaos e se tornam no año em que veem. E se teem feitores ou casas em mallaca ou è outra allguma terra e se sam mercadores Riquos e se sam homeês fracos se guerreiros e se teem armas ou artelharjas E que vestidos trazem e se sam grandes homeês de corpos e toda a outra emformacã delles e se sam christaaos (*xpaaos*) se gentios ou se he gramde terra asua e se teem mais de hũ Rey amtrelles e se vyueem amtrelles mouros ou outra allgua gente que vyua na sua lley ou cremça e se nam saã christaãos (*xpaãos*) em que creem ou aquê adorã e que costumes guardam e pera que parte se estemde sua terra e com quẽ comsynam.

Item saberees em todo llugar em que fordes se ha pymemta ou outra especiarya teem valia amtrelles. E como pasa a elles Demallabar ou se ja ha nã propia terra.

Item se vall amtrelles pedra hume corall azouges vermilhoes e as outras mercadarjas que se trautam na Jmdia. E quaees mays estimam e as que mais vallem.

Item se correm moedas e queJamdas e Deque metaees ou se sam Doutra allguma maneira que nam seJam Douro nẽ de prata, nẽ metall outro asy como as de manycomguo.

Item saberees em toda apartu omde estiuerdes se ha hy seda sollta e se a ha na propia terra ou veem Defora, ese veem Defora e de que parte veem. E que Jemtes sam as que atrazem e se he muyta cantidade, ese a estimam muyto E as cousas ã que a guastam e o preço della queJamdo he se se daa a troco doutras mercadarjas e queJamdas. —

Item saberees da gramdura das naaos detoda aparte em que tocardes e asy das que a ellas viereem de fora. E se amdam armadas as gentes que nellas nauegam e o modo das armadas.

Item vos emcómmandamos e mandamos que em todas as partes onde chegardes naam fazees dano neem mall allgũ antes todos de vos Recebam homrra efauor e guas lhado eboõ trauto por que asy compre nestes começos por noso seruico E aJmda que polla ventura contra vos se cometa allguma cousa Desymulalloeis o melhor que poderdes mostramdo que aJmda que tiueseyis causa eRezam pera fazerdes damno o lleixarces Defazer por asy vos ser mandado por nos. Enam querdes senam paz e amizade peroo armamdo sobre vos ou vos fazemdo allgũ engano tall que vos parecese que vos querjam desarmar, emtam farees aquem isto vos cometese todo o dano e maall que podeseys E em ontro caso nom farees nenhua (nhua) guerra nem mall. E por que mais segurees as gentes dos lugares onde fordes e estiuordes trabalharees por vos fazer hir aos nauos e nelles hos comvidardes e lhe dardes Das cousas que leuaes pera dar E em tudo os trautardes ho melhor que se posa fazer e em tall maneira que todos posam serde vos e de voso boõ gasalhado contentes e deem è toda parte noua Deboõ trauto e homrra que de vos Recebem por que neste começo nas terras semelhâtes rellena muyto a noso seruico fazerse asy E por tanto muito em especiall rollo emcommendamos e mandamos peroo quando asy a geemte for aos nauos terã tall Resgardo que nã emtre tanta que pareça maao Recado mais sempre o fazey em tall modo que seJaes seguros delles pera vos nam cometerem engano allgum e disto cede muyto avisados.

Item vos deffendemos e mandamos que em todo o caminho que fizerdes nom fazees no mar nẽ na terra nenhũa tomadia por que asy o avemos por noso seruico salluo armamdo sobre vos por que em tall caso farees a guerra que poderdes e quando por ese caso o ouneseys Defazer farees asemtar atodos hos espriaees de nosa armada como pera a dita causa ho fazees pera por todos os asentos vermos como compristes e guardastes noso mandado.

Item vos defendemos e mandamos que nunca è parte allgua Das em que tocardes e esteuerdes saya vosa pesca em terra e avemdo de sayr por vos parecer asy necessario por noso seruico seJa em tall seguramça E Recado que se vos nam posa seguir Jmcomvnyemte allgum e nesto temde a tall Resgardo como compre anoso seruico E a conta que de vos nos avees de dar.

Item estamdo em porto vos lembramos que seJaes muyto avisado Deestar em grande Resgardo e vigia asy De dia como Denoyte asy pera o que se poder offereceer Dagemte da terra como Dotemporall do mar fazemdo Recorrer ameude nosas amcoras eDenoite as mandardes muy bem vigiar: alleem da Vella evigia ordenada dos quartos. E lembramosuos o que aqueceo aVicemte sodre por nam estar atall Recado por o temporall que lhe veyo como compria.

E por tanto temde tall Recado nestas cousas como por noso seruico deuees epor que vos toqua soees obrigado./

Item As cousas que leuaes pera dardes de presemte asy a elRey

Demallaca como a allguũs outros Reis eSenhores Das Ilhas e terras omde tocades e esteuerdes, lhe mandarees apresetmar asy como vos pareceer que a cada hũ deuees Dar: E mandar-lhes hos ditos presemtes Davosa parte, e nam danosa; fazemdo-lhe Relaçam áquellas por que As Ditas cousas emviardes como nos teemos mādado anosas gentes e armadas aquellas partes com DeseJo e gramde vomtade De com os Reis eSenhores dellas nos conheceermos e pres-tarmos. E nosas gentes cõ as suas e com elles termos paz e amizi-dade. = E que vos por noso mandado soees hido ao fazer etrabalhar.

E com ysto lhe Dara aquelles que emviardes cõ os ditos pre-sentes Rezam das fortallezas que teemos na Jmdia. E das gentes e armadas que no mar DaJmdia trazeemos.

E asy das outras fortellezas de çuffalla e quyllõa e dos Reis eSenhores daquellas partes que estam nosos amyguos mostrãdolhes sempre booa vomtade e apresetmandolhe hosproueitos que de nosos trautos Receberã todo asim de os trazera todo boõ concerto e pera que fiquem suas vomtades asemgadas eseguras pera comuoso que nosas gentes follgarẽ de trautar. E elles teerem seguramça de uos e uos delles. E este sera neste princypio voso principall fundamento.

E vós trabalhay daver dous pares ou meia duzia de homees que milhor saibam as cousas do mar e da terra daquellas partes pera nollõs trazerdes: / *(original text in Portuguese)*

Item poreem vos mādamos que veJaees muy beem asy este Re-gimento e em todo ho cumpry e garday como nelle he comtendo e de vos confiamos que ho façaees. ffeito em allmeirim a (xuj) 13 de feueireiro de mil quinhentos e oito (jb^obuj) = Rei. =

Regimento de Diogo Lopes.

(Real Archiv. da Tor. do Tomb. Corp. Chronol. Part. 1.^a, Maç. 6.º, Doc. 82 N.º Suc. 645.)

EXPLORAÇÕES DOS PORTUGUEZES

NO INTERIOR D'AFRICA MERIDIONAL.

DOCUMENTOS RELATIVOS

À VIAGEM DE ANGOLA PARA RIOS DE SENNA.

(Continuados de pag. 439,)

— C —

1811.

Em nome de Deos Amen.

Do que tratamos com Illustrissimo Senhor Governador da Costa Oriental da Africa dos Rios de Senna sobre da nossa chegada a dependencia do Estado e Reino de Angola e da entrega da Carta ao mesmo Senhor Governador mandado por meu Senhor Tenente Coronel Francisco Honorato da Costa e Director da Feira de Mucari, e o mais que na dita villa corre e o negocio das Fazendas, e as conquistas que são sujeitas ou subordinadas da mesma villa e o que fui reconhecendo no ditto Territorio e as pessoas que nella assistem.

Sabado dous de Fevereiro de 1811 chegamos na villa de Tette as quatro horas da tarde e na companhia do Senhor Capitão Mor Gonçalo Caetano Pereira para nos entregar na Presença do Senhor Governador, e no mesmo dia que chegamos nos não avistamos com elle e nos mandou o mesmo Senhor Gonçalo Caetano em huma Caza de hum morador filho da terra que estava fora da villa, e elle ditto Gonçalo Caetano em Caza do seu Genro Jozé Sebastião de Ataíde, e tendo pernoitado no Caminho dois dias de partirmos do sitio do mesmo Senhor Gonçalo Caetano, e no dia Domingo tres nos mandou chamar o Senhor Governador o qual não abriu na nossa pre-

zença digo e no dia Domingo tres nos mandou chamar o Senhor Governador por hum Soldado e fomos juntamente com o mesmo Gonçalo Caetano e entreguei a Carta ao mesmo Senhor Governador, a qual não abriu na nossa presença, e nos disse que estava muito bom estar aberto o Caminho da Costa occidental da Africa em Angola para os Rios de Senna por terra, e deo o recado o Embaixador do Cazembe que com elle fomos chamado Catara Mirimba que ali lhe trago a V S.^a esses portadores que de Angola vierão a entregar o ditto Embaixador o presente que o Cazembe mandava ao Senhor Governador que consistia em dous Dentes de marfim, e uma pedra grande verde que não entregou, e perguntando-me pelas derrotas da Feira de Cassange para Muathahianvo, e de Muatianvo para o Rey Cazembe, e de Cazembe para a Villa de Tette as quaes derrotas logo pedi papel e me deo, e as tresladei com toda a declaração do que tratamos com Muatahianvo sobre da mesma dependencia nos deixar passar para diante e nos dar o Guia que nos veio trazer em Cazembe, e os presentes que com o ditto Muatahianvo fizemos; assim como tambem com seus Povos Potentados que no Caminho se achão até ao Rey Cazembe e da mesma forma com Cazembe e a tanta demora de voltarmos no Caminho duas vezes cauzado estarem os Potentados Huizas levantados contra o Cazembe, cauzado delle ditto Cazembe ter matado seus filhos nas Guerras na volta do Caminho de Senna, depois de termos descansado vinte dias e ficando por tresladar a Derrota de Cassange para o Muatahianvo, por elle não me dar mais papel dizendo que bastavão as noticias que eu lhe participava bocalmente de Cassange ficava sciente de tudo, e que percizava somente as duas Derrotas do Muatahianvo para Cazembe, e do Cazembe para os Rios de Senna, e da intrega da Carta nos disse tambem que de nenhuma forma nos pode supprir com todo o necessario para o nosso transporte para Angola por que não pode fazer nada sem Licença do Excellentissimo Senhor General do Mossambique e que o melhor era elle Senhor Governador nos despachar para Mossambique ter com o Senhor General para elle dar parte ao Rio de Janeiro ao nosso Senhor Principe Regente para o ditto General nos despachar com todos os preparos pa-

ra meu Transporte por que quando dezembolçou o antepassado Governador Antonio de Noronha digo Antonio Norberto Barboza de Villa de Boas provão com algumas pessoas do trabalho Geral lhe foi pagar a Fazenda que elle tirara da Feitoria de S. Excellencia em Mussambique condenando-o de destrahir fazendas Gerais de toda a forma nada posso fazer sem licença de Mossambique por cauza do grande estrondo que tem havido de sahir fora da Corte do Nosso Senhor Principe Regente de escapar de ser apanhado por grande Bonaparte esse he o Ruina e perturbação de estarem os Rios de Senna sem providencia e nada poder fazer e não se saber quem virá neste Governo dos Rios de Senna se será Portuguezes, ou Inglezes, e por esta consternação lhe privava Senhoriar nas couzas da Real Fazenda, e so sim o Governador Jose Francisco de Araujo Lacerda falescido em Cazembe a quem Sua Alteza Real tinha encarregado essa dependencia da Abertura da Costa Occidental da Africa em Angola por Terra tinha ordens Regias e teve todo provimento e não chegou a avançar a Angola e Deos foi servido levalo para si e morreu no ditto Territorio do Cazembe e em Goa estão ja dous Governadores hum Inglez e outro Portuguez e por noticias dos negociadores que de Mussambique vem para os Rios de Senna com fazendas á companharem digo com fazendas a comprarem dinheiro, nome que dão a ouro em pó, e marfim virem tambem ditos inglezes tomar os Rios de Senna, e estarem dous Governadores o que valha a verdade dellés.

Alem dessa declaração que o senhor Governador nos fez tambem nos perguntou se vestiamos fardas e mandando-me sentar na Cadeira e dizendo que o que fizemos não ha ninguem que pode attrever a fazelo atravessar as terras da Costa Occidental da Africa, em Angola para a Costa Oriental dos Rios de Senna por terra, e sempre Sua Alteza Real a procurar quem podesse conseguir esta diligencia sem ter havido successo de se attreverem a fazer esta grave diligencia, e se perderão seis mil cruzados que levava o Governador Lacerda sobre a mesma dependencia respondi que não posso sentar-me na prezença de V. S.^a e pode ver na carta que trouxemos o que somos nos fallou o mesmo Senhor Governador que nós exe-

cutamos a dependencia como os proprios Senhores executão as ordens de Sua Alteza Real, e muito mais sermos escravos termos toda a paciencia e Lizura de executar a palavra e recommendação de seu Senhor merecemos sermos premiados da remuneração de tanto trabalho que fizemos do S. R. e como em Angola he Governo sobre si e tem os poderes serão soccorridos, e o mesmo seu Senhor Francisco Honorato da Costa Capitao desta deligencia não dechará de lhes reconhecer de executar, o que elle mandava de serviço Real, e tratando isto tudo na sua Rezidencia Publica, e na prezença de dois Officiaes de Banda e seu Ajudante Rodrigo José de Aboim, e Capitão de Milicia Camello Joze de Lemos, Gonçalo Caetano Pereira, Joze Sebastião de Ataide Escrivão do Judicial, e mais outros dois homens de que ignoro os Nomes. Respondemos que não podemos hir para Mussambique por em Cazembe estar a espera de nos hum Guia que nos dava o Rey Muatahianvo, assim como tambem estar-mos fora da Patria perto de dés annos que andamos nessa demora, e não sabemos se quem nos mandava he vivo ou morto.

Respondeu o Senhor Governador que não importava, porrem que faria impossiveis de despezas para o nosso transporte para Angola e por essa mesma circumstancia pederia por obrigação de Sua Alteza Real mandoume com soldado para Caza do Illustrissimo Senhor Joaquim Corrêa Craveiro Sabarreiros para me sustentar e vistir, e mandou tambem o meu companheiro Anastacio Francisco com hum soldado em casa da Illustrissima Senhora Dona Francisca Josefa de Moura e Menezes para o tratar no sustento e vestir; tratarão-nos com toda a lizura do sustento dando-nos em dés ou doze dias hum Alquer de milho muido para sustento dos moleques, e pretas e o comer ja feito, e para o nosso Jantar tanto na Caza que eu estive e muito mais na em que estava o companheiro Anastacio, ditto craveiro deo-me que vestir hum fraque de fustão branco e hum Roupão de sarafina azul ferrete, com seus botoens de Tambaque, dous pratos de Louça de Lisboa hum par de botas, e estando nas Cazas dos referidos nos mandou chamar o Senhor Governador e nos deo hũa pessa de Zuarte para fazer-mos Calças, e Cutoes, e o Cazembe do Caminho deo-lhes fa-

zendas, e missangas finas para comprarem mantimentos no sítio do Senhor Gonçalo Caetano, e ditta fazenda e missanga entregou ao mesmo Gonçalo Caetano em Caza do seu genro José Sebastião de Ataíde mandado por Senhor Governador com sargento da Guarnição Luiz Joze Ferreira Lima para as entregar ao Cazembe do Caminho e comprarem o que elles quizerem, a qual fazenda não entregou o Senhor Gonçalo Caetano ao referido Cazembe do Caminho somente os foi sustentando com mantimentos dos seus Arimos. Depois de ter dado todas estas ordens tambem fez huma rellação de fazendas com os nomes dos Senhores moradores, e moradoras da mesma Villa para que fizessem por obrigação de Sua Alteza Real cada hum dos Senhores e Senhoras dar quinze ou vinte pannos, e elle Senhor Governador de sua parte deo cento e trinta pannos para o nosso Transporte para Angola e trazermos com todo o cuidado as Cartas do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor General de Angola, assim como ao Senhor Director Francisco Honorato da Costa, e nas mesmas ordens, nos prometteo somente darnos seis centos pannos, a que respondemos que querendo V. S.^a compadescer a despachar-nos para Angola, nos não chegavão os seis centos pannos da fazenda deste Paiz, para huma viagem tão extensa com dadivas aos Potentados que no Caminho se achão, e as despesas de comprar-mos mantimentos para o nosso sustento da Villa de Tette para Cazembe, e de Cazembe para o Muatahianvo, que elles nomeão Muropue, e do Muatahianvo para Feira de Mucary; entrou a infadar com o nosco dizendo que quando viemos de Cassange nada tinhamos trazido de fazenda para abertura do Caminho dos Rios de Senna, a que respondemes que o Senhor Tenente Coronel Francisco Honorato da Costa nos tinha despachado com tres contos de fazenda de Laá de boa qualidade, fora missanga de canudo, e pedras de varias qualidades; pannos Bernes, e Droquetes Castores Carmizins para contentamento dos Potentados Senhores de suas Terras para nos deixar passar, e dando-nos esta declaração nos respondeo que não façamos comparação com as fazendas que da costa Occidental em Angola vem; e nos despachou somente com quatro centos sessenta e oito pannos que elles chamão Xoabos fazenda da india bem avariada dado por

ditos Senhores, e Senhoras, contra suas vontades, e dizendo dittos moradores que não tinham obrigação alguma de despendem havendo fazendas de ElRei na Feitoria e entregando-se nos dita fazenda ja infardada em dois fardinhos que elles nomeão Mutores, as quaes fazendas não prezenciamos, e nem tão pouco termos rellação dellas de reconhecer-mos o que recebiamos e somente se abrirão ditas fazendas na Caza do Senhor Gonçalo Caetano por recomendação da Carta que em nossa companhia vinha do Senhor Governador por hum Soldado Domingos Sampaio para que quando Senhor Gonçalo Caetano tomasse conta das dittas fazendas e dellas fazer entrega na partida, e com isto nos despachou indifferentemente faltos do que nos era mais preciso para o ditto Caminho não nos dando fazenda de estimação para os dois Potentados Cazembe e Muatabianvo, os quaes he que fizerão toda a força nesta dependencia para nós atravessar-mos, e nem nos socorreo com alguma Arma, e polvora para nossa defesa e so com quatro centos sessenta e oito paunos, e dez massos de missanga fina branca, azul, e preta comprada com as mesmas fazendas e quatro sacos de Sal.

Com ajuda de Deos assim mesmo sem Armas, e Polvora partimos da Villa de Tette sexta feira dez de Maio de 1811, sem tratarmos de mais nada sobre a mesma dependencia, reconhecendo o Estado em que se achava a mesma Villa, e não so a perturbação do Bonaparte que senão tambem a desunião que na ditta Villa ha de huns com os outros, e athe com o mesmo Senhor Governador della levantarem digo della levantarem-lhe falço testemunho e se tem provado serem cauza de mortes de dois Governadores, o Illustrissimo Senhor Governador Francisco de Arango e Lacerda que Deos foi servido levar para si em Cazembe, que vinha para a mesma dependencia da Abertura do Caminho de Tette para Angola, e morreo outro Sr. Governador Antonio Norberto Barbosa de Villas Boas Provão, que os ditos Senhores moradores e Officiaes e Soldados deicharão em hum dezemparo nas Guerras, e nas terras chamadas Caririra de hum Potentado Imperador de nome da terra Moanna Mutapa Amutua que está a perseguir ao Governador da mesma Villa, e tem mais outro mais perto chamado

Príncipe da terra de Tette de nome da terra changára que está também a perseguir ao Senhor Governador para que lhe renda vassallagem, de mandar a elle tributos como Senhor de suas terras todos os mezes.

As conquistas do Governo de Tette são quatro, Senna, Quilhimar, Zumbo e Marissa, e a terra Maravez na outra banda do Rio Zambeze, em que assistem gente em que estão Arimos dos Senhores moradores e moradoras da Villa, e ha outra terra ao poente do Rio Zambeze chamada Sofalla Territorio do Muana Mutapa que está debaixo do Governo de Mossambique.

O Negocio da Villa de Tette he marfim ouro em po chamado dinheiro que vem comprar os Senhores Negociantes de Mossambique e Senna, e Quilhimam com fazendas da india, e não corre lá muito negocio de Cabeças por não terem bom preço que faça conta ao vendedor, e que em outros tempos atrasados tinham outro valor e não no tempo presente, e dão por hum moleque de 6 palmos ou mo lecote huma pessa de Duarte de 8 braças regulado por doze ou quatorze pannos, e huma pessa de Samater branco de 8 pannos a fazerem o numero de 22 pannos que elles chamão corja que dão por huma Cabessa, e sempre procurão os negociantes do Mossambique e Senna Quilhimam a gente que vem de Cazembe por não fugirem tanto como a do Paiz das Conquistas de Tette.

A Villa de Tette he de pedras e com as mesmas pedras da terra he que fabricão cazas Barriadas de pedras, e Barro de hum andar e algumas terrias cobertas de palha, e se achão somente quatro Cazas de telha de Dona Francisca intitulada Quibonda, Dona Paula Mascaranhas, Dona Philipa Antonia Irmá da Quibonda, e a Caza do Senhor Craveiro, e se tira das Ruas da mesma Villa Sal em tempo de Cassibo, e ate onde existe a Fortaleza dos Soldados e Caza do Senhor Governador e de todos os Senhores moradores e moradoras, e na outra Banda de lá do Rio Zambeze he a onde estão os Arimos dos mesmos Senhores, e Senhoras de mantimentos de Trigo, Sevada, Arros, e até macaas e Marmellos e milho miudo chamado Maça Ambála e milho grosso chamado Massa aquindelle, fructas de varias qualidades e Canas de que fazem Assucar,

e Gerebita, a terra he muito quente e de febres e de Cezoens.

Todos pela maior parte tem suas minas onde tirão o ouro em pó chamado dinheiro, e tambem ao pé dos Rios piquenos que mandão procurar por sua gente na mesma Banda de cá do Rio Zambeze, e todos os dias estão a hir e vir gente de cada hum daquelles moradores e moradoras a trazerem milho e Trigo para fazerem o pão e o mais necessario e lenha e o mesmo Rio Zambeze terá pouco mais ou menos quatro centas braças de largura he caminho para Senna e Quilhimam descendo com o mesmo Rio abaixo.

No dito pumbo não ha bastantes brancos portuguezes e se achão somente o Illustrissimo Senhor Joaquim Correia Craveiro Sabarreiros, Tenente Coronel de Milicias o Senhor Doutor Físico Mor Mathias Jose Rebello filho de Loanda Alexandre de Araujo Laceria Coutinho Pereira Major da Praça, Leandro Jose de Aragão Alferes da Guarnição, Miguel Joaquim Alferes de Milicias Joaquim da Costa, João da Guarda, Tenente de Milicias, Manoel Antonio Capitão de Milicias, Vicente Antonio de Quadros, o chamado Antonio Vergolino de tal Alferes da Guarnição, Caetano Benedito Lobo Tenente de Milicias, Camilo Jose de Lemos, Capitão de Milicias, Rodrigo José de Aboim Ajudante e Capitão de Milicias, Christovão Franco Capitão Mor da terra Mixonga, Luiz Jose Ferreira Lima Sargento da Guarnição, Jose Oias Furriel da Guarnição.

Os Filhos da mesma Villa João Vicente da Cruz, Tenente da Guarnição, Ignacio Gomes dos Santos Major de Milicias Manoel Jose Cardoso Capitão Mor das Terras, Luiz Nunes Capitão de Milicias, João Cardoso Alferes da Guarnição, Miguel da Costa e Santa Maria, Jose Dias de Sousa, Dionizio Xavier da Costa Alferes de Milicias Jose Vicente de Aquino. —

Senhoras do mesmo Paiz a Ill.^{ma} Senhora Dona Francisca Josefa de Moura e Menezes, que tinha cazado com dois Governadores da mesma Villa de Tette, Ill.^{ma} Snr.^a Dona Paula Mascaranhas, Dona Filippa Antonia de Moura e Menezes, Dona Leonarda Oitavianna dos Reis Moreira, Dona Thomazia Ritta de Moura e Menezes, Dona Izabel Pereira de Araujo, Dona Anna Sebastião de Sousa Bragança, Dona Anna de Mello Bo-

telho, Dona Izabel Anna de Sousa Bragança, Dona Rita de Araujo Lacerda, D Maria da Costa, Dona Anna da Costa. —

Alem destas tem outra Nação chamada dos Canaris o Ill.^{mo} Jose Pedro Diniz Coronel de Milicias, Gongalo Caetano Pereira, Jose Sebastião de Ataide Escrivão do Judicial, João Caetano de Andrade Soccorro Tenente Coronel de Milicias, Domingos Antonio Salvador Colaço feitor da Fazenda Real, João Salvador Colaço e mais outras Pessoas de que ignoro os nomes e ha outros tres Brancos chamados gentios que não profegão a Lei Catholica e vestem roupa branca sempre todos os dias, e trazem na cabeça uma Trunfa encarnada que não tirão da cabeça para fazerem alguma cortezia costumada hum de nome Tacraus Narus Alfaete, o segundo Ferreiro e o tresseiro Carpinteiro.)

No dia Sabado 24 de Maio de 1811 nos mandou o Senhor Tenente Coronel digo o Senhor Governador digo o Senhor Ajudante Rodrigo Jose de Aboim para presenciar-mos a fazenda que davão os Senhores moradores e moradoras debacho de ingano para fazer suas ladroeiras e dizendo-nos Senhor Rodrigo juntamente com Luiz J.^o Ferreira Lima que hade trocar por Zuarte algumas pessas de Botira branco que estava mais vistoso que o Senhor craveiro e a Dona Francisca Quibonda, e Dona Paula Mascarenhas derão que elles caressião respondemos que recebendo ditta fazenda na mão do Senhor Governador não teria duvida tomar duas pessas somente por que esses mesmos pannos brancos nos servia de utilidade para dar o presente ao Cazembe visto não nos dar o senhor Governador algum panno de estimação para o ditto Cazembe que nos fez chegar aqui na villa, com seu Cacuata para ficar contente e nos largar para Angola, responderão os ditos Senhores que sim.

E no dia segunda feira 23 do dito mez veio hum soldado a chamar-nos por ordem do d.^o S.^r Governador p.^a hirmos ver a fazenda, e fomos com o meu Companheiro Anastacio, e o achamos no 4.^o do d.^o Rodrigo o Camelo J.^o de Lemos, e Luiz J.^o Ferreira Lima e reparando na d.^a fazenda sem bolirmos n lla achamos saltar as peças que ali estavão junto com a mais faz.^a p.^r d.^{as} pessas logo o Luiz sahindo p.^a fora e d'ali entrou per-

guntamos o tal S.^r Rodrigo com descomposturas com nosco e dizendo que se tinhamos confiança examinar-lhe nos mandava comprar onde está o S.^r Honorato, e pegando-me a querer-me deitar p.^{1a} janella abaixo, e como não podia levantar-me entrou a dar-me pontapes e com algazarra m.^{1o} grande e p.^r ultimo nos deo a razão o S.^r Camelo dizendo-lhe que era m.^{1o} culpado trocar as fazendas p.^a o serv.^o Real, e accomodou-nos por que eu queria participar isto ao S.^r Governador por que se achava de cama doente, e o companheiro Luiz com m.^{1o} sento como era que andava com o papel da relação em Caza dos moradores e moradoras e serem ambos a origem desta troca a q.¹ troca todos os S.^{rs} e S.^{ras} acharão ter sido m.^{1o} mau procedim.^{to}

Nada mais tratamos, e nem vimos outra couza no dito Territorio de Tette que me esquecesse a escrever so sim na minha ausencia o saltar de cumprir as ordens de meu Senhor Tenente Coronel Fran.^{co} Honorato da Costa sobre esta mesma dependencia do Estado, e Reino de Angola da abertura do Caminho para os Rios de Senna e Deos Louvado para sempre partimos da d.^a villa sem perturbação que de nós procedesse de alguns furtos e mais outros crimes que valha que se não paz e socego = Pedro João Baptista =

Assignado = Antonio Nogueira da Rocha.

— D —

O Governador de Angola remette os Officios do Governador dos Rios de Senna; vindos por terra em consequencia da descoberta da communicação das duas Costas Oriental e Occidental da Africa feita pelos Pombeiros do Tenente Coronel Director da Feira de Mucary Francisco Honorato da Costa, a cujas diligencias e fadigas se deve o bom exito desta importante e dezejada descoberta. = Aquelle Tenente Coronel requer a justa recompensa dos seus serviços, e da despeza que fez toda á sua custa com esta expedição e da perda de escravos que sacrificou; cedendo de todo o dominio nos existentes, para receberem de S. A. R. as Mercês de que se fizerem dignos. Dezeja igualmente poder remunerar aos Potentados Gentios, que o ajudaram.

A Pedro João Baptista encarrego de no Rio de Janciro procurar ao Ill.^{mo} Sñr. Thesoureiro mór do Real Erario Francisco Bento Maria Targini, e de certificar ao mesmo Senhor dos meus respeito, e de pedir-lhe de da mesma parte interceder e encaminhar a interceder-se ao Principe Regente Nosso Senhor, á Rainha Nossa Senhora e ás mais Reaes Pessoas e aos seus sabios e Illustrados Ministros para se conseguir a justa e devida remuneração do meu grande serviço, feito todo á minha custa, sem suprimimento de Pessoa alguma, nem de hum so real da Fazenda Real; antes com conhecida opposição dos que tem governado Ambaca indignos do Nome de Vassallos Portuguezes; quando sem fructo tem a Fazenda Real perdido quanto tem despendido, e gente com os que havia encarregado desta deligencia. = E como assim que nada conseguirão; se com os que vinhão de Senna e Mossambique chegasssem a Angola; nenhuma Pessoa por mais pequena que fosse deixaria de ter alguma recompensa, da mesma sorte alem da m.^a p.^{ar} recompensa que devo esperar, a devo tambem procurar dos meus Escravos, que empreguei, de que alguns morrerão, outros dezertarão, e outros me ficarão acompanhando e assistindo em muitas molestias de que me tem custado a acompanhar digo custado a escapar, e que com o cuidado da applicação dos remedios e trato por elles applicado por Merce de Deos existo para remunerar aos existentes, e aos Potentados Gentios que me ajudarão, e poder com o incentivo da recompensa concorrer com igual zello ao mais que convier do Real Serviço: e cedo de todo o Dominio nos existentes para lhe poderem recahir quaes quer Graças, Honras, e Mercês de que se fizerem dignos, e a Real Grandeza houver por bem conferir-lhes. Feira de Mucary Comarca do Reino de Angola 27 d'Outubro de 1814. = Assignado *Francisco Honorato da Costa*.

Documentos governativos que dizem respeito a estas explorações.

1.º

José d'Oliveira Barbosa, Governador e Capitão General do Reino d'Angola, Amigo. Eu o Principe Regente vos Envio

muito saudar. Havendo subido á Minha Real Presença o vosso officio que acompanhou o resultado da exploração de que fôra encarregado Francisco Honorato da Costa, Director da Feira de *Mucari*, o qual mediante os mais constantes esforços, e consideravel despendio de sua fazenda, havia finalmente conseguido verificar a correspondencia entre as duas Costas Occidental e Oriental da Africa, não podia um tão importante como gratuito serviço deixar de se fazer digno de Minha particular atenção: e Tendo em consequencia feito já algumas mercês ao referido Francisto Honorato da Costa, como já vos deve ser constante, Sou igualmente Servido Conceder-lhe uma pensão vitalicia de oito centos mil reis annuaes, que lhe serão regularmente pagos pela Junta da Administração da Minha Real Fazenda desse Reino d'Angola, Ordenando que elle haja de permanecer, em quanto assim lhe convier na direcção da referida Feira de *Mucari*, donde poderá melhor continuar as viagens que devem annualmente repetir-se daquelle ponto até Rios de Senna, para o que Determino que ali se levante uma Companhia de *Pedestres*, pela forma que julgardes a preposito depois de haverdes ouvido em tal materia o voto do mencionado Francisco Honorato da Costa, o qual vos poderá melhor indicar, não somente o numero de gente de que se deve formar a pertendida Companhia, mas os individuos que melhor poderão preencher os seus postos, advertindo-vos porem que o de Capitão se acha já por Mim Provido em Pedro João Baptista, em atenção aos serviços que fez na primeira expedição, e aos conhecimentos que nella adquirio para poder proseguir agora melhor nas subseqüentes viagens, cujas despezas se devem fazer d'ora em diante por conta da Minha Real Fazenda, em quanto Eu não mandar o contrario. O que tudo me parece participar-vos para vossa intelligencia e para que assim o faças constar. Escrita no Palacio do Rio de Janeiro em vinte oito d'Agosto de mil oito centos e quinze = PRINCIPE = Para José d'Oliveira Barbosa.

2.º

Havendo o Principe Regente, Meu Senhor, Sido Servido Conferir ao Tenente Coronel Francisco Honorato da Costa, o Posto de Brigadeiro de Milicias, em atenção aos relevantes

Serviços por elle prestados na exploração de que havia sido encarregado da correspondencia das duas Costas Oriental e Occidental d'Africa, como já se participou a V. S.^a É o Mesmo Augusto Senhor Servido que, não obstante a falta da sua Patente, V. S.^a lhe facilite todas as vantagens, que em virtude desta Mercê lhe competem, tanto na parte relativa ao uso do respectivo uniforme, como a respeito das honras e privilegios anexos ao Posto de Brigadeiro. O que participo a V. S.^a para sua intelligencia. = Deos Guarde a V. S. Palacio do Rio de Janeiro, em 31 d'Agosto de 1815 = *Marquez d'Aguiar.*

3.º

Por Decreto, cuja copia inclusa se remete a V. S.^a, Foi o Principe Regente, Meu Senhor, Servido Nomear Pedro João Baptista para Capitão da Companhia de Pedestres, que se hade levantar na Feira de Mucari; e não cabendo no tempo apromptar-se já a Patente deste Official: Ordena o Mesmo Augusto Senhor que, não obstante esta falta, V. S.^a o haja de considerar com todas as vantagens de Posto que S. A. R. acaba de lhe conferir, vencendo desde logo o soldo de 10\$000 por mez, e usando do respectivo uniforme. O que participo a V. S.^a para sua intelligencia e execução. = Deos Guarde a V. S.^a Palacio do Rio de Janeiro em 31 d'Agosto de 1815. = *Marquez d'Aguiar.*

4.º

Querendo dar uma demonstração de muito que se fez digno de Minha Real atenção o serviço que acaba de prestar o Tenente Coronel Francisco Honorato da Costa, Director da Feira de Mucari, no Certão do Reino d'Angola, conseguindo, á custa de sua propria fazenda e incansaveis diligencias, descobrir a correspondencia entre as duas Costas Occidental e Oriental d'Africa: Hei por bem Conferir lhe a Graduação de Brigadeiro de Milicias, para continuar ali nas mesmas importantes incumbencias de que se acha encarregado. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e lhe faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1815 = Com a Rubrica do Principe Regente.

5.º

Havendo por Carta Regia da data de hoje mandado le-

vantar uma Companhia de Pedestres, para ser empregada na correspondencia que acaba de descobrir-se entre as duas Costas Occidental e Oriental d'Africa; Sou Servido Conferir o posto de Capitão desta Companhia a Pedro João Baptista, que foi já empregado na primeira Exploração: e Attendendo ao serviço que nella prestou, Hei outro sim por bem Conceder lhe no exercicio daquelle Posto o Soldo de dez mil reis mensaes. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e lhe mande nesta conformidade expedir os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 28 d'Agosto de 1815. =
Com a Rubrica do Principe Regente. (Concluir-se-ha.)

ASIA PORTUGUEZA.

SEGUNDA MEMORIA

Descriptiva e estatistica das Possessões Portuguezas na Asia, e seu estado actual, pelo Socio e Secretario d'Associação, Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo. (Continuada de pag. 472.)

Pertence ainda ao artigo antecedente o seguinte, de que não tive conhecimento, ao tempo em que o escrevi.

Por Portaria de 4 d'Outubro de 1843 do Governador Geral Interino Joaquim Mourão Garcez Palha, foi creada uma nova especie de Sollicitadores da Fazenda; ordenando que haja um Official de Diligencia ás ordens de cada um dos Delegados do Procurador da Corôa e Fazenda, o qual cummulativeamente exerça as attribuições *legaes* de Sollicitador, vencendo nesta qualidade mais os emolumentos que *directamente* lhe pertencerem, segundo dispõe o artigo 435.º 2.ª parte do Decreto de 13 de Janeiro de 1837! São por tanto tres estes Officiaes de Diligencia e Sollicitadores. O ordenado já mencionado do antigo Sollicitador da Fazenda foi fixado, por Officio da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, de 12 de Novembro de 1802.

*Administração Judiciaria nas Províncias
das Novas Conquistas.*

Reservei fallar deste assumpto em artigo separado, pela sua especialidade, e pelo pouco que tem de commun com o systema geral, que fica descripto.

Pelo Edital de 5 de Junho, e Bandos do Governo da India de 6 d'Agosto, e de 12 de Setembro de 1763, confirmados pela Carta Regia de 13 de Janeiro de 1774, foi garantida aos povos das provincias de Pondá, Zambaulim, e annexas, então conquistadas, a manutenção de todos os usos, estilos e costumes, que guardavam no tempo de seus dominantes. O mesmo se praticou na conquista de Bicholim e Sanguelim, pelos bandos de 23 d'Agosto e 15 de Setembro de 1781 do mesmo Governo. Estes usos, costumes e estilos eram conservados, diz a citada Carta Regia «desde longissimo tempo, «nas tradições dos mais notaveis de seus habitantes, sem alguma outra legislação escripta: consistindo a fórma das decisões e sentenças, que se proferiam, em observancia dos sobreditos usos e estilos; quanto ás acções reaes e pessoas; «umas vezes em se ajuntarem os gauncares das aldeas, onde «se tratam os litigios; outras vezes em se convocarem, de «commun accordo das partes, as testemunhas que depõem do «bom ou máo direito das mesmas partes; as quaes pelo seu «depoimento se davam por bem julgadas: em se dar, depois «do referido, ao vencedor, em lugar de sentença, um bilhete «denominado — *consto* — munido com um pequeno sello; por «effeito do qual se repunham os espolios, se executavam as «dividas, e se entregavam os bens, sem mais comminações, «penhoras, pregões ou alguns outros termos judiciaes: e quanto «às causas crimes em serem do modo ordinario punidos com «penas pecuniarias, na sobredita fórma, os delictos menos «graves; e em serem nos outros crimes atrozes de sedição, «homicidio voluntario, roubo qualificado, com violencia, ou «morte, convocados e congregados os dessaes e gauncares; os «quaes, achando naquella Junta de Justiça provados os delictos, «condemnavam e faziam executar immediatamente nos réos a

«pena ultima, com as ceremonias judiciais, que para semelhantes execuções se acham estabelecidas.»

Tal era a fôrma de julgar nas provincias de Pondá e annexas, que refere e garantio a citada Carta Regia de 1774: havia alli uma autoridade com o nome de Parpotecar, que deferia a organização destes pleitos, e mais actos de justiça; mas pelo estado em que ficaram as cousas na occasião da conquista, ainda não estabelecida a ordem, com que se deviam dirigir e governar, foi necessario, a requerimento dos povos, nomear pessoa que promptamente provesse e deferisse ao que lhe fosse requerido; e então por Portaria do Vice-Rei Conde da Ega, de 14 de Julho de 1763, foi nomeado o Desembargador da Relação de Goa, José Luiz de França, Intendente geral das provincias de Pondá, Zambaulim e mais terras, que acabavam de conquistar-se, e ao diante se conquistassem, com jurisdição privativa e ordinaria, politica, civil e criminal, que exercitaria segundo os estilos, usos e costumes das mesmas provincias, sem alteração alguma. Este lugar foi abolido em 1769, em virtude de uma Carta Regia do 1.º d'Abril de 1768, a requerimento do Rei Sunda, e as suas funcções commettidas ao Parpotecar; até que extinto este em 1771, como já em outro lugar vae referido, (V) o lugar d'Intendente foi restituído, por Portaria do Governador D. João José de Mello de 20 d'Abril de 1772, e nomeado para o servir o Ouvidor de Rachol Manoel Lopes Pereira, e para Escrivão do seu expediente, aquelle que o fosse da Camara geral, e mais um lingua ou interprete; este lugar, pela sua importancia, foi quasi sempre servido por um Desembargador da Relação de Goa, e muitas vezes pelo Chancellor. A jurisdição da Intendencia foram depois annexadas as provincias de Bicholim e Sanque-lim, pelo Bando de 15 de Setembro de 1781; concedendo-se-lhes alli, por especial graça e privilegio, o não ficarem sujeitas aos processos e formalidades das justiças de Goa, e só com recurso para o Governador, da mesma fôrma e com os mesmos estilos, que se observavam na provincia de Pondá. Em 5 de Maio de 1788, foi expressamente nomeado Juiz Intendente

das provincias de Bicholim, Sanquelim e de Pernem, ultimamente conquistada, o mesmo já nomeado para as outras provincias; e assim se continuou a prover, até que em 11 de Janeiro de 1805, se estabeleceu o mesmo systema administrativo e judiciario, em todas as dez provincias das Novas Conquistas.

A Intendencia geral das provincias de Pondá e annexas, tinha os seguintes empregados, com os vencimentos que ahi vão declarados, e lhes foram taxados, em Portaria do mesmo Vice-Rei Conde da Ega de 13 de Setembro de 1763.

1 Intendente geral a titulo de um balão, annualmente	960 x. ^s
1 Escrivão da lingua portugueza	360
1 Escrevente	204
1 Interprete, Traductor e Escrivão de letra gentilica	360
1 Agente do Intendente	300
1 Dito no Zambaulim	360
6 Peões a 48 x. ^s cada um	576
Para 8 resmas de papel	56

12 Total 3:176

Estes vencimentos foram posteriormente regulados em a Portaria que restituiu o Intendente, de 21 d'Abril de 1772; a saber:

Ao Juiz Intendente	1:712 x. ^s
Ao Escrivão	360
Ao Escrevente	200
Ao Interprete e Traductor	360

Total 2:632

ou 421\$120 réis fortes: e estes eram os ordenados que até aos ultimos tempos venciam, excepto o Escrivão a quem se davam 720 x.^s por anno.

O Juiz Intendente das Provincias das Novas Conquistas era, como disse, quasi sempre um Desembargador da Relação de Goa, e por isso residia nas ilhas de Goa, até que o Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro, attendendo ao grave incommodo que isto era para aquelles povos, e aos conhecidos inconvenientes de não residir a autoridade judiciaria ou territorial no centro daquellas provincias, mandou em 8 de

Junho de 1830, que o Juiz Intendente residisse em Pondá, ou Queulá, ou Mardol, provendo este lugar em pessoas leigas: a Provisão do Conselho Ultramarino de 13 d'Abril de 1832, declarou dever ser exercido por Ministro Letrado, em harmonia com o disposto no Alvará de 25 de Janeiro de 1816.

Por Portaria do mesmo Vice-Rei, de 6 de Maio de 1830, foi permittida a conservação de 8 Sipaes para procederem ás diligencias, e executarem as ordens deste Juizo; vencendo unicamente os salarios que lhes fossem contados á custa das partes, e depois fôram taxados na sobredita ordem, de 8 de Junho do mesmo anno.

Não havia portanto nestas provincias um corpo de direito escripto, nem foral, nem leis, pelas quaes fossem reguladas as decisões de justiça, antes da sua conquista, nem livros, registos e archivos; tudo era regulado pelos usos e costumes, que uma tradição mantinha, nem sempre em boa fé; e por isso o governo interino, que succedeu ao Vice-Rei Conde da Ega, fixou diversos pontos daquelles usos e estilos, para o regimen economico e civil das provincias de Pondá, Zambaulim e annexas, em as providencias que em data de 23 de Dezembro de 1766 fez publicar, e até hoje se guardam e observam.

O Bando de 15 de Setembro de 1781 confirmou outros estilos das provincias de Bicholim e Sanquelim; e em 16 d'Agosto de 1824, mandou o Vice-Rei D. Manoel da Camara convocar as Camaras Geraes de Pondá, Bicholim e Pernem, e pessoas provectas, que mais entendidas e fidedignas pareceram, para declararem por escripto, e pelo modo mais authenticico e livre de duvidas, o que estava e sempre fôra em inalteravel observancia, segundo os mesmos usos, estilos e costumes relativamente aos pontos de direito que lhes mandou propor, sobre prescripções, doações, adopções, successões, e outros que era necessario definir e estabelecer de uma maneira certa e invariavel. As respostas destas Camaras foram dadas em 49 artigos aos 20 d'Outubro do mesmo anno, adicionadas com mais 5 artigos da Camara Geral de Pernem; e em Portaria de 18 de Novembro de 1824, mandou o mesmo Vice-Rei, que as respostas conteúdas nos primeiros 44 artigos, servissem de regra invariavel para a decisão dos casos

occorrentes no foro, com as declarações e restricções conteúdas nesta Portaria. Todas estas e outras disposições, taes como a citada Carta Regia de 15 de Janeiro de 1774, e aviso de 16 de Fevereiro de 1776, Assentos da Relação de Goa de 13 de Novembro de 1780, e 13 d'Agosto de 1785, Officio do Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro de 14 d'Agosto, e Provisões do mesmo Vice-Rei de 24 de Novembro de 1832 e 26 de Novembro de 1833, constituem hoje como um corpo de leis escripto para o regimen daquellas provincias, além de outras disposições do Governo e dos respectivos Intendentes. (U)

Eram portanto, segundo os referidos usos e estilos, duas unicas, ainda hoje são, as acções civeis alli conhecidas, com o nome de deferimento verbal, e de louvação. O deferimento tinha logar em causas de pequeno valor, e nas quaes a próva se podia obter de plano; nesta acção o réo era perguntado, e em vista das suas respostas e depoimento das testemunhas, o Parpotecar, e depois o Juiz Intendente, proferia a sentença, que desde logo se dava á execução, como já no principio deste artigo fica notado.

A louvação ou arbitramento tinha logar nas causas de maior valia, em que a prova era difficil; e por isso careciam maior indagação: quando nos deferimentos verbaes o Juiz não podia, pelas perguntas feitas ao réo, decidir a causa, mandava usar da louvação, por ser então o unico meio competente.

Nestas causas as partes se louvavam em arbitros, ou o Parpotecar (depois o Juiz Intendente) discordando ellas; estes Arbitros ou Louvados eram segundo as já citadas Providencias de 23 de Dezembro de 1776, tres, pelo menos, nas causas que não excedessem 100 x.^s; e cinco pelo menos, nas d'ahi para cima: na pratica elles se têm tomado, umas vezes em

(U) O Sr. Philippe Nery Xavier, Official da Secretaria do Governo da India, compilou e fez imprimir em Goa no anno de 1840, todas as Leis, Bandos e Portarias do Governo, Assentos da Relação e da Junta de Fazenda, e outros documentos importantes, relativos a estas provincias; cujo louvavel e valioso trabalho, muito era desejado, e de grande auxilio para quem quizer conhecer a administração destas provincias, e promover os melhoramentos, que carecem e reclamam os seus numerosos habitantes, e o bem do Estado.

numero par, e outras vezes em numero impar: no caso d'empate, era permittido nomear os mais que necessarios fossem; e todos eleitos d'entre os Vogaes das Camaras Geraes, ou de pessoas idoneas do districto das mesmas Camaras; sendo suspeitos os de uma Camara, se tomavam de outra. A deliberação dos Louvados a quem chamam — *Mazur* — lançada em presença do Parpotecar, depois Juiz Intendente, segundo o vencido, a pluralidade de votos, assignada por este e pelos Louvados, se extrahia do processo, e com o nome de — *Sonod* — se dava á execução, sem embargo de recurso, que jámais tinha effeito suspensivo. Esta a fôrma antiga dos processos civis, mandada guardar pelas já ditas Providencias de 1766, onde se estabeleceram os mais termos necessarios. O Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro determinou no seu Officio de 14 d'Agosto de 1832, ampliatorio destas Providencias, que o Juiz Intendente chamasse infallivelmente as partes a conciliação, no começo da demanda, como era disposto na ordenação do reino.¹⁰⁹ : *terminado antes*

Os processos crimes eram igualmente sentenceados pela Camara Geral respectiva, segundo os antigos usos e estilos. As citadas Providencias de 1766 mandaram que o Parpotecar nomeasse sempre Arbitros nos casos crimes; os Juizes Intendentes assim o fizeram algumas vezes, outras vezes enviavam as culpas, desde logo á Camara Geral; e foi esta a pratica que vi seguida, e depois sancionada pelo Officio já citado de 14 d'Agosto de 1832, por mais conforme á Carta Regia de 15 de Janeiro de 1774: e assim o officio do Juiz Intendente era no civil confirmar a deliberação dos Louvados, sem alteração alguma, a qual ficava desde logo exequivel, pelo officio e autoridade deste. — No crime, formada a culpa pelo mesmo Intendente em *summario*, a requerimento de parte, nos casos leves; e em devassa nos casos della, remettia logo os autos á Camara Geral, para; ouvidas as partes, e feitas quaesquer averiguações que julgasse necessarias, sentenceasse os réos: e esta fôrma de processar e julgar, é a que ainda hoje se pratica, misturando-se-lhe a intervenção do Procurador Regio.

Deste foro especial foram sempre exceptuadas as causas com a Fazenda, e os crimes contra o Estado e autoridades,

como se declarou no Aviso de 16 de Fevereiro de 1776, e outras disposições.

As reuniões das Camaras Geraes, e Arbitros para estes julgamentos, que denominam — *Darbar* — e nós, audiencias geraes, tinham logar antigamente em certos dias dos mezes, mas não em épocas regulares: o Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro mandou em Portaria de 7 de Dezembro de 1830, que as audiencias geraes se fizessem em cada tres mezes; e na provincia de Pernem em cada seis mezes, indo sempre a ellas o Juiz Intendente.

O recurso das sentenças neste juizo é só um, e tambem *sui generis*: no dominio antigo era interposto para o — *Sarcar* — rei ou dominante que o decidia; e pelas Providencias de 23 de Dezembro de 1766, se mandou interpor para a Relação do Estado, onde era entregue ao Vice-Rei ou Governador, para na sua presença ser sentenciado pelos Ministros, que elle nomeava; cujas sentenças tinham logo prompta execução. Esta pratica não foi constantemente observada; porque muitos recursos em causas civeis se vêem interpostos directamente para o Vice-Rei ou Governador, desde o principio da Intendencia, e outros para a Relação: todavia, o mais usual foi interpor-se para o Vice-Rei ou Governador, o qual, umas vezes os decidia per si, outras vezes com dois Ministros adjuntos, e outras vezes os remettia á Relação, por despacho proferido na petição do recurso. Nas Cartas de provimento de alguns dos Juizes Intendentes, os Governadores reservaram expressamente os recursos para a sua pessoa.

Em Alvará de 12 d'Abril de 1779, do Governador e Capitão General D. José Pedro da Camara, foi mandado, que o Juiz Intendente não dêsse á execução o arbitrio dos Louvados nas causas crimes de maior gravidade, sem appellar por parte da justiça para o mesmo Governador, e este as mandar decidir, como fosse de justiça. Estas appellações crimes foram depois mandadas á Relação, e alli julgadas pelo Ouvidor geral do crime, e Adjuntos.

Á Junta Provisional do Governo, instaurada em 1821, determinou em data de 2 d'Outubro deste anno, que subsistindo a fôrma de julgar em primeira instancia, se recorresse

para a Relação do Estado por appellação e agravo; e suspendeu os ordenados que a Fazenda pagava ao Escrivão da Intendencia. Esta mesma determinação foi suscitada em 14 de Maio de 1828 no regimen constitucional, pelo Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro; o qual regulou definitivamente este assumpto em Provisão de 24 de Novembro de 1832, e 26 de Novembro de 1833; mandando que os recursos fossem interpostos para o Governo, o qual por despacho seu commetteria o conhecimento delles á Relação; e assim elle os enviava no civil ao Chanceller, o qual com adjuntos os despachava; e as appellações crimes ao Ouvidor geral do crime, para as propor e decidir em mesa.

A fórma destes recursos tambem era singular nos feitos civeis; consistia em uma petição ao Governo, narrando o facto, a deliberação dos Arbitros, e fundamentos do recurso. Esta petição, unida aos autos e respondida no praso de tres dias pelo Juiz Intendente, Arbitros e parte contraria, subia ao Governo, que por despacho seu commettia o conhecimento á Relação, e esta o decidia em conferencia como os agravos de petição. As appellações crimes seguiam a mesma ordem que nos outros juizos, donde foram trazidas, pelo citado Alvará do Governador, de 12 d'Abril de 1779.

No juizo da Intendencia das Novas Conquistas, se contavam emolumentos e salarios com grande irregularidade, dictados tambem por usos e estilos, nem sempre fundados: o mesmo Vice-Rei lhes tolheu o arbitrio, e neste mesmo Officio de 14 d'Agosto de 1832 mandou observar a tabella de salarios e emolumentos, que fez organizar por os Officiaes deste juizo, que ampliou em Portaria de 26 de Junho de 1834.

Registo das hypothecas.

Estão alli em vigor, desde os editaes de 18 de Janeiro de 1800 e 27 de Fevereiro de 1812, pelos quaes o Juiz Intendente era obrigado a mandar lançar em livros competentemente rubricados, todos os contractos de hypothecas, compras e vendas, e qualquer outra translação de dominio. (X)

(X) O mesmo era em pratica nas Velhas Conquistas; e o registo se fazia nos livros d'aldêa, onde os bens são situados.

Deposito publico.

Estabeleceu-se por Portaria do Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro, de 18 d'Agosto de 1829, sob a presidencia do Juiz Intendente; e em 12 d'Outubro de 1830 se ordenou, que a Camara Geral de Pondá nomeasse o Thesoureiro ou Depositario, com approvação do mesmo Intendente.

Cadêa.

Foi collocada em Pondá, por Portaria do mesmo Vice-Rei, de 27 d'Agosto de 1830, e lhe nomeou 1 Carcereiro e 1 Ajudante, vencendo os emolumentos de carceragem em observancia, na cadêa da cidade pelo Regimento de 30 de Julho de 1727, e legislação apontada na mesma Portaria, e em outra de 17 do mesmo mez e anno. Em 27 de Dezembro seguinte providenciou o sustento dos presos pobres.

Do que fica relatado, facil é convir na razão, pela qual o Governo Provisional conservou a Intendencia das provincias das Novas Conquistas em 1835, não obstante as disposições geraes do Decreto N.º 24 de 16 de Maio de 1832. Não existia a nova divisão de territorio, que o art. 3.º deste Decreto fez depender de uma lei especial; e aquellas provincias, que por sua localidade, riqueza de solo, população numerosa em mais de 400 aldêas; que por sua extensão muito superior á das Velhas Conquistas; pela differença de usos, leis e costumes; e por todas as mais circumstancias, que o estadista aprecia em taes divisões, era para formar senão dois, ao menos um circulo judicial, foram retalhadas pelo art. 3.º do Decreto de 7 de Dezembro de 1836 em tres partes, para se annexarem ás 3 comarcas das Velhas Conquistas, como se no momento acabassem de ser avassalladas: e assim, despojadas do foro do seu domicilio, se vêm no judicial sómente unidas á comarca das ilhas de Goa, as provincias a leste della; á comarca de Bardez, as provincias do norte, e as de Bicholim e Sanquelim; e á comarca de Salsete, as provincias do sul e o Zambaulim.

À séde de cada uma destas comarcas, separadas das Novas Conquistas por barreiras naturaes de montanhas e rios caudellosos, têm os seus moradores de ir hoje buscar justiça, e solicitar as cousas mais insignificantes, contra as solemnes promessas da corôa, das quaes era a principal ser-lhes administrada justiça, pelo proprio Governador, ou pela pessoa que elle nomeasse no seu territorio, donde procede a creação do logar de Juiz Intendente, como ha pouco mostrei: sendo por todas estas considerações, e pela commodidade dos povos, que repetidas representações fizeram, que o Vice-Rei D. Manoel de Portugal e Castro havia mandado residir o Juiz Intendente no centro daquellas provincias.

Os tres Juizes de Direito das Velhas Conquistas são portanto depois do Decreto de 7 de Dezembro de 1836, os que conhecem das causas dos habitantes das Novas Conquistas, segundo as divisões indicadas; mas guardada a mesma fórma de processo e ordem de julgar acima descripta, e usos e costumes daquelles povos; não sem graves inconvenientes, e ainda maiores que aquelles de que antes se queixavam; especialmente quando, por exemplo, um morador das provincias do norte quizer demandar o que reside nas provincias do sul, e *vice versa*; ou quando uma Camara Geral for dada de suspeita, e os Louvados se vão buscar a jurisdição alheia, com maiores despezas e delongas, que evitadas eram, quando uma só a jurisdição naquellas provincias. As audiencias geraes são o unico acto que os seus habitantes têm ao pé de casa; porque os Juizes de Direito são obrigados a assistir a ellas, no centro das respectivas provincias.

A estes e outros muitos inconvenientes, que os povos das Novas Conquistas encontram, pela falta de autoridades no centro dellas, já Sua Magestade se Dignou occorrer, nomeando por Decreto de 11 de Setembro de 1838 o Desembargador Joaquim Antonio de Moraes Carneiro, para Juiz Intendente das mesmas provincias: o qual, por infelicidade daquelles povos, não aceitou.

O Presidente da Relação de Goa mandou em 11 de Fevereiro de 1840, introduzir nestas provincias a Refôrma Judiciaria de 13 de Janeiro de 1837 em todos os casos, que

não estiverem providenciados por usos e estilos escriptos, ou por legislação peculiar. (*Continuar-se-ha.*)

Erratas. — Na parte desta Memoria em o N.º 9, a pag. 450, onde se lê — 5:000 legoas, lêa-se — *a perto de 5:000 etc.* — a pag. ditas e mais logares — onde se lê — Tanador-mór — lêa-se — *Tanadar-mór* — a pag. 458, onde se lê — Presidentes das Relações. lêa-se — *Presidente da Relação.*

ACTAS DA ASSOCIAÇÃO.

TERCEIRO ANNO.

SESSÃO 17.ª

*Presidio o Sr. Vice-Presidente, Capitão de Fragata
J. da C. Carvalho.*

LEU-SE e approvou-se a acta antecedente.

Expediente. — Recebeu-se o — *Colonial Magazine* — do mez d'Agosto, enviado pelo Socio honorario o Sr. A. B. de Mascarenhas.

O Sr. Vice-Presidente apresentou os mappas d'importação e exportação das Alfandegas das ilhas de Cabo Verde, pertencentes ao 2.º semestre do anno de 1842, enviados pelo Socio o Sr. José Maria de Sousa Monteiro, Secretario geral daquelle Governo; os quaes foram recebidos com agrado, e mandados remetter á Commissão de Redacção.

O Sr. Albano Antero — dois documentos que extrahio do Archivo da Torre do Tombo, em continuação da collecção de documentos inéditos, que tem offerecido á Associação; os quaes tiveram em tudo igual destino.

O mesmo Senhor enviou para a mesa dois exemplares de um impresso com o titulo — *Exame critico das causas proximas da actual situação financeira* — que á Associação offereceu o seu illustre autor, o Sr. Conselheiro Agostinho Albano da Silveira Pinto. A assembléa recebeu esta offerta com agrado, e mandou fosse agradecida.

O Sr. Carneiro propoz para Socios effectivos ao Ex.^{mo} Sr. D. José Maria da Silva Torres, Arcebispo de Goa Primaz do Oriente; aos Sr.^s Dr.^{es} Francisco Maria da Silva Torres Fysico-mór dos Estados da India, e Francisco Martins Pulido, e ao Sr. Henrique Maximino Dulac.

O Secretario Louzada d'Araujo propoz para o mesmo effeito ao

Sr. Conselheiro José Manoel d'Araujo Almeida Corrêa de Lacerda, Juiz da Relação de Lisboa. A requerimento do Sr. Sub-Secretario Marques Pereira, se dispensou nos estatutos, para o fim de serem votadas estas propostas; visto que alguns dos Senhores nas mesmas mencionados, estão proximos a sahir de Lisboa; e procedendo-se á votação de cada um, foram todos unanimemente approvados.

O Sr. Nolasco da Cunha propoz se dessem agradecimentos ao nobre Socio, o Sr. Carneiro, pelo zelo e empenho com que se tem desvelado pelo credito e augmento da Associação; não só pelas valiosas offeras que lhe ha feito, como enriquecendo a lista de seus Socios. Esta proposta foi logo apoiada, e unanimemente approvada sem discussão.

Ordem da noute. — Parecer da Commissão especial sobre Companhias agricolas e mercantis no Ultramar.

O Sr. Kol pedio o seu adiamento até á seguinte sessão, por isso que elle orador e alguns Socios presentes, que não haviam assistido ás ultimas sessões, não estavam prevenidos desta materia. e outros havia, que desejando ter parte na sua discussão, se acham ausentes; sendo este requerimento apoiado pelo Sr. Alves, e outros Senhores, foi approvado; e o Sr. Vice-Presidente levantou a sessão, dando para ordem da seguinte esta mesma.

Sala das Sessões, em 16 d'Outubro de 1843. — O Secretario *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.*

O Parecer da Commissão acima referido, é o que se segue. A proposta a que respeita, encontra-se na acta da sessão de 20 de Fevereiro; a Commissão foi nomeada em sessão de 6 de Março do anno corrente.

SENHORES :

A Commissão, por vós nomeada para redigir as bases sobre as quaes fôra conveniente a criação de Companhias para o fomento, e civilisação das nossas provincias Ultramarinas, encarou a sua tarefa como o simples desenvolvimento de um pensamento vago, mas universal, que occupa hoje todos os espiritos dos portuguezes, que conhecem o que as nossas colonias valem, e o que podem valer. Sem se deter portanto a repetir o muito que se tem escripto, e muito bem por vezes, sobre esta materia corrente, nem tão pouco a historiar as causas da decadencia das nossas descobertas e conquistas na Africa e na Asia, o que seria nimiamente longo, e por ventura escusado, sendo ellas assaz conhecidas, a Commissão partirá de um principio, cuja verdade é já hoje incontestavel: um trafico abominavel, precario, mas tentador, absorveu exclusivamente por mais de dois seculos os capitaes, e as attensões dos nossos estabelecimentos d'Africa; e quando a nação, despertando á voz da civilisação cu-

ropêa, e do interesse nacional, prohibio deveras esse trafico, os capitães desappareceram: seus donos, desgostosos de não poderem proseguir naquelle jogo barbaro, inhabeis para empregar-se em especulações de commercio licito que nunca aprenderam, fugiram com os seus haveres para terras estranhas, e deixaram-nos um paiz devastado, campos incultos, e desprovidos de habitantes; portos sem navios, e alfandegas sem rendimentos. Em quanto isto acontecia na Africa, a Inquisição dos seculos 16.º e 17.º perseguia em Goa e suas dependencias, os ricos mercadores judeus e musulmanos, e recusava abrigo aos industriosos emigrados parsis, que se foram fixar nas terras Britannicas com a sua industria e riquezas: o commercio, então nascente, da Companhia ingleza das Indias Orientaes cresceu com tão espantoso progresso, como o nosso diminuiu até hoje, e por fim a separação do Brasil, e a abolição do trafico d'escravatura em Moçambique (que consumia grande porção de tecidos da India) tem quasi totalmente anniquillado o commercio de Goa, Diu e Damão. Macão é a unica das nossas possessões, que mantem por ora um commercio activo, com quanto ameaçado de proxima decadencia, em quanto as ilhas de Timor, Solor pequena, e Flores jazem por inercia nossa (forçoso é confessa-lo) no mesmo estado de industria e civilisação, em que as deixou o seculo 16.º Deste bosqueijo tão rapido como verdadeiro, resulta a necessidade reconhecida de organizar Companhias mercantis, que, com seus capitães e diligencias, dêem vida ao moribundo commercio e industria de todas as nossas possessões do Ultramar—todas, menos Macão, que de taes Companhias não carece; e por ventura as ilhas de Cabo Verde, que ha mais tempo frequentadas de mercadores estrangeiros, para quem estavam afferrollados os portos do continente, e tendo ultimamente attrahido a attenção de alguns negociantes de Lisboa, indicam pelo progresso da sua navegação, e augmento de seus productos d'exportação, um fomento mercantil, que pôde tornar para ellas desnecessaria, e até talvez nociva, a criação de Companhias privilegiadas. Não dirá a Commissão o mesmo dos portos de Bissáu e Cacheu, e suas dependencias, cujo trato, aliás proficuo, está hoje entregue á cabotagem clandestina d'inglezes e francezes, que alli vão mercadejar em contravenção ás nossas Leis, que a necessidade tem tornado absolutas. Nada ha alli que cultivar, porque não possuímos terrenos: ha porém muitos e preciosos productos, que resgatar com os indigenas sob os canhões das nossas fortalezas. As provincias de S. Thomé e Principe, Angola e Benguela; — Moçambique, Quilimane e Rios de Senna; — e as ilhas de Timor, Solor, é onde carecem absolutamente não só de Companhias mercantis, que povoem seus portos de navios, como tambem de Companhias ruraes e colonisadoras, que cubram de colheitas os seus fertes e vastos campos, povoando e cultivando um solo tão feliz, e arrancando á pingue vegetação dos tropicos, productos que abastecem os mercados da Europa. Em Goa e suas de-

pendencias, onde a agricultura tem ido sempre em progresso (e mais rapido será esse progresso, se for devidamente animada pelo Governo a Sociedade Patriótica dos baldios das Novas Conquistas, alli creada ha 12 annos, e modernamente reorganizada), ápenas necessita de uma boa Companhia de negociantes portuguezes, e por ventura de um Banco mercantil, para tirar partido das suas vantajosas posições geograficas relativamente ao importantissimo commercio do Malabar, Balagate, Guzarate e Cambaya. Mui util seria tambem a criação de uma Companhia rural em Damão, a quem se confiasse com condições vantajosas para o melhoramento do paiz, a cultura dos terrenos da *Praganam*, e bem assim as dos bens da Corôa, que alli fossem vagando por morte dos actuaes donatarios.

São estas pois, segundo o voto da Commissão, as necessidades mais urgentes das nossas provincias do Ultramar: ella deixa indicado quaes são aquellas que só carecem de Companhias mercantis, e quaes as que além destas reclamam a criação de Companhias ruraes. Resta porém examinar até que ponto poderão umas e outras destas Companhias estender sem perigo as suas exigencias, de modo que não desbaratem os interesses geraes das colonias e da metropole, e tambem quaes os deveres, que por parte do Governo lhes devem ser impostos, e garantias que se lhes devem exigir, para que preencham os fins a que se destinam: por uma e outra parte podem dar-se idéas exaggeradas, e a exaggeração guia quasi sempre á impossibilidade. É por isso que a vossa Commissão, pesando maduramente todas as conveniencias, depois de classificar as Companhias do Ultramar em mercantis e ruraes; pois que o seu fim e objecto, sendo diverso, diversas devem ser as suas condições (posto que não seja impraticavel a existencia de Companhias simultaneamente ruraes e mercantis) redigio umas bases simplicissimas de concessões e deveres para umas e outras, que vem submetter á vossa approvação.

Condição geral.

A primeira condição, *sine quâ non*, que a Commissão entende dever ser commum a toda e qualquer Companhia mercantil, ou rural, que venha a organizar-se no Ultramar, é — «que ella não assuma character politico, nem tenha ingerencia alguma no governo e administração do paiz» — a dignidade da Corôa Portugueza, o interesse local daquelles paizes, e seus habitantes, e a verdadeira conveniencia das mesmas Companhias assim o reclama imperiosamente.

Posto este principio, entende a Commissão, que ás — *Companhias mercantis* — se devem impôr, por parte do Governo, as seguintes

Condições obligatorias.

1.^a A de verificar perante o Governo um capital effectivo em especies metalicas, e valores commerciaes, sufficiente para fazer face a todos os seus encargos, e honrar as suas transacções na metropole e no Ultramar.

2.^a A de manter effectivamente um certo numero de navios de carreira, em viagens successivas para cada uma das possessões do Ultramar, onde se estabelecerem, fixando-se no continente o minimo do numero de vasos e da sua tonelagem.

3.^a A de exportar de Portugal em cada um dos seus navios um certo numero (de que igualmente se fixará o minimo) de pipas de vinho, ou agoardente de producção nacional, sendo esta ultima fabricada de modo que se accomode ao gosto dos indigenas.

4.^a A de transportar nos seus navios para o Ultramar, e trazer de lá para Lisboa, todo o pessoal e material, que o governo da metropole, ou os governos locais, tiverem a remetter, ou receber, mediante uma tabella de fretes fixada d'antemão.

Bem garantidas estas quatro condições essenciaes, tudo o mais deve deixar-se á sua propria diligencia (*laisser faire*); e para animar as especulações mercantis, a Commissão entende, que o Governo poderia sem perigo, outorgar a taes Companhias as seguintes

Concessões e privilegios.

1.^a Algum beneficio por certo numero de annos nos direitos das fazendas, que exportarem, ou reexportarem de Portugal para as possessões do Ultramar da sua gerencia, e nos dos generos, que importarem nas alfandegas de Lisboa e Porto, provenientes das mesmas possessões, em navios portuguezes; e sobre tudo a vantagem de serem considerados de producção nacional das nossas possessões Ultramarinas todos os generos, que os seus navios de lá trouxerem, ainda quando estes sejam na realidade produzidos em terras visinhas estrangeiras situadas no mesmo continente; mas que tenham pago nas nossas os direitos de consumo.

2.^a A permissão de comprar no estrangeiro barcos de vapor para uso do seu commercio.

3.^a A isenção do pagamento de licenças, maneios, e quaesquer impostos locais para os seus armazens, lojas, casas de venda e escriptorios no Ultramar, bem como a de recrutamento e serviço publico qualquer para os seus empregados de todas as classes.

4.^a A faculdade de emittir notas suas em circulação mercantil nas provincias Ultramarinas, onde se estabelecerem, e mesmo a de fundarem bancos mercantis, onde as circumstancias o mostrarem conveniente, tendo capitais sufficientes para fazer face á circulação.

5.^a A de crear novos presidios, e feitorias onde mais convier ao seu commercio, devendo as autoridades locais fornecer-lhes a força militar, que as Companhias requisitarem para sua defeza, e tendo ellas a escolha dos Officiaes Commandantes, mediante a obrigação de ser esta força paga pelas mesmas Companhias.

6.^a A de poderem os seus navios andar artilhados, e os seus empregados usarem de armas quando seja necessario.

7.^a O exclusivo das pescarias d'alto mar, fóra da vista da costa, nas possessões, que contractarem; e bem assim o das pescarias das

perolas e aljofares, onde estas poderem fazer-se, como são na Africa, as ilhas de Bazaruto e outras, e na Asia, o mar de Mormugão.

N. B. A Commissão, sempre receosa de que se outorguem outros exclusivos naquellas provincias onde existe já um tal ou qual commercio regular, entende todavia que mais alguns poderiam por ventura conceder-se áquellas Companhias, que se estabelecessem nos portos de Bissáu e Cacheu, na provincia de Moçambique, e nas ilhas de Solor e Timor; por isso que o commercio nacional naquellas partes póde reputar-se totalmente na infancia: em tudo isto porém devem ter-se em vista os tractados de commercio existentes.

8.^a A absoluta isenção de direitos de exportação nas Alfandegas de Lisboa, Porto e Figueira, de todo o vinho, aguardente e vinagre, produzidos no Continente de Portugal, que exportarem para as nossas Possesões do Ultramar; e algum beneficio nos direitos de entrada nessas Possesões; ficando todavia sujeitos a qualquer imposição local sobre a venda por grosso e miudo de bebidas espirituosas nacionaes e estrangeiras, a que os Governos tenham de recorrer para supprir ás despesas das provincias; e sendo-lhes sómente concedida a reexportação com o direito marcado por Lei para Colonias Estrangeiras, que se achem situadas no mesmo Continente, em que estiverem as nossas, donde se reexportarem.

Sobre estas bases entende a Commissão poderem organizar-se Companhias *mercantis no Ultramar*, que sejam grandemente proveitosas ao mesmo Ultramar, uteis á Metropole, e muito lucrativas para os seus Socios: a sua duração todavia entende não dever ser garantida por mais de 25 annos.

Pelo que diz respeito ás Companhias ruraes e colonisadoras, de que o Ultramar carece nas provincias acima indicadas, parece á Commissão, que a essas se lhes deve garantir uma duração mais prolongada (para mais de 30 annos), porque sendo a sua exploração mais difficil, e dispendiosa, a sua retribuição é mais demorada; e por isso os seus empates são maiores, e mais prolongados; e tambem porque o incremento geral do commercio em qualquer paiz é sempre mais rapido, que o incremento geral da agricultura.

Para que taes Companhias correspondam ao fim desejado, será mister, que se sujeitem ás seguintes:

Condições Obligatorias.

1.^a A de verificar perante o Governo um capital effectivo em especies metalicas sufficiente para fazer face a todos os seus encargos.

2.^a A immediata introdução de Colonos jornaleiros no paiz, que tomarem a seu cargo, de modo que antes de tomarem posse de qualquer terreno ou mina, etc. próvem perante a autoridade administrativa local ter numero sufficiente de braços para a sua cultura, ou exploração, podendo porém entrar neste numero aquelles degradados, que a Companhia escolher, e que o Governador da provincia não julgar indispensavel para o serviço publico: ácerca destes po-

rém deverá a Companhia responsabilisar-se pela sua segurança durante o praso de degedo.

3.^a A obrigação expressa de manterem em todas as Povoações e Estabelecimentos, que formarem ou administrarem, Officiaes de Saude, e Ministros do Culto, a fim de que os Colonos possam ter sempre promptos soccorros corporaes e espirituaes: e mesmo, a ser possivel, mantenham á sua custa algumas missões evangelicas, que propaguem a fé e a civilisação entre aquelles povos çafaros.

4.^a A de desseccar todos os pantanos, e paúes nos terrenos da sua immediata gerencia, e de fazer caminhos de facil communicação d'umas a outras povoações, de todas para os portos de mar, ou principaes mercados, e bem assim a de melhorar as communicações fluviaes: tudo dentro no praso de oito annos depois da posse, sujeitando-se, na falta desta condição, ás penas, que impõe a Lei das Sesmarias para os casos de infracção de contracto.

Acceitas pelas Companhias ruraes estas condições, julga a Commissão, que sem inconveniente o Governo lhes poderá outorgar as seguintes:

Concessões e Privilegios.

1.^a A posse de todos os terrenos baldios (menos as mattas e florestas onde houverem madeiras de construcção, as quaes devem continuar a ser do apanagio real) com a obrigação restricta de os pôr em cultura dentro d'um praso marcado (sob pena da devolução marcada na Lei das Sesmarias); podendo estes terrenos, depois de cultivados, ser por qualquer modo alienados em proveito das Companhias.

2.^a A isenção de dizimos, decimas, e todo e qualquer imposto local por o tempo que parecer ao Governo (nunca menos de 10 annos) para os terrenos novamente arroteados, e ainda mesmo para aquelles baldios, que tendo sido outr'ora cultivados, se acham ha muitos annos em abandono.

3.^o O afforamento perpetuo, mediante um preço modico taxado por arbitros, dos prazos da Corôa, que se acharem devolutos (tres como ha em Quilimane e Rios de Senna, e outras partes do Ultramar) com a obrigação expressa de logo os cultivar e povoar, mediante o beneficio de meios dizimos por 10 annos (e sob a mesma da condição 1.^a); e ainda mesmo a faculdade de os poderem sub-afforar em lotes depois de cultivados, a emphiteutas, que fiquem sujeitos ás condições primordiales.

4.^a A exploração livre de direitos de todas as minas de metaes valiosos, carvão de pedra, petroleo, salitre, ou qualquer outro mineral importante.

5.^a A isenção absoluta de direitos d'entrada de quaesquer instrumentos aratarios, ferramentas, machinas e utensilios da industria rural ou fabril, qualquer que seja a sua procedencia.

6.^a O livre estabelecimento de quaesquer manufacturas, a que

o paiz se accomode, com as mesmas condições concedidas ás manufacturas nacionaes do Continente do Reino.

7.^a A livre exportação dos generos e productos da sua lavra nas Alfandegas do Ultramar, mediante o imposto unico de um por cento.

8.^a A isenção do recrutamento, e serviço publico para todos os seus Empregados e Colonos, e o poderem usar d'armas, quando seja mister.

9.^a A faculdade de recrutarem livremente Colonos jornaleiros em qualquer parte dos Dominios Portuguezes d'Europa e Asia por meio de contractos authenticos (sobre cujo preenchimento por ambas as partes vigiarão as autoridades locaes) ainda mesmo que os individuos contractados estejam sujeitos no paiz da sua naturalidade.

10.^a A de assalariarem tambem para os trabalhos de cultura, e exploração, indigenas do interior do paiz onde taes culturas se fize-rem, mas isto sempre mediante um contracto previo lavrado perante a autoridade administrativa local, que fiscalisará o exacto cumprimento das condições de parte a parte.

11.^a A concessão da força armada de que carecerem para de- feza dos seus estabelecimentos, plantações e aldêas, sendo essa força paga pela respectiva Companhia, a qual terá o direito de escolher os Officiaes, e Officiaes inferiores para o commando dos seus desta- camentos d'entre as tropas da respectiva provincia, a que os Gover- nadores se devem prestar de boa-mente, e bem assim a quaesquer outros auxilios que necessitarem.

Com Companhias agriculas organisadas sobre estas bases, a Com- missão se lisongeia, que as nossas Provincias Ultramarinas, hoje in- cultas, miseraveis e quasi desertas, poderiam avantajarse tão rapi- damente em cultura como em civilisação, resultando do seu melho- ramento grandissimos lucros aos interessados de taes Companhias.

Aqui terminam as funcções da Comissão, que julga ter satis- feito á obrigação que lhe impozesteis. A vós, Senhores, compete agora approvar, regeitar, ou emendar o seu trabalho; mas, se algu- ma parte d'elle se julgar aproveitavel, a Comissão conclue, recor- dando-vos a necessidade de empregar diligencias para que de um projecto vago passe a ser uma realidade; para o que lhe parece in- dispensavel levar a effeito a 2.^a parte da proposta do Socio Lopes de Lima, a creação de uma nova Comissão, cujos Membros estejam, por seu zêlo e posição social, em circumstancias de poder tratar com ricos Negociantes, a quem persuadam de empregar os seus capitais em empresas desta natureza; e por outra parte de poder solicitar do Governo de Sua Magestade, as concessões e protecção, que taes em- prezas reclamam, servindo-lhes de typo o Projecto por vós approvado.

Sala da Comissão em 19 de Julho de 1843. = *José Joaquim Lopes de Lima.* = *João Maria Ferreira do Amaral.* = *Joaquim Anto- nio de Moraes Carneiro.* = *José Tavares de Macedo* (com diversas de- clarações.) = *Feliciano Antonio Marques Pereira.*



FRONTESPICIO DA IGREJA DE S. PAULO EM MACAU

PARTE OFFICIAL.

REPARTIÇÃO DA MARINHA E DO ULTRAMAR.

DISPOSIÇÕES GOVERNATIVAS.

OUTUBRO DE 1843.

2. **DECRETO.** — Nomeando Vogal effectivo do Supremo Conselho de Justiça Militar o Chefe de Divisão Graduado; José Maria Vieira.

Idem. **DECRETO.** — Nomeando Vogal supplente do dito Tribunal, o Brigadeiro Joaquim José de Almeida.

Idem. **DECRETO.** — Havendo-me sido presente, que algumas das disposições decretadas por meus Augustos antecessores, regulando as promoções dos Officiaes da Marinha de Guerra, apesar de não terem sido revogadas por Leis posteriores, se acham em quasi total esquecimento e inobservancia, do que têm resultado os mais graves inconvenientes para o serviço, e desconsideração para esta importante arma: e sendo necessario estabelecer regras fixas, pelas quaes o Major General d'Armada se dirija nas Propostas, que sobre este objecto tiver de remetter ao respectivo Ministerio, habilitando-me a attender devidamente ao prestimo, conhecimentos e serviços de cada Official: Hei por bem, depois de ouvido o Supremo Conselho de Justiça Militar, e excitando o cumprimento da Regia Resolução de cinco de Novembro de mil setecentos noventa e seis, e do Decreto de dezenove de Novembro de mil e oitocentos, como tambem a observancia da Carta de Lei de quinze d'Abril de mil oitocentos trinta e cinco, na parte relativa ás referidas Promoções, e adoptando outras providencias regulamentares, tendentes a aperfeiçoar as habilitações praticas da Officialidade da Marinha, Decretar o seguinte:

Artigo 1.^o As Propostas que o Major General d'Armada tiver a dirigir ao Ministerio da Marinha e Ultramar, para a Promoção de Officiaes de Marinha, serão reguladas de fôrma, que tres quartas partes dos propostos para cada posto, o sejam pela antiguidade, e uma quarta parte pelo merecimento distincto; expondo o mesmo Major General as causas, por que estes são propostos com tão particular consideração.

§ unico. Se houver motivo para não incluir na Proposta por antiguidade qualquer Official, a quem competisse nella entrar, o Major General d'Armada declarará os motivos dessa exclusão na con-

formidade do art. 2.º da Carta de Lei de quinze d'Abril de mil oitocentos trinta e cinco.

Art. 2.º Nenhum Guarda Marinha poderá ser despachado Official, ou para isso proposto, senão depois de ter completado os estudos marcados por Lei; contar pelo menos tres annos de embarcado; e ser examinado, e approvedo nos exercicios praticos de bordo por uma Commissão de tres Officiaes Superiores do Quadro effectivo d'Armada, para esse fim designados pelo Major General.

Art. 3.º Os Officiaes que, por serem despachados para o Ultramar, obtiveram um posto de accesso com a clausula de não prejudicarem a antiguidade dos que a tiverem maior, serão considerados Supra-numerarios naquelle posto; e só poderão ser effectivamente collocados na respectiva Classe, depois que forem ao mesmo posto promovidos os que tinham essa maior antiguidade, salvas as disposições dos artigos antecedentes; tendo-se sempre em vista a competente verba do Orçamento para a corporação d'Armada.

Art. 4.º Os Officiaes promovidos para o Ultramar na fórma acima mencionada, que por algum motivo não preencherem as condições, com que forem despachados, perderão o direito ao posto assim obtido, e reverterão á sua anterior posição.

§ unico. Exceptuam-se desta regra aquelles Officiaes, que, por serem chamados pelo Governo, não completarem o tempo de serviço, por que foram despachados.

Art. 5.º O Major General d'Armada regulará por escala os embarques dos Officiaes de Guarnição dos navios do Estado, salvas as excepções imperiosamente exigidas pelo bem do serviço.

Art. 6.º As Commissões de commando, e os embarques dos Officiaes, sempre que assim seja praticavel, não deverão durar mais de tres annos.

O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, o tenha assim entendido, e faça executar. Paço das Necessidades, em dois de Outubro de mil oitocentos quarenta e tres.
== RAINHA. == *Joaquim José Falcão.*

2. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Nomeando o Segundo Tenente José Thompson para Commandante do hyate *Santa Izabel*, que deve transportar para a Ilha da Madeira 800 saccas de urzella; devendo tambem embarcar no dito navio um Guarda Marinha e um Official de Fazenda.

Idem. PORTARIA ao Procurador Regio perante o Tribunal de Commercio de Segunda Instancia. — Para dar seguimento aos Autos (inclusos) do Proccesso da escuna brasileira *D. Clara*.

Idem. OFFICIO aos Principaes, Camara e Córte Real. — Comunicando-lhe que será muito do agrado de Sua Magestade o acceitarem a nomeação para concorrerem ao acto da sagração do Arcebispo de Goá.

3. OFFICIO ao Thesouro Publico. — Declarando-lhe que o Pra-

licante desta Secretaria, Nuno de Saldanha de Oliveira Daun e Lorenna, não tem nenhum vencimento nesta Repartição.

3. PORTARIA a Francisco de Borja Pereira de Sá. — Concedendo-lhe licença para se poder retirar de Londres para esta Capital, a fim de ir tomar conta do Governo d'Angola.

Idem. PORTARIA ao Conselho d'Administração de Marinha. — Mandando formalisar um Orçamento para o fabrico da barca *Real Príncipe D. Pedro*.

6. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Ordenando que o ex-Professor de Inglez da Companhia dos Guardas Marinhas continue nos exames de que estava encarregado, em quanto não tem outro destino.

Idem. PORTARIA ao Administrador Geral das Mattas. — Remettendo-lhe a nota das madeiras requisitadas pelo Ministerio do Reino para a Repartição das Obras Publicas, e que devem ser fornecidas pelas Mattas Nacionais.

Idem. OFFICIO ao Ministro da Justiça. — Dando-lhe conhecimento de toda a questão que tem havido entre este Ministerio e Pedro Leite Pereira de Mello Vergolino, relativamente ao forte d'Alfarrobeira, onde se acha aquartellado o Batalhão Naval; e pedindo-lhe que, á vista do Protesto feito contra a posse que este Ministerio tomou do dito forte, mande proceder a um contraprotesto, como indica o Procurador da Corôa.

Idem. OFFICIO ao Inspector do Thesouro Publico. — Participando-lhe que se mandou recolher a esta Capital o Capitão de Fragata Borja de Sá, que se acha em Londres incumbido da compra de varios objectos para a Marinha, e pedindo-lhe que se ultime a compra dos referidos objectos não obstante a sabida daquelle Official.

7. OFFICIO ao Ministerio da Guerra. — Remettendo-lhe a relação dos subditos britannicos que serviram na Esquadra Libertadora, e que ficaram alcançados para com o Governo Portuguez £ 882»15»6.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Para dar passagem para Angola na charrua *Princesa Real*, a D. Theodora de S. Caetano.

9. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Approvando a Proposta para ser nomeado um Official de Fazenda para bordo da charrua *Príncipe Real*; e para que tome o commando della o Segundo Tenente Mathias Antonio d'Azevedo Martins, até a entregar ao Comandante da Estação Naval d'Angola.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Concedendo passagem para Angola, em qualquer das charruas que para alli vão partir, a Francisco José Rodrigues e José Rodrigues de Castro.

Idem. PORTARIA ao Juiz de Direito de Loanda. — Respondendo que não podem ter alli applicação os Decretos de 29 de Julho e 18 de Outubro de 1832, por isso que neste Reino não estão em vigor.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Respondendo que os Processos

d'escravatura são hoje commettidos ás commissões mixtas, conforme o Tractado com a Gram-Bretanha, de 3 de Julho de 1842.

9. OFFICIO ao Major General d'Armada. — Para mandar dar passagem para Angola, em qualquer das charruas a partir, a João Maria de Figueiredo, filho do Primeiro Tenente d'Armada Luiz Ignacio de Figueiredo.

11. PORTARIA ao Contador Geral de Marinha. — Ordenando-lhe que mande receber da Pagadoria Militar a quantia de 24\$800 réis, descontada nos vencimentos dos Officiaes do Exercito, José Maria de Moraes Rego e Manoel de Magalhães Coutinho, para as despesas que deviam das suas patentes como Capitães que foram do Batalhão Naval.

12. PORTARIA ao mesmo. — Pedindo-lhe um orçamento da despesa em que annualmente devem importar as gratificações que, segundo a Proposta do Major General devem ser conferidas aos Officiaes d'Armada e Officiaes Marinheiros que completarem os cruzeiros das costas oriental e occidental d'Africa para ser presente ás Côrtes em um Projecto.

Idem. PORTARIA ao Intendente de Marinha da Cidade do Porto. — Participando-lhe que pelo Ministerio da Guerra se expedio ordem para que a casa que se acha proxima ao trem do ouro, sirva de alojamento para o Constructor do brigue *Douro*.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Approvando que o novo brigue de guerra *Douro* seja lançado ao mar no dia 23 do corrente mez.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral d'Angola. — Mandando proceder a Conselho d'investigação e, havendo sufficiente prova, a Conselho de guerra contra o ex-Governador interino de Benguella, João Maria de Sousa e Almeida, pela achada de indicios de se empregar no trafico da escravatura a sumacã brasileira *D. Eliza*, por isso capturada dentro do porto de Benguella pelo brigue de guerra inglez *Water Witch*.

Idem. OFFICIO ao Major General d'Armada. — Para dar passagem para Angola em alguma das duas charruas, se houver logar, a Firmino José Duarte.

Idem. OFFICIO ao mesmo. — Para dar passagem para Angola na charrua *Principe Real* a Henrique de Oliveira Maia.

Idem. OFFICIO ao mesmo. — Para dar passagem para Angola na charrua *Principe Real* a Joaquim Guilherme Pinto de Moraes.

13. PORTARIA ao Contador Geral de Marinha. — Ordenando que o Official de Fazenda Verissimo José Borges passe a exercer interinamente o cargo d'Escrivão da Cordoaria Nacional, em lugar de Francisco dos Santos, que o não pôde servir por falta de saude; o qual passará a ser empregado na Contadoria da Marinha, conservando ambos os seus respectivos vencimentos.

Idem. PORTARIA ao Conselho d'Administração de Marinha. — Ordenando-lhe que, de acordo com o Inspector da Cordoaria Nacio-

nal, proponha o meio mais economico de continuarem as obras precisas naquelle Edificio.

13. OFFICIO ao Ministerio da Fazenda. — Perguntando se concorda na fórma proposta por José Ignacio de Seixas, dono do navio *Prazeres e Alegria*, para o pagamento deste transporte, que leva os degradados para Goa.

Idem. PORTARIA ao Conselho do Governo d'Angola. — Participando o fallecimento do Capitão Antonio Rodrigues Leitão.

14. PORTARIA ao Governador Civil do Funchal. — Approvando a despeza que fez de 110\$200 réis com a guarnição do brigue *Liberal* naufragado em Cabo Verde, afim da mesma poder vir para Lisboa no bergantim mercante *Rio Ave*.

16. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Participando-lhe que a Agencia Financial em Londres lhe remette uma Letra de 250 £ por saldo das mil para o acabamento da fragata *D. Fernando II*; e que não será requisitada mais somma alguma sem que se recebam os esclarecimentos exigidos pela Portaria n.º 1.022.

Idem. OFFICIO ao Major General d'Armada. — Para dar passagem para Angola a bordo da charrua *Principe Real*, a Joaquim José Bernardes.

Idem. PORTARIA ao Conselho d'Administração de Marinha. — Mandando comprar as roupas e utensilios, mencionados na relação inclusa, para o Hospital fluctuante em Angola.

17. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Convindo que a marinhagem de todos os navios do Estado use d'um vestuario regular, e uniforme, o qual, tendo de ser pago pelas suas respectivas soldadas, é indispensavel que lhe seja fornecido de maneira tal que nem as mesmas soldadas soffram por este motivo grande desfalque, nem a Fazenda Publica venha igualmente a soffrer prejuizo algum; e havendo a experiencia mostrado, que só por meio de contractos é que mais facilmente se póde levar a effeito esta medida: Ha Sua Magestade a Rainha por bem determinar o seguinte:

Que a bordo de cada navio de guerra se fórme uma Commissão Administrativa denominada=Commissão de Fardamentos=a qual será encarregada de contractar o fornecimento dos mesmos fardamentos, incumbindo-lhe a respectiva fiscalisação, arrecadação e distribuição.

Esta Commissão será composta do Commandante do navio que servirá de Presidente; do Official immediato; e d'um Official de Fazenda, que será o Escrivão. — Nos navios em que houver um unico Official de Fazenda, será este um dos Membros da Commissão.

A Commissão terá um livro d'Actas no qual fará lançar todas as decisões que tomar, relativamente ao objecto de fardamentos.

Todos os contractos celebrados com os fornecedores de fardamentos, serão por escripto, e se conservarão juntos aos mais papeis da Commissão.

A arrecadação, a bordo, dos fardamentos que não houverem de

ser logo distribuidos , será feita como até agora dispoem os Regulamentos de Fazenda , assim como depois a sua competente distribuição , com a differença , porém , de que por essa occasião serão carregados pelos preços por que tiverem sido contractados.

Os Commandantes dos navios de guerra , para poderem satisfazer , como Presidentes das mesmas Commissões , ao pagamento de todos os sobreditos contractos , dirigirão as competentes requisições por via do Major General d'Armada , ao Conselho d'Administração de Marinha , das quantias que successivamente lhes forem sendo necessarias , sendo estas requisições motivadas , e acompanhadas dos mapps , e esclarecimentos precisos , para que se conheçam os artigos contractados , e o numero de praças para que foram destinados.

A Contadoria Geral da Marinha regulará , conforme a experiencia mostrar mais conveniente , o modo por que estas requisições devem ser feitas , para que em futuro a bordo de todos os navios se adopte a este respeito uma igual formula.

Os fundos , que para satisfação das sobreditas requisições forem distribuidos pelo Conselho d'Administração de Marinha , serão recebidos na Pagadoria da Marinha por Interinos assignados pelos Escrivães dos navios , e rubricados pelos respectivos Commandantes , designando-se nos mesmos Interinos o folio do Livro de Caixa em que ficam carregadas aquellas quantias ás Commissões.

A bordo de todos os navios terão mais as mesmas Commissões , além de outros livros que julgarem necessarios , um livro de caixa de fardamentos , onde se lançarão as sommas recebidas na Pagadoria , e se creditarão as Commissões com os pagamentos que forem effectuando aos fornecedores , reportando-se cada addição de credito da caixa ao documento competente.

Cada uma das ditas Commissões terá mais um livro d'entrada de fardamentos , e de sua distribuição conforme o modelo = A.

A Contadoria Geral da Marinha , todos os semestres que durar o armamento de cada navio , fiscalisará a contabilidade dos fardamentos , independente da conta do Commissario , que nesta parte deve jogar exactamente com os livros das respectivas Commissões.

Os livros das Actas , da caixa , e da entrada e distribuição dos fardamentos , serão rubricados na Contadoria Geral da Marinha e servirão pelo tempo d'um armamento.

No desarmamento de qualquer navio de guerra , a Commissão respectiva mandará entregar na Pagadoria as sobras que houver , por meio d'uma guia , que requisitará da Contadoria.

Não havendo porém sobras , e constando dos livros existir alguma divida legal a qualquer fornecedor , delia se tomará conhecimento , e conferida que seja na Contadoria se lhe passará um Titulo da sua importancia assignado pela Commissão com o conferido da mesma Contadoria Geral ; pelo qual Titulo se lhe mandará logo fazer pagamento na fórma do seu contracto.

O que tudo pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar se participa ao Major General d'Armada, para sua intelligencia e devida execução. = Paço em Estremoz, aos 17 d'Outubro de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

17. PORTARIA ao mesmo. — Approvando a admissão de 31 Aspirantes a Guardas Marinhas, cujos nomes são os seguintes:

Augusto Cezar Corrêa de Lacerda.

Francisco Xavier Libano dos Santos Pereira.

Emygdio da Rosa Costa.

José Maria d'Oliveira.

Augusto Cezar Rodrigues da Costa.

Francisco Paulo.

Cazimiro Joaquim Grenier.

Carlos Saturnino d'Abreu-Vianna.

Antonio Cezar de Lima Leitão.

João Maria Bello de Moraes.

Eduardo Henrique de Lima Metrener.

Valeriano José Soares.

José Carlos Pereira

Francisco Antonio da Costa.

Ernesto Joaquim Augusto Alric.

Francisco Maria da Cruz e Costa.

Augusto Frederico Barruncho.

João José de Paiva.

Francisco d'Assis Paula Cid.

João Bernardo da Silva Pereira.

José Antonio Pereira de Miranda.

Rafael Miró.

José Augusto Cezar das Neves Cabral.

Antonio Philippe Marx de Sôri

Polycarpo Augusto Botelho.

José Augusto de Fontes Pereira de Mello.

Antonio José Antunes.

Mariano Ghira.

Bento Maria Freire d'Andrade.

Vasco Augusto Branco Rodrigues.

Miguel Theotónio Rafael Condinho.

Idem. PORTARIA ao Inspector do Arsenal de Marinha. — Augmentando com mais 24 Grumetes o numero de praças d'Armada empregadas no serviço dos navios desarmados.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral de Marinha. — Havendo a experiencia mostrado, que da falta d'um centro na fiscalisação do ponto dos Operarios do Arsenal da Marinha, e da Cordoaria Nacional, têm nascido grandes irregularidades, não se executando uniformemente todas as regras e preceitos marcados no Regulamento provisório, approvado pela Portaria de 17 de Fevereiro de 1835, já

quanto aos signaes de comparencia , e faltas na occasião propria , já quanto á escripturação dos livros de matricula dos diversos Operarios; e convindo fazer executar rigorosamente tudo quanto a este respeito se acha determinado pelo Regulamento Geral de Fazenda de 21 de Abril de 1842 : Ha Sua Magestade a Rainha por bem determinar o seguinte : — a Repartição do Ponto Geral será dirigida por um Chefe, e este cargo ficará sendo desempenhado pelo Apontador da Segunda Divisão , Francisco José Rodrigues , sem que esta cathegoria lhe dê direito a outros vencimentos do que os que actualmente percebe. — A este Chefe pertence fazer escripturar os livros e mais expediente designado por Lei, segundo as instrucções, que pela Contadoria Geral da Marinha lhe forem dadas. — O Empregado, encarregado do ponto no Estabelecimento da Cordoaria , será considerado como pertencente á Repartição do Ponto Geral. — A escripturação dos livros de matricula da Cordoaria será quanto antes effectuada conforme o mesmo Regulamento de 17 de Fevereiro de 1835. — Todas as ordens, e mais documentos que forem dirigidos á Repartição do Ponto Geral, serão archivados pela nomenclatura das Divisões, por ordem chronologica , e reunidos n'um só local. — Aquellas ordens , que até ao presente têm sido dirigidas a cada um dos Apontadores em particular, serão d'ora em diante dirigidas ao Chefe da Repartição do Ponto Geral. — Os Apontadores , depois de se haver procedido ao ponto , serão obrigados a apresentar os rões ao exame do Chefe da sobredita Repartição. — A doutrina do § 4.º do sobredito Regulamento provisorio, a que ultimamente se não tem dado plena execução, será d'ora em diante rigorosamente observada; o que pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, se participa ao Contador Geral da Marinha, para sua intelligencia e devida execução. Paço de Extremoz em 17 d'Outubro de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

17. OFFICIO a Acacio Alvares d'Araujo , nomeado Juiz de Direito de S. Thomé e Principe. — Para se apresentar no Conselho de Saude Naval.

Idem. OFFICIO ao Presidente do Conselho de Saude Naval. — Para inspecionar o mencionado Juiz de Direito.

18. OFFICIO ao Ministro do Reino. — Pedindo-lhe o modelo do dique do Arsenal que existe no Conservatorio das Artes , para ser visto pela Commissão encarregada d'examinar o Projecto de limpeza do mesmo dique.

Idem. OFFICIO ao Inspector do Arsenal de Marinha. — Declarando-lhe que Sua Ex.^a concorda em que recolham ao Arsenal os Operarios que estavam trabalhando no Conservatorio das Artes e Officios , que dirigia o fallecido Gaspar José Marques.

Idem. PORTARIA ao Conselho do Governo de Angola. — Mandando ; que em todos os navios do Estado que d'alli partirem, se remetta a maior porção possível d'enxofre.

19. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Mandando res-

ponder a Conselho de guerra o Primeiro Tenente João Manoel Esteves, Commandante que foi do brigue *Liberal* ultimamente naufragado.

19. OFFICIO ao Ministerio da Guerra. — Remettendo-lhe, para serem enviadas ao Coronel Barreiros, as relações de todas as praças portuguezas que serviram na Esquadra Libertadora, e que têm direito aos 10 por cento das prezas feitas pela mesma Esquadra.

Idem. OFFICIO ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros. — Participando-lhe que pelo Thesouro se ordenou, que a Agencia Financieira em Londres pague a quantia de £ 16,,1,,4, importancia dos fornecimentos feitos pela corveta ingleza *Persian* á corveta portugueza *Oito de Julho*.

Idem. OFFICIO ao Conselho do Governo d'Angola. — Participando-lhe que volta a servir alli por mais tres annos o Segundo Sargento, Ignacio Leandro da Rocha.

Idem. OFFICIO ao mesmo. — Remettendo-lhe o recibo do vinho e aguardente que se envia na charrua *Principe Real*, para o fornecimento da Estação Naval alli existente.

21. PORTARIA ao Procurador da Corôa. — Mandando que se proceda á vistoria do brigue *Maria Virginia*, capturado por Negreiro, e que se for difficil a sua conservação, seja vendido, bem como as mercadorias, sendo as não sujeitas a deterioração arrecadadas n'Alfandega; e que o producto da venda entre no Deposito Publico.

Idem. PORTARIA á Junta da Fazenda de Cabo Verde. — Respondendo que serão pagos os saques que fizer para completar as prestações de Julho, Agosto e Setembro proximo passado.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Respondendo que o authorisa, á vista da inclusa exposição dos Contractadores do Tabaco, para encarregar o Administrador da urzella, ou outra pessoa, da compra do tabaco da ilha do Fogo; vindo a remessa para Lisboa por conta da Fazenda Publica, e para sacar sobre o Pagador da Marinha pela sua importancia.

23. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Mandando desarmar o brigue *D. Pedro*, e ordenando que algumas das praças d'elle sejam empregadas em coadjuvar os trabalhos do brigue *Douro* juntamente com alguns Operarios do Arsenal.

Idem. PORTARIA ao Contador Geral de Marinha. — Convindo, que os Empregados de todos os pinhaes, e mattas nacionaes, cujos vencimentos até hoje têm sido processados, e abonados pela Contadoria Geral da Marinha, passem a perceber pelo cofre da respectiva Administração Geral, por onde são pagas todas as mais despesas das mesmas mattas, por isso que por esta fórma se torna mais facil, e regular a escripturação de toda aquella Repartição; Manda Sua Magestade a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, participar ao Contador Geral da Marinha, para sua devida intelligencia, que desde o 1.º de Janeiro de 1844 em diante todos os vencimentos dos sobreditos Empregados serão processados,

e pagos pela mesma Administração Geral, pelas consignações mensaes, que para este fim serão expressamente postas á disposição daquelle Administração. Paço em Portalegre, em 23 de Outubro de 1843. — *João José Falcão.*

23. OFFICIO ao Thesouro Publico. — Remettendo-lhe a conta da divida do Ministerio da Marinha em 30 de Junho ultimo.

Idem. OFFICIO ao mesmo. — Remettendo-lhe a conta dos rendimentos com que poderá contar o Ministerio para o anno de 1844 — 1845.

Idem. PORTARIA ao Guarda Mór da Torre do Tombo. — Mandando archivar o incluso transumpto da Bulla de confirmação do Bispo de Macau, D. Nicolau Rodrigues Pereira de Borja, e os respectivos Breves de concessões, faculdades espirituaes e indulgencias.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Accusando as facturas da urzella remettida para a Madeira na escuna *Lebre* e no brigue *Rio Ave*.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Enviando-lhe a Relação dos volumes e quantidade de polvora que lhe é remettida na charrua *Principe Real*.

24. OFFICIO ao Ministerio do Reino. — Participando-lhe que não é possível este anno satisfazer a grandes requisições de semente de pinheiro; mas que, para dar principio á plantação de arvoredos nos districtos do reino, pôde Sua Ex.^a dispor de 120 alqueires de pinisco e 40 de pinhão. Remettendo-lhe um exemplar do Opusculo do Doutor Brotero sobre cultura de pinheiros, e indicando-lhe outro escripto pelo Varnhagen, á vista dos quaes os Governadores Civis poderão dirigir a cultura daquellas arvores.

Idem. PORTARIA ao Conselho d'Administração de Marinha. — Approvando o contracto celebrado com Domingos José Vieira, para o fornecimento por seis mezes de azeite doce para a Armada.

Idem. PORTARIA ao Commandante da Estação Naval d'Africa Occidental. — Remettendo Relações dos objectos enviados na charrua *Principe Real*, destinados para o Hospital fluctuante e para o suprimento dos navios daquelle Estação.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Participando-lhe que vai partir para alli a charrua *Principe Real*, para servir de Hospital fluctuante, a bordo da qual deverão ser tratadas todas as praças d'Armada naquella estação; e que a mesma charrua fica debaixo das suas immediatas ordens para a empregar naquelle mester e no mais que julgar conveniente.

25. PORTARIA ao Conselho do Governo d'Angola. — Enviando-lhe sete conhecimentos de differentes objectos embarcados na charrua *Principe Real*, para serem entregues ao Commandante da Estação Naval e ao Regente do Presidio *Duque de Bragança*.

Idem. PORTARIA ao Conselho do Governo d'Angola. — Mandando executar o Decreto que dá por expiada a culpa do réo João José de Araújo Guimarães.

25. PORTARIA ao mesmo. — Mandando executar o Decreto, pelo qual é commutada em trabalhos publicos por toda a vida a pena ultima em que foi condemnado Anastacio Antonio.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Mandando executar o Decreto pelo qual é commutada a pena em que foram condemnados varios réos.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Mandando executar o Decreto que reduz a 5 annos a pena de 10 de degredo para Rios de Senna em que foi condemnado o Tenente que foi do Batalhão Defensor de Timor e Solor, Luiz de Loureiro Krusse.

26. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Declarando-lhe qual é a quantia votada no Orçamento, approvado em 16 de Novembro de 1841, para a Companhia dos Guardas Marinhas, e observando-lhe que no numero destes devem ser incluídos os Chefes e Briga-deiros; o que tudo deverá fazer constar ao respectivo Commandante.

27. PORTARIA ao mesmo. — Determinando que a respeito dos navios costeiros que tinham sido registados, aos quaes algum Capitão do porto obrigue a nova medição, se faça sómente em seus registos o averbamento d'alteração encontrada, pelo qual os respectivos Mestres só pagaram 250 réis, conforme o Decreto de 17 de Dezembro de 1836.

Idem. PORTARIA ao Administrador Geral das Mattas. — Exigindo-lhe uma Proposta do serviço especial que se deve estabelecer para cada um dos pinhaes e mattas; ordenando-lhe que designe o tempo que devem estar cortadas e enterradas as madeiras proprias para construcção; e participando-lhe a maneira por que hade receber desde o principio do anno futuro a prestação mensal para as despesas da sua Administração.

Idem. DECRETO. — Havendo eu, por Decreto de vinte e oito de Outubro de mil oitocentos quarenta e dois, promovido ao posto de Tenente para o Batalhão Naval, o Alferes da extincta Brigada da Marinha, Alexandre da Camara Menezes Bettencourt, e tomando hoje em consideração o que em seu requerimento me representou o mesmo Tenente, bem como tendo em vista as differentes informações, que a seu respeito me foram presentes do Commandante do sobredito Batalhão, das quaes se deprehende que o Supplicante, pela sua incapacidade fisica, não lhe é possível continuar no serviço daquelle Corpo: Hei por bem determinar que elle regresse á Classe dos Officiaes da extincta Brigada, em que se achava antes do supracitado Decreto, e á qual ficará pertencendo na conformidade da Lei de doze de Março de mil oitocentos quarenta e um. O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar o tenha assim entendido, e faça executar. Paço d'Abrantes, em vinte e sete d'Outubro de mil oitocentos quarenta e tres. = RAINHA. = *Joaquim José Falcão.*

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Mandando executar o Decreto que approva os Estatutos da Sociedade Patriótica d'Agricultura dos Baldios das Novas Conquistas.

Relação dos passageiros do Estado que foram para os seus destinos a bordo da charrua Príncipe Real, que sahio deste porto de Lisboa em Outubro de 1843.

NOMES	EMPREGOS	DESTINOS
João Antonio Mascarenhas	Capitão	Ilhas de Cabo Verde
Mathilde Candida do Carmo	Mulheres dos degrada- dos	
Maria José do Patrocínio		
Anna Maria		
Anna Maria dos Santos		
Flora Maria		
Quitéria Pinto	Filhos dos ditos.	
Thereza Rodrigues, e uma filha..		
Anna Rita, e dois filhos menores		
Joaquim da Cruz		
João Antonio		
Vicente José Duarte, e um criado {	Capitão d'Art. ^a e Reg. ^o do	Angola
Sebastião d'Almeida Saldanha da {	Pres. ^o Duque de Brag. ^a	
Fonseca	Alferes do Esquadrão de	
Henrique d'Oliveira Maia. {	Loanda	
Ignacio Luciano da Rocha	1. ^o Sargento de Infante-	
Eduardo Guilherme de Faria Blanc,	ria de Loanda	
e sua mulher	2. ^o Sargento d'Angola ..	
Francisco Rodrigues de Castro...	Paizanos	
Francisco José Rodrigues		
José Maria de Figueiredo. {		
José Francisco, e sua mulher...	Pretos	
Narciza Rosa		
Mãria da Conceição		
Joaquim José Bernardes		
Joaquim Guilherme Pinto de Mo-		
raes		
Francisco José Duarte		
Marcellino de Sousa Pinto		
Maria Thereza	Mulheres dos degrada- dos	
Maria Luiza, e quatro filhos me- nores		

Além dos passageiros acima relacionados, foram mais 81 degradados incluindo duas mulheres, para as provincias de Cabo Verde e Angola.

NAVIOS DO ESTADO EM ARMAMENTO, E SEUS DESTINOS,
No 1.º de Novembro de 1845.

Qualidade das Embarcações	Nomes	N.º de peças, ou canoas	Gradações, e nomes dos Commandantes	N.º dos Offi- ciales de Marinha	N.º dos Guardas-Aspirantes	Destinos
Fragatas . . {	Duq.ª de Brag.ª	50	Capitão Tenente, M. T. da S. Cordeiro. .	7	1	No Téjo { De Registo do Porto.
	Diana	50	Capitão Tenente, J. M. F. do Amaral. .	7	5	No Téjo { De Depósito de Marinhagem.
Corvetas . . {	Oito de Julho . .	24	Primeiro Tenente, J. J. d'Andrade Pinto	5	2	Na Estação d'Angola.
	D. João I.	24	Capitão Tenente, F. S. Franco.	5	4	Na Estação do Brasil.
	Infanta Regente	24	Primeiro Tenente, V. G. P. Ferreira. . .	2	2	Na Estação da India.
	Urânia	24	Capitão Tenente, P. A. da Cunha	5	4	Na Estação d'Angola.
Brigues . . {	Audaz	18	Primeiro Tenente, F. A. G. Cardozo. . .	5	1	Na Estação d'Angola.
	Villa Flor	16	Primeiro Tenente, P. V. da C. L. e Pinho	4	3	De viagem para Moçambique.
	Téjo	18	Capitão Tenente, D. F. do Valle.	5	4	Na Estação de Macão.
	Vouga	12	Primeiro Tenente, F. d'Assis e Silva . . .	5	4	Na Estação de Cabo Verde.
Vapór	Tereira	4	Segundo Tenente, F. A. M. Pereira . . .	2	2	No Téjo.
Charruas . . {	Princeza Real . .	12	Capitão Tenente, P. A. Caminha. . . .	4	4	No Téjo.
	Príncipe Real . .	2	Um Offic. e guarniç. destacados da Pr.ª Real	2	1	De viagem para Angola.
Brigue-Escuna	Tamega	12	Primeiro Tenente, J. J. G. de Mattos Corrêa	4	4	Na Estação do Brasil.
Escunas . . {	Ninfa	2	Primeiro Tenente, A. Sergio de Sousa . .	2	2	Na Estação d'Angola.
	Boa Vista	2	Segundo Tenente, J. B. Garção	2	2	Na Estação d'Angola.
	Esperança	2	Segundo Tenente, J. G. Talone.	2	2	Na Estação d'Angola.
Correios . . {	Faro	2	Primeiro Tenente, V. J. dos S. Mor.ª Lima	2	1	No Téjo.
	Cabo Verde	2	Primeiro Tenente, J. M. Rodvalho.	3	"	De Correio para Angola.
Cuter	Andorinha. . . .	6	Segundo Tenente, P. O. Alves	1	2	No Téjo.

Tratado de Amisade, Commercio e Navegação entre Sua Magestade a Rainha de Portugal e dos Algarves, e Sua Magestade O Sultão Imperador dos Ottomanos, assignado em Londres pelos respectivos Plenipotenciarios em 20 de Março de 1843.

DONA MARIA, por Graça de Deos, Rainha de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além Mar, em Africa Senhora de Guiné, e da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que a presente Carta de Confirmação e Ratificação virem, que em vinte de Março de mil oitocentos quarenta e tres se concluiu e assignou na Cidade de Londres, entre Mim e Sua Magestade O Sultão Imperador dos Ottomanos, pelos respectivos Plenipotenciarios, munidos de competentes Poderes, um Tratado de Amisade, Commercio e Navegação, do qual o theor é o seguinte:

Sua Magestade Fidelissima A RAINHA de Portugal e dos Algarves Achando-Se Animada do desejo de facilitar e ampliar relações de Commercio entre Seus subditos, e os da Sublime Porta, a fim de firmar as bases de uma perfeita amisade e boa intelligencia entre as duas Potencias; e Sua Magestade O Sultão Imperador dos Ottomanos igualmente Animado dos mesmos sentimentos, e Querendo corresponder da Sua parte a este desejo de Sua Magestade Fidelissima, ambos os Augustos Soberanos nomearam para este effeito Seus Ministros Plenipotenciarios, a saber: Sua Magestade Fidelissima o Senhor Christovão Pedro de Moraes Sarmiento, Barão da Torre de Moncorvo, do Seu Conselho, Commendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e Cavalleiro da Ordem de Christo; Gram-Cruz da Ordem Real Americana de Isabel a Catholica, e da Ordem de Ernesto o Pio da Casa Ducal de Saxonia, Grande Official da Ordem Real da Legião de Honra, Commendador da Ordem Real de Danneborg; Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade Fidelissima junto a Sua Magestade Britannica; e Sua Magestade O Imperador dos Ottomanos a Sua Excelencia Séyed Mouchammed Emin Aali Effendi, Condecorado com o Nichani Iftibar (Condecoração de Honra) da primeira classe, Commendador das Ordens Reaes da Aguia Vermelha da Prussia, de Carlos III, e de Isabel a Catholica de Hespanha, Cavalleiro das Ordens de Leopoldo da Belgica, e da Estrella Polar da Suecia, Embaixador Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Sublime Porta Ottomana junto a Sua Magestade Britannica; os quaes, depois de terem reciprocamente communicado seus respectivos plenos Poderes,

achando-os em boa e devida fôrma, e de haverem tido muitas conferencias, convencionaram e concluíram de commum acôrdo o Tratado seguinte:

Artigo 1.º Haverá d'ora em diante amizade perpetua entre os Estados e os subditos de Sua Magestade Fidelissima, e os Estados e subditos de Sua Magestade O Imperador dos Ottomanos.

Art. 2.º Os subditos das Altas Partes Contractantes poderão com toda a segurança visitar Seus Estados respectivos, tendo liberdade reciproca de commercio por mar e terra, podendo alugar casas ou armazens; e os individuos serão sempre tratados com a maior contemplação.

Ainda mesmo em caso de guerra de uma das Altas Potencias Contractantes com outra Potencia, a amizade não deixará de existir entre Portugal e a Sublime Porta Ottomana.

O Governo Portuguez receberá sempre com a mesma contemplação a bandeira e os subditos Ottomanos, os quaes nunca serão inquietados em cousa alguma, e poderão continuar suas relações commerciaes. Em reciprocidade o mesmo acolhimento será feito pela Sublime Porta aos subditos Portuguezes; e tanto elles, como a sua bandeira, serão sempre respeitadas.

Art. 3.º Os negociantes ou outros quaesquer subditos da Sublime Porta Ottomana, que forem ao territorio Portuguez, nelle serão recebidos e considerados, tanto na sua chegada como na sua estada, com as mesmas distincções, e gosarão das mesmas vantagens ou privilegios que gosarem os subditos das nações mais favorecidas. Da mesma sorte, e em reciprocidade, os negociantes, ou outros quaesquer subditos Portuguezes, que forem aos mares, agoas, portos, e a todos os paizes da Sublime Porta, receberão o mesmo acolhimento, e alli não poderão ser vexados ou molestados, e sómente pagarão os mesmos direitos, e outros impostos a que estão sujeitos os negociantes e subditos das Potencias amigas da Sublime Porta as mais favorecidas. As duas Altas Partes Contractantes concederão passaportes aos viajantes segundo a pratica estabelecida.

Art. 4.º Os subditos Portuguezes que, por devoção ou pelo gosto de viajar, ou por motivos scientificos, quizerem visitar a Cidade Santa de Jerusalem, ou outro qualquer logar do Imperio Ottomano, poderão fazê-lo com perfeita segurança; e para este fim lhes será concedido um *salvo conducto* (ordem Imperial) á vista do qual nenhum obstaculo lhes será posto; e se lhes dará protecção e auxilio.

Art. 5.º Em todos os Estados da Sublime Porta, os negociantes Portuguezes não serão jámais incommodados ou molestados, sob qualquer motivo, em seus negocios, e em geral observar-se-ha a respeito delles a pratica estabelecida a respeito dos commerciantes das demais Potencias amigas. Elles poderão servir-se em seus negocios commerciaes de corretores de qualquer nação ou religião que sejam.

Art. 6.º A Sublime Porta poderá nomear e collocar (des Shah-benders) Consules e Vice-Consules em todas as cidades e portos dos Estados Portuguezes: por toda a parte elles acharão auxilio e protecção, e gosarão das vantagens e distincção devidas a seu character, e que são concedidas ás pessoas da mesma classe das nações mais favorecidas, residentes nos Estados de Portugal. Do mesmo modo Sua Magestade Fidelissima poderá nomear e estabelecer Consules e Vice-Consules, ou sejam Portuguezes de Nação ou estrangeiros (Mustéms) em todas as escalas, praças, portos ou cidades commerciaes dos Estados Ottomanos, onde o Governo Portuguez reconhecer que seus interesses exigem a presença delles. A Sublime Porta lhes expedirá *Firmans* ou *Berats*, e lhes será concedida a protecção, auxilio e distincção convenientes, e iguaes ás que gosarem os outros funcionarios estrangeiros da mesma graduação.

Art. 7.º Achando-se desde muito tempo abolida em Portugal a escravidão, segue-se, mas nem por isso deixa de declarar-se, que nenhum subdito Ottomano poderá ser feito escravo em Portugal. Do mesmo modo, e por nenhum motivo, poderá ser reduzido á escravidão um subdito Portuguez nos Estados da Sublime Porta.

Reciprocamente tanto os bens dos subditos Portuguezes fallecidos nos Estados da Sublime Porta, como os dos subditos Ottomanos fallecidos em Portugal, serão depositados nas mãos dos Agentes Diplomaticos, Consules ou Vice-Consules dos dois paizes respectivos, da maneira mais prompta e segura, a fim de serem por elles restituídos aos herdeiros daquelles.

Art. 8.º No caso de contestação ou litigio entre os subditos da Sublime Porta, e os de Sua Magestade Fidelissima, não serão ouvidas as partes, nem julgada a causa, senão na presença do *Drogman* de Portugal. Toda a vez que se tratar de uma causa, cujo objecto exceda em valor *quinhentas piastras* Turcas, será ella submettida ao julgamento da Sublime Porta, para que a sentencêe em conformidade das leis da justiça e da equidade. Os Portuguezes, que se occuparem honrada e pacificamente do seu commercio, nunca poderão ser presos ou molestados pelas authoridades locaes; porém em caso de crime ou de delicto o negocio será commettido ao seu Ministro, Encarregado de Negocios, Consul ou Vice-Consul: os accusados serão julgados por elle, e castigados segundo o uso estabelecido a respeito dos Francos.

Art. 9.º A bandeira Ottomana será respeitada em todos os Estados Portuguezes, e as embarcações de guerra Portuguezas observarão a respeito dos navios de commercio do Imperio Ottomano as demonstrações de amisade e cortezia usadas na marinha. As embarcações de guerra Ottomanas procederão da mesma sorte a respeito dos navios Portuguezes; e a bandeira Portuguesa será devidamente respeitada nos Estados da Sublime Porta. Os navios Portuguezes navegarão com toda a segurança debaixo de sua propria bandeira; mas

por caso nenhum a poderão conceder, quer seja aos navios de subditos Ottomanos, quer aos de outras nações.

Os Ministros, Encarregados de Negocios, Consules ou Vice-Consules de Sua Magestade Fidelissima jámais poderão subtrahir publica ou secretamente subditos Ottomanos á authoridade da Sublime Porta, nem protege-los por meio de patentes. Elles terão cuidado em que de fôrma alguma se deixe de observar os principios estabelecidos neste Tratado, e approvados pelas duas Altas Partes Contractantes.

Art. 10.^o Os navios mercantes Portuguezes poderão livremente passar pelo canal da residencia Imperial para irem ao Mar Negro, ou para delle voltarem; e, á excepção de objectos prohibidos no Imperio Ottomano, poderão ser carregados de generos, e de todos os productos naturaes ou manufacturados, quer sejam do Imperio Ottomano, quer de outras procedencias. Será livre aos navios mercantes de Portugal navegarem carregados ou em lastro, quer seja no Bosphoro, quer no Mar Negro, ou em outros mares, agoas, portos, ou abras dependentes da Sublime Porta, a qual os fará proteger contra todo o vexame, ou ataque das Regencias d'Africa, munindo-os para esse fim dos Firmans necessários.

Art. 11.^o Em todos os portos do Imperio Ottomano os navios Portuguezes, tanto á sua entrada, como á sahida, não serão obrigados pelos empregados da Alfandega ou do registo do porto, a serem visitados com mais rigor do que os navios das nações mais favorecidas, e estes navios e suas cargas nunca pagarão outros bem maiores direitos de Alfandega, de porto, ou outros quaesquer, do que pagarem aquellas mesmas nações. Do mesmo modo elles poderão importar ou exportar todos e quaesquer productos e mercadorias que poderem ser importados ou exportados pelos navios das nações mais favorecidas.

Os navios com bandeira Ottomana, que forem aos portos Portuguezes, nelles gosarão de todas estas vantagens, quanto ao commercio directo nos ditos portos; porém, o commercio indirecto (que consiste no transporte de mercadorias ou productos de origem estrangeira por um navio debaixo da bandeira de uma das Altas Partes Contractantes para portos da outra) achando-se regulado por leis espeziaes, os navios Ottomanos, que fizerem esse commercio, serão sujeitos, como o são os das outras nações estrangeiras, a esses mesmos regulamentos: as suas cargas pagarão em tal caso os direitos addicionaes impostos pelas leis em vigor, e que são igualmente pagos pelas outras nações estrangeiras.

Os navios Portuguezes que fizerem o commercio indirecto nos Estados Ottomanos, ficarão do mesmo modo sujeitos ás leis existentes, ou ás que de futuro o Governo Ottomano julgar conveniente fazer para regular este commercio.

A pesca nacional Portugueza, sendo objecto de privilegios e vantagens particulares, fôrma uma excepção no commercio geral de Portugal com as outras nações:

Quanto ao commercio do sal, a sua exportação acha-se regulada em Portugal por leis especiaes ás quaes se submettem todos os navios debaixo de qualquer bandeira estrangeira, que querem exportar o sal Portuguez.

Achando-se o commercio do sal igualmente regulado nos Estados da Sublime Porta por leis muito especiaes, e muitas vezes absolutamente locaes, ás quaes estão sujeitos os navios estrangeiros que querem fazer este commercio, os navios Portuguezes observarão a tal respeito as disposições e regulamentos estabelecidos nos portos em que entrarem para fazer este commercio.

Pelo que diz respeito ao commercio de cabotagem, como em Portugal é prohibido a todas as nações estrangeiras faze-lo, tambem elle não poderá ser permittido aos navios com bandeira Ottomana; e da mesma sorte o commercio de cabotagem nos Estados da Sublime Porta, não será tambem permittido aos navios mercantes de Portugal.

Art. 12.º Os subditos de uma das Altas Partes Contractantes, que chegarem com seus navios a alguma das costas pertencentes á outra, mas que não quizerem entrar no porto, ou depois de nelle entrarem, não quizerem descarregar alguma parte da sua carga, terão a liberdade de partir, e seguir sua viagem sem pagar outros alguns direitos que não forem os que pagam, em caso identico, as outras nações amigas.

Art. 13.º Convencionou-se tambem, que os navios mercantes de uma das Altas Partes Contractantes, entrando nos portos da outra, poderão limitar-se a não descarregar senão uma parte da sua carga, segundo o capitão ou o proprietario desejar; e que poderão sahir livremente com o resto sem pagar quaesquer direitos, impostos ou taxas, senão pela parte que houver sido descarregada, e será marcada e riscada no manifesto que deverá conter a relação dos effeitos de que o navio estava carregado; o qual manifesto deverá ser apresentado na sua integra na Alfandega do logar onde o navio tiver aportado.

Nada se pagará pela parte da carga que o navio reexportar, e com a qual poderá continuar sua viagem para um ou mais portos do mesmo paiz, e dispor do resto da sua carga, se se compozer de objectos, cuja importação seja permittida, pagando os direitos competentes, ou então poderá dirigir-se para outro qualquer paiz.

Fica porém entendido, que os direitos, imposições, ou taxas quaesquer, que devem, ou deverem pagar os proprios navios, devem ser pagos por uma só vez, no primeiro porto em que abrirem escotilhas, ou descarregarem parte da carga; mas nenhuns iguaes direitos, imposições, ou taxas serão exigidos de novo nos portos do mesmo paiz, onde os ditos navios podessem querer entrar depois, uma vez que a nação mais favorecida não esteja sujeita a quaesquer direitos additionaes no mesmo caso.

Art. 14.º Não se poderá em caso algum obrigar os proprietarios ou os capitães dos navios mercantes das duas Altas Partes Con-

tractantes a empregar seus navios no transporte de tropas, de munições, ou de outros objectos de guerra. Terão a liberdade de recusar as propostas que lhes forem feitas, e que julgarem que lhes não convêm.

Art. 15.º Se um navio das duas Altas Partes Contractantes vier refugiar-se nos portos ou na jurisdição da outra, para se abrigar contra corsarios, ou outro qualquer accidente, será recebido, protegido, e tratado com cortezia; e se um navio das duas Altas Partes Contractantes naufragar no territorio da outra, os homens da equipagem, que se tiverem podido salvar, receberão os soccorros que reclama a sua situação: depositar-se-hão no Consulado ou Vice-Consulado Portuguez do districto que ficar mais proximo, as mercadorias e os objectos que se tiverem podido salvar, para serem entregues aos seus proprietarios; e pelo que respeita aos bens dos subditos Ottomanos que se acharem em igual caso, servirá de regra a pratica estabelecida nos Estados Portuguezes para com as nações mais favorcidas.

Art. 16.º As Altas Partes Contractantes se obrigam a que todos os favores, privilegios, e isenções concernentes a commercio ou navegação, concedidos, depois deste Tratado, aos subditos de uma outra Potencia por uma das Altas Partes Contractantes, serão igualmente concedidos aos subditos da outra Alta Parte Contractante. Esta concessão será gratuitamente concedida, no caso que assim haja sido concedida aquell'outra nação; mas se esta concessão tiver sido feita por uma das Altas Partes Contractantes a outra qualquer nação, mediante uma retribuição, ou um equivalente, ella será igualmente concedida aos subditos da outra Alta Parte Contractante mediante, *quam proximé*, a retribuição ou o equivalente estipulado.

Art. 17.º e ultimo. O presente Tratado de Amisade, de Commercio, e de Navegação, tendo sido assignado pelos Plenipotenciarios sobreditos, a fim de ser executado fielmente por ambas as Partes, ficará em vigor durante dez annos, contados da data da sua assignatura, e por todos os mais annos que se lhes seguirem, até que uma das Altas Partes Contractantes declare explicitamente á outra sua intenção, ou de o fazer cessar completamente, ou de o alterar.

Neste caso as disposições do mesmo Tratado serão ainda obrigatorias durante doze mezes, a datar da declaração feita por uma das Altas Partes Contractantes á outra, da sua intenção de fazer cessar, ou de alterar este Tratado.

Conclusão.

Os Plenipotenciarios das duas Altas Partes Contractantes, depois de terem assignado e sellado com seus sellos o presente Tratado de Amisade, de Commercio, e de Navegação, contendo dezeseite Artigos o transmittirão immediatamente ás suas Côrtes; e nenhuma

das duas Altas Partes Contractantes permittirá que elle ahí seja transgredido, ou de qualquer maneira violado. O presente Tratado será ratificado, e as Ratificações serão trocadas em Londres no espaço de noventa dias, contados do da assignatura, ou antes se for possível, e começará a ser posto em execução trinta dias depois da troca das Ratificações.

Feito em Londres aos vinte de Março de mil oitocentos quarenta e tres.

(L. S.) *O Barão da Torre de Moncorvo.*

(L. S.) *Aali.*

E Sendo-Me presente o mesmo Tratado, cujo theor fica acima inserido; e bem visto, considerado, e examinado por Mim tudo o que nelle se contém, tendo ouvido o Conselho d'Estado, o Ratifico e Confirmo assim no todo, como em cada uma das suas clausulas e estipulações; e pela presente o Dou por firme e válido, para haver de produzir o seu devido effeito, Promettendo observa-lo e cumpri-lo inviolavelmente, e faze-lo cumprir e observar por qualquer modo que possa ser. Em testemunho do que, e firmeza do sobredito, Fiz passar a presente Carta por Mim assignada, passada com o Sello Grande das Minhas Armas, e referendada pelo Meu Conselheiro, Ministro e Secretario d'Estado abaixo assignado. Dada no Palacio das Necessidades aos quinze dias do mez de Abril do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil oitocentos quarenta e tres. = RAINHA (com Guarda). = *José Joaquim Gomes de Castro.*

PARTE NÃO OFFICIAL.

DOCUMENTOS INÉDITOS.

Provas para a Historia das Descobertas, Navegações e Conquistas dos Portuguezes: pelo Socio ALBANO Anthero da Silveira Pinto. — (Continuadas de pag. 492.)

N.º 12.

Carta de Duarte de Lemos em que da conta a El Rei das cousas que se passarão em Moçambique pertencentes ao seu serviço, e dos termos em que estão as obras da dita terra. — Feita em Moçambique a 30 de Setembro de 1508. (1)

Senhor = por me parecer que syruo V. A. em lhe dar comta detodallas cousas que nesta uiagem sam pasadas ofaço E asy por noso Senhor que atoeie que sam xxx dias de Setembro de 508 (*b^ejii*) aquj em moçambique omde estou sendo todallas não pasadas que na conserua de yorie daguiar de portugall vieram nenhũa noua delle que seya certa aquj não temos nẽ sabemos mays que apresemça que cada lũ tem de sua nauegaçam segũdo aparece em que nos delles perdemos por dar a V. A. acomta mays eteiramente lha quero dar deludo o que se pasou depoy sermos partidos da ilha da madeira ha te oie poy aquy o capitã mor senã acerta cuyo carego este hera.

Iten Ya V. A. terra sabido por cartas de yorie daguiar que da dita ilha espreueo como amtes de chegar a ella cousa pouco de tempo

(1) *Castanheda*, livro 2.º, cap. 92.º — *Goes*, p. 2.^a, cap. 20.º, 37.º, e p. 3.^a, cap. 1.º e 25.º — *Barros*, dec. 2.^a, livro 1.º, cap. 6.º, livro 4.º, cap. 2.º e 3.º — *Faria e Souza*, *Asia Port.* t. 1.º, *Ann. da Mar. Port.*, t. 1.º

A nã de Vasco de Carvalho, era a Carvalha e não Castello; e a de Gonçalo Mendes de Brito, que Quintella e outros não sabiam o nome, era a Bernalda — acrescentaremos mais o navio Garça, em que ia Diogo Corrêa por Capitão mó, que se chamava Garça.

que tornamos se perderam de sua conserua tres naos convem asaber a não lionarda ha que quebrou o masto que qua temos que aribou a lixboa e a não botafogo em que hia Joham rroiz pereira por capitã e o nauio que se chama garça em que hia diogo correa por capitã o qual nauio garça era ordenado pera ficar com yorie daguiar darmada todolos outros viemos com o capitam mor ter a ilha da madeira omde elle aparelhou a não Sam Joam em que vinha com agauea quebrada.

Item Dally partimos todolos outros nauios quarta feira de treuas efomos na volta da costa de guine e depois de pasar bisyguiche sem no toquar por nos asy ser mādado pollo quapitã mor derã ã nos trouadas e qualmarias ã que amdamos oito a ix dias nã fazēdo pera nenhuma parte quaminho e amdādo asy nas trouoadas huã noite se perderam da conserua tres naos convem asaber a bernalda ã que hia gonçalo mēdez por capitã e a carualha ã que hia vasco carualho E a madanella em que hia tristam da sylua foi isto a oito dias de mayo.

Item quādo foy manhã que fomos saluar a capitaina achey o capitã mor escandalizado muyto delles como dise parecēdo lhe que se apartara delle por sua vomtade e asy ficamos com ell cimquo naaos convem asaber tres nauios pequenos que erra de vasco da sylueira e pero correa e eu e alluaro bareto na não samta martha e yoam colação criado de V. A. na não yndia.

Item E asy amdamos todos emcomtrastes de vêtos ate que nos seruiuo tempo pera hir na volta do cabo de samtagostinho e hya tam gimitill nauio de uella ha não capitaina que nã podiamos hos nauios pequenos ter com ella sendo muyto veleiros «por samta martha perdemos alguãs vezes quaminho por que se fez de que o capitã mor aribou e asy nos outros sobre ella tres vezes tam mall amdaua polla bolina e asy Senhor todos yûtos dobramos o quabo de samtagostinho ate nos pormos ã trimta e seys grãos daltura e a noyte da vespera de sam yoam deu ã nos tamto tempo que os nauios pequenos nã podemos ter vella e erra grande maar e chuva com tamta ceraçam que toda a noyte todolos nauios fizemos fogos pera nã darmos hũs pollos outros e ainda asy nã nos viamos erramos todos os nauios pequenos ayulavêto da capitaina por nam poder-mos portar vella que nos alagavamos, quando amanheceo eu me achey soo sã ver nênhua vella e erra o tempo a causa por ser muyto cerado quādo foy oras de se levar o soll em algũa maneira abrio mais o dia chouêdo porem muyto vy a capitaina a balrrauemto de mj mea legoa e amtre my e ella iũ nauio pequeno o quall era de vasco da sylueira ambos trrabahauamos pera hir de loo era tamto ho mar que nã nolo cõsymtã asy o uemto, nã leuauamos mays vella que os papasiguos amañados de todo na cuberta» a não capitaina leuava as vellas dalto e cortaua muito e ou nos nã vyo ou nã qujs perder caminho «vasco di sylueira e eu nos ajumtamos e falarãr nosos pilotos aos quaes pareceo bem

que = aquelle dia todo governasemos ã leste por que aquelle era o caminho que a capitaina fazia parecêdolhe que arybase a nos Recolher e asy se fez.

Item quando Senhor foy noyte tornamos a falar vasco da sylveira e eu, e asy nosos pilotos e nos pareceo que pois ja em todo aquelle dia a capitaina nã aRibara sobre nos ya seguiria seu caminho sem esperar nymguem senã os que consiguo leuaua que erra samta marta e a yndia que por serem nauios grandes pudiam ter vella e acompanhallas os quaes dous nauios anoite seguimte se perderã della seguindo depois daquy estarẽ ã mocâbique soube como adiante direy a V. A. asy fomos yuntos vasco da sylveira e eu fazêdo noso caminho direitamẽte a moçambique segumdo traziamos por rregymẽto de V. A. e do capitam mor e depois de pasada a noite do dia sam yeam ã amanhecêdo ouemos vista da terra a quall terra era hũa ilha alta e daruorredos e asaz grande de que saiam muytas aues e lobos marinhos ao mar, parreco-nos bem vermos que terra era fomolla demãdar em na querêdo auer foy tâto o uêto cõ nosco que nos conueyo corer avante pasada esta topamos outras quatro nas quaes a hũa dellas pasa de vinte legoas de costa e yohã de gaya meu piloto as asemtou ã sua carta estan ã trinta e sete graos ali nos deram tantos ventos e tantos êbates das mesmas ilhas que amdamos trres ou quatro dias ã sair dellas e depoy amdamos em qualmarias começounos aseruir o tempo 5 dias e cỹquo noites leuamos todas as vellas em que fizemos muito caminho governãdo em leessueste por que elle e algũs outros pilots da frota se faziam mais arree e areceavam demãdar tam cedo a terra: »

Item tornou adar tamto tempo em nos e porẽ de vyaïem que com os papaigos do traquete amainados a meyo masto o nã podiamos sofrer aqueles dias nos apartamos vasco da silueira e eu hũa noyte com tamto tempo que contra nosas vontades nos fez apartar no quall tempo tiue cinco dias com suas noites ã que fyz muyto quaminho nã letãdo nenhũa vella a mor altura ã que fuj foram corêta graos daly senhor vim demãdar a terra e ouuea dezoito dias de Julho hũa terça ãira polla menbã amtre o rryo do infante e a pomta de santa luzia por que V. A. saiba quaes sam os omẽs que merecem merce por ses officios lhe certefiquo que asy no demãdar da terra como ã todas as outras cousas desta viaagem amdou Johã de gaya meu piloto tam ceto quãto pera boõa navegaçam erra neceçareo.

Ali Senor naquella terra por trazer ayête desabastecida de carnes e pescado pescarã ali do meu nauio que foy causa dayente se remedear de todo que ya algua della vinha doemte porem pouqua qua deus seya louado em toda afrota o forã a nao sam ioam de que nã sey, nã sam faleidos ate quinze peçoas se daqui adiãnte outra cousa nã for.

Item Dali Senhor cory a costa caminho do quabo das corrêtes e a 22 (xxy) dia de Julho topey Diogo Lopes de syqueira ao longuo da costa

com todos seos nauios asy como de portugall partio e elle e toda a iête saam o quall amdaua pera tomar o rryo omde mataram ioam de queiros pera tomar hy agoaa de que ya vinha desfalecido e por que o tempo me seruia amj pera fazer meu caminho faley cõ elle amdamdo a vella e elle se fez na volta da terra e eu ao mar escasearam-me os tempos torney asurgir ã na costa omde elle tambem estaua surto e aly acordamos de tomar ambos aguoa no dyto Rio por que eu tambem tinha muyta neccidade della aly esteuemos surtos dous dias aly deu tempo em nos deuiayem que nos leuamos a mea noite e acoremos o dyto rryo em que queriamos tomar aguoa ho outro dia pola manhã por nã ser tempo pera tomar mos costa Diogo lopes se fez na volta da ilha de sam louremço e eu ademãdar moçambique depois de dobrado o cabo das corrêtes deram ê mj calmarias que derã comigo no praçell deçofalla e surgy hũa noite hua legua de çofala demaneira que do castello me tiraram bombardas e o outro dia polla manhã fez tã mao tempo deuiayem que nã erra pera deitar batell fora e me party e vim ter a hũa ylha que esta na boqua do Ryo damgoja omde com leuãtes estiue oito dias surto quãdo aly chegey hũa soo pipa dagoa trazia, aly Senhor mãdey o batell fora ê que mãdey gomez de fygyredo meu espriuã com algũs besteyros e asy hũ par de berços no batell por nã saber se ha terra era a seruiço de V. A. ao quall mãdey que trabalhase cõ toda a segurãça sua he Dayemte que podese ser forra a hũa primeira pouoaçam que estava na boqua do rrio tamto que os mouros virom bandeyra de V. A. se vieram com almadias ao batell Dizêdo que tudo era de portugall ao outro dia o rrey damguoya mãdou hu seu sobrinho a m̃y num lambuquo pollo quall me mãdou certos fardos de milho e galinhas e inhames mãdou-me dizer que pudya hir ã terra he mãdar seguramente como ã portugall por que elle erra de V. A. dysto lhe dey as graças que me pareceo uoso seruiço mãdey tomar mynha aguoa sã hir ã terra como me seruyo o tempo vym aquj amoçambique onde chegey ha dezanove dias dagosto achey tristam da sylua neste porto e vasco da sylveira e pero correa e diogo correa. Vasco da syueira tinba ya quecimado o nauio e emseuado os outros comecaũ de se aparelhar tamto que chegey amtre as ilhas por ser noite surgy coutro dia polla manhã se ueyo pera mj tristam da sylua e me dise como elle estaua ya pera se partir por ser tarde pera attrauesar haymdia porẽ que elle uysto me all nã queria senã segyr o que mas fose seruiço de V. A. e como por o que lhe erra pollo capitã mor nãdado e que por elle nã ser presente nẽ delle auia certo rrequado de elle me Requeria e pedy a am̃y da parte de V. A. que eu lhe dises o que faria por que elle seguiria tudo o que lhe da parte de V. A. disese ênde que perdesse sua fazenda por nam pasar este anno.

Item Eu Senhor lhe dise por aquj nã estar yorie daguiar voo capitã mor o que eu como pessoa que desejaua seruir a V. A. e asy por ser vindo a estas partes como V. A. sabe milhor dise o que nis me pa-

recia e vy o seu rregymêto e vy que V. A. mãda nelle que as naaos que auião de quaregar sendo caso que chegasem tarde nã perdesem tempo e asy vy que nã tirou V. A. nao de mercador nẽ vosa me pareceo bem que logo se fose e pera milhor se fazer voso seruiço tomey ã minha nao todos os pilotos e peramte meu spriuã lhes dey Juramento dos samtos auãgelhos que lhe diso parecia, todos por Juramento disseram que deuia logo partir e asy se fez. Eu Senhor destas cousas tomo o cuidado por nã ser presemte yorie daguiar e ã ausêcyã sua toquar a maỹ mais que a outrẽ e como quem deseja uoso seruiço e disto e do mays dar booã comta e deus sabe qã triste e quã hafurtunado eu sam ã nam saber noua de yorie daguiar que he hua das cousas que ã meos djas mays synty prazera a noso Senhor que o trrara como todos deseýamos por que asy seria muyto seruiço de V. A. e muyto descanso meu.

Item Quãdo cheguey aquy eram ya duas naos partidas pera a imdia as quaes erra hua dellas a bernalda a quall chegou aquy a moçambi-que avymte e cinco dias de Julho e partio pera ha ymdia a vime e oito: a Judyã chegou aquy a oito dias dagosto e partio pera ha Jmdia a doze «ha madanella chegou aqui a quatorze dias dagosto e partio a 20 (xx). A nao botafo e a carualha yuntamente chegaram aquy avimte e dous dias dagosto as quaes naos aquelle dia que aquy chegaram sy ayuntaram daquy outo ou x leguos asy que ã todaesta viayem nenhua das naos veyo acompanhada senã cada hũa per sy vierã ter a este porto, depois de serem aquy estas duas naos ayemte que leuavam ordenada pera amdarẽ com yorie dagiar me leixarã aquy, e asy officiaes pedreiros e fereiros que pera esta armada vinhã ordenados.

Item ao êtrar deste porto emtrou botafo diãte, e a carualha que vinhã logo attras varou em sequo ha quall socoremos muyto rigamẽte com bates dos nauios e asy com a barqua que aquy tem duarte de melo elle acudio e com escoras e outros remedios depouys de ser agoua chea amais de mea noyte saio a nao asalluamẽto o qual pareceo a estes pilotos que pela muyta presteza he diligẽcyã com que foy socorrida senã çoçobrou a quall nao e asy botafo e ambas yũtas partirã camjnbo da ymdyã a vymte e seys dias dagosto nas quaes naos eu dise pello parecer de todos que deuĩã hir por ser tarde pera atreuesar os quaes nã fizerã aqui mais detemça que tomar agoaa e partir. Depois de serẽ partidas chegou aquy samta marta soo ao primeiro desetẽbro, todos cuidamos que era o capitam mor efomos ã bates estar no porto e a rrecebela pergumtei-lhe onde se perderã do capitã mor diseme que se perdera aquella noite depois de me eu perder de yorie daguiar e que se perdera desta maneyra.

Item Que elle e yohã colaço eram com ha capitaina aquella noite que me eu delles apartara e que com a gramde ceraçam do tempo elle perdera de uista do faroll bem dous quartos Danoite e que depois tornara auer uista delle e sygymdoo se hacharã ã amanhecẽdo com o gouropez ã terra ã hua ylha ã que acharã a nao yudia cuyo faroll

sigyrã crêdo que era yorie daguiar e que lhe disera que por se perder da companhia fizera foroll de noite ao quall o dito aluaro barreto acudira como ya dise aV. A. as quaes naos outra nenhua nova nã sabiam de yorie daguiar e logo se apartarã hũa da outra e cada hũa fez seu camynho aluaro bareto foy ter a ilha de sam lourêço e asy todas as naos da frota de yorie daguiar senã a minha.

Item e por que Senhor eu trazia muitas cartas deV. A. pera o Viso rrey e pera outras pessoas que na ymdia estam, e eu ate quij esperaua pollo capitam mor pareceo me que devia demãdar estas cartas per aluaro bareto e asy o fiz do quall cobrey conbecimêto de como lhas entregaua feyto por seu spriuam e asynado por ambos leyxome aquj a yemte que leuava pera yorie daguiar e asy me leixou azouge que o mestre de sua nao rrecebera de samcho de pedroza o quall vinha ordenado pera mylindy e asy me leixou ferro e espingardas e remos as quaes cousas todas com as outras que das outras naos rreceby mãdey aquj poor todas na feitoria de V. A. entreges ao feytor de moçambique ate vir yorie daguiar. samta marta tomou aguoia epartio quaminho da ymdia esteue aquj cymco dias.

Item Eu Senhor e asy estes capitaes que aquj estã convem asaber. Vasco da sylucira pero correa diogo correa queimamos e eẽeuamos tomamos agoa aparelhamos os nauios de todo espramdo quada dia por yorie daguiar temos por Regimêto de V. A. e seu que os nauyos que com elle fomos ordenados de ficar na porta de moçambique sem elle vir ou seu certo rrequado polla quall cousa eu Senhor estes dias que aquj estamos cõ ayêto do meu nauyo e asy cõ ha destoutros e cõ todos ofjcyas e com crjados de V. A. que aquj estã trabalhamos quada hũs: seu dia nas obras desta fortaleza e asy duarte de melo cõ ha yemte da terra e nisto se da toda apresada e bom auiamêto que he posyuell.

Item De Vasco gomes aureu oje que sam vimte dias de Setêbro de 508 nã ha nenhuma nova nẽ domẽ nẽ nauio que com elle fose duarte de melo esperou por elle sete mezes deixou aqui seu rregimêto e sem nhẽua cousa lhe mãdar que fizese esperãdo tomar logo aquy» quãdo vio que nã vinha mãdou comẽçar afortaleza com muyto pouqua yemte aquall fortaleza quãdo eu Senhor aquj chegey lha achey feyta e hũa torre de trres sobrados quã boa pode ser trauejada e suas yanellas feytas eu comecey os aliceses da cerqua e delhe toda ha outra yemte a dias como dise aV. A. temos ya sobola terra os dous quartos hũa braça de graueira e alto com suas bombardeiras os outros aliceses vam crecemdo ho mais que podemos fazer duarte de melo e isto e todas as outras cousas da governança da terra com tanto rrequado ha tãta diligencia que me pareceo, voso serviço dizello pera lho agradecer e fazer muita merce que por isto merece por que segumdo as cousas daqui e principallmẽte çofalla estam desmãchadas por nã ter auido vascos gomez que diso tinha carreguo se aqui fiquara outro omẽ de meu rrequado que duarte de melo tudo isto era

perdido por que cõ quãto proue a-todo quãto a elle he posyuell muyto compra auoso seruiço sy yorie daguiar presente ou eu ter serleza que elle erra auãte ou arre pera fazer niso o que me parecera seruiço de V. A. e por que Senhor eu queria dar bõa comta de m̃y ã tudo quãdo vir que uoso seruiço se poder e eu com Rezam ho deuo prouer erreya V. A. que ho farey ãtejamẽte ho melhor que eu souber por que ã cousa em que tamto vay aseu seruiço nam compre delaçam e segumdo a conformaçã que aquj acho ã todalas pessoas que nesta fortaleza estam tudo esta mall aparelhado e principallmẽte tenho disto ãformaçã pollo feitor daquj e officiaes que todos falam por hua maneyra e asaz he de ser verdade que me dizẽ nã auer em çofalla mays de dous ate trres mjll mitiquaes douro depois que vasco guomez della partio ate agũora.

Item Quando samta marta daquj partio duarte de melo me fez hum requerimẽto o quall eu mãdo a V. A. pedidome que se trrazia cartas pera vasco guomez que lhe V. A. mãdaua que eu lhas dese por quãto esta nao era a derradeira que este anno pasaua pera a Jmdia e nas ditas cartas poderiã vyr alguas cousas que fose necesareo espreuer ao viso Rey aquall cousa Senhor pratiquej com estes capitães que aquj estam peramite mj espriuam como V. A. vera pollo mesmo Requerimẽto de duarte de melo e rresposta mjnha atodos pareceo lhe que eu soo vise as cartas que V. A. espreuia a vasco guomez e fizese o que me parecese uoso seruiço, abrrias he vy o que nelas vinha e do que V. A. queria ser aysado de vasco guomez serra por mj segũdo o que aquj veyo e segumdo ãformaçam que acho das cousas que aynda nã tenho vistas.

Item Vy hũã carta de V. A. pera o dito vasco guomez ã que lhe notifiqaua a vimda de yorie daguiar por capitã mor de toda esta costa e lhe mandaua que tamto que aquj chegase o dito iorye daguiar lhe dese comta de tudo o que tinha feito segumdo o que trrouxera de portugall por rregimẽto de V. A. e dahy ã diamte todalas cousas que o dito Jorie daguiar voso capitã mor da uosa parte rrequerese e mãdase e fizese segũdo forma de poder e alçada vosa trraz.

Item lhe mãdaua V. A. que da abastamça do ourro de çofalla lhe espreuse que tinha sabido e asy da terra firme e ilhas e se tinha descuberto cõ os nauios algũã cousa.

Item Vasco guomez como chegou a çofalla fez hua sala..... na fortaleza, aquj ã mocãbique nã leixou rregimẽto como ya tenho dyto a V. A. esprãdo tornar aquj» o que tenho por noua acerqua do ouro de çofalla he que a muyto na terra e na feitoria de V. A. a muyta merquadoria e rresgata muyto pouquo por mouros e por cristãos e pollos proprios officiaes daquj de moçambique que sam alcaide e feitor e espriuã e tenho sabido que he cullpa de uosos officiaes nã auer mays ourro na casa de çofalla e que ya aiso tem mãdado hua ãqriçã a V. A. que se aquj tirou, das ilhas que V. A. queria saber e asy se descubrirra algũã cousa com os naujos nã haa nada feyto.

Item do que V. A. quer saber das obras de mocâbique Ja lhe espreeu.ẽ que pomto estam.

Item da saude da Jemte de çofalla deus seya louado he mays saõ que symtra tenho Senhor sabido que nã adoeceo ẽ todo este ano pasado hũ soo omẽ.

Item no comcerto dos panos de cambaya tam pouquo nã fez nada vasco guomez nẽ teue tempo tenho sabido que elrrey de melimde por sua parte o trabalhara quãto serya posiuell e parrecome que se cõcertara segũdo V. A. ẽ seu rregimẽto mãda o quall eu tenho aquj que me deu luyz datougja ẽ lixboa ao partir das naaos.

Item o que V. A. queria saber se aueria aquj madeira pera nauios ha aquj muyta e muyto preto e muita sem custa nesta terra firme. nẽ aquj commarquã com mocâbique tenho sabido pollos officiaes que nestes naujos vẽ que de cemto e cimqoemta tones pera baixo se farrã aquj quãtos quyserẽ e os mesmos mastos de peças auerã na terra e vimdo mastos da Jmdia se farrã aquj naos quamanhas quiserẽ por que eu mãdey ofyciaes ver a madeira pera dysto espreeuer o certo a V. A. e me parece que os navios que qua ouuesem damdar darmada seria menos custo fazerẽse aquj que em purtuquall ẽ durraryã mays tempo.

Item V. A. não pode aquj escusar officiaes estamtes poys tamanho fũdamẽto faz desta casa a quall he muyto neceçaria pera todas as vosas armadas estar aquj muyto bastecida.

Item duarte de melo fez aquj hũ bragamtim de doze bãqos muy bem feyto e veleiro hũa barquaza que serue daguoa he madeira pera esta fortaleza e asy as naaos quãdo aquj vem.

Item dos mouros damgoya estam como estauã danã todo o trato de çofalla pareceme pouquo voso seruço estar ally aquella ladroeirra segũdo por esta carta de vasco guomez vy avomtade de V. A. nã tardarram muyto que senã faça delles o que V. A. avasco guomez tinha mãdado e eu o fezerra loguo com estes naujos que comjguo estam se nã esperrara por Jorie daguiar mas tamto que sua vimda ẽ borra for elle verra que tamto seruço de V. A. que o mãdarra fazer loguo por que com a estada destes mouros damguoja e asy com algũs outros que ao lomguo desta costa daquj pera çofalla estam ẽ tudo danãdo e asy dous ou tres que aquj estam ẽ mocambique he pouquo seruço de V. A. leixalos aquj estar por que sã mercadores e secretamẽte tratã com os damgoja por cima de todas as diligencias que os officiaes de V. A. posam fazer por que como a este lugar vinhã ter vossos capitaẽs e suas gẽtes tragam panos de suas partes estes mouros os rrecolhẽ todos secretamẽte por quatro galinhas e daquj as mãdam a amgoya pollos mesmos mouros que aquj damgoya vem trrazer mãtimẽtos e daly rresgatam com çofalla e que seyam buscados pollos officiaes de V. A. nã lhe achã nada por que hũ dia antes ou dous tem posto ẽ almadias de pescar na terra firme tudo adefezo e camdo vam de camjnho tomomno e asy fazem quãdo pera

qua vem asy Senhor que o atalho disto pera V. A. ser seruido sera nã aquj nem em toda a costa daquj de çofalla nã auer mouro destes omrados que danã voso trrato por que os daquj da casa de moçãbi-que sam bystiaes e e comtêtam-se ã guanbãrẽ hum alqueire de mjlho e nã poder danar ã mays eseruẽ nestas obras e ã tudo como espraus estes outros que danã. . . . todos mercadores e estrangeiros hũ he de ormuz outro he dadem outros sam doutras partes e sam todos mais auisados que toda sua. . . . tratarã e estes sam es que danã voso seruiço que auia mester todos pimchados.

Vasco guomez fez em çofalla ã quãto hy estaua huma carravella decoremta tones que comsiguo leuou leixou aquj ã moçambique hũ nauio que se chama sam geaão o quall daquj pera çofalla vay com mâtímẽtos quãdo sam necesareos e com mercadaria ainda por capitã delle lopo cabrall e ella he agurra Senhor em çofalla.

Em çofalla esta por capitã que hy deixou vasco guomez Ruj de brito patalim por feitor pẽro pesoa.

Item Do dinheiro que V. A. mãdaua dar a Ruj darrahujo e asy ao capitã mor nã se fez nada pollo nã auer ã çofalla he menos aquj.

Item da mercadoria que V. A. quer saber que destes rreinos ha-proveitaria pera çofalla dizẽ maquj vosos officiaes que nã querẽ senã panos de cambaya e comtas que ha ã mjlindj e se algũa de portugall elles querẽ sam brabãtes aluos e largos tomey aquj os nomes das mercadarias que querẽ desta costa por omde ouemos damdar pera dar diso comta ao capitã mor pera os auer ou ã sua ausemcia quado vyr que elle nã vem fazer eu o que elle faria vemdo a neccidade que diso tem a casa de çofalla temdo outra muyta mercadaria que vall gram soma de dinheiro.

Item por me parecer pouquo seruiço de deus e voso ãvernarẽ aquj estes nauios e pollos muytos nauios de viaJem que sam pasados depouz que aquj estamos quaes quallquer que nã teuera dobrado o cabo podera ser nã diguo aquj mas na Jmdia detreminey em conselho destes capitaes que aquj estam hyr auãte te quãdo qujloa e mjlindj e asy çoquotorra ver se ho capitã mor he pasado o quall pode ser pollo outra bamda da. . . . de sam louremço omde alguãs naos desta frota forã ter com as correntes por que senã dobrou o cabo nã pasara este año e se he auãte la o toparej e tambẽ senhor fiz este fundamẽto por ter sabido çoquotorra he muyto doẽtio e pode dom afomso ter neccidade de gemte e doutras cousas a que he bem que se hacuda lembro aquj ha V. A. aomrra de Jorie dagujar meu tjo por que pode ser que nã pasamdo elle este año que deus nã queira o viso Rey nã pasarra a portuguall e nã pasamdo nã sey como sua omrrã fiquaria e lembrando a V. A. asua lembro a mjuha por que tudo he hũa cousa por que bem sabe V. A. com quamta vomtade de vos servir elle aceitou esta vimda e quãto syntiria aver qua algũs embaraços que lhe desem fadigua isto soo Senhor abasta pera avertude de V. A. em que eu espero que a elle e amỹ guarde o que nos esperamos.

Item se quaso for que noso Senhor nã mãde que ã çoquotorra nẽ ã melimde nã ache a elle ou seu rrequado en preverey todallas cousas desta costa asy como ho tenho por Regimẽto de V. A. ou como faria yorie daguiar sãdo presente por que lhe he bem neçeçareo e aguora quãdo for por melimde darey a carta de V. A. ao Rey della e trrabalharey sobre este asemto dos panos de cambaya quãto for posivell pera aquall cousa me dizẽ que o Rey de melimde tem aças vomtade.

Item das cousas desta costa parece me que cõ ha tomada dormuz segũdo V. A. ordenou aos nauios que com Jorje daguiar an damdar ãnos que lhe V. A. tem ordenado que qua estẽ com aJuda de noso Senhor eu espero que toda a costa o que aguorra he sabido seyam vasallos de V. A. e do que pasar ã melimde leixarey cartas que posam hyr nesta armada que emborra hade hyr pera eses Reinos.

Item lemuerese V. A. desta Jemte desta armada e seos solldos por que a mayor parte por nã ser aquj Jorje daguiar nã quaregamos nosos ordenados por que eu espero em noso Senhor que elles siruã V. A. nesta Jornada de maneira que alem dos ordenados lhe faça merce.

praza a noso Senhor que ho estado e vida de V. A. acrecemte como por elle he desejado e todos queriamos. escripta em moçambique o derradeiro (30) dia de Setembro de 508. = beyjo Senhor as mãos de vosalteza = duarte de Lemos: =

(*Real Archiv. da Tor. do Tomõ. Corp. Chronol. Part. 1.ª, Mapo 7.º; Doc. 47.*)

N.º 13.

Regimento que se deu a João Serrão que ia buscar a não da India, que tinha tomado o Corsario Mondragão. = Feito em Evora a 14 de Dezembro de 1508. (a)

Joham Serrão este he o regimento que vos mandamos que cumpraces e guardees nesta jda que vos ora ãviamos em busca de mondragan, cossairo que teemos recado que tomou a naao de job queymado, que vinha da Jndia cõtudo o que nella trazia.

Vos vos partires daquy en boã via, e vos hy a lixboa, eRequere

(a) *Barros*, dec. 2.ª, lin. 1.ª cap. 6.º — *Goes*, p. 2.ª cap. 24.º O corsario Francez Mondragon roubou no porto de Moçambique a não de Job Queimado em 1509, e alli se vio forçado o invernar; pelo que não pôde acompanhar a armada de Tristão da Cunha, que a 7 de Dezembro de 1507 partio para o reino. Job Quimado entrou finalmente em Lisboa no anno de 1509.

Ann. da Mar. Port., t. 1.º Diz Quintella que a 18 de Janeiro de 1509 partíra Duarte Pacheco Pereira em busca do corsario Mondragon: é porém de advertir que esta era a segunda busca que a elle se dava, como se prova por este Regimento de João Serrão.

a Jorje de Vascocœcellos (V^{co} cœcellos) que vos entregue e dee a caravella, que lhe mandamos, que logo fizesse prestes pera tanto que a elle chegaseys volla entregar: a quall lhe mandamos que fosse de (*xxb*) 25 ate (*xxx*) 30 tonees, a mais velleira, e a melhor que se achase, e que fose muito bem êsevada e aparelhada de veellas e aparelhos, e que vos metese nella 8 (*bij*) bercos, e hũ fallecã, cõ poluora e pelouros que fose necesareo E cõ vinte homees antre marinheiros e bombardeiros e outras pessoas ate o dito numero de (*xx*) 20. E que vos fornecese de mâtimêto de pã, vinho, e carne, e pascado e cousas da despensa pera tempo de tres meses pera que aveemos por bem que vades fornecido. E creemos que vos achées prestes a dita caravella e nã o sendo Requere ao dito Jorje de Vascocœcellos voso despacho cõ grande dilligencia e como sabees que ê tall caso cumpre.

Item Naquelle dia ê que vos fordes acabado de vos fazer prestes, vos êbarcay e party, se asy for posyvel, de modo que hũa soo ora de tẽpo nã perquaes, por que asy Relleua a noso servico.

E tanto que ê boa ora fordes saydo polla barra de lixboa, farees voso caminho direito a galliza, e êtrareis no primeiro porto do dito Regno; e delle hirees coRendo todolos outros trabalhando de saber novas do dito cosairo; e do caminho que faz, e pera aondy vay e tomando Diso toda eformaçã pera muito no certo saberdes delle parte E se pella ventura o achaseys ê cada hũ dos ditos portos de galliza, que praza anoso Senhor seja, em tall caso por virtude da nosa carta patente que levaeis por nos asynada e asellada do noso seelo Requereres as Justiças do llugar omde achardes a êtrega da dita naao, e de toda a especearja e mercadoria della. Easy da prisã do cosairo e de todos os que cõ elle forã na dita tomadia e roubo e asy todo o mais nadita nosa carta contheuda e poheres tall diligẽcia que se cumpra todo o que por ella dita nosa carta Requeremos. E em tall maneira, que ho dito cosayro nã posa partir do lugar onde o achardes nẽ donoso fazer nenhũa maao Recado, e se pella ventura as Justiças do llugar ondy o achaseys tivese allgũ pejo ê vos êtrejar a dita nosa naao e mercadorias por dizerẽ que se requiera por direito outras allguas diligencias êtam Requere que todo se êbarge e socreste e ponha ê deposytaryo e cõ todo boõ recado e segurança sobre as quaes cousas e cada huma dellas segundo o theor da dita nosa carta Requereres e tomarees dantre as ditas justiças todos e quaesquer estromentos e cartas (*ccas*) testemunhaveis (*testes*) feitas por tabaliaes (*tabaês*) e esprivaes publicos pera guarda de noso servico e de todo o que fizerdes e achardes de novas do dito cosayro a que nos portos do Reyno de galliza, acabados todos de correr nos avisares a grande presa; e asy por mar achamdo navio, como por terra, por que por ambas as vias queremos que nos envieis Recado; e poêde nisto aquella dilligencia e cujdado que de vos cõfyamos, e nesta cousa se requere por noso servico; de modo que hũa ora de

têpo nō perquaees e aproveytayvos do boō tempo e poende y neste seruiço todā vosa posebjlidade.

Item se pella ventura o dito cosairo nō achardes em galliza nē ã nenhū outro porto desta parte E achando Recado que elle he pasado ã Ingraterra ou ã frãça ou que vay caminho do levãte pera qualquer destas partes ã que achardes Recado certo que elle vay vos mādamos que ho sygaees e vades apos elle ate prazêdo a deus o topardes. E em qualquer porto o llugar onde o topardes fazee todo o que atras vos mādamos que façães ã galliza e pera estas partes leuaes uma carta (*ccā*) patente ã latim pera por ella todo Requererdes como aves de fazer ã lingoajē e se ã frãça fosse ou ã Ingraterra e compre irdes requerer sobre a justiça deste caso a cada hū dos Reys dos ditos Reynos fazeo com muy grande cuydado e asy como de vos ho cōfyamos.

E neste caso hindo vos asy aReqrello enpesoa leixares o nauio que leuaes a muy grãde Recado entrege ao mestre ou pilloto que leuardes pera se nō segir inconveniēte allgū.

E isto mesmo de hirdes Requerer a Justiça fares aqualquer senhoria ou Senhor do llugar onde achardes que o dito cosairo esteuer acolhido ã llevante. E isto estando cada hū destes Reis e Senhores ate quorenta llegoas do mar.

Item se achando nova do dito cosairo ã mar ou ã porto e topaseys allguns nauios de nosos regnos e Senhorios cō os quaees vos parecee que seguramēte o podices cometer e tomar neste caso vos mādamos que Requeraes aos Senhorios mestres e pillotos e cōpanhia dos ditos nauios de nosos naturaes que vos ajudem aos quaes por este capitollo mādamos que façã e cūpram todo o que por noso serviço neste caso lhe Requererdes e mandardes soas penas civis e crimes que lhe poserdes as quaes mandaremos enxecutar naquelles que forē nygligentes e Reues que delles nō esperamos. E neste caso porem nã farees cousa allgua salluo com toda segurança do noso serviço nē ocuparees navios salluo aquelles que achaseys no porto onde o cosairo estevese ou tã preto delle que elles nō perdesē da sua viagem e parecendevos que cō que vos achaseys o podyes seguramente cometer e tomar. E neste caso quãdo asy por vos fosē os taees acupados nos lhe mādaremos pagar por isso o que for Rezam.

Item vos damos poder que posaes prometer e dar ã noso nome allguãs dadjuas a allguãs pesoas que vos pareça que aproueitaram pera se cobrar todo o roso, ou aos da cōpanhia do dito cosairo pera tudo vos ãtregarē e asy sua pesoa e esto ate dous mill cruzados. E dandovos os da sua cōpanhia o dito armador e mais ãtregandovos todo o noso por esta lhe avemos por perdoada toda apena civil e crime ã que por este caso teē ãcorrido e asy lho prometemos e ficamos por este capitollo de lho cumprir e lhe mādã dar dello toda a prouisam que lhe cumprjr e mais lhe faremos merce de dinheiro como nos bē parecer e de modo que elles deuan ser contentes.

Item pasando de vos de galiza cõ Recado que do dito cosairo ajacees avisaynos do Recado que delle achastes e do caminho que faz e êvjaynos Recado por mar e por terra e asy nos avisay se vos parece que vos cõpra outra allgũa majs prouisam allem desta que leuaces pera volla êvyarmas.

Jsto Jmporta tanto anoso seruiço como vedes e por tanto vos êcomendamos que façaes nisto a dilligencia que de vos confiamos sprita ê euora a (xiiij) 14 de dezembro = antonio carneiro afez ão de 1508.

Diz o sobrescripto = Regimento.

(*Real Archiv. da Torr. do Tomb. Corp. Chronol. Parte 1.^a Maç. 7 Doc. 68.*)

N.^o 14.

Carta de Martim Lourenço dando parte a ElRei que por Conselho de Ayres de Sousa, e do Capitão e outros da Cidade d'Alcacer se faz a Torre sobre a casa da Atafona, e que já estava cheia até o sobrado. De Alcacer 13 de Julho de 1509.

Senhor = martim lourenço mestre das vosas obras que ora estou em a vossa vylla dalcacer ffaço saber avossa alteza que por aires de ssousa que esta aquy em nome de vossa alteza, e por allgũs homes amtygos da villa se acordou fazer-se a torre ssobre a casa datafona a quall saberaa Vossa alteza que staa jaa chea ate ho sobrado primeiro e a causa porque lloguo se pos nella. maõ nyso ffoy por que asy hera mais seruiço de deus, e de vosa alteza e defensão da vylla da Soyraça e menos despesa mjll cruzados e agora cessou de se fazer a obra na terra por virtude de hua carta que vossa alteza mãdou que foy feyta aos sseis dias de mayo e na outra obra se faz quãto mais se pode fazer e mays se farya auendo seruydores em abastança e nõ sey por que vossa alteza os nom manda pois he tanto seu seruyço que nõ hos mandando nõ sey como se a obra podera acabar ao tempo que me vossa Alteza tẽ esprito e êcomendado.

E nõ espreno tantas vezes a Vossa alteza como hee meu desejo pella grande ssogeyçam que tenho que a feytura desta sabera Vossa Alteza que diogo barbudo perante o capitã e dous moços destribeira de vossa alteza me dysserõ que me quebrarya huõ paaõ na cabeça por heu fazer huãas setenas neste muro que me parecya ser muito ê defençam da fortalleza e seruiço de Vossa alteza e nesta quebra fica Senhor diogo barbudo ate vir rrecado de Vossa Alteza nõ lleixando de fazer todo cõ ho mayor despacho que ser pode. Dalcacer a (xiiij) 13 dias de Julho de quinhentos e noue Anos. = serujdor de Vossa Alteza = martim lourenço. = —

Diz o sobrescripto = pera Elrrey noso Senhor de martim lourenço dalcacer pera dar ao barão.

(*Real Archiv. da Torr. do Tomb. Corp. Chronol. Parte 1.^a Maç. 8 Doc. 22.*)

EXPLORAÇÕES DOS PORTUGUEZES

NO INTERIOR D'AFRICA MERIDIONAL.

Documentos governativos, relativos á viagem de Angola para Rios de Senna. — (Continuados de pag. 506.)

6.º

Tendo Sua Magestade a Rainha o maior empenho em que se abra a comunicação entre os Dominios de Africa Oriental e Occidental, pelas grandes vantagens que devem resultar ao Commercio e riqueza da Nação, se chegar a conseguir-se o livre e seguro transito dos Sertões que medêam entre os Rios de Senna e Angola: Manda, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, remetter ao Governador Geral da Provincia de Moçambique as inclusas copias de dois Officios, que tratam daquelle interessante objecto, um do Governador Geral de Angola, datado de 30 de Abril do anno proximo passado, e outro do Major José Manoel Corrêa Monteiro, encarregado de penetrar nos ditos Sertões, e que effectivamente chegou a Lucenda, Côrte do Imperador Cazembe, donde escreveu em 10 de Maio de 1832, determinando: 1.º que pela dita Secretaria d'Estado venham á Sua Real Presença o Relatorio ou Diario da expedição que commandou o dito Major, e de que elle faz menção no seu dito Officio, e todos os mais esclarecimentos que existirem sobre a materia: 2.º que se procure continuar a comunicação entre as duas Provincias por meio de alguns homens intelligentes, que possam dar conta circumstanciada do interior; e 3.º que se examine se será possivel a mesma comunicação entre as duas Provincias por meio de Camellos, ou Elefantes; não esquecendo o meio de fazer adiantar as feiras, e os presidios, de fórma que a distancia entre um e outro Dominio se vá progressivamente diminuindo; o que tudo Sua Magestade Ha por muito recomendado, e Espera que o Governador Geral, dando ao Gover-

nador de Quilimane e Rios de Sena, as instrucções que lhe parecerem convenientes, e proporcionando-lhe os meios necessarios, se esforçará em desempenhar as beneficás Intenções de Sua Magestade. Paço das Necessidades, em 24 de Abril de 1840. = *Conde do Bomfim.*

7.º

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. = 1.º Tenho a honra de expôr a V. Ex.^a, que na noite do dia 25 do corrente se me apresentou Manoel Antonio Pires, Alferes da Companhia movel de Pungoandongo, e alli Negociante, o qual me entregou, no estado em que se acha, o papel que do mesmo modo remetto a V. Ex.^a, dizendo-me haver-lh'o trazido um dos seus Pumbeiros que penetrára no Sertão até Lucenda, Banza do Potentado Cazembe, onde lhe fôra dado por um gentio daquella Nação, e de quem o havia confiado o Major José Manoel Corrêa Monteiro, que alli viera em uma expedição explorativa, cuja narração faz o contexto do mesmo papel, que é datado de Lucenda em 10 de Maio de 1832. = 2.º O dito Alferes não podia, ou sabia, explicar a marcha que deveria ter seguido o mesmo Major, vindo de Tete áquelle ponto (o que não era preciso porque isto se acha bem declarado na memoria de Lacerda), mas até mesmo se confundia a respeito dos caminhos da sua direcção desde Pungoandongo até Lucenda, caminhos que frequentavam algumas vezes os seus Pumbeiros; mas deixou perceber que nas suas marchas seguiam em muitas partes o curso do Rio Quanza, dando assim a entender que deixavam á esquerda as terras de Cassange; o que elle não sabia decidir, ou por atarantado, ou por ignorante. Entretanto, aquelle papel (posto que eu por ora lhe não dê todo o credito) combina em grande parte com o resultado de outras anteriores pesquisas; e, se houver em Pungoandongo, ou melhor no Duque de Bragança por mais avançado no interior, uma colonia possante como digo no meu Officio N.º 11, que ponha em respeito todo o Sertão, estarão vencidas todas as maiores difficuldades que offerece o commercio com a Costa Occidental; pois do Duque de Bragança para o Norte seguem terras de Hoholo, e logo os Moluas, que já deram provas de querer o nosso trato: além destes segue o Cazembe seu tributario, e logo estão os

nossos alliados da fronteira do Rio de Senna. = 3.º Talvez que partindo de Pungoandongo, e deixando as Cassanges á esquerda, o caminho seja mais curto, e os povos intermedios sejam trataveis; mas o primeiro indicado já é conhecido. = 4.º Eu, comtudo não descançarei na diligencia de communicar o mais francamente que seja possivel, com as Provincias da Costa Oriental desta região, a fim de vêr se obtenho o commercio da Asia atravez do Sertão, se a intriga e interesses estrangeiros não fizerem nascer obstaculos taes, que sejam superiores a toda a energia, e zelosas diligencias. = 5.º Logo que eu tenha uma Escuna á minha disposição, espero com ella explorar a embocadura (e curso até onde fôr praticavel) do Rio Cunnene; mas este objecto deve por circumstancias, que em outro direi a V. Ex.^a, ser reservado. Esta exploração é de summa transcendencia para o objecto; porém a minha posição é tal, que achando-me rodeado sempre das maiores intrigas, não vendo senão obstaculos talvez postos por aquelles de quem eu esperava, e me deviam prestar os maiores auxilios nos meus projectos, vejo-me reduzido a faltar-me o tempo para escrever uma carta mesmo apezar das minhas vigalias, e de não ter esperado o restabelecimento de duas graves molestias de que tenho sido atacado. Deos guarde a V. Ex.^a Loanda, 30 de Abril de 1839. = Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Visconde de Sá da Bandeira, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, e encarregado dos da Marinha e Ultramar. = *Antonio Manoel de Noronha.*

8.º

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. = Com bem pouca esperanza de que esta minha participação chegue á presença de V. Ex.^a pela superstição destes barbaros povos, comtudo o desejo que tenho de servir a minha Patria, e de realizar as sabias intenções do meu Governador, me obrigam a dar uma breve noticia desta expedição, de que tenho a honra de ser Commandante. Com a chegada do Ill.^{mo} Governador Manoel Joaquim Mendes de Vasconcellos e Cirne, á Capitania de Quilimane e Rios de Sena na Africa Oriental, vieram Ordens de Sua Magestade para se fazer a expedição para o Imperio do Cazembe, ás quaes tiveram execução. No primeiro de Junho do anno pro-

ximo passado sahio esta expedição da Villa de Tete com o seu destino para aqui, sendo composta de quatrocentas e vinte pessoas; sendo as principaes eu como seu Commandante, o Capitão e Commandante da Praça e Guarnição da Villa de Senna Antonio Candido Pedroso Gamitto, como segundo Commandante, primeiro da Força Militar, e Recebedor das fazendas e petrechos de Sua Magestade, pertencentes á mesma: o Sargento-Mór de Ordenanças de Tete José Vicente de Aquino, como interprete, e dois Commerçiantes, sendo um o Tenente de Milicias de Tete Paulo Leonardo Dias, e o outro o Capitão de Ordenanças da mesma Villa, Joaquim dos Santos Montalvo (este falleceu no caminho). Não mando a V. Ex.^a a cópia do meu diario, e uma exacta noção da minha marcha até aqui, por não fazer grande volume, que então mais duvidosa seria a sua recepção por V. Ex.^a; e por isso como já disse, farei esta participação muito breve. Logo que a expedição se poz em marcha andando quatorze legoas pelas terras da Real Corôa, e cento vinte e cinco legoas e meia até ao Rio Aruangoa, e deste aqui ao Cazembe, cento e setenta e seis e meia, estimadas, que por todo o caminho fazem trezentas e duas legoas estimadas. De Tete até ao Rio Aruangoa sempre andámos pelas terras dos Muzimbas, e Xevas, alliados da Corôa Portuguesa, em cujas terras achei sempre abundancia de viveres, e segurança; porém logo que se passou o Rio Aruangoa, e se andou pelas terras outr'ora dos Muizas, agora conquistadas pelos povos Auembas, se experimentou a maior fome possivel, e traições destes povos, de sorte que os escravos se extraviaram com as mesmas cargas reaes, e particulares, ainda que quasi todo este caminho é deserto até aqui, por cujo motivo nos morreu a maior parte da nossa cáfila á fome. Com a nossa chegada aqui (que foi a dezenove de Novembro do mesmo anno) esperavamos achar melhoras, porém achamos um barbaro, e ambicioso ladrão, (qual é este Cazembe) que nos tem roubado, e estamos experimentando a mesma falta, de sorte que uma porção que iguala a um salamin de mantimento cafral (que é feijão ou milho) custa uma braça de zuarte, que corresponde a oitocentos réis. A nossa cáfila ao presente se compõem de trezentas pessoas. O rumo com

que temos vindo da Villa de Tete até aqui, é geralmente de Nordeste, vindo-nos a ficar a dita Villa ao Sudueste. Este Imperador é muito poderoso, e muito mais se faz respeitar por estes barbaros povos, pela sua grande superstição, e barbaridade. Devo dizer a V. Ex.^a que tenho feito indagações por estes povos sobre a distancia que será daqui a esse Reino de Angola, e só tenho colhido que daqui até ao Rio Ruaráua, (limites das terras deste Imperador) é um mez de viagem, e desse Rio á Côrte de outro por nome Matianfa ou Muropue, (a quem este rende vassallagem) são dois mezes, que por todo o caminho vem a ser tres mezes. Estes povos não dão noticia da distancia que é dahi para diante, e só dizem que ha mais dois Potentados entre Angola, e o dito Matianfa que o primeiro limitofse com o dito Matianfa se chama Muenemputo, e o immediato se chama Massungo Congo (o que eu supponho ser o Rei Congo mencionado na historia.) Dizem mais que ao sobredito Matianfa vêm escravos de Mezungos, brancos de Angola, commerciar, e por este motivo devo suppôr que V. Ex.^a estará ao facto da distancia que é desse Reino ao referido Potentado Matianfa, não só por este motivo, mas até porque nos annos de oitocentos e dez, ou onze ter chegado á Villa de Tete um Correio, por nome Pedro de tal, expedido por esse Ex.^{mo} Governo, com Officios, o qual no fim de alguns mezes regressou pelo mesmo caminho, e houve noticias de ter ahi chegado. Devo suppôr que será menos a distancia que estes povos me dizem, pois elles fazem as suas jornadas com muito vagar, e muitas vezes se demoram dias e dias em um logar onde acham de comer. Será para mim a maior satisfação possivel o ter a honra, e felicidade de que este meu Officio chegue á respeitavel presença de V. Ex.^a, e quando eu tenha esta gloria, rógo e espero de V. Ex.^a se digne por algum modo fazer com que eu venha na certeza da sua recepção, para ficar no conhecimento que não foram baldados os meus esforços. Com a minha chegada a Tete farei subir o meu diário á Real Presença, só me resta participar que este vai por via dos mesmos Cazembistas ao sobredito Matianfa para elle entregar a qualquer escravo que desse Reino lá fõrem. Eu me acho em vespéras de marcha de regresso para a Villa de Tete,

e o dito segundo Commandante desta expedição por não avolumar papel, não officia a V. Ex.^a, e em signal da sua obediencia se assigna aqui. A Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Pessoa de V. Ex.^a Deos guarde muitos annos. Loanda, Côrte do barbaro Imperador Cazembe, 10 de Março de 1832. = Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Governador e Capitão do Estado e Reino de Angola, etc., etc., etc. = José Maria Corrêa Monteiro, Major de Infantaria, e Commandante da Expedição do interior de Africa. = Antonio Candido Pedroso Gamitto, Capitão de Caçadores, segundo Commandante, primeiro da Força Armada, e Recebedor das fazendas e petrechos de Sua Magestade, pertencentes á Expedição.

9.º

Manda Sua Magestade a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, que o Governador Geral interino da Provincia de Moçambique, faça partir, em Commissão, para esta Côrte na primeira occasião opportuna que se lhe offerecer, ou seja pelo Egypto, ou pelo Cabo da Boa Esperança, o Capitão da mesma Provincia, Antonio Candido Pedroso Gamitto, abonando-lhe para esse fim as despezas de transporte, e devendo o referido Capitão trazer comsigo o Diario da Viagem da expedição Portugueza de que foi segundo Commandante, que no anno de mil oitocentos trinta e um partio de Moçambique para o Sertão de Africa, e voltou da Capital do Estado do Cazembe em mil oitocentos trinta e dois; para o fim de ser impresso debaixo da sua inspecção; prevenindo-se igualmente o referido Governador Geral interino, que nesta data se ordena ao Governador Geral interino do Estado da India, que no caso do referido Capitão alli chegar, para seguir a sua viagem a esta Côrte, lhe preste todo o auxilio de que carecer a bem da Commissão de que é encarregado. Paço das Necessidades, em oito de Janeiro de mil oitocentos quarenta e dois. = *José Ferreira Pestana.*

Extractos de uma Obra publicada em Londres em 1824, em inglez, cujo titulo traduzido é o seguinte: Relação dos descobrimentos feitos pelos Portuguezes no interior de Angola e Moçambique. Tirado de manuscriptos originaes por T. E. Bowdich.

Pag. 85. Já em outra parte se fez menção do Coronel Lacerda, que por ordem do Governo Portuguez foi a *Tete* para penetrar no interior, e que nesta expedição morreu. O Conde de Linhares teve a bondade de me communicar uma cópia do ultimo Officio, que o Coronel dirigio a D. Rodrigo de Sousa, então Secretario d'Estado. Nesta carta queixa-se o Coronel do Capitão General de *Moçambique*, por lhe não haver dado os soccorros necessarios para elle proseguir a sua viagem. Este Officio é datado de *Tete* em Março de 1798, e o Coronel devia continuar a sua viagem em Maio, acompanhado por seis Officiaes e cincoenta Soldados. Vinha incluso no mencionado Officio um depoimento de Gonçalo Caetano Pereira, natural de Góá, o qual durante muito tempo tinha feito o commercio do ouro nesta parte do interior de Africa, e ao qual pela sua resolução e ousadia chamavam o *Terror*. Este aventureiro, aproveitando a volta de 500 mercadores de *Moviza*, mandou com elles seu filho, com ordem de fazer todo o possibile esforço para descobrir o lugar onde elles traziam o ouro.

O joven Pereira partio de *Maringa*, que fica tres dias de viagem ao Norte de *Tete* na companhia dos mercadores de *Moviza*, levando além disso um grande numero de escravos seus, em Maio de 1796.

Atravessaram primeiro o paiz dos *Maravis*, que consta dos districtos de *Benevende*, de *Mocende*, e de *Mazabamba*, onde venderam uma grande quantidade de roupa. Continuaram dalli a sua viagem até a ribeira do rio *Arovange*, que corre com muita rapidez, e que, segundo a opinião dos habitantes do paiz, communica com o *Zambeze*, junto a *Zembo*.

Até áquelle ponto não encontraram obstaculo algum, nem foram incommodados pelos *Maravis*, os quaes passam por la-drões de profissão, e causam grande embaraço ao commercio

com *Tete* em consequencia dos roubos que fazem ás Caravanas quando ellas dalli voltam, etc.

O paiz é abundante de milho, caça, e de gado vacum; mas carece de carneiros, de cabras, e de porcos. Pereira deixou neste rio uma parte dos seus escravos para alli traficarem, e elle entrou no territorio de *Moviza*, e depois de tres dias de viagem, durante os quaes caminhou 5 ou 6 horas por dia, chegou a outro rio chamado pelos *Movizas*, *Zamzebe*; mas que elle se persuadio não ser o pequeno rio do mesmo nome, que passa por *Tete*, porque o novo *Zambeze*, como Pereira lhe chama, corre para uma differente direcção, e vai lançar-se em um outro rio, do qual abaixo se dará noticia.

Pereira descreve os *Mavizas* como um povo bom, *pacífico* e industrioso, cujo trafico principal são pannos. Os artigos principaes do tributo que elles pagam ao *Cazembe*, recebem-nos dos *Majoos*, que os trazem de *Zanguebar* ou *Zinzebar*, como Pereira escreve. Todo o marfim desta parte do interior passa pelas mãos dos *Movizas*, que só vão vender uma parte delle a Moçambique. Todo este povo tem os dentes limados, mas elles não permittiram que Pereira os examinasse, etc. Elle conclue a sua narração dos *Movizas*, dizendo, que elles não são barbaros, como os outros negros, que elle havia encontrado, e que têm uma certa civilisação, etc.

Pereira, depois de ter passado o *Zambeze* para o outro lado, entrou no territorio do *Cazembe*, o qual havia sido conquistado por seu pai, o Rei do *Moroposa*. Depois que partio do rio até chegar á Capital, gastou nove dias, tendo atravessado alguns desertos, nos quaes encontrou animaes ferozes; e gastou quasi um dia inteiro em passar um grande lago, cuja agua lhe não passava acima dos rins, em consequencia della se dividir para dois canaes, dos quaes um communica com o novo *Zambeze*, e o outro com um muito grande rio chamado *Murusura*, em cuja ribeira está a Capital do *Cazembe*.

O *Murusura*, que corre por detrás das montanhas de *Murimbula*, ao Norte de *Sena*, dão-lhe alguns dos habitantes do paiz o nome de *Nanjayamatope*, e outros o de *Shire* ou *Kyre*, e recebe o novo *Zambeze*, não muito abaixo da Capital do *Cazembe*.

Pereira com seus companheiros navegaram pelo rio tres dias para chegarem á Capital, ficando de noite em algumas das muitas Ilhas, que naquelle rio se encontram.

Na Côrte do Cazembe foram muito bem recebidos, e a primeira cousa, que o Monarcha fez, foi dar-lhes um titulo, que fazendo sagrados os seus passos, os pozesse a salvo de qualquer injuria ou insulto. Fez-lhes concessão de uma plantação de *mandioca* madura para seu mantimento, durante o tempo que se demorassem na Capital: isentou-os de todos os castigos, que naquelle paiz costumam ser dados por offensas particulares, taes como cortar as orelhas, as mãos, e outros membros.

Logo depois da sua chegada, foi despachado um Correio ao Rei de *Moroposa* para o informar, que se elle tinha visto homens brancos, vindos de Angola, seu filho o Cazembe tinha agora recebido a visita da mesma especie de gente, vinda de *Mocambique*. Este Principe, que vive com grande magnificencia, tem muitas mulheres: estava coberto com um manto de seda com enormes prégas ou dóbras: na cabeça tinha um barrete ornado com uma pluma vermelha, contas, e franjas de ouro e prata. Só apparece em publico para dar as suas audiencias, e nestas occasiões distribue aos chefes uma bebida espirituosa, extrahida do milho, em quantidade, porém fixa e moderada; porque neste paiz a embriaguez é considerada um tão grande crime, que ha um magistrado particular para conhecer delle, com o podêr de castigar todos os que infringirem a lei da sobriedade.

O Soberano mantêm com tanto cuidado o seu decóro, que mesmo durante a cerimonia da recepção dos viajantes estrangeiros, permaneceu a maior parte do tempo detrás de uma cortina, para mostrar que a sua augusta presença era um favor que só devia ser concedido por intervallos, e esses curtos.

Pereira observa que as tropas estavam muito bem disciplinadas, e que as manobras se faziam por signaes. Os Soldados estavam armados com lanças compridas, e facas curtas, de uma fôrma oblonga, semelhante á da guitarra, das manufacturas do paiz: os escudos, que cobriam o corpo todo, eram

feitos de cascas de arvores, e a superficie exterior coberta com canas muito unidas. Estes escudos são muito leves, e são conservados debaixo da agua muito tempo antes que delles se faça uso.

Este povo não usa de arcos, sendo esta especie de armas reservada para os povos seus tributarios, os *Movizas*, que são collocados na frente, logo que começa alguma acção, seguindo-os os *Cazembes* em linhas de tres de fundo.

A Capital, que está debaixo da direcção de uma policia, tem umas poucas de milhas de circumferencia; é cercada por uma densa sebe, e um profundo fosso; e nella foram obrigados a residir todos os subditos do *Cazembe* no principio do seu reinado, por causa das guerras, em que elle então se achou empenhado; porém depois de reconhecida a sua superioridade, por todos os seus vizinhos, foi levantada esta restricção.

A authoridade despotica deste Potentado estende-se, segundo dizem, a tal ponto sobre seus vassallos, que até as horas do seu divertimento e descanso são por elle prescriptas a seu bel-prazer. Não é portanto para admirar que elle faça monopolio, unicamente com um pequeno desconto, ou retribuição para os nobres, do commercio do marfim, e do producto das minas do Reino. Estas consistem em ferro, e cobre, sendo este ultimo metal achado em maior abundancia no Sertão do paiz. No territorio do *Cazembe* não ha ouro. Em todos os seus Dominios só ha um porco, ultimamente mandado de presente ao Monarcha por seu pai. Quasi todos os escravos feitos pelo *Cazembe*, e pelos seus vassallos, são enviados a *Moropooa*, e dalli a *Angola* e *Renguella*.

Pereira representa o povo deste paiz como muito differente aos negros da Costa: fallam pouco, são muito polidos, pentêam os cabellos com muito aceio, e dançam sem offenderem a modestia. Uma das suas singularidades é tomarem, antes de começarem a fallar, uma pouca de poeira do chão, e esfregarem com ella a parte superior dos braços: o motivo deste uso é desconhecido. Têm pequenos idolos ôcos, de que se servem para beberem os seus remedios; mas não têm nem feitiçeiros, nem Sacerdotes, e indignaram-se muito quando lhes

perguntaram se semelhantes pessoas tinham sobre elles alguma authoridade. Durante uma das suas mais longas e destruidoras guerras confessaram, que tinham sido obrigados a comer carne humana; mas isto foi um caso unico, e effeito não de gosto, mas de necessidade:

O Cazembe não quiz consentir que Pereira deixasse o seu Reino, sem a condição que elle e os seus compatriotas novamente voltariam; declarando-lhes, que se não cumprissem a sua palavra, os consideraria como inimigos. Pereira e os seus companheiros soffreram muito na sua volta, tanto por falta de mantimentos, como por se haverem perdido no seu caminho, não podendo passar o lago, que elles primeiro haviam atravessado. Este homem foi depois addido á expedição do Coronel Lacerda, o qual no seu despacho ao Ministro dá a seguinte informação: Que um Embaixador tinha chegado de *Cazembe*, o qual lhe forneceu o seguinte itinerario, mais ao Sul, e directo do que o caminho que Pereira tinha seguido.

- 1.º dia *Muénepanda.*
- 2.º e 3.º » Através de um paiz deshabitado.
- 4.º e 5.º » *Rio Roena.*
- 6.º » *Caoonda.*
- 7.º » *Marooovo.*
- 8.º » *Capangara.*
- 9.º » Fralda de uma montanha junto
ao rio *Mamuquenda.*
- 10.º » *Shideia — Muyepo.*
- 11.º » *Shipko.*
- 12.º » *Chiramkepe.*
- 13.º » *Rio Rokooro.*
- 14.º » *Rio Zambeze.*
- 15.º » *Moogromi.*
- 16.º » *Camamgo.*
- 17.º » *Sheera.*
- 18.º » *Caramooga.*
- 19.º » *Monguro.*
- 20.º » *Malcatupa.*
- 21.º » *Parusoka.*

desejo do estabelecimento de uma Feitoria nas margens do rio Rooanga, e finalmente recommendar que os mercadores viajassem em grandes Caravanas.

O Coronel Lacerda inclui nos seus despachos um breve depoimento feito por um *Moraviza*, em que este affirma, que todo o paiz, desde *Tete* até ao rio *Arroanga*, pertence aos *Maravis*; em quanto que o territorio, desde este rio até á fronteira dos Dominios do *Cazembe*, pertence aos *Movizas*. A mesma pessoa, que descreve o *Coanza* em Angola, affirma, que atravessára um grande espaço de paiz deserto, quando foi ao *Moropooa*, e que só encontrára povoações nas margens dos quatro grandes rios.

Extractos da relação dos descobrimentos feitos pelos Portuguezes, etc. Publicada por T. E. Bowdich.

Pag. 13. Entre *Angola* e *Moçambique* não tem havido communicação directa; e a primeira tentativa para abrir uma, foi feita durante o governo do *Conde de Saldanha*. (1) M. da Costa, mercador portuguez, que primeiro tinha sido Commandante de Milicias no interior, retirou-se desgostoso do serviço, e foi estabelecer-se no Cassange, como negociante, ou mercador, onde viveu muitos annos em perfeita harmonia com os habitantes do paiz. O Conde de Saldanha, logo depois da sua chegada a Angola em 1807, dirigio-se áquelle sujeito, pedindo-lhe informações sobre a possibilidade de uma Expedição de descobrimento.

O Conde, depois de ter recebido muitas communicações favoraveis ao objecto, que tinha em vista, authorisou M. da Costa a enviar um mulato portuguez que residia em uma das feiras de Cassange, acompanhado por guias e interpretes do paiz dos *Moluas*, paiz até então desconhecido aos Europeos, excepto pela fama da sua grande povoação, e podêr.

(1) *Bowdich* dá sempre o titulo de *Conde de Saldanha* ao Sr. Antonio de Saldanha da Gama, hoje *Conde de Porto Santo*, que foi o que ordenou esta viagem.

O mulato, depois de uma viagem de dois mezes, desde a feira mais meridional de Cassange, chegou á Capital dos *Moluas*, onde foi muito bem recebido pelo Monarcha *Muata Janvo*. Este *Muata* (1) vive em grande distancia de sua mulher, a qual governa outro Estado perfeitamente independente do de seu marido, com o qual ella tão sómente passa certos dias determinados do anno.

A Cidade dos *Moluas* é arruada, e as ruas são lavadas todos os dias, e ha nellas mercados regulares. Tanto na Côrte do *Muata*, como na de sua mulher, conserva-se a horrivel prática de sacrificar todos os dias entre quinze e vinte negros. Os seus visinhos do Sueste pagam-lhe um tributo de sal marinho, e deram noticia de outro paiz, tambem seu dependente, onde ultimamente tinha penetrado um Official portuguez vindo da Costa Oriental, e que alli tinha morrido. Este era Lacerda, Coronel de Engenheiros, e que primeiro tinha sido Professor de Mathematica, e havia sido nomeado Governador de *Senna*, com a incumbencia de fazer observações astronomicas, e de ajudar os descobrimentos no interior por aquelle lado.

Na sua primeira tentativa chegou além de Tete: na segunda porém foi muito mais longe, e morreu victima dos seus esforços.

O Rei dos *Moluas* não consentio que o Enviado portuguez passasse pelo seu territorio para a Costa Oriental, sem que primeiro se fizesse um arranjo entre elle (*Muata*), e o Capitão General Conde de Saldanha, para cuja conclusão duas formaes, e distinctas embaixadas foram mandadas, uma pelo *Muata*, e outra por sua mulher, levando cada uma presentes separados.

A maior parte destes Africanos estavam vestidos com objectos de manufacturas européas, compradas nos estabelecimentos portuguezes de Moçambique; e o Conde de Saldanha notou que estes negros eram de uma raça muito mais bella, do que os das visinhanças da Costa, assim como muito mais civilizados e intelligentes.

Ficaram muito satisfeitos com a recepção, que lhes foi

(1) *Muata* parece ser o titulo generico, de que usa o Soberano dos *Moluas*.

feita, e muito admirados de uma revista militar, a que assistiram, assim como dos diversos estabelecimentos de *S. Paulo (Loanda.)* A Cidade porém não lhes causou admiração alguma, porque a acharam consideravelmente inferior á sua Capital.

Como elles pediram ao Conde de Saldanha, que estabelecesse no paiz dos Moluas uma feira portugueza, semelhante ás que estavam estabelecidas no Cassange, o Conde de Saldanha animou-se a enviar outra Expedição com ordem de ir até *Moçambique*, embarcar-se alli, e voltar a Loanda por mar. Desgraçadamente, este esclarecido e emprehendedor Governador foi rendido, e o projecto, de que tanto proveito se teria tirado, cahio, tanto pela negligencia do successor do Conde, como pela opposição, que os *Cassanges* fizeram ás propostas relações commerciaes com os *Moluas*.

D. Francisco de Sousa, Capitão Geral de Angola em 1770, foi o primeiro que tentou explorar as minas de ferro, que ha muito se affirmava existirem nas terras pertencentes ao seu Governo. Para este fim mandou vir uma colonia de mineiros Biscainhos e Suecos, que chegaram a fazer consideraveis trabalhos: porém as frequentes innundações do rio *Lucala* inutilisaram-nos quasi todos. Além disso morreram quasi todos os mineiros, e o resto cahio em um tal estado de languidez, que os tornou incapazes de trabalharem. Estas minas ficaram desprezadas até á chegada do Conde de Saldanha, que reconhecendo a impossibilidade de as fazer explorar por Europeós, convidou o *Sora*, ou chefe do districto a empregar os naturaes do paiz neste trabalho; e desejoso de fazer desaparecer a superstição, que os negros tinham, de que as maquinas empregadas na exploração das minas eram dirigidas pelo diabo, Sua Excellencia permittio, que os tributos desta Comarca fossem pagos em barras de ferro.

A medida tomada pelo Conde, teve o desejado effeito, chegando a receber 150 barras de ferro por mez. O Governador, como premio do trabalho, e animação para a perseverança, concedeu aos naturaes do districto que trabalhassem nas minas, a faculdade de transportarem para os mercados interiores, livre de direito, o excedente do ferro manufacturado.

ASIA PORTUGUEZA.

SEGUNDA MEMORIA

Descriptiva e estatistica das Possessões Portuguezas na Asia, e seu estado actual, pelo Socio e Secretario d'Associação, Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo. (Continuada de pag. 517.)

ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA PUBLICA.

No Conselho da Fazenda de Goa, presidido pelo Vice-Rei, ou Governador, se tratavam antigamente os negocios della, os requerimentos das partes, e se faziam as arrematações das rendas reaes: o Tribunal dos Contos esteve tambem em exercicio, até que por Carta Regia de 10 d'Abril de 1769, foi creada uma Junta, presidida pelo mesmo Vice-Rei ou Governador e seus successores, composta do Vêdor da Fazenda, do Chanceller da Relação, do Procurador da Corôa e Fazenda, do Thesoureiro geral, e do Escrivão da mesma Junta, ou quem seus logares servisse, para nella se proporem e votarem os particulares, concernentes á boa arrecadação da Fazenda. A mesma Carta Regia mandou, que nas casas onde estivesse a Junta, se collocasse um cofre de tres chaves, das quaes teria uma o Thesoureiro geral, outra o Escrivão da Junta, e outra o Contador, por ella creados, para neste cofre se receberem todos e quaesquer rendimentos do Estado, e se fazerem os pagamentos. Em outra Carta Regia da mesma data se mandaram remetter á Junta todas as Leis da creação do Erario, para se observarem no que fossem applicaveis; e se ordenou mais, que a Junta elegeesse o Thesoureiro geral e o Escrivão, que tambem o seria da Thesourari-geral. Por esta mesma Carta Regia foi creada uma Contadoa

ria, para nella se examinarem e escripturarem todas as contas da Fazenda, com um Contador, para a reger debaixo da inspecção do Escrivão da Junta; e quatro Officiaes para trabalharem no exame e escripturação das contas, com os ordenados que á Junta parecessem competentes ao seu trabalho. Uma Provisão do Erario de 21 do mesmo mez e anno, extinguiu o Provedor da Fazenda, e mandou que a eleição do Thesoureiro fosse triennal, e regulou a execução das duas citadas Cartas Regias, e outros assumptos em harmonia com as suas disposições: em outra Provisão da mesma data, e nas instrucções que a acompanharam, se estabeleceu o methodo para a arrumação e escripturação das contas e rendas do Estado. O Tribunal dos Contos ficou por tanto abolido, e os seus papeis e livros foram mandados recolher á nova Contadoria; e para acudir ao demasiado trabalho, que desde logo pezou sobre os seus Officiaes, nomeou a Junta em 15 de Dezembro de 1770, um Escrevente para cada Official escripturario, com o vencimento de 20 x.^{as} mensaes, cuja nomeação o Erario approvou em Provisão de 30 de Março de 1772; mas só em quanto a necessidade do serviço assim o exigisse; devendo unicamente conservarem-se os quatro Escripturarios com que fôra estabelecida a Contadoria.

Outra Provisão do Erario de 21 d'Abril de 1771 abolio tambem as Recebedorias de Salsete e de Bardez; e a Parpo-tecaria de Pondá, Zambaulim e annexas o foi pela de 25 do mesmo mez e anno; ordenando-se que toda a receita se levasse á Thesouraria, conforme se praticava no Real Erario, e era determinado pelas Ordens Regias supramencionadas.

O Conselho da Fazenda e o Vêdor continuaram, até que por Portaria do Governador e Capitão General D. José Pedro da Camara, de 13 d'Outubro de 1774, foi communicada á Junta da Fazenda a extincção daquelle Tribunal, decretada pelo Alvará de 28 d'Abril 1773; mandando que todos os seus livros e papeis fossem recolhidos na Contadoria da Junta, para debaixo da sua inspecção se lavrarem os assentamentos, folbas e mais expediente dos Officiaes abolidos; para o que foi mais autorisada a Junta a nomear sómente aquelles, que entendesse necessarios, com os competentes ordenados, sem attenção aos

que se percebiam anteriormente. O Védor, a quem competia a administração da Ribeira das Nãos, foi nesta parte substituído pelo Intendente da Marinha e Armazens Reaes, creado pelo mesmo Alvará; o qual sem outra alguma authorisação o foi também substituir na composição da Junta da Fazenda. A Carta Regia de 18 de Janeiro de 1774 renovou as mal observadas providencias dadas no estabelecimento e progresso da Junta, e que na casa della houvesse o cofre geral de tres chaves; e á Junta da Fazenda, assim constituida, ficaram pertencendo todos os negocios della, a receita e despeza do Estado, a fiscalisação das Alfandegas, da Casa da Moeda, do Arsenal, da Fabrica da Polvora, do Hospital Militar, e em suma de todas as repartições, onde se recebem ou desspendem dinheiros ou effeitos do Estado; e o provimento dos seus empregados. Os Adjuntos d'Administração da Fazenda em Damão, Diu, Timor, e o Senado de Macau lhe são subordinados, bem como os collegios de Chorão e Rachol, e d'antes a extincta casa dos cathecumenos.

A Junta da Fazenda teve o seu assento na cidade de Goa, donde foi transferida para Pangim, pelo Vice-Rei Conde do Rio Pardo; e se conserva em edificio proprio, que o mesmo Vice-Rei fez comprar para esse effeito; cuja mudança foi approvada por Aviso da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar de 27 de Setembro de 1819; posto que em outro de 27 de Setembro de 1813, fôra mandada fixar no abandonado palacio dos Governadores, em Goa.

A Junta era obrigada a enviar annualmente ao Erario as suas contas, e o balanço da sua administração, pelo methodo dado na Provisão do mesmo Erario de 25 d'Abril de 1772: a sua correspondencia era unicamente com aquelle Tribunal; sem ordem do qual, ou Carta Regia, lhe não era permittido fazer despeza nova; porque o Decreto de 12 de Junho, e a Provisão de 17 de Julho de 1779, suscitados na Provisão de 17 d'Agosto de 1803, estatuiram que era unico e privativo daquelle Tribunal todo o despacho e ordens, que por qualquer motivo respeitassem a despeza e pagamento da Real Fazenda; ficando sem vigor as Ordens de quaesquer outros Tribunaes ou Magistrados; com declaração porém, que nos pontos duvidosos

ou controvertidos, a Junta tomasse assento interino, e o participasse ao mesmo Erario para se resolver: nenhuma despesa contra a litteral disposição deste Decreto se podia abonar; o que ratificou a Provisão de 7 de Maio de 1825, que mandou proceder contra todas as pessoas, que illegaes despesas fizessem, ou autorisassem. Esta responsabilidade dos Vogaes da Junta era solidaria, quando não protestavam, declarando o seu voto, em qualquer decisão illegal ou gravosa, pelo modo que fôra declarado n'outra Provisão de 27 de Julho de 1792. Por esta mesma Provisão eram os Governadores obrigados a propor na Junta qualquer despesa extraordinaria, que tivessem a fazer; e em outra de 2 de Setembro de 1806 se regulou o modo destas despesas se fazerem em casos urgentes; ficando os mesmos Governadores adstrictos a dar conta á Junta, de todas as sommas, que então despendessem, sem prévia authorisação della. Em Provisão de 14 de Fevereiro de 1800 se determinou, que o Tribunal da Junta exercitasse toda a jurisdicção, que Sua Magestade delegára á Junta da Fazenda da Marinha de Lisboa.

Além dos fóros, direitos e mais rendimentos publicos, passaram para a administração da Junta, com cofre e escripturação separada, os bens dos Jesuitas, denominados alli do confisco, e seus rendimentos, em virtude da mesma já citada Carta Regia de 10 d'Abril de 1769, e das Provisões do Erario de 22 e 25 do mesmo mez e anno.

O Estanco do Tabaco, cuja superintendencia e administração fôra abolida e posta a cargo da Junta, por Alvará de 15 de Janeiro de 1774.

A administração do Subsidio litterario, regulada na India pela Carta Regia de 17 d'Outubro de 1773, com applicação tambem alli especificada.

A administração do Correio maritimo, estabelecido pelo Alvará de 20 de Janeiro de 1798, e instrucções que o acompanharam; mandado tudo executar em Goa, por Officio da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos de 23 de Março do mesmo anno.

E finalmente, a administração dos bens e rendimentos dos conventos extinctos, pelas Instrucções do Thesouro Publico de

28 de Junho de 1834, levadas a effeito por Portaria do Governo Provisional de 8 d'Outubro de 1833.

Todas estas administrações a cargo da Junta da Fazenda, têm cofres especiaes com applicação a fins designados; e por isso quando os seus fundos se levam ao cofre geral, é como por emprestimo, creditando-se em seu favor, e debitando-se naquelle cofre; como a respeito dos fundos dos bens do confisco foi expressamente determinado, pela Provisão do Erario de 14 de Fevereiro de 1776.

Tinha mais a Junta da Fazenda a seu cargo, por Carta Regia de 6 de Setembro de 1813, mandar tomar as contas d'administração do Senado da Camara das ilhas de Goa, por um Desembargador da Relação, que por aquella Carta Regia era autorisada nomear; cuja diligencia me foi por vezes incumbida.

O pessoal das Repartições da Fazenda ficou, segundo estas e outras disposições, organizado, e com os vencimentos que se estabeleceram; e foram confirmados por Provisão do Erario de 8 d'Abril de 1771; a saber:

Thesouraria geral.

1	Thesoureiro geral, vencimento annual	3:000	x. ^s
1	Escrivão da Thesouraria geral, dito	2:500	
1	Fiel do Thesoureiro geral	600	
2	Contadores do dinheiro, a 180 rs.	360	
1	Thesoureiro pagador das folhas	800	
6	Total	7:260	
ou 1:161\$600 réis. fortes.			

A Provisão de 14 de Janeiro de 1774 approvou a conservação do Thesoureiro para o pagamento das folhas civil e ecclesiastica, que até alli pertencia ao Conselho da Fazenda; o qual teve em 1819 o ordenado acima mencionado, approvado por Provisão do Erario de 3 de Dezembro de 1825.

Secretaria da Junta da Fazenda.

O Escrivão já mencionado.

1 Ajudante do mesmo, vencimento annual 1:200 x.^s

Por Provisão do Erario de 6 d'Abril de 1793, foi permittido que a Junta da Fazenda nomeasse para ajudante do Escrivão Deputado da Junta, um dos Officiaes da Contadoria, que ficou percebendo 800 x.^s; os quaes lhes foram augmentados com mais 200, por Provisão do Erario de 13 d'Outubro de 1813; e depois com outros 200, por Provisão de 5 de Dezembro de 1820.

1 Guarda livros e Corretor das folhas 540
Creado pela Junta da Fazenda em 1815.

1 Porteiro 400
Pela Carta Regia de 10 d'Abril de 1769.

1 Ajudante do dito, pela Junta da Fazenda em 3 de Junho de 1802, em logar do segundo Continuo da mesma Carta Regia, que fôra supprimido pela Provisão de 8 d'Abril de 1771.

1 Continuo 180

1 Servente 144

Por Despacho da Junta da Fazenda de 21 d'Agosto de 1819:

1 Corretor da Fazenda 400

7

Total 3:224

ou 515/840 réis fórtes.

O officio do Corretor mór foi extinto, por Provisão do Erario de 29 de Março de 1788, na qual se determinou, que sendo necessaria intervenção do Corretor para compra ou venda de algum objecto da Fazenda, se chamasse um dos Corretores da Cidade, com o pagamento que por lei lhe competisse: não obstante, em 21 de Março de 1825, a Junta restituiu o Corretor da Fazenda, com o ordenado acima dito, do que deu conta ao Erario, em 27 de Janeiro de 1827.

Contadoria da Fazenda.

Inspector, o Escrivão da Thesouraria geral, Deputado da Junta.

1 Contador, vencimento annual.....	2:000 x. ^s
4 Escripturarios a 1:000 x. ^s	4:000
7 Amanuenses a 360 x. ^s	2:520
Porteiro, serve o da Secretaria acima dito ...	»

12 Total..... 8:520

ou 1:363\$200 réis fortes.

Destes empregados só o Contador, e os quatro Escripturarios são da Carta Regia da criação da Junta; mas não sendo bastantes pela accumulação do serviço, que accresceu com a extincção dos Tribunaes já indicados, a Junta adiecionou um Amanuense por cada Escripturario, com o vencimento de 20 x.^s mensaes; o que foi provisoriamente approved pelo Erario, como atraz fica notado. Em 4 de Setembro de 1787 creou a Junta mais dois Amanuenses, e outro extranumerario em 4 de Fevereiro de 1794, com o mesmo vencimento: ainda outro foi nomeado por Provisão do Erario de 11 de Dezembro de 1816; e assim ficaram os sete acima referidos, a fóra o extranumerario. Além destes haviam doze Praticantes, que serviam gratuitamente, na esperança de serem providos nas vacaturas d'Amanuense; dos quaes se não exigia habilitação alguma, até que em 1833 a Junta deliberou, nenhum fosse admittido, sem pelo menos mostrar approvação do primeiro anno mathematico da Academia de Goa.

Em Provisão do Erario de 26 de Março de 1772 foram escusos de tirar carta ou provisão os Officiaes nomeados para servir na Junta; declarando-se, que sirvam por suas nomeações, por serem serventias triennaes. Na vacatura de Escripturão e de Contador mandou a Provisão de 28 de Fevereiro de 1792, que a Junta nomeasse interinamente, dando logo conta ao Erario para a sua approvação; e que para Escripturarios da Contadoria se não nomeassem outros, que não fossem já Amanuenses; o que a respeito destes já era determinado em Provisão de 11 de Dezembro de 1779, fazendo preceder o merecimento á antiguidade: o que foi ainda mais amplamente regulado pela Provisão de 30 de Julho de 1799, que remetteu á Junta a cópia do Decreto de 20 d'Outubro de 1798, estabelecendo o modo de proceder nas nomeações das serventias

interinas ou vitalicias dos officios da Fazenda, e as formalidades destes provimentos, sem com tudo alterar o que estava em prática, a respeito do provimento dos Officiaes da Contadoria e da Secrétaria.

Os ordenados dos empregados da Contadoria foram regulados pela Junta da Fazenda, com augmento dos primitivos, em 28 d'Abril de 1809, e approvados como ficam indicados, em Provisão do Erario de 9 de Junho de 1814. — Os seus emolumentos foram tambem mandados regular, por outra Provisão de 20 de Dezembro de 1820.

Repartições annexas:

Thesouraria das Tropas.

Extincto o Conselho da Fazenda e Védoria, onde se fazia a matricula geral, mandou a Carta Regia de 28 d'Abril de 1773, estabelecer uma Thesouraria das tropas, composta de 1 Thesoureiro, 1 Commissario assistente, e 2 Fieis que tambem servissem de Pagadores, com 1 Escriptuario para cada um dos regimentos, e autorisou a Junta da Fazenda a fazer as nomeações de todos estes empregados. A Provisão de 14 de Janeiro de 1774, approvou tambem a conservação do Thesoureiro Pagador da folha militar, que pertencia ao mesmo extincto Conselho da Fazenda e Védoria: já em outro lugar referi os seus vencimentos, definitivamente estabelecidos pela Provisão do Erario de 29 de Junho de 1819.

Contadoria do Exercito.

A contabilidade da Thesouraria das tropas, cujos fundos lhe passavam da Thesouraria geral do Estado, ficou sob a direcção do Contador da Junta, pela citada Carta Regia, com

1 Escriptuario, vencimento annualmente	1:000 x. ^s
1 Amanuense	360

2	Total	1:360
---	-----------------	-------

ou 217\$600 réis fortes.

O Escripturario foi creado pela mesma Carta Regia para se empregar neste serviço exclusivamente. — O Amanuense foi creado por Despacho da Junta de 22 de Junho de 1781, para o coadjuvar.

Estanco do tabaco de pó.

Fallando da respectiva conservatoria, mencionei os seus empregados e vencimentos; ignora-se quando foram creados, pela falta de livros, já por vezes alludida. O ordenado do Juiz Conservador é de 11 de Janeiro de 1628. Existiam nesta repartição 1 Official maior e 2 Escripturarios, os quaes, pela extinctão já mencionada da Superintendencia do tabaco de pó, foram addidos á Contadoria geral, para alli trabalharem em secção separada, pelo Alvará de 15 de Janeiro de 1774.

Estes 3 empregados venciam a 1:000 x.^s 3:000 x.^s

Tinha mais o Estanco

2 Fieis a 480 x.^s 960

1 Porteiro e Guarda 216

6

Total 4:176

ou 668\$160 réis fortes.

Contadoria do Arsenal.

A creação do Intendente da Marinha de Goa em 1773, com os Officiaes que deviam servir nas suas repartições, mudou a antiga prática da Ribeira das náos, a cargo do Vedor da Fazenda, então extincto. O regimento dado pelo Alvará de 13 de Julho de 1773, foi constantemente observado, até que o Governador e Capitão General, Francisco Antonio da Veiga Cabral, mandou em Portaria de 22 de Julho de 1805, que o Contador geral da Fazenda tivesse a respeito do Arsenal, todas as incumbencias, ordenadas pelos Alvarás de 3 de Junho de 1793, e 26 d'Outubro de 1796, para o Arsenal da Marinha de Lisboa, e Junta d'administração da Fazenda daquella repartição; e com esta deliberação abolio a Contadoria do Ar-

senal, e mandou recolher todos os seus livros e papeis á Contadoria geral, para correr por esta todo o seu expediente, como era estabelecido no citado Alvará de 1793, e nos §§ 37 a 42 do de 26 d'Outubro de 1796; ficando á Junta todas as deliberações e ordens, que antes eram dadas pela Intendencia; e á Contadoria o registo de todos os Alvarás, Patentes e mais papeis, que até alli tambem se registavam na Intendencia da Marinha, como dispunha o § 21 do Alvará de 1796; passando a servir neste exercicio os Officiaes da Contadoria do Arsenal com os mesmos vencimentos que antes tinham. O Erario approvou esta innovação, em Provisão de 18 de Maio de 1807; e assim ficou a Contadoria do Arsenal annexada á da Junta da Fazenda, debaixo da direcção do Contador geral, cingido aos dois citados Alvarás de 1793 e 1796. As contas dos almoxarifados de Murmugão, Agoada, Reis Magos e outras praças, eram tomadas na Contadoria do Arsenal; e por isso continnaram a ser revistas e liquidadas nesta mesma repartição annexada á Contadoria geral, para a qual o mesmo Governador mandou passar o Contador na qualidade d'Escripturario, e os mais Officiaes na de Amanuenses, e assim ficaram servindo nella

1 Escripturario com..... 1:000 x.^s

4 Amanuenses a 360 x.^s..... 1:440

5

Total..... 2:440

ou 390\$400 réis fórtes.

Apesar das resoluções acima indicadas, ainda ficou na Intendencia da Marinha, parte da antiga Contadoria com 1 Escripturario, vencendo 400 x.^s, e 1 Amanuense com 240 x.^s; os quaes a Junta da Fazenda mandou incorporar com os acima, por Despacho de 11 de Março de 1815.

Em resultado de todas estas annexações diversas, o numero dos empregados da Contadoria da Fazenda augmentou, do que era pela lei da sua creação, e tinha ultimamente, segundo o almanak de Goa para o anno de 1840; além do Escriptor Inspector, 1 Ajudante do mesmo, 1 Contador, 1 dito aposentado, 10 Escripturarios, 13 Amanuenses, 1 Porteiro, 1 Ajudante do mesmo e 2 Continuos: total 31.

*Recebedoria dos novos e velhos direitos,
e da Chancellaria.*

Os seus empregados, em parte subordinados ao juizo da Chancellaria e dos novos direitos, já foram relacionados com os destes juizos: resta só mencionar

1 Recebedor das meias annatas, vencia 360 x.^s

1 Escrivão das ditas..... 365

2 Total 725
ou 115\$000 réis fortes.

Não ha noticia do estabelecimento destes ordenados, nem dos indicados nos logares acima ditos. As meias annatas porém começaram em 12 de Novembro de 1609; e em 22 de Julho de 1680, se deu regimento para a sua arrecadação nos afforamentos em vidas e fateosins, introduzidos desde a conquista.

Recebedoria do imposto do sello do papel.

Este imposto era antes recebido na Casa da Fazenda, na Secretaria do Governo, na Chancellaria, e em Mapuçá e Margão. Ultimamente estava na Casa da Fazenda em Pangim, e nas Alfandegas de Margão e Mapuçá; e em cada uma destas estações tinha 1 Recebedor e 1 Escrivão: total 6.

Assim estava montada e regulada a administração da Fazenda em Goa, até ao anno de 1835, em que os Decretos N.^{os} 22 e 23 de 16 de Maio de 1832, levados ao Ultramar, fizeram acabar as Juntas da Fazenda, e todo o bem calculado systema, que sempre promoveu a economia e segurança da Fazenda Publica. Todavia o Governo Provisional de Goa, reconhecendo, que o methodo mais conveniente aos interesses fiscaes, era aquelle, organisou debaixo da sua presidencia uma Commissão, composta dos mesmos Vogaes da antiga Junta, menos o Chancellor, que havia acabado, e o Intendente da Marinha, que sem titulo servira na Junta; e por esta Commissão fez continuar a administração da Fazenda com a mesma fórma e antiga regularidade; o que durou até 21 de Dezembro de 1837, em que

alli foi publicado o Decreto de 16 de Janeiro daquelle anno, restituindo as Juntas da Fazenda em todas as provincias Ultramarinas; «*que a experiencia de muitos annos (diz o relatório que o precede) tem mostrado, que foi uma das mais adequadas medidas para a administração das rendas publicas daquellas provincias.*»

Esta Junta, que o Governador geral preside, é por este Decreto hoje composta do Presidente da Relação, do Procurador da Corôa e Fazenda, do Thesoureiro geral, e do Escrivão da receita; e se regula pela mesma antiga legislação, em tudo aquillo, em que não tem sido alterada; sendo-lhe vedado cumprir ordem, que não seja expedida por Decreto ou Portaria, assignada ou referendada pelo Ministro do Ultramar; ao qual deve hoje remetter as contas, balanços, representações e correspondencia que se dirigiam ao Thesouro, e antigamente ao Erario. No Decreto de 28 de Setembro de 1838, se dispoz o modo de fazer qualquer despesa extraordinaria: estas e outras semelhantes disposições, são as mesmas do extincto Erario, que já apontei, *mutatis mutandis*.

Nova organização das Repartições da Fazenda.

Uma Commissão de Contabilidade, creada por Portaria do Governador geral Barão do Candal, de 20 de Novembro de 1839, apresentou um plano de reorganisação da Contadoria geral da Fazenda, que se acha approved por Decreto de 27 d'Abril de 1841, em cujo plano se estabeleceu nova divisão e direcção dos trabalhos daquella repartição, o seu pessoal e vencimentos, e o systema d'escripturação. Por este novo regulamento foi creado um segundo Fiel para a Thesouraria geral, o qual é encarregado dos pagamentos em geral, e foi supprimida a Thesouraria das folhas.

Foi tambem supprimido o logar de Porteiro do Estanco, e um dos Fieis do mesmo, devendo o outro preencher as suas obrigações e as de Porteiro. Este fiel e o Escrivão do Estanco ficarão addidos á Contadoria, até que definitivamente se resolve sobre o methodo daquella administração; e assim o pessoal estabelecido neste novo plano e outras disposições, e os vencimentos hoje em vigor, são os seguintes:

Thesouraria geral.

1	Thesoureiro geral, vencimento o mesmo antigo	3:000	x. ^t
1	Primeiro Fiel dito	600	
1	Segundo dito, annualmente.	420	
1	Ensaaiador da moeda de prata, dito.	360	
1	Contador da moeda de cobre, dito.	180	
<u>5</u>	Total	<u>4:560</u>	

ou 729\$600 réis fortes.

Contadoria geral.

1	Escrivão da Junta e da receita, Inspector da Contadoria	6:250	x. ^s
---	---	-------	-----------------

Por Decreto de 13 de Dezembro de 1841, foi nomeado este empregado, e destacado do Thesouro Publico de Lisboa, com instrucções que fazem parte do mesmo Decreto, para visitar todos os estabelecimentos do Estado, onde houver receita e despesa da Fazenda, e examinar outros assumptos alli mencionados; vencendo o ordenado de 800\$000 rs., que lhe compete como Sub-Chefe de uma das repartições do mesmo Thesouro, e uma gratificação de 200\$000 rs. em quanto estiver nesta commissão; tudo em moeda de Portugal, o que importa os 6:250 x.^s annuaes acima ditos.

1	Dito Adjunto	2:500	
1	Contador	2:000	
8	Escripturarios a 100 x. ^s	8:000	
8	Amanuenses de 1. ^a classe a 420 x. ^s cada um	3:360	
8	Ditos de 2. ^a classe a 360 x. ^s dito	2:880	
12	Praticantes a 100 x. ^s	1:200	
1	Guarda livros	480	
1	Porteiro da Junta e Contadoria.	500	
1	Ajudante do mesmo	360	
2	Continuos a 180 x. ^s cada um	360	
<u>44</u>	Total	<u>27:890</u>	

ou 4:462\$400 réis fortes.

Neste mesmo regulamento se marcaram os emolumentos que se devem cobrar na Contadoria, dos quaes se deduz mensalmente a despesa miuda da repartição, excepto papel e livros, que são fornecidos pela Fazenda, e o resto se distribue Ao Escrivão e ao Contador $\frac{1}{10}$ em partes iguaes.

A cada Escriptuario $\frac{1}{20}$.

A cada Amanuense de 1.^a classe $\frac{1}{40}$.

Ao Guarda livros, e Continuo empregado nas buscas $\frac{1}{20}$; sendo $\frac{2}{3}$ para o primeiro, e $\frac{1}{3}$ para o segundo.

Ao Escrivão e ao Recebedor dos direitos $\frac{1}{20}$ em partes iguaes.

Repartições annexas.

Pagadoria Militar e Inspeção de Revistas.

Já nesta memoria fica relatado, como a antiga Thesouraria e Pagadoria das tropas fôra extincta, e substituida por uma Pagadoria militar e Inspeção de revistas, em Portaria de 12 de Fevereiro de 1842, do Governador interino Lopes de Lima: o pessoal, e a despesa alli descripta, se vê declarada no orçamento pela fórma seguinte:

1	Pagador militar, por anno.	2:000 x. ^s
1	Addido.	1:000
1	Amanuense.	240
1	Praticante.	180
1	Porteiro.	240
5	Total.	3:660

ou 585\$600 réis fortes.

2	Inspectores de revistas a 800 x. ^s cada um ...	1:600 x. ^s
	Transportes para os mesmos.	1:032
	Despesa do expediente.	40
2	Total.	2:672

ou 427\$520 réis fortes.

Estanco do Tabaco.

Teve a redução que já fica declarada. O Juiz Conservador e o Procurador Fiscal desta repartição acabaram pela legislação de 16 de Maio de 1832; e hoje só ha alli

1	Escrivão com	1:000	x. ^s
1	Fiel e Porteiro.....	480	
2	Total	1:480	
ou 236\$800 réis fortes.			

Recebedoria dos Direitos de Mercê e Sello.

Em substituição da antiga recebedoria dos novos e velhos direitos, tem esta repartição

1	Escrivão dos direitos de mercê e sello	420	x. ^s
1	Ajudante do mesmo	300	
1	Recebedor	360	
3	Total	1:080	
ou 172\$800 réis fortes.			

Repartição do papel sellado.

Desde que o Governador Lopes de Lima mandou, em 27 d'Outubro de 1840, pôr em vigor a nova regulação, que deu a este imposto, a repartição que o recebe, ficou composta de

1	Administrador com o ordenado annual	360	x. ^s
1	Escrivão.....	360	
1	Servente.....	144	
	Importancia de papel	3:600	
3	Total	4:464	
ou 714\$240 réis fortes.			

A despesa do material da Contadoria da Fazenda, repartições annexas, e casas fiscaes, que são fornecidas pela mesma Contadoria, é calculada no orçamento a que tenho alludido, em 19:000 x.^s, ou 1:600\$000 réis, entrando 1:200 resmas de papel para livros da mesma Contadoria, e mais repartições, e o seu fornecimento em Damão e Diu.

(Continuar-se-ha.)

Errata. — Na parte desta Memoria, em o N.º 10, pag. 512, lin. 34, onde se lê — sentenceasse, lêa-se — *sentencçar*.

ACTAS DA ASSOCIAÇÃO.

TERCEIRO ANNO.

Sessão 18.^a

*Presidio o Sr. Vice-Presidente, Capitão de Fragata
J. da C. Carvalho.*

ABERTA a Sessão, approvou-se a acta antecedente.

Expediente. — Uma carta do Ex.^{mo} Sr. Arcebispo de Goa, Primaz do Oriente, agradecendo ser eleito Socio effectivo, cuja honra, Sua Ex.^a diz = “ muito aprecia, desejando contribuir para a prosperidade d’uma Sociedade, que se propõe a fins tão nobres, quanto “ importantes para toda a Monarquia,,

Outra do Sr. Doutor Francisco Maria da Silva Torres, Fysico Mór do Estado da India, no mesmo sentido pela sua admissão.

Outra do Socio o Sr. João Rodrigues Gonçalves, communicando a sua proxima partida para Macáo, onde se offerece ao serviço d’Associação; e envia para a bibliotheca da mesma, uma collecção de livros chinezes, que disse, serem obras classicas de varios autores Chnis. O mesmo Sr. remette por esta occasião um escripto com o titulo — *Resultado d’experiencias feitas na fabrica da polvora de Goa, em 1839, pelo Alferes d’Artilheria João Rodrigues da Costa Caminha* — cuja publicação pede se faça nos Annaes; não só pelo merecimento que contém, como para fazer conhecido o nome de seu benemerito autor. Mandou-se agradecer a offerta, e ficou a memoria para ter a competente leitura, e seguir os tramites dos estatutos.

Outra carta do Socio o Sr. Chelmichi, offertando um exemplar da obra, que tem por titulo — *Corographia Cabo-Verdiana, ou Descripção Geographico-Historica da Provincia das Ilhas de Cabo Verde e Guiné* — publicada pelo mesmo Sr.

Mais outra carta do Sr. Felix João da Costa, residente em Angra do Heroismo, offerecendo a — *Memoria Historica do terremoto, que no anno de 1841 assollou a muito notavel Villa da Praia da Victoria na Ilha Terceira* — escripta e publicada pelo mesmo Sr.

O Sr. Lopes d’Almeida mandou para a meza o n.º 18 da *Revista Trimensal*, enviado pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

Todas estas offertas se receberam com agrado, e se mandaram agradecer.

Os Srs. Dulac e Doutor Pulido, agradeceram a sua admissão para Socios effectivos.

O Secretario Louzada d'Araujo disse fôra, pelo Sr. Marquez de Loulé, incumbido de significar á Associação, o quantoa preciára o honroso convite, que lhe fôra feito para Socio effectivo, que gostosamente accceitára.

O Sr. Tavares de Macedo annunciou varios documentos estatisticos das Ilhas de S. Thomé e Príncipe, que da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar vão ser enviados á Associação, para se publicarem pelos Annaes.

O Sr. Vice-Presidente lembrou que este era o mez designado nos Estatutos para a Sessão Solemne; e em consequencia propoz, que os Srs. Secretarios pedissem ao Sr. Presidente d'Associação as devidas instrucções, para se levar a effeito este acto; e a assembléa assim o resolveu.

Ordem da noute. — O Sr. Sub Secretario Marques Pereira pedio o seu addiamento; porque tendo sido muito occupado em serviço, como era notorio, não lhe fôra possivel expedir as circulares determinadas, para a maior concorrência de Socios a esta discussão, de summa gravidade e interesse publico: e sendo o addiamento approvado, o Sr. Vice-Presidente levantou a Sessão, dando para ordem da seguinte a mesma de hoje.

Sala das Sessões, em 6 de Novembro de 1843. = O Secretario, *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.*

SESSÃO 19.^a

*Presidio o Sr. Vice-Presidente, Capitão de Fragata
J. da C. Carvalho.*

Aberta a Sessão approvou-se a acta antecedente.

Expediente. — Uma carta do Sr. Vice-Almirante A. M. de Noronha, Presidente d'Associação, escusando-se de comparecer na presente sessão, por motivo de molestia; e communicando o que havia concordado com o Sr. Ministro da Marinha e Ultramar, á cerca da proxima sessão solemne desta Associação.

Outra de Sr. Joaquim José Falcão, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, referindo ser-lhe impossivel vir a esta sessão; mas que regulará os seus trabalhos em ordem a poder ser presente na proxima seguinte.

Leram-se outras cartas dos Socios os Srs. J. A. Vieira da Fonseca, Francisco de Paula Cardoso d'Almeida, A. F. Freire Marreco, A. Herculano Rodrigues, José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco, expondo motivos, que igualmente os privam de assistir á sessão de hoje; accrescentando o ultimo destes Senhores, que se fosse

presente, votaria pelo illustrado parecer da Commissão, que estava dado para ordem da noite.

O Sr. F. de Paula Cardoso d'Almeida offereceo tambem, para a Bibliotheca da Associação, o Codigo Consular impresso em Barcelona no anno de 1592, com o titulo — *Llibre de Consolat dels Fets Marítims* —, cuja offerta foi recebida com agrado.

O Secretario Louzada d'Araujo disse, que o Sr. Conselheiro Lacerda o encarregára de agradecer, em seu nome, a sua admissão para Socio effectivo; e que por incommodo de saude não vinha a esta sessão.

Igual escusa apresentou o mesmo Secretario pelo Sr. Conselheiro José de Sá Ferreira.

Leu em seguida uma carta do Socio honorario, o Sr. A. B. de Mascarenhas, acompanhando a offerta dos numeros do *Atheneum*, que contém o 13.º ajuntamento d'Associação Britannica, para o adiantamento das Sciencias, que teve logar em Cork. Mandou-se agradecer.

Communicou mais á assembléa, o que elle Secretario, e o Sr. Sub-Secretario Marques Pereira passaram com o Sr. Presidente, ácerca das disposições necessarias para a Sessão solemne, segundo fôra resolvido na ultima Sessão.

O mesmo Secretario lembrou, que tendo fallecido 4 Socios tão distinctos, como eram, o Sr. J. X. Bressane Leite, Joaquim José Corrêa, D.º Luiz Duprat, e Manoel José Maria da Costa e Sá, convinha convidar alguns dos benemeritos membros desta Associação, para escreverem o elogio historico, especialmente dos dois primeiros, que foram Socios fundadores, e o Sr. Bressane Leite, Vice-Presidente desta mesma Associação.

O Sr. Sub-Secretario Marques Pereira apresentou a traducção da Memoria de Mr. Alfred Jeffery, sobre a côla marinha, de seu invento. Mandou-se remetter á Secção de Marinha Militar, juntamente com a memoria, e officio do Ministerio da Marinha, que acompanhou, para dar o seu parecer.

O mesmo Senhor apresentou mais um manuscripto com o titulo — *Roteiro e descripção da Costa da Capitania do Ceará em 1817* —, acompanhado de uma planta da mesma Costa, que por mediação do Socio o Sr. Mengo, offerece o Sr. Antonio d'Oliveira Chaves, residente em Lamego. Ficou para ter a competente leitura.

O Sr. Albano Antero offereceu uma nova serie de documentos inéditos, extrahidos do Archivo da Torre do Tombo, e de outros cartorios, que a assembléa agradeceu.

O Sr. Carneiro, em nome dos Reverendos Padres do Collegio de S. José de Macão, fez a offerta das obras impressas do Padre Joaquim Alfonso Gonçalves, que são — *Diccionarios China e Portuguez, e Portuguez e China — Vocabularium Latino Sinicum — Grammatica latina ad usum Sinensium — Arte China, Alphabeto, e Grammatica —*

Lexicon Magnum Latino Sinicum — e Lexicon manuale Latino Sinicum.

— Esta rica offerta foi recebida com especial agrado, e sobre proposta do Sr. Vice-Presidente se mandou agradecer, e enviar o diploma de Socios honorarios aos illustres offerentes, hoje os Srs. Bispo de Macáo, D. Nicoláo Rodrigues Pereira de Borja; Bispo Eleito de Nankim, D. José Joaquim Pereira de Miranda; Bispo Eleito de Pekim, D. João da França Castro e Moura; e Superior do Collegio de S. José de Macáo, Joaquim José Leite, em signal e prôva do apreço com que fôra recebida.

O Sr. Alves mandou para a Mesa uma carta, que lhe dirigio o Sr. Commendador Bernardino José de Sena Freitas, acompanhando outra, que este Sr. escrevera aos Redactores do *Noticiador da Terceira*, e fôra publicada naquelle periodico. *sobre a difficuldade de marcar a verdadeira época do descobrimento da mesma Ilha*, a fim de publicar-se tambem nos Annaes d'Associação. Ficou para ter leitura.

O Secretario Louzada d'Araujo leu um requerimento seu, para que se peça ao Sr. Ministro dos Negocios da Marinha e do Ultramar, se digne mandar remetter aos Bispos das Dioceses Ultramarinas alguns exemplares dos n.^{os} 7 e 8 da 3.^a serie dos Annaes, que contém a memoria sobre os direitos do Real Padroado naquellas dioceses, como muito convinha aos interesses da Corôa e Igreja portugueza; e pediu a urgencia.

O Sr. Vice-Presidente disse, que alguma deliberação lhe parecia haver-se já tomado neste sentido; e depois de mais algumas reflexões, poz a urgencia á votação, e foi rejeitada por 14 votos contra 13; ficou por conseguinte o requerimento para segunda leitura.

Foram propostos para Socios effectivos os Srs. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, Tenente do Corpo d'Engenheiros, e Augusto Simões Margiochi, Official do Thesouro Publico; o 1.^o pelo Sr. Francisco Maria Pereira da Silva, e o 2.^o pelo Sr. José Tavares de Macedo.

Ordem da noute. — Parecer da Commissão especial (*vide* Annaes N.^o 40) sobre as bases para a creação de companhias mercantis e agricolas no Ultramar: o qual entrou em discussão na sua generalidade.

O Sr. Alves requereu fosse esta dispensada, e se passasse a discutir o parecer na especialidade, cujo requerimento foi combatido pelo Sr. Tavares de Macedo, e depois de breve debate, rejeitado.

Em seguida teve a palavra o Sr. Bispo Eleito de Malaca, o qual, começando por dar os motivos que o têm privado de assistir ás sessões desta associação, cuja instituição e trabalhos muito elogiou, bem disse aquelles de que hoje se occupa, e considerou o pensamento das companhias, como salvador das provincias ultramarinas; mas reputou difficil conseguir tão desejado fim, pelas razões que passou a expender; e depois de outras muitas reflexões concluiu, que era necessario simplificar o parecer, e reduzi-lo aos seguintes

quesitos, que assignou e mandou para a mesa, a fim de serem propostos e discutidos com preferencia.

1.º Se é necessaria a creação de companhias para promover o melhoramento das nossas provincias ultramarinas?

2.º Se estas devem ser duas, tres ou uma só, sendo o seu objecto o melhoramento de todos os tres ramos, agricultura, industria e commercio?

3.º Se a sua acção deve ser restricta a certas possessões, ou extensiva a todas; ou se isto se ha de deixar ao arbitrio da companhia ou companhias que se crearem?

4.º Qual deve ser o seu fundo, e de que maneira realisado?

5.º Em quantas acções deve ser este dividido?

6.º Qual deverá ser o meio para se garantir aos accionistas o seu capital?

7.º Se será tambem conveniente para attrahir os accionistas, garantir tambem algum lucro sobre o capital; e qual deverá ser o minimo deste lucro?

Discutidas bem estas questões, á vista do que se assentar, nomear-se-ha uma commissão para promover a assignatura dos accionistas.

Quando o numero dos accionistas chegar a 40 ou 50, poderão estes nomear uma commissão para redigir debaixo dos auxilios d'esta associação um projecto de regulamento interno, e bem assim uma relação das concessões e privilegios, que se julgarem precisos.

Tanto esta relação como o projecto deverá ser discutido nesta casa, reunindo-se aos accionistas os membros d'associação, para depois recorrer-se ao Governo e ao Corpo Legislativo, segundo os objectos que competirem ás attribuições de cada um, no actual regimen constitucional.

Quanto ás condições que deve o Governo impôr á companhia, não convem trazer las aqui agora á discussão; porém poder-se-ha na occasião de discutir o regulamento, e a relação dos privilegios e concessões, indicar alguma cousa, ou algumas que se julgarem essenciaes para a companhia, e melhoramento das possessões; e depois de discutidas apresenta-las ao Governo convenientemente. — Sala das Sessões d'Associação Maritima e Colonial, em 20 de Novembro de 1843. Assignado. = *Bispo Eleito de Malaca.*

Suscitou-se uma breve questão d'ordem, se estes quesitos deveriam considerar-se como emenda ou substituição ao parecer da Commissão; na qual tomaram parte os Srs. Vice-Presidente, Amaral Tavares de Macedo, e Vasco Pinto de Balsemão; porém manifestando o Sr. Bispo Eleito de Malaca, que o fim daquelles quesitos, que deduzira da doutrina do mesmo parecer, era simplificar a discussão, ficaram para se tomarem em consideração, em tempo opportuno, e proseguio o debate sobre a generalidade do parecer da Commissão.

O Sr. Tavares de Macedo encetou a discussão e apoz elle fallaram os Srs. Sá Nogueira, Bispo Eleito de Malaca, Cabreira; expendendo longamente os dois primeiros oradores, em seus brilhantes discursos, mui luminosos principios e acertado conhecimento do assumpto; cujos principaes tópicos — a necessidade de companhias, se os nossos dominios ultramarinos as carecerem. — Os differentes sistemas de companhias. — Seus privilegios ou franquezas; e suas restricções em differentes tempos. — Sua utilidade ou desconveniencia em geral. O estado das nossas possessões, a historia do seu commercio antes e depois da descoberta do Brasil, as causas da sua actual decadencia, a conveniencia ou desconveniencia de companhias em relação a cada uma das nossas possessões, se deverão ser diversas ou uma só a existencia dos tratados ultimamente celebrados e outras considerações essencialmente annexas com a materia, foram profundamente discutidas por estes Senhores, concordes em que as companhias de que se trata, podem ser boas ou más, segundo as circumstancias; e por isso convinha que as suas bases fossem tomadas, segundo os paizes a que se destinarem.

O Sr. Cabreira deu importantes esclarecimentos ácerca do commercio de Timor; e da errada opinião em que geralmente se estava, do supposto dominio dos Hollandezes, disse que na maior parte da ilha é hominal; occupando elles apenas um pequeno ponto d'onde fazem todo o commercio da ilha; é verdade que alguns régulos usam da bandeira Hollandeza, sem todavia serem sujeitos áquella nação.

O Sr. Marques Pereira, resumindo as idéas que mais vogaram na discussão, e depois de breves reflexões, propoz a materia discutida; e decidindo a assembléa affirmativamente, foi em seguida o parecer da Commissão approvado na generalidade.

O Sr. Sá Nogueira requereu se tratasse esta questão por cada uma das possessões do Ultramar separadamente.

O Sr. Bispo Eleito de Malaca requereu votação sobre os quesitos que propuzera; a respeito dos quaes se resolveu, fossem discutidos conjunctamente com os artigos do parecer com que tiverem connexão. E por ser a hora adiantada, o Sr. Vice-Presidente levantou a sessão, dando para ordem da seguinte a continuação da mesma.

Sala das Sessões, em 20 de Novembro de 1843. = O Secretarie
Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.

AVISOS AOS NAVEGANTES.

N.º 6.

O MAIS pequeno dos dois faroes existentes no porto de Danzic em Neufahrwasser, que até agora foi entretido n'uma baliza muito perto do grande farol, será accezo pela ultima vez no dia 15 d'Abril do corrente anno, e arderá, desde o dia seguinte, n'um pequeno farol de ferro novamente construido na ponta oriental do porto *Moole*, uma luz fixa da invenção de Fresnel, a qual, bem como a do grande farol se conservarão accezas todas as noites desde o pôr até o nascer do sol. O novo farol fica pela agulha 4.800 pés do Rheno distante para a banda do norte do grande farol. Eleva-se 43 pés acima do nivel do mar nas marés ordinarias, e avista-se em tempo claro desde OSO. até SE. em todos os rumos d'agulha, e do lado do mar na distancia de mais de 2½ legoas allemãs, estando o observador pouco mais ou menos 10 pés acima da superficie das agoas. Os navios que demandam a enseada de Danzic de noite, depois de terem ganho a altura da antiga embocadura do Vistula, devem tomar sentido de não passar a respeito do farol mais alto ou meridional além do rumo de SO. para o quadrante do Oeste, nem a respeito do farol do *Moole* oriental além do rumo de O. para o quadrante do Norte, a fim de não chegar perto dos baixos que estão em distancia fóra d'antiga embocadura do Vistula. De Sul para Leste ou SSE. do farol do *Moole* oriental ha 5 braças d'agoe de profundidade, o que offerece bom ancoradouro na enseada. Ambos estes faroes, que quando se deixam ao S. se tornam n'um só, mostram-se então consideravelmente separados, e a luz do grande farol ou do alto ao Oeste do *Moole*.

As sondas mencionadas são todas conforme o compasso de variação;

Danzic aos 21 de Fevereiro de 1843. = *Real Governo da Prussia.*

N.º 7.

Illuminação do porto de Napoles.

Faz-se publico aos navegantes que, a começar do 1.º d'Abril de 1843 o farol actualmente estabelecido na grande torre do Cáes (Molo) Latitude 40º 50' 15" Longitude do meridiano de Paris 11º 55' 18" será substituido por um farol lenticular do mesmo genero dos que presentemente se usám na costa de França. O novo farol será da ter-

ceira ordem da especie chamada = a breves eclipses = e dará uma luz intermittente a dois periodos, um constante, e o outro variavel : o primeiro durará aproximadamente setenta minutos segundos, e será logo seguido do segundo periodo, que terá a duração de cincoenta minutos segundos proximamente, e será composto de um vivo esplendor precedido e seguido d'uma communicação gradual muito notavel, pela energia da luz constante. Para um observador sufficientemente distante estas duas depressões de luz, entre as quaes brilha o maximo esplendor do farol, se mudarão em eclipses totaes. O intervallo comprehendido entre duas successivas exaltações de luz, compondo-se da somma dos dois periodos, será de dois minutos primeiros.

O fogo deste novo aparelho de illuminação se levantará 184 palmos (pouco mais ou menos 49 metros) sobre o nivel medio do mar.

A luz constante poderá divisar-se até da embocadura de Capri, em tempo sufficientemente claro e sereno : o raio do maximo esplendor se verá distinctamente a esta distancia, ainda a través d'uma atmosphera algum tanto vaporosa ; a meio golfo o farol será visivel debaixo de qualquer constituição atmospherica, ao menos nos periodos do seu maximo desenvolvimento luminoso.

(*Diario do Governo n.º 289.*)

PARTE OFFICIAL.

REPARTIÇÃO DA MARINHA E DO ULTRAMAR.

DISPOSIÇÕES GOVERNATIVAS.

NOVEMBRO DE 1843.

3. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Exigindo-lhe uma Proposta para se preencherem algumas vagaturas que ha no Corpo d'Armada.

Idem. OFFICIO ao Thesouro Publico. — Remettendo-lhe o orçamento do Ministerio da Marinha para o anno de 1844 a 1845.

Idem. DECRETO. — Promovendo a Capitães do Batalhão Naval os Tenentes Agostinho Pedro Alexandrino e João Luiz d'Oliveira; a Tenentes os Alferes Duarte Joaquim da Silveira e José Thompsom Alves; e a Alferes o Sargento Ajudante Francisco Joaquim de Sousa e o Primeiro Sargento Luiz Lobo.

Idem. OFFICIO a José d'Almeida, Consul Portuguez em Singapura. — Remettendo-lhe copia da Portaria de 27 do proximo passado ao Senado de Macau relativamente ao encarregado da Feitoria Portugueza em Siam.

4. OFFICIOS aos Ministros de todas as Repartições. — Participando-lhes que no dia 6 do corrente hade ser lançada ao mar a nova corveta *Iris*, a cujo acto Sua Magestade tenciona assistir.

Idem. OFFICIO ao Director do Observatorio Astronomico. — Participando-lhe que os Alumnos do Observatorio podem ser leccionados no local que para isso facilita o Bibliotecario Publico de Lisboa; mas que Sua Ex.^a não mandará fazer nenhuma despesa que para esse fim se lhe exija, visto que se está tratando de arranjar no Arsenal da Marinha um local proprio para as mesmas lições.

Idem. OFFICIO ao Presidente da Camara Municipal. — Expondo-lhe os damnos que causa á saude dos Veteranos de Marinha a colocação das latrinas publicas adjacentes ao forte de S. Paulo, e pedindo-lhe que sejam mudadas para o Largo do Corpo Santo junto ao muro do Arsenal.

Idem. OFFICIO ao Ministerio do Reino. — Pedindo-lhe que a cantaria dos Edificios Publicos que se acham arruinados, seja fornecida para se concluir a grande ponte do Arsenal de Marinha.

6. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Ordenando que o

Capitão de Mar e Guerra graduado, Francisco Pedro Limpo, continue na Commissão de que está encarregado em França.

6. DECRETO. — Promovendo Lourenço Germack Possolo ao posto de Capitão de Mar e Guerra effectivo.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Recomendando a cultura da purgueira, e pedindo informações sobre o seu estado, obstaculos a ella, e medidas que exijam superior determinação.

7. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Ordenando-lhe que faça recolher a Lisboa o Segundo Tenente J. R. Galhardo, que está servindo de Capitão do porto do Funchal, a fim de ser empregado em outra Commissão.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Mandando desarmar a escuna *Constituição*, devendo o seu Commandante e Guarnição passar para a escuna *Meteoro*.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Sendo de reconhecida conveniencia, que na Repartição de Marinha hajam alguns individuos com os indispensaveis conhecimentos das machinas de vapor applicadas á navegação; manda Sua Magestade a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, que o Major General d'Armada proponha por esta Secretaria d'Estado o meio que lhe parecer mais prompto, para que um certo numero de individuos de Marinha possa instruir-se nas theorias e pratica das mesmas machinas. Paço das Necessidades, ém 7 de Novembro de 1843. — *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA ao Conselho d'Administração de Marinha. — Sendo necessario pôr termo uma vez aos prejuizos que resultam dos concertos feitos em navios velhos, que parecendo muitas vezes poderem ter uma grande duração, a experiencia tem feito ver, que apenas servem para absorver grandes sommas nos continuados reparos, que a cada momento estão precisando, não só pelo material, que em semelhantes obras é indispensavel empregar, mas ainda mais pelos extravios, que sempre ha, quando estas obras são feitas fóra d'acção fiscal do Arsenal da Marinha, e estando por todos estes motivos o Governo de Sua Magestade determinado a preferir a factura de novos vasos de guerra, com os meios de que poder dispôr, fazendo unicamente concertar aquelles navios, que realmente o merecerem: manda Sua Magestade a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, que o Conselho d'Administração de Marinha, depois das mais escrupulosas indagações, proponha por esta Secretaria d'Estado quaes os navios de guerra e charruas actualmente existentes, que com segurança de duração merecem ser concertadas, remettendo ao mesmo tempo os orçamentos das respectivas despesas com um regular desenvolvimento, para se conhecer as bases, em que assentam os calculos feitos para cada um dos mesmos navios; e bem assim quaes os que se não acham em estado de soffrer reparo algum, assim de que a respeito de todos elles se possa tomar a conveniente

deliberação, preenchendo por esta fôrma o sobredito Conselho de Administração o que lhe é recommendado pelo § 6.º do art. 6.º do seu regulamento. Paço das Necessidades, em 7 de Novembro de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

7. PORTARIA ao Commandante do Batalhão Naval. — Permittindo que, durante a viagem que vai fazer na galera *Prazeres e Alegria*, o Sargento Antonio Pereira Carneiro, se abone á sua familia 40 réis diários.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, remetter ao Governador Geral do Estado da India, os dois inclusos conhecimentos d'uma cadêa de ferro d'amarração de navio que pesa 102 quintaes e 3 arrobas, 50 quintaes de varão de ferro redondo, 13 caixões com peças de lona da Russia, e 5 caixões com 150 peças de brim da Russia, os quaes objectos vão carregados no navio *Prazeres e Alegria*, para serem empregados no armamento da fragata *D. Fernando II.* que se acha no estaleiro de Damão. — Paço das Necessidades em 7 de Novembro de 1843. = *Joaquim José Falcão*.

Idem. PORTARIA á Junta da Fazenda de Cabo Verde. — Remettendo-lhe copia do Decreto, que declara que a administração da urzella compete ao Thesouro Publico, e ordenando que os saques pela prestação mensal de 2.000\$000 réis, sejam de Janeiro de 1844 em diante, sobre o Thesouro Publico.

Idem. OFFICIO ao Inspector Geral do Thesouro Publico. — Pedindo que se dê conhecimento a este Ministerio, do Delegado que se nomeou para executar o Decreto d'administração da urzella pelo Thesouro Publico, em Cabo Verde; bem como das Instrucções e ordens que lhe foram dadas; e communicando que se ordenou á Junta da Fazenda daquella Provincia que, de Janeiro de 1844 em diante, os saques de 2.000\$000 réis de prestação mensal sejam sobre o mesmo Thesouro.

8. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Sendo de reconhecida utilidade fazer habilitar para a navegação os Aspirantes a Guardas Marinhas com o maior numero de conhecimentos praticos, para que, juntamente com os theoricos, que adquirem nas competentes aulas, possam com mais promptidão constituir-se habeis Officiaes de Marinha de Guerra; manda Sua Magestade a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, que o Major General d'Armada proponha por esta Secretaria d'Estado o meio que lhe parecer mais proprio e economico, para que possam embarcar periodicamente em os navios de guerra de maior lote, além das suas respectivas lotações, um certo numero d'Aspirantes a Guardas Marinhas, que tenham a necessaria aptidão, disposição phisica, boa conducta, e quaesquer outras qualidades indispensaveis para a arma de Marinha, afim de que por esta fôrma se possa obter o pretendido resultado; não lhes sendo porém abonados, durante o tempo que es-

tiverem embarcados, outros vencimentos mais do que aquelles sufficientes para serem mantidos com a devida decencia; ficando o mesmo Major General na intelligencia, que todos aquelles Aspirantes que para a mesma arma de Marinha forem, depois destes ensaios e experiencias, reputados ineptos, deverão ser propostos para baixa, por ser de nenhuma utilidade, que individuos assim reconhecidos como incapazes, continuem na respectiva Companhia, e alli se conservem por um espaço de annos sem resultado algum para o serviço, e com sacrificio da Fazenda Publica; e debaixo destes principios, e outros que ao mesmo Major General pareçam de utilidade, regulará a referida Proposta. Paço das Necessidades, em 8 de Novembro de 1843.
== *Joaquim José Falcão*:

8. PORTARIA ao mesmo. — Exonerando do exercicio de Capitão do porto da Figueira ao Segundo Tenente Manoel Nunes.

Idem. PORTARIA ao Intendente de Marinha da Cidade do Porto. — Participando-lhe que foi exonerado do lugar de Capitão do porto da Figueira o Segundo Tenente Manoel Nunes.

Idem. OFFICIO ao Governador Civil de Coimbra. — Idem.

Idem. PORTARIA ao Inspector do Arsenal de Marinha. — Havendo a experiencia mostrado, que da falta d'um centro na fiscalisação do ponto dos Operarios do Arsenal da Marinha, e da Cordoaria Nacional, têm nascido grandes irregularidades, não se executando uniformemente todas as regras, e preceitos marcados no Regulamento provisório, approvado pela Portaria de 17 de Fevereiro de 1835, já quanto aos signaes de comparencia, e faltas na occasião propria, já quanto á escripturação dos Livros de Matricula dos diversos Operarios; e convindo fazer executar rigorosamente tudo quanto a este respeito se acha determinado pelo Regulamento Geral de Fazenda, de 21 d'Abril de 1842: ha Sua Magestade a Rainha por bem, conformando-se com o que a este respeito lhe propoz o Contador Geral da Marinha, em seu Officio de 19 de Setembro ultimo, determinar o seguinte:

A Repartição do Ponto Geral será dirigida por um Chefe, e este cargo ficará sendo desempenhado pelo Apontador da segunda Divisão, Francisco José Rodrigues, sem que esta cathegoria lhe dê direito a outros vencimentos mais do que os que actualmente percebe.

A este Chefe pertence fazer escripturar os Livros, e mais expediente designado por Lei segundo as Instrucções, que pela Contadoria Geral da Marinha lhe forem dadas.

O Empregado encarregado do ponto no Estabelecimento da Cordoaria, será considerado como pertencente á Repartição do Ponto Geral.

A escripturação dos Livros de Matricula da Cordoaria será quanto antes effectuada conforme o mesmo Regulamento de 17 de Fevereiro de 1835.

Todas as ordens e mais documentos, que forem dirigidos á Re-

partição do Ponto Geral, serão archivados pela nomenclatura das Divisões, por ordem chronologica, e reunidos n'um só local.

Aquellas ordens, que até ao presente têm sido dirigidas a cada um dos Apontadores em particular, serão d'ora em diante dirigidas ao Chefe da Repartição do Ponto Geral.

Os Apontadores, depois de se haver procedido ao ponto, serão obrigados a apresentar os rões ao exame do Chefe da sobredita Repartição.

A doutrina do § 4.º do sobredito Regulamento provisório, a que ultimamente se não tem dado plena execução, será d'ora em diante rigorosamente observada: o que pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, se participa ao Inspector do Arsenal da Marinha, para sua intelligencia e devida execução. Paço das Necessidades, em 8 de Novembro de 1843. — *Joaquim José Falcão*.

8. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Remettendo-lhe copia do Decreto de 27 do mez passado, pelo qual é mandado regressar á classe dos Officiaes da extincta Brigada o Tenente do Batalhão Naval Alexandre da Camara Menezes Bettencourt.

Idem. PORTARIA a Francisco de Borja Pereira de Sá, Capitão de Fragata, nomeado Governador Geral d'Angola. — Communicando-lhe que foi exonerado do dito governo.

Idem. PORTARIA a Lourenço Germack Possollo, Capitão de Mar e Guerra. — Remettendo-lhe copia do Decreto, datado de 7 do corrente, que o nomeia Governador Geral d'Angola.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral de Cabo Verde. — Remettendo-lhe copia do Decreto que organisou a força armada de primeira linha de Cabo Verde.

Idem. PORTARIA ao Doutor Accacio Alvares d'Araujo, Juiz de Direito de S. Thomé e Príncipe; ora em Lisboa. — Concedendo-lhe dois mezes de licença e participando-lhe que se ordenou nesta data á Contadoria da Marinha para lhe abonar 26\$000 réis mensaes por conta do seu ordenado.

9. PORTARIA ao Conselho d'Administração de Marinha. — Sua Magestade a Rainha, a quem foi presente o Officio do Conselho de Administração de Marinha, de 11 d'Outubro proximo findo, que em satisfação á Portaria deste Ministerio de 2 d'Agosto ultimo, e em conformidade com a opinião do Vogal, Inspector do Arsenal da Marinha, pretende mostrar a conveniencia da conservação de todos os Officiaes do mesmo Arsenal, e por consequencia d'admissão de aprendizes á proporção que forem vagando nos respectivos quadros: manda pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, declarar ao sobredito Conselho d'Administração:

1.º Que no Arsenal da Marinha não ha quadros permanentes de Officiaes, que devam ser absolutamente preenchidos, por isso que não se deve confundir o quadro de artistas com os quadros das Repartições Publicas, estabelecidas por lei.

2.º Que o limite do numero de artistas será sempre marcado segundo a necessidade do serviço, para que são destinados, e segundo fôr estabelecido por qualquer outro meio mais economico, como já se praticou em virtude das Portarias de 18 d'Outubro de 1841, dirigida ao mesmo Conselho, e de 23 d'Abril de 1842, dirigida ao Inspector do Arsenal da Marinha, pelas quaes foram reduzidos e limitados os quadros das mesmas Officinas, não obstante o plano de refôrma do Arsenal, mandado observar por Portaria de 6 de Agosto de 1838.

3.º Que não sendo a falta de meios, que o Conselho em futuro teme para a compra de artefactos e artigos no mercado, razão sufficiente para que se conservem Officinas e partidos, que podem vir a ser dispensados e substituidos por outro meio mais economico, fica desde hoje prohibida a entrada de aprendizes gratuitos para os partidos do Arsenal.

4.º Que não sendo comtudo d'equidade despedir agora os aprendizes gratuitos que têm sido admitidos em virtude da Portaria do 1.º de Dezembro de 1836, cujos effeitos já foram mandados sobreestar, o Inspector do Arsenal irá propondo nas informações annuaes, para vencimento aquelles que o merecerem por sua antiguidade, e que estiverem praticando nas differentes Officinas, não aproveitando esta disposição para aquelles outros, que se acharem nos differentes partidos, por isso que, em quanto a estes, se ainda se conservarem no Arsenal por occasião da mesma informação annual, haverá para com elles toda a possível contemplação.

5.º Finalmente, para que se não augmentem as difficuldades, que é mister vencer até reduzir a classe de aprendizes áquelle numero, que póde ser justificado pela necessidade do serviço, e dentro dos meios votados, nenhum aprendiz gratuito será novamente admittido antes do mez de Julho de 1844, attento o numero delles hoje existentes, ficando estabelecido por estas admissões, que só deverão ter lugar d'ora em diante nos mezes de Julho de cada anno, e que o seu numero se regulará pela fórma seguinte:

Para Carpinteiros de Machado até ao numero de . . .	10
Para ditos de branco	2
Para Polieiros	4
Para Calafates	5
Para Ferreiros	2

Total 20

Observando-se quanto a estas admissões a disposição do Aviso de 17 d'Agosto de 1843, pelo qual ficou prohibida a entrada d'apprendizes abaixo de 12 annos, nem maiores de 17, e cujo estado phisico não fôr robusto e proprio para os trabalhos, como tambem a Resolução de Consulta da Junta da Fazenda da Marinha, de 5 de Março de

1822, pela qual foi determinado, que o tempo d'apprendizagem seja seis annos, levando-se-lhe em conta quatro dias de falta em cada mez, em attenção a qualquer acontecimento que os possa impedir de vir ao ponto, sendo obrigados a prebender as faltas que exceder no fim de seis annos; o que tudo já se acha recommendado pela citada Portaria de 6 d'Agosto de 1838. Paço das Necessidades, em 9 de Novembro de 1843. = *João José Falcão*.

9. DECRETO. — Promovendo a Chefe de Divisão o Capitão de Mar e Guerra, Lourenço Germack Possolo.

10. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Participando-lhe que foram cassadas as instrucções dadas aos navios inglezes *Cygnets* e *Acorn*, para impedirem o tráfico da escravatura.

Idem. OFFICIO ao Ministerio do Reino. — Remettendo-lhe uma nota das quantias que se entregaram á Repartição das Obras Publicas por conta das despesas feitas com o concerto do telhado do Arsenal; e pedindo-lhe para ser legalisada uma conta da despesa total feita com o dito concerto.

Idem. PORTARIA ao Governador das Ilhas de S. Thomé e Principe. — Declarando-lhe que não se tendo ainda recebido as Actas da eleição dos Deputados ás Côrtes, enviadas por um navio inglez, faça remetter a segunda via das ditas Actas por navio portuguez; e se a não houver, que seja substituida como fôr possível.

Idem. PORTARIA ao Superior do Collegio de S. José em Macau, Joaquim José Leite. — Mandando que o Coadjuutor do actual Bispo de Macau e seu futuro successor, Jeronimo José da Matta, tenha residencia naquelle Collegio; e que coadjuve e substitua na sua administração o sobredito Superior, Joaquim José Leite.

11. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Mandando prender no castello de S. Jorge e fazer entrar em conselho de guerra, o Capitão do Exercito da India Manoel Gerardo da Silva Vidigal, por não ter partido para Goa na galera *Prazeres e Alegria*.

Idem. PORTARIA á Junta da Fazenda de Cabo Verde. — Mandando estabelecer os Estancos Reaes; e que se exponha desde logo á venda, a 4\$000 réis a arroba, a polvora remettida pela charrua *Príncipe Real*.

Idem. OFFICIO ao Ministerio da Guerra. — Pedindo que se faça apromptar o que falta para completar os 2.000 armamentos para a india, para irem em um navio do Estado que, no proximo futuro anno, deve sahir para Goa.

13. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Participando-lhe, para o fazer constar ao Commandante da Estação Naval em Montevideó, que foi nomeado, Leonardo de Sousa Leite e Azevedo para Encarregado dos Negocios de Portugal junto ás Republicas Argentina e Oriental do Paragnay.

Idem. PORTARIA ao Governador Civil de Coimbra. — Louvando-o pela parte que deu da visita que fez á magnifica floresta do Bussaco, da qual o Estado pôde tirar grandes vantagens.

13. OFFICIO ao Ministerio da Guerra. — Dando-lhe os esclarecimentos que pedio a respeito da reclamação do Vice Almirante *Sartorius*.

Idem. PORTARIA ao Conselho do Governo d'Angola. — Participando-lhe que vão para alli, no vapôr inglez *Hydra*, C. Tynes Clington Esq.^{re} e C. Thomaz, o Primeiro Commissario e o Segundo Arbitro, inglezes, para a Commissão mixta Luso-Britanica em Loanda conforme o disposto no Tratado de 3 de Julho de 1842; e mandando prestar-lhes todo o auxilio no seu desembarque e no dos seus criados, bem como no da respectiva bagagem, cuja importação é livre.

Idem. PORTARIA ao Governador de Macau. — Mandando que, ouvido o Bispo eleito de Naukin, o Superior do Collegio de S. José e o Senado de Macau, ordene que os subsidios fornecidos pelo dito Senado em consequencia da Carta Regia de 13 de Fevereiro de 1800, sejam transferidos para a educação e ordenação de Sacerdotes para Timor e Solor; ficando por ora a escolha dos alumnos a cargo do mencionado Superior do Collegio de S. José; e se esta medida em vez de conveniente se mostrar prejudicial, que sobreesteja nella e informe a este respeito.

14. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Participando-lhe as alterações que o Governo Inglez tem feito nas guarnições d'alguns navios empregados em cohibir o trafico da escravatura.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Mandando declarar ao Intendente de Marinha da cidade do Porto, que não estando elle authorisado a dar destino ao réo Joaquim Francisco da Silva, que alli foi sentenciado a servir na Marinha de Guerra, deve esperar que por esta Repartição se deem as providencias que forem requisitadas pelas Authoridades competentes.

Idem. OFFICIO ao Ministerio do Reino. — Devolvendo-lhe o Officio do Governador Civil de Coimbra, em que descreve o estado da floresta do Bussaco, e participando-lhe que pela Administração das Mattas se vai mandar fazer um minucioso exame daquelle floresta.

15. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Ordenando que a escuna *Boa Vista* seja por em quanto empregada na Estação Naval d'Angola como requisita o Commandante da mesma Estação.

Idem. PORTARIA ao Conselho d'Administração de Marinha. — Approvando a compra dos objectos necessarios para fornecimento da Marinha no corrente mez, importando em 5:555\$591; e ordenando que sejam remettidas a esta Secretaria, ainda no actual mez, as Relações do fornecimento necessario para Dezembro proximo futuro.

Idem. DECRETO. — Nomeando Commandante interino da Companhia de Guardas-Marinha o Vice Commandante da mesma Antonio Lopes da Costa e Almeida, devendo passar á effectividade, logo que conste que o Commandante effectivo (que está nomeado Governador Geral d'Angola) não pôde regressar aquelle lugar que lhe fica pertencendo.

16. OFFICIO ao Presidente do Thesouro Publico. — Remettendo-lhe uma nota das quantias com que o Capitão de Fragata reformado, José Pinto da Motta, contribuiu para o Monte-Pio militar em quanto foi pago por este Ministerio; e pedindo-lhe uma informação a respeito dos descontos que se lhe têm feito para o mesmo Monte-Pio desde que elle passou a vencer pelo Thesouro.

Idem. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Ordenando que, logo que tomar o Commando da Companhia dos Guardas Marinhas, o Vice Commandante della, Antonio Lopes da Costa Almeida, seja regida a Cadeira de Artilheria e Geografia pelo Lente Substituto Joaquim Romão Lobato Pires.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Mandando louvar o Primeiro Tenente, Commandante do brigue *Audaz*, Francisco Antonio Gonçalves Cardoso, pelos serviços que prestou nas differentes Commissões em que foi empregado durante o tempo que presistio na Estação da costa d'Africa occidental; fazendo-se igualmente digno de muito louvor, pelas mesmas rasões, o Primeiro Tenente Commandante da corveta *Oito de Julho*, Joaquim José d'Andrade Pinto.

17. DECRETO. — Promovendo a Tenente Coronel o Major do Batalhão Naval, Antonio Joaquim de Moraes Resende, visto ir servir em Commissão por três annos em Angola.

18. PORTARIA ao Contador Geral de Marinha. — Participando-lhe que foi exonerado do exercicio de Capitão do porto da Figueira o Segundo Tenente, Manoel Nunes.

Idem. PORTARIA ao mesmo. — Enviando-lhe copia da Portaria de 28 do mez passado que nomeou Guardas Marinhas graduados os Aspirantes, Marcos Caetano da Cruz e Costa, e João Theodoro da Silva.

Idem. OFFICIO ao Presidente do Thesouro Publico. — Participando-lhe o fallecimento do Segundo Tenente reformado Januario Pedro Celestino Soares.

Idem. PORTARIA ao Commandante Interino da Companhia de Guardas Marinhas. — Encarregando-o da direcção da Escola de Construcção e Architectura Naval.

20. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Ordenando-lhe que approve e louve a acertada maneira com que o Capitão Tenente P. A. Caminha cumprio a Commissão que lhe foi incumbida de transportar a bordo da charrua *Princeza Real* para a ilha de S. Miguel o Batalhão de Caçadores n.º 4 e trazer o n.º 1.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Ordenando-lhe que, sem perda de tempo, faça dar principio em Nova Goa á construcção d'uma corveta pelo risco e formas da *Elisa* e que depois de commecada envie um orçamento para em vista d'elle se lhe remetter uma consignação mensal que assegure o prompto e continuo fabrico da mesma; e remettendo uma nota das alterações a fazer no sobredito risco ou plano.

22. DECRETO. — Promovendo ao Posto de Chefes d'Esquadra Graduados os Chefes de Divisão João de Sousa, e Manoel de Vasconcellos Pereira de Mello.

23. PORTARIA ao Major General d'Armada. — Demittindo do serviço o Aspirante a Guarda Marinha José Maria Ludgero de Passos por ter excedido a licença que lhe foi concedida para ir ao Brasil.

Idem. PORTARIA ao Supremo Conselho de Justiça Militar. — Declarando-lhe que o Brigadeiro da extincta Brigada, Almeida tem sido e é considerado como Official Militar de Marinha; e que como tal foi nomeado Supplente do mesmo Conselho, não podendo a sua antiguidade prejudicar os Vogaes effectivos; por que os Supplentes não estão incluídos nas disposições da Lei da creação do dito Tribunal.

24. PORTARIA ao Inspector do Arsenal de Marinha. — Mandando pôr á disposição do Director d'Alfandega de Lisboa a escuna *Fayal* para substituir provisoriamente a barca arruinada do quadro fiscal da dita Alfandega.

25. PORTARIA ao Conselho d'Administração de Marinha. — Respondendo que approva a sua proposta para se mandar fazer em Cacheu um córte de madeiras para o Arsenal.

Idem. PORTARIA a Honório Pereira Barreto, em Cacheu. — Encarregando-o da compra de madeiras, pagamento dos operarios e mais despezas até ao seu embarque, cujo córte em Cacheu é commettido ao contramestre Francisco Ferreira: e authorisando-o a sacar sobre a Junta da Fazenda de Cabo Verde.

Idem. PORTARIA Circular a todos os Governadores do ultramar. — Prohibindo absolutamente que no ultramar se entreguem as heranças, as quaes, conforme as Leis, devem logo ser remettidas para o Deposito Publico de Lisboa; e ordenando se forme culpa aos Juizes que praticarem o contrario; devendo esta Circular ser communicada aos Juizes dos defuntos e ausentes e aos Delegados do Procurador da Corôa e Fazenda.

Idem. PORTARIA aos mesmos. — Declarando falsa a interpretação dada ao § 1.º do art. 3.º do Decreto de 28 de Setembro de 1838, e abusiva a pratica de se dar soldo aos Officiaes que servem os postos vagos, antes da confirmação por Sua Magestade.

27. OFFICIO ao Ministerio do Reino. — Requisitando a cantaria necessaria para reparar e montar no Arsenal da Marinha algumas das Officinas que se acham totalmente arruinadas.

Idem. PORTARIA ao Governador Geral da India. — Mandando apromptar as peças de madeira constantes da nota inclusa, assim de virem para Portugal na fragata *D. Fernando II*.

28. PORTARIA a Bernardo José de Sousa Soares d'Andréa ex-Governador de S. Thomé e Príncipe. — Ordenando-lhe que faça quanto antes um circunstanciado Relatorio sobre o estado em que achou e aquelle em que deixou aquella provincia, fazendo menção da execução que deu a cada um dos artigos das Instrucções e ordens que recebeu.

29. OFFICIO ao Ministerio da Justiça. — Para se promptificarem 160 degradados para Angola a fim de partirem na charrua *Princeza Real*.

Relação dos passageiros do Estado que foram para os seus destinos a bordo do brigue escuna Faro, que sahio deste porto de Lisboa em 15 de Novembro de 1843!

NOMES	EMPREGOS	DESTINOS
Manoel da Silva.....	} Cabos.....	} Funchal,
Mãoel de Pontes Garcez.....		
Ventura das Neves Ferreira.....	Corneta.....	
Manoel José.....	} Soldados.....	
Henrique d'Oliveira.....		
Mãoel de Góes.....		
Eduardo d'Oliveira.....		
Thomaz Drumont.....		
Antonia Maria Rosa.....	Mulher deste ultimo.....	
João Ferreira Pinto de Gouvêa...	} Sentenciados.....	} Cabo Verde.
Antonio Alves da Costa.....		
Antonio Teixeira Touguinho.....		
Francisco José d'Azevêdo.....		
José Delgado (o Bicho).....		
Leonor de Jesus.....		
Maria Thereza de Barros.....		
Justina Maria.....	} Mulher e filho do ultimo sentenciado.....	
José Delgado (menor).....		

NAVIOS DO ESTADO EM ARMAMENTO, E SEUS DESTINOS,

No 1.º de Dezembro de 1845.

Qualidade das Embarcações	Nomes	N.º de peças, ou carronadas	Gradações, e nomes dos Commandantes	N.º dos Officiaes de Marinha	N.º dos Guardas-Marinhas e Aspirantes	Destinos
Fragatas .. {	Duq. ^{za} de Brag. ^{ça} Diana	50 50	Capitão Tenente, M. T. da S. Cordeiro.. Capitão Tenente, J. M. F. do Amaral..	7 7	1 6	No Téjo { Em meio armam. De Regito do Porto. De Depósito de Marinha.
Corvetas.. {	D. João I. Infanta Regente Urânia	24 24 24	Capitão Tenente, F. S. Franco	5	4	Na Estação do Brasil.
Brigues ... {	Villa Flor Téjo	16 18	Primeiro Tenente, V. G. P. Ferreira...	2	2	Na Estação da India.
Vapor	Vouga	12	Capitão Tenente, P. A. da Cunha	4	4	Na Estação d'Angola.
Charvins .. {	Terceira	4	Primeiro Tenente, P. V. da C. L. e Pinho	4	3	De viagem para Moçambique.
Brigue-Escuna	Princesa Real .. Príncipe Real ..	12 2	Capitão Tenente, D. F. do Valle, ...	5	4	Na Estação de Macão.
Escunas ... {	Ninfa	2	Primeiro Tenente, F. d'Assis e Silva	5	4	Na Estação de Cabo Verde.
Correios... {	Boa Vista	2	Segundo Tenente, F. A. M. Pereira	2	2	No Téjo.
Cuter	Esperança	2	Capitão Tenente, P. A. Caminha, ...	4	4	No Téjo.
	Faro	2	Um Offic. e guarin, destacados da Pr. ^{za} Real	2	1	De viagem para Angola.
	Cabo Verde...	2	Capitão Tenente, J. J. G. de Mattos Corrêa	4	4	De viagem para Brasil.
	Andorinha...	6	Primeiro Tenente, A. Sergio de Sousa ..	2	2	Na Estação d'Angola.
			Segundo Tenente, J. B. Garção	2	2	Na Estação d'Angola.
			Segundo Tenente, J. G. Talone	2	2	Na Estação d'Angola.
			Primeiro Tenente, V. J. dos S. Mor. ^{te} Lima	2	1	De viagem para Cabo Verde.
			Primeiro Tenente, J. M. Rodvalho.	3	1	De Correio para Angola.
			Segundo Tenente, P. O. Alves	1	2	No Téjo.

DOCUMENTOS ULTRAMARINOS

EXTRAHI DOS DO ARCHIVO DA SECRETARIA D'ESTADO.

Mapa d'exportação das Alfandegas da Provincia de Cabo Verde, durante o segundo semestre de 1842.

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos exportados</i>	<i>Valor em réis</i>
Villa da Praia	Portuguezes. . .	4	97 qq. e 74 $\frac{1}{2}$ de couros 168 moios e 22 $\frac{1}{2}$ alq. ^o de semente de purga 2 pipas, 5 almudes e 5 frascos de azeite de pur- gueira 8 qq. e 94 $\frac{1}{2}$ de café . . . Refrescos	3:446\$000
	Americanos . .	7	1 q. e 11 $\frac{1}{2}$ de bertangil . . . 18 qq. e 104 $\frac{1}{2}$ de folhas de espadas . . . 28 $\frac{1}{2}$ de pêsos hespanhoes Refrescos	1:600\$000
	Inglezes	5	12 almudes de vinho . . . 58 qq. e 8 $\frac{1}{2}$ de pelles . . 8 qq. e 96 $\frac{1}{2}$ d'arcos de ferro (de deposito) . . . 1.900 charutos 295 aves Refrescos	1:115\$000
	Francezes . . .	3	Refrescos	94\$000
	Dinamarquez .	1	Diversos objectos	52\$000

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos exportados</i>	<i>Valor em réis</i>
Ilha de Maio	Portuguezes..	2	50 moios de sal..... 28 qq. e 98 ℥ de pelles..	474\$560
	Americanos..	3	244 moios de sal..... Diversos objectos.....	894\$400
	Hollandezes..	3	251 moios e 18 alq. ^s de sal.....	892\$800
	Bremez	1	80 moios de sal.....	284\$000
	Belga.....	1	120 ditos de dito.....	432\$000
	Inglez	1	140 ditos de dito.....	504\$000
	Dinamarquezes	2	180 ditos de dito.....	648\$000
	Sueco.....	1	120 ditos de dito.....	468\$000
	Hamburguez..	1	102 ditos de dito.....	396\$000
I. do Fogo	Americanos..	7	Refrescos	69\$600
	Inglez	1	44 moios e 11 alq. ^s de semente de purgueira..	530\$000
Ilha Brava	Americanos..	33	34 qq. e 8 ℥ d'animaes vivos..... 38 frascos d'aguardente..	236\$400
	Francezes... Inglezes..... Suecos.....	2 2 2	3 qq. e 96 ℥ d'animaes vivos.....	23\$600
I. da Boa Vista	Portuguezes..	4	20 qq. e 16 ℥ de couros e pelles	Segue
			136 qq. e 121 ℥ de café	
			42 moios de semente de purgueira	
			41 qq. e 49 ℥ de tecidos de lã (naufraçados)....	

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos exportados</i>	<i>Valor em réis</i>
Ilha da Boa Vista	Portuguezes..	4	1 q. e 32 % de tecidos de linho. 35 qq. e 48 % de ditos d'algodão 20 qq. e 15 % de metaes. Diversos objectos.	Objectos nauticos 3:919\$000
	Inglezes.....	10	682 moios e 20 alq. ^s de sal Diversos objectos.	2:261\$000
	Americanos..	4	16 moios e 30 alq. ^s de sal 50 qq. e 68 % de pelles e couros 17 qq. e 22 % de café .. Diversos objectos.	910\$000
Ilha do Sal	Portuguezes..	2	33 moios de sal.	158\$400
	Inglezes.....	5	608 ditos de dito.	2:917\$800
	Francezes...	9	683 ditos de dito.	3:278\$200
	Americanos..	5	449 ditos de dito.	2:155\$200
	Dinamarquezes	3	224 ditos de dito.	1:075\$200
	Columbiano..	1	32 ditos de dito.	153\$600
	Hamburguez..	1	80 ditos de dito.	384\$000
	Bremez.....	1	76 ditos de dito.	364\$000
	Hespanhol...	1	40 ditos de dito.	192\$000
S. Antão	Portuguez...	1	Refrescos	4\$800
	Americano...	1	Refrescos	20\$500

Das ilhas de S. Nicoláo e S. Vicente nada se deprehende dos respectivos mappas.

Mapa d'importação nas Alfandegas da Provincia de Cabo Verde, durante o segundo semestre de 1842.

<i>Alfandegas</i>	<i>Nomes</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos importados</i>	<i>Valor em réis</i>
Villa da Praia	Portuguezes	9	14 pipas e 19 almudes de vinho. 64 almudes de vinagre .. 9 qq. e 17 % de chitas .. 90 moios e 30 alq. ^s de cal 36.000 telhas de barro .. 31 qq. e 33 % d'algodão cru 4 qq. e 109 % de d.º branco 376 qq. e 24 % d'arroz da costa 24 qq. e 69 % d'assucar... 63.000 charutos. 8 qq. e 104 % de sabão.. 54 qq. e 98 % de ferro e cobre..... 16 qq. e 111 % de russo 2 qq. e 103 % de riscado 24 qq. e 23 % de cotins.. 8 qq. e 63 % de panno.paciente 2 qq. e 67 % de estampanha 3 qq. e 50 % de papel.. 3 qq. e 33 % de roupa feita 124 chapéos. 634 pares de chapatos... Diversos objectos.	12:215\$000
	Americanos	10	485 taboas 374 barrotes 15 pranchões 50.302 pés de taboado .. 6.766 pés de barrotes... 860 pés de pranchões... 530 pés de vigas..... 32.000 telhas de páo... 2.250 charutos.	Segue

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos importados</i>	<i>Valor em réis</i>
Villa da Praia	Americanos . .	10	206 qq. e 2 $\%$ de farinha 116 qq. e 80 $\%$ de bolaxa 1 q. e 76 $\%$ d'arroz . . . 8 qq. e 27 $\%$ de russo . . 3 qq. e 43 $\%$ de riscado . . 1 q. e 85 $\%$ de cotim azul 1 q. e 104 $\%$ de manoco Diversos objectos	4:877\$000
	Inglezes.	6	8 qq. e 58 $\%$ de garrafas 1 q. e 119 $\%$ d'algodão cru 2 qq. e 19 $\%$ d'algodão branco 3 qq. e 104 $\%$ de riscado 1 q. e 11 $\%$ de chitas . . 1 q. e 29 $\%$ d'algodão trançado Diversos objectos	914\$000
	Dinamarquez	1	78 qq. e 28 $\%$ de farinha 3 qq. e 76 $\%$ de manteiga Diversos objectos	1:000\$000
	Venezuela . . .	1	1 q. e 93 $\%$ de carne salgada	7\$000
Ilha de Maio	Portuguezes. .	2	170 qq. e 64 $\%$ de generos coloniaes Diversos objectos	578\$000
	Americanos . .	5	114 qq. e 80 $\%$ de farinha 253 qq. e 54 $\%$ de madeira 15 qq. e 127 $\%$ de generos coloniaes 2 qq. e 80 $\%$ de couros . . Diversos objectos	1:283\$000
	Hollandezes. .	2	61 qq. e 21 $\%$ de madeira 5 qq. e 64 $\%$ de farinha . . 2 qq. e 89 $\%$ de couros . .	127\$000

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos importados</i>	<i>Valor em réis</i>
Ilha de Maio	Dinamarquez	1	23 qq. de farinha 3 qq. e 6 $\frac{1}{2}$ de couros . . 3 qq. e 33 $\frac{1}{2}$ de vidros. .	214\$000
	Prussiano. . . .	1	61 qq. e 22 $\frac{1}{2}$ de madeira	78\$000
	Bremez	1	5 qq. de farinha	8\$000
Ilha do Fogo	Americanos . .	7	31 qq. e 106 $\frac{1}{2}$ de mantimentos. Diversos objectos.	246\$000
	Inglez	1	1 q. e 96 $\frac{1}{2}$ d'arcos de ferro	8\$000
Ilha Brava	Americanos . .	26	17 alm. ^s e 4 frascos de azeite de peixe 47 qq. e 83 $\frac{1}{2}$ de farinha 4 qq. e 89 $\frac{1}{2}$ de tecidos d'algodão 2 qq. de couros. 258 pés de taboado. 1 q. e 16 $\frac{1}{2}$ de madeira Diversos objectos.	783\$460
	Inglezes.	2	10 qq. de tecidos d'algodão 5 $\frac{1}{2}$ de metaes. Diversos objectos.	16\$840
	Francezes . . .	2	1 q. e 25 $\frac{1}{2}$ de farinha . . 2 qq. de pelles. Diversos objectos.	32\$120
	Portuguezes. .	7	780 alm. ^s de vinho, vinagre, e aguardente. . . . 23 qq. e 45 $\frac{1}{2}$ de tabaco manufacturado 10 qq. e 119 $\frac{1}{2}$ de tecidos d'algodão 27 qq. e 19 $\frac{1}{2}$ d'assucar	Segue

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos importados</i>	<i>Valor em réis</i>
Ilha da Boa Vista	Portuguezes..	7	10 moios de cal..... 48 qq. e 92 ℥ de farinha..... 4 qq. e 116 ℥ de solla, couros, etc..... 27 ℥ de sedas manufacturadas..... Diversos objectos.....	3:797\$000
	Inglezes.	8	583 qq. e 64 ℥ de madeira..... 235 qq. e 96 ℥ de lenha..... 76 ℥ de tecidos de lã... 105 qq. e 33 ℥ de milho..... 44 qq. e 63 ℥ d'arroz... 5 qq. e 114 ℥ de batatas..... 103 qq. e 105 ℥ de mancarra..... 7 qq. e 94 ℥ de tintas... 2 qq. e 29 ℥ de carne... 1 q. e 24 ℥ de bolaxa... 2 moios e 65 alq. ^s de milho..... Diversos objectos.....	1:784\$000
	Americanos..	7	9 qq. e 108 ℥ de carne salgada..... 38 qq. e 13 ℥ d'alcatrão, breu, pixe, etc..... 1.394 qq. e 36 ℥ de madeira..... 38 qq. e 108 ℥ de generos coloniaes..... 313 qq. e 119 ℥ de farinha, bolaxa e milho... 4 qq. e 88 ℥ d'arenques e bacalhão..... 10 qq. e 49 ℥ de presuntos e banha de porco..	Segue

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos importados.</i>	<i>Valor em réis</i>
Ilha da Boa Vista	Americanos...	7	1 q. e 99 % de vellas de espermacele. Diversos objectos.	5.313\$000
	Hespanhol. ...	1	144 qq. e 100 % d'assucar e melaço. Diversos objectos.	
Ilha do Sal	Portuguezes. .	2	Diversos objectos.	35\$000
	Americano. . .	1	5.869 pés de taboado ...	117\$000
	Dinamarquezes	2	63 qq. e 70 % de batatas 3 qq. de bolaxa. Diversos objectos.	63\$000
	Hespanhol. . .	1	32 qq. e 50 % d'assucar 17 qq. e 32 % de melaço 1 q. e 50 % de café	
	Inglezes.	2	Diversos objectos.	21\$000
	Hollandez ...	1	Diversos objectos.	6\$000
Santo António	Americano. . .	1	1 q. e 64 % de bolaxa .. Diversos objectos.	22\$960

Das ilhas de S. Nicoláo e S. Vicente nada se deprehende dos respectivos mappas.

Addenda ao mappa d'importação nas Alfandegas da Provincia de Cabo Verde, durante o segundo semestre de 1842.

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos importados.</i>	<i>Valor em réis</i>
Ilha de S. Nicoláo	Americanos . .	5	1.093 qq. e 36 ½ de madeiras 12 qq. e 106 ½ de farinha 10 qq. e 99 ½ de metaes 9 qq. e 16 ½ de generos coloniaes 3 qq. e 91 ½ de despojos d'animaes 2 qq. e 16 ½ de milho . . 1 canóa Diversas miudezas	2:611\$000
	Portuguezes . .	2	2 qq. e 96 ½ de metaes . Diversos objectos	284\$000
	Inglezes	1	2 qq. e 68 ½ de madeiras	36\$000

Addenda ao mappa d'exportação nas Alfandegas da Provincia de Cabo Verde, durante o segundo semestre de 1842.

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos exportados.</i>	<i>Valor em réis</i>
I. de S. Nicoláo	Americanos . .	3	174 animaes vivos Refrescos	1:261\$000
	Inglez	1	92 qq. e 84 ½ de tintas 10 qq. e 67 ½ de couros preparados	704\$000

Mapa d'exportação das Alfandegas da Provincia de Cabo Verde, durante o primeiro trimestre de 1843.

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos exportados</i>	<i>Valor em réis</i>
Villa da Praia	Portuguezes..	4	7 pipas e 3 alm. ^s d'aguardente..... 146 moios e 30 alq. ^s de purga..... 112 qq. e 40 % de couros e pelles..... 500 patações..... 122 % de riscado..... Diversos objectos.....	3:806\$000
	Francezes...	3	167 bois e carneiros.... 387 aves..... 10 qq. e 24 % de couros e pelles..... 10 qq. e 108 % de café, e refrescos.....	2:653\$000
	Americanos...	5	33 qq. e 23 % de couros e pelles..... 109 aves..... 6 alm. ^s de vinho.....	716\$000
Ilha de Maio	Portuguez...	1	952 qq. e 94 % de metaes..... 44 alm. ^s d'aguardente... 1 q. e 42 % de tecidos d'algodão..... Diversos objectos.....	354\$000
	Belgas.....	2	182 moios de sal.....	656\$200
	Americanos..	3	182 ditos de dito..... 66 bois.....	1:315\$200
	Norueguez...	1	136 moios de sal.....	489\$600

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos exportados</i>	<i>Valor em réis</i>	
Ilha de Maio	Dinamarquez.	1	113 moios de sal.	406\$800	
	Bremez	1	113 ditos de dito.	406\$800	
	Hamburguez.	1	50 ditos de dito.	180\$000	
	Hollandez ...	1	100 ditos de dito.	360\$000	
Ilhado Fogo	Portuguezes. .	2	40 moios e 3 alq. ^s de milho e fava 21 animaes vivos. 4 qq. e 123 //	1.346\$000	
	Americanos. .	3	Refrescos	44\$520	
Ilha Brava	Portuguezes. .	2	18 moios de milho. 3 qq. e 123 //	597\$280	
			e couros		
			Diversos objectos.		
	Hespanhol...	1	Refrescos	42\$400	
	Americano...	1	Refrescos	11\$200	
Ilha da Boa Vista	Portuguezes. .	3	16 qq. e 69 //	959\$000	
			cobre.		
			151 qq. e 64 //		
			ras.		
			30 qq. e 76 //	}	
			ros.		
			8 qq. e 120 //	}	
			Diversos objectos.		
	Inglezes.	2	163 moios e 30 alq. ^s de sal. 13 //	236\$000	
			de lãs.		
	Hespanhol. .	1	8 qq. de ferro Diversos objectos.	104\$000	

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos exportados</i>	<i>Valor em réis</i>
Ilha do Sal	Hamburguezes	3	352 moios de sal.	1:689\$600
	Dinamerquezes	2	200 ditos de dito.	960\$000
	Inglez	1	160 ditos de dito.	768\$000
	Sueco	1	152 ditos de dito.	729\$600
	Bremez	1	110 ditos de dito.	528\$000
	Hollandez ...	1	107 ditos de dito.	513\$600
	Francez	1	88 ditos de dito.	422\$400
I. de S. Nicoláo	Inglez	1 {	19 qq. e 48 ℥ de despojos d'animaes	} 287\$000
Das ilhas de Santo Antão e S. Vicente nada se exportou neste trimestre.				

Mappa d'importação nas Alfandegas da Provincia de Cabo Verde, durante o primeiro trimestre de 1843.

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos importados</i>	<i>Valor em réis</i>
Villa da Praia	Portuguezes..	9	706 $\frac{1}{2}$ alm. ^s de vinho ou vinagre..... 15 alm. ^s d'agoar. ^{to} e licôr 41 $\frac{1}{2}$ alm. ^s d'azeite doce 30 $\mathbb{H}$ de coraes 54 qq. e 100 $\frac{1}{2}$ $\mathbb{H}$ de tecidos d'algodão 17 qq. e 11 $\mathbb{H}$ de couros em obra..... 163 chapéos..... 2 qq. e 83 $\mathbb{H}$ de fato feito 14 qq. e 14 $\mathbb{H}$ d'assucar e doce..... 26 qq. e 81 $\mathbb{H}$ de fructas seccas..... 125 pares de sapatos.... Drogas medicinaes..... 3 $\mathbb{H}$ d'ouro em obra..... 10 $\frac{1}{4}$ $\mathbb{H}$ de prata em obra 10 qq. e 73 $\mathbb{H}$ de metal em obra..... 1 q. e 99 $\mathbb{H}$ de papel... Diversos objectos.....	8:421\$000
	Americanos..	5	23 qq. e 75 $\mathbb{H}$ de tecidos d'algodão 2 qq. e 113 $\mathbb{H}$ de grossaria 33 qq. de farinha 14 qq. e 89 $\mathbb{H}$ d'arroz .. 4 qq. e 117 $\mathbb{H}$ d'ũto... 2 qq. e 20 $\mathbb{H}$ de tabaco.. 1 q. e 82 $\mathbb{H}$ de bolaxa .. 104 $\mathbb{H}$ de chá..... 2.000 telhas de páo..... Diversos objectos.....	1:317\$000

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos importados</i>	<i>Valor em réis</i>
Villa da Praia	Francezes ...	3	21 qq. de farinha 2 qq. e 31 $\mathbb{H}$ de tecidos d'algodão Diversos objectos.....	730\$000
	Inglezes.....	3	Diversos objectos.....	16\$000
Ilha de Maio	Belgas.....	2	5 qq. e 176 $\mathbb{H}$ de tecidos de linho 18 qq. e 32 $\mathbb{H}$ de tintas.. 14 qq. e 64 $\mathbb{H}$ de farinha 24 qq. e 96 $\mathbb{H}$ de vidros 4 qq. e 19 $\mathbb{H}$ de madeiras..... 97 $\mathbb{H}$ de generos coloniaes..... Diversos objectos.....	523\$500
	Americanos ..	3	681 qq. e 64 $\mathbb{H}$ de madeira..... 1 q. e 8 $\mathbb{H}$ de generos coloniaes..... 7 $\mathbb{H}$ de couros cortidos .. 27 $\mathbb{H}$ de farinha.....	1:099\$600
	Hollandezes..	1	5 qq. e 59 $\mathbb{H}$ de despojos d'animaes..... 19 qq. de farinha Diversos objectos.....	130\$000
Ilha do Fogo	Portuguezes..	2	30 alm. de vinagre 73 qq. de madeira..... 6 $\mathbb{H}$ d'obras de seda.... 65 $\mathbb{H}$ de chitas..... 3 qq. de farinha..... Diversos objectos.....	169\$000
	Americanos ..	3	10 qq. e 124 $\mathbb{H}$ de bolaxa Diversos objectos.....	80\$000

<i>Alfandega</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos importados</i>	<i>Valor em réis</i>
Ilha Brava	Portuguezes..	2	60 alm. ^s de vinho 8 alm. ^s de vinagre 12 moios de cal. Diversos objectos.	168\$200
	Americanos..	4	32.325 pés de taboado.. 44.000 telhas de páo. ... 14 qq. e 64 // de farinha Diversos objectos.	1:036\$760
Ilha da Boa Vista	Portuguezes..	6	473 alm. ^s de vinho e vinagre..... 2 qq. e 19 // de manteiga..... 35 // de retróz..... 6 qq. e 91 // de metaes em obra..... 111 // de couros cortidos 12 qq. e 36 // d'algodão manufacturado..... 62 // de calçado feito... 35 // de fiô de lã..... 15 qq. e 109 // d'arroz.. 2 qq. e 111 // de farinha 39 qq. e 8 // de cal e telha..... Diversos objectos.....	1:608\$000
	Inglezes.....	2	2 selins..... 2 qq. e 38 // d'algodão manufacturado..... 56 qq. e 95 // de madeira..... 109 qq. e 7 // d'arroz.. Diversos objectos..... Uma embarcação.....	1:832\$000
	Americano...	1	168 qq. de madeira.....	292\$000
	Hespanhol. ..	1	10 qq. e 50 // d'assucar	90\$000

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos importados</i>	<i>Valor em réis</i>
Ilha do Sal	Portuguez ...	1	3 pipas e 16 alm.ª de vinho 32 % de solla. Diversos objectos.	232\$400
	Hamburguezes	3	116 qq. e 48 % de batatas 254 garrações, com 14 qq. e 60 % 3 qq. de farinha 171 qq. e 92 % de palha Diversos objectos.	354\$038
	Hollandez ...	1	Diversos objectos.	1\$360
Ilha de S. Nicoláo	Portuguezes...	3	7 qq. de tecidos d'algo- dão. 106 qq. e 68 % de madei- ras e obras della. 2 qq. e 51 % de despojos d'animaes 6 qq. de metaes Diversos objectos.	776\$000
	Inglezes.	2	45 qq. de madeiras. 3 qq. de farinha Diversos objectos.	180\$000
	Americano...	1	19 qq. de madeira e obras della Diversos objectos.	45\$000
I. de S. Vicente	Americano...	1	200 % de bolaxa 2 pares de sapatos.	10\$600
Na ilha de Santo Antão nada se importou neste trimestre.				

Mappa d'exportação das Alfandegas da Provincia de Cabo Verde, durante o segundo trimestre de 1843.

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos exportados</i>	<i>Valor em réis</i>
Villa da Praia	Portuguezes. . .	9	122 qq. e 127 ℥ de couros e pelles. 35 qq. e 100 ℥ de café e assucar 87 moios e 6 alq. ^s de milho e feijão 27 almudes d'aguardente. 35 moios de purgueira Diversos objectos	7:298\$000
	Inglezes.	6	232 aves. 9 alm. ^s de vinho 120 ℥ de tabaco Diversos objectos.	140\$000
	Francezes . . .	2	67 animaes vivos (aves). 18 almudes d'aguardente. 1 q. e 21 ℥ de tabaco	75\$000
	Hamburguez	1	72 aves. 120 ℥ de café 4 alq. ^s de milho	32\$000
Ilha de Maio	Dinamarquezes	2	140 moios de sal.	504\$000
	Hamburguez	1	140 moios de sal.	504\$000
	Bermez	1	45 moios e 30 alqueires de sal	163\$800
	Francez.	1	26 moios e 30 alqueires de sal	95\$400

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos exportados</i>	<i>Valor em réis</i>
Ilha do Fogo	Portuguezes...	3	116 moios de semente de purga..... 40 d. ^{os} de milho, feij. e fava 3 qq. e 90 % de café ... Diversos objectos.....	3:798\$000
	Americano...	1	Refrescos	21\$000
	Francez.....	1	Refrescos	3\$900
Ilha Brava	Portuguez...	1	60 moios e 25 ½ alq. ^s de cereaes .. 19 qq. e 12 % de despojos d'animaes .. 11 animaes vivos..... Diversos objectos.....	1:971\$105
	Americanos...	2	157 animaes vivos	49\$000
	Dinamarquez	1	42 animaes vivos	16\$000
Ilha da Boa Vista	Portuguezes...	3	14 qq. e 71 % de pelles 1 q. e 106 % de couros.. 12 qq. e 61 % d'arroz 3 qq. e 116 % d'asucar .. 1 q. e 92 % de pannos de lã .. 147 qq. e 104 % de correntes de ferro 30 qq. d'ancoras dito Diversos objectos.....	1:128\$000
	Inglezes.....	5	283 moios e 30 alq. ^s de sal 12 burros..... 80 % d'azeite de purga.. 857 qq. e 32 % de carvão de pedra.. 2 qq. e 85 % de taboado	615\$000

<i>Alfandeg</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos exportados</i>	<i>Valor em réis</i>
Ilha do Sal	Dinamarquezes	4	318 moios de sal.....	1.326\$400
	Suecos.....	2	216 ditos de dito.....	1.036\$800
	Hamburguezes	2	114 ditos de dito.....	547\$200
	Francezes ...	2	109 ditos de dito.....	532\$200
	Hespanhol...	1	72 ditos de dito.....	345\$600
I. de Santo Antão	Portuguez ...	1	2 pipas e 10 alm. ^s d'aguardente..... 68 qq. e 39 $\frac{1}{2}$ de café .. 5 qq. e 64 $\frac{1}{2}$ d'assucar 5 qq. e 70 $\frac{1}{2}$ de pelles.. 7 moios e 58 alq. ^s de milho..... Diversos objectos.....	1.060\$800
	Americano...	1	Refrescos	\$684
Ilha de S. Nicoláo	Inglez	1	15 qq. de despojos d'animaes	209\$000
	Americanos..	3	98 animaes vivos.....	18\$000
Da ilha de S. Vicente não houve exportação neste trimestre.				

Mappa d'importação nas Alfandegas da Provincia de Cabo Verde, durante o segundo trimestre de 1843.

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos importados</i>	<i>Valor em réis</i>
Villa da Praia	Portuguezes	10	22 pipas e 25 alm.º de vinho	11.211\$000
			4 pipas e 10 alm.º de goardente	
			2 pipas de vinagre	
			20 qq. e 61 % de pelles em obra	
			41 qq. e 101 % de tecidos d'algodão	
			7 qq. e 68 % de cera ...	
			8 qq. e 56 % de madeira em obra	
			3 qq. e 23 % de generos coloniaes	
			8 qq. e 96 % de ferro. ...	
			193 qq. de farinha	
			3 qq. e 86 % de sedas manufacturadas	
			1 q. e 120 % de lã manufacturada	
			4 qq. e 53 % de linho manufacturado	
			10 qq. e 25 % de papel	
			37 $\frac{1}{2}$ alm.º d'azeite doce	
			86.350 telhas de barro..	
			156 moios de cal.	
			1.143 barrotes	
			2.642 taboas	
			8 qq. e 118 % de metaes	
			3 qq. e 11 % de calçado	
			18 qq. e 64 % de cantaria	
			1 bote	
			Diversos objectos	

<i>Alfandeg</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos importados</i>	<i>Valor em réis</i>
Villa da Praia	Americanos...	...	8 qq. e 26 % de tecidos d'algodão 4 qq. e 52 % de farinha Diversos objectos.....	319\$000
	Inglezes.....	6	2 qq. e 103 % de manteiga e queijo..... 38 qq. e 155 % de ferro 15 qq. e 38 % de tecidos d'algodão 1 q. e 3 % de tecidos de lã 3 qq. e 107 % d'oleo de linhaça 1 q. e 22 % de prezuntos 6 alm. ^s de cerveja..... Diversos objectos.....	1:695\$000
	Francezes...	3	64 % de tecidos d'algodão 14 qq. e 32 % de farinha Diversos objectos.....	159\$000
I. de Maio	Bremez.....	1	13 qq. e 111 % de vidros Diversos objectos.....	133\$000
Ilha do Fogo	Portuguez...	1	18 alm. ^s de vinho.....	30\$000
	Francez.....	1	6 % de fato feito.....	5\$000
	Americano...	1	7 qq. e 54 % de bolaxa, arroz e farinha.....	56\$000
Ilha Brava	Portuguezes..	2	Ferramentas..... Pelles e couros..... 44 duzias de taboas..... 18 alm. ^s de vinho..... 32 alm. ^s de vinagre....	139\$100
	Americanos...	3	123 % de tecidos d'algodão 18 qq. e 46 % de farinha Diversos objectos.....	175\$673

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos importados</i>	<i>Valor em réis</i>
Ilha da Boa Vista	Portuguezes. .	2	10 pipas e 14 alm.º de v.º 2 pipas e 9 alm.º d'aguardente..... 2 pipas de vinagre. 17 alm.º d'azeite doce .. 13 qq. e 73 ℥ de tecidos d'algodão 12 qq. e 90 ℥ de tecidos de linho..... 4 qq. e 15 ℥ de solla e couros em obra..... 94 qq. e 18 ℥ de madeira 17 qq. e 15 ℥ de cobre. . 18 qq. e 48 ℥ de farinha 6 qq. e 122 ℥ de papel.. 3 qq. e 33 ℥ de ferro. . 64 ℥ de fato feito, de panno 24 ℥ de seda..... 15 ℥ de retroz..... Diversos objectos.....	3.329\$000
	Inglezes.	2	10 qq. e 15 ℥ de ferragens 1 q. e 127 ℥ de folha de cobre..... 2 qq. e 62 ℥ de cabo alcatroado..... 78 ℥ de cassas..... 1 q. e 10 ℥ de manteiga 9 ℥ de lâzinhas..... 94 qq. e 16 ℥ de mogno 205 qq. e 100 ℥ de lenha 16 qq. e 16 ℥ d'arroz .. Diversos objectos.....	620\$000
	Hamburguez. .	1	12 qq. e 42 ℥ de farinha e bolaxa 1 q. e 3 ℥ de queijo e carne fumada 4 ℥ de charutos..... Diversos objectos.....	143\$000

<i>Alfandegas</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º dena- vios</i>	<i>Principaes objectos importados</i>	<i>Valor em réis</i>
Ilha do Sal	Portuguez ...	1	1 pipa e 12 alm. ^s de vinho 8 alm. ^s d'agoardente.... 10 alm. ^s de cerveja.... 6 alm. ^s de vinagre..... 4 alm. ^s d'azeite doce.... Obras de seda 1 peça de cotim..... Solla e couros em obra.. 1 peça de chita..... Metaes em obra..... Tecidos de lã..... 10 chapéos..... Diversos objectos.....	536\$900
	Americanos ..	2	1 q. e 82 % de manteiga de vacca 90 % de manteiga de porco 7 qq. e 64 % de bolaxa.. 44 barricas de farinha de trigo 4 barricas de farinha de milho 9.150 pés de taboado... Diversos objectos.....	656\$200
	Hamburguez ..	1	25 % de bolaxa 20 % de presunto	5\$000
	Sueco.....	1	50 % de bolaxa	2\$000
Santo Antão	Americano...	1	24 % de tecidos d'algodão 96 % de bolaxa e arroz..	3\$360
I. de S. Nicoláo	Inglez	1	33 qq. e 58 % de metaes 12 qq. e 119 % de vidros Diversos objectos.....	537\$000
	Americanos ..	3	19 qq. e 80 % de farinha 1 canôa..... Diversos objectos.....	255\$000

<i>Alfandeg</i>	<i>Nações</i>	<i>N.º de navios</i>	<i>Principaes objectos importados.</i>	<i>Valor em réis</i>
Ilha de S. Vicente	Americano. . .	1 {	6 qq. de bolaxa. 2 barricas de farinha.	44\$720 }

INDICE

DAS MATERIAS CONTIDAS NA PARTE OFFICIAL

DA

TERCEIRA-SERIE

DOS

ANNAES MARITIMOS E COLONIAES.

	Paginas
	3
Dezembro de 1842.....	17
Janeiro 1843.....	58
Fevereiro.... ».....	93
Março ».....	145
Abril ».....	193
Actos do Governo Maio ».....	225
Junho ».....	243
Julho..... ».....	251
Agosto..... ».....	263
Setembro.... ».....	271
Outubro.... ».....	291
Novembro... ».....	311
anteriores a Dezembo de 1842..	21
	102
Noticias estatisticas de Macau...	24
Suas importações e exportações	
em 1840.....	30
Item em 1841.....	35
Item em 1842.....	284
Noções historicas dos Estabeleci-	
mentos de Solor e Timor.....	64
Documentos ultramarinos	73
Memória resultante do inquerito	118
industrial de Timor (1842) ...	171
	213
Importações e exportações das Al-	
fandegas de Cabo Verde, no se-	
gundo semestre de 1842 e pri-	
meiro de 1843.....	323

	<i>Paginas</i>
{ No 1.º de Janeiro de 1843 ----- Fevereiro .. » ----- Março..... » ----- Abril..... » ----- Maio..... » ----- Junho..... » ----- Julho..... » ----- Agosto..... » ----- Setembro .. » ----- Outubro... » ----- Novembro.. » ----- Dezembro.. »	44 63 167 170 212 242 249 262 270 283 303 322
Navios do Estado em ar- mam. ^{to} e seus destinos	
Projecto de organização do Corpo d'Engenheiros Navaes e sua respectiva Escóla	53
Regulamento da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar	204
Relatorio apresentado pelo Sr. Ministro de Marinha, na Ca- mara dos Srs. Deputados, na Sessão ordinaria de 1843...	45
----- sobre o orçamento da receita e despesa das provincias ultramarinas (resumo)	161
Tratado de amisade, commercio e navegação com a Porta Ot- tomana.....	304

PARTE NÃO OFFICIAL.

SESSÃO SOLEMNE ANNUAL

DA

ASSOCIAÇÃO MARITIMA E COLONIAL DE LISBOA,

Em 23 de Janeiro de 1844.

PELAS onze horas da manhã começaram a reunir-se, na sumptuosa sala do risco do Arsenal da Marinha, os Membros desta Associação, e logo o Sr. Presidente, o Ex.^{mo} Sr. Vice-Almirante, Antonio Manoel de Noronha convidou a corporação d'Armada Nacional, e os Socios presentes para irem receber e comprimentar Sua Magestade ElRei o Sr. D. Fernando II, Protector d'Associação, apenas chegasse.

A Companhia dos Guardas Marinhas, foi collocada de guarda de honra a Sua Magestade no centro da sala, e guardava as suas avenidas: as tripulações dos navios de guerra formaram em linha, pela extensa galeria, tendo á sua frente os seus Officiaes, e respectivas bandas de musica. Pelas escadas e atrio, haviam alas do Batalhão Naval e outra guarda de honra deste corpo com bandeira e musica, foi collocada dentro do Arsenal da Marinha á porta do edificio, onde Sua Magestade deveria apear-se. Todo o pavimento acima referido era alcatifado, e todos eram em grande uniforme e luzimento.

Á uma hora e cinco minutos da tarde entrou Sua Magestade no Arsenal da Marinha, e logo os Ex.^{mos} Sr.^s Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, Vice-Almirante Presidente d'Associação, Major General d'Armada, Inspector do Arsenal da Marinha, Officiaes d'Armada, e Socios O foram receber e acompanhar até ao Throno, ricamente armado na mencionada sala.

Ao lado esquerdo do Throno em lugar distincto, estava o Eminentissimo Sr. Cardeal Patriarcha de Lisboa; o qual pre-

viamente fôra recebido e introduzido na sala, com a etiqueta e consideração devida á sua Pessoa e á sua Alta Dignidade, pelos Sr.^s Major General d'Armada, Inspector do Arsenal da Marinha, Primeiro Secretario d'Associação Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo, outros Socios, e Officiaes d'Armada.

Os Ex.^{mos} Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, Ministros d'Estado Honorarios, Antonio Aluizio Gervis d'Atouguia, José Ferreira Pestana, Antonio José Maria Campello; Barão de Sarmento, Ajudante de Campo de Sua Magestade, Ministro Plenipotenciario do Imperio do Brasil, e os Sr.^s Commandante e Officiaes do brigue de guerra Francez = *Volage* = occuparam os lugares que lhes eram reservados; os Ex.^{mos} Bispos Eleitos d'Angola e de Lamego; Presidente do Tribunal Commercial de Segunda Instancia; varios Membros das Camaras Legislativas, d'Associações scientificas; e um grande numero de pessoas distinctas, que a Associação convidara, entre as quaes se contavam o Sr. Marquez Camillo Pallavicino, se achavam presentes.

Logo que Sua Magestade subio ao Throno, o Sr. Vice-Almirante Antonio Manoel de Noronha, se dirigio a pedir-Lhe a devida venia para abrir a Sessão, a qual sendo benignamente concedida por Sua Magestade, e occupando o mesmo Sr. Vice-Almirante a mesa com o Secretario Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo, e o Sub-Secretario o Sr. Feliciano Antonio Marques Pereira, dissé: = Sua Magestade ElRei o Sr. D. Fernando II, Permite que se abra a Sessão Solemne annual do anno de 1843. = Está aberta a Sessão. = E logo o mesmo Sr. Presidente leu o discurso, que ao diante se segue.

Finda a sua leitura deu a palavra ao Secretario, Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo, que leu o relatorio dos trabalhos d'Associação no dito anno, e apoz este ao Sr. Sub-Secretario Feliciano Antonio Marques Pereira, e aos Socios os Sr.^s Antonio Lopes da Costa e Almeida e José Tavares de Macedo, para lerem as peças litterarias que ao diante se transcrevem; findas as quaes o Sr. Presidente, obtendo de novo venia de Sua Magestade, declarou levantada a Sessão.

Sua Magestade Tendo-se Dignado prestar a mais benevola attenção a todas estas leituras, ainda se demorou algum tempo a fallar com o Em^{mo} Sr. Cardeal Patriarcha, Ministro do Brasil, e com os Socios e mais pessoas que tiveram a honra de beijar-Lhe a Mão; e com a affabilidade que Lhe é propria, a todos significou a Sua Real approvação a este brilhante acto; assegurando, que nos seguintes annos continuará a honrar e felicitar esta Associação com a Sua Augusta Presença, por cuja distincta graça os Socios que a escutaram e receberam, outra vez beijaram a Régia Mão.

Eram tres horas e um quarto quando Sua Magestade se retirou: o mesmo cortejo com que Fôra Recebido, o acompanhou até ao côche. = O Secretario, *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo*.

Discurso pronunciado pelo Ex.^{mo} Sr. Vice-Almirante, Presidente d'Associação, Antonio Manoel de Noronha.

MUITO ALTO E MUITO PODEROSO SENHOR:

AINDA nos corações de todos os Membros d'Associação Maritima e Colonial de Lisboa soam aquellas honrosissimas expressões, com as quaes Vossa Magestade, despedindo-se de nós na Sessão Solemne de 1842, Se Dignou dar um publico e irrefragavel testemunho, de que esta Associação soubera merecer a gloria de apresentar-se na Augusta Presença de Vossa Magestade, seu excelso Rei e Protector; e da valiosa conta em que Vossa Magestade Aprouve tomar os seus primeiros trabalhos e esforços pelo bem publico; Promettendo, em distincto apreço e premio delles, voltar a escuta-los hoje, e a receber os nossos ardentes votos pela dilatação do esplendor da Corôa Portuguesa, no feliz reinado de Sua Magestade, Nossa Legitima Soberana, a Senhora D. Maria II, e pela felicidade da Patria; unicos objectos da espontanea dedicação d'Associação, em cujo nome me pertence a subida honra de depositar, ante o Throno de Vossa Magestade, estes seus mui puros sentimentos.

Vossa Magestade, que assim Distinguirá a Associação Maritima e Colonial de Lisboa. em a sua primeira Sessão Publica e Solemne, Volta hoje em desempenho da promessa que Fizerá, avivar, e dar maior brilho a esta nobre empreza; e a accender em nosso peito o sagrado fogo, que imprime o conhecido amor e protecção, que Vossa Magestade Se Apraz tributar ás Sciencias, e a todas aquellas Corporações, Sociedades, e pessoas que pela cultura dellas, buscam engrandecer e illustrar o nosso rico e abençoado territorio; e que a Associação Maritima, qual outra cautelosa vestal, não deixará esmorecer, menos pelo risco da pena imposta á desditosa, em cujas mãos acabar, do que pela nodoa de ingrata, ou depreciadora das honras e graças, que da Real Munificencia ha recebido. E se a narração dos trabalhos, Senhor, que agora vai ser respeitosamente submettida á Sabia Consideração de Vossa Magestade não satisfizer completamente aos desejos e á expectação de Vossa Magestade, humilde e acatadamente diremos: « que se circumstancias, que sempre vem através de todas as « Instituições nascentes, os têm talvez empecido, não poderão « ellas jámais extinguir, nem ainda afrouxar o zêlo que Vossa « Magestade inspira, e todos os Associados nutrem pelo fiel « cumprimentó do seu Programma. »

Senhor, a prova do que aoabo de referir está nas actas e nos Annaes da Sociedade, que regularmente se tem publicado, onde só encontramos obras portuguezes, producções do engenho e saber de nossos Socios; os quaes tendo com as armas e letras distinctamente servido a Patria e o Throno, vêm em horas de repouso, estudar e discutir o modo de felicitar e engrandecer tão caros e sagrados objectos: e a lista de nomes intimamente ligados ás virtudes nacionaes, de nomes por muitos titulos respeitaveis, que no decurso deste anno têm vindo associar-se-nos, é seguro garante d'um lisongeiro provir, e de que esta Associação avança e não retrograda; que ella edifica e não morre; porque na protecção de Suas Magestades e do Seu illuminado Governo, tem tambem por certo o mais efficaz e poderoso auxilio.

É o systema das Associações aquelle, que mais fructifica, e que mais e maiores bens esparge entre os povos; a expe-

riencia veio entre nós mostrar, o que era já um axioma em economia politica, desde que um Principe sabio e verdadeiramente liberal legou aos Portuguezes o pleno exercicio de todas as Suas faculdades. As Sociedades litterarias e scientificas são como as commerciaes, um deposito de cabedal dos associados, o qual movido e manejado pela industria e sagacidade de cada um, lhes adquire nas primeiras, o lucro da instrucção e conhecimentos uteis, que os socios se communicam; e nas segundas, os de suas especulações bem calculadas; derramando uns e outros por toda a terra a abundancia, proveniente de suas diligencias, e segundo os fins de cada Sociedade.

Não é nova entre nós a instituição de Sociedades litterarias e philantropicas; em differentes tempos ellas têm florecido no nosso Reino, e com ellas as artes e as sciencias. A Marinha Portugueza as teve, reinando a Senhora D. Maria I, no mesmo local, que agora occupamos; e eu poderia apontar muitos institutos de recente data n'esta nossa terra, e o aperfeiçoamento d'outros bem antigos, só tendentes ao melhoramento social, e que são de muitas e bem fundadas esperanças.

Empreender a favor da Patria cousas grandes nos excitou sempre e em todos os tempos o amor que ella nos merece; foi este amor que deu os brios a um Nuno Alvares Pereira, que inspirou o immortal Infante D. Henrique, que despertou enfim a intrepidez e valor d'um Gama, d'um Albuquerque, d'um Castro e outros, em quem, bem disse o Cantor Luso, *poder não teve a morte*; e foi ainda este amor patrio, que dando berço áquellas instituições, gerou tambem esta Associação, que tão desinteressadamente procura dar ás nossas Possessões Ultramarinas, aquelle grão de prosperidade, de que ellas são crédoras, e á Marinha Portugueza o seu antigo lustre: porque em fim Senhores, não haverá ahi coração Portuguez, por mais apoucado e duro, que não arranque um gemido, ao vêr e contemplar sobre os mappas tantos mares, enseadas, angras e costas, só dos Portuguezes descobertas e exploradas, hoje esquecidas por taes adulterações acinte praticadas, pelos mesmos a quem primeiro abrimos as portas do Oriente, com assombro universal.

Ninguem ha ahi que ignore, como a Marinha Portugue-

za, que desde o começo da Monarchia deu provas de gentileza, fazendo logo celebre o nome de D. Fuas Roupinho, pela gloria da *primeira maritima victoria*, junto ao Cabo d'Espichel, em o dia 29 de Julho de 1108, foi em tempo dos Senhores D. Sancho I, D. Affonso II, e nos seguintes reinados, considerada e augmentada, como indispensavel a um paiz de extenso littoral, e protectora do commercio, que já antes se fazia. No reinado do Senhor D. Diniz ella chegou a grande auge, o que foi causa, que governando seu Filho o Senhor D. Affonso IV, nenhuma Nação nos levava a palma em pericia naval, e a começarem-se as primeiras empresas ultramarinas dos Portuguezes, a que depois o immortal Infante D. Henrique deu completo desenvolvimento, e no feliz reinado do Senhor Rei D. Manoel, subiram ao ponto que todo o mundo sabe e admira.

Seria longo pretender agora referir todas as acções e serviços prestados pela Marinha Portugueza nos seculos 14.º e 15.º, bastará porém dizer como Maltebrum, que então *eram os Portuguezes reputados como os primeiros navegadores do seu seculo; e que Portugal occupava então o primeiro lugar entre as potencias maritimas*. Bastará repetir os nomes de *Ceuta, Alcacer sequer, Arzila, Tangere*; trazer á memoria o commercio, que nas costas e ilhas Africanas faziam os Portuguezes; a fundação do Castello de S. Jorge da Mina; o descobrimento do Congo, Cabo da Boa Esperança, e notar finalmente que a melhor parte das enseadas e portos maritimos, desde o Cabo de Correntes até ao Japão, estava em poder dos Portuguezes, ou por elles era frequentada: que de Sofala até Cantão foram os pontos principaes occupados por feitorias e fortalezas Portuguezas; e que em uma extensão de mais de 4:000 legoas afóra as ilhas entre Madagascar e as Moluccas, os Portuguezes faziam um commercio immenso, e Lisboa se tornou um dos maiores e mais ricos emporios do commercio do mundo, para o que ainda mais contribuiu o descobrimento do Brasil, na America meridional, e o da Terra Nova de Côte Real e ilhas adjacentes, na America septentrional. Por toda a parte as armas Portuguezas eram temidas e respeitadas; porque o seu poder naval era grande: Damião de Goes refere na sua His-

toria de Portugal, que *ElRei o Senhor D. Manoel trazia communmente 300 náos nas suas conquistas d'Asia, Africa, e America.*

Mas se toda esta gloria e grandeza da Marinha Portugueza se anniquillou no longo e infausto periodo da sujeição a Castella; se Portugal, por aquella lei que dispõe dos Imperios, teve a mesma sorte, porque passou Carthago, Grecia, e Roma; se já lá vão eras afortunadas, nunca de todo se desterra lusitano esplendor; e não fallecem brios em peitos Portuguezes. Muito nos resta ainda dessa passada gloria, Possessões conservamos como padrões indestructiveis; outras, cujo commercio é de extraordinaria vantagem; e á Marinha Portugueza pertence ainda a importante missão de cooperar activa e essencialmente para os beneficios, que estas Possessões de nós esperam para o seu melhoramento, e para o engrandecimento de Portugal. Os rendimentos dos dominios Africanos, ensina a historia, foram por muitos annos a principal renda da Corôa Portugueza, que com elles se enriqueceu, e pôde fazer as conquistas do oriente e novo mundo; é preciso não esquecer tão ricas Possessões; mas só á Marinha é dado fazer que ellas com nosco formem uma só familia. Sem Marinha essas Possessões serão para nós mesquinhas e estereis: baldadas serão as nossas diligencias por felicita-las, se as nossas esquadras não portegerem as suas praias, e o seu commercio, fazendo respeitar o nome e a bandeira Portugueza; se as suas communicações com nosco não forem frequentes e seguras. Em fim Senhores, sem Marinha não podem haver dominios além do mar, a prosperidade destes depende essencialmente dos navios, que lá vão buscar os ricos productos do seu sólo abundantissimo e da sua industria, e lhes levem os de que carecem.

Este pensamento, Senhores, não é tambem novo, é resultado dos ligeiros quadros historicos que tracei, da experiencia das Nações colonisadoras, e demais já reconhecido pelo Alvará da Senhora D. Maria I, de 30 de Junho de 1798, que mandou crear, neste Arsenal, a Sociedade Real, Maritima, Militar e Geographica para o desenho, gravura, e impressão de cartas hydrographicas, geographicas, e militares; em cujo preambulo se manifesta, que o fim daquella Sociedade era ampliar

os conhecimentos, que têm uma connexão mais immediata com a grandeza e augmento da Marinha Real e mercante; e a extensão das luzes de que depende o mais exacto conhecimento de todos os dominios ultramarinos, para *poder eleva-los ao melhor estado de cultura*; e promover as communicações interiores, e favorecer o estabelecimento de manufacturas, que se naturalizem facilmente, achando situação territorial, que mais lhe convenha: tanta é a ligação que a Marinha tem com a prosperidade das colonias, que áquella Sociedade cumpria propalar os conhecimentos uteis a uma e outra.

Portanto Senhores que tão nobremente vos dedicaes a felicitar as Provincias Ultramarinas, e a suscitar a vantagem que ellas podem dar ao Estado, tende sempre a par dos bens que promoveis, o engrandecimento da Marinha de guerra e mercante. Olhae para o que ella foi, e attendei que sois os descendentes dos que primeiro ensinaram a navegar as Nações do mundo, e que sem Marinha não ha dominios além do mar. Pedi á Nossa Excelsa Soberana todos aquelles melhoramentos de que a navegação e a Marinha Portuguesa carecem; e contaes com o prompto deferimento desta supplica; porque os exemplos de Seus Augustos Predecessores não são perdidos: no impulso que Sua Magestade Se tem Dignado dar ás construcções navaes, e no incremento da Marinha de guerra, cujo movimento e sensível progresso estamos vendo, ha sobeja prova de que a Mesma Augusta Senhora Tem em Sua Alta consideração Resolvido mais este meio de fazer felizes os povos Seus subordinados.

Resta pois, Senhores, consignar aqui um distincto tributo de gratidão á Soberana, e a Seu Real Esposo, que a Nação felicitam, e esta Associação tem sobre modo Honrado e Ennobrecido, por muitas graças e não equivocas demonstrações do Seu Real Agrado.

Senhor, a Associação Maritima e Colonial de Lisboa, cujos fins e esforços hão merecido ser de Vossa Magestade benevolamente apreciados, altamente reconhecida ás honras e mercês, que do Throno ha recebido, desempenha nesta solemne occasião o seu mais sagrado dever, fazendo ardentes votos pela longa duração e gloria do feliz reinado de Sua Magestade a

Rainha, pela de Vossa Magestade, e Real Prole, que o Ceo prospere.

Relatorio lido em 23 de Janeiro de 1844, na Sessão publica e solemne d'Associação Maritima e Colonial de Lisboa, pelo Secretario Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.

SENHORES. — Passou o quarto anno da instituição desta nobre e distincta Associação, e ferteis recordações nos deixa; porque o seu gyro foi brilhante e luminoso. — Collocado neste lugar pelo vosso suffragio, cumpre-me, n'ausencia do vosso primeiro benemerito Secretario, fazer o elogio historico do illustre finado, tão revestido e ornado d'acções famosas; e posto que eu não possua as qualidades proprias para este desempenho, a Associação votou, e ao seu voto é mister obedecer reconhecido: buscarei portanto traçar em simples, mas verdadeiro quadro, os serviços relevantes do anno decorrido; e serei feliz se conseguir manifesta-los, quaes elles foram, para o vosso nome levar ao templo da Memoria.

O anno quarto d'Associação Maritima e Colonial correu, como o augurára o faustissimo dia 31 de Dezembro de 1842, em que pela primeira vez foi vista gosar a muito subida honra, que hoje outra vez a arrebatá e ennobrece, pela Presença Augusta de seu Magnanimo Protector e Excelso Rei, o Senhor D. Fernando II.

Naquelle dia festivo, e de feliz recordação nos fastos desta Associação, vós ouvisteis, Senhores, deste lugar referir com saber profundo e dicção sublime, pelo nobre Presidente, e pelo digno Secretario que me precede, a historia de um pensamento eminentemente nacional, que soccorrido do vosso patriotismo, fez lançar os primeiros fundamentos ao protentoso edificio que haveis levantado; e em cujo aperfeiçoamento trabalhaes com inimitavel ardor, para dar á patria os bens, que de tão gloriosa e desinteressada empreza tem a esperar.

Importante e variada foi Senhores a narração, então submettida á vossa consideração, que bem mereceu de todos os que a escutaram: singular e vantajosa era já a opinião que

esta Associação adquirira; e lisongeiro é para mim, ter de annunciar-vos, que desde esse dia ella tem subido á sua maior gloria; porque com tão poderosos incentivos, os seus esforços redobram, novos e conspicuos Socios vieram auxilia-los; e a tanto brio e zelo corresponderam os mais prosperos resultados; porque a Associação Maritima e Colonial de Lisboa só tem por timbre — O engrandecimento da patria; e por divisa — O desejo de ser util — *Talent de bien faire.* —

Senhores, o maior elogio que eu posso tecer ás lides scientificas do anno findo, e o mais nobre estimulo para proseguirdes em o vosso estremado empenho, está nas honras e graças com que Sua Magestade a Rainha, e Seu Augusto Esposo, Se Hão Dignado distinguir esta Associação; no conceito em que o seu illustrado governo ha tido as suas fadigas; e na benevola aceitação de todas as Corporações e pessoas insignes, como vou relatar.

Não-podia a Associação Maritima e Colonial de Lisboa, que tão exuberantes provas tem dado da sua veneração, amor e fidelidade ás Augustas Pessoas de Suas Magestades, deixar de receber com vivo interesse a proposta de seu Secretario Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo, a fim d'enviar no sempre feliz dia natalicio da Soberana, e de Seu Excelso Esposo, uma deputação de seu seio depôr aos pés do throno a pura expressão da sua lealdade. O Sr. Presidente elevou por mediação do Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar ao conhecimento de Suas Magestades, os respeitosos desejos d'Associação, e esta teve a ventura de os ver acolhidos no afortunado 4 d'Abril do anno findo, Concedendo-lhe Sua Magestade a Rainha a inapreciavel honra, e graça especial de a admittir na Sua Real Presença, logo depois da Deputação d'Academia Real das Sciencias, e pelo mesmo modo que esta insigne corporação costuma ser recebida naquelles solemnes e festivos dias. A tão alta mercê e distincção correspondeu o enthusiasmo, e grato reconhecimento com que a Associação a recolheu no seu coração, e mandou gravar nas suas actas. A deputação não foi portanto circumscripta a numero certo e determinado; mas composta de todos os Socios, que desejaram unir-se ao seu Presidente; e assim ella foi numerosa, luzida e brilhante; e deu

testemunho authenticico do quanto a Associação se gloriava, de haver obtido este seguro e honrosissimo penhor da Real Consideração e Munificencia. Outros não menos distinctos terei ainda de indicar-vos.

Ainda que os assumptos estudados e discutidos no anno findo, não foram muitos, não deixaram de ser graves, e de summa importancia para o paiz; nem muitos podiam tratar-se, attento o limitado numero de sessões marcado nos estatutos, e a gravidade dos que se discutiram: todavia a Associação soube augmentar meios de ser util, e o foi em realidade.

Sendo o seu programma perscrutar as causas da decadencia das provincias ultramarinas, e como faze-las prosperar; a Associação conheceu sempre, que as primeiras fontes da prosperidade dos povos dimanam do ensino do Evangelho, e da instrucção publica: as maximas sublimes da moral evangelica tem sempre conduzido ao bem da humanidade: a instrucção é a base sobre a qual se firma a civilisação dos homens, de cujos bons costumes depende a felicidade publica; mas estes só se alcançam por meio da educação tanto civil como religiosa. Foi pela convicção destes sólidos principios, e em desempenho daquelle programma, que desde as primeiras publicações desta Associação, se viram as memorias de seus Socios os Srs. Conselheiro Antonio Maria Couceiro sobre a prégiação do Evangelho em Africa, e do Desembargador Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo sobre a educação publica nos Estados da India: e ás propostas destes para o estabelecimento de seminarios, ou para a reforma dos existentes, em uma e outra parte, vós desteis séria attenção. Sabei pois, Senhores, e com prazer vo-lo annuncio, que estes desejos tão dignos de vos, tão dignos desta Sociedade scientifica e philantropica, foram plenamente satisfeitos pelo Decreto de 30 de Janeiro de 1843, no qual S. Magestade houve por bem crear uma Commissão, presidida pelo Virtuoso e Sabio Prelado da Igreja Luzitana, o Eminentissimo Sr. Cardeal Patriarcha de Lisboa, Respeitavel Membro desta Associação, e composta de varões conspicuos, entre os quaes se contam outros benemeritos Socios, á qual encarregou propor os meios mais convenientes, para se levar a effeito o estabelecimento

de seminarios no Ultramar; e de um neste reino, onde possam habilitar-se mestres para aquelles. Por esse mesmo tempo o Sr. Conde das Antas, hoje nosso digno Socio, mandava proceder á necessaria reforma dos seminarios de Goa; tanto prova o acerto e opportunidade das idéas, que ácerca de tão importante objecto, esta Associação foi a primeira a suscitar, e do conceito em que as teve o Illustrado governo de Sua Magestade.

Ainda mais; na India tem o seu actual Governador geral Interino, o Sr. Joaquim Mourão Garcez Palha, estabelecido, por Portaria de 8 d'Agosto de 1843, uma aula da lingua maratta, que se reclamava na segunda das supraditas memorias, para bem do Estado. O Sr. Conde das Antas havia determinado em o seu plano de reforma dos seminarios, o estabelecimento das aulas das linguas ingleza, tamul, mouro e indostana indispensaveis para os que se dedicam ás missões, como naquelle escripto fôra ponderado.

Os trabalhos mais notaveis e importantes de que a Associação se occupou, no anno decorrido, foram tendentes, o primeiro a chamar a attenção do governo de Sua Magestade, sobre a quebra de credito, e mais inconvenientes que a navegação portugueza tem soffrido, pela falta da execução das leis, que regulam a habilitação legal dos pilotos mercantes; e a procurar o systema mais adequado para se conseguir a perfeição delles, sem encarecer a navegação. — O segundo achar as bases sobre que convem se organisem companhias mercantis e agricolas para as diversas possessões ultramarinas; a fim de se sollicitar do governo de Sua Magestade, e do Corpo do Commercio portuguez a organização de taes companhias.

O primeiro destes trabalhos, que uma Commissão fôra já, em resultado d'antecedentes discussões, encarregada de coordenar, maduramente se reflectio, e discutio em differentes sessões. Ninguem desconhece, Senhores, quanto uma providencia é reclamada neste sentido. O Decreto de 17 de Dezembro de 1836 occorreu já ao estado vergonhoso, (diz o relatorio que o precede) em que os navios mercantes muitas vezes appareciam no estrangeiro, quanto aos seus papeis de bordo: a discussão

aqui mostrou claramente, que a habilitação dos pilotos ordenada pela legislação vigente, quasi abandonada, é essencialmente necessaria para a segurança das vidas e fazendas que lhes são confiadas; para o perfeito desempenho dos deveres e obrigações, que o Codigo Commercial Portuguez exige dos capitães e pilotos dos navios mercantes; e para o credito da bandeira portugueza, muitas vezes depreciado pela ignorancia de alguns, nascida do desprezo da legislação respectiva; e assim tendo em muita conta o estado da nossa navegação, em concorrência com a das outras nações maritimas, a Associação emittio o que lhe pareceu mais adequado levar a effeito, sem as despesas, multiplicidade de habilitações, e perda de tempo, que talvez tenham influido para o mal, que procura desviar.

O segundo proposto pelo Socio o Sr. Conselheiro José Joaquim Lopes de Lima, obteve como era d'esperar as sympathias desta Associação; porque enfim é chegado o tempo de Portugal olhar sériamente para as suas, ainda mui vastas, possessões ultramarinas; não só pelo que lhes deve, como por propria conveniencia: porque cultivando-as as enriquece, e os rendimentos publicos crescem, a população augmenta, e a insalubridade das terras diminue: promovendo as emprezas mercantis, a industria se cria, os commodos da vida, cuja falta tanto é para sentir em todas aquellas possessões, irão adoçar o rigor de climas geralmente temidos; e os productos d'agricultura, da mineração e da industria hão de obter prompta sahida, pelo desenvolvimento da navegação, e os direitos das alfandegas augmentarão consideravelmente; e apoz tudo isto virá aquelle grão de prosperidade, que essencialmente contribuirá ao da metropole. — Uma Commissão composta dos Srs. José Joaquim Lopes de Lima, João Maria Ferreira do Amaral, José Tavares de Macedo, Joaquim Antonio de Moraes Carneiro, e Feliciano Antonio Marques Pereira, foi incumbida de examinar a proposta, e apresentar as bases sollicitadas; e no seu erudito parecer impresso em o 10 numero da 3.^a serie dos Annaes Maritimos e Coloniaes, tem estes Senhores o elogio, de que seus nomes são crédores, por este novo testemunho das suas luzes e devoção patria.

Mas a Associação reflectio na historia, que o systema por

seculos seguido na Europa de negociar por companhias, e mórmente nas colonias, causou a sua ruina, e a das metropoles; que Portugal assentando feitorias nas suas conquistas, e fortalezas que as defendiam, onde o commercio era livre, como os negociantes fossem portuguezes, o Estado recolhia os direitos e os impostos, e extraordinarios lucros se estendiam a todos os que viviam do commercio, e á metropole; ainda em tempos mais proximos em que entre nós vogou o systema das companhias, ellas não vingaram: investigar portanto as causas destes sinistros; discernir as razões d'apreciar e de regeitar hoje as companhias; a existencia de Tratados ha pouco celebrados com potencias estranhas; e outras sérias e importantes ponderações, levaram a Associação a considerar esta materia em todas as suas faces, e com o criterio e gravidade que ella impõe. A Associação desejou vê-la discutida pela imprensa, e mandou publicar o Parecer da Commissão nos seus Annaes; quiz ouvir todos os seus Socios, e especialmente aquelles que possuem conhecimentos praticos e locaes dos paizes, de cujos interesses se trata, e dar em tudo a maior amplitude e acerto á sua discussão; e por isso fez que o parecer impresso fosse á mão de todos os Socios, e a cada um notificou os dias para os debates: não foram elles indifferentes a este patriotico chamamento, e jámais as sessões desta Associação foram tão numerosas e brilhantes, como naquellas em que este assumpto tem sido discutido.

A Associação abraçou a idéa das companhias agricolas e mercantis, como nimiamente proveitosas ao estado actual das nossas possessões ultramarinas. Para chegar a este accordo, ao campo da discussão veio a historia das colonias e do seu commercio: as doutrinas dos melhores e mais seguidos economistas foram reflectidas: ponderou-se o bem e o mal, que das grandes companhias se tem seguido; as causas que o originaram. A presente condição das provincias ultramarinas não foi esquecida, nem os meios mais proprios de as fazer prosperar deixaram de ser lembrados: e as especialidades de cada uma se consideraram detidamente para resolver depois a importante questão, a qual dellas convem as companhias? Onde agricolas? Onde mercantis? Onde ambas, ou nenhuma? A negação

às companhias de qualquer ingerencia no governo e administração do paiz, é ponto unanimemente assentado. — Em fim, Senhores, esta discussão tem corrido profunda e solemne; e o zelo e rigor com que a Associação estuda e discute este assumpto, reputar-se-ha um dos seus melhores e mais valiosos serviços.

Se estes que venho de referir foram os mais importantes tópicos discutidos no anno decorrido, outros objectos de igual transcendencia foram resolvidos.

Por indicação do Socio o Sr. Joaquim José Falcão, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, caviada á Associação, em Officio da mesma Secretaria d'Estado, foi nomeada uma Commissão composta dos Srs. Antonio Lopes da Costa e Almeida, Joaquim Maria Bruno de Moraes, Antonio Justino Machado de Moraes, Albano Antero da Silveira Pinto e Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo, para colligir toda a legislação, que se acha dispersa relativa á Marinha e ao Ultramar, a fim de ser impressa nos Annaes, chronologica e seguidamente.

Discutio-se e foi approvada uma proposta do Socio Secretario Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo, para pedir-se a todos os Governadores do Ultramar, a publicação pela imprensa, de uma tabella de todas as alterações, que annualmente occurram nas pautas das respectivas alfandegas; e outra de todos os productos d'agricultura e industria de cada paiz, e dos seus preços correntes. O interesse de similhante publicação é tão obvio, que ocioso seria demonstra-lo, e nesta conformidade se tem expedido os officios necessarios.

Igual pedido teve lugar, approvada outra proposta, enviada pelo Socio honorario o Sr. Commendador Antonio Barão de Mascarenhas, Consul Portuguez em Bristol, para se obter e publicar em os Annaes a estatistica de todas as embarcações que se empregam no commercio do reino e dominios, suas lotações, numero de marinheiros, e mais circumstancias conexas, como está em uso por todas as nações maritimas civilisadas. O Sr. Joaquim Mourão Garcez Palha, actual Governador Geral interino dos Estados da India, tem lisonjeado esta Associação, assegurando-lhe em Officio de 20 de No-

vembro ultimo, ter expedido as ordens convenientes para satisfazer a estes pedidos.

Uma Commissão especial composta dos Srs. Antonio Lopes da Costa e Almeida, Antonio Gregorio de Freitas, e Feliciano Antonio Marques Pereira, tem a seu cargo coordenar um repertorio de todos os perigos, baixos e escolhos, que os roteiros noticiam, e as cartas tem marcado nos mares navegaveis, para ser gratuitamente distribuido ás pessoas, a quem o seu conhecimento interresse. A Commissão se occupa desveladamente desta util tarefa, e ao Sr. Feliciano Antonio Marques Pereira pertence a honra de a haver proposto.

Outra moção deste distincto Socio, tendente a promover a plantação e cultura da amoreira, e a criação do bicho da seda nos Estados da India, foi adoptada com a consideração, que não era possivel recusar, sem desconhecer a valia desta industria, e o quanto deve ser proveitosa a um paiz falto de recursos, onde a amoreira cresce espontanea, e é sempre frondosa: attendendo porém, entre outras cousas, ao pouco amor daquelles povos a trabalhos que lhes são desconhecidos, entendeu a Associação, que existindo em Goa uma Sociedade agricola, muito conviria excitar o seu patriotismo a este nobre empenho, e assim deliberou rogar á *Sociedade patriotica d'agricultura dos baldios das Novas Conquistas*, para em as suas terras fazer os necessarios ensaios, e pelo seu exemplo e influencia crear este abundante germen de riqueza: e é d'esperar, Senhores, que aquella benemerita Associação, de quem o paiz tanto tem a esperar, cuja instituição é devida ao ultimo, e um dos melhores Vice-Reis da India, e primeiro Presidente desta nossa Associação, o Sr. D. Manoel de Portugal e Castro, e cujo melhoramento muito efficazmente promoveu outro nosso digno Socio, o Sr. Conselheiro José Joaquim Lopes de Lima, durante o seu governo naquelles Estados, e á qual Sua Magestade Se Dignou dar a consideração e estabilidade de que é merecedora, confirmando seus estatutos, por Decreto de 4 d'Outubro de 1843, se prestará de boa vontade ao convite que lhe foi dirigido, acompanhado da proposta em questão. — Cabe aqui annunciar, em próva da importancia do assumpto, e do discernimento com que foi votado, que o actual Governador de Damão o Sr. Ra-

fael Florencio da Silva Vidigal, Membro desta Associação, querendo melhorar a condição dos povos seus subordinados, tem com felicidade effectuado uma grande plantação d'amoreiras naquelle districto, da qual se esperam vantagens para todo elle, e para o reino.

Em Officio da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar de 22 de Maio ultimo, veio remettida á Associação uma memoria impressa por Mr. Alfred Jeffery, sobre os usos da cóla marinha, de sua invenção, pedindo-se um parecer ácerca da sua conveniencia, ou se publique o que se julgue necessario. Á Secção de Marinha Militar, pertenceu o exame desta memoria, e no juizo que emittio, a declara verdadeiramente maravilhosa para ligar intimamente duas ou mais peças de madeira, que nenhuma força é capaz de desligar, depois de unidas com este grude; é por isso de summa utilidade no fabrico dos mastros dos navios: concluindo por pedir se mande vir uma porção para ser experimentada no Arsenal da Marinha; por quanto do seu preservativo contra os vermes e plantas, que atacam o forro e logares mergulhados dos navios, não ha provas sufficientes. A Associação votou por este parecer, como meio indispensavel para cabalmente satisfazer ao que lhe fôra exigido; e assim espera brevemente poder dar juizo seguro de um invento, que a produzir todos os effeitos, que o seu autor lhe attribue, e alguns escriptos em parte confirmam, será de uma valia acima de toda a expressão.

Outros assumptos ficaram ainda para tratar-se, e delles os mais essenciaes são o que tem por objecto formar o systema d'organisação militar, que mais convem á marinha do Estado; e á construcção de uma dóca em Damão: quanto ao primeiro, ninguem melhor que vós, Senhores, o póde avaliar: o segundo é uma necessidade local, um desejo por vezes manifestado pelos habitantes daquelle estabelecimento, que vendo perdas as suas tecelarias, sem agricultura e sem commercio, olham para as suas bem reputadas construcções navaes, como o unico meio de salvação. O governo da India colheria vantagem, aproveitando-se Damão desta arte, para o que parece a natureza o collocára. A primeira destas propostas, apresentada pelo Sr. Antonio Gregorio de Freitas, pende dos trabalhos de

uma Commissão especial, da qual são Membros os Srs. João Pedro Nolasco da Cunha, Pedro Alexandrino da Cunha, Antonio Gregorio de Freitas, José Maria Vieira, José Joaquim Alves e João Maria Ferreira do Amaral. A segunda do Secretario Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo está na Secção de Marinha Militar, ouvida já a do Ultramar.

A esta Secção foi tambem remetida outra proposta deste Socio, pedindo a nomeação de Commissões d'inquerito agricola, industria! e de commercio em todas as capitaes do Ultramar, e onde mais convenham aos importantes fins de taes Commissões.

Não se limitaram, Senhores, as tarefas d'Associação ao circulo dos debates, e á arena da discussão: em seus escriptos ella ha mostrado, como segue o seu programma; e os Annaes Maritimos e Coloniaes redigidos sob a sua direcção, que já contam 35 numeros em 4 volumes, tem neste anno recebido sensivel melhoramento.

Ao Sr. Joaquim José Falcão Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, deve esta Associação grande parte da riqueza que os Annaes encerram. S. Ex.^a, ardentemente dedicado a promover tudo quanto possa felicitar as possessões ultramarinas e engrandecer a Marinha Portuguesa, testemunha ocular dos trabalhos d'Associação, e por isso conhecedor dos desejos que a animam, não duvidou enriquecer as suas publicações com o que na Secretaria d'Estado a seu cargo houvesse de geral interesse; e em Officio de 10 de Janeiro de 1843, dirigido ao Sr. Visconde de Sá da Bandeira, então presidente da Associação, offereceu todos os documentos estatisticos, que são periodicamente enviados das provincias ultramarinas, de cuja publicação resulte vantagem para o publico, e auxiliar a impressão desta e mais parte official, pela utilidade que d'ahi provirá. Esta interessantissima offerta foi cordealmente aceita e agradecida, e os Srs. Vice-Presidente João da Costa Carvalho, e Sub-Secretario José Tavares de Macedo foram logo nomeados, para d'accordo com o Official maior da sobredita Secretaria d'Estado, escolherem as peças a publicar, como no mencionado Officio era indicado: a Associação tem em consequencia adquirido valiosos documentos,

que os Annaes vão publicando, e entre os já alli impressos não deixareis, Senhores, de muito apreciar a collecção de Leis, Decretos e Portarias, que se vão promulgando para o Ultramar, e para a Marinha:

A muito curiosa memoria da Ilha de Timor, pelo seu Governador, o Sr. Tenente Coronel Frederico Leão Cabreira, precedida de uma noção historica daquelle estabelecimento, pelo Sr. Sub-Secretario José Tavares de Macedo; producções que muito honram, e alto attestam o saber, e amor patrio de seus illustres autores.

Os interessantes mappas estatísticos do porto e commercio de Macão, e os das ilhas de S. Thomé e Príncipe nos vieram da mesma parte: e se o Sr. F. L. Cabreira se fez crêdor dos maiores encomios, pela abundante luz que veio derramar de uma possessão tão longinqua, quanto importante e digna de attender-se e ser melhorada; e pelos preciosos mappas estatísticos de que exornou a sua memoria, prestando assim um serviço incalculavel ao paiz; não é menor aquelle prestado pelo Sr. José Maria Marques, Membro desta Associação, e actual Governador das Ilhas de S. Thomé e Príncipe pelos dados positivos que tem fornecido, para conduzir a melhorar a mesquinha condição de seus habitantes.

Além disto, Senhores, a Associação gloria-se de ter occupado as paginas dos seus Annaes com obras e feitos puramente nacionaes e de honra nacional; tão rica e fertil é esta nossa terra lusitana d'acções famosas, e primores de genio: e se acaso a sua lição nem sempre for recreativa, ella será de recordações singulares, util para a historia, e agradavel aos eruditos e amadores das cousas portuguezas.

Os principaes trabalhos de distinctos Socios, que no anno findo hão sido estampados nos Annaes, são a rica e preciosa *Memoria sobre o pinhal de Leiria, e suas madeiras e productos resinosos*, pelos Srs. Francisco Rodrigues Batalha, e Francisco Maria Pereira da Silva. Este primoroso trabalho acompanhado da planta daquellas matas, e dos fornos do alcatrão; mereceu louvor tal, que a Associação a deu logo á imprensa, para conhecimento daquelle manancial de riqueza nacional, e do merecimento e serviço espontaneo dos illustres autores desta me-

moria ; aos quaes a Associação votou, unanime, o devido elogio e agradecimento.

Ao Sr. Sub-Secretario Feliciano Antonio Marques Pereira, são devidos iguaes louvores pelo seu scientifico artigo, de marinha intitulado = *Vapór e vélas, simultanea ou alternadamente.*

O Sr. Joaquim Antonio de Moraes Carneiro fez um importante serviço, que muito o honra e a esta Associação, escrevendo a instructiva memoria, *sobre as Dioceses do Real Padroado no Ultramar*, com as summas e datas das Bullas Pontificias, que o reconheceram : á qual a Associação fez accrescentar para maior illustração, duas cartas geograficas dos districtos e limites de cada Diocese, que o Socio o Sr. Antonio Justino Machado de Moraes, seu proprietario, com a melhor vontade, permittio copiar. A Corôa e a Igreja Lusitana da Asia, avaliaram este patriotico e necessario esforço, em sustentação de seus indisputaveis direitos, adquiridos pelo valor, sangue, e ouro de nossos maiores, unicos fundadores e dota-dores das Igrejas d'Asia e d'Africa. Uma relação authentica de grande parte dos Conventos, Hospicios, Igrejas e Capellas do Real Padroado, que foram edificadas na India e ilhas Malaias, quasi todas á custa, ou com ajuda dos Senhores Reis de Portugal, extrahida da Secretaria do Governo da India, pelo Socio o Sr. Commendador Claudio Lagrange Monteiro de Barbuda, vem, como em prova do que fica exposto, e augmenta o valor desta memoria, que o seu autor acompanhou de algumas pastoraes de Prelados, e requerimentos originaes, que a christandade China tem dirigido a Sua Magestade a Rainha.

Finalmente a = *Memoria descriptiva e estatistica das possessões portuguezas da Asia* = pelo Secretario Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo, occupa ainda as paginas dos Annaes Maritimos : e se este extenso e minucioso trabalho vae longe da perfeição, elle merecerá talvez ser considerado o primeiro da India moderna, o qual corrigido por melhor penna, pouco deixará ignorado dos paizes, a cujo bem se dedica.

Senhores, o zelo e ardor dos vossos Consocios tem achado estreito e apertado o campo, que vos deixo patente, e lá fo-

ram espiritos sublimes, genios portuguezes revolver os seculos, e tirar do esquecimento em que jazem os primeiros titulos da pericia, e denodo de nossos maiores, as regras dadas aos descobridores portuguezes, e as noticias dos feitos, que seus nomes tanto sublimaram. Dir-vos-hei, Senhores, quem são os Varões prestantes, que tem enriquecido os Annaes, com preciosas collecções inéditas, para que sempre tenhaes seus nomes em grata recordação.

Ao Preclaro e Primeiro Ornamento da Igreja e da litteratura Portugueza, o Eminentissimo Sr. Cardeal Patriarcha, deveis a serie de documentos relativos á passagem por terra d'Angola a Rios de Senna, praticada pelos annos de 1806 a 1811. Não vem longe o tempo, em que melhor conhecendo os interesses, que podem colher-se de voltar sobre estas e outras explorações, já feitas, no interior d'Africa, outras se empreendam, promovendo o commercio, a civilisação, e trato dos povos, por onde houver de transitar-se, e que tão util nos deve ser.

As investigações e incansavel estudo do Socio, o Sr. Albano Antero da Silveira Pinto deve a Associação uma vasta e preciosa collecção inédita de documentos importantes para a historia da nossa navegação, descobertas e conquistas, extrahida do Archivo da Torre do Tombo, e de outros. A sua publicação foi principiada em o N.º 8 da 3.ª serie dos Annaes; e os amadores da sciencia diplomatica, que o Sr. Albano Antero distinctamente cultiva, saberão apreciar o seu laborioso empenho; que esta Associação, conhecedora da sua transcendencia e mérito, em muita conta o tem recebido. Entre estes documentos, teve o Sr. Albano Antero a fortuna de deparar, com o contracto concluido em 1518, pelo celebre navegador portuguez Fernando de Magalhães, com ElRei de Castella, o qual se não acha em escriptor algum nacional, e cedo se obterá em os nossos Annaes.

Por este modo o jornal desta Associação tem subido de reputação; e muito deve regosijar a nobre Commissão de Redacção e seus illustres collaboradores, a graciososa acceitação, que elle tem encontrado nas Camaras Legislativas, nos differentes Ministerios, de todas as Corporações scientificas, e

pessoas notaveis a quem tem sido offerecidos, e se mostra das actas d'Associação:

Tenho o prazer sobre todos, de annunciar-vos, Senhores, que a nossa nascente bibliotheca é consideravelmente augmentada e enriquecida, não só em numero de volumes; mas pela escolha e valor litterario das obras, com que ha sido brindada no decurso deste anno; e é aqui, que a Associação tem recebido demonstração honrosa, do quanto ha merecido do Governo de Sua Magestade, e das Corporações e sabios, que, por mais este modo, a tem exaltado e ennobrecido.

Por proposta do Sr. Sub-Secretario J. Tavares de Macedo, a Associação endereçou uma supplica a Sua Magestade, para haver do deposito das livrarias dos conventos extinctos, os livros que por ventura alli existissem, connexos com os seus estudos e trabalhos; e esta supplica foi promptamente deferida, Dignando-Se Sua Magestade conceder, por Portaria expedida pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, a autorisação necessaria; mandando que o Socio, o Sr. Commendador Antonio Lopes da Costa e Almeida fizesse a escolha, e recebesse por deposito os livros que á Associação possam aproveitar.

O Sr. Joaquim José Falcão, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, por Officio de 13 de Dezembro de 1843, em que propoz colligir-se toda a legislação dispersa relativa á Marinha e Ultramar, mandou remetter á Associação os Annaes Maritimos e Coloniaes de França, desde o começo desta vasta publicação em 1815, até ao anno de 1839 *inclusivè*; porque d'alli em diante os possui a Associação, que apenas existio, subscreeveu para este thesouro de sciencia, nos objectos e assumptos de que se occupa. O credito e interesse, que esta publicação gosa em toda a Europa, exprime melhor, que eu o posso fazer, a importancia do magnifico brinde. S. Ex.^a não contente em contribuir, por seu exemplo e coadjuvação, para a estabilidade e engrandecimento desta Associação, veio ainda por este modo, manifestar o apreço em que a tem; e os seus constantes desejos e esforços pela illustração e prosperidade da patria, que tão extremosamente o occupa. A Associação recebeu este singular testemunho de consideração, com muito especial e grato reconhecimento.

A distincta Academia Real das Sciencias de Lisboa, nos mimoseou com a preciosa collecção das suas memorias; e esta demonstração de benevolencia e estimação, vos disse Senhores, pelo seu illustre Secretario Perpetuo «era um tributo á efficacia com que cultivaes as sciencias, que podem «illustrar a nossa patria.» Um elogio tão insuspeito de uma corporação de sabios, a quem Portugal deve o que figura no orbe litterario, e por si mesma tão respeitada, devia necessariamente produzir a viva emoção, com que a Associação o escutou e agradeceu.

Outras respeitaveis Associações scientificas continuam a honrar-nos com as suas offertas; taes são o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, de quem se tem recebido a Revista Trimensal, e outros escriptos, em prova da sua deferencia, muito apreciada.

Da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, da Sociedade Promotora d'Industria nacional, e da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos uteis, tem vindo os seus instructivos e acreditados jornaes, que a Associação Maritima muito folga possuir, pelo seu reconhecido mérito, e como penhor da mutua consideração que deseja estreitar.

O nosso preclaro e muito distincto Socio honorario, o Sr. Visconde de Santarem, em uma honrosa missiva, offereceu á Associação os tres volumes do seu = *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza, até aos nossos dias.* = A deferencia, que a esta Associação tem provado em suas repetidas e preciosas offertas litterarias, um dos nossos mais insignes compatriotas, um dos mais celebres e abalisados litteratos da Europa, ornamento da patria, cuja gloria com admiração e inveja de nacionaes e estrangeiros, soube digna e triumphantemente revender na sua acreditada e erudita obra, com o titulo = *Recherches sur les pays situés sur la côte occidentale de l'Afrique* = junta aos nossos trabalhos certo gráo d'explendor, que não é possivel contemplar, sem vivo prazer, e nobre orgulho.

Ainda outro rico presente litterario recebeu a Associação

dos Rev.^{dos} P.^{es} do Collegio de S. José de Macáo, na importante collecção das obras impressas pelo Rev.^{do} P.^e Joaquim Affonso Gonçalves, contendo = *Os dictionarios China e Portuguez; e Portuguez e China.* — *Vocabularium Latino Sinicum.* — *Magnum Lexicon Latino Sinicum, Lexicon Manuale Latino Sinicum.* — *Arte China e Portugueza, alphabeto e grammatica* — *e grammatica Latina ad usum Sinensium.* = O relevante serviço feito ás letras; o profundo e laborioso estudo de uma lingua difficillima e quasi desconhecida, para coordenar e dispor obras de tão grande difficuldade e interesse, que nação alguma possui ainda tão completas, são sobejos e incontestaveis titulos, que o Sr. P.^e Gonçalves adquirio á memoria honrosa de seu nome, e á gratidão da patria, a quem lançou mais uma corôa de gloria, e salvou da censura de ser a primeira nação européa, que conheceu e tratou gente chinesa, e nada havia ensinado do seu desconhecido e prolixo idioma. O Sr. P.^e Gonçalves, que por estas raras e desejadas producções, a Academia Real das Sciencias condecorou logo com a qualificação de seu Socio correspondente, não poudé, por sua morte infausta, receber o tributo d'admiração, que esta Associação lhe votou: mas aos illustres offerentes daquella preciosidade litteraria, hoje os Srs. Bispo Eleito de Pekim D. João de França Castro e Moura, Bispo Eleito de Nankim D. José Joaquim Pereira de Miranda, Bispo Eleito de Macáo D. Nicoláo Rodrigues Pereira de Borja, e Superior do Collegio de S. José de Macáo Joaquim José Leite, deu a Associação pura demonstração de seus sentimentos, enviando a cada um destes Senhores, o diploma de Socio honorario, que só costuma dar ao merecimento, ou serviço distincto no sentido do seu programma.

Socios benemeritos e outras pessoas illustradas, tem feito á Associação valiosos donativos, cuja relação vos será patente; entre estes devo especialisar, Senhores, o vosso primeiro Secretario o Sr. Joaquim José Gonçalves de Mattos Corrêa, que lá mesmo, onde o serviço da nação o tem, (1) se não esquece desta Associação que muito ama; e ha pouco lhe enviou um

(1) No commando do brigue-escuna de guerra Tamega, estacionado em Monte Vidéu.

impresso interessante, contendo a legislação, e regulação das alfandegas das republicas do Rio da Prata; assegurando cedo remetteria muitas especialidades instructivas do commercio daquelles paizes, que util será conhecer.

A curiosa publicação das *== Instrucções com que El Rei D. José mandou passar aos Estados da India o Governador e Capitão General, e o Arcebispo Primaz do Oriente, no anno de 1774 ==* que o Socio o Sr. Commendador Claudio Lagrange. Monteiro de Barbuda fez imprimir em Goa, accrescentando-lhe muito importantes annotações das especialidades daquelle paiz, é um documento historico de summa importancia, que o Sr. Lagrange offereceu á Associação em prova do seu apreço; o qual por certo dá irrefragavel testemunho da sabedoria, e tacto governamental do ministro, cujo nome é da posteridade; e da riqueza das materias com que o mesmo Sr. Lagrange o illustrou.

Varias obras classicas chinezas, foram offerecidas pelo Socio o Sr. João Rodrigues Gonçalves; e pelo Sr. José Conrado Carlos de Chelmichi o 2.^o volume da sua *== Descrição geographico-historica da provincia das ilhas de Cabo Verde. ==*

O Sr. Commendador Antonio Barão de Mascarenhas, Consul portuguez em Bristol, e Membro honorario desta Associação, a quem generosamente envia todas as novas publicações, que encontra connexas com os seus fins, continúa esta prova dos seus vehementes desejos pela felicidade do seu paiz; e entre aquellas produções nos remette regularmente *== o Colonial Magazine ==* cuja assignatura tomou para brindar-nos.

O Sr. Francisco Adolfo Varnhagen augmentou a collecção de documentos inéditos que possuímos, com alguns outros, igualmente importantes, que teve a bondade de offertar-nos.

Estão lançados os primeiros fundamentos para um muzeu, e um gabinete de productos das provincias ultramarinas, devidos á sollicitude dos Socios os Srs. Pedro Alexandrino da Cunha, e Joaquim Antonio de Moraes Carneiro; e ahi contamos já algumas amostras do excellente algodão, e outros productos do novo estabelecimento de Mossamedes na Africa occidental; do sandalo de Timor; armas dos povos de Otaiti, e de outros, por donativo destes illustres Socios.

É para sentir, Senhores, que a Commissão permanente d'Estatistica desta Associação não tenha alcançado respostas categoricas aos quesitos, que enviou a todos os Governadores e autoridades do Ultramar, devido talvez ás repetidas mudanças daquelles Governadores; o que tem de algum modo paralizado os importantes e necessarios trabalhos desta laboriosa Commissão: mas tendo-se approvado uma proposta do seu Secretario Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo, para dar-se a todos os Socios residentes no Ultramar, ou que para alli vão, um *album*, no qual lancem o resultado das suas observações, sobre os quesitos, que ao mesmo *album* devem acompanhar, confia a Associação depressa obter uma copiosa collecção de sua lavra, que ajudada do inquérito agricola, industrial e commercial já tambem proposto, nada deixará a de-sejar em um assumpto, que fórma a base mais importante de seus trabalhos.

Todavia minuciosos e uteis conhecimentos vieram á Associação no anno decorrido, nas respostas dadas aos sobreditos quesitos, pelos Srs. André Pinheiro da Cunha, Capitão da Companhia movel, e Commandante do presidio de S. José d'Encoge, e Agostinho e Cunha d'Oliveira, Chefe do Golumbo Alto, relativas aos seus districtos, na provincia de Angola: dos Srs. Brigadeiro Rodrigo Luciano d'Abreu de Lima, Governador de Diu, e Major Manoel Corrêa da Silva Araujo Governador de Damão; e cedo espera receber as do Governo geral da India, que a uma Commissão encarregára esses trabalhos; e as que respeitam ás ilhas de Timor e Solor, que o seu Governador o Sr. Tenente Coronel F. L. Cabreira, em Officio de 16 d'Agosto de 1842 promettera enviar. Mas de todos os trabalhos que aqui respeitam deverei, Senhores, fazer-vos particular e especial menção de um excellente mappa estatistico das comarcas de Goa, Salsete, e Bardez nos Estados da India, conhecidas pelo nome de provincias da Velha ou Antiga conquista, que elaborou e offereceu no seu original, o Sr. Commendador Claudio Lagrange Monteiro de Barbuda, o qual é perfeito, quanto o podem ser, obras de tal natureza e tão completo, como outro ainda se não vio daquellas comarcas. A Associação o mandou lithographar para o dar ao publico, de

cujo trabalho se encarregou espontanea, e gratuitamente o Sr. Commendador Antonio Lopes da Costa e Almeida.

Muitas e curiosas noticias das provincias, denominadas das Novas Conquistas nos mesmos Estados da India, até aqui ignoradas na Metropole, se obtiveram tambem pelas annotações ao impresso, com que ha pouco occupei a vossa attenção, devidas ao zelo, estudo e investigações do Sr. Lagrange, que tão acertado uso fez da sua posição no logar de Secretario do Governo geral da India.

Aos conhecimentos, que já possuimos, do archipelago de Cabo Verde, accrescentamos hoje a estatistica das suas alfandegas até ao fim do anno de 1842, em excellentes mappas, que a Associação recebeu do seu Socio, o Sr. José Maria de Sousa Monteiro, Secretario do Governo daquella provincia.

O quadro do pessoal d'Associação Maritima e Colonial de Lisboa, tão abundante e honrado de nomes illustres por suas luzes e serviços, e pela sua posição social, foi neste anno extraordinariamente enriquecido. Vinte e oito Varões distinctos nos vieram reunir, e ajudar com o seu talento e sabedoria, além dos quatro a quem foi enviado o diploma de Socios honorarios, em tributo de respeito e gratidão. Já vos annunciei Senhores, quem estes eram; quanto aos outros bastará dizer-vos, que elles são do maior prestigio pela gloria que alcançaram nos campos de Bellona, nos altares de Themys, na cultura das letras e por egregio nascimento.

Todavia não é a ventura terrena para ser isenta de vecisitudes, e este brilhante quadro as soffreu, que mais ha coração para sentir, que talento para referir. Deploramos a perda de seis Socios; dois dos quaes se despediram de nós; e quatro foram ante o Tribunal Divino levar o tributo, que o Supremo Creador impoz á fraca condição humana. Estes foram:

O Sr. José Xavier Bressane Leite, Chefe d'Esquadra, Membro do Supremo Conselho de Justiça Militar, e ultimamente Governador geral d'Angola, onde falleceu; era um dos benemeritos Socios fundadores desta Associação, da qual foi Vice-Presidente, e cujos trabalhos regeu, como quem jámais se poupára a fadigas para o bem do Estado, e muito a peito tivera esta instituição, a que gostosamente se dedicava. Acabou no serviço da patria, em que a vida gastára distinctamente.

A patria e esta Associação lhe serão gratas, pela publica manifestação de suas virtudes, que para mim ousadia seria superior a minhas pequenas forças, tentar agora descrevê-las.

Perdemos o Sr. Joaquim José Corrêa, Capitão de Mar e Guerra, Vogal substituto do Supremo Conselho de Justiça Militar: foi Governador da ilha de S. Jorge, e um dos fundadores desta Associação, que reconhecida a este serviço, e admiradora das virtudes, que este seu digno Socio ostentou, nos postos e logares a que o seu merito o elevou, sentidamente lamenta a sua perda.

O Sr. Luiz Duprat era uma das mais mimosas flores e das maiores illustrações do fôro moderno portuguez: um Philosopho profundo, Jurisconsulto sublime, Orador eloquente, e Advogado probo, ainda no viço da vida, era das mais queridas esperanças litterarias. Amava no fundo d'alma todas as Associações scientificas, algumas instituio, de quasi todas era alumno. A Associação Maritima e Colonial o contava no seu seio, como um de seus primeiros genios.

O Sr. Conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá, que por muitos annos foi Official Maior da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, Chronista das provincias ultramarinas, de que tinha muito vastos conhecimentos, litterato distincto e cidadão virtuoso, é de uma perda irreparavel para todas aquellas corporações, que cultivam as sciencias, que elle muito amava.

Bem quizera; Senhores, deixar ahi pregão eterno das acções e virtudes de Socios tão abalisados; mas fallece-me o engenho, e tem limites este escripto: todavia proferir neste logar seus nomes, é tecer o seu elogio.

Senhores, o estado prospero desta Associação é ainda attestado pelo quadro lisongeiro das suas finanças, que este anno bem excedeu aos anteriores, pois que a sua receita subio á quantia de 973\$490 réis effectivos, e 126\$240 réis a realisar, total 1:099\$730 réis. — Estes fundos são o producto de joias e mensaes pagos pelos Socios, e da venda dos Annaes Maritimos e outros impressos, que neste anno importou na consideravel somma de 246\$640 réis: e ainda este grão de

prosperidade é devido á efficacia com que o Sr. J. J. Falcão Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar promove o bem publico, auxiliando a impressão da Parte Official, pela compra de 100 exemplares de cada numero, que faz remetter para o Ultramar, e mais partes onde é conveniente.

Importou a despeza, quasi toda absorvida pela impressão dos Annaes e diversos mappas e plantas, que elles contém, em 879\$860 réis. É o saldo existente 219\$870 réis.

Ao acrisolado zelo da Commissão Administrativa, e do Socio Thesoureiro o Sr. Joaquim Maria Bruno de Moraes, é devido o credito e boa arrecadação dos fundos d'Associação, cuja fiscalisação tem constantemente promovido.

Concluirei, Senhores, chamando a vossa benevolencia a nomes respeitaveis, e por muitos titulos crédores dos vossos applausos; e especialmente pela sua efficaz cooperação, e assiduidade em tornar florescente, e estavel esta benemerita Associação. Os Srs. Presidente Antonio Manoel de Noronha, e Vice-Presidente João da Costa Carvalho, que pela regularidade, acerto, e decoro com que dirigiram as sessões, lhes deram maior brilho, e notavel impulso aos trabalhos. O Sr. Joaquim José Falcão, Presidente da Secção do Ultramar, tem, como Socio, prestado o soccorro das suas luzes; e como Ministro da Corôa, dado a vida que gosamos, cheia de honras, de prosperidade, e de vigor. — O Sr. João Pedro Nolasco da Cunha, Presidente da Secção de Marinha Militar, é um nome identificado com a Associação que installou, e a cujo zelo, auxilio, e esforços ella deve boa parte da sua existencia. Os Srs. Sub-Secretarios Feliciano Antonio Marques Pereira, e José Tavares de Macedo, tem pela sua assiduidade, aptidão, e luzes essencialmente contribuido para a boa, e prompta expedição dos negocios da Associação. O Sr. Joaquim José Cecilia Kol, Secretario da Secção do Ultramar, e mais dignos Membros que compõem as differentes Secções, têm por seu saber, e judiciosos pareceres muito coadjuvado os trabalhos, e contribuido para o acerto das decisões d'Associação. Ao Sr. Antonio Lopes da Costa e Almeida pertence o louvor pela boa ordem, e arranjo do archivo a seu cargo.

Acaso deverei ainda memorar outros nomes recommendaveis, por sua dedicação e serviços prestados á Associação? A sua ennumeração seria extensa. Um esquecimento involuntario poderia offender melindres que sei respeitar; e assim seja-me licito dizer unicamente, que a Associação Maritima e Colonial de Lisboa tem chegado ao gráo d'engrandecimento, e prosperidade que é patente; porque tem a gloria de mostrar, que o zelo pelo bem publico, puro, e desinteressado, é caracteristico de todos os seus distinctos Socios. = O Secretario *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo*.

Discurso lido em Sessão publica d'Associação Maritima e Colonial de Lisboa, pelo seu autor o Sub-Secretario Feliciano António Marques Pereira.

Senhores: — Fazer vêr aos amantes da historia o como os Condes da hoje bem pequena e modesta Guimarães, secundados pelos poucos cavalleiros do seu humilde feudo (cavalleiros da cruzada pelejando batalhas na propria terra) não só souberam, pelo seu milagroso valor, conquistar um reino, mas, em menos de tres seculos, sahir desse mesmo reino para descobrir mundos e conquistar mundos! Tarefa é essa que muitos nacionaes e estrangeiros teem, bem ou menos mal, desempenhado; e que além de ser pezada para as minhas limitadas forças, não virá por ventura a proposito para a occasião presente; dizer-vos porém, e mesmo demonstrar-vos se poder, que não foi o valor só quem produzio esta maravilha historica, mas que sempre o mesmo valor foi secundado por tudo quanto as sciencias podiam ter de mais positivo e util; e isto na época prematura em que as mesmas sciencias viviam clausuradas, ou em que mesmo os misterios de algumas, nem conhecidos eram; fazer-vos vêr, nesta tenue e incompleta dissertação em tão rico assumpto, que os cavalleiros da cruz, que tinham por patria o Tejo, o Douro e o Mondego, não só conquistavam reinos quando empunhavam as suas espadas fabricadas em Guimarães ou em Toledo, mas que tambem os sabiam reger sen-

tados em Côrtes dictando sabias e providentes leis, fazendo Rei ao mais sabio e mais valente, ou sulcando os mares desconhecidos, guiando-se pelo movimento dos astros ainda mais desconhecidos que os proprios mares que sulcavam! Tal é, Senhores, a minha pretensão.

Os prodigios intellectuaes precederam sempre no mundo Portuguez os prodigios do valor; e as conquistas e descobertas que fizeram grandes os nossos fortes e poucos avós, foram sempre uma rigorosa consequencia de uma não interrompida cultura das sciencias uteis e positivas.

Eu não abusarei da vossa paciencia, remontando-vos ao berço da monarchia e fazendo-vos admirar a politica do nosso primeiro Rei, que acabando de receber do Deos dos exercitos, na vespera da batalha de Ourique, o escudo de suas armas, recusou depois da victoria acclamar-se Rei em quanto as Côrtes o não ellegessem; mas, passado apenas um seculo, não posso deixar de vos apontar esse Numa Portuguez que, fazendo apreciar a patria aos guerreiros, edificou os alicerces do futuro imperio, estabelecendo a instrucção publica, luminosa fogueira que, quando bem ateada, devia forçosamente aclarar os primeiros horisontes do Oceano. Assim aconteceu, Senhores, e quando outro seculo tinha decorrido, Portugal estava preparado para a sua maior gloria; do seu gremio brotavam homens dados ás letras apesar das fadigas da guerra; o Rei, o escolhido do povo, não tendo já a quem reduzir na terra á obediencia, dominava os mares e capitaneando armadas até então pouco vistas, ia tomar cidades e espalhar o terror na Mauritania.

Taes eram já os fructos das sciencias cultivadas no fecundo sólo Portuguez!

De tal pae taes filhos se esperavam; e os Principes mais doutos da Europa, educados por sabios mestres, assaz comprovam o estado das sciencias em Portugal nessas épocas remotas; um delles, o preclaro D. Henrique, não contente com as muitas escolas que havia em todo o reino, e reconhecendo a necessidade de uma escola especial de Marinha, estabeleceu em Sagres esse farol resplandecente de sciencia, farol que em poucos annos descobriu novos mundos com o clarão de suas luzes

Assim decorriam estes felizes tempos em que a sciencia rivalisava com o valor, em que as descobertas scientificas não ficavam em meras theorias, mas eram seguidas logo por em-
prêzas coroadas de feliz exito.

Ah! Senhores, quanto nos deve arrebatrar a lembrança destas épocas de illustração e de gloria! Quanto nos devem maravilhar as descobertas em mathematica do Infante D. Henrique e de seus associados de Sagres, descobertas que applanaram os caminhos do aperfeiçoamento na astronomia, na hydrographia e na nautica!... E eram elles os discipulos de Newton ou de Descartes? Tinham elles bebido por ventura, os principios puros das sciencias que nós hoje tão limpidos bebemos?... Não, Senhores, tudo deveram a seus esforços intellectuaes, pois que investigavam as sciencias uteis com a mesma constancia com que exploravam os mares e as terras até então desconhecidas, e venciam suas difficuldades com a mesma preserverança e bravura com que sustentavam uma praça cercada de milhares de inimigos.

E não acrediteis que as sciencias cultivadas pelos Prtuguezes dessa época, eram sómente as que diziam respeito ao már e á guerra. Quando o grande D. João II diminuia os direitos das alfandegas com a intenção de dar maior incremento á industria commercial; quando dizia que a melhor maneira d'explorar as minas de oiro de Guiné, era levando-lhe objectos que os naturaes cobiçassem, pois para os obter, elles mesmos cavariam nas minas e dariam o oiro em troca, animando desta maneira a industria fabril: não era elle o discipulo, mas sim um dos mestres dos *Sismondis* e dos *Says*.

Finalmente, Senhores, esse brillantismo de gloria que Portugal obteve nos seculos 15.º e 16.º, e que tanto resplandece na historia, é todo devido ao prospero estado scientifico dessa época. Não eram as batalhas que crearam a necessidade dos historiadores, eram estes que enchiam centenares de paginas de seus proprios triumphos e de suas victorias: assim vimos cantadas em versos sublimes, as descobertas uteis á Marinha e suas viagens longas e arriscadas.

Mas Senhores, o fanatismo é o delirio da crença. Foi este que deu mate em toda a gloria desses seculos.

As sciencias exatas e proveitosas, fugiram com a aparição do monstro. Os Principes já não bebião na infancia a util e rigorosa mathematica; a intolerancia, o exterminio dos infieis, o Evangelho e o baptismo apresentado aos povos na ponta da espada, ou nas torturas da inquisição: taes eram os principios mais essenciaes de toda a educação. Miseraveis, que não sabiam que o Evangelho para ser crido basta ser escutado e entendido! E aquelles que o não crerem quando lhes fôr explicado, muito ganha em os perder o christianismo.

A educação dos povos levou o mesmo caminho que a dos Principes.

Tudo que havia de proveitoso e util nas nossas escolas começou a fugir e a desaparecer. A pura philosophia quer ser livre nas suas cogitações, e essa liberdade era alcunhada de herezia.

Corramos um véo sobre essas épocas do maior e mais atuado predomínio fanatico, em que a illustração e as sciencias viveram foragidas, e em que por consequencia só decahimos do nosso antigo poder adquirido com tanta gloria. Pesso-vos que me deixeis atravessar em silencio pelo meio dessa horrivel tormenta que por tantos annos affrontou o baixel da philosophia; e surgirei no meio do seculo passado, posto que os horisontes não estejam ainda bem claros, e que d'uma ou d'outra parte, sobre por vezes furioso o vento da tempestade. Nimia-mente extenso seria se vos quizesse mostrar uma fogueira da inquisição, que se acende e outra que se apaga. Só vos direi que entre nós tambem houveram Galileos que pedissem perdão ao santo officio, por terem dito que o sol estava fixo, e a terra é que girava.

As sciencias entraram depois a apparecer nos claustros, unico asylo que lhes restava, mas alli eram tão adulteradas, tão monopolisadas, que bem longe de servirem aos interesses da Patria, quasi sempre a prejudivam com intrigas e atentados politicos.

Foi em muito mais de meio do seculo passado, que se crearam as faculdades de mathematica e philosophia, na universidade de Coimbra; e daqui podereis, Senhores, concluir o descuido em que viveram, por tanto tanto tempo entre nós,

aquellas e outras sciencias que tanto tinham concorrido para a nossa gloria!

Vós sabeis, Senhores, que entre outros muitos serviços, é ao esclarecido Marquez de Pombal que a Patria é devedora da restauração das letras; e é desde a administração do mesmo que, melhorando-se o estado das sciencias, nós vimos tambem melhorar a prosperidade do paiz. E assim como o grande D. João II, deixou por sua morte tudo disposto para as nossas descobertas, conquistas e victorias no oriente: assim o illustre Ministro deixou tudo preparado para o grande desenvolvimento que depois tiveram as sciencias e a litteratura.

Mas de todas as instituições da moderna civilização, poucas ha que tenham pantenteado melhor resultado que as associações scientificas: tal foi o pensamento que deo origem á illustre Academia das sciencias que tantos serviços tem prestado ao paiz e cotidianamente lhes presta no progresso litterario.

E provam os factos que Portugal engrandecesse novamente com o progresso das letras?... Sim, Senhores; veja-se a administração interna do reino que chegou á melhoria que ainda não tinha alcançado; as nossas colonias medravam seguidamente, e mais que todas o vasto Brazil que começou a gozar da prosperidade com que hoje se ostenta; se o ocio e a paz tinham affrouxado e diminuido o exercito, não acontecia o mesmo á nossa Marinha de guerra que, louvores sejam dados a Martinho de Mello e Castro e a seu successor, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, chegou a uma força que talvez em tempo algum da Monarchia tinha sido tão consideravel.

Os males da nossa época, provenientes quasi todos desse grande terremoto politico que revolveu, parte do mundo, são por todos bem conhecidos. Talvez nenhuma das nações que sobreviveram a esta grande revolução, perdesse mais do que a nossa. Chegámos á situação em que a Providencia nos quiz collocar, talvez pertenda ella mostrar na historia futura algum exemplo ainda mais saliente dos milagres do incremento intellectual. Quanto a estes, Senhores, vós o vedes, elle é verdadeiramente lisongeiro e esperançoso; não ha profissão em que as letras possam ou devam ter cabimento que não esteja associada.

A associação Maritima e Colonial de Lisboa, seguindo a tendencia illustrada do seculo, tem feito quanto lhe é possivel no desempenho do complicado programma que adoptou, o que melhor podereis ajuizar do relatorio de seus trabalhos, que vos acaba de ser lido; mas o que mais que tudo manifesta evidentemente que a mesma Associação vai cada vez tomando mais calor em suas tarefas scientificas, é a regular publicação dos seus Annaes. As descobertas e melhoramntos mais notaveis da Marinha militar, alli são exarados; tudo que a sabedoria e a prudencia aconselham de mais util para o regimen governativo e progresso industrial das nossas colonias, alli vai occupando lugar; uma preciosa serie de noticias estatisticas das mesmas colonias vai, e continuará a ir seguidamente, sendo alli encontrada; muitos casos da historia das nossas navegações, descobertas e conquistas podem, pela leitura dos mesmos Annaes, ser sobejamente esclarecidos. O nosso illustrado Ministro da Marinha, possuido das melhores intenções e que já tem encetado grandes melhoramentos nas Possessões Ultramarinas, conhecendo quanto póde ser util uma publicação desta natureza, tem-lhe prestado efficazmençe a sua protecção.

Finalmente, Senhores, muito tem já feito esta Associação, e muito mais se fará se os illustres Socios continuarem a dedicar-se ao estudo das cousas de Marinha e das do Ultramar.

Memoria sobre a origem e progressos da geographia e immediata dependencia que tem da navegação, lida na Sessão publica da Associação Maritima e Colonial, pelo Socio effectivo Antonio Lopes da Costa e Almeida.

QUALQUER que fosse o estado selvagem dos primeiros habitantes do globo, o maravilhoso quadro da natureza deveria despertar nelles o desejo de reconhecer os variados objectos, que occupavam seus sentidos; a multiplicidade de phenomenos e accidentes desconhecidos, tanto no ceo como na terra, deveriam fornecer as primeiras bases dos conhecimentos geographicos; podemos por tanto considerar as idéas primitivas desta sciencia, envoltas na escuridade dos mais remotos seculos.

É porém (prescindindo da geographia attribuida aos *Hebreus*) entre os *Gregos* (900 annos antes da era vulgar) que encontramos nas poesias de *Homero* os primeiros traços geographicos; nas suas obras elle considera a terra plana, e contornada por um extensissimo mar, que denomina rio Oceano.

Hesiodo nos descreve as nascentes deste imaginado rio; *Herodoto* nos diz que os geographos daquelles tempos, assim desenhavam o seu *Mappa Mundi*; segundo *Hesiodo* suas nascentes deviam existir na extremidade occidental do mundo.

A falta de meios para verificar esta hypotese, deu motivo a que as regiões situadas além do horizonte vizual, fossem denominadas pelos antigos cosmographos, entrando mesmo os *Arabes* e *Mandigos*, *mar das trevas*.

O mundo que *Homero* imaginou, lemitava-se á *Grecia* e paizes da *Asia menor*; nos extremos occidentaes elle collocou o paiz dos *Cimeriens*, ou povos desgraçados que vivem em continuas trevas; e mais longe, além da influencia dos ventos, determinou a existencia do *Elisio* ou paiz afortunado.

Seguiram-se as extravagantes idéas dos *Macrobins*, homens de longa vida, a descripção das ilhas *Afortunadas*, a existencia da *Atlantide* e *Meropide*, a descripção da natureza maravi-

lhosa dos povos *Hyperborens*, a portentosa vista dos *Arimaspes*, e outras simillhantes tradições absolutamente fabulosas.

300 annos depois que *Homero* escreveu, a geographia principiou a adquirir o character de sciencia regular; a gloria desta empresa é devida á escola de *Talles Milesio*; o primeiro gnomon foi construido pelo seu discipulo *Anaximandro*, foi tambem por elle fixada a grandeza de 365 dias para o anno; e a terra principiou a ser considerada cylindrica, e nesta hypothese se traçou uma carta ou *Mappa Mundi*, onde o mundo se representava composto da *Grecia*, *Mediterraneo* e *Asia*, até á cidade de *Suza*; *Hecatee*, seu collega e patricio, correio esta carta, e compoz um roteiro dos terrenos nella representados.

Não foi geralmente assim considerada a figura da terra por alguns philosophos; *Leucipe* lhe deu a configuração cylindrica; *Heraclio* de um barco; alguns lhe assignaram uma forma cubica; *Xenofane* e *Anaximene* consideraram a terra como uma alta montanha de base ilimitada.

Este era o anomalo estado dos conhecimentos geographicos, quando por um notavel phenomeno appareceu o homem de genio extraordinario, o intrepido e incansavel viajante *Herodoto*, (445 annos antes da era vulgar) que tendo frequentado as escolas *egyptias* berço das sciencias, e viajado pela grande *Grecia*, (hoje *Italia meridional*) e explorado os terrenos até as vertentes do *Danubio*, corrido as costas do mar *Negro*, e atravessado a *Babilonia*, *Sythia* e *Ethiopia*, penetrou nos paizes situados ao N. do *Ponto Euxino*, e se instruiu das tribus que os povoavam, e depois avançou até ás nascentes do *Borystene* e *Tanay*; para a conclusão do plano faltou-lhe o reconhecimento da parte occidental da *Europa*, em que se comprehendia a *Gaula*, *Hespanha* e *Grã-Bretanha*.

A *Herodoto* se devem as primeiras descrições do mar *Caspio* e da *Jutland*, na sua classificação elle unio a parte occidental da *Polonia* á *Germania*, e a oriental á *Russia* para formar a denominada *Sarinathia europea*; este geographo unio o mar de *Azof* ao mar *Caspio*, e ao N. destes mares, collocou a vasta região da *Sythia*, cortada pelas montanhas *Hymaüs*; ao S. estabeleceu o paiz dos *Saques*, a *Sagdiana* e a *Batriana*, e além das montanhas situou *Scripe*; ainda hoje objecto de

questão entre os geographos modernos, porque uns como *Malte-Brun* a imaginam no *Tibet*, outros na *China*.

A geographia historica de *Strabon*, topographo exacto no que respeita á descripção da *Grecia* e *Asia menor*, nos fornece os documentos necessarios para ajuizar dos progressos que a geographia fez até á era vulgar; dos seus escriptos concluimos que, 430 annos antes da era vulgar, tinham apparecido os *Periplos* ou roteiros maritimos de *Pitheas* de *Marselha* e de *Hannon*, assim como os extractos das interessantes viagens de *Megasthenes* e de *Nearco*, e das expedições de *Elio-Gallus* e *Ptolomeo Evergete*, e das campanhas de exploração de *Eudoxo*, *Armidor* e *Agatherchides*.

Foi passados annos que *Alexandre Magno* encarregou ao engenheiro *Bitton*, de construir cartas geographicas, e formar roteiros, servindo-lhe de base as observações e calculos de *Nearco* e *Onesicrites*, Commandantes das frotas mandadas fazer reconhecimentos nas *Indias* e *Golfo Persico*.

Pelos annos 90 antes da era vulgar os *Romanos* principiaram a dedicar-se á geographia e hydrographia; então appareceu *Polibio Varron* e o geographo *Possidonio*; no tratado geographico de *Denys*, e na apreciada obra de *Sitio Orbis*, de *Pomponio Mella*, encontramos todos os monumentos historicos, donde se possa concluir qual a ordem e vantagens que resultaram das descobertas dos Romanos, no 1.º seculo da era vulgar; é ao celebre naturalista *Plinio*, que devemos o systema de geographia até então mais perfeito, porém sem que uma base mathematica fixasse as posições terrestres por observações astronomicas.

Foi pelos annos 100 a 170 da era vulgar, que dois distinctos astrónomos gregos descobriram os meios de dar á geographia bases scientificas, *Marino* natural de *Tyro*, pelos annos 100, e *Ptolomeo* pelos de 140 a 170; a geographia destes sabios, conforme temos noticia, se reduzio a uma taboa elementar e mathematica, onde é determinada a figura da terra, sua grandeza e posição relativa dos logares, com muito poucas notas historicas. É provavel que *Ptolomeo* tivesse composto um texto historico mais circumstanciado, e que se tenha extraviado; o que não tem duvida é terem servido as

cartas de *Ptolomeo* constantemente de guia aos navegadores e viajantes; que suas hypotheses foram até ao seculo 6.^o consideradas como as bases da geographia.

Os trabalhos de *Ptolomeo* foram baseados nas applicações da mathematica á hydrographia pelo grande *Hyparco*, e uso das cartas levantadas pelos *Phenicios*, relativas á costa d' *Africa*, e embocadura do *Indus*, e costa oriental do mar *Caspio*.

A decadencia do imperio do occidente pela divisão entre os filhos de *Theodosio*, deu o fatal golpe no progresso da geographia; esta parte do globo foi ameaçada pela sua total destruição; a *Inglaterra* se vio abandonada aos *Saxões*; a *Gaula* occupada pelos *Francos*; a *Hespanha* pelos *Vesigodos*; a *Africa* pelos *Vandalos*; *Roma* e *Italia* pelos *Herulles* ou *Ostrogodos*; e por fim as hordas fanaticas, debaixo da influencia de *Mahomet*, correndo outra parte do globo de victoria em victoria, tinham devastado todos os monumentos das sciencias, com quem se achavam em contacto; de sorte que nesta desgraçada época o homem era condemnado á ignorancia e á barbaridade; e o barbaro sendo vencedor, não perdoava ás artes e ás sciencias, que julgava inuteis aos seus fins; desta fatal época apenas nos restam os escriptos do celebre monge *Egipcio Cosme Indopleustes*.

O singular systema cosmographico deste autor é notavel, elle considerava o terra como uma vasta planicie, fechada por uma muralha que sustentava o firmamento em fórma de abobada; tal era a degradação a que tinham chegado os conhecimentos geographicos!

Porém com que admiração observamos serem na *Grecia* e *Asia* substituidos os ignorantes e barbaros chefes por *Arabes* illuminados, que não só deram abrigo á astronomia e geographia, mas reanimaram e cultivaram todas as sciencias.

É no anno 833 que o Califa *Memoun* fez medir pelos tres irmãos *Ben-Schaker* um grão de latitude no *Deserto* de *Sandgiar*, entre *Baca* e *Palmira*; e uma similhante medida perto da cidade de *Rufa* se empregou na determinação da grandeza da terra; entre os geographos *Arabes* que mais se distinguiram pelos seus escriptos notaremos

Abac-Izac que escreveu em 920.

Massudi autor dos conhecimentos geographicos em 947.

Ibn-Haukal no seculo 10.º

O Cherif *Al-Edrisi* ou *Abac-Abdalla* escreveu a historia da *Nubia* em 1153.

Al-Ouardi compoz uma geographia physica em 1232.

Hamdoullah geographo Persa seu contemporaneo.

Ismael-Albufeda ou *Abdulfeda* Principe de *Humah* na *Siria* compoz uma geographia universal em 1320.

El-Yakouli escreveu no seculo 12.º um diccionario geographico.

A estes geographos devemos a descripção de muitas terras, até então desconhecidas, e mesmo de algumas que ainda não poderam ser visitadas pelos geographos modernos; a elles devemos as mais exactas idéas dos desertos de *Sahára*, que quasi annualmente atravessavam com as suas caravanas, porém a *Nubia* e *Abyssinia* foram por elles sempre mal descriptas; não obstante os *Arabes* estarem então senhores da *Persia*, *Afgghanistan*, e das melhores provincias do *Indoustam*, o N. *Asiatico* foi mal determinado na idade media.

Durante o governo de *Carlos Magno*, principiou a animar-se a geographia; ensinou-se a mathematica e geometria, e até algumas formulas de logica; porém infelizmente as continuas guerras e repetidas incursões dos barbaros, sepultaram de novo a *Europa* central nas mais profundas trevas; os poucos escriptos de alguns monges indicam a mais crassa ignorancia, até dos limites do terreno que habitavam; então pertenceu aos *Normandos* e *Escandinavos*, piratas de profissão, occuparem-se por seu interesse na cultura da geographia e hydrographia.

Foi dos trabalhos destes navegadores que pelos annos de 872 a 900, *Alfredo* Rei de *Inglaterra* obteve o material para escrever a sua descripção dos paizes do Norte, principal documento geographico desta idade; além da qual apenas nos restam alguns roteiros e descripções feitas pelos Missionarios. Os extraordinarios esforços do celebre *Alfredo*, que fez a admiração do seu seculo, não poderam conseguir a reforma na moral daquelles povos; porque em 1157 ainda a *Finlandia* era privativamente habitada por selvagens empregados na pirataria.

A todos os viajantes e escriptores da idade media excede *Marco Paulo Veneziano*, que pelos annos 1271 a 1296 comprehendeu a arriscada viagem por toda a *Asia*, em que gastou 26 annos; as descripções, explorações e mais trabalhos deste infatigavel viajante, trouxeram importantissimas vantagens á geographia, e com ellas terminam os escriptos da idade media.

Notavelmente se enriqueceu a geographia com as descripções dos itinerarios das viagens que no 14.º e 15.º seculo fizeram *Pegollet* e *Oderie de Portenaw* á *China*, partindo o primeiro das margens do *Azof*, e o segundo das costas do mar *Negro*; é interessante o diario da embaxada de *Ruy Gonçalves Clavijo* a *Samarcand*; em *Madrid* se reimprimio em 1782 este documento historico; grandes esclarecimentos se obtiveram dos escriptos do *Allemao* de *Schildberger* publicados em 1427; e do itinerario de *Jozaphat Barbaro* enviado em 1436 a *Tana* pela Republica de *Veneza*.

Os *Portuguezes* quasi sós nesta terceira época da geographia, deram principio á protentosa e brilhante carreira das suas expedições maritimas, donde a hydrographia, geographia, mineralogia e botanica, e na generalidade todas as sciencias, commercio e navegação têm tirado incalculaveis vantagens; digo quasi sós, porque nessa época era insignificante a existencia da *Hollanda*, a *Inglaterra* apenas podia ser considerada como uma pequena potencia maritima nascente; e a *Hespanha* pouco se affastava das suas costas.

Para favorecer o espirito das descobertas dos *Portuguezes*, se vulgarisou neste seculo a notavel propriedade das barras d'aço magnetisadas, que facilitou a estes intrepidos navegadores os meios de desamparar as costas, e demandar o alto mar.

O limitado espaço desta memoria não permite que entre na questão da descoberta da bussola; porém ou sua prática na *China* conta uma antiguidade de 3.000 annos antes da era vulgar (como querem *Vossio* e *Thevenot*); ou partilhem os *Francezes* essa gloria pelos annos 1181, como deduzem do poema de *Guiot de Merville*; ou fosse trazida á *Europa* por *Marco Paulo Veneziano*, na sua volta da viagem á *China*, conforme affirma *Muschembrouk*; ou ultimamente se deva a *Flavio Gioja*, natural de *Pasitano*, proximo a *Almazi*, que consta reformára a

imperfeita *Calamita* adoptada na navegação do *Mediterraneo*, especialmente nas cruzadas; o que será inquestionavel na historia da bussola, é não se encontrarem provas da sua prática antes do seculo 14.º, em que os *Portuguezes* começaram suas descobertas.

Auxiliados por tanto os baixéis *Portuguezes* pela importante invenção da bussola, voam a pôr em prática seus arriscados planos.

João Gonçalves Zarco e *Tristão Vaz* descobrem em 1419 a ilha da *Madeira* e *Porto Santo*.

Gonçalo Velho Cabral aborda *Santa Maria* em 1432, e em 1450 estava reconhecido todo o grupo dos *Açores*.

Diogo Cam reconheceu as costas de *Guiné*, e avançou até ao rio *Zaire*, e em 1445 é reconhecido *Senegal*.

O immortal Infante *D. Henrique*, a quem o mundo deve o actual adiantamento em que estão os conhecimentos geographicos, e que instituiu em *Sagres* a celebre Academia, donde sahiram os intrepidos navegadores, que arrostando todos os perigos, sulcaram pela primeira vez o vasto *Atlantico* meridional e mar *Indico*; e seguiram assim uma derrota, considerada na mente de muitos e experimentados navegadores, como inexequível, ou pelo menos extremamente arriscada; e tal era o atrasamento em que se achava a geographia e hydrographia, que se julgava problematica a existencia dos Antipodas, e a esfericidade do globo.

Com a morte do egregio Infante em 1463, não esmoreceu o espirito conquistador que animava os *Portuguezes*.

Em 1470 e 1472 foram descobertas as ilhas de *S. Thomé*, *Príncipe* e *Anno Bom*.

Em 1471 foi construido um forte na *Costa do Ouro*, por *João de Santarem* e *Pedro Escobar*; e depois *Alfredo Aveiro* descobriu *Benin*.

Em 1486 *Bartholomeu Dias* chegou ao cabo *Tormentoso*, hoje da *Baa Esperança*.

Em 1497 é encarregado *Vasco da Gama* de reconhecer as costas *Indicas*; este navegador, tendo reconhecido e montado o cabo da *Boa Esperança*, prolongou a costa até *Melinde*, onde chegou em 1498.

Em 1500 *Pedro Alvares Cabral* reconhece *Quiloa*.

Em 1503 *Albuquerque* descobriu *Zanzibar*.

Em 1506 *Tristão da Cunha* visita a ilha de *Madagascar*.

Em 1510 *Albuquerque* conquistou a cidade de *Goa*.

Em 1518 *João da Silveira* aborda a *Bengala*; e *Simão de Andrade* descobre as *Maldivas*.

Tal foi a rapidez com que os *Portuguezes* se assenhorearam do commercio das *Indias*; avassalaram populosas cidades; e consideraveis governos *Arabes*, *Malaio*s e *Negros* se constituíram feudatários; estendendo suas conquistas do cabo de *Boa Esperança* até á *Papua* ou *Nova Guiné*, e algumas costas da *Nova Hollanda*, limite das descobertas dos *Portuguezes*.

Taes foram os resultados do magestoso projecto do Infante *D. Henrique*; com elles os *Portuguezes* obtiveram a gloria de levar a civilisação a muitos paizes bárbaros e selvagens; ás nações cultas a riqueza pelo commercio, e vasto campo que abriram ás especulações; e ás sciencias um fundo espantoso de conhecimentos, principalmente botanicos e zoologicos.

Assim o mundo todo foi obrigado a admirar como uma pequena nação, pela sua constancia e coragem soube constranger poderosos governos nas costas da *Africa* e *Asia*, a mandarem tributos á capital dos *Portuguezes*.

Em quanto no oriente se praticavam taes façanhas, *Christovão Colombo* descobrê em 1492 o archipelago das *Antilhas*; e em 1498 penetra até á *Terra firme*, junto ás embocaduras do *Oronoque*.

Americo Vesputio tinha em 1497 visitado a costa de *Guiana*; e de 1500 a 1504 reconheceu o cabo de *Santo Agostinho* e *Bahia de todos os Santos*; e *Cabral* depois reconheceu a costa que corre para o S.

30 annos de uma não interrompida serie de descobertas e conquistas, foi o famoso resultado das expedições dos *Portuguezes* no *Atlantico*, *Brasil* e mares orientaes; e já não offerece dúbida que naquelles tempos os *Portuguezes* não só visitaram a *China*, e todas as ilhas do archipelago *Asiatico* e *Indico*, mas até reconheceram uma consideravel parte das costas da *Nova Hollanda*.

Com os felizes resultados das descobertas de *Colombo*, se

resolveu o governo *Hespanhol* em 1503 a crear um Tribunal para tratar dos negocios da *India*, tanto commerciaes e politicos, como nauticos; para dirigir a parte nautica foi nomeado *Americo Vespucio*, piloto mór e hydrographo.

Em 1521 chega a expedição de *Fernando Cortez* ao *Mexico*.

Em 1535 o mesmo *Cortez* reconhece a *California*.

Em 1539 o P.^e *Marco de Niza* descobre o reino de *Ciboia*.

Em 1540 *Francisco Vasques* reconhece o reino de *Quivira*.

Em 1542 *Fernando Peres de Quesada* descobre a *Nova Grenada*.

Em 1579 *Francisco Prata* entra na *Nova Albion*.

Por estas descobertas e as conquistas do *Perú* por *Pisarro*, e em geral pelo conhecimento das costas do mundo novo, a geographia principiou a adquirir o material necessario para chegar ao estado em que hoje se acha; e assim terminaram todas as questões sobre a esphericidade da terra, e appareceu o projecto de uma circumnavegação.

É ainda um *Portuguez* *Fernando de Magalhães*, encarregado de levar á execução este gigantesco projecto, e para este fim se fez de véla da *Europa* em 1519; e correndo ao S., investio ousadamente em 1520 o estreito que immortalisa o seu nome.

Na America Sptentrional, pelos annos de 1500, o *Portuguez* *Gaspar Côte Real* reconheceu a ilha da *Terra Nova*, o golfo de *S. Lourenço*, e a terra do *Labrador*; e depois avançou sobre a bahia de *Hudson*, a que deu o nome de estreito de *Ansan*, e poucos annos depois *Sebastião Cabot* visitou estas costas.

As expedições por mar e por terra para descobrir uma passagem pelo N. O. da America Sptentrional para o *Oceano Pacifico*, posteriores ás explorações de *Trosbisher*, *Davis* e *Baffin*, posto que todas tenham sido infructiferas, têm com tudo sido extremamente vantajosas á geographia; ellas nos têm fornecido as mais exactas informações da topographia das costas da *Greenlandia* e paizes dos *Esquimauxs*.

Os *Dinamarquezes* e *Inglezes* no 16.^o seculo descobriram e exploraram as costas da *Nova Zembla* e o *Estreito de Wai-gats*, logo depois o *Spitzberg*.

Passados annos, *Pedro Grande* encarregou *Behering* de

explorar as costas do *Pacífico* até ao estreito, a quem este hydrographo deu o seu nome.

Posto que de todos estes trabalhos que temos indicado, e muitos outros de menos importancia, tenha a geographia obtido prodigiosas vantagens; quem poderá ignorar quanto esta sciencia tem adquirido pelo reconhecimento de muitos paizes, e moderna determinação d'outros, empenhando-se as nações cultas da *Europa*, quasi á profia, em cobrir de explorações a superficie do globo que habitamos!

É por isso que um consideravel numero de sabios e impavidos navegadores exploram as mais perigosas costas, investem desconhecidos canaes, remontam ás nascentes de procelosos e insalubres rios, cujas margens habitam hordas selvagens, e que, sem receio dos perigos que se lhe antolham, sondam bancos, rochas, restingas, cachopos, recifes, conseguindo por suas exactas determinações tornar seguras as derrotas que pouco antes se consideravam extremamente arriscadas.

Taes devemos considerar os trabalhos hydrographicos de *Tofino* nas costas de *Hespanha* e *Açóres*.

Franzini nas costas de *Portugal*.

Roussin nas do *Brasil* e *Africa*.

Gauthier e *King* no *Mediterraneo*.

Wedel nos mares *Austraes*.

Parry e *Franklin* nos *Boreaes*.

Krusenstern no *Pacífico*.

Ross Philipon e *Horsburgh* nas *Indias Orientaes*.

Quanto não deve a geographia ás fadigas dos circumnavegadores *Byron*, *Wallis*, *Carteret*, *Boganville*, do immortal *Kook*, do infeliz *La Perouse*, *D'Entrecasteaux*, *Duperry* e *Freycinet*, além d'outros, que posteriormente têm circumdado o globo, e descoberto no *Pacífico* e mares *Orientaes* e *Austraes*, differentes archipelagos, importantissimos canaes, e determinado a existencia real da espaçosa costa da terra *Austral*; e ultimamente por observações astronomicas, e bem regulados chronometros tem rectificado a posição de muitas terras, cujas descobertas eternisaram os nomes de *Magalhães*, *Salazar*, *Scouten*, *Mendanha*, *Drak*, *Hawkins*, *Queirós*, *Tasman*, *Frezier*, *Anson* e outros atrevidos navegadores.

Não são menos importantes os melhoramentos que obteve a geographia pelas explorações de *Duncan*, *Meares*, *Dixon*, *Malespina*, *Quadros* e *Vancouver*, além de um grande numero de especuladores *Russos*, que encarregados pelo seu Governo, ou attrahidos pelas vantagens do commercio, abordaram ás costas N. O. da *America Septentrional* e vasta Bacia, que communica ao N. com o desabrido *Glacial*.

Tendo-se assim deligenciado obter a determinação rigorosa dos principaes pontos maritimos, se dirigio a attenção á pozição topographia dos pontos centraes; é com este destino que *Mungo-Park*, *Brown* e *Baron* e outros penetram no interior da *Africa*; (parte onde muito resta a explorar) *Lewis* e *Clark* se encarregam de reconhecer as elevadas montanhas e caudolosos rios no centro das *Americas*; e *Mr. Humbolt* explora paizes que unicamente tinham sido visitados pelos Missionarios *Hespanhoes*; e ao mesmo passo se praticavam na *Asia* analogas explorações nos montes *Hymalaia* e rio *Jihonn*.

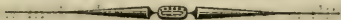
É nesta época, que nós vimos os sabios e philosophos, desamparando os seus gabinetes, aventurarem-se a estudar a natureza no seu grande livro; *Banks*, *Solamder*, *Forster*, *Anderson* *Krusenstern*, e muitos outros, tomando parte nos perigos dos descobridores, nada deixam ignorar que possa ser considerado como necessario, util ou curioso.

Durante os notaveis progressos nas descobertas, a geographia astronomica avançou consideravelmente pelos trabalhos de *Galileo* e *Cassini*; em quanto outros sabios se empregavam na exacta determinação das latitudes e longitudes geographicas, donde se obtiveram importantes correcções na determinação das costas do *Mediterraneó*.

Terminaremos este nosso trabalho, notando os escriptores que fizeram mais distinctos serviços á geographia; no 10.º seculo encontramos *Munster*, *Ortelius* e *Mercator*; a este ultimo deve a geographia moderna as suas bases; no 17.º seculo ella ganhou consideravelmente pela erudicção de *Claverius*, conhecimentos astronomicos de *Riccioli*, e vistas profundas de *Varenius*, verdadeiro fundador da geometria physica; pelos mesmos annos *Sanson* em *França*, e *Bláw* na *Hollanda*, fizeram importantes melhoramentos na construcção das cartas.

O 18.º seculo excede a todos os antecedentes, nelle abundam os ponderosos trabalhos das Academias e Sociedades litterarias da Europa, onde particularmente reluzem os trabalhos de *Dellisle*, *Cassini*, *Bordá*, *Pingré*, *Lacaile*, *Lalande*, *Biot*, *Arago*, e outros que deram uma nova fôrma á geographia mathematica; *D'Anville* reformou inteiramente a parte historica da sciencia, elle banio a arbitrariedade nas cartas, e restringio nos seus justos limites os conhecimentos e tradições dos antigos.

Pela mesma época *Busching* lançou as bases fundamentaes da estatistica, que *Bruns* e *Eboling* com *Wahl* depois dignamente aperfeiçoaram; *Cazado Geraldès* e *Malte-Brun*, o primeiro no seu tratado completo de geographia, e o segundo na sua geographia universal, empregando seu vasto saber, modesta critica, é particular ordem, tem perfeitamente desempenhado o fim a que se propozêram.



Elogio historico do Ill.º e Ex.º Sr. José Xavier Bressane Leite, pelo Socio Sub-Secretario José Tavares de Macedo.

UM homem dotado de talentos saber e probidade, que emprega toda a sua vida em importantes trabalhos do serviço publico, e que finalmente, encarregado d'uma difficil missão, acaba seus dias em climas remotos e ingratos, no meio de desvellos que tem por fim a felicidade dos habitantes d'uma grande Provincia, e a prosperidade e a gloria da sua Patria, é digno de que se perpetue a sua memoria: e dignos de censura seriam aquelles que o conheceram e com elle trataram, se lhe não consagrassem algum monumento, que, ainda que tosco, conserve a lembrança de seus merecimentos e serviços, e dê publico testemunho da saudade dos que lhe sobreviveram. E o homem a quem é dado tecer-lhe a corôa litteraria que se lhe deve, pôde pedir a attenção que se dá ás boas obras, ainda que a imperfeição e os defeitos de seu trabalho o colloquem mui longe dos modêlos deste genero de escriptura.

O Ill.º e Ex.º Sr. José Xavier Bressane Leite, do Con-

selho de Sua Magestade, Chefe de Esquadra da Armada Real, Commendador da Ordem de Aviz, condecorado com a Medallha da Muito Antiga e Nobre Ordem de Torre e Espada do Valor, Lealdade e Merito, nasceu nesta Cidade de Lisboa, quasi pelos annos de 1780; e foi filho legitimo de João Bressane Leite de Paula, Contador do Arsenal Real do Exercito, e depois Almoxarife do Trem de Extremoz. Posto que o talento poetico fosse mais geral na sua familia, o Sr. José Xavier Bressane Leite deu mui seria applicação ao estudo das sciencias exactas; pois mereceu a honrosa distincção de ser premiado na Academia Real da Marinha. Mas não insistirei nisto, como louvor que singularmente lhe seja devido. A experiencia tem mostrado em Portugal, que, contra a opinião de alguns philosophos, os talentos mathematicos nada têm de incompativel com a imaginação poetica: os mais distinctos geometras Portuguezes, aquelles que pelos seus dons naturaes, e pelo seu saber, hombream com os maiores homens de que se ufanam as outras nações, quasi todos têm manifestado seria inclinação para a poesia; e alguns têm deixado composições para fazerem inveja aos que só dão apreço ás producções da imaginação. Não nos consta que o Sr. Bressane se desse a trabalhos poeticos; mas as pessoas que tiveram a fortuna de o tratar, e de mim o posso dizer, não podiam deixar de conhecer que a sua imaginação era naturalmente elevada; e quando se tratava da gloria Portugueza ou do que Portugal ainda pôde ser, o seu espirito se animava tão nobre como brilhantemente; e mais de uma vez lhe ouvimos pensamentos e expressões, a que só faltava o metro para serem incontestavelmente chamados *poesia*; mas daquella em que a imaginação traduz as concepções da intelligencia e os anhelos do coração: qualidade que foi talvez uma das causas que o levaram a acceitar a arriscada commissão em que veio a morrer.

Destinou-se o Sr. Bressane á carreira da Marinha na sua primeira idade. Teve praça de Aspirante em 13 de Setembro de 1796, e logo em 22 de Outubro foi despachado Guarda-Marinha, e d'ahi a dois annos Segundo Tenente. Os tempos em que o Sr. Bressane começou a sua carreira, são preciosamente aquelles em que a Marinha Portugueza, nos tempos mo-

dermos, teve maior actividade. A nossa Marinha, então numerosa e respeitavel, teve naquella época muitas occasiões para que se manifestasse que os Portuguezes modernos não são inferiores em talentos e valor a esses homens gigantes, que ennobreceram Portugal nos seculos 15.º e 16.º, que nós contemplamos com admiração e respeito, e os estrangeiros com inveja. Ora no Mediterraneo a nossa esquadra competia com a ingleza; ora no Estreito eram perseguidos os corsarios berberescos com um valor quasi assombroso; ora as costas do Brasil pediam como a sua melhor fortificação e defeza, a presença de uma esquadra, em que a força e a pericia podesse rebater os ataques de uma nação, que se no mundo não tem o primeiro logar como nação maritima, todavia as suas forças são taes, e os seus marinheiros tão peritos e valorosos, que pelos haver vencido se ensoberbece Inglaterra, e ao instrumento da sua mais presada victoria deu honrado jazigo entre os tumulos de seus Reis.

O Sr. Bressane, ainda Guarda Marinha, embarcou na não Vasco da Gama, que formava parte da esquadra commandada por Antonio Januario do Valle, a quem foi encarregada a defeza do Brasil, da aggressão, que então se receiava: e desde então fez o Sr. Bressane muitos embarques, em que sempre se mostrou navegante intrepido, e habil Official da Marinha de guerra. É numerosa a lista das embarcações em que servio, e a das viagens que fez. Não póde um militar no mar, tão frequentes vèzes como na terra, fazer acções de valor, que lhe deem um nome popular: mas eu invoco o testemunho dos que conhecem as fadigas de uma e outra milicia; e vejo nos trabalhos e riscos do mar, uma continuada batalha: e sem querer privar os feitos bellicos na terra, daquella admiração que justamente lhes é devida, quando ao desprezo dos perigos do combate se une a intelligencia que sabe utilizar, não posso negar um especial tributo de respeito ao homem do mar, que ora tem a combater as tempestades e os ventos, que parecem querer arruinar a maquina do mundo, e que ainda quando não destroem a embarcação, muitas vezes dão a morte aos que intrepidamente trabalhavam na manobra; ora tem a temer os baixos, e até as proprias costas, que demanda, quando as tormentas ou as nevoas lhe não deixam conhecer a sua situação;

ora tem a superar a força das correntes; e até tem que re-
ceiar do excessivo socego da athmosphera; e no meio de tantos
riscos e cuidados deve ainda estar disposto, e com o espirito
ousado, para arrostar as maquinas de destruição e de morte,
que o homem soube inventar para o elemento onde parece
que só benevolencia devia esperar-se. Honroso, grandemente
honroso, é o conceito de habil navegante e bom militar, pois
que para o merecer é necessario brilhar entre a competencia
de outros, que com talentos, saber e valor, ambicionam a
mesma gloria.

Quando o Sr. D. João VI, então Principe Regente, em-
barcou para o Brasil, o Sr. Bressane era um dos Officiaes da
esquadra que levava os novos destinos á terra de Santa Cruz:
e andando em quasi não interrompido serviço nos annos se-
guintes, prestou, commandando a curveta Princeza Real, mui
relevantes serviços á causa da integridade do Reino Unido,
quando a natural tendencia para as instituições liberaes cegou
alguns homens, em uma das mais bellas provincias do Brasil,
para quererem separar-se da unidade do Estado. Os homens
que trabalharam para evitar a desmembração do imperio,
eram verdadeiros patriotas: a separação das diversas provincias
brasilicas será sempre um grande mal; e é mui honroso ser-
viço, e digno de galardão, sustentar a integridade do territorio
da patria.

Chegando o Sr. Bressane a Portugal em 1821, e achando
aqui o Sr. D. João VI, foi ao Brasil buscar a sua familia;
porque ao honrado marinheiro nada podia tirar o apego á
terra em que nascêra, e á illustre corporação herdeira da
gloria dos homens, que em suas navegações descobriram todas
as regiões do globo.

Na época infausta do governo usurpador, (época que é
impossivel deixar de recordar na biographia dos homens illus-
tres) o Sr. Bressane acolheu-se á esquadra franceza, quando
em 1831 entrou no porto de Lisboa; e tendo emigrado para
Toulon, d'ahi passou a Marselha, donde partio a pé para
París, logo que lhe constou que alli chegára o grande Prin-
cipe, que vinha restaurar o throno de sua Augusta Filha, e a
liberdade portugueza.

Havendo aprestado em Belle-ille a curveta Juno, levou o Sr. Bressane consideravel numero de emigrados á illia Terceira, donde navegou para o Porto no navio Regencia. Durante o memoravel cerco desta cidade, foram lhe dadas muito importantes commissões: foi nomeado Intendente da Marinha; foi encarregado dos viveres entrados pela foz; foi mandado a Vigo para enviar viveres para o Porto, e para o mais difficil empenho de restabelecer a harmonia com o Almirante Sartorius, cuja retirada podia adiar por largo tempo o triumpho da liberdade: coube-lhe em fim a empreza da apprehensão dos vinhos em Villa Nova.

Em todas estas incumbencias o Sr. Bressane se mostrou intelligente, habil e digno da confiança que nelle houvera: mas na expedição sobre Villa Nova deu tão singulares provas de valor e pericia, que este dia foi talvez o mais bello da sua carreira militar: exposto ao fogo dava as mais acertadas ordens; e sabendo no meio do combate, da morte de seu filho, Filippe Xavier Bressane Leite, que servindo ás suas ordens, pereceu entre acções de valor, continuou, inteiramente senhor de si, até ao fim da peleja; e só depois a natureza desafojou em lagrimas, que sahindo dos olhos paternos, honram o coração e não deslustram a valentia.

Restaurada Lisboa, foi o Sr. Bressane nomeado Inspector do Arsenal da Marinha: e tendo ido a França tratar da restituição das embarcações, que a esquadra franceza nos apresára, quando os erros de um governo inepto chamaram ao Têjo náos inimigas (expedição mais vergonhosa para quem a provocou, e não soube empregar meios de defeza, do que de perigo ou gloria para a marinha franceza) foi o Sr. Bressane nomeado Major General da Armada; e posto que em Setembro de 1836, deixasse este cargo eminente, e no dia 3 de Novembro, pela notoriedade de suas opiniões politicas, e conceito de sua capacidade, recebesse a distincção de ser nomeado Ministro da Marinha, commissão a que os acontecimentos desse dia celebre deram curta duração, era tal o credito do Sr. Bressane, que, sem se attender a dissentimentos de opiniões, em Dezembro do mesmo anno foi nomeado Vogal supplente, e pouco depois Vogal effectivo do Supremo Conselho do Justica Militar.

Mas não devia parar neste eminente emprego, como muitas vezes acontece, a carreira publica do Sr. Bressane. As qualidades de que era dotado, naturalmente o indicaram como proprio para uma commissão difficil e arriscada, em que elle devia dar á patria e aos seus amigos, maior fundamento para deplorarem a sua perda. Para se avaliar devidamente a importancia desta commissão, seja-me permittido lançar uma vista d'olhos sobre as diversas phazes da nossa historia colonial.

A vastidão do imperio portuguez no seculo 16.º, é um objecto que com razão nos enche de ufania; e aos estrangeiros maravilha, como pôde uma nação tão pequena fazer tão grandes cousas. Mas o que nem sempre tem sido notado, é o discernimento com que Portugal tem sabido conhecer o que mais lhe convem, segundo a variedade das circumstancias. No seculo 16.º os cuidados e a attenção dirigiram-se especialmente ás possessões e terras d'Asia e da Oceania; porque o seu commercio era então o mais rico do mundo, e as producções do Oriente as mais estimadas na Europa. Um seculo inteiro démos a preferencia a este commercio; e só causa espanto, como as nações da Europa, que hoje procuram levar o seu commercio a todos os recantos da terra, nos deixaram gosar por tanto tempo o exclusivo de uma mercancia tão rica e tão estimada. No mesmo tempo porém occupavamos vastos e importantissimos territorios na Africa e no Novo Mundo; e quando no principio do 17.º seculo a emulação subitamente manifestada pela Inglaterra e pela Hollanda, nos deu terriveis competidores naquelle commercio, e fomos esbulhados de tantas possessões na Asia, logo o Brasil, por esforços bem combinados, tomou distincto lugar entre as colonias dos europeos; e o seu commercio nos deu mais riqueza, e não sei se mais consideração real, do que nos déra o commercio e o imperio d'Asia. Chegou tambem uma época em que igualmente o Brasil devia deixar de ser portuguez: este vasto e nobre imperio tornou-se independente em consequencia da grandeza a que havia chegado. Honra seja á nação que soube formar um tal Estado. Os Brasileiros são Portuguezes que se estabeleceram no Novo Mundo, e que se separaram da união politica com os seus irmãos da

Europa, quando pelo augmento do seu numero, e pela sua riqueza, movidos do natural amor da independencia, puderam escusar a tutela do primogenito. Este acontecimento, posto que natural e necessario na ordem politica e moral das sociedades, não deixou de ser uma calamidade, como é sempre a destruição subita de relações intimas, e a perda de privilegios commerciaes, como alli tinhamos na qualidade de membros do mesmo Estado. Mas perdendo o Brasil, ainda nos restam mui vastas possessões.

Especialmente em Africa possuímos paizes extensissimos, e ainda imperfeitamente explorados.

Que recursos podemos tirar destas possessões?

Que meios devemos empregar para isso?

São dois profundos problemas economico-politicos, que os tempos passados nos deixaram para resolver. A preferencia havia-se sempre dado ao que mais promettia, e menos difficuldades apresentava. Não errou a perspicacia de nossos maiores. As cousas d'Africa têm offerecido em todas as idades singular difficuldade; mas somos chegados a tempo, em que a attenção dos nossos homens de Estado e dos nossos economistas, se deve necessariamente dirigir ao que possuímos naquella parte do mundo. Aos Governadores mandados áquellas possessões, é especialmente incumbido este difficil estudo, e o pôr em execução o que a sabedoria indicar. Em todos os tempos se tem julgado feliz e experto o Governo que sabe achar homens, a quem confie a direcção dos negocios em paizes remotos. Sem os talentos e as qualidades dos Albuquerque e dos Cunhas, que teria sido o nosso imperio d'Asia? Aos Clives e aos Hastings deve Inglaterra a sua dominação na India. Era necessario mandar um Governador a Angola; mas um Governador, que aos talentos administrativos reunisse a perspicacia politica, e uma integridade e força de espirito, que, superior a todas as seducções, soubesse e podesse vencer e destruir a má inclinação, e os máos habitos de alguns individuos, para quem não ha moral, nem receio de perigos, quando se trata de ouro. O Sr. Bressane foi o homem escolhido para esta tão ardua como importante commissão. Aceitou-a sem difficuldade; porque posto que tivesse mais de 60 annos, sentia-se ainda com

saude, e o seu espirito conservava todo o vigor e resolução da primeira idade.

Sahio o Sr. Bressane de Lisboa em Junho de 1842; e o primeiro ponto em que tocou foi o porto de Mossamedes: e aqui logo deu mostras da sua penetração e capacidade. As pessoas que conhecem Mossamedes, sabem que neste ponto se pôdem fazer mui ricas feitorias; e nella prosperar muito o nosso commercio. A primeira idéa e o principio deste estabelecimento datam dos annos de 1784; mas abandonado por longo tempo foi recentemente animado; e o Sr. Bressane, que conheceu toda a sua importancia, deu-lhe o impulso que então podia dar.

Outro projecto mais proprio do governo do Sr. Bressane, é a mudança da cidade de S. Filippe de Benguella para o sitio do Lobito, sobre o rio Catumbella. A insalubridade da sua actual-situação é causa que esta povoação não possa chegar áquelle ponto de grandeza, a que devêra elevar-se pelas circumstancias do paiz: o porto do Lobito é muito mais saudavel; e para a povoação e para o commercio offerece muito maiores commodidades. O Sr. Bressane preparou e dispoz tudo que um Governador pôde fazer para levar á execução uma obra, de que tanta honra devia resultar ao seu governo; e de que tanta utilidade devia vir ao commercio portuguez. Não é possível que um paiz como Angola possa progredir, sem se melhorarem as actuaes povoações, ou sem se assentarem outras em sitios accommodados ao commercio, e onde a vida dos homens esteja exposta a menos riscos. O Sr. Bressane bem conhecia esta verdade, e por isso deu tanta consideração a este objecto.

Havia porém mais transcendente negocio a que devesse attender.

O que pôde ser Angola?

Que utilidades podemos nós tirar desta possessão?

Quaes os verdadeiros meios de conseguir taes fins?

A historia mui pouca illustração nos dá sobre estes pontos: porque, pôsto que por diversas vezes o Governo portuguez tenha alli mandado naturalistas para estudarem o paiz, Angola foi sempre, e por todas as nações, considerada como um mercado de escravos. O principio da sua conquista deve-se á ne-

cessidade de braços para a cultura do Brasil; e a prosperidade da America Portugueza parecia tão dependente da posse de Angola, que os Hollandezes, quando tentaram a occupação de alguns pontos do Brasil, entenderam que este paiz lhes seria inutil, se não possuissem aquella parte d'Africa. Querer-nos-hão agora accusar os estrangeiros, de que com a exportação dos escravos, impedimos a cultura de Angola? Mas não nos era indifferente, que o commercio que animava os nossos portos, e nos permittia termos respeitaveis esquadras, se fizesse na costa de Leste ou na de Oeste do Atlantico meridional? Não nos era preferivel cultivarmos o Brasil, onde o europeu mais facilmente se naturalisa, e as estações são mais regulares?

Impedimos talvez, com a exportação d'escravos, os progressos de Angola: mas não era este crime commum de todas as nações da Europa, que tiveram colonias? Dir-nos-hão que a origem do trafico é devida aos Portuguezes; mas os que esta accusação nos fazem, mostram mui grande ignorancia desta parte da historia da humanidade. A escravidão dos negros remonta a tempos anteriores aos que vulgarmente os chronologistas chamam *tempos historicos*. Nos mais antigos monumentos do Egypto, e nas necropolis modernamente descobertas em Italia, de tempos anteriores á fundação de Roma, achamos irrefragaveis provas de que naquellas eras havia já escravos negros. Nas comedias de Terencio se encontra tambem prova, de que os romanos conheceram escravos da raça ethiope. A idade media conheceu escravos negros em alguns pontos da Europa, e positivamente na Italia: os Arabes trouxeram-nos tambem á Peninsula Hispanica; e se das nações modernas foi a Portugueza a primeira que tirou negros da sua patria, é porque foi a nação Portugueza a que descobrio á Europa aquellas regiões. E isto, que hoje nos lançam em rosto, foi-nos então, e muito tempo depois, tão geralmente invejado, que uma grande nação, que hoje blasona de sustentar os direitos da especie humana, não duvidou tres seculos depois, recorrer ás armas da politica e da força para dar maior extensão ao seu commercio de escravatura.

Felizmente é hoje unanime o accordo das nações christãs para acabarem o trafico; mas este grande passo da civilisação,

destruindo a antiga importancia e o antigo character das possessões africanas, deu aos homens encarregados de dirigir os negocios publicos, um alto objecto de meditação e de estudo.

O Sr. Bressane estava persuadido, que os homens de cor negra são habéis para tudo; e que só polindo e civilisando os indigenas, nos podia ser util a possessão de Angola. Para este fim julgava indispensavel acabar inteiramente o trafico; facilitar as communicações interiores; consolidar a paz entre os regulos; e tornar mais extensas, e mais intimas, as nossas relações com os potentados do paiz. O que o Sr. Bressane fez, e o que intentava fazer, honram tanto a sua intelligencia, como o seu character. Mas estava escripto nos Decretos de Deos, que não havia o Sr. Bressane de levar ávante tão santas obras. O clima insensivelmente lhe infundio germes de morte, e antes de um anno de residencia perdeu Angola um dos seus Governadores de maiores esperanças. Falleceu o Sr. Bressane na cidade de Loanda no dia 10 de Julho de 1843, pelas duas horas da tarde, tendo antes recebido a noticia da morte de sua mulher. Deixou um filho e uma filha, a quem legou unicamente a herança do seu honrado nome.

Foi o Sr. Bressane um dos instituidores da Associação Maritima e Colonial; amava esta corporação; assistia regularmente ás suas sessões; e pelo espaço de um anno, na qualidade de Vice-Presidente, dirigio quasi sempre os seus trabalhos: por isso esta Sociedade julgou um dever religioso recordar neste dia solemne os feitos de um homem que tão distincta e honradamente servio a sua Patria.

*Lista dos donativos feitos á Associação Maritima e Colonial
de Lisboa no anno de 1843, alludida no relatorio
lido na Sessão Solemne.*

A Academia Real das Sciencias. — A collecção completa das suas Memorias. — O discurso lido pelo seu Secretario perpetuo na Sessão Publica de 22 de Janeiro de 1843.

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro. — O seu

jornal — Revista Trimensal. — Juizo sobre as obras intituladas — *Corographia Paraense*, ou *Descripção Physica Historica e Politica da Provincia do Gram Pará*, por Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva. — O ensaio *Corographico sobre a Provincia do Gram Pará*, por Antonio Ladisláo Monteiro Baena, interposto por deliberação do mesmo Instituto. — Anno de 1843. 1 volume. — As primeiras negociações diplomaticas respectivas ao Brasil, por Francisco Adolpho Varnhagen.

A Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis. — O Panorama.

A Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa. — O seu jornal. — O parecer da Commissão nomeada pela mesma Sociedade, sobre os planos d'um hospital d'alienados.

A Associação Mercantil Lisbonense. — O relatorio dos seus trabalhos, no anno de 1842, 8.º da sua instituição.

A Sociedade Pharmaceutica Lusitana. — O seu jornal.

A Sociedade Promotora d'Industria Nacional. — O seu jornal.

O Real Collegio de S. José de Macáo. — Collecção das obras impressas do Padre Joaquim Affonso Gonçalves, contendo *Diccionario China e Portuguez*, dito *Portuguez e China*. 2 vol. — *Vocabularium Latino Sinicum*. 1 vol. — *Lexicon Magnum Latino Sinicum*. 1 vol. — *Lexicon Manuale Latino Sinicum*. 1 vol. — *Grammatica Latina ad usum Sinensium*. 1 vol. — *Arte China*, alphabeto e grammatica. 1 vol.

O Socio o Ex.^{mo} Sr. Joaquim José Falcão, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha. — Os *Annaes Maritimos e Coloniaes de França*, desde o anno de 1815, até 1839 inclusivè. 69 vol.

O Socio Honorario, o Ex.^{mo} Sr. Visconde de Santarem. — Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia Portugueza, até aos nossos dias. 3 vol.

O Socio Honorario o Ill.^{mo} Sr. Antonio Barão de Mascarenhas. — O *Colonial Magazine* do anno de 1843, e outros impressos, connexos com os fins d'Associação.

O Socio Secretario o Ill.^{mo} Sr. Joaquim José Gonçalves de Mattos Corrêa. — *Arancel General de la Aduana de Buenos*

Ayres para el año de 1843; y Guia de Aduana para commerciantes, dependientes, y capitanes de buques, y uma recopilation de leyes, y decretos con expressa relacion entre la Aduana, y commercio. 1 vol.

O Socio o Ill.^{mo} Sr. Joaquim Antonio de Moraes Carneiro. — Uma planta do Hospicio de S. José em Macáo. — *Lustina* ou arte grammatica Portugueza e Latina. 1 vol.

O Ex.^{mo} Sr. Conselheiro, Agostinho Albano da Silveira Pinto. — Ensaio critico das causas proximas da actual situação financeira. 1 vol., 2 exemp.

O Ill.^{mo} Sr. Luiz Travassos Valdez. — Lista Geral dos officiaes e empregados civis do Exercito, Marinha e Ultramar. 1 vol.

O Ill.^{mo} Sr. José Felix da Costa, residente em Angra do Heroismo. — Memoria Historica do terremoto, que em 1841 assollou a muito notavel Villa da Praia da Victoria. 1 vol.

O Socio o Ill.^{mo} Sr. Claudio Lagrange Monteiro de Barbuda. — Um mappa estatistico das Comarcas de Goa, Salsete e Bardez nos Estados da India. — Instrucções com que ElRei D. José mandou passar á India o Governador e Capitão General, e o Arcebispo Primaz do Oriente, no anno de 1774. 1 vol.

O Socio o Ill.^{mo} Sr. José Joaquim Lopes de Lima — *Via-gem de Goa a Lisboa por Bombaim, Suez, Alexandria e Malta* no anno de 1842. 1 vol., 2 exemp.

O Socio o Ill.^{mo} Sr. Antonio Gregorio de Freitas. — Dois mappas mostrando as polegadas, que devem ter o apparelho e amarras; o pezo das ancoras; a grossura e comprimento dos mastros e vergas d'um navio de 20 a 25 pés de bocca.

O Socio o Ill.^{mo} Sr. Antonio Justino Machado de Moraes. — *Gentilis Angolæ in fidei mysteriis opusculum*, impresso em 1784. 1 vol.

O Socio o Ill.^{mo} Sr. João Rodrigues Gonçalves. — 2 vol. em lingua Chinezesa sobre a seita de Fó, ou o Buddu dos Indios. — *Tratados de varios autores classicos Chinezes no mesidioma.* 20 vol.

O Socio o Ill.^{mo} Sr. José Conrado Carlos Chelmichi. — O 2.º vol. da sua *Corographia Caboverdiana*.

Manuscriptos.

O Socio o Em.^{mo} Sr. Cardeal Patriarcha. — Documentos das expedições Portuguezas no interior d'Africa, afim d'abrir a communicacão, por terra, d'Angola a Rios de Sena. — (Publicaram-se nos Annaes Maritimos.)

O Socio o Ill.^{mo} Sr. Albano Antero da Silveira Pinto. — Uma collecção de documentos inéditos para a historia das nossas navegações descobertas e conquistas extrahidas do Archivo da Torre do Tombo, e d'outros. — (Progride a sua impressão nos Annaes Maritimos). — Noticias do estabelecimento, e origem da Missão Portugueza no Canará.

O Socio o Ill.^{mo} Sr. Antonio Gregorio de Freitas. — Ensaio phisico e politico da ilha de S. Nicoláo, por Antonio Pussich, Intendente da Marinha das ilhas de Cabo Verde.

O Ill.^{mo} Sr. Francisco Adolpho Varnhagen. — Documentos para a historia das nossas descobertas e conquistas, extrahidos do Archivo da Torre do Tombo.

O Ill.^{mo} Sr. Lourenço d'Oliveira Chaves. — Uma memoria com o titulo: Roteiro e discripção da costa, e capitania do Ceará, acompanhada d'uma carta da referida costa.

O Ill.^{mo} Sr. Jeronymo Antonio Pussich. — Memoria sobre a ilha de S. Vicente.

O Socio o Ill.^{mo} Sr. Francisco de Paula Cardozo d'Almeida. — Llibre de Consolat dels Fets Maritimes, impresso em Barcelona no anno de 1592. 1 vol.

ACTAS DA ASSOCIAÇÃO.

TERCEIRO ANNO.

SESSÃO 20.^a

*Presidio o Sr. Vice-Presidente, Capitão de Fragata
J. da C. Carvalho.*

ESTEVE presente o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar.

Foi approvada a acta anterior.

Expediente. — Uma carta do Ex.^{mo} Sr. Presidente da Associação, participando, que, por continuar o seu incommodo de saude, não pôde assistir á presente sessão.

Outra do Socio o Sr. José Antonio d'Oliveira, que estando a partir para Goa, alli offerece os seus serviços á Associação.

O Sr. Sub-Secretario Marques Pereira leu, na ausencia do respectivo relator, o parecer da Secção de Marinha Militar, sobre a utilidade da colla marinha de Mr. Alfredo Jeffery.

O Sr. Carneiro offereceu para a bibliotheca d'Associação, Lustina, ou arte de grammatica Portugueza e Latina.

O mesmo Sr. propoz para Socio effectivo ao Sr. D. Jeronymo José da Matta, Coadjutor e futuro successor do Bispado de Macáo: e a requerimento do Sr. Sub-Secretario Marques Pereira, se procedeu logo ao escrutinio, e foi unanimemente approved; dispensando-se para este effeito nos estatutos, por estar este Sr. proximo a partir para aquella Cidade.

O Secretario Louzada d'Araujo pedio se dispensasse a leitura, por demasiado extensa, de varios escriptos offerecidos á Associação nas sessões anteriores, os quaes se achavam sobre a mesa; a fim de serem enviados na fôrma dos estatutos ás competentes Secções; e resolvendo a assembléa affirmativamente, foram remettidos á Secção de Marinha Militar, o que apresentára o Sr. J. Rodrigues Gonçalves, com o titulo — *Resultado d'experiencias feitas na casa da polvora de Goa em 1829*, pelo Alferes d'artilheria João Rodrigues da Costa Caminha. — Á Secção do Ultramar — o *Roteiro e Descripção da costa da capitania do Ceará em 1817* — e bem assim a carta do Sr. Comendador Bernardino José de Senna Freitas, dirigida aos Redactores do Annunciador da Terceira, sobre a difficuldade de marcar a verdadeira época do descobrimento daquella ilha.

O mesmo Secretario requereu, e a assembléa annuo, retirar o requerimento, que na antecedente sessão fizera, para a remessa do 7.º

e 8.º n.º da 3.ª serie dos Annaes aos Bispos do Ultramar ; por estar informado , que este negocio já era tomado em consideração pelo Ex.^{mo} Ministro daquella Repartição.

O Sr. Nunes participou que o Sr. Lagrange o encarregára de fazer constar á assembléa, que por doença não pôde assistir ás sessões.

Ordem da noute. — Procedeu-se á votação, e foram unanimemente approvados Socios effectivos os Srs. Antonio Maria Fontes Pereira de Mello , e Augusto Simões Margiochi , propostos na ultima sessão.

Passou-se á discussão, na especialidade, do parecer da Commissão sobre companhias ; condição geral , *vidè* Annaes n.º 10.

O Sr. Bispo Eleito de Malacca propoz se alterasse a ordem da discussão , e que esta começasse pelo relatorio da Commissão , onde se encontram assumptos a discutir, e sobre os quaes convem que haja votação ; como são por exemplo os logares , que no parecer indicam as provincias ultramarinas, que precisam companhias ; os que só carecem companhias ruraes, ou só companhias mercantis ; por ser este o ponto essencial de que primeiro devia tratar-se ; e só depois se deveria passar aos privilegios e condições a conceder.

O Sr. Tavares de Macedo concordou com o precedente orador, quanto á necessidade de se discutirem os pontos que referia, mas não que estes devessem ter a precedencia. Disse que primeiro convinha saber, como se deviam estabelecer as companhias, e depois se faria applicação ás localidades : ainda discorreu largamente sobre este assumpto ; e o mesmo o Sr. Bispo Eleito de Malacca , em sustentação da sua opinião.

O Sr. Sá Nogueira orou tambem a favor desta moção d'ordem ; a qual sendo a final posta á votação ; foi rejeitada.

Sobre a materia teve a palavra o Sr. Bispo Eleito de Malacca, e requereu a eliminação da condição geral em discussão , que , posto entendia ser justa e sabia, a reputava inutil e desnecessaria ; porque residindo, pelo art. 133.º da Carta Constitucional da Monarquia, o governo economico e municipal das provincias ultramarinas nas respectivas Camaras , não era possivel dar-se a hypothese de passar ás mãos das companhias , sem infracção da mesma Carta , ou sem lei que o permittsse.

O Sr. Tavares de Macedo sustentou o artigo , ou condição geral do parecer, com varios argumentos que produziu , e mostrou a necessidade , que havia , de prevenir este caso ; porque propostas se tem feito ao Governo nesse sentido , e o exemplo da companhia ingleza da India , provava a existencia de companhias , que excitavam aquelles desejos e ambições, que convinha atalhar.

O Sr. Sá Nogueira julgou tambem inutil a condição , e notou mais, que a sua doutrina era contradictoria com a 5.ª das condições e privilegios do parecer ; suscitou a questão, se em presença dos ultimos tratados celebrados , se poderiam estabelecer companhias ? e que no caso affirmativo era para desejar, antes que outra cousa, re-

gular o systema dos governos ultramarinos; o que considerou d'urgencia para a estabilidade das companhias, de que se trata.

O Sr. Vice-Presidente reflectio, que a consideração dos tratados já fôra trazida á discussão, e vencida pela approvação do parecer na generalidade.

O Sr. Tavares de Macedo orou no mesmo sentido, e respondendo aos argumentos do Sr. Sá Nogueira, concluiu mostrando, que não havia a contradicção arguida.

O Sr. Marques Pereira insistio pela condição geral do parecer, porque se fosse eliminada, entender-se-hia, que a Associação era indifferente á idéa alli consignada, ou tacitamente a approvava; oraram ainda os Srs. Sá Nogueira e Tavares de Macedo, que explicou o sentido, em que a Comissão exarou a condição em questão; e não havendo mais alguém inscripto, o Sr. Vice-Presidente propoz, a materia discutida? a assembléa decidio affirmativamente. Em seguida propoz a suppressão da condição geral, como requerera o Sr. Bispo Eleito de Malacca; decidio-se que não. A condição tal qual se contém no parecer, foi approvada.

Passou-se á 1.^a das condições obrigatorias do parecer.

O Sr. Bispo Eleito de Malacca requereu se supprimissem as palavras — perante o governo — o Sr. Tavares de Macedo sustentou a condição tal qual se acha no parecer, e depois de breve debate, foi esta assim posta á votação, e approvada.

2.^a condição obligatoria. A requerimento do Sr. Tavares de Macedo foi adiada a sua discussão, por ser a hora adiantada; e o Sr. Presidente levantou a sessão; dando para ordem da seguinte, em primeiro lugar, o parecer da Secção de Marinha Militar, que ha pouco foi lido, e depois d'elle a continuação da de hoje.

Sala das Sessões, em 4 de Dezembro de 1843. = O Secretario *Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.*

SESSÃO 21.^a

*Presidio o Sr. Vice-Presidente, Capitão de Fragata
J. da C. Carvalho.*

Approvou-se a acta antecedente.

Expediente. — Uma carta do Socio o Sr. Joaquim José Gonçalves de Mattos Corrêa, actualmente no commando do brigue-escuna de guerra *Tamega*, escripta de Monte Vidêo, agradecendo a sua ultima eleição para Secretario desta Associação; e referindo que brevemente ha de remetter o resultado das suas observações, ácerca das especialidades commerciaes das republicas do Rio da Prata. Offerece

um folheto impresso, que envia com o titulo — *Arancel general, y guia de Aduana de Buenos Ayres para el año de 1843* — cuja offerta foi recebida com agrado, e mandada agradecer; e a requerimento do Secretario Louzada d'Araujo, remmettida á Commissão de Redacção, para d'alli fazer extractar e publicar nos Annaes, o que convenha aos interesses do commercio.

Um officio do Sr. Tenente Coronel Frederico Leão Cabreira, Governador das ilhas de Timor e Solor, em que accusa a recepção, do que lhe fôra dirigido com os quesitos estatísticos, que a Associação enviou a todos os Governadores do Ultramar; aos quaes promette responder, e diz os motivos porque o não pôde ainda fazer.

Uma carta do Sr. D. Jeronymo José da Matta, eleito Coadjutor e futuro successor do Bispo de Macáo, agradecendo o ter sido admittido Socio, e escusando-se de comparecer ás sessões, por estar a partir para Macáo, onde se prestará ao serviço, de que a Associação o queira encarregar.

O Sr. Sub-Secretario Marques Pereira leu o seguinte officio da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar.

III.^{mo} Sr. — Encarrega-me S. Ex.^a o Ministro e Secretario d'Estado desta Repartição, de remetter a V. S.^a os volumes, que vão juntos, dos Annaes Maritimos e Coloniaes de França, desde o anno de 1815 até 1839 inclusivè, que o mesmo Ex.^{mo} Sr. manda offerecer a essa illustre Associação, para preencher a lacuna que ahi existe d'aquella interessante publicação. Por esta occasião vou expôr a V. S.^a, para se servir communicar á mesma Associação, um pensamento de S. Ex.^a, do qual grande vantagem deve reverter ao serviço publico, e gloria para essa Sociedade, no caso de ser levada a effeito, e vem a ser: encarregar ella uma Commissão de seus Membros de colligir toda a legislação, que se acha dispersa relativa á Marinha e ao Ultramar, para ser reimpressa chronologica, e seguidamente nos seus Annaes, com a devida distincção; dividindo-a em duas series, uma até ao fim do anno de 1827, e a outra a começar no anno de 1828; e não se omittindo na primeira o que se houver publicado quando a Côrte se achava no Rio de Janeiro, nem na segunda, o publicado nos Açores, e Porto. Esperando, que V. S.^a aproveitará a primeira occasião que se offerecer de apresentar esta idéa de S. Ex.^a na Associação de que é digno Secretario, lhe rogo queira em seguida communicar-me o que a mesma Associação a tal respeito resolver.

Deos guarde a V. S.^a, Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar, 13 de Dezembro de 1843. = III.^{mo} Sr. Feliciano Antonio Marques Pereira, Secretario d'Associação Maritima e Colonial de Lisboa. = *Antonio Jorge d'Oliveira Lima.*

Foi approvada sem discussão a proposta conteúda neste officio: que da nomeação da Commissão *ad hoc* se tratasse na seguinte Sessão; e que se agradecesse a preciosa offerta de S. Ex.^a o Sr. Mi-

nistro da Marinha, que a Assembléa recebeu com muito especial agrado.

O mesmo Sr. Sub-Secretario leu o relatorio da gerencia do anno findo, apresentado pela Commissão administrativa.

O Sr. Lopes d'Almeida offereceu o tomo 2.º da 6.ª parte do seu Roteiro geral, que foi recebido com agrado.

O Sr. Vice-Presidente convidou a Assembléa a occupar-se das disposições necessarias para a Sessão Publica, ao que esta annuo e resolveu, sob proposta do mesmo Sr. Vice-Presidente, entregar ao zêlo e desvello do Sr. Nolasco da Cunha a direcção de tudo que convenha á decencia e esplendor daquelle solemne acto.

Passou-se a eleger a Commissão, que em conformidade dos Estatutos, tem de rever as contas apresentadas nesta Sessão. = Listas 15. — Foram Escrutinadores os Sr.ª Manoel Luiz Esteves, e José Tavares de Macedo; e sahiram eleitos os Sr.ª Manoel Luiz Esteves com 11 votos, Duarte Leão Cabreira com 10 votos, e José Tavares de Macedo com 9 votos.

O Sr. Vice-Presidente ponderou os motivos, pelos quaes não era possivel proceder á eleição do Presidente e mais cargos d'Associação, antes da Sessão Publica, no que a Associação conveio; em consequencia do que a requerimento do Sr. Alves, foi authorisada a Commissão administrativa, para continuar na sua gerencia, até á proxima eleição.

O Secretario Louzada d'Araujo leu o esboço do relatorio dos trabalhos d'Associação no anno findo, que tem d'apresentar na Sessão Publica.

Ordem da noute. — 1.ª parte.

Parecer da Secção de Marinha Militar, sobre a Memoria, e utilidade da Cólta Marinha de Mr. Alfredo Jeffery.

«A Secção reconhece as vantagens da cóla supradita para os fins «que seu inventor a havia procurado, e a declara verdadeiramente «maravilhosa, e d'uma utilidade incalculavel, para por meio della «ligar duas, ou mais peças de madeira, e por isso a sua applicação «excellente no fabrico dos mastros dos navios; mas não sendo bem «conhecida a sua efficacia, para perserverar o forro e partes mergu- «lhadas dos navios, propõe se mande vir uma porção, para ser ex- «perimentada no Arsenal da Marinha.»

O Sr. Sá Nogueira, approvando a conclusão deste Parecer, pedia ser esclarecido, sobre a authenticidade das experiencias, que se fizeram desta cólla; isto é, se foram feitas por ordem do governo Inglez, ou do almirantado; e quaes as formalidades observadas, para serem acreditadas; porque outros inventos têm apparecido, para procurar evitar a oxidação do cobre do forro dos navios, cujos resultados não têm sido satisfactorios.

O Sr. Marques Pereira deu as explicações pedidas, historiando o que a este respeito cita a Memoria de Mr. Jeffery.

O Sr. Vice-Presidente accrescentou o que em o Nautical Magazine se encontra, sobre este assumpto, provando authenticamente os maravilhosos effeitos desta cõlla, quanto á sua adherencia; mas como perservativo disse, nada havia ainda de positivo; e dando-se o Sr. Sá Nogueira por satisfeito com estes esclarecimentos, pediu que a Associação solicitasse tudo quanto se tenha escripto sobre a materia, para melhor coadjuvar as experiencias, a que se propõe.

E como ninguem mais pedisse a palavra, o parecer foi posto á votação e approved; e que se remetesse á Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha, como era exigido no seu Officio de 22 de Maio ultimo.

Estando a hora muito adiantada, não se tratou da 2.^a parte da ordem da noute, e o Sr. Vice-Presidente declarou, que devendo haver uma Sessão extraordinaria. para assumptos relativos á Sessão Publica, nessa daria a ordem para a immediata, e levantou a Sessão.

Sala das Sessões, em 18 de Dezembro de 1843. = O Secretario
Manoel Felicissimo Louzada d'Araujo d'Azevedo.

INDICE

DAS MATERIAS CONTIDAS NA PARTE NÃO OFFICIAL

DA

TERCEIRA SERIE

DOS

ANNAES MARITIMOS E COLONIAES.

	<i>Paginas</i>
	32
	64
	101
	138
	193
Actas da Associação	244
	317
	394
	472
	517
	568
	636
Antigo Collegio de S. Paulo em Macáo	477
	61
	135
Avisos aos Navegantes	191
	241
	574
Collecção de Mappas das dimensões e peso da mastreação dos navios de guerra inglezes.	87
Discursos lidos na Sessão solemne.	579
	340
Documentos inéditos. Provas para a historia das descobertas, navegações e conquistas dos Portuguezes	440
	479
	525
	162
	223
	278
Explorações dos Portuguezes no interior d'Africa meridional	423
	493
	538

	<i>Paginas</i>
	3
	41
	106
	141
Memoria descriptiva e estatistica das Possesões Portuguezas	197
na Asia (continuada da 2. ^a Serie).....	297
	362
	449
	506
	553
— sobre as Dioceses do Real Padroado.....	270
	372
— sobre o Pinhal Nacional de Leiria	249
	321
	401
Relação nominal dos Socios d'Associação Maritima e Colonial	
de Lisboa	35
Sessão solemne d'Associação Maritima e Colonial de Lisboa..	577
Vapôr e vélas simultanea ou alternadamente	73



111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200

[The following text is extremely faint and illegible due to the quality of the scan. It appears to be a list or index of items, possibly names or titles, arranged in columns.]

